



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

XIII
CHELEF

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA

19 a 22 de agosto de 2014

ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA: NATUREZAS HISTÓRICAS
NA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

www.uel.br/eventos/chelef

ANAIIS

ISBN: 978-85-7846-279-6



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora

Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão

Vice-Reitor

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

Equipe Técnica

Anísio Calciolari Junior

Bárbara Schaustek de Almeida

Jorge Both

Priscilla Maia da Silva

Tiragem: 500 exemplares

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C749a Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física
(13. : 2014 : Londrina, PR)

Anais [do] XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e
Educação Física, 19 a 22 de agosto, Londrina, PR [CD ROM] / coordenadores: Tony
Honorato, Larissa Michelle Lara, Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires. –
Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2014.

1 CD-ROM.

Tema central: Esporte, lazer e educação física : naturezas históricas na
relação entre o estado e a sociedade.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN 978-85-7846-279-6

1. Educação Física – Congressos. 2. Esportes – História – Congressos. 3.
Lazer – Congressos. I. Honorato, Tony. II. Lara, Larissa Michelle. III. Pires,
Antonio Geraldo Magalhães Gomes. IV. Universidade Estadual de Londrina.
V. Título.

CDU 796



MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Ademir Gebara (CAPES/UFGD)	Marcelo Weishaupt Proni (UNICAMP)
Amarílio Ferreira Neto (UFES)	Marco Antonio Bettine de Almeida (USP)
André Mendes Capraro (UFPR)	Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP/UFGD)
Carlos Herold Junior (UEM)	Maria Cristina Rosa (UFOP)
Coriolano Pereira da Rocha Junior (UFBA)	Marizabel Kowalski (UFV)
Deoclecio Rocco Gruppi (UNICENTRO)	Meily Assbú Linhaes (UFMG)
Edilson Fernandes de Souza (UFPE)	Miguel Arcanjo de Freitas Júnior (UEPG)
Felipe Eduardo Ferreira Marta (UESB)	Omar Schneider (UFES)
Felipe Quintão de Almeida (UFES)	Rafael Fortes (UNIRIO)
Fernando Marinho Mezzadri (UFPR)	Renato Francisco Rodrigues Marques (USP)
Hamilcar Silveira Dantas Jr. (UFS)	Ricardo Lucena (UFPB)
Ivan Gomes (UFES)	Sebastião Josué Votre (UGF)
Janice Zarpellon Mazo (UFRGS)	Silvana Vilodre Goellner (UFRGS)
José Luis Simões (UFPE)	Vinícius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)
Leonardo Brandão (FURB-SC)	Victor Andrade de Melo (UFRJ)
Ludmila Mourão (UFJF)	Wanderley Marchi Jr. (UFPR)



COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIII CHELEF

Coordenação Geral

Dr. Tony Honorato (DEF/Uel)

Dra. Larissa Michelle Lara (DEF/Uel)

Dr. Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires (EMH/Uel)

Equipe de professores:

Dra. Ana Maria Pereira (EMH-Uel)
Dra. Ângela Pereira T. Victória Palma (EMH-Uel)
Drdo. Anísio Calciolari Junior (DEF-Uel)
Drdo. Antônio Carlos Monteiro de Miranda (Uel)
Drda. Bárbara Schausteck de Almeida (DEF-Uel)
Dr. Carlos Herold Junior (Uel)
Dr. Edivaldo Góis Junior (UNICAMP)
Ms. Eliane Regina Crestani Tortola (Uel)
Dr. Ernani Xavier Filho (DEF-Uel)
Dr. Fernando Augusto Starepravo (Uel)
Ms. Fernando Pereira Cândido (EMH-Uel)
Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel (Uel)
Dr. Jorge Both (DEF-Uel)
Dr. José Augusto Victória Palma (EMH-Uel)
Dra. Kátia Simone Martins Mortari (EMH-Uel)
Dra. Marilene Cesário (DEF-Uel)
Dr. Mathias Roberto Loch (Uel)
Drda. Priscilla Maia da Silva (DEF-Uel)
Ms. Ricardo Gonçalves (DES-Uel)
Dra. Silvia Pavesi Sborquia (DEF-Uel)
Dr. Thiago Pelegrine (EMH-Uel/UFU)
Dra. Vânia de Fátima Matias de Souza (Uel)

Equipe de graduandos e pós-graduandos:

Prof. André Xavier da Silva (Uel)
Msda. Andressa Peloi Bernabé (Uel)
Ms. Eliane Regina Crestani Tortola (Uel)
Ms. Felipe Nakamura (Uel)
Acad. Gabriel da Costa Modenuti (Uel)
Acad. Julianna Cynara Vaz de Lima Silva (Uel)
Acad. João Rolim (Uel)
Msda. Juliana Montenegro (Uel)
Ms. Marcelo Alves Costa (Uel)
Drdo. Marco Antonio Lima Rizzo (Uel)
Msdo. Marta Soares Araujo (Uel)
Prof. Michel Pompolini Paiva (Uel)
Drda. Morgana Claudia da Silva (Uel/Fac. Integrado de Campo Mourão)
Acad. Pâmela Moraes (Uel)
Drdo. Paulo José Cabral Lacerda (Uel)
Drda. Sandra Aparecida Zotovici (Uel)
Drda. Silvana dos Santos Silva (Uel)
Prof. Tiago Giovani Fonseca (Uel)
Msdo. Vitor Hugo Marani (Uel)

19 a 22 de agosto de 2014

Universidade Estadual de Londrina – Paraná

ISBN: 978-85-7846-279-6



APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne trabalhos selecionados e apresentados no XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física (CHELEF), sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O CHELEF é um evento acadêmico-científico de periodicidade bianual e itinerante. Em 2014, congregou pesquisadores, profissionais e estudantes de diferentes regiões do Brasil que apresentaram, discutiram e aprofundaram questões comuns de investigação a partir das ciências humanas, tendo como objeto histórico o esporte, o lazer, a educação física, a dança, os jogos, as lutas e outras práticas corporais. Dinâmica que o faz seguir entre os principais congressos da área da Educação Física brasileira.

Nesta 13ª Edição, a temática central foi “Naturezas históricas na relação entre o Estado e a Sociedade”, tema oportuno ao considerar a presença e o papel histórico do Estado no fomento do esporte, da escolarização, do lazer, das práticas corporais na esfera pública e da realização de eventos e megaeventos esportivos na sociedade brasileira. Isso implicou pensar e debater os sentidos históricos das práticas e representações do Estado, os diferentes governos políticos, instituições e organizações sociais no Brasil que se apropriaram e se apropriam historicamente das práticas esportivas, escolares e corporais em geral como símbolos do Estado e da Sociedade. Vide as atuais questões polêmicas produzidas a partir da organização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, que também mereceram interpretações por parte dos congressistas e autores dos textos apresentados nesta Coletânea Anais.

Assim, o objetivo principal dos Anais do XIII CHELEF é promover a divulgação do conhecimento e o intercâmbio de informação entre os pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, disseminando as pesquisas sobre história da Educação Física, do Esporte, do Lazer e de outras práticas corporais.

Tony Honorato

Larissa Michelle Lara

Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires

Organizadores

19 a 22 de agosto de 2014

Universidade Estadual de Londrina – Paraná

ISBN: 978-85-7846-279-6



SUMÁRIO

MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA	
COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIII CHELEF	
APRESENTAÇÃO	
LAZER E EMOÇÃO	1
ADEMIR GEBARA	
KEIKO, SARAH E RENA: TRÊS ÍCONES DO JUDÔ MUNDIAL.....	6
ADRIANA BRUM	
MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO	
CONTINUADA EM UMA CIDADE DO INTERIOR DA BAHIA (1984-2012).....	
ALANTIARA PEIXOTO CABRAL & FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA	
OS JOGOS INFANTIS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA	22
ALEXANDRE PAULO LORO & ADEMIR GEBARA	
O LAZER NAS FRONTEIRAS DO MERCOSUL.....	30
ALEXANDRE PAULO LORO & GIULIANO GOMES DE ASSIS PIMENTEL	
RUGBY UMA HISTÓRIA A SER CONTADA PARA OS BRASILEIROS	36
ALINE MELNYK & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
REPRESENTAÇÕES SOBRE A TEORIA DA MOTRICIDADE HUMANA NA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS	
DO ESPORTE (1979-1986).....	
ANA CAROLINA SILVA BOZZ & THIAGO PELEGRINI	
BIGUÁ - DE IRATI A CIDADÃO FLAMENGO!	48
ANA PAULA DE FREITAS ALTOÉ, MARIZABEL KOWALSKI, DOLORES MARINA GARCIA PEREIRA & FILIPE SILVEIRA REBELO	
“LA SQUADRA AZZURRA” E A IDENTIDADE CULTURAL ITALIANA: REFLEXÕES DE UM OBSERVADOR “IN	
LOCO”	56
ANDRÉ MENDES CAPRARO	
HISTÓRIA DO FUTEBOL, IMPRENSA E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE REGIONAL: UMA REVISÃO DE	
LITERATURA.....	
ANDRÉ XAVIER DA SILVA & TONY HONORATO	
HEDONISMO X MILITARISMO: TENSÕES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA FRANCESA DURANTE A	
DÉCADA DE 1940	
ANTONIO CARLOS MONTEIRO DE MIRANDA, CARLOS HEROLD JUNIOR & LARISSA MICHELLE LARA	
COPA DO MUNDO NO BRASIL: IH, CADÊ NOSSO MARACA!?!.....	76
ANTONIO GERALDO MAGALHÃES GOMES PIRES	
APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A COPA DE 1950 E 2014: RELAÇÕES ENTRE ESTADO E	
SOCIEDADE.	
ANTONIO JORGE GONÇALVES SOARES & CARLOS AUGUSTUS JOURAND CORREIA	
MELBOURNE 1956: OS JOGOS OLÍMPICOS PELA PRIMEIRA VEZ NO HEMISFÉRIO SUL.....	93
BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA & WANDERLEY MARCHI JÚNIOR	
A COBERTURA DA FOLHA DE SÃO PAULO ACERCA DA SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA DURANTE O	
ANO DE REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DA ALEMANHA (2011)	
BRUNO JOSÉ GABRIEL & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
AS MULHERES NAS ARTES MARCIAIS MISTAS: UMA HISTÓRIA DE MIXAGENS E INVISIBILIDADES	108
CARLA LISBÔA GRESPAN	
SAÚDE E DIVERTIMENTO EM JUIZ DE FORA (1876-1915).....	115
CARLOS FERNANDO FERREIRA DA CUNHA JUNIOR	
CORPO, EDUCAÇÃO E ESTADO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA OBRA EDUCACIONAL DE JOHN LOCKE	
.....	
CARLOS HEROLD JUNIOR	
A EDUCAÇÃO CORPORAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: DUAS POSSIBILIDADES	
ANALÍTICAS E TEMÁTICAS A PARTIR DO MOVIMENTO ESCOTEIRO.	
CARLOS HEROLD JUNIOR	
A HISTÓRIA DO FUTEBOL: UM SABER A SER ENSINADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	141
CARLOS VINÍCIUS DE JESUS BORELLI & ANA MARIA PEREIRA	
O GUIDE PRATIQUE D'ÉDUCATION PHYSIQUE E O MÉTODO NATURAL DE GEORGES HÉBERT	149



CAROLINA NASCIMENTO JUBÉ

PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NA RUA: A EDUCAÇÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES.....	156
CAROLINA ROSSATO VOLPINI, PAULA MARÇAL NATALI & VERÔNICA MULLER	
MODA, ESPORTE E MULHER NA DÉCADA DE 1920 NAS IMAGENS PUBLICADAS NO PERIÓDICO VIDA CAPICHABA, VITÓRIA/ES.....	162
CECÍLIA NUNES DA SILVA	
O EPISTOLÁRIO JESUÍTICO COMO FONTE HISTÓRICA.....	169
CÉLIO JUVENAL COSTA	
CENTROS DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: O INÍCIO DE UMA PESQUISA.....	177
CHRISTIANE GARCIA MACEDO & SILVANA VILODRE GOELLNER	
A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A CULTURA ESCOLAR A PARTIR DA ANÁLISE DE IMAGEM NA ESCOLA VITÓRIA FURLANI DA RIVA EM ALTA FLORESTA-MT.....	183
CLAITON LIRA PERIN & ELIZABETH FIGUEIREDO DE SÁ	
URBANO E RURAL NA HISTORIOGRAFIA DO ESPORTE.....	190
CLEBER DIAS	
ESPORTE NAS CIDADES BRASILEIRAS: FONTES E PRÁTICAS DE PESQUISAS.....	197
CORIOLANO P. DA ROCHA JUNIOR	
PRÁTICAS DE CURA, REGENERAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS PAULISTAS (1930 – 1940)	203
DANIELE CRISTINA CARQUEJEIRO DE MEDEIROS & CARMEN LÚCIA SOARES	
DANÇA E HISTÓRIA: A RELAÇÃO DANÇA DE SALÃO COM A SOCIEDADE.....	211
DARIANI CRISTINE AFONSO & PAULA CAROLINA TEIXEIRA MARRONI	
INICIATIVAS INDÍGENAS: JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS E COMITÊ INTERTRIBAL - MEMÓRIA E CIÊNCIA INDÍGENA.....	218
DEOCLECIO ROCCO GRUPPI & MARIA BEATRIZ ROCHA FERREIRA	
PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DE PRÁTICAS CORPORAIS NO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA.....	226
DIEGO FERREIRA LIMA & EDIVALDO GÓIS JUNIOR	
MANIFESTAÇÕES BIOANTROPOLÓGICAS NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM – 1936	235
DOLORES MARINA GARCIA PEREIRA, MARIZABEL KOWALSKI, ANA PAULA DE FREITAS ALTOÉ & LUIZ EDUARDO BENINI	
MANIFESTAÇÕES ÉTNICAS NA HISTORIOGRAFIA DO ESPORTE: OS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM 1936	243
DOLORES MARINA GARCIA PEREIRA, MARIZABEL KOWALSKI, ANA PAULA DE FREITAS ALTOÉ & LUIZ EDUARDO BENINI	
FUTEBOL DE VÁRZEA: IDENTIDADE E MEMÓRIA PONTAGROSSENSE	251
EDILSON DE OLIVEIRA, WENDELL LUIZ LINHARES & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
A TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DOS CLUBES DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	257
EDUARDO MINOSSI DE OLIVEIRA, PAULO RENATO VICARI, RONALDO DREISSIG DE MORAES & JANICE ZARPELLON MAZO	
ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE FAIR PLAY, DESDE SUA ORIGEM ATÉ SUA VISÃO ATUAL	261
ÉRICA FERNANDA DE PAULA & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
A HISTÓRIA DO KARATÊ-DÔ: UM SABER DA ARTE MARCIAL A SER ENSINADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	267
ERIK YUDI HORIYE & ANA MARIA PEREIRA	
ARGENTINA 1978: O FUTEBOL ENTRE O BOICOTE E A CAMPANHA ANTI-ARGENTINA.....	275
ERNESTO SOBOCINSKI MARCZAL	
HISTÓRIA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA CRÍTICA AO MODELO ESPORTIVISTA	283
FELIPE BENASSI MARTINS & JOSÉ AUGUSTO VICTORIA PALMA	
A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE FUNÇÃO PÚBLICA DELEGADA ÀS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS.....	291
FELIPE CANAN, RHAYLLA GIMENES DE LIMA MARTINS & FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO	
PUBLICAÇÕES DA REVISTA JOHPER DE 1958 E AS PROPOSIÇÕES DE FRANKLIN HENRY (1964)	297
FELIPE NAKAMURA, JEANE BARCELOS SORIANO & TONY HONORATO	
ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL? O ESPORTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	304
FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO & LUCIANA LETÍCIA SPERINI R. DOS SANTOS	



CHINA NO BRASIL: PENSANDO A CULTURA CHINESA A PARTIR DA DISSEMINAÇÃO DO KUNG FU EM SOLO BRASILEIRO	312
FERNANDO D.C. FERREIRA, RICARDO JOÃO SONODA-NUNES & WANDERLEY MARCHI JÚNIOR	
NOTÍCIAS DE LAZER NA CIDADE DE LONDRINA: JORNAL PARANÁ-NORTE (1934-1953)	318
GABRIEL DA COSTA MODENUTI & TONY HONORATO	
ATLETISMO UNIVERSITÁRIO EM VIÇOSA.....	323
HEIDI JANCER FERREIRA, MARIZABEL KOWALSKI, JOSÉ GERALDO DO CARMO SALLES & ANA PAULA DE FREITAS ALTOÉ	
REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE CORPO E AS DINÂMICAS CORPORAIS NA ESCOLA ATUAL	332
HELOISA MACHADO CORRADI & VERA LÚCIA NOGUEIRA	
UM BREVE HISTÓRICO DO FUTEBOL EM MATO GROSSO	340
IGOR ALEXANDRE SILVA BUENO & FRANCISCO XAVIER FREIRE RODRIGUES	
EDUCAÇÃO E CULTURA CORPORAL INFANTIL EM BRASÍLIA, NA DÉCADA DE 1960	348
INGRID DITTRICH WIGGERS	
HISTÓRIA DO HANDEBOL NO RIO GRANDE DO SUL: PRIMEIROS PASSOS.....	353
JAMILE MEZZOMO KLANOVICZ, SUÉLEN DE SOUZA ANDRES & SILVANA VILODRE GOELLNER	
OLIMPIADAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA: ESPORTISTAS SUL-RIO-GRANDENSES NOS JOGOS OLÍMPICOS (1920 A 1960).....	361
JANICE ZARPELLON MAZO	
40 ANOS DE HISTÓRIA DA PROVA RÚSTICA TIRADENTES	369
JEFFERSON ROBERTO ROJO & FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO	
O FUTEBOL COMO PROPAGANDA POLÍTICA PELA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA COPA DE 1970	374
JEFFERSON DA SILVA PEREIRA	
O CORPO NAS PÁGINAS DO JORNAL “À TARDE”: UMA ANÁLISE DAS CEM PRIMEIRAS EDIÇÕES DO ANO DE 1914.....	380
JOALICE SANTOS BATISTA, JONATHAN CEZAR CAMPOS RODRIGUES, JULIANE MACHADO DA SILVA & FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA	
O ESPORTE MODERNO E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO: ALGUMAS PERSPECTIVAS	388
JOÃO PAULO MELLEIRO MALAGUTTI & FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO	
MODERNIDADE E CAPOEIRAGEM NA BAHIA NAS CEM PRIMEIRAS EDIÇÕES DO JORNAL "A TARDE".	396
JONATHAN CÉZAR CAMPOS RODRIGUES, JOALICE SANTOS BATISTA, JULIANE MACHADO DA SILVA & FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA	
A CRIAÇÃO DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL	404
JORGE MIGUEL ACOSTA SOARES & ESTEFÂNIA KNOTZ CANGUÇU	
CONGRESSO NORTE-PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA HISTÓRIA DE 10 ANOS QUE COMEÇA A SER CONTADA.....	411
JOSÉ AUGUSTO VICTORIA PALMA, CESAR APARECIDO NUNES & ÂNGELA PEREIRA TEIXEIRA VICTORIA PALMA	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E AS INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO HIGIENISTA	416
JOSÉ LUÍS SIMÕES	
CAMPEONATO MUNDIAL DE ATLETISMO MASTER NO RIO GRANDE DO SUL (2013): UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	425
JOSIANA AYALA LEDUR, TUANY DEFAVERI BEGOSSI & JANICE ZARPELLON MAZO	
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PRÓPRIO PARA A PRODUÇÃO DE SENTIDOS COMUNS	431
JOSIANA AYALA LEDUR, VANESSA BELLANI LYRA & JANICE ZARPELLON MAZO	
A HISTÓRIA DA DANÇA NAS ESCOLAS DE BRASÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	439
LARYSSA MOTA GUIMARÃES ROCHA	
BREVES APONTAMENTOS SOBRE O FUTEBOL NO BRASIL.....	446
LEANDRO AGUIAR PENEDO & RICARDO GONÇALVES	
RECORTES DE UMA HISTÓRIA: 10 ANOS DE FUTEBOL FEMININO NO NOVO MUNDO FUTEBOL CLUBE	450
LEILA SALVINI & WANDERLEY MARCHI JÚNIOR	



HETEROTOPIAS: A EMERGÊNCIA DO STREET SKATE	456
LEONARDO BRANDÃO	
A EDUCAÇÃO DO CORPO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO: O CASO DA SEMANA DE EDUCAÇÃO DE 1928.....	463
LEONARDO MATTOS DA MOTTA SILVA & EDIVALDO GÓIS JUNIOR	
O “CHAUSSEON/SAVATE” INFLUENCIOU A CAPOEIRA?	473
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
TARRACÁ, ATARRACAR, ATARRACADO.....	481
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
FRAN PAXECO – UM DOS PROPUGNADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MARANHÃO	488
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
MIGUEL HOERHANN - PIONEIRO DA EDUCAÇÃO PHYSICA NO MARANHÃO.....	495
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
INFLUENCIA MILITAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	500
LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ	
ARMANDO NOGUEIRA: O FUTEBOL BRASILEIRO – ARTE NO JOGO E NA ESCRITA	507
LUIZ HENRIQUE DE AZEVEDO BORGES	
HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E MEMÓRIA	517
MAGDA SARAT	
UMA “ANÁLISE DE CONTEÚDO” NA MÍDIA IMPRESSA: MUNDIAL DE FUTEBOL FEMININO COMO OBJETO DE ESTUDO	526
MARCELA CAROLINE PEREIRA, JOSÉ EDENILSON MONTANI & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
A INTRODUÇÃO DO KARATÊ SHOTOKAN EM CURITIBA: RELAÇÕES COM A DITADURA E IMIGRAÇÃO.....	534
MARCELO ALBERTO DE OLIVEIRA & CARLOS ALBERTO BUENO DOS REIS JÚNIOR	
DEBATES E EXPERIÊNCIAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS).....	542
MARCELO GOMES DA COSTA GUEDES PEREIRA, ANNA RITA VIEIRA DE FREITAS MACHADO & MARIA HELENA CÂMARA LIRA	
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O LEGADO ECONÔMICO DOS JOGOS OLÍMPICOS	549
MARCELO WEISHAUPHT PRONI	
REPRESENTAÇÕES SOBRE TEORIAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (1979-1986)	563
MARCIO YASUHIKO DA COSTA ADANIYA & THIAGO PELEGRINI	
AS REFLEXÕES SOBRE O ESPORTE E O LAZER: VIA ESFERA PÚBLICA	572
MARCO ANTONIO BETTINE DE ALMEIDA	
HOMENS, NATUREZA E PRÁTICA CORPORAL: UM TODO INDISSOCIÁVEL.....	579
MARCO ANTONIO LIMA RIZZO	
QUANDO O CAMPO ESPORTIVO “CRUZA” COM O CAMPO POLÍTICO: A DISPUTA DO CONFAO E O COB PELO BENEFÍCIO DA LEI PIVA NA ALTERAÇÃO DA LEI PIVA.....	585
MARCOS RUIZ DA SILVA & LAURA ALICE RINALDI CAMARGO	
“NATUREZAS” HISTÓRICAS DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER E O CENTRALISMO ESTATAL NO BRASIL.....	592
MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA	
SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS SEXISTAS: LEMBRANÇAS DE ATIVIDADES FÍSICAS EM ESCOLAS CATÓLICAS (RECIFE-PE, 1970).....	599
MARIA HELENA CÂMARA LIRA & ANA PAULA SOUZA	
VISIBILIDADES FEMININAS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA DA MULHER NO ESPORTE	608
MARIZABEL KOWALSKI	
REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO NOTICIÁRIO ESPORTIVO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE GAÚCHO	618
MARLI HATJE	
NOTAS DE UMA HISTÓRIA ORAL DO TÊNIS EM LONDRINA	625
MICHEL POMPOLINI PAIVA & TONY HONORATO	



FUTEBOL, HISTÓRIA, ESTADO E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE 1950.....	634
MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR & ALFREDO CESAR ANTUNES	
A MEMÓRIA DO COTIDIANO NO LAZER CONQUISTENSE: O CASO DO PARQUE AMBIENTAL DA LAGOA DAS BATEIAS.....	645
MILTON LEANDRO SANTOS LEITUGA & FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA	
RELAÇÕES DE GÊNERO NAS BRINCADEIRAS DE MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	654
MIRA IZABEL CAMPOS	
MEMÓRIA, ESPORTE, FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.	663
NATANAEL VAZ SAMPAIO JUNIOR & FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA	
A DANÇA CLÁSSICA EM LONDRINA NA DÉCADA DE 1980: AS CONQUISTAS DE UMA GERAÇÃO	670
PATRÍCIA ALZIRA PROSCÊNCIO & SILVIA PAVESI SBORQUIA	
UM CORPO PERFEITO CARREGADO DE HONRA E NOBREZA: O CAVALEIRO IDEAL SOB A ÓTICA DE RAIMUNDO LÚLIO EM O LIVRO DA ORDEM DE CAVALARIA.	677
PAULA CAROLINA TEIXEIRA MARRONI & TEREZINHA OLIVEIRA	
PRIMÓRDIOS DO FUTEBOL DE SALÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	683
PAULO RENATO VICARI, EDUARDO MINOSSI DE OLIVEIRA, RONALDO DREISSIG DE MORAES & JANICE ZARPELLON MAZO	
FUTEBOL EM BELÉM DO PARÁ: PONTAPÉ INICIAL.....	690
PEDRO PAULO SOUZA BRANDÃO & CARMEN LILIA DA CUNHA FARO	
EDUCAR O CORPO NA NATUREZA, CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMÍLIO DE ROUSSEAU	697
RACHEL RAMOS DE SOUZA	
APROXIMAÇÃO ENTRE O OLIMPISMO E OS “ESPORTES DE AVENTURA”	703
RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	
USOS DO TEMPO LIVRE, OSTENTAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XIX - CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO DE PELOTAS/RS	710
RENATA BRAUNER FERREIRA	
LITERATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA.	719
RICARDO DE FIGUEIREDO LUCENA	
ARENAS ESPORTIVAS: UMA REVISÃO	724
RODRIGO ANÍBAL ARDENGUE & RICARDO GONÇALVES	
O CICLISMO E SUA DIVULGAÇÃO NOS JORNAIS DE PORTO ALEGRE (1895-1898)	729
RONALDO DREISSIG DE MORAES, EDUARDO MINOSSI DE OLIVEIRA, PAULO RENATO VICARI & JANICE ZARPELLON MAZO	
#SOMOSTODOSMACACOS: ANALISANDO AS RELAÇÕES AMALGAMADAS ENTRE MARKETING E RACISMO NO FUTEBOL GLOBALIZADO.....	737
SABRINA COELHO DOS SANTOS, LAÍS CRISTYNE ALEXANDRE DOS SANTOS, RIQUELDI STRAUB LISE & ANDRÉ MENDES CAPRARO	
ESPAÇO E LUGAR DO ESPORTE: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES.....	745
SEBASTIÃO VOTRE & ANA BEATRIZ CORREIA DE OLIVEIRA TAVARES	
A CATEGORIA ANALÍTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA SOBRE ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA	749
SILVANA VILODRE GOELLNER	
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ESPORTIVIZAÇÃO: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA ...	753
SUZANE SANTOS FONSECA & ANDRÉIA PAULA BASEI	
INTERFACES ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA, A HISTÓRIA E A LINGUAGEM: POSSIBILIDADES DIALÓGICAS A PARTIR DA BIOGRAFIA	761
TALITA FERREIRA & EVANDO CARLOS MOREIRA	
O ESPORTE COMO OBJETO HISTÓRICO: CONSIDERAÇÕES AS CONTROVÉRSIAS SOBRE SUA GÊNESE .	769
THIAGO PELEGRINI	
FOLHA DE LONDRINA (1952-1953): NOTÍCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE PESQUISA HISTÓRICA DO ESPORTE E DO LAZER EM LONDRINA-PR	777
TIAGO GIOVANI FONSECA & TONY HONORATO	
O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL: PERCORRENDO A TRAJETÓRIA DE SUA OBRIGATORIEDADE (1840-1940)	784



**CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA**

TUANY DEFAVERI BEGOSSI, VANESSA BELLANI LYRA & JANICE ZARPELLON MAZO	
LEMBRANÇAS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA DA CIDADE DE NOVA PRATA/RS (1937-1949)	792
TUANY DEFAVERI BEGOSSI, JOSIANA AYALA LEDUR & JANICE ZARPELLON MAZO	
TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL – ESTUDO DE CASO DA TORCIDA INDEPENDENTE SUBSEDE CUIABÁ/MT	798
TÚLIO INÁCIO GARRIDO	
ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE: PRIMÓRDIOS DE UMA RELAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	805
VICTOR ANDRADE DE MELO	
O CONCEITO DE CULTURA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ARGENTINA: PERSPECTIVAS DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	814
VITOR HUGO MARANI, SANDRA APARECIDA ZOTOVICI, VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS DE SOUZA & LARISSA MICHELLE LARA	
JOGOS E BRINCADEIRAS NAS MEMÓRIAS DE ESCRITORES BRASILEIROS	822
VIVIAN IWAMOTO & RENATO NÉSIO SUTTANA	
FUTEBOL DE VÁRZEA: CONSTRUÇÃO DO CAMPO EM PONTA GROSSA.....	829
WENDELL LUIZ LINHARES, EDILSON DE OLIVEIRA & MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR	
PROGRAMAÇÃO GERAL	835
PROGRAMAÇÃO MESAS TEMÁTICAS	836
PROGRAMAÇÃO COMUNICAÇÕES ORAIS	838
ÍNDICE DE AUTORES.....	846

LAZER E EMOÇÃO

Ademir Gebara¹

Resumo: Tendo como ponto de partida a contribuição dos figuracionistas aos estudos do lazer, especialmente apontando a relação entre o lazer e emoções, esta comunicação busca estabelecer relações entre o lazer e o Estado, apontando suas ambiguidades e algumas possibilidades. Conclui afirmando o lazer como um bem cultural enfatizando sua relação com o meio ambiente, nesta medida, aponta para os desafios dos desvios e açambarcamentos dos espaços públicos, chamando a atenção para a necessidade de estudarmos mais detidamente as resistências e omissões em relação a este processo.

Em seu *Homo Ludens*, Huizinga alerta para o fato de que o brincar precede a cultura, afinal os animais brincam antes mesmo de serem ensinados pelos homens. Assumindo que o brincar é uma das inúmeras possibilidades de lazer, não necessariamente devemos assumir que os animais desfrutam do lazer, afinal haveria aí uma intermediação da construção cultural e simbólica típica da espécie humana, portanto de sua história.

Nosso ponto de partida para compreender o lazer moderno não busca no passado os fatores históricos, sociais ou econômicos, entre outros que produziram o lazer em diferentes sociedades, como por exemplo nas propostas de Dumazedier (1979), afinal o brincar precede estas diferentes configurações produtoras do tempo “livre”. Meu ponto de partida é uma síntese do pensamento de Eric Dunning (1999) relativa às contribuições da Sociologia Configuracional para os estudos do lazer, indicando quatro avanços nesta posição: 1) a colocação das emoções no centro da abordagem teórica do lazer; 2) desenvolver os conceitos as hipóteses e as teorias no cruzamento da pesquisa empírica com o desenvolvimento do aprofundamento teórico, isso implica em elaborar as pesquisas não para confirmar teorias e ou autores proeminentes, mas sim centrar o debate em pesquisas teoricamente orientadas, dando proeminência aos fenômenos empiricamente observados; 3) evitar as simplificações das análises dualistas do tipo trabalho x lazer, corpo x mente; 4) desenvolver as pesquisas afastando-se das pressões de momento, paixões, ansiedades e preocupações. Pretendo centrar minha argumentação focalizando mais detidamente a questão das emoções

Elias (2009) formula algumas hipóteses que auxiliam a compreensão da complexa questão das emoções humanas em sua dimensão sociológica e multidisciplinar. Para ele, aquilo que o indivíduo aprendeu durante sua vida e na somatória do saber das gerações passadas, implica o sentido de exercer o autocontrole. A aprendizagem dos seres humanos ocorre sempre no interior de configurações vividas, sendo um aspecto fundamental do desenvolvimento das pessoas em sociedade, o aprender, o gostar de aprender e construir e consumir uma dimensão simbólica.

Suas hipóteses fundamentam-se no fato de que os seres humanos como espécie, representam uma ruptura evolucionária, pois o equilíbrio de poder entre condutas aprendidas e não aprendidas (instintivas) tomou um novo rumo. Pela primeira vez no processo evolucionário, comportamentos predominantemente aprendidos tornaram-

¹ Ph. D. - FUNDECT/CNPq/UFGD – ademirgebara@ufgd.edu.br

se, de forma clara e incontestável, dominantes em relação aos comportamentos instintivos. Uma segunda hipótese afirma que os seres humanos não somente podem aprender mais que as outras espécies, eles também devem aprender mais para se tornarem adultos plenamente funcionais. Nos humanos formas não aprendidas de direcionamento de conduta perderam sua rigidez genética e tornaram-se amalgamadas e subordinadas a formas aprendidas, como a comunicação, a orientação ou conhecimento social preexistente.

A terceira hipótese considera que nenhuma emoção de uma pessoa adulta é, em qualquer caso, um padrão reativo geneticamente fixado. As emoções resultam de uma mescla de processos aprendidos e não aprendidos, em que componentes comportamentais, fisiológicos e sensíveis atuam, sendo que a aprendizagem é um componente relevante nos níveis do comportamento e da sensibilidade. As emoções são, desta maneira, uma forma de comunicação que precede a linguagem.

Um passo adiante nestas hipóteses iniciais, nos levam a uma sugestão dos configuracionistas muito relevante, pois trata-se da observação segundo a qual as reações emocionais têm papel central no lazer, isto porque desempenham funções desrotinizadoras. Rotinas corporificam práticas cotidianas estáveis e seguras, práticas de lazer podem, nesta dimensão, trazer riscos controlados provocando excitação:

Se perguntarmos de que modo é que se animam os sentimentos, como é que a excitação é favorecida pelas atividades de lazer, descobre-se que isso é dinamizado habitualmente, por meio da criação de tensões. Perigo imaginário, medo ou prazer mimético, tristeza e alegria são produzidos e possivelmente resolvidos no quadro dos divertimentos (Elias&Dunning, 1995, p.71).

Dunning (1999, p 27) complementaria, afirmando que eventos miméticos não são imitação ou ‘espelhos’ da vida real, o termo é usado para indicar que em contextos miméticos as emoções tomam uma coloração diferente, as pessoas podem experimentar fortes emoções sem correr riscos inerentes ao afloramento de excitações inerentes às sociedades contemporâneas. Sinteticamente, estamos falando do descontrole controlado das emoções.

Para os configuracionistas o lazer moderno assenta-se sobre três aspectos fundamentais: 1) Lazer não é sinônimo de liberdade, é sim um efeito histórico específico, afetando situações de equilíbrio e restrições em suas múltiplas esferas; o lazer hoje é mais privatizado, individualizado, comercializado e menos violento. A junção destas facetas explica-se pela complexidade e generalidade das relações sociais e interdependências emergentes na civilização urbano-industrial. 2) O descarte de emoções violentas, espontâneas e intensas na sociedade moderna deve-se ao alto desenvolvimento de liminares de contenção ‘civilizada’, se tomado em consideração nosso passado mais distante. Quer pensemos nos guerreiros medievais, ou ainda na sociedade escravista colonial, é indiscutível em uma análise de longa duração, o aparecimento de condutas mais normatizadas por restrições sociais e psicológicas. É nesse sentido que a diminuição dos patamares de violência se coloca; ver luta de gladiadores, açoitamentos ou enforcamentos em praça pública, não é mais, em qualquer hipótese, um espetáculo com participação pública ativa e prazerosa. 3) O lazer

moderno é uma atividade crescentemente correspondente a formas de comportamentos miméticos. Para precisar o sentido desta afirmação, enfatizamos que as atividades de lazer, de jogo, de brincadeira permitem emoções intensas, porém controladas, de tal maneira que, em público, a moderação é um componente destas atividades; naturalmente todos nós conhecemos inúmeras situações em que existe uma real perda de controle, contudo é também notável como os mecanismos de controle e autocontrole se desenvolveram crescentemente.

Para estabelecer as relações do lazer com o Estado, tal como sugerido pelos organizadores deste debate, vamos nos concentrar mais detidamente no desenvolvimento dos mecanismos de controle e em aspectos originários do lazer, mas não mais necessariamente desrotinizadores, quando crescentemente assumidos pelo Estado.

Formação do Estado e sistematização dos controles para Elias (1996) é um fenômeno que ocorre, especialmente nos altos estratos da sociedade, começaram a mudar mais rapidamente a partir do século XVI em uma mesma direção às transformações verificadas nos processos de formação do Estado (centralização dos impostos e das forças armadas), com a submissão dos guerreiros/cavaleiros medievais a controles mais estritos. A teoria de Elias torna-se mais clara na medida em que observamos como estes controles são sistematizados, ou seja:

- 1) Centralização política, administrativa e controle da paz interna.
- 2) Um processo de democratização calcado no aumento das cadeias de interdependência, havendo um nivelamento e democratização funcional do exercício do poder.
- 3) Refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais; neste sentido, há um evidente aumento na regulação dos comportamentos e constituição de novos hábitos.

A questão central volta-se para as conexões entre poder, comportamentos e emoções em uma perspectiva de longa duração e processual. Constituem-se crescentemente redes de relações entre os seres humanos, e entre estes e o meio ambiente, onde a balança de poder altera-se constantemente sem dicotomizar autores e atores, indivíduo e sociedade. Definitivamente vivemos em sociedade de indivíduos.

Pois bem, dados estes pressupostos, quais indicações podemos apontar na direção de focalizar as intervenções do Estado nas atividades de lazer?

De um lado temos que o lazer implica em desrotinização, ao transformarmos uma atividade, o jogo por exemplo, em rotina, o praticante, tal qual acontece com a música e a dança tem se tornado um fenômeno cada vez mais privativo de profissionais altamente qualificados, executando rotinas repetidas à exaustão, é pouco provável que um jogador da NBA pense em algo próximo a lazer quando em seu “trabalho”. De outro lado temos a emergência de grupos minoritários, em muitos casos saindo da invisibilidade (portadores de necessidades especiais, idosos, marginalizados de todos os tipos) em que, o oferecimento de espaços de convivência, socialização e recuperação, implicam atividades de lazer orientadas, senão dirigidas diretamente pelo Estado, sempre oferecidas por organizações não governamentais ou mesmo agências estatais. Estas atividades, tornam-se rotineira, contudo, dadas as peculiaridades destes grupos

marginalizados, estas rotinas são, de fato, possibilidades de ruptura com a 'rotina da marginalidade' na qual vivem.

Como vemos há uma ambiguidade na relação entre o Estado e os grupos sociais, a distinção não é apenas entre praticantes de golfe e do atletismo, é também entre minorias ganhando visibilidade e poder e diferentes extratos da população, estes últimos usufruindo de inúmeras possibilidades de opções de lazer, sem a necessidade de recorrer a especialistas, quer sejam animadores, quer sejam assistentes sociais e de saúde.

Com referência às questões relativas a democratização da prática esportiva, e de sua relação com a Educação, o desenvolvimento dos esportes nestes cem anos, parece apresentar um ângulo de análise, que, sem negar o processo histórico apresentado, indica a constituição de outras relações conjunturais.

O problema da democratização do esporte hoje, deve ser compreendido em sua ambiguidade. A massificação do esporte, não implica necessariamente em sua democratização. Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais, que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar às minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato, a intervenção do Estado no mundo esportivo, tem sido, frequentemente no sentido de induzir a prática esportiva na direção de projetos políticos nacionais, sempre voltados para a propaganda e a doutrinação. É recente, data de Barcelona, o distanciamento esportivo dos boicotes e da Guerra Fria; apenas a partir daí a vitória do esporte multimilionário e superproduzido tornou-se evidente.

Os jogos existentes anteriormente à formação dos Estados modernos, dada a ausência de controles estáveis e centralizados, eram menos civilizados, ou dito de outra forma, mais sujeitos às práticas sistemáticas de violência. Esta circunstância impediria a generalização de qualquer sistema de regras, para além das fronteiras de uma cidade.

Este mesmo processo envolveu mudanças, mais ou menos concomitantes na estrutura da personalidade das pessoas, tanto quanto em seus '*habitus*'. Crescentemente as pessoas passavam a divertir-se mais, participando de atividades físicas 'regradas', ao contrário de seus antepassados medievais, que se divertiam com a prática da violência nas atividades físicas. E não se trata apenas de participação ativa, uma nova categoria de participação foi, gradualmente tornando-se mais e mais presente, o espectador e, depois, o telespectador. O lazer esportivo aproximou-se crescentemente do espetáculo de virtuosos acompanhados por torcedores e expectadores domésticos.

Finalizando, gostaria de apontar para um outro tipo de aproximação entre o lazer e a qualidade de vida em sua relação com os bens culturais e, em especial, com o meio ambiente, onde o Estado deveria ter uma intervenção decisiva. Varine-Boham, um dos mais experientes consultores internacionais na área, ex presidente do ICON (Conselho Internacional dos Museus), aponta para uma questão fundamental, ao identificar dois grandes perigos para a plena utilização dos bens culturais bem como para sua preservação. Nunca é demais lembrar que o meio ambiente é um patrimônio cultural com intervenção permanente dos seres vivos, especialmente de nossa espécie. Para ele, desvio e açambarcamento são os maiores perigos e desafios a serem vencidos no sentido de preservar nosso patrimônio comum.

Por desvio entenda-se quando um bem cultural, no caso um espaço de interesse público é utilizado para uma função diferente daquela para a qual este espaço existe, o exemplo mais gritante, diretamente relacionado às práticas e às possibilidades de democratização das atividades de lazer, é a poluição de nossos rios, alguns deles verdadeiros esgotos a céu aberto.

Por açambarcamento entenda-se quando um determinado bem cultural, neste caso uma área pública é monopolizada por um grupo, ou uma pessoa, em detrimento da comunidade. Que cada um de nós tenha um jardim, uma biblioteca ou uma piscina particular, tudo bem. O que não parece correto é o cerco privado às praias, às margens das represas e rios, quando não à apropriação de espaços com a complacência do Estado em seus diferentes níveis.

Seria um grande desafio, e uma enorme contribuição, interessarmos nossos alunos na identificação de temas de pesquisa, buscando a compreensão e a valorização das resistências à essas tendências apontadas, também se necessário, denunciando e exigindo compensações aos desvios e açambarcamentos tão presentes em nosso cotidiano.

Bibliografia

-Dumazedier, Joffre – Sociologia Empírica do Lazer, São Paulo, Perspectiva, 1979.

-Dunning, Eric- Sport Matters: sociological studies of sport, violence and civilization. London and New York, Routledge, 1999.

-Elias, Norbert & Dunning, Eric –A Busca da Excitação. Lisboa, Difel, 1995.

-Elias, Norbert – “Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. ” In O Controle das Emoções; Gebara, Ademir & Wouters, Cas (Orgs.) João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2009.

----- - O Processo Civilizador. Rio de Janeiro, Zahar, 2 vols., 1996.

-Huizinga, Johan – Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura, Tradução de João Paulo Monteiro, São Paulo, Perspectiva, 1980, 2ª ed.

-Varine-Boham, Hugues – Patrimônio Cultural – notas de aula de 12 de agosto de 1984. São Paulo: FAU-USP/IPHAN, 1975.

KEIKO, SARAH E RENA: TRÊS ÍCONES DO JUDÔ MUNDIAL

Adriana Brum²

Resumo: Este artigo apresenta a história de três mulheres que tiveram papel de protagonismo no desenvolvimento do judô: a japonesa Keiko Fukuda, primeira e única mulher a alcançar o 10º Dan e, a pedido de Jigoro Kano, ensinou o esporte pelo mundo; a inglesa Sarah Mayer, a primeira não-japonesa a graduar-se faixa preta pelo Kodokan, em 1936; a norte-americana Rena Kanokogi, que competiu e venceu homens e organizou o primeiro Campeonato Mundial Feminino de Judô.

Palavras-chave: judô; mulheres; história.

Apesar de ter sido criado por Jigoro Kano em 1882 como um método de “educar o corpo, a mente e o espírito e de competir vitoriosamente” (KANO, 1954) e sem restrições de gênero, o judô passou a ser oficialmente ensinado para mulheres a partir de 1923 como uma prática de bem-estar físico, sendo-lhes vetado os handoris (simulações de lutas durante os treinamentos) (SILVA, 1994, p. 198). “Um ponto de vista feminista, porém, veria essa inclusão como conservadora e restritiva porque as mulheres não poderiam ter o mesmo tipo de treinamento dos homens” (MIARKA, et al, 2011, p. 1018, tradução nossa).

A preocupação de Kano com as primeiras praticantes de judô era não machucar seus corpos com as quedas, pois a ideia vigente é de que o corpo feminino seria mais frágil ao impacto e também não prejudicar sua capacidade reprodutiva e, ainda, a estética feminina. As primeiras mulheres judocas recebiam aulas particulares com o objetivo de as fortalecer fisicamente, preparando-as para a maternidade – desde que sempre resguardando seus órgãos reprodutivos – e também como preparando-as para situações hipotéticas de autodefesa. (IDEM, p. 1.022).

Além disso, havia-se o tabu do contato físico entre homens e mulheres, outro fator que possivelmente favorecia para que coubesse a elas principalmente a prática de katas³ e não houvesse lutas entre judocas dos dois gêneros e os treinamentos fossem realizados separadamente, para homens e mulheres.

No registro histórico do judô, comumente são citados nomes de discípulos de Kano que tiveram participação na disseminação e popularização da modalidade, seja no seu ensino, seja como exímios competidores. Todos homens. Neste artigo, serão apresentadas três figuras femininas que também contribuíram para o crescimento do esporte, em diferentes países, também representativas por sua importância para a modalidade.

Do Japão, falaremos de Keiko Fukuda (2014-2013), uma das primeiras discípulas de Jigoro Kano, que tornou-se também a primeira mulher no mundo a atingir, em julho de 2011, o 10º Dan, a mais alta graduação no esporte. Da Inglaterra, apresentaremos a figura de Sarah Mayer, que, longe de ser a primeira mulher praticante da modalidade

² Mestranda em Sociologia do Esporte e Lazer pelo programa de Mestrado do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR), adribrum@yahoo.com.br

³ O kata é um conjunto de técnicas fundamentais, um método de estudo especial para transmitir a técnica, o espírito e a finalidade do judô, em que os golpes são coreografados entre *tori* (o que ataca) e *uke* (o que recebe o golpe), com objetivos didáticos.

em seu país, fez-se notável por tornar-se, em 1935, a primeira ocidental a graduar-se faixa preta (1º Dan) pela Budokan, a escola de judô fundada por Kano. No continente americano, o destaque é Rena “Rusty” Kanokogi (1935-2009), responsável por organizar o primeiro Campeonato Mundial Feminino de Judô, em 1980 e foi uma das combatentes para incluir as mulheres judocas na competição dos Jogos Olímpicos, o que só aconteceu em 1988, em Seul, como modalidade-demonstração e oficialmente quatro anos depois em Barcelona-92.

Keiko Fukuda: Be gentle, be strong, be beautiful

Algumas mulheres já praticavam judô antes da virada para o século 20 no Japão. Na Kodokan a primeira aluna de Jigoro Kano foi Sueko Ashiya, em 1893 (MIARKA et al, 2011), mas somente a partir de 1910 há um interesse de incluir a modalidade nas escolas, com caráter de aprimorar o condicionamento físico das garotas. “O objetivo dos educadores [em Tóquio] era reduzir as taxas de tuberculose oferecendo melhores condições físicas. Infelizmente não havia em locais próximos instrutores qualificados em número suficiente. Além disso, a maioria das escolas não tinha os tatames e os quimonos” (SVINTH, 2001).

Em 1926, a Kodokan cria – oficialmente – seções de treinamento exclusivamente femininas para formar futuras professoras de judô, que vão ao encontro dos ideais de Kano de “ocidentalização” do período Meiji, seguindo os correntes e cientificamente aprovados conceitos de saúde e modernização, em que a “a mulher japonesa ideal precisaria ser preparada para conceber crianças saudáveis, o futuro da nação” (MIARKA et al, 2011).

Uma das primeiras professoras foi a senhorita Yamagata, aluna particular de Jigoro Kano. A primeira mulher a graduar-se faixa preta foi Katsuko Osaki, em janeiro de 1933. Outras garotas desse primeiro grupo (nenhuma delas tinha mais que vinte e pouco anos) eram Masako Noritomi, Ayako Akutagawa, Yasuko Morioka, Masako Wada, e Keiko Fukuda. Esse grupo era ensinado principalmente para os katas e o objetivo é que se tornassem professoras ou tivessem tomassem a prática como atividade física. (IDEM). “Kano queria que nós ensinássemos o judô pelo mundo”, conta Keiko Fukuda (ROMER, 2012).

Única judoca mulher a alcançar o mais alto grau no judô -- o 10º Dan – morreu em 11 de fevereiro de 2013, aos 99 anos – Keiko é um exemplo da contradição e tradição sobre o comportamento social japonês sobre as mulheres judocas. Enquanto viva, era altamente repetida pelo seu amplo conhecimento dos katas e por ser a última das discípulas de Jigoro Kano ainda viva, mas, em 1934 quando foi convidada por Kano para praticar o judô na Kodokan, por ser neta do professor de jiu-jitsu do criador do judô, recebeu repreensões dentro da própria família ao convite. Seu tio se opôs à ideia porque o convite foi feito a uma mulher. Ela conta:

“Minha mãe e meu irmão apoiaram-me porque acharam que eu ia casar com um judoca algum dia, mas não me tornar uma judoca eu mesma [...] Eu escolhi que minha vida seria o judô sobre o casamento [choro] Eu nunca imaginei o quão longa essa vida na estrada [ensinando judô] seria”. (ROMER, 2012)

Ela destaca também o sexismo dentro da Kodokan: o instituto de judô criado por Jigoro Kano fazia diferenciação de gênero nas promoções de faixa. Entre os homens, levava-se em conta os handoris e a evolução técnica. Entre as mulheres, basicamente, se avaliavam os katas. “A Kodokan era conservadora e sexista sobre as promoções de faixa. Eles simplesmente decidiam que a mulher não precisava de nenhuma graduação acima do 5º Dan. Eu fui 5º Dan por 30 anos” (IDEM).

Em 1966, ela migra para os Estados Unidos, a princípio temporariamente, mas acaba ficando no país, residindo no país e tornando-se cidadã norte-americana, abrindo mão da cidadania japonesa (SULLIVAN). Não casou ou teve filhos. Ela viajou todo o país ensinando os princípios do judô e também deu seminários na Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Noruega e Filipinas. Aos 76 anos, foi à França ensinar os técnicos dos atletas melhores ranqueados do país (IDEM).

Keiko Fukuda também escreveu um livro: *Born for the Mat – a Kodokan Kata textbook for women* (algo como “Nascida para o tatame – um livro para mulheres sobre os katas da Kodokan), em que apresenta, em texto e fotos, a sequências dos katas, algo bastante caro para ela. Tanto que Keiko usou seu prestígio nos Estados Unidos para criar sua própria competição: o Keiko Fukuda Championship, em que os judocas concorrem não pelos shiais (lutas de combate), mas pela apresentação dos katas. Ela também desenvolveu seu próprio lema dentro do judô: “Be gentle, be strong, be beautiful” (seja gentil, seja forte, seja belo).

No Japão, a ampliação do número de garotas praticando a “arte da suavidade” ou a “arte da gentileza” só acontece a partir das décadas de 1950, acompanhando a tendência ocidental, onde as conquistas de igualdade de gênero ganharam força com as feministas. O resultado da 2ª Guerra Mundial no país também reflete nos tatames japoneses, mas pouco disso Keiko vai acompanhar, já morando nos Estados Unidos.

O currículo escolar japonês foi reformulado na década de 1980, quando o país assinou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher, em que o Artigo 10 determinava que os currículos deveriam ser iguais para meninos e meninas, inclusive sobre a prática de artes marciais (MIARKA et al, 2011. p.1.025).

As Cartas de Sarah Mayer

Na Europa, Lemarchal (2005) lembra foi na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos um grande número de mulheres começa a praticar judô e sempre mulheres adultas, nunca crianças, Mas o judô é ainda tratado como curiosidade. A ênfase é na beleza dos movimentos, na estética e na prática dos katas. O judô feminino cresce mais como um balé do que um esporte de combate.

Em 1924, Hikoichi Aida e Keishichi Ishiguro introduziram o judô da Kodokan em Paris e durante a segunda parte da década de 1920 o pintor Tsugii Fujita deu algumas aulas de judô particulares para seus amigos. Nesse período, no entanto, não se há registros de mulheres praticando a arte marcial japonesa até 1935 no país. No anuário internacional de Judô de Henry Plée de 1950, dos 7.542 judocas franceses, 130 eram mulheres (SVINTH, 2001). Em Paris, um campeonato nacional feminino foi organizado em maio de 1950 à parte do campeonato nacional e disputado por mulheres graduadas

com a faixa laranja, com 20 participantes. O torneio deixou o público perplexo e na foi repetido. Ainda assim, começou a se falar sobre o assunto e algumas reportagens sobre o jud feminino circularam na imprensa. A primeira faixa preta foi a madame Levannier, em 1951 (LEMARECHAL, 2001).

Groenen (2005) destaca que o judô feminino se desenvolve de maneiras distintas na França e na Inglaterra, especialmente no que se refere à organização política. No primeiro caso, a prática do judô pelas mulheres é autorizada, mas mantém-se sob tutela dos homens, enquanto no caso inglês, houve mais interesse em estimular a participação delas na gestão da modalidade.

Na Inglaterra, há registros de mulheres praticando o jiu-jitsu em 1903. Emily Diana Watts tinha aulas com Sadakazu “Raku” Uyenishi, um dos primeiros judocas na Inglaterra, que fez lutas em salões musicais de Londres e tinha seu clube de judô no Golden Square, no Soho londrino (SVINTH, 2001),

Outro clube pioneiro da capital londrina é o Budokwai, onde praticava aulas de judô uma figura que fez-se notável: apesar de escassos registros biográficos, sobre ela Sarah Winifred Benedict Mayer tem-se tornado referência pelas cartas que enviou ao seu professor, Gunji Koizumi, presidente do Budokwai, narrando sua estadia em Kobe, Kyoto e Tóquio, entre 1934 e 1935 para treinar judô. Tais documentos tornaram-se ricas fontes de pesquisa sobre a história da modalidade.

Sem contar que a figura de Sarah, em si, levanta muita curiosidade sobre o período em que viveu e sua relação com o judô. Sarah Mayer era de uma família de sucesso no teatro. Seu primeiro casamento foi com o filho do prefeito de Londres. O segundo casamento foi com um membro de uma bem-sucedida família de mercadores de diamantes. Ela foi atriz, escreveu peças de teatro e atuou como jornalista em Londres (CALLAN E SPENN, 2009) e tinha “dois dos mais importantes pré-requisitos para ter uma relativamente livre e irrestrita vida como uma mulher britânica casada nos liberais anos 1930: era rica, era uma atriz e escritora. Suas cartas revelam uma personalidade forte e independente” (MIARKA et AL 2011).

Nos tatames, ela também fez história. Foi manchete do Japanese Times de 1º de março de 1935, que estampava: “Mulher estrangeira conquista Shodan no Instituto Butokukai”. Sarah foi a primeira não-japonesa a graduar-se faixa preta da Kodokan, pelo Kyoto Butokukai, em fevereiro daquele ano (MAYER).

Em uma de suas cartas, ela diz não ter certeza se deveria receber a honraria. Na metade daquele ano, ela retornaria a Londres trazendo consigo Ichiro Hatta que posteriormente se tornaria o técnico da seleção olímpica japonesa de wrestling.

Nos textos enviados a Koizumi, ela relata as relações com outras moças, japonesas, apontando diferenças culturais, e inclusive de tratamento nos treinamentos. Chama a atenção que, ao contrário de Keiko Fukuda, ela não aparenta ver grandes atos de sexismo por parte dos homens de quem recebeu treinamento, embora, em uma das cartas, relate que em Kyoto foi levada pelo sensei Isogai a levou para uma sala onde “onde dúzias de homens estavam em ‘estado natural’ e me convidou a trocar em minha roupa de judô” (MAYER, 23 de julho de 1935). Ela considerou a atitude do sensei como um ato de “colocar os ‘pretensos a se tornarem judoístas’ em seu lugar”. Na mesma carta, ela conta sobre os encontros com britânicos e norte-americanos que estão no Japão, refutando a ideia de que os homens japoneses não respeitam as mulheres:

“Um homem que me encontrou com o Sr. Yamamoto disse-me que fazia seu sangue ferver ver-me deixar um homem andar a minha frente. Eu lhe disse que eu preferia o sangue dele fervendo ao sangue de todos os homens do Butokuden que olham para Sr. Yamamoto com respeito e esperariam que eu fizesse o mesmo” (IDEM)

Em sua estadia em Tóquio, ela relata diferenças dos treinamentos entre homens e mulheres. Até então, ela vinha participando dos treinamentos com os homens: “As garotas são tão polidas umas com as outras. Elas nunca tentam evitar nenhum golpe, mas apenas trocam golpes, lançando-se gentilmente no tatame”. (MAYER, 30 de setembro de 1934).

Sarah chegou a conhecer pessoalmente Jigoro Kano nesse período em Tóquio. Sobre o fundador do judô, ela diz: “Encontrei um charmoso velho cavalheiro com hábitos europeus que me cumprimentou calorosamente e me fez sentir praticamente em casa. [...] Ele insistiu na importância do aprendizado dos katas em todas as suas formas” (IDEM). Sarah ainda teve a oportunidade de, participar das apresentações de 50 anos da Kodokan e dos duros treinamentos de inverno (kankeiko) do início de 1935, sendo a única mulher do grupo.

Rena “Rusty” – A “advogada” do judô feminino

No mesmo ano que Sarah Mayer era promovida à faixa preta – 1935 – no Estados Unidos, nascia Rena Glickman, no Brooklyn. Ela aprendeu judô com em seu bairro e logo começou a competir nos clubes de judô da cidade.

Em artigo publicado na revista francesa especializada em judô, *L’Spirit du Judo*, o doutor em Ciências e Técnicas de Atividades Físicas e Esportivas e professor da Universidade de Bourdeaux, também 7º Dan de judô, Michel Brousse, destaca a imagem mais emblemática de uma judoca, a da norte americana Rena “Rusty” Kanokogi, que em 1959 venceu um campeonato até então disputado apenas por homens:

“Com os cabelos cortados curtos e os peitos enfaixados, a americana participa com sucesso a um campeonato por equipes no estado de Nova York. Ela foi, no entanto, privada de sua medalha de ouro simplesmente porque ela não era um homem [nada na regra impedia que mulheres participassem da competição, porém nada tampouco deixava claro que era uma competição para ambos os sexos]. Esta discriminação não lhe deu mais que mais determinação para k.h.y continuar seu combate, até hipotecar sua casa para organizar o primeiro Campeonato Mundial Feminino, em Nova York, em 1980. [...] Dois anos mais tarde, a realização da segunda edição em Paris iria colocar definitivamente as coisas em seu lugar, com um judô feminino em constante crescimento. (L’ESPRIT DU JUDO, 2013, p. 51, tradução nossa)

Naquela competição, ela entrou para substituir um colega que havia se machucado e não houve contestação de seu sexo até que venceu todos os combates. A medalha que lhe foi tirada naquele ano de 1959 só lhe foi restituída em 2009 (WILKINS, J.; BOYLE, C, 2009) pela New York State YMCA, meses antes de sua morte. Sem opções para competir nos Estados Unidos, Kanokogi viajou para Tóquio em 1962, onde treinou na Kodokan, onde conheceu Ryohei Kanokogi, faixa preta em judô e karatê, de quem adotaria o sobrenome que a faria conhecida. (THURSBY, 2009).

Rena foge ao perfil que tradicionalmente vinha sendo traçado das mulheres praticantes do judô nas primeiras décadas: vindas da elite, utilizando o esporte ou para o condicionamento físico ou para a defesa pessoal, destacando-se desde o início da sua prática pelo interesse pelas competições.

Svinth (2001) destaca que a maioria das mulheres norte-americanas não é de ricas socialites e, nos seus locais de trabalho, elas sofrem assédio sexual, então, defesas contra os atacantes eram desejadas. Quando Jigoro Kano compareceu a uma demonstração no New York Jiu-Jitsu Club on em 16 de julho de 1936, o jornal *Seattle's Japanese-American Courier*, de Seattle, destacou que não eram poucos os japoneses e as mulheres americanas que acompanharam o evento.

Rusty morreu em 23 de novembro de 2009, vítima de leucemia, ao 74 anos. Em 1988, ela foi a técnica da seleção feminina dos Estados Unidos nos Jogos Olímpico de Seul (THURSBY, 2009), quando pela primeira vez as mulheres competiram no judô, como modalidade exibição⁴. No ano seguinte, entrou para o Hall da Fama da Federação Norte-Americana de Judô, com outros quatro nomes entre eles o de Ronda Rousey, hoje famosa lutadora de Mixed Martial Arts (MMA)⁵.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CALLAN, M. & SPENN, A. (2009) A Fashionable Judo Girl, Sarah W B Mayer (ne. Tapping) (1896 – 1957). **International Association of Judo Researchers Symposium**. Rotterdam, disponível em <http://www.judospace.com/research/case-studies/6th-international-science-of-jud/>, acesso em 18 de junho de 2014;

CASTELLANI FILHO, S. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 2007.

CORDEIRO, I. **A história dos Jogos Abertos do Paraná**. Londrina: Pé Vermelho, 1996.

GROENEN, H. **La pratique du judo féminin en France et en Angleterre de l'entre-deux-guerres au début des années 1970: entre traditions et sportivisation, entre tutelle masculine et emancipation**. in Terret (dir.), *Sport et genre. XIXème-XXème siècles*, Paris, L'Harmattan, vol. 1, 2005, pp. 223-242.

KANO, Jigoro. **Illustrated Kodokan Judo**. Tokyo: Kodansha, 1954.

⁴ O judô feminino se torna modalidade olímpica oficialmente na olimpíada seguinte, em Barcelona-92.

⁵ (<http://www.usjf.com/organization/committees/hall-of-fame-committee/> acesso em 21 de julho de 2014)

LEMARECHAL, H. **Discrimination and Sexual Harassment in Judo**. In The Kano Society The Bulletin. Issue nº 14, September 2005, disponível em <http://www.kanosociety.org/Bulletins/bulletinx14.htm> - acesso em 23 de junho

L'ESPRIT DU JUDO. **Dossier Le Judo en Rose**. nº 44. Juin-juillet, p. p. 42-60. Seine: K. Editions, 2013.

MAYER, S. **The first non-japanese awarded black belt rank in judo**. Disponível em <http://judoinfo.com/mayer.htm>, acesso em 12 de novembro de 2013.

MIARKA, B. et Al. **Reinterpreting the History of Women's Judo in Japan**. In The International Journal of the History of Sport, vol. 28, nº 7, maio de 2011, p. 1016-1029;

OSNOS, E. **Thank you, Rusty Kanokogi**, in The New Yorker de 25 de novembro de 2009, disponível em <http://www.newyorker.com/news/letter-from-china/thank-you-rusty-kanokogi>, acesso em 14 de junho de 2014;

ROBINSON, J. **Rusty Kanokogi, Fiery Advocate for Women's Judo, Dies at 74**, in The New York Times de 22 de novembro de 2009, disponível em http://www.nytimes.com/2009/11/23/sports/olympics/23kanokogi.html?_r=0, acesso em 14 de junho de 2014;

ROMER, Y. G. **Mrs. Judo: Be Gentle, be strong, be beautiful**. Documentário sobre Keiko Fukuda, 2012. Trecho disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RpM0x_D9VqI, acesso em 10 de julho de 2014;

SILVA, Gisele Passeri da. **Histórico da Mulher no Judô – Preconceitos, estereótipos e discriminações**. Motrivivência, Revista de Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis,, número 5, dezembro de 1994.

SULLIVAN, K. **A lifetime of Judo: Keiko Fukuda**. In <http://judoinfo.com/fukuda.htm>, acesso em 15 de maio de 2014;

SVINTH, J. **The Evolution of Women's Judo, 1900-1945**, fevereiro de 2001, in InYo: Journal of Alternative Perspectives, disponível em http://ejmas.com/jalt/jaltart_svinth_0201.htm, acesso em 3 de dezembro de 2013.

THURSBY, K. **Rena "Rusty" Kanokogi dies at 74; U.S. women's judo pioneer**. In Los Angeles Times de 24 de novembro de 2009, disponível em <http://articles.latimes.com/2009/nov/24/local/la-me-rena-kanokogi24-2009nov24>, acesso em 14 de julho de 2014;

WILKINS, J.; BOYLE, C. **Woman who posed men to become judo champ finally gets gold – 50 years after being stripped of it**, in Daily News de 22 de agosto de 2009, disponível



CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA

em <http://www.nydailynews.com/new-york/brooklyn/woman-posed-man-judo-champ-finally-gold-50-years-stripped-article-1.398048>, acesso em 14 de julho de 2014.

MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CONTINUADA EM UMA CIDADE DO INTERIOR DA BAHIA (1984-2012)

Alantiara Peixoto Cabral¹

Felipe Eduardo Ferreira Marta²

Resumo: Esta comunicação buscou nas memórias de um professor, elementos referentes ao processo de formação profissional e as escolhas de formação continuada tendo como metodologia de trabalho a história oral. As reminiscências deste professor possibilitaram pensar a formação em Educação Física na Bahia. Seu relato nos possibilitou perceber indícios de uma formação tecnicista presente no curso oferecido pela UCSal e aspectos pragmáticos quanto suas escolhas profissionais em relação à formação continuada.

Palavras-chave: Memória, Educação Física e formação de professores

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a educação atual não é tarefa das mais fáceis em uma época caracterizada pela diversidade de pensamentos, paradigmas, ações. A Educação Física, enquanto prática sociocultural, também esteve (e está) historicamente exposta a diversos questionamentos, funções e interpretações. No Brasil, a Educação Física tem sua história alicerçada em contextos de transformações educacionais sempre correlacionadas com mudanças políticas e sociais.

A presente comunicação parte de um projeto mais amplo de mestrado em andamento, pautou-se na análise do relato de um professor Educação Física da rede estadual da Bahia, destacando-se elementos referentes à formação profissional e as escolhas de formação continuada definidas ao longo da carreira deste professor.

Para tanto, foi utilizada como metodologia a história oral, por se acreditar que esta estratégia metodológica possibilita uma visão mais subjetiva das experiências e como Portelli (1997) afirma, a subjetividade é a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e dos fatos orais narrados, sendo mais do que uma interferência.

Mediante esta metodologia buscamos descortinar as lembranças da história de vida do depoente, objetivando exposição de suas idéias sem amarras, tendo a memória como uma grandeza fundamental para a construção e ressignificação entre o passado e o presente que envolve a formação profissional e as escolhas de formação continuada.

A escolha do ator desta pesquisa se deu devido à sua atuação na primeira escola normal da cidade, Centro Educacional Profissional Regis Pacheco (CEEPRP). Instituição de ensino que durante sua trajetória passou por diversas modificações e denominações.

¹ Professora do Instituto Federal da Bahia e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, alantiara@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais (DCN) e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: fefmarta@gmail.com

Inicialmente no ato da criação em 14 de dezembro de 1948³ sob a Lei nº 130 foi denominado Ginásio Público Régis Pacheco, mais tarde com a ampliação do seu espaço passou a ser designado como Instituto Régis Pacheco (IERP) e desde 2011 passou a ser chamado de Centro Educacional Profissional Regis Pacheco.

Alberto Andrade Ferreira, o professor de Educação Física entrevistado neste estudo, iniciou sua trajetória de formação em Educação Física no final da década de 80 na Universidade Católica de Salvador, UCSal. Já sua atividade de docência na educação básica pública, teve início em 1990 no então IERP. Nesse sentido, é importante frisar que o processo de formação deste profissional está cronologicamente próximo ao período em que a Educação Física no Brasil enquanto área de conhecimento passou por um intenso debate e mudanças e que sua atuação profissional se iniciou em um momento em que começa a existir um número maior de docentes formados na Educação Física no Estado da Bahia.

Deste modo, a partir depoimento deste professor buscamos, pautados em Thompson (1997), as relações entre o modo como esse ator se lembrou de suas experiências e os tipos de história pública dessas experiências, compreendendo o público como família, local de trabalho e/ou clube, dentre outros.

Assim o presente estudo compreende que “fazer história oral significa, portanto produzir conhecimento histórico, científico e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’” (AMADO e FERREIRA, 2002, p.17). Consequentemente nossa pesquisa foi direcionada para responder os seguintes questionamentos: Porque escolher o curso de Educação Física? Como se configura sua formação profissional da universidade até os dias atuais? Quais as suas escolhas profissionais depois da graduação? Porque a escola como *lócus* de trabalho? Quais as suas opções e escolhas de formação continuada durante e depois de formado?

Os primeiros passos de um professor: Da formação Universitária à Carreira Docente

Pires (2008), no seu estudo sobre a Educação Física na Bahia, relata que o primeiro curso a formar professores em solo baiano foi o da Universidade Católica de Salvador – UCSal. Concebido em 1973 sob a amparo da resolução CFE nº 69/69⁴ este curso tinha como uma de suas características o oferecimento de uma formação em 3 anos.

³ Sua criação foi em 14 de dezembro de 1948, no entanto sua primeira aula inaugural só veio acontecer em 19 de março de 1952, neste momento o Governado do Estado era Régis Pacheco e o prefeito da Cidade Lomanto Júnior.

⁴ **Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos Cursos de Educação Física.** No Art. 1º - A formação de professores de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Licenciado em Educação Física e Técnico em Desportos; Art. 2º determina as matérias do currículo mínimo; Art 3º - O curso terá a duração mínima de 1.800 horas-aulas, ministradas no mínimo em 3 anos e no máximo em 5 anos. Art 4º - Es escolas poderão oferecer apenas o curso de licenciatura em Educação Física, deixando de incluir os dois desportos exigidos para o título de Técnico Desportivo. Analogamente o aluno poderá optar somente pelo curso de licenciatura, mesmo quando a escola ofereça a possibilidade da obtenção do título de Técnico Desportivo. Art 5º - Os atuais diplomados pelo curso superior de Educação Física podendo completar o curso de Técnico Desportivo mediante o estudo e aprovação nas matérias para tanto lhes faltarem.

Foi nesta instituição que Alberto José Andrade Ferreira realizou sua formação. No ano de 1984, aos 17 anos, nosso depoente, iniciou os estudos na UCSal, seu passado como atleta contribuiu de maneira significativa para seu sucesso durante a graduação.

Esta escolha profissional não foi sua única opção, inicialmente tinha como objetivo principalmente medicina e educação física, realizou 4 vestibulares (medicina, educação física, odontologia e ciências). Não sendo aprovado apenas em medicina, optou por educação física por uma questão de comodidade e afinidade devido ao seu forte envolvimento com o esporte da sua cidade natal, Jequié, durante a juventude.

O professor narra que durante a sua infância e adolescência sempre esteve envolvido com o esporte, participava do time da escola e também do time de futebol do seu bairro. O esporte sempre esteve presente em sua vida, como atleta e como telespectador das práticas dos seus familiares, pai, tio, primos, todos envolvidos com a prática do esporte. Esta realidade de vivência com o esporte justificou a sua escolha profissional.

Botti e Mezzaroba (2007) afirmam que os estudantes de educação física têm justificado frequentemente sua escolha profissional com base principalmente no contexto esportivo, uma vez que, possuem um repertório diversificado em atividades físico-desportiva-recreativa e experiências de sucesso nesta área.

Estas experiências anteriores com o esporte são importantes para entender sua vida na universidade também, não só sua escolha profissional. O professor Alberto é reconhecido na Universidade pelo seu envolvimento com o esporte, sendo caracterizado como aluno de Valfredo⁵. Experiência e reconhecimento que contribuíram de maneira significativa durante toda a sua graduação. “Por eu ter sido atleta ficou tudo bem mais fácil”.

Segundo o depoente, em sua configuração o currículo do curso da UCSal neste período, mesmo sendo de Licenciatura, era orientado, sobretudo, para a formação esportiva. Suas disciplinas tratavam cada modalidade esportiva, enfatizando-se a iniciação esportiva, e não as metodologias pedagógicas.

Qual a metodologia que você, naquela época não, não era assim que se falava, lá falava iniciação esportiva, então você vai dar iniciação, como você vai iniciar com seus alunos? (...) Como é que você vai colocar ele para fazer? Tocar a bola, qual é a posição? Como é que você vai fazer a punhadura da bola? Como é que você vai? Quais são os exercícios que você pode fazer em cima da punhadura, né? (...) Era licenciatura plena. Só que na realidade era mais voltado para área de academia, o curso lá era bem focado mesmo na parte de fisiologia, na parte de... pera aí. Tinha 5 disciplinas de ginástica, né? Tinha ginástica 1, 2, 3, 4 e 5. Tinha... cinesiologia forte, tinha musculação mesmo, sabe para você montar, montar o macro-ciclo, meso-ciclo, então era uma coisa mesmo bem voltado para área de academia

⁵Valfredo Ribeiro Dórea é tido como um dos professores referência na Educação Física em Jequié, pertenceu a primeira turma de Educação Física formada pela UCSal no ano de 1976.

Assim, encontramos uma realidade em que a aula é como um treino esportivo, um modelo de aula baseado nos parâmetros fornecidos pelos métodos de treinamento. As partes constitutivas de uma aula são ditadas mais pela Fisiologia, agora já acrescida do item "esforço", do que pela Pedagogia (SOARES 1996).

Na esfera da educação física brasileira reconhecemos neste momento histórico, final da década de 1970, um processo de mobilização social em defesa da democratização da sociedade brasileira, um segmento de intelectuais vinculados à Educação Física (a maioria deles com formação em pós-graduação nas áreas de ciências humanas) passa a explicitar as denúncias das possíveis relações existentes entre as concepções de Educação Física e a ideologia dominante.

Com uma experiência desde a juventude marcada pela prática esportiva e uma formação ligada diretamente à educação física não formal, não de se espantar que a primeira experiência profissional de Alberto Ferreira, ainda durante a graduação, tenha sido em academias de ginástica. Além disso, sua formação em licenciatura fortemente marcada por um currículo técnico abre caminhos também para sua atuação em escolas. Desta maneira, ao concluir sua graduação, Alberto Ferreira, tinha oportunidades de empregos nas duas áreas de atuação em sua cidade de origem.

Na conjuntura histórica da década de 1980, há grande escassez de profissionais formados em Educação Física no estado da Bahia. Assim, ser formado em Educação Física, sobretudo nas cidades do interior, era uma garantia de emprego. Esta situação decorre do fato de que neste período não existia formação para esta área no interior, realidade que perduraria até o final da década de 1990⁶.

Em Jequié, mesmo estando empregado na iniciativa privada, Alberto Ferreira ainda buscava sua estabilidade financeira e foi pensando nisso que em 1990 ele prestou o concurso para professor efetivo do Estado da Bahia, obtendo a aprovação.

A esse respeito, um dado importante referiu-se à quantidade de profissionais formados em Educação Física inscritos por ocasião deste no concurso, segundo Alberto Ferreira apenas 6 (seis) pessoas foram inscritas para concorrer a 4 (quatro) vagas, no entanto apenas 3 (três) dos professores obtiveram a aprovação deixando uma das vagas sem preenchimento, algo contrasta com o momento atual da Educação Física na Bahia em que assiste-se a uma situação inversa.

O início de sua atuação na rede pública se dá no colégio mais antigo da cidade, o IERP, como citado anteriormente. Concomitantemente a este trabalho, Alberto Ferreira mantém sua atuação em academias de ginástica e como personal trainer. No IERP, sua atuação se dá primeiramente com a disciplina "jogos e recreação" para o antigo curso de magistério em nível de ensino médio que tinha como objetivo formar professores para atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I.

Formação Continuada: Opções e Escolhas

⁶Somente em Julho de 1996 que o interior da Bahia assiste à implementação do primeiro curso de Licenciatura em Educação Física, o curso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e segundo curso público do estado da Bahia. Atualmente temos uma realidade avançada no que se refere a oferta de formação em Licenciatura em Educação Física, especificamente na esfera pública. Atualmente seis universidades públicas oferecem o curso, são elas: UFBA (em Salvador, primeiro curso público de Educação Física da Bahia, implementado em 1988); UNEB (campus em Alagoinhas, Guanambi, Jacobina), UESB (Jequié), UEFS (Feira de Santana), UESC (Rodoviallhéus/Itabuna, Município de Ilhéus) e UFRB (Amargosa).

A formação continuada é um tema que tem sido bastante discutido no meio acadêmico. Como consequência, o tema tem conquistando um lugar de destaque em meio as ações governamentais no Estado da Bahia nos últimos anos. Entretanto, questionamos o alcance destas ações e seus afeitos junto aqueles que mais necessitam dela, ou seja os professores que atuam na Educação Pública, pois para estes profissionais o acesso à formação continuada muitas vezes se resume à realização de cursos de pequena duração e muitas vezes sem relação direta com prática docente. Seriam estes cursos capazes de modificar as práticas existentes?

Alheio a este debate, Alberto Ferreira constrói sua trajetória profissional optando por durante e após a graduação por cursos voltados para a área fitness.

Foi, por que assim, na realidade, na realidade a faculdade só me deu assim, sabe os *insights*, o que eu aprendi foi no curso. Foi com curso. É... simpósio latino americano, simpósio brasileiro, enef, eneef, que é encontro nacional de estudante que agente ia fazer, aí sempre tinha um curso interessante, foi com isso que... na realidade o meu... meu processo de desenvolvimento, passou , passou a partir disso. Eu tenho, um mestrado e meio de curso com a carga horária, eu tenho 3600h de curso.

Assim, encontramos um processo de formação continuada firmado em cursos de pequena duração que pouco valorizam a troca de experiência profissional, respondendo apenas a exigência do mercado não formal, ou seja fitness, e pouco contribuindo no exercício profissional do professor de educação física escolar. O que se justifica também pelo fato de que até o final da década de 1980 só existia no Estado da Bahia um curso de formação inicial, com características notadamente tecnicistas.

Quando questionado a respeito de sua opção por estes cursos nosso depoente se justifica elogiando a proposta dos cursos na área fitness. De fato, até o ano de 2010, Alberto Ferreira não realizaria nenhum curso de formação continuada voltado para a sua atuação na educação física escolar. A oportunidade lhe foi dada quando a rede estadual propôs um curso de capacitação intitulado “Capoeira-patrimônio de todos nós⁷”.

Foi assim, foi módulo comum, primeiro modulo foi, o professor veio, Glau...Lau...Glauber. Glauber. Glauber. Veio da secretaria trouxe a ementa do curso, foi a primeira parte a parte teórico, bem teórico mesmo falando sobre esta parte da historicidade da capoeira. Na segunda parte da foi Virgilio e mestre Mago que

⁷Esta capacitação, segundo a síntese dos programas estruturantes do Estado da Bahia teve como objetivos: Capacitar e/ou atualizar os professores da rede pública de ensino no intuito de desenvolver ações pedagógicas do ensino da capoeira como prática educativa voltada ao respeito à diversidade étnico-racial e cultural.; Capacitar e/ou atualizar os professores da rede pública de ensino, oportunizando-lhe subsídios teóricos – metodológicos para o uso da capoeira como instrumento de educação voltada ao respeito à diversidade étnico-racial e cultural e Elaborar, juntamente com os professores, um material didático-pedagógico que sirva de dispositivo pedagógico.

vieram e deram a parte prática também da capoeira, a parte de movimentação de... metodologia de como trabalhar a capoeira, sem trabalhar a capoeira, sem trabalhar os golpes a princípios né? Fazendo aquela toda movimentação utilizando de jogos, da ludicidade para poder desenvolver os movimentos da capoeira que é a: ginga, é... os agachamentos, as quedas né? E os golpes da capoeira sem ser, sem descrever como golpe. Depois veio mesmo Virgílio e mestre Mago que já veio com aquela parte analítica da capoeira, o golpe, repete e faz e repete e aí depois o jogo da capoeira. Veio também ensinando a parte de instrumento, como é que toca a capoeira, os instrumentos da capoeira, o birimbau, atabaque e o pandeiro. Como é que toca. (..)A justamente, agente vivenciar isto na escola e fazer um, poderia ser um, em forma de oficina ou em forma de unidade, fazendo o planejamento toda da unidade como faz o estado né? Aquela parte de competência, habilidades e aí vem aquela coisa toda e decorrer durante a unidade ou você fazer uma oficina e dentro das oficinas você seguir aquelas parâmetros: Justificativa, objetivo, objetivo específico, tal... toda aquela... e aí registrar tudo e aí juntar tudo e fazer um DVD e mandar para a secretaria.

Vemos nas temáticas trabalhadas não mais a predominância da realidade técnica e instrumental, mas sim uma realidade que tenta se aproximar das necessidades do contexto escolar.

Outro curso, também proposto pelo Estado, foi realizado por Alberto, na modalidade de ensino à distância. O denominado “Curso de Atualizações em Práticas Pedagógicas” aconteceu em 2012 e foi dividido em três momentos: inicialmente uma discussão com professores de diversas áreas de conhecimento, depois o grupo era composto com os professores da área de linguagem e por fim com os professores de educação física, tendo como proposta a construção de um projeto que deveria ser aplicado na escola.

Vemos nas duas propostas o retorno ao espaço da escola. Nesse sentido, acreditamos que a troca de experiências entre os educadores pode ser um dos movimentos mais importantes no processo de formação continuada. Para Tadif (2002), é no exercício da profissão através de suas experiências, que os saberes são construídos, assimilam novos conhecimentos e competências e desenvolvem novas práticas e estratégias de ação. Dessa forma a escola passa a ser o lugar onde também se constrói conhecimento pedagógico.

Outro aspecto importante sobre a formação continuada do nosso depoente, ocorre em 2012 com a realização de um curso de especialização, ou seja, depois de 27 anos de formado. O depoente justifica esta demora pelo fato das despesas para a realização de uma especialização serem maiores que os benefícios financeiros posteriores, e quando “pinta esta especialização, como é na minha cidade e sem custos eu falei eu vou fazer”. O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia em Educação Física e Esportes foi oferecido pela UESB em convênio com a Secretária do

Estado da Bahia, sendo 70% das vagas destinadas aos professores da rede pública estadual de ensino.

Quanto à vivência na especialização, foram relatadas experiências positivas que contribuíram de maneira significativa para a melhoria de sua prática profissional.

Considerações Finais

Alberto Ferreira escolheu o curso de Educação Física por questões de afinidade e comodidade. O professor teve uma vivência com o esporte durante a sua infância e adolescência e o curso de Licenciatura em Educação Física estava localizado na cidade de Salvador, cidade onde tinha parentes, daí a afinidade e comodidade.

Sua formação enquanto professor de Educação Física, acontece no final da década de 1980, momento que as vertentes de ensino tecnicistas são questionadas e visões críticas sobre a prática pedagógica da educação física começam a fazer parte do discurso dos estudiosos, no entanto o depoente é fruto de uma formação baseada no currículo com princípios tecnicistas.

Princípios de formação que justificam suas escolhas profissionais. Inicia sua atuação como personal trainer, em academias de ginásticas e em uma escola particular. Neste último ambiente de trabalho, mesmo sendo um ambiente pedagógico sua ação resumia-se à de treinador de uma modalidade esportiva. O interesse em iniciar sua atuação na rede pública surge devido à necessidade de estabilidade financeira.

Durante suas escolhas de qualificação profissionais, ainda na graduação, optou-se por cursos de curta duração e na área não formal, realizando apenas cursos na área da educação física escolar quando propostos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, demorando 25 anos para realizar a sua primeira especialização.

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Ed. Louola. 5ªed, 2005

BOTTI, M.; MEZZAROBBA, C. **Relação entre as experiências anteriores e a escolha do curso na formação profissional em Educação Física**. Revista da educação física, Maringá, v. 18, p. 217-219, 2007. Suplemento

DEMO, Pedro. **O professor e seu direito de estudar**. In: SHIGUNOV, Neto Alexandre; MACIEL, Lizete S. B. (Orgs.). Reflexões sobre a formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Lizete S. B. (Orgs.). Reflexões sobre a formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2002.



PIRES, R. G. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional.** 2008. 116f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História.** São Paulo: EDUC, n. 14, fev/1997, p. 25-39.

SOARES, C. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. *Rev. Paul. Educ. Fís.*, São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias.** Ver. Projeto História, São Paulo, nº15, abril, p.51-84, 1997.

ARAUJO, Robert Mauricio de Oliveira; CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. **Formação continuada de professores de educação física escolar: da necessidade às possibilidades.**

OS JOGOS INFANTIS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA

Alexandre Paulo Loro¹

Ademir Gebara²

Resumo: O objetivo do artigo é discutir as relações estabelecidas entre crianças descendentes de bolivianos e crianças brasileiras, a partir da situação de jogo. A pesquisa envolveu população estudantil que frequenta a educação básica brasileira em uma região fronteiriça. Os jogos proporcionam entre os participantes comportamentos distintos, o que nos leva a entender que é preciso compreender as relações de poder estabelecidas e como as fronteiras foram ocupadas.

Palavras-chave: Fronteira. História. Jogos.

INTRODUÇÃO

O jogo é uma dimensão construída culturalmente e implica na participação de indivíduos. Neste texto discutiremos alguns comportamentos de crianças descendentes de bolivianos que vivem em uma região de fronteira. Para tanto, a pesquisa empírica apoiou-se na população estudantil, que possui certidão de nascimento brasileira e frequenta a educação básica. Desta maneira, por meio de entrevistas, procuramos demonstrar a existência de comportamentos distintos, quando os jogos se verificam na escola e onde o encontro destas comunidades é inevitável, em relação aos jogos quando praticados no grupo intercomunitário.

Para dar maior densidade ao nosso argumento, estabeleceremos algumas referências que nos ajudam a pensar questões mais amplas relativas às situações fronteiriças. Para tanto, tomamos como ponto de partida a célebre tese de Turner, de relevante contribuição para percebermos que o movimento de migração americana pode ser tomado como referência para os estudos em região fronteiriça no Brasil.

Turner publicou em 1893 a obra *The Frontier in American History*. Ao utilizar a metáfora da “onda” para retratar o movimento de colonização nos Estados Unidos (EUA) permitiu-nos entender os avanços da fronteira americana no movimento da colonização, como um movimento de onda que adentra o país. A história da colonização americana foi, em grande medida, a história da civilização do velho Oeste. As terras livres e o avanço da colonização em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano. As instituições americanas foram compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão (para a travessia de um continente; o desbravamento de terras selvagens; as condições econômicas e políticas da fronteira); desta forma, a fronteira seria “o pico da crista de uma onda”, o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização.

No decorrer do processo de ocupação dos EUA, a costa oeste (Pacífico) já havia sido conquistada (MONBEIG, 1940). No entanto, no Brasil, o avanço rumo ao Oeste teve outra conotação: criou-se uma representação de lugar a ser conquistado, onde a riqueza deveria ser extraída e produzida para retornar a Portugal. Em específico, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS), que faz fronteira com Paraguai e Bolívia, chegaram inúmeros

¹ UFFS/UEM - alexandrepaulloro@yahoo.com.br

² Bolsista CAPES-PNVS-UFGD - ademirgebara@ufgd.edu.br

migrantes/imigrantes ao longo do tempo. Nesse cenário, surgem novas configurações regionais, direcionando os destinos, modificando espaços físicos e geográficos e redefinindo as organizações sociais.

FRONTEIRAS

José Honório Rodrigues (1978) apontou de maneira enfática: “Os Caminhos Antigos e o Povoamento são, para a historiografia brasileira, o que *The Frontier in American History* de Frederick Jackson Turner é para a historiografia americana”³. Vejamos, rapidamente, como essa questão se apresenta, pois esta apresentação de Turner evidencia sua importância para outras abordagens nacionais. Apreciações semelhantes podem ser encontradas no Canadá, Austrália, em países asiáticos e europeus orientais. Tal fato é evidência da natureza desafiadora das instigantes proposições de Turner, sugerindo temas de pesquisa em torno das questões de fronteira.

A tese Turner sobre o impacto da fronteira na construção de uma civilização foi apresentada como comunicação na reunião da *American Historical Association* em 1893. Em torno deste texto, Turner desenvolveu artigos e livros, ampliando e divulgando suas ideias. Para o autor, a fronteira norte-americana movimentava-se como ondas do mar em direção ao Oeste, de tal maneira que, para cada nova geração e continuamente, uma nova onda de ocupação produzia um retorno às condições originais de vida da geração anterior. A fronteira seria, então, a área de contato entre a barbárie e a civilização. Nesta região, os encontros e desencontros iniciaram-se pelos contatos entre os índios e os caçadores, quando a ‘selvageria’ foi, a partir de então, continuamente desintegrada com a entrada dos comerciantes, religiosos, agricultores e, finalmente, com a implantação de cidades e da manufatura fabril.

Turner afirmou que o significado mais profundo da fronteira reside nos efeitos deste movimento na formação do caráter norte-americano. Em suas palavras, “a fronteira é a linha de americanização mais rápida” (p. 3-4). Individualismo e democracia foram forjados na convivência da fronteira; ali a força, a coragem, a iniciativa e a autoconfiança eram vitais para a sobrevivência. Por incrível que pareça, Turner escreveu seu texto provocado pelo fechamento da fronteira norte-americana em 1893. Não seria estranho, portanto, compreender sua interrogação final e suas consequências para o futuro dos EUA: e agora que não temos mais a fronteira aberta?

A tese de Turner foi amplamente debatida. Uma das questões mais relevantes apontadas em relação às suas limitações refere-se ao grau de universalidade para a aplicação de seu modelo de análise. Afinal, como apontado por cientistas sociais brasileiros (MARTINS, 1996), a complexidade e diversidade das configurações fronteiriças brasileiras, desafiavam as inúmeras tentativas de reproduzir esta análise, ainda que com adaptações⁴, aos processos de apropriação da terra no Brasil. Ao invés dos pioneiros, em seus carroções com suas famílias buscando novas terras para se estabelecerem, aqui o bandeirante adentrava o sertão em busca de escravizar a mão-de-obra das populações nativas. De qualquer modo, embora com um padrão diferente

³ A comparação refere-se ao célebre livro de João Capistrano de Abreu ‘Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil’ (1960).

⁴ Exemplo clássico é o livro de Vianna Moog (1956). Do mesmo modo, ver Pierre Monbeig (1940; 1952).

de ocupação, o modelo da área de contato entre a barbárie e a civilização se repetiria, com a presença de bandeirantes, religiosos, militares, fazendeiros e comerciantes, cada um deles buscando algo específico: mão-de-obra, conversão e catequese, ocupação estratégica de territórios, produção agropecuária e intermediação mercantil.

Reiterando que, com relação ao Mato Grosso (MT), correspondendo aproximadamente ao território compreendido hoje por Rondônia, MT e MS, houve vários padrões de interdependência em relação à ocupação territorial e ao contato entre culturas. As fronteiras mineradora, pastoril, militar e agrária mais recentemente, na expressão de Turner, foram sendo ocupadas em ondas ou por cunhas nos vales dos rios, nos caminhos coloniais, com as ferrovias e, distintivamente, em contato com populações nativas, escravos africanos, migrantes e vizinhos de colonização espanhola.

As críticas que se fazem ao pensamento de Turner enfatizam justamente o fato de ele ter ignorado os indígenas e os hispânicos, presenças muito importantes, mesmo após a Guerra entre americanos e mexicanos (1846-1848). Ainda nesta mesma linha crítica, temos a construção de uma representação romântica e uniforme das famílias pioneiras. Ainda, como chamou a atenção o estudo de Wilcox (1992), Turner não observou com a devida atenção a fronteira aberta pelo gado no Texas.

Após esta rápida passagem sobre as proposições de Turner e adiantando algumas possíveis lacunas, vejamos mais detidamente como ele conduz seu raciocínio, no sentido de indicar algumas possibilidades para debate. Inicia por assinalar que a “peculiaridade das instituições americanas se deve ao fato de terem sido compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão” (p. 25). Diferente da Europa, quando as nações expandiam encontravam outros povos em expansão, de tal maneira que as fronteiras eram sempre marcadas por “uma linha divisória fortificada”.

Turner delimita, então, seu campo de visão à costa atlântica, onde as instituições teriam evoluído em uma área limitada com o início do governo representativo. A diferenciação, a complexificação e o desenvolvimento de uma sociedade manufatureira são decorrência, não apenas deste avanço linear, mas sobretudo, do contínuo avanço, sempre reiniciado por uma nova onda de pioneiros da linha de fronteira, provocando, assim, o dinamismo de todo o sistema social norte-americano. “O verdadeiro ponto de vista da história dessa nação não é a Costa Atlântica, mas sim o Grande Oeste” (p.24).

Após afirmar que o mais significativo da fronteira americana é o fato de ela se situar no limite extremo da terra livre, cuja densidade demográfica é superior a 2 habitantes por km², o autor enfatiza o propósito de seu texto: “chamar a atenção para a fronteira como um campo fértil para investigação e para sugerir alguns dos problemas que emergem de seu desdobramento” (p.25).

Um ponto a ser observado é como a vida européia se instalou e foi modificada em solo americano - “na fronteira, acima de tudo, o meio ambiente é duro demais para o homem” (p. 25), a transformação da terra selvagem e a adaptação aos hábitos da terra não resultam na velha Europa, o resultante é um novo produto: o americano. Na Costa Atlântica, a fronteira era européia, mas quanto mais se movimentava para o Oeste, mais americana se tornava. Estudar esse avanço “é estudar a parte realmente americana de nossa história” (p.26).

No século XVII, a fronteira estava além da região de marés, onde os rios do Leste já se tornavam navegáveis (*Fall Line*). No início do século XVIII, avança até os montes Apalaches, Carolinas e Virginia. No decorrer daquele século, a fronteira cruza os

Aleguinos marchando para o Tennessee e Kentucky beirando Ohio. Recorrendo aos censos, desde o primeiro em 1790, Turner acompanha o desenvolvimento da fronteira indicando características daquilo que denominou “seções”, especialmente pelo fato de as novas áreas de fronteira estarem separadas da costa pelos Apalaches, impondo um caráter mais típico à região de fronteira. A cada década “ocorreram diferentes progressões na fronteira” (p. 27). No censo de 1820, mercadores já haviam atingido os Grandes Lagos ao Norte e, para o Sul, além do Mississippi atingindo as Montanhas Rochosas. A partir da abertura do Canal Erie, ampliando a fronteira para o noroeste, juntamente com a navegação no Mississippi, este movimento se consolidou. A população passou de 3.900.000 habitantes em 1790 para 7.200.000 habitantes em 1810.

Para termos uma ideia do significado destes números, vejamos, aproximadamente, o que ocorria no Brasil do ponto de vista demográfico. Dados disponíveis indicam que o país tinha uma população de 1.300.000 habitantes em 1776⁵. Os dados desta estimativa estão subestimados, no dizer do autor, em 250.000 “índios” fora dos limites da autoridade portuguesa (Bacia Amazônica, Goiás, Piauí e MT). Já, em 1800, segundo a mesma fonte, temos para o Brasil 2.061.657 habitantes e 27.690 para o MT. Dados mais precisos emergem do recenseamento de 1872: para uma população nacional de 10.112.061 habitantes, o MT apresentava uma população de 60.417 habitantes (MARCILIO, 1973, p. 18); destes, 35.987 viviam em Cuiabá⁶. Como se vê, estamos falando de uma densidade demográfica muito abaixo de 2 habitantes por km².

Voltando a Turner, em meados do XIX, uma nova e distintiva fronteira mineradora, localizada na Califórnia e Oregon, ou se preferirmos nas Grandes Planícies e nas montanhas Rochosas, impõem novas questões de logística, respondidas, então, pelas ferrovias. “O superintendente do censo de 1890 relata, como previamente afirmado, que as ocupações do Oeste estão de tal maneira espalhadas pela região que não se pode mais falar da existência de uma linha de fronteira” (p. 30).

Sumarizando seu argumento, Turner afirma que a primeira fronteira do litoral Atlântico é o embrião de processos que serão repetidos; os problemas enfrentados aí (questão indígena, educação, religião, relação com estabelecidos, organização política, disposições de domínio público), orientaram as fronteiras seguintes. “Cada fronteira contribuiu de forma similar para o caráter americano” (p. 31).

Segue uma afirmativa emblemática: “Apesar de todas essas similitudes, todavia, existem diferenças essenciais, devido ao fator espacial e ao fator temporal” (p. 31). Mas Turner também alerta: “Não seria possível, dentro dos limites deste ensaio esboçar as outras fronteiras em todo o continente” (p. 36), referindo-se à fronteira de lavradores.

Esboçado os vários tipos de fronteiras e a forma pela qual se deu o avanço de cada uma delas, Turner apresenta as influências deste processo sobre o Leste americano e o Velho Mundo. Primeiro, “a fronteira promoveu a formação da nacionalidade complexa do povo americano” (p. 41): ingleses, escoceses – irlandeses, alemães, sendo que os servos de contrato geralmente não ingleses. Segundo, “o avanço da fronteira diminuiu nossa dependência da Inglaterra” (p. 42). Quanto mais a Oeste, menor a dependência da Inglaterra, mais comerciantes locais. Terceiro, “a legislação que mais

⁵ Existe controvérsia sobre estes dados, contudo, para os efeitos deste trabalho, é possível assumir estes números, ainda que indicativamente. A respeito desse assunto, ver Leslie Bethell (2005).

⁶ Para um estudo mais específico relativo a MT, ver a obra de Maria Adenir Peraro (2000).

desenvolveu os poderes do governo nacional e desempenhou o maior papel em suas atividades foi condicionada pela fronteira” (p. 43).

O autor apresenta três áreas vitais onde as alterações legislativas foram centrais: 1) argumenta, nesse tópico, que a escravidão é um incidente em relação à História dos EUA e sua importância foi primordial em um período relativamente curto de tempo; 2) reformas internas e legislação sobre ferrovias geraram fortes efeitos nacionalizadores; 3) a definição das terras públicas “foram uma força de profunda importância na nacionalização e no desenvolvimento do governo” (p. 44) - exemplo antológico foi a compra da Louisiana.

A fronteira tem também seus malefícios, complacência em relação aos assuntos governamentais permitindo espoliações, negócios escusos, circulação de títulos inflacionados, transações suspeitas, piores formas de moeda irregular, títulos podres, especulação, etc. Não obstante, foi o avanço irregular das fronteiras, sempre combatido pelos colonizadores ingleses e pelo Leste, inclusive com iniciativas educacionais e religiosas, o responsável pelas características notáveis do intelecto norte-americano.

As últimas conclusões de Turner são de notável percepção da realidade futura.

Seria um profeta precipitado quem afirmasse que o caráter expansionista da vida americana cessou inteiramente na atualidade. A movimentação tem sido seu fator predominante e, a menos que esse aprendizado não tenha efeito sobre o povo, há de exigir continuamente um campo mais amplo para seu exercício (p. 54).

“E, hoje, quatro séculos depois do descobrimento da América, ao final de cem anos de vida sob a égide da Constituição, a fronteira se foi e com seu desaparecimento se encerrou o primeiro período da história americana”, afirma o referido autor (p. 54).

A FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA – OS JOGOS INFANTIS EM QUESTÃO

Existe uma importante ligação entre Brasil e Bolívia, por meio da cidade brasileira de Corumbá/MS com as cidades bolivianas de *Puerto Soares* e *Puerto Quijarro*. Com a maior extensão territorial do Estado de MS, Corumbá tem sua força econômica na indústria mineradora e na pecuária. Uma característica marcante é sua localização – o Pantanal, com a maior área dentre os municípios brasileiros. Encravada entre as morrarias do Maciço do Urucum e às margens do Rio Paraguai, o município está localizado a 5 km da linha de limite internacional com a Bolívia.

Com proximidade geográfica, tornou-se frequente a rede pública municipal de ensino de Corumbá/MS atender inúmeros alunos descendentes de bolivianos, a maioria deles residentes no Brasil. Isto decorre a partir de uma prática corriqueira na região de fronteira - dos pais bolivianos registrarem o nascimento dos filhos no Brasil e matriculá-los em escolas brasileiras, a fim de gozar de direitos, a exemplo dos serviços públicos.

Ao percebermos essa rotina, contamos com a ajuda dos diretores das escolas no levantamento quantitativo dos alunos descendentes de bolivianos que estudam no Brasil ou que possuem dupla nacionalidade (crianças bolivianas com certidão de nascimento expedida no Brasil). Os dados foram coletados em todas as escolas do

município (28 escolas), sendo 06 escolas rurais, 17 escolas urbanas e 05 creches (urbanas).

Em 2012 constatamos a existência de 548 alunos regularmente matriculados (309 alunos do sexo masculino e 239 alunos do sexo feminino), em 2013 o número aumentou, ultrapassando 700 crianças. Percebemos maior concentração de alunos matriculados em escolas urbanas; poucos alunos matriculados em creches; quantitativo expressivo de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA); e maior concentração de alunos matriculados em escolas da periferia oeste da cidade, localizadas próximas à fronteira com a Bolívia. Posteriormente concentramos os esforços na realização de entrevistas. Foram entrevistadas trinta crianças de quatro escolas, estudantes do ensino fundamental – anos iniciais. Este foi o número de termos de consentimentos que retornaram com autorização dos pais e/ou responsáveis.

Constatamos que é comum os alunos terem algum grau de parentesco com brasileiros; que as crianças são provenientes de famílias geralmente numerosas e de baixa renda; que os pais trabalham frequentemente de maneira informal - são serralheiros, diaristas, vendedores, cozinheiras, coletores de papel, pedreiros e lavadeiras e muitos feirantes; e que a inserção da criança no mundo do trabalho ocorre precocemente. Elas acompanham os pais desde cedo, nas feiras populares que ocorrem diariamente nas ruas de ambos os países. Em muitas narrativas, evidenciamos que os jogos são realizados em meio ao local de trabalho dos pais. Por exemplo, percebemos que pelo jogo simbólico reproduzem a feira, comprando e vendendo mercadorias imaginárias com objetos que, na fantasia infantil, ganha um novo significado.

Além da feira, outro momento oportuno para a realização dos jogos é o final do dia, na convivência dos irmãos, primos e vizinhos, bem como, nos finais de semana, onde se reúnem num maior grupo de amigos para jogar. Os principais jogos mencionados são: elefante colorido, pular corda, correr, jogar bola, pega-pega, esconde-esconde, carrinho, boneca, pegador, uno, queimada, quebra-cabeça, batatinha quente, corre-cutia, ping-pong, capoeira, taco, corrente, cabo-de-guerra, jogo da garrafa, cabra cega, jogo da velha, rouba-bandeira, pipa, bolita. Os jogos são bastante parecidos, senão iguais, aos jogos populares brasileiros, havendo apenas pequenas diferenciações nas regras, rituais, materiais e nomes.

Na escola os jogos acontecem antes das aulas, nas aulas de Educação Física e no recreio. Nesses ambientes outro aspecto merece ser problematizado. Percebemos que a maioria das crianças entendem a língua portuguesa e a língua espanhola. Contudo, chama atenção a declaração de algumas crianças ao afirmarem que não escrevem e nem falam em Espanhol. Embora ainda não tenhamos trabalhado a mesma pesquisa com crianças brasileiras estudantes nas mesmas escolas, uma primeira amostragem da documentação proveniente das entrevistas permite identificar questões relativas ao bilinguismo e a crescente proeminência da língua portuguesa por parte da população fronteiriça de descendência ou origem boliviana. Frases como “não gosto de falar boliviano”; ou, ainda, uma estudante, quando perguntada em que circunstâncias falam em casa Português ou Espanhol, responde: “falam tudo em boliviano, mas quando minha prima (do Brasil) vem, a gente fala só em brasileiro”. Outra situação marcante é de outra estudante que afirma falar boliviano quando na Bolívia, contudo, na escola e no ônibus que faz o transporte, ela e os colegas falam Português.

A identificação da língua a falar e a existência de populações fronteiriças não escapa aos estudantes. Uma aluna de origem boliviana, perguntada por que não falavam boliviano no momento dos jogos no recreio, disse que não falava boliviano por vergonha, e perguntada em seguida se seus amigos sabiam falar boliviano, respondeu; “sabem, os que são da fronteira e vem para cá, eles sabem”. Outro caso interessante, de uma família residente no Brasil, refere-se ao de um aluno, filho de pai boliviano, cuja mãe não o deixava falar Espanhol quando em casa.

Nestas amostras, que exemplificam claramente a diferença de relação de poder entre os falantes de Português e de Espanhol na região de fronteira estudada, explicita-se um diferencial de poder, de tal maneira que a relação entre os grupos têm, no uso da língua portuguesa, uma posição de poder diferenciada em relação aos falantes de Espanhol. Mencionamos estes casos, pois eles se revelam justamente nos diálogos que focam os jogos infantis. Temos, portanto, um problema que poderá se desdobrar em futuras pesquisas: em que medida os jogos podem ser elos de aproximação entre culturas infantis diferentes ou, também, podem ser espaços de disputa de poder entre grupos de diferentes origens étnicas? Um aprofundamento destas questões, tendo em vista “Os Estabelecidos e os Outsiders” (ELIAS, 2000) é impositivo.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Antigos e Povoamento do Brasil**. 2ª Edição. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**. Vol. II, Brasília: Funac & São Paulo, Edusp, 2005, p. 528 - 529.

ELIAS, Norbert. **“Os Estabelecidos e os Outsiders”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1973.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Revista de Sociologia**. São Paulo: USP, v. 8, n. 01, 1996, p. 25-70.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. Rio de Janeiro: Globo, 1956.



PERARO, Maria Adenir. **A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades.** Belo Horizonte: Universidade Federal do Mato Grosso, 19 set. 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2000-migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 06 abr. 2013.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica.** São Paulo: Nacional, 1978.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History.** Madison: Proceeding of the Wisconsin Historical Society, 1996.

WILCOX, [Robert Wilton](#). **Cattle Ranching on the Brazilian Frontier: Tradition and Innovation in Mato Grosso, 1870-1940.** _Tese (PhD em História). New York: New York University, 1992.

O LAZER NAS FRONTEIRAS DO MERCOSUL

Alexandre Paulo Loro¹

Giuliano Gomes de Assis Pimentel²

Resumo: Alinhado ao eixo temático “História do lazer e das manifestações populares”, pretendemos com esse trabalho apresentar formas de lazer que têm sido negligenciadas pelos estudos da área – o lazer “desviante”, não-usual. Após levantamento da legislação dos países membros do MERCOSUL sobre prostituição, drogas, rachas automotivos, jogos de azar, compras, caça e pesca, discutiremos essas categorias de lazer não-usual, que geralmente fogem ao controle e regulação.

Palavras-chave: Lazer. Fronteiras. Mercosul.

INTRODUÇÃO

Este estudo foca formas desviantes de lazer que são facilitadas nas regiões de fronteira, particularmente facilitadas pelos hábitos e leis diferenciadas em cada país da América do Sul. Concordamos com Bedoya e Fernández (2012) quando afirmam que, para entender o exercício de ler o lazer na particularidade da América Latina, faz-se necessário avançar na construção de referentes que permitam dar conta de assuntos que os marcos referenciais existentes não fazem visíveis. Essa situação evidencia uma série de questões. Dentre elas merecem ênfase os aspectos das complexas sociedades periféricas e a percepção dessas regiões com características próprias.

Vários tipos de práticas de lazer são compatíveis com relaxamento, que envolve a separação do indivíduo da sociedade e na cristalização de atitudes e práticas antissociais. Rojek (2005), estudioso sobre o assunto, destaca que na sociedade urbano-industrial o elemento lúdico é central nos tipos “anormais” de práticas.

Nesse viés Pimentel (2010a) tem desenvolvido trabalhos onde questiona a interpelação clássica (e falsa) do lazer ser correspondente ao prazer e o lúdico ser algo puro e bom. Exemplificando: coisas absurdas e improváveis podem ser lúdicas e serem escolhidas como opção de lazer. Isso, todavia, não significa que a sociedade, historicamente situada em certo tempo e espaço, aceite qualquer prática como lúdica e a chame de lazer. Determinar quais práticas são consideradas virtuosas para serem vivenciadas e quem são os beneficiários do tempo livre é resultado de disputa generalizada, não por causa de gostos individuais, mas motivada por interesses antagônicos de diferentes grupos sociais. Em outras palavras, o autor entende que o lúdico se manifesta com um vitalismo não controlado e, assim, impossível de ser assimilado em apenas uma faceta da vida ou de adotar um sentido funcionalista. Em consequência, o lúdico no lazer pode assumir diferentes possibilidades, incluindo revelar-se sociojuridicamente desviante.

É fundamental destacar outras categorias, ainda pouco utilizadas para pensar o objeto do lazer, pois elas enriquecem a leitura de diferentes fenômenos contemporâneos pouco compreendidos (PIMENTEL, 2010b). Particularmente essa

¹ UFFS/UEM. Contato: alexandrepaulloro@yahoo.com.br

² UEM. Contato: ggapimentel@uem.com

discussão nos interessa nos aspectos que tangem ao lazer desviante em região de fronteira, neste caso, das fronteiras dos países que compõem o MERCOSUL³.

O LAZER DE FRONTEIRA

As fronteiras se caracterizam por serem zonas de instabilidade e, portanto, propícias a constantes conflitos sociais. As interações geradas nessas regiões produzem dinâmicas específicas, dadas às suas particularidades. Com a intencionalidade de problematizar algumas dessas peculiaridades, realizamos uma pesquisa bibliográfica na legislação dos países membros do MERCOSUL, através de sites oficiais do governo de cada país. A reflexão sobre a legislação auxilia na compreensão sobre alguns fenômenos, que podem assumir-se como lazer desviante, se fogem ao limite da lei, como compras, caça e pesca. Dentre tais práticas, iremos destacar algumas categorias: a prostituição, as drogas, os rachas automotivos, os jogos de azar.

Em todos os países pesquisados, prostituir-se não é ilícito. Em alguns, é até mesmo uma profissão regulamentada ou se discute para que isso aconteça. No entanto, vários tipos de associação para a prostituição são ilícitos penais. Na Argentina, o Decreto nº 1.086/2005 determinou a derrogação de leis provinciais e municipais que criminalizam, dentre outros, a prostituição. No Brasil, a atividade é lícita, no entanto, não existe regulamentação. No Paraguai não é atividade lícita. No Uruguai, é atividade lícita e regulamentada (Lei 17.515 e Lei 8.080). Na Venezuela, a atividade é lícita. No entanto, em todos eles aproveitar-se da prostituição alheia, mediante o proxenetismo ou rufianismo (vulgo cafetão), é ilícito penal. Na Argentina, promover ou facilitar a prostituição é penalizado com 4 a 10 anos de reclusão ou, e com 3 a 6 anos aquele que explora economicamente a prostituição (artigos 125 e 127 do Código Penal). No Brasil, essa atividade é penalizada por 5 artigos: Mediação para servir a lascívia de outrem (reclusão de 1 a 3 anos, mais multa se com o fim de lucro – art. 227), favorecimento da prostituição ou outro tipo de exploração sexual (reclusão de 2 a 5 anos e multa – art. 228), manter casa de prostituição (reclusão de 2 a 5 anos e multa – 229), rufianismo (reclusão de 1 a 4 anos e multa – 230) e promover o tráfico internacional de pessoas com fins sexuais (reclusão de 3 a 8 anos – 231). No Paraguai a indução á prostituição (139) e o rufianismo (140) são penalizados com pena privativa de liberdade de até cinco anos (Código penal, 139). Se realizado com fins comerciais, a pena será de até 6 anos (CP, 139A), mesma pena do tráfico internacional de pessoas com fins sexuais (141). Já no Uruguai, a pena varia entre 6 meses e 3 anos (art. 274 do Código Penal). Na Venezuela, a Lei orgânica sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência penaliza a prostituição forçada (10 a 15 anos) e a escravidão sexual (15 a 20 anos). Em alguns países, existem outros tipos penais, majorantes e agravantes: a idade da pessoa

³O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) está integrado pela República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai (suspensa temporariamente segundo [Decreto CMC Nº 28/12](#)), a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela. O Estado Plurinacional da Bolívia está em processo de adesão. Os Estados Partes que conformam o MERCOSUL compartilham uma comunhão de valores que encontra expressão em suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, bem como seu compromisso com a consolidação da democracia, a segurança jurídica, o combate à pobreza e o desenvolvimento econômico e social com equidade. Disponível em: <http://www.mercosur.int>. Acesso em 30 de março de 2014.

explorada, relações de parentesco, o uso de força ou violência, etc. Resumindo: em todos os países pesquisados a prostituição não é crime. Alguns deles regulamentam como profissão. Em todos eles, aproveitar-se da prostituição alheia é crime.

Em relação às drogas, cada país estabelece quais são as substâncias ilícitas. Essas substâncias mudam de país para país, e são constantemente modificada, conforme surgem ou são criadas novas substâncias. Mas, existe certa tendência na regulamentação do uso da maconha. Por outro lado, alguns países tipificam o uso de drogas lícitas sem a devida receita médica. No Brasil, a lei 11.343/2006 criminaliza exaustiva e extensivamente vários verbos, englobando várias ações relacionadas às drogas. As penas variam de 3 a 10 e de 3 a 15 anos, mais multa. Tráfico internacional é aumentado de 1/6 a 2/3. A posse ou porte de drogas para consumo pessoal também é crime, com “penas” diferentes: “I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”. Na Argentina, discute-se a descriminalização da posse para consumo. Plantar, produzir, ter, vender, distribuir, transportar, administrar, aplicar, etc., são penalizados com prisão de 3 a 15 anos de prisão, e multa (código Penal, art. 5º). O Paraguai tem uma legislação bastante rígida, mas possuir até 2 gramas de heroína ou cocaína, e até 10 gramas de maconha para consumo pessoal, isenta a pena (art. 30 da lei 1340). Ter drogas ou substâncias perigosas é punível com 5 a 15 anos. A importação e a exportação é punida com 10 a 25 anos de prisão. Também pune quem planta, aquele que proporciona dinheiro, imóvel, semente ou qualquer outro elemento que favoreça a plantação, e o proprietário das terras, e também de bares, hotéis e congêneres onde se consome drogas, e não avisa a polícia. Recentemente o Uruguai legalizou o cultivo e o uso de maconha. O Estado controla e regula as atividades e quantidades permitidas, além do quanto se pode gastar. Os uruguaios ou residentes no país, maiores de 18 anos, que tenham se registrado como consumidores para o uso recreativo ou medicinal da maconha poderão comprar a erva em farmácias autorizadas. Também podem ter acesso através de: 1 - Autocultivo pessoal (até seis pés de maconha e até 480 gramas por colheita por ano). 2 - Clubes de culturas (com um mínimo de 15 membros e um máximo de 45 e um número proporcional de pés de maconha com um máximo de 99). No entanto, aquele que comercia em desacordo com a regulamentação, comete delito (punível com 6 meses a 5 anos). Na Venezuela, aquele que é flagrado com até 2 gramas de cocaína ou 20 gramas de maconha será castigado com o envio a tratamento (“medidas de segurança social”), o que pode ser substituída por internamento obrigatório. O tráfico, o transporte, a venda, etc., é penalizado com 10 a 20 anos. Resumindo: existe uma flexibilização em relação aos consumidores de drogas (que visam o tratamento do indivíduo). Esta é uma tendência que vem avançando nos países do MERCOSUL.

Quando o assunto são os rachas automotivos, encontramos no Brasil a existência de um tipo penal que trata especificamente do tema, penalizando a conduta com detenção de 6 meses a 2 anos, multa e suspensão ou proibição de obter CNH. O Código Penal Uruguaio penaliza quem conduz animais ou veículos em velocidade excessiva com multa de 10 a 100 Unidades Reajustáveis, ou prisão equivalente. A lei de trânsito argentina, por sua vez, estabelece os limites máximos de velocidade para cada tipo de via, e dispõe que participar ou organizar “competências” não autorizadas em via pública será penalizado com arresto, o qual não pode exceder 30 dias, ou 60 quando houver

reincidência (apreensão da coisa). A legislação é mais aberta, principiológica. O Paraguai proíbe a realização de “*carreras*” de velocidade ou regularidade, de animais ou veículos em vias públicas sem a prévia permissão, mediante multa. A Venezuela estabelece multa administrativa, de 5 a 10 unidades tributárias quem conduz efetuando competição e outras manobras proibidas.

Em relação aos jogos de azar, o Brasil penaliza a prática, o estabelecimento e a exploração de jogos de azar. A pena é de prisão simples de 3 meses a 1 ano, mais multa, mais perdimento dos móveis do local. O código Penal uruguaio criminaliza a participação em jogos de azar, com multa de 10 a 100 Unidades Reajustáveis, ou prisão equivalente. No entanto, a lei 13.291 dispõe sobre a instalação de cassinos em alguns dos departamentos do país, regulamentando o uso do dinheiro arrecadado. Na Argentina, os bingos não são proibidos, mas alguns locais, como Buenos Aires, o proíbem. Penaliza com multa e perdimento de bens quem explora em desacordo com a regulamentação. O Paraguai regulamenta a prática de jogos e apostas, autorizando: cassinos, loterias, rifas, bingos, *quinelas*, combinações aleatórias, jogos eletrônicos de azar, apostas esportivas, corridas de cavalos e telebingos. Jogos clandestinos serão fechados, e proíbe-se a exportação de jogos de azar. Na Venezuela existe uma lei de controle de cassinos, salas de bingo e caça-níqueis, que regulamenta muito bem o tema, tratando sobre requisitos de abertura, dos diretores e dos funcionários de tais estabelecimentos. As infrações puníveis são basicamente qualquer prática em desacordo com o regulamento, e destinadas aos donos/funcionários, não aos clientes. As punições são administrativas.

Tratando-se do lazer de compras, a legislação (contrabando e descaminho) brasileira pune a importação e a exportação de mercadoria proibida (contrabando), e a elisão de tributo na importação (descaminho) (art. 334/CP), com reclusão de 1 a 4 anos. O Uruguai também pune a importação e a exportação de mercadorias com sonegação fiscal, com multa e o pagamento dos tributos devidos. A Argentina penaliza o contrabando, sua tentativa e o seu encobrimento. Prisão de 2 a 8 anos. Comprar no Paraguai não é tão interessante pelo câmbio, já que as vendas são realizadas em dólar, mas pela tributação diferenciada nas diversas zonas, em especial fronteira. Também penaliza a importação ou exportação de mercadoria em desacordo com a lei, e fora da “zona primaria de fronteira”. É declarado o perdimento dos bens e dos veículos, para pagamento dos tributos devidos. Pune também a tentativa de contrabando. A pena venezuelana é de 4 a 8 anos para quem importa, exporta e que trafegue por rotas não autorizadas.

A caça e a pesca, bem como, a perseguição de animais silvestres, quando em desacordo com a regulamentação dos países de MERCOSUL, caracterizam delitos ambientais. No Brasil a penalização para este tipo de conduta é detenção de 6 meses a 1 ano, e multa. A pesca na piracema é penalizada com detenção de 1 a 3 anos, e multa. No Uruguai, a caça é regulamentada, e anualmente é publicada uma lista das espécies que podem ser caçadas. Aquele que caça em desconformidade com a lei, pode perder os produtos da caça, as armas, os veículos, os animais caçados, e pagar multa. Na Argentina, a caça também é regulamentada regionalmente, em cada província, por decreto. É necessário licença e exame prévio de capacitação. Pune a caça em desconformidade com a regulamentação com prisão de 2 meses a 2 anos, e inabilitação para caçar por 5 anos. Também penaliza a pesca, quando realizada em desconformidade

com a legislação, mas são penas mais leves, de multa, perda dos bens e cancelamento da licença de pesca. O Paraguai penaliza aquele que infringe as normas e regulamentos sobre a caça e a pesca de animais em perigo de extinção com 1 a 5 anos de prisão, além da perda dos objetos utilizados para tal, além de multa. A caça é permitida, desde que com autorização. Na Venezuela, a pesca esportiva é permitida, mediante permissão. Quem descumpre, é multado. A caça também é regulamentada, penalizada com multa, e perda dos equipamentos de caça e do produto da caça.

Obviamente, todos os países possuem legislações específicas e fiscalização nas fronteiras, que objetivam assegurar a soberania nacional. Contudo, mesmo as fronteiras sendo locais muito vigiados, não evitam os “desvios” que são criminalizados pela legislação. Há de ressaltar que o controle de fluxo de trânsito de pessoas ocorre especialmente em pontos nos quais onde estão fixados postos aduaneiros de fiscalização, logo, criam-se estratégias para contorná-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que existam parcerias, iniciativas governamentais e políticas públicas expressivas que visam fortalecer e compartilhar os laços entre os países latino-americanos em formato de redes integradas (PINTO; RODRIGUES, 2011), como de conhecimentos e práticas que tem como pressupostos a transversalidade do lazer, certos aspectos fogem ao controle e regulação.

Podemos concluir que o lazer desviante é dinâmico na fronteira, uma vez que os indivíduos se apropriam da legislação de cada país, segundo seus interesses, para usufruírem de condutas sociais que extrapolam as normas, por não serem aceitas ou demasiadamente rigorosas em seu país de origem.

Considerando o exposto percebe-se a existência de uma dinâmica interrelacional entre motivação, localização e contexto, sendo a transgressão um inevitável complemento das fronteiras do lazer. Ou seja, formas transgressivas de lazer podem ser investigadas em regiões fronteiriças em relação ao tipo de prática.

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, José Fernando Tabares; BEDOYA, Victor Alonso Molina. Pensamento crítico latino-americano e produção de conhecimento em lazer. In.: GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo (Orgs.). **Horizontes Latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Sobre os desvios no lazer: questões para se pensar a corrupção do lúdico. In: LARA, Larissa Michelle Lara (Orgs.). **Abordagens socioculturais em educação física**. Maringá: Eduem, 2010a.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010b.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; RODRIGUES, Rejane Penna (Orgs.). **Rede Latinoamericana de Lazer, Esporte e Educação Integrada**. Brasília/DF: Editora e Gráfica Supernova, 2011.



ROJEK, Chris. **Leisure theory**: principles and practices. Great Britain: MACMILLAN, 2005.

RUGBY UMA HISTÓRIA A SER CONTADA PARA OS BRASILEIROS

Aline Melnyk¹

Miguel Archanjo de Freitas Jr²

Resumo: O rugby inicialmente servia para alegrar os seus praticantes, logo se profissionalizou tornando-se uma das modalidades com maior número de praticantes no mundo (CENAMO, 2010). No Brasil o número de praticantes aumentou cerca de 5.500 de 2008 para 2010, entretanto sua história ainda é pouco conhecida no país. Diante disso, o objetivo desse estudo é identificar como fatores sociais interferiram na expansão mundial do rugby. Utilizando-se da revisão bibliográfica, verificou-se que existe um código de moral próprio que incentivou sobreviventes de um acidente aéreo e influenciou no fim do Apartheid. Estes foram fatores fundamentais para atrair público, patrocinadores, mídia e junto com eles novos praticantes.

Palavras-Chaves: Rugby. Esportes. História

INTRODUÇÃO

O rugby inicialmente era visto como um esporte “feito para alegrar a quem o pratica, não para satisfazer os espectadores” (CENAMO 2010 apud GARCIA, 1964).

Devido ao grande contato físico permitido no esporte, o rugby passou a ser visto como um esporte violento, fator que forma uma barreira para o aumento de praticantes e torcedores. Com o passar do tempo as mudanças das regras e principalmente a criação de um código de moral que impede jogadas desleais para com os adversários, foram importantes para a mudança deste panorama. Esse código que envolve questões morais e prega os valores de disciplina, respeito, trabalho em grupo, cavalheirismo e diversão aos praticantes do rugby, influenciou a vida dos jogadores dentro e fora das quatro linhas, ajudando os sobreviventes da seleção uruguaia que viajava para um amistoso e acabou se envolvendo em um acidente aéreo na cordilheira dos Andes, onde permaneceram com escassez de água e comida por 72 dias até serem resgatados e também teve influencia na união entre negros e brancos na África do Sul.

Atraindo um maior público com as competições mundiais, não demorou muito tempo para ser agregado um valor maior ao esporte, que se tornou profissional e atraiu patrocinadores e mídia, como resultado cerca de 3.1 bilhões de pessoas puderam assistir ao vivo a copa do mundo de rugby de 1999.

França (s/d) explica que o objetivo principal do rugby é marcar pontos atravessando todo o campo adversário. Para isso, é permitido correr com a bola em mãos, chutar ou passá-la, porém, nunca para a frente.

Apesar da simplicidade das regras e mesmo sendo um esporte que a cada dia ganha adeptos, ele apresenta uma história que ainda é pouco conhecida dos brasileiros, país que também tem adotado esta modalidade, principalmente nas últimas décadas,

¹ Acadêmica do 3º ano de Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), integrante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID – liinyk@yahoo.com.br

² Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), coordenador do subprojeto PIBID Educação Física (UEPG) - mfreitasjr@uepg.br

Cenamo (2010) afirma que o número de praticantes aumentou de quatro mil e quinhentos em 2008 para cerca de dez mil em 2010.

O presente estudo tem como objetivo, identificar como fatores sociais interferiram na expansão mundial do rugby.

HISTÓRIA DO RUGBY

Existem várias teorias sobre o surgimento do rugby, para Moreno e Souza (apud ABR, 2010 at al), a história clássica e mais difundida de como surgiu o rugby conta que em 1823, ao se frustrar durante uma partida de futebol que estava sendo realizada na cidade de Rugby, na Inglaterra, no Rugby School, o goleiro William Web Ellis pegou a bola com as mãos e correu em direção ao gol adversário para tentar efetuar o ponto. Os jogadores do time adversário, vendo essa ação, tentaram segurá-lo para impedir o seu progresso.

Dentro de uma universidade de mesmo nome, o football foi interpretado de uma maneira distinta de outros locais da Inglaterra, resultando em uma variação do esporte, (CENAMO 2010 apud GARCIA, 1964). Na época, o jogo era citado como “aquele jogado em Rugby” ou “o jogo de Rugby” (...) mais tarde foi simplificado apenas para rugby. (SANT’ANNA 2010).

No Brasil, o rugby teve mesmas raízes que o futebol. Inicialmente, foi trazido por marinheiros ingleses e teve sua difusão relacionada a um personagem em comum, Charles William Miller, que mais tarde seria conhecido como o pai do futebol brasileiro. Restrito em um primeiro momento a alguns membros da elite brasileira e principalmente à juventude inglesa que vivia no Brasil, o rugby começou a ser jogado nesse país nos últimos anos do século XIX (CENAMO apud MAZZONI, 1950; NOGUEIRA, 2007).

Moreno e Souza (s/d) afirma que em 1875 foi fundado o primeiro clube de esportes no Rio de Janeiro, o Paissandu Cricket Club, no qual há registro de práticas ligadas ao “soccer” (futebol) e ao rugby. O segundo clube, também criado no Rio de Janeiro em 1891, o Clube Brasileiro de Futebol Rugby, foi o primeiro a cultivar o rugby no Brasil.

Em Jogos Olímpicos o rugby esteve presente em quatro edições. Nos Jogos de 1900 a França ficou com a medalha de ouro. Em 1908, em Londres, foi a vez da Austrália sagrar-se campeã. Já os Estados Unidos ficaram com o ouro em 1920, em Antuérpia, e em 1924, na França. Depois dessa edição o rugby foi retirado do programa olímpico. (FRANÇA s/d)

Em função da Segunda Guerra Mundial, os jogos foram interrompidos de 1941 a 1946, sendo retomados apenas em 1947. (FRANÇA s/d). Cenamo (2010 apud Garcia 1964) afirma que muitas seleções nacionais sofreram com a morte de jogadores em batalha e evidentemente o esporte foi deixado em segundo plano.

Em 1963 foi criada a União de Rubby do Brasil cuja principal finalidade era organizar o esporte. No ano seguinte a seleção brasileira sagrou-se vice-campeã sul-americana. Em dezembro de 1972 foi fundada a Associação Brasileira de Rugby que substituiu a União de Rugby do Brasil no que diz respeito à organização do esporte. (FRANÇA s/d)

No ano de 1987 a primeira copa do mundo de rugby foi realizada na Austrália e Nova Zelândia, que sagrou-se campeã da competição em cima da equipe da França. (FRANÇA, s/d.)

Porém a alta média de público, tanto nos estádios quanto por transmissão televisiva proporcionou um aumento no valor agregado ao esporte, atraindo assim inúmeros patrocinadores, o que tornava inevitável o início de um grande movimento a favor da profissionalização do rugby. (CENAMO 2010).

Em 1999 aconteceu a primeira Copa do Mundo da era profissional do rugby, com partidas realizadas na Inglaterra, França, Escócia e Irlanda. Cenamo (2010 apud Brown, Guthrie e Gowden, 2007) afirma que a competição quebrou todos os recordes de audiência das edições anteriores, cerca de 3.1 bilhões de pessoas puderam assistir ao vivo o torneio, que foi finalizado com o segundo título mundial conquistado pela Austrália contra a surpreendente equipe da França que derrotou os favoritos “All Blacks” na semifinal.

Segundo Andrade e Mello (s/d. apud França 2009) O rugby voltará a aparecer nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 [...] o evento será realizado no Estádio São Januário (Rio de Janeiro), recebendo 12 equipe masculinas e 12 femininas em dois dias de evento.

O ESPÍRITO DO RUGBY

O rugby é um esporte com muito contato físico e à primeira vista até mesmo violento. Assim, existem muitas condições favoráveis para que um jogador se torne mal intencionado em suas atitudes. As regras do jogo permitem que um jogador utilize a força para sobrepor-se ao adversário. Durante uma partida, ocorrem inúmeras situações onde uma simples atitude desleal por parte de um jogador pode trazer graves riscos à saúde de outro. Em razão dessas características, o rugby exige de seus jogadores, certo “código moral” para que a atividade aconteça de forma a oferecer experiências formativas aos que se envolvem com essa atividade. O chamado “espírito do rugby” deriva da exigência de virtudes morais como condição básica para o envolvimento com essa modalidade esportiva. (CENAMO 2010)

Deverlan (2011) explica que esse código é praticado por todos os envolvidos com o esporte, no mundo inteiro, desde o torcedor até os juízes e atletas em campo.

Segundo o Guia de Principiantes do Rugby Union (2008), a International Rugby Board publicou a cartilha do jogo definindo os princípios básicos do rugby com o objetivo de assegurar que o esporte mantenha as suas características únicas tanto dentro como fora do campo. Esses princípios são os elementos fundamentais sobre os quais o jogo se baseia e eles permitem aos participantes imediatamente identificarem o caráter do jogo, e o que o distingue como um esporte que é praticado por pessoas de todos os biótipos idades e gêneros.

O site Alma rugby, explica o que seriam esses princípios:

- Disciplina: A disciplina no rugby e na vida, é alcançada quando se respeita os códigos de conduta existentes. Uma pessoa disciplinada busca o seu objetivo e troca sua satisfação momentânea, sacrificando confortos e prazeres imediatos, em busca de seu objetivo e resultado de longo prazo.
- Respeito: Sentimento positivo em relação a uma pessoa ou qualquer entidade, através da consideração pela mesma, sem qualquer julgamento. É obedecer as leis escritas e não escritas, é entender que o time adversário e o árbitro são necessários para a partida. Honrar a história e valores do esporte e transmiti-los para próxima geração.
- Trabalho em equipe: Vários participantes, cada um fazendo a sua parte. Todo atleta é importante e executa sua função da melhor forma possível, se doando totalmente em prol de sua equipe. Como uma corrente, todos os elos são importantes e todos trabalham para que não exista elo fraco.
- Cavalheirismo: Virtude propagada pelos cavaleiros medievais, que colocavam suas habilidades ao serviço do próximo, visando o bem maior e um ideal superior de vida. É ter cortesia, generosidade e lealdade. Um cavaleiro no rugby deve honrar e preservar a imagem dos seus companheiros, através de suas atitudes dentro e fora de campo.
- Diversão: Experiência curta, inesperada, informal e não planejada. Podemos ter diversão durante o trabalho, em obrigações e até mesmo em tarefas normais do dia a dia. No rugby a diversão sempre presente entre os amigos de clube ou entre os adversários que enfrentamos, no final, perdendo ou ganhando, a diversão fez parte.

No rugby é ensinado a respeitar o perdedor, sem o qual não haveria um vencedor; a respeitar o adversário, que não é visto como inimigo, e sim como um amigo que se enfrenta somente no campo, [...] sem este espírito de verdadeiros cavaleiros, o rugby nunca sairia do clichê de esporte violento. (HELAL; AMARO, 2011 apud CHADUNELI, 2007).

O ESPIRITO DO RUGBY NA SOCIEDADE

Em 1972 um acidente marca a história do esporte. Cordeiro (2013), conta que na sexta-feira 13 outubro daquele ano, a seleção uruguaia de rugby se envolveu em um acidente aéreo na cordilheira dos Andes. Segundo a publicação da Folha de São Paulo

(1972), o acidente envolveu cinco tripulantes e 40 passageiros, tanto jogadores quando familiares. Inicialmente vinte e quatro pessoas sobreviveram. Os sobreviventes se alimentavam chocolate e outros alimentos que levavam nas bagagens e comendo ervas, bebiam água do derretimento da neve e dormiam na fuselagem do avião. Com um receptor de rádio, era possível ouvir notícias sobre as buscas para resgatá-los.

Dois jovens deixaram o aparelho sinistrado há dez dias e lançaram-se cordilheira abaixo, em busca de socorro. Anteontem chegaram a um local inacessível, cortado por um rio. Ali ficaram até que na outra margem, surgiu o tropeiro Sergio Catalan, de 44 anos. Escreveram um bilhete em papel-carta, amarraram-no numa pedra e lançaram-na ao tropeiro. Este caminhou cinco horas, até San Fernando, e entregou a mensagem ao delegado local. "Procedemos de um avião que caiu na montanha. Somos uruguaios. Há dias que estamos caminhando. No avião ficaram 14 pessoas feridas," dizia o bilhete. Começava o dramático resgate, a cargo de helicópteros do Serviço de Salvamento do Chile. (FOLHA DE SÃO PAULO; 1972)

E após 72 dias, os sobreviventes foram resgatados. Cenamo (2010 apud Parrado e Rause, 2006) relata que Nando Parrado, um dos sobreviventes da tragédia afirmou que os princípios e valores oferecidos pela prática do rugby foram fundamentais para sua sobrevivência.

Outro fato em que os princípios do rugby estão presentes ocorreu em 1994 quando Nelson Mandela assume a presidência da África do Sul, Martins (s/d) afirma que Mandela trouxe a Copa do Mundo de rugby de 1995 para a África do Sul para fazer que negros e brancos se vissem como uma única nação.

Na África do Sul, o rugby era o esporte preferido da elite, e, por isso, odiado pelo resto da população. [...] Os negros preferiam praticar o futebol, já que não se viam representados pela seleção nacional de rugby, os Springboks. (HELAL; AMARO, 2011)

Martins (s/d) conta que Mandela promoveu mudanças para tentar essa união, tendo como lema a frase: "um time, uma nação". Levou os jogadores da seleção para visitar a sua cela, onde passou quase 30 anos de sua vida, e em diversos bairros negros, passando a conhecer a vida dos negros e o que passaram durante aqueles anos de segregação, assim se aproximaram da filosofia do rugby. A mudança mais marcante ocorreu quando houve uma mudança no hino nacional, que passou a conter dialetos de povos negros, mudança que foi de fundamental importância para essa reaproximação.

A partir daí o esporte começa a mostrar sua força sobre a sociedade, o rugby foi esse elemento, a cada jogo que a África do Sul ganhava, a cada fase da competição que avançava, mais negros apoiavam a seleção, mais eles viam que aquele era seu time, e, mais brancos brandiam as bandeiras da nova África do Sul, deixando de lado a antiga bandeira do Apartheid. (MARTINS s/d.)

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o rugby trouxe influências sociais para os seus praticantes com o seu próprio código de moral que prezava valores como: disciplina, respeito, trabalho em equipe, cavalheirismo e diversão, princípios que impedem que os adversários tomem proveito de situações ilegais durante as partidas e também na vida dos seus praticantes fora das quatro linhas.

O código de conduta do rugby influenciou e estimulou a sobrevivência dos envolvidos no acidente aéreo onde os integrantes da seleção uruguaia que ficaram 72 dias presos na cordilheira dos Andes, precisaram de disciplina, respeito e cavalheirismo para conseguirem se organizar em situação de escassez de comida e água buscando o objetivo que era a sobrevivência, o trabalho em equipe proporcionou que pudessem sobreviver por tantos dias, permitindo que fosse possível conseguir ajuda para o resgate dos demais companheiros.

Na África do Sul esse mesmo espírito, fez com que negros e brancos se respeitassem, formassem uma nação unida para torcer juntos e formando uma corrente em prol a seleção de rugby do país em busca do título mundial, deixando de lado as concepções do Apartheid.

Esses valores e a utilização deles nos fatos sociais citados proporcionaram uma mudança na concepção do esporte que era considerado violento, gerando ao rugby maior visibilidade e aceitação.

Essas mudanças foram notável na primeira competição mundial realizada na França em 1987 que atraiu um grande público para as competições, grande participação da mídia, o que agregou um maior valor ao esporte e atraiu patrocinadores, e mais tarde ficou evidente na primeira Copa do Mundo da era profissional do rugby em 1999, onde cerca de 3.1 bilhões de pessoas puderam assistir ao vivo o torneio, atraindo assim um maior número de novos praticantes e torcedores expandindo ainda mais o esporte.

No Brasil, vale destacar que de 2008 a 2010 aumentou em cerca de 5.500 em número de participantes e no cenário mundial, o rugby se tornou um dos esportes mais praticados.

REFERENCIAS

ALMA RUGBY. Disponível em: <<http://www.almarugby.com>> Acesso em: 03 Jul. 2014.

ANDRADE, J. L., MELLO R. A. **Rugby**: uma possibilidade de conteúdo para a educação física na escola. Maringá – PR. [s.d.]

CENAMO, G. C. **História do rugby**. [Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física] São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte da USP; 2010.

CORDEIRO, T.. **Aventuras na história**. Tragédia: a história de jovens uruguaioes que sobreviveram a um acidente na cordilheira dos Andes. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/tragedia-historia-jovens>>

chilenos-sobreviveram-acidente-cordilheira-andes-738374.shtml> Acesso em: 03 Jul. 2014.

DEVERLAN, L. **Seja um verdadeiro torcedor de rugby!** Disponível em: <<http://www.mastodontesrugby.com.br/index.php?tag=Associa%E7%E3o%20Atl%E9ti%20Rugby%20Jaguari%FAna%20%20-%20Jaguars>> Acesso em: 03 Jul. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **70 dias de drama nos Andes.** 23 dez. 1972. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_23dez1972.htm> Acesso em: 03 Jul. 2014.

FRANÇA, A. **Como funciona o rugby.** Disponível em: <<http://esporte.hsw.uol.com.br/rugby.htm>> Acesso em: 10 Jun. 2014.

GUIA DE PRINCIPIANTES DO RUGBY UNION. Disponível em: <http://www.irbrugbyready.com/2011/pdfs/beginners_guide_ptbr.pdf> Acesso em: 03 Jul. 2014.

HELAL, R., AMARO F. **Construindo a Nação Arco Íris: esporte e identidade nacional em Invictus.** Juiz de Fora – MG. 2011.

MARTINS G. F.. **Rugby: símbolo do Apartheid, e, da Nova África do Sul.** [S.l.] [s. d.]

MORENO, T., SOUZA, P. H. X. **O rugby catarinense e sua trajetória.** [S.l.] [s. d.]

SANT'ANNA, R. T. **Características fisiológicas e antopométricas de jogadores amadores de rugby.** Porto Alegre – RS. 2010.

**REPRESENTAÇÕES SOBRE A TEORIA DA MOTRICIDADE HUMANA NA REVISTA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (1979-1986)**

Ana Carolina Silva Bozz¹

Thiago Pelegrini²

Resumo: O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as representações sobre a Ciência da Motricidade Humana na Educação Física veiculadas pela Revista Brasileira de Ciências do Esporte entre os anos de 1979 e 1986. Como metodologia será realizada uma pesquisa bibliográfica que utilizará conceitos de representação de Roger Chartier. Nos artigos publicados entre os anos (1979-1986) nota-se que há 01 (um) artigo que fala sobre a Ciência da Motricidade Humana, bem com 01 (um) editorial.

Palavras chaves: Motricidade Humana. Educação Física. Representação.

INTRODUÇÃO

A Educação Física não possui um consenso sobre o seu objeto de estudo específico. Seu embasamento teórico ainda recorre a outras áreas de conhecimento distintas, tais como: a pedagogia e a medicina. Posicionado-se ao lado de Manuel Sérgio (1999) entende-se que a área de conhecimento possui esses problemas, pois foi fundamentada no paradigma cartesiano, que por sua vez, afirma que corpo e alma são duas essências distintas, e que não podem ser compreendidas como uma totalidade, criando uma concepção fragmentada de ser humano, e tal feito consequentemente limitou as direções da pesquisa científica, principalmente para a nossa área. E, a Ciência da Motricidade Humana, fundamentada pelo filósofo Português Manuel Sérgio, contribui para suprir essa falta de objeto de estudo específico (PEREIRA, 2007).

Manuel Sérgio Vieira e Cunha, natural de Lisboa - Portugal, é licenciado em Filosofia pela Universidade Clássica de Lisboa, Doutor e professor agregado em Motricidade Humana pela Universidade Técnica de Lisboa.

Apoiado no paradigma da Complexidade, que foi fundamentado por Edgar Morin, Manuel Sérgio, afirma que, corpo e alma são essências que devem ser entendidas como unidade. Segundo Manuel Sérgio (1999),

A Motricidade Humana tem o seu lugar marcado entre as ciências da natureza; se a definirmos como motoras, ela cabe inteiramente entre as ciências do homem. Como a psicologia, a ciência da motricidade humana apresenta um objecto de observação igual ao observador. Este fenómeno invulgar dá-lhe uma posição de relevo em qualquer metodologica científica.(SÉRGIO, 1999, p.147).

Este paradigma da complexidade defende o homem prático, que é a teoria (alma) e a prática (corpo) juntas. Acredita que o homem deve se movimentar intencionalmente, fazendo as suas atividades sempre refletindo, e visando um sentido e um significado para tal, e não apenas o movimento por si só.

Sendo assim,

¹ Graduanda em Licenciatura Educação Física - Iniciação Científica - Universidade Estadual de Londrina (UEL). aninha_95@hotmail.com.

² Professor Doutor - Universidade Estadual de Londrina (UEL). prof.thiago.uel@gmail.com

A motricidade não é simples movimento, porque é práxis, e, como tal, cultura (ou seja, transformação que o Homem realiza, consciente e livremente, tanto em si mesmo, como no mundo que o rodeia). A motricidade é a capacidade para o movimento centrífugo da personalização. O movimento é a parte de um todo – o ser finito e carente que se transcende. A motricidade é o sentido desse todo, estando por isso presente nas dimensões fundamentais do ser humano, actualizando-as. (SÉRGIO, 1991, p. 81).

Manuel Sérgio ainda faz uma crítica à nomenclatura da nossa profissão. O termo Educação Física é reducionista, pois ela não educa apenas o físico, mas sim, o homem em um todo, em sua complexidade, (SÉRGIO, 1999). A expressão Educação Física representa as atividades físicas praticadas no âmbito escolar, que visa à saúde do indivíduo, afirma (CAGIGAL, 1979).

O que se entende, quando se diz, formar um profissional da área da Motricidade Humana, é formar um indivíduo apto para viver em sociedade, em relação à cultura e as individualidades do ser humano, e, também, com a preocupação de observar as várias possibilidades de adaptação as diversas situações de convivência. Podemos definir que o profissional da área de Motricidade Humana, no âmbito pedagógico, deve ser capaz de levar o aluno a querer superar as diversas dificuldades da vida e leva-los sucessivamente à transcendência, que é sempre estar procurando fazer e ser melhor, procurar evoluir, procurar transcender.

Transcender, segundo Carol Kolyniak Filho (2001) seria,

O que está além ou fora da realidade dada, daquilo que naturalmente se pode esperar. Opõe-se à imanência. O ser humano, por meio de sua motricidade, prova que é um ente que anseia pela transcendência, pela capacidade de ser mais e ser melhor. Porque sei que posso transcender, procuro a invenção de um futuro que não seja a dedução do que já existe, mas a emergência de novas possibilidades. Pela transcendência, o ser humano faz-se sujeito e não objeto da história. (KOLYNIK, C. Filho, p.18, 2001).

Manuel Sérgio, em suas obras usa o termo “corporeidade” para definir condição de presença, o indivíduo participando e contribuindo dentro do mundo. A corporeidade nos mostra que temos que estar no mundo com algum objetivo, sentido, por meio desse corpo, (FILHO, 2001, p. 18).

Após essa contextualização, podemos dizer que a Motricidade Humana é o indivíduo no seu movimento intencional, o ser humano em sua totalidade/unidade, entendendo-o como um ser sujeito e não objeto.

A Revista Brasileira Ciência do Esporte (R.B.C.E.) foi criada em 1979 pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (considerado a principal entidade científica, não governamental, da área de Educação Física/Ciências do Esporte) com a tarefa de

divulgar e produzir conhecimento relacionado a Educação Física e as Ciências do Esporte no Brasil. A revista contabiliza 34 anos de publicação ininterrupta e é considerada um dos mais tradicionais e importantes da área de Educação Física e tem tido sua relevância reconhecida por importantes agências de fomento e instituições acadêmicas nacionais e internacionais. Características que autorizam sua escolha como objeto e fonte dessa pesquisa.

Justifica-se a escolha do trabalho com revistas com a defesa de António Nóvoa (1997, p. 14) que as considera “[...] um corpus essencial para a história da educação” e também para a história de qualquer disciplina escolar como o caso da Educação Física. Sustenta-se como hipótese que esse periódico apresentou modos de entender e organizar saberes e práticas pedagógicas para a área de Educação Física voltados a formação de professores e sua atuação na escola. O recorte temporal para essa pesquisa foi formatado a partir da fundação da revista em 1979 até o ano de 1986, ano que estudiosos consideram ter começado uma nova fase da revista com outra proposta editorial (PAIVA, 1994).

Deste modo, este estudo tem por Objetivo geral: Investigar como a Revista Brasileira Ciêndia do Esporte (RBCE) caracteriza a Teoria da Motricidade Humana. No que se refere ao objetivo específico foi pesquisar a influência do autor Manuel Sérgio, precursor da Motricidade Humana sobre a área de Educação Física no Brasil.

Para tanto, a metodologia para a realização deste artigo utilizou-se da análise bibliográfica e documental. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida pelo exame de fontes que não receberam um “tratamento analítico adequado” associado à contribuição do diálogo com outros autores especialistas na temática do estudo (GIL, 2002, p. 46). Sublinha-se que se trata de um método relevante de fácil e baixo custo essencial para “qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 47). Baseia-se nas seguintes etapas: identificação das fontes, localização das fontes e obtenção do material, compilação, fichamento, tratamento e análise dos dados, construção lógica e redação do trabalho final de pesquisa (LAKATOS e MARCONI, 2003).

A Ciência da Motricidade Humana na Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE)

A Educação Física perpassa por uma crise epistemológica, pela falta de um objeto de estudo específico. Sendo assim, a Ciência da Motricidade Humana foi sistematizada pelo professor Manuel Sérgio Vieira e Cunha, com o objetivo de resolver os problemas desta área de conhecimento. A Motricidade Humana considera como objeto de estudo o homem em movimento, sendo este movimento intencional, com sentido e significado, objetivando entender no mundo com um ser sujeito, que entende e mais que isso, compreende suas ações e não um ser que realiza um determinado movimento por si só.

A Motricidade Humana visa o homem em sua totalidade, ou seja, corpo e alma é uma só essência. A ciência da Motricidade Humana contrapõe-se ao paradigma cartesiano, criado por René Descartes, que afirma corpo e alma como suas essências distintas, sendo que este pensamento dualista resultou também no problema da terminologia desta área, visto que o termo Educação Física é reducionista, pois está ligado apenas a educação do físico por si só.

A Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE) foi criada em 1979 pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte com a tarefa de divulgar o conhecimento relacionado a Educação Física e as Ciências do Esporte no Brasil. A revista contabiliza 34 anos de publicação sem interrupção e é considerada um dos mais tradicionais e importantes da área de Educação Física e tem tido sua relevância reconhecida por importantes agências de fomento e instituições acadêmicas nacionais e internacionais.

No ano de 1986 (v.8, nº1), a RBCE, no artigo “A Educação Física precisa de filosofia”, da autora Anna Maria A. Feitosa, cita a Motricidade Humana. A Ciência da Motricidade Humana questiona o Desporto e a Educação Física da forma em que estão acontecendo atualmente, e assim como outras teorias deve ser teorizadas. “Quem não teoriza, repete”, já dizia constantemente o professor Manuel Sérgio. Segundo a autora, a partir do termo Educação Física, tudo precisa ser repensado e teorizado nesta prática que pretende científico-pedagógico. A autora encerra seu artigo, nos fazendo um questionamento: “*Que tipo de homem estou contribuindo para formar?*”

Também no ano de 1986 (v.7, nº2), foi encontrado um editorial que fala exclusivamente sobre Motricidade Humana. O editorial afirma que o CBCE (Colégio Brasileiro Ciência do Esporte) visa recomeçar suas concepções, pois Educação Física e Desporto não podem mais ficar alheios. O editorial ainda afirma que, o CBCE quebrando as amarras do conformismo se apresenta como desmistificador da ciência e da pesquisa, descaracterizando desta forma o saber enquanto instrumento de poder e opressão.

CONCLUSÕES

Nesta primeira fase de análises do trabalho, foram encontrados: um artigo que cita a Ciência da Motricidade Humana no ano de 1986, e um editorial também no ano de 1986 que tem como temática a referida ciência. Sendo assim, entende-se que a Ciência da Motricidade Humana não teve muito destaque na revista e no âmbito ao que se refere o esporte neste período. Nota-se, no período analisado, que a Motricidade Humana só passa a ser citada na RBCE, a partir do ano de 1986, e isso se dá com influência do professor Manuel Sérgio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGIGAL, J. M.. **Educação Física na década de setenta**. Editorial Kapulusz. Buenos Aires. Argentina, 1979.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FEITOSA, A. M.. **A Educação Física precisa de Filosofia**. RBCE, v.8, n.1, 1986.

FILHO, C. K.. **Contribuições para uma reflexão epistemológica sobre a ciência da motricidade humana**. Discurso (PUCSP), São Paulo - SP, 2001.



GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS; E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. (5.ª edição). São Paulo: Editora Atlas, 2003.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 3. ed. 1997.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Vitória, ES: CEFD/UFES, 1994.

PEREIRA, A. M. **Motricidade Humana: a complexidade e a práxis educativa**. Tese (Doutoramento em Ciências da Motricidade Humana) - Universidade da Beira Interior, Covilhã-Portugal. 2007.

SÉRGIO, M.. **Um Corte Epistemológico: Da educação física à motricidade humana**. Editora, Instituto Piaget. Lisboa, 1999.

SERGIO, M. **Um objeto de estudo: a Motricidade Humana**. Instituto Piaget, Lisboa, 1999.

BIGUÁ - DE IRATI¹ A CIDADÃO FLAMENGO!

Ana Paula de Freitas Altoé²

Marizabel Kowalski³

Dolores Marina Garcia Pereira⁴

Filipe Silveira Rebelo⁵

Resumo: Figura pouco lembrada – Biguá- Um paranaense baixinho nascido em Iraty, no Paraná, chegou ao Rio de Janeiro para jogar no Flamengo. Na Gávea se tornou um dos maiores ídolos da história rubro negra. Moacir Cordeiro, o Biguá se transformava em um gigante quando lutava com a camisa do Flamengo. Jogou somente no Flamengo, de 1941 a 1953. Outra camisa somente as da seleção carioca e seleção brasileira. Foi campeão tri carioca nos anos de 1942/43/44 e 1953 quando abandonou o futebol. Também foi campeão brasileiro pelos cariocas. Biguá morreu no Rio de Janeiro no dia 9 de janeiro de 1989.

Palavras- chave: Futebol. Flamengo. Negro.

Iraty, o Futebol e Moacir Cordeiro

No final do século XIX, foi introduzido o futebol no Brasil, por Charles Müller. No começo do século seguinte, surgem os primeiros clubes e este esporte que antes era praticado somente pela elite, vai ganhando adeptos em todas as classes sociais e popularidade no país. Após ter conquistado os grandes centros da época, o futebol vai sendo disseminado pelo interior, nas pequenas cidades e vilas, transformando-se assim em paixão nacional, chegando ao interior do Paraná, precisamente em Irati, aonde concentra nosso estudo. Em 1914 o farmacêutico Antônio Xavier da Silveira trouxe para Irati a primeira bola com isso iniciou-se a prática do futebol, que aos poucos conquista os cidadãos iratienses. Neste período atividades como a pesca, caça e as corridas de cavalo predominavam na cidade. Entretanto, aos poucos foram substituídos pelo futebol, conseguindo justificar a popularidade já conquistada pela expansão adquirida pelo território nacional. Na Vila Irati (nome dado antes de passar a ser município) não foi diferente, as pessoas encontravam-se no campo de várzea, quando surgiu a necessidade de criar-se um clube para que pudessem promover os treinamentos e as competições. Com isso, *“após várias reuniões, tendo como local a farmácia Apollo, de propriedade do senhor Antônio Xavier da Silveira, fundou-se o Iraty Sport Clube (ISC), no dia 21/04/1914”*. (Orreda, 1987, p. 31). A importância da formação oficial da primeira seleção iratiense de futebol, que venceu a Copa Roca. O primeiro jogo de que se tem registro em Irati, neste mesmo ano (ISC) e Imbituva (cidade vizinha) se enfrentaram

¹ Irati cidade do interior do Paraná; 100 km de Curitiba; 55 mil habitantes (Senso 2010); provinciana; pacata e agrícola. Produtora de cebola e reconhecida anos anteriores pela produção de Batatas refletindo no esporte o Ginásio de Esportes “Batatão”.

² PIBIC/ CNPQ/UFV. E-mail ana.altoe@ufv.br

³ UFV/DES E-mail belkowalski@ufv.br

⁴ PIBIC/CNPQ/UFV dolores.mgpereira@gmail.com

⁵ UFV/DES. E-mail filipe.rebelo@ufv.br

sendo que o ISC venceu por três a zero (Orreda, 1987). Todos os moradores da vila dirigiram-se ao campo, pois lá estava a emoção.

Outro ano importante que vale a pena relevar para o esporte iratiense foi o de 1921, quando nasceu Moacyr Cordeiro, Biguá⁶. Moacyr Cordeiro, mais conhecido como Biguá, chegou ao Fla em 1941. No início, ficou meio constrangido no meio de tantos craques (Zizinho, Pirillo, Vevé, Domingos da Guia), mas em pouco tempo ganhou a vaga de titular e conquistou todos com sua garra e simpatia. Paranaense de Irati, nascido em 22 de março de 1921, Biguá chegou rápido ao estrelato, mas teve uma carreira curta para o que ainda poderia render. Revelou-se no infantil do Atlético e, mal assinou o primeiro contrato no Clube Água Verde, foi para o Rio de Janeiro. Ao lado de todos aqueles astros, ganhou o primeiro tricampeonato do Flamengo. Além de eficiente na marcação, Biguá tornou-se um dos precursores dos laterais modernos, em apoiar o ataque. Houve partidas em que chegou a atuar na ponta-direita. Se lhe faltava altura, sobrava uma elasticidade fora do comum, além de uma perfeita colocação. Parecia que cada jogo era o último, lutava como um alucinado. Com Modesto Bria e Jaime de

⁶ **Biografia:** Moacyr Cordeiro chegou à Gávea em 1941. No início, ficou meio constrangido no meio de tantos craques - Zizinho, Pirillo, Vevé, Domingos da Guia. Mas em pouco tempo ganhou a vaga de titular, conquistando os jogadores e a torcida com sua garra e simpatia. Paranaense de Irati, nascido em 22 de março de 1921, Biguá chegou rápido ao estrelato, mas teve uma carreira curta para o que ainda poderia render. Revelou-se no infantil do Atlético e, mal assinou o primeiro contrato no Água Verde, foi para o Rio de Janeiro. Ao lado de todos aqueles astros, ganhou o primeiro tricampeonato do Flamengo. Além de eficiente na marcação, Biguá tornou-se um dos precursores dos laterais modernos, nisso de apoiar o ataque. Houve partidas em que chegou a atuar na ponta-direita. Se lhe faltava altura, sobrava uma elasticidade fora do comum, além de uma perfeita colocação. Parecia que cada jogo era o último, lutava como um alucinado. Com Modesto Bria e Jaime de Almeida, formou uma das linhas médias mais eficientes do futebol brasileiro. Fora do Flamengo sua estrela também brilhou. Foi assim na Seleção Carioca (1943 e 1944) e na Seleção Brasileira, que conquistou o Sul-Americano em Santiago. Houve um duelo histórico, na decisão, de Biguá com o ponta-esquerda argentino Lostau, do River Plate, que se deu por vencido. Apaixonado pelo Flamengo, chegou a aceitar um convite do Corinthians, feito por intermédio de Domingos da Guia, que acabara de se transferir para lá. Mas desistiu minutos antes da viagem. Uma contusão nos ligamentos do joelho encurtou este caso de amor. A despedida foi na tarde de 3 de novembro de 1953. O Flamengo ia jogar contra o Botafogo, e Biguá, depois de posar com todo o time, deu a volta olímpica e descalçou as chuteiras em pleno campo. O técnico Costa Velho, do América, mediu com os olhos aquele baixinho, candidato a zagueiro, e decretou: "Não dá". Assim, Moacyr Cordeiro, o Biguá, tentou a Gávea, em 1941. Primeiro, ficou meio constrangido no meio de tantos craques - Zizinho, Pirillo, Vevé, Domingos da Guia. Mas em pouco tempo ganhou a vaga de titular e conquistou os jogadores e a torcida com sua garra e simpatia. Paranaense de Irati, nascido em 22 de março de 1921, Biguá chegou rápido ao estrelato, mas teve uma carreira curta para o que ainda poderia render. Revelou-se no infantil do Atlético e, mal assinou o primeiro contrato no Água Verde, veio para o Rio de Janeiro. Junto a todos aqueles astros, ganhou o primeiro tricampeonato do Flamengo, além de eficiente na marcação, Biguá tornou-se um dos precursores dos laterais modernos ao apoiar o ataque. Houve partidas em que chegou a atuar pela ponta-direita. Se lhe faltava altura, sobrava uma elasticidade fora do comum, além de uma perfeita colocação. Parecia que cada jogo era o último, lutava como um alucinado. Com Modesto Bria e Jaime de Almeida, formou uma das linhas médias mais eficientes do futebol brasileiro. Fora do Flamengo sua estrela também brilhou. Foi assim na Seleção Carioca (1943 e 1944) e na Seleção Brasileira, que conquistou o Sul-Americano, em Santiago. Houve um duelo histórico, na decisão com o ponta-esquerda argentino Lostau do River Plate, que se deu por vencido. Apaixonado pelo Flamengo chegou a aceitar o convite do Corinthians, feito por intermédio de Domingos da Guia, que acabara de se transferir desistindo minutos antes da viagem. Uma contusão nos ligamentos do joelho encurtou este caso de amor. A despedida foi na tarde de 3 de novembro de 1953. O Flamengo ia jogar contra o Botafogo e, Biguá, depois de posar com todo o time, deu a volta olímpica e descalçou as chuteiras em pleno campo.

Almeida, formou uma das linhas médias mais eficientes do futebol brasileiro. Fora do Fla sua estrela também brilhou. Foi assim na Seleção Carioca (1943 e 1944) e na Seleção Brasileira, que conquistou o Sul-Americano em Santiago. Houve um duelo histórico, na decisão, de Biguá com o ponta-esquerda argentino Lostau, do River Plate, que se deu por vencido.

Apaixonado pelo Flamengo chegou a aceitar um convite do Corinthians, feito por intermédio de Domingos da Guia, que acabara de se transferir para lá. Mas desistiu pouco antes da viagem. Uma contusão nos ligamentos do joelho encurtou este caso de amor. A despedida foi na tarde de 3 de novembro de 1953. O Flamengo ia jogar contra o Botafogo, e Biguá, depois de posar com todo o time, deu a volta olímpica e descalçou as chuteiras em pleno campo.

A História

Poucos registros se encontram em Irati. Ele não se tornou uma das figuras mais ilustres do local, sua história foi negligenciada. Após ter se destacado em equipes do futebol paranaenses, Biguá chegou ao Flamengo em 1941. Durante doze anos como atleta do clube, disputou 206 jogos marcando seis gols. Foi campeão carioca em 1942, 1943 e 1944, e também em 1953. Conseguiu revelar-se num time de craques como Zizinho, Pirillo e Domindos da Guia. Segundo João Maria, *“ao lado de Modesto Bria, e Jaime de Almeida, Biguá formou uma das melhores linhas médias mais eficientes do futebol brasileiro”*. Foram seis jogos pela seleção brasileira em 1945, quando disputou o campeonato Sul Americano, no Chile. Uma contusão no joelho forçou o jogador a abandonar o futebol em 1953. Enquanto isso, a equipe do ISC era formada por: *Joanin Zarpellon, Dantas, Mãozinha, Pedro Bobrowski, Primo Araújo, Flávio Ferreira, Índio, Sandrini, Alberto lineiro, Agostinho Zarpellon, Lourival Martins, Filuca, Eduardinho, Vidal, Marinho, Luiz Veiga, Maurílio Martins, Luiz Zarpellon, José Berlintes, José Galicioli, Antonio Xavier, Alfredo Prestes e Oscar Ferreira. (Orreda – 1987, p. 22)*

Biguá, filho de família humilde, pais trabalhadores e de condição social precária. A casa que ele morava localizava-se na Vila São João (hoje bairro de Irati). Morou sua infância e parte de sua adolescência, até os quinze ou dezesseis anos, em neste local. Não temos registro de que ele estudou em escolas do município. Durante a década de vinte, o futebol tornou-se muito mais popular. Quando havia jogos a população iratiense lotava os campos. Dia de jogo era dia de festa. Homens, mulheres e crianças, iam ao campo esportivo vestidos da melhor roupa possível. Com o surgimento de vários clubes, começaram a existir as rivalidades locais e regionais. Um exemplo claro era entre as equipes do ISC e o Operário de Ponta Grossa (cidade próxima), que travaram muitos duelos futebolísticos, para a alegria e tristeza dos iratienses, pois esses viviam o futebol da época. Enquanto isso, os clubes dos grandes centros começavam a ganhar expressão, o esporte desenvolvia-se de maneira considerável, não existiam restrições para jogar e torcer. Até mesmo os negros que antes eram proibidos de atuar pelos clubes, são representantes de grande número de jogadores. Definitivamente o futebol havia conquistado todos, surgem poemas, músicas, pinturas e inúmeras obras que enaltecem os ídolos e seus clubes. (Kowalski, 2001).

No início dos anos trinta, Biguá começa a dar os primeiros passos no futebol, sem saber que a mesmo proporcionaria a ele uma vida de glória e alegria, entretanto,

romanticamente esquecida na terra natal. Em 1931, pela primeira vez o Irati jogou com uma equipe contra o Curitiba - o Palestra Itália (clube da capital paranaense extinto em 1971, juntamente com outros clubes. Logo, fundado o Colorado Esporte Clube; que após unir-se ao Esporte Clube Pinheiros, funda o Paraná Esporte Clube, em 1989) mesmo perdendo por três a um o jogo foi considerado uma festa. Em 1935 e 1936, Biguá disputou algumas partidas pelo ISC, sem registro oficial em atas do clube. Foram poucas partidas, mas o suficiente para que Nicanor de Vasconcellos Souza (Canoco) levasse-o para jogar no infantil do Clube Atlético Paranaense. Ainda menino, inicia uma carreira de destaque na época. Em 1933 o futebol deixava de ser totalmente amador para tornar-se profissional. Com o passar dos anos aumentava o número de pessoas envolvidas com este esporte e sua popularidade seria, segundo Kowalski (2001), *“O elemento para reforçar a construção da identidade nacional”*. Os torcedores liberavam seus sentimentos idolatrando seus ídolos, bem como suas equipes. Demonstravam emoção ao chorar na vitória e na derrota, o futebol vai transformando-se em sagrado para grande maioria da população brasileira, onde o povo transformava o espetáculo em comoção.

No ano de 1938, Biguá retorna a Irati, como jogador do Palmeiras no dia 09/01/1938. Este era o segundo jogo da série de melhor de três, válido pela taça A NOITE. O Palestra venceu o São Paulo por três a zero formada por: Raphael, Andreata e Oscar; Mendes Isak e Biguá, Marreca, Cardial, Sardinha, Cunico e Jatyr. (Orreda – p. 93). Jovem e promissor jogador de futebol saía do interior para destacar-se numa equipe maior. Isso não era para qualquer um, mas foi para Biguá que enfrentou todas as dificuldades e conseguiu tornar-se um sucesso. Mas por que Biguá? Quem era o cidadão Moacir Cordeiro? Sua trajetória, sua vida e sua morte? Um desconhecido? Poderia!

Veloz, tinha boa impulsão e recebeu o apelido por ser o nome de um pássaro, como Garrincha. O que sabemos é que apesar de ter uma baixa estatura tinha um excelente cabeceio. Isso o tornou um ótimo marcador em bolas altas. Suas características vão muito além, pois era dotado de ótimo chute com o pé direito e habilidade fora do comum. Posicionava-se muito bem e sabia lutar pela bola (Rodrigues). Em 1941, ele assina contrato com o água-verde (clube da capital paranaense, extinto em 1971). Neste mesmo ano rescindiu contrato com o clube da capital para jogar no Flamengo do Rio de Janeiro. No ano de 1947 o ISC enviou um telegrama ao Flamengo pedindo o seguinte: *“Clube de Regatas Flamengo, para Biguá. População iratiense desejosa prestar homenagem valoroso craque filho desta cidade, solicita prezado conterrâneo intervenção junto à Diretoria do Flamengo, estimulando visita a nossa cidade, remuneração pretendida esteja dentro das nossas reais possibilidades. Saudações. Otacilio Ferreira, presidente ISC. Em 10 de agosto 1947”*. Atuou no clube por doze anos, até que em 1953, no dia primeiro de agosto despede-se do futebol. Em pleno Maracanã, num jogo entre Flamengo e Botafogo, deu uma volta olímpica e descalçou as chuteiras no centro do gramado.

Biguá e o Flamengo

A transferência de Biguá para o Flamengo até que foi fácil, o problema é que chegando lá o clube não o aceitou. Raul Dias Gonçalves mandara vir Biguá no escuro. Mário Filho conta que o Raul *“Nunca o vira mais gordo ou mais magro”*. O Flamengo

estava em crise, antes do tri de 40. Qualquer pessoa se julgava com o direito de levar um craque para a Gávea e ficar tentando inseri-lo no clube e Raul não foi o único. Flávio (médico e treinador) cheio de má vontade era contundente: *“Jogador trazido pela mão não servia” e disse a Biguá: “Trata da tua vida, rapaz. Isso aqui não é para você”.* (1945 – p.369). Acreditando em alguma coisa mais Biguá foi tratar da vida. Outra tarde apareceu levado pela mão de Cecílio, olheiro paranaense, em Campos Sales. Costa Velho (treinador) mandou trocar de roupa e, naturalmente, olhando as pernas de Biguá – “grossas, grossas além da conta”, balançou a cabeça negativamente, arrumou um lugar no time, deu alguns chutes e foi mandado embora no mesmo dia com um conselho “É inútil insistir, veja as pernas dele, veja as pernas de Biguá, procure outra coisa para fazer. Para o futebol você não serve”.

Biguá voltou para a Gávea, pediu só um lugar para dormir. A comida ficou mais ou menos garantida numa combinação que ele fez com Yustrich (goleiro do Flamengo). Yustrich achava que para ser um grande *“quiper”*, não bastava treinar em dia de treino. Era preciso treinar todos os dias, todas as horas. Flávio ia embora, os jogadores do Clube muitos abandonaram a carreira e outros já tinham outros planos, e o goleiro ficaria. Antes de Biguá, Yustrich chamava uma meia dúzia de moleques das favelas da Gávea, os quais deveriam chutar as bolas para o gol com toda as suas forças, mas assim mesmo, não estava contente, pois estes não variavam e a monotonia tomava conta. Enquanto ele não contratasse um chutador, não adiantaria encher o campo com garotos *“pernas de pau”*.

Felizmente o Biguá voltara de Campos Sales, de cabeça baixa, pronto para fechar qualquer negócio para não morrer de fome. Neste momento, podia não jogar futebol, mas chutava, tinha um chute e tanto. Yustrich contratou Biguá para chutar para ele. Muitas pessoas ficaram escandalizadas com os termos do contrato: dois mil réis por dia. Yustrich, porém, explicava a Biguá que não podia dar mais, que já fazia um sacrifício: *“Você precisa comer. Eu não digo que com dois mil réis se coma bem. Em um china (restaurante chinês) enche a barriga e pronto”*. Biguá aceitou a proposta encantado. De nada valeram conselhos de amigos: *“Volta para o Paraná, pelo menos lá você está em casa”*. Ele recusou terminantemente, a dar adeus ao Rio de Janeiro. E dizia: *“Lá no Paraná eu também ganharia dois mil réis por dia para carregar lenha. Entre carregar lenha e chutar uma bola, prefiro chutar bola mil vezes. Desde que o Flamengo não me tire a cama, qualquer pedaço do chão serve, eu ficarei”*.

Biguá e Yustrich acordavam de madrugada enquanto os outros dormiam e treinavam todos os dias *“quase”* integral. E viver na Gávea tinha as suas vantagens. De quando em quando, Flávio contava os jogadores e faltava um. Biguá oferecia-se para *“tapar o buraco”*, com o tempo todos estavam acostumados com a sua presença e esqueceu-se que foi trazido por Dias Gonçalves e era do Paraná e/ou ainda tinha pernas grossas. O Biguá treinado na Gávea não era mais o mesmo, diferente que Flávio percebe suas qualidades e sabe que pode entrar no time. Em uma tarde gloriosa, Biguá é chamado à sede do Clube de Regatas do Flamengo e assina o contrato. Entretanto, com uma ressalva, não ser um diamante bruto, mas uma pedra semipreciosa que necessitaria ser polida. Como o Flamengo precisava encher o time de reservas, não teve dúvidas em pagar um ordenado a ele. O *“índio”* ia custar tão pouco, que valia a pena investir. Biguá, assim, apresentou-se à torcida Rubro-Negra e deixou-se descobrir. Flávio custou colocá-lo como titular, apesar dos protestos dos torcedores: *“Mais do que Jocelino o Biguá*

joga”, “*Mais do que Médio, Biguá joga*”. E a inclusão de Biguá deu direito à torcida de opinar e ser atendida. Biguá conquistou simpatias e não faltou quem quisesse protegê-lo, como por exemplo: uma senhora, certa vez, obrigou o marido a chamar Biguá até as arquibancadas e disse-lhe: “*Se o Flamengo ganhar venha buscar uma camisa de seda*”. O Flamengo venceu e ele não esqueceu. Colocou-se no raio visual da senhora e, chamando-o novamente apertou-lhe a mão sentindo o volume de uma nota de vinte cruzeiros deslizar entre seus dedos. As histórias de proteção expandem-se pela sua vida romanescamente contada. Sua humildade cativa também José Lins do Rego, sua transformação em um jogador agressivo de chute forte, sua vida e relacionamentos com o Flamengo e com o Rio de Janeiro.

Um choque de gigantes - Chico x Biguá

Veteranos e aposentados Biguá e Chico ao se encontrarem relembram histórias de duelos no passado. Em campo pareciam ferozes inimigos, era essa a impressão que dominava não apenas as torcidas do Vasco e do Flamengo, mas as torcidas de todos os clubes, que não queriam jamais, perder os sensacionais pegadas entre Biguá e Chico. Pelos noticiários da imprensa, ficava claro que o confronto entre o ponta esquerda vascaíno e o lateral do Flamengo era um duelo de gigantes, como proclamavam as manchetes feitas com emoção. O ponta esquerda era Chico (gaúcho de Uruguaiana), chegara ao Vasco em dezembro de 1942. Viril Chico era um terror com dribles desconcertantes, cruzamentos perfeitos e chutes direto ao gol. O lateral era Biguá, paranaense de nascimento Irati, que chegou para o Flamengo no início de 1941, e se destacou pela garra com que se empregava as jogadas e se tornou ídolo em pouco tempo⁷.

Com carreiras paralelas, Chico e Biguá se defrontaram muitas vezes no clássico Vasco e Flamengo, e também muitas vezes jogaram juntos na seleção carioca e na seleção brasileira. Chico jogou num Vasco vencedor e foi campeão carioca nos anos de 1945/47/49/50 e 1952. Biguá foi campeão nos anos de 1942/43/44 e 1953. E nos muitos duelos entre Chico e Biguá entre 1942 e 1953, houve um que marcou a vida esportiva dos dois craques do passado. No campeonato carioca de 1945, o Flamengo lutava para conquistar o tetra campeonato. O jogo contra o Vasco com o Estádio de São Januário superlotado aconteceu o lance que os dois relembraram com tristeza. O marcador era de 1x1 quando aos 43 minutos, Lelé avançou. Biguá ficou de costas para o gol, de olho em Chico. Mas Lelé não passou a bola, chutou violentamente para o gol do Flamengo. A bola bateu na trave, chicoteou na nuca de Biguá e caiu dentro das redes rubros negros. Gol contra. Biguá no chão, ainda desorientado, chorava. E Biguá lembrou aquele momento claramente: “A própria torcida do Vasco não festejou o gol com muita alegria, em respeito ao drama que eu vivia. E a primeira mão que se ergueu para me ajudar foi a do meu grande adversário, Chico. Ele me levantou, me abraçou com carinho, me consolou”. E Chico confirmou emocionado: “Eu fui lá ajuda-lo, disse-lhe que erguesse a

⁷ Ao rever o velho amigo e adversário, Chico não pôde conter nem a surpresa nem a emoção. Aos 55 anos (1987), era corretor autônomo de seguro. Biguá, 56 anos (1987), era chefe da Seção de Leitura de Microfilmes da Dataprev, a Central de Processamento de Dados na Previdência Social. Chico era mais família. Biguá viveu a boêmia nas noites da antiga Lapa, onde era um dançarino incansável nos dancings Avenida e Brasil e nas rodas de chope dos bares da Galeria Cruzeiro.

cabeça, porque ele não tinha culpa nenhuma. A dor de Biguá me feria. Naquele momento, chorei junto com ele. Naquela época o futebol tinha rivalidade dentro do campo, assim mesmo, se respeitando os adversários”. Biguá faleceu no dia 9 de janeiro de 1989. Chico também faleceu no dia 1 de outubro de 1997.

Considerações Finais

Para os Iratienses, inclusive os jovens de hoje, Biguá e Flamengo viveram e pela sua história, estão recomeçando a viver um lindo caso de amor. Moacyr Cordeiro que nasceu no dia 22 de março de 1921 chegou à Gávea em 1941 e ficou até 1953, quando uma contusão nos ligamentos do joelho encurtou sua carreira como jogador de futebol. Biguá era paranaense da cidade de Irati e começou nos juvenis do Atlético do Paraná. Depois jogou apenas no Flamengo. Para defender o seu clube. Biguá utilizava-se de uma garra incrível. Parecia que cada jogo era o último. Lutava como um alucinado. Formou com Bria e Jayme, uma das intermediárias mais famosas do Brasil. Como Bria era paraguaio, apenas Biguá e Jayme também defenderam a seleção carioca e brasileira.

O rubro negro foi protagonista de duelos históricos. No futebol carioca, quando o Flamengo enfrentava o Vasco, o ponteiro Chico dava muito trabalho para Biguá. Quando jogava na Seleção brasileira, o duelo era contra o argentino Loustau. Foram duelos memoráveis. Quando chegou ao Flamengo teve que se impor diante de tantos craques que faziam parte do plantel da Gávea como Zizinho, Domingos da Guia, Jayme, Pirilo e tantos outros. Em pouco tempo ganhou a torcida do Flamengo pela garra e simpatia. Foi tri campeão carioca em 1942/43/44 depois de uma final contra o Vasco da Gama. Também foi campeão em 1953 quando Flamengo iniciava seu segundo tri campeonato. Jogava marcando o ponta esquerda adversário e gostava de apoiar o ataque. Nos últimos anos de sua carreira chegou a jogar como ponta direita. Se lhe faltava altura, sobrava uma elasticidade fora do comum, além de uma perfeita colocação e muita coragem na decisão das jogadas. Biguá foi Flamengo até morrer. Como nenhum outro jogador ele encarnou a mística rubro negra. Enquanto jogou, deu-se por inteiro ao Flamengo, festejou as vitórias e chorou nas derrotas. Mais do que um torcedor, Biguá é um símbolo.

Teve seus grandes momentos na seleção carioca nos anos de 1943/44. Na seleção brasileira disputou o campeonato sul americano de 1946. Depois de uma séria contusão no joelho, Biguá se despediu do futebol e do Flamengo no dia 3 de novembro de 1953. O clube da Gávea enfrentava o Botafogo no Maracanã. Biguá posou ao lado dos companheiros, descalçou as chuteiras e deu uma volta olímpica. Era o fim de uma brilhante carreira. Durante muitos anos, Biguá foi proprietário de um bar que ficava na sede do clube no aterro do Flamengo. Biguá faleceu no dia 9 de janeiro de 1989.

Referencial Bibliográfico

ALVES, Ivan. *Uma Nação Chamada Flamengo*. Rio de Janeiro: Europa, 1989.

CASTRO, Rui. *Vermelho e Negro*. Rio de Janeiro: DBA, 2002.

FILHO, Mário Rodrigues Filho. *Histórias do Flamengo*. R.J: Gernasa, 1945.



CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA

KOWALSKI, Bel. *Por que Flamengo*. Rio de Janeiro: UGF, 2001.

**“LA SQUADRA AZZURRA” E A IDENTIDADE CULTURAL ITALIANA: REFLEXÕES DE UM
OBSERVADOR “IN LOCO”**André Mendes Capraro¹

Resumo: Neste texto proponho uma reflexão genérica acerca da representação da seleção italiana de futebol (a *squadra azzurra*) como elemento da identidade cultural daquele país. Balizei as análises em alguns preceitos de Stuart Hall e também na minha observação *in loco*. Apresento em caráter conclusivo apenas uma hipótese: a de que a *azzurra* – sobretudo, por motivos externos –, atualmente, não colabora efetivamente com a criação de um sentimento de italianidade.

Palavras-chave: Itália; seleção italiana de futebol; identidade cultural.

Introdução

Durante o período de agosto de 2012 a agosto de 2013 estive na Itália cursando um estágio pós-doutoral na Universidade Ca’ Foscari, situada na cidade de Veneza (informação importante, como se verá a seguir). Minha proposta de pesquisa – dando continuidade ao projeto já executado durante o doutorado² – era a de compreender como se dava a relação entre futebol e literatura naquele país. Pois bem, estabelecido na Itália, em paralelo a investigação acima citada, outros temas periféricos me chamaram a atenção. Alguns deles: 1) como o futebol, ao contrário do que me relatavam continuamente, era praticado de modo improvisado em uma cidade cujas condições físicas eram extremamente inapropriadas; 2) como a concepção de Itália que eu trouxe a partir das minhas experiências no Brasil era estereotipada; 3) a presença constante da violência sócio-racial, sempre associada à polarização partidária bem demarcada entre direita e esquerda; 4) como o selecionado italiano, comumente chamado de *squadra azzurra*, não tinha representatividade semelhante à brasileira na concepção/formação de uma identidade pátria. Em relação a tais inquietações, resolvi selecionar material bibliográfico, manter um diário de campo de cunho etnográfico e também levantar e arquivar algumas fontes históricas.

Neste texto, em tom ensaístico, pretendo apresentar algumas reflexões – sinceramente, de forma ainda incipiente – acerca da última temática, o papel de sucesso (ou não) da *azzurra* na construção de uma identidade italiana.

Para tanto, parto da ideia de que o sentimento de pertencimento à nação é apenas um segmento de uma identidade ampla definida como cultural (Hall, 2003), sendo assim, a falta de articulação com outros elementos identitários – como a etnia, a raça, a regionalidade, o gênero, a religião e até a história – faz com que não se construa um vínculo sólido entre o selecionado nacional e o conceito de italianidade³.

¹ Doutor em História – Universidade Federal do Paraná. Estágio Pós-Doutoral – Università Ca’ Foscari di Venezia. Professor Adjunto IV – Universidade Federal do Paraná. Email: andrecapraro@onda.com.br

² Cf. Capraro, André Mendes. *Histórias de Matches e de Intrigas da Sociedade – a crônica literária e o esporte futebol*. São Paulo, Annablume, 2013.

³ Entendo por italianidade a constituição relativamente sólida de um sentimento de cidadania italiana, originado a partir da incorporação – sempre de “dentro” para “fora” – de hábitos, costumes e práticas.

A Azzurra já colaborou na consolidação de um ideário de nação

No plano do óbvio, percebe-se que o uniforme do selecionado italiano não faz uma alusão direta à bandeira do país (como ocorre na maioria dos casos, inclusive o do Brasil), tendo em vista que a cor predominante da camisa é azul, ao invés do verde, branco e vermelho. Dentre várias histórias sobre a origem da *maglietta azzurra* a mais divulgada (e confiável) é a que atribui a escolha da cor à Casa Real de Savoia⁴, já nos primórdios das partidas entre países, nas primeiras décadas do século XX (Martolio, 2014, p. 37).

Tal observação, de forma rasa, poderia apontar para uma cuidadosa tentativa de não emparelhar a nação e o selecionado. Mas não é o caso. Como tentarei argumentar ao longo desta reflexão, oscilando com frequência, o selecionado nacional se tornava mais (ou menos) representativo de uma italianidade. E os fatores responsáveis por tais oscilações são, na maioria dos casos⁵, externos – políticos, econômicos e o contexto global, entre outros em menor escala.

Pensando este impacto “externo” no selecionado italiano de futebol, dentre as primeiras lembranças está a conquista sequencial dos títulos mundiais de 1934 (Itália) e 1938 (França), sob a égide do regime Fascista de Benito Mussolini (Agostinho, 2002). Por sinal, ainda centrando a análise na materialidade do uniforme, foi um dos poucos momentos históricos em que houve a tentativa (sem sucesso) de trocar a *azzurra* por outra cor de predominância, o *nero* – alusão as cores do partido. Coadunando os discursos político-ideológico e sociais, caracterizados pela construção de um ideal valorativo do “legítimo” homem italiano e, conseqüentemente, a exclusão de indivíduos de outras etnias, raças e até religiões, consideradas indesejáveis ao que preconizava o sistema partidário nazifascista, pode-se pensar que o selecionado nacional colaborava na consolidação – ainda que provisória e não hegemônica⁶ – de uma identidade cultural na qual predominava um forte sentimento de nacionalismo italiano.

Mas, ao findar da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as complexas relações entre as várias regiões que compuseram à República da Itália afluíam (Bertonha, 2005). Já no meio do embate mundial o sul seria ocupado pelos Aliados e o norte – renomeado com República Social Italiana (Salò) – ainda sob o domínio de Mussolini, continuaria aliado aos países do Eixo. Entretanto, mesmo no norte existiam grupos de resistências denominados *partigiani* e estes eram bastante diversificados e constantemente entravam em querelas entre si. Identificados por um lenço usado no pescoço, existiam os brancos (seguiram tradição católica), os azuis (monarquistas de tendência de direita) e os vermelhos (comunistas).

⁴ Família nobiliárquica que regeu o Ducado de Savoia (hoje a região do Piemonte no norte da Itália e de Nice, na França) desde o século XIII. A partir do século XVIII a casa se tornou também a soberana da Sardenha. No século XIX contribuiu para o processo de unificação da Itália e se tornou a família real até a proclamação da república, em 1946 (Bertonha, 2005).

⁵ Em alguns episódios muito específicos, o bom ou o mau desempenho em campeonatos foram predominantes no aumento ou diminuição do vínculo entre o selecionado e o sentimento de pertença à nação. Vide, por exemplo, a conquista da Copa do Mundo de 1982, como caso positivo; ou a não classificação para a Copa de 1958, como negativo.

⁶ Uma parcela dos fascistas de orientação mais extrema, por exemplo, eram contrários à inserção dos *oriundi* (descendentes de italianos que nasceram, geralmente, em países da América do Sul) no selecionado nacional. Estratégia usada politicamente por Mussolini para reforçar ainda mais a *azzurra*.

Tal cenário complexo, sempre em oscilação devido a fatores internos e externos, iria estabelecer nas décadas subsequentes a sensação de representatividade (ou não) do selecionado italiano como símbolo da nação e gerador do sentimento de nacionalidade. Sendo assim, aos saltos, dirijo-me ao presente momento, aquele dos antecedentes da participação – por sinal, pífia – da *azzurra* na Copa do Mundo do Brasil de 2014.

A Azzurra (quase) nunca me representa

Antes de apresentar minhas impressões em relação a atual situação, vale uma ressalva: tendo em vista as fortes divergências regionais, discorrerei a partir de um olhar situado em Veneza. Cidade muito peculiar, com uma população diminuta e um grande fluxo de turistas estrangeiros, gerida por um partido de esquerda (2012-2014), porém, com um número significativo de apoiadores do partido separatista (Norte-Sul⁷) denominado *Lega Nord*, mas até com um segmento considerável de defensores da volta à antiga República de Veneza, ou seja, não se identificando sequer com a proposta de separação do partido acima citado. Certamente, se estivesse em outra cidade, minhas reflexões seriam sensivelmente alteradas, mas isso é mais um indício da existência de uma forte dificuldade em se consolidar a ideia de que a seleção de futebol representa efetivamente a nação.

Veneza, além de pequena, não é uma cidade propícia à prática do futebol. A maioria dos *tiffosi* (torcedores) torce por equipes de outras cidades – sobretudo, as equipes de Milão (*Milan* e *Internazionale*) e de Torino (*Juventus*) –, mas, mesmo assim, o futebol divide a preferência com o basquete, já que há uma equipe na cidade, a *Umana Reyer*, que disputa a principal liga italiana.

Porém, em pouco tempo na cidade, descobri que o futebol era um bom meio de aproximação com os locais. Então, comecei a usar o assunto como possibilidade para a ampliação de contatos. Interagindo com um desses agentes, enalteci o valor de alguns atletas da seleção italiana, especificamente Buffon, Pirlo e Balotelli. E a surpreendente resposta foi: – “Eu não posso torcer para essa seleção! Como poderia torcer para algo que se diz italiano e tem um atleta negro como Mario Balotelli? Além do mais, sempre que ela [a seleção] vence, a minha vontade de que Veneza se torne independente fica mais longe. E digo mais: o nosso verdadeiro esporte é a ‘voga’ [disputa de embarcações a remo típica da cidade]”.

Em uma resposta sintética e descompromissada afloraram alguns elementos primordiais para a compreensão do motivo da *azzurra*, muitas vezes, dependendo da região ou até cidade, gerar certo desconforto. Os principais: a formação inter-racial do selecionado (mesmo que conste apenas um único atleta de origem afrodescendente) e o impacto (por meio de resultados positivos) de uma sensação de unidade territorial que não é do interesse dos grupos separatistas.

Este mesmo agente me escreveu alguns dias antes do início da Copa do Mundo. Afirmava na ocasião:

⁷ Sobre os estereótipos e preconceitos dos nortistas em relação ao sul e vice-versa, ver: Bertonha, Fábio. *Itália: presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

– “Desejo que o Brasil vença o Campeonato Mundial (ao menos isso, depois de tanto desperdício de dinheiro com a construção de tantos estádios e demais estruturas relacionadas ao evento) [era uma resposta a uma queixa minha em outro e-mail]. Eu, sinceramente, como bom veneziano, espero que a Itália saia fora já na fase de grupos, assim, não verei mais os torcedores italianos com o rosto pintado de tricolor [as cores da bandeira da Itália] que, como sempre, gritam e se comportam como no terceiro mundo, somente por uma partida de futebol, esquecendo-se dos problemas que temos muito mais sérios e importantes do que um jogo de bola.”

Logicamente, poder-se-ia pensar que estou assumindo a exceção como regra. Realmente, como havia acentuado, as regiões (e até algumas cidades) italianas guardam particularidades que impactam na construção da identidade cultural do país, já que as características políticas, econômicas, linguísticas⁸ e, sobretudo, étnicas são construídas de modo extremamente diverso. Não é de se estranhar, então, que, ao contrário do Brasil – país no qual existe certa unidade identitária – o selecionado nacional de futebol não seja entendido por vários como uma representação da pátria.

Em ocasião diversa, indaguei a outro agente qual o significado das bandeiras – ora de Veneza, ora da Itália – em um número considerável de casas. Não era época de nenhum evento pátrio nem esportivo e aquilo havia me chamado a atenção. A resposta, em síntese, foi que as pessoas que hasteavam a bandeira de Veneza eram separatistas e manifestavam explicitamente a sua preferência, o mesmo ocorria em relação à bandeira da Itália. Após a explicação comecei a atentar ao fenômeno e fiquei com a impressão de que existiam muito mais bandeiras de Veneza do que da Itália na cidade.

Provavelmente por isso que era raro encontrar em Veneza, como ocorre no Brasil, pessoas trajando qualquer tipo de vestimenta que fizesse alusão ao selecionado. Embora as lojas de souvenirs fossem repletas de camisas e agasalhos da seleção italiana, o público consumidor era o de turistas estrangeiros.

Mas, se a identificação com a *azzurra* está submetida a uma série de interesses que perpassam à disputa entre identidades regionais e a nacional, por outro lado, acentuando a complexidade do caso, existe um debate nacional (indiferentemente à região, muitos favoráveis e outros tantos contrários) quanto à presença de um atleta afrodescendente. Trata-se de um caso de racismo, evidentemente. Comprovando tal afirmativa, basta pensar que a Itália foi um dos primeiros países (desde a década de 1930) a convocar atletas estrangeiros, mas todos com uma característica comum: os traços caucasianos bem demarcados. Assim, por mais que um ou outro torcedor italiano seja contrário às presenças de Mauro Germán **Camoranesi** Serra (nascido na Argentina) no Mundial de 2006 ou Thiago Motta (nato no Brasil) nos Mundiais de 2010 e 2014, a

⁸ Embora exista um idioma oficial, o italiano, adotado por lei em todo o sistema educacional, por tradição, algumas famílias ainda usam como idioma no seio familiar o dialeto específico da região. O veneziano, por exemplo, é o dialeto típico da cidade em questão.

Vale a nota de que conversar em dialeto também é uma estratégia usada pelos locais quando não querem que um interlocutor presente – seja ele estrangeiro ou mesmo de outra região da Itália – compreenda o diálogo.

polêmica mesmo se instalou no país quando se cogitou convocar atletas afrodescendentes.

Tal questão – em uma opinião bastante pessoal – parece estar mais bem resolvida em outros países europeus, como Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Alemanha, já que frequentemente figuram nos respectivos elencos nacionais atletas de origem africana. Já no caso da Itália, Mario Balotelli foi o primeiro atleta negro a disputar um Mundial. Este, além de sofrer forte pressão pelo inédito feito, tornou-se foco de uma discussão ainda maior: quem realmente pode ser considerado italiano e o quanto uma seleção inter-racial poderia representar a nação.

Não é nada difícil encontrar na internet, por meio de mecanismos de busca como o Google, usando de unitermos como *Balotelli*, *razzismo*, *Italia*, *nazionale* (ou mesmo os equivalentes em português) material variado, desde reportagens de jornais e revistas, até o debate em fóruns de discussão sobre a presença do atleta afrodescendente no selecionado italiano. Em alguns fóruns, por exemplo, eram levantadas questões como: “Por que Mario Balotelli joga na seleção se é negro?” “Balotelli pode ser considerado italiano?” E, sem constrangimento, surgem opiniões (ainda que em minoria) como: “Balotelli é um macaco negro escapado de um zoológico de nome Gana e agora o WWF o está procurando”. “Deveria jogar somente a Copa da África”. “Balotelli, italiano? É negro e ponto final. Nunca vi um italiano negro, este macaco evoluiu muito rapidamente, mas deveria permanecer pendurado por aí... É uma coisa inútil.”

Considerações Finais

Como tentei – sem muita preocupação com o rigor acadêmico e com a tão cara necessidade científica de provar ou refutar algo – refletir sobre a questão da formação de uma identidade cultural, mais especificamente, como o selecionado italiano colaboraria nesse processo, só cabe aqui alguns apontamentos proporcionados pelo uso da “escala de análise” (Ginzburg, 1996; 1998).

Optei, então, pelo alargamento desta escala, isto é, parto da *azzurra* para chegar à construção da italianidade. A hipótese que tento fundamentar é a seguinte: por mais que exista um esforço por parte das autoridades na tentativa de solidificar o sentimento geral de pertencimento à nação por meio do desempenho do selecionado nacional, é exatamente por causa das “supostas” grandes diferenças entre regiões e cidades que tal meta obteve sucesso apenas modesto.

Em síntese, a novidade que fica, ao menos para mim, é a de que a tão propalada identidade italiana, talvez uma das mais representativas (e também estereotipadas) do mundo, tendo em conta os grandes ciclos migratórios dos séculos XIX e XX, foi construída de fora para dentro. Sendo assim, aquilo que é considerado a cultura italiana é uma simplificação (mesmo que bem elaborada e homogeneizada) criada e aceita somente fora da própria Itália.

Essa concepção de Itália, uma “identidade imaginada”, é sólida, mas apenas no imaginário de turistas, descendentes de terceiras ou quartas gerações (como eu) ou ainda de simples admiradores do país... Em Veneza, nas lojas e bancas de souvenirs, entre máscaras de carnaval e camisas e agasalhos da *azzurra*, figurava entre os itens em destaque uma camiseta com a foto de Mario Balotelli após um gol, sem camisa em pose de fisiculturista com a legenda “Super Mario” (analogia ao super-herói dos videogames).

A princípio, um turista que rapidamente passasse por ali poderia interpretá-la como admiração do italiano pelo atleta... Longe disso: os únicos a comprar esse tipo de lembrança de viagem são os próprios turistas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, G. *Vencer ou Morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

BERTONHA, J. F. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BERTONHA, J. F. *Itália: presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPRARO, A. M. *Histórias de Matches e de Intrigas da Sociedade – a crônica literária e o esporte futebol*. São Paulo, Annablume, 2013.

GINZBURG, C. *Mitos emblemas sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003.

MARTOLIO, E. *Glória Roubada: o outro lado das Copas*. São Paulo: Figurati, 2014.

OLIVEIRA, L. L. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HISTÓRIA DO FUTEBOL, IMPRENSA E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE REGIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

André Xavier da Silva¹

Tony Honorato²

Resumo: Este trabalho tem o objetivo analisar a produção bibliográfica sobre a história regional do futebol, seus discursos e práticas emergentes entre os anos de 1930-1960. A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico por levantar, compilar e analisar os artigos encontrados.

Palavras-chave: História. Futebol. Imprensa. Identidade. Literatura.

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento acerca do futebol no Brasil nos apresenta uma pluralidade de temas, e apanhar seu movimento exige, antes de qualquer coisa, pensar as relações entre história do futebol e imprensa. Pois, o entroncamento aqui observado por estas duas modalidades sociais nos sugere pensar sobre discursos indenitários produzidos pela própria imprensa, pelos agentes sociais e suas práticas efetivas da modalidade futebolística, e por vezes, como nos mostra a historiografia tradicional, também um discurso acadêmico homogeneizante sobre a(s) identidade(s).

Ao se analisar as produções aqui coletadas sobre o tema história do futebol e imprensa, em nosso caso jornal como fonte, é necessário antes de tudo dizer em favor da própria História da Imprensa como fonte para pesquisa no país, pois como nos traz De Luca

na década de 70, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa (2005, p. 111).

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina Pós-graduando em Comunicação Popular e Comunitária UEL, Membro do Grupo de pesquisa História do Esporte e do Lazer em Londrina Docente da Rede Municipal de Ensino de Londrina. andrepqf@gmail.com

² Doutor em Educação pela FCL/UNESP. Professor do Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. tony@uel.br

Pensar a imprensa, o futebol e a história, sugere uma dinâmica própria e peculiar gerada pelo entroncamento dessas áreas no decorrer da construção histórica do futebol, pois:

Facilitado pelo acesso a arquivos e fontes, quase todas as pesquisas restringem-se a uma história contada a partir dos clubes de futebol, pois o futebol da várzea ou amador deixou registros raros. Ao contrário, o que predomina são os arquivos oficiais dos clubes e, mais ainda, o registro que a imprensa dava a esses clubes, pois de modo geral pertenciam ou tinham entre seus sócios pessoas de prestígio na sociedade. (RIBEIRO 2012, p. 351-352)

Sabemos que se por um lado a própria história da imprensa possui o seu movimento histórico, por outro a história do futebol também se configura num movimento que se legitima como disciplina recentemente a partir de uma discussão gerada dentro das Ciências Humanas³. Embora a imprensa escrita, assim como as políticas de Estado, o desenvolvimento do próprio capitalismo, o financiamento da monocultura do café, o consequente processo de urbanização condicionaram a prática e a reinterpretação do futebol por parte dos brasileiros, temos ainda nesta construção e legitimação do futebol enquanto prática ou disciplina no Brasil, um entroncamento entre a imprensa, a história e o futebol.

De Luca (2005) nos traz para o debate temas como: a independência e exatidão que dominavam o conteúdo editorial, a falta de relação com as questões políticas, econômicas, sociais e ideológicas, o escrúpulo de alguns autores em querer afirmarem suas hipóteses por meio das fontes, tal postura metodológica nos possibilita maior amplitude de análise nos artigos aqui estudados. É neste sentido que analisamos os artigos, considerando a legitimação das disciplinas história da imprensa e do futebol. No que diz respeito à imprensa, observamos cuidadosamente os pontos críticos já legitimados por esta disciplina em seu desenvolvimento, e quanto ao futebol é preciso considerar a sua recente legitimação como disciplina acadêmica, uma vez que os textos aqui coletados, embora versem até a década de 1960, são produções organizadas entre os anos de 1999 a 2012.

Futebol: a questão regional-local e a produção de identidade

Os estudos sobre o futebol regional-local têm-se nos mostrado de maneira diversificada tanto quanto às perspectivas teóricas⁴ quanto as temáticas abordadas. Se por um lado, temos em âmbito regional autores reproduzindo uma tradição acadêmica na produção bibliográfica sobre a história do futebol, por outro, temos trabalhos empenhados na busca por uma maior originalidade e fidelidade aos processos históricos locais de maneira a obedecer aos traços da regionalidade mantendo os nexos com a

³ Sobre isso ver RIBEIRO, Raphael Rajão. A bola em meio a ruas alinhadas e a poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte, 1904–1921, Belo Horizonte, 2007.

⁴ São utilizados autores como Norbert Elias, Eric Dunning, Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Eric Hobsbawm, Marshall Sahlins e Roberto Damatta.

conjuntura nacional, e por vezes mundial, bem como um método que aproxima a história do futebol àquela concepção descrita acima para a imprensa e suas relações com a prática e a história da modalidade.

Arlei Sander Damo, em texto “Ah! Eu Sou Gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro” (1999), busca identificar, confrontar e enunciar as concepções de estilos de futebol bem como as características socioculturais a eles vinculados. Segundo o autor o futebol gaúcho traz a tona um estilo diferente de se jogar que não àquele “futebol arte” tão exaltado nos grandes centros político, econômico e cultural. Ao contextualizar a construção/formação do discurso sobre o “futebol-arte” e relacioná-lo com o futebol gaúcho nos abre a discussão do que é o regional ou do que é o nacional.

Dessa forma, se para as regiões centrais do país este novo futebol parece violento e rígido taticamente, para os gaúchos ele é sim de forte marcação e com muito rigor tático, porém o que aos olhos do “outro” soa como algo europeizado, ou até mesmo platino demais, é retomado pelo gaúcho como definidor de certas características culturais regionais. Isso é reforçado na medida em que o gaúcho exalta tais aspectos para identificar o futebol do sul do país remetendo as suas tradições, ou seja, à história política do estado, ao separatismo, ao MTG (Movimento de Tradições Gaúchas) ou ao CTG (Centro de Tradições Gaúchas). Prevalece, portanto, uma concepção teórica pautada no pensamento de Damatta, pois neste sentido “o futebol dramatiza dilemas sociais” (DAMO, 1999, p. 87).

Ainda em se tratando no caso do sul do país temos o trabalho de C. C. Prodanov e V. Moser (2011), intitulado *Fussball, cálculo, foot-ball: o futebol colonial do rio grande do sul*. Apoiados nos pressupostos teóricos de Laurence de Bardin e Michel de Certeau, os autores nos mostram o processo de desenvolvimento econômico nas regiões de Caxias do Sul e Novo Hamburgo, processo este desencadeado respectivamente pelas etnias italianas e alemãs. A formação do futebol nestas regiões seguiu a lógica vivenciada em muitas outras localidades⁵, pelo menos no que diz respeito ao processo de industrialização de maneira que os primeiros clubes, ou as primeiras práticas, tenham iniciado a partir de trabalhadores das empresas ou dos proprietários das mesmas.

As peculiaridades inerentes ao processo das regiões citadas nos remetem para a expressão do futebol a partir de certas complexidades identitárias (étnicas) que emergem no discurso de classe estabelecido no contexto. Em resumo, os clubes de futebol na primeira são formados a partir das classes sociais, ou seja, o ECNH (Esporte Clube Novo Hamburgo) por operários e o *Foot-ball Club* Esperança por industriais e comerciantes. Já em Caxias do Sul o ECJ (Esporte Clube Juventude) e o SERC (Sociedade Esportiva Recreativa Caxias) foram clubes formados a partir das elites locais.

Para os autores além da construção de uma “identidade” na *forma como se joga o futebol* também emergiu a afirmação de uma “identidade étnica”. As características culturais das etnias estudadas aparecem na forma como se joga e na organização dos clubes, pois o futebol é incorporado às práticas já existentes nos clubes sociais⁶. Concluindo, no caso destas regiões, o futebol representa não só uma forma de

⁵ Destoa aqui o caso de Minas Gerais, que não seguiu a lógica da industrialização, das estradas ferro, do financiamento da monocultura do café para afirmar a prática futebolística.

⁶ Os clubes de origem alemã e italiana do Rio Grande do Sul já organizavam atividades de tiro, jogos de bolão, ginástica e canto.

expressar comportamentos da modernidade representados pela forma como se organizava o lazer, mas, sobretudo, por expressar um estilo de vida, por ser a expressão de grupos sociais, étnicos e econômicos, por representar a apropriação de espaços e de territorialidade de maneira que prevaleceu a lógica da organização do trabalho⁷. O texto ainda nos abre caminho para pensar numa própria dinâmica interna (no caso Rio Grande do Sul) ao se discutir a questão da identidade, neste sentido um texto propositivo é *O Futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre*, de autoria de G.M. de Jesus (1999). Podemos afirmar que no caso do Rio Grande do Sul emerge uma produção que trata do futebol atrelado às tradições gaúchas, às etnias colonizadoras bem como a questão racial, e isto já destoa o suficiente demais para inferir a questão da identidade obedecendo as suas dinâmicas locais.

Outro trabalho que nos chama atenção é o de Capraro (2004) sobre a história regional centrada na micro-história e no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Ao nos mostrar o processo de fundação do América *Foot-ball Club*⁸ de Curitiba, o autor constrói seu argumento contextualizando a imprensa e sua veiculação entre meados de 1910. Chama a atenção o método utilizado pelo autor para a construção dos resultados, pois a comparação dos dados das fontes levou ao confronto de resultados obtidos com a história presente até então permitindo desconstruir uma história memorialista sobre a formação do Clube. O autor nos auxilia por avançar no trato com a imprensa e por produzir uma história local estabelecendo os nexos com a conjuntura nacional quando necessário. Contudo, como já nos afirmou Ribeiro em trabalho aqui citado, o caso do Paraná, ainda carece de mais produções de âmbito regional-local.

Outros trabalhos que contribuem para nossa reflexão são os de Henrique Sena dos Santos (2012)⁹, o autor, pautado na concepção de cultura popular de Mikhail Bakhtin e na sociologia configuracional, nos mostra o caso de Salvador (BA). Por meio de textos de jornais da época se evidencia que apesar do futebol, questionavelmente, ser introduzido pelas elites Soteropolitanas, as camadas populares também contribuíram significativamente para a sua difusão. A prática do futebol, assim como outros jogos, esteve relacionada a um ideal de modernidade propagado pelas elites¹⁰, contudo as camadas populares ao incorporarem o jogo o ressignificam na medida em que o praticam apropriando os elementos civilizadores e transformando-os conforme suas características culturais.

Dessa forma, o *foot-ball de vagabundos* ou *foot-ball de vadios* representa que no processo de Salvador houve um paralelismo entre o futebol praticado pelos

⁷ Ainda sobre a afirmação de estilos de vida e representações sócias tipicamente modernizantes temos o trabalho *O Esporte, a imprensa e o processo de modernização capixaba: uma análise nas décadas de 1920 e 1930*. (2011) de C. N. da Silva; T. R. Varnier.

⁸ Ao América Foot-ball Club dá-se o título de um time menos elitizado e pioneiro na formação do atual Clube Atlético Paranaense.

⁹ Sobre este autor ver também os textos: *“Desastres materiais, desordens morais”: o “foot-ball de vagabundos” nas ruas de salvador, 1905 – 1920*. E *Notas sobre a popularização do futebol em salvador, 1901 – 1912*.

¹⁰ Neste sentido podemos dizer que algumas produções recorrem a um “etapismo” em que primeiro as elites o introduzem e o praticam e só depois o jogo caberia aos populares. Nota-se que mesmo se utilizando de boa metodologia no trato com o jornal alguns textos reproduzem conceitos de uma literatura tradicional. É o caso do texto: *Futebol em Salvador: início de uma História* (2011) dos autores C. P. R. Júnior e F. R. do Espírito Santo.

populares e um futebol praticado pelas elites, o que confere ao processo histórico do futebol na capital Baiana uma visão não mais centrada num “etapismo”, ou seja, primeiro jogam as elites, depois as camadas populares. Neste sentido as camadas populares buscaram se relacionar com a prática do futebol de maneira dialógica e original frente ao processo de modernização. Características da cultura popular formada no período colonial emergem neste conflito e também são ressignificadas. Mais uma vez a produção local encontra respaldo nas fontes, o que possibilita construir novos argumentos sobre as peculiaridades regionais bem como contrastar, em nível micro, uma tradição acadêmica homogeneizante, o que se evidencia nestes trabalhos é a produção do novo. Este esforço muitas vezes acaba por nos apresentar uma história peculiar. O que não elimina a possibilidade de haver trabalhos ainda centrados numa tradição etapista e pouco criteriosa para a produção do conhecimento.

É o caso do trabalho de C. L. M. Pinheiro: *Do altruísmo à política estatal: o futebol e as novas perspectivas na década de 30 em fortaleza*, onde o autor discute a passagem do futebol amador para o profissional. Não há preocupação em definir ou construir uma identidade local, contudo prevaleceu no texto uma lógica de que futebol se legitima devida apenas a sua profissionalização¹¹. A concepção histórica presente no texto remete ao mesmo processo ocorrido no Rio de Janeiro¹².

Neste mesmo sentido encontramos o trabalho: *Futebol e práticas corporais no final do século XIX e início do XX em Juiz de Fora/MG* (2011) de P. G. Soares & A. Mororó. O texto analisa o desenvolvimento do futebol em Juiz de Fora/MG entre 1894 e 1915. A passagem das sesmarias para condição de impulsionou o futebol na região. Com o desenvolvimento econômico influenciado por Rio de Janeiro, pelo avanço da cafeicultura, as consequentes estradas de ferro e a ampliação do capital de giro levam a região a uma condição cosmopolita, fato que em 1876, Juiz de Fora já tornara uma cidade que comportava os ideais e as estruturas modernizantes.

Neste sentido não é de se estranhar que as práticas de lazer ali introduzidas sejam típicas da Europa. Trabalhadores se divertiam em cervejarias, circos e piqueniques e as elites nos saraus e teatros. O texto avança no sentido de apontar as relações entre as conjunturas mundial, nacional e regional, porém o tratamento dado à fonte jornal (O Pharol; Jornal do Comércio; O Granberriense) não seguiu um critério de análise rigoroso para a produção dos argumentos.

¹¹ Em texto intitulado: *Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa paulista* (1920-1930) publicado em (2012) dos autores W. Yamandu; E. G. Junior. O método utilizado pelos autores é o da pesquisa histórica e documental. A questão do profissionalismo versus amadorismo se configura apenas como mais um elemento para estudo. A temática envolvendo a profissionalização do futebol em São Paulo ganha maior relevância que os conflitos envolvendo raça e suas representações ideológicas. Com a consequente popularização do futebol, a pressão por parte das torcidas em querer a contratação de melhores jogadores, o interesse dos clubes em querer times mais competitivos e a possibilidade de êxodo dos jogadores para outros Estados ou até mesmo outros países fez surgir o profissionalismo, processo que desencadeou a saída de cena de operários atletas e o aparecimento dos atletas profissionais. A imprensa se apresentou atrelada ao discurso das elites, pois num primeiro momento ela se posiciona contra o profissionalismo, após a popularização e consequente profissionalização do futebol a imprensa se vê obrigada a se posicionar a favor do profissionalismo visando a afirmar uma indústria em torno do futebol bem como uma imprensa esportiva especializada.

¹² Corroborar ainda com esta mesma concepção o trabalho: *As ligas desportivas de São João Del-rei* (1930 – 1955): *a busca pela afirmação do futebol local*, 2009. A. W. Lima; A. E. D. Campos; T. J. B. Silva; K. do S. Adão.

Outro texto que também nos mostra o movimento de formação dos espaços de jogo, da formação de clubes e da organização das ligas locais (FPF) – este último como elemento sintetizador e apaziguador de tensões entre os grupos das elites e dos populares – é o texto *Hipótese para a popularização do futebol em São Paulo (1894-1920)* de J. P. F. Streapco e Kátia Rúbio (2009). O texto avança ao nos apontar a relevância da passagem do rural para o urbano, pois as tradições religiosas como a Festa da Penha, Festa do Divino Espírito Santo e Festa de Pirapora dão lugar a espaços públicos modernizados, o que por meio do futebol, provoca uma transformação destas tradições. Passando de uma organização colonial, que tinha como principais referências culturais e de lazer baseadas nos elementos católicos e rurais, a uma forma de organizar as práticas corporais essencialmente modernas e urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que os trabalhos trataram de diversos temas envolvendo o futebol regional e/ou local, entre eles: a) profissionalismo *versus* amadorismo; b) formação dos clubes locais; c) papel das camadas populares no processo de disseminação e ressignificação da prática; d) formação de ligas regionais; e) emergência de etnias europeias na forma de se jogar e de se organizar o lazer; f) formação e organização dos espaços para o jogo e afirmação de estilos de vida e representações sociais típicas da modernidade; g) influência do Estado e discursos dos agentes sociais locais envolvidos para expressar identidade; h) organização do trabalho.

Ao analisar a descrição, os objetivos, os métodos e os resultados dos trabalhos estudados, foi possível observar que por vezes emergem práticas futebolísticas propriamente ditas e discursos sobre a busca por afirmar uma identidade. Estas identidades muitas vezes representam peculiaridades próprias de uma localidade como no caso de Salvador (BA), como no caso de São Paulo ou mesmo no processo descrito no Rio Grande do Sul. Esta mesma dinâmica de afirmação de uma identidade muitas vezes transpassa o regional e suas dinâmicas internas sugerindo um comportamento cosmopolita como no estudo apresentado respectivamente por P. G. Soares e A. Mororó, *em Futebol e práticas corporais no final do século XIX e início do XX em Juiz de Fora/MG* (2011); C. C. Prodanov e V. Moser (2011) intitulado *Fussball, cálcio, foot-ball: o futebol colonial do rio grande do sul*.

Embora alguns autores continuem reproduzindo uma produção acadêmica baseada e reforçada por aquela tradição intelectual das décadas de 40 e 50¹³ há também que se considerar aqui a originalidade empenhada para a construção de novas temáticas. Se a afirmação da(s) identidade(s) se dá por meio de práticas realizadas pelos agentes envolvidos podemos dizer que no caso dessas representações descritas nos textos não notamos um discurso intelectual, ou seja, uma produção intelectual que buscasse construir uma identidade, mas sim produções que, em muitos casos, captaram as ações dos atores num movimento que visou evidenciar determinadas identidades. Dessa forma, não podemos dizer que para as produções sobre o futebol regional prevaleceu em algum momento uma construção da identidade como um produto da

¹³ Tradição fundada por Gilberto Freyre e Mário Filho.

intelectualidade apenas, mas sim estudos sobre práticas que tentaram efetuar um comportamento, um estilo de vida urbano.

Para finalizar, sobre a forma como os autores captaram a realidade empírica, nota-se que imprensa além de acompanhar, divulgar e noticiar os processos socioculturais, ela também foi produtora de um discurso, na maioria dos casos, favorável às posições ideológicas das elites. O que se percebe nos estudos é que os jornais não esconderam suas posições ideológicas de cunho elitista e que em muitas vezes até mudaram seus discursos buscando se legitimar enquanto parte de um mercado que se forma em torno do futebol.

BIBLIOGRAFIA

_____. *O processo civilizador* – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Caio Lucas Morais Pinheiro **Do altruísmo à política estatal: o futebol e as novas perspectivas na década de 30 em fortaleza.** Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/1342328753_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh2012.pdf>.

CAPRARO, André Mendes. **A fundação do América football club no contexto social e esportivo paranaense da década de 1910.** HISTÓRIA HOJE. São Paulo, v. 2, Nº 5, Novembro 2004. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=2>.

DAMO, Arlei Sander. **Ah! Eu Sou Gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro.** ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 13, nº23, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2085/1224>>.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação.* Rio de Janeiro: Difel, 1997.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre.** Anos 90, Porto Alegre, v.1, n.11, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6546/3898>>.

JÚNIOR, Coriolano Pereira Rocha; SANTO, Fernando Reis do Espírito. **Futebol em Salvador: início de uma história.** Movimento. v.17, n.03, Porto Alegre, jul/set de 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/17683/17737>>.

LIMA, A. W; CAMPOS Á. E. D; SILVA T. J. B; ADÃO K. do S. **As ligas desportivas de são joão del-rei (1930 – 1955).** RECORDE, v. 2, nº2, 2009. V. 2, número 2, dezembro de 2009 A busca pela afirmação do futebol local. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/753/694>>.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. PINSKY, C. B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; MOSER Vinícius. **Fussball, calcio, foot-ball: o futebol colonial do rio grande do sul**. Recorde: Revista de História do Esporte. V.4, nº 2, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/712/655>>.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Política, futebol e as invenções do Brasil**, In: Revista História Regional, Ponta Grossa, v.17 n.2, p. 347-377, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/4200/3242>>.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola em meio a ruas alinhadas e a poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte, 1904 – 192**, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Como uma caixinha de surpresas: notas sobre a popularização do futebol em salvador, 1901 – 1912**. Esporte e Sociedade ano 6, n.16, Nov. 2010/Fev 201. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1607.pdf>>.

SANTOS. Henrique Sena dos. **“Desastres materiais, desordens morais”: o “foot- ball de vagabundos” nas ruas de salvador, 1905 – 1920**. RECORDE, v.5, nº1, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/708/651>>.

SILVA, Cecília Nunes da; VARNIER Thacia Ramos. **O esporte, a imprensa e o processo de modernização capixaba: uma análise nas décadas de 1920 e 1930**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php?XVII_CONBRACE/2011/index>.

SOARES, Priscila Gonçalves; MORORÓ, Anderson. **Futebol e práticas corporais no final do século xix e início do xx em Juiz de Fora/MG**. Recorde: Revista de História do Esporte. V. 4, nº 2, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/718/661>>.

STREAPCO, João Paulo França; RÚBIO Kátia. **Hipóteses para a popularização do futebol em São Paulo (1894-1920)** Recorde: Revista de História do Esporte. V.2, nº1, junho de 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/762/703>>.

YAMANDU Walter; JUNIOR Edivaldo Góis. **Profissionalismo “marrom” do futebol e a imprensa paulista (1920-1930)**. Recorde: Revista de História do Esporte, v.5, n.2, junho-dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/699/642>>.

**HEDONISMO X MILITARISMO: TENSÕES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
FRANCESA DURANTE A DÉCADA DE 1940**

Antonio Carlos Monteiro de Miranda¹

Carlos Herold Junior²

Larissa Michelle Lara³

Resumo: Este ensaio busca compreender como a educação física francesa apresentava-se durante a década de 1940, focando ações governamentais da época e as respostas populares a essas transformações. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em artigos e livros que versam sobre a temática. Foi possível perceber que mesmo com uma política imperativa a população continuava apegada ao lado festivo e hedonista do desporto, rejeitando ou resistindo aos ditames oficiais de disciplina e politização.

Palavras chave: História. Educação Física. França.

A construção e o recorte temporal deste ensaio surgem da necessidade de compreender como a educação física francesa apresentava-se durante a década de 1940, visando aproximações com um tempo-espço que provocou influências na educação física não só daquele país, mas de grande parte do mundo. O momento analisado merece destaque, pois a Segunda Guerra Mundial estimulou grandes transformações e questionamentos não apenas no campo educacional ou esportivo, mas em toda a sociedade.

Do ponto de vista acadêmico, além da motivação temática que acabamos citar acima, a construção do texto advém das análises que compõem parte de uma tese de doutorado, cujo título provisório é "Corpo Poético em Jacques Lecoq⁴: Práticas Discursivas e Interfaces com a Educação Física". Nesse projeto que está em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEL/UEM, a proposta de estudar o contexto específico francês, surgiu pelo anseio de entender o momento no qual Lecoq teve sua formação em educação física.

Para realizar esses estudos, fizemos uma revisão bibliográfica baseada em artigos e livros que versam sobre a educação física francesa na primeira metade do século XX. Desse modo, como estas reflexões servirão como base teórica para o estudo do pensamento de Lecoq, para realizá-las fizemos um levantamento bibliográfico sustentado em fontes secundárias, referencial que tem se mostrado como relevante para refletirmos sobre as problemáticas da pesquisa que esta em andamento.

Iniciamos as reflexões em setembro 1939, no contexto da segunda Guerra Mundial com a invasão da Polônia pela Alemanha. Estendendo-se até 1945, esse conflito militar envolveu a maioria das nações do mundo. A participação da França teve início em 03 de setembro de 1939 juntamente com a Grã-Bretanha. Davies (2009) salienta

¹ Universidade Estadual de Maringá - acmmiranda@uem.br

² Universidade Estadual de Maringá. chjunior@uem.br

³ Universidade Estadual de Maringá. lmara@uem.br. Membros do GPCCL – Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade vinculado ao projeto: Abordagens Socioculturais em Educação Física.

⁴ Jacques Lecoq (1921-1999), estudou educação física em Bagatelle e trabalhou com a área de 1941 a 1945, neste período acabou conhecendo Jean-Marie Conty que lhe apresentou o teatro e despertou em Lecoq a paixão pelas duas linguagens. Levando-o a desenvolver trabalhos neste campo, criando em 1956 a Escola Internacional de Teatro Jacques Lecoq que existe até hoje em Paris.

que, apesar da falta em prestar auxílio ao aliado polonês, os estrategistas de Londres e Paris estavam preparados para uma longa guerra, diferentemente do que aconteceu em 1914⁵, quando, uma guerra prevista como rápida, perdurou em torno de 4 anos.

Mesmo esse cuidado, tomado por conta de experiências anteriores, não foi suficiente pela forma inesperada que a Alemanha invadiu a França. Tal situação deu-se pelo fato de os franceses concentrarem suas tropas ao longo da fronteira franco-germânica - a dita "Linha Maginot"⁶ e os alemães invadiram a França pelo território franco-belga. Nessa situação a França foi derrotada e, em primeiro de Julho de 1940, a bandeira nazista era hasteada na Torre Eiffel. Iniciava-se um governo colaboracionista liderado pelo Marechal Pétain e por Pierre Laval, que governariam uma parte do país, com capital em Vichy, e outra parte, incluindo Paris, que seria administrada diretamente por Berlim, enquanto uma terceira seria entregue à Itália (PITA, 2012).

Tal cenário levou a uma preocupação relativa ao reerguimento da França. Para isso, o foco de políticos e pedagogos voltou-se aos jovens, com o fito de se criar um novo país. O futuro da nação deveria ser preparado para situações de defesa da pátria, a qualquer custo. Por isso, a educação e a educação física foram meios privilegiados para alcançar essa juventude, incluindo-a neste plano de moldar o físico e a moral daqueles que seriam a França do futuro. Vislumbramos, assim, uma educação física no período de guerras com um caráter militarista e para fazer frente às imposições da expansão nazista.

Com a invasão da Alemanha, na França são criados os Locais Obrigatórios da Juventude em 1940, que objetivavam tornar os jovens bons cidadãos por meio da EGS - Educação Geral para o Desporto. O lema deste projeto era "seja forte para melhor servir". Segundo Pécout & Robène (2012, p. 72, 73) a

[...] Educação Física é uma prioridade educacional que se traduz nas Instruções Oficiais de junho de 1941. Essas, exaltavam as disciplinas de ação com base na filosofia de Bergson (viver consiste em agir), legitimando a criação da EGS, disciplina que consiste em uma educação física geral assegurando a formação de base (ginástica corretiva, higiene e desenvolvimento de resistência orgânica); de iniciação e formação desportiva (esportes individuais, coletivos e jogos esportivos), os jogos, a prática de exercícios rítmicos, dança e canto coral, os trabalhos manuais; passeios e atividades ao ar livre e a prática de primeiros socorros.⁷[tradução nossa].

⁵ Primeira Guerra Mundial - 1914 -1918

⁶ Batizada com o nome do ministro da Defesa francês André Maginot (1877-1932).

⁷ L'éducation physique devient une priorité éducative qui se traduit dans les Instructions Officielles de juin 1941. Ces dernières, prônant les disciplines d'action en s'appuyant sur la philosophie de Bergson (vivre consiste à agir), légitiment la création de l'EGS, discipline qui se compose d'une éducation physique générale assurant la formation de base (gymnastique corrective, hygiène et développement des résistances organiques) ; d'une initiation et d'une formation sportive (sports individuels et collectifs, jeux sportifs); des jeux ; de la pratique des exercices rythmiques, de la danse et du chant choral ; des travaux manuels ; des sorties et activités au grand air ; de la pratique du secourisme

Essa característica de educação física, como recurso político, estava cada vez mais presente nos discursos dos representantes políticos, para Pécout (2005a p. 2):

As atividades físicas sempre serviram a ideologias políticas desde a Terceira República. As muitas escolas ginásticas que apareceram em 1870 após a derrota francesa pela Prússia, não tinha outro objetivo senão o de espalhar o discurso vingativo, patriótico e nacionalista.⁸ [tradução nossa].

As questões políticas e ideológicas permanecem como um dos pilares de aperfeiçoamento moral e físico da "raça francesa". O tema da regeneração pelo esporte se tornou um dos hinos de regime Pétain, que critica o "espírito de alegria" dos anos pré-guerra. Segundo ele, esse foi o principal motivo da derrota. Assim, no governo Vichy, o esporte aparece tanto como uma ferramenta ideal para moldar o físico e a moral, como um instrumento de doutrinação e enquadramento (PECOUT & ROUBENE, 2012, tradução nossa). Tal cenário é evidenciado por Arnaud⁹ et. al. (2002, p. 30) ao destacar que "se Marechal Pétain não era Mussolini e muito menos Hitler, a tentação era forte de se inspirar em um 'modelo' político autoritário segregacionista". (tradução nossa).

A característica esportiva e a busca em atingir cada vez mais jovens e crianças para o "futuro do país", evidencia-se por meio da EGS ao introduzir os testes físicos no ensino primário e novas formações aos professores:

A EGS ilustra perfeitamente a orientação anti-intelectualista de Vichy como o ajuste dos horários para 9h por semana a partir de novembro de 1940. Outra novidade é a introdução de testes físicos no ensino primário, bem como a licenciatura como um certificado facultativo. Tudo é feito para incentivar a prática esportiva. Dizia-se que uma nova disciplina, novos professores leva efetivamente à formação de novos corpos, o ensino geral e professores de esportes. Finalmente, uma política de equipamento é feita com a criação de 15 novos centros regionais de educação geral e esportivas (CREGS), bem como os monitores e atletas de Antibes (CNMA) Centro Nacional cuja missão é treinar atletas de alto nível, enquanto a forma nstrutores especializados em um disciplina.¹⁰ [tradução nossa].

⁸ Les activités physiques ont toujours servi les idéologies politiques depuis la Troisième République. Les nombreuses sociétés de gymnastiques apparues en 1870 au lendemain de la défaite française face à la Prusse n'avaient pas d'autres objectifs que de diffuser le discours revanchard, patriotique et nationaliste.

⁹ Si le Maréchal Pétain n'est pas Mussolini et encore moins Hitler, la tentation est fort de s'inspirer d'un "modele" politique autoritaire et ségrégationniste.

¹⁰ L'EGS illustre parfaitement l'orientation anti-intellectualiste de Vichy puisque les horaires iront jusqu'à 9h par semaine dans le primaire en novembre 1940. Autre nouveauté scolaire, l'instauration d'épreuves physiques au certificat d'étude primaire ainsi qu'au baccalauréat en tant qu'option facultative. Tout est fait pour inciter la pratique sportive. Qui dit nouvelle discipline, dit nouveaux enseignants et c'est effectivement le cas avec la formation d'un nouveau corps, les maîtres d'éducation générale et sportive. Enfin, une politique d'équipement est réalisée dont la création de 15 nouveaux centres régionaux d'éducation générale et sportive (CREGS) ainsi que celle du centre national de moniteurs et athlètes

Segundo Pécout (2005b) os "chantiers" da juventude nasceram, oficialmente, em 31 de julho de 1940 e se tornam uma instituição do Estado em 18 de janeiro de 1941 a partir de quando todo jovem (homem) com 20 anos, residente em zona livre, deveria realizar um estágio de oito meses em um acampamento da juventude. Dessa forma, entre 1940 e 1944, 400.000 jovens fizeram este estágio. Com toda essa organização, temos, a partir de 1941, duas escolas nacionais de formação: a Escola Nacional de Educação Física e Esporte (ENEPS) em Paris, herdeira da antiga Escola Normal formando professores de Educação Física; e a Faculdade Nacional de monitores e atletas (CNMA) aberta em 12 de janeiro de 1941 em Antibes, formando monitores de educação física, os quais acompanham os líderes nacionais e treinadores (LEVET-LABRY, 2007). Essas duas organizações, além de focarem uma formação em educação física e esportes, visaram ao desenvolvimento da política desportiva do regime de Vichy. Igualmente, almejam um nível diferente de treinamento, mas com destinos paralelos, o que, na essência, pretendia promover o patriotismo, ordem, disciplina, lealdade... em oposição aos valores hedonistas de diversão, relaxamento, visto como até então predominantes. Desse modo, nada melhor do que a escola/educação para se disseminar esses preceitos. O que de certa forma vai ganhando força e se torna cada vez mais frequente, evidenciando-se com "a criação do juramento do atleta em 1941 usado para coroar esse discurso moral, em que os atletas juravam pela honra treinar com disciplina, abnegação e lealdade para se tornar melhor e melhor servir a Pátria"¹¹ (PECOUT, 2005a Tradução nossa).

Todo esse dogmatismo levou a uma "nazificação" do esporte francês, termo usado pelos dirigentes esportivos não "petanistas". Um exemplo dessa referência, podemos ler em um folheto criado por um grupo de manifestantes de dirigentes desportivos, ao manifestarem o descontentamento com o cenário:

Alguns estão surpresos que o grande campeão francês Nakache, recordista mundial na natação, pode ser campeão da França, porque ele é judeu. Se os esportes franceses não tiverem cuidado, em breve vamos proibir os judeus de acesso aos estádios e piscinas, como ocorre na Alemanha. Esta é a nazificação de esporte francês (PECOUT, 2005a,) ¹². [Tradução nossa].

d'Antibes (CNMA) dont la vocation est d'entraîner les athlètes de haut-niveau tout en formant des moniteurs spécialisés dans une discipline (PECOUT, 2005a, p. 8).

¹¹ La création, en juin 1941, du Serment de l'Athlète couronne ce discours moral. Les sportifs jurent alors sur l'honneur de pratiquer avec discipline, désintéressement et loyauté pour devenir meilleur et mieux servir la Patrie.

¹² Documento citado por Pecout (2005a) Protesto por um grupo de dirigentes desportivos: a experiência de Borotra visto à luz das realidades de 1941 arquivos Caen Memorial, FQ72. Os esportes mencionados Nakache, campeão mundial de natação foi deportado no final de 1943 com sua esposa e filha como um judeu.

Certains s'étonnent que le grand champion français Nakache, recordman du monde de natation, puisse être champion de France, du fait qu'il est israélite. Si les sportifs français n'y prennent garde, bientôt on interdira aux juifs l'accès aux stades et piscines comme cela a lieu en Allemagne. C'est la nazification du sport français.

Toda a ênfase dada a esse discurso ideológico, por sua vez, acabou destacando a ausência de instalações esportivas adequadas para a prática. Além disso, temia-se que os motivos pelos quais a população estivesse praticando atividade física não fossem aqueles relacionados à formação do cidadão responsável. Afinal, esperava-se uma prática com disciplina, ordem, visando ao progresso, preceitos pregados pelo governo Petain. Todavia, para verificarmos os modos com que uma determinada realidade lida com as opções sócio-culturais existentes em um contexto, Jacques Dourdin¹³, ao realizar um levantamento com 3530 pessoas realizado entre janeiro e maio de 1942 sobre suas práticas desportivas, e ao responderam o "por que praticavam", encontrou os seguintes resultados: 26% participantes adultos a faziam as atividades "por prazer", 21% "como distração", enquanto as crianças 97% "por diversão" (WASER, 1996) [tradução nossa].

Sobre isso, Pècout (2005a) destaca que essas respostas mostram, claramente, que o desporto imposto por razões morais, ideológicas e de saúde almejados por Vichy não produzia os resultados ideológicos almejados. Dito de outro modo, a população continuava apegada ao lado festivo e hedonista do desporto, rejeitando ou resistindo aos ditames oficiais de disciplina e politização, deliberados por Vichy. [tradução nossa].

O que nos leva às seguintes ponderações: mesmo com uma política imposta sofrendo resistências e exacerbações no cotidiano popular, não podemos negar que esse período e esse direcionamento ideológico foi marcante e causou desdobramentos à prática da educação física, dando-lhe um tom militarista naquele momento histórico do país. Esse contexto vivenciado pelos jovens e por aqueles que buscavam uma formação profissional na área, foi pleno em imposições militares, respeito à pátria, disciplina, ordem, marcando a atuação de profissionais que tiveram sua formação e atuação neste período.

Essas questões são fundamentais no estudo que pretendemos fazer do cenário da formação em educação física de Jaques Lecoq e perceber que mesmo com as imposições e os discursos de reerguimento do país por meio do esporte, a juventude daquele momento não abandonou posturas, embora já vistas como "desviantes", relativas à prática esportiva pelo prazer. Os estudos até agora feitos, mostram que foi justamente esse sentimento e/ou essa resistência aos discursos moralizantes voltados ao corpo e às atividades corporais que despertou em Jacques Lecoq a vontade de estudar e profissionalizar-se na educação física, área que tanto lhe chamava a atenção desde seus 17 anos.

Assim, voltar-se para um período histórico buscando compreender como a educação física ou o esporte era conduzido, leva-nos à reflexões sobre a continuidade e/ou ruptura com os modelos, pensamentos e práticas que já existiram. O recorte feito neste estudo teve como foco a França na década de 40, assumindo que ele pode ter sua relevância para compreendermos as influências que aquele contexto histórico exerce na

¹³Formado pela Universidade de Iowa, Ph.D. em psicologia em 1928, Dourdin cria, presumivelmente no início da década de 1940, um instituto composto por vários serviços: - Um serviço de psicologia social responsável por fazer observações, questionários e estabelecer treinar investigadores - um laboratório responsável pela construção de amostras estatísticas e dados de processo de acordo métodos de Pearson, Sheppard e Fischer - Um serviço com várias máquinas de contabilidade eletrônicas para a entrada de dados e sua formatação, - Um serviço operacional que envolve psicólogos, sociólogos, matemáticos e economistas que interpretam os resultados, - Um serviço de digitação e desenho (até 1.942 investigações são ilustradas por padrões e gráficos coloridos pintados à mão).

educação física de hoje. Essa reflexão, com os desdobramentos das investigações que ora fazemos, pretende colaborar com o pensamento de novos horizontes e novas perspectivas de uma educação física que, a cada dia, renova-se frente às mudanças da sociedade hodierna. Mudanças essas que trazem, também, novos discursos e novas práticas relativas ao corpo, abrindo espaços para renovadas tensões entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, em termos corporais.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, P. TERRET, T. SAINT-MARTIN, J.P. GROS, P. **Le sport et les français pendant l'occupation 1940-1944**. Tome 1. Paris, FR: Espaces et temps du Sport. L'Harmattan, 2002.

DAVIES, N. **Europa na Guerra 1939-1945** : uma vitória nada simples. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LEVET-LABRY, E. École nationale d'éducation physique et sportive et Collège national de moniteurs et d'athlètes de 1941 à 1942 : complémentarités et concurrences, nº75 **Staps** 1/ 2007.

PÉCOUT, C & ROBÈNE, L. Sport et Régime autoritaire: le cas du gouvernement Vichy, 1940 - 1944. **International Review on Sport and Violence**, Nº 6, Sport et Totalitarisme, 2012.

PECOUT, C, L'éducation physique dans les chantiers de la jeunesse (1940-1944): exemple de trois initiatives originales, **Guerres mondiales et conflits contemporains**, 218, p. 15-25, 2005b.

PECOUT, C. La politique sportive du gouvernement de Vichy : discours et réalité. **Cahier de Psychologie Politique**, nº 7, Juillet 2005a.

PITA, L. F. D. Teatro de operações: a Segunda Guerra Mundial nos palcos da revista. **Revista Tessituras**, nº 4, 2012.

WASER, A. M. Un travail méconnu: l'enquête de Jacques Dourdin réalisée en 1942 - Etude de l'état d'esprit de la population parisienne a l'égard de la pratique de l'éducation Physique et des sports. **Revue des Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives**. Nº 41, nov, 1996.

COPA DO MUNDO NO BRASIL: IH, CADÊ NOSSO MARACA!?!

Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires¹

Resumo: O ensaio reflete sobre meus achados quando dos mergulhos que realizei nos discursos dos “poderosos senhores” donos da copa do mundo de futebol de 2014 que circularam em jornais do país, objetivando identificar os sentidos dos discursos que dos “senhores poderosos” que circularam na mídia e verificar se a reforma do Maracanã interferiu nas representações sociais dos torcedores cariocas sobre o estádio.

Palavras Chaves: Representações Sociais. Memória. Espaço Urbano e Cidade.

Eu ia começar esta crônica dizendo o que mesmo? Ia dizer que nada mais antigo do que o passado recente. Perdão. Não é bem isso. Ah, agora me lembro. O que eu queria dizer é que ninguém enxerga o óbvio. (Nelson Rodrigues)

Convidado para falar sobre a copa do mundo de futebol no Brasil e as naturezas históricas na relação entre estado e sociedade, vivi certo mal estar que acredito comum para quem se vê diante de uma situação desafiadora e que não pode ser refutada. Condição dada realizei meu mergulho no processo de produção do desenho da estrutura discursiva que daria ao meu discurso. Considerando que **EM NOME DA COPA**

a FIFA diz que há tempo para obras que faltam / Uma Copa que vale pouco ou quase nada / Copa-2014: Um legado sobre escombros / O tal legado que tanto nos orgulha / Os absurdos do Maracanã e seu leal defensor / Brasil não pode elitizar os estádios / A elitização do futebol / Maracanã para elites: Faz sentido privatizar o complexo do Maracanã para torná-lo um espaço de shows,

ficou claro para mim que teria de realizar uma escolha e que em sua função vivenciaria uns momentos de angústia, já que ao optarmos por alguma coisa, abrimos mão de outra.

A tomada de decisão foi por falar a partir das olhadelas que venho dando sobre as coisas da copa no país e nas pistas, indícios e sinais com os quais me deparei ao mergulhar nos discursos que a mídia impressa produziu e fazia circular desde o momento que o país conquistou o direito de sediar a copa do mundo de 2014.

Buscando apreender os sentidos dos discursos dos “poderosos senhores” que se autoproclamaram “donos da copa”, voltei meu olhar e atenção para a natureza, intenções e qual poderia ser a maneira que as ações que eles estavam desenvolvendo poderiam gerar interferência no imaginário coletivo dos torcedores de futebol cariocas.

Ressalto que pensar essa conversa me tirou de uma situação de conforto porque me colocou diante de outra escolha – mais angústia! - qual seja, deveria desenhar um corte no objeto de minhas olhadelas e refletir a partir dele. Mas, esse corte deveria, necessariamente, ser potencialmente significativo como condição para que possamos realizar o (des)velamento dos aspectos subjetivos do fenômeno observado,

¹ Professor Doutor. Universidade Estadual de Londrina. agmgpires@uel.br

ou seja, da teia de relações instituídas, no campo dos elementos simbólicos, entre a vida cotidiana dos cariocas, principalmente os torcedores de futebol, e as coisas relativas ao futebol existentes na cidade. Ora, diante de minha tomada de decisão nada mais coerente do que tomar o “Véio Maraca” como objeto nuclear de nossa conversa.

Penso ser interessante assentar nossa conversa focando nosso processo de reflexão sobre questões referentes à apreensão dos sentidos produzidos pelos discursos oficiais elaborados pelos “senhores poderosos”, com o objetivo de instituí-los no imaginário do torcedor de futebol carioca, sobretudo na maneira como foi processada a intervenção referente à profunda reforma porque passou o estádio do Maracanã visando à copa do mundo de 2014.

Considerando o cenário no qual vamos produzir nossa conversa/roteiro, somente poderia pensar que meu discurso fosse elaborado sob a forma de um ensaio. Pronto, de imediato me lembrei da posição de Adorno quando, em relação a este tipo de estrutura textual, quando o autor reflete sobre “O ensaio como forma” reflete sobre o ensaio tomando como referencial o fato dele tender a provocar uma atitude defensiva nos em função de ser capaz de evocar a possibilidade de liberdade de espírito, na medida em que resiste a qualquer determinação relativa às fronteiras de suas potencialidades e, de certa forma, exige que o ensaísta visite distintas áreas de saberes para poder produzir o seu pensar sobre o objeto.

A vantagem do ensaio não está somente em permitir uma dose de autonomia estética ao ensaísta, mas também de exigir do ensaísta que não se esqueça do caráter de provisoriedade e inacabamento de seu pensar. Reforço à ideia afirmando que os conceitos aqui utilizados não foram tomados como coisas primeiras e conclusivas, pelo contrário, os ditos sobre eles devem ser olhados considerando o tempo e lugar em que foram produzidos. Creio que o ensaio seja uma importante estratégia para abertura de sendas promissoras à compreensão do acontecimento.

Outro ponto que quero deixar claro é que ao conversar com alguém, seja na ambiência acadêmica, científica ou cotidiana, acredito ser importante que os sujeitos da conversa saibam de qual lugar os falantes produzem seus discursos, condição determinante à apreensão de seus sentidos dos discursos. Tomando este princípio como referencial esclareço que o lugar onde produzo e faço circular meus discursos sobre as coisas do mundo cotidiano está marcado pelas ideias, pensamentos, lógicas e saberes referentes às áreas de conhecimentos nas quais são produzidos reflexões e estudos fundamentados matricialmente pelos princípios teóricos e metodológicos em representações sociais, imaginário, identidade e análise do discurso.

Ao refletir sobre a temática optei por elaborar meu discurso a partir dos mergulhos, mesmo que ainda um tanto rasos, que venho realizando no mar dos discursos produzidos pela mídia impressa brasileira sobre as coisas relativas à realização da copa de 2014 no país e suas relações com as coisas da vida cotidiana da sociedade e, aqui em especial, sobre as profundas transformações sofridas pelo estádio do Maracanã.

Focalizei esse acontecimento tomando os discursos dos “poderosos senhores donos da copa” que circulavam na mídia escrita do país que chamou muito minha atenção porque esses discursos estavam fortemente marcados por um silêncio que remetia a sentidos de tons impositivo, determinista e que apontavam para a constituição de um processo que fazia circular representações sociais sobre o “O Novo

Maracanã”. Entendo que esses discursos foram produzidos com o objetivo de deslocar os sentidos das representações sociais que estavam instituídos no imaginário dos torcedores de futebol cariocas sobre o estádio de antes de suas transformações arquitetônicas o acabou colocando em **CHEQUE-MATE UM PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO**

O novo estádio aí está. Vivas para o velho estádio que se foi! / Torcida para o Maracanã não virar 'arena' / Estádio é maior templo do futebol brasileiro / De pé, torcedores revivem a velha geral no novo Maracanã / Seeeenta, galera! / O assassinato dos Geraldinos.

Buscando compreender a maneira como o Maracanã - espaço público - está instituído no imaginário social dos torcedores cariocas considero determinante identificar a natureza das relações simbólicas que esses atores sociais produziram com o espaço público Maracanã no momento em que teciam seu cotidiano na interior da trama que é a cidade. Ao mesmo tempo em que acredito que a violenta transformação arquitetônica imposta pelos “senhores poderosos” da copa ao Maracanã foi uma estratégia simbólica que também objetivava realizar um significativo deslocamento dos sentidos das representações sociais instituídas no imaginário dos cariocas, em especial dos torcedores de futebol, sobre o Maracanã e o papel que exerce na arquitetura da cidade.

Procurei marcar as condições que me permitem assumir como núcleo de meu pensar o Maracanã a máxima de que o cidadão tem direito à cidade, o que nos impede de a olharmos apenas como espaço de puro concreto, silencioso, sem história e sem registro tanto nas memórias individuais dos cariocas, quanto na coletiva. Pelo contrário, ele é um espaço público barulhento, histórico e está gravado nas memórias tanto individual de cada torcedor, quanto na memória coletiva da cidade.

Neste sentido, faço companhia a Henri Lefebvre porque compactuo com o autor quando defende a tese de que os espaços da cidade devem ser considerados como historicamente produzidos pelos homens, ao mesmo tempo em que a organiza política, econômica e culturalmente. Portanto, a cidade e os espaços urbanos não podem ser vistos apenas como locais nos quais as coisas acontecem, as comunidades e os sujeitos aparecem e se constituem, pois são justamente eles que constituem esse aparecimento, na medida em que são condição de possibilidade à existência social e ao desdobramento dos espaços urbanos de sociabilidade em que há a possibilidade de se conjugar os interesses social e individual, tornando possível falar de um direito à cidade como algo que é inseparável dos direitos dos cidadãos. O Maraca é espaço urbano que encarna essa ideia, pois formado como síntese de um processo histórico que o caracteriza como condição de possibilidade de lugar de sociabilidade e facilitador da aproximação dos interesses social e individual, portanto formação da cidadania.

A relevância de olharmos a existência social do Maraca não está somente no fato dele ser local onde as pessoas torcem por seus times, reclamam por seus direitos e compartilham suas emoções, mas, sim por possibilitar a consolidação da democracia, o que faz dele lugar constituinte da cidade que colabora diretamente para a democratização do acesso a uma das práticas culturais mais significativas na formação da identidade do carioca. Enfim, diante desse cenário em que é constituído o processo

de produção dos sentidos sobre o Maraca por dos atores sociais da cidade fica a certeza de que sua existência social e política é síntese dos processos de imaginação e trabalho que os atores realizaram em seu cotidiano e que acaba por lhes permitir elaborar o entendimento de que a natureza do Maraca, tal qual a cidade, está vinculada à forma como se deu a organização de sua vida social.

Ao considerar a existência política e social remete a representação social de ser ele fenômeno político, na medida em que futebol, política e poder caminham, necessariamente, juntas/grudadas/amalgamadas (?). Aqui destaco dois aspectos referenciadores de meu pensar, o primeiro remete a existência do Maraca como uma produção social constituída como uma prática política. O segundo diz respeito aos sentidos das representações sociais instituídas no imaginário do carioca torcedor de futebol sobre o Maraca. De maneira geral a sensação que ficou no imaginário do torcedor carioca e da cidade em geral em relação às transformações que o estádio sofreu foi a de que **O MARACA VEIO ABAIXO: UM OBITUÁRIO DO ÍCONE DO ESPORTE BRASILEIRO.**

*Mataram meu Maracanã. Podem chamar de Estádio Justo Veríssimo /
Não se perdoa no Maracanã de hoje o que foi bacana há 63 anos /
Definitivamente, o Maracanã não é mais o Maraca / Ainda o Maracanã,
o velho e o novo.*

Vou pedir licença a Richard Giulianotti para fazer uso de seu pensamento como uma espécie de instrumento – muleta/apoio? – para trilhar de forma mais segura percursos que possam melhor me aproximar do acontecimento. Peço essa ajuda porque o autor nos fala de suas preocupações em lançar um olhar sobre o futebol que esteja centrado no princípio de ser esta prática cultural constituída, tanto em sua interioridade, quanto exterioridade, a partir da teia de relações tecida entre a sociedade na qual é praticado e sua capacidade para elaborar seu próprio universo relacional no que diz respeito ao poder, significado, discursos e estilos estéticos, afastando a possibilidade de análise produzida a partir de matrizes teóricas funcionalistas e esteticistas.

Essa opção teórico-metodológica garante e reafirma a necessidade de o futebol ser como uma representação cultural da sociedade e enquanto manifestação representacional deve ser apreendida como uma das práticas culturais da sociedade que mais interfere na constituição e consolidação da identidade de grupos sociais. Sobre esse aspecto, a trilha que percorri me colocou diante de achados que remetem a possibilidade do futebol ajudar os homens entenderem a sociedade.

Com ajuda de Marcos Guterman lembro que o futebol percorreu trajetória histórica que o fez incorporar características determinantes para o deslocamento de seu sentido. Em sua gênese o futebol portava marcas das relações que travava com os valores das classes hegemônicas e que foi sendo deslocado, até ser instituído como uma prática de entretenimento das massas. Ao longo desses deslocamentos identificamos que ele produz e incorpora novos aspectos que o afastam dos valores referentes à lógica do ideário amadorístico, passando a incorporar o ideário da lógica profissional estabelecendo a relação capital-trabalho. Por último, foi tomado pelos valores da globalização do mundo que estabeleceu no universo da bola a compra e venda do “pé de obra”, ou seja, exportação de jogadores dos países formadores para os campos de

referência econômica do mundo, o que colabora para a consolidação do uso político do futebol.

Diante desse cenário é possível afirmar que falar de futebol no Brasil, sob qualquer recorte, não falar apenas de uma modalidade esportiva, é falar da própria história da sociedade que se encontra emaranhada e enrolada com a evolução acontecida nos gramados de jogo. É lê-lo considerando as relações que construiu com os acontecimentos ocorridos nos campos da política, economia, sociedade e futebol, pois essas estão bem mais associadas do que se costuma imaginar. Enfim, pensar o Maracanã a partir da maneira como seus sentidos estão instituídos no imaginário do torcedor carioca depois do trauma causado por sua destruição somente será possível se agora mergulharmos na memória coletiva do carioca, porque agora existem apenas lembranças.

Acreditamos que os discursos elaborados pelos torcedores cariocas e da cidade em geral a partir das informações de sua memória estarão associados ao trauma da destruição porque o registro na memória, coletiva ou individual, da história do objeto/Maraca acarreta na busca do eterno recomeço como uma estratégia para diante daquela realidade importante para sua vida cotidiana destruída, só lhe restar uma coisa a fazer, juntar todos os cacos quebrados e procurar fazer com esse procedimento um deslocamento dos sentidos das representações sociais que estavam instituídas em seu imaginário sobre o “véio Maraca”. Representações sociais enquanto movimento da história de sua vida, ou seja, produzir um recomeço, na medida em que sua memória - como processo psicossocial - deve ser tomada como a (re)escritura que o psiquismo/a mente vai fazendo frente aos acontecimentos da vida, aquilo que a psicanálise como sendo a memória uma máquina escriturária. Pronto, chegamos a grande pergunta sobre copa no país: **A COPA DO MUNDO É NOSSA?**

Brasil repete erros 64 ANOS DEPOIS / Presidenta e ministro, por que só lamentar? / Camarotes VIPs são uma ameaça ao espírito democrático / Ah, o povo ... novos estádios trazem a modernização ao futebol, mas podem escantear o “verdadeiro” torcedor

Para buscarmos uma resposta para a pergunta acreditamos ser significativo destacarmos alguns dados. Começamos pelo fato do Maracanã ter sido construído em tempo recorde para a copa 1950. Ao longo do tempo e do sentido produzido pelos torcedores ele passou a ser representado socialmente no imaginário do torcedor e da cidade como “Maraca o maior do mundo”. As transformações nele realizadas para a copa de 2014 o descaracterizaram de tal forma que levou a uma forte resistência por parte grande parte dos torcedores, imprensa esportiva e vários segmentos da sociedade civil organizada.

Em função dessa resistência, os “senhores poderosos” da copa passaram a intensificar o desenvolvimento de suas ações que objetivavam garantir que haveria um deslocamento dos sentidos instituídos das representações sociais sobre o Maracanã. Assim, o estádio passa a ser identificado como “O Novo Maracanã” e os torcedores – geraldinos e arquibaldos – passaram a ser chamados de espectadores. Ah, claro, também falavam que o Maracanã deixaria sim, de ser “o maior do mundo!”, mas que

em contrapartida o “O Novo Maracanã” iria inserir o futebol carioca no universo futebolístico dos países desenvolvidos.

Fato é que para o carioca o Maraca era elemento constitutivo não somente da identidade do futebol, mas também da cidade, porque ele era uma figura identitária que as marcava. Perdê-lo é a mesma coisa que imaginar as cidades de Londres sem o Big Ben; Cairo sem as pirâmides; Paris sem a Torre Eiffel; Nova Iorque sem a Estátua da Liberdade; Roma sem o Coliseu; Buenos Aires sem a Plaza de Mayo e Atenas sem o Partenon, ou seja, destruir esses símbolos é desestruturar o imaginário coletivo dessas sociedades, é saber que elas ao perdê-los tiveram sua identidade modificada.

A violência simbólica da destruição do Maraca fez isso, mudou a identidade da cidade do Rio de Janeiro ao tirar do carioca e, em especial, do torcedor de futebol aquilo que só o “Véio Maraca” tinha **ALMA**, essência que no imaginário do torcedor, fosse ele carioca, brasileiro, estrangeiro ou mesmo um cidadão que nunca havia colocado seus pés em seu cimento sagrado o tornava um lugar mágico onde vivenciava experiências singulares. Ora, para o carioca o “Véio Maraca” não nasceu - foi construído - para ter o espírito de uma arena de futebol, não, ele nasceu - foi produzido historicamente - para ser apenas “o maior do mundo”. Ora, quem nasce com essa marca, não nasce, estreia. É isso, no imaginário do carioca o “Véio Maraca” estreou e se tornou “o maior palco onde se joga futebol”, ao mesmo tempo em que tornou fonte de inspiração para criações artísticas e culturais brasileiras.

Para o carioca o “Véio Maraca” era a catedral do futebol, lugar onde se manifestavam fantasias das paixões que os torcedores produziam em relação às vitórias ou derrotas de seu time e que imitavam a vida e que foi eternizado no discurso do grande Mestre Zizinho quando remete o estádio a representação de ser ele um templo de esperanças, alegrias e também de tristezas e amplo dizendo que como catedral e templo nele aconteciam rituais de transcendência tanto no campo quanto na geral, arquibancada e nas cadeiras sem número, numeradas e especiais. Como fala Nelson Rodrigues anunciava o fato de que quem naquele lugar sagrado entrava e vivenciava uma partida de futebol e os duelos estabelecidos entre as torcidas, saía de lá entendendo porque toda unanimidade é burra e que o videoteipe não reproduz a realidade.

Quando hoje olho para o “Novo Maracanã”, estádio novo, moderno, seguro, ainda algo imponente, mas bem diferente do Maraca - mas em nada diferente das outras arenas – tenho a sensação de que estou diante de um shopping center, a mesmice em qualquer lugar do mundo. Agora, quando admiro em minha memória o “Véio Maraca” não, esse ainda é nosso “Portentoso” que quando um time pisava em seu gramado sagrado pela primeira vez seus jogadores ficavam de “queixos caídos” era só emoção e uma alegria de turista fotografando o estádio. Momento que só podia ser pensado e vivido no “Véio Maraca”!

Como bem lembra Lúcio de Castro com sabedoria “mataram o Maracanã”, porque aquilo que nos seduzia e hipnotizava era exatamente toda sua exuberância, arquitetura monumental e majestosa que dialeticamente nos fazia sentir medo e alegria. A sensação de medo se presentificava em função de que ele nos tornava muito pequeninhos em relação ao seu gigantismo, tínhamos a sensação de que éramos dominados/subjugados por ele e a alegria se manifestava porque ele também nos

emocionava justamente por causa de todo aquele gigantismo que sabíamos fazer parte de nossos domingos, vidas, e como elemento estruturante de nossa identidade.

Mesmo diante desse cenário os discursos dos “poderosos senhores” da copa continuam afirmando que o “Véio Maraca” tinha lá seu charme sim, mas estava totalmente ultrapassado, fora da realidade do futebol moderno e que o novo Maracanã é muito mais confortável, a proximidade com o gramado é maior o que acarreta em uma melhor visão do jogo, ídolo e da qualidade do som. Para aqueles que discordavam e ainda discordam de seus discursos esses senhores continuam lhes imputando as marcas de saudosistas e retrógrados, pois se recusam a acompanhar a evolução e transformações porque passa o mundo e o futebol em especial.

Mas, como falam, os arquibaldos e geraldinos, o estádio até que ficou bonitinho, mas não é e nunca será como o nosso Maraca, porque lá não tem a geral para nós assistir ao jogo de pé na parte baixa do estádio ou sentado no cimentão da arquibancada. Outro torcedor fala da perda da originalidade do estádio, “até a rede do gol ficou diferente, não é mais igual ao ‘véu da noiva’; e outro torcedor diz “é perdeu toda a sua originalidade, já era...”. Mas, acredito que o último prego colocado no caixão foi à fala de Lúcio de Castro quando pede para não chamarmos aquilo lá de Maracanã e diz que aquilo deve ser batizado de Estádio Justo Veríssimo, personagem de Chico Anísio que defendia a morte dos pobres, o que ele mais queria era vê-los explodir.

O “Novo Maracanã” faz parte da lógica que vê o futebol como espetáculo, portanto um dos “instrumentos do redesenho da imagem do futebol”, como fala Frederico Ágoas ao refletir sobre a nova arquitetura dos estádios de futebol, como uma estratégia direcionada para os telespectadores em suas residências e plateias/espectadores nas arenas.

Enfim, o campo de futebol está sendo transformado em uma tela de televisão e sala de espetáculos banindo dos jogos de futebol aqueles que por não apresentarem um comportamento adequado em público podem tornar a casa de espetáculos num lugar perigoso e violento. As estratégias utilizadas para se alcançar esse fim remetem a fixação de altos preços para os ingressos, realização do jogo em horários impróprios para os trabalhadores das classes populares e as dificuldades de mobilidade para aqueles que dependem de transportes coletivos.

Enfim, “os senhores poderosos” podem ficar com seu “Novo Maracanã” – por que será que ele não é identificado como arena? - mas, o **lugar mágico e sagrado** do futebol carioca (brasileiro e mundial?) este estará sempre preservado nas memórias individual e coletiva dos **geraldinos e arquibaldos** da cidade do Rio de Janeiro.

Bibliografia

- ADORNO, T. W. **O ensaio como forma**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2005.
- DUARTE, Cristiane R. **A memória coletiva e as transformações do espaço urbano nas cidades latinoamericanas**. Cidade do México, 2005.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol-dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Alexandrina, 2002.
- JODELET, Denise. **A cidade e a memória**. Rio de Janeiro, 2002.
- MÁXIMO, João. **Maracanã** - Meio Século de Paixão. São Paulo: DBA, 2012.



LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

ORLANDI, Eni. **Cidade atravessada**: sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

UGLIONE, Paula. **Lugares em Suspensão na Cidade** – Memória, Acontecimento e as (re)Configurações Urbanas. 9º Seminário do Comomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília. 06/11.

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A COPA DE 1950 E 2014: RELAÇÕES
ENTRE ESTADO E SOCIEDADE.**

Antonio Jorge Gonçalves Soares¹

Carlus Augustus Jourand Correia²

Resumo: O presente trabalho busca analisar as semelhanças e as diferenças entre as duas Copas do Mundo sediadas no Brasil, a saber, uma em 1950 e outra em 2014. Para isso, serão expostos os contextos nacionais e internacionais em que os dois eventos estão inseridos e serão discutidos como esses contextos influenciaram nos objetivos do Estado brasileiro sobre as duas Copas e como a sociedade reagiu à sua preparação nos dois momentos históricos.

Palavras-Chave: Copa do Mundo. Estado. Futebol.

A Relação do Futebol com as questões de Estado e da Sociedade:

O futebol³ na atualidade é o esporte mais popular do mundo, e está presente por todo o planeta, impondo-se em cada pedaço globalizado com o agenciamento da FIFA (Federação Internacional de Futebol Association). A Copa do Mundo de Futebol é o ápice das competições envolvendo o futebol dentro do circuito da FIFA). Somente no sorteio de grupos da Copa de 2010, 214 países receberam imagens, por meio de 376 canais televisivos e a Copa do Mundo em si, realizada pela FIFA nesse mesmo ano na África do Sul foi transmitida para todos os países e territórios do planeta, inclusive a Antártida e o Círculo Polar Ártico, produzindo recordes de audiência para várias emissoras do mundo. A audiência domiciliar da competição alcançou mais de 3,2 bilhões de pessoas, compreendendo 46,4% da população mundial, considerando os telespectadores que acompanharam pelo menos um minuto de cobertura.⁴

Ainda que não se seja um esportista ou um fanático pelo futebol, grande parte da sociedade global é afetada por esse esporte, sejam pelos seus desdobramentos econômicos, políticos ou simbólicos. O famoso historiador, falecido recentemente, Eric Hobsbawm comentou em 2007 que “todos fazemos parte de uma cultura futebolística” na contemporaneidade.⁵

Esta abrangência ocupada pelo futebol nas diversas esferas da vida cotidiana de inúmeras partes do planeta tem como premissa básica sua popularização através da televisão. Ao final da década de 1970 e o início da década de 1980 presenciamos um grande processo de desenvolvimento tecnológico, proporcionado pelo incremento dos meios de comunicação e transporte. Entre esses meios de comunicação podemos destacar a televisão, mas, principalmente, o surgimento da televisão via satélite no final

¹ Doutor- UFRJ –ajgsoares@gmail.com

² Mestre –UFRJ (CNPq-FAPERJ) –cabelovf@hotmail.com

³ Existem várias modalidades de futebol tais como futebol de quadra, de areia, feminino e para deficientes. Contudo nesse texto sempre que assinalarmos a palavra futebol estamos lidando com o futebol profissional masculino praticado nos campos de grama.

⁴ Disponível em: <http://pt.fifa.com/worldcup/archive/southafrica2010/organisation//index.html>. Acesso em 06/07/2014.

⁵ Jornal *Clarín*, 12-06-2007

dos anos de 1970 foi o grande difusor dos esportes para um número cada vez maior de expectadores (WHANNEL, 1992).

A exposição dos esportes via televisão proporcionou o acompanhamento e consumo desse bem cultural em formas inéditas e deu uma nova dimensão ao que se denominava de esporte-espetáculo, pois, a partir da década de 1980 o campo esportivo, mercado de bens e serviços se expandiu em escala planetária. Esse fato transformou os grandes eventos esportivos em objeto de disputa entre estados, empresas, indústrias, mercados, mídias e outros atores interessados (PRONI, 2000).

A Copa de 2010 segue como um bom exemplo para embasar essas afirmações. Além de ter sido o evento campeão de audiência naquele ano, também foi o que mais rendeu dividendos econômicos para seu organizador (FIFA) e seus colaboradores. Antes mesmo da bola rolar, a FIFA havia arrecado algo em torno de US\$ 5,6 bilhões, sendo que todas as previsões são de aumento de receitas nessa Copa de 2014 que se encerrou. A razão é um tanto óbvia: sendo o evento campeão de audiência é, provavelmente, aquele que consegue amealhar maior retorno em termos de patrocínio e comercialização - "Com a venda das cotas de patrocínio da Copa de 2010, a FIFA embolsou US\$ 2,6 bilhões, segundo o secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke. O valor é 30% superior ao da Copa da Alemanha, em 2006. Para o Brasil, a FIFA estima que o montante chegue a US\$ 2,9 bilhões."⁶ Todavia, o resultado foi melhor ainda, pois, gerou cerca de US\$ 4,5 bilhões de dólares.⁷

Na esfera política, a relação entre Estado e futebol também se mostra bem estreita ao longo da história desse esporte. Desde sua criação, o futebol em diversas ocasiões no panorama internacional tem sido visto por muitos Estados como uma possibilidade de arregimentar seguidores, capitalizar apoios políticos, se afirmar como estado-nação no cenário internacional e como forma de construir e/ou reforçar as identidades nacionais (AGOSTINO, 2002). Não podemos esquecer que a FIFA e outras entidades esportivas de caráter internacional foram construídas na esteira do mercado dos estados-nação.

A crença sobre a força política do futebol e seu caráter civilizador são tão disseminadas que, em alguns conflitos ao redor do mundo, os estados e os organismos internacionais (ONU, OEA e outros) acionam a FIFA, famosos atletas e jogos nesses territórios no sentido de estabelecer um trégua momentânea para provocar a construção de acordos paz. Exemplifiquemos, apenas o caso do marfinense Didier Drogba, para não sermos exaustivos, sobre seu papel central na aproximação entre rebeldes e forças governistas para encerrar com a guerra civil que já durava 5 anos na Costa do Marfim.

Apesar da FIFA assumir que sua posição é laica e tenha tentado, na medida do possível, não assumir posição política no interior dos estados nacionais, os certames organizados pela entidade estabelecem uma estreita relação entre futebol, política e estado. A Copa do Mundo, principalmente para o país-sede, não se limita a possibilidade de ganhos dentro do campo e nos negócios e dividendos econômicos, mas também na possibilidade de refletir para toda audiência planetária as ideologias defendidas, as

⁶Valor Econômico, 3/5/2010.

⁷<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,receita-da-copa-do-mundo-supera-r-10-bilhoes-para-a-fifa,1506705> acessado em 08/06/2014 às 19h:16min

imagens construídas sobre a nação, sua indústria, ciência e seus programas políticos de governo.

Na história do futebol, a Copa do Mundo de 1934, sediada na Itália evidencia bem as correlações entre o futebol e as questões daquele Estado autoritário. O sucesso da Copa do Mundo de 1930, realizada no Uruguai chamou a atenção de Mussolini, que viu nesse evento a possibilidade de propagar a ideologia fascista e reafirmar a Itália como um império poderoso. A apologia ao fascismo é uma marca indelével de toda a campanha italiana na Copa do Mundo organizada por aquele regime. Para o ditador Benito Mussolini, não havia outro resultado imaginável que não fosse a conquista do título. O Duce, que significa líder, não organizaria um torneio daquele porte para ver seus homens serem derrotados, pois o triunfo representaria a propaganda perfeita da força e grandeza da Itália na época. No tocante a essas relações entre futebol, política e Estados-nação, as Copas de 1950 e de 2014, ambas realizadas no Brasil, também evidenciam apropriações e usos políticos. Tentaremos apontar as semelhanças e diferenças da relação ente estado e sociedade entre os referidos eventos distanciados no tempo.

As Copas de 1950 e 2014: Aproximações e Distanciamentos:

Separadas por 64 anos no tempo, as Copas do Mundo de 1950 e 2014 apresentam como primeira diferença a concepção em torno do funcionamento do futebol mundial pela FIFA.

Durante os anos de 1950, período da primeira Copa no Brasil, a FIFA demonstrava o interesse em crescer enquanto entidade e auferir rendimentos sobre a prática do futebol. No entanto, ainda sob a administração de Julius Rimet, o futebol gerido pela entidade e, conseqüentemente, seus campeonatos eram visto basicamente como disputas esportivas com a tentativa de ingerência mínima de empresas nos assuntos desse esporte (EISENBERG, 2004).

Muitos desses dirigentes, inclusive Rimet, ainda possuíam resquícios da ideologia amadorística do início do século XX e tinham uma visão muito restrita do papel que uma entidade internacional deveria possuir no mundo. Além disso, essa reminiscência amadora também rechaçava qualquer acordo comercial, ou incorporação de novas tecnologias, vistas como perigosas à independência da instituição e ao desenvolvimento do esporte. A televisão era vista como um inimigo que poderia esvaziar os estádios e, portanto, diminuir os ganhos da FIFA com os ingressos, principal fonte de renda na época.

Desse modo, apesar de configurar-se, naquela época, como uma empresa privada, suas características estavam muito mais próximas das empresas familiares ou das de pequeno porte. A transformação pela qual a FIFA passou até se tornar essa grande empresa privada e transnacional já vinha se desenhando com Stanley Rous à frente da entidade desde a década de 1960, mas foi com João Havelange que esse processo se intensificou. Havelange transformou a lógica do futebol ao modernizar a instituição e permitir a entrada maciça dos patrocínios, do marketing, da televisão (ALVITO, 2006, SMIT, 2007).

Com a eleição de 1974, a FIFA presidida por Havelange internacionalizou a modalidade para os quatro cantos do mundo, através da aceitação de novas federações e criações de novas variações e modalidades a partir do futebol e com a incorporação

do futebol feminino. A partir desse momento, numa escala progressiva, o futebol foi se transformando numa mercadoria altamente lucrativa, vendável e desejada. Consequentemente, as Copas do Mundo, no certame máximo do futebol, tornaram-se a cada edição megaeventos com exposição planetária sob a gestão da FIFA e dos estados selecionados para organizá-los.

A diferença nas concepções do futebol, enquanto algo artesanal na década de 1950 e como um produto industrializado após 1974, mudaram a forma como a FIFA decidiu organizar o evento e as exigências realizadas pela entidade aos países-sede. Na Copa de 2014⁸, para montar uma estrutura favorável para seus patrocinadores/colaboradores, a entidade buscou construir meios para maximizar a qualidade da exposição dos seus produtos através do caderno de encargos da instituição que normatiza globalmente o evento. Tal normatização indica o padrão dos estádios, o comportamento dos expectadores e construção de infraestrutura de comunicação entre outros. O famoso Padrão FIFA. Esse padrão em determinados setores impõe aos países-sede a flexibilização de leis nacionais para atender as demandas da entidade e seus patrocinadores. O caso da venda de cervejas nos estádios é um entre vários exemplos das imposições da entidade.

A título de comparação, em 1950 a FIFA teria feito exigências essencialmente pontuais sobre adaptações dos estádios tais como colocação de alambrados, construção de túneis, reserva de espaços apropriados para jornalistas e a substituição das arquibancadas de madeira pelas de concreto. Além disso, a entidade teria feito uma única visita previa de vistoria de cada um dos seis estádios do mundial (MASCARENHAS, 2013).

A diferença na concepção do evento entre 1950 e 2014, no entanto, não evitou que o país, se visse envolto em disputas acaloradas sobre a organização do mundial. Muitas vezes o mundial de 1950 é visto, até mesmo na academia, como um momento de consenso entre os brasileiros. No entanto, assim como vimos nesses anos que precederam o mundial de 2014, também em 1950 muitos foram os ataques e conflitos em torno da ideia de realização do mundial no país e como ele deveria se desenrolar (MELO 2011).

No caso de 1950, os debates se fizeram presentes principalmente nos jornais, em especial aqueles de maior circulação como o Jornal dos Sports, o Correio da Manhã, O Globo e a Tribuna da Imprensa. Assim como na preparação para o mundial de 2014, também em 1950 foram suscitados debates sobre a necessidade de construção de novos estádios (Maracanã) ao invés do aproveitamento daqueles já existentes (São Januário). Naquela ocasião devido as pequenas solicitações da FIFA com relação as praças de jogo, o debate principal sobre estádios ficou restrita ao Rio de Janeiro, até então capital federal.

Aqueles que defendiam a construção de um estádio no Distrito Federal argumentavam a insuficiência da oferta de espaços esportivos existentes na cidade. Além disso, igualmente ao discurso de 2014, a construção de um novo estádio também estava atrelada naquela época a concepção de trazer conforto e infraestrutura para os torcedores. Não podemos esquecer que o local de construção do Maracanã também foi objeto de debates travados entre os políticos do Rio de Janeiro e jornalistas.

⁸ O caderno de encargos da FIFA não é uma novidade para os países-sede. A primeira vez que ele apareceu formalmente para um país sede foi em 1978 na Argentina.

Aqueles que inicialmente se opunham as obras defendiam que a prioridade da cidade não estava ligada a construção de um novo estádio, mas sim na solução dos problemas básicos de saúde, educação e segurança. Esses opositores bradavam que o contexto de crise econômica Pós-segunda Guerra não permitia ao país e, em especial, a capital federal gastar dinheiro com a construção de um estádio.

Podemos argumentar que os discursos dos periódicos de oposição estavam muito mais preocupados em fazer oposição ao Jornal dos Sports, cujo, o proprietário era o Jornalista Mario Filho, do que realmente se preocupar com alocação de verbas para setores sociais. No entanto, na seção carta ao editor, nos dias posteriores a publicação da matéria anterior, várias foram as mensagens de pessoas comuns apoiando e endossando o discurso do jornal.⁹ Vemos que naquela época a edição da Copa do Mundo, assim como a atual, a preocupação com a alocação de recursos para criação de infraestrutura exclusivamente esportiva dividia opiniões na cidade do Rio de Janeiro. Nesse ano a preocupação se espalhou pelo Brasil e não ficou restrita aqueles que tinham voz na imprensa, os protestos ganharam escala nacional.

Outro tema que atraiu intensos debates na preparação daquela Copa de 1950 e que também esteve muito presente no escopo das reivindicações políticas da preparação para 2014 foi a designação de como seriam desempenhadas as responsabilidades sobre as obras para a realização dos jogos.¹⁰ Em 1950, assim como em 2014, os debates orbitavam entre a responsabilização do Estado ou da iniciativa privada para criação dessa infraestrutura. Nesse caso em 1950, a oposição à intromissão do Estado partia principalmente de uma questão ideológica dos setores liberais da sociedade, crentes no *laissez-faire* e de alguns setores empresariais que objetivavam lucrar com o esporte. Nesse mundial de 2014 vemos a crítica sobre a intromissão do Estado partindo principalmente dos segmentos da esquerda que, encarando o evento como uma questão puramente comercial, reivindicam que a iniciativa privada arque com os custos dele.

A existência de intensos debates e de uma grande preocupação sobre a organização e preparação do mundial nas duas edições brasileiras deve ser encarada sobre o prisma da importância material e simbólica que esse evento desempenha na (re)afirmação da imagem do Estado e da nação frente ao mundo e a ela mesma. Nas duas edições podemos perceber uma preocupação do Estado brasileiro em capitalizar o evento esportivo na direção da construção de uma imagem de Brasil para os estrangeiros e para os próprios brasileiros. Por meio de peças propagandísticas, construções imponentes e discursos políticos, a Copa do mundo, em ambas as ocasiões, se constituiu como peça-chave da política interna e externa do Brasil nesses distantes momentos históricos.

No entanto, a diferença de contextos históricos entre os dois momentos evidencia também distanciamentos sobre os usos dos dois eventos pelo Estado. No caso da Copa de 1950, o contexto internacional da época se caracteriza pelo fim da segunda guerra mundial e, conseqüentemente, a polarização do mundo em dois blocos, um

⁹ Textos de leitores apoiando esse artigo de Tito Lívio foram encontrados nas edições do dia 13, 14, 16 e 17 de setembro daquele ano.

¹⁰ No ano de 1950 a principal obra para realização dos jogos foi a construção Maracanã e o remodelamento do entorno do estádio. Em 2014 pelo aumento da complexidade dos jogos muitas outras obras em infraestrutura entraram nesse debate.

socialista e outro capitalista. Nesse contexto o Brasil precisava encontrar seu lugar nesse mundo e se afirmar como Estado empreendedor e vitorioso em direção desenvolvimento. A decisão de sediar o mundial naquela época não atendeu apenas aos interesses particulares do esporte; muitos outros elementos entraram em jogo naquele momento, como a projeção de uma imagem do Brasil, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, para o exterior. Além do resultado futebolístico estava em jogo a imagem do país diante do mundo e uma chance de projetar definitivamente o Brasil internacionalmente (FRANZINI, 2010).

Aliado a esse contexto internacional, não podemos esquecer que internamente o país ainda possuía na memória recente o cenário antidemocrático, os desafios da integração nacional (deficiente) e as intenções de consolidação da identidade nacional. Nesse ponto, o mundial foi permeado pela preocupação de criar uma imagem da sociedade brasileira para si mesma e, logicamente, para fora. O objetivo era construir a imagem de país democrático onde todas as classes e indivíduos teriam um papel a desempenhar naquele projeto de nação do novo Brasil. Numa sociedade hierárquica e desigual como a nossa, em que, a despeito da ideologia do igualitarismo burguês, as diferenças permanecem acentuadas e o respeito à lei só era esperado por aqueles que não se encontram acima dela, afirmar a identidade nacional e estimular a integração nacional eram extremamente complicados. De acordo com os trabalhos de José Murilo de Carvalho e Roberto Da Matta, percebemos que as fontes de identidade nacional no Brasil não são as instituições centrais da ordem social. Destaque-se ainda que em função da desigualdade educacional, na qual boa parte da população estava alijada da escolarização era analfabeta, o Brasil não pode construir a identidade nacional no espaço da escola pública como outros países que cedo investiram numa educação pública para todos., mas sim as manifestações culturais como o carnaval, as festas e o futebol.

Nesse sentido, sediar a Copa de 1950 significava para o Estado a possibilidade de consolidação dessa brasilidade por meio da articulação entre futebol e virtudes cívicas que vinha sendo construída desde a década de 1930 no período varguista. O principal exemplo dessa articulação está materializado na construção do Maracanã, entendido naquela época como um espetacular monumento arquitetônico erguido por todos os brasileiros.

O Maracanã representou desde a compra de cadeiras cativas e o empenho dos políticos na realização do projeto, como uma demonstração de patriotismo da elite e de afinco dos operários. A ideia era que as diferentes classes estavam unidas num objetivo em torno de um projeto, isto é, provar ao mundo a “capacidade realizadora do brasileiro” através da construção do maior estádio do mundo.¹¹ Mario Filho cansou de racionalizar a derrota na final de 1950 afirmando que o Maracanã era prova da capacidade do Brasil e dos brasileiros (SOARES, 1998). Este aspecto simbólico foi reafirmado pela promessa de ingressos mais baratos e acessíveis, da realização de homenagens e festas para os operários que realizaram as obras, mas principalmente através da arquitetura interna do estádio, que buscava, mesmo de forma hierarquizada,

¹¹ Na época da construção o Maracanã comportava 10% da população carioca dentro de suas dependências, correspondendo a 200 mil torcedores.

representar dentro do seu espaço a confluência de todas as classes sociais.¹² Diante dessas questões, a Copa de 1950 marca principalmente uma tentativa do Estado brasileiro na direção de consolidação de uma imagem do país sobre si mesmo, amparado na ideia de integração, democracia e sociabilidade como marcas de nossa identidade e como combustível para o desenvolvimento político e econômico da nação (MOURA, 1998).

Quando nos debruçamos sobre o Mundial realizado em 2014, vemos mudanças significativas nas apropriações feitas pela política de Estado sobre o evento. Diferentemente do contexto internacional de 1950, nas últimas duas décadas o Brasil vem se consolidando no campo da política e da economia mundial. O país participa do jogo dos fluxos de capitais no mundo globalizado, apresenta protagonismo político no Cone Sul e está representado nos blocos econômicos representativos da economia global; como é o caso dos BRICS. Internamente o país também verificou grande crescimento tecnológico e industrial aliado ao combate da inflação, estabilização da moeda e redução das desigualdades sociais (CARCANHOLO, 2010).

Dentro desse contexto, o Estado brasileiro vem desde a década de 1990 pleiteando candidatura a diversos eventos esportivos de grande porte, tendo logrado sucesso para o acolhimento do Pan-americano de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Nesse processo, tais eventos, inclusive a Copa do Mundo de 2014 que para além dos motivos econômicos, chegam ao país como uma forma de demonstração da competência de ingresso do Brasil nos territórios importantes da geopolítica internacional; como o conselho permanente de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o G-20 e a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (DAMO; OLIVEN, 2013). Com isso, a Copa do mundo de 2014 junto com esses outros mega-eventos se constituíram como instrumentos para demarcação e consolidação do Estado brasileiro no cenário internacional, na tentativa de construir a imagem de um competente gestor e de uma economia forte com vocação para o desenvolvimento econômico.

O discurso de Luiz Inácio “Lula” da Silva à época da escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo em 2014, transparece o posicionamento chave desse evento na política de Estado para construção de uma imagem do Brasil no exterior.

“No fundo, no fundo, estamos assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro, para provar ao mundo que temos uma economia crescente e estável. “É dia de comemorar, porque eu acho que o Brasil saiu do patamar de país de segunda classe. Respeito é bom, nós damos e nós gostamos de receber. E hoje nós passamos a receber o respeito que as pessoas começaram a ter do Brasil.[...].O Brasil vive um excelente momento. Temos uma economia organizada e

¹² Essa concepção de estádios monumentais foi largamente difundida nas décadas de 1950, 1960 e 1970, principalmente nos países integrantes do terceiro-mundismo. Além de materializar a ideia do desenvolvimento, esses estádios buscavam a possibilidade de abrigar um público marcado pela diversidade racial/social, bem como estimular a interação entre os habitantes da cidade.

pujante, que enfrentou sem sobressaltos a crise que ainda assola tantas nações. Vivemos num clima de liberdade e democracia.¹³

Analisando a declaração do presidente Lula, podemos perceber o acolhimento da Copa e dos outros megaeventos vem acompanhada pelo desejo reposicionar o país no tabuleiro da política internacional. Vir a ser reconhecido como ocupando uma posição de liderança na América Latina é, sem dúvida, uma ambição, bem como a entrada definitiva nos principais círculos de decisões da nova ordem multipolar do mundo. A realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil tem pouco impacto prático na entrada do país nesses círculos, mas é inegável a estreita relação entre as formas discursivas de promoção de tais eventos no Brasil e a base das reivindicações e da auto-imagem construída para o exterior.

Diante das questões expostas ao longo do texto podemos perceber que apesar da relativa distância no tempo as duas edições da Copa do Mundo ainda mantem aproximações entre elas, principalmente no que tange aos debates sobre sua preparação e as possibilidades de reafirmação do Brasil para fora. No entanto, apesar dos eventos serem da mesma natureza, a separação no tempo também indica o abismo entre o Brasil e a FIFA de 1950 e o de hoje. Essa separação também indica a permanência das dificuldades de gestão e planejamento no Brasil (nas obras e no campo) e a consolidação do monopólio FIFA que, em nome do futebol, condiciona os estados-nação a flexibilizarem suas normas em função do seu padrão de qualidade dos seus produtos. No final das contas o que podemos afirmar com certeza é que a Copa do Mundo é muito mais do que uma simples competição de futebol que excita o mundo durante um mês e muitos lucram com ela.

Referências:

AGOSTINO, G. Vencer ou Morrer: geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALVITO, M. “ ‘A parte que te cabe neste latifúndio’: o futebol brasileiro e a globalização” in Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLI, p.451-474, 2006.

CARCANHOLO, M. D. “Inserção externa e Vulnerabilidade no governo Lula”. IN: Vários autores, Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico:2003-2010, Rio de Janeiro: Garamond, pgs109-131,2010.

DAMO, A. O desejo, o direito e o dever – a trama que trouxe a Copa ao Brasil. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n.02, abr/jun de 2012.

DAMO, A; OLIVIEN, R. O. O Brasil no Horizonte dos Mega-eventos esportivos de 2014 e 2016: Sua Cara, seus sócios e seus negócios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

¹³ Discurso feito por Lula em Copenhague na Suíça em 02/10/2009.

EISENBERG, C. FIFA 1904-2004 Um siglo de Fútbol. Madrid: Pearson Educación, 2004.

FRANZINI, F. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950. Revista de História, São Paulo, n. 163, p. 243-274, jul./dez. 2010

MASCARENHAS, G. A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. Geo UERJ - Ano 15, nº. 24, v. 2, 2º semestre de 2013.

MELO, E. S. O de, Percepções urbanas em jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca. Rio de Janeiro, BN, 2010.

MOURA, Gisella de Araujo. O Rio corre para o maracanã. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRONI, M. W. A metamorfose do futebol, Campinas: Unicamp, 2000.

SOARES, A. J. G: Futebol raça e nacionalidade no Brasil: releitura da historia oficial. Tese de Doutorado apresentada Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

SMIT, B. Invasão de Campo: Adidas, Puma e os bastidores do esporte moderno. Rio de Janeiro:Zahar,2007.

WHANNEL, G. Fields in Vision: television sport and cultural transformation. London: Routledge, 1992.

MELBOURNE 1956: OS JOGOS OLÍMPICOS PELA PRIMEIRA VEZ NO HEMISFÉRIO SUL

Bárbara Schausteck de Almeida¹

Wanderley Marchi Júnior²

Resumo: No tema da descentralização das sedes dos megaeventos esportivos, buscamos conhecer a primeira vez que uma cidade no hemisfério sul foi eleita para os Jogos Olímpicos: Melbourne (Austrália) 1956. Utilizamos como fonte o jornal *The Argus*, jornal diário local que noticiou as fases de candidatura até a eleição da cidade entre os anos de 1946-50, buscando informações sobre a participação de algumas instituições sociais em sua promoção.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. Melbourne 1956. The Argus.

Introdução

Atualmente existe uma relevante literatura acadêmica discutindo os megaeventos esportivos em diversos aspectos, numa produção crescente no cenário nacional quando consideramos a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Os pesquisadores voltados aos temas das Ciências Humanas e Sociais tem especial interesse em compreender como se formam as coalisões que acabam por sustentar e apresentar as candidaturas a tais empreitadas. A título de exemplo, Mascarenhas et al. (2012) observou essa situação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro, chamando essa coalisão de “o bloco olímpico” – com destaque para três grandes instituições, o Estado, as organizações esportivas e o mercado.

De fato, no contexto contemporâneo, essas instituições sociais têm especial interesse e influência nos processos decisórios sobre candidaturas e eleições de cidades-sedes. Especialmente em relação aos Jogos Olímpicos, alguns fatores são comuns em diversas candidaturas, como o interesse dos governos nacionais, do grupo que forma o Comitê de Candidatura normalmente vinculado ao Comitê Olímpico Nacional e do próprio Comitê Olímpico Internacional, que é quem finalmente tem o poder de “escolha” da sede (CORNELISSEN, 2004).

Ao mesmo tempo, apesar desse padrão, não é difícil perceber que as intenções específicas sobre se candidatar e sediar os Jogos Olímpicos são variáveis de acordo com cada caso. As cidades de países economicamente desenvolvidos, como é o caso principalmente das norte-americanas, japonesas e de alguns países europeus, apresentam objetivos diferentes daqueles dos países considerados como economicamente em desenvolvimento (BLACK, 2007; CORNELISSEN, 2004; HILLER, 2000; PILLAY; BASS, 2008). Porém, mesmo entre países economicamente pares, ou mesmo de uma mesma cidade em períodos históricos distintos, o contexto em que se busca sediar os megaeventos podem ser variáveis, o que exige o estudo de cada realidade em cada momento histórico.

Suscitados pela curiosidade em compreender como se deu o processo de diversificação geográfica das sedes dos Jogos Olímpicos, buscamos investigar de forma

¹ Doutoranda UFPR/UEL – barbaracwb@gmail.com

² Doutor, UFPR – wmarchijr@gmail.com

mais profunda o caso da cidade de Melbourne (Austrália), sede do evento no ano de 1956. Até essa ocasião, somente países da Europa e dos Estados Unidos haviam sido sede. Em especial, buscamos identificar como se deu a composição e a participação das instituições chave já citadas, quais sejam, o governo nacional, o Comitê de candidatura e/ou comitê organizador e COI.

Para essa exploração, fizemos uma busca em artigos e livros sobre essa edição em português e inglês. Pela inexistência de material relativo ao processo de candidatura e eleição de Melbourne 1956, recorremos aos jornais. Realizamos uma busca nas publicações dos 127 jornais digitalizados pela biblioteca nacional da Austrália com as palavras “Melbourne” “olympic” “bid” e “Melbourne” “invitation” (convite) “committee” (comitê) sem nenhuma limitação temporal. Com exceção de notícias não relacionadas em outros jornais, a principal fonte de informação foi o jornal local da cidade de Melbourne intitulado *The Argus*, criado em 1848 e teve sua última edição no ano de 1956 (NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA, 2014). Na busca, identificamos que o foco deveria ser entre os anos de 1946 e 1950, mas foram nos anos de 1948 e 1949 que encontramos as informações mais relevantes para nossa proposta, período em que foram veiculadas 39 notícias relacionadas à candidatura olímpica. Elas nos permitiram compreender como se deu a movimentação, ou ao menos como ela foi tornada pública, nas esferas locais e quais os discursos que tiveram visibilidade naquele momento.

Não é simplesmente uma “ambição provincial”: a candidatura de Melbourne pelo jornal *The Argus*

Os primeiros Jogos Olímpicos realizados no hemisfério Sul possuem raras análises pelo campo acadêmico. As menções do evento em artigos acadêmicos são esparsas e pontuais, sendo que não encontramos nenhum artigo ou livro que abordasse o ineditismo do alcance geográfico que o evento passava a adquirir. As principais informações apresentadas aqui são provenientes do jornal local *The Argus*.

Melbourne foi eleita como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1956 em reunião do COI em Roma em abril de 1949, vencendo as candidaturas de seis cidades estadunidenses (Detroit, Los Angeles, Minneapolis, Filadélfia, Chicago e San Francisco), Buenos Aires (Argentina) e Cidade do México (México).

QUADRO 1 – NÚMERO DE VOTOS, POR CIDADE CANDIDATA, NA ELEIÇÃO DA SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1956

Cidades	Rodada 1	Rodada 2	Rodada 3	Rodada 4
Melbourne	14	18	19	21
Buenos Aires	9	12	13	20
Detroit	2	4	4	-
Los Angeles	5	4	5	-
Cidade do México	9	3	-	-
Filadélfia	1	-	-	-
Minneapolis	1	-	-	-
San Francisco	0	-	-	-
Chicago	0	-	-	-

FONTE: Olympiad... (1949, p. 7).

NOTA: Quadro formulado pela autora, tradução nossa.

Como é possível observar, quatro das seis cidades americanas foram eliminadas após a primeira rodada de votação, sendo que Cidade do México e Los Angeles obtiveram mais votos que Detroit. A partir da segunda rodada, Melbourne e Buenos Aires se mostraram mais fortes na disputa, finalizando com a diferença de apenas um voto.

Em razão das sanções do governo australiano pela entrada de cavalos no país, os eventos olímpicos equestres foram sediados na cidade de Estocolmo, na Suécia. Considerando que os Jogos aconteceriam nos meses de novembro e dezembro, já que seria verão no hemisfério sul, as provas realizadas na Suécia ocorreram no verão do hemisfério norte. Ou seja, podemos dizer que os Jogos Olímpicos de 1956 tiveram duas cidades-sede, com relevante diferença geográfica (Europa/hemisfério norte e Oceania/hemisfério sul) e temporal (seis meses entre os eventos) (SENN, 1999).

A primeira comunicação oficial para o COI sobre a intenção de se sediar os Jogos Olímpicos na cidade foi feita no dia 23 de janeiro de 1948 via telégrafo, quando já se confirmava o envolvimento e apoio dos três níveis de governo (cidade, estado e país) e de entidades esportivas locais e nacionais (1956 OLYMPIC..., 1948, p. 1). Um mês depois, um evento com empresários locais e membros da iniciativa privada na prefeitura da cidade foi agendado para apresentar o comitê de candidatura e discutir o planejamento do evento (MEETING..., 1948). No dia seguinte, os projetos de construção de novas instalações esportivas foram apresentados ao COI (OLYMPIC..., 1948), indicando que o evento promovido tinha um caráter mais informativo que de planejamento ou debate.

Pouco tempo depois, o jornal apontou que não se tratava de um “capricho de uma ambição provincial”, mas existiam diversos pontos positivos para a candidatura: a Austrália estava entre os quatro únicos países com participação em todos os Jogos Olímpicos, sendo o único que ainda não havia o sediado; o evento nunca tinha sido realizado no hemisfério Sul nem em domínios britânicos; o clima era favorável; os principais pontos da cidade poderiam ser alcançados caminhando; todos os esportes poderiam acontecer no estado de Victoria; o parlamentarismo no estado de Victoria alcançaria seu centenário em 1956, sendo um motivo de celebração e benefício para os Jogos ao serem sediados em um local com orgulho de sua “tradição democrática”; e, em geral, a cidade tinha o tamanho e o potencial suficiente para receber as pessoas relacionadas ao evento (AUSTRALIAN..., 1948, p. 2).

Após a eleição, algumas pessoas foram apontadas como sendo os responsáveis pela campanha bem sucedida. Inicialmente, Sir Raymond Connelly (então prefeito de Melbourne) e Sir Frank Beaurepaire (então empresário, ex-atleta e ex-prefeito de Melbourne) teriam iniciado com a ideia da candidatura. Em seguida, Arthur Drakeford (ministro para questões aéreas), Arthur Calwell (ministro da imigração) e Ben Chifley (primeiro ministro), pela articulação com o governo federal, assim como Thomas Hollway (governador de Victoria) e o governo do estado de Victoria pelo apoio e envio de representante na votação do COI na cidade de Roma. A notícia apontava que confrontações políticas foram parcialmente esquecidas na comemoração realizada na prefeitura, porém os depoimentos de membros da oposição indicavam uma posição defensiva, em especial sobre o atraso que os Jogos poderiam causar nas questões de

habitação, entre outros projetos, que vinham sendo debatidos na cidade (OLYMPIAD..., 1949, p. 7; MELBOURNE..., 1949, p. 37).

Segundo as notícias veiculadas, o Canadá teria apoiado a candidatura de Melbourne, numa possível troca de favores pela votação para os Jogos de inverno. A mídia canadense teria anunciado o apoio e indicado que a cidade australiana recebia o suporte de países do hemisfério sul, assim como de alguns do norte preocupados com as dificuldades do dólar americano que comprometeria a candidatura das cidades estadunidenses (CANADA..., 1949, p. 40). No mesmo dia da votação dos Jogos de verão, Montreal perdeu a candidatura para a cidade de Cortina (Itália) por 31 votos a 7 para sediar os Jogos de inverno (OLYMPIAD..., 1949, p. 7). Outro voto que teria sido garantido para Melbourne foi do príncipe da Dinamarca, quando visitou a cidade em dezembro de 1948 (PRINCE..., 1948).

Sobre coligações e prévias da disputa, a mídia australiana colocava nos dias anteriores à votação que Melbourne e Detroit eram as favoritas, inclusive sendo esse o entendimento do próprio líder da delegação australiana, Sir Frank Beaurepaire (DETROIT'S..., 1949, p. 12). No mesmo dia da votação, o jornal indicava que a “opinião geral” era de que nessa disputa, Detroit seria mais bem sucedida (DECISION..., 1949, p. 20). Posteriormente, a justificativa encontrada para o insucesso de Detroit foi que havia um clima durante o evento que era a “vez dos países menores e do hemisfério sul ter os Jogos”. Conforme a mesma matéria, o sucesso da cidade australiana teria ocorrido porque o país era o único a não ter recebido o evento, tanto entre os quatro que estiveram em todas as edições dos Jogos Olímpicos, quanto na representação dos cinco continentes dos anéis olímpicos (OLYMPIC..., 1949, p. 1, tradução nossa). Os discursos dos representantes australianos seguiram essa linha, em que se dizia que a cidade tinha a estrutura para receber os atletas de avião ou navio, com boas instalações para seus treinamentos e que o país tinha o entusiasmo com o esporte e com o ideal olímpico, sendo que seus habitantes apoiavam a candidatura (OLYMPIAD..., 1949, p. 7).

Um discurso que esteve presente nas justificativas dos representantes australianos era em relação às distâncias e ao tempo de viagem para as delegações chegarem ao país, em que se apontava que por avião nenhum país ficaria mais distante que 36 horas (OLYMPIAD..., 1949, p. 7). Não por acaso, ao lado da reportagem com os detalhes da eleição, havia uma propaganda da Trans Australia Airlines (TAA), empresa de transporte aéreo, que ocupava aproximadamente um terço da página. Tendo o país sido um mercado pioneiro no transporte aéreo, o governo australiano tomou como seu monopólio as operações domésticas no ano de 1946 (HOOPER, 1998). Esse processo se deu durante o mandato do ministro Arthur Drakeford, apontado pelo jornal The Argus como um dos “responsáveis” por levar os Jogos Olímpicos para Melbourne. Nessa relação, percebemos que os Jogos Olímpicos promoviam e reforçavam outras políticas e estratégias mais amplas do governo australiano, assim como deram mais visibilidade a partir da eleição como sede.

Um único ponto de tensão foi percebido na leitura das notícias se dava em relação à discordância sobre o local em que seria construído o principal estádio entre o governador de Victoria e as entidades esportivas, colocando em xeque o financiamento público caso o local não oferecesse um uso futuro durante o período de candidatura (CHOICE..., 1948; GREAT..., 1948; OLYMPIC..., 1948c; OLYMPIC..., 1948d). Essas disputas

seguiram acontecendo após a eleição, resultando em atrasos e até em risco de perder o direito de sediar o evento, o que acabou não acontecendo (GUTTMANN, 1984).

Na memória atual do COI, o evento é lembrado como sendo o primeiro a ser realizado no hemisfério sul, com vantagem de apenas um voto para Buenos Aires. Além disso, é recordado que as leis Australianas restringiam a entrada de cavalos no país, sendo por esse motivo que os eventos hípicas foram realizados em Estocolmo meses antes (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos melhor compreender um caso específico de candidatura e eleição de uma cidade-sede dos Jogos Olímpicos sobre a qual não encontramos qualquer produção acadêmica na literatura em português ou inglês. Entendíamos que os Jogos Olímpicos de Melbourne 1956 teriam como singularidade a primeira oportunidade em que o evento seria sediado fora dos Estados Unidos ou da Europa, iniciando sua penetração para além da participação de países e atletas para alcançar novos mercados através de sua realização. A possibilidade de acesso online do jornal *The Argus* permitiu descrever alguns fatos chave desse processo, ainda que a impossibilidade de acesso a outras fontes limite o aprofundamento nessa abordagem. Ainda assim, acreditamos trazer à tona algumas informações importantes sobre aqueles Jogos Olímpicos.

Uma revisão sobre casos específicos na história também podem nos dar importantes subsídios para pensar o presente e os processos que vem sendo colocados em prática no decorrer dos anos. O uso dos jornais para recuperar o processo de candidatura e eleição de Melbourne aos Jogos Olímpicos, quando consideramos o ineditismo da diversificação geográfica do caso, serve para destacar o início de um processo que hoje vem afetando o Movimento Olímpico e o Brasil, especificamente quando pensamos na realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016. É possível estabelecer algumas pontes entre esses casos que, apesar da diferença temporal de 60 anos entre as candidaturas, demonstram similaridades nas práticas discursivas de motivações e preocupações com o evento. Destacamos a presença de instituições comuns nos dois casos, como cidade, estado e país, bem como a iniciativa privada e as instituições esportivas. Ao mesmo tempo, a comum preocupação sobre o uso das instalações esportivas, ainda que no caso do Rio de Janeiro se coloque numa problemática mais aguda considerando a quantidade de instalações esportivas a serem mobilizadas para o evento.

A relação das políticas nacionais e a candidatura aos Jogos Olímpicos, em especial sobre como elas podem ser promovidas ou reforçadas, é outro objeto a ser considerado para ambos os casos. O desenvolvimento e estatização da indústria aérea australiana naquele período, tomada como trunfo para a candidatura, encontra semelhantes ao caso brasileiro quando observamos a mobilização das políticas nacionais de esporte, como o Programa Segundo Tempo (ver KNIJINIK; TAVARES, 2012), ou de política externa (ver ALMEIDA et al, 2014) serem relacionados a candidatura no caso brasileiro.

Especificamente aqui, acreditamos que existam possibilidades de relação, ou no mínimo subsídios para reflexão, do processo de internacionalização das sedes dos Jogos

Olímpicos, um movimento no qual a eleição do Rio de Janeiro para 2016 se torna parte de forma inexorável.

Referências

1956 OLYMPIC games may be held in Melbourne. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 24 jan. 1948.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; PIKE, Elizabeth. The 2016 Olympic and Paralympic Games and Brazil's soft power. *Contemporary Social Science*, v. 9, n. 2, 2014.

AUSTRALIAN Olympiad? *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 2, 12 mar. 1948.

BLACK, David. The Symbolic Politics of Sport Mega-Events: 2010 in Comparative Perspective. *Politikon*, v. 34, n. 3, pp. 261-276, dez. 2007.

CANADA Supports Olympic Bid. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 40, 26 mar. 1949.

CHOICE of showgrounds for Olympiad "is final". *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 3, 24 dez. 1948.

CORNELISSEN, Scarlett. "It's Africa's Turn!" The narratives and legitimations surrounding the Moroccan and South African bids for the 2006 and 2010 FIFA finals. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, pp. 1293-1309, out. 2004.

DECISION On Games Bid Today. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 20, 28 abr. 1949.

DETROIT'S Strong Bid For Votes. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 12, 26 abr. 1949.

GREAT new Olympic arena planned for Showgrounds. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 18 dez. 1948.

GUTTMANN, Allen. *The Games must go on: Avery Brundage and the Olympic Movement*. New York: Columbia University Press, 1984.

HILLER, Harry H. Mega-Events, Urban Boosterism and Growth Strategies: An Analysis of the Objectives and Legitimizations of the Cape Town 2004 Olympic Bid. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2, pp. 439-458, jun. 2000.

HOOPER, Paul. Airline Competition and Deregulation in Developed and Developing Country Contexts - Australia and India. *Journal of Transport Geography*, v. 6, n. 2, pp. 105-116, 1998.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Melbourne 1956 Summer Olympic Games. Disponível em: <<http://www.olympic.org/melbourne-stockholm-1956-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

KNIJNIK, Jorge; TAVARES, Otávio. Educating Copacabana: a critical analysis of the "Second Half", an Olympic education program of Rio 2016. *Educational Review*, v. 64, n. 3, pp. 353-368, 2012.

MASCARENHAS, Fernando; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos; MIRANDA, Natália Nascimento. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *Revista da ALESDE*, v. 2, n. 2, pp. 15-32, out. 2012.

MEETING to discuss 1956 Olympiad. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 5, 26 fev. 1948.

MELBOURNE celebrates victory. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 37, 20 jan. 1949a.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. The Argus (Melbourne, Vic.: 1848-1957). Disponível em: <<http://trove.nla.gov.au/ndp/del/title/13>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

OLYMPIAD chances were dim, but Melbourne had close win. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 7, 20 jan. 1949.

OLYMPIC Stadium design. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 5, 28 fev. 1948.

OLYMPIC athletes favour showground. Premier slates critics. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 3, 22 dez. 1948c.

OLYMPIC rule says federation must control games. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 12, 23 dez. 1948d.

OLYMPIC delegation to further plans in London. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 20 jan. 1949.

PILLAY, Udesch; BASS, Orli. Mega-events as a Response to Poverty Reduction: The 2010

FIFA World Cup and its Urban Development Implications. *Urban Forum*, v. 19, n. 3, pp. 329-346, jun. 2008.

PRINCE Axel likes Melbourne as games site. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 6, 16 dez. 1948.

SENN, Alfred Erich. *Power, politics and the Olympic Games*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1999.

A COBERTURA DA FOLHA DE SÃO PAULO ACERCA DA SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA DURANTE O ANO DE REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DA ALEMANHA (2011)

Bruno José Gabriel¹

Miguel Archanjo de Freitas Jr²

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar quanti-qualitativamente as publicações sobre a seleção feminina de futebol presentes na editoria do jornal FSP, entre os dias 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011. Os resultados quantitativos mostraram que as inserções sobre a seleção feminina estão condicionadas ao período da realização dos eventos futebolísticos. Os dados qualitativos indicaram que para a mídia, e, no imaginário social, o futebol feminino continua sendo algo praticamente insignificante.

Palavras-Chave: Futebol. Gênero. Mídia.

Introdução

O futebol no Brasil é, indubitavelmente, o esporte que possui o maior volume de capital simbólico dentre todos os que estão dispostos na estrutura do campo esportivo. Nesse sentido, enquanto um fenômeno de reconhecida significância para a cultura brasileira, o futebol tornou-se um elemento imprescindível na constituição da identidade nacional.

Por essas questões, ele faz-se presente, cotidianamente, na vida dos milhões de habitantes do país (mesmo dos que não gostam de futebol) por meio de um sistema de criação e interpretação de símbolos e práticas associadas, que de modo está desarticulado de outros aspectos sócio-culturais. (GUEDES, 1982).

Essa situação é facilmente observada durante o período de realização de uma Copa do Mundo, quando a rotina laboral e a arquitetura das cidades são significativamente alteradas pelas pessoas. As empresas, as residências, as escolas, as universidades, os clubes, o comércio e todos os outros esportes praticamente param para torcer pela seleção brasileira, ao passo que integram o verde e o amarelo ao seu *habitus* cotidiano.

Além disso, ao ultrapassar visivelmente os limites do campo de jogo, especialmente nos períodos de Copa, o futebol acaba (re)produzindo afirmativas, símbolos e crenças culturais. E estes valores estão irrefutavelmente ligados à mídia esportiva, que os reforçam cotidianamente na ampla cobertura que fornecem a temática em suas diversas ramificações.

Para se ter uma desse aspecto, basta observar a pouca visibilidade midiática do futebol feminino, durante o ano do Mundial masculino. As publicações diárias sobre o futebol, mal informam que a seleção brasileira feminina está em processo de preparação para a disputa da classificatória da Copa-2015, a ser realizada no Canadá.

Essa pouca visibilidade pode acabar influenciando no processo de constituição do imaginário social, sobretudo no que se refere a pensar essa modalidade enquanto uma prática apropriada eminente para o público masculino. Assim, cabe perguntar como vem ocorrendo a relação entre a mídia e o futebol feminino. As competições

¹ mestrando, (UEPG), brunogabriel_uepg@hotmail.com

² doutor, (UEPG), mfreitasjr@uepg.br

futebolísticas femininas têm recebido cobertura midiática? Quando recebem, de que forma a seleção brasileira e as suas jogadoras têm sido retratadas?

Diante deste cenário previamente salientado, o presente estudo buscou analisar quanti-qualitativamente as exposições midiáticas acerca da seleção feminina presentes na editoria de esporte da Folha de São Paulo (FSP). Para tanto, optou-se por delimitar a baliza temporal ao ano da última edição da principal competição futebolística, a Copa do Mundo, realizada na Alemanha, em 2011. Vale ressaltar, que a escolha desse jornal ocorreu pelo interesse em obter a visão de um veículo de abrangência nacional sobre a temática em questão.

Considerando que o discurso da mídia tem a capacidade de contribuir no processo que influencia a constituição do imaginário social, torna-se de suma importância apresentar dados que clarifiquem a relação entre a mídia, a mulher e o futebol.

Mídia e Imaginário Social

Nas sociedades hodiernas, a mídia adquiriu a capacidade de exercer forte influência sobre os diversos campos sociais, os quais, assim como ela estão inter-relacionados com a vida humana. Ao produzir as “realidades sociais” por meio dos discursos que emprega nas diversas coberturas realizadas pelos seus veículos, a mídia e o seu poder performativo acaba influenciando sobre o processo de constituição do que se chama de imaginário social.

Portanto, antes de avançarmos faz-se necessário conceituar o termo “imaginário”. Segundo Durand (1997) o imaginário é o conector necessário por meio do qual se constitui as representações dos seres humanos, encontrando-se, então, subjacente aos modos de pensar, sentir e agir (das mentalidades) das pessoas, das culturas e das sociedades.

Baczko (1985, p. 309) complementa a discussão, ao retratar que “imaginário”, acrescido do adjetivo “social” designa um fenômeno duplo:

Por um lado, trata-se da orientação da actividade imaginativa em direcção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do “chefe”, etc. Por outro lado, o mesmo adjectivo designa a participação da actividade imaginativa individual num fenómeno colectivo. Com efeito, todas as épocas tem as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar.

Como pudemos perceber a mídia não cria diretamente as representações que estruturam o imaginário social. Este é um produto histórico/social, constituído através da socialização entre as pessoas e as diversas instituições sociais (Família, Igreja, Mídia,

Estado e etc), cada qual exercendo o poder de influência que lhe é inerente em cada momento da história.

Nesse sentido, em decorrência do *status quo* adquirido pela mídia, atualmente, a existência social dos fatos está condicionada a sua exposição midiática. Sobre essa questão, Borelli (2001, p. 03) afirma que:

De uma forma geral, atualmente não se fala mais em acontecimento fora das mídias. Isto é, só há acontecimento se ele for público, se houver oferta de sentidos, mediada pelos meios de comunicação, para a opinião pública. Assim, passaríamos a tratar da expressão “acontecimento midiaticizado”. Os fatos que ocorrem todos os dias, mas que não são veiculados pela mídia passam a ser apenas ocorrências e não acontecimentos.

Assim, se a mídia realiza a mediação da informação para a sociedade por meio do “acontecimento midiaticizado”. E, se este pode influir, tacitamente, sobre as maneiras de pensar e agir das pessoas, cabe analisar urgentemente o conteúdo discursivo presente nas diversas editoriais que compõe os veículos midiáticos, dentre elas a esportiva.

O Esporte e a Mídia Esportiva

Ao longo de sua história o esporte foi se legitimando como um acontecimento de extrema relevância para as sociedades. Castellani Filho (1989) o entende como um dos fenômenos culturais mais significantes do mundo contemporâneo, e em virtude dessa significância o esporte passou a ocupar um espaço bastante grande na “mídia global” (o jornal, a revista, o rádio, a televisão e a internet).

Goellner (2004, p. 361) também salienta o esporte como um fenômeno de grande significância e visibilidade na sociedade contemporânea. Para a autora, é em decorrência de tais aspectos que ele se desenvolve cotidianamente nas cidades, despertando o interesse das pessoas, “[...] mobilizando paixões, evocando sentimentos, criando representações de corpo e saúde, enfim, convocando a nossa imediata participação.”

Percebedor da importância social do esporte, Damatta (1982, p. 23) retrata que:

O esporte faz parte da sociedade, tanto quanto a sociedade também faz parte do esporte. Impossível compreender-se uma atividade (ou um plano de atividades), sem referência a totalidade na qual ela está inserida. Esporte e sociedade são como duas faces de uma mesma moeda e não como o telhado em relação aos alicerces de uma casa.

Esse exemplo indica as enormes possibilidades do esporte e do futebol como uma imensa tela onde a experiência humana pode ser vivida, recordada e mesmo revivida. Desta forma, pode-se dizer que, respeitando a relativa autonomia dos campos,

a filigrana entre a estrutura social e o patriarcalismo foi transposta para o esporte, limitando, de forma acentuada, a participação das mulheres em algumas modalidades específicas, como por exemplo, no futebol.

Mesmo com a conquista do direito de participação no esporte, e o consequente aumento de mulheres nesse campo, as suas condições de acesso, participação e exposição midiática nunca foram, e ainda não são igualitárias em relação à dos homens. (GOELLNER, 2004; 2005).

Segundo Borelli (2001) tanto o esporte como a mídia tem importância ímpar para a sociedade. O esporte enquanto participante da formação identitária, das práticas sociais e dos valores culturais. E, a mídia enquanto mediadora das informações esportivas para as pessoas.

Nesse sentido, Knijnik e Souza (2004, p. 194) salientaram que as representações polarizadas de gênero, sempre encontraram no campo esportivo um terreno fértil para se manifestarem. Representações estas que acabaram redimensionadas com o advento das “[...] mídias globais e a penetração do esporte no interior destas como um dos seus principais atrativos de audiência [...]”. Para os autores, a visibilidade midiática proporcionada ao esporte parece ser o panorama ideal para se reafirmarem normas e tradições dominantes acerca das possibilidades dos homens e das mulheres.

Knijnik e Souza (2004) utilizaram diversos recortes da mídia esportiva para demonstrarem esse aspecto. Obtiveram os seguintes resultados: a) A mídia ao retratar sobre as modalidades esportivas que requisitam características historicamente associadas com a masculinidade (violência, agressividade, insensibilidade, força, resistência e etc.), as expõe como práticas propícias para homens; b) Já as modalidades que requisitam as características corporais conhecidas e reconhecidas como femininas são retratadas como de domínio das mulheres; c) Os uniformes que delineiam e deixam o corpo mais atraentes, os erros técnicos, os familiares, a fraqueza e estética são recorrentes quando o enfoque é a mulher atleta; d) Ao contrário delas, quando o enfoque é o homem atleta, as habilidades motoras, o *status* de ídolo, a personalidade e a sua superação ganham destaque.

Souza e Knijnik (2003) analisaram quantitativamente a produção do Caderno de Esportes da Folha de São Paulo no período entre 26 de Agosto a 09 de Setembro de 2002. De um total de 387 reportagens, constataram que 315 (81,39%) eram sobre esportes masculinos, 55 (14,21%) sobre femininos e 17 (4,39%) eram neutras, ou seja, que não tratavam especificamente de nenhum gênero.

Os recortes jornalísticos utilizados nos estudos supracitados nos mostram que, tanto quantitativamente como qualitativamente, a mídia esportiva trata de maneira desigual os homens e as mulheres. Tratamento este, que tende a polarizar as possibilidades do gênero masculino e as do feminino.

No entanto, indubitavelmente, o futebol é a modalidade que possui o maior volume de capital simbólico dentre todas as que estão dispostas na estrutura do campo esportivo. É tão importante para o brasileiro, que está imbricada no seio das diversas culturas nacionais, sendo parte integrante e simbólica de manifestações culturais de norte a sul do país.

Giglio (2007) se apoiado na teoria de Clifford Geertz para expor que grande parte da sociedade brasileira se revela por meio de uma partida de futebol. O autor utiliza as transformações que ocorrem no Brasil durante o período de realização de uma Copa do

Mundo, tanto para justificar tanto a preponderância do futebol nos noticiários esportivos quanto à paixão intrínseca e inerente do brasileiro para com esse esporte. Paixão esta, reforçada e transmitida de geração para geração por meio da constituição do imaginário social.

Se a paixão pelo futebol é transmitida pelo imaginário social, e a mídia esportiva é capaz de influenciar no processo que o constitui, torna-se relevante analisar o conteúdo discursivo por ela empregado sobre o futebol das mulheres. Para tanto, optou-se pela cobertura realizada pela editoria de esporte da FSD acerca da seleção brasileira durante o ano da última edição da Copa do Mundo Feminina, realizada na Alemanha, em 2011.

Resultados e Discussões

Em conformidade com os dados obtidos por meio da literatura nacional que abordam a relação entre o futebol feminino e a mídia, esta amostra de doze meses referente à cobertura da editoria de esporte da FSP, mostrou a baixa periodicidade que este jornal fornece a seleção brasileira.

Entre Janeiro e Dezembro de 2011 a seleção feminina exposta em 37 publicações. Para Knijnik e Vasconcellos (2003) a invisibilidade do futebol feminino na mídia esta relacionada à inserção das mulheres em áreas que são consideradas e associadas com a masculinidade. Os autores expõem que, para as mulheres que atuam em modalidades nas quais o domínio masculino é inconteste, o preconceito e as barreiras discriminatórias são mais agudas. Exemplificam a questão retratando que, mesmo o futebol sendo parte integrante da cultura brasileira, e a seleção feminina esteja colhendo ótimos resultados nas competições que disputa, ainda assim, o futebol feminino e as futebolistas continuam pouco visíveis midiaticamente.

Outro aspecto observado, e que coaduna com a literatura se refere ao período de maior visibilidade da seleção feminina sazonal a ocorrência das competições futebolísticas. Entre os dias 26 de junho e 17 de julho foram quatorze (14) exposições midiáticas. Em 2001 a seleção também disputou o Pan-Americano, no México, entre os dias 14 e 30 de Outubro (09 exposições); e o Torneio Internacional Cidade de São Paulo, entre os dias 8 e 18 de dezembro (03 exposições). Todas as publicações correspondentes aos períodos das competições representam 70,27% sobre o total.

Ao analisar as matérias jornalísticas sobre o futebol feminino nos jornais, O Globo, Jornal dos Sports e Jornal do Brasil, Almeida (2010) observou que os textos sobre essa modalidade esportiva aumentaram, consideravelmente, antes e durante as competições. Posteriormente, havia um decréscimo drástico, muitas vezes, chegando à inexistência de reportagens.

Já Martins e Moraes (2007) analisaram o conteúdo (Imagens, Fotografias e Escrita) publicado sobre o futebol feminino nos meses que antecederam e no período de realização as Olimpíadas de Atenas-2004, nos jornais, O Estadão e Folha de São Paulo. Nos meses de Maio e Junho, os dois jornais apresentaram cinco inserções. Em Agosto houve uma avalanche de publicações, 64 no total, 29 no Estadão e 34 na Folha de São Paulo. Os autores não analisaram os meses posteriores ao término da competição. Mas, ao verificarem que as imagens e os textos sempre referenciavam a seleção brasileira na

competição em andamento, hipotetizaram que, “[...] encerrada a competição, encerra-se também a atenção dada às mulheres neste esporte.” (p. 75).

No que se refere ao conteúdo discursivo veiculado pela editoria de esporte da FSP, pode-se observar que as representações sobre a seleção giraram em torno dos treinamentos, das competições, da técnica, da tática, dos resultados, da significância social, da estrutura e do descaso nacional (mídia e público) para com o futebol feminino em comparação com o masculino. A notícia publicada no dia 08/05/2011 mostra de forma resumida os aspectos supracitados.

Tem Copa?

Favorita e com a melhor do mundo em campo, seleção feminina se prepara para Mundial alemão praticamente no anonimato.

É ano de Copa do Mundo. O Brasil é um dos grandes favoritos e a seleção já treina na Granja Comary, em Teresópolis (RJ). Mas não há jornalistas nem torcedores acompanhando a preparação da equipe nacional.

Em 29 de Junho, a seleção estréia no Mundial feminino da Alemanha [...]

Mas pouca gente sabe disso. O país que em 2010, na África, parou para ver a seleção de Dunga mal sabe quem é o técnico do time feminino

Em Teresópolis, não poderia haver tranquilidade maior para as atletas brasileiras. O oposto do frisson causado pela torcida de Dunga, durante a preparação em Curitiba para a Copa do Mundo 2010. (REIS. 2011, p. D8).

As jogadoras foram descritas pelo recebimento de premiações, por performances boas e ruins nos jogos, pela relação interna no vestiário e na concentração, por seus “*status*” futebolísticos. Somente em uma ocasião o enfoque recaiu sobre a estética corporal, no dia 12 de julho, quando foram estampadas as jogadoras que concorriam à eleição de musa da copa.

Diferentemente do que mostraram Ferretti et al. (2011) e Salvini e Júnior (2013), não foram visualizadas menções sobre jogadoras pouco femininas, sobre espetacularização corporal de modelos nos campos e sobre comparações que as desqualificavam perante os homens. Pelo contrário, foi interessante notar o discurso de reconhecimento proferido as futebolistas.

Que o dia Internacional da Mulher sirva para lembrar que ultimamente tem sido muito melhor torcer por ELAS do que por ELES... até no futebol

Dupla dinâmica rumo a Londres-12: Luis Fabiano e Robinho? Ronaldinho e Pato? Robinho e Pato? Nenhuma dupla de ataque da seleção se deu melhor nos últimos anos do que **Marta e Cristiane**. Aliás, nenhum homem joga mais com a 10 do Brasil do que a Marta há anos... (VIVA A ELAS, 2001, p. D7).

Como se pode observar, a Marta, em comparação aos futebolistas, foi considerada a melhor camisa 10 das “seleções brasileiras”.

Considerações Finais

Percebeu-se que, diferentemente do que mostraram outras pesquisas, a mídia, mais especificamente o editorial de esportes da Folha de São Paulo realizou a cobertura do futebol feminino de maneira proximal a do masculino, com notícias e análises sobre as questões técnicas, táticas e de resultados.

Entretanto, é instigante o fato de que esse discurso ainda não seja condizente com a realidade estrutural e social do futebol feminino, e da futebolista, que sofrem com o descaso do público, da mídia e da CBF. A Folha evidenciou esse aspecto claramente, mostrando que para o imaginário “nacional”, o futebol feminino continua insignificante. Insignificância essa que, é reverberada pela baixa periodicidade de matérias sobre a seleção brasileira de futebol feminino, ao longo do ano em que disputou a Copa do Mundo da Alemanha (2011)

Referências

ALMEIDA, R. S. Futebol Feminino no Brasil: Memória e Discursos da Mídia Impressa. In: FAZENDO GÊNERO, IX, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1-8.

BACZKO, B. A Imaginação social. In: Leach, Edmund et alli. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora, 1985.

BORELLI, V. Cobertura midiática de acontecimentos esportivos: Uma breve revisão de estudos. In: INTERCOM, XXIV, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: [s. n.], 2001. p. 1-15.

CASTELLANI FILHO, L. Esporte e Mulher. **Motrivivência**, Santa Catarina, n. 2, p. 1-6, 1989.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: _____. (org.). **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982. p. 19-41.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIGLIO, S. S.; **FUTEBOL**: Mitos, ídolos e heróis. 2007, 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOELLNER, S. V. Mulher e Esporte no Brasil: Fragmento de uma história generificada. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D (Orgs.). **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte**: Comportamento, Gênero, Desempenho. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2004, p. 359-73.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELLOS, E. Sem Impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil: In: COZAC, J. (Org). **Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2003. p. 75-89.

_____.; SOUZA, J. S. Diferentes e Desiguais: relações de gênero na mídia esportiva brasileira. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (Orgs.). **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte: Comportamento, Gênero, Desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004, p. 191-212.

SALVINI, L.; JÚNIOR, W. M. Notoriedade mundial e visibilidade local: o futebol feminino na revista placar da década de 1990. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, n. 1, fev. 2013.

SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D.; A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Rev. Brás. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007.

_____. Duas Semanas de Cobertura Esportiva da Folha de São Paulo Analisadas Sob a Ótica de Gênero. In: INTERCOM, XXVI, 2003, Minas Gerais/BH. **Anais...** Minas Gerais, 2003, p. 1-10.

AS MULHERES NAS ARTES MARCIAIS MISTAS: UMA HISTÓRIA DE MIXAGENS E INVISIBILIDADES

Carla Lisbôa Grespan¹

Resumo: O MMA é um esporte, um espetáculo de consumo ou um “*show* de brutalidade”, a resposta depende com qual “olhar” pretendemos compreender está prática corporal. Utilizando como material empírico as reportagens dos sites Combate e Tatame que entram em diálogo com as Teorias Pós-Estruturalistas, os Estudos Culturais e de Gênero, devido os conceitos analíticos que possibilitam uma arqueologia da inserção das mulheres em esportes socialmente considerados mais apropriados aos homens.

Palavras-chave: Artes Marciais Mistas. Mulheres. UFC.

Introdução

As Artes Marciais Mistas é um esporte, um espetáculo de consumo ou um “*show* de brutalidade”, a resposta depende com qual “olhar” pretendemos compreender está prática corporal, qual o material empírico iremos utilizar para montar o mosaico de sua trajetória e o aporte teórico que permitirá fazermos determinadas escolhas do que ficará *inside* ou *outside*.

O olhar de professora de Educação Física e assumidamente fã de MMA permitiu identificar as diferenças na construção desta prática corporal/esportiva de outras tão presentes em nosso cotidiano como: futebol, handebol, basquetebol, voleibol e judô. As diferenças são várias cito duas que foram relevantes na escolha da fonte de pesquisa: 1ª tem seu início no final do século XX, sendo assim com pouca fonte de pesquisa científica; e 2ª sua divulgação sempre utilizou da cibercultura (sites, blogs e redes sociais), proporcionando notícias, reportagens e comentários de usuáři@s neste meio midiático.

Utilizando como material empírico as reportagens dos sites Combate e Tatame que entram em diálogo com as Teorias Pós-Estruturalistas, os Estudos Culturais e de Gênero, pressupostos teóricos que deram sustentação para este artigo devido os conceitos analíticos que possibilitam uma arqueologia da inserção das mulheres em esportes socialmente considerados mais apropriados aos homens.

O artigo apresenta um breve histórico da passagem do Vale-Tudo para o MMA e as suas mixagens com o UFC percorrendo sobre a invisibilidade que determinados jornalistas dão as lutadoras na história das Artes Marciais Mistas e a sua inserção neste esporte no final dos anos de 1990 e no UFC em 2012.

MMA e UFC – a história do esporte/espetáculo

O *Mixed Martial Arts* – MMA - (Artes Marciais Mistas) é prática esportiva moderna caracterizada pelo emprego de técnicas combinadas de diversas artes marciais

¹ Mestranda do PPG em Ciências do Movimento Humano Universidade Federal do Rio Grande do Sul. carla.grespan@ufrgs.br

e/ou esportes de combate como capoeira, jiu-jitsu, muay thai, kickboxing, taekwondo, caratê, judô, wrestling, boxe, luta livre e kung fu. De acordo com o jornalista Felipe Awi (2012) esta prática tem suas raízes ao Vale-Tudo brasileiro do início do século XX ou as “lutas valendo tudo” inicialmente promovidas pelos irmãos Hélio e Carlos Gracie com o objetivo de provar que o jiu-jitsu brasileiro era a forma de combate mais eficiente em relação às outras modalidades de lutas (boxe, luta livre, taekwondo, caratê, judô).

Em 1993 Rorion Gracie, que já estava morando nos Estados Unidos desde 1978, e seus alunos Art Davie e John Milius procuram parceiros para o projeto “War of the Worlds”, um campeonato com lutas entre atletas de diferentes estilos de artes marciais, que reproduziria um combate, como no jogo de videogame “Mortal Kombat”, só que dentro de um octógono.

Em 12 de novembro de 1993, Bob Meyrowitz, dono da Semaphore Entertainment Group (SEG)² topa o desafio de produzir campeonato de lutas mistas em formato de “show”, um evento de consumo esportivo transmitido ao vivo pela televisão através de PPV³ e sua promoção era realizada através da frase “There are no rules” (“Não há regras”)⁴. Assim tem início o *Ultimate Fighting Championship* – UFC.

As primeiras edições do UFC deram lucro, mas os problemas começaram a surgir: a diminuição das vendas de PPV, pois quem comprava já não conseguia acompanhar as lutas finais; a mídia tratava o evento como um “show de brutalidade”, chegou a ser proibido em 36 estados norte-americanos tendo suas transmissões cortadas; e o surgimento de outros eventos no mesmo formato, principalmente, o Fighting Championships – PRIDE (1997 – Japão), que para o jornalista Felipe Awi foi o primeiro evento de MMA que conseguiu “encontrar o equilíbrio certo entre entretenimento, negócio e esporte de alta performance”. (2012, p.180)

Em 2001, quase à beira da falência, o UFC é vendido para os executivos do *Station Casinos*, Frank e Lorenzo Fertitta e o promotor de boxe Dana White, criadores da *Zuffa* empresa controladora da patente do evento. O grande mentor da compra Dana White tinha como objetivo resgatar a popularidade do evento tornando-o associado a um esporte, para que isso acontecesse era necessária a aprovação das Comissões Atléticas com a condição que houvesse mais categorias pesos (pesos-leves, médios, meio-médios, meio-pesados e pesados)⁵. É nesse cenário que o Vale-Tudo recebe regras⁶ e passa a ser chamado de *Mixed Martial Arts* (Artes Marciais Mistas) - MMA.

Dos tatames e ringues para o octógono – uma história de invisibilidades

O esporte, e neste caso as lutas, como uma prática social “não é uma entidade abstracta. Foi “inventado” por homens e para homens, continua a ser um mundo masculino e, apesar de as mulheres fazerem sentir a sua presença, o poder permanece em mãos masculinas”. Este poder pode nos tornar invisíveis, nos silenciar. (GOMES apud PFISTER, 2004, p.18)

² Empresa especializada em venda de shows musicais em pay-per-view.

³ pay-per-view.

⁴ AWI, Felipe, p. 162. 2012.

⁵ <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/11/vale-tudo-tuf-mma-feminino-os-20-anos-do-ultimate-em-capitulos.html> Acesso em 25/01/2014.

⁶ <http://www.ufc.com/discover/sport/rules-and-regulations> Acesso em 21/05/2014.

A citação de Paula Botelho Gomes pode ser explicitada em dois livros que pretendem descrever a construção do MMA como esporte, o primeiro do jornalista Fellipe Awi (2012), “Filho teu não foge à luta”, e o segundo do jornalista Marcelo Alonso e do fotógrafo Susumo Nagao (2013), “Do Vale-Tudo ao MMA – 100 anos de luta”, narram *Mixed Martial Arts* sob as normas da masculinidade hegemônica, através de fotos e informações, que datam de 1920 a 2013, em suas páginas não há uma única referência às lutadoras de MMA brasileiras ou internacionais.

Em função destes silenciamentos, pesquisei o período abordado pelos autores identificando que a participação das mulheres no MMA já é citada por vári@s autor@s, por exemplo, Lovisolo et. al. (2009, p. 12) indica que desde 2003 as mulheres participam em eventos importantes como o MECA 10, realizado em Curitiba (20/12/2003), luta entre as atletas Ana Carolina Pinho⁷ e Maria do Carmo Paixão Teixeira (Carmem “Casca Grossa”)⁸ e Mari Moscou (2011) aponta o evento EliteXC, que aconteceu em Stockton, na Califórnia, EUA (26/07/2008) luta entre a brasileira Cristiane Justino Venâncio Santos, Cris “Cyborg”⁹, e a norte-americana Shayna Baszler.

A realização da pesquisa em sites¹⁰ resultou também em inúmeras reportagens sobre lutadoras, tais como “As mulheres do vale-tudo” que foi publicada na revista Isto É Independente *Online* na qual me deparei com o seguinte comentário:

O vale-tudo deixou de ser um esporte tipicamente masculino. Nos últimos cinco anos, mestres na arte marcial que reúne técnicas e regras de várias lutas têm acompanhado o aumento do interesse feminino pelo esporte. Estimativas de quem está no ramo há décadas dão conta de que o número de mulheres que querem praticar a luta dobrou entre 2004 e 2009. Atletas e treinadores chegam a falar em três a quatro vezes mais interessadas. Mas o preconceito continua. As atletas recebem bonificações inferiores às dos homens por disputa e sofrem para encontrar campeonatos nacionais abertos aos combates. (LEOS, 2009)

O material empírico sistematizado evidenciou que os principais eventos de MMA do Brasil, como: Shooto Brasil, Bitetti Combat, Jungle Fight, Mestre do Combate, Arte do Combate, Brasil Fight Championship e Predador Fight Championship, a partir de 2010, colocaram ou aumentaram o número de mulheres que dividem o card de lutas

⁷ Campeã mundial, brasileira, mineira e carioca de jiu-jitsu, hoje é professora de boxe e jiu-jitsu.

⁸ Tricampeã mundial da CBJE (Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu Esportivo), 12 vezes campeã brasileira, campeã do Pan-Americano da CBJE, fora os títulos que ainda ganha nos torneios da categoria master, atua como professora de jiu-jitsu no projeto social “Associação Carmen Casca-Grossa”.

⁹ Lutadora de muay thai e jiu-jitsu com 10 vitórias, 1 derrota 1 no contest, em 2009 ganhou o cinturão Feminino dos Pesos Penas do Strikeforce, porém na 3ª defesa em 2011 o resultado da luta foi No contest por doping tendo como punição suspensão de um ano, multa de 2.500 dólares e a perda do cinturão.

¹⁰ www.mmabrasil.com.br/; www.fanaticospormma.com.br/; www.mmaspace.net/; www.esporte.uol.com.br/mma/; www.portaldovale tudo.uol.com.br/; www.tatame.com.br/; www.esportes.terra.com.br/lutas/mma/; www.sportv.globo.com/site/eventos/combate/; www.nagradedomma.blogosfera.uol.com.br

com os homens e que o número de lutadoras profissionais já suscita eventos exclusivos como o Pinkfight¹¹ que já está na sua terceira edição.

A jornalista Ana Hissa (2013) publica “Conheça as pioneiras que abriram as portas do MMA para as mulheres”, nesta reportagem há o registro de algumas pioneiras que disputaram lutas de MMA em diferentes países dentre elas: Becky Levy (EUA) lutou profissionalmente de 1996 a 2000; Jennifer Howe (EUA) lutou profissionalmente de 1998 a 2005; Olga Bakalopoulos (Canadá) lutou profissionalmente de 2000 a 2005; Deby Purcell (EUA) lutou profissionalmente de 2001 a 2008; Shelby Walker (EUA), lutou profissionalmente de 2001 a 2004; Amanda Buckner (EUA) lutou profissionalmente de 2002 a 2008 ; Jacqueline Andrade (Brasil) lutou profissionalmente em 2002 e 2003; Michelle Tavares (Brasil) lutou profissionalmente de 2003 a 2008; Gina Carano (EUA) lutou profissionalmente de 2006 a 2009.

Em 12 de janeiro de 2011, Dana White questionado, pela reportagem do site TMZ¹², sobre a contratação de lutadoras pelo UFC afirma: “‘nunca’ permitirá uma lutadora pisar dentro do octógono”, nos artefatos midiáticos investigados alguns acontecimentos¹³ foram impactantes e produziram não só uma mudança de opinião em Dana como a contratação da lutadora Ronda Rousey em 6 de dezembro de 2012 .

Rumo ao UFC – as mudanças na trajetória do MMA praticado por mulheres

A palavra “nunca”, pronunciada pelo dono da maior organização de MMA do mundo, para a inserção das lutadoras no UFC, causou a proliferação da discursão sobre a temática nos sites esportivos e redes sociais, paralelamente, outros acontecimentos iriam provocar a criação da primeira divisão de peso (galo – 61,2 kg) de mulheres do UFC.

O primeiro acontecimento foi a compra do *Strikeforce* pela *Zuffa*, em 12 de março de 2011, conforme entrevista oficial Dana White assegura não haveria uma unificação, os eventos continuariam a acontecer como estavam previstos em contratos, por exemplo, a produtora televisiva do evento *Strikeforce* a *Showtime* e @s atletas teriam seus contratos cumpridos até o final.

O segundo acontecimento advém desta permanência dos combates entre as atletas do *Strikeforce*: a 3ª defesa de cinturão do peso pena da brasileira Cristiane Justino (Cris “Cyborg”) x Hiroko Yamanaka (17/12/2011), devido a substância proibida estanozolol detectada no exame antidoping o resultado da luta foi alterado de “winner” para “no contest” e Cris “Cyborg” foi punida com suspensão de um ano, multa de 2.500 dólares e a perda do cinturão; a defesa do cinturão peso galo Miesha Tate x Ronda Rousey (03/03/2012); e a 1ª defesa do cinturão peso galo de Ronda Rousey x Sara Kaufman (18/08/2012). Os combates citados são considerados a luta principal do card

¹¹ Promovido pelo Jungle Fight, evento criado em 2003, na cidade de Manaus, no Amazonas, tendo como organizador o ex-lutador de jiu-jítsu e MMA Wallid Ismail.

¹² Dana White - Women Will Never Fight in The UFC. Disponível em:< www.tzm.com/2011/01/19/dana-white-ufc-women-fighters-cris-cyborg-santos-gina-carano-mma-female/#ixzz333nJxQYN >. Acesso em: 25/03/2012.

¹³ Tomo a noção de acontecimento a partir do Michel Foucault que o identifica como a irrupção de uma singularidade histórica. (REVEL, 2011, p. 62)

e a luta que Ronda mantém o cinturão foi a penúltima luta antes da extinção do evento em 12 de janeiro de 2013.

O terceiro acontecimento é a criação, em 2012, do *Invicta Fighting Championship* (*INVICTA FC*)¹⁴, comandado por Janet Martin e Shannon Knapp, executiva da extinta *Strikeforce*, é o 1º evento nos Estados Unidos dirigido por mulheres e com combates exclusivo entre mulheres. Segundo Shannon Knapp, na página oficial¹⁵ do *INVICTA FC*, o objetivo da organização vai além de promover combates entre mulheres estes servem para desenvolver e aprimorar as habilidades necessárias para que se impulse o esporte dando visibilidade aos talentos das lutadoras e identificando novas *superstars* do MMA.

Em seu cartel, até o dia 28 de maio de 2014, estão contratadas 74 lutadoras dentre estas temos a participação das atletas brasileiras: no Peso Palha (até 52,0kg) Claudia Gadelha, Juliana Lima e Livia Renata Souza; no Peso Mosca (até 56,7kg) Vanessa Porto, Jennifer Maia e Erika Almeida; e no Peso Pena (até 65,8kg) Ediane Gomes e a detentora do cinturão Cristiane “Cyborg” Justino. E o objetivo em exportar talentos para outros eventos vem sendo alcançado, um exemplo, são as atletas já contratadas pelo UFC como: Liz Carmouche, Cat Zingano e a brasileira Amanda Nunes.

O quarto acontecimento foi o interesse de Dana White em manter os contratos das lutadoras do *Strikeforce* agora lutando pelo UFC em uma única categoria o Peso Galo (até 61,2kg). O site Tatame, em 24 de outubro de 2012, publica “Sucesso de Rousey faz Dana White trabalhar pelas mulheres no UFC”¹⁶, a reportagem, a partir da coletiva de imprensa do UFC on FX 5 com dono da Zuffa, aponta o desempenho nas lutas pelo cinturão do peso galo e os altos índices de audiências destes combates, como motivação para que, ao término do contrato de Sara Kaufman, Miesha Tate e Ronda Rousey com o *Strikeforce*, criar uma nova categoria no UFC e, em 6 de dezembro de 2012, a contratação da detentora do cinturão da categoria do Peso Galo do *Strikeforce* Ronda Rousey.

Reflexões Finais

As práticas corporais permitem que as pessoas lidem com os imperativos sociais, com as regras de comportamento e revelam a capacidade de negociar os termos de inserção social e trazem ao inteligível as transformações corporais não hegemônicas, questionando o “anormal”, o “desviante”, o “desequilibrado”.

A categorização generificada é imposta no esporte, as instituições que o regem como o Comitê Olímpico Internacional, configuram as competições em “masculinas” e “femininas”. Mesmo os esportes de lutas sendo representado nas Olimpíadas por homens e mulheres, ainda são identificados como esportes “masculinos”, pois ao

¹⁴ Organização com sede em Enka, Carolina do Norte, EUA, fundada em 2012 por Janet Martin e Shannon Knapp ex-matchmaker (profissional responsável por casar as lutas) do extinto *Strikeforce*. Disponível em: <http://invictafc.com/>. Acesso em: 06/05/2013.

¹⁵ <http://invictafc.com/about-invicta-fighting-championships-2/> Acesso em 25/04/2014.

¹⁶ <http://www.tatame.com.br/sucesso-de-rousey-faz-dana-white-trabalhar-pelas-mulheres-no-ufc/> Acesso em: 25/04/2014.

exigirem d@s atletas contato físico, força, virilidade, coragem, desprezo da dor, identificam-se com as representações de uma masculinidade, a heteronormativa¹⁷.

O MMA como um esporte de luta e, portanto, uma prática social imersa no processo heteronormativo, procura fixar e estabilizar a identidade torná-la hegemônica, naturalizada, para isto tem que controlar e vigiar. Segundo Silva, Botelho e Queirós

As mulheres que praticam desporto parecem incorrer em múltiplos riscos. Não falamos de riscos enquanto danos biológicos ou físicos no seu corpo decorrentes de uma prática desportiva mais ou menos intensa, mas referimo-nos a todo um conjunto de riscos subsequentes da observação dos seus corpos de atletas, pelo tipo de modelação que apresentam e que a prática desportiva desenvolve, e pelos movimentos que expressam. Um corpo feminino actuante, desportista, é, não um corpo libertado, mas um corpo aprisionado por uma cultura masculina hegemónica.

Os riscos referidos advêm de variadas situações: se a mulher apresenta as formas dominantes de feminilidade, nem tão pouco se espera que pratique desporto, mas, se praticar, espera-se que o faça numa actividade desportiva tradicionalmente considerada como feminina. (2006, p. 1)

A prática de um esporte socialmente constituído como masculino pelas mulheres expressa novas atitudes e alternativas em relação ao pertencimento cultural, aos corpos, aos gêneros, aos prazeres, às sexualidades, à tecnologia, à estética e às belezas. Ao lado da heteronormatividade objetivada pelos discursos biologicistas, sexistas e misóginos, aparecem ações subversivas que desestabilizam as representações dominantes demonstrando o quanto à matéria não tem objetividade e sua atribuição de valor é um efeito do discurso e das representações tomando consistência através da performatividade.

Referências

ALONSO, Marcelo; NAGAO, Susumo. **Do Vale-Tudo ao MMA – 100 anos de luta**. Rio de Janeiro: PVT 1 Editora, 2013.

AWI, Fellipe. **Filho teu não foge à luta**: como os lutadores brasileiros transformaram o MMA em um fenômeno mundial. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

GOMES, Paula Botelho. Mulheres e desporto: qual a agenda pedagógica do século XXI?. **III Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte - Mitos & Verdades. Fórum Internacional** - 16 a 18 de setembro de 2004. Universidade de São Paulo/USP.

¹⁷ As regras que normatizam a heterossexualidade como modo “correto” de estruturar o desejo.

HISSA, Ana. **Conheça as pioneiras que abriram as portas do MMA para as mulheres.** 23/02/2013. Disponível em:<

<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/02/conheca-pioneiras-que-abriram-portas-do-mma-para-mulheres.html> >. Acesso em: 20/04/2013

LEOS, Jorge. As mulheres do vale-tudo. 22/04/2009. Seção Comportamento. ISTO É Independente. Edição nº 2058. Disponível em:<

[http://www.istoe.com.br/reportagens/12340 AS+MULHERES+DO+VALE+TUDO](http://www.istoe.com.br/reportagens/12340_AS+MULHERES+DO+VALE+TUDO) >. Acesso em: 07/02/2013.

LOVISOLO, Hugo; MOURA, Diego Luz; BENTO, Gilmara dos Santos; SANTOS, Felix Oliveira dos. Esporte, Mulheres e Masculinidades. Esporte e Sociedade. Ano 5, n. 13, nov.2009/fev.2010. Disponível em:<

<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1304.pdf> >. Acesso em: 20/02/2013.

MOSCOU, Meri. Cris Cyborg e as pioneiras heroínas. 26/04/2011. Disponível em:< <http://blogueirasfeministas.com/2011/04/cris-cyborg/> >. Acesso em: 20/02/2013.

SILVA, Paula; GOMES, Paula Botelho; QUEIRÓS, Paula. Género e desporto: a construção de feminilidades e masculinidades. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11 - Nº 96 - Maio de 2006. Disponível em: <<http://efdeportes.com/efd96/genero.htm> >. Acessado em [18/01/2012](#).

REVEL, Judith. Dicionário de Foucault. Tradução: Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2011.

TATAME. [Sucesso de Rousey faz Dana White trabalhar pelas mulheres no UFC. 24/10/2012.](#) Disponível em: < <http://www.tatame.com.br/sucesso-de-rousey-faz-dana-white-trabalhar-pelas-mulheres-no-ufc/> >. Acesso em: 20/02/2013.

TMZ. Dana White - Women Will Never Fight in The UFC. Disponível em:< www.tmz.com/2011/01/19/dana-white-ufc-women-fighters-cris-cyborg-santos-gina-carano-mma-female/#ixzz333nJxQYN >. Acesso em: 25/03/2012.

SAÚDE E DIVERTIMENTO EM JUIZ DE FORA (1876-1915)

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior¹

Resumo: Até a década de 1920, Juiz de Fora era considerada a principal cidade de Minas Gerais, por sua pujança econômica e por seu desenvolvimento cultural. A cidade está localizada próxima ao Rio de Janeiro e vivenciou um intenso processo de modernização a partir da segunda metade do século XIX. Nosso trabalho analisa o desenvolvimento das práticas corporais em Juiz de Fora (MG), entre 1876 e 1915, através do principal periódico publicado na cidade, o jornal *O Pharol*. Símbolos da modernidade, as práticas corporais foram desenvolvidas em Juiz de Fora, na perspectiva da educação para a saúde (higiene), bem como na lógica do divertimento e do espetáculo.

Palavras-chave: práticas corporais; história; Juiz de Fora.

Introdução

As preocupações com o corpo ocupam lugar de destaque na sociedade contemporânea. As práticas corporais ganharam o cotidiano de grande parte da população por motivos variados: saúde, estética, socialização, ludicidade, entre outros. Academias de ginástica, natação, ioga, pilates; clubes esportivos; instalações de rua para caminhada e exercícios analíticos; campos de futebol e quadras das escolas são exemplos de espaços que hoje são comuns na vida de várias cidades brasileiras.

As práticas corporais começaram a ser valorizadas em terras brasileiras especialmente a partir da segunda metade do século XIX, período em que o País experimentou intenso processo de modernização.

O estabelecimento da relação entre saúde e corpos em movimento se dá e se acirra no decorrer do processo de construção e consolidação do ideário e imaginário da modernidade. As atividades físicas em geral, em especial os esportes, articuladas com as ideias de espetáculo e consumo, se tornaram elementos-chave no forjar de uma nova sensibilidade pública que hoje nos parece inequívoca (Melo, 2006, p.).

Esse período histórico que chamamos de modernidade² se expressa de modo mais efetivo no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, identificamos esse movimento na Europa no decorrer do século XVIII, quando um novo modelo econômico baseado na fábrica, a efetivação do Estado-Nação e a ascensão da burguesia como classe social romperam com o passado.

¹ Professor e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte (GEPHEFE) da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. carlos.fernando@ufjf.edu.br

² Anthony Giddens (1991) identifica a modernidade como um estilo, um costume de vida ou uma organização social que possui características próprias, tais como o ritmo veloz das mudanças e da comunicação, o sistema político do Estado-Nação, a transformação de produtos e serviços em mercadorias, bem como a crença no progresso e no poder da ciência.

Cidades como Londres, Paris, Chicago e Nova York inauguraram modelos de urbanidade por meio de reformas e de difusão de novas ideias, conceitos e sensibilidades. Logo essas cidades serviriam de inspiração para vários cantos do mundo, inclusive o Brasil.

Ventos europeus e norte-americanos induziram dirigentes de algumas cidades brasileiras a se empenharem por melhorias em sua infraestrutura, urbanização e atividades de lazer. Um bom exemplo é Rio de Janeiro, que nesse período – início do século XX – viveu um intenso processo de reforma e saneamento, tendo como figura emblemática o prefeito Pereira Passos (Benchimol, 1990). Entre outras realizações, o prefeito alargou ruas, construiu espaçosas avenidas, investiu em saneamento, bem como subvencionou os clubes de remo da cidade.

Fenômeno semelhante, mas com particularidades, aconteceu em Juiz de Fora/MG. Na data de sua elevação de vila a município, 1850, a cidade chamava-se *Santo Antônio do Paraibuna*, nome que seria alterado somente em 1865. Durante o último quartel do século XIX, Juiz de Fora viveu o início de um período significativo de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais (Andrade, 1987; Christo, 1994; Lessa, 1985).

De acordo com Maraliz Christo (op. cit., p.1), até a década de 1920, “Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais”.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora respirou ares do projeto de civilização da nação brasileira idealizado pelo pensamento republicano. Parte dos trabalhos sobre a história da *Manchester Mineira* atrela esse desenvolvimento de Juiz de Fora ao modelo oferecido pelo Rio de Janeiro. A urbanização, a nova arquitetura, os novos hábitos dos cariocas teriam atravessado a estrada e influenciado diretamente os juizforanos.

Como cidade do Século XIX, Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra o predomínio da zona de Mineração, provocaram na cidade um maior cosmopolitismo, uma abertura mais acentuada, se a compararmos com o antigo centro do ouro (Christo, op. cit., p.1).

É evidente que o processo de urbanização e modernização de Juiz de Fora não foi simplesmente um desdobramento do que acontecia no Rio de Janeiro em período semelhante. Maraliz Christo (op. cit.) ressalta que foi organizado um projeto de modernização patrocinado por fazendeiros e capitalistas, que tinha como foco a industrialização de Juiz de Fora e também a necessidade de melhor controlar o espaço urbano e a população.

Victor Andrade de Melo (2001) identifica a adesão do povo carioca aos banhos de mar, à ginástica, ao turfe, ao remo e às atividades esportivas como uma tentativa de inscrição na cultura moderna que se desenvolvia entre o final do século XIX e o início do século XX.

Gilmar Mascarenhas de Jesus (1999) afirma que a receptividade da população carioca aos esportes e a outras práticas corporais na virada para o século XX foi significativa. Tal atitude se vinculava ao fato de estas representarem uma via para a vida saudável, sobretudo “ao fato de constituírem um elemento civilizador do ideário burguês importado da Europa, numa conjuntura em que ser moderno era desejar ser estrangeiro” (op. cit., p. 20).

Nossa pesquisa busca investigar como se deu esse processo de desenvolvimento das práticas corporais em Juiz de Fora e que discursos favoreceram a adesão da população juizforana a esse novo hábito entre 1876 e 1915. No presente artigo, utilizamos como fonte o jornal *O Pharol*, o mais importante periódico publicado na cidade entre 1870 e 1940.

A Imprensa e o jornal *O Pharol*

A imprensa foi parte fundamental do tempo histórico que chamamos de modernidade. As transformações políticas, culturais, sociais e econômicas do mundo em meados do século XIX e início do XX foram retratadas e discutidas em jornais e periódicos que fizeram circular informações e novidades. Notícias, anúncios, cartas, notas, comentários, romances e fotografias passaram a ter cada vez mais espaço no cotidiano das cidades e das pessoas.

No Brasil, o jornal tornou-se o veículo de comunicação mais importante durante o século XIX, pois conseguia chegar a um número significativo de pessoas. Ainda que houvesse um contingente importante da população que não dominava a escrita e a leitura, a elite o prestigiava, e mesmo os iletrados tomavam conhecimento das notícias através de comentários, conversas e rodas de leituras.

Em Juiz de Fora, os primeiros jornais começaram a ser impressos por volta de 1870. Até então, circulavam na cidade os jornais publicados no Rio de Janeiro e na antiga capital da província de Minas Gerais, Ouro Preto.

De acordo com Paulino de Oliveira (1966), *O Pharol* foi fundado em Paraíba do Sul por Tomaz Cameron, em 1866, tendo sido transferido para Juiz de Fora em 1870. Em 1873, seu proprietário era Leopoldo Augusto de Miranda e seu chefe de redação, Georges Charles Dupin. O francês foi o introdutor do vapor como força motriz para máquinas de impressão em Minas Gerais e também foi proprietário do impresso, que teve outros donos e diferentes orientações políticas durante sua existência, até 1940.

O Pharol começou como semanário e assim permaneceu até 1873. Em 1874, passou a ser publicado em dois dias da semana, passando a jornal diário em 1885. Antes de 1930, nenhum jornal da cidade circulou com mais de quatro páginas, a não ser em edições extraordinárias, organizadas paulatinamente. *O Pharol* foi o mais importante periódico desse período e é até hoje uma fonte indispensável de pesquisa para aqueles que desejam analisar a história de Juiz de Fora.

Práticas corporais no jornal *O Pharol*

As práticas corporais e as diversões identificaram-se como símbolos da modernidade. E temos aqui dois conjuntos principais de argumentos presentes naquele momento. De um lado, o discurso médico em favor da saúde, que veio favorecer a

expansão dos métodos de ginástica. De outro, a dimensão do espetáculo, as vivências lúdicas e divertidas que proporcionavam o esporte, o circo, as danças, as apostas, o teatro, o cinema, os bares e os salões, entre outros.

As décadas de 1880 – 1890 testemunharam novidades de importância fundamental para o futuro: novos modos de aquecimento, iluminação e transporte; melhor acesso à água e ao lazer, ao exercício, à informação e aos lugares distantes. Telégrafo e telefones; máquinas de escrever e elevadores; transporte público de massa e esse maravilhoso cavalo individual [...] tudo conquistas do *fin de siècle* (Weber, 1988, p. 13).

As mudanças na organização e na estruturação de Juiz de Fora, a abertura de ruas, os projetos de saneamento, a efetivação de códigos de postura, o aparecimento de cafés e teatros sugerem que a cidade passou a respirar ares mais modernos, especialmente a partir do último quartel do século XIX. Em nossa pesquisa, interessa-nos perceber como se deu o desenvolvimento das práticas corporais nesse período³.

As práticas corporais estavam presentes no cotidiano de Juiz de Fora, e a elas — principalmente à ginástica, aos esportes e às lutas — eram feitas constantes referências no jornal *O Pharol*.

A notícia da venda de aparelhos completos de ginástica em Juiz de Fora diz-nos bastante. Sua publicação, em 15/10/1880, é bem anterior ao período em que supúnhamos que a prática da ginástica tivesse sido desenvolvida na cidade. Pesquisas anteriores apontavam a fundação do Colégio Granbery (1889) e dos Grupos Escolares (1907), bem como a criação do Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909), como momentos fundadores do desenvolvimento da ginástica em terras juizforanas. Sem dúvida, essas instituições tiveram importância fundamental nesse processo, mas importa perceber que, já em 1880, a ginástica era indicada pelo *Pharol* como prática corporal para adultos e crianças.

A esgrima, prática considerada na época como um exercício ginástico, também aparece no *O Pharol*, ofertada à população:

Abre-se a 1 de Junho, á rua do Imperador, nesta cidade, uma aula de esgrima, dirigida por um ex-official do exercito francez. A aula funcionar á ás quintas-feiras e domingos. Achão-se, desde já, abertas as inscripções (*O Pharol*, 31/maio/1883, p.2).

Até as primeiras décadas do século XIX, a prática regular dos exercícios ginásticos era uma realidade quase exclusiva das instituições militares. Ela foi estendida ao meio civil e, por conseguinte, às escolas, a partir da revelação de seu caráter científico, de sua afirmação como parte significativa dos novos códigos de civilidade postos em circulação

³ Entendemos por práticas corporais um conjunto de manifestações corporais, práticas físicas, realizadas com fins diversos, institucionalizadas ou não, e que podem ser resumidas em ginásticas, esportes, danças, jogos e lutas.

e de sua importância enquanto componente educativo. Esse foi um processo que percorreu todo o período oitocentista na Europa.

No Brasil, os exercícios ginásticos também faziam parte do treinamento fornecido pelo Exército e pela Marinha Imperial. Nesse meio, a prática regular da ginástica tinha como objetivos desenvolver as qualidades físicas – força, destreza e resistência – e os valores morais do soldado: coragem, caráter e hierarquia, preparando-o para o exercício das funções militares, principalmente para o combate. Do mesmo modo que nos países europeus, muito por sua influência em nossa cultura, a ginástica passaria a ser considerada em terras brasileiras como uma atividade relevante à educação civil, a partir de sua identificação com o discurso científico, principalmente aquele produzido pelos médicos.

Na vertente de um projeto médico-higienista, os médicos brasileiros, ao longo do século XIX, realizaram a defesa da ginástica, considerada como um meio de controle social, de formação moral e disciplinar, de regeneração/aperfeiçoamento da raça, de construção/inculcação de um sentimento de identidade nacional, de desenvolvimento e aprimoramento do físico e da saúde. De acordo com Carmen Lúcia Soares (2001, p. 52), a ginástica era defendida a partir das finalidades de “regenerar a raça, promover a saúde, desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver e, finalmente, desenvolver a moral”.

Era comum, no jornal *O Pharol*, a presença de notícias e anúncios de colégios. Em alguns deles, era ressaltada a presença da ginástica e sua importância para a saúde. Em 1910, por exemplo, localizamos uma referência a Escola Dona Maria do Carmo Menezes, instituição que havia investido na compra de materiais e equipamentos para a prática da ginástica. A escola, fundada pelo médico Eduardo de Menezes, tinha como finalidade especial desenvolver um trabalho profilático com relação à tuberculose.

Já se acham installados na Escola aparelhos de gymnastica, que farão della uma cousa inegualavel no Estado, mesmo em estabelecimentos officiaes. Assim, vimos, ali ante-hontem, os seguintes aparelhos: três barras fixas, três barras paralelas, três cavallos, uma batuta de molas, quatro batutas pequenas, cinco colchões para lutas, uma amarração de duas mesas, dois pares de estantes para pular, argolas, trapézios, cordas, duas escadas grandes, duas collocadas na parede com movimento automático; alteres de 5 até 100kilos, medidor de altura; um passo gigante, 100 garrafas de madeira, 100 ferros, 100 alteres pequenos, para exercícios flexíveis; quatro cadeiras para pyramides, tres obstáculos para corrida, um jogo para lança, uma gangorra: diversos aparelhos de natção, dois bancos para gymnastica sueca, varas para pulso de altura, um cavallete para equilíbrio e muitos outros diversos aparelhos (*O Pharol*, 12 ago. 1910, p. 1).

Como afirmamos anteriormente, a ginástica era defendida pelos médicos por seu caráter científico, racional, metódico e disciplinador. Mas outra vertente dos exercícios ginásticos também estava presente no jornal *O Pharol*. Falamos da ginástica

dos circos, instituições que frequentemente se apresentavam com sucesso em Juiz de Fora, como revela a leitura desse periódico.

Um dos aspectos mais comentados nas apresentações dos circos era o exímio trabalho corporal apresentado pelos artistas: as acrobacias no ar, os números de equilíbrio, os saltos, a flexibilidade, o risco, a beleza dos gestos e a estética dos corpos torneados exibidos na malha colante.

Effectuou-se no dia 20, o beneficio do Sr. Pery, director da compahia Luzo-Brazileira [...] Uma novidade da noite foi o duble salto mortal, executado pelo Sr. Paraná que é o primeiro artista brasileiro por quem vimos fazer semelhante trabalho (*O Pharol*, 24 set. 1982, p. 2).

Carmen Soares (1998) demonstra que a ginástica teve como fontes inspiradoras os movimentos de acrobatas e funâmbulos. Todavia, a partir da influência do discurso científico sobre o corpo e o exercício, tais movimentos passaram a ser criticados como nocivos à saúde e à moral.

A ginástica, então, passa a ser apresentada como produto acabado e comprovadamente científico. Radicaliza, no universo das práticas corporais existentes, a visão de ciência como atividade humana capaz de controlar, experimentar, comparar e generalizar as ações de indivíduos, grupos e classes. [...] A ginástica científica se apresenta como contraponto aos usos do corpo como entretenimento, como simples espetáculo, pois trazia como princípio a utilidade de gestos e a economia de energia (Soares, 1998, p. 23).

É interessante pensar nas relações estabelecidas entre a ginástica praticada nos circos e aquela defendida pelos médicos em Juiz de Fora. De um lado, o discurso científico e racional em favor da saúde. De outro, os perigos e os *exageros* dos movimentos e das articulações. De certa forma, isso se resolvia quando os próprios médicos argumentavam que aquela ginástica circense era espetáculo-diversão. Já na escola, a ginástica possuía o sentido do trabalho; portanto, deveria ser metódica e útil.

Em 1910, *O Pharol* registrou a fundação do Clube Ginástico de Juiz de Fora, instituição importante, que desenvolveu, na cidade, a ginástica fora das escolas, para todas as idades:

Fundou-se, nesta cidade, em 10 de agosto de 1910, o Turnerschaft Club Gymnastico de Juiz de Fora, tendo por fim o desenvolvimento de forças corporaes e a destreza e a fortalecer a saúde de seus associados por meio de exercícios gymnasticos regulares e disciplinados, excitando assim também suas qualidades moraes como sejam circumspecção e coragem, dando ensejo aos seus associados para cultivar e fortificar o ardor da gymnastica (*O Pharol*, 12 ago. 1910, p. 1).

Se a ginástica racional e científica manteve relações estreitas com a ambiência moderna, outra prática corporal, o esporte, também apresentou conexões importantes com aquele cenário e, talvez até mais do que a ginástica, articulou-se com o ideário inovador da modernidade em sua perspectiva de desafio, disputa, velocidade, comparação de resultados, exposição do corpo e prazer:

A prática esportiva estava diretamente articulada com os sentidos e significados de um novo *modus vivendi* que incluía o desafio, o movimento, a exposição corporal, a velocidade, a busca do prazer e da excitação, a crença na ciência e no progresso, a idéia de multidão, a formação de uma cultura urbana que também dialoga com o gosto das camadas médias e populares (Melo, 2006, p. 202).

Victor Melo (2001) afirma que, além de afirmar-se enquanto uma prática física, o esporte promove um espetáculo de corpos, gestos, formas e vozes que leva milhares de pessoas aos estádios, às praças, às ruas, aos hipódromos e às regatas, pelo prazer de assistir, de torcer e dedivertir-se.

Outra prática esportiva então desenvolvida em Juiz de Fora era a corrida. As corridas a pé gozavam de prestígio no Rio de Janeiro ao final do século XIX. Eram realizadas provas em agremiações como o *Club Athletico Brasileiro* e a *Real Sociedade Club Gymnastico Portuguez*. Alguns desses clubes começaram a organizar também provas de ciclismo. Em 1885, por exemplo, “o Sport Club Villa Izabel anunciava grandes corridas a pé e em velocípedes em seu prado”. (Schetino, 2007, p. 140)

Em 1886, o *Pharol* noticiou a iniciativa de alunos de um colégio de Juiz de Fora, o São Salvador, de fundar o *Club Atletico São Salvador*. Era um clube de corridas a pé, criado com o objetivo de realizar provas abertas à população juizforana. O clube organizou quatro corridas no ano de 1886, nos meses de março, abril, maio e agosto. Todas as provas foram noticiadas pelo jornal que, por meio do seu editor, fez comentários elogiosos às corridas.

É interessante notar a fundação do clube, pelos estudantes, dentro de um espaço escolar. Só mais recentemente as pesquisas no campo da História da Educação Física trataram da presença do esporte nas escolas brasileiras do século XIX. Até recentemente, concebíamos que a ginástica era o único conteúdo desenvolvido nessas instituições. A informação sobre o *Club Atlético São Salvador* afirma a importância do esporte no Brasil do fim do século XIX, bem como nos leva a refletir sobre os efeitos que esse saber desenvolveu na cultura escolar.

As corridas também foram organizadas em Juiz de Fora na perspectiva de um espetáculo para a população. Em agosto de 1886, exibiu-se na cidade a *Família Bargossi*, de origem italiana, cujo destaque era o corredor Achille Bargossi, conhecido na Europa como o *Homem Locomotiva*. Bargossi se apresentou em diversos países da Europa e da América do Sul, sempre desafiando outros corredores e até animais. Treinou sua mulher para provar a eficiência do seu método, que buscou introduzir no exército italiano⁴. Após

⁴ Para maiores informações, ver biografia de Achille Bargossi. Disponível em: <www.fidal.it/files/bargossi.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

sua morte, sua mulher e seu filho continuaram percorrendo o mundo e promovendo espetáculos de corrida, como o apresentado em Juiz de Fora. A exibição ocorreu no *Hotel Renaissance*, onde foi construído um jardim para possibilitar a apresentação da corrida. O hotel localizava-se no Largo da Estação, uma das regiões mais movimentadas de Juiz de Fora à época. O espetáculo contou ainda com banda de música, e o público poderia desafiar Madame Bargossi para um duelo nas provas de corrida.

Se a velocidade proporcionada pelas corridas a pé e o desafio e a competição desenvolvida nas provas e nas exibições chamaram a atenção dos juizforanos, também o ciclismo se constituiu como atividade esportiva desenvolvida na cidade.

Segundo Eugene Weber (op. cit.), criados por volta de 1863, os velocípedes foram uma atração que atendeu aos anseios das elites: distinção, *status* e diversão. Os irmãos Pierre e Ernest Michaud ficaram conhecidos no mundo todo pela invenção. Com o passar dos anos, os velocípedes foram sendo modificados e se transformaram nas bicicletas.

De acordo com Victor Melo (2006), no início do século XX, a bicicleta já tinha se tornado um popular meio de lazer e transporte, e as primeiras competições também já eram organizadas.

Um dos motivos que explicam a ascensão e a popularidade do esporte nos finais do século XIX e no início do XX é a sua capacidade de permitir novas vivências e experiências. No caso do ciclismo, podemos pensar no impacto causado pela velocidade, pela sensação de romper o ar e na liberdade alcançada pela possibilidade de deslocar-se pelas próprias forças.

Considerado naquele momento como “moderníssimo gênero de sport”, o ciclismo passou a fazer parte das diversões que cresciam em importância para o público das cidades, em especial para as elites, que se tornaram amadoras desse “interessante gênero de sport”, considerado uma das “diversões mais finas, mais elegantes e mais úteis. (Rodrigues, 2006, p.107, autoria dos grifos?).

O jornal *O Pharol* noticiou, em 28/08/1901, a realização de uma corrida de bicicletas no trajeto compreendido entre o bairro Alto dos Passos e a Cervejaria Weiss, localizada no bairro São Pedro. Outra corrida também foi noticiada na edição de 30/08/1901, na página 1.

Se as corridas de bicicletas proporcionavam experiências positivas e emocionantes aos ciclistas e ao público que assistia às corridas, a invenção, também utilizada para o transporte, causava acidentes na cidade: “Sempre os ciclistas. Crianças atropeladas – Ante-ontem em vertiginosa correria, passava um cyclista pela rua Santa Rita, dando ocasião a um lamentável desastre” (*O Pharol*, 13/jun./ 1911, p.1).

O desafio, a demonstração de força e as apostas marcaram outra prática corporal desenvolvida em Juiz de Fora: as lutas. Encontramos, em vários exemplares do *Pharol*, anúncios de lutas que aconteciam na cidade, sempre na especialidade luta romana. Os eventos aconteciam nos circos, como parte do programa, e também em locais específicos e improvisados, como o *Pavilhão Hespagnol*. O espetáculo consistia de uma

destemida luta entre um homem e uma junta de bois. Para complementar o espetáculo, uma banda de música italiana tocava um vasto repertório.

Em maio de 1882, *O Pharol* apresentou diversos anúncios e relatos sobre um exímio lutador que estava de passagem por Juiz de Fora. Tratava-se de Máximo Rodrigues — para o jornal, “um verdadeiro Hércules”. Ele promoveu espetáculos de lutas contra adversários humanos e contra animais:

Realizou-se no dia 25 a luta anunciada, contra uma junta de bois. Apesar da força dos animais, apesar mesmo de terem sido aguilhoados com vontade, só conseguirão partir o cambão que prende á canga: o Hercules ficou imovel! (*O Pharol*, 28/maio/1882, p.1).

O “Hércules” ainda utilizava periódico como meio de desafiar adversários e chamar a atenção dos leitores para o espetáculo:

Lutador – O abaixo assignado, sciente da proposta do Sr. Angelo Fariña, para a luta romana, declara ao mesmo senhor, que está prompto a acceital-a e nas condições precisas, podendo ter luta sabbado próximo. Antes não é possível, visto como na quinta-feira tem de fazer diversos exercícios, entre elles a luta contra os bois, que demandão grande força. Póde o Sr. Fariña entender-se pessoalmente com o abaixo assignado. Maximo Rodriguez (*O Pharol*, 23/maio/1882, p.2).

As lutas, com o passar dos anos, desapareceram das páginas do jornal. Elas foram noticiadas e comentadas no *Pharol* entre 1876 e 1885, não sendo encontradas mais notícias nos anos posteriores. Marilita Rodrigues (op. cit.) estudou as práticas corporais em Belo Horizonte e afirma que, na cidade, as lutas romanas deram lugar ao boxe. Em Juiz de Fora, até o ano de 1915, localizamos apenas duas notícias no *Pharol* sobre o boxe, ambas anunciando um combate realizado em dezembro de 1914 entre o campeão mineiro e um italiano.

Box – Realiza se hoje, á 1 ½ da tarde no cinema Pharol, o “match” de box entre Francisco Anelli campeão italiano (desafiante) e José Fontes. Campeão mineiro (desafiado) [...] Antes do box haverá exhibições cinematographicas. (*O Pharol*, 27/dez./1914, p.4)

O futebol, prática esportiva que goza hodiernamente de muitos adeptos no mundo, também apareceu nas páginas do *Pharol*. A história deste esporte no Brasil é ainda farta em controvérsias e embates, talvez pela importância que o futebol assumiu em nossa cultura. As pessoas mais próximas ao esporte reconhecem Charles Miller como o *pai do futebol brasileiro*, aquele que, ao retornar da Inglaterra, em 1894, após estudos, chegou a São Paulo com duas bolas de futebol, dois jogos completos de uniformes, uma bomba de ar e uma agulha. Menos conhecido, mas figura também sempre lembrada, é

Oscar Cox, carioca que estudou na Suíça, cuja iniciativa possibilitou a introdução do futebol no Rio de Janeiro (SantosNeto, 2002).

É evidente que Charles Muller e Oscar Cox foram importantes na história do Brasil, mas determinados estudos sobre o tema cristalizaram esses nomes e o ano de 1894 como verdades absolutas. Analisemos o assunto a partir do texto de João Máximo (1999, p.181):

Esqueçamos os nascimentos não documentados [...] o primeiro *match* em terra brasileira promovido por Charles Miller – com uma daquelas bolas, num terreno baldio da várzea do Carmo, entre as ruas Santa Rosa e do Gasômetro – na manhã de domingo, 14 de abril de 1895.

A perspectiva histórica que adotamos em nosso trabalho nos impede de esquecer os demais possíveis nascimentos do futebol em terras brasileiras. E muito nos importam as pistas, os indícios e os vestígios de práticas desse esporte anteriores a Charles Muller e Oscar Cox. Mas nossa análise não se volta para perseguir as origens do futebol brasileiro; é importante frisar esta afirmação, pois em Juiz de Fora convivemos com a ideia de que o Colégio Granbery teria sido palco da primeira partida do esporte, no ano de 1893:

Inaugurou Foot-ball and Tennis. O primeiro field Day realizou-se em 24 de junho de 1893, com saltos, corridas, indianclubs, tennis, football entre gregos e troianos. Essa frase está no primeiro livro de Atas do Granbery. O que era aparentemente uma afirmação simples de nosso primeiro reitor, John McPhearson Lander, ganha destaque, se lembrarmos que o primeiro jogo de futebol no Brasil foi realizado em 15 de abril de 1895 entre funcionários de empresas inglesas que atuavam em São Paulo. Significaria arriscar dizer que, com base nos documentos históricos preservados até hoje, a primeira partida de futebol no Brasil ocorreu na verdade aqui no Granbery, em 1893 (*O Granberiense*, ano 76, n. 1, abr. 2007).

Não localizamos no *Pharol* comentários ou notícias a respeito do futebol em Juiz de Fora antes dos primeiros anos do século XX. Em 27/11/1904, uma nota destacava a fundação do *Athletic Club Juiz de Fora*, clube que organizava jogos para seus associados num terreno de propriedade de Manoel Honório de Campos.

Em 12 de março de 1905, o jornal noticiou a primeira partida realizada pelos sócios do *Athletic Club Juiz de Fora*. No mesmo ano, o *Pharol* deu notícia das partidas que o *Athletic* passou a realizar com outras equipes da cidade, como o Granberyense, time do Colégio Granbery.

Ainda em 1905, localizamos no *Pharol* interessante matéria redigida por autor desconhecido, que assina “L.”:

Esta agora em moda em nossa cidade o *foot-ball*. Dentre os muitos jogos athleticos, affirmam-me que esse é um dos mais encantadores, e um dos mais praticados, actualmente, no *Sport* carioca e paulistano. Toda gente esta farta de saber que esses divertimentos são recommendados pelos higienistas e que eles completam a educação de um gentleman que se preza. Eu prefiro passar o meu domingo de folga com os meus melhores amigos: os livros. Nem por isso, entretanto, deixo de ser o primeiro a reconhecer que o atletismo é um elemento necessário ao desenvolvimento physico do individuo e que o *foot-ball* é um dos muitos meios conhecidos para se quebrar uma perna com entusiasmo e alegria. Mas os moços não se deixam levar por semelhante temor e, aos domingos, já se sabe: tomam, em palreiro bando, o bonde da fabrica e vão ter á Manoel Honório, onde passam deliciosas tardes de folguedo, jogando bola, que ainda é um jogo innocente, pois podiam fazer cousas muito peor se jogasse as cartas a tanto por tento. Outros phantasmas que me fazem fugir a sete léguas do *foot-ball* são os nomes arrevesados com que os *foot-ballers* se entendem. Além dos movimentos ágeis, dos saltos, das piruetas que devem empregar os que exercitam esse *sport*, tem de pôr em acção também a gymnastica da língua para pronunciar os difíceis nomes dos que tomam parte no *match* [...]. Divirtam-se, rapazes, e deixem-me, a mim, com o meu sossego, o meu viver sosinho, o meu anacorethismo e os meus livros adorados, esses que me querem tanto, e que me distraem, e que me educação e que me instruem. (*O Pharol*, 01/ago./1905).

O autor fala sobre o futebol como uma moda que havia chegado a Juiz de Fora, um dos jogos atléticos mais praticados no Rio de Janeiro e em São Paulo. As práticas corporais estavam em moda nesse momento histórico, e o futebol começava sua trajetória de sucesso entre os brasileiros.

L. diz compreender a validade do futebol como elemento da educação do *gentleman* e como lazer recomendado pelos médicos; ou seja, notamos aqui que esporte e saúde aparecem atrelados, o que, sem dúvida, ajuda a explicar a difusão das práticas esportivas em terras brasileiras.

Interessante ainda notar no depoimento as representações que acompanharam durante tempos o futebol, como sua dimensão perigosa e violenta, “um dos muitos meios conhecidos para se quebrar uma perna com entusiasmo e alegria”. Na época, antes o futebol, uma prática saudável, ainda que perigosa à saúde, do que o perigo e a imoralidade do vício dos jogos de cartas. Juiz de Fora começava a receber equipes de fora da cidade para as disputas do futebol. Em 24/11/1907, localizamos a notícia de que o Granberyense havia convidado um time de Barbacena para um jogo. A equipe *Dr. Cunha Foot-ball Club* ficaria hospedada num dos principais hotéis da cidade, custeada pelo Granbery, e os jogadores seriam recebidos na estação pela banda de música do

colégio. A notícia revela ainda que a partida seria realizada num *ground* ao lado da alfândega, outro local organizado na cidade para a prática do futebol.

Em 28/11/1907, uma extensa matéria detalhou a partida de futebol realizada entre o Granberyense e a equipe de Barbacena. Foi a primeira matéria escrita com tantos detalhes sobre um jogo ocorrido em Juiz de Fora: nome das posições, fundamentos técnicos, táticos, jogadores. Vale ainda perceber a alusão que o jornalista faz ao público que assistia à partida e o seu caráter de disputa/combate, o que denota a faceta do futebol e do esporte em sua dimensão competitiva.

Foot-Ball – [...] As 4 horas e meia, dado o signal pelo referee Sr. Alfredo Guedes, os jogadores tomaram suas respectivas posições e deram principio ao jogo os *fowards* granberyenses, aos quaes coube por sorte o *kick* inicial. O primeiro ataque foi fortíssimo. Os *fowards* de ambos os lados luctavam com denodo e a bola pairava no meio do *ground*. Em dado momento, Orlando Pires, *center-foward* granberyense toma a bola, passa-a para os companheiros e assim, de passe a passe, levam-na até á boca do *goal*, donde é repelida por um enorme strik dado pelo *goal-kepper* Cobuci do Dr. Cunha Foot-ball Club. Uma prolongada salva de palmas coroou a brilhante defesa [...]. Inicia-se o quarto *kick*. Logo no segundo ataque, já mais fraco que os outros, Luiz Gomes avança com a bola para o *goal* inimigo e consegue vasa-lo apesar da resistência hercúlea apresentada pelo *goal-kepper* Cabuci. Dez minutos depois terminava o jogo, entre os aplausos dos espectadores, sahindo o Club Athletico Granbeyense vencedor por quatro goals a um feito pelos barbacenenses (*O Pharol*, 28/nov./1907, p.1).

Outras instituições educativas de Juiz de Fora, além do Colégio Granbery, também começaram a interessar-se pelo futebol e formaram equipes. Esses jogos passaram a ser comuns na cidade a partir de 1913:

Football: Realizou-se ontem à tarde, ground da Academia do Comércio, um match de football entre os clubs "Ordem e Progresso" e " Machado Sobrinho", este do Collégio Lucindo Filho e aquelle do primeiro referido estabelecimento de ensino. (*O Pharol*, 31/maio/1913, p.2).

As notícias sobre o futebol começaram a ser frequentes a partir do final da década de 1900. O futebol tomou conta das notícias que o *Pharol* publicava sobre as práticas corporais. A cidade recebia equipes argentinas para a disputa de jogos, o futebol organizava-se nos bairros que davam nome aos times e eram várias as notícias de fundação de clubes: *New Foot-Ball Club*, *Halley Foot-Ball Club* (1910), *Club Sportivo*, *Tupynambás* (1911), *Tupi Football Club* (1912).

Considerações finais

O presente artigo procurou analisar o desenvolvimento das práticas corporais em Juiz de Fora, entre 1876 e 1915, através do jornal *O Pharol*. Nesse período, a cidade passou por um intenso processo de modernização e, como em outras cidades brasileiras, as práticas corporais começaram a ganhar importância na sociedade da época.

A ginástica e os esportes estiveram presentes nas páginas do *Pharol* entre 1876 e 1915. Incentivadas por médicos, devido a sua relação positiva com a saúde ou ainda por seu caráter espetacular, tais práticas corporais caíram no gosto da população juizforana e passaram a ocupar lugar relevante em seu cotidiano.

A cidade de Juiz de Fora alterou sua face entre 1876 e 1915. Uma nova forma de organização urbana aflorou, e as camadas médias da sociedade fizeram do espaço público da cidade lugar de lazer e entretenimento. E as práticas corporais, junto com as práticas de lazer, ganharam relevância nesse processo. Elas se apresentaram como marcas de um novo *modus vivendi*, articulando-se com este por meio da espetacularização do corpo, da vivência do prazer e da valorização da estética corporal.

Referências bibliográficas

ANDRADE, S. M. B. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; Carioca 11, 1990.

CHRISTO, M. de C. V. *Europa dos pobres – o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

JESUS, G. M. de. Do espaço colonial ao espaço da modernidade: os esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* — Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 45, 1 ago. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-7.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2008.

LESSA, J. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985.

MÁXIMO, J. Memórias do futebol brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, set./dez. 1999.

MELO, V. A. de. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001.

MELO, V. A. de. *Cinema e esporte: diálogos*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2006.
O GRANBERIENSE, Juiz de Fora, ano 76, n.1, abr. 2007.

OLIVEIRA, P. *A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930*. Disponível em: <<http://www.ihgjf.com.br>>. Texto originalmente publicado em 1966. Acesso em: 5 out. 2009.

RODRIGUES, M. A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894–1920)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

SANTOS NETO, J. M. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCHETINO, A. M. Do tour de France ao velódromo nacional: o ciclismo em Paris e no Rio de Janeiro na transição dos séculos XIX e XX. In: MELO, V. A. de (Org.). *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007. p. 137-148.

SOARES, C. L. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOARES, C. L. *Imagens da educação no corpo*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

WEBER, E. J. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CORPO, EDUCAÇÃO E ESTADO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA OBRA EDUCACIONAL DE JOHN LOCKE

Carlos Herold Junior¹

Resumo: Assumindo a relevância de pensarmos a dialética entre Estado e Educação a partir de uma perspectiva histórica, abordamos algumas questões da obra educacional de John Locke. Figura de grande relevância na construção histórica e filosófica do Estado Moderno, o filósofo inglês é um importante apoio para se evidenciar os problemas da vinculação entre a educação/educação corporal e a construção e as contradições do Estado na sociedade moderna.

Palavras-chave: Educação Corporal. Estado Representativo. Capitalismo.

Considerações iniciais

Discutir a dialética entre Estado e educação é uma condição analítica que se tornou possível a partir dos séculos XIV, XV e XVI, devido ao processo de construção dos Estados Nacionais Modernos. Investigar, no interior dessa construção, algumas das novas características que passam a marcar essa instância social é um esforço de grande valor para pensarmos muitos traços sociais, políticos e econômicos que ainda são presentes, em pese às particularidades históricas de cada tempo e espaço. De qualquer modo, a relevância do debate se justifica pela maneira decisiva com que a educação passou a ser concebida na realização das exigências colocadas pelos novos tempos que se abriam.

Neste texto, a intenção é apresentar, sumariamente, algumas ideias para discutirmos a historicidade das relações educação e Estado. Para isso, abordo a importância da obra de John Locke (1632-1794) para a construção não apenas do arcabouço filosófico e político do Estado Moderno, liberal e representativo, mas sua importância no posicionamento das problemáticas atinentes à educação e à educação do corpo nos séculos XVII e XVIII. As aproximações e os afastamentos entre o nosso tempo e o tempo desse filósofo, sinalizam a importância a ser atribuída à reflexão histórica relativa à educação corporal e a sua conexão com as lutas entre projetos societários antagônicos que dão ao Estado a sua complexidade.

Capitalismo e o Estado Moderno.

Marx (1994) considerava o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, ocorrido na Inglaterra, o modelo clássico das transformações que aconteceram em outros países. Pela velocidade e pujança da construção das bases do novo modo de produção, o capitalismo inglês assumiu características que o tornaram palco privilegiado para a análise dos fundamentos e das contradições do capitalismo em si, e de toda a economia política que sobre ele pensou.

Locke participou diretamente desse processo de nascimento de uma nova organização social. Inserindo-se em várias demandas locais da política inglesa, como

¹ Universidade Estadual de Maringá. carlosherold@hotmail.com

diplomata teve a oportunidade de tocar questões concretas que lhe forneceram importantes subsídios para a sua obra.

No que tange ao Estado, Locke publicou seus *Dois Tratados Sobre o Governo Civil* (1689), nos quais fez críticas ao Estado Absolutista, propondo uma nova maneira, por ele avaliada como mais racional ou natural, de se legitimar o poder que materializa existência dos governos. Mais conhecido que o primeiro, o *Segundo Tratado* faz proposições sobre como deveria ser esse Estado. É nele que Locke lança mão de uma reflexão sobre o Estado de Natureza, para evidenciar que o poder a existir no Estado deveria ser muito diferente daquele materializado no *Patriarcha*, para tomarmos o título da obra (1680) de Robert Filmer (1588-1653), o grande alvo das críticas lockeanas no *Primeiro Tratado*. No novo Estado a ser construído, a transferência do poder que todos tinham no Estado de Natureza para proteger os frutos do próprio trabalho, dar-se-ia justificada na utilidade do governo na manutenção da luta individual para o exercício dessa força produtiva. Caso essa força não fosse protegida a contento, seria correta e justificada a tomada do poder para colocar, de fato, o Estado á serviço daqueles que o construíam pelo seu trabalho.

Chama atenção ao lermos a obra política de Locke a grande importância à dimensão inescapavelmente econômica do trabalho, encetando, a partir dela, a dimensão política que se realiza no Estado. Ele a coloca a serviço da manutenção das condições necessárias para que se concretizasse a justa natureza humana de produzir e acumular sem tirar, todavia, o direito, de quem quer que fosse, de fazer o mesmo. Nesse ínterim, é sabido que não era a intenção do filósofo construir uma sociedade igualitária. Mesmo assim, a insistência sobre esse ponto é relevante: sublinhar a igual liberdade providenciada por Deus a todos, seria a grande justificativa para as diferenças sociais e econômicas existentes e que, naturalmente, ampliar-se-iam legitimamente, se o governo fosse construído nas bases corretas. Longe de ser um problema, afirmava-se que esse traço era uma consequência do abandono humano do Estado de Natureza, do ingresso à vida em sociedade, o que implicava, desse modo, a dificuldade e a importância do Estado na diluição dos potenciais conflitos que surgissem por conta desse passo. Ou seja, Locke constrói uma antropologia que tem no Estado um ponto fundamental. Ele explica como deveria funcionar uma sociedade que passava a se assumir como libertadora de amarras vistas como existentes até aquele momento, e que, a partir desse prisma, prendiam os indivíduos a uma autoridade injustificada e geradora dos problemas sociais encetados por esses limites. Nesse ponto vale a pena a lembrança das análises de Arendt (2010). Na *Condição Humana*, ela observa que na era moderna o trabalho foi guindado ao “domínio público”(p.108), a partir da afirmação de que “o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não razão) distingue o homem dos outros animais”(p.106). Para Arendt, Locke tem um papel importante nessa “novidade moderna” de colocar o trabalho produtivo como o ponto nodal da sociedade, um ponto que seria ainda mais explorado por Marx no século XIX. São esses os termos daquilo que Arendt chama de a “vitória do animal laborans”, o que teria tornado não apenas o pensamento, mas o próprio Estado o resultado de um “cálculo de consequências” (p.402).

Corpo e educação em John Locke.

Interessante que nessa construção de seu pensamento político e epistemológico, Locke tenha se ocupado de questões educacionais. Elas surgem não somente como consequências das exigências práticas de quem foi preceptor, mas como resultantes da consideração da educação como fundamental na construção de uma sociedade em que a dimensão política materializada no Estado tornava-se subordinada às exigências instrumentais do trabalho. Ao se ocupar da educação, Locke deu continuidade a uma tradição inaugurada por Platão de não conseguir pensar a política e a filosofia sem passar pelas reflexões educacionais. Entretanto, diferentemente do que aconteciam com os esforços do filósofo grego, na modernidade e em Locke é a *polis* que se subordina ao *oikos*.

Em 1693, Locke publicou *Alguns pensamentos sobre a educação*. As ideias que ali encontramos não eram, originariamente, concebidas para compor uma obra. O filósofo explica que elas se tratavam de cartas envidadas a um amigo, que apenas posteriormente, e por insistência de alguns que as leram para além do destinatário, foram reunidas em único volume. Sobre a publicação dessas anotações, escreveu Locke:

Esse assunto é de tão grande importância, um método educacional correto é de uma utilidade tão geral, que se eu achasse que minhas habilidades fossem tão grandes quanto meus desejos, eu não teria necessitado de exortações ou das importunações dos outros. Entretanto, a mediocridade desses escritos e a minha justa desconfiança que a eles reputo não me impedem, por vergonha de fazer algo tão pequeno, de modestamente contribuir quando nada mais é solicitado, senão entregar minhas ideias ao público. E se houver alguém mais que estiver na mesma condição e julgar que elas mereçam ser publicadas, eu poderei me vangloriar de que estes pensamentos não serão perda de tempo para ninguém (LOCKE, 1996, p.08).

Composta por 215 incisos, *Alguns pensamentos sobre a educação* ocupa-se da educação do *gentleman*, instrumentalizando o jovem a fazer o bom uso da razão para o desenvolvimento de suas forças, a serem empregadas no convívio social para a realização cabal da natureza humana: a produção e ampliação da riqueza. Para tanto, Locke inicia a obra ocupando-se da “nossa cabana de argila” (1996, p.10). O corpo e sua saúde são os alvos iniciais de Locke ao pensar a educação do “jovem cavalheiro”. Isso é feito para justificar a importância da educação naquilo tudo que se tornará o futuro homem:

Quem não conduz sabiamente seu espírito, nunca tomará o caminho correto; aquele cujo corpo é doente e franco nunca será capaz de prosseguir. Eu confesso que há alguns cuja constituição do corpo e do espírito é tão vigorosa e bem formada pela natureza, que não precisam de muita ajuda dos outros. Desde o berço esses são conduzidos pelo privilégio de sua feliz constituição ao que é excelente, sendo capazes de fazer coisas maravilhosas. Entretanto, exemplos desse tipo são raros; e eu

acredito poder dizer que de todos os homens que nós encontramos, nove entre dez são o que são, bons ou maus, úteis ou inúteis, como resultado de sua educação. É a educação que faz a grande diferença entre os homens (LOCKE, 1996, p.10).

Seguem daí muitas recomendações que dizem respeito às roupas, banhos, alimentos, atividades corporais, procedimentos dos pais nas mais variadas situações no trato com os filhos etc. A educação sobre a qual lemos análises nas cartas de Locke, fala dos aspectos corporais, morais e intelectuais da educação do jovem. Nessas ponderações, percebemos a defesa de que uma formação baseada na razão e voltada ao desenvolvimento das forças necessárias para o mundo livre, deveria acontecer no espaço familiar. Quando fala das escolas, Locke não pouca comentários ácidos sobre a corrupção a qual seria exposto o rapaz caso ele as frequentasse. Nessa ótica, o pai que ambicionasse realizar tão importante tarefa de formar corretamente seu filho, deveria mantê-lo à distância de em um lugar avaliado como pleno de vícios e comportamentos incorretos. Não se trata, a respeito disso, da defesa de um isolamento que será lido em Rousseau, um século depois: Locke não quer que se evite o convívio social. Pois, é nesse convívio que os interesses de um “homem de negócio” se concretiza. Locke defendia, isso sim, o afastamento da escola, então existente.

Nesse ínterim, uma das grandes inquietações do filósofo, que concebia a educação como calcada na construção cotidiana de hábitos e valores, é o relacionamento entre o jovem que é educado e os serviços que estão à sua disposição na sua casa, ocupando-se das tarefas domésticas. Ao voltar suas angústias educacionais ao *gentleman*, Locke evidencia que ele o faz sem qualquer inquietação pela educação de alguém não tivesse a “*skholè*” para tal. Por isso, mesmo que fossem indispensáveis, os serviços que conviviam como o futuro homem “útil a si mesmo e ao seu país”, deveriam ser vigiados por serem fontes de vício e corrupção, sem qualquer possibilidade de correção. Esse posicionamento é um indício da posição de Locke: ele não via a educação que propunha como necessária para quem não tivesse riquezas a serem geridas e aumentadas. Essa formação, cuidadosamente pensada e sustentada na saúde do corpo, era um apanágio de quem pudesse bancá-la.

Questões pedagógicas mais “apropriadas” à condição trabalhadora são feitas em outro escrito, intitulado *Ensaio sobre a lei assistencial*, de 1697 (LOCKE, 2007). Nele lemos uma reflexão de grande valor para compreendemos a já mencionada antropologia política de Locke. Ao pensar as diferenças existentes entre ricos e pobres, escreve o filósofo: “O aumento dos pobres deve, portanto, ter uma outra causa, e esta só pode ser o relaxamento da disciplina e a corrupção dos costumes – de um lado, a virtude e a indústria são companheiras constantes, assim como são, de outro, o vício e a ociosidade” (2007, p.228). O que tornava a situação ainda mais complicada, no entender de Locke, era consequência que esses “relaxados” traziam para os “industriosos”: “Se todos os braços fortes da Inglaterra fossem levados a trabalhar, a maior parte do encargo que recai sobre os industriais para o sustento dos pobres cessaria imediatamente” (LOCKE, 2007, p.228). A eles, então, é que se viu nascer o que Marx chamou de *Legislação Sanguinária* (MARX, 1994), tornando-se a grande “pedagogia” voltada aos trabalhadores:

A burguesia revolucionária tratou de desenvolver no indivíduo empreendedor todas as suas forças. Era com essas forças intelectuais, morais e físicas que uma nova sociedade poderia ser construída. Nesse processo de construção, o indivíduo fazia girar em torno de si a pujança social. Nem que essa pujança fosse fruto de esmerada educação corporal para os que iriam gerir posses e negócios e, ao mesmo tempo, do trabalho físico de camponeses e futuros operários, “ensinados” corporalmente pelo calor das brasas. Se a necessidade histórica de homens virtuosos, empreendedores e honestos lançava mão dessa nova educação do físico, para os trabalhadores da nascente manufatura, entretanto, a coação legal, o “princípio da autoridade”, baseado na “penitência” física dos chicotes, amputamentos e do ferro quente, era o que bastava. Afinal, democratizar essas novas idéias a respeito da educação e da educação do corpo faria parte de uma outra luta histórica (HEROLD JUNIOR, p.229).

Considerações finais

Se para Locke a educação tinha um papel muito importante para o Estado, o caminho inverso não faz parte de suas reflexões: para o filósofo a educação é assunto eminentemente privado, sendo um problema a ser resolvido a partir das condições materiais de cada “oikos”. A educação não seria um assunto a ser cuidado pelo Estado. Se a *oikonomia* tornara-se política com o advento do capitalismo, o processo similar ainda não ocorrera à educação no século XVII.

O mesmo pode ser dito da educação corporal: as recomendações que Locke apresenta, mesmo que vistas como importantes à formação de seu jovem, são assumidas como inquietações privadas, daqueles que teriam condições de observarem, atentamente, a forma como a saúde, os hábitos e os esforços musculares pudessem redundar em um homem possuidor de forças morais e intelectuais. Ou seja, uma “educação de corpo inteiro”, necessária a um mundo baseado na liberdade de trabalho.

Esse rápido exercício analítico feito com algumas ponderações a respeito da obra de Locke, sinaliza como relevante o olhar histórico. A historicidade das relações entre educação, educação corporal e Estado, configurando-se em um campo ricamente amplo de pesquisas e reflexões, evidencia que com os séculos XVIII e XIX, menos que a correção ou incorreção das proposições pedagógicas lockeanas, entrará questão a quem elas deveriam ser dirigidas. Justificar a escolarização da sociedade e a criação dos meios materiais e pedagógicos para tanto, fez com que a educação ampliasse seu escopo, para além dos âmbitos individuais e familiares. É nesse ponto que o Estado será chamado a atender novas necessidades.

Referências



- ARENDT, H. *A condição humana*. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- HEROLD JUNIOR, C. Corpo, pensamento educacional e práxis: a "teoria" e a "prática" da Educação Física nos albores da modernidade, *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, n.2, p. 221-230, 2004
- LOCKE, J. *Some thoughts concerning education and Of the conduct of the understanding*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1996.
- LOCKE, J. *Ensaio político*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, K. *O capital- crítica da economia política*. 4. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

**A EDUCAÇÃO CORPORAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: DUAS
POSSIBILIDADES ANALÍTICAS E TEMÁTICAS A PARTIR DO MOVIMENTO ESCOTEIRO.**

Carlos Herold Junior¹

Resumo: Evidencia-se a importância do escotismo para a história da educação corporal no início do século XX. São apresentados dois temas para aprofundamento da pesquisa sobre a história da educação corporal a partir do movimento escoteiro: 1) as críticas à educação formal pela desconsideração das práticas corporais; e 2) o valor das práticas corporais para o fortalecimento/transformação dos tradicionais papéis sociais a serem atribuídos aos meninos e às meninas.

Palavras-chave: educação corporal, movimento escoteiro, Robert Baden-Powell.

Considerações iniciais

O movimento escoteiro surgiu em 1907, na Inglaterra. Fundado por Robert Baden-Powell (1857-1941), o escotismo conheceu grande aceitação nas primeiras décadas do século XX, tendo existência em todos os continentes. Em países de estruturas históricas, culturais, políticas e religiosas muito diferentes entre si, o escotismo foi avaliado como um conjunto de ideias e práticas de grande importância na educação da juventude.

Fazendo coro a um conjunto de análises e críticas dirigidas à educação que então existia, o escotismo posicionava-se como um movimento extra-escolar, defendendo que a educação moral e cívica deveria acontecer de um modo muito diferente daquele que era visto existir nas estruturas educacionais formais: a crítica dava conta de que a educação escolar era demasiadamente intelectualista e secundarizava a dimensão corpórea e prática da educação. Com efeito, defendendo essa plataforma formativa, o escotismo angariou grande quantidade de simpatizantes e praticantes.

Tenho assumido essa importância como norte de pesquisa histórica sobre a educação corporal no início do século XX, com a realização de projetos apoiados por órgãos de fomento desde o ano de 2010: 1) *Corpo, natureza e educação no Estado do Paraná: o movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936)*², realizado entre 2009 e 2013; 2) *Corpo e educação na América do Sul: uma análise comparada da expansão escoteira no Brasil, Argentina e Uruguai (1910-1946)*³, em desenvolvimento desde 2012 até 2015; 3) *Corpo e educação no Estado do Paraná: o movimento escoteiro entre 1915 e 1954*⁴, cujo cronograma de desenvolvimento iniciou-se em 2014 com encerramento em 2016; 4) *Escotismo, atividades corporais e educação entre 1907 e 1942: uma análise comparada entre Brasil e Portugal*⁵.

Neste texto, objetivo colocar em evidência a importância do escotismo para a pesquisa histórica sobre a educação corporal no início do século XX. Para tanto,

¹ Professor Adjunto. Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá. carlosherold@hotmail.com

² Edital CNPQ Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas 02/2010.

³ Edital CNPq Universal 12/2012.

⁴ Edital Fundação Araucária Pesquisa Básica e Aplicada 24/2012.

⁵ Edital UEM Mobilidade Internacional Docente 01/2014.

inicialmente, é apresentado um panorama das questões sociopolíticas e educacionais que sustentaram o nascimento e a expansão do escotismo em todo o mundo durante as primeiras décadas do século XX. No segundo momento, apresento duas problemáticas que tem se mostrado como temas de grande potencial para a reflexão histórica a partir da expansão do movimento escoteiro, todas as duas fortemente relacionadas às questões do corpo e da sua educação na história.

O escotismo como fenômeno da história educacional no início do século XX

A expansão capitalista na virada do século XIX e XX marcou a ampliação da luta entre classes sociais para além dos limites nacionais. Em cada um dos países centrais ao capitalismo, havia a inquietação sobre a possibilidade das conquistas de mercados serem mais amplas que as conquistas feitas pela burguesia do país vizinho. O que também inquietava era o controle das crises internas resultantes dos questionamentos à ordem burguesa e que tocavam os fundamentos societários dessa mesma ordem.

Educacionalmente, essa tensão se manifestou em um grande processo de reflexão, críticas e reordenamentos sobre variadas problemáticas educacionais, tudo com o fito de melhor preparar, educar e formar o cidadão e o trabalhador, responsáveis pelo atendimento das necessidades expansionistas daquele momento. A complexificação das relações sociais evidenciava-se na preocupação de políticos e pensadores que lançavam dois olhares para a civilização construída sob a égide da expansão da segunda revolução industrial: ao mesmo tempo, esse “mundo moderno” seria a grande benesse a ser levada para os países periféricos à exploração capitalista e, igual e contraditoriamente, esse mesmo mundo era visto como aviltante do ponto de vista físico, moral e intelectual. Essa mesma “civilização”, plena de modernidades deformadoras era alvo de crítica em países como França, Alemanha e Inglaterra. Esses mesmos países também se assumiam como “civilizadores”, vendo nisso uma das grandes justificativas ideológicas para o necessário uso da força na hora das guerras coloniais. Dito de outra maneira, as potências capitalistas precisavam expandir a exploração econômica em mercados ainda não conquistados, ao mesmo tempo, em que duvidavam da capacidade realizar essa tarefa pelo “amolecimento” dos hábitos, resultante da “modernidade”. É nesse bojo que discursos como os das proposições escoteiras encontraram grande eco.

Emblemático desse fato é Robert Baden-Powell (1857-1941), fundador do movimento escoteiro, ter sido general do exército inglês alcançar grande notoriedade em seu país devido a sucessos bélicos na África, em um momento em que os soldados ingleses estavam desacreditados quanto à condição de dominarem seus inimigos. Esse descrédito foi muito discutido na Inglaterra e um dos modos como essa discussão mais se manifestou foi na reflexão relativa à incapacidade moral e física da juventude inglesa para assumir obrigações cívicas e econômicas. Isso levantou, de modo muito dramático para a Inglaterra, o medo de por em risco as conquistas até então existentes e, sobretudo, o medo de não conseguir viabilizar a necessária ampliação das mesmas:

...fica clara a defesa de uma pretensa superioridade da “civilização” levada às colônias, mesmo que fosse nelas encontrada o motivo mais fortemente pedagógico para o

contorno dos limites educacionais existentes no interior do “mundo moderno”: a rusticidade de uma vida mais próxima à natureza e, por isso, largamente mais formativa do que a vida caótica dos grandes centros capitalistas. Caos, obliteração e enfraquecimento humanos que, no final das contas, podem ser vistos como características indelévels de uma organização social que assumiu a via imperialista por conta de sua própria crise (HEROLD JUNIOR, 2013. p.173).

Vale a pena considerar que esse medo ou essa dúvida sobre as possibilidades expansionistas que vemos na Inglaterra, também era sentida de maneira muito visível não apenas em outros países com ambições imperialistas. Igualmente, ela assolava países periféricos a essa expansão, como é o caso brasileiro. Desse ponto de vista, o escotismo se colocou como uma proposta educacional que foi recebida e vista como panaceia formativa para realidades com problemas muito diferentes entre si, embora todos conectados pela lógica expansionista do capital. A velocidade com que ocorre essa aceitação é algo a ser considerado. Dados da *World Organization of the Scout Movement*, mostram que o escotismo atingiu muitos países sul-americanos apenas alguns anos após sua criação na Inglaterra: Chile – 1909; Brasil 1910; Peru – 1911; Argentina -1912; Venezuela e Columbia – 1913; Bolívia - 1915, Equador – 1920 e Uruguai - 1946 (SCOUTS, 2012).

No contexto brasileiro o escotismo também teve um grande impacto nas práticas educacionais. Mesmo sendo um movimento educação extra-escolar, na década de 1920 foram variadas as propostas para fazer com que o movimento se tornasse parte das rotinas escolares. Os debates sobre o “escotismo escolar” fizeram muitos intelectuais da educação, políticos e dirigentes escoteiros se posicionarem sobre a valia das práticas do escotismo no interior do processo de escolarização da sociedade brasileira (GABRIEL, 2003).

Possibilidades de aprofundamento sobre a história da educação corporal a partir do escotismo.

As críticas à educação escolar

Um dos pontos que mais tem se destacado nas leituras das fontes primárias e secundárias a respeito do escotismo, são as críticas, veementes, feitas por proponentes do movimento ao mundo escolar que então existia nas primeiras décadas do século XX. A crítica mais comum que lemos dá conta de um descaso das estruturas escolares à educação do corpo, o que estaria levando aquela sociedade a aprofundar seus problemas por causa do “intelectualismo escolar” (HEROLD JUNIOR e VAZ, 2012). Baden-Powell (1929), sobre isso, é eloquente:

Talvez, a educação de uma ou duas décadas atrás – da qual hoje vemos os resultados – tendeu muito à realização escolástica e muito pouco a ser uma preparação para a vida. É a educação para vida que é necessária, desde que realizações escolásticas

ajudam apenas um pouco, enquanto a vida tem de ser vivida por cada indivíduo que nasce no mundo. A educação ainda tende a preparar os meninos e as meninas (BADEN-POWELL, 1929, p.7).

Analisar o mundo escolar dessa forma dava ao escotismo a condição de se colocar como uma alternativa baseada no corpo. Se mudar a escola era uma missão muito difícil, complementá-la era mais realizável. Nesse sentido, não só os proponentes, mas muitos dos divulgadores do escotismo, embora insistissem em clamar por uma mudança no funcionamento da escola, defendiam que o escotismo seria, de forma mais imediata, uma solução para o problema da escolar de não trazer para si o potencial educativo das práticas corporais. No Brasil, no ano de 1935, Gabriel Skinner afirmava que a proposta de Baden-Powell era a “consustanciação da pedagogia moderna” (SKINNER, 1935, p.40) por considerar, atentamente, o corpo. Skinner complementa seu pensamento dizendo o seguinte:

Temos, por isso, “um meio educativo inteiramente novo”, de vez que, aqui se afirmam de maneira a mais positiva todas as qualidades que devem ornar o indivíduo integralmente educado pelo desenvolvimento sistematizado: - a) – Do caráter[...] b- Da saúde, por meio da: vida ao ar livre {não praticando só exercícios físicos}, consciência da sua própria responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento físico, prática de higiene e educação da Saúde; c)- Da inteligência...(SKINNER, 1935, p. 40).

De um modo muito interessante, notamos que o escotismo se via como um movimento formativo realizador de uma educação baseada no corpo. Isso era assumido como condição para realizar a educação moral e intelectual, ou seja, era o escotismo que poderia concretizar as grandes ênfases formativas que o mundo escolar, equivocadamente, tentava executar, apenas, por meios “intelectualistas”.

O corpo dos meninos e o corpo das meninas: tensões na educação corporal escoteira no início do século XX

Sendo um movimento voltado à “construção do caráter” (ROSENTHAL, 1986), o escotismo foi inicialmente pensado para fomentar uma virilidade avaliada como hesitante e desvalorizada pelo “mundo moderno”. Inserido em um conjunto de grandes transformações sociais, de questionamentos e de ambição por mudanças nos tradicionais papéis sociais da masculinidade e da feminilidade, o escotismo e a ênfase que buscava dar às atividades corporais geraram enfrentamentos sobre a permanência e ruptura nos padrões educativos de gênero no início do século XX. Se o escotismo foi criado em 1907, em 1910 assistiu-se ao surgimento do bandeirantismo (Guiding), ramo feminino do movimento escoteiro. Esse processo de criação e diferenciação de movimentos, ao mesmo tempo, muito próximos e distantes entre si, mostra-se como um campo de estudo de grande valor. Com ele pode-se pensar o papel do corpo e das atividades corporais no processo construção e questionamento aos papéis e expectativas, com os quais se formaram meninos e meninas no início do século XX. Essa

relevância levou Proctor (2002) a afirmar que o escotismo e o bandeirantismo evidenciam a necessidade de captarmos a dialética entre “boyhood” e “girlhood”(p.12) como constitutiva das possibilidades para a reflexão sobre as causas da grande aceitação que teve o movimento, em termos mundiais.

Proctor (2009) sublinha que a criação do *Girl Guiding* deu-se por insistência das meninas, que almejavam praticar as mesmas atividades feitas pelos meninos. Contando com um número crescente de simpatizantes e praticantes no início do século XIX, as atividades esportivas e de lazer geraram muitos dos debates ocorridos no interior do escotismo, com o fito de adaptar o “esquema de Baden-Powell” às meninas. Além disso, elas puseram em relevo a capacidade das práticas corporais agregarem discursos sobre o matrimônio, a maternidade, a virilidade, enfim, sobre variáveis importantes na definição dos espaços a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade. Constatamos esse mesmo fenômeno na expansão do bandeirantismo brasileiro. Em 1927, uma defensora do bandeirismo pensou a importância do movimento e a atenção que ele dava ao corpo, da seguinte maneira:

Começando por ser, ella própria, no physico e no moral, um bello especimen de sua raça, um especimen sadio e forte, e educando mais tarde neste sentido, os que lhe forem confiados, serve ao seu paiz inspirada pelo mais bello patriotismo, pois trabalha dia a dia na obra de sua construcção e de sua grandeza, formando verdadeiros brasileiros, homens de bem, cidadãos uteis á Patria! (apud HEROLD JUNIOR e VAZ, 2013, p.923)

Verifica-se na criação do *Girl Guiding* o modo com que as atividades corporais foram valorizadas tanto pelos organizadores do movimento quanto pelas meninas que reivindicaram sua prática. Até que ponto essas atividades serviram para criticar ou endossar a tradicional construção histórica dos gêneros é um ponto de pesquisa a ser avançado sobre a história da educação corporal nas primeiras décadas do século XX.

Considerações finais

As duas questões que foram apresentadas neste texto, configuram-se em pontos a serem investigados em suas manifestações nas diferentes regiões brasileiras durante as primeiras décadas do século XX. As pesquisas que tenho feito evidenciam que a materialização das ideias e propostas escoteiras aconteceu em muitas realidades do país, mesmo naquelas as mais afastadas dos grandes centros. Além disso, onde aconteceu, o escotismo gerou uma importante quantidade de documentos tais como fotografias e artigos de jornais e vários outros materiais impressos produzidos pelos próprios grupos, nos quais se evidencia o lugar central que ocupava o corpo e sua educação para a realização das finalidades educacionais propostas pelo movimento. Mesmo que breves, nestas reflexões salientou que ao pensarem o alcance de seus objetivos formativos, proponentes e praticantes do escotismo deram ao corpo grande evidência, a ser mais sistematicamente estudada por historiadores, historiadores da educação e da educação física.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio às pesquisas, recebido do CNPq, Fundação Araucária e UEM.

Referências

BADEN-POWELL, Robert. *Scouting and youth movements*. London: Ernest Benn Limited, 1929.

GABRIEL, Y. C. *Prescrições cívico-morais e a formação do cidadão: um estudo sobre a introdução do escotismo nas escolas públicas de São Paulo (1917-1922)*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. São Paulo, 2003.

HEROLD JUNIOR, C. Crise, imperialismo e a história da educação do corpo no início do século XX: o geral e o específico na proposição escoteira de Robert Baden-Powell (1857-1941). *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 1, p. 165-175, 2013.

HEROLD JUNIOR, C. ; VAZ, A. F. Representações sobre corpo e educação da mulher na expansão do escotismo e do bandeirantismo durante as primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, p. 913-927, 2013.

PROCTOR, T. *Scouting for girls: a century of girl guides and girl scouts*. Santa Barbara: ABC Clio, 2009.

PROCTOR, T. *"On my honour": guides and scouts in interwar Britain*. Philadelphia: Transactions of the American Philosophical Society, 2002.

ROSENTHAL, M. *The character factory: Baden-Powell and the origins of the boy scout movement*. London: Collins, 1986.

SCOUTS. *Some statistics*. Disponível em http://scout.org/en/around_the_world/countries/national_scout_organisations/some_statistics Acesso em 03/06/2012.

A HISTÓRIA DO FUTEBOL: UM SABER A SER ENSINADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Carlos Vinícius de Jesus Borelli¹

Ana Maria Pereira²

Resumo: Esta pesquisa, de cunho bibliográfico exploratório, é um estudo referente à História do Futebol no Mundo e no Brasil, e, considera que este é um dos saberes a ser ensinado nas escolas, sobretudo, nas aulas de Educação Física. Ensinar Futebol no âmbito escolar deve estar para além do aprendizado das técnicas. Há que abordá-lo da perspectiva sistêmica e complexa, enquanto um fenômeno social construído pela humanidade, envolto por fatores políticos, sócio-econômicos, culturais e históricos.

Palavras chave: História do Futebol. Ensino. Educação Física.

INTRODUÇÃO

Estudos históricos tem o objetivo de revelar o que foi construído no passado, o que está sendo realizado no presente, e o que se quer fazer em relação ao futuro de uma área de conhecimento. Esta pesquisa ocupou-se com a História do Futebol, porque se ater ao processo histórico é analisar o Futebol na perspectiva do que ele foi, refletir o que ele tem sido e perspectivar o que pretende ser, em termos de futuro. Os estudos históricos contribuem de modo efetivo com o ensino da Educação Física brasileira, pois eles auxiliam nas análises e nas interpretações de seus processos e evolução ao longo dos tempos. Sendo assim, é necessário resgatar o nascimento do Futebol, bem como, as atividades que influenciaram a gênese deste esporte, para compreendermos como ele está intimamente ligado com a cultura de diferentes civilizações em diferentes períodos históricos.

A História do Futebol é um dos saberes a serem ensinados nas aulas de Educação Física, pois “a história é uma ciência de muito valor, porque tudo e todos têm uma história, uma origem, um processo de formação e uma estrutura de organização” (MURAD, 2012, p.63). A contextualização histórica é uma ferramenta valiosa para o ensino de qualquer conteúdo. O professor pode utilizar-se do processo histórico do conteúdo a ser ensinado, para que o estudante compreenda as transformações do fenômeno investigado ao longo do tempo.

O ensino do futebol nas escolas deve transcender à mera aprendizagem de técnicas e táticas, ou seja, deve abordar a complexidade do fenômeno Futebol, percebendo-o numa dimensão macro, considerando outros fatores, tais como: sociais, econômicos, políticos, bem como, o seu processo histórico. Deste modo, fez-se necessário investigar a sua história, para responder as seguintes questões: Qual a sua gênese? Quais foram seus precursores? Como este esporte chegou ao Brasil?

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a história do Futebol, visto a relevância e o destaque que este esporte possui para o mundo e para o Brasil. Buscou-se também contribuir para o ensino do Futebol nas escolas, visto que a história deste esporte

¹ Graduando em Licenciatura Educação Física -Iniciação Científica Cnpq - Universidade Estadual de Londrina (UEL). vinicius_jb25@hotmail.com

² Professora Doutora - Universidade Estadual de Londrina (UEL). apereira@uel.br

contribui para um ensino, em que considera a formação e a educação do humano em uma perspectiva mais ampliada, efetiva e crítica.

Ensinar o conteúdo Futebol nas aulas de Educação Física sob o paradigma da complexidade e da motricidade é considerar o todo e as partes. Então, ensina-se numa dimensão procedimental as técnicas e os esquemas táticos, mas também, ensina-se numa dimensão conceitual o seu processo histórico, visto a riqueza de relações a serem estabelecidas pelo estudante ao compreender o desenvolvimento deste esporte como fenômeno social culturalmente construído.

A presente pesquisa de caráter qualitativo em educação, nomeadamente, em Educação Física, teve como metodologia a revisão bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas, sendo elas: a escolha do tema; a elaboração do plano de trabalho; a identificação; a localização; a compilação; o fichamento; a análise e interpretação; e por fim, a redação. Analisou-se os textos e contextos dos diferentes materiais, já produzidos, que tratam do tema em questão, para a síntese apresentada a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Dos rituais de guerra na China à institucionalização na Inglaterra

Os jogos com bolas estiveram presentes em diferentes civilizações, entre elas: a China, o Japão, a Grécia, a França, a Itália e a Inglaterra (UNZELTE, 2002). Apresentaremos a seguir, algumas semelhanças dos jogos com bolas praticados nestes países e aquilo que denominamos de Futebol contemporâneo, bem como, o porquê cada um deles são considerados jogos precursores do Futebol.

Na China, entre 3.000 e 2.500 a. C. encontra-se as primeiras manifestações que sugerem o que viria se tornar mais tarde o Futebol:

Durante a dinastia do imperador chinês Huang-ti, era costume chutar crânios de inimigos derrotados. Indícios arqueológicos dessa prática também foram encontrados entre arianos nômades, tártaros, na antiga Pérsia e na África Ocidental. O futebol dos chineses de Huang-ti, no entanto, se aproximava ainda mais do nosso, porque os crânios – depois substituídos por bolas de couros nos exércitos militares – deveriam ser lançados pelos soldados com os pés para além de duas estacas cravadas no chão. Teriam sido essas as primeiras traves da história (UNZELTE, 2002, p. 09).

Esta ação descrita anteriormente era um ritual de guerra. Após os combates entre as tribos, os vencedores utilizavam como bola 07 (sete) cabeças dos derrotados, 01 (uma) do chefe e outras 06 (seis) dos guerreiros mais habilidosos. Acreditava-se que este ritual fertilizava a terra e melhorava a qualidade dos alimentos (MURAD, 2012).

Descobriu-se, ainda na China, a primeira forma documentada de uma prática parecida com o Futebol. O jogo chamava-se *Tsu-Chu*, que significa “lançar com o pé”

(*tsu*), uma “bola recheada, feita de couro” (*Chu*). Era praticado como treinamento para fins militares, jogado por homens e mulheres. Este jogo:

foi desenvolvido por Yang-Tsé, integrante da guarda do imperador da dinastia Xia, em 2.197 a. C.. Suas regras foram redigidas em um manual de instruções militares. Posteriormente, o *tsu-chu* transformou-se também em passa tempo da nobreza chinesa. Somente 20 séculos depois, já na dinastia Han, a atividade passaria a ser praticada pelas demais classes sociais (UNZELTE, 2002, p. 10).

Há várias semelhanças entre o *Tsu-Chu* e o atual Futebol. Dentre elas destacamos o campo retangular, com 30 metros por 60 metros, sendo 12 (doze) jogadores em cada lado do campo e, também, 02 (duas) estacas de bambu, o que pode-se considerar como traves. O objetivo do jogo era conduzir a bola até aos bambus usando apenas os pés, sendo que a bola não podia cair no chão.

Atualmente, o Futebol contemporâneo apresenta características do antigo *Tsu-Chu*, como a existência de traves, o número de jogadores era parecido, porém atualmente jogam-se com 11 (onze) jogadores em cada time, e o objetivo do jogo é o mesmo, porém com regras diferentes.

No Japão, tem-se referências de jogos considerados como os percurssores do Futebol. Neste país o jogo chamava-se *Kemari*, e diferentemente do *Tsu-Chu* Chinês, o *Kemari* não era jogado por mulheres. Este tipo de Futebol não contava pontos, e não existia nenhum tipo de contato corporal entre os participantes (UNZELTE, 2002).

O *Kemari* foi praticado mais ou menos na mesma época do *Tsu-Chu*, ou seja, 2600 a. C. É praticado ainda hoje, sendo sua prática uma celebração de autoconhecimento e autocontrole preparatório para a disciplina e à concentração necessária nas escolas do Japão. “O *Kemari* é um jogo de extrema delicadeza e plasticidade, a marcação do ritmo é feita por melodias típicas do folclore japonês” (MURAD, 2012, p.66).

Na Grécia, deparamos com um jogo parecido com o Futebol, ele se chamava *Epyskiros*. Praticado no século I a. C. em um campo retangular, o jogo variava de 9 a 15 jogadores de cada lado. Os jogadores deveriam arremessar a bola para as metas, que estavam localizadas ao fundo de cada lado, sendo que a bola era feita de bexiga de boi e recheada com ar e areia. (UNZELTE, 2002).

Em Roma, a influência era da cultura Grega. No âmbito dos jogos com bolas, a existência do *Epyskiros* desencadeou a criação do *Harpastum*. O *Harpastum* foi praticado por volta de 200 a. C. no império Romano. Há referências claras a esse tipo de jogo em uma carta de Sidonius Apollinaris, bispo de Clermont, entre 469 e 485 d. C., ele era um estudioso do Império Romano. Tanto o *Epyskiros* como o *Harpastum* era jogado com extrema elegância e disciplina, sendo disputados quase exclusivamente pela nobreza da *polis* grega, e pela aristocracia do Império Romano (MURAD, 2012).

O jogo era disputado por gente do povo, nas festas em homenagem a Baco, o Deus do vinho, sendo que nestas ocasiões o jogo tinha tendência a ser mais livre e mais bonito, porém poderia ser mais vigoroso e violento (MURAD, 2012).

Na América, destaca-se a civilização Maia, que habitou entre 900 e 200 a. C. na península de *Yucatán*, atual México. Eles praticavam um jogo anualmente com as mãos e com os pés.

O objetivo era arremessar uma bola de borracha maciça nos furos circulares localizados no meio de seis placas de pedras quadradas. No centro das duas linhas de fundo, havia dois templos elevados, onde o atirador-mestre da equipe perdedora era sacrificado. Seus restos mortais eram atirados a jaguares e a serpentes (UNZELTE, 2002, p. 13).

Segundo Murad (2012) há relatos destes jogos disputados também na América do norte e Central por volta de 1500 a. C. Este jogo chamava-se *Tlachtli* simbolizava a guerra entre o dia e a noite, entre a luz e a escuridão. Ao final dos jogos, os derrotados eram decapitados.

Dos povos indígenas que habitavam na América do Sul, inclusive o Brasil, eram disputados os jogos *Matanaríti*, por volta de 1000 anos a. C.. A bola era de borracha feita das mangabeiras, os jogadores utilizavam pés, pernas, costas e nádegas e frequentemente cabeçadas. O sentido do jogo era educacional, tendo em vista que uma das regras principais era o respeito pelo jogo e pelos demais.

Na Itália, quando o assunto é Futebol, tem destaque no contexto histórico o *Calcio*. Para Murad (2012), o *Calcio* surgiu, no século XIV, em Florença, tendo como campo a superfície congelada do rio Arno, porque a bola deslizava mais facilmente, porém era mais difícil manter o equilíbrio. Estas condições de jogo exigiam dos jogadores maior habilidade corporal, sendo sua prática elegante e coreografada.

O *Calcio* passou a ser disputado nas ruas e ficou bem mais competitivo e menos controlado por regras e normas. O número de jogadores aumentou e as partidas eram bem aguerridas, dentro e fora dos campos (MURAD, 2012).

A mais famosa partida de *Calcio* foi realizada na cidade de Florença, em 17 de fevereiro de 1529. A cidade se encontrava sob o cerco de tropas do príncipe de Orange e outras facções políticas rivais, que lideradas por Seglio Antinori e Dante Cantiglione resolveram disputar um jogo de bola para resolverem suas divergências. Todavia, “com vinte e sete jogadores de cada lado, as duas equipes, uma uniformizada de verde e a outra de branco, enfrentaram-se violentamente durante horas pelas ruas, tentando levar a bola para além dos portões da cidade” (UNZELTE, 2002, p. 15).

No ano de 1580, Giovanni Di Bardi estabeleceu regras para o *Calcio*, que passou a ter 10 juízes com o intuito de impedir a brutalidade do jogo. A bola podia ser impulsionada utilizando os pés e as mãos e o objetivo do jogo era introduzir a bola dentro de uma barraca armada no fundo do campo (UNZELTE, 2002).

Na Inglaterra, os ingleses possuem forte relação cultural com o Futebol, sendo frequentemente considerado o país que instituiu-o enquanto esporte. Segundo Oliveira et. al. (2011), o futebol não foi criado pelos ingleses, pois é fruto da evolução histórica de inúmeros jogos com bolas, que foi praticado por diferentes civilizações e em diferentes épocas da história, e “em determinado momento foi alvo de um processo de institucionalização tornando-se um dos pilares do esporte moderno” (p. 20).

De acordo com Duning (2003), citado por Oliveira et. al. (2011), o Futebol e o Rúgbi modernos são descendentes de diferentes jogos populares com nomes variados e praticados em diversos países da Europa. Eram disputados nas ruas e em campos abertos, variando o números de jogadores, que poderiam chegar a cerca de mil, não havendo regras formais, sendo elas, próprias de cada lugar.

Na Inglaterra, o Futebol foi durante muito tempo disputado apenas em festejos anuais. Aos poucos foi se disseminando principalmente nas cidades de Chester e Kingston. No século XVI o jogo cresceu em termos de violência, necessitando que fosse impregadas regras para o seu controle. No século XVIII, cerca de mil pessoas, 500 de cada lado percorreram as ruas de Chester com o objetivo de levar a bola até um dos dois portões das cidade (UNZELTE, 2002).

Antes de sua universalização, o Futebol teve suas aproximações com a educação e “em 1710, as escolas inglesas Covent Garden, Strand e Flee Street passaram a adotá-lo como atividade física” (UNZELTE, 2002, p. 19). O autor explica que o pedagogo Richard Mulcaster foi o primeiro a compreender o valor educativo do jogo. Richard era diretor dos colégios de Merchant Taylors e St. Pauls e observou que diminuindo o número de jogadores e inserindo um árbitro para fazer cumprir os critérios adotados, o Futebol poderia contribuir na formação dos jovens.

O jogo deixou de ser disputado nas ruas e passou a ser praticado em terrenos baldios e o principal problema era a uniformização das regras, pois os colégios divergiam entre as regras. Então:

A partir de 1823, com a maciça adesão dos colégios públicos, duas escolas de jogo ganham destaque: uma representada pelos colégios Charterhouse, Westminster, Eton, Harrow, Oxford e Winchester, usava somente os pés. A outra, da qual faziam parte os colégios Cheltenham, Shrewsbury e Rugby, utilizavam mãos e pés. O *football*, o *rugby*, e também uma forma unificada dos dois esportes, chamada *footballrugby*, passaram então a ser atividades obrigatórias nas escolas inglesas (UNZELTE, 2002,p. 18).

As regras do Futebol só vieram a ser sistematizadas em 26 de outubro de 1863, por meio representantes de clubes e escolas, sendo instauradas no dia 01 (um) de dezembro. “Em 08 (oito) de dezembro o futebol foi separado do rugby” (UNZELTE, 2002, p.19). Considera-se que o Futebol foi institucionalizado enquanto esporte na Inglaterra. A ligação dos ingleses com os jogos com bolas é antiga, sendo o primeiro registro de uma partida oficial em 1175, “quando habitantes de várias cidades inglesas saíam às ruas para chutar uma bola de couro, com o objetivo de comemorar a expulsão dos dinamarqueses, de suas terras” (UNZELTE, 2002, p. 17). O referido autor elucida que a Copa da Inglaterra é o torneio de Futebol mais antigo do mundo, disputado pela primeira vez em 1871. No ano de 1872, foi disputada a primeira partida internacional da história entre Inglaterra e Escócia, o resultado foi zero a zero.

Observa-se, a partir deste resgate histórico, que vários povos/nações praticaram jogos com características que lembram o atual Futebol. Estes jogos podem ter

influenciado no nascimento deste esporte, que foi sistematizado, organizado, regrado e, por fim, institucionalizado na Inglaterra.

Origens do Futebol no Brasil

Para entendermos como o Futebol chegou ao Brasil faz-se necessário compreender como foi a instauração deste esporte moderno, sendo ele “um produto das profundas transformações produzidas pela Revolução Industrial na Inglaterra, na Europa dos séculos XVIII e XIX, com origens sobretudo Inglesa” (BETTI, 2004, p.17).

Os esportes de campo, até o século XVIII, constituíram parte do lazer da aristocracia inglesa. Porém, este panorama foi se modificando no século seguinte, com a proliferação do esporte em outras camadas sociais. A burguesia brasileira tomou emprestado para si alguns algumas formas esportivas rudimentares, no caso, o futebol, bem como, os padrões de comportamento da aristocracia inglesa, em que os atos de violência foram banidos, por meio das regras que foram criadas (BETTI, 2004).

Destaca-se para a introdução e disseminação deste esporte no Brasil o senhor Charles William Miller, filho de um engenheiro escocês, radicado no Brasil, que foi à Inglaterra aos nove anos para completar seus estudos.

Miller conheceu o futebol, que naquele país já fazia parte da rotina da *public schools*, e em 1894 retornou trazendo em sua bagagem dois uniformes, um livro de regras, um par de chuteiras, duas bolas e uma bomba de ar (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 12).

Miller divulgou o esporte no Brasil e organizou a primeira partida oficial de Futebol, entre *São Paulo Athletic Club* e funcionários da *São Paulo Railway Company*, disputada na várzea do Carmo. Miller era vinculado as duas equipes, pois era (sócio da primeira e funcionário da segunda) (FRANCO JÚNIOR, 2007 apud OLIVEIRA et. al., 2011). O autor explica que existe controversias em torno da chegada do futebol no Brasil, pois antes mesmo de Charles William Miller chegar ao Brasil há relatos de que o Futebol já era praticado em colégios confessionais e laicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, deste a década de 1880.

Após a introdução deste esporte no Brasil, a sua disseminação aconteceu de maneira acelerada. Surge os primeiros clubes de futebol em São Paulo, no final do século XIX, organizados pela colônia inglesa ligada às companhias deste país instaladas no Brasil. Logo surge também os clubes brasileiros, inicialmente nas camadas altas da sociedade, e depois nas classes médias (BETTI, 2004). Aos poucos o esporte foi se disseminando entre as classes inferiores, por meio das famosas “peladas”, em que meninos pobres, principalmente negros, que não iam a escola, jogavam Futebol nas ruas (OLIVEIRA, 2011).

No ano de 1901 foi criada a Liga Paulista de Futebol e em 1902 foi realizado o primeiro campeonato. No ano de 1904, na cidade São Paulo, já existiam 72 associações dedicadas ao Futebol. Além de São Paulo, outros clubes de futebol foram criados nas primeiras décadas do século XX em outros estados, especialmente, no Rio de Janeiro (BETTI, 2004).

O Futebol passou por um processo de democratização, em que negros e pobres tentaram buscar seu espaço em meio as ligas organizadas. Estas ligas colocavam empecilhos para tal objetivo, pois almejavam uma “seleção rigorosa”. Então, exigiam atividade amadora, ou seja, os jogadores deveriam ter uma profissão ou posse de uma fortuna, exigiam também a assinatura na súmula, visto que a maioria dos jogadores pobres eram analfabetos. Muitos clubes começaram a contratar professores para alfabetizar os jogadores. Com a crescente popularidade do Futebol no início do século XX, os clubes concentravam interesses financeiros cada vez maiores, e os seus lucros dependiam do desempenho de suas equipes. Todavia, estes clubes começaram a recrutar jogadores de níveis socio economicos inferiores, no qual havia jogadores talentosos, que entendiam o Futebol como uma forma de ascensão social.

O público pagava para ver os jogos, abrindo o caminho para a profissionalismo, que foi implantado em 1933, ano em que acontece também o primeiro campeonato brasileiro de Futebol profissional (BETTI, 2004).

Deste então, o Futebol brasileiro foi se desenvolvendo e ganhando notoriedade internacional. É o único país a disputar todas as copas do mundo, e o único país a conquista-lá cinco vezes, sendo considerado como “o país do futebol”, “comprovando definitivamente que o futebol é parte essencial da identidade cultural do povo brasileiro” (OLIVEIRA et. al., 2001, p. 32).

Diferentes jogos com bolas praticados em diversas civilizações originaram o Futebol moderno. Suas regras e sistematização como esporte moderno aconteceu na Inglaterra. O resgate histórico do Futebol é importante pois defendemos a historização do conteúdo nas aulas de Educação Física no âmbito das escolas.

CONCLUSÃO

O Futebol é o resultado de diversos jogos com bolas de diferentes países e civilizações ao longo da história. Estes jogos trazem elementos/características do Futebol esportivo, como: o uso dos pés, utilização de traves, entre outros. O Futebol só veio a ser instituído como esporte na Inglaterra, especificamente no dia 26 de outubro de 1863, por meio representantes de clubes e escolas, sendo suas regras oficialmente instauradas no dia primeiro de dezembro. A partir de então o Futebol disseminou-se pelo mundo todo, inclusive no Brasil, país em que Charles William Miller é considerado o seu precursor.

Há que valorizar a relevância do conhecimento histórico-social do esporte, como também, o conhecimento técnico e tático deste Esporte. O ensino da História do Futebol pode se materializar em um dos saberes fundamentais quando objetiva-se um ensino transformador.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BETTI, M. **Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo** (Coleção educação física). Ijuí, Ed. Unijuí, 2004.

MURAD, M. **A violência no futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012.



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, A. P. et. al. **Ensinando e aprendendo esportes no Programa Segundo Tempo**. Maringá: Eduem, 2011.

UNZELTE, Celso. **O livro de ouro do futebol**. (Coleção livro de ouro). São Paulo: Ediouro, 2002.

**O GUIDE PRATIQUE D'ÉDUCATION PHYSIQUE E O MÉTODO NATURAL DE GEORGES
HÉBERT**

Carolina Nascimento Jubé¹

Resumo: Em 1909 Georges Hébert sistematizou seu método e, como consequência, publicou o livro *Guide pratique d'éducation physique*. O objetivo deste *paper* é apresentar e discutir o Método Natural de Hébert a partir da experiência histórico-profissional que culminou na sua sistematização. Esta investigação apoia-se principalmente nos autores Andrieu (1981), Soares (2003) e Delaplace (2005). Verificamos que o trabalho, os exercícios junto à natureza e as ações viris são princípios norteadores da obra.

Palavras-chave: Georges Hébert. Método Natural. História da Educação Física.

Georges Hébert e o Método Natural – O tempo de esperança

“Sejamos fortes! Os fracos são inúteis ou covardes!”². São esses alguns dos preceitos de Georges Hébert, oficial da marinha francesa formado em “matemáticas especiais” e fundador do Método Natural. Nascido em Paris em 27 de abril de 1875, pertencia a uma família burguesa católica. Frequentou uma escola também católica em Passy aos sete anos e, em seguida, o Liceu em Cherbourg. Este último serviu como ensino preparatório para seu ingresso na escola naval. Em 1893, aos 18 anos, o jovem Hébert entrou para a Escola Naval em Lorient, e seguiu, assim, sua carreira nas Forças Armadas (DELAPLACE, 2005).

Aos vinte anos, Hébert deu início às suas viagens pelo mundo em um veleiro da Marinha, entre os anos de 1895 e 1903 (ANDRIEU, 1981). Assim teve contato com populações nativas, especialmente em terras do norte da África, Oceânia e América, na época colônias francesas. Nesses locais pôde observar o nativo, “selvagem” ou “primitivo”, como os caracterizou, em sua “condição natural”, percebendo toda resistência, beleza, agilidade, virilidade e as grandes habilidades físicas desses sujeitos.

O homem no estado natural, o selvagem por exemplo, obrigado a levar uma vida ativa para sobreviver às suas necessidades, realiza esse desenvolvimento físico integral ao executar unicamente os exercícios naturais e utilitários – caminhada, corrida, salto, “trepas”, “levantar”, “lançar”, natação, defesa etc. – e ao se consagrar às tarefas mais comuns³ (HÉBERT, 1909, p.1)

¹ Doutoranda em Educação. Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. Email: caroljube@gmail.com

² “Soyons forts! Les faibles sont des inutiles ou des lâches!” (HÉBERT, 1918).

³ L’homme à l’état de nature, le sauvage par exemple, obligé de mener une vie active pour subvenir à ses besoins, réalise ce développement physique integral en exécutant uniquement les exercices naturels et utilitaires: marche, course, saut, <<grimper>>, <<lever>>, <<lancer>>, natation, défense, etc., et en se livrant aux besognes les plus communes.

Ao fim desse período de viagens, em 1903, com vinte e oito anos, solicitou ingresso na Escola de Ginástica da Marinha em Lorient. A partir de sua observação sobre os nativos, Hébert iniciou nessa instituição uma série de experimentações que deram origem ao que conhecemos hoje como Método Natural (ANDRIEU, 1981).

Nesse momento inicial sistematizou uma sequência derivada dos exercícios supracitados, e criou uma série com dez exercícios, nomeadamente: caminhada; corrida; quadrupedismo; salto; grimpar; equilibrismo; lançar; levantar; defesa e natação (HÉBERT, 1909). Assim, movimentos utilitários em confronto com os elementos da natureza constituem a ideia central de seu método, exigindo dos praticantes ação contínua e por toda a vida.

Desse modo, o que pretendia com tais grupos de ações corporais era a retomada dos exercícios físicos nas condições mais naturais possíveis, que são inspiradas pelo estudo do modo de vida dos povos encarados por ele como “primitivos”. Hébert propôs, assim, um novo modo de pensar o “selvagem”, seu corpo e sua educação. Esses povos, antes estigmatizados pela chamada “cultura ocidental”, passaram a trazer novos referenciais em prol da valorização do corpo forte e viril no começo do século XX. Com isso, nota-se o resgate do corpo belo, forte e útil, contemplado na vida junto à natureza; para produzir esse corpo, estimula-se constantemente a prática de exercícios físicos em “condições naturais”.

Faz-se importante ressaltar que os traços gerais do que se tornaria posteriormente seu método ginástico podem ser resumidos na afirmação de um retorno à natureza como forma de se desenvolver a aptidão, a resistência e a utilidade das ações. Além disso, segundo o próprio autor, seu método pretendia-se universal, visando o desenvolvimento completo e utilitário, sendo conveniente e aplicável a todos e nos mais variados ambientes, da escola ao exército (HÉBERT, 1911, p. x).

Entre os anos de 1904 e 1905 o modelo ginástico de Hébert ganhou notoriedade, mais precisamente quando ele o enviou, sob a forma de projeto de ginástica direcionado ao treinamento dos marinheiros a serviço do Estado Maior da Marinha (DELAPLACE, 2005). O método proposto consistia em um conjunto de movimentos para exercitar o corpo a partir de um retorno à natureza de modo racional, como dito anteriormente, salientando a importância das atividades ao ar livre, do sol e da nudez controlada.

Ainda no ano de 1905, seu “tempo de esperança”, o método sofreu grande difusão, no momento em que Hébert pôs em prática seu programa de ensino de exercícios físicos na Escola de Fuzileiros Navais, em Lorient, e também quando assumiu o cargo de diretor técnico de ensino de exercícios físicos. Dando continuidade ao seu trabalho, até o ano de 1911 se ocupou com a sistematização do método proposto. Dois anos mais tarde, rompeu com as Forças Armadas francesas, por causa dos regulamentos que vigoravam na época e assumiu a direção do *Collège d'athlètes* em Reims⁴. Nessa instituição conseguiu as condições apropriadas para progredir com suas ideias e desenvolver seus estudos. No mesmo ano, portanto, realizou uma apresentação do Método Natural no Congresso de Paris (ANDRIEU, 1981).

Com o advento da Primeira Grande Guerra, que se estendeu de 1914 a 1918, Hébert se viu obrigado a retornar temporariamente às suas atividades nas Forças Armadas. Segundo Delaplace (2005), vários batalhões que foram treinados por ele

⁴ O Colégio contava com uma estrutura inovadora para a época; seu método de ensino foi proposto pelo próprio Hébert. Originalmente criado no local da atual frota de Champagne, foi destruído após a guerra.

tiveram poucas baixas em comparação com outros do mesmo período. Aos alunos, oficiais combatentes, Hébert informou que entre seus deveres encontrava-se a “moralidade física”, resumida “em uma dupla fórmula: *desenvolver-se* e *conservar-se*.” Em outras palavras, deve-se desenvolver as qualidades físicas e viris a fim de servir ao bem comum – a *res publica* – e conservar suas qualidades, afastando-se de tudo que as possa degenerar (HÉBERT, 1918).

A partir dos preceitos do Método Natural, Hébert desenvolveu a noção de que a Educação Física tem como finalidade desenvolver homens e mulheres fortes, sendo ela própria “uma Educação Física sistematizada, praticada em pleno ar, em qualquer estação do ano, que concorrerá para criar essa força física e moral.” (SOARES, 2003, p.32). A moralidade, então, extrapola os limites físicos e avança para valores da sociedade da época. Imbuído desse espírito, Hébert afirmou que,

A educação física considerada dentro de seu sentido mais amplo compreende: 1ª *cultura puramente física*, ou seja, o desenvolvimento de todas as partes do organismo: pulmões, coração, sistema muscular; o aperfeiçoamento das aptidões em todos os gêneros de exercícios naturais e utilitários, 2ª *cultura viril*, ou seja, o desenvolvimento de qualidades de ação, tais como: a energia, a vontade, a coragem, o sangue frio e, em geral, tudo o que ajuda na formação do caráter.⁵ (HÉBERT, 1918, p.5-6, grifos do autor)

O sucesso de Hébert foi tanto que, em 1918, seu método terminou por ser adotado como padrão para o treinamento de todo o exército francês. Em seguida, já em 1919, havia se tornado o método ginástico adotado na educação pública em território francês (GLEYSE; DALBEN; SOARES, 2013), atingindo assim o ideal de universalidade pretendido pelo autor.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir o Método Natural proposto por Georges Hébert por meio da análise da experiência histórico-profissional que culminou na sua sistematização e na publicação da obra *Guide pratique d'éducation physique* (1909).

Metodologia

O Método Natural é o tema central da obra de Georges Hébert, escrita no limiar do século XX. A veiculação dos livros de Hébert teve início na França, no ano de 1905, quando ele publicou o manual de ginástica especial para a Marinha, o *L'Éducation*

⁵“L'éducation physique en visagée dans on sens le plus large comprend: 1° *La culture purement physique*, c'est-à-dire le développement de toutes les parties de l'organisme: poumons, coeur, système musculaire; et la perfectionnement des aptitudes dans tous les genres d'exercices naturels et utilitaires; 2° *La culture virile*, c'est-à-dire le développement des qualités d'action, telles que: l'énergie, la volonté, le courage, les sang-froid, et, en general, de tout ce qui aide à la formation du caractère.”

physique raisonnée. O ano de 1909 foi marcado pelo lançamento do livro *Guide pratique d'éducation physique*, e nesse momento iniciou-se um estudo sistematizado dos efeitos produzidos pelo novo método, tendo sido o Método Natural estendido a toda Marinha (ANDRIEU, 1981). Suas publicações finais datam de c.1959, momento em que divulgou o quinto e último tomo, sobre técnicas de exercícios e tecnologia da natação, do livro *L'Éducation physique, virile et morale par la Méthode Naturelle*.

O *Guide pratique d'éducation physique*, foi escolhido neste *paper* por ser um marco na experiência histórico-profissional e na composição do autor. É, provavelmente, um dos primeiros a trazer de forma acabada uma sistematização complexa do método, apresentando seus grupos de exercícios utilitários. É possível observar nele também os princípios que acompanharam o autor por toda sua obra, como a educação moral e viril alcançada por meio das práticas corporais realizadas junto à natureza; destaca-se igualmente ali a importância de características como a destreza, a força e o caráter na formação do cidadão.

Os demais trabalhos que dão sustentação à nossa pesquisa são, inicialmente Jean-Michel Delaplace (2005), que dedicou sua tese de doutorado ao estudo da obra de Hébert. No livro *Georges Hébert sculpteur de corps*, o autor traçou três momentos significativos para seu estudo: o primeiro, que tomamos como período inicial de referência para esta pesquisa, “O tempo de esperança (1905-1914)”; o segundo, “O tempo de conflitos (1918-1936)”; o último, “O tempo do isolamento (1936-1957)”. É a partir dessa categorização que os principais momentos da vida e da obra de Hébert tornam-se mais claros. Outros autores, da mesma forma, serão importantes. Apontamos, por ora, os trabalhos de Andrieu (1981), Soares (2003), Gleyse, Dalben e Soares (2013) visto que esses trabalhos nos ajudam a compreender a origem do método de Hébert, bem como suas peculiaridades.

O Guide Pratique d'Éducation Physique e a sistematização do Método

O livro *Guide pratique d'éducation physique*⁶ teve sua 1ª edição publicada no ano de 1909; a 2ª edição, sete anos mais tarde, em 1916. Ambas foram editadas em Paris pela *Vuibert*. Em toda a obra o autor exibe cerca de 358 imagens, entre fotografias e desenhos. Em algumas delas temos imagens de “selvagens” que ostentam corpos firmes e musculosos. Há também algumas reproduções nas quais Hébert aparece em diversas posturas, como o discóbolo, por exemplo (cf. figura 8, p.39). Tem-se, assim, a ilustração dos “resultados da educação física”, ou seja, como deve ser o corpo possuidor de um desenvolvimento muscular completo.

São igualmente recorrentes fotografias de seus alunos executando exercícios coletivos ou em duplas e/ou trios, em diversos aparelhos (como a barra fixa, obstáculos, trampolins, extensores elásticos, halteres, etc.) ao ar livre. Encontramos imagens dos mesmos trepados em árvores, escadas ou cordas, e em muitas delas os alunos estão à beira de um lago e/ou rio, em meio a um bosque, ou seja, junto à natureza. A semi-

⁶ Não existe tradução dessa obra e de nenhum outro livro de Hébert, na íntegra para o português. O que foi possível encontrar são traduções em forma de artigos, de parte de seus livros publicados na França, para a Revista “Educação Física” (1932-1945).

nudez, ou a nudez controlada é comum a quase todas as imagens⁷, pois vão ao encontro dos preceitos de Hébert e assim são capazes de exibir a musculatura rígida pretendida pelo princípio do autor. São expostas, ainda, inúmeras tabelas, composições e desenhos que ilustram tanto as plantas baixas dos centros de treinamento, os obstáculos, quanto as fórmulas dos exercícios, representantes de sua metodologia de trabalho.

Já sobre a divisão do livro, deparamo-nos com um prefácio, cinco partes, num total de vinte e seis capítulos e dois apêndices, totalizando 568 páginas. A primeira parte, a “Exposição do Método”, contém 11 capítulos. Nela Hébert apresenta seu método natural e suas concepções de ensino prático e utilitário da Educação Física. Trata também da higiene a partir dos banhos, dos usos da água, do ar e da resistência ao frio. E finaliza essa primeira parte ao abordar a organização e a preparação necessária do terreno para a prática e o ensino dos exercícios físicos.

A segunda parte, intitulada “Os exercícios educativos elementares”, possui 12 capítulos. Agora, o autor discorre sobre as condições gerais e os princípios de execução da prática dos exercícios elementares. Em seguida, apresenta as práticas necessárias para exercitar braços, pernas e tronco, além daquelas em suspensão, apoio, equilíbrio e também os exercícios respiratórios. Por fim, encerra citando os exercícios a serem executados com o uso de aparelhos.

A terceira parte, intitulada “Os exercícios utilitários indispensáveis”, engloba 08 capítulos. Nas páginas seguintes Hébert se dedica a explicar os princípios de cada um dos exercícios utilitários, sendo eles apresentados na seguinte ordem: a marcha, a corrida, o salto, a natação, o trepar, o levantar, o lançar e os exercícios de defesa. Ele expõe nessa seção basicamente seus princípios gerais, diferenças, mecanismos de progressão, os exercícios preparatórios e mecanismos de execução.

A quarta parte, trata sobre os “Jogos, esportes e trabalhos manuais”. Aqui o autor traz a percepção de que a Educação Física se completa por meio dos jogos, esportes e trabalhos manuais. Nela, Hébert enfatiza que esses componentes devem ser realizados em meio à natureza para atingir uma educação higiênica, utilitária e moral. Ao longo dessa penúltima parte muitos exemplos são oferecidos quanto aos elementos supracitados, apresentando os esportes náuticos, as lutas e danças de todos os tipos, assim como os demais esportes utilitários e os trabalhos manuais, a exemplo da jardinagem, da carpintaria e, etc.

A quinta e última parte, intitulada “Exemplos típicos de lições, sessões e programas de trabalho”, contém 06 capítulos. Na seção final de seu livro, Hébert expõe sistematicamente uma série de exemplos de lições para as aulas propostas. Ocupa-se com as lições utilitárias, completas e com os programas de trabalho. Como exemplo de uma aula ordinária, temos uma lição elementar, dividida em sete séries. O autor apresenta posições elementares, flexões, elevações, suspensões, apoios e equilíbrios de tronco, braços e pernas. E finaliza seu exemplo com um jogo simples, uma corrida e movimentos respiratórios(cf. Lição 1, p.509)..

Hébert termina seu livro oferecendo dois apêndices. O primeiro é a “Tabela de classificação dos exercícios”, onde o autor fornece uma divisão entre exercícios de força muscular e resistência. Além disso, dita práticas específicas para cada parte do corpo,

⁷ Exceto naqueles momentos em que o uso da roupa é estritamente necessário, como no caso de um exercício de salvamento realizado no mar (cf. figura 192, p.311).

dividindo-as em membros superiores e inferiores. Enuncia exercícios que supostamente garantem a destreza e desenvolvem a virilidade (energia, coragem, sangue-frio, resistência e força), sendo igualmente necessários banhos de sol, banhos de mar, boxe e natação. Já no segundo e último apêndice, “Esboços e padrões anatômicos”, o autor exibe desenhos para o estudo da anatomia humana, que tinham como objetivo facilitar o estudo dos efeitos dos diferentes exercícios, dando ênfase ao sistema locomotor.

Conclusão

Georges Hébert tornou pública a sistematização ordenada e cuidadosa de seu Método Natural com a publicação do *Guide pratique d'éducation physique*. Nele, Hébert realizou uma verdadeira organização metodológica, classificou e justificou cada fundamento, regra e exercício, tendo como referência a natureza e a vida natural do homem. Encontramos, portanto, de forma estruturada, um retorno racional à natureza, cuidadosamente adaptado à realidade da vida urbana/social.

São encontrados, da mesma forma, os fundamentos da sua proposta, que foram inferidos por meio de observações do homem em confronto com seu meio natural. Enaltecemos quatro grandes categorias recuperadas ao fim desta investigação: 1) a jornada de trabalho que oferece o desenvolvimento da resistência; 2) a prática metódica dos exercícios utilitários; 3) o endurecimento pelo confronto com os elementos naturais (sol, frio, etc.) em estado de seminudez ou de nudez controlada; 4) o destaque para as qualidades de ação ou princípios viris: a energia, a vontade, a coragem, o “sangue-frio”. Desdobrados desses princípios a obra evoca o desenvolvimento de outras qualidades, tais como a resistência, a destreza, a velocidade e a força.

Desse modo, Hébert inaugurou, a partir de uma série de viagens realizadas a serviço da Marinha no início do século XX, uma proposta inovadora de Educação Física, que ultrapassava os princípios biológicos e se estendia à moral e à formação do caráter.

Referências Bibliográficas

Andrieu, Gilbert. Georges Hébert (1875-1957). In: Arnaud, Pierre (Org.). *Le corps en mouvement – précurseurs et pionniers de l'éducation physique*. Toulouse: Privat, 1981. p.291-321.

DELAPLACE, Jean-Michel. *George Hébert: Sculpteur du corps*. Paris: Vuibert, 2005.

HÉBERT, Georges. *L'Éducation physique raisonnée*. Paris: Vuibert, 1905.

_____. *Guide pratique d'éducation physique*. Paris: Vuibert et Nony, 1909.

_____. *La culture virile et les devoirs physiques de l'officier combattant*. 2 ed. Paris: Vuibert, 1918.

_____. *L'Éducation physique, virile et morale par la Méthode Naturelle*. Tome V natation. Paris: Vuibert, 1959.



GLEYSE, Jacques; DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Estudo comparativo da recepção do Método Natural de Georges Hébert no Brasil e na França. In: *XIII Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport and XII Brazilian Congress for the History of Physical Education and Sport*. 2013, Rio de Janeiro Esporte e Educação Física ao Redor do Mundo: Passado, Presente e Futuro. 2013, Rio de Janeiro: Gama Filho, 2013. v. 1. p. 107-117.

SOARES. Carmen L. Georges Hébert e o Método Natural: Nova sensibilidade, nova Educação do corpo. *Rev.Bras.Cienc.Esporte*. Campinas, v.25, n.1, p.21-39, set. 2003.

PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NA RUA: A EDUCAÇÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES.

Carolina Rossato Volpini¹

Paula Marçal Natali²

Verônica Muller³

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir a prática educativa do Projeto Brincadeiras com Menino e Meninas de/e na Rua que atua no âmbito da educação social em uma escola da cidade de Sarandi-PR. O projeto de extensão universitária ocorre há 17 anos em bairros periféricos na região de Maringá-PR com o objetivo de atuar com crianças e adolescente com direitos violados, por meio de atividades lúdicas e esportivas, problematizando o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). O projeto organiza-se em dois momentos, o primeiro que consiste em um momento de preparação de seus educadores que são acadêmicos de diferentes cursos como Educação Física, História, Pedagogia, Psicologia e da comunidade externa a Universidade Estadual de Maringá-PR, nestes encontros são discutidos autores como Paulo Freire, Graciani, Boaventura, e o ECA (1990) entre outros. Entende-se que o exercício do estudo semanal junto com as discussões do que ocorre na prática é de extrema relevância para a formação dos educadores e para a execução da prática demonstrando a importância do método não formal que contraria a metodologia tradicional de ensino a educação formal(tradicional). A formação de educador social é aliada com a prática que acontece no projeto de forma não formal em âmbito escolar. Conseguimos através do compromisso estabelecido entre educador/ educando trocas de conhecimentos.

Palavras-chave: Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e na Rua. Formação Profissional. Educação não formal.

Introdução

O Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua, da Universidade Estadual de Maringá, é um projeto de extensão de caráter multidisciplinar que atua no município de Sarandi desde 2007 no bairro Jardim Esperança e se desenvolve com o apoio do PCA – Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente. Atualmente o projeto tem 10 membros sendo que todos participam das reuniões e freqüentam as atividades aos sábados. É regido pelos seguintes princípios: respeito, compromisso, inclusão, participação e diálogo.

Os estudos ocorrem as sextas-féias proporcionando aos educadores maiores conteúdos sobre os direitos das crianças e como ocorre a troca de conhecimentos entre educador, crianças e adolescentes. Aos sábados são realizados encontros na Escola Ayres Aniceto de Andrade, onde é utilizado todo o espaço escolar para as atividades. Durante o desenvolvimento das atividades partimos do princípio de que às crianças e adolescentes devem possuir voz ativa na sociedade, pois são sujeitos de direitos e deveres, buscamos todo o tempo trabalhar isto com elas. Essa atuação acontece por

¹ Graduanda, UEM, krolvolpini5@hotmail.com

² Mestre, UEM, paulamnatali@gmail.com

³ Doutora, UEM, veremuller@gmail.com

meio de brincadeiras cooperativas e tem como elemento a Roda da Conversa, momento de acordos, reflexões, sugestões e avaliações.

Desta forma, neste estudo buscamos evidenciar uma prática educativa da Educação Social no âmbito escolar, procurando ressignificar este espaço da educação tradicionalmente identificado como escolar e expandindo as possibilidades do seu entendimento.

Projeto “Brincadeiras” e a Educação Social

O Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e na Rua se insere no âmbito da Educação Social, pois ele é regido pelos princípios do respeito, compromisso, inclusão, diálogo e participação. Desta forma, a Educação Social fundamenta não só as ações do Projeto Brincadeiras, mas apontamos que seria também importante para os diversos projetos e programas educativos que tratam da infância no contexto social atual.

Infelizmente algumas ações da Educação Social, no Brasil, são confundidas com o assistencialismo, que pode ser praticado pelas comunidades, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) que tentam resolver o problema social de maneira aparente atuando e não cobrando dos governantes o que é direito assegurado.

[...] o assistencialismo é uma prática sistemática de caridade que provoca dependência e submissão nos usuários. Não desenvolvendo a consciência crítica dos mesmos sobre a situação e nos parece humilhante. O Assistencialismo é uma prática contrária ao objetivo de emancipação que buscamos (MULLER, RODRIGUES p.72, 2002).

No Brasil a educação para as classes populares no Brasil não tem seu marco apenas na Educação Social, começou com a Educação Popular. A trajetória da educação pensada para as classes populares no Brasil é estabelecida pela Educação Popular que:

[...] surge como alternativa político-pedagógica para se confrontar com os projetos educacionais estatais que não representavam os interesses populares, ou que até se encaminhavam para negá-los (GRACIANI et.al, 1997, p.47 apud MULLER, 2010 p.450).

Ou seja, é uma educação voltada para a classe popular, onde o educador antes de ensinar, estabelece uma relação com seus educandos e a partir do contexto em que eles vivem, começa-se o diálogo de intervenção político-pedagógica, buscando assim a conscientização sobre o lugar de si mesmos na sociedade e seu real direito de manifestar e buscar transformações para melhorar a sua qualidade de vida e a vida comunitária.

A Educação Social para as crianças com seus direitos violados é respaldado na política de atendimento proposta pelo ECA (1990):

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos

destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I - Orientação e apoio; II – Apoio sócio- educativo em meio aberto; III – Colocação familiar; IV – Acolhimento institucional; V- Prestação de serviço a comunidade; VI – Liberdade assistida; VII – Semiliberdade; e VIII – Internação (BRASIL, 1990, p. 43).

A Educação Social parte da necessidade de transmitir o conhecimento aos cidadãos com direitos violados, podendo se apropriar de instrumentos para conhecer seus direitos e exigir que tais direitos sejam efetivados, além de trabalhar com a relação entre pessoas e princípios de respeito e igualdade entre si. Para SOUZA e MULLER (2009, p.02) “Educação Social é a ação fundamentada no reconhecimento e defesa dos direitos humanos, é uma intervenção educativa que atua na vida e no contexto do ser humano”.

Consideramos que a educação “não formal” no contexto brasileiro não é reconhecida como uma ação educativa tão comum como a “educação formal”, que é entendida como educação escolar. A atuação “não formal” é capaz de complementar valores e aprendizagens não estimuladas na “educação formal”, na realidade educacional brasileira.

No Brasil, referindo-se a pesquisas e estudos do campo da educação não-formal, é possível considerá-lo como uma nova área, em formação, que ainda está se descobrindo e se conhecendo. Dessa forma, a educação não-formal no Brasil, está sendo construída, tendo como interlocutores, as pesquisas já produzidas em outros países, e as recentes produções brasileiras sobre o tema. Além de considerarmos que as contribuições também vêm de outras especificidades da educação e de outras áreas do conhecimento (GARCIA. 2009. p.06).

Diante desta construção sobre a área apontamos então que o Educador Social é:

[...] um personagem fundamental na cena composta da educação social ideal. Ele deve ser alguém que faça a diferença, que fique na memória dos meninos e meninas como alguém que acreditou, estimulou, apresentou caminhos, ensinou sobre coisas grandes e pequenas da vida, ensinou ou reacendeu a esperança, e ainda, generosamente deu/recebeu afeto nessa relação (SOUZA, MULLER. 2009. p.320)

A ligação que deveria ser construída ao longo do tempo entre educando e educador é uma relação estabelecida à base da confiança, sendo que o jovem sente a necessidade de expor suas vivências, contando coisas sobre si e falando o que pensa do mundo em que vive.

A educação social é um caminho, que junto com outros, pode compor um cenário mais viável para a inclusão de pessoas e categorias consideradas excluídas na atual conformação da

sociedade. Por meio da educação, mas não só por ela, se pode contribuir para que haja garantia de direitos e justiça social (SOUZA, MULLER;2009 p.10).

A atuação do Educador Social tem como objetivo a inclusão social, tornando o indivíduo consciente da sua ação perante a sociedade, estimulando-o a estabelecer seu projeto de vida e seguir seus sonhos.

A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p.04).

O educador pode proporcionar momentos capazes de fazer com que os meninos e meninas tenham objetivos e ajudem os mesmos a concretizarem seus sonhos, de forma que lutem por seus direitos e deveres garantidos por lei como forma de auxílio para o crescimento e desenvolvimento pessoal de cada um desses jovens.

Considerações Finais

Desta forma, a atuação do projeto é baseada na participação das crianças e adolescentes que possuem seus direitos violados, não tendo acesso a um espaço adequado de lazer, cultura e brincadeiras, utilizamos assim o espaço da Escola Ayres Aniceto de Andrade. O espaço que os cercam no bairro Jardim Esperança é sujo, depredado, fruto do descaso e abandono dos órgãos dirigentes, no qual atualmente se tem somente uma quadra depredada ao lado da escola.

A formação do Educador Social no Projeto Brincadeiras é feita por meio das experiências de educadores que participaram há mais tempo do projeto, através de conversas, discussão de relatórios produzidos pelos educadores, além da discussão da relação dos textos propostos pelos participantes do projeto (educadores e coordenadores).

No projeto os educadores podem ser de qualquer área de formação ou simplesmente pessoas interessadas em atuar com a defesa das crianças e dos seus direitos. Esta característica dos educadores do projeto é semelhante à diversidade posta no contexto brasileiro da Educação Social.

No Brasil a Educação Social ainda não é considerada uma profissão, tramita um projeto de lei que visa a regulamentação desta. Na atualidade como observamos;

Os profissionais na grande maioria são voluntários, ou que possuem uma formação acadêmica, em diferentes cursos, pessoas que passaram em concursos públicos, com graduação

em qualquer área, ou que possuem pós-graduação em políticas da infância podem ser considerados educadores sociais, podem ser aqueles que trabalham na educação escolar e nos projetos de educação social (MÜLLER et al, 2010 apud LOPES, pg. 10).

Desta forma entendemos que a formação de educador social não acontece só na teoria, pois é na prática que são contemplada a verdadeira atuação do educador social, ainda mais no contexto escolar com uma proposta não formal. E entendemos que a frequência das crianças ao projeto é a forma em que estabelecemos compromisso com elas e elas nos confiam suas histórias de vida, alegrias, tristezas, dúvidas, angústias, dificuldades.

Sendo assim, apontamos que a Educação Social não apresenta-se como a “educação fora da escola” como podem assinalar alguns estudos, e sim que a Educação Social é inerente ao processo de educação das crianças e adolescentes em diversos contextos, inclusive e concretamente, como no caso do Projeto “Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas” no contexto escolar.

Referencias

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo (SP): Governo de São Paulo; 1990

GARCIA, Valeria Aroeira. **O papel do Educador Social e da Educação Não Formal nas discussões e ações não formais**. 2009. Disponível em: http://am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/mesa_8_texto_valeria.pdf. Acesso em: 28/08/2013

GOHN. Maria da Glória. **Educação não formal na pedagogia social**. 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social Mar. 2006, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext Acesso em: 29/08/2013

LOPES, D. **Brincadeiras e jogos na educação social: relações estabelecidas no centro integrado de atividades culturais e artísticas do Mandacaru- Maringá/PR**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012.

MULLER, Verônica Regina, RODRIGUES Patrícia Cruzelino. Prefácio. In: JUSSARA. **Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes**. Maringá: Clichetec, 2002. p.15-17.

MULLER, Verônica Regina; MOURA, Fabiana; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira. **A formação do profissional da educação social: Expectros da realidade**. Florianópolis: SC. 2010.



NATALI, Paula Marçal. **O lúdico em instituição de educação não-formal:** Cenários de múltiplos desafios, impasses e contradições. Ponta Grossa. 2009. Dissertação (Graduação em Educação Física). Ponta Grossa , 2009.

SOUZA.C; MULLER.V. 2009 – **Educador Social: Conceitos fundamentais para sua formação.** Disponível em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2658_1385.pdf.

Acesso em: 19/09/2013. (Titulo de mestre em educação)

**MODA, ESPORTE E MULHER NA DÉCADA DE 1920 NAS IMAGENS PUBLICADAS NO
PERIÓDICO *VIDA CAPICHABA*, VITÓRIA/ES**

Cecília Nunes da Silva¹

Resumo: Objetiva compreender como o esporte, e a moda contribuíram para um desnudamento do corpo feminino e para abertura de novas possibilidades de viver a cidade pelas mulheres habitantes da capital Vitória na década de 1920. Analisa para isso, uma revista de publicação quinzenal: *Vida Capichaba*. Entende que as imagens publicadas na revista produziram ambiguidade, pois, estimularam novas formas de viver o feminino, mas, também formataram um “dever ser” corporal.

Palavras-chave: Corpo feminino. Esporte. Moda.

O presente trabalho é parte de uma dissertação de mestrado que analisa, na esteira de Goellner (2003), imagens de mulher no periódico *Vida Capichaba*. O periódico intitulado *Vida Capichaba* se destaca pela importância que teve no período de sua existência no Espírito Santo e por se caracterizar como a primeira revista de grande repercussão do Estado (80 ANOS DE..., 2003). O seu primeiro editorial é datado de 1923 e o último ao qual tivemos acesso data de fevereiro de 1957. A *Vida Capichaba* foi o quinzenal mais lido da história do Estado (BITTENCOURT, 1998) e esteve sempre buscando reproduzir os conceitos e ideias de urbanização “em alta”. Para Rangel (2011), a *Vida Capichaba* tinha como um de seus objetivos dar visibilidade à participação feminina na revista e não houve, no período, outro órgão da imprensa local que desse tanta visibilidade a mulher. A *Vida Capichaba* com seu hibridismo temático e o forte investimento gráfico e de imagens, veiculou sensibilidades, desejos e comportamentos da vida social de Vitória. Sua presença nas casas da elite capixaba constituiu-se como fonte de divulgação e reprodução dos valores urbanos.

Compreendemos que as imagens, como escopo da análise, se caracterizam como modo de interpretar os códigos sociais, os corpos, valores representados e as promessas da revista destinadas a classe social a qual ela se designou no período histórico de sua existência. O conteúdo de uma imagem pode revelar as crenças de um período e de uma classe social. Para Cunha (2011), as imagens produzem o ideário de um quadro social. Os desenhos de mulher e as fotografias apresentadas nas edições da revista podem ser entendidas como o símbolo do feminino idealizado. No recorte que compreende esse trabalho trataremos imagens de mulher que relaciona a moda esportiva e os esportes, com foco nas práticas ligadas a natação e a ida as praias, como fenômeno de grande importância para o desenvolvimento de novas possibilidades de viver o feminino que se fazem presentes na década de 1920. Os anos de 1920 foram, de acordo com Soares (2010), aqueles que trouxeram uma profunda transformação cultural no Brasil. Esse período coloca em movimento um novo estilo de vida e uma nova sensibilidade, ligadas as transformações da vida urbana. Conforme Lipovetsky (1997), graças à imprensa, o “universo feminino” vai, a partir dos anos 1920, ganhando visibilidade por meio dos desenhos e de fotos, pois cada vez mais as mulheres belas e elegantes são representadas.

¹ LESEF/UFES - ceciliaef@hotmail.com

Vida Capichaba: esporte e moda nas praias de Vitória

A moda é um fenômeno sócio histórico que se relaciona com diversos setores: o mobiliário, o decorativo e o ornamentativo. O vestuário foi e tem sido dentro desses setores o que mais exprime o processo da moda. A aparência é o ponto de partida e objeto principal na história da moda e é por meio do vestuário que cobre o corpo que ele se edifica.

A cidade como espaço de abertura para novas formas de viver o corpo permitiu às mulheres sentirem todas as contradições desse novo tempo que se colocava. Nesse contexto, o esporte foi um fenômeno cultural que teve um papel de primeiro plano na revolução democrática do parecer feminino. O esporte se constitui como parte do cotidiano da vida urbana (LUCENA, 2001). O fervor da prática esportiva constrói uma série de possibilidades no modo de ser corporal. Assim, se a modernidade urbana edificou novos formatos e novos espaços na cidade, temos também a construção de novas expectativas, novas práticas sociais, novos comportamentos, valores e toda uma cultura atlética que se organiza influenciando no cotidiano da cidade.

As atividades físicas se constituem como parte do conjunto de mudanças que marcaram o País. A partir dos interesses da elite, a mediação da imprensa e a criação de clubes, emerge o entendimento do que Nicolau Sevcenko (1998) chamou de "febre esportiva". Essa manifestação cultural foi vista como um divertimento útil, pois foi entendida como uma possibilidade de se assemelhar com o mundo civilizado europeu (MELO, 2010). Essa "febre esportiva" sedimentou-se com mais vigor após a década de 1920, trazendo com ela uma euforia pelo moderno, pelos novos modos de ver e de ser visto, de agir e de se vestir e de lidar com as temporalidades. Várias modalidades esportivas conquistaram, então, ampla aceitação nos centros urbanos. Novos hábitos foram sendo rapidamente incorporados ao cotidiano das cidades brasileiras, expandindo as formas de lazer e criando novos modos de uso dos espaços públicos (MASCARENHAS, 1999).

A Cidade de Vitória "vê" surgir seus primeiros clubes de remo no ano de 1902. Em 07 de julho é fundado o "Clube de Regatas e Natação Álvares Cabral" e, no mesmo mês, no dia 29 de julho de 1902, é inaugurado o "Clube de Regatas Saldanha da Gama". Se considerarmos, na esteira de Lucena (2001) e Melo (2010), que o remo foi o esporte-símbolo que mais bem se adaptara às transformações nos corpos e mentes exigidas pela transformação das cidades, foi estratégico o aparecimento dos clubes de remo bem no momento em que Vitória dava seus primeiros passos em torno de sua modificação. As regatas, desse modo, se apresentaram como a consolidação da vida na cidade, incitando o comportamento urbano. Os clubes de remo ganharam tamanha visibilidade na cidade que, além da prática esportiva, estes se tornaram ponto de encontros e de festividades em geral e de outras práticas esportivas, tais quais water-pólo e natação. Segundo Varnier et al. (2012), as sedes dos clubes reuniam "a mais fina flor" da sociedade capixaba.

É inegável que os esportes se tornaram símbolo da vida moderna e civilizada em Vitória, ganhando espaço no cotidiano da sociedade. Unindo seus praticantes em torno de um mesmo ideal, os jogos seriam um meio para fomentar o desenvolvimento de um

novo indivíduo em Vitória. A ligação com as práticas esportivas estava associada ao que de mais elevado havia na vida “civilizada” (SILVA, et al. 2012).

A valorização do esporte e o anseio por sua prática atingiu diretamente a homens e mulheres. No caso das mulheres, os esportes foram experimentados de diferentes formas, pois o peso do discurso que identificava a mulher como ser naturalmente frágil e delicado buscou restringir sua participação no mundo esportivo. Assim, para as mulheres, o acesso as práticas corporais e esportivas foi mais lento e as novas tendências relacionadas ao esporte que vinham da Europa foram acessadas inicialmente pelas mulheres das camadas mais ricas da sociedade brasileira, pois essas tinham mais acesso a leitura, a viagens e, de modo geral, possuíam maior proximidade com o continente europeu (GOELLNER, 2005).

As páginas da *Vida Capichaba* tiveram também espaço para as moças da Capital adeptas as práticas esportivas. Os corpos femininos que se revelaram e que estavam mais expostos afirmam uma cultura física bastante presente (SOARES, 2010), imagens de mulheres praticando esporte marcam definitivamente as aberturas que estavam surgindo para as capixabas.

Práticas ligadas a natação foram incentivadas para as mulheres, por serem consideradas graciosas, estimulantes da saúde e beleza feminina. Segundo Deive (2004), neste cenário, a natação se constrói como um esporte que apresenta traços convergentes com aquilo que se interpretava como “natureza feminina”, ao contrário de outras práticas, nas quais a “frágil” constituição feminina impediria os bons resultados, além de contribuir para a perda da sua graciosidade.

Mesmo diante de uma liberação que busca controlar, o corpo feminino estava absolutamente mais visível e mais a mostra. Além do vestuário específico, outros ornamentos começaram a se fazer presente, como óculos de sol, lenços para a cabeça e cremes para os banhos de sol. Assim, a moda, como prática moderna, passa a mostrar as criações especialmente direcionadas aos banhos de mar e de piscina. Segundo Soares (2010), o corpo feminino e sua plasticidade foi emoldurado pelos maiôs, o que permite uma mobilização corporal da mulher, mas, também afirma uma disciplina, que é reforçada pelas exigências das roupas específicas para as diversas atividades, confirmando os novos valores, mas, também sublinhando os aspectos relativos à beleza e elegância.

Figura 1. Praia e elegância

Figura 2. Nadando



Vida Capichaba, 15 de jan. 1926.

Vida Capichaba, 02 de fev. 1928.

As moças da Cidade de Vitória também foram registradas exibindo seus corpos, roupas e acessórios nas praias.

Figura 3. Miss na praia



Vida Capichaba, jul. 1929.

Figura 4. Sorrindo na praia



Vida Capichaba, s/d, 1929.

Nessas imagens percebemos que braços e pernas estão totalmente à mostra, as roupas de banho coladas ao corpo se destacam e mostram que os trajes de banho das décadas de 1920 modificaram-se muito, comparados aos utilizados ainda nos primeiros anos do século XX, que cobriam a maior parte do corpo feminino, protegendo-as do sol e dos olhares dos outros. Nos anos 1920, os banhos de sol e as idas à praia tornaram-se moda, assim como a aquisição de uma pele bronzeada. Para Soares (2010), a valorização dos banhos de mar destaca a importância que a pele alcança; fala de uma pele que se expõe ao sol, de um processo cuidadoso de exposição do corpo ao sol e não de uma pele naturalmente escura. Uma cor bronzeada é algo novo e a exposição ao sol é a confirmação de uma pele bronzeada como expressão de saúde e beleza.

Considerações Finais

As praias, nessas primeiras décadas do século XX, se constituíram como espaço de exibição de performances moldada pelo vestuário esportivo específico para banhos. É fundamental sublinhar o papel desempenhado pela promoção de uma cultura física. O desenvolvimento dos esportes e a desnudação dos corpos, provocadas, sobretudo, por roupas de banho, contribuíram para proporcionar um despojamento do comportamento feminino. Os banhos de mar e o a natação agora se transformaram em verdadeira fonte de saúde, uma das práticas corporais e um dos divertimentos mais indicados para a população que se quer ativa e elegante. As praias eram o palco por excelência dos novos modelos corporais, tanto pelo *status* concedido à natação, de esporte elegante e saudável, quanto pelas suas roupas especiais para a prática que deixavam mais à mostra essas novas formas e desenhos do corpo.

Em Vitória, como observamos nas imagens, as práticas de natação, banhos de mar e ida à praia constituíram-se como ambiente de destaque para ser utilizado pelas jovens capixabas. Entretanto, as praias como espaço de lazer deu maior ênfase a aparência corporal do que a eficácia e a busca pela performance. De acordo com Soares (2010), se a roupa esportiva é moda e dita moda, quando é remetida à mulher ela aparenta percorrer caminhos mais contraditórios, revelando maiores ambiguidades, transitando entre o conforto, a eficácia e a simples elegância. A autora ressalta também

que, de modo geral, as roupas especializadas destinadas a prática esportiva e corporal constituíram todo um imaginário dessa época, revelando imagens de energia e leveza, de força e beleza, edificando corpos ágeis e atrevidos.

Apesar das imagens destinadas ao feminino não destacar a força, tampouco músculos mais desenvolvidos, as mulheres fizeram parte dessa história, visto que elas passaram a expor mais os corpos nas praias e no sol, e vestindo roupas muito mais confortáveis que em outras épocas. Assim, o desnudamento do corpo feminino provocado pelo esporte, pelas roupas específicas para sua prática e pela moda esportiva que se inspira nessas práticas corporais chocou, inovou e seduziu de maneira intensa.

Referências

BITTENCOURT, G. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998.

CUNHA, L. B. **As roupas esportivas em Revista na cidade de Belo Horizonte (1929-1950):** moldes, recortes e costuras. 2011, 172f. Dissertação (mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

DEVIDE, F. P. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n.2, p. 125-144, maio/ago, 2004.

GOELLNER, S. V. **Bela, Maternal e Feminina:** Imagens da Mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí. 2003.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan/jun, 2005.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher:** permanência e revolução do feminino. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

LUCENA, R. **O esporte na cidade:** aspectos do esforço civilizador brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MASCARENHAS, G. J. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes a vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, n. 23, p. 17-39, 1999.

MELO, V. **Sport, cidade e modernidade**. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.

RANGEL, L. A. S. **“Feminismo ideal e sadio”:** os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. 2011. 268f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In:_____. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.513-519.

SILVA, C. N. et al. O esporte na imprensa em Vitória (1926-1936): uma análise dos jornais A Gazeta e o Diário da manhã. **Revista da Educação Física UEM**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 529-541, 4. trim., 2012.

SOARES, C.L. **As roupas nas práticas corporais e esportivas**: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). 2010. 171f. Tese de livre docência. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

VARNIER, T. R. et al. A emergência dos clubes esportivos em Vitória. **Esporte e Sociedade**, Niterói, v. 7, n.20, p. 97-121, set. 2012.

80 ANOS DE VIDA CAPICHABA: edição comemorativa. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, abril de 2003.

Fonte:

Vida Capichaba, Vitória, s/p, 15 de jan. 1926.

Vida Capichaba, Vitória, s/p, 02 de fev. 1928.

Vida Capichaba, Vitória, s/p, jul. 1929.

Vida Capichaba, Vitória, s/p, s/d, jul. 1929.

O EPISTOLÁRIO JESUÍTICO COMO FONTE HISTÓRICA

Célio Juvenal Costa¹

Resumo: O objetivo do texto é apresentar as cartas escritas pelos padres da Companhia de Jesus no século XVI como fontes para a História. As epístolas revelam o cotidiano das missões, os embates com os inimigos, os sucessos e fracassos catequéticos e políticos e, algumas, são verdadeiros tratados biológicos e culturais das diversas regiões onde atuaram aqueles missionários. Elas revelam, portanto, para nós, muito da história da Companhia de Jesus e, por consequência, algo do contexto em que ela estava inserida.

Palavras-Chave: Companhia de Jesus; Fontes históricas; Cartas Jesuíticas.

Num mundo atual em que a comunicação é absolutamente instantânea, possibilitada pela internet, pelos celulares etc., pensar que as pessoas, num passado recente se correspondiam por cartas é quase uma curiosidade. Se voltarmos para um passado remoto, então, o que era curiosidade corre o risco de se transformar em incredulidade. O fato é que, por exemplo, uma carta escrita por um jesuíta, missionando na China, para Roma, demorava, à época, algo em torno de um ano a um ano e meio, tanto que há uma carta de Inácio de Loyola, de Roma, para Francisco Xavier, que estava no Japão, de maio de 1553, e o último havia falecido em dezembro do ano anterior. A correspondência fazia parte do projeto de organicidade daquela ordem religiosa, que foi instigada pelo seu fundador, que determinava que todos os membros deviam escrever regularmente informando de suas atividades aos seus superiores.

Desde a fundação oficial da *Societas Iesu* (nome latino da Companhia de Jesus), em 1540, houve uma preocupação dos seus dirigentes, a começar com Inácio de Loyola, o idealizador da ordem e seu primeiro Superior Geral, em preservar os escritos dos seus membros, particularmente das cartas. Por exemplo, nos dias atuais, o Instituto Histórico da Companhia de Jesus, em Roma, comercializa a *Monumenta Historica Societatis Iesu*, que é uma coleção de 155 volumes, que traz leis, documentos, cartas, sermões, biografias e outros tipos de textos reunidos ao longo da história da Companhia de Jesus². Para se ter uma noção de como esta coleção está organizada, vejam-se alguns exemplos: cartas, instruções, obras, fontes narrativas e fontes documentais de S. Inácio de Loyola, 19 volumes; Constituições e Regras da Companhia de Jesus, 4 volumes; cartas e obras dos jesuítas Fabro, Salmerón, Bobadilha, Ribadaneira, Polanco, Nadal e outros jesuítas do século XVI, 9 volumes; *Monumenta Paedagogica* 7 volumes; 8 volumes da *Monumenta Peruana*; *M. Brasiliae*, 5 volumes; 18 volumes da *Documenta Indica*; *M. H. Japoniae*, 3 volumes; *M. Proximi Orientis*, 6 volumes; e 1 volume da *M. Sinica* (Chinesa).

De todos os escritos contidos na *Monumenta Historica*, as cartas destacam-se tanto pela quantidade como pela possibilidade que têm de revelar o cotidiano daquela organização religiosa. Inácio de Loyola imprimiu, desde o início das suas atividades religiosas, uma dinâmica epistolar, a qual, de forma intencional, caracterizou-se como uma rede eficaz de informações. Para se ter uma noção da importância que Loyola atribuía às cartas, Fernando Londoño (2002), citando um estudo do jesuíta Dominique

¹ Doutor em Educação. UEM – Universidade Estadual de Maringá. celio_costa@terra.com.br

² Alguns dos volumes estão disponibilizados na forma digitalizada no Arquivo Romanum Societatis Iesu, encontrados no site http://www.sjweb.info/arsi/Digitalized_Books.cfm.

Bertrand, informa que, entre 1524 e 1556, Loyola escreveu 6.815 cartas, endereçadas a autoridades civis e religiosas, a defensores da Companhia de Jesus e, sobretudo, aos provinciais, reitores e superiores jesuítas³.

Interessante que os assuntos das cartas dos jesuítas escritas de vários lugares do mundo, especialmente no século XVI, não se restringem somente às especificidades da vida dos padres e suas atividades, como, também, a relatos da vida, da cultura, da religião, da geografia, da flora e fauna, do clima das regiões onde se encontravam, especialmente dos territórios novos e desconhecidos, como o Oriente e o Brasil. As cartas contêm relatos pormenorizados, pois objetivavam permitir que todos os membros da Companhia e todos os que mais interessavam a ela conhecessem o mais fiel possível a realidade que por eles era enfrentada.

A Companhia de Jesus procurou, desde o seu início, adquirir uma organicidade em suas ações. Todos os jesuítas sabiam o que cada um fazia em qualquer lugar do mundo onde estivessem. O cimento que deu liga a essa organicidade foi, sem dúvida, a correspondência, a qual se tornou um meio eficaz de estabelecer uma rede de comunicação necessária, a ponto de fazer parte de suas normas constitucionais. Nas regras legais que regeram (em parte ainda regem) a organização jesuítica, há a prescrição detalhada a respeito do epistolário:

Concorrerá também de maneira muito especial para esta união a correspondência epistolar entre súditos e Superiores (L), com o intercâmbio freqüente de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias (M) e comunicações vindas das diversas partes (N). Este encargo pertence aos Superiores e aos Provinciais. Estes providenciarão para que em cada lugar se possa saber o que se faz nas outras partes, para consolação e edificação mútuas em Nosso Senhor. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 211 [673]).

O Superior Geral, os superiores provinciais, os reitores dos colégios e superiores locais formavam a hierarquia jesuítica que deveria ser respeitada, e retroalimentada por meio das informações epistolares, hierarquia que deveria fortalecer a união interna e os laços hierárquicos pela contínua expedição de cartas, o que garantiria a não possibilidade de dispersão interna. A correspondência para os superiores deveria ser constante.

L. Os Superiores locais e os Reitores que residem na Província, assim como os enviados a produzir fruto no campo do Senhor, devem escrever cada semana ao seu Superior Provincial, se tiverem possibilidade. O Provincial e os outros Superiores devem igualmente escrever todas as semanas ao Geral, se ele estiver perto. Se, residindo no estrangeiro, não houver facilidade de comunicação, tanto os enviados a ministérios apostólicos como os Superiores locais e Reitores, assim como os Provinciais,

³ Escrever uma quantidade imensa de cartas não era privilégio de Loyola no contexto quinhentista. Citando o mesmo estudo de Bertrand, Londoño (2002) informa que Erasmo de Roterdã teria escrito 1.908 cartas, Martinho Lutero, 3.141, Calvino, 1.247 e Catarina de Médicis assinou 6.381 cartas.

escreverão ao Provincial uma vez por mês. Por seu lado, o Geral terá cuidado de que se escreva habitualmente uma vez ao mês, pelo menos, aos Provinciais, e estes aos Superiores locais, aos Reitores, e em caso de necessidade, aos particulares. Enfim, uns e outros hão de fazê-lo mesmo mais vezes consoante as circunstâncias o exigirem em Nosso Senhor. (CONSTITUIÇÕES, 1997, pp. 211 [674]).

As Constituições da Companhia previam, também, a necessidade da troca constante das informações entre todas as províncias⁴, para o que as cartas deveriam ser sempre escritas duplicadas, no vernáculo e no latim, para que quando elas chegassem à sede geral em Roma de lá fossem copiadas e distribuídas para todas as províncias.

A epístolas dos padres inicianos eram “lidas como verdadeiras fontes de inspiração, consolação e estímulo dos ouvintes” (COSTA, 2008, p. 86). Na terceira parte das *Constituições*, que trata da conservação dos que estão no processo de formação, por exemplo, há a recomendação que, durante a refeição, como alimento do espírito, se lesse algum livro, ou partes da Sagrada Escritura, ou que alguém fizesse algum sermão, ou que fossem lidas cartas edificantes, escritas pelos próprios missionários jesuítas. A leitura das cartas nas casas jesuítas era uma verdadeira solenidade espiritual.

Na carta escrita pelo jesuíta Antonio Blasquez, da Bahia em 1564, escrita para o Provincial de Portugal, tem-se um exemplo de como a correspondência era redistribuída pelas províncias para que todos os jesuítas soubessem o que todos faziam, além de se verificar o efeito edificador que elas provocavam em seus leitores e ouvintes:

Consolou-nos tambem o Espirito Santo em sua casa e em sua mesma vespera com as cartas que recebemos aquella noite de Portugal; porque, segundo minha estimativa, seriam duas horas depois da meia noite quando por casa entrou quem as trazia, não sabiam [cabiam] os Irmãos de contentamento e prazer, vendo o muito que o Senhor se dignava de obrar em suas creaturas, por intermedio dos da Companhia, em tantas e tão diversas partes do mundo. Dahi até de manhã não havia quem pudesse dormir, porque logo o Padre Provincial começou a ler as cartas e o que restou depois de ler-se algumas e gastou-se e empregou-se todo em ouvir-se confissões de gente de fóra, para que pudesse melhor ganhar o jubileu. (NAVARRO, 1988, p. 436-437).

Um tipo de carta que era incentivada acima de outras era a *edificante*. Em uma carta do missionário Francisco Xavier, escrita em 1552, na qual deixa instruções para um padre que iria ficar em seu lugar em virtude de sua viagem de Goa para a China, pode-se perceber o que eram as cartas edificantes:

⁴ Província era (e é) a grande divisão da organização da Companhia de Jesus. A sua estrutura previu, desde o início, que nas regiões onde estivesse um número razoável de jesuítas, que ali se criasse um nível hierárquico, subordinado ao Governo Geral, em que uma pessoa ficasse responsável, o Provincial. No século XVI, por exemplo, foram criadas as províncias de Portugal, em 1546, e do Brasil, em 1553.

Escrevais a todos os lugares onde há padres da Companhia que tenham em seus encargos o próximo ou que estejam trabalhando em seus afazeres: dizeis a eles que façam particular atenção em escrever a cada ano ao nosso bem-amado Padre Inácio para que ele saiba qual fruto Deus faz por intermédio deles nestas terras onde vivem. Que eles tenham em conta de jamais escrever coisas que possam ser desedificantes àqueles que lerão as cartas e que não escrevam nada além do fruto que se produz ou que se espera produzir.

Igualmente que, um por um, todos aqueles que estão dispersos e estão em seus encargos escrevam uma carta geral endereçada aos padres da Europa, para lhes fazer saber o fruto que eles produzem nos países onde se encontram. Que as cartas sejam bem redigidas e que não se encontrem nelas coisas que possam escandalizar, que não se diga mal de quem quer que seja. As cartas devem ser endereçadas: “Para os Padres e Irmãos da Companhia que vivem em Roma e na Europa”.

Quanto a vós, escrevais ao reitor de Coimbra para lhe dizer do fruto que Deus produz aqui por meio daqueles que vivem nesta casa, bem detalhada, e que seja muito edificante. E preste atenção no que escrever, pois esta carta vai ser lida e julgada por muitos. (XAVIER, 1987, p. 445, tradução nossa do original em francês).

Serafim Leite mostra que as cartas não demoravam a ser redistribuídas e usa como exemplo as primeiras cartas que Manuel da Nóbrega escreveu no Brasil em 1549. Depois de lidas em Portugal, no fim do mesmo ano já se encontravam em Roma, na sede do Governo Geral da Companhia de Jesus, e logo elas estavam nas casas e colégios da Europa. De Roma, as cartas iam para Goa e chegavam aos “[...] confins do mundo oriental, que os navios portugueses acabavam de pôr em contacto directo com Lisboa e o Ocidente” (LEITE, 1956, p. 53 da Introdução).

As cartas, como já afirmado, além de servirem de ligação interna da Companhia de Jesus, deixando todos informados dos acontecimentos, especialmente os edificantes, das missões em que seus membros estavam envolvidos, permitem, ao leitor de hoje, também acompanhar o contexto mais geral em que ela estava envolvida. Por exemplo, na carta de José de Anchieta, escrita em 1553, encontramos o relato da fundação da Vila de São Paulo, a que iria se tornar, quatrocentos e poucos anos depois, a cidade mais importante do Brasil e uma das maiores do mundo.

É preciso deixar claro que para o historiador da atualidade o conteúdo das cartas não deve ser levado literalmente como expressão sempre de uma verdade, mesmo que parcial. As concepções e avaliações feitas pelos jesuítas expressam uma determinada forma de ver e viver no mundo, forma religiosa, em que o que importava era que a verdade tida por eles fosse levada aos quatro cantos do mundo, especialmente para aqueles que ainda não haviam travado conhecimento do cristianismo. Para melhor

entender as cartas jesuítas e apreender delas um conteúdo que auxilia a entender um contexto mais amplo, elas devem ser lidas no seu tempo histórico, pois

Os documentos [no caso, as cartas jesuíticas] não pretendem e nem respondem a perguntas futuras, ou seja, eles não estão lá para dialogar com o nosso presente. Por mais óbvio que isso possa parecer, julgo pertinente salientar esse ponto devido ao fato de que as fontes expressam o seu contexto e não o nosso. Isso é importante para evitar deslocar-se a fonte para um palco diferente do seu, para que não cobremos do passado posicionamentos e concepções que são as nossas. (COSTA, 2010, p. 199)

É preciso salientar esta questão, pois ainda são comuns julgamentos atuais e precipitados da atuação da Companhia de Jesus, por exemplo, no Brasil do século XVI. Há, por um lado, os que enquadram os jesuítas como destruidores da cultura indígena e de fornecerem a (condenável) justificativa religiosa para a escravidão dos negros; eles estariam, dessa maneira, a serviço do “imperialismo português”. Por outro lado, existem autores que, ao compartilhar dos ideais da Companhia de Jesus, acabam por tecer considerações elogiosas para a ação daqueles homens. Ora,

cobrar daqueles padres comportamentos que a sociedade moderna demandou é, no mínimo, injusto para com eles, pois a mentalidade da época, que determinava suas concepções e projetos, era muito diferente da nossa, havendo uma razoável distância entre o que era vício e virtude para eles e o que o são para nós. Nesse sentido é preciso ter em conta, sempre, que as nossas fontes encontram-se num palco de atuação (e, muitas vezes, de luta) diferente do nosso e, por isso, há que se ter muito cuidado com possíveis aproximações entre duas realidades diferentes. (COSTA, 2010, p. 199)

Colocadas estas questões, tanto da importância das cartas para a organização da ordem jesuíta, como da forma como o historiador hoje deve para elas olhar, convém, a partir de agora, ressaltar um aspecto considerado aqui que possibilita relacionar esta comunicação ao próprio evento que ela está sendo apresentada. Trata-se de trazer uma questão que aparece nas cartas e que diz respeito à disposição requerida pelos jesuítas para as missões.

A Companhia de Jesus se caracterizou, grosso modo, como uma ordem religiosa criada no ambiente da Reforma Católica. A Igreja Romana, desde o século XV, já vinha sofrendo pressão para rever certas atitudes dos seus membros, especialmente no que dizia respeito à formação dos clérigos e à sua participação na vida civil; muitos bispos, e até papas, eram acusados de se imiscuírem por demais nos assuntos que não eram religiosos. Com Lutero, e o consequente movimento reformista que originou a chamada Reforma Protestante, a necessidade da Igreja se reformar foi potencializada, o que gerou a criação do Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563, reunião essa que

forneceu as bases para uma reforma pastoral e eclesial. Foi nesse ambiente que nasceu a Companhia de Jesus.

Os documentos basilares que deram a identidade à ordem inaciana, As *Constituições* e o *Ratio Studiorum*, expressam legal, pedagógica e religiosamente (i) uma preocupação com uma Igreja mais comprometida com suas funções catequéticas e missionárias, (ii) a necessidade de uma formação intelectual rigorosa por parte de seus padres, (iii) a vivência de uma hierarquia sólida que garanta o cumprimento de diretrizes centrais, e (iv) a aposta numa formação global que garantisse uma autonomia, quando necessária, para tomada de decisões e realização de ações que fossem necessárias para o bem das missões sem comprometer os objetivos religiosos fundamentais.

Assim, é preciso deixar claro que, acima de tudo, tanto as *Constituições* como, especialmente, o *Ratio Studiorum*, sintetizam uma formação rígida tanto do ponto de vista intelectual quanto religioso para o futuro padre jesuíta⁵, o que garantia, pelo menos em tese, que o futuro missionário estava preparado para suas atividades.

No entanto, e aqui creio que é possível estabelecer um *link* com os primórdios modernos de uma preocupação com uma espécie de educação física, não apenas requisitos intelectuais eram solicitados para as missões, mas, também, preparo físico para enfrentar as dificuldades de se missionar em terras inóspitas.

Na sequência, trechos de duas cartas de jesuítas em missão em que aparece a necessidade de que fossem enviados padres jovens, com disposição física, para os trabalhos. A primeira carta foi escrita por João de Azpilcueta Navarro, em 1550, do Brasil, para os jesuítas em Portugal; a segunda é de Francisco Xavier, escrita em 1545, de Coxim, para Loyola em Roma.

Approve a Deus Nosso Senhor que chegassem os Padres mandados dahi, e esperamos que façam grande fructo com os selvagens como fariam outros si tivessem muita caridade e castidade de par com as forças corporaes para supprir ás necessidades de tantos. As letras são o menos necessario, bem que entre os Christãos e entre os mesmo gentios conversos, sejam as letras [sic] precisas para a solução de casos diversos que entre elles se dão. (NAVARRO, 1988, p. 79)

Com efeito, aqui nestes lugares de infiéis, a ciência não é necessária; é suficiente ensinar as preces e visitar as vilas para batizar as crianças; muitos dentre eles, com efeito, morrem sem serem batizados porque não há ninguém para batizá-los e nós não podemos ir a todos os lugares. [...] Que sejam enviados para cá padres jovens, e saudáveis, e não doentes ou velhos, afim de poder suportar as constantes fadigas que terá para batizar, para ensinar, para ir de cidade em cidade. (XAVIER, 1987, P. 151, tradução nossa do original em francês)

⁵ O *Ratio* previa que para chegar a ser padre, o jesuíta teria que estudar dez anos, além de fazer três anos de noviciados e preparações. Diferente de outras ordens religiosas, em que o padre se ordenava geralmente por volta dos 23 anos, para ser jesuíta isso ocorria, normalmente dos 25 aos 30 anos.

Estes dois trechos são exemplares de outros que aparecem em outras cartas. Além do preparo intelectual, característico da formação jesuíta, alguns lugares de missão, especialmente o Brasil e o Oriente, requeriam disposição e preparo físico para enfrentar inúmeras dificuldades, especialmente as enormes distâncias que teriam que percorrer.

Como é reiterado em inúmeros finais de cartas do Brasil e do Oriente, *a messe é grande e poucos são os operários*, ou seja, havia muita coisa para se fazer: gentios a serem convertidos, crianças a serem batizadas, ensinamentos a serem proferidos, colégios a serem construídos, reduções a serem erguidas e organizadas, além de outras tantas atividades. Para tantas coisas, poucos eram os missionários; a desproporção entre as demandas requeridas e os agentes executores era muito grande. Para algumas dessas atividades qualquer jesuíta podia vir; para outras, em especial, era necessário que o missionário tivesse um preparo intelectual alto, pois teria que dialogar, como na China por exemplo, ou com as autoridades portuguesas no Brasil; mas, para as atividades junto aos gentios (índios no Brasil e hindus no Oriente) a juventude e o preparo físico eram mais requeridos.

No trecho acima da carta de Xavier ele é direto: a ciência, leia-se as “letras” teológicas, lá não era necessária, portanto, não era lugar para doutores jesuítas que não dispusessem de saúde suficiente; lá era lugar de jovens, lugar para os que tivessem boa saúde e disposição para enfrentar as inospitalidades. Assim, o jesuíta não deveria apenas preparar-se intelectualmente, mas, também, fisicamente para seu trabalho. O cuidado com o físico, para aqueles jovens seminaristas que vislumbravam ir até o *front* das “batalhas” pela salvação das almas e pelo aumento da *santa fé católica*, se tornava uma exigência formativa.

Desta forma, finalizando este breve texto, uma cultura do cuidado com o corpo fazia parte das diretrizes da Companhia de Jesus. Tal diretriz foi incorporada a partir do momento em que aquela ordem religiosa se caracterizou como missionária e, como em tudo o que ela se envolveu, tratou de fazer seu trabalho da melhor forma. Graças à sua organização interna, consciente e deliberada desde o início, é possível, hoje, ler a correspondência interna dos jesuítas e perceber que, para além de outras atividades, a preocupação física com seus corpos missionários estava na ordem do dia.

REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

COSTA, Célio Juvenal. Fontes jesuíticas e a educação brasileira.. In: COSTA, C. J.; FABIANO, L. H.; MELO, J. J. P.. (Org.). *Fontes e métodos em História da Educação*. 1ed. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2010, p. 193-214.

COSTA, Célio Juvenal. O epistolário jesuítico como fonte privilegiada de pesquisa sobre a História da Educação no Brasil Colonial. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha. (Org.). *Educação na História*. 1ed. São Luis-Ma: Editora UEMA, 2008, p. 73-96.



LEITE, Serafim (org). *Monumenta Brasiliae*. Volume I (1538-1553). Roma: A Patribus Eiusdem Societatis Edita 1956. *Monumenta Historica Societatis Iesu*, v. 79; *Monumenta Missionum Societatis Iesu*, v. X; *Missiones Occidentales*.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. IN: *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, nº 43, julho, São Paulo, 2002, p. 11-32

NAVARRO, Azpilcueta & outros. *Cartas avulsas - 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. Cartas Jesuíticas.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

XAVIER, Saint François. *Correspondance 1535-1552 – lettres et documents*. Traduction intégrale, présentation, notes et index de Hugues Didier. Paris: Desclée de Brouwer, 1987.

CENTROS DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: O INÍCIO DE UMA PESQUISA

Christiane Garcia Macedo¹

Silvana Vilodre Goellner²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as primeiras discussões de um projeto de pesquisa sobre os Centros de Memória da Educação Física e Esportes, vinculados a universidades federais do Brasil. Iniciamos com a discussão sobre os centros de memória serem lugares e memória. E apresentamos o levantamento inicial realizado sobre os centros de memória existentes. O trabalho encontra-se em andamento.

Palavras-chave: Lugares de memória. Centros de Memória. Educação Física. Esporte.

Os Centros de Memória da Educação Física e Esportes tem se destacado como locais de pesquisa histórica na área, especialmente por reunir fontes e agregar pesquisadores. Por isso, entendo que é necessário conhecer e analisar esses espaços, para compreender os caminhos da produção do conhecimento da pesquisa histórica na educação física e práticas corporais no país. Nesse trabalho apresentamos os primeiros passos dessa pesquisa que tem como objetivo: analisar a constituição e organização dos Centros de Memória da Educação Física nas Universidades Federais brasileiras buscando entender o fazer histórico na Educação Física, as condições teóricas e estruturais que os tornaram possíveis.

Os lugares de Memória da Educação Física e Esporte

O que seria um lugar de memória? Segundo Olga Von Simon (2000) seriam locais onde a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade se expressa. A autora cita como exemplos: monumentos, hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas, museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória.

Pierre Nora diz que os lugares de memória, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (1993, p. 21). Um museu, um monumento, um arquivo só é lugar de memória se for revestido dessa função (de seleção e guarda da memória) e da simbologia que a envolve (representações da identidade coletiva). Acredito que os CMs possuem essas características, selecionando e guardando memórias, e transparecendo isso pelas suas ações, pesquisas e atividades.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, 13).

¹ Doutoranda, ESEF – UFRGS, chrisgmacedo@gmail.com

² Professora Doutora, ESEF – UFRGS, vilodre@gmail.com

Sobre a necessidade desses lugares de memória Von Simon (2000) apresenta que os idosos perderam a função de guardiões da memória em decorrência a mudanças na lógica social, que apresenta um grande volume de forma cada vez mais rápida das informações, e que de certa forma obriga o consumo acrítico. Assim, a memória coletiva passa a se institucionalizar.

Essas instituições realizam, portanto, hoje, de forma profissional, uma tarefa social anteriormente exercidas pelos idosos. (...) de alguma forma e segundo critérios previamente estabelecidos realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em suportes materiais diversos (VON SIMON, 2000, p. 65).

Outra reflexão desses textos que tratam dos lugares de memória é a posição do(a) historiador(a) ou das pessoas que produzem sistematizações ou seleções a partir das memórias e para esses lugares.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens [e mulheres] particulares que fazem de si mesmos homens[mulheres]-memória (NORA, 1993, p. 18).

Algumas pessoas se ocuparam de produzir acervos, de guardar as memórias de suas práticas esportivas. Segundo Goellner (2005) em um primeiro momento essa função foi exercida por colecionadores particulares como: jornalista Gerson Sabino (década de 1930³), professor Mario Cantarino (década de 1930), professor Jair Jordão Ramos (década de 1960), médico Henrique Licht (década de 1960⁴). Após esse período alguns clubes e instituições esportivas se envolvem nessa tarefa: Arquivo Histórico do Clube Espéria (década de 1980), Memorial SOGIPA (década de 1990), Centro de Documentação do Comitê Olímpico Brasileiro (década de 1990), Centro de Memória Esportiva “De Vaney” (década de 1990) (GOELLNER, 2005).

Os Centros de Memória ligados às universidades federais e a outras instituições de ensino começam suas atividades a partir da década de 1990. Apresentamos a seguir o primeiro levantamento feito através de uma pesquisa exploratória em publicações e páginas da internet.

Os Centros de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer

Para essa pesquisa selecionamos as instituições a partir dos seguintes critérios: a) Ser um local em atividade de recolha, guarda, conservação e divulgação de itens históricos ligados à temática: educação física, dança, esporte e lazer; b) estar vinculada

³ Data aproximada do início da produção do acervo.

⁴ Este acervo particular que agora se encontra no CEME possui materiais que indicam a década de 1920.

a uma universidade federal; b) possuir acervo próprio; c) manter instalações específicas nas quais esse acervo se encontra preservado; d) desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão; e) ter pesquisadores(as) envolvidos(as) que tenham produção de pesquisas históricas registradas no seu currículo lattes. Nesse sentido, não citaremos os grupos de pesquisa ligados à história da Educação Física, Esportes e Lazer, embora reconheçamos que de alguns deles precederam e, mesmo, originaram alguns dos Centros de Memória em atuação.

Faremos a apresentação por data de implantação. Apresentando seis Centros de Memória de acordo com esses critérios.

1) O Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME/UFRGS), surgiu em 1997, com o objetivo de a) reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Rio Grande do Sul e no Brasil; b) implementar a produção científica no campo da história e da memória das práticas corporais e esportivas; c) realizar exposições permanentes e itinerantes; d) oferecer oficinas para escolas e outras instituições públicas e privadas; e) dar acessibilidade à informações relacionadas à memória das práticas corporais e esportivas; f) organizar seminários, palestras e eventos temáticos; g) disponibilizar o acervo via recursos computacionais; h) produzir conhecimento a partir de pesquisas realizadas no acervo; i) organizar acervo oral composto por depoimentos de pessoas com contribuição para a estruturação do campo das práticas corporais e esportivas no Brasil; g) gestar informações sobre memórias das práticas corporais e esportivas no Brasil por meio do movimento de acesso livre à informação científica. Possui nove coleções: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Educação Física e Esporte; Dança; Recreação e Lazer; Olímpica; Universiade 1963; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Movimento de Estudantes de Educação Física; Programa Segundo Tempo. Cabe destacar que essas coleções abrigam acervos específicos, oriundos de fundos pessoais dentre os quais destacamos os de Inezil Penna Marinho, Mário Cantarino Filho, Frederico Guilherme Gaelzer, Lenea Gaelzer, João Luiz Rolla e Henrique Licht. Possui materiais escritos, fotografias, audiovisuais, materiais tridimensionais. O material bibliográfico é repassado à biblioteca da ESEF que possui um Acervo Histórico. O CEME/UFRGS integra a Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS (REMAM) e está registrado no Sistema Estadual de Museus do Estado do Rio Grande do Sul⁵.

2) O Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), é ligado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO). Foi criado em 2001 e apresenta como objetivos: a) recuperar, preservar e divulgar a memória do curso de Educação Física da UFMG; b) acolher, preservar e divulgar documentos históricos relativos à memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer; c) realizar e fomentar estudos e pesquisas em História da Educação Física, do Esporte e do Lazer; Estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com Centros congêneres nacionais e/ou internacionais; d) fomentar diferentes formas de divulgação da produção científica em História da

⁵ Maiores informações em <http://www.ufrgs.br/ceme/site/>

Educação Física, do Esporte e do Lazer; e) organizar e promover eventos, mostras, cursos, exposições e outras iniciativas similares com vistas à socialização do conhecimento. Seu acervo comporta materiais relacionados à EEFFTO, advindos da própria instituição e de doações de professores. Possui diversos suportes e documento: documentos escritos, fotografias, audiovisuais, material bibliográfico, material tridimensional. O CEMEF/UFMG integra a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais⁶.

3) O Centro de Memória Inezil Penna Marinho (CEME/UFRJ), vinculado à Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro que também foi criado em 2001 contemplando os seguintes objetivos: a) recuperar, preservar e divulgar fontes relativas à memória da Escola Nacional de Educação Física e Desportos/Escola de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil/Universidade Federal do Rio de Janeiro; b) implementar linhas de pesquisa ligadas à História da Educação Física e do Esporte, de forma a subsidiarem o implemento de projetos de iniciação científica, bem como o Mestrado em Educação Física; c) consolidar o Centro como um local de referência para a pesquisa histórica na Educação Física e no Esporte no Estado do Rio de Janeiro, articulado com outros centros de memória já existentes, como o Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; d) disponibilizar o acervo do Centro de Memória, inclusive fazendo uso de recursos computacionais (home-page, internet, confecção de Cd-Rom, entre outros). Seu acervo é constituído, basicamente, por materiais relacionados à história da Escola de Educação Física e Desportos, (originalmente denominada de Escola Nacional de Educação Física e Desporto pertencente à Universidade do Brasil)⁷.

4) o Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), foi criado em 2004 com o objetivo recuperar, preservar e divulgar o acervo do departamento ao qual está vinculado⁸. Possui materiais ligados à Escola de Educação Física do Paraná, ao Centro Acadêmico do curso (décadas de 1980 a 2000), materiais de professores e ex-professores da instituição. Basicamente documentos escritos e fotografias⁹.

5) o Centro de Memória do Esporte, da Educação Física e do Lazer (CEMEFEL/UFS) da Universidade Federal de Sergipe, implantado em 2005 com o objetivo de ampliar o debate acerca das temáticas no campo da história da Educação Física, bem como da necessidade de preservar e divulgar as memórias e tal temática presentes na universidade e no estado de Sergipe¹⁰; Possui basicamente acervo ligado a sua instituição de origem e doação de professores, grande maioria composta por documentos escritos.

⁶ Maiores informações em <http://www.cemef.eeffto.ufmg.br>

⁷ Maiores informações em <http://www.ceme.eefd.ufrj.br>

⁸ Maiores informações em <http://cedes.ufsc.br:8080/xmlui/handle/123456789/290>.

⁹ Informações retiradas de MORO, GODOY (2006) e SOUZA, CAPRARO (2010).

¹⁰ Maiores informações em <http://cemefelufs.webnode.com.br/historia-do-cemefel/>.

6) o Centro de Memória da Educação Física e do Esporte da Universidade Federal do Mato Grosso, foi criado em 2013 a partir da realização de duas dissertações e que tem como finalidade preservar a memória de documentos relacionados à Faculdade de Educação Física e ao esporte na UFMT e do Estado de Mato Grosso além de servir como fonte para novas pesquisas.

Para além esses seis Centros de Memória destacamos outros espaços que não serão analisados nessa pesquisa por não seguirem os critérios: Centro de Memória do Esporte no Nordeste vinculado à Universidade Federal da Paraíba (criado em 2002 como grupo de estudos); Centro de Memória do Esporte e da Educação Física da Bahia vinculado à Universidade Federal da Bahia (criado em 2008¹¹); Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer vinculado à Universidade Estadual de Londrina (criado em 2009¹²); Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (criado em 2010 no Campus de Muzambinho¹³); Memorial da Educação Física e dos Esportes vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (criado em 2014¹⁴).

Tais lugares de memória, com maior ou menor experiência, tem configurado uma importante intervenção política e pedagógica no campo acadêmico-profissional da Educação Física brasileira cujo impacto pode ser identificado em três direções: a produção de fontes, de saberes e de tecnologias. Entendendo que as práticas corporais e esportivas são constituidoras da cultura de um país identificamos como de extrema importância o papel desempenhado por esses centros de memória na medida em que

“sua intervenção política se destina não apenas a agrupar dados, objetos, documentos, experiências individuais e coletivas mas, fundamentalmente, preservar e transmitir informações oriundas de suas coleções às novas gerações, por entender que ali alojam-se conhecimentos de grande significação social” (GOELLNER, 2007, p. 237).

Considerações

A pesquisa encontra-se em fase inicial, mas já percebemos a ampliação desses espaços e criação de novos. Esperamos dar continuidade através de levantamento de produção, entrevista e observações podendo assim analisar de forma aprofundada sobre as questões de constituição, gestão e produção desses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹¹ Maiores informações em <http://pt.slideshare.net/gepefelunebalagoinhas/centro-de-memria-da-educacao-fsica-e-do-esporte-da-bahia-experincias-universitrias-e-desafio-cultural>

¹² Maiores informações em http://www.uel.br/grupo-estudo/cemidefel/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1.

¹³ Maiores informações em <http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/cursos/educacao-fisica/historia-do-curso>.

¹⁴ Informações sobre a inauguração em: <http://site.ufsm.br/noticias/exibir/comemoracao-com-memoria>.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Locais de Memória: histórias do esporte moderno. **Arquivos em Movimento**. Rio de Janeiro, V. 1, n. 2, p. 79-86, julho/dezembro, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007, p. 235-246.

MORO, Vera Luiza, GODOY, Letícia. Centros de Memória em Educação Física, Esporte e Lazer: algumas contribuições para o debate. In: MEZZADRI, Fernando Marinho, CAVICHIOILLI, Fernando Renato, SOUZA, Doralice Lange de (orgs.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006, p. 117 – 131.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

SOUZA, Elyandra Caroline Alves de, CAPRARO, André Mendes. Preservando a memória, fazendo história: relato da fundação e das experiências desenvolvidas no Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR (CEMEDEF). **Recorde: Revista de História do Esporte**. Vol. 3, n. 1, junho de 2010, p. 1-16.

VON SIMON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp. In: Faria Filho, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 63 – 74.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A CULTURA ESCOLAR A PARTIR DA ANÁLISE DE IMAGEM NA ESCOLA VITÓRIA FURLANI DA RIVA EM ALTA FLORESTA-MT

Clailton Lira Perin¹

Elizabeth Figueiredo de Sá²

Resumo: O artigo teve como objeto de estudo fotos da prática da Educação Física. A metodologia usada foi à história cultural, articulada com a história da educação, com a cultura escolar. A fonte foi o acervo da escola Vitória Furlani da Riva, objetivou-se, analisar a prática da Educação Física sob a ótica da cultura escolar através de fotografia. Os resultados apontam que a sua prática visava preparar o aluno para o crescimento saudável com qualidade de vida e lazer.

Palavras-chave: Educação Física. Cultura Escolar. História da Educação

INTRODUÇÃO

O cuidado com o corpo é algo que vem desde a Antiguidade, principalmente na sociedade espartana, onde, um corpo forte e saudável era significado de bons guerreiros. Já na sociedade capitalista, o cuidado com o corpo passou a ser entendido como força de trabalho e fonte de lucro. Por isto era necessário cuidar do mesmo, haja vista que ele era fonte de riqueza. Assim, cuidando do corpo estaria cuidando da nova sociedade que se construía, ou seja, uma sociedade capitalista, onde os seus pressupostos estavam na produção. Para tanto, se fazia necessário trabalhadores fortes e saudáveis para o desenvolvimento dos trabalhos.

Neste contexto, no Brasil, essa missão vai ser passada a escola, e ela tinha que trabalhar e preparar esses trabalhadores. É aí que entra os primórdios da implantação da disciplina de Educação Física Escolar, que no primeiro momento, surgiu através da inserção da Ginástica na prática escolar. Esse processo de implantação foi influenciado pelas ideias higienistas e militares que exerceram e marcaram a Educação Física Escolar ao longo de sua construção histórica.

O presente artigo é fruto da pesquisa para a dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) e teve como objeto de estudo fotografias da prática da Educação Física, da escola estadual Vitória Furlani da Riva. O aporte teórico-metodológico usado, foi o da história cultural, articulada com a história da educação e com a cultura escolar, com algumas interfaces com a história das instituições escolares.

A fonte utilizada foi o acervo da escola acima citada, com foco nas fotografias, em particular, as voltadas para a prática da Educação Física, com ênfase em especial em uma fotografia que chamou-nos atenção no decorrer da pesquisa e por isto escolhemos a, porque representa o ambiente em que era praticada as aulas de Educação Física. A partir dela, procuramos relacioná-la e discuti-la com o olhar da cultura escolar. Tal fotografia será exposta e analisada mais adiante neste artigo.

¹ Mestrando em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/PPGE/GEM). e-mail: spapensador@hotmail.com Agências financiadoras: SEDUC-MT/CAPES/FAPEMAT

² Doutora em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/PPGE/GEM). e-mail: bethfsa@uol.com.br

O referido artigo teve como objetivo, analisar a prática da Educação Física sob a ótica da cultura escolar através do uso de fotografia.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DE IMAGEM A PARTIR DA CULTURA ESCOLAR, DA ESCOLA VITÓRIA FURLANI DA RIVA

A escola estadual Vitória Furlani da Riva, localizada no norte do estado de Mato Grosso, no município de Alta Floresta, foi criada pelo Decreto Estadual de nº 1.337 de 24 de abril de 1978, assinado pelo então governador José Garcia Neto. Apesar de sua legalização ser datada em 1978, a escola já funcionava desde 1977. A referida escola foi construída pela INDECO³, colonizadora que fundou o município de Alta Floresta e nos seus primeiros anos de funcionamento era quem mantinha a mesma. Isto se fazia necessário porque a escola era usada como um instrumento de propaganda para atrair os colonos da região sul do Brasil, em especial os do estado do Paraná. A escola também era usada para desenvolver nos colonos que decidiam vir para o projeto de colonização de Alta Floresta, uma adaptação e ajustamento desse colono, pois,

[...] jamais existiu neutralidade na formação do colono, pois o colonizador sabia muito bem o que ele queria e melhor ainda sabia como conseguir que seu cobiçado projeto se tornasse uma realidade. A escola como um espaço de produção do saber científico tornou-se o viveiro de mudas de café, a casa para as festas, reuniões e demais eventos que servissem de pretexto para reunir toda a comunidade. Essas pessoas, objetos, ações deram a escola um caráter comunitário de acesso democrático e possível a todos. (ROSA; PERIN; ROSA, 2003, p. 75).

Analisando a citação acima, podemos perceber que a escola tinha uma função muito mais ampla do que o simples fato de ensinar, ela era responsável por promover um processo formativo do colono com o projeto do colonizador. Neste sentido, podemos observar que,

Uma história da escola como instituição social e cultural atenta à micropolítica e à organização interna da mesma, [...] adquire sentido não pela mera recompilação ou enumeração de objetos [...] sua integração num esquema explicativo que interpreta e dá sentido à realidade (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p.13).

Nesse contexto, a prática da disciplina de Educação Física, na escola Vitória Furlani da Riva tinha uma missão, que era preparar o aluno para um crescimento saudável e com qualidade de vida e lazer. Isto vinha de encontro com

As novas exigências da “vida moderna” não mais apenas corrigir e endireitar o corpo, mas imprimir-lhe eficiência: o trabalhador

³ INDECO, significa Integração Desenvolvimento e Colonização

necessário à indústria deveria ser dotado de corpo eficiente, pronto para o mundo do trabalho. Os jogos e os esportes, especialmente, são escolarizados porque deles se esperava que pudessem inscrever no corpo os atributos de eficiência, eficácia, resultado e rendimento. (SOUSA; VAGO, 2008, p. 281).

Neste sentido, a cultura escolar se apresenta como um instrumento para ajudar a compreender como as escolas passaram a lidar com essas novas exigências. De acordo com Julia (2001, p. 11),

[...] para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.

Assim, partindo do aporte teórico da cultura escolar, apresentaremos e analisaremos a seguir uma fotografia da prática da Educação Física na escola Vitória Furlani da Riva, procurando mostrar e discutir o porquê da realização de tais atividades em ambientes não adequados para tais práticas. Para tanto, buscamos também analisar tal fotografia sobre a visão da história cultural, que segundo Chartier (2002, p. 16) “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

A seguir será apresentada a fotografia que será discutida e analisada.

Figura 01: Alunos da escola Vitória Furlani da Riva realizando prática de Educação Física, no ano de [1981?]



Fonte: Acervo da escola estadual Vitória Furlani da Riva

Para compreender porque tal imagem representa a prática da Educação Física na escola, faz-se necessário descrever algumas informações contidas na mesma, e que foram obtidas no acervo da escola e também em conversas com o diretor da escola nesse período.

Os alunos que estão na foto eram alunos do 1º grau (atual ensino fundamental). O professor ao fundo, era formado na área de Educação Física e observava a execução das atividades (neste caso da foto, o alongamento). Neste período, a escola passava por uma ampliação de salas de aula, como também se observa ao fundo. O fusca era do primeiro pároco da cidade. A casinha ao lado da escola era do grupo gerador/motor, responsável pela energia da escola e o prédio visto frente da escola era um hospital. E o local onde estava ocorrendo à aula prática, era o campinho dos alunos jogarem bola e que também era usado para fazer ginástica. Atividade esta que estava sendo realizada e que ficava no pátio da escola.

De acordo com Frago; Escolano (1998, p. 61),

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação [...]. A ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O “salto qualitativo” que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói.

Isto é confirmado por Certeau (1982, p. 48) quando ele diz que “a produção do sentido, é indissociável, em história, do seu lugar e de um objeto [...] são as condições nas quais tal ou qual sociedade deu a si mesma um sentido através de um trabalho que é também ele, determinado”.

De acordo com a grade curricular, diários de classe, a rotina escolar da Educação Física na escola era de três aulas semanais. Segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 51) “[...] práticas pedagógicas como a Educação Física foram pensadas e postas em ação, uma vez que correspondiam aos interesses da classe social hegemônica, ou seja, a classe social que dirige política, intelectualmente e moralmente a nova sociedade”. Nessas aulas, as principais atividades desenvolvidas eram da ginástica tradicional, as quais eram definidas pelos professores de educação física, ou seja, um aquecimento, mais os exercícios normais. O professor também oferecia outras atividades esportivas, como o futebol, voleibol, peteca, entre outras. Isto por que era preciso que esse aluno obtivesse um crescimento saudável, com qualidade de vida e lazer. Assim, os exercícios físicos, “passaram a ser entendidos como ‘receita’ e ‘remédio’. Julgava-se que através deles, [...] seria possível adquirir o corpo saudável, ágil, disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 51).

Nesse sentido, como podemos observar na fotografia, só encontra-se meninas na mesma. Isto por que, o professor, conforme as regras daquela época separava a turma, sendo uma determinada atividade para as meninas e outra atividade para os meninos. Isto era uma influência trazida para a Educação Física pelos militares para a escola que,

[...] traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia. Esse fato é a base da construção da identidade pedagógica da Educação Física Escolar, calcada nas normas e valores próprios da instituição militar. [...] constrói-se nesse sentido, um projeto de homem disciplinado, obediente,

submisso, profundo respeitador da hierarquia social. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 53)

Isto é complementado pelo pensamento de Julia (2001, p. 23) que diz, “não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’”.

Assim sendo, segundo Julia (2001) a cultura escolar passa a ser um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação dos comportamentos desejados; das normas e práticas coordenadas e com as finalidades que variam segundo as épocas. Finalidades estas que podem ser religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização.

Retornando a fotografia que estamos analisando e discutindo, chama nos atenção o ambiente que a mesma era praticada, “um campinho de futebol de chão batido”, ambiente nada adequado à prática das atividades. Neste local, aconteciam às aulas, inclusive as de ginástica, como podemos visualizar na imagem, que era à atividade que estava sendo executada naquele momento (aquecimento para as aulas de ginástica tradicional).

Neste contexto, “a escola enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar: Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado”. (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p.62). Assim, a cultura escolar pode ser “descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001, p. 09).

Esse pensamento é compartilhado com Forquin (1993, p. 14) quando ele afirma que,

[...] a educação consiste em introduzir os membros das novas gerações no interior de um mundo que eles não conhecem e que eles deverão habitar durante um certo tempo, antes de remetê-lo por sua vez como herança a seus sucessores, e é verdade que se pode pensar a partir de uma tal visão a relação entre educação e cultura, definindo a cultura como esta ordem humana preciosa e precária que é para cada homem como uma matriz, uma memória e uma promessa fundadoras.

Neste contexto, Chartier (2002) diz que as percepções do social não são discursos neutros, pois, produzem estratégias e práticas, sejam elas sociais, escolares, políticas entre outras e que tendem a impor uma autoridade à custa de outros menosprezados, visando legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Assim, para Julia (2001, p. 37) é preciso “analisar atentamente as transferências culturais que foram operadas da escola em direção a outros setores da sociedade em termos de formas e de conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola”. Isto por que para Certeau (1982, p. 16), “a explicação do passado não deixa de marcar a distinção entre o aparelho explicativo, que está presente, e o material explicado [...]”.

Outro aspecto que não pode deixar de ser analisado é a questão da higiene dos alunos. Onde era exigido dos mesmos o uso de uniformes para a realização das práticas de Educação Física. Ao término das aulas todos os alunos iam para o banheiro para fazer o seu retorno para sala ou para sua casa. Por causa disto, faz-se necessário uma “*relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala”. (CERTEAU, 1982, p.69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como um espaço educativo esta dotada de significados que transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores, impondo na maioria das vezes, suas leis e organizações disciplinares.

Neste contexto, a cultura escolar proporciona uma discussão e análise do pensamento pedagógico, não podendo deixar de lado a reflexão sobre os diferentes tipos de escolhas educativas. Foi por isto, que o referido artigo, procurou discutir as práticas da Educação Física Escolar na escola estadual Vitória Furlani da Riva, buscando um aporte teórico metodológico na cultura escolar, e na história cultural, procurando articular-se com a história da educação e algumas interfaces com a história das instituições escolares, tendo como base a análise de fotografia.

Com as discussões realizadas no decorrer do artigo, podemos concluir que a prática da Educação Física a partir da análise de fotografia, demonstrou que tais práticas eram desenvolvidas visando atender um novo modelo de sociedade e a sua principal função estava na crença de transformar os corpos das crianças em sadios, belos e fortes, ou seja, com as pretensões capitalistas sob a influência das ideias militares e higienistas. Onde as ações corporais como a ginástica eram praticadas em um ambiente, sem o mínimo de condições para tal prática (em campo de chão batido) e os jogos eram incentivados de acordo com o gênero. Mesmo assim, podemos perceber que a prática da Educação Física Escolar na escola Vitória Furlani da Riva, visava preparar o aluno para um crescimento saudável e com qualidade de vida e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, DIFEL: Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A, 2002.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FORQUIN, Jean – Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Tradução de Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, nº1 jan./jun. 2001.

MATO GROSSO. Decreto Estadual nº 1.337 de 24 de abril de 1978. Dispõe sobre a criação da escola Vitória Furlani da Riva. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, nº 17.568, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 26 abr. 1978.

ROSA, Rosane Duarte; PERIN, Clailton Lira; ROSA, Rosalvo Duarte. Colonizador e Colonos: na fronteira da terra o limite dos sonhos de um futuro promissor. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, Alta Floresta-MT, v. 2, n. 1, p. 68 – 77, semestral. 2003.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; VAGO, Tarcísio Mauro. Última década dos oitocentos, primeira década da *Gymnastica* na formação do professorado mineiro. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 253 – 284.

URBANO E RURAL NA HISTORIOGRAFIA DO ESPORTE

Cleber Dias¹

Resumo: No processo de crescimento progressivo da historiografia do esporte, chama atenção as lacunas do conhecimento historiográfica sobre o desenvolvimento histórico do esporte fora de regiões metropolitanas. Em certa medida, esse estado de coisas explica-se pela tradicional associação teórica entre o florescimento de práticas esportivas a um quadro geral de modernização. Este arcabouço teórico geral traz consigo algumas importantes implicações teóricas para o estudo histórico do esporte. O objetivo deste trabalho é oferecer algumas reflexões a respeito.

Palavras-chave: História; Esporte; Historiografia

Fundamentos teóricos dos estudos históricos sobre o esporte geralmente associam o florescimento de práticas esportivas a um quadro geral de modernização, destacando, especialmente, a urbanização e a industrialização como principais índices desse processo (DIAS, MELO, 2009; LUCENA, 2001; MELO, 2001; VAMPLEW, 1988). Todavia, o caso brasileiro apresenta algumas situações em que o desenvolvimento histórico dos esportes se deu em circunstâncias bastante diversas. São contextos pouco ou nada urbanizados, inteiramente rurais às vezes, ausentes de quaisquer vestígios de industrialização ou urbanização, mas mesmo assim tomados pelo entusiasmo com os esportes (DIAS, 2013).

No Brasil, trabalhos como os de Carlos Fernando Cunha Junior, Luciano Pereira da Silva, Janice Mazo, Luiz Carlos Rigo, Priscila Soares, entre alguns poucos outros, tem apresentado interessantes resultados sobre pesquisas históricas a respeito do esporte em cidades do interior (CUNHA JUNIOR, 2011a; CUNHA JUNIOR, 2011b; KILPP, ASSMANN, MAZO, 2012; LIMA, 2009; SILVA, 2013; SOARES, 2011; SOARES, MORORO, 2011). Mesmo assim, articulações interpretativas mais gerais a respeito desses casos, porém, esbarram ainda no limitado número de trabalhos sobre tais situações, pois a historiografia brasileira sobre esportes não tem privilegiado o estudo da disseminação dessas práticas fora dos grandes centros metropolitanos. De acordo com avaliação de Cesar Torres, o qual realizou recentemente um balanço da historiografia sul-americana sobre esportes, o futebol, os grupos de elite ou as regiões metropolitanas têm recebido “ampla atenção acadêmica”, enquanto outras modalidades, o envolvimento de grupos étnicos minoritários, bem como amplas e importantes regiões geográficas têm sido marginalmente estudadas ou às vezes até mesmo totalmente negligenciadas.

Além dessas questões propriamente teóricas, dificuldades para localizar e acessar vestígios do passado esportivo de regiões fora das maiores cidades do país também concorrem para a situação. Em verdade, são particularmente graves os obstáculos desse tipo. Se a manutenção de arquivos brasileiros importantes é precaríssima, pode-se deduzir a natureza de dificuldades colocadas para o estudo histórico de cidades fora das capitais ou das principais regiões metropolitanas, o que pode ser ainda pior em se tratando da história do esporte – muitas vezes menosprezada como instância legítima de memória social.

¹ Doutor em Educação Física. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: cleberdiasumfg@gmail.com

Tudo isso, no fim, afeta diretamente a capacidade de cada grupo, cidade ou região preservar e divulgar sua própria memória esportiva, o que tem implicações para além do campo esportivo, inclusive. Pois conforme já destacaram inúmeros teóricos sociais contemporâneos, as formas de dominação, hierarquização e estratificação social dizem respeito também a mecanismos simbólicos (WILLIAMS, 1992; BOURDIEU, 2007). Também a memória, nesse sentido, é o resultado de uma luta política entre diversos grupos pela imposição dos modos mais legítimos de se recordar do passado (LOWENTHAL, 1985; MUNSLOW, 2009). Assim, o fato de certos acontecimentos serem mais lembrados ou terem mais visibilidade que outros, não é resultado de uma possível capacidade inata aos próprios fatos, mas sim o resultado de complexas operações políticas e sociais, que pouco a pouco vão afirmando a capacidade de certos grupos ou regiões, em detrimento da suposta “incapacidade” de outros.

Desde a década de 1960, com o advento da chamada “história vista de baixo”, a historiografia tem se ocupado de chamar atenção para os inúmeros pontos de vista possíveis para as narrativas históricas (SHARPE, 1992). Mais recentemente, com as teorias pós-coloniais e os subaltern studies, parte do princípio dessas reflexões vêm sendo aplicada não apenas as cisões de classe, mas também àquelas ligadas a etnia, ao gênero e até a nacionalidade. A memória cultural, nesse sentido, é tida como o resultado de uma luta política entre diversos grupos pela imposição de padrões de comportamento que serão então tomados como os modos mais legítimos de se recordar do passado. Assim, o fato de certos acontecimentos serem mais lembrados ou terem mais visibilidade que outros, deixa de ser apreendido como resultado de uma possível capacidade inata aos próprios fatos, apresentando-se, de outra forma, como o resultado de complexas operações históricas, políticas e sociais, que pouco a pouco vão afirmando a capacidade de certos grupos, em detrimento da suposta incapacidade de outros (LOWENTHAL, 1985). Nesse contexto, a reconstituição histórica da memória de grupos, setores ou regiões em condições de subalternidade é mais um elemento dessa rede de relação entre história, memória e poder.

Nesse sentido, uma reavaliação crítica do modo de operação conceitual do par dicotômico nação-região estão entre algumas das tarefas potencialmente mais importantes para uma renovação na historiografia brasileira dos esportes. Dentre os temas tradicionalmente abordados pela historiografia do esporte, a relação entre o desenvolvimento histórico do esporte e o nacionalismo tem sido seguramente um dos mais recorrentes. A participação do esporte na edificação, difusão e consolidação de “identidades nacionais” conta com uma vasta literatura (ver GOKSOYR, 2009). No Brasil, especificamente, trabalhos orientados por perspectivas sociológicas, antropológicas, mas também históricas, têm também reforçado os vínculos sociais e teóricos entre esporte e nacionalismo. Citem-se, nesse sentido, trabalhos como os Edson Gastaldo, Simone Guedes (2006), Maurício Drumond (2008) e Fabio Franzini (2003).

Uma das principais críticas possíveis a essas abordagens, tanto nacional, quanto internacionalmente, é o enquadramento de uma concepção não-problemática de nação e nacionalismo. Pois o relativo sucesso na construção desta “comunidade imaginada” não apagou as tensões e complexidades da relação entre o local e o nacional. Como bem anotou Norberto Luiz Guarinelo (2003), referindo-se a este processo no Brasil, “o corpo da nação não é homogêneo” (p. 699).

Narrativas históricas nacionais são o resultado de um conjunto mais ou menos arbitrário de reduções e generalizações, onde práticas e imaginários de determinados grupos específicos, de regiões específicas, se apresentarão como representações válidas para toda a nação. Segundo Ianni (1992):

Apenas na aparência a cultura vigente na sociedade brasileira é “uma” cultura. O que parece ser “uma cultura brasileira” é um complexo de modos de viver e trabalhar, sentir e agir, pensar e falar que não se organizam em algo único, homogêneo, integrado, transparente [...] Há produções culturais que surgem desde logo como nacionais, ou transformam-se em nacionais. Independente de estarem vinculadas à cultura dominante ou subalterna, são incorporadas por muitos, a grande maioria ou mesmo todos [...] Em muitos casos, no entanto, as produções culturais tendem a expressar a visão do mundo de determinados grupos ou classes (p. 148).

A reprodução de uma lógica de relação centro-periferia entre a “nação” e as “regiões” atualiza distinções binárias que estabelecem hierarquias, segundo as quais cabe àquela parte que se auto representa como “centro” ou “nação” definir o sentido do que será representado como “periferia” ou “região”. No Brasil, ao centro litorâneo, “nacional”, cabe, portanto, o papel de civilizado, desenvolvido e, no limite, superior. À periferia sertaneja, “regional”, ao contrário, cabe o papel de selvagem, primitivo, atrasado e, no limite, inferior. Reservadas às devidas proporções, trata-se de uma estrutura discursiva análoga àquela em que se opõe Ocidente e Oriente, Primeiro e Terceiro Mundo, enfim, a Europa e o Resto, só que reduzidos às fronteiras nacionais (cf. COSTA, 2006; MCLENNAN, 2003; SAID, 2007).

Em larga medida, esse tipo de binarismo estará presente também no estudo histórico do esporte. Richard Holt (1992) referiu-se a este estado de coisas nos estudos históricos do esporte como “modelo de modernização simplista e não problemática”. Mais recentemente, Colin Howell e Daryl Leeworthy (2009), também criticaram teorias modernizadoras sobre o esporte, acusando-as de conceber um processo de difusão em que as práticas esportivas aparecem se irradiando de regiões “mais desenvolvidas” em direção às “menos desenvolvidas”. Os autores chamam esse esquema explicativo de “metropolitanismo” ou “falácia metropolitana”. Através de uma análise comparada do baseball na fronteira do Canadá e do futebol no País de Gales, Howell e Leeworthy tentaram destacar o caráter complexo, multi-direcional e dialético entre o interior e os centros metropolitanos no processo de desenvolvimento dos esportes, onde regiões de periferia não são apenas unidades passivas e subservientes às influências dos centros. Nas palavras dos autores:

Inadvertidamente, o metropolitanismo permanece no próprio âmago da história moderna. Reminiscência do modelo de modernização, em que comunidades locais e regionais e suas práticas (incluindo esportes) são absorvidas em práticas cívicas e no sistema nacional mais altamente organizado, o

metropolitanismo foi uma ideologia conectada a imaginação e legitimação dos Estados nacionais. Muitos historiadores do esporte têm compartilhado esta preocupação com a modernização, assumindo que foram nos centros metropolitanos que as culturas esportivas foram forjadas e difundidas, resultando em identidades nacionais (p. 71).

Tudo isso concorre e se alinha com a revisão historiográfica atualmente em curso, que tem questionado a imagem da vida social em situações periféricas como um “deserto cultural”. Ao invés da implícita ideia de subserviência e passividade dos atores sociais dessas regiões, tem se destacado a dimensão constitutiva e não meramente aditiva das periferias com relação aos centros.

No âmbito da historiografia do esporte de outros países, nota-se já o potencial heurístico que transformações nesse sentido podem imprimir ao desenvolvimento de estudos nessa área. Pesquisas como as de Bernardo Guerreiro Jimenez (2006), no Chile, tem questionado a ênfase excessiva sobre os acontecimentos esportivos de Santiago, capital do país, em detrimento de outras regiões. Criticando o que ele chama de “santiaguismo metodológico”, suas pesquisas demonstram de que maneira instituições esportivas do “Norte Grande”, como a Liga Esportiva de Tarapacá, atuaram para articulação de identidades regionais, contrapondo-se, de certo modo, aos esforços, em curso àquela época, para articulação de uma identidade nacional homogênea. Na Argentina, pesquisas como as de Julio Fryndenberg (2011) mencionam a importância que clubes do interior do país tiveram para o desenvolvimento esportivo de Buenos Aires. Já em princípios do século XX, era comum que clubes de futebol de cidades como Rosário enviassem seus melhores jogadores para equipes da capital, evidenciando a existência de um complexo institucional esportivo em regiões do interior do país. De forma até mais emblemática, Juan Pablo Ferreiro, Sofía Brailovsky e Elisa Blanco (2000) demonstraram a relativa precocidade com que práticas esportivas se desenvolveram por toda a região setentrional da Argentina: Tucumán, Jujuy, Salta, Perico, Córdoba, Rosário e Santiago del Estero (para o caso específico de Jujuy, ver também FERNÁNDEZ, 2013).

Mesmo em países com forte tradição republicana centralista, como a França, a historiografia do esporte notou grande renovação teórica com o início do desenvolvimentos de monografias dedicadas ao estudo de regiões específicas (ver TERRET, 2011). Julien Sorez (2012), por exemplo, analisando as causas das disputas políticas pelo controle institucional dos esportes na França após 1910, apontou para divergências entre líderes das províncias do interior e os da capital, Paris, como um dos principais móveis das transformações do cenário esportivo francês daquela época, destacando cisões entre o nacionalismo e o regionalismo também naquele contexto. Em suas palavras, “historiadores franceses tem dado prioridade ao papel de Paris como capital de um Estado altamente centralizado, tendendo, assim, a fazer da história local da cidade uma ‘historiografia não pensada’”.

Referências

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre / São Paulo: Zouk / EDUSP, 2007.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 21, n. 60, p. 117-133, Fev. 2006.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. da (Org.) *Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011a.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. Práticas corporais em Juiz de Fora (1876-1915). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 61-65, set./dez. 2011b.

DIAS, Cleber; MELO, Victor Andrade de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-271, jul. / set. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/4557>. Acesso em 3 jan. 2014.

DRUMOND, M. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FERNÁNDEZ, F. Los cuerpos y sus marcas socio-étnicas: fútbol, identidades e historia en los valles orientales de Jujuy (Argentina). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, n. 1, p. 211-225, jan./mar. 2013.

FERREIRO, J. P., BRAYLOVSKY, S.; BLANCO, E. Identidad y poder en el fútbol: algunas reflexiones a partir de la experiencia jujeña. In: ALABARCES, P. *Peligro de gol: estudio sobre deporte y sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Editorial CLACSO, 2000.

FRANZINI, F. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FRYDENBERG, J. D. *Historia social del fútbol: del amateurismo a la profesionalización*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

GASTALDO, E. L.; GUEDES, S. L. (Orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006.

GOKSOYR, M. Nationalism. In: POPE, S. W; NAURIGHT, J. (eds.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009.

GUARINELO, N. L. Balanço geral. In: JANCSÓ, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec / Unijuí / Fapesp, 2003.

GUERREIRO JIMENEZ, B. Fútbol en el Norte Grande de Chile: identidad nacional e identidad regional. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 16, p. 4-15, 2006.

HOLT, R. *Sport and the British: a modern history*. Oxford: Claredon, 1992.

HOWELL, C.; LEEWORTHY, D. Borderlands. In POPE, S. W; NAURIGHT, J. (eds.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009.

IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. 3 reimp. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KILPP, Cecília Elisa; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. O "abrasileiramento" das associações esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo*, vol.26, n.1, pp. 77-85, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000100008&script=sci_arttext. Acesso em 3 jan. 2014.

LIMA, A. W.; et. Al. As ligas esportivas de São João del-Rei (1930-1955): a busca pela afirmação do futebol local. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-10, dez. 2009. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufri.br/recorde/pdf/recordeV2N2_2009_13.pdf. Acesso em 3 jan. 2014.

LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUCENA, Ricardo. *Esporte e cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MCLENNAN, G. Sociology, eurocentrism, and postcolonial theory. *European Journal for Social Theory*, vol. 6, n. 1, p. 69-86, 2003.

MELO, Victor. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.

MUNSLOW, A. *Desconstruindo a história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SAID, E. W. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHARPE, H. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62.

SILVA, Luciano Pereira da. O futebol e o início da diversão esportivizada em Montes Claros – MG. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-30, mar. 2013. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufri.br/licere/pdf/licereV16N01_a4.pdf. Acesso em: 3 jan. 2014.

SOARES, P. G. História, educação, lazer e práticas corporais em Juiz de Fora: o olhar do jornal O Pharol (1880 1915). *Temporalidades*, v. 3, p. 373-387, 2011.

SOARES, P. G.; MORORO, A. C. Futebol e práticas corporais no final do século XIX e início do XX em Juiz de Fora/ MG. Recorde: Revista de História do Esporte, v. 4, p. 1-17, 2011. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufri.br/recordede/pdf/recordedeV4N2_2011_17.pdf. Acesso em: 3 jan. 2014.

SOREZ, J. A History of Football in Paris: Challenges Faced by Sport Practiced within a Capital City (1890-1940). *The International Journal of the History of Sport*, v. 29, issue 8, p. 1125-1140, May 2012.

TERRET, T. Is There a French Sport History? Reflections on French Sport Historiography. *The International Journal of the History of Sport*, v. 28, issue 14, p. 2061-2084, Sep. 2011.

TORRES, C. R. South America. In: POPE, S. W; NAURIGHT, J. (eds.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009, p. 553-569.

VAMPLEW, Wray. Sport and Industrialization: An Economic Interpretation of the Changes in Popular Sports in Nineteenth-Century England In: MANGAN, J. A. (ed.). *Pleasure, profit, proselytism: British culture and sport at home and abroad, 1700-1914*. London: Frank Cass, 1988. p. 7-20.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ESPORTE NAS CIDADES BRASILEIRAS: FONTES E PRÁTICAS DE PESQUISAS

Coriolano P. da Rocha Junior¹

Resumo: Este texto aborda a questão dos estudos históricos do esporte, com o objetivo de fazer uma análise sobre as formas com que este tem se construído e ainda, tratar as especificidades deste campo de pesquisas na Bahia. Num primeiro momento é mostrado um panorama da construção da pesquisa histórica, sob o olhar da Educação Física. A seguir, são mostradas as especificidades e realidades dos estudos em história do esporte na Bahia, analisando sua construção e estruturação, relacionando os aspectos de sua prática e uso de fontes.

Palavras-chave: Esporte. História. Bahia.

A motivação para a composição desta mesa foi a de debater a produção de pesquisas no campo da história do esporte, para além das cidades do eixo sul-sudeste, que ainda detém uma hegemonia na produção acadêmica nesta área. O interesse foi o de analisar as possibilidades e formas de produção, em cidades, que também assumiram a experiência esportiva, mas que estão deslocadas, ocupando outro cenário, em outras regiões, nem sempre capitais.

Desta forma, para pensar a estruturação deste texto, optei por fazer um panorama da produção em história do esporte, com foco na área da Educação Física, para depois centrar olhares na realidade baiana.

Ao pensarmos a produção de pesquisas em história do esporte, podemos afirmar que estas se avolumaram a partir da Educação Física. Foi esta área que alavancou esta linha de estudos na Universidade brasileira, se preocupando com ela desde seu início. Só depois é que este setor de estudos passou a ser preocupação de outras áreas, dentre elas, a própria História. Se atualmente já não consideramos a História do Esporte algo menor, é por conta do investimento intelectual e das ações feitas continuamente, principalmente por profissionais oriundos da Educação Física, que assumindo métodos próprios da História, acabaram por criar um campo acadêmico, fazendo-o andar de forma qualificada. É importante dizer que muitos desses especialistas foram a outras áreas, cumprir sua formação acadêmica.

Avançando as análises, vamos ver espaços diferentes de produção e circulação, dentre eles, a graduação, os periódicos, os congressos, os espaços virtuais e os grupos de pesquisa.

Falando inicialmente sobre a graduação, vamos ver que desde o Decreto Lei 1.212/39, que regulou a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos², na Universidade do Brasil, a história existe como disciplina nos cursos de Educação Física. Tal situação tem se repetido até a atualidade e é bastante comum encontrarmos, ao menos uma disciplina, independente do nome, que tente dar conta deste conteúdo nos cursos de Educação Física.

¹ Professor Doutor, Universidade Federal da Bahia coriolanojunior@uol.com.br

² <http://www.ceme.eefd.ufrj.br/>

Outra forma de olharmos as pesquisas pode se dar através da análise da realização de eventos e da publicação de periódicos específicos, ou que abordem este tema.

Se nos detivermos somente ao Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte³ e mais, focando apenas seus temas centrais, encontramos já em 1993, em sua oitava edição, algo ligado à história. Entretanto, sabemos que para além de seu tema central, a história esteve no foco deste evento diversas vezes, existindo inclusive um grupo de trabalho temático específico, que funciona desde 1999.

Ao olharmos as edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte⁴, identificamos que já a sua segunda edição trazia um artigo com história no título. Quando as edições temáticas se iniciaram, no ano 2000, a área da história contou com duas edições e é repetidamente tema dos artigos publicados.

Considerando que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte pode ser identificado como a maior entidade científica específica, vamos ver então que história sempre foi um tema de interesse, contando com atenção direta em seus espaços de produção e debate, os congressos e a revista.

Sobre periódicos, vemos que a Revista Arquivos⁵, publicada pela Escola Nacional a partir de 1945, considerada a primeira revista científica da área, já desde suas primeiras edições trazia artigos que abordavam o tema e mais, na atualidade, desde 2008, a história do esporte, conta com uma revista específica, a Recorde⁶.

Outro ponto a se tratar é este próprio congresso, que está em sua décima terceira edição, tendo se iniciado em 1993. Com altos e baixos, momentos de destaque e outros nem tanto, diferentes nomenclaturas, a existência deste evento denota a importância e o valor dado ao tema dentro da área, já que embora possa ter contado com a participação de pessoas de outras formações, inclusive em sua criação, a grande maioria dos participantes vem da Educação Física. Este evento, sem dúvida, foi e é de suma importância para os debates em história na Educação Física.

Ainda falando de congressos, podemos abordar o Encontro Nacional de História e suas edições estaduais. Desde 2003, o Encontro Nacional, maior evento da área da História, conta com um simpósio específico, que mesmo tendo pessoas de áreas diferentes, sempre teve a Educação Física como motivadora. Das edições estaduais e aqui me refiro somente à baiana, já desde 2010 também tem um simpósio próprio. Este, da mesma forma que o nacional, teve em pessoas da Educação Física seus organizadores e este ano, inclusive, acabou recebendo um número de trabalhos maior do que muitas áreas clássicas de estudo, denotando o avanço do tema.

Quando olhamos os espaços virtuais, merece atenção específica o Centro Esportivo Virtual (CEV)⁷. Iniciado em 1996, o CEV desde suas origens tem nas suas listas de discussão, hoje comunidades, uma de suas bases. Dentre estas comunidades, a de história foi uma das primeiras, alimentando debates, trocas de experiências e informações sobre esta área, contando atualmente com 420⁸ pessoas inscritas.

³ <http://www.cbce.org.br/>

⁴ <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE>

⁵ http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=UFRJ_Musica&pesq=

⁶ <http://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde>

⁷ <http://cev.org.br/>

⁸ Dados do dia 30/07/2014.

Também podemos falar das experiências dos *blogs*. Ferramenta que permite a divulgação e debate de temas da história, numa linguagem mais direta e acessível, permitindo o acesso de pessoas, que não apenas as especializadas. Os *blogs* tem sido nos últimos tempos, uma possibilidade vasta de tratar o tema da história do esporte, das mais diversas possibilidades, envolvendo especialistas e apaixonados pelo tema, sem falar dos *blogs* não específicos de esporte, mas onde este aparece com grande frequência.

Neste caso, podemos trazer como exemplo, o *Blog Histórias do Esporte*⁹. Lançado em 2009, contando com a participação de diferentes especialistas, que abordam diversos assuntos, este *blog* já conta com mais de cento e sessenta mil acessos¹⁰, mobilizando pessoas de diferentes estados e mesmo países.

Quando olhamos para os grupos de pesquisa cadastrados na base CNPq¹¹, identificamos aproximadamente quarenta grupos. Destes, cerca de cinco não tem origem na Educação Física, espalhando-se em áreas diferentes. Nesta contagem, a vasta maioria concentra-se no sudeste (16), envolvendo diferentes Universidades.

Todos estes dados nos fazem considerar que a pesquisa histórica, na Educação Física, tem se mostrado um tema forte, continuado e que ao longo do tempo vem ampliando suas bases. São disciplinas na graduação, congressos, periódicos, espaços virtuais, grupos de pesquisa, sem falar nas áreas de concentração e linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*.

A partir deste panorama, nos focaremos na forma como o tema tem aparecido no nordeste, e aí, por força de pertencimento, me detenho a Bahia.

No Brasil, os estudos sobre a história do esporte, normalmente, associam seu surgimento, sua constituição aos elementos da modernidade. Fatores como industrialização e os projetos de urbanização são apontados como indissociáveis à forma como as cidades assumiram o esporte como uma vivência.

Estas análises, majoritárias, se associam a uma tendência que Victor Andrade de Melo (2006) aponta sobre o desenvolvimento dos estudos históricos. Segundo este autor,

existem duas tendências, não necessariamente antagônicas, quando nos referimos à definição das origens do esporte. Em uma delas, acredita-se que tal manifestação cultural já existia desde a Antiguidade, sendo identificada em jogos que eram praticados por povos diversos (chineses, egípcios, gregos, romanos, entre outros) no decorrer da história. Já na outra tendência, procura-se entendê-lo como um fenômeno da modernidade, que mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas práticas corporais, possui sentidos e significados bastante diferenciados daqueles jogos “pré-esportivos” (p.21)¹².

⁹ <http://historiadoesporte.wordpress.com/>

¹⁰ Dados do dia 30/07/2014.

¹¹ <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

¹² MELO, Victor Andrade de. *Cinema e esporte: diálogos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006.

Ao abordar a questão do esporte e de sua configuração, Vigarello (2008)¹³ traz a afirmação de que “os antigos jogos físicos não são considerados esporte: não têm seu dispositivo institucional, nem sua organização seletiva” (p.303). Ou seja, há uma concordância entre estes autores.

Vemos assim, que na atualidade, a maioria dos estudos em história do esporte o tem tratado como um fato, um elemento associado à modernidade. Desta maneira, esta vinculação entre esporte e modernização aponta rumos, define caminhos e elege modos de análise para as pesquisas.

A estreita vinculação entre a modernidade e seus efeitos e a constituição e alargamento das práticas esportivas na sociedade, tem por referências as pesquisas feitas a partir de cidades como São Paulo (SP) e mais ainda, o Rio de Janeiro (RJ). Tal fato se dá pela notória força destas duas no país e por toda uma gama de influências que elas exercem, direta e indiretamente. Entretanto, o cuidado deve estar em não querer analisar outras localidades a partir da realidade destas duas cidades. É preciso entender as peculiaridades de cada uma, suas especificidades, que dão a elas maiores ou menores possibilidades de assumirem o esporte como uma prática cotidiana. E aqui, os estudos históricos são centrais, justo por nos darem a possibilidade de compreendermos a forma como se estabeleceu, ao longo dos tempos, o fenômeno esportivo em cada espaço.

Falando da Bahia e suas práticas de pesquisa, vamos encontrar um grupo ainda restrito de pesquisadores, em sua maioria, oriundos da Educação Física. Todavia, este grupo vem aumentando com o passar dos anos. Outras pessoas se juntam, outras áreas de conhecimento começam a olhar para o tema, para nele focarem seus estudos.

Outro fato notório é à força do tema futebol. Deste grupo de pessoas envolvidas com a pesquisa histórica, grande parte dedica seus esforços a analisar este esporte. Mas aqui também vemos se alargar os focos de estudo. Outras modalidades, outras experiências corporais, a questão escolar, os espaços de prática e gênero, são assuntos que tem surgido.

No caso baiano é possível perceber um amadurecimento desta frente de estudos, não só pelo aumento de pessoas envolvidas, mas pela diferenciação dos temas e área de origem dos interessados.

Tais mudanças ficam visíveis na constituição do simpósio temático, realizado no encontro estadual de história (no nordeste, só no da Bahia), que acontecerá este ano pela terceira vez seguida (2010, 2012, e 2014). A cada edição aumenta o número de inscritos, sendo que a deste ano tem o dobro de participantes da primeira. Por mais que nas duas outras e nesta que virá tenhamos contado com a presença de pessoas de fora do estado, isto sempre foi uma pequena parcela, um ou dois por edição, mostrando que o tema tem mesmo atraído às pessoas do próprio estado. Se nas anteriores víamos uns poucos trabalhos que não falavam sobre futebol, na deste ano, este esporte aparece em minoria. Vale dizer que nos encontros nacionais, temos tido repetidamente a presença de pesquisadores da Bahia entre os apresentadores de trabalho.

Quando olhamos para os grupos de pesquisa identificamos que existem, atualmente, na Bahia, quatro grupos (o maior número do nordeste). Destes, ao menos três tem representantes em Programas de Pós-Graduação. O mesmo tem se dado nas

¹³ VIGARELLO, Georges HOLT, Richard. O corpo trabalhado – ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain (direção do volume). *História do corpo: 2. da revolução à Grande Guerra*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

publicações em periódicos, onde temos visto as publicações de pessoas da Bahia nas principais publicações.

Um fator a se considerar ao tratarmos a Bahia é o tamanho e as possíveis diferenças de análise do tema dentro do estado. Existe ainda um número maior de pesquisas e pesquisadores da capital, que tem trabalhado nas interpretações do fenômeno e uma menor, porém crescente, participação de pessoas do interior nas investigações.

As análises sobre a história do esporte na Bahia, na sua maioria, têm se associado à percepção da relação entre a constituição da modernidade e a instalação do fenômeno esportivo, todavia, não fazendo uma transposição das análises sobre RJ e SP, mas sim, buscando compreensões que tratem as particularidades locais, ou seja, são pesquisas que se atentam para as especificidades do estado, sejam elas culturais, econômicas, estruturais ou políticas.

A investigação a partir da compreensão de um projeto de modernização local, também guarda enormes diferenças em relação a outros estados, mesmo que estes tenham servido de inspiração. As realidades locais fizeram com que houvesse diferenciações, no porte, no tipo, no período de realização e no perfil dos agentes executores. Existia um mesmo desejo, mas uma diferente capacidade de execução, que redundou numa diferente realização.

Por mais que se identifique que a experiência esportiva na Bahia se iniciou em um período próximo ao do RJ e de SP, o que foi possível perceber foi uma descontinuidade ou ao menos, uma não linearidade na sequência da prática no estado. Desde o início com o críquete, passando pelo turfe, pelo remo, pela vivência de práticas variadas, como natação, tênis, patinação e outras, até se chegar à dominação do futebol, o estado vivenciou alternâncias nas formas de prática, de gestão e mais, de circulação das atividades entre a população.

Tomando por base as pesquisas realizadas, identificamos que as fontes centrais têm sido os jornais de circulação diária, notadamente os da capital e mais ainda, dois em específico, o *Diário de Notícias* e o *A Tarde*, por serem considerados os principais e os que mais lidam com as questões de cotidiano e claro, aqui, falamos da transição entre o século XIX e o XX, período base dos estudos sobre a instalação do esporte. A importância destes dois jornais se consolida com a publicação de produções específicas sobre eles, em áreas diferentes.

Também encontramos dados que tratam de forma crítica o que é mostrado pelos memorialistas, principalmente Geraldo da Costa Leal e Mário Gama. Fonte importante são as revistas de costumes e de cultura. Estas, na Bahia, surgiram com uma qualidade de edição importante, com o uso de imagens, retratando o esporte e suas repercussões de maneira constante, com colunas específicas, tendo inclusive, em alguns casos, adotado a prática na extensão de seus nomes.

Pouca documentação tem sido usada como fonte, a mais recorrente é a edição especial do Diário Oficial do estado, publicada no centenário de independência da Bahia, em 1922. Embora seja recorrente o aparecimento de imagens nas pesquisas, estas aparecem como ilustrativas, não conseguimos identificar nenhum estudo iconográfico. O uso de fontes orais é bem limitado, quase nenhum. Na literatura de base, encontramos uma presença grande de estudos do Programa de Pós-Graduação da Arquitetura, que tem uma linha que trabalha com a história da cidade e também, dos

Programas de Pós em História. Nestes dois casos, não encontramos referências ao esporte, mas sempre, a cidade, seu desenvolvimento e em alguns poucos casos, a experiências corporais como a dança, como prática social e a capoeira.

Sobre as fontes, sua descoberta e seu uso, devemos relatar a difícil condição enfrentada no estado, que claro, não deve ser única. Temos três principais centros de acesso a fontes¹⁴. Estes enfrentam grandes dificuldades estruturais e de conservação das fontes. Não há nenhum tipo de tratamento especializado, fazendo com que as fontes, revistas e jornais, se percam com o próprio uso. Afora isto, percebemos uma descontinuidade no tratamento do tema e ainda, devemos falar de um bombardeio no que era a sede da Biblioteca Central em 1912, fazendo com que ocorresse uma perda estimada de 70% do que ali estava guardado.

Ainda sobre a Bahia, podemos dizer que estudos que tratam de outros lugares do Nordeste, colocam que a experiência baiana serviu de modelo para seus contatos com o esporte, inspirando as práticas e as formas de contato com elas.

Por fim, cremos que a partir de um panorama geral, foi possível abordar as questões específicas da pesquisa em história do esporte na Bahia, nossa intenção central, trabalhando suas especificidades.

¹⁴ Biblioteca Pública do Estado; Arquivo Público e Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico.

**PRÁTICAS DE CURA, REGENERAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESTÂNCIAS
HIDROMINERAIS PAULISTAS (1930 – 1940)**

Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros¹

Carmen Lúcia Soares²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender as relações entre educação do corpo e natureza nas estâncias hidrominerais paulistas de Águas de Lindoia, Amparo e Serra Negra nas décadas de 1930 e 1940. Para isto, nos valeremos de revistas de vulgarização científica e outros artefatos da cultura material relativos às viagens às estâncias. Entendemos que a cura pelas águas, a regeneração do corpo e os divertimentos eram nuances de uma verdadeira educação do corpo nas estâncias.

Palavras-chave: Educação do corpo. Natureza. Estâncias hidrominerais.

INTRODUÇÃO

Buscaremos, ao longo deste texto, traçar algumas relações entre educação do corpo e natureza através de um dos locais receitados pela medicina higienista como apropriados para o repouso e regeneração: as estâncias hidrominerais.

Tais estâncias eram conhecidas desde a antiguidade pelo poder curativo de suas águas, associado a explicações mágicas e religiosas (QUINTELA, 2004, MARRAS, 2004). Entretanto, a medicina higienista brasileira do século XX tomou tais destinos para si e deu ares de ciência e positivismo, incluindo-as em seus discursos como ambientes capazes de contrapor a fadiga e o ritmo frenético das grandes cidades que se formavam. Tais estâncias se inseriram dentro de um discurso mais amplo que elegeu a natureza e seus elementos como o sol, o clima das montanhas e as águas como benéficos à cura e regeneração dos corpos urbanos fadigados (DALBEN, SOARES, 2011).

Neste trabalho, sublinhamos nosso propósito como sendo aquele de compreender as relações entre educação do corpo e natureza, nas viagens de férias às estâncias paulistas de Águas de Lindoia, Serra Negra e Amparo, nas décadas de 1930 e 1940. A noção *educação do corpo*³ pode ser aqui tomada pelo conjunto das práticas e prescrições incentivadas pelo discurso médico higienista tais como: a) as indicações de banhos; b) exercícios físicos e esportes em meio a natureza; c) copiosas refeições servidas em horários definidos; d) regramento do tempo, entre outras que nos auxiliam na compreensão de qual ideário médico de cura e regeneração nestas estâncias.

Entretanto, reconhecemos que observar as prescrições médicas não é suficiente para conhecermos o efetivo usufruto das práticas dos viajantes nestas estâncias; de acordo com Chartier (1991), há uma diferença entre a forma como as práticas são representadas nos discursos e aquilo que realmente ocorre no ambiente analisado.

¹ Mestranda em Educação, Faculdade de Educação – UNICAMP. d090853@dac.unicamp.br

² Doutora, Faculdade de Educação – UNICAMP. clsoares@unicamp.br

³ Soares (2001) nos ajuda a compreender a noção de educação do corpo como algo que ultrapassa as formas de educação formal: “Os corpos são educados por toda realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimento. Uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de um modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo lugar onde vivem” (p. 110)

Seriam todas as prescrições médicas seguidas à risca? Todos que se hospedavam nas estâncias analisadas buscavam exatamente a cura e a regeneração do corpo com o contato com a natureza?

Assim, nosso conjunto de fontes procura abarcar as prescrições médicas e também os vestígios das práticas que se realizavam nestes locais. Nossas fontes foram constituídas em: 1- documentos oficiais relacionados à implantação das estações de águas no estado de São Paulo; 2- revistas e jornais da época; 3- fotografias, cartões postais e outros artefatos da cultura material que revelem a importância das viagens turísticas às estâncias hidrominerais paulistas no período.

De acordo com Marc Bloch (2001), a dúvida, quando racionalmente conduzida, pode tornar-se um sagaz instrumento de conhecimento e de possibilidade crítica de interrogação das fontes; afinal, as fontes só comunicam aquilo que o pesquisador sabe interrogar. Nossa metodologia busca trabalhar com o cruzamento de diferentes fontes e discursos nelas presentes, com a finalidade de escrever uma possível história das viagens de férias a estas estâncias hidrominerais, tendo como categoria central a noção *educação do corpo*, em que se mesclam discursos médicos e representações de práticas, que perpassam a cura, a regeneração e o divertimento do corpo.

DESTINOS NA NATUREZA EM OPOSIÇÃO AO ESFALFAMENTO URBANO

As décadas de 1930 e 1940, no Brasil, foram marcadas pelo acentuado desenvolvimento de suas cidades com o conseqüente aumento populacional. A cidade de São Paulo, por exemplo, passou de 100 mil a 200 mil habitantes entre os anos de 1888 e 1900, e ganhou 2,5 milhões de habitantes entre 1886 e 1920. (ALVIM, 1998).

As linhas que desenhavam a cidade, além de abrigo a uma população que aumentava a cada contagem, abrigavam também as expectativas e sonhos trazidos por estes novos habitantes tornando-se, assim, o templo da modernidade, das novas técnicas, tecnologias e vivências. A velocidade, por exemplo, tornara-se um de seus principais atributos – fazia-se viva a *Belle Epoque* brasileira (SEVCENKO, 1998)

Entretanto, o encantamento com a vida urbana e todas as suas novidades, fez nascer, também, certo temor em relação a ela. Este temor alimentou pensamentos e ações de parte de sua população e, particularmente, do pensamento médico higienista. Os vícios, as clausuras, a sujeira, a aglomeração de pessoas própria da vida urbana tornaram-se fatores de risco para epidemias e doenças, que se espalhavam com facilidade nestes locais (FOUCAULT, 2006 RAGO, 1987).

A medicina aproximara-se destes aglomerados urbanos na tentativa de reordená-los, tomando de um lado os locais de trabalho e, de outro, aspectos mais gerais como, por exemplo, aquele da higiene urbana, na qual a limpeza passa a ser considerada como fator fundamental para a manutenção da saúde dessa população (VIGARELLO, 1996). Ações como as de desinfetar lugares públicos, limpar terrenos baldios, drenar pântanos, alinhar ruas, plantar árvores e flores em praças e avenidas foram implantadas por este discurso aqui referido (RAGO, 1987). Os problemas gerados na cidade confirmavam, ao pensamento médico, sua condição decadente, que necessitava assim de um contraponto capaz de regenerar os corpos de seus habitantes.

Tal qual ocorrera na Europa, este contraponto foi encontrado na retomada de uma determinada idéia de *natureza*, em que seus elementos foram considerados

altamente regeneradores (THOMAS, 1996, WILLIAMS, 2011). O esfalfamento produzido pelo ambiente sufocante da cidade, condenado por médicos e sanitaristas, poderia ser amenizado com o retorno à natureza, em que “o passeio, a procura do ar livre, as distrações no campo ou à beira mar, revelam-se auxiliares dos médicos” (HASSE, 1999, p. 126).

Nesta concepção, a natureza tornava-se um lugar bem definido no qual diferentes pedagogias e políticas eram colocadas em práticas. Os conselhos médicos de retorno à natureza se traduziram, entre outros, na prescrição de viagens ao litoral, às estâncias hidrominerais, ou a locais bucólicos e frios, como por exemplo, Campos do Jordão.

Viajar significava se afastar dos ritmos produzidos na e pela cidade, passando a obedecer a uma nova organização temporal, regida pelos ciclos da natureza, pelas estações do ano. A subversão de uma temporalidade marcada pelo relógio, este símbolo do ritmo de trabalho nas cidades (RAUCH, 2001), se impunha aos viajantes. Entretanto, é enganoso pensar que as viagens sugeridas pelos médicos pautadas pelo bom aproveitamento dos tempos livres, estavam isentas de um controle rígido de condutas corporais e pessoais. É imperioso pensar que as preocupações da viagem, que compreendiam desde o singelo ato de arrumar as malas até as benesses corporais usufruídas neste período de descanso, faziam parte do receituário médico (CONSTOCK, 1944; MARSH, 1944; FÉRIAS...1944).

Os destinos em meio à natureza não eram escolhidos ao mero acaso, fazia-se necessário que seus elementos naturais como o sol, as águas termais, o clima ameno, o ar puro, proporcionassem os devidos benefícios aos que fugiam do ambiente urbano. Logo, o receituário médico não tomava como regeneradora e benfazeja qualquer natureza. Nem a apatia do mundo rural, associado aos seus habitantes vistos como signos de mazelas e degenerescência; nem as florestas e montanhas desconhecidas em que a natureza se colocava como um obstáculo perigoso. Os destinos indicados deveriam conter um misto da benevolência da natureza e dos elementos associados aos benefícios do conforto e da higiene proporcionados pelas mãos do homem (MEDEIROS, 2012).

Elegem-se, assim, como um dos destinos mais recomendados pelo discurso médico, as estâncias hidrominerais, perfeita simbiose entre o campo e a cidade (MARRICHI, 2009). Tais estâncias já usufruíam de certa notoriedade nas indicações médicas na Europa desde o século XVIII, por conta da propriedade terapêutica e curativa de suas águas, além de suas possibilidades de distração e divertimento (PORTER, 2001).

Suas águas, famosas pelo poder curativo, passaram a ser medicalizadas na medida em que a ciência começou a se apoderar das prescrições e indicações: se outrora estas tinham mais funções simbólicas do que de higiene (SANT’ANNA, 1994), agora a meticulosidade científica com que as águas eram tratadas parecia destiná-las para uma utilização sóbria da natureza, tal qual proclamavam as receitas médicas.

Além das águas, todo o quadriculado das ruas das estâncias e também seus arredores eram transformados a fim de tornarem-nas aptas ao recebimento dos viajantes que desejassem nelas fazer as curas. A concepção do urbano nestas estâncias deveria ser tramada de forma diferenciada, pois além de abrigar normas rígidas de conduta daqueles que desejassem fazer as curas, tais estâncias eram responsáveis por exalar ares que reanimassem os fatigados da vida moderna (MARRICHI, 2009). Logo,

uma verdadeira pedagogia do corpo, balizada pela retidão das ruas e asseio dos modos, se desenhava sobre aqueles que procuravam estas estâncias em busca de cura, regeneração e descanso.

ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS, PEDAGOGIAS DO CORPO E DA SAÚDE

As estâncias ora estudadas fazem parte do hoje chamado *Circuito das Águas Paulista*, que compreende Águas de Lindoia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro. Tais estâncias tiveram seu ápice de desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1940, momento em que as melhorias proporcionadas pela mão humana se fizeram presentes com mais intensidade (CAMPOS E SILVA, 2005).

A viagem a estes destinos era recheada pelas prescrições médicas, que consideravam que uma estadia de vinte e um dias seria suficiente para curar as diversas enfermidades, de acordo com as especificidades da água (MARRAS, 2004). As águas das Termas de Lindoia, por exemplo, eram classificadas como abundantes em oxigênio e radioativas, sendo indicadas para as moléstias renais, do fígado, da bexiga e da pele (MATTOS FILHO, 1934).

As análises científicas das águas foram amplamente utilizadas pelas revistas de divulgação científica no Brasil para legitimarem as propriedades curativas de suas estâncias⁴, e isto não foi diferente com as estâncias aqui estudadas. Os componentes presentes nas águas ajudaram também a potencializar o turismo à medida que descrições científicas detalhadas e precisas eram divulgadas.

Cientificamente atestadas, as estâncias hidrominerais eram sugeridas como destino certo pela literatura médica, já que eram capazes de abarcar a cura e a regeneração do corpo em um local bastante distinto daquele já mais conhecido e freqüentado como o eram as praias, nos verões:

Nesta época do ano, está-se pensando em férias. Os lugares de recreio vão-se enchendo de gente. O que se chama recreio é frequentemente aliado a prazeres exaustivos, ao ponto de a pessoa voltar das férias mais cansada do que quando saiu para tomá-las. Quem realmente queira tirar o maior proveito de suas férias agirá com prudência se buscar um lugar apartado do bulício, onde a vida social seja simples e a recreação não prejudicada pela afluência de gente. (CONSTOCK, 1944, p. 5)

As cidade praianas, como Rio de Janeiro e Santos, ofereciam, além das águas e do espetáculo bucólico da beira mar, um aporte de divertimentos. Mas as estâncias hidrominerais proporcionavam aos viajantes mais do que isto: ofereciam uma água com comprovada ação terapêutica, que permitia àquele que com ela fizesse contato uma nova sensação, proporcionada por sua temperatura em contato com a pele e com o paladar, o que permitia que as sensações corporais figurassem em primeiro plano neste ambiente (MARRICHI, 2009).

⁴ Os banhos eram qualificados conforme seus elementos químicos, seus compostos e suas aplicações, sendo sugeridos diferentes tipos de banhos de acordo com a necessidade do paciente (QUE É A HIDROTERAPIA, 1942)

“Fazer as curas” nas estâncias hidrominerais paulistas não era somente dirigir-se e hospedar-se nestes locais distantes do barulho da cidade e das praias e próximos à natureza. A cura completa envolvia todo um processo de mudança de hábitos, horários, ritmos e modos, que aliados aos demais atributos das estâncias seriam capazes de proporcionar as tão proclamadas benesses.

Durante uma estadia no Hotel Glória, o mais suntuoso da estância de Águas de Lindoia, o hóspede recebia já na entrada as normas sobre a utilização do hotel com os horários fixos de refeição e de consultas médicas. Além disso, neste mesmo folheto, estava descrita a obrigatoriedade do exame médico para o uso das águas: “Sem prescrição médica, no estabelecimento Termal, nenhum aquático poderá tomar água, fazer uso de banhos de piscina, banheiros, etc” (HOTEL GLORIA, s.d).

Ainda, com relação ao rígido regime de utilização da estância termal determinado pelos médicos, o dr. Francisco Tozzi⁵, responsável pelas Termas de Águas de Lindoia, prescrevia a todos os hóspedes de seus hotéis, que fossem dormir até as 22h e, podendo evitar, nenhum cassino faria parte dos divertimentos daqueles que buscassem como destino sua estância (CAMPOS E SILVA, 2005).

Tais ditames, propostos pelos estabelecimentos guiados pelas condutas médicas, nos dão uma dimensão de como se pretendia uma estadia em tais estâncias: os usos dos espaços aquáticos, dos hotéis e mesmo da natureza que circunscrevia a cidade eram idealizados dentro da prescrição médica, enquadrados em possibilidades e horários que deveriam ser seguidos à risca pelos curistas.

Entretanto, para além do receituário, um cabedal de divertimentos se estendia aos olhos do viajante que desfazia as malas nestas estâncias. Os *footings* nas estações mais concorridas, os esportes que se faziam presentes nos ambientes mais requintados e frequentados pela alta sociedade (MORAES, 2007), eram possibilidades não previstas dentro dos indicativos médicos.

Em outra pesquisa realizada a respeito da estância hidromineral de Poços de Caldas, constatamos que, embora o discurso médico da cura e da regeneração estivesse presente, o desenvolvimento dos cassinos fora um dos grandes responsáveis pelo aumento no número de viajantes nas décadas de 1930 e 1940 (MEDEIROS, 2012). Na estância de Águas de Lindoia, apesar das prescrições impeditivas de Francisco Tozzi, médico fundador das Termas, os cassinos também chegaram à cidade no final da década de 1920, levados por um dos hoteleiros da cidade, Geraldo Mantovani (CAMPOS E SILVA, 2005). Não é anódino pensar que os divertimentos também faziam parte das possibilidades de educação do corpo nestas estâncias, e que, além disso, eram grande fonte de procura dos turistas e curistas por estes espaços.

Usos dos espaços controlados pelos médicos, uso dos hotéis controlados pela sociedade, usos dos esportes e cassinos controlados pela conduta social. É possível visualizar um fio condutor das práticas corporais neste espaço que se difere de outros locais de vilegiatura. Podemos admitir que o período de férias, quando ali passado, era balizado pela criação de normas e regras de conhecimento, cuidado e divertimento: uma verdadeira educação do corpo era proposta nestas estâncias.

⁵ Francisco Tozzi, italiano nascido em 1870, é reconhecido na cidade de Águas de Lindoia como seu fundador, e responsável por iniciar a popularização do poder curativo das águas radioativas da cidade (TOZZI, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ainda em andamento, busca elencar as atividades propostas nas estâncias hidrominerais paulistas com relação à educação do corpo em meio às águas termais, elemento natural este responsável pela idealização destes espaços como potencialmente turísticos.

Além da cura pelas águas e de todos os cuidados corporais prescritos pelos médicos das estâncias, nos deparamos também com outros elementos presentes nas cidades-estâncias que convergem para um ritmo específico de vida e formas específicas de educação do corpo. Os divertimentos proporcionados nestes locais, as hospedagens em hotéis recheados de curistas durante o verão e mesmo a arquitetura e traçado urbano das cidades, em perfeita harmonia com os elementos naturais, eram relações não previstas neste receituário.

Neste sentido, a tarefa desta pesquisa é analisar os possíveis meandros de educação do corpo nestas estâncias, na tentativa de analisar tanto os discursos médicos com relação às estâncias, mas também as demais nuances do período de vilegiatura dos turistas e curistas. Guiadas pelas diretrizes da cura, da regeneração do corpo e do divertimento dos viajantes que se distanciavam das grandes cidades, buscaremos observar as práticas e representações de educação do corpo nas estâncias hidrominerais paulistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau. (org.) *Historia da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998-. 4 volumes.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da historia*, ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS E SILVA, José Paulo. *Guia Histórico de Águas de Lindóia*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-190, 1991.

CONSTOCK, Benjamin. Em véspera de férias. *Revista vida e saúde*, São Paulo – SP, n. 11, p. 5, ano 6, nov., 1944.

DALBEN, Andre; SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo (1940). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 167-182, jan./abr. 2011.

FÉRIAS – cura para o nervosismo. *Revista vida e saúde*, Santo André, n. 11, p. 17, ano VI, 64, Nov., 1944.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2006.
- HASSE, Manuela. *O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do séc. XIX para o XX, em Portugal*. Lisboa: Ed. Temática, 1999.
- HOTEL GLÓRIA, Termas de Lindóia – São Paulo. s/d.
- MARRICHI, Jussara. *A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931*. 2009. 157 p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- MARSH, Eduard. Haverá proveito nas férias? *Revista vida e saúde*, Santo André-SP, n. 06, p. 14, ano VI, jun., 1944.
- MATTOS FILHO, J. R. Belfort. *Lindoya, estação hydro-mineral*. São Paulo: Thyphographia Progresso, 1934.
- MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro. *Por que procuras a natureza? a educação do corpo e as viagens de férias às estâncias hidrominerais (1930-1940)*. 2012. 68p. Trabalho de conclusão de Curso – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP.
- MORAIS, Décio Almeida. *Poços de Caldas: memória do esporte*. Poços de Caldas – MG: Sulminas, 2007.
- PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa, Portugal: Teorema, 2001.
- QUE É A HIDROTERAPIA. *Revista Vida e Saúde*, São Paulo, n.04, p. 04, ano IV, 1942.
- QUINTELA, Maria Manuela. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 239-60, 2004.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.
- RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). In CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa, Portugal: Teorema, 2001.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: historia e lazer: (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.) *Historia da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998-. 4 volumes.



SOARES, Carmen Lucia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia (org.). *Corpo e história*, Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação a plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

TOZZI, Mirian. *A cidade das águas azuis*. RJ: Zoomgraf-k, 1987.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

DANÇA E HISTÓRIA: A RELAÇÃO DANÇA DE SALÃO COM A SOCIEDADE

Dariani Cristine Afonso¹

Paula Carolina Teixeira Marroni²

Resumo: Este estudo objetiva refletir acerca da história da dança de salão, e sua relação com o processo civilizador da sociedade no Renascimento a partir das formulações de Norbert Elias. A metodologia utilizada foi a abordagem da história social e, dentro da Educação Física, a perspectiva Crítico Superadora (SOARES et al, 1998). Entendemos que a dança faz parte da subjetividade dos sujeitos e dos povos, expressando elementos da história da sociedade.

Palavras-chave: Dança de Salão. História. Sociedade.

Este estudo objetiva refletir acerca da história da dança de salão, e sua relação com o processo civilizador da sociedade no Renascimento a partir das formulações de Norbert Elias. A dança se faz presente na vida do homem desde os primórdios da história da humanidade, pois os homens se utilizavam do corpo para expressarem seus ideais, vontades, crenças, etc. A forma de se expressar por meio do corpo variava de acordo com a cultura de cada povo.

Brevemente, analisamos a dança em seu processo histórico inicialmente como sagrada. Ela fazia parte das celebrações, ritos, nascimentos, mortes, socialização ou entretenimento. De acordo com Eliade (1992, p.31), “[...] originalmente, todas as danças eram sagradas; em outras palavras, elas desfrutavam de um modelo extra-humano [...]”. Ao destacar que em sua origem todas as danças eram sagradas, o autor porventura teve a intenção de dizer que hoje nem todas as danças tem essa denominação (LARA, 1999).

Durante todo o período de vivências humanas em que se pode considerar a presença da dança, podemos afirmar, segundo Mauss (2003), que este processo se dá no corpo. Dessa forma, o corpo passa a ser instrumento pelo qual a dança se constitui no homem. Para o autor (2003, p.407), o corpo é definido como: [...] o primeiro e mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é o seu corpo. [...].

O corpo atua como instrumento do indivíduo, que faz da dança, uma das suas formas de expressão, assim como afirma Soares (2001, p.109): “Ele é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence. Sua materialidade concentra e expõe códigos, práticas, instrumentos, repressões e liberdades”. O corpo enquanto meio integrante social, transmissor de sua história, também traduz as modificações do processo histórico, no que se refere aos aspectos comportamentais e culturais e a contrapartida que eles exercem na postura, nos hábitos.

Com o passar dos anos, devido às transformações sociais, houve uma inversão de valores. A dança que era vista como algo sagrado, passou a ser vista pelos homens como profana, entende-se por profano a racionalidade social, estabilidade e os limites

¹ Especialista em Dança – FAMMA – Faculdade Metropolitana de Maringá – dariane_3@hotmail.com

² Aluna de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação – PPE/UEM – GETSEAM – CAPES – paulamarroni@gmail.com

terrenos, (LARA, 1999). Isto se deve ao fato de que a dança assim como a sociedade, passaram por mudanças, que resultaram na alteração de como a dança era vista, em que o profano passa a assumir o espaço antes ocupado pelo sagrado.

Para refletir a respeito dessas transformações é importante entender que elas são graduais resultantes de um processo complexo. Em consequência dessas mudanças, em que as danças são a própria essência da manifestação popular, cada uma com sua função definida e se torna importante pela sua tradição (CORTES, 2000). A partir dessas considerações, pretendemos concentrar nosso estudo em uma dessas danças, neste caso, a dança de salão, que atualmente ganhou grande destaque e evidência na mídia, como forma de entretenimento, estimulando cada vez mais sua prática. Contudo, para se compreender a relação da dança de salão com a sociedade, faz-se necessário analisar no processo histórico, qual era a visão que a sociedade agregava a dança na antiguidade, e ao longo da história e como a dança e os valores agregados a ela, são vistos na atualidade.

Assim, para recortar a história da dança de salão e sua relação com o renascimento, a metodologia utilizada é de abordagem da História social. Considerando as perspectivas inovadoras para a história a partir da escola dos *Annales* e da revolução documental de Marc Bloch e Lucien Febvre (CASTRO, 1997), novas perspectivas de análise da história foram se constituindo e a história social é uma destas concepções. Para esta óptica, ao se observar o contexto de formação de manifestações é possível compreendê-las de forma mais profunda. Salientamos ainda que, dentro da Educação Física, nossa perspectiva se emparelha à perspectiva crítico superadora (SOARES et al, 1998), que também considera a importância do contexto histórico como determinante para a compreensão de uma dada manifestação da cultura corporal de movimento.

Entre outras referências, as considerações apresentadas neste artigo aludiu-se aos estudos do sociólogo alemão Norbert Elias, uma vez que por meio de suas obras o autor relata a sociedade europeia pós-medieval, seus costumes, padrões de conduta que foram se estabelecendo no decorrer dos anos. Elias tratou, entre outros elementos, da dança de salão, utilizando a como exemplo, para explicar a estrutura de uma sociedade, em um momento de mudança, para uma maior individualização ocorrida na Renascença, descrita no livro: O processo civilizador - uma história dos costumes e posteriormente a presença da dança de salão nas diferentes classes e eventos sociais; na sua obra: O processo civilizador - sociedade de corte.

Este artigo se divide em dois momentos. Em um primeiro momento, ele se dedica a expor brevemente o contexto sobre o qual Elias teoriza, ressaltando elementos acerca do processo de civilização; em seguida, o artigo passa a apresentar a ótica que a sociedade agregava a dança de salão no renascimento e ao longo da história e como a dança e os valores agregados a ela são vistos na atualidade. Entretanto, mesmo que a proposta deste trabalho segue um raciocínio que aponta para dois momentos, estes se dialogam constantemente e, por esse motivo, optou-se pela redação em texto corrido. Dessa forma, o texto não se divide em subtítulos. Além disso, é importante salientar que, apesar da teoria do referido autor ser ampla e complexa, o limite do trabalho se refere especificadamente ao contexto da dança de salão.

Para inicializar a teorização, apresenta-se um recorte do Dicionário Social que aborda a biografia de Elias. O conhecimento sobre a vida do autor é importante, pois isto auxiliará no entendimento dos seus estudos e indagações. Segundo Outhwaite e

Bottomore (1996), Norbert Elias nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam no ano de 1990. Sociólogo estudou medicina, filosofia e psicologia nas universidades de Breslau e Heidelberg. Desenvolveu uma abordagem que chamou de "sociologia figuracional", que examinou o surgimento das formações sociais como consequências inesperadas da interação social. Os trabalhos mais conhecidos são: *O processo civilizador* (que possui dois volumes) e *A sociedade de Corte*. Este trabalho foca-se principalmente nas formulações de uma das obras acima citada: *O processo civilizador - uma história dos costumes* (a) e *O processo civilizador – Formação do estado e civilização* (b). Para este artigo utilizou-se a nomenclatura (a) para o primeiro volume e (b) para o segundo volume.

Elias teoriza sobre o desenvolvimento da gentileza, cortesia, dos modos de conduta, "a civilização dos costumes". Sua obra contempla uma descrição da sociedade europeia pós-medieval, a elaboração das normas de comportamentos considerados na época como aceitáveis e o processo de civilidade. Neste período a dança de salão fez-se integrante da sociedade, estando presente de forma auxiliar na educação dos indivíduos.

A civilidade abriga o conjunto de maneiras elaboradas para se viver em sociedade. Havia normas para todos os tipos de ocasiões e a sociedade acabava por se reprimir para seguir o padrão comportamental exigido na época (ELIAS, 1994). As pessoas buscavam agir de maneira que seus hábitos e conduta não causassem desconforto aos demais. Uma vez que a dança de salão se torna parte deste aparato de normas e condições para ser sociável.

Por esta razão manuais de conduta foram elaborados para adultos e crianças, este método foi utilizado no ocidente, a partir do século XVI para civilizar as pessoas. Neste sentido Elias discorre sobre o livro de Erasmo³ que foi:

[...] dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação das crianças. O livro contém reflexões simples enunciadas com grande seriedade, embora ao mesmo tempo, com muita zombaria e ironia, tudo isso em linguagem clara e polida e com invejável precisão (ELIAS, 1994, p.69).

Os manuais de conduta são uma forma para perceber quais são as condutas esperadas por uma sociedade. Afinal, se um manual sugere um comportamento, é porque de alguma forma ele ainda não foi assumido pela maioria, mas já era um hábito desejado por algum grupo, em geral de altos postos da sociedade, já que possuíam alto custo. Além disso, vale ressaltar que nas diversas sociedades, a conduta exerce uma diferenciação de alguns membros da sociedade, dando-lhes destaque.

Uma vez que a gentileza era algo supervalorizado na época, o indivíduo não economizava esforços para ser agradável a todos eles. A dança de salão foi uma das formas de demonstrar ser gentil e cortês, no qual o par dançante, ou seja, o homem e a

³Dentro da obra de Erasmo, destacam-se dois livros diretamente vinculados à questão educacional. Trata-se de *A civilidade pueril* e *De pueris* (Dos meninos). Estes opúsculos trazem uma série de regras para o convívio social como aprender a comer, a vestir-se, a sorrir, a assear-se, entre outras coisas. Ver Camargo (2012, p. 72).

mulher, também chamados de cavalheiro e dama, que eram vistos como sinônimos de educação e no momento da dança isto se tornava mais claro. Era por meio da cortesia que se conquistavam várias garantias, mediante uma conduta visível dos padrões esperados pela sociedade na época que se formava uma expectativa favorável da disposição de servir. Isto manifestava a confiança dos membros da corte e se desenvolvia um afeto, no qual se tornam ansiosos para fazer o bem, como uma troca de gentilezas. Isso era comum no caso da cortesia, e quem se utilizava dela obtinha essa vantagem especial (ELIAS, 1994b).

O Renascimento é considerado um grande movimento cultural, ocorrido na Europa nos séculos XIV, XV e XVI, ocasionando mudanças de ideias, concepções. O teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo; as artes, entre elas a dança, foram mais valorizadas (TONELI, 2007).

Neste momento histórico, a sociedade passa por um momento de transição, uma grande evolução de comportamento, processo de individualização no qual havia discussões sobre os conceitos de sentimentos e razão, como podemos observar neste recorte: “Por um lado, superficialidade, cerimônia, conversas formais; por outra vida interior, profundidade de sentimento, absorção em livros, desenvolvimento da personalidade individual” (ELIAS, 1994a, p.37). Havia esse contraste entre o sentimento, que era o homem no seu interior e a razão as questões externas, ou seja, os interesses, as formalidades. Neste contexto, a dança de salão era uma formalidade, relacionando-se com as questões externas do indivíduo, envolvidas pelos interesses de uma sociedade, que buscava maneiras de atingir seus intentos.

Nos estudos de Bloch (2001), observou-se que o homem se modificou muito, até mesmo nas mais sutis estruturas de seu corpo. O autor aborda que anteriormente o homem foi visto como ser imutável e posteriormente observou-se sua evolução. Como se pode notar a partir das reflexões de Elias (1994a, 1994b), que os indivíduos buscavam adequar seus comportamentos para atingir seus ideais. Por meio não apenas das normas de conduta, mas também no convívio social e através da dança de salão nas cortes europeias. Como foi retratada a evolução da sociedade no decorrer dos séculos, busca-se neste momento apresentar a história e integração da dança de salão no período de transição da Idade média para a Idade moderna.

E para isso utilizamos os estudos de Toneli (2007), no sentido de expor a dança na era medieval, mesmo sofrendo ruptura no seu processo evolutivo, não deixou de ser praticada e na Renascença adquiriu forças. As Danças de Salão surgiram no século XVI, atuando como meio integrante social.

Embora houvesse uma retenção por parte da Igreja em relação à dança na idade média, a mesma se fazia presente nos momentos religiosos. Como podemos observar a partir das afirmações de Nanni, (2008, p. 13): “[...] o uso de danças de caráter místico foi comum dentro das igrejas, como forma da mesma canalizar para o culto os fiéis necessitados de se educar na palavra de Jesus se dançava as carolas, espécie de roda em torno do altar.” Desta forma, podemos notar que a dança aparece em diferentes segmentos sociais, se adaptando a cada ambiente, crenças e costumes.

A dança de salão ou dança social era utilizada como forma de refinamento do comportamento dos componentes da corte. As danças integravam-se na sociedade, como uma forma de sociabilizar as pessoas e ao mesmo tempo de atender aos interesses da época. De acordo com Elias (1994b) havia uma compulsão para fazer parte da elite

do país, ou pelo menos copiá-la, o que aumentou sua crescente interdependência e prosperidade de estratos. Como também se pode notar, a partir das afirmações de Toneli:

No século XV, as danças realizadas pelas classes baixas em suas festas e comemorações chegaram aos salões da nobreza por meio dos dançarinos e/ou mestres-de-baile. Estes eram contratados pelos nobres para que lhes ensinassem as Danças Sociais que, ao chegarem aos salões da corte, ganharam refinamento e status, tanto que além de serem executadas nos grandes bailes, passaram a fazer parte da educação da nobreza. (TONELI 2007, p.21).

Observamos que a dança passa a fazer parte da educação da nobreza, como um dos componentes de boas maneiras da época, onde o refinamento e status obtiveram cada vez mais espaço na sociedade. O código de comportamento social torna-se mais rígido e as pessoas aumentam o policiamento compulsivo do próprio comportamento (ELIAS, 1994b). E a dança foi agregada nessa condição para ser sociável, bem visto por todos.

Assim como a sociedade se modifica, a dança como prática cultural passa por essa metamorfose, de forma conjunta. As práticas culturais apenas se mantêm na medida em que forem reproduzidas ou quando feita uma nova leitura, se transformam ao se modificar as condições históricas e sociais em que estão inseridas, sendo desta forma dinâmica (CORTES, 2000). Podemos observar aqui uma relação com Elias (1994a, 1994b) que, por meio dos seus estudos, apresenta mudanças no comportamento da sociedade e a Dança de Salão de forma integrante deste segmento, a partir disto, se nota a mobilidade histórica, em que os indivíduos e suas práticas estão em constante mudança e novos olhares.

A dança de salão que já naquela época fazia parte da sociedade permanece até os dias atuais, efetivando-se em vários segmentos; como nas escolas e faculdades nos âmbitos educacionais, academias e clínicas de forma terapêutica. A dança de forma educativa, na sociedade contemporânea é descrita por Marques:

Educar corpos que sejam capazes de criar pensando e re-significar o mundo em forma de arte [...] A dança [...] como uma das vias de educação do corpo criador e crítico, torna-se praticamente indispensável para vivermos presentes, críticos e participantes na sociedade atual. (MARQUES 2007, p.24).

Neste sentido nos afirma a autora anteriormente citada, que a dança enquanto umas das vias de educação de um corpo criador e crítico, que se torna fundamental na sociedade atual, visto que em nossos dias, temos o acesso a uma gama de informações, de forma cada vez mais rápida e ser crítico nos auxilia a filtrá-las, para absorvermos conteúdos de qualidade, isso se faz possível uma vez que, analisamos e selecionamos o que nos é passado. Portanto a dança traz consigo a possibilidade de auxiliar neste

processo autocrítico e do mesmo modo atua de forma a possibilitar, o estabelecimento de novas relações sociais, oportunizando a retomada da cortesia (gentileza), incentivando os indivíduos a comunicar-se e entreter-se.

Complementando este processo, a dança de salão proporciona a vivência das relações sociais, onde atualmente os interesses para a busca da mesma, se modificam de acordo com os intentos de cada indivíduo. Dentre outros, a dança de salão proporciona conhecer os limites corporais e experienciar as influências sociais na dança, como nos afirma Almeida (2005, p.131): “A riqueza da dança de salão está nas possibilidades de privilegiar diversas formas de trabalho, nos quais estilos, técnicas e tendências são permanentemente influenciados pelas tradições, pelos símbolos e valores culturais de cada povo”. Notamos que a dança de salão além dos movimentos, carrega história, raízes e intentos dos povos que a dançavam.

A partir disto pode-se notar que a Dança de Salão esteve presente em vários momentos históricos, atendendo os intentos de cada época, adequando e se aprimorando. Seja para compor um modelo de sociedade ou até de certa forma equilibrar a repressão imposta para ser bem visto. Nota-se que a dança percorre a evolução, o processo juntamente com a sociedade, visto que se faz meio de expressão, por que é e se modifica com os indivíduos. Entende-se que a dança é cada um, povo, história, sociedade, ou seja, o conjunto. Mesmo na sua diversidade se iguala, como forma de expressar a história passada e a presente de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. **Um olhar sobre a prática da dança de salão**. 2005. Revista: Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.6, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=dan%C3%A7a+de+sal%C3%A3o&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 03.jul.2014.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMARGO, P. E. B. A metáfora da máscara na transição da sociedade feudal para a burguesa. **Mosaicos**: Revista de humanidades da UEMS, a. 8, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <http://www.uems.br/revista/mosaicos/arquivos/43_2013-04-09_22-09-27.pdf#page=65>. Acesso em: 31 out. 2013.

CASTRO, H. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CORTES, G. P. **Dança, Brasil: festas e danças populares**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

ELIADE, M. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED. 1994a.v.1.

_____. **O processo civilizador**: sociedade de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED. 1994b.v.2.

LARA, L. M. Dança: dimensão sagrada ou profana? **CONEXÕES**: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP, v. 1, n. 2, p. 94-107, dez. 1999. Disponível em: <fefnet178.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/download/345/28>. Acessado em: 04 set.2013.

MARQUES, I. A. **Dançando na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NANNI, D. **Dança educação**: pré-escola à universidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

OUTHWAITE, W. BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SANTANNA, L. A. S.A história do mental de LucienFebvre: a iconografia revela a sensibilidade religiosa. **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 41-52, dez. 2008. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:S11xEgoxuLEJ:revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/3043/1956+&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 12 set.2013.

SOARES, C.L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, C. L. (Org).**Corpo e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

TONELI, P. D. **Dança de salão**: instrumento para a qualidade de vida no trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2007. Disponível em: <http://www.dancadesalao.com/agenda/DS_InstrumentoparaaQualidadedeVidanoTrabalho.pdf>. Acesso em: 12 set.2013.

**INICIATIVAS INDÍGENAS: JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS E COMITÊ INTERTRIBAL -
MEMÓRIA E CIÊNCIA INDÍGENA**

Deoclecio Rocco Gruppi³

Maria Beatriz Rocha Ferreira⁴

Resumo: Esta comunicação apresenta a abordagem da participação Indígena nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs.) relacionados aos períodos históricos, contexto dos JEBs (1969-1989). Identificação da filosofia e objetivos dos JEBs. A participação Indígena e a descrição dos participantes/população atendida e organizadores. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena e, o Ministério do Esporte e a relação com os Jogos dos Povos Indígenas.

Jogos Escolares Brasileiros: primeiras aproximações

A formação da juventude nos aspectos apresentados na filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiros refere-se ao comportamento e mudanças de atitudes, à crença de que, por meio do esporte e práticas corporais, se atinja os objetivos desse evento. O futuro da nação, a formação do caráter dos jovens também se busca, no entanto o que se tem como escopo é a preservação da saúde, bem como o desenvolvimento da aspiração pelas atividades físicas e preparo dos atletas para representarem o país em grandes eventos.

Além da exigência de índices que pode demonstrar a busca de talentos esportivos, há para cada modalidade a aplicação das regras internacionais nas suas execuções bem como a presença de árbitros com experiências internacionais ou renomados em suas atuações, ou melhores do Brasil em suas modalidades, perfazendo no universo das competições uma experiência para os atletas que se destacarem em suas modalidades e seguirem seus talentos para competições semelhantes de alto nível. Acerca dos objetivos dos JEBs:

O foco na realidade era o desenvolvimento do esporte brasileiro, o objetivo principal era descobrir atletas para o desporto de alto rendimento, para você ter uma base para o desporto de alto rendimento. Esse foi o grande objetivo dos JEBs. A linha de pensamento muda mas sempre com foco na medalha olímpica, de ser o melhor do mundo, essa é infelizmente ou felizmente eu acho felizmente, essa é a realidade de qualquer país, nós temos que buscar essa qualidade nos atletas para poder chegar nessa performance. Agora lógico com um método legal, nada de dopping, isso foi uma coisa sempre batida.(FERRACIOLLI FILHO, 2012)

³ Doutor, UNICENTRO, dr.gruppi@uol.com.br

⁴ Doutora, UFGD/CAPE.

Nota-se, nessa fala, como o objetivo principal é disseminado, para os organizadores, a existência dos JEBs possibilita a revelação de atletas conhecidos na atualidade e que fizeram história nas suas respectivas modalidades.

Para exemplificar como os objetivos são alcançados, no Boletim dos V Jogos encontra-se enaltecidos os atletas que conquistaram medalhas no Campeonato Mundial de Atletismo Estudantil e que participaram dos I Jogos Estudantis Brasileiros:

“A semente plantada em 1969 germinou, a árvore cresceu, e os primeiros frutos vieram: Pedro Teixeira (400m e 4x100 rasos), Geraldo Rodrigues (salto triplo e 4x100 rasos), Jalmerson Carvalho (4x100 rasos), Carlos Alberto Cavalcante (4x100 rasos), Armando de Zordi (arremesso de peso), Carlos Eduardo Galvão (arremesso do disco) e Roberto Quira (salto com vara), e foram levados à Grécia por Nelson Barros (chefe da delegação), Frederico Hochstatter (técnico) e Ulisses Laurindo dos Santos (jornalista), mostrando ao mundo o que valem. Esse foi o primeiro ramo que deu frutos os outros já estão em flor, a próxima primavera dirá a qualidade. Viva os nossos estudantes atletas, viva nosso desporto amador.” (BOLETIM OFICIAL, 1973)

Para os organizadores dos JEBs esse destaque motiva os jovens a praticarem com mais dedicação ao desporto e aos professores e técnicos uma demonstração de estarem no caminho certo de condução dos jovens nos desportos.

Conforme saudação feita pelo então Ministro da Educação e Cultura Ney Braga encontramos indícios dos objetivos dos Jogos:

Nada mais belo poderia a atual geração madura reivindicar, do que a glória e a ventura de ter trazido, para o mundo moços como vocês. Se o movimento de 31 de março foi a renovação trazida pela Revolução, que a mocidade do Brasil seja a Revolução da Renovação, trazendo, ao organismo jovem do país, o sangue, a fibra, a pureza, a confiança, tudo aquilo afinal, que caracteriza distingue a adolescência que sabe ter um encontro marcado com o futuro e, para tanto, entrega-se à sua preparação mental e corporal, como exigência de patriotismo, de brio, de confiança no amanhã que nós, mais velhos, queremos que seja mais feliz do que hoje, exatamente porque será vivido por vocês. (Boletim, 1974, p.1)

Os envolvidos nos Jogos Estudantis acreditam que nesse espaço poderão detectar talentos, os futuros desportistas.

Sobre os princípios dos JEBs na Nova República, Borges e Buonicore (2007, p. 60), afirmam:

os JEBs a partir de 1985 tiveram os seguintes princípios: a) Nova identidade para o esporte escolar, diferenciando-o

do esporte de rendimento”; b) Redimensionamento da organização e do funcionamento dos Jogos; c) Interiorização dos Jogos e maior envolvimento das escolas da periferia; d) Repúdio à utilização de resultados esportivos nas avaliações de escolas e alunos.

Pode-se notar que a partir de 1985 os JEBs começam a diferenciar-se quanto a sua organização e princípios, culminando com a Constituição de 1988, a qual se refere ao *esporte educação*.

Em São Paulo, 1985 acontece a primeira participação da Nação Indígena, a participação dos povos indígenas nos JEBs pode ser um início de uma experiência de diferentes vivências em configurações nas relações do indivíduo em sociedade, para que possam se aprofundar em questões políticas e sociais, bem como no que diz respeito à definição do caráter do evento. Como afirma Elias (1994 p.27): “Uma das condições fundamentais para a existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas”, o que possibilita a troca de experiências e o processo de envolvimento em diferentes circunstâncias na sociedade.

Ainda nos Jogos de 1985 foi introduzido como modalidade a Capoeira e nos “Estudos Técnicos” a temática sobre os Esportes em Cadeira de Rodas, que têm como objetivo discutir a “problemática das pessoas portadoras da deficiência física; técnicas e arbitragem adaptadas ao esporte em cadeira de rodas e as categorias dos esportes praticados por deficientes físicos: classe médica e classe funcional”(BOLETIM, 1985, p. 105).

A partir de 1985 começa-se a organizar a Constituinte e discussões acerca da inclusão social por meio do Esporte e da Educação Física culminam na Constituição de 1988. Como corrobora Ferraciolli (2012):

Em 1985 começou a Nova República, nós tivemos uma formatação dos Jogos até aquele momento, os JEBs tinham uma formatação até aquele momento, os Estados tinham representatividade com seleções escolares, esses atletas alunos já jogavam nos clubes e nas federações, a partir desse ano criou-se uma nova formatação de disputa nos Jogos, nessa formatação proibiu-se a participação dos atletas federados, então foi uma polêmica muito grande para se ajustar a essa nova condição. A Constituição de 1988 onde começávamos a discutir a inclusão social das pessoas na Educação Física.

A partir do ano de 1988 as discussões acerca da formatação dos JEBs possibilitam novas mudanças na sua prática, que se concretizam nos JEBs de 1989, no qual Manuel Tubino, como dirigente, traz suas teorias acerca de um novo conceito de esporte que privilegia a participação e onde a ênfase ao rendimento fica em segundo plano.

1989 – Brasília – XVIII JEBs. Na mensagem aos participantes Manuel José Gomes Tubino fala sobre uma mudança nos princípios dos Jogos:

[...] assim com certeza seria o início de um evento que representa mais uma iniciativa no sentido de buscar a performance atlética, o talento esportivo, a competição a todo custo e, até como já se falou, as nossas medalhas nos Jogos Olímpicos... Não! Fundamentados nos princípios da participação, “cooperação”, coeducação, integração e co-responsabilidade, neste ano estamos vivendo um momento ímpar na história dos JEB’s e do Esporte na Escola. Viveremos instensamente nestes dias a arte do encontro! Temos certeza que todos os que estão tendo o privilégio de participar deste marco do repensar e refazer o Esporte na Escola, terão a oportunidade histórica de traçar os nossos caminhos para o Esporte enquanto Educação. (BOLETIM, 1989, P.1)

Em 1989 nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros há um novo processo de análise e redefinição nos seus princípios. Para que isso seja realizado organiza-se a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola com o Tema: Esporte na Escola e a Educação para a Democracia, conta com Vera Lucia de Menezes Costa na comissão organizadora.

Os princípios aos quais se referem na Conferência estão relacionados à ressignificação do direito dos jovens à formação da cidadania “baseada na participação e na consciência social”(BRASIL, 1989, p.49).

“Tornou-se necessário criar um espaço para que todos os segmentos da sociedade, engajados com o Esporte na Escola, viessem a colocar seus posicionamentos e, a partir desses, tornar os JEBs um constante processo de discussão dos valores que vêm conduzindo a prática esportiva, bem como as questões sociais, econômicas e culturais que a envolve” (BRASIL, 1989, p. 49).

No processo de reconstrução democrática os JEBs estão sob os holofotes dos dirigentes governamentais e, também nesse momento, de pesquisadores de universidades brasileiras.

A justificativa para essas mudanças leva em consideração que o Esporte praticado na Escola caracteriza-se pela “reprodução do Esporte institucionalizado, elitista, segregacionista” (BRASIL, 1989, P. 49) refere-se à criança e ao jovem como os “principais protagonistas dos Jogos Escolares Brasileiros do processo de co-responsabilidade nas transformações sociais pela garantia dos direitos dos cidadãos”(idem, p.49).

Ao referir-se ao contexto na qual “a sociedade brasileira se organiza e participa diretamente dos destinos da nação e que o esporte é reconhecido como direito de todo cidadão” (idem, p. 49), a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola tem como objetivos principais:

“- Suscitar entre os participantes dos XVIII JEBs, retomada da reflexão acerca do Esporte na Escola, vislumbrando a sua contribuição ao processo de Educação para Democracia, no

contexto de um país do Terceiro Mundo, tendo em vista a perspectiva para o século XXI;

- Estabelecer um ponto de encontro que viabilize a troca de idéias, opiniões e experiências entre os diferentes segmentos envolvidos com o Esporte na Escola;
- Discutir a incorporação da democracia e sua utilização por professores, técnicos, estudantes e administradores na gestão do Esporte na Escola;
- Propor princípios e alternativas de ação ao Esporte na Escola, que venham a se constituir em compromissos com a Educação para a Democracia.” (BRASIL, 1989, p. 49).

Esses objetivos encaminham discussões que norteiam o papel do Esporte no contexto brasileiro, no qual o reafirmam o processo de democratização, por meio de reflexões acerca do Esporte na Escola bem como os protagonistas nesse Esporte. Novas redes de interdependências se formam para discutirem o papel do Esporte nesse contexto, com a participação de pesquisadores de universidades, assim como a participação de técnicos esportivos, estudantes, representantes indígenas e gestores do Esporte na Escola.

Participação Indígena nos Jogos Escolares Brasileiros

No ano de 1985 a Nação Indígena participa pela primeira vez dos JEBs, é citada nos boletins dos Jogos realizados na cidade de São Paulo, quando realizam a demonstração da luta Uka Uka no CEPEUSP, essa luta aparece no quadro das modalidades com as datas e horários, bem como o local a serem realizadas (BOLETIM, 1985, p.01). A participação nesses JEBs contou com a presença das etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako, teve como Chefe da demonstração da Luta: Sr. Aritana - “Capitão absoluto do Alto Xingu” (BOLETIM, 1985, p. 406), e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e natação, representados pelos Terena, Xavante, povos do Alto Xingu e Karajá, como chefe das modalidades: Sr. Jorge Terena, e Coordenadores da Delegação: Carlos Terena e Jeremias Xavante (idem, p. 406).

A articulação de Carlos Terena junto ao Ministério da Educação e Cultura concretiza sua participação como liderança indígena no processo de desdobramento da inserção das comunidades indígenas num diferente contexto brasileiro que é o dos Jogos Escolares.

A primeira participação de indígenas nos JEBs acontece com a presença de um arqueiro para distinguir, ou seja, para apresentar uma outra maneira de demonstrar práticas corporais, como afirma Terena: “Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha” (idem, p. 37).

Ao comentar esse fato, Terena se remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa:

(...) ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas. (TERENA, 2001, p.37).

Essa demonstração então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena

Em 1991 é criado o Comitê Intertribal – 500 anos de Resistência, presidido por Mariano Marcos Terena. Marcos Terena, como é conhecido, é designado⁵ titular, e Pedro Cornélio como suplente, junto ao Grupo de Trabalho Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas, para a preparação/participação da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Entre outras pessoas compõem o Comitê Intertribal: Eliane Potiguara, Itiarrori Karajá e o Aritana. Marcos Terena em depoimento a Graziella Sant’Anna (2010, p. 112) afirma:

Quando Marcos Terena fala do surgimento do Comitê Intertribal, penso que ele se refere a um dos primeiros trabalhos que esse Comitê realizou e ampliou a visibilidade, tanto para os indígenas que o compuseram quanto para o Governo, que naquele momento possibilitou uma participação mais ampla, ou seja, de outros setores da sociedade num evento como a ECO 92.

Talvez a composição do Comitê representado por algumas etnias possa ser uma das respostas. No entanto, há questionamentos que nos dão indícios das redes de relações estabelecidas naquele tempo e espaço que possibilitam a melhor compreensão dessa participação junto ao Governo. O fato de Marcos Terena ser convidado para a organização da ECO 92, faz com que se “registre a associação”, tanto para fins de financiamentos como para as tarefas que deverá executar, ou mesmo para um início de parceria com o Governo. Ao mesmo tempo nota-se contradições nas ações, o mesmo governo que em um momento se aproxima dos indígenas para realizar tarefas de interesse político comum, se encontra do lado oposto dos indígenas quando estes através das várias associações reivindicam ações governamentais frente aos seus problemas.

Entre outros eventos que o Comitê Intertribal realiza em parceria com o Governo Federal, encontramos os Jogos dos Povos Indígenas, este por sua vez será amplamente abordado na investigação que permeia esta tese.

Considerações finais

⁵ Conforme Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1991, seção II p. 7435.

A figuração Jogos dos Povos Indígenas começa a se delinear com aproximações dos idealizadores Marcos Terena e Carlos Terena com o governo.

Com a aprovação da Constituição em 1988, a valorização da cultura indígena e de criação nacional e a inserção dessas populações no esporte passam a ter amparo legal, porém apesar da promulgação da Constituição não há, por parte do governo, iniciativas de organização de projetos e eventos ou de políticas públicas para a população indígena na área do esporte.

Uma exceção na mudança de filosofia do governo sobre o esporte, pode-se verificar nesta pesquisa, está na organização dos Jogos Escolares Brasileiros a partir de 1989, quando o esporte passa a ser voltado para que haja um maior numero de pessoas participantes, ou seja, se torne mais acessível. Apesar dessa mudança de filosofia nos Jogos Escolares Brasileiros, as práticas tradicionais como capoeira, danças regionais, entre outros, ainda estão em segundo plano para o governo.

Para que a organização dos Jogos dos Povos Indígenas comece a se delinear e se torne uma realidade, é necessário as iniciativas de pessoas vinculadas a diferentes instituições, cada uma dentro de sua especificidade. A rede de relações interpessoais se expande, a abrangência dos trabalhos do ITC se torna mais ampla e proporciona uma maior visibilidade dessa ONG.

As relações estabelecidas pelos idealizadores indígenas com representantes do governo federal possibilitam sua aproximação com representantes do esporte em nível nacional. O fato do Comitê Intertribal ter a competência de organizar os Jogos dos Povos Indígenas, os aproxima cada vez mais dos representantes do governo para apresentar a ideia inicial dos Jogos dos Povos Indígenas.

A aproximação com os representantes do governo proporciona o intercâmbio de ideias apresentadas por Carlos e Marcos Terena ao Ministério Extraordinário do Esporte, que na época tem Edson Arantes do Nascimento (Pelé) como representante, este atendeu aos pedidos dos idealizadores de se organizar uma “Olimpíada Indígena”, aqui a aproximação pelo Esporte se torna mais viável.

O ITC, representado pelos irmãos Carlos e Marcos Terena, e o Ministério Extraordinário do Esporte se tornam parceiros na organização e viabilização dos primeiros Jogos dos Povos Indígenas e também protagonistas desse evento, o primeiro com ideias e projetos e o segundo com financiamento. Neste momento começam a se estabelecer as relações mais próximas para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Com esta parceria, o projeto se torna realidade.

Referências

BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994.

_____. Introdução à sociologia. Lisboa, Edições 70 Ltda., 2005.

FERREIRA, I. T. Jogos Estudantis Brasileiros–JEBS. In DACOSTA, L. (org.). Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e de Lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GRUPPI, D.R. Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas. In CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B.R e von SIMSON, O.R. (orgs.) Jogo, Celebração, Memória e Identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009). Campinas, SP; Curt Nimuendajú, 2011.

_____. Jogos dos Povos Indígenas: trajetória e interlocuções. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ROCHA FERREIRA, M.B.; FIGUEIRA-JUNIOR, A., ALVAREZ, L.; MIHALIUC, A.A.R., UGARTE, M.C.D. Relatório da pesquisa nos VIII Jogos dos povos indígenas – Fortaleza, Ceará, 2005. Apresentada ao Ministério dos Esportes, 2006.

SANT’ANA, G. R. de. Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas,SP

TERENA, C. J. Depoimento [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR-UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas,SP.

TERENA, C. J. O importante não é ganhar, mas celebrar. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano.2, n. 22, julho 2007. Acesso em 25/01/2011.

TERENA, M. O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura. Anais I SIMPÓSIO CULTURA CORPORAL E POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ. Irati-PR: UNICENTRO, 2001.

Documentos

BOLETIM. Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1969 – 1996.

Sites

OLIMPÍADAS ESCOLARES: <http://www.olimpiadasescolares.com.br/resultados/resultados.asp>. Acesso em 12 de fev. 2011.

TERENA, Carlos. <http://www.tvliberal.com.br/revistas/verpara/edicao7/indios.htm> . Acesso em 25 de out. 2010

PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DE PRÁTICAS CORPORAIS NO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA

Diego Ferreira Lima¹

Edivaldo Góis Junior²

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar o diálogo entre as práticas corporais tradicionais do sistema de ensino salesiano com as práticas impostas pelo pensamento higienista no âmbito escolar, especificamente a ginástica, no Colégio Salesiano Santa Rosa no início do século XX. As fontes foram caracterizadas por documentos escritos e iconográficos como, cartas, convites a eventos externos e internos da instituição, convites oficiais de comemorações nacionais, registro de notas bimestrais e trimestrais, relatórios escolares, exames de admissão. Conclui que apesar de manterem funções diferentes no cotidiano escolar da instituição salesiana houve o diálogo entre essas práticas corporais.

Resumo: Salesianos, práticas corporais, ginástica.

Introdução

Na capital fluminense, no final do século XIX, instala-se a primeira obra da Pier Sociedade São Francisco de Sales – Salesianos em território brasileiro. Fundada por Dom Bosco em Turim – Itália, a obra tem por objetivo o trabalho com público infanto-juvenil marginalizado socialmente. Em Niterói, no Bairro de Santa Rosa os missionários decidem instalar sua obra educativa, pois estariam protegidos e higienizados pela Baía de Guanabara das epidemias que assombravam a capital federal. Como afirma Soares (2011), o surgimento de uma economia urbana e comercial, o crescimento do sistema capitalista projetou miséria e epidemias nos grandes centros urbanos brasileiros.

O Colégio de Artes e Ofícios Salesiano Santa Rosa, assim como as outras instituições salesianas distribuídas pelo globo, iniciou seus trabalhos a partir do oratório festivo e das oficinas profissionais. Afirmando o conhecimento deixado como legado pelo seu fundador, Dom Bosco. Os ensinamentos salesianos fundamentam-se em três eixos: razão, religião e “amorevolezza”, objetivando a formação do bom cristão e do honesto cidadão (BORGES, 2000).

Vários interesses influenciaram a instalação dos salesianos no Brasil sendo os principais: a Cúria Romana na contenção do protestantismo e na reformulação do catolicismo, a República em seu processo civilizatório, e os dos próprios Salesianos na expansão de suas obras (DALCIN, 2010). Dialogando com o contexto histórico, a inserção de instituições voltadas para o ensino de ofícios mecânicos foi empregada objetivando sanar problemas sociais, o destino de diversos jovens pobres e desassistidos que representariam um perigo para o progresso nacional (SILVA e SOUZA, 2013). Contrastando com o ensino da elite as escolas de aprendizes-artífices eram destinadas as classes desfavorecidas (CUNHA, 2009).

¹ Mestrando em Educação Física na Unicamp – diego.edfisica.ferreira@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Unicamp – edivaldo@fef.unicamp.br

Em seu processo educativo os Salesianos possuem uma especificidade que caracteriza a tradição da Ordem, a utilização de práticas corporais como os jogos, esportes, a música, o movimento juvenil no trato com os educandos (AZZI, 1982).

Partindo da prerrogativa da presença das diversas práticas corporais objetivando o recrear, o lúdico, a interação e a formação integral do educando no Colégio Salesiano Santa Rosa e entendo que o recorte temporal focado nessa pesquisa está mergulhado nos ideais higienistas. Busca-se nesse trabalho analisar esses diferentes tipos de práticas, as tradicionais salesianas e as impostas ao âmbito escolar pelos ideais científicos. Para essas evidências iniciais, atentaremos para o cotidiano da escola assim como suas participações em eventos públicos.

Uma instituição educacional religiosa que tinha uma organização específica utilizando práticas corporais livres, recreativas e lúdicas poderia em seu trabalho educacional dialogar com os ideais higienista proposto ao cenário nacional e reforçado nas escolas pela presença da ginástica? Haveria diálogo entre as práticas propostas pela tradição salesiana e o movimento higienista no âmbito escolar?

Em termos metodológicos, optou-se por uma pesquisa histórica, onde os documentos foram coletados no acervo do Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. As fontes levantadas foram caracterizadas por documentos escritos e iconográficos como, cartas, convites a eventos externos e internos da instituição, convites oficiais de comemorações nacionais, registro de notas bimestrais e trimestrais, relatórios escolares, exames de admissão.

Para análise dos dados coletados, partimos da perspectiva que todo discurso é datado. Assim, não se pode analisar a situação da época a partir de um olhar da atualidade, busca-se entender o processo estudado partindo de um contexto específico, uma mentalidade diferente, o início do século XX. (Áries, 2005). Desse modo, entender a proposta educacional desta instituição religiosa em seu contexto, é relacionar-se com uma época específica. Desta forma, busca-se perceber as especificidades de uma dada instituição em determinado tempo.

O cotidiano escolar e as práticas corporais.

Para o entendimento do papel das práticas corporais na Instituição Salesiano Santa Rosa, deve-se entender a função dessas práticas para a Ordem. Para o fundador Dom Bosco, os jogos e outras atividades recreativas como a música, o teatro e as festas litúrgicas deveriam ser utilizados para o lazer, tornando-se estratégia para um processo educacional mais prazeroso na conquista do educando.

No tempo livre, fora do tempo de estudo e trabalho, através de atividades de artes, esporte e lazer, que muitas vezes estão fora do aspecto normativo e dirigidos pelos sentidos de gosto e utilidade, procura-se construir valores que formem o homem para o mundo em que ele vive (BORGES, 2000, p. 03).

A preocupação pelas práticas corporais já se apresentava na construção de suas instalações, ter um amplo espaço físico era de caráter obrigatório nos colégios Salesianos. Higino (2006) relata que na construção da Instituição Salesiano Santa Rosa

um espaço amplo e arborizado, salão de teatro e campos para jogos estavam especificados no terreno de mais de cem mil metros quadrados. A presença de padres, professores e outros servidores da instituição em partidas de futebol eram frequentes. Diversas fotos mostram a representação que o esporte possuía junto à instituição:

Os nossos GROUNDS bisemanalmente invadidos pelas quatro Divisões collegiais, cujos doze PARES, ao todo 24 TEAMS, cada qual mais campeão, lá nos dias de luta, no dia da desforra, no dia do desempate! De ver-se sim e de se ouvir: porque a multidão infantil, nos MOMENTOS do jogo proclamando as alegrias sans do nosso robusto collegial. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA, Fotos do Esporte, 1915).

O futebol, tão presente no cotidiano da instituição passa a ganhar espaço nos bairros próximos à escola, atraindo um grande público para as empolgantes disputas estudantis.

Até o dia 7 de Setembro de 1909 não havia, em SANTA ROZA, lugar para o bello e empolgante SPORT inglez. Aberta a clareira, são cabriolam á farta, desafogadamente. E é de vêr-se a vibração fremente da nossa garrida petizzada, a flanquear o campo nos dias de festa, oscilla, cresce, inclina-se e, não raro, um fragor de palmas, um explodir de vozes, alongando-se em echos, atroa o bairro, acorda Icarahy. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA, Fotos do Esporte, 1915).

Os uniformes demonstrava a bela organização presente nessas práticas, cabelos muito bem penteados mostrava os bons costumes dos educandos da instituição, camisas de manga comprida por dentro do calção, presos por cintos, completando com meias altas e chuteiras, instrumentos permanente para a prática do deporte (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA, Fotos do Esporte, 1910).

Nota-se que os costumes e tradição da Ordem fundada por Dom Bosco norteou toda construção da prática da atividade física nas instituições escolares administradas pelos Salesianos. Apesar de possuir grande importância dentro do sistema educacional na formação integral do educando, essas práticas mantinham-se como atividade extracurricular não ocupando cadeira disciplinar na instituição.

Além das práticas tradicionais salesianas, no pátio do Colégio Salesiano Santa Rosa a ginástica se fazia presente. Reforçada no interior escolar pelos ideais Médicos Higienista que viam na Educação Física e logo na ginástica uma ferramenta para o fortalecimento da nação.

No início do século XX, no Brasil, o pensamento médico higienista colaborou com seus argumentos para o aumento das preocupações da sociedade com as questões sociais, sobretudo, com a educação e saúde do povo (GOIS JUNIOR, 2011). Presente para combater a degeneração física, caracterizada pela busca de uma identidade nacional e melhora da raça. Apoiada na ciência a ginástica através da Educação Física torna-se uma espécie de prática educativa da nacionalidade, tendo como objetivo em seus discursos

preservar forças físicas e psíquicas, o vigor do corpo e, sobretudo prevenir os grandes males.

Ao final do período imperial, a ginástica já estava presente em alguns colégios onde a sua proximidade com a ciência, e, por conseguinte, com os pensamentos higienistas, colaborou para a disseminação de uma mentalidade de saúde, vigor moral e físico. Em 1841, por exemplo, o Imperial Colégio Pedro II já tinha lições de ginástica sobre o comando do mestre Guilherme de Taube (CUNHA JUNIOR, 2008). Além do referenciado Colégio Imperial, em meados do século XIX, outras instituições também já possuíam a ginástica como prática escolar. Eram, principalmente, escolas concebidas pela iniciativa privada, estrangeiras e religiosas (MELO, 1998).

Nessa perspectiva, que incluímos na listagem o Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, Rio de Janeiro, destacando-se pela presença relevante de práticas corporais no início do século XX. Nas atas do Registro do Fiscal, coletados no acervo do “Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa”, pode-se observar os mestres que lecionavam no colégio e suas respectivas cadeiras, que compunham o currículo formal em 30 de junho de 1903. Eram elas: *portuguez; francez; geografia; latim; mathematicas; desenho; inglez e ciencias naturaes*, aqui vemos que a cadeira “gymnastica” não era considerada um disciplinar curricular nesse período, o que é confirmado pelo livro intitulado: *Registro de Medias Bimestrais e Trimestrais 1894/1908*, onde consta a relação de cada aluno e suas respectivas médias em cada disciplina e mais uma vez a ausência da disciplina “gymnastica”. Aparecendo em 1925 no livro intitulado: *Archivo Giniasial anos letivos de 1918/1925*, período que contempla sua presença por dados iconográficos, em uma fotografia emblemática que leva como título: “*Exercício de Gymnastica Sueca. Collegio Salesiano Santa Roza em Nictheroy*”. Nela alunos enfileirados em total simetria; roupas e quepe brancos contrastavam com os coturnos pretos, evidenciando o caráter militar, higiênico e estético.

Apesar das poucas evidencias afirmando a presença da ginástica nas primeiras décadas do século XX no interior da instituição, em eventos públicos, a ginástica se faz presente nas práticas dos alunos junto a outras práticas corporais integrantes da sistema educacional salesiano. O Colégio Salesiano Santa Rosa manteve grande frequência nas participações em eventos públicos. A documentação coletada nos aproxima de algumas destas ações, sete convites e cartas expõem a convocação da instituição a esses eventos. A partir da análise documental é possível perceber o destaque da ginástica e de outros tipos de práticas corporais, como ciclismo, evoluções desportivas e o futebol.

Iniciaremos essa narrativa a partir de um convite feito pela instituição coirmã: o Liceu Salesiano Nossa Senhora de Auxiliadora, localizada em Campinas, Estado de São Paulo. O convite enviado ao Colégio Salesiano Santa Rosa objetivava a participação da instituição fluminense na Comemoração Cívica do descobrimento da América em 12 de outubro de 1913 na capital paulista. Uma das principais ações desse dia festivo foi à passeata que percorreu ruas da capital paulista, apresentando à ginástica e o ciclismo como práticas corporais importantes na exposição da instituição ao público.

NA CAPITAL: A's 8hs. – Na ((gare)) da Luz serão recebidos pelos collegas do Lyceu Salesiano S. Coração. Organiza-se-à em seguida um prestito composto de 2.000 alumnos de ambos os Estabelecimentos com seus respectivos professores, precedidos

por um corpo de cyclístas, a caráter, e acompanhado por tres bandas de musica dos mesmos Institutos; desfilarão pelas ruas Brigadeiro Tobias, Viaduto novo de Santa Ephigenia, S. Bento, 15 de Novembro, Largo da Sé, fazendo nesse ultimo exercício gymnastico estheticos-hygienicos; em seguida, pelo Viaduto do Chá, rua Barão de Itapetininga, Praça da Republica, Palacio São Luiz. Ahi cumprimentarão o Exmo Snr. Arcebispo de S. Paulo, seguindo depois para o Lyceu do S. Coração. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Convite – Commemoração Civica do Descobrimento da América, 1913).

Em 1914, o grande festejo no Colégio Salesiano Santa Rosa foi o dia cívico de 7 de setembro. Os alunos da instituição solenizaram a data mais patriótica da nação. Pela manhã, em seu pátio ocorreram demonstrações de exercício de ginástica sueca.

A's 9 horas – No pateo central: benção das bandeiras collegial e das quatro divisões. – Gymnastica sueca por todos os alunos em conjuncto e parcelladamente pelas Divisões, com alteres (100 pares), bastões (125), maças(80) e clavinhas Mauses (200) – Inauguração dos aparelhos gymnasticos, barras, parallelas, frontão, etc. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA – O dia 7 de setembro de 1914, 1914).

Em 1917, ocorreu 25º aniversário da chegada ao Brasil das irmãs e filhas de Maria Auxiliadora no Externato Santa Thereza, em Niterói. O convite enviado ao Colégio Salesiano Santa Rosa especifica toda a programação do evento. A tarde seria composta por hinos nacional e patriótico a Nossa Senhora Auxiliadora, além de Canto ginástico exposto pelas alunas do externato. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Convite – Commemorando 25º aniversário da chegada ao Brasil das irmãs e filhas de Maria Auxiliadora, 1917).

Outro evento de destaque na documentação refere-se ao convite realizado pela Escola Normal Nossa Senhora de Auxiliadora, Ponta Nova - Minas Gerais, dedicada à educação feminina. O convite tratava-se de uma homenagem ao Exmo. Revmo. Sr. D. Angelo Jacintho Scarpardini de veneração e reconhecimento da Escola Normal N. S. Auxiliadora, festejando a sua primeira visita "ao glorioso Estado de Minas", entre os dias 22 a 24 de maio de 1919. No dia 24, a parte da tarde foi disponibilizada para os discursos políticos feitos por governantes e representantes locais. E no intervalo, ocorreram os coros recitativos e torneios gymnasticos:

Os intervallos serão preenchidos com execução de côros, recitativos e torneio gymnastico, pelas alunas, e com peças do escolhido repertório da banda << Ceciliana>> e da orchestra do <<Cinema Brasil>>. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Convite – Homenagem ao Exmo. Revmo. Sr. D. Angelo Jacintho Scarpardini, 1919).

Em 1920, relata-se um evento ocorrido no próprio colégio niteroiense, trata-se da festa de Santo Antônio, prestando homenagem ao diretor da instituição Padre Antonio Dalla Via, a festa ocorreu no dia 13 de junho de 1920. Nesse evento não aparece exposto exposições de exercícios ginásticos, porém o a prática do futebol é relatada no entretenimento do público (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Convite – Festa de Santo Antônio, 1920).

Ainda na década de 1920 encontraram-se uma carta de esclarecimento relatando a participação dos colégios salesianos paulistas (São Paulo, Lorena e Campinas) no desfile cívico de 7 de setembro na capital nacional, Rio de Janeiro. No dia 9 de setembro, agradecendo a hospitalidade, no campo de São Cristóvão “os colleguinhas” paulistas demonstraram evoluções de ginástica, exercícios militares e desportivos.

No dia 9, domingo, outra vez irão os alumnos ao Campo de São Christovão assistir as brilhantes evoluções de Gymnastica, Evoluções militares e desportivas dos colleguinhas de S. Paulo e Campinas (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Carta-Convite – Participação dos Colégios Salesianos paulista ao desfile cívico de 7 de setembro, Década de 1920).

Em 1929, foi realizada no próprio Colégio Salesiano Santa Rosa a festa de São Luiz Gonzaga, no dia 29 de setembro. O evento dedicado a toda população da instituição, se dá pela manifestação dos alunos ao Revmo. Diretor, P. Luis Marcigliaga. A homenagem foi composta pela apresentação da banda, saudações por alunos e Secção Sportiva. (MEMORIAL HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA ROSA, Programma-Convite, Festa de São Luiz, 1929).

Nos eventos públicos que a instituição salesiana demonstra a sociedade seu projeto educacional. Nas apresentações, as práticas corporais são evidentes, e a presença da ginástica é confirmada em diversos eventos concretizando o diálogo da instituição Salesiano Santa Rosa com a moderna prática corporal do século XX.

Considerações Finais.

A partir das análises dos dados coletados e o diálogo com a literatura disponível, percebe-se uma harmonia entre os documentos, e concomitantemente a filosofia educacional salesiana de ensino, onde as práticas corporais como os jogos e esportes tinham objetivos lúdicos, recreativo e interacional ao contrário do que pregava a escola clássica, mais tradicional, caracterizada pela rigidez e exaustivo processo de ensino. Essas práticas não tinham um espaço formal no currículo como disciplina ou cadeira, e sim, eram entendidas como atividades complementares que além de contribuir para uma educação integral, eram utilizadas como estratégia de adesão dos jovens.

Nota-se que os costumes e tradição da Ordem fundada por Dom Bosco norteou toda construção da prática da atividade física nas instituições escolares administradas pelos Salesianos. Os iniciais jogos recreativos do século XIX tornaram-se potenciais para os esportes no século XX.

Nos eventos públicos encontra-se o espaço onde a instituição, o Colégio Santa Rosa, mostra à sociedade seu projeto, suas intenções educacionais. Quando a ginástica e outras práticas corporais têm destaque nessas exposições, demonstra-se que a educação dos corpos tem lugar privilegiado no projeto educacional marcado pela higiene, civismo e religiosidade. Com isso, podemos entender que projetos educacionais influenciados pelo cientificismo não são opostos aos projetos educacionais religiosos, mas pelo contrário, convivem nos objetivos das práticas corporais nas escolas, tão em voga no Brasil do início do século XX.

Seja no interior da instituição ou em eventos externos, as práticas corporais tradicionais dos Salesianos, jogos, esporte, movimentos livres dialogaram com as modernas práticas de educação do corpo, nesse caso a ginástica. Possuindo funções distintas no projeto educacional da instituição, durante o início do século XX estavam presentes no cotidiano no Colégio Salesiano Santa Rosa.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (org.) *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 207-236.

AZZI, R. *Os salesianos no Brasil a luz da história*. São Paulo: Salesiano Dom Bosco, 1982.

BORGES, C. N. F. *A significatividade das Atividades do Pátio na Educação Salesiana*. Dissertação de Mestrado. PPGEF- Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2000.

CUNHA JUNIOR, C. F. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2008.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 6 ed. Cortez, Niterói, RJ; Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLASCO do Brasil, 2009.

DALCIN, A. *O Ensino de Matemática entre 1885 e 1929 no Colégio Salesiano Liceu Coração de Jesus: "bons cristãos, honesto cidadãos"*. Bolema, Rio Claro, v.23, nº 35ª, p. 241-268, 2010.

GÓIS JÚNIOR, E.; SIMÕES, J.L. *História da Educação Física no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

HIGINO, E. *Um século de tradição: a banda de música do Colégio Salesiano Santa Rosa*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 2006.

MELO, V. A. *A Educação Física nas escolas brasileiras do século XX: Esporte ou Ginástica?* In: FERREIRA NETO, A. *Pesquisa histórica na Educação Física*. Vitória: UFES, 1998. p. 48-68.

SILVA, J. C. S. ; SOUZA, M. Z. M. de. *Corpos Educados, Perigos Controlados: as contribuições da ginástica escolar para a remodelação urbana carioca*. Roteiro, p. 237-254, 2013.

SOARES, C. L. *Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil*. In: DEL PRIORE, M. e MELO, V. A. de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed UNESP, 2009.

SOARES, C. L. *Educação Física, Raízes Europeias e Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

Fontes

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Carta – Convite; Participação dos Colégios Salesianos Paulistas ao desfile cívico de 7 de setembro, década de 1920.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Convite - Comemoração Cívica do Descobrimento da América, 1913.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Convite - Comemoração do 25º aniversário da chegada ao Brasil das irmãs e filhas de Maria Auxiliadora, 1917.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Convite – Festa de Santo Antônio, 1920.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Convite - Homenagem ao Exmo. Revmo. Sr. D. Angelo Jacintho Scarpardini, 1919.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Convite - O dia 7 de setembro de 1914, 1914.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Fotos do Esporte, 1910-1915.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. Programa – Convite, Festa de São Luiz Gonzaga, 1929.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa: Livro Registro do Fiscal Cópia das Relações e Comunicações Enviadas aos Inspetores, Comandantes e Autoridades 1903 – 1911.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa: Archivo do Curso Ginásial Anos Letivos 1924/1925.

Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa: Livro Registro das Medias bimestrais e anuais 1904/1908.



Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa: Foto *Exercício de Gymnastica Sueca. Collegio Salesiano Santa Roza em Nictheroy*. Década de 1920.

MANIFESTAÇÕES BIOANTROPOLÓGICAS NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM – 1936

Dolores Marina Garcia Pereira¹

Marizabel Kowalski²

Ana Paula de Freitas Altoé³

Luiz Eduardo Benini⁴

Resumo: Os Jogos Olímpicos de Berlim de 1936 ficaram marcados na história como símbolo de manifestações ideológicas de superioridade versus inferioridade. Estas vão ao encontro dos interesses políticos para justificar as diferenças biológicas entre seres humanos. Realizou-se busca em artigos, livros e revistas entre dezembro a março de 2014 com refinamento de data.

Palavras-Chave: Eugenia. Berlim 1936. Jogos Olímpicos de 1936

INTRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos de Berlim de 1936 ficaram marcados na história como símbolo de manifestações ideológicas de superioridade versus inferioridade. Estas vão ao encontro dos interesses políticos para justificar as diferenças biológicas entre seres humanos. Atualmente o esporte aparece como instrumento para a vinculação de ideias, de pensamentos de valores determinados por grupos humanos enquanto seres distintos biologicamente relevando as diferenças culturais, sociais, psicológicas e tecnológicas – exaltando as diferenças raciais. Em um dos episódios mais conhecidos da história do esporte, segundo Sigole & De Rose Jr. a propaganda nazista de Hitler nos jogos olímpicos de Berlim em 1936, pretendia comprovar, por meio do desempenho em provas atléticas, a superioridade do que denominava “raça ariana”. Assim, não obtendo êxito ao esbarrar nas conquistas de atletas não-arianos, sobretudo, no grande desempenho dos negros da comitiva norte-americana (principalmente Jesse Owens), o esporte é pretendido como prova definitiva e espetacular colocada à vista de todos de forma que não pudesse ser negada à superioridade de um povo, de uma etnia sobre outras (SIGOLE & DE ROSE JR. 2004). Tendo a “ideologia racial” nazista e o Holocausto judeu como desfecho maior de um “ideal racial” levado ao extremo, os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, ao contrário do que pretendiam os nazistas, representou um ponto de apoio talvez, o primeiro para a negação de “ideologias raciais” que pregavam a inferioridade/superioridade biológica, cultural, moral, ou qualquer outra que seja de um grupo étnico em relação a outro. O desfecho das provas atléticas realizadas representou uma contrapartida prática e substantiva a tais teorias. E é sobre o uso do esporte pelos nazistas nos Jogos Olímpicos de Berlim, 1936 que manifestaram sua pretensa “superioridade” étnica, que vamos tratar neste trabalho.

Os Jogos Olímpicos de Berlim

¹ PIBIC/CNPQ/UFV dolores.mgpereira@gmail.com

² UFV/DES belkowski@ufv.br

³ PIBIC/ CNPQ/UFV. ana.altoe@ufv.br

⁴ UNESP. luizeduradobenini@yahoo.com.br

A Alemanha adquiriu o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 1936 basicamente pelos seguintes pontos: 1) por ter sido escolhido a sede dos jogos de 1916, não realizados devido a 1ª Guerra Mundial; 2) por que os jogos de 1936 celebrariam o regresso do país às disputas dos Jogos Olímpicos. Isto, além de possuir um projeto que já estava em andamento (referente aos jogos de 1916) do qual já constava instalações esportivas prontas ou semi-prontas. Reativados em 1920, os Jogos Olímpicos, em sua sétima edição, se realizaram em Antuérpia, observando-se a ausência dos alemães e seus aliados na guerra encerrada dois anos antes, pois estes não foram convidados pelo COI a participar do evento. (...) Tratava-se de uma medida preventiva, objetivando evitar represálias entre países que se posicionaram a favor e contra os alemães (CAPINUSSÚ, 2007, p. 60)⁵

Assim, em 1931, após a apresentação do projeto pelo secretário geral do Comitê Olímpico alemão, Dr. Theodor Lewald, no congresso do Comitê Olímpico Internacional em Barcelona, Berlim (a cidade alemã que disputava justamente com a referida cidade espanhola), foi eleita para sediar os Jogos Olímpicos de verão de 1936. *“A realização dos Jogos Olímpicos seria utilizada para exaltar a honra do povo alemão, abalada pelas imposições humilhantes do tratado de Versailles.”* (SIGOLE & DE ROSE JUNIOR, 2004:116)⁶.

O resultado foi de 43 votos para Berlim e 16 para Barcelona. Mesmo que a cidade catalã tivesse vencido a disputa da sede, a Guerra Civil tornaria os jogos na Espanha inviáveis e, certamente, eles seriam disputados em Berlim. A idéia de realizar os jogos na capital alemã era recuperar a auto-estima do povo vencido na 1ª Guerra. A Alemanha possuía grande prestígio junto à comunidade olímpica internacional, devido às suas grandes participações nos jogos (era até então uma potência) como nos esclarece SILVINO (2004):

A Alemanha era uma potência olímpica. Ela ficou em terceiro lugar na primeira participação na Grécia, atrás apenas dos estadunidenses e dos anfitriões. Antes da Primeira Guerra o país tinha colecionado 23 ouros. Depois do conflito mundial os alemães retornaram aos jogos somente em 1928 conquistando o segundo lugar no quadro geral de medalhas e recuperando o prestígio entre as potências olímpicas. (SILVINO, 2004)⁷

Quando Hitler torna-se chanceler (primeiro-ministro), em janeiro de 1933, a Alemanha começa a mudar e, em 1936, é um país totalmente diferente – para bem pior. O casamento do nazismo com os Jogos Olímpicos acontece 45 dias depois de Hitler assumir o poder. Em março, dia 16, o Führer recebe os dirigentes do Comitê Organizador

⁵ CAPINUSSÚ, José Maurício. A política nos jogos olímpicos. Revista de Educação Física, Rio de Janeiro, n° 136, pp. 58-64, março. 2007.

⁶ SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. R. bras. Ci e Mov. Brasília, v. 12, n° 2, pp. 111-119, junho. 2004

⁷ SILVINO, Leonardo. Olimpíadas de 1936: muito além de Owens e Hitler. Disponível em: <<http://duplipensar.net/dossies/2004-Q3/olimpiadas-1936-hitler.html>> Acesso em: 10/ 04/ 2008.

em audiência na Chancelaria. E se revela entusiasmado com a realização dos Jogos em Berlim. (LUZ, 2004)⁸

A ascensão de Hitler ao poder colaborou diretamente com o comitê de organização dos Jogos Olímpicos, que foi amplamente amparado financeiramente pelo Estado. A Olimpíada de Berlim representou para Hitler uma grande oportunidade de divulgar internacionalmente a imagem poderosa da Alemanha Nazista. O ministério de propaganda nazista, chefiado por Goebbels foi acionado para veicular a publicidade dos jogos nazistas. Hitler convocou o exercito alemão para auxiliar nas obras dos conjuntos esportivos e da vila olímpica. Também, promoveu frentes de trabalho, utilizando o grande contingente de desempregados da Alemanha daquela época. A intensa participação do Estado Nazista e do Exercito Alemão na organização dos jogos fez surgir nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e em outros países europeus suspeitas quanto à intenção de utilização política dos jogos por parte dos nazistas. (SIGOLE & DE ROSE JR, 2004, p. 116)

Rapidamente fechou-se o cerco entorno da população judia da Alemanha, sendo implementada uma política de segregação em todos os setores da vida social, não sendo diferente quanto às práticas esportivas. Os judeus foram perseguidos e expulsos de clubes, federações esportivas e equipes olímpicas, e tinham suas entradas nos espaços esportivos proibidas.

A Tentativa de Boicote

A comunidade judaica internacional se organizou no sentido de que algo fosse feito em relação às políticas anti-semitas nazista. Mesmo os comites olímpicos de vários países se colocaram reticentes em relação ao que se passava na Alemanha, e a relação do nazismo com os atletas judeus. Foram iniciadas diversas campanhas contra a participação na Olimpíada de Berlim. Estas campanhas eram lideradas pelos grandes jornais, por associações judaicas, universidades e tiveram representação nos governos desses países. Os comitês olímpicos dos EUA, da França e da Inglaterra chegaram a proibir a participação de suas delegações, alegando não estarem dispostos a colaborar com a política nazista. Outro receio era a perseguição racial sofrida pelos judeus na Alemanha. Alguns países não se sentiam seguros em levar seus atletas de origem judaica e negra para os Jogos de Berlim. (SIGOLE & DE ROSE JR, 2004:116)

O anti-semitismo alemão provocou reações na opinião pública mundial. Primeiro com pressões de campanhas em prol de se alterar a sede dos jogos. Logo em seguida, pregando o boicote internacional aos jogos. No entanto, o Comitê Olímpico Internacional (COI), argumentando que o esporte olímpico não pode ceder às interferências da política, manteve a sede dos Jogos em Berlim. Na Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Espanha, Canadá, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Suécia, Suíça, Áustria e em vários países sul-americanos, há protesto e ameaça de não ir a Berlim. Mas, no fim das contas, poucas ameaças são cumpridas. Uma das razões para o fracasso do boicote é a postura ingênua da maior parte dos dirigentes esportivos mundiais. Eles resolvem

⁸ LUZ, Sergio. Olímpico protesto. 2004. Disponível em:

<http://www.continentemulticultural.com.br/revista044/materia.asp?m=Esportes&s=1> Acesso em 28/04/2008

não boicotar os jogos de Berlim, alegando, justamente, que não se deveria misturar esporte com política. (LUZ, 2004)

Nos EUA, entre os adeptos do movimento pró-boicote encontrava-se políticos eminentes, a Liga dos Escritores Americanos, muitas universidades importantes e a maior parte da imprensa. O presidente da Federação de atletismo amador dos EUA, Jeremiah Mahoney, pregava o boicote aos jogos destacando que a Alemanha tinha quebrado o espírito do Olimpismo ao impor discriminações raciais e religiosas. Alegava que participar era apoiar Hitler. Alguns Eventos foram pensados em algumas partes do mundo numa tentativa de demonstrar o repúdio aos jogos de Berlim. Dentre estes, a realização de jogos em Tel Aviv, no ano de 1935 e, logo após, a Olimpíada Popular em Barcelona (evento frustrado pela iminência da Guerra civil espanhola em julho de 1936, e que se pretendia, que ocorresse paralelamente aos jogos de Berlim). Além destes, realizou-se também nos EUA jogos de protesto a favor do boicote com a participação de universidades e atletas dos EUA e do Canadá (LUZ, 2004).

Para tentar esconder o que não se podia, em janeiro de 1936, toda e qualquer menção ao anti-semitismo deveria ser retirada ou escondida do país. Vários cartazes e placas foram recolhidos às pressas para que os visitantes e a imprensa tivessem uma outra imagem da Alemanha. O esforço foi tanto que o semanário anti-semita *Der Strummer* foi retirado de circulação, a pedido dos próprios nazistas. (SILVINO, 2004)

O terror do patrulhamento do estado dominava a Alemanha na época dos Jogos. Ou você estava com os nazistas ou era inimigo deles. A opinião pública internacional se voltou contra a discriminação dos judeus. O governo alemão aproveitou a presença de dois atletas para negar as acusações de anti-semitismo. A esgrimista Helene Mayer e o jogador de hóquei no gelo, Rudi Ball, foram trazidos do exterior pela máquina de propaganda. (idem)

Porém, também nos EUA, assim como em grande parte do mundo, prevaleceu a decisão de participar dos Jogos. Um dos motivos atribuídos à decisão americana em participar dos Jogos, é a atuação do presidente do Comitê Olímpico americano Avery Brundage. De 6 a 16 de fevereiro, foram realizados os Jogos Olímpicos de Inverno⁹, de certa forma, considerados um preparatório para os Jogos de Olímpicos de Verão (que seriam realizados entre 1 e 16 de agosto). Estes jogos foram decisivos para a realização dos Jogos Olímpicos de Berlim (1936). Durante os jogos, por ordem de Hitler, toda propaganda anti-semita que havia espalhada pela cidade foi retirada de cena. Manifestações contra judeus (sobre tudo em cartazes e jornais) foram temporariamente excluídas para não impressionar os visitantes e causar uma boa (e falsa) impressão.

(...) muitos países só confirmaram presença em Berlim após a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno realizados em Garmisch- Partenkirchen na Alemanha, onde não foram presenciadas manifestações anti-semitistas de qualquer espécie, prevalecendo uma calorosa receptividade forjada por determinação do Estado. (SIGOLE & DE ROSE JR, 2004:116)

⁹ Nessa época as Olimpíadas de Verão e de Inverno eram realizadas no mesmo ano.

Como os Jogos de Inverno tiveram a participação de atletas europeus, o preconceito não foi notado. Os Jogos foram um esforço do governo alemão para garantir a presença dos outros países nas Olimpíadas de Verão. Os visitantes dos Jogos de Inverno tiveram a impressão que os alarmistas queriam apenas confundir a população com falsos boatos de racismo e conduta irregular dos alemães. Muitos dirigentes, empresários e atletas partiram da Alemanha com outra visão do país, sem contar que alguns já nutriam simpatias pelo fascismo. (SILVINO, 2004)

Avery Brundage, inicialmente defendia que os jogos não fossem realizados na Alemanha devido à perseguição e segregação dos atletas judeus, uma vez que entendia que os fundamentos do espírito olímpico não podiam permitir que um país utilizasse de aspectos, outros, que não condissessem com os de caráter esportivo e com o ideal olímpico para definir quem poderia ou não competir nos Jogos Olímpicos. No entanto, ao final, acabou por manter uma posição favorável à manutenção e participação dos jogos sediados em Berlim.

(...) após uma curta visita à Alemanha, Brundage declarou que os judeus alemães estavam a ser bem tratados e que os Jogos deveriam ter lugar como previsto na Alemanha. Brundage, que assumia uma particular responsabilidade, dado que a delegação estado-unidense aos Jogos era tradicionalmente a mais numerosa, viria a manifestar-se várias vezes contra um possível boicote, afirmando que o desporto se deveria manter afastado das escaramuças judeo-nazis. Chegou mesmo a afirmar haver uma conspiração comunista-semita contra a participação dos EUA nos Jogos. (WIKIPÉDIA)¹⁰

Jesse Owens

James Cleveland nasceu em 1913 no Alabama, filho de um plantador de algodão apresentava-se como JC - de James Cleveland Owens. No entanto, a história o nomeou como Jesse Owens, o atleta norte-americano que provou ser mentira a ideologia da existência de uma raça ariana defendida por Adolf Hitler. E foi em, Ohio, que descobriu a paixão pelo atletismo e tornou-se novo recordista mundial de liceu das 100 jardas, das 220 jardas e do salto em comprimento. Muitas escolas e universidades tentaram recrutar Owens. A escolha foi pela Universidade de Ohio. Ali ele conheceu as mais bárbaras competições e não foi somente nas pistas.

Jesse Owens treinou durante oito anos antes das Olimpíadas de Berlim, determinado a se tornar o mais rápido ser humano vivo. Ele sabia que o mais importante era vencer a si mesmo. E percebeu que ao encontrar seu caminho, deveria persistir nele com coragem e convicção. E foi, seu treinador do Ensino Médio quem lhe ensinou essa importante lição, vemos, por exemplo, que em uma competição de corrida, Jesse, num primeiro momento ultrapassara seus adversários, e logo depois foi ultrapassado,

¹⁰ HISTÓRIA política dos Jogos Olímpicos de 1936. In: Wikipédia. Atualizado em: 23 de março de 2008. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_pol%C3%ADtica_dos_Jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_1936 >. Acesso em: 20 abr. 2008.

posteriormente retomou a liderança e foi ultrapassado novamente, e assim continuou. Durante a corrida, Jesse fez o melhor, buscando toda sua força e energia.

Como resultado de anos de treinamento diário e desafios, ele chegou à linha de largada dos 100m rasos das Olimpíadas de Berlim. James Cleveland chegou confiante na Olimpíada de Berlim-1936. "Sem querer ser presunçoso, acho que vou ganhar três medalhas de ouro na Olimpíada", afirmou o norte-americano de Alabama. E Jesse Owens não só cumpriu a promessa, mas a superou ao conquistar quatro medalhas de ouro nos 100m, 200m, salto em distância e revezamento 4x100m. E também bateu o recorde olímpico em todos estes eventos exceto nos 100m. Ele também desafiaria a noção de superioridade racial do Führer alemão, Adolf Hitler.

Em 4 de agosto de 1936, Owens ganha a medalha de ouro no salto em distância. Era a segunda das quatro medalhas de ouro que Owens ganhou em Berlim. Owens afirmou sua presença de campeão no cenário atlético internacional aos 21 anos, em 25 maio de 1935, como estudante universitário da Universidade Estatal de Ohio, ao estabelecer três recordes mundiais e igualar um quarto no Campeonato dos Dez Melhores em Ann Arbor, Michigan.

"A Bala de Ohio" começou sua tarde de ouro ao correr os 100 metros rasos em exatos 10,4 segundos, para igualar o recorde mundial. Apenas dez minutos depois, saltou no salto em distância 8m13, recorde mundial que perduraria por 24 anos, para ser superado apenas em 12 de agosto de 1960, em Walnut, Califórnia, pelo atleta afro-americano Ralph Boston, com 8m21. E, de novo, dez minutos mais tarde, Owens estabelece outro recorde mundial correndo os 200 metros rasos em 20,3 segundos. Finalmente, menos de uma hora depois da competição ter sido iniciada, Owens correu os 200 metros com barreiras – prova não olímpica – em 22,6 segundos, em seu terceiro indiscutível recorde mundial do dia. O impressionante desempenho causou sensação em todo o país e o mundo do atletismo passou a vislumbrar como poderia ser o seu desempenho nos Jogos de Berlim.

Vemos que nem a nacionalidade, nem a cor da pele pareceram importar no momento em que os espectadores que lotavam o estádio, entusiasmados, aplaudiam o maior corredor do mundo. Owens respondeu modestamente à torcida e aos aplausos - outro sinal de seu verdadeiro valor como ser humano. O ressentimento e a fúria de Hitler com esse resultado não puderam diminuir a grandiosidade dessa magnífica vitória, esse drama emocionante. Ele era incapaz de destruir aquilo. O coração forte e nobre de um jovem humilde havia esmagado a vil ambição do ditador. Até hoje, o nome de Jesse Owens é sinônimo de Olimpíadas de Berlim.

Owens comentou mais tarde que a verdadeira Olimpíada é a vida, a vida interior de cada pessoa. A própria vida é uma Olimpíada onde lutamos todos os dias para melhorar nossos próprios recordes. Primeiro, temos de ser fortes. Não existe nenhuma forma de vencer neste mundo caótico se você se entregar à sua fraqueza. Não importa o que os outros possam dizer ou fazer, você deve juntar todas as suas habilidades e colocá-las em prática. Cada um de nós deve achar seu próprio caminho, fazer resplandecer nossa própria estrada e trilhá-la corajosamente. Desse modo, podemos adornar nossa vida com vitórias duradouras.

Considerações Finais

Mais que provar uma superioridade física dos arianos alemães, podemos afirmar que Hitler tinha a intenção de afirmar a não-inferioridade física deste em relação aos demais povos arianos, como os povos dos países nórdicos, dos EUA (país que desde aquela época já era a grande potência olímpica), e dos demais países europeus. Sem o “fator judeu” a Alemanha se expressaria pelo seu potencial ariano.

Há muitos pontos de vista a partir dos quais se podem tomar os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) ao tentar relacionar o esporte e as noções político-ideológicas de Hitler (alias, do mesmo modo que acontece com quase tudo que o envolve). Algo contribuiu para a perpetuação da imagem de um Hitler furioso com a derrota de seus atletas arianos para homens negros (no entanto é mais que comum sentimento de fúria e frustração nos espectadores que torcem por determinados atletas ou equipes em eventos esportivos). Mas pouco se falou da derrota destes mesmos atletas arianos frente à representação de outros grupos étnicos não-europeus, como se estas não fossem tão importantes, de acordo com as ideologias de Hitler e dos nazistas. O que, pelo seu forte valor simbólico, nos leva a crer em seu uso (ou sua construção?) pela propaganda anti-nazista.

Se os fatos não forem melhor elucidados, esta é a imagem que continuará, mesmo envolta em especulações que formam mais volume que os próprios fatos. Ainda que faça um favor para a humanidade contribuindo para desencorajar manifestações étnicas similares que se pretendam sérias.

Referências Bibliográficas

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1960-1920). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, 2001, p. 145-156.

BOAS, Franz. Raça e progresso. Celso Castro (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 67-86.

DARMON, Pierre. Médicos e assassinos na “Belle Époque”: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. Os estabelecidos e os outsiders. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, R. M.; MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.. Os Fascismos. Belo Horizonte: 1997, v. 3, pp. 287-301.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário eletrônico Aurélio. Margarida dos Santos; Marina Baird Ferreira (coords.). versão 5.0. Positivo informática., 2004.

GONÇALVES, Antonio Baptista. A eugenia de Hitler e o racismo da ciência. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1053, 20 maio 2006. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/8358>. Acesso em: 15 nov. 2011.

GOULD, Stephen Jay. Darwin e os grandes enigmas da vida. Tradução: Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GUERRA, A. Do Holocausto Nazista à nova eugenia no século XXI. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a02v58n1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HISTÓRIA política dos Jogos Olímpicos de 1936. In: Wikipédia. Atualizado em: 23 de março de 2008. Disponível em: www.wikipédia.com

JESSE Owens. In: Wikipédia. Atualizado em 10 fev. 2008. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jesse_Owens. Acesso em: 20 abr. 2012.

LUCENA, Ricardo F. Elias: individualização e mimesis no esporte. In: PRONI, Marcelo W., LUCENA, Ricardo F.. (orgs.) Esporte: historia e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. pp. 113-137.

MANEGAT, C. Os pensadores que influenciaram a política eugênica do nazismo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes. A Margem - Estudos, Uberlândia - MG, ano 1, n. 2, p. 66-73, jul./dez. 2008.

**MANIFESTAÇÕES ÉTNICAS NA HISTORIOGRAFIA DO ESPORTE: OS JOGOS OLÍMPICOS
DE BERLIM 1936**Dolores Marina Garcia Pereira¹Marizabel Kowalski²Ana Paula de Freitas Altoé³Luiz Eduardo Benini⁴

Resumo: Os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) ficaram representados como símbolo de manifestações ideológicas de superioridade versus inferioridade entre grupos étnicos representantes da cultura ocidental em virtude de determinadas interpretações científicas reveladas pela “teoria da evolução das espécies”. Estas interpretações vão ao encontro dos interesses de grupos para justificar as diferenças étnicas entre seres humanos. É desta forma que o esporte, em seu valor mimético, insere tais pensamentos de forma a possibilitar o confronto entre os diferentes povos.

Palavras Chaves – Olimpíadas de Berlim. Etnicidade. História.

Etnicidade e arianismo

Volta e meia, o mundo esportivo é abalado por notícias vinculadas na mídia relatando mais um episódio de manifestações “racistas”⁵. É fato que nem todos os casos são noticiados ou recebem suficiente atenção da mídia e justiça, configurando episódios não conhecidos ou banais cujas marcas invisíveis são refletidas como proveito de igualdade e confraternização dos povos no esporte. Recentemente episódios ocorreram no futebol, tendo como foco da atenção dois dos maiores ídolos da atualidade os brasileiros Roberto Carlos Divaldo (ex-lateral esquerdo da seleção brasileira) e Ronaldo “o Fenômeno”; além do francês Thierry Henry, o que gerou grande repercussão mundial e provocou o surgimento de várias iniciativas por parte de jogadores, dirigentes e das sociedades civil e esportiva no intuito de tomar providências efetivas e não deixar que os episódios caíssem no esquecimento e nem pudessem vir a repetir-se.

O interesse aqui se dá na compreensão e interpelação das manifestações de humanos contra grupos humanos no esporte que caracterizam as diferenças físicas evidenciando a supremacia esportiva quanto de etnicidade (cor da pele, ocidente e oriente, asiáticos e australianos aborígenes, e por fim, indígenas), também elucidamos aqui por posicionamentos políticos, orientação sexual ou crença religiosa. A compreensão das implicações da rejeição aos “diferentes”, que a princípio pode parecer mera provocação ou ofensa sem importância no intuito de desestabilizar um atleta concorrente colocando-o como adversário, pode, devido às conotações biológicas

¹ PIBIC/CNPQ/UFV dolores.mgpereira@gmail.com

² UFV/DES belkowski@ufv.br

³ PIBIC/ CNPQ/UFV. ana.altoe@ufv.br

⁴ UNESP. luizeduradobenini@yahoo.com.br

⁵ Atualmente tem se atentado para a mudança da conceitualização pois “racismo” destitui o ser humano de “não ser mais humano”, para o termo “eticistas”, entretanto o significado continua a insinuar ódio ou repúdio contra um determinado grupo e, geralmente o alvo são indivíduos “outsiders” ou pertencentes às minorias.

tornarem-se⁶ mais acirradas ao abrirem espaço para posicionamentos radicais do que a competição que se afirma ser esportiva, quanto ao pensamento nós-eles e à tolerância ao “diferente”, como inferior, sobretudo quando às questões esportivas se juntam nas ordens política, econômica, social, cultural e intelectual.

Estas dimensões são abarcadas nos e pelos eventos esportivos quando ocorre um grande campo de concentração e percepção das diferenças entre os grupos. Na condição de exposição dos maiores representantes de suas nações, são no fundo as melhores amostras da “raça” *hominíade* do planeta terra. Neste espaço de espetáculo público permite-se liberdade - para a manifestação livre das emoções e de pensamento angustiantes. Os eventos esportivos são palcos de manifestações étnicas dos que compõem a odisséia esportiva. Seja atleta ou espectador representam a oportunidade para a visibilidade das tensões entre grupos que dialogam ou não estão sendo ouvidos e na competitividade da sociedade de um mundo altamente globalizado – o espetáculo esportivo gera estas aberturas.

A análise dos Jogos Olímpicos de Berlim (1936) como importância enquanto evento esportivo foi o auge de manifestações que desencadearam outras tantas no decorrer dos anos seguintes, por isso, vem nos possibilitar um olhar que nos deixam temerosos do que espreita nosso caminho. Este estudo é um aprendizado de Sociologia sobre os JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM, ou seja, no soar de cânticos que entoavam a aversão étnica e de políticas de restrição à participação estrangeira em ligas esportivas nacionais vemos ascender fagulhas fascistas e resquícios étnicos no futebol europeu em uma cultura já marcada por acontecimentos no passado, hoje trazidos à atualidade.

Eugenia

Eugenia de acordo com DUNN & DOBZHANSKY (1962, p. 13) significa “*ser bem nascido*” é o nome dado por Galton ao “*estudo dos métodos para melhorar a raça humana*”, e que se consistiria no controle do casamento social de forma a controlar/selecionar as características que se entendia ser desejáveis (e extirpar as indesejáveis) na população. Galton chamou a atenção para o fato de que devia ser possível melhorar a raça humana como se fazia com o gado de uma fazenda (através do cruzamento selecionado) realizando o casamento entre as pessoas cujas características deveriam ser disseminadas, ou preservadas, por serem consideradas superiores às características apresentadas por representantes de grupos humanos considerados inferiores.

GUERRA (2007)⁷, ao tratar do assunto nos esclarece que:

Quando em *The origin of species* de 1859, Darwin propôs que a seleção natural fosse o processo de sobrevivência a governar a

⁶ No entendimento das diferenças entre os membros dos grupos humanos serem de base biológica/genética não semelhantes.

⁷ GUERRA, Andréa T. M.. **Do Holocausto nazista à nova eugenia do século XXI**. Com ciência: revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=8&id=44>.

05/09/2007.

Acesso em:

maioria dos seres vivos, importantes pensadores passaram a destilar suas idéias num conceito novo – o darwinismo social. Esse conceito, de que na luta pela sobrevivência muitos seres humanos eram não só menos valiosos, mas destinados a desaparecer, culminou em uma nova ideologia de melhoria da raça humana por meio da ciência. Por trás dessa ideologia estava sir Francis J. Galton, cujo nome é associado ao surgimento da genética humana e da eugenia. (GUERRA, 2007).

A intenção era conforme assinala Galton, *“dar às raças ou linhagens sanguíneas mais bem dotadas uma oportunidade de superar rapidamente as menos dotadas”* (...)

Galton expôs a opinião de que a maioria das diferenças humanas é inata, devidas, em suas palavras, à natureza e não ao ambiente geral. Galton estava convencido de que a classe de ingleses proprietários e a dos governantes constituía um repositório, praticamente de tudo o que havia de biologicamente precioso na Inglaterra e, provavelmente, no gênero humano. Para Galton, os indivíduos socialmente eminentes e financeiramente bem sucedidos eram, em larga escala, idênticos aos “mais dotados” biologicamente. Não há muita diferença entre “raças mais dotadas” e “grande raça” ou “raça superior”. No início do século XX, quando as teorias de Darwin eram amplamente aceitas na Inglaterra, havia grande preocupação quanto à “degeneração biológica” do país, pois o declínio na taxa de nascimentos era muito maior nas classes alta e média do que na classe baixa. Para muitos parecia lógico que a qualidade da população pudesse ser aprimorada por proibição de uniões indesejáveis e promoção da união de parceiros bem-nascidos. Foi necessário, apenas, que homens como Galton popularizassem a eugenia e justificassem suas conclusões com argumentos científicos aparentemente sólidos. (DUNN & DOBZHANSKY, 1962: 12 apud GUERRA, 2007)

Os grupos humanos portadores de características consideradas inferiores, deveriam ser controlados para que não disseminassem suas características ruins.

Nazismo

A palavra *nazismo* originou-se da sigla em alemão para o Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores alemães (**N**ationalsozialistische = Nazi), fundado em 1919 e que tinha como um de seus membros Adolf Hitler. Foi o *“movimento chauvinista⁸ de direita, alemão, nos moldes do fascismo”* e que tinha acrescido ao seu pensamento político como fundamento, o ideal racista da crença na superioridade da “raça ariana”

⁸ Que assume posição extremada; relativo ou próprio do chauvinismo (chauvinismo: nacionalismo exagerado). (In: FERREIA)

(cujos alemães, seriam os expoentes máximos) e nazista é designado em referencia aos partidários do nazismo (FERREIRA, 2004).

A Alemanha do pós-guerra é uma república parlamentar⁹ com o presidente eleito pelo povo, sendo o 1º ministro (chefe do poder executivo) nomeado pelo presidente. O Partido de Adolf Hitler (Partido dos Trabalhadores Alemães), fundado em 1919, passa em 1920 a ser o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (nazi), onde Hitler já é uma figura central. Em 1923, Hitler e o partido nazista tentam assumir o poder por meio de um golpe que fracassa levando-o para a prisão. Nacionalmente conhecido Hitler escreve o livro *Mein Kampf* (minha vida), onde apresenta, com grande repercussão, os programas políticos e a ideologia nazista. Até a crise de 1929, o partido nazista possui pouca expressão política, quadro que se reverte, então, com a retirada dos investimentos internacionais na Alemanha e o agravamento da situação sócio-econômica do país (aumento drástico da recessão e do desemprego). A emergência do Partido Comunista que atinge grande expressão nas eleições de 1930 e 1932, faz com que o nazismo passe a “*ser visto como a melhor solução para os setores conservadores, nacionalistas, antiliberais.*” (FARIA, MARQUES & BERUTTI, 1997, p. 292)¹⁰.

O Partido Nazista se torna uma possibilidade cada vez mais real: “*Para os desempregados, marginalizados, pequenos burgueses empobrecidos, escalões militares e alta burguesia, o nazismo é a solução.*” É dessa forma que em 1933 o presidente Hindenburg “*pressionado por setores militares e por empresários que acreditavam poder controlar Hitler*” nomeia-o Chanceler (1º ministro) do Reich¹¹, de onde, com a morte do presidente em 1934, ele assume a direção máxima do país assumindo o posto de “Füher” (guia) da Alemanha. Neste mesmo ano após um incêndio no parlamento atribuído ao Partido Comunista, este é posto na ilegalidade e seus membros são perseguidos e presos. Assim, “*o terror se espalha e inicia-se a nazificação da Alemanha*” (FARIA, MARQUES & BERUTTI, 1997:292).

Anti-semitismo

Doutrina que enaltece o ódio e a aversão ao povo judeu, à cultura e influências. O eufemismo¹² surgiu pela primeira vez em 1879 em substituição à expressão “judenhass” (ódio aos judeus), e é atribuído ao escritor alemão Wilmer Marr, fundador da Liga Anti-semita. Era um período em que as ideologias raciais estavam em pleno vigor no meio científico, no que trataram logo, os anti-semitas de se manifestar a respeito da “raça judaica”, justificando qualquer aspecto relacionado ao povo judeu através do caráter inato (biológico) de sua condição. O termo semita, aplicado a princípio a todos os descendentes de Sem, filho de Noé, faz referência a um grupo de povos árabes e judeus do sudoeste asiático. O termo anti-semitismo foi definido em 1879, para designar a

⁹ A república de Weimar. O parlamento era dividido em duas Câmaras: o *Reichstag*, formado pelos deputados eleitos, e o *Reichsrat*, pelos representantes dos estados federados.

¹⁰ FARIA, R. M; MARQUES, A. M; BERUTTI, F. C.. Os Fascismos. Belo Horizonte: Lê, 1997, v. 3, pp. 287-301 In: **História**.

¹¹ Império, reino; estado (In: FERREIRA)

¹² ato de suavizar a expressão duma idéia substituindo a palavra ou expressão própria por outra mais agradável, mais polida. (In: FERREIRA)

hostilidade contra os judeus, justificada pela teoria que considerava a “raça ariana” superior, tanto fisicamente como pelo caráter e pela inteligência.

Marr baseava o termo “anti-semitismo” como uma identidade racial, asseverando que o caráter “inato” dos judeus ou semitas – considerados descendentes de Shem, um dos três filhos de Noah mencionados no livro bíblico da Gênese – era absolutamente oposto ao caráter “nobre e puro” dos arianos (Marr, ao dizer “aria-nos”, tinha em mente os teutões e nórdicos, tais como alemães, austríacos, escandinavos, holandeses, ingleses, franceses etc.). Ele considerava, magnanimamente, que os judeus não podiam deixar de ser o que eram; isto é, homens “inferiores moral e fisicamente”, porque a natureza assim havia predeterminado. (PÓVOA, 2001, p. 41)¹³

Apesar dos povos árabes também estarem incluídos na definição de semita, o termo anti-semitismo (anti-semita) não faz alusão a este povo, sendo aplicada tão somente contra o povo judeu. A palavra “anti-semitismo” tornou-se logo de uso corrente, encontrando um campo amplo para seu emprego, e, amparando-se no culto da ciência, que a tornou muito popular a partir dos últimos vinte anos do século XIX, todos os postulados “científicos” do termo foram avidamente aceitos por determinados segmentos da ideologia nacionalista patriótica.

Arianismo

Max Müller em 1860, em estudos etnolingüísticos, usou o termo “ariano” para designar “*povos que falavam certo grupo de idiomas dos quais descenderiam os povos europeus e as línguas europeia*” (DUNN & DOBZHANSKY, 1962, P. 10). Para Póvoa (2001)

De certa forma, o arianismo começou no ano de 1808, Friedrich Von Schlegel, o célebre estudioso do sânscrito (...), observou, no decurso de suas pesquisas filológicas, certa proximidade entre o persa e o sânscrito, de um lado, e as línguas teutônicas (alemão, sueco, holandês etc.), de outro. A partir dessas observações inteiramente acidentais e de outras realizadas por vários filólogos, elaborou de uma língua ancestral comum, o “ariano”, supostamente falada por um povo chamado “ariano”, que habitava a terra de “Ariana”, uma hipótese segundo a qual estas línguas “aparentadas” derivariam. (PÓVOA, 2001:41-42).

Ainda em referencia a esse sentimento de superioridade do povo, alemão identificado no arianismo e que culminou no pensamento nazista, é necessário ter em mente que o reverendo Dr. Adolf Stöcker líder do Partido Socialista Cristão e do bloco

¹³ PÓVOA, Carlos Alberto. A propósito do anti-semitismo. **Caminhos de Geografia**, Brasília, v. 2, n. 3, junho, 2001. pp. 41-46. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=18>>. Acesso em: 01/05/2008.

anti-semita do *Reichstag* atribui a frase: “... o judaísmo moderno é uma gota de sangue estrangeiro no corpo alemão – e tem poder destrutivo” (apud NYISZLI: 1980, p. 49. In: PÓVOA, 2001, p. 45).

Segundo Póvoa (2001), o partido de Stöcker tinha como plataforma de seu programa político a exigência de “*uma Alemanha que fosse Judenrein (purificada de judeus)*” (Idem, p. 45). Como pudemos ver, o problema judeu não se relacionava mais com a questão religiosa (motivo de sua perseguição antes do surgimento da ideologia racial). Tornaram-se um povo indesejado simplesmente por possuírem algo em comum (sua cultura e sua religião) que permitia que fossem distinguíveis e agrupados (pela sua etnicidade) em relação à maioria do povo alemão. É desta forma que a intolerância no filósofo alemão Dühring chega ao ponto dele, conforme PÓVOA (2001) sugerir o genocídio como solução à questão dos judeus: “*não deveriam ficar inibidos por qualquer escrúpulo, e sim usar os mais modernos métodos de desinfecção*” (DÜHRING apud SARTRE, 1954, p. 104. In: PÓVOA, 2001, p. 45).

Considerações Sociológicas

Tendo em vista a doutrina do racismo, em voga na época, que considerava a existência de “raças” na espécie humana e que defendia a aceitação de uma hierarquia entre essas de acordo com o grau diferenciado de evolução – geralmente, tendo uma “raça” (etnia) branca no ápice de tal hierarquia –, podemos, através da ideologia do arianismo, afirmar que os nazistas pretendiam reivindicar o topo do processo evolutivo para o homem ariano-alemão (uma vez que, ao lado da população dos países nórdicos, seriam eles os mais puros descendentes de uma excelsa “raça” branca (ou ariana), ou seja, a continuação rumo ao progresso e não à degeneração, através de misturas “raciais”, de tudo de superior que possuía ou representava a “raça ariana” por si só enquanto maior, senão única, depositante da excelência atingida pela humanidade).

Podemos considerar os Jogos de 1936, como uma oportunidade (percebida pelos nazistas) de afirmar o grau de pureza do homem ariano-alemão. A “superioridade” do povo ariano-alemão, tendo em vista o processo evolutivo se faria basicamente em duas dimensões: 1) do ponto de vista físico/fisiológico (do vigor físico) – e é neste ponto que parte desde uma supervalorização da cultura física e do ideal estético, até a política de eliminação dos fracos (os “degenerados”) como os doentes e os deficientes físicos, para afastar o risco de “contaminação”, e; 2) no tocante ao desenvolvimento social, cultural e científico. Quanto a esta segunda dimensão: o valor da cultura alemã, expressa através de seus expoentes culturais e científicos, falava por si só. No entanto, quanto a primeira (físico/fisiológico), a posição secundarizada que a Alemanha ocupava no cenário europeu e mundial (atrás de países como França, Inglaterra e Rússia), a derrota na 1ª Guerra e a humilhação do tratado de Versalhes, (a fraqueza/ineficiência militar) se confundiam com um baixo valor humano do povo alemão (no tocante ao vigor físico, ao poder de um povo): que desta forma não poderia, de forma alguma, pleitear representar o último passo do processo evolutivo, como defendiam alguns eminentes da cultura alemã.

Desta forma, os Jogos Olímpicos de 1936, seria a possibilidade de expressar de forma não-militar (sem, no entanto, deixar de lado a dimensão bélica)¹⁴ a capacidade, o vigor físico do povo alemão, do homem ariano-alemão como pretendente ao ápice do processo evolutivo, a despeito dos acontecimentos recentes desfavoráveis. A tomada dos judeus como “*bode-expiatório*”¹⁵ para justificar tudo que se considerasse fraco ou torto no povo alemão (e é daí que o arianismo/anti-semitismo explica/justifica a possível insuficiência do vigor físico em tudo que fracassara o povo alemão: pela mistura com o “sangue judeu”, o homem ariano-alemão se degenerava e enfraquecia), a exclusão (dos judeus) e o confronto do homem ariano-alemão “puro” com os demais povos em provas atléticas, serviria para comprovar a força (o vigor físico) do povo alemão. Assim, mais que provar uma superioridade física dos arianos alemães, podemos afirmar que Hitler tinha a intenção de afirmar a não-inferioridade física deste em relação aos demais povos arianos, como os povos dos países nórdicos, dos EUA (país que desde aquela época já era a grande potência olímpica), e dos demais países europeus. Sem o “fator judeu” a Alemanha se expressaria pelo seu potencial ariano.

Como quase tudo que concerne à figura de Hitler, sua frustração (e conseqüente explosão em fúria) perante a vitória de atletas negros, apesar de provável, por tudo que se sabe de suas ideologias, e da liberação das emoções nos eventos esportivos; está, como quase tudo a seu respeito, imerso em especulações. Se Jesse Owens e os outros negros da comitiva norte-americana derrotaram atletas arianos-alemães, eles também o fizeram quanto a atletas arianos não-alemães (franceses, ingleses, finlandeses etc.). Em todo caso, simbolizariam a (inimaginável) superação de homens brancos por homens negros numa ótica evolucionista; ou seja, a derrota das idéias de superioridade de um grupo étnico sobre outros (se a superioridade física/fisiológica do homem ariano era falsa, então outras idéias de superioridade/inferioridade também poderiam ser).

É preciso dizer que não encontramos na realização deste trabalho, qualquer menção sobre a superioridade física de uma ou outra etnia branca sobre qualquer etnia negra e sim menção sobre a “inferioridade” do homem judeu; de forma que, não podemos afirmar que Hitler pretendesse comprovar a superioridade física (o que justificaria a escolha de provas atléticas) da sua “raça ariana” que segundo o arianismo, eram os povos brancos considerados sem a mistura em qualquer proporção com qualquer outro povo, ou etnia. A idéia de superioridade dos “arianos” estaria mais baseada em conceitos culturais (inclusive estéticos), sociais e comportamentais (psicológicos e morais), no que diz respeito ao desenvolvimento da civilização tomada em uma ótica eurocêntrica.

De acordo o nazismo o esporte tinha uma função fundamental o desenvolvimento da nação para formar uma população saudável, forte e disciplinada necessária para suprir o exército e defender a pátria. Sem muito esforço enxergamos a função mimética passível de uso político-ideológico quanto ao processo evolutivo, em que através da eliminação dos fracos e degenerados a seleção dos mais fortes a Alemanha conseguiria superar os seus adversários sagrando-se campeã nos Jogos e na evolução pela qualidade de sua estirpe. É fato histórico que os países anfitriões (com raras exceções) sempre conseguiram um desempenho maior quanto ao número de medalhas conquistadas do que em suas outras participações, o que não faz a Alemanha diferente em nada. A única

¹⁴ Considerando que um exército forte é conseqüência de uma nação e de um povo forte.

¹⁵ Pessoas culpabilizadas por coisas de que não têm culpa (GUIDDENS, op. cit., p. 254)

diferença foi esta ter conseguido superar os norte-americanos em número de medalhas e de primeiras colocações (medalhas de ouro), o que, em virtude das particularidades daqueles Jogos, não se pode ter em maior conta, como um sucesso da ideologia nazista, a despeito das conquistas dos não europeus.

Referências Bibliográficas

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1960-1920). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, 2001.

BOAS, Franz. Raça e progresso. Celso Castro (org.). 2. ed. R.J: Jorge Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. Os estabelecidos e os outsiders. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, R. M.; MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.. Os Fascismos. B. H: 1997, v. 3.

GONÇALVES, Antonio Baptista. A eugenia de Hitler e o racismo da ciência. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1053, 20 maio 2006. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/8358_. Acesso em: 15 nov. 2011.

GOULD, Stephen Jay. Darwin e os grandes enigmas da vida. Tradução: Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GUERRA, A. Do Holocausto Nazista à nova eugenia no século XXI. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a02v58n1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HISTÓRIA política dos Jogos Olímpicos de 1936. In: Wikipédia. Atualizado em: 23 de março de 2008. Disponível em: www.wikipedia.com

JESSE Owens. In: Wikipédia. Atualizado em 10 fev. 2008. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jesse_Owens>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FUTEBOL DE VÁRZEA: IDENTIDADE E MEMÓRIA PONTAGROSSENSE

Edilson de Oliveira¹

Wendell Luiz Linhares²

Miguel Archanjo de Freitas Jr³

Resumo: Investigar as memórias de determinado grupo ou sociedade nos permite compreender como estes construíram, consolidaram e preservam suas identidades. O presente estudo objetiva ouvir os “não ditos” sobre as memórias do futebol pontagrossense, utilizando como instrumento metodológico a etnografia e a história oral. Concluímos que há um forte sentimento de identidade entre os personagens e clubes amadores, porém o processo de silenciamento pode resultar no completo esquecimento destas memórias.

Palavras Chave: Futebol. Várzea. Memória.

INTRODUÇÃO

O futebol na sociedade brasileira apresenta inúmeras possibilidades de análise, tais como a compreensão dos laços sociais que envolvem as entidades, a gestão financeira dos clubes, a organização deste campo esportivo e seus impactos na sociedade, o impacto dos mega eventos, a identidade clubística... Contudo, no caso específico da cidade de Ponta Grossa - PR, este tema se torna mais relevante quando nos referimos às questões da memória da modalidade amadora de futebol, praticada em todos os cantos da cidade, revelando uma área de investigação bastante profícua.

Investigar as memórias de determinados grupos específicos ou sociedades nos permite compreender como estes construíram, consolidaram e preservam suas identidades.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu

¹ Acadêmico de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Integrante do Grupo de Estudos Esporte Lazer e Sociedade – GEELASO, do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. edilsonpgd@hotmail.com

² Acadêmico de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Integrante do Grupo de Estudos Esporte Lazer e Sociedade – GEELASO, do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. wendell.luiz@hotmail.com.

³ Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Orientador do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC, Coordenador do subprojeto PIBID Educação Física (UEPG). mfreitasjr@uepg.br.

lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p.12)

Como podemos perceber, de acordo com a citação acima, a memória tanto individual, quanto coletiva vai muito além de apenas transmitir informações do passado para as gerações futuras. O processo de seleção do “o que” e “como” será preservado e contado como memória oficial se torna um grande campo de combate, onde “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.” (POLLAK, 1992 p.205). Nesta busca pela preservação da sua memória e não a dos outros, o grupo ortodoxo busca de forma propositiva ou inconsciente a dominação hegemônica destes espaços, pois salvaguardas suas memórias é a garantia de manter este sentimento de identidade grupal e também de despertar o mesmo nas gerações posteriores.

Esta dominação e controle das memórias podem desencadear nos pequenos grupos um processo silêncio e até mesmo esquecimento. A importância do presente estudo justifica-se justamente por esta busca, a de ouvir os “não ditos” sobre as memórias do futebol pontagrossense, o qual teve praticamente todas as suas histórias contadas a partir do Operário Ferroviário Esporte Clube (O.F.E.C.)⁴ e do Guarani Esporte Clube (GEC)⁵. As memórias do futebol amador da cidade, dos clubes que o disputam e dos personagens deste campo estão fadados ao esquecimento, devido a falta de escuta, pois normalmente os vencidos acabam estrategicamente sendo silenciados. Além de revelar o que tem sido silenciado historicamente sobre o futebol de várzea ou amador pontagrossense o objetivo deste trabalho é compreender quais são as identidades presentes neste campo, e se estas tem se articulado em redes, indo para além da prática do futebol.

METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte de um estudo maior que vem sendo desenvolvido pelo Programa de Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC, de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. A fim de cumprir com os objetivos propostos, optou-se por dividir o estudo em duas etapas. Nesta primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica (artigos, dissertações e teses), sobre a temática para verificar o que tem sido academicamente publicado sobre o futebol de várzea e suas diversas possibilidades de estudo.

Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa junto a Liga de Futebol de Ponta Grossa (LFPG) a qual possibilitou a coleta de alguns documentos como, todos os times campeões desde a fundação que ocorreu no ano de 1928 até 2013, bem como todos os presidentes, as equipes que atualmente estão filiadas junto a LFPG, modelo de disputa do campeonato estabelecendo assim o campo de disputa em Ponta Grossa. Também realizou-se uma saída de campo e entrevista com os comandantes de um dos

⁴ O O.F.E.C. é o único clube profissional e time de maior expressão da cidade. Com 102 anos de existência o time disputa a primeira divisão do Campeonato Paranaense de Futebol.

⁵ O GEC “foi fundado no dia 26 de julho de 1914, com o nome de Guarani Sport Club. A criação deste clube foi apoiada pela classe de comerciantes de Ponta Grossa (uma classe de boa situação econômica), com intuito de fazer frente ao Operário Ferroviário Esporte Clube.” (FREITAS JR, 2000)

clubes mais antigos da cidade de Ponta Grossa, o Olinda Esporte Clube. A escolha se justifica por ser o primeiro clube a marcar a entrevista e também por fazer o jogo de abertura do campeonato amador de 2014.

Para a entrevista utilizou-se como suporte metodológico a história oral, que utiliza entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida, individuais ou coletivas para compreender determinados assuntos que nem sempre estão presentes na documentação escrita. Esta segundo Freitas (2000, p15) “é uma construção/interpretação do passado de forma atualizada, utilizando-se da linguagem falada”. A entrevista deste estudo foi conduzida através de um roteiro de pesquisa, com questões sobre: Identificação, histórico e características do clube, locais de Memória, redes de relação e indicações e eventos futuros. Que tinham o objetivo de nortear a conversa.

Realizar um mapeamento de locais de prática e memória tomando-se como base a etnografia, pois isso permite produzir mais do que informações primárias a respeito dos locais de prática e memória, uma vez que a pesquisa etnográfica tem por pressuposto tentar acessar indícios de lógicas que organizam e simbolizam esse esporte no contexto da cidade de Ponta Grossa. Ou seja, mais do que levantamentos aleatórios e desconexos, o recurso da etnografia permite a criação de elos de sentido entre os elementos mapeados, o que contribui para o entendimento de sua relevância e pertinência e confere uma dimensão analítica ao processo. Tal procedimento faz com que a história de “pessoas comuns”, mas que foram sujeitos históricos, possam deixar seus relatos nos anais da história.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ponta Grossa entrou para a história do futebol paranaense ao realizar o primeiro jogo de futebol no estado, “em maio de 1909, realizado entre os funcionários da American S. Brazilian Engineering Co., encarregada da construção da via férrea que ligaria o Paraná a São Paulo e ao Rio Grande do Sul” (RIBEIRO JR, 2004). Após este primeiro encontro, vários outros jogos aconteceram na cidade e consequentemente novos times foram organizados por ferroviários, comerciantes e moradores.

A Liga de Futebol de Ponta Grossa (LFPG) foi fundada em 12 de março de 1928, ano em que foi realizado o primeiro campeonato amador organizado pela mesma. A LFPG completou 86 anos de existência em 2014, e durante este período em todos os anos houve a disputa do campeonato amador de futebol. Hoje a LFPG organiza competições nas categorias Infantil sub-13 e sub- 15, Juvenil sub-17 (exigência da Federação Paranaense de Futebol - FPF), Amador Divisão Especial, Amador Máster – acima de 35 anos, Amador Sênior – acima de 45 anos e pela primeira vez, será realizado este ano o Campeonato Feminino.

Atualmente, é comum ouvir, principalmente entre os que discutem o futebol, sejam eles profissionais, especialistas ou torcedores, conforme classificação apresentada por Luiz Henrique de Toledo (1997), lamentos sobre o fim ou a decadência do futebol de várzea no Brasil. O que percebemos na competição amadora de futebol da cidade de Ponta Grossa é que ela se manteve constante, mesmo com o passar das décadas e contou com o surgimento de novas categorias. Certamente ele não é mais o

mesmo futebol de várzea de outros tempos, mas ainda se apresenta com grande vigor espalhado em diferentes bairros da cidade.

Dentre os quinze clubes que disputam o Campeonato Amador Pontagrossense 2014. O primeiro visitado foi o Olinda Esporte Clube, este tem como único patrimônio o estádio, com vestiários, bancos de reserva cobertos e um local específico para o 4º árbitro (súmulas e afins). O Olinda possui time em duas categorias, no Amador Máster e na Divisão Especial, aproximadamente cinquenta pessoas estão envolvidas nas atividades do clube, entre diretorias, comissão técnica e jogadores. Os quais vem de todas as partes da cidade, estes não recebem nenhuma forma de remuneração financeira para jogar pelo clube.

Quando perguntado ao entrevistado (membro da diretoria) sobre a história do clube, como ou quem começou, percebemos que as memórias deste clube estão a muito tempo silenciadas e a caminho do esquecimento.

Isso ai agente precisa levantar um histórico, como eu te expliquei agente precisa levantar um histórico pra vocês, porque é muitos anos, o Olinda tem noventa e nove anos, é muitos anos né e agente pegou apenas uma parte né.

Percebe-se um sentimento de pertencimento e identidade com clube muito forte por parte do entrevistado, que busca a todo o momento reafirmar sua participação e contribuição na história e nas conquistas do clube. Por exemplo: “Eu tive o prazer de ser campeão aqui” ou “Eu fui campeão pelo Olinda, mas eu tenho sessenta e poucos anos, parte dessa história já foi esquecida”. Quando perguntado sobre a preocupação em preservar as memórias do clube, o entrevistado responde que sim, “nós estamos aqui justamente pra isso, pra não deixar morrer isso aí”.

Esse ai que agente esta tentando acertar né, porque eu não sei pra onde foi isso ai, como agente esta aqui resgatando isso ai, vamos ver se agente faz um acervo né. Fotografias existe né, existe bastante, filmagem do clube, jogando né, só que tem que ir atrás da outra diretoria que tava né, tem a anterior e da minha época jogando.

A preocupação com as memórias do clube é evidente, mas a falta de patrocínio, recursos financeiros e falta de comunicação entre as diretorias anteriores dificulta construção de um espaço adequado segundo o entrevistado. O clube não dispõe de muitos espaços para socialização, apenas uma lanchonete com mesa de sinuca e televisão, a qual segundo o entrevistado serve para tomar uma “gelada” (cerveja), com os jogadores, dirigentes do Olinda, família e amigos, e também com alguns adversários amigos de longa data. Com relação ao jogo entre Olinda Esporte Clube x Clube Princesa dos Campos (Verde), aproximadamente 45 pessoas estavam acompanhando a partida, o público era predominantemente masculino, sendo composto por familiares, amigos e conhecidos dos jogadores e moradores próximos ao estádio.

CONCLUSÃO

Através da literatura encontrada sobre o tema de estudo, observa-se a importância do futebol de várzea quando se analisa a identidade dos agentes envolvidos neste campo, da mesma forma, observamos que o futebol exerce esta mesma influência nos espaços de Ponta Grossa. Quando analisamos a história do futebol na cidade de Ponta Grossa, a qual foi sede do primeiro jogo de futebol do estado do Paraná e que possui uma liga de futebol com 86 anos, verificamos que este possui espaços ricos a serem explorados.

O futebol de várzea pontagrossense apresenta-se como um grande meio de interação e socialização entre os praticantes, uma forte identidade é estabelecida, seja ela entre os bairros, entre os funcionários de impressas ou entre os associados e clubes. Percebe-se que há uma preocupação com o resgate das memórias, mas ao mesmo tempo muitas dificuldades para essa preservação, o que tem levado muitas delas ao esquecimento. O sentimento de identidade é evidente, e o responsável por manter os dirigentes do Olinda Esporte Clube no comando da equipe.

A busca agora se expande para a compreensão das peculiaridades que permitam diferenciar a várzea pontagrossense dos demais espaços de outras localidades, apresentando as características próprias da cidade. Neste sentido, ao resgatar a história local, pode-se auxiliar num processo de conscientização social, sobre a importância dos documentos e sobre a influência das políticas públicas na estratégia do governo local, seja como manutenção ou extinção de determinados hábitos culturais.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Aspásia. In: **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro – Centro de pesquisa e documentação da história contemporânea do Brasil, 1989.

CALDAS, Waldenyr. **Pontapé inicial: memória do futebol brasileiro 1894-1933**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

POLLAK, Michael. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

FREITAS JR, Miguel A. **Operário Ferroviário Esporte Clube: um estudo das causas do fracasso de uma equipe de futebol profissional do interior do Estado do Paraná**. 2000, 127 f. Dissertação apresentada como requisito parcial (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2000.

_____. **Administração futebolística em equipes de pequeno porte: um estudo sobre o Operário Ferroviário Esporte Clube**. 2001, 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2001.



MISKYW, Mauro. STIGGER, Marco Paulo. **NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA:** Trajetórias e retratos etnográficos em um círculo de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012, 415 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Lógicas no futebol. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002.

PRONI, Marcelo W. **A metamorfose do futebol.** Campinas/SP. UNICAMP, 2000.

VERENA, Alberti (org.). **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1989.

A TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DOS CLUBES DE FUTEBOL EM PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Eduardo Minossi de Oliveira¹

Paulo Renato Vicari²

Ronaldo Dreissig de Moraes³

Janice Zarpellon Mazo⁴

Resumo: O objetivo do trabalho é compreender como ocorreu a transformação dos espaços esportivos dos clubes de futebol em Porto Alegre, que variaram dos acanhados *grounds* aos gigantescos estádios. Foi realizada uma revisão bibliográfica e análise de documentos. A pesquisa revelou até o momento, que a maioria dos estádios da primeira metade do século XX foram desativados, tendo dado lugar a outros usos do terreno, transferindo o uso esportivo do espaço para zonas periféricas da cidade.

Palavras-chave: Futebol. História do Esporte. Clubes.

Introdução

Este estudo buscará retratar as dinâmicas e transformações de elementos do cenário urbano que atraem muito da atenção e do sentimento dos habitantes dos centros urbanos: os espaços esportivos dos clubes de futebol. Construções marcantes na paisagem, cuja função envolve sentimentos e paixões no público que vivencia o dia-a-dia do esporte mais popular do país, transformando os estádios e campos de futebol em uma espécie de templo de peregrinação, um patrimônio histórico-cultural representativo do lugar onde está inserido. Segundo Berque (1998), estes equipamentos esportivos podem ser tomados como “paisagem-marca”, resultantes que são do advento de valores e práticas sócio-culturais que se materializam num dado momento e lugar.

Tendo em vista o panorama histórico do desenvolvimento do futebol no Estado do Rio Grande do Sul, segundo Mazo (2005), vinculado inicialmente com a comunidade imigrante germânica que estava recentemente estabelecida no Estado do Rio Grande do Sul, podemos revisitar os primórdios do esporte e da dinâmica urbana de Porto Alegre. Uma cidade que, no começo do século XX, era dividida em arrabaldes, configurados segundo Strohaecker(1995) como “ilhas” isoladas pela topografia acidentada e a comunicação entre eles se dava necessariamente pelo Centro.

A partir disso, buscamos neste trabalho compreender como ocorreu o desenvolvimento das praças esportivas relacionadas aos clubes que praticam o futebol em Porto Alegre na primeira metade do século XX.

¹ Graduando de Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, edminossi@bol.com.br.

² Graduando de Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, paulorenvicari@hotmail.com

³ Doutorando em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ronaldodreissig@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Ciências do Desporto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br.

O referido recorte temporal se justifica pelo desenvolvimento paralelo que ocorria no futebol de cada município na época do estudo. Apesar das práticas do futebol terem se iniciado em 1903 em Porto Alegre foi apenas em 1961 que o Campeonato Estadual de Futebol foi unificado, e os clubes dos diferentes municípios passaram a se enfrentar com regularidade. Até essa data, durante toda a primeira metade do século XX, devido às dificuldades de transporte e locomoção, eram muito raros os jogos entre os times de cidades diferentes, ocasionando uma grande variedade de clubes de futebol e praças esportivas em Porto Alegre, que foram se escasseando a partir da metade do século XX.

Método

Esta investigação se caracteriza como histórico-documental, inserido no campo historiográfico chamado História Cultural, uma vez que aborda o futebol como parte das tradições da cultura popular no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O primeiro passo na construção do estudo foi realizar uma revisão de literatura em livros, artigos, dissertações e teses sobre as práticas esportivas no Rio Grande do Sul, que principalmente abordavam ou relacionavam ao futebol e aos estádios. Após a revisão de literatura, foi feita a coleta de fontes através de jornais e revistas porto-alegrenses do período estudado, tais como: Diário de Notícias, Folha da Tarde Esportiva, Correio do Povo e Revista do Globo. Escolhidos esses por serem os principais jornais ao longo desse período demarcado. Para a coleta e posterior análise dessas fontes, foram seguidos os procedimentos recomendados por Bacellar (2010) para a análise documental, sendo elas: fichamento das fontes, análise das fontes e cruzamento das informações. Na sequência apresentamos os resultados dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

O Associativismo esportivo e a formação dos palcos do futebol porto-alegrense

Estando o futebol como prática, inserido no escopo da cultura brasileira, é importante pensarmos os espaços esportivos para a prática do futebol dentro dessa compreensão de “cultura”, uma vez que se configura como produção arquitetônica e social, e também como prática esportiva de uma determinada comunidade de pessoas, abarcando o contexto da sociedade na época em que o estudo está inserido. Neste sentido, tem-se a construção de praças esportivas para a prática do futebol enquanto uma tradição cultural ligada à uma prática esportiva.

A prática do futebol no Rio Grande do Sul está diretamente ligada à formação de clubes e sociedades, esses clubes, organizados formalmente para determinada prática, correspondem ao que chamamos de “associativismo esportivo”, que, segundo Mazo (2003), é um dos mecanismos de afirmação e expressão de identidades culturais.

Assim temos a formação da dinâmica esportiva em Porto Alegre, com a instituição de clubes esportivos representando identidades locais. Identidades por vezes étnicas, como por exemplo comunidades imigrantes ou por vezes geográficas, representando bairros ou regiões da cidade.

Desta forma, temos os primeiros clubes de futebol fundados em Porto Alegre, o Grêmio *Foot-Ball* Porto-Alegrense e o *Fuss-Ball Club* Porto Alegre, ambos frutos do

associativismo da comunidade alemã, e surgidos no mesmo dia, 15 de setembro de 1903, inspirados após uma excursão do *Sport Club* Rio Grande, primeiro clube de futebol do Brasil, a Porto Alegre para partidas de exibição. Dado o pontapé inicial do esporte, se estabeleceram diversos clubes, e em 1910 se jogou o primeiro Campeonato Citadino de Porto Alegre.

Ao longo dos anos, muitos outros clubes e estádios marcaram fortemente a história do esporte na cidade, como por exemplo o *Sport Club* Internacional, fundado em 1909, que jogava no Estádio dos Eucaliptos; o Esporte Clube Cruzeiro, campeão estadual de 1929, que em 1941 construiu o Estádio da Montanha, vendendo o terreno para a construção de um cemitério em 1973; o Esporte Clube São José, clube que esteve errante durante boa parte do século até estabelecer-se no bairro Passo D'Areia; o *Sport Club* Americano, campeão estadual de 1928; o Grêmio Esportivo Renner, campeão de 1954, representando a comunidade operária do 4º distrito; o Nacional Atlético Clube, clube ferroviário e o Grêmio Esportivo Força e Luz, dono do Estádio da Timbaúva, principal e mais moderno palco do futebol porto-alegrense no começo do século XX.

Considerações Finais

A partir das pesquisas realizadas, percebemos que todos os clubes de futebol passaram por transformações durante a primeira metade do século XX, que interferiram diretamente na configuração e estrutura das praças esportivas para a prática do futebol em Porto Alegre. Com a massificação do esporte, a necessidade de pavilhões e arquibancadas maiores tornou-se latente, induzindo os clubes a uma nova em sua relação com o público, com a construção de novos estádios como o Olímpico, pelo Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense em 1954.

Ainda como considerações finais, salienta-se a importância de pesquisas como esta para o resgate histórico de acontecimentos, instituições e personagens relevantes ao longo do desenvolvimento das práticas esportivas. Para assim, preservar fontes primárias e a memória esportiva do Brasil e como neste estudo particularmente a do Rio Grande do Sul.

Referências

AMARO JÚNIOR, J. (org.). **Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul**. 5º ano. Porto Alegre: Tipografia Esperança, 1945.

BACELLAR, C. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

BURKE, Pierre. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em porto alegre**. Porto Alegre, vol.1, n.11, jul. 1999.

MAZO, J. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945):** espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto). Universidade do Porto, Portugal, 2003.

_____. **Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo.** Porto Alegre: PUCRS, 2004 – CD-ROM

MORAES, Ronaldo Dreissig de. **A odisséia do Esporte Clube São José de Porto Alegre (RS): a busca de sua sede definitiva (1913-1940).** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto Alegre. Escola de Educação Física, UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Minossi de. **Do campo à arena: a transformação do papel dos estádios de futebol na dinâmica urbana em Porto Alegre, dos anos 1950 aos dias de hoje.** Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso), Instituto de Geociências, UFRGS, 2010.

PEREIRA, Ester Liberato. **As práticas eqüestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

RIGO, Luiz Carlos. Amizade, pertencimento e relações de poder no futebol de bairro. **Pensar a Prática**, v.10, n.1, 2007.

STROHAECKER, T. M. Atuação do Público e do Privado na Estruturação do Mercado de Terras em Porto Alegre In: **Revista Brasileira de Geografia**. v.57. p. 101-108., Rio de Janeiro, IBGE, 1995.

ANALISE SOBRE O CONCEITO DE FAIR PLAY, DESDE SUA ORIGEM ATÉ SUA VISÃO ATUAL

Érica Fernanda de Paula¹

Miguel Archanjo de Freitas Jr²

Resumo: O Fair Play é um conceito que surgiu na sociedade aristocrática inglesa e foi difundido pelo Barão Pierre de Coubertin. Ele traz consigo várias possibilidades de definições, mas todas trabalham com noções de jogo limpo, lealdade e respeito, valores estes próprios daquela sociedade. Este estudo propõe uma análise dos conceitos de Fair Play, da sua origem e de como ele é visto atualmente nos âmbitos do esporte e da sociedade moderna. A metodologia utilizada trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do tema. Conclui-se que a partir do século XIX a obra do Barão Pierre de Coubertin teve um enorme impacto e abriu o caminho para o movimento Fair Play se desenvolver pelo mundo, porém atualmente devido a uma série de obstáculos e mudanças de valores no esporte e na sociedade esse conceito foi ressignificado, pois para o esporte/esportista moderno o importante é vencer.

Palavras-chaves: Fair Play. Esporte. Sociedade

Introdução

Segundo Rufino et. al. (2005), o conceito de Fair Play surgiu na sociedade aristocrática e foi difundido pelo Barão Pierre de Coubertin idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. O Fair Play defendido por Coubertin representa a honra e a lealdade, o respeito pelos outros e por si próprio.

Biliatti (s/d) ressalta que, conectado à sua origem aristocrática inglesa, os valores do Fair Play, foram referências para a prática esportiva durante muito tempo mesmo que algumas vezes, sendo transgredidas.

Porém, agora assistimos a uma mudança no que se refere ao Fair Play, decorrente principalmente da série de obstáculos que o esporte precisa enfrentar. Diante disto, este estudo de caráter preliminar, realiza uma revisão bibliográfica acerca do tema Fair Play e sua fundamentação conceitual através da história.

História do Fair Play

O conceito nasce na sociedade inglesa, logo apresenta os valores daquela sociedade que durante muito tempo foi o berço da civilização e foram os pais da grande maioria dos esportes, os quais foram difundidos para o mundo e junto com eles sua ideologia. Contudo o esporte se modificou junto com as sociedades, o esporte deixou de ser uma atividade elitista e os valores anteriores precisavam ser revistos.

Nos primeiros anos do capitalismo o esporte foi industrializado. Não era apenas uma atividade de lazer, mas era um negócio, pois as pessoas estavam febrilmente empenhadas em apostas, aonde as condições de vitória tornaram-se cada vez mais

¹ Acadêmica do 3º ano de Licenciatura em Educação Física

² Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

importante. Finalmente, no século XIX, o florescimento do capitalismo e do liberalismo burguês viu o desenvolvimento do esporte moderno e o nascimento da noção de Fair Play.

Elias e Dunning (1995) afirmam que a busca por um jogo limpo nasceu na Inglaterra principalmente em virtude de uma necessidade dos apostadores. A preocupação com as regras e sua justiça esta na origem dos esportes modernos e, especialmente, ligada a uma necessidade daqueles que vão “investir” no jogo e que, portanto, precisam de garantias de que as condições iniciais não os prejudicariam.

Com o passar dos anos tornou-se muito importante ter Fair Play como um guia moral no esporte, pois a vitória era o objetivo maior, e para que ela fosse alcançada, muitos princípios de ética e moral estavam sendo deixados de lado.

No final do século XIX e início do século XX, além da descoberta das funções de ensino, de saúde e de entretenimento de esporte, mudanças significativas foram acontecendo. Desenvolvimentos técnicos consideráveis envolvendo a indústria de equipamentos esportivos estavam em andamento e um sistema internacional de competições foi criado, com isso o esporte ficou mais conhecido, e muitos países que ainda não tinham, criaram clubes e associações esportivas, e os que já tinham, viram esse número multiplicar.

Naquela época, um jovem subiu ao palco, Barão Pierre de Coubertin, dedicado à educação, história e sociologia, era o homem cujo esforço entusiasmado reviveu os antigos Jogos Olímpicos.

Segundo o Comitê Internacional de Fair Play, ele fundou o Comitê Olímpico Internacional, em 1894, com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo melhor através da educação dos jovens através do esporte, pois estava convencido de que a prática do desporto iria ajudar a combater a decadência física e moral. Ele acreditava firmemente que “não há duas partes para um homem, corpo e alma; há três, corpo, mente e caráter. Carácter não é formado pela mente, mas principalmente pelo corpo. Os homens da antiguidade sabiam disso, e estamos dolorosamente reaprendendo-o”

A fundação do Comitê Olímpico Internacional por Barão Pierre de Coubertin, teve um enorme impacto e abriu o caminho para o movimento Fair Play se desenvolver.

Biliatti (s/d) ressalta que, conectado à sua origem aristocrática inglesa, os valores do Fair Play, foram referências para a prática esportiva durante muito tempo mesmo que algumas vezes sendo transgredidas. Dessa, forma podemos perceber que o Fair Play tem uma forte raiz aristocrática, caracterizada pela riqueza e pelo poder que os aristocratas detinham na sociedade inglesa da época.

Segundo Rufino et. al. (2005), Pierre de Coubertin foi fortemente influenciado pelos princípios da aristocracia inglesa. Logo o conceito de jogo limpo reflete o sentimento desta em relação ao esporte, estando, portanto, repleto dos ideais e princípios característicos daquela sociedade.

Conceito de Fair Play

O conceito de Fair Play traz diversas definições, mas todas trabalham com noções de jogo limpo, lealdade e respeito principalmente, como podemos observar abaixo.

O Fair Play defendido por Coubertin representa a honra e a lealdade, o respeito pelos outros e por si próprio, Enfim, uma série de comportamentos, habitualmente associados ao espírito esportivo.

Segundo Gonçalves (1997), “o espírito desportivo constitui uma noção difícil de definir. Não é, contudo, difícil reconhecer algumas dimensões da questão: lealdade, honestidade, aceitação das regras, respeito pelos outros e por si próprio”. Para o autor o Fair Play manifestasse através dos seguintes aspectos: respeito pelas regras; respeito pelos árbitros e aceitação de suas decisões; respeito pelo adversário; desejo de igualdade; ser digno.

Para Lenk (1987) o Fair Play tem dupla natureza, dividindo-se de duas maneiras:

- **Fair Play formal** - se caracteriza pelo cumprimento das regras e regulamentos, representando assim uma “norma-obrigação” do competidor.
- **Fair Play informal** - representa os valores morais do praticante, através das atitudes cavalheirescas do competidor em relação aos adversários e árbitros. Este tipo de Fair Play não é regulamentado, o autor o considera uma “norma-dever” legitimado socialmente.

O Código de Ética Desportiva, elaborado na 7ª Conferencia dos Ministros Europeus, em Rhodes (1992), que representou um passo para o desenvolvimento da verdade no desporto, define Fair Play da seguinte forma:

6. O fair play significa muito mais do que o simples respeitar das regras; mas cobre as noções de amizade, de respeito pelo outro, e de espírito desportivo, um modo de pensar, e não simplesmente um comportamento. O conceito abrange a problemática da luta contra a batota, a arte de usar a astúcia dentro do respeito das regras, o doping, a violência (tanto física como verbal), a desigualdade de oportunidades, a comercialização excessiva e a corrupção.

O Código diz ainda que o esporte é capaz de melhorar o indivíduo e a sociedade:

7. O fair play é um conceito positivo. O Código considera o desporto como uma atividade sócio - cultural que enriquece a sociedade e a amizade entre as nações, contanto que seja praticado legalmente. O desporto é também considerado como uma actividade que, de for de maneira leal, permite ao indivíduo conhecer-se melhor, exprimir-se e realizar-se; desenvolver-se plenamente, adquirir uma arte e demonstrar as suas capacidades; o desporto permite uma interacção social, é fonte de prazer e proporciona bem-estar e saúde. O desporto, com o seu vasto leque de clubes e voluntários, oferece a ocasião de envolver-se e de tomar responsabilidades na sociedade. Além disso, o envolvimento responsável em certas actividades pode

contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade para com o meioambiente.

Fair Play Atualmente

De acordo com Tavares (1999a) o Fair Play, enquanto conjunto de valores normativos do comportamento individual e coletivo no ambiente da competição atlética reflete a formulação de um ambiente cultural específico, ou seja, por mais que tenha havido uma universalização dos valores esportivos atuais é preciso contextualizar, do ponto de vista cultural, as transformações que eles sofreram ao longo do século XX, desde que formulados por Pierre de Coubertin.

Segundo Rubio (2001) apesar de caracterizado por uma abordagem normativa e conservadora do comportamento atlético, o Fair Play serviu durante longo tempo como orientação para os protagonistas do espetáculo esportivo, ainda que não fosse seguido durante todo o tempo. Mas e atualmente dá para se falar em Fair Play no esporte? Que Fair Play é este?

Estamos assistindo uma mudança no que se refere ao conceito de Fair Play. Tavares (1999b) justifica essa transformação porque o esporte vem sofrendo deslocamentos de sentido nos últimos trinta anos, apontando para uma possível relativização dos valores tradicionais ligados à prática esportiva, entre eles o Fair Play.

Portela (1999) afirma ser imprudente não considerar o esporte como um dos agentes de formação de códigos éticos e de condutas morais. Sua contribuição no pensamento e comportamento éticos do indivíduo torna o Fair Play o fio condutor da transmissão de valores. Isso quer dizer que o Fair Play pode ser aceito como a ideia de educar o ser humano para a reciprocidade, no respeito à diversidade humana, desenvolvendo o conceito de semelhança, o que permite a identificação com o outro, a percepção da necessidade do oponente, o entendimento de que o vencedor e o vencido relacionam-se a um lapso temporal denominado momento.

Durante os últimos anos o esporte teve que enfrentar uma série de obstáculos, como: tendências sociais, guerras mundiais, crises, ditaduras, a colisão de interesses econômicos e políticos, o chauvinismo, o nacionalismo e o terrorismo varridos do ideal de Fair Play dentro e fora do campo.

Infelizmente o princípio de "ganhar a todo o custo" tornou-se dominante e quase a regra, pois vivemos em uma sociedade globalizada, pautada pelo capitalismo que é a base do esporte moderno. Essa doutrina levou a todos os tipos de distorções no esporte, como a brutalidade, agressividade, uso de drogas e racismo.

Considerações finais

Segundo o Código da Ética Desportiva o Fair Play é essencial para o êxito da promoção e do desenvolvimento do desporto e do envolvimento no desporto. A lealdade no desporto - o Fair Play - é benéfico para o indivíduo, às organizações desportivas e a sociedade no seu todo. É de nossa responsabilidade promover este espírito.

O Comitê Internacional de Fair Play afirma que através do esporte e dos valores como a lealdade, que engloba o respeito, a amizade, o espírito de equipe, a concorrência

leal, esporte sem doping, o respeito às regras escritas e não escritas, igualdade, integridade, solidariedade e tolerância, podemos contribuir para a construção de um sociedade pacífica e, finalmente, um mundo melhor.

Nos primeiros anos do capitalismo o esporte foi industrializado. Não era apenas uma atividade de lazer, mas era um negócio, pois as pessoas estavam febrilmente empenhadas em apostas, aonde as condições de vitória tornaram-se cada vez mais importantes.

A partir do século XIX a obra de Pierre de Coubertin teve um enorme impacto e abriu o caminho para o movimento Fair Play se desenvolver, porém atualmente devido a uma série de obstáculos esse conceito vem sendo muitas vezes esquecido.

Referências

BILIATTI, R. **Conhecimentos específicos:** Educação física. Apostila, Secretaria de educação do estado, São Paulo, ed. Apostilas lógicas, s/d.

COMITÊ INTERNACIONAL DE FAIR PLAY. Disponível em: <<http://www.fairplayinternational.org/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2014.

CONSELHO DA EUROPA. **O Código de Ética Esportiva. 1992.** Disponível em: <<http://napsi.no.sapo.pt/codigoetica.html>> Acesso em: 10/06/2014

ELIAS, N. **A busca da excitação.** Lisboa, Difel, 1992.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Deporte y ocio en el proceso de la civilizacion.** Trad. de Purificacion Jimenez. ed. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1995.

GONÇALVES, C. **O pensamento dos treinadores sobre o espírito desportivo na formação dos jovens praticantes.** 2 ed. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1997 idem

LENK, H. **Vers une anthropologie philosophique del athlete olympique et comme l etre a complissant une réalisation.** A.O.I, Profesional. La Habana, Ed Enpes: 1987.

PORTELA, F. **Contrapondo teorias da formação ética e a prática do fair play.** In.: (O. Tavares; L. P. Da Costa, eds) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

RUBIO, K. **O Fair Play como valor ético do esporte e sua relação com a Ética da Psicologia: haveria alguma diferença?** São Paulo, 2001.

RUFINO, J. L. et. al. **O Fair Play na Atualidade.** Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, 2005.

TAVARES, O. **Referências teóricas para o conceito de 'Olimpismo'.** In.: (O. Tavares; L. P. DaCosta, eds) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999a.



TAVARES, O. **Algumas reflexões para uma rediscussão do *fair-play***. In: O. Tavares & L. P. Da Costa (eds) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999b.

A HISTÓRIA DO KARATÊ-DÔ: UM SABER DA ARTE MARCIAL A SER ENSINADO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Erik Yudi Horiye¹

Ana Maria Pereira²

Resumo: Esta pesquisa, bibliográfica exploratória, tem o Karatê-Dô como um conteúdo da Educação Física importante para a formação do estudante, para além da reprodução de técnicas. Objetiva-se investigar a origem do Karatê-Dô, seu percurso histórico desde sua gênese até os dias contemporâneo e sua introdução no Brasil. Conclui-se que diversas perspectivas existiram para a prática do Karatê, atendendo as necessidades da sociedade em cada fase da história, sendo estes saberes relevantes no âmbito escolar.

Palavras-chave: Karatê-Dô. História. Educação Física.

INTRODUÇÃO

O Karatê-Dô é um conhecimento que pode estar presente no Conteúdo Estruturante Lutas, na disciplina de Educação Física. Justifica-se a modalidade de luta como um saber porque ela é uma manifestação cultural, que contribui para a aquisição de conhecimentos e prepara o estudante para o convívio na sociedade. O Karatê é uma arte marcial que deve ser compreendida nos aspectos técnicos, históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

Para compreender o Karatê-Dô enquanto um saber da Educação Física para a formação do estudante, é necessário saber a gênese desta arte marcial e seu processo histórico até os dias contemporâneos, pois segundo Cartaxo (2001, p. 165) “É importante conhecer as lutas em todos os aspectos, não somente a sua aplicabilidade técnica, mas também suas histórias e suas culturas”. Outros autores como Frosi e Mazo (2011) elucidam que para entendimento da origem e desenvolvimento do Karatê-Dô é necessário interpretar cada informação que as fontes apresentam acerca da gênese e do processo histórico desta arte marcial.

Dessa forma, a presente pesquisa teve por objetivo investigar e analisar a origem do Karatê-Dô e seu processo histórico para responder as seguintes questões: Qual a origem do Karatê-Dô? Qual o seu percurso histórico desde sua gênese até os dias contemporâneos? Como esta arte marcial foi introduzida no Brasil?

Esta pesquisa justifica-se porque o Karatê-Dô, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, é um conteúdo da Educação Física que faz parte do Conteúdo Estruturante Lutas. Além da recomendação dos documentos educacionais, as lutas, especificamente o Karatê-Dô prepara os estudantes para serem melhores enquanto sujeitos com um senso de dignidade, justiça e humildade convivendo em uma sociedade visando um ensino além da mera reprodução das técnicas (Kanazawa, 2010).

Para a realização do estudo, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de livros, dissertações, teses e artigos referentes ao tema da pesquisa, a história do Karatê.

¹ Graduando em Licenciatura Educação Física. Iniciação Científica UEL - Universidade Estadual de Londrina (UEL). erik_zard@hotmail.com

² Professora Doutora - Universidade Estadual de Londrina (UEL). apereira@uel.br

Segundo Gil (2002), “é indispensável nos estudos históricos” “[...] e não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.”.

A partir deste estudo constatou-se a importância em investigar o processo histórico do Karatê-Dô desde a sua gênese até os tempos contemporâneos sendo a história um dos saberes desta arte marcial para o ensino nas aulas de Educação Física.

DESENVOLVIMENTO

A Origem das Artes Marciais

Aproximadamente no ano 5000 a.C. existiu uma prática corporal e intelectual denominada *Vajramushti*³. Essa prática era ensinada pelo Buda *Sakyamuni*⁴ com o objetivo de transmitir os preceitos budistas aos seus discípulos (Lopes Filho, 2013).

O pesquisador Vianna (1996) explica que em meados do século VI, um monge indiano chamado *Bodhidharma*⁵ caminhou em direção a China para fundar um mosteiro budista. Ele desenvolveu técnicas de luta sem armas, nomeadamente, *Shao Lim Su Kempo*. Após a sua morte, os mosteiros foram incendiados e a China foi fragmentada em diferentes reinos devido à invasão mongol. Dessa forma, os monges budistas partiram em diversas direções transmitindo seus conhecimentos e difundindo estilos de lutas diferentes.

Verifica-se que os estudos sobre a origem das artes marciais apontam a China como o principal local do desenvolvimento dos diferentes estilos de lutas, sendo assim, influente na gênese do Karatê

A Origem do To-De

Por volta do século XIV, Okinawa era um reino independente e nomeadamente, Reino de Ryukyu. Funakoshi (2013, p. 43) afirma que este reino foi fundado por Sho Hashi, monarca de Chuzan, que em 1429 durante a Dinastia Sho, unificou os três reinos guerreiros de Ryukyu: Chuzan, Nanzan e Hokuzan.

Lopes Filho (2013) explica que a sociedade do Reino de Ryukyu era dividida em castas sociais: nobreza, clero, militares, comerciantes e camponeses. Os *heimins* (termo japonês para denominar os camponeses) viviam numa situação deplorável, pois além de trabalharem nos campos para sustentarem a própria família, deviam pagar altos tributos ao rei. Quando não pagavam esses impostos, os *peichins* (termo japonês para denominar a classe guerreira) assassinavam as famílias dos camponeses e incendiavam suas casas.

Diante destes fatos, os *heimins* (camponeses) criaram um meio de se exercitarem e assim combaterem os tais guerreiros. Primeiramente, houve um decreto imposto pelo rei Sho que proibia o porte de qualquer tipo de arma por parte dos camponeses e, por isso, desenvolveram técnicas para que pudessem se defender da tirania.

³ Técnicas de lutas extremamente eficientes e práticas que visavam a utilização de poucos movimentos e máxima precisão durante um confronto.

⁴ Buda que originou o budismo e todos os ensinamentos desta religião.

⁵ Monge responsável pela difusão dos ensinamentos budista na China.

Essas técnicas foram denominadas de *Te* (no dialeto de Okinawa, “*Ti*”, e do japonês “mãos”). Os golpes baseavam-se em empurrões, técnicas de agarramento, batidas de ombro, punhos e pés, e utilizavam-se de enxadas, batedores de arroz, varas, foices, e outras ferramentas rurais (Frosi e Mazo, 2011). Posteriormente, outro decreto foi imposto em Okinawa no ano de 1609, dessa vez pelos japoneses, especificamente o clã samurai Shimazu, *daimyo*⁶ de Satsuma de Kyushu (atualmente sede administrativa de Kagoshima). O rei da Dinastia Sho se viu obrigado a render-se devido as forças de Shimazu e, dessa forma, os ryukyuanos (*heimins*/camponeses e *peichins*/guerreiros) começaram a praticar secretamente maneiras de combater os japoneses (Funakoshi, 2013, p. 43). A partir desse fato, Okinawa estava sob domínio japonês.

Neste período, Okinawa ainda mantinha relações com a China, mais precisamente na província de Fukien, no sul do país. Funakoshi (2013) elucida que o *Kempo* (boxe) chinês foi introduzido nas ilhas de Okinawa durante o *Sapposhi* (visitas diplomáticas). Assim, o *Te* desenvolvido pelos *heimins*/camponeses e apropriados pelos *peichins*/guerreiros mesclou-se com o *Kempo*, originando o *To-de* (da pronuncia nativa de Okinawa, e do japonês Karatê).

Gichin Funakoshi, A Era Meiji e o To-De

Na ilha de Okinawa praticava-se 03 (três) linhas do *To-de* dependendo da localidade onde foram originadas. Primeiro, na cidade de *Shuri*, originou-se o *Shuri-Te* (do japonês, mãos de *Shuri*) com ênfase no desenvolvimento da potência muscular. Em *Naha* nascia uma segunda linha *Naha-Te* (do japonês, mãos de *Naha*) com o objetivo de melhorar a respiração. A terceira linha do *To-de* era o *Tomari-Te* (mãos de *Tomari*, do japonês) originando na cidade de *Tomari* com a finalidade de enfatizar o ritmo dos movimentos. (Nakazato et al., 2003 apud Frosi e Mazo, 2011).

Desde a gênese do *To-de*, o ensinamento desta prática era secreto. Apenas os parentes e os primogênitos dos *Peichins*/guerreiros podiam ter acesso a este conhecimento e a essa prática. Esse costume era chamado de *Ishi-soden*.

Em 1868, o Japão passava por uma transição de regime político, a Era Meiji. Significou a extinção do regime do Xogunato (espécie de governo militar) junto aos samurais, que tinham um prestígio considerável na sociedade japonesa tradicional, e a posse do poder sobre o país por parte do imperador japonês. Neste mesmo ano da Era Meiji, nascia um homem cujo nome ficaria marcado para sempre na história do Karatê, Gichin Funakoshi. Durante a escola primaria, ele se tornou amigo do filho de um dos maiores especialistas de Karatê de Okinawa. Esta pessoa era Yasutsune Azato e foi quem ensinou tudo sobre esta arte a Funakoshi. (Funakoshi, 2013).

A partir da Era Meiji, a prática do *Ishi-soden* foi abolida, de modo que o segredo por trás do *To-de* pudesse ser apropriado por toda a população e ensinado nas escolas da prefeitura de Okinawa. A real intenção do governo japonês com a inclusão desta arte marcial nas instituições educacionais era para o fortalecimento militar do Japão (nesta época Okinawa já fazia parte do Japão). (Frosi e Mazo, 2011).

A partir do século XX, o *To-de* originado e desenvolvido em Okinawa pelos *peichins*/guerreiros, seria apresentado ao Japão continental e, posteriormente, ao

⁶ Poderoso senhor de terras na qual possuía uma grande extensão de terras.

mundo. Tratava-se também da mudança do significado na nomenclatura desta arte marcial.

To-De/ Karatê (Mãos Chinesas) ao Karatê-Dô (Caminho das Mãos Vazias)

No ano de 1921, o Príncipe Hirohito, fez uma viagem com destino à Europa e uma de suas escalas foi Okinawa. Segundo Funakoshi (2013) a possível escolha do príncipe para realizar essa parada foi porque o capitão Norikazu Kanna que estava no comando do navio era natural de Okinawa e acredita-se que ele tenha pedido para que o príncipe assistisse a uma apresentação de Karatê.

O responsável pela preparação da apresentação foi o mestre Gichin Funakoshi. Ele estava presente com seus alunos da escola municipal no Grande Vestíbulo do Castelo de Shuri e conta que mais tarde foi informado que o príncipe havia se impressionado com três coisas em Okinawa: a encantadora paisagem, o Córrego do Dragão da Fonte Mágica no Castelo de Shuri, e o Karatê. (Funakoshi, 2013, p. 54).

Dessa forma o mestre Funakoshi recebeu um convite do Príncipe Hirohito para demonstrar o *To-de* publicamente em maio de 1922 durante a Exibição Atlética Nacional na cidade de Tóquio. (Nakayama, 2012) A partir desta demonstração, Funakoshi não retornou mais à Okinawa, pois constantemente recebia convites para que apresentasse essa arte marcial para o público. Um dos maiores motivos que fez com que o mestre permanecesse na terra japonesa foi o pedido do mestre de Judô, Jigoro Kano, para apresentar uma palestra sobre a arte do Karatê.

Diante do sucesso da introdução do Karatê no Japão havia um equívoco relacionado a nomenclatura dessa arte. O fato de Okinawa ter sido influenciado pela China por um longo tempo, o significado de Karatê era “Mãos Chinesas”. “Kara” em japonês possui dois ideogramas⁷ (caracteres utilizados na escrita japonesa) diferentes com significados diferentes também, sendo um deles, chinês. Por isso, o Karatê era traduzido por “Mãos Chinesas”. Funakoshi percebeu esse equívoco e pensou ser necessário uma mudança nos ideogramas da palavra Karatê. O mestre percebeu o equívoco quando a Universidade Japonesa Keio formou um grupo de estudo sobre Karatê, do qual ele era membro. Ele propôs a mudança do ideograma que significava “chinês” para o segundo ideograma de “Kara”, que tem o sentido de “vazio”, passando então a ser o significado de Karatê, “Mãos Vazias”. Outro feito de Funakoshi foi o acréscimo da palavra “Dô” (do japonês, caminho) no final da palavra Karatê. Dessa forma, fazia todo sentido cada significado de Karatê-Dô (caminho das mãos vazias, do japonês). Conforme elucida Funakoshi (2013) “vazio” é totalmente apropriado pois é evidente que esta arte não se utiliza armas, sendo somente pés e mãos desguarnecidos. Outro aspecto a ser observado era que o estudante de Karatê tem como objetivo esvaziar o coração e a mente de todas as maldades e desejos de vaidades.

A Difusão do Karatê-Dô no Japão

Após uma demonstração de Karatê na Exibição Atlética Nacional em Tóquio, muitos outros mestres de Okinawa vieram ao Japão para ensinar a arte. No século XX,

⁷ Modo de expressar uma palavra por meio de um desenho único simbolizando o verdadeiro significado da mesma.

anos 20, toda a população japonesa, independente da classe social, tinha acesso ao conhecimento/prática do Karatê. Os estudantes tinham tanto interesse por esses ensinamentos que foram fundados clubes na Universidade de Keio, na Universidade Imperial de Tóquio, de Shoka, de Takushoku, de Waseda, na Faculdade de Medicina de Nihon e várias outras instituições de ensino na região de Tóquio. (Nakayama, 2012).

Em 1935, o comitê nacional de patrocinadores de Karatê solicitou fundos para erguer o primeiro Dojo (do japonês, local do Caminho. Lugar onde ocorrem os treinos) para que o mestre Gichin Funakoshi pudesse ensinar:

[...] na primavera de 1936, entrei pela primeira vez no novo dojo (em Zoshigaya, distrito de Toshima) e vi sobre a porta uma tabuleta com o novo nome do dojo: Shoto-kan. Este era o nome que o comitê havia decidido adotar; eu não tivera a mínima ideia de que eles escolheriam o pseudônimo que eu usava na juventude para assinar os poemas chineses que eu escrevia. (Funakoshi, 2013, p. 94).

A tarefa de difundir o Karatê por todo o Japão não era somente do mestre Funakoshi. Explica o pesquisador Nakayama (2012) que na década de 30 (século XX) importantes figuras da História como Kenwa Mabuni e Chojun Miyagi, ambos fundadores dos estilos Shito-Ryu e Goju-Ryu respectivamente, ajudaram a divulgar esta arte marcial na região de Osaka. Outro destaque na história durante a mesma década é o aparecimento do mestre Hironori Otsuka, fundador do estilo Wado-Ryu. Ele fundamentou esse estilo a partir dos ensinamentos do mestre Funakoshi com os conhecimentos que já possuía sobre o *Ju-Jutsu*, uma técnica tradicional de defesa japonesa. (Camps e Cerezo, 2005 apud Lopes Filho, 2013).

Na década de 40, do século XX, como a popularidade entre os clubes de Karatê das faculdades japonesas era grande, haviam disputas em forma de competições. Funakoshi era contra a esportivização da arte pois distorceria todo o objetivo do verdadeiro Karatê, mas mesmo assim, alguns alunos do mestre praticavam o *Jiyu-Kumite* (do japonês, disputa livre). (Augusto, 2009 apud Frosi e Mazo, 2011).

A Segunda Guerra Mundial se aproximava e cada vez mais os japoneses procuravam locais que ensinassem a arte do Karatê-Dô. Esse evento trouxe resultados catastróficos para o Japão e evidentemente o Karatê também sofreria tais consequências.

A Internacionalização do Karatê-Dô

Após a Segunda Guerra Mundial, o ensino do Karatê sofreu um declínio resultando na destruição dos dojos⁸. Como se não bastasse, o exército americano outorgou um decreto no Japão, na qual todas as artes marciais fossem proibidas de serem praticadas. Mas o Karatê não sofreu com isso, pois após observações dos militares americanos, essa arte marcial foi considerado um jogo. A prática do Kata (técnicas fundamentais do Karatê combinadas de uma maneira lógica, os exercícios formais) foi

⁸ Local onde ocorre os treinos.

associada com uma dança de tambores típicas de Okinawa, conhecida por *Senbaru Eisa*. (Okinawa, 2003 apud Frosi e Mazo, 2011).

Segundo Nakayama (2012), no ano de 1952, o Comando Aéreo Estratégico da Força Aérea dos Estados Unidos enviou jovens ao Japão para estudar o Judô, Aikidô e a arte do Karatê-Dô com o objetivo de treinar instrutores de Educação Física. Ele conta que “como líder dos homens que ensinavam karatê, considerei isso um passo adiante para o Karatê-Dô.” (Nakayama, 2012, p. 132). Pelo resultado positivo do envio de aprendizes ao Japão outros países ocidentais além dos Estados Unidos acabaram fazendo a mesma coisa. Mestres japoneses também se dirigiram aos países do ocidente para difundir o Karatê e para evitar que os aspectos técnicos e filosóficos fossem distorcidos dos originais.

A partir da difusão da arte do Karatê-Dô pelo mundo, é evidente que o Brasil também receberia algum mestre de Karatê entre os imigrantes japoneses assim como nos outros países da América e Europa.

A Introdução do Karatê-Dô no Brasil

Existem diversas histórias relacionadas à origem do Karatê-Dô no Brasil. Alguns autores explicam que essa arte chegou ao país brasileiro em 1908 junto com os imigrantes no navio Kasato Maru. Outros contam que a introdução do Karatê ocorreu após a Segunda Guerra Mundial na década de 50. Dessa maneira, é necessário que as duas vertentes sobre a origem sejam apresentadas, pois indicam registros históricos.

As histórias referentes ao ano de 1908 da chegada do navio Kasato Maru com imigrantes japoneses ao solo brasileiro não possuem clareza e nem certeza. Acredita-se que existia algum praticante da arte do Karatê entres os japoneses que embarcaram no Brasil, mas essa arte não se difundiu até o momento que outros mestres vieram ao país na década de 50.

Dessa maneira, as histórias que merecem uma atenção maior são referentes ao período pós-guerra durante a década de 50 e anos posteriores. Segundo Bartolo (2009 apud Frosi e Mazo, 2011) a primeira academia de Karatê foi instalada em São Paulo no ano de 1955 pelo mestre Mitsuke Harada do estilo *Shotokan*.

O mestre Koji Takamatsu chegou ao Brasil em fevereiro de 1956 a bordo do navio América Maru. Ele escolheu a cidade de São Paulo para viver e foi o bairro Pinheiros o local onde ministrou as suas primeiras aulas. Para estabelecer a Associação *Wado-Ryu* Karatê-Dô, o mestre Takamatsu optou pelo bairro da Lapa em São Paulo, onde atualmente se localiza a sede do estilo *Wado-Ryu* no Brasil.

O primeiro *dojo* do estilo *Goju-Ryu* foi criada em 1959 por Seichi Shikan Akamine, sendo que no mesmo ano fundou também a Associação Brasileira de Karatê, a atual Confederação Brasileira de Karatê (órgão responsável pela administração do Karatê esportivo) (Frosi e Mazo, 2011). Sensei Akamine foi o responsável pela fundação da Associação Brasileira de Karatê (ABK), entidade na qual difundiu o Karatê por todo o Brasil e América do Sul. (Oliveira, Millen Neto e Jordão, 2006).

No ano de 1961, o Karatê foi introduzido no estado da Bahia, por Eisuke Oishi, de apenas 19 anos. Mesmo não sendo faixa preta, possuía muito conhecimento sobre a luta e foi o responsável por ensinar Denilson Caribé, o primeiro faixa preta do estado baiano.

Em 1962, o mestre Sadamu Uriu fundou uma academia de Karatê do estilo *Shotokan* no bairro de Botafogo na cidade de Rio de Janeiro, sendo considerado o introdutor da arte neste local. Yasutaka Tanaka, amigo de Uriu, lecionava junto a ele na mesma cidade. Outro estilo difundido no Brasil foi o *Shorin-Ryu*, no dia 3 de junho de 1962, pelo mestre Yoshihide Shinzato. O local escolhido foi a cidade de Santos-SP devido ao desembarque do navio imigrante japonês. (Frosi e Mazo, 2011).

Portanto, o ensino da arte do Karatê-Dô no Brasil foi possível graças a difusão pelos referidos mestres japoneses. A cada ano aumentava o número de escolas de Karatê, sendo que nos dias atuais, o caráter dessa prática relacionado inicialmente a defesa pessoal (arte marcial) passou a se orientar nas diretrizes das organizações responsáveis pelo esporte olímpico. (Frosi e Mazo, 2011).

CONCLUSÃO

A história mostra-nos que o Karatê-Dô surgiu em Okinawa, na época separado do Japão, contrariando o que nos é contado, com a origem no Japão. Durante o percurso histórico desta arte marcial constatou-se diversas perspectivas correspondendo as necessidades da sociedade. O Karatê-Dô origina-se com o objetivo de proteção por parte da classe camponesa durante o século XIV. Com o passar dos anos a necessidade de proteção não era mais necessária devido ao fim dos embates entre classes sociais e por disputas de terras. Assim como o mestre Funakoshi conta em sua obra “Karatê-Dô – O Meu Modo de Vida”, a prática desta arte marcial passou a visar o cultivo de um espírito de humildade para além da mera reprodução da técnica.

Na atualidade, ainda encontra-se pessoas que praticam o Karatê-Dô com diferentes objetivos como melhora da saúde, fortalecimento muscular, defesa pessoal e principalmente para disputas em campeonatos, sendo a predominância da procura desta arte marcial.

Dessa maneira, compreender as transformações históricas do Karatê-Dô ajuda-nos a entender o que é realmente o Karatê enquanto uma manifestação da cultura corporal, seja como esporte ou um modo de vida, considerando assim um saber necessário para as aulas de Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTAXO, C. A. **Jogos de combate: atividades recreativas e psicomotoras. Teoria e prática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FROSI, T. O.; MAZO, J. Z.; **Repensando a História do Karatê Contada no Brasil.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 297-312, 2011.

FUNAKOSHI, G. **Karatê-Dô: O meu Modo de Vida.** São Paulo: Cultrix, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002

KANAZAWA, H. **Guia prático do Karatê.** São Paulo: Escala, 2010.



LOPES FILHO, B. J. P. **Karatê Budô: Os Valores no Caminho das Mãos para o Vazio.** 2013, 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MOREIRA, W. W; NISTA-PICCOLO, V. L. **Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** São Paulo: Cortez, 2012.

NAKAYAMA, M. **O melhor do Karatê: visão abrangente – práticas.** São Paulo: Cultrix, 2012.

VIANNA, J. A. **Valores tradicionais do karatê: uma aproximação histórica e interpretativa.** Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996.

ARGENTINA 1978: O FUTEBOL ENTRE O BOICOTE E A CAMPANHA ANTI-ARGENTINA

Ernesto Sobocinski Marczal¹

Resumo: A presente comunicação propõe o debate das relações políticas tecidas a partir do futebol as voltas da Copa do Mundo de 1978 na Argentina. Tomando este momento como um caso limite, uma vez que o evento foi realizado sob a égide de uma das mais terríveis ditaduras sul-americanas, buscamos analisar algumas das leituras catalisadas pela modalidade esportiva, em especial a proposta de boicote veiculada pelo COBA na Europa e sua ressignificação no país platino como uma campanha anti-argentina.

Palavras chave: Ditadura. Política. Copa do Mundo.

Não são raros os momentos em que os eventos esportivos foram, de algum modo, associados a determinados regimes ou embates políticos. Entre os exemplos mais marcantes, recorrentemente rememorados, estão os Jogos Olímpicos de 1936, na Berlim nazista de Hitler, e a Copa do Mundo de 1934, sediada pela Itália fascista de Mussolini (AGOSTINO, 2002). De certo modo, estes casos se tornaram modelares na apreciação dos momentos de aproximação política do Estado sobre os esporte, ou sobre os eventos desportivos.

Contudo, as análises que se preocupam com uma perspectiva tanto política quanto histórica devem tomar o cuidado de não assumir esta relação de maneira apriorística, como se a erupção de um governo autoritário repercutisse na imediata submissão do esporte a uma vontade de Estado ou, em um sentido inverso, que os esforços de apropriação de eventos esportivos e de seus significados culturais vigentes, seja de maneira direta ou indireta, constituíssem uma estratégia plena e eficaz. Como salienta Ribeiro (2012), ao refletir sobre a dificuldade de construção de um campo de estudo histórico-político do futebol no Brasil, não podemos deixar de atentar para as configurações variantes que cercam o universo esportivo em diferentes espaços e temporalidades. Em diálogo com a proposta delineada por Bresciani (2004), Ribeiro alerta para os perigos de não atentarmos para as particularidades históricas do processo de construção sociocultural dos significados e sentimentos atrelados ao futebol. Ao tomarmos assertivas célebres, como “o país do futebol” ou uma “paixão nacional”, de modo natural corremos o risco de reificarmos lugares comuns, tanto sobre a modalidade esportiva quanto seus desdobramentos culturais e políticos.

Reconhecer isto, entretanto, não significa descartar as tentativas dos Estados, sob panoramas autoritários ou não, em se utilizar do esporte, ou mesmo negar instantes nos quais os intentos de aproximação foram exitosos. Antes disso, se trata de estabelecer um novo olhar sobre as relações de forças tecidas sobre o futebol enquanto um espaço de embates culturais e políticos.

É com esta perspectiva em mente que nos voltamos para o exame de alguns das locuções políticas articuladas a partir de um evento paradigmático na experiência latino-americana: a Copa do Mundo de 1978. O evento em questão teve lugar na Argentina do *Proceso de Reorganización Nacional* (NOVARO e PALERMO, 2007), um dos instantes ditatórias mais obscuros do país. Desde a madrugada do dia 24 de março de 1976, as

¹ Doutorando em História (PGHIS/UFPR), Membro do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (NEFS/UFPR). ernesto_marczal@hotmail.com

forças armadas assumiram o controle do país ao depor a então presidente Maria Estela Martinez de Perón², alocando no lugar uma junta militar tripartite entre os chefes da marinha, Contra-Almirante Emilio Eduardo Massera, aeronáutica, Major Orlando Ramón Agosti, e exército, Tenente General Jorge Rafael Videla, o qual ocuparia também a cadeira de presidente. A gestão autoritária se estenderia até 1983 e ficaria marcada pelos estigmas da repressão, tortura e sequestro clandestino tanto de seus adversários políticos mais evidentes quanto de sujeitos comuns discordantes ou suspeitos aos olhos do regime. Talvez a principal chaga deste período sejam os emblemáticos desaparecidos, cujo desconhecimento de seu destino, seja sob a ação de forças oficiais ou paralelas, revelava não só a negligência sobre os sujeitos, inimigos em potencial, mas a negação de sua própria existência.

Embora a escolha da Argentina como sede do torneio tenha ocorrido ainda em 1966, praticamente uma década antes do golpe, pouco havia avançado na organização do evento e na confecção das obras prioritárias a sua realização. Diante da crise política e econômica eu se abatia sobre o país discutia-se, inclusive, a capacidade do país em concretizar o mundial, bem como os gastos inerentes para isso. Estava em questão a manutenção ou a retirada da competição na Argentina.

De acordo com diferentes autores (GILBERT E VITAGLIANO, 1998; GOTTA, 2008), o tema esteve em pauta desde as primeiras reuniões da junta e foi logo dissipada. O evento não só foi levado adiante como sua realização foi tomada como uma atribuição exclusiva do Estado, o qual relegou as esferas esportivas responsáveis, no caso a Asociación del Fútbol Argentino – AFA –, um papel secundário. Grande exemplo disso foi a criação do Ente Autárquico Mundial 1978³ - EAM 78 - a, organismo com ampla liberdade de ação que centralizou as decisões quanto a Copa do Mundo e estava subordinado diretamente ao poder executivo nacional, ou seja ao general Videla e a Junta Militar.

Este dado nos remete a uma questão de grande importância para a compreensão das inter-relações entre o futebol e a política no período: antes do que a o desdobramento do evento esportivo em si, ou seja as partidas e os resultados obtidos dentro de campo, a preocupação sobre o mundial residia nas condições de sua realização e proveito de seu potencial político inerente, seja como mecanismo de propaganda internacional, ao divulgar a imagem de uma nova Argentina sob as lideranças militares, ou de aproximação interna, ao tentar capitalizar em favor de seus próprio projetos políticos e ideológicos as paixões inerentes ao vínculo histórico-cultural da população com a modalidade esportiva.

Contudo, as intenções do *Proceso* com relação ao mundial estavam longe de constituir algo novo ou oculto. Ao contrário. Estavam explícitas tanto no discurso oficial, divulgados nos diferentes veículos de comunicação e pelos personagens a frente do regime. Mesmo assim, ainda que os espaços de debate fomentados pelos meios de imprensa estivessem à mercê de uma ação censória e repressiva, de modo impedir um

² Isabelita, como era popularmente conhecida, foi a terceira esposa de Juan Domingo Perón e ficou a frente do poder executivo argentino após a o falecimento do general em julho de 1974 .

³ De acordo com Gotta (2008), o Almirante Massera foi fundamental neste processo e alocou um personagem de sua confiança, o Capitão de Navio Carlos Alberto Lacoste, para ficar a frente do organismo.

posicionamento discordante ou oposto sobre aspectos sensíveis, houve algumas vozes dissonantes minimamente toleradas⁴.

Se dentro das fronteiras do país o discurso oficial inundava os caminhos tradicionais de locução pública, o que não garante necessariamente sua eficácia, fora delas múltiplas vozes ressoariam em oposição ditadura e ao mundial. Ante a ampla perseguição levada a cabo pelas forças repressivas, as dificuldades em estabelecer uma resistência organizada e o temor do aprisionamento, diversos militantes buscaram refugio no exílio ou na clandestinidade. Embora países de língua espanhola, como o México e Espanha, constituíssem destinos preferenciais, diversos países europeus também se tornaram importantes pontos de migração política (FRANCO, 2008). A França, devido a sua particular tradição em relação aos direitos humanos ocupou um lugar de destaque nesta configuração ao abrigar diversos exilados antes e depois de 1976. Muitos destes logo se aliaram distintos grupos e organizações locais, além de partidos e sindicatos, os quais manifestaram sua solidariedade com os recém chegados ao mesmo tempo em que assumiram uma postura crítica em relação ao governo de Videla. Como nos apresenta Franco (2005; 2008) e Ribeiro (2013) uma dessas organizações foi o CSLPA⁵, cujo um dos principais eixos de ação era justamente a oposição a políticas imperialistas francesas no país platino. De acordo com a pesquisadora argentina, o CSLPA constituiu uma das ramas que levaram a formação e organização do COBA⁶, um dos principais polos de contestação ao Mundial de 1978.

Como indicava sua nomenclatura, o coletivo propunha o boicote a vindoura competição esportiva. Em busca de uma gênese do movimento, tanto Ribeiro quanto Franco localizam uma ação fundacional na coluna assinada pelo romancista judaico-polonês Marek Halter no conceituado *Le Monde*, em outubro de 1977. Após tomar ciência da morte de sua sobrinha e seu esposo na Argentina, o autor escreveu um longo manifesto público, no qual condenava o governo e conclamava o boicote ao renomado evento esportivo diante dos abusos autoritários da ditadura. Pouco depois o COBA iniciaria suas atividades compartilhando a postura apresentada pelo escritor e outras organizações ao redor do velho continente.

Entretanto, a organização não só questionava a realização do evento sob um governo ditatorial como pautava o próprio futebol como fenômeno de massas, passional e alienante. De certo modo, esta vertente se mostrava tributária a outra rama central no grupo, composta por profissionais da Educação Física, ou especialistas na temática, com filiações sindicais e praticas ativas à esquerda na esfera educativa (FRANCO, 2008). Entre as diversas associações as diversas associações das quais afluíram esses militantes, como o coletivo sindical *École Emancipée*, uma das que contava com a participação mais incisiva de seus membros foi agrupação política e editorial *Que! Cops?*. A partir do exemplo modelar dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, seus representantes assumiam o combate as instituições desportivas internacionais, com o foco sobre a instrumentalização política do esporte por parte de Estados sem liberdades

⁴ Entre os mais destacados salientamos os caos do jornalista Dante Panzeri, cuja oposição à Copa na antecedia o golpe, e o secretário de fazenda Juan Alemann, o qual, mesmo em uma posição chave dentro da estrutura econômica, declarou abertamente que o mundial era altamente inflacionário.

⁵ Comitê de Solidariedade as Lutas do Povo Argentino

⁶ Comitê de Boicote do Mundial de Futebol na Argentina

democráticas asseguradas, de modo a direcionar seus esforços no repúdio a eminente Copa do Mundo na Argentina e as vindouras Olimpíadas de Moscou.

De modo geral as ações engendradas foram bastante variadas, com a publicação de manifestos, envio de cartas as autoridades exigindo um posicionamento rígido sobre os direitos humanos e convocando-os a aderir ao bicote, manifestações nas ruas e em frente a embaixada Argentina, coletando abaixo-assinados, além de confeccionar panfletos e cartazes diversos.

O grupo se espalhou rapidamente pela França, com polos em diversas cidades, e ganhou significativo espaço nos veículos de imprensa. O boicote se tornou tema público, assim como a temática da ditadura no país sul-americano. Ações paralelas se desenvolveriam em países vizinhos, como Holanda, Bélgica e Espanha, os quais desenvolveriam suas versões locais do movimento.

Dentro das iniciativas divulgação desenvolvidas pelo COBA, talvez a mais conhecida e impactante tenha sido a produção de alguns números do periódico L'Épique, uma clara alusão ao famoso jornal esportivo francês L'Équipe, o qual assumiu uma postura favorável a participação da seleção local na competição por razões esportivas⁷. Segundo o levantamento realizado por Franco (2008, p. 183) alguns números da publicação chegaram a obter vendagem superior a 120.000 exemplares no início de 1978.

Porém, alguns aspectos importantes devem considerados ao analisarmos a campanha organizada pelo coletivo, sobretudo ao voltarmos o olhar para argumentação empregada no tratamento sobre o evento esportivo e o quadro político argentino. Mesmo com a presença de diversos exilados argentinos nos quadros da organização, a colaboração destes normalmente a ações mais práticas, na base da organização, relativamente afastados dos debates centrais e das principais lideranças da organização. Com o foco de seu estudo sobre os exilados argentinos na França durante a ditadura, a profa. Marina Franco exalta que a participação reduzida destes com relação ao movimento, ou mesmo a negação ou resistência de com relação ao boicote a Copa, se deve a ao choque cultural e político que experimentavam em sua experiência no exílio (FRANCO, 2005; 2008). Além de enfrentarem travas eminentes como a língua, também se deparavam com uma configuração política e social estranha, com a qual, recorrentemente, entravam em confronto. Apercepção sobre o mundial em si, sobretudo do vínculo histórico, cultural e afetivo particular com a modalidade esportiva, também era bastante distinta já que o futebol não contava com o mesmo apreço popular, simbólico e afetivo com a população local em relação a verificado na Argentina.

Desse modo, o posicionamento sobre a Copa do Mundo de 1978 fomentado pelo COBA perpassava primeiro e obrigatoriamente por problemáticas e tradições políticas locais, francesas e europeias, do que um exame centrado sobre o panorama argentino e latino-americano. Á guisa de exemplo, atentamos para o seguinte circular emitida pela organização já em 1978:

POR DETRÁS DO MUNDIAL, CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

No dia 1º de junho abre-se oficialmente a décima primeira Copa do Mundo de Futebol, na Argentina. Em breve a televisão e a

⁷ Nesse sentido é interessante destacar que o combinado francês não participava deste

imprensa nos retransmitirão da Argentina apenas imagens de futebol e uma visão idílica da realidade que vive o povo argentino.

A partir de agora a grande imprensa acentuará esse assunto, procurando minimizar a ampla corrente de indignação que é manifesta na França de todos os que, junto ao COBA, e os 120.000 assinaturas de Convocação ao Boicote, recusam que se jogue futebol nos campos de contração.

Pois, por detrás da tela, a realidade na Argentina é:

- Uma ditadura militar responsável por 8.000 assassinatos, 10.000 aprisionamentos e 15.000 “desaparecimentos”;
- Mas também um povo que luta e que o saberá mostrar durante o “Mundial dos militares”;

(...)

SOLIDARIDADE AO POVO ARGENTINO

CONTRA A REPRESSÃO NA ARGENTINA

CONTRA O APOIO DE GISCARD À JUNTA DE VIDELA

NADA DE FUTEBOL ENTRE CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

BOICOTE À DITADURA ARGENTINA. (COBA, 1978 apud RIBEIRO, 2013)

Como evidencia o texto, os temas evocados remetem ao espectro autoritário recente do continente Europeu, especialmente o intervalo nazifascista que se interpôs ao país galo durante a ocupação alemã no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, ao mesmo tempo em que denuncia os excessos repressivos do *Proceso*, ao estimar o número de vítimas do regime argentino, utiliza-se de um arcabouço comum de referências sensíveis que o relacionam aos traumas políticos europeus. Não por acaso, a sobre totalitária e mortífera dos campos de concentração seria figuras recorrente em sua construção discursiva, fosse ela de ordem textual ou imagética. Além disso, a cobrança sobre o governo francês, então sob a presidência de Valéry Giscard d'Estaing.

Outro aspecto recorrente na campanha, a crítica ao mundial e as instituições esportivas, também estão presentes, ainda que timidamente, ao afirmar que as imagens do futebol transmitiriam uma visão idílica, em certa medida alienada, do duro contexto sociopolítico local. Tal leitura aparece de forma mais contundente no manifesto “Abaixo o Mundial, viva o internacionalismo proletário”, publicado na revista *Quel corps?* em ocasião do 1º de maio de 1978.

Essa campanha deve também se desenvolver contra o esporte de competição como espetáculo de massificação totalitária, que impede sistematicamente todas as manifestações revolucionárias das massas exploradas [...] Se *Quel corps?* desde o começo se juntou à campanha do boicote foi por objetivo militante de denunciar o mascaramento do futebol como fato social, dominando milhões de trabalhadores; e assim retornar ao internacionalismo proletário, perigosamente relegado ao

esquecimento histórico [...] Nós não somos daqueles que dizem sim ao futebol, não à tortura, pois essa palavra de ordem é falsa. Ela inocenta o futebol, tornando-o alguma coisa isolada, um planeta virgem, um mundo à parte. (apud RIBEIRO, 2013, p. 10)

Se o trecho do manifesto focava na temática da ditadura e perpassava pelo mundial de maneira tangencial, a postura adota pela ramificação do grupo ligada a *Que! Corps?* realoca o esporte, sob a representatividade do futebol, no centro de sua crítica. Nesse caso, antes mesmo que a situação vivenciada na Argentina, em seu parecer um novo exemplo da instrumentalização dos esportes de competição como espetáculos massivos, é a visão política reducionista da modalidade, ou seja: sua pressuposta capacidade de domínio e manipulação, que se sobrepõe como problema.

A campanha promovida pelo COBA alcançou grande repercussão dentro e fora da França. Ao início de 1978 a proposta de boicote e as recorrentes acusações de graves violações aos direitos humanos, levantados também por organizações como a Anistia Internacional e governos estrangeiros⁸, repercutiam fortemente na imprensa internacional antes do início da competição. Apesar do forte controle exercido sobre a sociedade, os meios de comunicação e de acesso a informação, a campanha não passaria despercebida ou inócua pela Argentina. Entretanto, sua apreciação comum, ao menos na maneira hegemônica como foi tratada entre os órgãos de imprensa, foi a partir de uma ressignificação e incorporação sob o signo de uma campanha anti-Argentina. De fato, a leitura de uma campanha internacional contra o *Proceso* já circulava no país desde os primeiros momentos do golpe. Contudo, a centralidade concedida pelo mundial fez com que o país fosse alçado a um novo patamar de debate, especialmente no que concernia a atual situação política, econômica e social do país. O mundial, portanto, revigora e atualiza a querela, de forma a ocupar o papel de catalizador do debate.

Entre os veículos de imprensa argentinos que adotaram uma postura combativa e contribuíram para a disseminação uma leitura comum de repúdio ao platino, estão as algumas das publicações do Editorial Atlântica, companhia que compartia de uma postura política ideológica semelhante ao regime. Para citar algumas podemos destacar a esportiva *El Gráfico*, uma das mais antigas do gênero no continente, a feminina *Para ti*, a de entretenimento e diversidades *Gente y la Actualidad*, além de *Somos*, semanário voltado a análise política lançado ao final de 1976. De diferentes maneiras todas estas revistas manifestaram o apoio a Copa, ao selecionado e a administração de Videla. No tocante a proposta de boicote, *Gente* e *Somos* assumiram um tom combativo. Ambos periódicos assumiram o papel de defensores da “*verdadera argentina*” e produziram longos artigos nos quais buscavam desvelar a campanha que difamava o país.

A edição n.82 de *Somos*, datada de 14 de abril, trazia o artigo “*Complot contra la Argentina*” como o destaque de capa. Na matéria em questão, a revista retrataria o movimento pelo boicote como uma montagem instigada e financiada pela extrema esquerda desde a Europa. Segundo a publicação a campanha teria na França dois centros visíveis: O COBA e a filial local da Anistia Internacional, ambos devidamente

⁸ Um dos grandes exemplos é a nova política externa estadunidense

aparados por grupos terroristas e subversivos argentinos refugiados no exterior (SOMOS, n. 82, abr. 1978, p. 8-12).

O texto se esforçaria em desarticular o discurso propagado pelo movimento ao contestar as informações dispostas nos materiais de divulgação e questionar a origem e o montante dos valores supostamente investidos em sua produção. Também colocaria em dúvida a idoneidade dos veículos de imprensa estrangeiros que reproduziam as acusações sobre os excessos autoritários do *Proceso*.

É interessante destacar que em sua busca para “*desentranñar la verdad*”, recorreria justamente ao embaixador argentino na França, Tomás de Anchorena. Nos trechos reproduzidos pelo periódico, o diplomata desacreditaria as organizações e suas lideranças, em especial Marek Halter, além de reforçar a visão do movimento como uma iniciativa desesperada da subversão. Anchorena, inclusive, vincularia a campanha diretamente aos Montoneros, um dos principais grupos revolucionários da esquerda peronista na Argentina (p. 9). Ao dar voz ao embaixador, *Somos* não o tomava sob uma distancia crítica, mas o transformava em testemunha ocular. Em outros termos, para desvelar a campanha anti-argentina e revelar suas reais intenções, o semanário reiterava a narrativa oficial como alternativa única e verdadeira.

Tal aproximação com o regime se torna evidente em um dos instantes em que o artigo contestava as denúncias efetuadas pelo COBA e a Anistia Internacional:

Para los argentinos, estas frases son algo más que una mentira. Representan la más nítida confesión del fracaso de los argumentos pretendidamente consistentes que puedan esgrimir las bandas terroristas contra el gobierno de las fuerzas armadas. En todas las discusiones que puedan suscitarse en el mundo, cuando una parte apela a la mentira burda y primaria, le reconoce implícitamente a la otra su desnudez conceptual. Ese – junto a la abrumadora derrota en el campo de la lucha armada – es el verdadero fracaso de la subversión en la Argentina. (p. 10-11)

Após o longo esforço de desqualificação da campanha, *Somos* encerrou o artigo reafirmando sua crença na capacidade no vindouro evento desportivo para revelar a autêntica face do país: “el próximo Mundial mostrará cómo vive, cómo trabaja y cómo es la Argentina. El 1º de junio quedarán atrás los folletos malintencionados, las falsedades sistemáticas y toda la distorsión que es capaz de montar el dinero mal habido de las bandas terroristas” (p.12).

A multiplicidade de vozes brevemente retratadas ao longo desta comunicação esboçam a polissemia de leituras políticas que envolvem o futebol, mesmo em um instante de pressuposto domínio de um regime autoritário. O boicote em si não se efetivou, mas o debate alavancado pelo futebol minou significativamente os objetivos da ditadura em relação aos desejos projeção internacional do país. Tanto quanto os lances que se desenrolariam em campo, as suspeitas e denúncias sobre os abusos autoritários e repressivos, inclusive a própria denominação de uma ditadura, ganharam um amplo conhecimento público. Do ponto de vista prático, por assim dizer, contribuiu como um novo ponto de pressão para que o país se comprometesse em receber a

Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada a OEA⁹, para uma vitória no ano seguinte.

Ainda assim, não podemos descartar o uso e apropriação que o regime estabeleceu sobre o a Copa do Mundo na Argentina. Antes disso, se trata de observar o futebol também como um lugar de política. Um lugar de embates passionais e culturais, onde encontramos disputas potências de poder e de significados políticos que ainda estão longe de ser plenamente explorados.

Referências

AGOSTINO, G. *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALABARCES, P. *Fútbol y Patria: el fútbol y las narrativas de la Nación en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2002.

BRESCIANI, Stela. Identidades inconclusas no Brasil do século XX. Fundamentos de um lugar-comum. In: _____; NAXARA, Marcia. (Orgs.). *Memória e (re)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

FRANCO, M. Derechos humanos, política y fútbol. *Entrepasados*. Buenos Aires, ano 14, n. 28, p. 27-46, 2005.

GILBERT, A.; VITAGLIANO, M. *El terror y la gloria*. La vida, el fútbol y la política en la Argentina del Mundial 78. Buenos Aires: Norma, 1998.

GOTTA, R. Fuimos Campeones: la ditadura, el Mundial 78 y el misterio del 6 a 0 a Perú. Buenos Aires: Edhasa, 2008.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.

RIBEIRO, L. C. Futebol: por uma história política da paixão nacional. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, n. 57, p. 15-43, jul. / dez. 2012.

_____. Futebol e ditadura na América Latina: a experiência do C.O.B.A. *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais eletrônicos. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares> Acesso em 01.06.2014.

⁹ Organização dos Estados Americanos

HISTÓRIA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA CRÍTICA AO MODELO ESPORTIVISTA

Felipe Benassi Martins¹

José Augusto Victoria Palma²

Resumo: O esporte é um fenômeno que tem se expandido com extrema velocidade nos tempos modernos e passa a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas, mesmo sem elas terem consciência disso. Em meio a isso, a Educação Física vem ensinando o esporte já a algum tempo, a partir de métodos tradicionais que não consideram a gama cultural que envolve a escola e a subjetividade das pessoas, sendo assim, excludente e anti-democrática. Esses métodos não fomentam o exercício crítico do aluno e o impedem de visualizar possibilidades de práticas diferentes daquelas que são vendidas pela mídia. Consideramos neste trabalho que a área precisa ressignificar seu olhar sobre esta situação caso queira caminhar no sentido de um ensino emancipatório, que forme sujeitos críticos, reflexivos e capazes de mudar a sociedade ao seu redor. Este trabalho é uma revisão bibliográfica e busca proporcionar reflexões sobre esta situação do cotidiano dos professores de Educação Física, contribuindo para uma melhor compreensão sobre o fenômeno esportivo, entendendo-o a partir de seus diversos aspectos. Para isso em um primeiro momento apresentamos uma breve história do esporte, desde a antiguidade até os dias de hoje, explicitando que, de uma prática utilitária e relacionada com a sobrevivência, foi se transformando, ficando mais violento em alguns momentos, tomando características políticas, econômicas, até se consolidar no que conhecemos hoje, o esporte multifacetado. A história do esporte cruza com a da Educação Física em vários momentos e são semelhantes em alguns aspectos, assim explicamos porque essa área é compreendida das mais diversas maneiras pelo senso comum e porque é rotineiro encontrarmos práticas diferentes em meio aos profissionais, sendo que em menos de um século ela transitou por seu momento ginástico, eugenista, militar, esportivista, até sua crise na década de 80. Ao término deste resgate histórico, percebemos que o esporte está realmente presente nas aulas e é compreendido de diversas maneiras, muitas vezes ensinado a partir de um viés tradicional, que não o compreende em sua totalidade. Assim apresentamos uma crítica a este modelo, fundamentados na pedagogia crítico-emancipatória elaborada por Kunz (2006). O esporte, se não for compreendido em sua totalidade, pode acabar apresentando somente suas faces que agridem a subjetividade do indivíduo, ofuscando-a. A prática no ambiente educacional, sem a devida reflexão fomenta o desenvolvimento de princípios de comparações objetivas, favorecendo a instrumentalização do ser humano. De acordo com essa compreensão, esperamos que a reflexão proporcione um outro olhar aos professores de Educação Física e contribua para a superação da crise, rumo a um ensino que forme sujeitos críticos e conscientes de seu espaço na sociedade e que compreenda os fenômenos a partir de seus diversos aspectos.

Palavras-chave: esporte. crítico-emancipatório. educação física.

INTRODUÇÃO

¹ UEL/BRASIL – felipe.benassi@live.com

² UEL/LaPEF/BRASIL – angpalma@sercomtel.com.br

Este trabalho tem o objetivo de proporcionar reflexões sobre o esporte, sua relação com a Educação Física e as consequências do ensino esportivista. Para isso em um primeiro momento entenderemos o esporte e seu caminhar histórico, posteriormente veremos o processo histórico da Educação Física e suas diversas “funções” na escola para entendermos como este fenômeno vinculou-se fortemente à esta área.

Hoje a Educação Física o compreende com um objeto de estudo e que deve ser ensinado de forma sistematizada nas escolas para contribuir na formação de um cidadão emancipado e consciente do mundo ao seu redor, entretanto essa concepção é recente e nos primórdios nossa área tratava-o de forma acrítica e superficial, espalhando todos seus costumes, vícios e tendências sem a devida reflexão.

O ESPORTE

O esporte é um fenômeno que atingiu um estágio bem enraizado em nossa sociedade e já a permeia em quase todos aspectos. Não é difícil de encontrar uma roda de amigos debatendo sobre algum esporte, normalmente o futebol, ou praticando em alguma forma, seja por puro lazer ou por competição. Nos telejornais, propagandas, mídia eletrônica entre outras, dificilmente há como fugir deste fenômeno, ele aparece na forma de produto e invade a vida das pessoas. Em ano de mega eventos o calendário político é alterado, surgem feriados e o esporte envolve a vida de todos, mesmo que indiretamente.

Este fato nem sempre ocorreu desta maneira, jogos e brincadeiras foram os precursores do esporte e estiveram presentes em vários momentos da história da civilização, sofrendo influência das práticas pré-históricas de sobrevivência até recentemente sendo utilizado de forma política, assim, esta manifestação continuou sofrendo transformações em cada época de acordo com o contexto histórico-político.

Segundo Tubino (2010) o esporte, no seu foco histórico pode ser dividido em três categorias. Da antiguidade até a primeira parte do século XIX foi o período do Esporte Antigo; Após 1820 com Thomas Arnold institucionalizando as práticas esportivas existentes e codificando-as por meio de regras e entidades, encontramos o Esporte Moderno; Somente no final da década de 1980, a partir da aceitação do direito de todos ao esporte, tem início o Esporte Contemporâneo.

“Na antiguidade as práticas esportivas eram muito diferentes das atuais e possuíam caráter utilitário relacionado com a sobrevivência (natação, corrida, caça)” (TUBINO, 2010). Nesta época surgem os Jogos Olímpicos da Antiguidade, que eram celebrados em Olímpia, as principais provas eram corridas de fundo, luta, pentatlo, corrida de quadrigas, corrida de armas entre outras.

Com a ascensão do império romano, as práticas gregas foram diminuindo, ficando restritas aos espaços de higiene corporal (thermas) e ao cenário dos jogos circenses, deturpando o sentido anterior e fomentando o combate entre gladiadores. Com a vinda da Idade Média e Renascença as manifestações esportivas ficavam cada vez mais violentas a partir de alguns jogos como o Torneio Medieval, as Justas, a Soule e o Calcio Fiorentino que é também um precursor do futebol.

Autores como Dunning e Sheard (2005), Collins (2009), Tubino (2010)

apresentam que o esporte Moderno somente foi surgir quando Thomas Arnold, diretor do Rugby College, passou a sistematizar e codificar em regras os esportes que estavam surgindo. Na época era jogado uma derivação do *Folk-Football*, este jogo tinha uma meta em que os jogadores podiam usar pés e mãos para manipular a bola. A divergência de como seriam as regras, fez com que surgissem a *Football Association* e a *Rugby Football Union*, dando origem ao associacionismo. Este momento histórico coincide com o período da revolução industrial em que as atividades industriais e comerciais exigiam muito dos trabalhadores da época, assim o esporte foi utilizado com objetivo higienista e recreativo.

Os Jogos Olímpicos modernos deram grande população ao esporte e prevaleceu a ética e o jogo limpo, até a década de 1930 quando Hitler decidiu por fazer uso político destes jogos para promover a hegemonia ariana. Nos jogos decorrentes o esporte passou a ser palco de uma disputa entre supremacia socialista e capitalista, deixando de lado o jogo limpo e focando em atingir a vitória à qualquer preço. O uso do político era tão presente, que proporcionou diversas manifestações nos anos posteriores.

Este novo viés do esporte e a busca incessante pela vitória foi dando feições ao Esporte Contemporâneo, caracterizado pela criação do Movimento “Esporte para Todos” (EPT), das manifestações internacionais e pela adesão de acadêmicos do mundo todo às questões do esporte.

O EPT deu outra roupagem à concepção deste fenômeno, compreendendo que ele não era restrito somente aqueles com talento esportivo e biotipo adequado mas que era direito de todos. Os manifestos internacionais, semelhante ao EPT, defendia que o esporte não era somente rendimento, mas que existe um esporte na escola e um esporte do homem comum.

Em 1976 aconteceu a I Reunião de Ministros do Esporte em Paris e decidiram que a UNESCO se responsabilizaria por organizar e elaborar um documento para resolver e centralizar a questão do esporte. Deste modo, em 1978 foi publicada a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, reconhecendo que as práticas esportivas são direito de todas as pessoas e marcando o advento do Esporte Contemporâneo. A partir daí, o esporte começar abranger todas as camadas sociais e entrou definitivamente na escola.

O ESPORTE E SEU VÍNCULO À EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física têm sido compreendida pelo senso comum como uma área de atividade na escola que possui os mais diversos objetivos. Comumente é vista como um momento de descontração para os alunos, brincadeiras e atividades esportivas. Ademais, com o advento da tecnologia e o aumento do sedentarismo, a Educação Física é vista também como o momento que os alunos são obrigados a praticar atividades físicas em busca da saúde.

Observamos também a visão errônea, e muito comum, de que as aulas servem para desenvolver o potencial esportivo dos alunos. Esta tendência de pensamento se dá principalmente em decorrência do processo histórico que a Educação Física percorreu. Concordando com isto CASTELLANI FILHO (1991 pg. 31) apresenta,

[...] passamos a admitir como verdadeira a premissa de ter sido

de competência da Educação Física, ao longo de sua história, a representação de diversos papéis que, embora com significados próprios ao período em que foram vividos, corroboraram para definir-lhe uma considerável coerência na sequência de sua atuação [...]

Portanto, fica claro que a Educação Física exerceu uma série de papéis em sua história e o seu grande interesse pelo esporte foi um desses momentos, que perdura até hoje norteador a noção de muitos professores.

Assim, em seu primeiro momento a Educação Física foi legitimada a partir da lógica capitalista, pois de acordo com SOARES et al (2012), a Europa na transição do século XVIII ao XIX, constituiu-se em um palco de construção e consolidação de uma sociedade em que era necessário homens mais fortes, ágeis e empreendedores, cuidar do corpo significava cuidar da sociedade em ascensão, uma vez que a força de trabalho era fonte de lucro.

Assim, de acordo com o mesmo autor, inicialmente foram os movimentos ginásticos que estiveram mais presentes na Educação Física para desenvolver o corpo saudável. Posteriormente um movimento higienista adquiriu maior importância nesta área, em que o profissional adquiriu um papel de autoridade perante um conhecimento de ordem biológica por ele dominado e passa a ter a função de desenvolver a aptidão física dos indivíduos.

No Brasil, essas aulas foram ministradas por instrutores do exército e reproduziam os rígidos métodos militares da disciplina e hierarquia, fato que contribuiu em grande parte na roupagem que a Educação Física possui até hoje, tendo em vista que diversos professores foram formados por sujeitos que adotaram estes comportamentos.

De acordo com CASTELLANI FILHO (1991) a história da Educação Física no Brasil, em muitos dos seus momentos, se confunde com a dos militares. E falar desta área de conhecimento, é levar em conta as influências sentidas pelas instituições militares, que, “sabemos ter sido elas as que se mostraram mais sensíveis à influência da filosofia positivista” (pg. 37). Sendo assim, a Educação Física começa a caracterizar-se como um momento de obediência e disciplina na escola, representando a rotina do quartel.

De acordo com PARANÁ (2008, pg. 40) a partir de 1930 o esporte começou a se popularizar e passou a ser um dos principais conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física, no intuito de promover políticas nacionalistas, houve incentivos às práticas a partir da criação de grandes centros esportivos, importação de especialistas e criação do Conselho Nacional dos Desportos. Deste modo, as aulas assumiram um caráter de rendimento, competição, comparação de recordes, alta regulamentação e racionalização por meio de técnicas, fazendo professores adotarem condutas de reprodução de códigos esportivos nas aulas, fazendo a escola ficar repleta de atletas.

Dentro deste contexto, notamos que os militares se apropriaram deste fenômeno originário da Inglaterra. Assim, o esporte que estava na escola, começou a ser compreendido como colaborador na lógica de expansão industrial, do capitalismo e passou a contribuir em contexto nacional. De acordo com Palma et al (2010)

O golpe militar de 1964 foi um grande aliado para eliminar os

obstáculos para a expansão do capitalismo internacional, em que a concepção de eficiência e tecnicismo procurou moldar o ensino e direcionar a Educação Física para o esporte. Essa fase é propícia para o esporte, pois as indústrias, a urbanização e os meios de comunicação em massa estão em pleno desenvolvimento. As competições esportivas, tanto na prática social, quanto nos currículos escolares, são voltadas para a educação do indivíduo para a obediência de regras e ensinam a vencer por meio do esforço individual, convivendo, assim, com vitórias e derrotas. Os princípios que norteiam o esporte são os da racionalidade, eficiência e produtividade, que acabam reordenando a Educação Física na escola. (pg. 41)

Uma prática focada na ginástica moldou-se em direção à uma esportivista e passou a ser considerada como uma evolução nesta área, pois segundo Betti (1991) os exercícios que eram propostos pelos militares inibiam a liberdade dos alunos.

Soares (2012 pg. 54) apresenta que o esporte passa a determinar o conteúdo de ensino da Educação Física, modificando as relações entre professor e aluno que antes eram de professor-instrutor e aluno-recruta, para professor-treinador e aluno-atleta. Os professores passavam a ser contratados pelo seu desempenho na atividade esportiva.

A Educação Física caminhou por seu momento ginástico e posteriormente esportivista, essas mudanças ocorridas em curtos períodos contribuem para a formação de uma concepção incerta sobre essa área, refletida nos dias de hoje, então após estes períodos, segundo Soares (2012 pg. 54) na década de 70 e 80 surgem movimentos “renovadores” na Educação Física, formando novas concepções sobre seu papel na escola.

Palma et al (2012) nos mostra que começam aparecer as críticas à pedagogia tecnicista com uma concepção humanista pautada uma filosofia em torno do ser humano, sua identidade e valor. Ainda neste sentido implementa-se o movimento Esporte para Todos (EPT) para suprir uma necessidade de democratizar o esporte e o lazer, fazendo alcançar a camada da população não dominante, opondo-se por hora ao pensamento focado no rendimento esportivo.

Ainda se destaca um movimento denominado psicomotricidade, baseado na interdependência do desenvolvimento cognitivo e motor, criticando assim, a visão dualista do homem, hegemônica até então (PALMA et al, 2010). Assim, somente a partir do final dos anos 1980, a compreensão de homem como ser social, influenciado pelo meio, começa a surgir. É quando a educação volta-se para a camada popular e passa a ser pensada democraticamente, alterando seus objetivos e passando a ser compreendida como formação de um ser humano crítico. Essas diversas e rápidas mudanças contribuíram para a crise de identidade da Educação Física.

Mesmo com esses movimentos em tentativa de uma ressignificação da Educação Física, notamos que a concepção tradicional de esporte mantém-se fortemente vinculada às práticas pedagógicas.

CRÍTICA AO MODELO ESPORTIVISTA

De acordo com Kunz (2006),

Pode-se perceber que a Educação Física brasileira, especialmente dos últimos dez anos, encaminha-se para um desenvolvimento cada vez mais diferenciado em relação à sua prática. De um lado, persiste o modelo tradicional que pretende preservar os objetivos básicos da disciplina conforme previstos nas próprias legislações oficiais, os quais se configuram, basicamente, no desenvolvimento das modalidades esportivas e por intermédio deste a consecução de metas sócio-educativas como o fomento à saúde e a formação da personalidade. Por outro lado, ocorre cada vez mais intensamente o desenvolvimento de projetos para uma Educação Física Escolar comprometida com finalidades mais amplas; ou seja, além da sua especificidade, deve ainda se inserir nas propostas político-educacionais de tendência crítica da educação brasileira. (pg. 11)

A Educação Física passa, já faz um tempo, por um processo de ressignificação. De modo que não é estranho que apareçam diversas teorias para tentar encontrar o objeto de estudo dessa área, algumas bem aprofundadas nas questões sociais que consideram o ser humano a partir da complexidade, enquanto outras continuam a conceber o esporte somente como produto e tratando a pedagogia como um marketing para inserir em escolas para conquistar atletas ou consumidores.

É comum aulas de Educação Física extremamente repetitivas, tratando somente o esporte, muitas vezes abordando os quatro clássicos (futebol, handebol, basquetebol e voleibol) em todos os anos ou então lidando com o esporte de forma extremamente superficial e reprodutiva.

De acordo com Kunz (2006 p. 22) o esporte como compreendido hoje, com finalidades de alto rendimento apresenta vários problemas. Um deles é o próprio princípio do esporte, que é a sobrepujança e as comparações objetivas e gerando princípios de seleção, especialização precoce e da instrumentalização do sujeito, fazendo que o movimento no esporte seja cada vez mais normatizado e padronizado. O outro, relacionado ao primeiro, diz respeito a organização do espaço físico e os materiais utilizados para a sua prática. Atualmente para qualquer situação que o esporte é praticado e seu motivo, a tendência é a normatização e padronização da prática, cerceando assim um horizonte de possibilidades de movimentos que podem ser realizados, coibindo a subjetividade dos indivíduos na prática do esporte.

Para o aperfeiçoamento do esporte como conhecemos são investidos valores extraordinários em pesquisas e aplicação das mesmas, deste modo, a ciência possui seu papel na instrumentalização dos indivíduos. Segundo mesmo autor,

[...]a ciência que está à sua disposição não é uma ciência com interesse no ser humano ou na dimensão social do esporte mas com um interesse tecnológico e de rendimento. Essa ciência torna os indivíduos praticantes deste esporte como objetos de manipulação, objetos à sua disposição, para “trabalhá-los” de

forma extrema a eles próprios, ou seja, sem a sua participação efetiva na busca de soluções para o aperfeiçoamento físico-técnico. A participação subjetiva dos praticantes do esporte de alta performance fica cada vez mais reduzida aos atletas de elite, conforme a dinâmica das “fábricas de campeões”, que são os modernos centros de treinamento esportivo. (2006, pg.23)

Compreendemos que esta situação colabora para transformar a percepção da população sobre esse fenômeno, fazendo assim com que os sujeitos somente entendam o esporte como um produto acabado e deixando de perceber as diversas possibilidades que envolvem, as dimensões políticas e culturais envolvidas.

Assim o esporte passa a ser um complemento de peso no que os teóricos da teoria crítica da escola de Frankfurt comentavam, a existência instrumental. Para Kunz (2006, pg.24) o esporte de alto rendimento segue o mesmo raciocínio que as sociedades industriais, em que o homem é “excluído” pela automatização e pela mecanização dos modernos aparelhos de produção, onde ele se vê submetido aos ditames da máquina e da aparelhagem técnica, tirando seu espaço para iniciativas próprias e criativas. A diferença é que neste fenômeno, o homem não é substituído pela máquina, ele se transforma nela, em busca de rendimentos. Neste processo de racionalização o movimento se reduz a ações regulamentadas e padronizadas que se orientam em grandezas mensuráveis e abstratas, os movimentos acontecem de forma igual independente das emoções e do fator subjetivo do ser humano, como, medo, esperança, alegria e etc.

Devemos observar também que o esporte atua como um componente de formação ideológica que acaba ofuscando os reais interesses das pessoas, pois

Quando um número muito grande de instancias formadoras de consciência ideologicamente falsa age sobre uma mesma instituição, no caso o esporte, os agentes (no caso os praticantes) podem ser ludados sobre seus próprios interesses verdadeiros. (Kunz, 2006, pg. 27)

Podemos notar que o esporte na forma tradicional, desempenha uma grande papel de formação ideológica nos alunos, ofuscando os interesses subjetivos e os direcionando para uma sociedade de consumo de padrões. Pois, o esporte para ser praticado nos padrões e princípios do alto rendimento, requer exigências de que cada vez menos pessoas conseguem dar conta, mesmo assim é o modelo que todos querem seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos refletir sobre a noção que os jovens possuem na escola e perceber que é urgente que a Educação Física passe a tratar o esporte de forma complexa e reconhecendo seus aspectos político, histórico, econômico e culturais. De acordo com Palma et al (2010) o ensino dos conhecimentos na escola, no caso o esporte, não deve se reduzir a um simples armazenamento de informações, ou ainda apenas propiciar

momentos de práticas estéreis, mas constituir-se como situação privilegiada para a reelaboração de conceitos e definições, atitudes, valores e habilidades de pensamentos, que poderão implicar numa prática social consciente e inovadora. Assim, com este trabalho esperamos chamar a atenção para que o esporte seja tratado de outra maneira, como um conteúdo que possibilite ao aluno reflexão e compreensão deste fenômeno e seus diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

- BETTI, M. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.
- CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.
- DUNNING, E e SHEARD, K. Barbarians, Gentlemen and Players: A Sociological Study of the Development of Rugby Football. 2ª Ed. Abingdon: Routledge, 2005
- KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006
- PALMA, J. A. O esporte na escola como conteúdo da Educação Física. IN: Representações sociais e o imaginário esportivo. Londrina: Lazer & Sport, 2008
- PALMA, et al. Educação Física e a organização curricular: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. 2ª Ed. Londrina: Edue, 2010
- PARANÁ, Governo do. Diretrizes curriculares da educação básica: Educação Física. Secretaria de estado da educação do Paraná – Departamento de Educação Básica, 2008
- SOARES, C.L, et al. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 2012
- TUBINO, M. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE FUNÇÃO PÚBLICA DELEGADA ÀS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS

Felipe Canan¹

Rhaylla Gimenes de Lima Martins²

Fernando Augusto Starepravo³

Resumo: Tratou-se de pesquisa exploratória de caráter quali-quantitativo. O método foi análise de documentos e análise de conteúdo. Como objetivo, buscou-se identificar se as confederações esportivas brasileiras exercem função delegada por parte do poder público. Identificou-se que, por mais que a lei federal e os estatutos das confederações indiquem expressamente não haver tal delegação, os próprios documentos, além dos fatos concretos, tacitamente indicam que ela existe.

Palavras-chave: Estado. Confederações. Delegação.

Introdução

O Sistema Brasileiro do Desporto (SBD) abrange instituições públicas, chefiadas pelo Ministério do Esporte (ME) e instituições privadas, as quais compõem o que se denomina Sistema Nacional do Desporto (SND), tendo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como principal representante (BRASIL, 1998). Os principais recursos do último sistema são provenientes do poder público (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, pode-se compreender que o esporte brasileiro possui uma natureza estrutural dúplice ou bipartida, pois agrega o privado e o público. Historicamente, na verdade, o desenvolvimento do esporte em âmbito nacional ocorreu prioritariamente pela via privada, com base no direito de livre associação garantido pelo Estado. Em diferentes períodos, em que o Estado interferiu mais ou menos no campo esportivo, a organização privada permaneceu (STAREPRAVO, 2011). A intervenção Estatal se deu e se dá em função da crença na obtenção de ganhos políticos e, sobretudo, simbólicos. Ao mesmo tempo, a iniciativa privada, através do sistema institucionalizado, também busca no esporte os mesmos ganhos. Quanto mais verba, maiores as condições de ganho de visibilidade e realização de ações de alto impacto simbólico. Dessa forma, as mesmas instituições atuam como parceiras e concorrentes, ou, como afirma Almeida (2012, p. 8), “adversário cúmplices: cada um possui interesses específicos, mas um depende do outro para que esses objetivos sejam alcançados”.

Admitindo tais relações de poder, a Constituição Federal de 1988 (CF) não apenas reconheceu a autonomia das entidades esportivas privadas, como também determinou seu financiamento por parte do poder público. Ao mesmo tempo, a CF tratou de reconhecer o esporte como direito de cada um, determinando como obrigação do Estado, o fomento a práticas esportivas, extrapolando a esfera do alto

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – UEM-PR; felipe.canan@gmail.com

² Subsecretaria Regional de Educação de Jataí Goiás; Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – UEM-PR; rhayllagimenes@gmail.com

³ Universidade Estadual de Maringá; Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – UEM-PR; fernando.starepravo@hotmail.com

rendimento e abrangendo práticas formais e não formais. Tanto a CF quanto a Lei 9.615 de 1998 (Lei Geral Sobre o Desporto ou, popularmente, Lei Pelé), previu várias formas de manifestações esportivas e determinou a destinação de recursos públicos prioritários ao esporte educacional.

Segundo Almeida (2010), no entanto, a grande maioria dos recursos, contrariando a lei, é destinada ao esporte de alto rendimento e, mais precisamente, às entidades privadas. Mais grave é que essas entidades possuem autonomia para o planejamento e execução de suas ações, sem ou com pouco controle sobre a garantia do direito ao esporte. Ou seja, o SBD, como está atualmente estruturado, acaba repassando a responsabilidade de fomento ao esporte à iniciativa privada, que não necessariamente estará preocupada em atender o interesse da coletividade e o bem comum.

Assim problematizou-se a pesquisa com a seguinte questão: as instituições e os dirigentes esportivos privados representam o Estado nos temas relacionados ao esporte? Com base na problematização proposta, objetivou-se identificar se existe delegação por parte do Estado às confederações esportivas.

Metodologia

Tratou-se de pesquisa exploratória, de caráter quali-quantitativo. O método utilizado foi a análise de documentos e análise de conteúdo (BARDIN, 1977). O procedimento consistiu em análise sistemática dos estatutos das confederações esportivas brasileiras em conjunto/contraposição às leis federais, documentos (sobretudo jornalísticos) e bibliografia a respeito.

Primeiramente foi realizada uma busca pelo estatuto das confederações esportivas brasileiras filiadas ao COB em seus *sítes* e, quando não encontrados, nos *sítes* de federações estaduais ou na internet de maneira geral. Foram encontrados 24 estatutos, dentre os 30 possíveis, de confederações filiadas ao COB.

Buscou-se nos 24 estatutos analisados, temas referentes à relação, de maneira geral, da confederação com o poder público. A partir da análise, considerando-se que os estatutos, de maneira geral, atendem um padrão de organização e redação, foram encontradas doze categorias de análise. Para organização dos dados, buscando a aproximação mais generalizada de categorias semelhantes, chegou-se às categorias efetivas de análise:

- o estatuto da confederação prevê que esta não exerce função delegada do poder público e não é autoridade pública; função delegada significa que o poder público repassa a responsabilidade pelo fomento de determinada área a instituições independentes;
- o estatuto da confederação prevê que esta representa a modalidade junto ao poder público; embora a sentença possibilite interpretação dúbia, está reproduzida literalmente como consta em vários estatutos. Neste trabalho, compreendeu-se que “representar junto ao poder público” significa que a entidade privada é parceira do mesmo, no que diz respeito ao fomento de determinada área;
- o estatuto da confederação prevê que esta cumpre e/ou faz cumprir atos emanados do poder público; as entidades privadas expressam como sua obrigação, o

cumprimento das determinações providas do poder público, bem como, fazem com que os filiados cumpram as determinações públicas;

- o estatuto da confederação prevê que esta dá publicidade dos atos emanados do poder público; ainda que não necessariamente expressem o cumprimento de tais atos, as entidades privadas assumem o dever de dar publicidade aos atos da autoridade pública;

- o estatuto da confederação prevê que esta intercede perante o poder público, em defesa dos seus representados; entidades privadas atuam em defesa dos filiados quando estes estão em litígio contra o poder público.

A respeito das leis federais, a análise voltou-se à CF e à Lei Pelé. O mesmo tema buscado nos estatutos foi procurado nas leis, mas nestas, a busca se deu de maneira qualitativa.

Resultados e discussão

A CF, em seu artigo 217, trata o esporte como direito de cada um, que deve ser fomentado pelo Estado. Ao mesmo tempo, estabelece uma espécie de relação direta entre este dever e a autonomia das confederações esportivas, quanto a sua organização e funcionamento. Diz o dispositivo na íntegra:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

Uma possibilidade de interpretação das razões para a relação estabelecida, é que houve uma preocupação clara em explicitar que o Estado, ainda que seja obrigado a executar ações esportivas, não deve interferir nas ações privadas. A Lei Pelé contribui para essa interpretação. Segundo esta Lei, a prática esportiva formal é regulada pelas normas nacionais e internacionais aceitas pelas confederações esportivas.

Se a regulação esportiva fosse determinada apenas pelo Estado, a própria lógica do esporte formal seria estrangida, uma vez que o sistema esportivo internacional demanda padronização internacional das regras. Ou seja, as entidades responsáveis pelo esporte em âmbito internacional (comitês ou confederações internacionais) não possuem meios de criar suas normas de acordo com as de cada Estado (MIRANDA, 2011).

Tal fato, contudo, não significa que os Estados, na particularidade de cada situação referente ao âmbito esportivo, não poderiam dirimir frente a possibilidades de adaptação do regramento internacional ao seu próprio. Muitas vezes o fazem, mas de forma a adaptar e não contrariar os ditames internacionais. A própria inclusão do SND no SBD é uma prova da tentativa de conciliação do público com o privado (ou do ordenamento Estatal com o ordenamento esportivo). A forma de condensação dos dois sistemas, no entanto, ainda é conflituosa e os limites de autonomia de atuação do Estado e das próprias confederações ainda não são bem definidos.

Em termos gerais, o Estado busca garantir a autonomia das confederações, sobretudo no que tange ao fomento ao esporte de alto rendimento, e assume para si, a

responsabilidade pelas outras manifestações esportivas, quais sejam, esporte educacional e esporte de participação (BRAIL, 1998).

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, na prática, como demonstra Almeida (2010), o Estado não apenas subsidia a iniciativa privada esportiva, como também acaba por ser seu maior financiador. Além disso, destina a maior parte do orçamento federal para o esporte ao sistema privado e ao esporte de alto rendimento. Pode-se compreender que, ao fazê-lo, de certa forma e mesmo que tacitamente, acaba repassando a função de fomento ao esporte para a iniciativa privada.

Contraditoriamente, a Lei Pelé, em seu artigo 82, indica expressamente que as entidades de administração do esporte não exercem função delegada pelo poder público e tampouco são consideradas de autoridade pública para os fins da própria Lei Pelé. Alguns problemas nesse sentido podem ser encontrados: o dispositivo em apreço indica que as confederações não exercem tais tipos de função naquilo que concerne aos fins da própria Lei Pelé, mas nada dita sobre as funções em geral de tais entidades. Além disso, alguns argumentos podem indicar a existência de delegação pelo poder público e/ou representação pelas confederações:

- as confederações possuem autonomia para reconhecer o que lhes convier em relação às federações internacionais; ou seja, o Estado delega às confederações o reconhecimento do que é internacionalmente proposto em matéria de esporte;

- aos dirigentes do esporte profissional, é atribuída responsabilidade social e participação na organização esportiva do país; ou seja, atuam em uma área de interesse social e devem zelar pelo interesse da coletividade e pelo bem comum do povo nessa área. O fato de participarem da organização esportiva do país os assemelha a autoridade pública, podendo influir diretamente tanto na estruturação do SBD, quanto na constituição de políticas esportivas;

- entidades esportivas privadas que recebam verba pública devem respeitar os princípios do direito administrativo, quais sejam, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; ou seja, as confederações recebem dinheiro público e também devem atuar conforme os princípios aplicados à administração pública, o que denota interferência Estatal na esfera privada e dá ensejo à compreensão de que o Estado está repassando ao privado, tarefas de fomento ao esporte;

- segundo a Lei Pelé, o esporte compõe o patrimônio cultural brasileiro e é de elevado interesse social; dessa forma, ao financiar a iniciativa privada, ao que tudo indica, o Estado está transferindo uma tarefa de elevado interesse social à mesma. Além disso, o patrimônio cultural deve tanto ser protegido pelo Estado, quanto, através do Ministério Público (MP), pela sociedade contra o Estado, quando este não cumpre sua função. Interpretando-se extensivamente, pode-se compreender que o MP é legitimado a agir tanto contra a administração direta e indireta, quanto contra as confederações;

- o COB deve representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos e as ações esportivas devem ser planejadas por ele e pelas confederações, o que demonstra, no primeiro caso, uma parceria e, no segundo, um repasse do público ao privado.

- o esporte é considerado direito social e deve ser garantido pelo poder público e pelas entidades que o representam; mesmo que todos os argumentos anteriores fossem refutados, compreende-se que o fomento às modalidades esportivas específicas é realizado pelas confederações responsáveis e não pelo poder público em si; em

somatório, este financia as entidades privadas para que o façam em seu lugar; tanto a transferência de responsabilidade quanto, principalmente o repasse de verbas, parecem denotar caráter de deleção.

Igualmente à Lei Pelé, a maioria dos estatutos das confederações (70,83%) indica expressamente não exercerem função delegada pelo poder público ou serem entidades de autoridade pública.

O que se percebe é certa comodidade das confederações em não receber atribuições de responsabilidade pública. Ao mesmo tempo, o Estado parece também não fazer questão de repassar oficialmente a responsabilidade para as instituições privadas, talvez em função de resquícios ideológicos de tempos longínquos de Estado Novo ou nem tão longínquos de *welfare state*.

Ao mesmo tempo em que é interessante para o Estado controlar ou deter o poder sobre o campo esportivo, pois há envolvimento de ganhos políticos, econômicos e ideológicos, é também interessante que a máquina Estatal não precise ser exigida para esse fim. Delegar as tarefas e até as decisões, parece a melhor solução para os agentes políticos, sendo que, do outro lado, para o dirigente esportivo, valer-se da ajuda Estatal sem assumir a responsabilidade ou a assumindo apenas subsidiariamente, é de suma importância (BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido, a maioria das confederações indica representar a modalidade sobre a qual é responsável (70,83%), junto ao poder público e/ou cumpre ou faz cumprir as determinações providas do poder público (83,33%). Encontra-se nesse ponto um caráter de parceria entre privado e público. Isso porque a “representação junto ao poder público” indica por si, parceria. O “fazer cumprir” determinações públicas também indica que a confederação atua como entidade delegada. O “cumprir”, por sua vez, determina subsunção do privado ao público, ainda que os próprios estatutos, além da lei, prevejam a autonomia das instituições privadas e o respeito às normas internacionais. Neste ponto, novamente manifesta-se a relação de conflito comentada supra, não se havendo certeza dos momentos em que prevalecerá o ordenamento Estatal ou o ordenamento esportivo.

Além disso, a maioria das confederações (54,16%) prevê a publicidade das determinações públicas, o que atende a um dos princípios da administração pública (publicidade) e coaduna com a função de caráter público exercida pela instituição privada.

Em somatório, todos os estatutos pesquisados preveem, de alguma maneira, que a sua confederação representa o Brasil no exterior, no que se refere à modalidade esportiva que conduz. Esta informação não constou como uma das categorias de pesquisa porque tal representação é notória e estranho seria se algum estatuto ditasse de forma diferente. Se as confederações possuem poder para representar o país e assumem essa prerrogativa em seus estatutos, ainda que indiretamente, estão exercendo uma função delegada pelo poder público.

Por sua vez, um caráter de autonomia é identificado quando a maioria das entidades privadas (75%) indica interceder perante o poder público na defesa dos seus representados, o que transparece o exercício do direito de defesa frente às possíveis interferências Estatais.

Considerações finais

Seria de se estranhar que a confederação se assumisse como entidade delegada do poder público ou como autoridade pública, vez que a própria Lei determina que assim não seja.

Desta feita, parece lógico que, para cada confederação, é mais interessante permanecer como entidade autônoma, mas subsidiada pelo dinheiro público. Ao mesmo tempo, difícil se faz compreender as razões para o Estado proceder dessa maneira. Não inflar a máquina Estatal com mais esse atributo, de fomentar o esporte de alto rendimento, parece razoável. No entanto, subsidiar entidades privadas para que o façam e ainda, privilegiar essa destinação da verba pública em detrimento da garantia ao esporte de maneira democrática, como direito social, parece ilógico.

Como possível solução, aponta-se a possibilidade de a própria Lei expressamente responsabilizar as confederações por seus atos e pelo uso do dinheiro público, vez que, com tentado demonstrar, tacitamente tais entidades já exercem função delegada ou de representatividade do poder público. É sabido que a Lei Pelé estabelece algumas condições para que as entidades privadas recebam financiamento Estatal, mas, ao mesmo tempo, é notória a irresponsabilidade e a irresponsabilização dos dirigentes, que não deixam de receber a verba pública no ano subsequente à sua má utilização.

Referências

ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em junho de 2014.

BRASIL. **Lei 9.615 de 1998**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em junho de 2014.

MIRANDA, Martinho Neves. **O direito no desporto**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

**PUBLICAÇÕES DA REVISTA JOHPER DE 1958 E AS PROPOSIÇÕES DE FRANKLIN HENRY
(1964)**

Felipe Nakamura¹

Jeane Barcelos Soriano²

Tony Honorato³

Resumo: O objetivo foi verificar na Revista JOHPER publicada em 1958, elementos deflagradores do contexto educacional e científico relacionados ao artigo *Physical Education: an academic discipline* (HENRY, 1964). Analisamos 6 artigos e encontramos a valorização do conhecimento teórico, a pesquisa básica e interdisciplinaridade como elementos observados tanto em textos publicados na Revista quanto no artigo de Henry, o que reforça a ideia da influência do contexto sobre a produção.

Palavras-chave: Educação Física Americana. Disciplina Acadêmica. JOHPER.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre identidade acadêmica da Educação Física (EF) brasileira se deu principalmente a partir da década de 1980 e para discutir sobre esse assunto, um grupo de autores brasileiros utilizou referências norte-americanas, pois a experiência da EF dos Estados Unidos da América (EUA) poderia servir de inspiração para o Brasil (TANI, 1988; LIMA, 1994). O artigo *Physical Education: an academic discipline* de Franklin M. Henry (1964), foi um dos mais citados como referência por brasileiros para discutir sobre a identidade acadêmica da EF no Brasil (MANOEL, 1986; PELLEGRINI, 1988; TANI, 1988; 1989; TEIXEIRA, 1993; LIMA, 1994).

Observamos que Henry (1964) enfatizou o desenvolvimento de um corpo de conhecimento teórico para a EF, a realização de pesquisa básica, sem necessidade de aplicação e a interdisciplinaridade como aspectos fundamentais para a disciplina acadêmica da EF. Compreendemos que esses aspectos possivelmente apontam para o contexto norte-americano e Geiger (1997) nos dá pistas sobre isso. O ideal de pesquisa básica recebeu maior ênfase principalmente a partir do relatório *Science: The Endless Frontier*, de Vannevar Bush (1945) e acontecimentos no fim da década de 1950 possivelmente contribuíram para alterações na educação e ciência norte-americana (GEIGER, 1997).

Em 1957 ocorreu o lançamento do satélite soviético *Sputnik* e em 1958, como resposta dos EUA, houve a aprovação do *National Defense Educational Act* (NDEA), que trouxe diretrizes para o financiamento de pesquisa a nível Federal (GEIGER, 1997). Ainda no ano de 1958, Pattric Ruth O'Keefe, que na época era presidente da *American Alliance for Health, Physical Education and Recreation*⁴ (AAHPER), publicou na *Jornal of Health*

¹ Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina fellipenakamura@gmail.com

² Doutora em Educação Física pela UNICAMP. Professora do Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. jeane@uel.br

³ Doutor em Educação pela FCL/UNESP. Professor do Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. tony@uel.br

⁴ Atualmente é *American Alliance for Health, Physical Education, Recreation, and Dance* (AAHPERD), entretanto utilizaremos a abreviação AAHPER por ser a abreviação utilizada no período abordado no estudo.

*Physical Education and Recreation*⁵ (JOHPER) que a atenção estava voltada para a EF e outros na educação. Portanto, era necessário ter sabedoria para utilizar isso como vantagem e por isso era “um ano crucial” (O’KEEFE, 1958).

Assim, presumimos que a JOHPER pode fornecer aspectos do contexto educacional e científico que também podem ser encontrados no artigo de Henry (1964), o que reforça a ideia de que os argumentos do autor foram baseados em exigências para EF permanecer na universidade e não o desejo de fato de desenvolver uma disciplina acadêmica. Portanto, o objetivo do estudo foi verificar na Revista JOHPER no ano de 1958, elementos deflagradores do contexto educacional e científico norte-americano, posteriormente, identificáveis no artigo de Franklin Henry (1964).

MÉTODO

Ao utilizar um periódico como fonte de dados, é importante compreender que ele é parte de um processo de construção social e histórica possuindo força social ativa, podendo influenciar na disseminação de ideias e valores (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Assim, a escolha da Revista JOHPER se deu por ser um dos locais de publicação do artigo de Henry (1964) citado por autores brasileiros (MANOEL, 1986; PELLEGRINI, 1988; TANI, 1988; 1989; LIMA, 1994). Além disso, a Revista JOHPER é o principal periódico da AAHPER (AAHPERD, 2014).

A Revista teve início em 1896, intitulada de *The American Physical Education Review* com o objetivo de publicar artigos originais, artigos importantes que não eram de fácil acesso, notícias da sociedade, divulgação de livros e revisões, além de bibliografia para os profissionais (MITCHELL, 1960). Em 1955, tornou-se *Journal of Health, Physical Education, and Recreation* e com o passar do tempo passou a publicar um conteúdo mais amplo e diversificado (MITCHELL, 1960).

A escolha da periodização utilizada foi determinada no ano de 1958, no qual foi aprovado o NDEA, que estabeleceu diretrizes no financiamento de pesquisas, mais especificamente de caráter básico e além de suporte para a pós-graduação. Ainda nesse mesmo ano a JOHPER publicou um número sobre a “era espacial” e seus desafios, o que apontava que pessoas da EF e a Revista estavam cientes dos acontecimentos.

A seleção dos artigos iniciou-se por meio da base de dados *Taylor & Francis*, disponível no site <http://www.tandfonline.com/loi/ujrd20#.UkM1SoZwp8E>, na qual tivemos acesso aos índices e a primeira página de cada artigo. Como critério de seleção, o título do artigo deveria ter relação com uma ou mais palavras-chave seguintes: pesquisa, ciência, corpo de conhecimento, interdisciplinaridade.

Posteriormente os artigos foram consultados na íntegra na Biblioteca da *University of Maryland College Park*. Os periódicos se encontravam encadernados em blocos divididos por ano de publicação e para digitalização dos documentos utilizamos um scanner portátil *Magic Wand* e uma câmera fotográfica digital *Canon PowerShot SX 160 IS*. Na análise dos artigos, baseado nos estudos de Luca (2005) e Cruz e Peixoto (2007), adotamos o seguinte roteiro: título, data de publicação, autoria, teses e objetivos.

Foram selecionados e analisados 6 artigos:

⁵ Atualmente é *Journal of Physical Education, Recreation & Dance* (JOPERD). Assim como na abreviação da AAHPER, utilizaremos JOHPER pelo período do estudo.

- 1) CASSIDY, R.; BROWN, C. Space Age Conference. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 16, 1958.
- 2) DANIELS, A. Critical issues in Physical Education. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 26-27; 66, 1958.
- 3) DERTHICK, L. G. The National Defense Education Act and you. **JOHPER**, v. 29, n.9, p. 16, 1958.
- 4) O'KEEFE, P. R. Our association's challenge in the Space Age. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 18-19, 1958.
- 5) OBERTEUFFER, D. Answers to the challenge. **JOHPER**, v. 28, n. 6, p. 38-40, 1958.
- 6) SAUTER, W. Be a professional physical educator. **JOHPER**, v. 28, n. 9, p. 23, 1958.

JOHPER 1958 E PROPOSIÇÕES DE HENRY (1964)

Os elementos encontrados nos textos apontam para um cenário de alterações no contexto da EF norte-americana dentro e fora da universidade, como parte de uma reestruturação nacional da educação e ciência. De acordo com Delbert Oberteuffer, da *Ohio State University*, o lançamento do *Sputnik* preocupou a sociedade norte-americana e a reação foi buscar encontrar problemas na educação.

Nenhum estudante sério de educação pode deixar de se preocupar com a epidemia de hoje do comentário crítico que visitou nossas escolas. Ele vem de ambos os informados e desinformados, o sincero e o caprichoso. Os cientistas, políticos, presidentes de universidades, ministros, almirantes, industriais, e os editoriais de imprensa estão todos no ato. O educador profissional está recebendo mais conselhos do que ele precisa já que todo mundo parece estar procurando freneticamente por um bode expiatório a quem culpar nossa derrota de propaganda causada pela órbita do *Sputnik* I⁶ (OBERTEUFFER, 1958, p. 38, tradução nossa).

Oberteuffer (1958) complementou que a EF estava recebendo críticas de pessoas que nem conheciam direito os benefícios que a atividade física poderia proporcionar. O'Keefe (1958), que na época era presidente da AAHPER, também já havia dito que a atenção estava voltada para a EF e para a educação. A partir disso, é possível compreender melhor a ideia da aprovação do NDEA como uma forma de resposta ao lançamento do *Sputnik* (WYATT, 1964; GEIGER, 1997).

⁶ No serious student of education can fail to be concerned about today's epidemic of critical commentary visited upon our schools. It comes from both the informed and uninformed, the sincere and the capricious. Scientists, politicians, college presidents, ministers, admirals, industrialists, and press editorial writers are all in the act. The professional educator is getting more advice than he needs as everyone seems to be searching frantically for a scapegoat upon whom to blame our propaganda defeat caused by the orbiting of *Sputnik* I (OBERTEUFFER, 1958, p. 38).

O National Defense Education Act of 1958 é uma peça histórica em nossa legislação. Nunca antes houve um programa similar de assistência federal para fortalecer a educação em pontos críticos em tantas áreas e tantos níveis⁷ (DERTHICK, 1958, p. 16, tradução nossa).

Lawrence G. Derthick que era comissário de Educação dos EUA afirmou que foi a primeira vez que o Governo Federal norte-americano fez um programa desse nível e que esse Ato iria impactar nas escolas, faculdades e na pós-graduação. Isso aconteceu devido às alterações no financiamento das pesquisas privilegiando as áreas que realizavam pesquisa básica (GEIGER, 1997).

Esse foi um dos motivos que a EF recebeu críticas, por possuir um caráter e tipo de conhecimento predominantemente prático, sendo assim questionada sobre sua importância dentro do ensino superior. Como forma de defesa Arthur S. Daniels, da *Indiana University* e na época vice-presidente da AAHPER, citou que o conhecimento teórico era ensinado, porém, os professores não estavam fazendo a ligação entre teoria e prática nas escolas.

Há uma diferença tremenda entre o que nós ensinamos em nossos programas de educação profissional em nível universitário e a maneira que a educação física é praticada nas escolas. Nós temos desenvolvido uma filosofia e princípios que são sólidos, práticos, acadêmicos, científicos, e capazes de permanecer de pé após uma análise crítica.⁸ (DANIELS, 1958, p. 26, tradução nossa).

A ênfase no conteúdo teórico produzido pela pesquisa básica também pode ser percebida nos artigos de Rosalind Cassidy e Camille Brown (1958), que participaram de uma conferência relacionada a era espacial na *University of California, Los Angeles*. Um dos temas da conferência foi a competição econômica, política e científica entre as nações, o que trouxe implicações para a EF.

O fundamento científico do movimento humano será mais estudado. O foco será em pesquisa relacionada com o todo do indivíduo e o significado do movimento na vida. As artes e ciência do movimento serão desenvolvidas para a compreensão

⁷ *The National Defense Education Act of 1958* is an historic piece of legislation. Never before have we had a similar program of federal assistance to strengthen education at critical points in so many areas and at so many levels (DERTHICK, 1958, p. 16).

⁸ There is a tremendous difference between what we teach in our professional education programs at the university level and the manner in which physical education is practiced in our schools. We have developed a philosophy and principles which are sound, practical, scholarly, scientific, and capable of standing up under critical analysis. Yet many of our teachers are not articulate regarding their own philosophy. They have failed to communicate this philosophy to our school administrators and to our publics, who have little understanding of the nature and values of modern physical education (DANIELS, 1958, p. 26).

do eu. A preparação de professores será relacionada com o corpo de conhecimento das artes e ciências do movimento⁹ (CASSIDY; BROWN, 1958, p. 16, tradução nossa).

As autoras destacaram o aumento de pesquisas como implicação para a EF e Waldo Sauter, da *Central Michigan College*, também incentivou a pesquisa na área, pois ainda havia muitos assuntos que necessitavam de investigação e conhecimento das verdades (SAUTER, 1958). Sauter (1958) não especificou qual tipo de pesquisa deveria ser realizada, apenas afirmou a que era importante pesquisar, porém como já dito anteriormente, sabemos que houve a valorização da pesquisa básica.

Como não era da natureza da EF realizar esse tipo de pesquisa, seria importante ter comunicação com outras áreas que pudessem contribuir e O'Keefe (1958) estabeleceu como plano de ação para a AAHPER marcar reuniões com áreas distintas para que a EF pudesse aprender com elas. Não é dito especificamente sobre a questão da pesquisa, entretanto, já é possível perceber um incentivo para aproximação com outras áreas.

7. Marcar mais reuniões entre representantes da AAHPER e representantes de grupos importantes como arquitetos, superintendentes, médicos, legisladores, diretores de faculdades, industrialistas.

Esses encontros com indivíduos que criam nosso ambiente, determinam currículos e influenciam recursos deveriam ser marcados o mais breve possível [...] ¹⁰ (O'KEEFE, 1958, p. 19, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações documentais nos possibilitam conferir elementos do contexto que possivelmente influenciaram a proposta de Henry (1964). As críticas direcionadas a EF citadas por Oberteuffer (1958) continuaram durante a década de 1960 (KROLL, 1982), e o artigo de Henry (1964) foi visto por autores como uma resposta a James Bryant Conant (TANI, 1988; TEIXEIRA, 1993; LIMA, 1994).

Como observado no texto de Derthick (1958), o NDEA trouxe alterações e o impacto na educação e ciência norte-americana, que refletiram no tipo de conhecimento valorizado, o conhecimento teórico produzido por pesquisa básica. Essa valorização já era percebida no ano de 1958, nos textos de Daniels (1958), Cassidy e Brown (1958), Sauter (1958) e foi enfatizada por Henry (1964), quando o autor citou a

⁹ Scientific foundation of movement will be further studied. Focus will be on research relating to the whole individual and the meaning of movement in living. Movement arts and sciences will be developed for the understanding of the self. Teacher preparation will relate to the body of knowledge of movement arts and sciences (CASSIDY; BROWN, 1958, p. 16).

¹⁰ 7. Arrange for more meetings between AAHPER representatives and representatives of such important groups as architects, superintendents, medical men, legislators, college regents, industrialists. Such meetings with individuals who create our environment determine curriculums, and influence facilities should be arranged as soon as possible [...] (O'KEEFE, 1958, p. 19)

necessidade do desenvolvimento de um corpo de conhecimento e a pesquisa básica na EF.

Outro fator que pode ser destacado como elemento deflagrador do contexto foi a busca por aproximação com outras áreas especificada por O’Keefe (1958). Não é possível afirmar que por meio desse texto a relação com outras disciplinas aumentou, entretanto, notamos no artigo de Henry (1964) a questão de interdisciplinaridade, que a EF buscava em outras áreas aspectos que poderiam ser úteis para o corpo de conhecimento teórico da disciplina acadêmica.

Portanto, podemos perceber que o ano de 1958 nos possibilita encontrar elementos deflagradores do contexto educacional e científico ditos por Henry (1964) reforçando a ideia de que os argumentos dele não foram uma resposta a Conant, nem visando de fato uma EF mais acadêmica e sim apenas para cumprir exigências do contexto da época para permanecer no ensino superior. Além disso, compreendemos a importância da Revista JOHPER, já que demonstrou estar atenta aos acontecimentos na educação e ciência norte-americana e a relação da EF com esse contexto.

REFERÊNCIAS

AAHPER. **Journal of Physical Education, Recreation and Dance**. Disponível em: <<http://www.aahperd.org/publications/journals/joperd/index.cfm>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BUSH, V. **Science, the endless frontier**. United States Government Printing Office, Washington, 1945. Disponível em: <<http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>>. Acesso em: 02 de jul. 2014.

CASSIDY, R.; BROWN, C. Space Age Conference. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 16, 1958.
CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, p. 253-270, 2007.

DANIELS, A. Critical issues in Physical Education. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 26-27; 66, 1958.

DERTHICK, L. G. The National Defense Education Act and you. **JOHPER**, v. 29, n.9, p. 16, 1958.

GEIGER, R. L. What Happened after Sputnik? Shaping University Research in the United States. **Minerva**, v. 35, n.4, p. 349-367, 1997.

HENRY, F. M. Physical Education: an academic discipline. **JOHPER**, v. 35, n. 7, p. 32-38; 69, 1964.

KROLL, W. P. **Graduate Study and Research in Physical Education**. Champaign, Illinois: Human Kinetics Publishers, 1982.

LIMA, J.R.P. de. Caracterização acadêmica e profissional da Educação Física. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 8, n. 2, p. 54-67, 1994.

LUCA, T. R. de. Historia dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MANOEL, E. J. Movimento humano: Considerações acerca do objeto de estudo da Educação Física. **Boletim FIEP**, v. 56, n.1, p.33-39, 1986.

MITCHELL, E. D. A time of affiliation and research. **JOHPER**, v. 31, n.4, p.74-75, 1960.

O'KEFEE, P. R. Our association's challenge in the Space Age. **JOHPER**, v. 29, n. 6, p. 18-19, 1958.

OBERTEUFFER, D. Answers to the challenge. **JOHPER**, v. 28, n. 6, p. 38-40, 1958.

PELLEGRINI, A. M. A Formação Profissional em Educação Física. In: PASSOS, S. C. E. (org.). **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Física e Desportos, 1988, p. 247-259.

SAUTER, W. Be a professional physical educator. **JOHPER**, v. 28, n. 9, p. 23, 1958.

TANI, G. Pesquisa e Pós-Graduação em Educação Física. In: PASSOS, S. C. E. (org.). **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Física e Desportos, 1988, p. 379-394.

_____. Perspectivas da educação física disciplina acadêmica In: II Simpósio Paulista de Educação Física, 2, 1989 Rio Claro. **Anais do Simpósio Paulista de Educação Física**. Rio Claro, 1989, p. 2-13.

TEIXEIRA, L. A. Estudo da motricidade humana como fonte de ordem para um tema científico, uma profissão, e um componente do currículo escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 7, n.1, p. 77-91, 1993.

WYATT, R. H. Critical issues and problems in Education, **JOHPER**, v. 35, n. 6, p. 15, 1964.

ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL? O ESPORTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Fernando Augusto Starepravo¹

Luciana Letícia Sperini R. dos Santos²

Resumo: O esporte passou a ser reconhecido como um direito social a partir da publicação da Constituição Federal de 1988. Buscamos neste trabalho, por meio de referenciais teóricos e documentos, compreender como isto ocorreu, retratando o período histórico e social durante a construção do documento. Esse resgate histórico nos auxilia para uma melhor compreensão das políticas públicas da área e também dos agentes que atuam neste setor.

Palavras - Chave: Esporte. Constituição Federal. Direito Social.

INTRODUÇÃO

O esporte é uma preocupação do Estado desde a década de 1940 com políticas voltadas ao desporto. Apenas com a publicação da Constituição Federal de 1988 é que o esporte aparece nas políticas governamentais³ como direito social, juntamente ao direito de saúde e educação. Recentemente a Constituição de 1988, conhecida também como a Constituição Cidadã, completou 25 anos, por isso o interesse em discuti-la.

Com a evolução da economia e as crescentes divisões de funções, o Estado adquire novas obrigações para tentar solucionar diversos problemas e atender demandas sociais, a fim de manter a paz, assegurar a ordem social e promover o desenvolvimento nacional (CARNOY, 1990). Nesse sentido:

Os direitos sociais possuem como referência o Estado de Bem-Estar Social, que emergiu e se desenvolveu nos países em que o capitalismo primeiro avançou. Foi num contexto de industrialização e urbanização que os direitos sociais surgiram, para atender as necessidades impostas por este contexto. (SANTOS, 2001 p. 26)

Ao resgatar o histórico do esporte no Brasil, pode-se dizer que as práticas esportivas foram sendo, paulatinamente, introduzidas na sociedade brasileira a partir do século XIX. A elite letrada brasileira daquele final de século, buscou novos padrões de sociabilidade e novas referências culturais na modernidade européia distante do mundo hispânico-português.

Desse momento até o início da década de 1930, observa-se uma efetiva autonomia da sociedade para se organizar esportivamente. Com a Revolução de 1930 e

¹ Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná - Docente na Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL. fernando.starepravo@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Educação Física - UEM/Maringá. lucianaleticiasrs@hotmail.com

³ O conceito de políticas públicas é aqui entendido como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006).

a implantação do Estado Novo, demarca-se, de forma mais consistente, a entrada do Estado no campo esportivo. O Estado passa a controlar uma manifestação social (o esporte), que até então constituía uma prática de lazer de grupos sociais específicos, e dá a ele uma conotação de bem público, que deveria ser utilizado como forma de representação nacional, ferramenta para consolidar um *habitus*⁴ comum aos brasileiros (nacionalismo), ou ainda como um símbolo do desenvolvimento e da modernidade da nação.

Ao fim do século XIX ocorre uma relativa popularização e desenvolvimento de práticas esportivas, devido a necessidade em estabelecer ordem e regras em comum, além da promoção e organização de competições e eventos.

A estrutura da intervenção estatal no esporte, forjada durante o Estado Novo permaneceu praticamente inalterada nas quatro décadas seguintes, sendo que apenas observamos uma ruptura nesse processo com a inserção do esporte no patamar constitucional na década de 1980. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar como o esporte foi incorporado aos direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Como método utilizamos a releitura crítica do referencial teórico e documental pertinente ao esporte como tema constitucional no Brasil.

O PROCESSO DE INSERÇÃO DO ESPORTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Findado o período de ditadura militar no Brasil, o país passou por importantes mudanças no âmbito social e político⁵. O clamor popular por mudanças foi consubstanciado através de uma nova Constituição Federal. Após um longo processo que se iniciara em meados dos anos 1970, o então presidente José Sarney encaminhou, por meio da Mensagem n.º 330/1985 (n.º 48 no Congresso Nacional), o projeto do Executivo de convocação da Assembléia Nacional Constituinte (VERONEZ, 2005).

As eleições ocorridas em 15 de novembro de 1986 elegeram os membros da Assembléia Nacional Constituinte. O processo constituinte foi subdividido em inúmeras subcomissões temáticas e setoriais, dentre as quais estava a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde as propostas relativas ao esporte foram tratadas.

Pensar o esporte na Constituição Federal de 1988 requer, porém, a contextualização de alguns acontecimentos do campo esportivo ao menos desde o início da década de 1980. O esporte de alto-rendimento que até então se encontrava controlado apenas pela estrutura de poder do Estado, passa, naquele momento, a incorporar a iniciativa privada e os seus interesses econômicos⁶.

Essas novas possibilidades apresentaram-se como indicativos de que a legislação esportiva vigente, com seu caráter tutelar e

⁴ Na concepção de Bourbieu (1983), *habitus* é compreendido como um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores; é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim.

⁵ Mudanças essas que mudaram mais uma vez a balança de poder entre Estado e sociedade, configurando um jogo crescentemente democrático, onde os níveis mais baixos da configuração ganham potencialmente poder e podem influenciar mais diretamente na decisão daqueles que os representam.

⁶ Nesse sentido, o caso do voleibol é emblemático. Sobre o assunto consultar Marchi Júnior (2001).

hierárquico, a curto prazo se evidenciaria como um empecilho capaz de coibir um determinado desenvolvimento esportivo que começava a se legitimar pela lógica do mercado (LINHALES, 1996, p. 166).

A inserção de novos agentes no campo esportivo brasileiro, com interesses no esporte que iam muito além da representação nacional ou do tratamento do mesmo como questão de Estado, ocasionou o alargamento do campo. Uma nova lógica pautada pelas questões econômicas e, portanto, com grande capacidade de se fazer ouvir e representar.

Outro acontecimento relevante da década de 1980 foi, segundo Linhares (1996), a problematização no interior da Educação Física sobre sua função social e seu caráter supostamente alienante e autoritário. Encontros, congressos e seminários envolvendo profissionais de educação física passaram a assumir as reflexões sociopolíticas, além de denúncias e a busca de novos referenciais teórico conceituais.

Também no Congresso Nacional, as pretendidas mudanças no esporte foram debatidas. Por iniciativa e coordenação do deputado Márcio Braga, ligado aos interesses do futebol e ex-presidente do Flamengo, a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados realizou, durante o mês de outubro de 1983, o Ciclo de Debates "Panorama do Esporte Brasileiro"⁷, reunindo representantes de diversas áreas e interesses do campo esportivo (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005).

Segundo Bueno (2008), o conteúdo dos anais decorrentes do debate publicado pela Câmara dos Deputados evidenciou os desejos de liberalização do setor, bem como a predominância da preocupação com o setor formal do esporte de alto rendimento. A questão do estabelecimento da prática esportiva como direito social apareceu de forma marginal nos debates e intervenções. Ou seja, os interesses (econômicos) do pólo dominante do campo esportivo prevaleceram.

Nesse sentido, mostrou-se urgente separar o esporte da tutela e comando do Estado.

Os anseios de reforma, capitaneados por Marcio Braga, foram por ele colocadas em projeto de lei, PL 2929/1983, que iria alterar a redação da Lei 6.251, pondo fim ao voto unitário no sistema federativo, dando maior autonomia do sistema (confederações, federações, ligas) e entidades desportiva (clubes) e diminuindo as prerrogativas do CND. Todavia, o projeto não chegou a ser votado (BUENO, 2008, p. 164).

Já em 1985, o debate acerca da necessidade de revisão do setor esportivo se deslocou do Legislativo para o Executivo, através da instituição da "Comissão de

⁷ Segundo Linhares (1996), composta por 42 Deputados, a referida comissão recebeu dirigentes esportivos, atletas, jornalistas, professores de Educação Física, representantes da SEED, CND e COB, árbitros e juristas, que participaram dos debates, apresentando avaliações e propostas. Os grupos temáticos, ou painéis, foram: 1 - A legislação esportiva; 2 - profissionalismo no futebol e a estrutura atual; 3 - Treinadores, árbitros, auxiliares e torcedores; 4 - O jogador de futebol profissional; 5 - O esporte profissional (estrutura); 6 - A Educação Física na formação do atleta (massificação e recreação).

Reformulação do Desporto"⁸ pelo então Ministro da Educação Marco Maciel, com a incumbência de realizar estudos sobre o esporte nacional e indicar caminhos para a reformulação da política no setor. Segundo Linhales (1996, p. 172-3),

[...] embora a composição da comissão tenha sido apresentada por seu Presidente como capaz de integrar "personalidades originárias dos mais variados setores e regiões de procedência, todos com larga vivência no campo esportivo", o que se observa é uma heterogeneidade de atores, que, embora possuísem notoriedade nacional e, por vezes, internacional, não podem ser necessariamente considerados como representantes da pluralidade de interesses que permeava o setor esportivo. Para citar apenas alguns nomes, destacamos: Mário Amato, Pelé, Luciano do Valle, Fernando José Macieira Sarney, Maria Esther Bueno. Estes, entre outros, se não eram legítimos representantes de algum projeto político para o esporte, por certo apresentavam-se como personalidades de relevo capazes de respaldar aqueles que tivessem uma proposta para o esporte nacional.

Parece-nos que o arranjo da Comissão, mais que representar os diversos setores esportivos, foi pensada no sentido de buscar legitimidade em figuras ilustres do esporte, dotadas de capitais relevantes naquele contexto, que poderiam dar peso às decisões tomadas pela Comissão perante o campo esportivo e à sociedade como um todo.

Segundo Tubino (1996), presidente da Comissão, o relatório dos trabalhos do grupo foi apresentado através de oitenta indicações, reunidas em seis grupos: da questão da reconceituação do esporte e sua natureza; da necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte; das mudanças jurídico-desportivo-institucionais; da carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas; da insuficiência de conhecimento científicos aplicados ao esporte; da imprescindibilidade da modernização de meios e práticas no esporte.

Dentre os aspectos apresentados e discutidos no relatório da Comissão de Reformulação do Desporto, destaca-se a questão da reconceituação do esporte, entendido como uma atividade predominantemente física, com caráter formativo educacional, participativo e competitivo, nas suas configurações formais e não formais (TUBINO, 1996). Além disso, "como uma das mais vigorosas e constantes manifestações da vida social, o esporte categoriza-se como um DIREITO DE TODOS independente de sexo, idade, capacidade e condição social" (TUBINO, 1996, p. 64).

No que diz respeito às redefinições dos papéis dos diferentes setores e segmentos, o relatório colocou a necessidade de dinamizar-se o esporte no país, afastando qualquer atuação cartorial e policialesca que iniba a criatividade dos segmentos esportivos, e que seja estimulada a livre iniciativa, de modo a implementar

⁸ Instituída pelo Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, essa comissão, composta por 33 membros, foi presidida por Manuel José Gomes Tubino, então Presidente do CND e teve como Secretário-Executivo o Coronel Octávio Teixeira (LINHALES, 1996).

uma democracia esportiva (TUBINO, 1996). Nas mudanças jurídico institucionais -polity⁹ - destacava-se a necessidade de inclusão do esporte no patamar constitucional.

Todos esses aspectos e necessidades foram acatados mais tarde pelo texto constitucional. No que diz respeito à insuficiência de conhecimento científicos aplicados ao esporte, o grupo indicou aprofundamento nos assuntos¹⁰: pesquisa e desenvolvimento; medicina esportiva; direito esportivo; publicações esportivas especializadas (TUBINO, 1996).

Em consonância com o pensamento de Linhales (1996), entende-se que o esforço de desvencilhar o esporte da instrumentalização autoritária do Estado foi um componente de peso nas propostas da Comissão. Por outro lado, a indicação do esporte como um direito social, não foi acompanhado pelo apontamento dos possíveis desdobramentos para o padrão de relacionamento Estado-sociedade necessários nesse sentido. Assim, segundo Linhales (1996, p. 176), “embora certamente mais liberalizado, o esporte parece continuar sendo uma ‘Questão de Estado’ (ou daqueles que conseguem representar seus interesses no Estado) e não uma questão dos cidadãos”.

É nesse contexto de iniciativas de mudanças que o esporte chega para ser discutido na Constituição Federal de 1988. Todas essas questões debatidas do início da década de 1980 sugerem uma alteração importante na policy network¹¹ estabelecida em torno do esporte. Essa rede, formada por um conjunto de agentes envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como assunto público, agora comportava agentes do campo político/burocrático, grupos de especialistas, representantes do esporte de alto-rendimento, agentes dotados de interesses comerciais no esporte, entre outros.

Nessa conjuntura, Linhales (1996) pontua existir, de um lado, várias organizações autônomas da sociedade civil demandando liberalização no esporte, e, de outro, instituições públicas e processos decisórios pouco flexíveis, não se apresentando como espaços capazes de incorporar os diferentes interesses existentes na sociedade.

Segundo Bueno (2008) sendo “pacífico”¹² que o tema merecia alcançar o texto constitucional, a questão central migrou para em que termos isso seria definido e sob qual relação de forças.

Veronez (2005) aponta que uma das características mais marcantes da Constituição de 1988 foi o alto nível de participação da sociedade na sua elaboração. Ainda segundo o autor, as contribuições à Constituição, depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, foram normatizadas por regimento interno. Esse permitiu sugestões de Legislativos, tribunais e entidades associativas. No que se refere ao esporte, tais sugestões deveriam ser encaminhadas à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes já citada. Porém, segundo Veronez (2005), ao contrário do que ocorreu em outros setores, a fração do setor esportivo que elaborava as críticas mais

⁹ A dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo (FREY, 1999, p.4).

¹⁰ Tais escolhas evidenciaram, segundo Linhales (1996), a predominância de investimentos no esporte de alto rendimento, embora, em seu discurso geral, o relatório defendesse sua deselitização.

¹¹ A rede dos atores políticos que determinam o processo político (FREY, 1999).

¹² Destaque nosso, já que não há evidências de que o esporte como tema constitucional seja uma unanimidade.

contundentes à estrutura de poder presente no campo esportivo não conseguiu organizar-se para encaminhar sugestões à Constituinte.

Das 288 entidades citadas no primeiro volume das emendas parlamentares e das 122 emendas propostas por estas entidades, nenhuma era diretamente vinculada ao setor esportivo. Coube à fração do setor esportivo que ocupava cargos em entidades institucionalizadas, tanto públicas quanto privadas, o protagonismo no encaminhamento de tais sugestões (VERONEZ, 2005, p. 268).

No mesmo sentido, Bueno (2008) destaca que nem todos os setores e correntes ideológicas que militavam no esporte ganharam espaço na comissão, cabendo ao setor já institucionalizado a elaboração e negociação de propostas para o texto constitucional¹³.

Coube então a Álvaro Melo Filho, presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão e membro do CND na época, elaborar e desenvolver a proposta apresentada por Manoel Gomes Tubino, em nome do CND, em audiência da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. Segue o trecho principal da proposta:

Proposta: Art. - são princípios e normas cogentes da legislação desportiva: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto a sua organização e funcionamento internos; II - a destinação de recursos públicos para amparar e promover o desporto educacional e o desporto de alto rendimento; III - a criação de benefícios fiscais específicos para fomentar as práticas desportivas formais e não-formais, como direito de todos; IV - a admissão das ações relativas à disciplina e às competições desportivas no Poder Judiciário somente dar-se-á após esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, que terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo para proferir decisão final. Art. - Fica assegurado o reconhecimento do esporte como bem cultural, estendendo-lhe todos os benefícios institucionais e legais próprios da cultura, especialmente quando tratar-se de proteção das manifestações culturais esportivas genuinamente brasileiras, como legítimas expressões de identidade nacional (TUBINO, 1996, p. 79).

A proposta inicial, embora tenha recebido exatamente 100 emendas (TUBINO, 1996), manteve na Constituição Federal de 1988 a essência do texto da proposta inicial:

¹³ As entidades representativas que ofereceram sugestões à Subcomissão da Educação, cultura e Esporte, segundo Bueno (2008) foram: CND, COB, Federação Internacional de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Basketball, Confederação Brasileira de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Futebol, Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Cronistas Desportivos.

Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Não obstante as críticas e discussões acerca do texto constitucional realizadas, entre outros, por Bueno (2008), Linhales (1996), Schmitt (2004), Tubino (1996) e Veronez (2005), cabe ressaltar que o esporte não foi apenas liberalizado, desatrelando-se do Estado, como bradava o setor esportivo formal, mas também foi constitucionalizado, estabelecido como direito social e dever do Estado. Além disso, depois da Constituição Federal, seguiram mudanças nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais no tratamento ao esporte, a fim de alinhar-se à lei maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho retratar a inserção do esporte na Constituição Federal do Brasil de 1988. A Constituição, considerada cidadã, passou a considerar o esporte como direito social, garantindo ainda um grande respaldo ao desporto profissional.

A Constituição Federal contou em sua elaboração com um grande número de entidades ligadas ao esporte de alto rendimento em sua elaboração. Dessa forma, apesar de visar o desporto educacional como uma de suas prioridades o desporto de alto rendimento não foi esquecido, o esporte profissional alcançou mais autonomia mais sem perder o apoio financeiro do Estado.

Entendemos assim, a importância em observar o contexto histórico e social da formulação e promulgação de leis, para que dessa forma, seja possível uma melhor compreensão das políticas públicas, projetos e ações relacionados ao esporte que surgiram desde então, além de entender a rede de agentes envolvida neste processo.

REFERÊNCIAS

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus. 1990.

FREY, K. FREY, K. 1999. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, n. 18, set. 1999, p. 1-36.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164. 2006.

SANTOS, F. C. **A trajetória política do lazer no Brasil: sua construção como direito social**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Campinas, 2011.

SCHMITT, P. M. **Regime jurídico e princípios do direito desportivo**. 2004. Disponível em: <http://portaldodireitodesportivo.com.br/pdfs/>. Acesso em 03 de março de 2009.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Campinas, 2005.

CHINA NO BRASIL: PENSANDO A CULTURA CHINESA A PARTIR DA DISSEMINAÇÃO DO KUNG FU EM SOLO BRASILEIRO

Fernando D.C. Ferreira¹

Ricardo João Sonoda-Nunes²

Wanderley Marchi Júnior³

Resumo: Em 1812 encontramos o primeiro registro da chegada de imigrantes chineses ao Brasil. A complexa relação de aproximação destes povos foi marcada por inúmeras discussões, em um país onde até então preconizava-se os padrões europeus de civilidade. Exemplar neste conturbado cenário, a chegada do Kung Fu, arte marcial chinesa, em fins da década de 1960 reflete importantes questões que perpassam o próprio processo migratório chinês ao Brasil, e a este objetivo que o presente trabalho se dedica.

Palavras-chave: China. Brasil. Kung Fu.

Introdução

O Kung Fu (功夫)⁴ está inserido em nossa sociedade de inúmeras formas, seja através de filmes e séries⁵, de livros e revistas⁶, ou mesmo, através da própria disseminação da mesma por inúmeras escolas e academias espalhadas pelo Brasil⁷.

No entanto, é preciso discutir o início do processo de inserção do Kung Fu em nosso país para podermos indagar as possíveis dificuldades que mestres pioneiros⁸ enfrentaram ao transmitirem esta prática marcial. Foi a este intento que nos debruçamos em nossa dissertação de Mestrado⁹, e parte do trabalho produzido servirá para discutirmos neste momento não só a transposição de uma arte marcial chinesa para nosso país, mas simultaneamente, o próprio processo migratório chinês no Brasil.

Vinda ao Brasil, na bagagem, uma arte marcial.

¹ Mestre, UFPR/ALESDE, fernando_dcf@yahoo.com.br

² Doutor, UFPR/ALESDE, ricardo.sonoda@ufpr.br

³ Doutor, UFPR/ALESDE/CNPq, wmarchijr@gmail.com

⁴ O significado do termo Kung Fu extrapola as questões marciais, sendo na China utilizado ao longo da história para outras inúmeras designações. Conferir Cheng (2008).

⁵ Apolloni (2004) e Henning (2001) apontam inclusive para a hipótese de que a utilização da denominação “Kung Fu” em filmes e séries teria sido fator importantíssimo para a utilização do termo no Ocidente, pautando-se esta escolha principalmente em questões mercadológicas.

⁶ Sobre a influência de filmes e revistas, conferir o trabalho de Marta (2009).

⁷ De acordo com os dados fornecidos pela Confederação Brasileira de Kung Fu, existem cerca de 5000 atletas federados, e o número estimado de praticantes gira em torno de 100000. Disponível em: <http://www.cbkw.org.br/historia/wushu-no-brasil/>

⁸ Os mestres pioneiros entrevistados em nossa Dissertação foram: Wong Sun Keung, Chan Kwok Wai, Li Hon Ki e seu irmão Li Wing Kay e Thomas Lo, cujo período de chegada e início de transmissão remetem a fins da década de 1950 até 1980.

⁹ FERREIRA, Fernando D.C.. **A inserção do Kung Fu no Brasil na Perspectiva dos Mestres Pioneiros**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2013.

Partindo da China, mais especificamente de Hong Kong, fato este como veremos mais a frente, de grande relevância para o Kung Fu aqui transmitido, precisamos inicialmente pensar em como o Brasil, país tão distante e culturalmente tão distinto, passa a ser uma opção louvável de residência e vida nova.

Neste sentido, abrimos uma lacuna para indicar que a imigração de chineses ao Brasil se dá muito anteriormente ao período da chegada dos mestres pioneiros. Se atribuirmos baseados na fala dos mesmos, um marco inicial para o Kung Fu no Brasil em 1959¹⁰ precisamos considerar que o início do processo imigratório data de aproximadamente 1812¹¹, ainda no Brasil Império, quando inicialmente chegam chineses para o trabalho com plantio de chá na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, o Brasil ser uma opção entre tantas não era novidade, embora existam inúmeras interfaces neste processo, onde ora os chineses eram bem vindos, ora repudiados¹².

Atualmente aponta-se para uma população chinesa no Brasil entre cem mil e duzentos mil imigrantes e descendentes (algo entre 0,05% e 0,11% do total da população do país)¹³, tendo São Paulo a maior colônia. Embora os primeiros registros evocam experiências rurais de imigrantes chineses no Estado de São Paulo, o que acabou por identificá-los foi o caráter urbano, dedicados na maioria das vezes ao comércio, como bares, bazares, restaurantes, pastelarias, entre outros.

A fala dos mestres (alguns dos quais já com familiares estabelecidos em nosso país) apontam para questões interessantes. Conforme relata Professor Chow¹⁴ traduzindo a fala de Mestre Wong:

- É. Ai depois ele ficou aqui e mais contato com irmão dele nos Estados Unidos e fica sabendo que, não é tão como imagina, lá é muito mais fácil, ele não acha que é assim, então ele ficou aqui e já abandonou a ideia de ir para os Estados Unidos. [...] Ele acompanha as circunstâncias. Chegou aqui e acha que está bom já, contatos mesmo que com brasileiros. O que que ele ouviu falar dos Estados Unidos, o irmão dele que falou para ele, se

¹⁰ De acordo com as informações obtidas junto aos mestres entrevistados, em 1959 se inicia a transmissão do *Kung Fu* no Brasil, através do trabalho de Mestre Wong Sun Keung.

¹¹ De acordo com Freitas (2004), autorizou-se a entrada de 2000 chineses, porém viajaram apenas 400, direcionados para o trabalho com o plantio de chá no Jardim Botânico e na Fazenda Imperial de Santa Cruz, ambas instituições pertencentes ao então governo Imperial brasileiro.

¹² De acordo com Vêras (2009) e Freyre (2011), mais do que um interesse louvável de dar fim a escravidão em nosso país, ou ainda o interesse ávido de alguns por uma desafricanização nacional, a grande razão que fomentou as discussões e o interesse eram oriundos de razões externas, tendo a frente desta o modelo europeu, tido como o principal exemplo de civilidade. Acredita-se que venha destes episódios a terminologia “para inglês ver”, tão comumente e ainda hoje usada na nossa língua portuguesa.

¹³ Apolloni (2004) e Marta (2009) apresentam um número estimado em cem mil, apontando para o fato que a maioria residiria nas cidades da grande São Paulo. De acordo com os dados apresentados por Freitas (2004) em relação aos imigrantes chineses, temos que dos 100.000 chineses e descendentes, 80% residam no Estado de São Paulo. Já Vêras (2009) apresenta o número estimado de 200.000 chineses no Brasil, indicando também que metade destes residiria na região metropolitana de São Paulo. De qualquer forma, estes dados corroboram com a metodologia adotada neste trabalho, de se entrevistar mestres pioneiros presentes nestas localidades, percebendo esta região como polo importante para a imigração e também para a disseminação do *Kung Fu* no Brasil.

¹⁴ Professor Chow Chin Chien foi o tradutor de Mestre Wong de quem é discípulo na entrevista que realizamos.

encontrou aqui né? Irmão veio aqui uma vez, conversando, ele acha melhor ficar aqui mesmo¹⁵.

O Brasil serviu inicialmente de turismo, de oportunidade de novas experiências, de ponte para outros países. No entanto, se inicialmente estas eram opções desejáveis, acabaram se adaptando e permanecendo. Todos os mestres pioneiros vieram de lá, e inclusive, alguns nasceram em Hong Kong(香港). Denominada Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China, está situada na costa sul da China, e foi cedida aos ingleses em 1842 após a Guerra do Ópio (1839-1942)¹⁶ sob o Tratado de Nanquim¹⁷, permanecendo sob seus domínios até o ano de 1997, quando retorna aos domínios chineses. Decorrente deste processo, entre outros inúmeros aspectos, podemos apontar as concepções capitalistas com as quais sua população se acostumou a lidar, bem como o conhecimento da língua inglesa, que como mostraremos, foram aspectos importantes para superação de possíveis dificuldades encontradas no processo migratório dos mestres pioneiros.

Recordamos que estes mestres em Hong Kong viviam no meio marcial, eram em academias que passavam grande parte do tempo disponível que tinham quando não estavam na escola formal. Era também nestas academias que formavam parte do círculo de amizade que mantinham. Estes aspectos parecem apontar para um conhecimento amplo das diferentes variações de estilo e ensino das artes marciais, o que certamente os influenciaram ainda na própria China.

Aprendendo em Hong Kong e praticando também artes como Judô, Karate e Taekwondo, puderam presenciar ensinamentos e abordagens diferentes, e trazem estas novas concepções para o ensino que transmitem no Brasil. Segundo Mestre Kay:

Antigamente na China, treinamento não tem assim aula conjunto. Abriu academia, horário, três horas da tarde, mestre tá lá cada um treinando sozinho. Depois mestre falar “ah então você tá continuação de seu conhecimento”, então mestre ensinar alguma forma, você treinar depois vai embora. Antigamente é assim, tradicional. Depois entrou Karatê, Taekwondo, cinema, começar

¹⁵ Tradução de Professor Chow da fala de Mestre Wong, em depoimento concedido ao autor, em 19/03/2012, na cidade de São Paulo.

¹⁶ Resumidamente segundo Spencer (1995), temos que a Guerra do Ópio foi travada entre a Grã-Bretanha e China, tendo como estopim o clamor inglês contra o confisco do ópio britânico realizado por Lin Zexu e a ira dos chineses diante do assassinato de um chinês por soldados ingleses e americanos. As hostilidades ficaram inicialmente confinadas a Cantão e à costa oriental da China, até Tianjin. Quando as forças britânicas ameaçaram a cidade de Nanquim os *Qin* pediram paz, assinando o Tratado de Nanquim em 1842.

¹⁷ De acordo com Kissinger (2011) no período em que ocorre a Guerra do Ópio, Nanquim era a capital da China. Quando os ingleses estavam a ponto de atacá-la, a China cedeu, assinando o tratado que levou este nome. Conforme Spence (1995) este foi o Tratado mais importante da história chinesa, que foi posteriormente complementado pelo Tratado da Bogue, dando a Inglaterra condições ainda mais amplas de favorecimento. Entre as concessões chinesas ao assinar o Tratado de Nanquim, encontramos em Spence (1995, p.750) “[...] abertura de cinco portos livres (Cantão, Fuzhou, Xiamen, Xangai e Ningbo) ao comércio e a residência sem restrições de ingleses; a cessão de Hong Kong; o pagamento de 21 milhões de taéis de indenização; e a abolição do monopólio da Cohong.[...]”. Mais detalhes sobre o Tratado de Nanquim e a Guerra do Ópio em Spence (1995), Fairbank e Goldman (2008) e Kissinger (2011).

virar ocidental, esse esquema de dar aula, então começar criou forma conjunto. Esse foi assim. Um horário você terminar serviço, e pessoal, [...] antigamente academia na Hong Kong fica último andar de prédio [...] É sim. Então tem mais espaço, porque não atrapalha ninguém. De noite assim depois todo mundo terminar escola, terminar serviço, vai academia, subir encima de terraço para treinar. Porque tem mais espaço. E mestre não vai atender todo mundo uma vez, então sempre aluno mais antigo, instrutor, monitor dele, vai ajudar o mestre. Então meia dúzia junto chegar mesma hora, vai todo junto fazer, algum básico de técnicas. Então é começar por aí, criou aula conjunto. Mas não tem padrão de aquecimento, resistência, conjunto, antigamente não tem, entende? Hong Kong época mesmo não tem isso. Só Karatê, Judô, Taekwondo, esse tipo ocidental, tem esse tipo de disciplina. Kung Fu normalmente não tem. Só com o tempo passar, é agora é coisa boa, tem que acompanhar. Vim para o Brasil, já comecei a trabalhar Kung Fu dessa forma. Porque já ajudei meu mestre dar aula lá, militar, na China, Hong Kong, polícia. Então lá, clube, já esse esquema americanizado, britânico, é pessoa tem que se acostumar a isso. Lá eu já comecei a trabalhar dessa forma. No Brasil na verdade continuar [...]¹⁸.

Este relato é de grande importância, e podemos a partir deste considerar que as possíveis mudanças que o Kung Fu possa ter experimentado ao longo de sua história e ao ser transmitido no Ocidente são decorrentes muito mais de alterações e adaptações ocorridas no próprio solo chinês do que efetivamente ao adentrarem nestes novos espaços. De certa forma, o que podemos conclusivamente apontar é que nenhum dos mestres pioneiros saiu da China com a intenção de ensinar ou trabalhar com o *Kung Fu*. Ao que tudo indica, a gênese deste processo se deu mais por um aproveitamento de oportunidade e demanda do que propriamente um interesse ávido pela disseminação desta prática marcial, o que logicamente, de forma alguma, desmerece a história e a qualidade do trabalho que desenvolveram.

Podemos dizer que de forma geral o ensino inicialmente era voltado para a comunidade chinesa, mas que brevemente estendeu-se aos interessados brasileiros. Assim relata Mestre Chan:

Mas eu vem aqui, não tem dinheiro, como faz? Eu vê tudo pastelaria, tudo ganhar muito dinheiro, patrão né? Tudo fala bem, mas se eu não tem dinheiro como faz? Depois eu a noite ensina, assim guardar dinheiro. Depois, trabalha dois anos só eu, a vida inteira, trabalha dois anos. Depois Centro Social Chinês chamar, eu ensina lá, na USP, chamar eu ensina lá, depois muita gente quer aprender comigo¹⁹.

¹⁸ Mestre Li Wing Kay, em depoimento concedido ao autor, em 21/03/2012.

¹⁹ Mestre Chan Kowk Wai, em depoimento concedido ao autor, em 09/08/2012, na cidade de São Paulo.

Para Mestre Li Hon Ki a língua teve peso importante em sua opção de ensinar. Segundo o mesmo, quando resolve ficar no Brasil começa a pensar em que trabalhar, o que pela dificuldade com a língua se mostrava difícil. Opta então pelo ensino de arte marcial: “Porque dar aula só mostrar movimento e só precisa saber contar até dez. Então dava, eu me vira²⁰”.

Assim sendo, atentamos para o fato estratégico de que fizeram uso, tirando da verbalização o papel central usado para o ensino da arte marcial chinesa. O desconhecimento da língua realmente foi algo, e ainda é para muitos, bastante difícil de ser superado. Mas para a transmissão do Kung Fu, a língua inglesa e a ajuda de alunos, ou, e principalmente, a linguagem corporal foram suficientes e benéficos para o processo de disseminação. E vale recordar que não somente em relação ao *Kung Fu*, mas também para o aprendizado dos demais conceitos culturais chineses.

Parece-nos enfim, que o fato de virem de Hong Kong pode neste sentido ter beneficiado o processo de disseminação do Kung Fu no Brasil. Logicamente no processo de tradução ocorrem inúmeros lapsos, que não se restringem ao processo imigratório dos mestres ou ao ensino de uma arte marcial, mas a todo um corpo de textos e aspectos culturais, os quais o Ocidente tem tentando por muitos séculos, interpretar. Um risco ao qual segundo Burke e Hsia (2009) cabe a ressalva de que todos os intercâmbios culturais da História teriam envolvido tradução.

CONCLUSÃO

Ao analisar o processo de transposição do Kung Fu ao Brasil, percebemos através dos relatos fornecidos pelos mestres pioneiros, similaridades com aspectos do próprio processo imigratório chinês ao nosso país, como dificuldades linguísticas e adaptativas. Os esforços e as estratégias para superação das barreiras linguísticas e culturais exprimem um processo complexo, que aponta para uma via de mão dupla, onde influenciaram e foram influenciados, adaptando a uma configuração e um *habitus* distinto do que carregavam.

Neste sentido, o contato em Hong Kong com aspectos culturais e linguísticos mais próximos à realidade Ocidental em decorrência do domínio inglês, parece ter sido uma ferramenta auxiliadora nesta transposição. Processo este onde imigrantes chineses fizeram uso dos recursos necessários, sem deixar de lado aspectos essenciais de sua cultura, elementos estes, importantes para a própria transmissão do Kung Fu no Brasil.

REFERENCIAS

APOLLONI, Rodrigo Wolff. *Shaolin à brasileira: Estudo sobre a presença e a transformação de elementos religiosos orientais no Kung- Fu praticado no Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC- São Paulo, 2004.

BURKE, Peter; HSIA, R.Po-Chia. (orgs). *A tradução cultural- Nos primórdios da Europa Moderna*. Editora Unesp, São Paulo- SP, 2009.

²⁰ Mestre Li Hon Ki, em depoimento concedido ao autor, em 24/03/2012, na cidade de São Paulo.

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2008.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: Uma nova história**. Editora L&PM, Porto Alegre – RS, 2008.

FERREIRA, Fernando D.C.. **A Inserção do Kung Fu no Brasil na Perspectiva dos Mestres Pioneiros**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2013.

FREITAS, Sonia Maria de. Desde Hong Kong a São Paulo. In: **Cuando Oriente llegó a America; contribuciones de inmigrantes chinos, japoneses y coreanos**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo. 2004.

FREYRE, Gilberto. **China Tropical: e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira**. Editora Global, São Paulo – SP, 2011.

HENNING, Stanley E. **What's in a name? The etymology of Chinese Boxing**. Journal of Asian Martial Arts, vol.10, n.4, 2001.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Editora Objetiva – Rio de Janeiro, 2011.

MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. **A memória das lutas ou o lugar do “DO”: as artes marciais e a construção de um caminho oriental para a cultura corporal na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China Moderna**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

VÉRAS, Daniel Bicudo. A imigração chinesa em São Paulo: importante ponto de contato entre Brasil e China. In: **Nós e a China: O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (orgs.). LCTE Editora, São Paulo – SP, 2009.

NOTÍCIAS DE LAZER NA CIDADE DE LONDRINA: JORNAL PARANÁ-NORTE (1934-1953)

Gabriel da Costa Modenuti¹

Tony Honorato²

Resumo: Embora com 79 anos, o município de Londrina desempenhou e desempenha papel de destaque no desenvolvimento do Estado do Paraná, dado o seu rápido crescimento urbano, o poder da agricultura e a qualidade de serviços ofertados. A cidade viveu e participou de diversas transformações de cunho sociocultural durante sua história. A partir disso, levantamos a possibilidade de estudar as manifestações de lazer na cidade de Londrina. Para isso, faremos uso de um periódico Paraná-Norte, que circulou entre 1934 e 1953.

Palavras-chave: História. Londrina. Jornal. Lazer.

INTRODUÇÃO

O município de Londrina, emancipado politicamente em 1934, sofreu diversas modificações de cunho estrutural-econômico-sociocultural durante sua história que, em dezembro de 2014, completará 80 anos. Um elemento de sua realidade se dá quando analisamos as estatísticas de crescimento demográfico, na década de 1930, possuía centenas de habitantes, geralmente, vindos de Minas Gerais ou São Paulo e alguns imigrantes (japoneses, italianos, ingleses, alemães), oitenta anos depois Londrina conta com aproximadamente 550 mil habitantes. A partir disso, não podemos deixar de supor que a cidade atraiu, por um lado, pessoas em busca de riquezas de terras férteis, por outro, os colonizadores trouxeram aspectos da cultura de seus estados/países de origem, passando a influenciar a construção identitária da localidade e a serem influenciados pela cidade crescente.

Nas décadas iniciais da cidade, a população contou com o Jornal Paraná-Norte para propagar as potencialidades de agricultura na região e para atrair compradores de terras produtivas, sobretudo, para a cafeicultura. No Paraná-Norte também eram noticiais as manifestações de lazer para indicar possibilidades de sociabilidades e estilo de vida urbano. Assim, temos como propósito identificar, por meio do Jornal Paraná-Norte (1934-1953), quais foram às características inerentes à cidade e ao seu desenvolvimento urbano, em especial do lazer.

Para nortear nossa interpretação, o conceito de lazer tomou como inspiração os constructos de Elias e Dunning (1992) e respeitamos os roteiros para análise da imprensa periódica idealizados por Cruz & Peixoto (2007) e Tânia Regina de Luca (2006).

MÉTODO

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Educação Física. Bolsista de Iniciação Científica – PROIC/Uel. Universidade Estadual de Londrina. gbaraton@gmail.com

² Doutor em Educação pela FCL/UNESP. Professor do Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. tony@uel.br

Enquanto fonte de pesquisa histórica, os jornais fornecem subsídios para análise de temáticas relacionadas à política, ao cotidiano, ao social, ao cultural (CRUZ & PEIXOTO, 2007), bem como ao lazer.

O periódico Paraná-Norte, idealizado pelo Sr. *Humberto Puiggari Coutinho*, circulou na cidade de Londrina entre os anos de 1934 e 1953, sendo um veículo de imprensa representativo nas primeiras décadas do município. O Jornal era de circulação semanal, sua tiragem era de 500 exemplares distribuídos em Londrina, Região e nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. O principal objetivo do Jornal era propagandear as terras de prosperidade e de progresso (BONI *et al*, 2010).

Ao analisar fragmentos da história do Jornal, logo sua participação na (in)formação do homem londrinense, pôde-se perceber suas potencialidades de pesquisa em temas diversos, entre eles o de colonização de terras, política, progresso da cidade, instalação de instituições públicas e práticas socioculturais. (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991)

Circularam 1.154 edições do Jornal Paraná-Norte no período entre 1934 e 1953. Entretanto, somente 1.028 estão disponíveis para consulta no CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da Universidade Estadual de Londrina e no Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”. A coleção documental encontra-se digitalizada para realização de pesquisas.

A nossa pesquisa aconteceu em quatro momentos distintos e interligados, a saber:

- 1º) Mapeamento das referências e leitura analítica: foram realizadas leituras acerca do tema, constituindo uma fundamentação teórico-metodológica para a pesquisa;
- 2º) Coleta das notícias: foram realizadas leituras de cada edição do Jornal, na íntegra, visou-se delinear as notícias relacionadas ao tema lazer;
- 3º) Registro dos dados: foram realizadas as transcrições das notícias para uma ficha catalográfica;
- 4º) Análise dos dados: momento de reflexão sobre as notícias encontradas, na tentativa de sistematizar uma história sobre o desenvolvimento do lazer na localidade.

Foram catalogadas 83 notícias sobre manifestações de lazer na cidade de Londrina, divididas entre às relacionadas aos cinemas, festas e bailes dançantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa no Jornal Paraná-Norte, pudemos perceber que a sociogênese da cidade de Londrina se deu em conexão com o campo, que, de forma geral, era o principal meio de produção da população local e regional. Também percebemos que, com o passar do tempo e o consequente desenvolvimento da cidade, as manifestações de lazer se tornaram mais frequentes nas publicações do Jornal Paraná-Norte, indicando novas possibilidades de socialização entre os habitantes do município.

As principais atividades relacionadas ao lazer que pudemos reconhecer no Jornal, foram, respectivamente, a ida aos cinemas, às festas e aos bailes dançantes. Essas atividades indicam, de certa forma, a necessidade de se criar ambientes de socialização quando se vive em sociedade.

As atividades de lazer citadas acima eram prestigiadas pela boa sociedade. O Jornal enaltecia o trabalho dos promotores das manifestações de lazer, isso é identificado quando o periódico noticiava que a população lotava as sessões de cinema e participava ativamente das festas e dos bailes.

Muitas festas foram realizadas em prol da arrecadação de fundos para o desenvolvimento de instituições locais. Temos como exemplo o caso da instalação da *Santa Casa de Londrina*, que foi uma das principais campanhas divulgadas no Jornal Paraná-Norte.

Sobre os lugares de lazer na cidade, observamos que foi do interesse de muitos empresários a criação/inauguração de cinemas, lugares onde a população ocuparia parte significativa de seu tempo livre. Em 1937 o Jornal passou a divulgar, semanalmente, a programação dos filmes a serem transmitidos. O primeiro cinema noticiado foi o “Cine Theatro Municipal”.

A população buscava cada vez mais os cinemas locais, conjuntura que impulsionou instalação de congêneres. Em 1948 a cidade contava com três estabelecimentos que concorriam entre si em busca da satisfação da freguesia.

Em suas telas, os cinemas exibiam filmes de diferentes gêneros, para todas as idades e em espaços confortáveis e elegantes, buscando agradar o público de uma forma ampla.

“O povo de Londrina tem sabido, como é de seu feitio, corresponder aos esforços dos proprietários do Cine-Theatro Municipal, enchendo todas as noites o magnífico salão de exibições do confortável e elegante cinema, em cuja tela passam todas as noites filmes escolhidos de valor, com admirável nitidez e sonoridade.” (Paraná-Norte, 11/08/1940, p.2)

Dentro do contexto de concorrência entre as casas, alguns proprietários buscaram variar suas atrações trazendo companhias de teatro na tentativa de realizar espetáculos que chamassem a atenção da boa sociedade para o cultivo estético. Nesse sentido, houve algumas apresentações de teatro na cidade de Londrina que, entretanto, não eram regulares e as notícias divulgadas não tiveram regularidade, nem volume suficiente para uma sistematização analítica.

Como esperado, notamos que o Jornal atuou como facilitador e incentivador dos cinemas locais, fazendo a divulgação e incentivando a criação de novos estabelecimentos que, como dito acima, tornaram-se cada vez mais frequentes na cidade.

Outras atividades de lazer foram as festas londrinenses. Elas eram, em geral, beneficentes e eram realizadas nas sedes dos clubes e agremiações locais. Dentre os estabelecimentos, os mais noticiados no Jornal, foram: 1. Clube Recreativo Londrinense; 2. Hotel Luxemburgo; 3. Clube Cosmopolita; 4. Grêmio Literário e Recreativo; 5. Londrina

Country Club³.

As festas retratadas pelo Jornal eram, essencialmente, bailes dançantes. Estes contavam com o som de uma orquestra e com a presença de muitos habitantes a bailar e a socializar nos salões dos clubes.

Também foi possível identificar no Jornal notícias relacionadas às festas religiosas, como homenagens a padroeiras locais e quermesses. No entanto, o baixo volume de manifestações divulgadas, não nos possibilitou maiores interpretações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Jornal Paraná-Norte (1934-1953), considera-se que os cinemas e os clubes foram manifestações de lazer centrais para o desenvolvimento sociocultural das pessoas em Londrina. Pois, a partir desses lugares de socialização, os homens passariam a viver níveis de inter-relações prazerosas em nome da construção da cidade.

As manifestações de lazer na cidade indicam o desejo de uma sociedade londrinense movimentada culturalmente, aliás, o Jornal exaltava que, praticamente, em todos os meses eram realizadas festas e em toda semana havia sessões de cinema.

Por fim, cabe destacar que para este estudo faltaram notícias para abordar outras manifestações de lazer, como as praticadas nas praças, nos clubes esportivos, nas escolas, nos bairros menos favorecidos da cidade. Temas para os próximos estudos.

REFERÊNCIAS

BONI, P. C.; KOMARCHESQUI, B. M.; RODRIGUES, N. F. **O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o esporte nas ondas do rádio: duas experiências históricas da imprensa londrinense**. Londrina: Planográfica, 2010.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 06 de dez. 2010.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Impressas**. São Paulo: Contexto 2006. p. 111-154.

ELIAS, N; DUNNING, E. **A busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GEBARA, A. Sociologia configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUNHNS, H. T. (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p.75-92.

JORNAL Paraná-Norte (1934 a 1953). Localizado no acervo do CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da Universidade Estadual de Londrina e no Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”.

³ Este existente até a atualidade.



TRIGUEIROS FILHO, M.; TRIGUEIROS NETO, M. **História da Imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. 1ª Edição. Londrina: 1991.

ATLETISMO UNIVERSITÁRIO EM VIÇOSA

Heidi Jancer Ferreira¹

Marizabel Kowalski²

José Geraldo Do Carmo Salles³

Ana Paula de Freitas Altoé⁴

Resumo: O esporte Universitário de Viçosa está sob a organização da Associação Atlética Acadêmica – LUVE (Liga Universitária Viçosense de Esportes). Atualmente, a LUVE possui 342 atletas distribuídos dezoito modalidades. Desse total, apenas três atletas são do atletismo, ou seja, menos de 1% dos atletas vinculados à liga. Evidenciamos o não envolvimento de universitários para com a modalidade na Universidade Federal de Viçosa – UFV. Juntamos a isso o incentivo financeiro precário e falta de políticas públicas para as modalidades individuais em geral, reflexo contrário ao apoio dos esportes de grupo e especialmente o futebol. Consequentemente, os esportes individuais caracterizam-se tão, tão... individuais que somente são absorvidos e apreciados por indivíduos amantes e romanescamente heroicos.

Palavras Chave: Atletismo. UFV. História.

INTRODUÇÃO

Para um país como o Brasil o investimento em esporte de base como o atletismo é primordial, pois enaltece que a modalidade comporta próximo de trinta provas masculinas e femininas de pista e de rua. A representação das ligas e clubes se faz com dois atletas por provas em pista e, em geral, quatro por prova de rua seria uma equipe de mais de sessenta esportistas. O investimento para a modalidade dar certo é razoavelmente baixo em relação às modalidades coletivas. Assim, é vantajoso ter uma equipe de atletismo, não desmerecendo as modalidades coletivas, enquanto elas levam o campeonato inteiro para galgar uma medalha, o atletismo tem a chance de vencer mais de sessenta vezes e medalhar mais cento e vinte. A vantagem do atletismo está nos resultados. O que queremos afirmar é que isso não é somente problemático na LUVE/UFV em Viçosa ou no Estado de Minas Gerais, isto é no país como um todo. Em estudos recentes de Daniela Gomes Rosado, em sua dissertação de Mestrado (2011) “Banco de Dados dos Jornais Oficiais da UFV (1965 a 2010) – Educação Física, Esporte e Lazer”, cita que o atletismo foi a modalidade esportiva mais presente no jornal “UFV Informa” em quarenta e cinco anos. Desta maneira, temos que o atletismo já foi efetivamente apreciado no contexto universitário de Viçosa.

Metodologicamente, o trabalho histórico requer a seleção e o agrupamento de fontes diversas como imagens, documentos, livros e testemunhas na intenção de apreender o seu significado na representação histórica entre o passado e do presente. Esse processo de interpretar a realidade vivida por outrem implica em se libertar, expandir experiências e ouvir a voz dos personagens fadados ao esquecimento,

¹ UFV/DES heidi.jancer@ufv.br

² UFV/DES belkowski@ufv.br

³ UFV/DES jgsalles@ufv.br

⁴ PIBIC/ CNPQ/UFV. E-mail ana.altoe@ufv.br

aprisionados no passado na clausura da memória de poucos, enfim, na falta de alguém lembrar. Assim, o *ato de escrever história consiste em salvar o passado para que ele possa servir ao presente e ao futuro* (LE GOFF, 2003: Prefácio). Consequentemente, reconstruir uma história significa ater-nos ao passado e edificar no tempo presente. Conduz-nos a evocar as personagens muitas vezes longínquas, outras vezes nem tanto, para um diálogo entre esses dois momentos, o passado e o presente. Certeau (2002) diz que fazer história em “Sobre a História Escrita” *é estabelecer uma relação com o tempo, sendo que essa relação não é a primeira e nem a única possível de se fazer*. Já Gaddis (2003, p.23) afirma que *estamos limitados a aprender por meio do passado fazamos ou não um esforço, pois ele é o único banco de dados que possuímos; e, segundo, podemos tentar fazê-lo sistematicamente*.

Na história da memória do atletismo em Viçosa foi possível elucidar acontecimentos, fatos e revelar nomes concernentes ao passado da própria cidade. Mesmo assim, a história aqui contada está alinhada cronologicamente e voltada para as conquistas obtidas elevando os momentos mais marcantes do atletismo na UFV. Nesse contexto a nossa história faz parte da história contada pelos jornais e ilustrada pelas imagens produzidas em diferentes momentos da excitação esportiva. Focamos ainda as fontes primárias dos documentos oficiais e na história viva de quem vivenciou a modalidade. As fontes primárias são o Acervo Fotográfico e o Arquivo Central e Histórico da UFV. O Livro de Atas da LUVE e o Fichamento Catalográfico do Jornal “UFV Informa” e o Banco de Dados elaborado por Daniela Rosado. À História Viva enaltecemos o Professor Adilson Osés e à dissertação de mestrado de Anderson Baía intitulada “O Esporte na Consolidação e Propagação do Espírito Esaviano”.

O TIRO DE PARTIDA

O atletismo surge na ESAV a partir do momento em que se constrói um espaço para a sua prática. Em 1931, o regulamento da ESAV tornou a Educação Física uma disciplina obrigatória para os alunos desde o curso fundamental ao superior. Com o intuito de cumprir essa normatização foi criada a praça de esportes da ESAV, contendo campo de futebol, quadra de basquete, vôlei e tênis e pista de atletismo. Portanto, é em 1931 que o atletismo dá a sua largada em Viçosa. Na Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV, primeira denominação recebida pela instituição de Viçosa e que perdurou de 1926 a 1948, o esporte era um instrumento para a educação que deveria ser estendido a todos. Naquele momento, as principais práticas esportivas eram o futebol, vôlei, basquete, tênis, futebol americano, futebol de campo, atletismo, natação, ciclismo, remo e luta de boxe (BAÍA, 2006).

Segundo Baía (2006)

Dentre essas atividades, o basquete, o atletismo e o futebol eram as que mais se destacavam e tinham a maior participação dos alunos. Conforme Baía (2006) várias práticas existiram, mas nem todas encontraram o seu lugar em Viçosa. O atletismo, por sua vez, foi uma modalidade que ganhou espaço no ambiente universitário pelo fato de representar valores idealizados pela ESAV, como disciplina, cooperação, honestidade, além de

contribuir na formação do cidadão com “corpo de atleta e mente de sábio”, conforme almejava a Escola (BAÍA, 2006).

Na década de 1930 a tríade Educação Física, Moral e Cívica era a bandeira da Educação e o esporte era uma atividade altamente incentivada e bem conceituada pela instituição. Nas décadas de 30 e 40, a prática do atletismo, bem como, de outras modalidades contribuía para a educação dos alunos e para a consolidação do espírito esaviano. Com a ampliação da Escola, em 1948, ela foi transformada em Universidade Rural de Minas Gerais – UREMG, denominação que perdurou até o ano de 1969 (Federalização da universidade passando a Universidade Federal de Viçosa – UFV). Durante as atividades da UREMG, o atletismo continuava a despertar interesse e a atrair a participação dos universitários nos eventos (BAÍA, 2006).

A LUVE

Em 05 de abril de 1962 foi criada a Liga Universitária Viçosense de Esportes LUVE como Instituição Esportiva representante da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (U.R.E.M. G). Na Ata de nº 05/LUVE/1965 é composta a proposta de um organograma da LUVE no qual o atletismo é apontado como uma das cinco modalidades esportivas a ser praticado na UREMG, o que demonstra a importância para o esporte universitário viçosense naquele período. Nessa organização cada modalidade deveria ter um diretor e um técnico esportivo. Ao diretor cabia a função de lidar com questões administrativas e de supervisão da atividade. O técnico era o responsável pelos treinamentos e acompanhamento da equipe. Nos primeiros anos de atividade provem o interesse de a LUVE incentivar a prática de atletismo na UREMG, como demonstra o trecho da Ata nº 09:

(...) A seguir o colega presidente [Orlando Ribeiro] explanou sobre a questão do atletismo. Relatou sobre os diversos aspectos favoráveis ao soerguimento desta modalidade esportiva em nossa universidade. Mencionou nomes de diversos colaboradores que estarão à disposição juntamente com o novo técnico de esportes, daqueles que desejam praticar o atletismo. (LUVE, 1965)

Na Ata nº 09 de 1965 é citada a existência de uma maquete para a construção de uma nova praça de esportes. Provavelmente essa praça seria o segundo espaço esportivo da universidade onde hoje está instalado o Centro de Vivência da UFV. Tratava-se de uma pista pequena com distância inferior a 400 metros que circundava um campo de futebol. No ano seguinte, a diretoria da LUVE institui a Olimpíada Sargento Raul Kümel⁵ realizando diversas provas de atletismo (LUVE, 1966). Essa decisão nos remete que nos anos 60 existia realmente um esforço institucional em apoiar o atletismo.

⁵ Waldemar Raul Kümel foi sargento e instrutor militar na Universidade de Viçosa. Segundo nota da Revista Seiva, (nº 05, 1964, p. 36 apud BAÍA, 2006) ele foi o principal responsável pela construção da nova praça de esportes para os estudantes.

DÉCADA DE 70: DESTAQUE E VISIBILIDADE NO CENÁRIO ESPORTIVO

Na década de 70, Sérgio Amaury Barros, Cátia Volp e Pedro Américo de Souza Sobrinho eram professores⁶ e grandes incentivadores do atletismo universitário. Pedro Américo foi professor de atletismo e treinador de alguns atletas universitários que tiveram atuação a nível internacional, como Carlos Cardoso Machado. Carlos era estudante de Engenharia Florestal com excelente performance com participações junto aos melhores fundistas mundiais na Corrida Internacional de São Silvestre (1972; 1973). Segunda colocação na primeira prova do Campeonato Mineiro de Corrida de Fundo (1973). Primeiro lugar na prova de 3.000 metros na UFV (1973) e o quinto lugar na prova de 5.000 metros da II Olimpíada Global (1974). A década de setenta foi um momento marcante para o esporte universitário viçosense. Durante esse período, a Universidade Federal de Viçosa tinha uma grande representatividade no atletismo não somente a nível local, como também a nível estadual, nacional e mundial. A UFV contava com uma equipe de atletas e professores interessados em alavancar a modalidade e uma estrutura geral esportiva consolidada.

Em 1976, após um ano de criação do curso de Educação Física e, com a obrigatoriedade da Educação Física para todos os cursos superiores, foi construído o Departamento de Educação Física – DES, incluindo a pista de atletismo que permanece até os dias atuais. Fatores como esses foram determinantes para que o atletismo viçosense alcançasse grande visibilidade ao longo dos anos 70, se prolongando até a década de 80. A equipe da UFV participava ativamente de competições, contando com atletas praticantes de diversas provas, como corrida de 100 metros rasos, 200 metros rasos, 100 metros com barreiras, corridas de fundo e meio-fundo, salto em distância, arremesso de peso, lançamento de disco, salto com vara, marcha atlética, revezamento 4 x 100 metros. Dentre essas participações, a UFV foi a campeã feminina na II Olimpíada Global, realizada em Belo Horizonte, com destaque para a estudante Martha Krambeck Horn que foi considerada a melhor atleta do evento ao bater recordes mineiros e vencer as provas de 200, 400 e 800 metros rasos⁷.

Nos anos 70, a LUVe recebia vários convites da Federação Mineira de Atletismo para participações em eventos, como aponta a nota de jornal “Educação Física na UFV”⁸. Em 1973, a LUVe estreita ainda mais essa relação quando se filia à federação. A filiação era de grande importância para o aprimoramento do nível técnico do atletismo viçosense, pois possibilitava aos atletas a participação no Campeonato Mineiro de Atletismo e no Troféu Brasil de Atletismo⁹. A Universidade Federal de Viçosa passou a ser referência no atletismo universitário, tendo sido escolhida em 1976 pela Federação Universitária de Esportes Universitários - FUME para ser a sede das competições de atletismo no XI Campeonato Estadual Universitário¹⁰. Com o início do curso de Educação

⁶ Durante o período de implantação do curso os professores de Educação Física estavam vinculados à antiga Divisão de Assistência cujas competências são hoje desempenhadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (HISTÓRICO DO DES).

⁷ UFV Informa, 1/11/1974, Ed. 329, ano 06, p. 02.

⁸ UFV Informa, 15/03/1973, Ed. 292, ano 08, p. 05.

⁹ UFV Informa, nota “Filiação”, 15/05/1973, Ed. 293, ano 05, p. 04.

¹⁰ UFV Informa, 06/05/1976, Ed. 425, ano 08, p. 08.

Física, além de demandar uma nova estrutura esportiva, também se fez necessária a presença de um corpo docente específico da área. Para suprir essa necessidade, foram contratados como Adilson Osés e Hildegard Krause, admitidos para se dedicarem ao ensino e ao desenvolvimento do atletismo na UFV. Segundo o professor Adilson, naquele momento, quando da sua chegada à Viçosa:

[...] o atletismo já estava estruturado porque tinha um histórico anterior, que anterior mesmo à contratação do Sérgio Amaury [...] então quando eu cheguei aqui o atletismo estava mais ou menos estruturado porque havia um esporte universitário no Estado e no Brasil também estruturado. Eu cheguei aqui em fevereiro e logo em maio já teve uns jogos estaduais, os jogos universitários estaduais, aqui na pista. Então já havia uma estrutura de alunos que treinavam, alguns com histórico anterior à universidade e alguns que passaram até a despertar pela universidade. Quando eu cheguei já estava em curso a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino superior. Essa obrigatoriedade começou acho que em 1974, foi parte da Reforma Universitária. Em Viçosa imediatamente adotou. [...] Então você tinha um tipo de vida, um tipo de aluno aqui que tinha mais movimento.

Tendo em vista o desempenho da equipe de atletismo da UFV nesse Campeonato Mineiro Universitário, a FUME convocou os técnicos Sérgio Amauri e Hildegard Krause e mais 16 atletas para compor a delegação representante do Estado mineiro nos XXVII Jogos Universitários Brasileiros, realizados em julho de 1976¹¹. Dentre esses atletas, estavam Carlos Alberto Monteiro e Efraim Lázaro Reis, umas das pessoas que tiveram grande envolvimento e destaque no atletismo viçosense. Outro destaque da época foi a vitória por equipe do atletismo feminino da UFV sob comando de Sérgio Amauri na XIV Volta da Cidade Universitária (1977), em São Paulo¹².

TRADIÇÃO DO CAMPEONATO DE MEIO-FUNDO E FUNDO DA UFV

Com o intuito de complementar o treinamento dos atletas, o professor Adilson Osés criou o Campeonato Universitário Viçosense de Meio-fundo e fundo, em 1978. O campeonato surgiu com a denominação de universitário, mas sempre foi aberto a toda à comunidade. Posteriormente, passou a ser denominado de Campeonato Aberto de Meio-fundo e fundo. No início, as provas eram realizadas em dias de semana ao longo de vários meses. Hoje elas continuam ocorrendo durante alguns meses, porém em finais de semana. Esse campeonato consolidou-se no calendário do atletismo viçosense e é hoje, na sua 30ª edição, o evento esportivo mais antigo da UFV. Conforme o folder explicativo do evento:

¹¹ UFV Informa, nº 8, p. 04, 1976.

¹² UFV Informa, ed. 501, ano 09, p. 04, 27/10/1977.

Trata-se de um campeonato individual que é decidido pelos pontos acumulados ao longo das etapas que o compõem. Nas primeiras edições as etapas eram em número de dez (800, 1000, 1500, 3000, 5000, 8000, 10000, 15000), Corrida da Hora e Volta no Campus, esta última nem sempre esteve presente em todas as edições do campeonato. A partir de 1997 fixou-se na distância de 10 km. Posteriormente foram introduzidas mais duas provas, 20000 metros (1992) e 2000 (1994). Portanto há quatorze anos o número era de doze etapas. Desde então foram incorporadas as provas de Milha de Rua (1998), Milha (2000), Cross Country de 4 km (2002), Corrida em Montanha (2004). No ano de 2006 mais duas provas vão compor o quadro de provas- 600 metros e 2 Milhas (3218,68 metros).·.

De acordo com o criador do campeonato, trata-se de uma competição inovadora em termos organizacionais. Segundo o professor Adilson:

“Hoje você pega o resultado do campeonato, quando sai o resultado tem algumas coisas que só tem nesse campeonato. Por exemplo, a inclusão do resultado levando em conta o fator idade, avaliação daquela performance diante de uma tabela da IAAF. (...) São alguns aspectos de inovação que apareceram aqui desde o começo. Aí foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo.”

O Campeonato de Meio-fundo e fundo tem sido realizado anualmente desde a sua criação, salvo entre os anos de 1980 e 1983, nos quais o evento não ocorreu devido à falta de organizadores, uma vez que o Professor Adilson se ausentou para o seu curso de mestrado. De 1989 a 1993, ele esteve novamente fora de Viçosa para se dedicar aos seus estudos de doutorado. Dessa vez, durante esse período, o Campeonato manteve sua regularidade e sua realização graças ao interesse dos alunos e atletas Carlos Antônio dos Santos, o “Carlão” e Hilarino José Conrado. Além de responsáveis pela organização e continuidade do evento, eles foram atletas bastante freqüentes nas competições da UFV e em outros estados, tendo sido também os maiores vencedores na história do Campeonato. Carlos Antônio dos Santos foi campeão em oito edições, de 1984 a 1987, de 1996 a 1998 e 2001, quando retornou à pista após um longo período de recuperação de uma lesão. Carlão também chegou a participar com boa colocação da Corrida de São Silvestre e da III Maratona de São Paulo, ambas no ano de 1987. Hilarino José Conrado sagrou-se campeão por sete vezes, de 1989 a 1991, 1993, 1994, 2003 e 2005 e obteve o 3º lugar na Volta da Cidade Universitária em 1989 e na prova de 3.000 metros com barreiras na competição internacional “Adhemar Ferreira da Silva”, em 1991.

A ABERTURA E A INDEPENDÊNCIA DO ATLETISMO VIÇOSENSE

Entre os anos de 1979 e 1982, a LUVe teve suas atividades paralisadas, o Campeonato de Meio-fundo e fundo não foi realizado de 1980 a 1983, mas isso não implicou na interrupção completa da prática do atletismo na UFV, visto que também era

praticado por não universitários dentro do campus. O fato de o atletismo prosseguir com suas atividades apesar da suspensão do funcionamento da instituição esportiva da universidade demonstra que a modalidade era independente da LUCE. Em Ata de Encerramento da LUCE, foi colocado em pauta que o atletismo da LUCE passou a enfrentar problemas de entrosamento entre os diretores da modalidade e entre a equipe feminina e a masculina (LUCE, 1985). Quando indagado sobre essa relação entre a modalidade e a LUCE, Adilson foi incisivo:

“Não. Não tinha assim ligação com a LUCE. As pessoas que treinavam, cada um tinha seu plano de treino. Uns treinavam comigo, outros com o Sérgio, treinavam sozinho também. Na verdade com a LUCE, a única relação que havia era quando havia os pouquíssimos campeonatos que aconteceu envolvendo o atletismo fora daqui. Então quando ia fazer uma delegação lá com jogos. (...) Com o atletismo viajei pouquíssimas vezes, mesmo porque tinha pouca competição.”

A peculiaridade do atletismo é a sua independência em relação à LUCE, o que não ocorre com as demais modalidades. Essa autonomia, em muito se deve ao esforço solitário de professores e ao grande envolvimento de atletas da cidade e não apenas universitários. Através das notas de jornais fica evidente que o atletismo universitário caracterizava-se por também envolver e receber atletas da comunidade viçosense, chegando a ter até mesmo um Clube de Corredores de Viçosa. No início dos anos oitenta, o destaque do atletismo foi a atleta Maria Elizabeth Jorge, uma não universitária integrante da equipe do programa de extensão do Departamento de Educação Física da UFV, tendo sido considerada uma das melhores corredoras brasileiras de longa duração. Ela venceu a III, IV e VI Volta do Campus (1980 a 1982), a XVII Volta da Cidade Universitária (1980), Corrida da Independência (1981), II Corrida de Tiradentes (1982) e foi também vice-campeã estadual na prova de 5.000 metros do “Dia do Trabalhador” (1982).

ANOS 90: CADÊ O ATLETISMO UNIVERSITÁRIO?

Aproximando-se da década de 90 nota-se que houve uma mudança no curso histórico do atletismo viçosense. A partir desse período, parece que foram reduzidos os incentivos ao esporte, o número de interessados na modalidade foi caindo, a participação em eventos tradicionais como a “Volta da Cidade Universitária” foi cessando, ao passo que a desorganização do esporte universitário foi aumentando. Para Carlos Antônio dos Santos, técnico do atletismo da LUCE na época desabafou dizendo que sua equipe tinha potencial e poderia obter melhores resultados, caso houvesse maior seriedade e menos improvisado no gerenciamento esportivo por parte dos dirigentes viçosenses. Essa queixa do técnico se referia à participação da equipe da LUCE nos Jogos do Interior de Minas – JIMI. Essa situação frequentemente gerava dúvidas sobre quem iria representar a cidade de Viçosa, se a LUCE ou uma equipe da própria comunidade, como propõe os JIMI. Contudo, inúmeras vezes, às vésperas do evento, a

equipe universitária era convocada para representar o município, não dispondo de recursos financeiros para isso.

Embora com um menor volume de atividades, o atletismo contava com alguns raros eventos que aconteciam na UFV. O Campeonato de Meio-fundo e fundo manteve sua tradição acontecendo anualmente e, em 1992, quando Hilarino José Conrado foi diretor da modalidade na LUVE, foi promovido o I Encontro de Atletismo, no qual participaram equipes de Ponte Nova, Juiz de Fora e Itabira¹³. Anos mais tarde e, mais uma vez inovando, o Professor Adilson Osés, criou o 1º Torneio UFV de Veteranos, a primeira competição para veteranos realizada no estado de Minas Gerais, na qual estiveram presentes atletas com idade superior a 80 anos. Progressivamente, a prática de atletismo pelos universitários foi se reduzindo. Comparando a participação anterior dos estudantes na modalidade com a atual, Adilson Osés afirma que:

“Proporcionalmente era maior do que é hoje. Muito maior. Eles praticamente eram quase que... as pessoas que não eram universitárias eram a exceção. Hoje o universitário é a exceção. Já a partir de quando eu voltei do doutorado, em 94, 95, já se percebia isso. Até 88, metade de 89, a participação universitária era grande. [...] E pelos resultados do campeonato [Campeonato de Meio-fundo e fundo] a gente começou a perceber já uma queda bastante acentuada desse tipo de participação, já a partir dos anos 90. Então a partir dos anos 90, hoje, por exemplo, é quase que uma exceção. Hoje eu tenho em média nesse campeonato vinte a vinte e cinco pessoas, se tiverem três universitários é muito. Se bem que tem uma vantagem, aqueles universitários que participam são constantes. Apesar de toda a divulgação, a participação é gratuita, sem burocracia na participação e tudo mais, não se consegue uma grande participação, um despertar para fazer essa corrida por parte dos universitários.”

Atualmente, são encontrados diversos problemas no atletismo praticado na UFV e não se tem mais a visibilidade no cenário esportivo como um dia já se alcançou. Na visão do Professor Adilson, esse quadro permanece devido a fatores como: a mudança do perfil dos alunos, sendo que antigamente ingressavam estudantes com mais iniciativa e interesse, bem como, indivíduos que tiveram uma sólida iniciação esportiva; um esporte universitário desorganizado de forma geral; falta de participação em eventos; e, condições de treinamento insuficientes, como baixo volume de treinos.

REFERÊNCIAS

BAÍIA, A. C. O esporte na consolidação e propagação do espírito esaviano. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

¹³ UFV Informa, 28/02/1992, Ed. 1.242, ano 24, p.6.



CERTEAU, M. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GADDIS, J. L. Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. História e Memória. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. P. 419-176.

LUBE. Livro de Atas Ata da reunião da diretoria da LUBE, nº20, 1966. P. 40.

LUBE. Livro de Atas Ata de encerramento, nº 46, 1985. P. 95.

LUBE. Livro de Atas nº 05, 1962. P. 9

LUBE. Livro de Atas. Ata da reunião da diretoria da LUBE, Nº 09, 1965. P. 36

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, 1997. P. 25-39.

ROSADO, D. G. Banco de dados dos jornais oficiais da UFV (1965 a 2010) – Educação Física, Esporte e Lazer. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Física Associado UFV/UFJF. Viçosa. 2011.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Pág 93-102.

REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE CORPO E AS DINÂMICAS CORPORAIS NA ESCOLA ATUAL¹

Heloisa Machado Corradi²

Vera Lúcia Nogueira³

Resumo: Esta comunicação apresenta uma problematização sobre a concepção de corpo e sua presença nas instituições escolares. Em diálogo com alguns autores, reflete sobre a educação do físico, sua significação e motivação no contexto contemporâneo atual. Conclui que há necessidade do desenvolvimento de propostas educacionais que considerem, para além dos discursos, a complexidade do indivíduo, de forma integral, respeitado no seu universo físico, sem omitir o mental, o emocional e o espiritual.

Palavras-chave: Corpo. Educação Integral. Educação Física Escolar.

Há muito tempo, os educadores brasileiros vêm correlacionando dialeticamente sociedade e educação, questionando o que tem determinado o acesso ao ensino, a permanência dos estudantes na escola, bem como o padrão de qualidade de ensino possível de ser implementado. Tais questionamentos fazem parte das políticas educacionais que, nos últimos anos, têm promovido alterações significativas no panorama do ensino no Brasil resultando numa situação de expectativa com relação ao destino das ações educativas, as quais, estando inseridas, obviamente, num contexto mais amplo, ultrapassam os muros das escolas.

Como ação obrigatória, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Aqui, podemos indagar sobre outras finalidades, além das supra citadas. Na contemporaneidade, faz-se necessário abrir espaços para um ensino que privilegie o desenvolvimento integral do aluno. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o que se espera também das instituições escolares é que elas deem conta de fomentar nas suas práticas, o desenvolvimento integral do educando. Nesse sentido, as orientações curriculares para a Educação Física, advertem que: “independentemente de qual seja o conteúdo escolhido, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social)” (1997, p. 24).

Essa expectativa tem demandado de todos os educadores atenção e comprometimento, pois educar envolve processos que possuem aspectos políticos, econômicos, culturais e envolve, ainda, o universo individual e o coletivo. Qualquer tema relacionado à educação, especificamente no contexto da educação física é, em consequência, amplo, complexo e demanda recortes que considerem o indivíduo em formação, na sua totalidade.

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado, em andamento, cujo título é: A linguagem corporal presente nas práticas pedagógicas: Um estudo sobre as dinâmicas desenvolvidas na “Pré - Escola Municipal Ana Cintra” da cidade de Itaúna/MG.

² Mestranda da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) helocorradi@hotmail.com

³ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) vnogueira2010@gmail.com

As condições globais de uma sociedade, sejam quais forem, afetam a dinâmica escolar e são, igualmente, afetadas pelo que se espera e pelo que se consegue viabilizar, numa instituição escolar. Então, como a constituição do sujeito tem se tornado uma atribuição, um dever da escola, ela não deveria se contentar, simplesmente, em oferecer formação profissional e/ou acadêmica. Muito além de cumprir metas pré-determinadas pelas legislações educacionais, o que caberia realmente na ação escolar é contribuir para a constituição plena de um sujeito em desenvolvimento. No tocante à Educação Física, compete-lhe desenvolver um conjunto de práticas corporais que permitam

ao indivíduo experimentar e expressar um conjunto de características de sua personalidade, de seu estilo pessoal de jogar, lutar, dançar e brincar. Mais ainda, de sua maneira pessoal de aprender a jogar, a lutar, a dançar e a brincar. Pode-se falar em estilo agressivo, irreverente, obstinado, elegante, cerebral, ousado e retraído, entre outros. Nessas práticas o aluno explicita para si mesmo e para o outro como é, como se imagina ser, como gostaria de ser e, portanto, conhece e se permite conhecer pelo outro (BRASIL, 1997, p. 30-1)

Ou seja, construir também aspectos da subjetividade dos alunos. Aqui concordamos que, menos que isso, seria reduzir a finalidade maior do ensino. Com essa linha de reflexão, que considera o indivíduo como um todo, que compreende a corporeidade humana na totalidade fisiológica, biológica, sociológica e psicológica de fenômenos articulados, podemos acreditar num ser integral no qual se projeta a nossa consciência. Entendê-la é descobrir sua manifestação na motricidade, é aceitá-la na sua complexidade e subjetividade como uma linguagem silenciosa. Nesse aspecto, considerar o indivíduo holístico, nas suas dinâmicas globais, é algo ainda a ser aprofundado e compreendido substancialmente pelas escolas.

A despeito da história das dinâmicas corporais do ser humano ter sido registrada desde o paleolítico inferior (1.000.000 AC), com as inscrições rupestres no interior das cavernas, nossa reflexão irá ater-se a fundamentos daquilo que podemos considerar como sendo herança para a contemporaneidade, o que nos remete à Antiguidade Clássica. Conforme relata Caminada (2000), já nesse período, as práticas corporais começaram a se configurar como um conjunto de ações de ordem pedagógica. Elas eram eleitas em suas várias dinâmicas, de modo a contribuir para uma formação idealizada, do belo, forte e culto soldado cidadão.

Já na Idade Média, as práticas corporais eram negligenciadas e, somente, foram retomadas com significância no Renascimento, onde se diferenciavam com clareza, as práticas corporais artísticas (performance), das práticas corporais educacionais (constituição, formação e manutenção).

No sobrevoo sobre a História, no século XVII, percebe-se que o racionalismo clássico influenciou sobremaneira a nossa forma de conceber as estruturas corporais, por separar corpo e mente, emoção e razão, subjetividades essas que eram vivenciadas de modo integrado e natural, nas civilizações primitivas. O mecanicismo foi uma complexa e duradoura visão de mundo, uma estrutura conceitual de grande porte, que

deu sustentação a um programa coletivo de pesquisas, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, sendo que sua influência atingiu os processos educacionais e como resultado, temos a visão fragmentada da constituição do homem, como pode ser observado no Discurso do Método:

Com efeito, examinando as funções que, em virtude disso, podiam estar nesse corpo, eu encontrava justamente todas as que podem existir em nós, sem que pensemos, e portando sem que a nossa alma – isto é, esta parte distinta do corpo cuja função, como disse acima, é apenas de pensar (DESCARTES, 2002, p.51).

Fica assim expressa a maior herança deste importante pensador francês: a ideia dicotomizada do corpo e mente a qual, se firmando no ocidente, consolida o pensamento fragmentado sobre a condição humana, bem como a sistematização de ações que se fundamentaram nesse paradigma.

Com desenrolar da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, os processos de trabalho e sobrevivência, passam a demandar menor exigência de força muscular, desembocando na facilitação das ações cotidianas conquistadas pela modernidade. Isto implicou numa redução natural dos movimentos corporais. Paralelamente a essa imobilidade corporal, vai se configurando a necessidade de se combater o sedentarismo, o qual se sabe ausente, nas civilizações primitivas.

Nesse contexto, o século XIX assiste à introdução da educação física na escola, enquanto matéria curricular. Segundo Nogueira (1990), é nesse período que nasce uma disciplina a fazer das práticas corporais precisas, e até desconhecidas, um objeto de ensino. Primeiramente, essa matéria curricular se pautava pelos exercícios ginásticos e era vista como meio útil para se chegar à padronização dos comportamentos. Dessa forma, assim adestrado, o indivíduo aceitaria mais prontamente o que lhe fosse pedido e se adaptaria aos regulamentos coletivos. Em segundo lugar, a Educação Física estava ligada à necessidade de preparar a mão de obra fabril, trazendo a sua contribuição à formação do “executor de trabalhos repetitivos”, típicos da fase inicial da industrialização. Em terceiro lugar, as atividades ginásticas se prestavam a minimizar os danos causados à saúde pelo trabalho precoce, corrigindo as deformações advindas dela.

Nessa época, segundo Marx e Engels, como nos informa Nogueira (1990), a educação do corpo não poderia ser relegada ao segundo plano, no interior dos conteúdos acadêmicos. Segundo a perspectiva desses pensadores, a educação do corpo deveria desfrutar da mesma importância atribuída à formação intelectual e tecnológica.

Os estudos de Kuhlmann Jr. (1991, 2000) apontam que essa educação do físico, ainda no século XIX, era utilizada para domar os corpos das crianças. No entanto, há que se salientar que, embora bem intencionada, essa pode ser considerada uma visão mecanicista do corpo que se cultiva, pois nesse contexto, as ações e intervenções compreendem o corpo a serviço de algo mais importante ou digamos, algo separado dele! Essa visão mecanicista tem se dado de forma generalizada, com a abordagem que se faz da educação do corpo. Os seus princípios perpassam o século XX e ainda, se desdobram nos dias de hoje.

Tais ações têm feito das dinâmicas corporais eleitas pela Educação Física o seu guia, desconsiderando toda a subjetividade do corpo em ação. A busca de resultados, quer nos recordes, performances, ou na estética, tem reduzido o universo da prática da Educação Física, limitando com isso, seu papel social a de um animador ou repetidor de fórmulas pré-estabelecidas, pretensamente bem eficazes. Somente com o trabalho de alguns filósofos como: Wallon e Vigotsky, a importância do movimento no desenvolvimento infantil, implicando numa constituição integral, é reconhecida, isso, já no início do século XX.

Atualmente, mesmo com todos os estudos e pesquisas desenvolvidos, a educação ainda parece agir como se o educando não precisasse do movimento como forma de interação e desenvolvimento de suas capacidades, como nos relata Gonçalves (1994). Segundo a autora, parece que a educação anda se esquecendo de que movimento significa vida. Parece que a educação ainda se reduz ao racionalismo, trazido pela modernidade e prevalece uma visão fragmentada do ser em desenvolvimento. Nesse sentido, Marques (1998) nos revela que o processo educacional atrelado à concepção de corpo como instrumento, tem visado o aprimoramento, o controle, a vitória do corpo sobre os seus limites físicos. O processo criativo, corporal, individual, emocional, não se apresenta como uma preocupação pedagógica, muito menos em buscar traçar uma relação entre corpo, expressão e sociedade. O produto tem sido o objetivo último da educação na qual tem sido privilegiado o ensino de técnicas codificadas.

Pensamos que é esse, o campo da integração de conhecimentos e vivências, que devemos investigar, pois,

educação é vida, e vida em sua essência é movimento. Educar significa traduzir para fora o que foi produzido dentro, elaborar o movimento interno em busca do externo, transformando o abstrato e incompleto em algo real e, momentaneamente completo (MANSUR, 2003, p. 213).

Verificando que a motricidade tem seu elo com a cultura e com a atividade da consciência reflexiva, deduz-se que ela se relaciona com a corporeidade, como já nos indica Lapiérre, Aucouturier e Lewwis (1988). Por outro lado, entendemos como Cassirer (1988), que a função de expressão e o mundo das representações dão ao organismo o sinal de que o mundo está regido por uma “força mágica” que pode ser igualmente pensada como corpórea ou como espiritual, e que é completamente indiferente à dicotomia tradicional. Nessa linha, podemos concluir que corporeidade, enquanto constituição da subjetividade, e a motricidade, enquanto dinâmica motora representativa das subjetividades, coexistem como significação. Suas qualidades formam uma unidade que não se separa da linguagem, tampouco da biomecânica. Dito de outro modo, as categorias físicas como força, velocidade, resistência, equilíbrio, coordenação, habilidade, ritmo, flexibilidade, e potência constituem a complexa capacidade humana de fazer uso do corpo no contexto psicológico, sociológico tanto quanto no biológico, fisiológico.

Portanto, se compreendemos que a corporeidade humana constitui um todo: fisiológico, biológico, sociológico e psicológico de fenômenos articulados, podemos

acreditar que é nesse todo corporal que se projeta a nossa consciência. Para podermos compreendê-la e descobrir suas implicações na motricidade, é fundamental aceitá-la e entendê-la como linguagem silenciosa, complexa e subjetiva.

Segundo Gil (1997, 2004) e Greiner (2005), o corpo é processo, não fixo e não permanente. Refletindo com Merleau-Ponty, corpo é contingente e culturalmente constituído, modificado, modificável. “Pode-se dizer que o corpo é a forma escondida do ser próprio, ou reciprocamente, que a existência pessoal é a retomada e manifestação de um ser em situação” (MERLEAU-PONTY, 2006 b. p. 229). Talvez seja nessa projeção que Merleau-Ponty (1994) assinala a relação entre motricidade e um todo “sinestésico”. Quando pensamos e fazemos algo, revelamos silenciosamente através de um “signo” e, dessa forma, Wallon (1971, p. 41), ao descrever o comportamento motor como comportamento tônico, observado na espécie humana e particularmente no recém-nascido, afirma que esse comportamento, “é exclusivo de toda relação direta, ativa com o ambiente, com o espaço e os objetos ou as fontes de excitação”. Nesse contexto, a expressão do movimento se manifesta como sinal psicológico de desejo, da vontade ou simplesmente da interação com o meio.

No que diz respeito a essas questões do corpo em movimento na educação, o que se percebe é um tímido movimento nas pesquisas realizadas a partir do final da década de 1990, muitas delas situadas no âmbito exclusivo da Educação Física, a exemplo de Sayão (2002). Talvez isso se dê porque, dentre outros fatores, o corpo na cultura ocidental escolar tem sido historicamente negligenciado como forma de ser e estar no mundo e os seus movimentos contidos, principalmente em nome da disciplina e ordem, como discute Foucault (1987).

Sendo o professor, como nos revela Tardif & Lessard (2005), a razão de a escola existir, e sem entrar no mérito da necessidade de haver ou não nessa mesma escola professores especialistas, o entendimento de que o aluno possui um lado “físico” que viabiliza o movimento, e outro “mental” que viabiliza as chamadas atividades cognitivas, não implica que eles deveriam ser tratados separadamente. Neste sentido, pergunto: como a escola tem visto seus alunos? Como postulou Kunz (2004), do “pescoço para cima”, nas atividades ditas cognitivas, e do “pescoço para baixo”, sendo considerado assunto exclusivo da educação física?

Pedagogos e educadores físicos se debatem na definição dos limites e do caráter do seu trabalho, mas no nosso modo de entender, os revezes são maiores do que as práticas bem sucedidas. Dadas às condições de conflito e complexidade, as respostas e soluções que têm sido levadas a cabo, como por exemplo, a determinação de ações e atividades, tem sido predominantemente especulativa. Deduzimos isto, a partir de algumas hipóteses sobre a atuação dos professores, resultante do diagnóstico de profissionais como Kunz (2004). Ele nos informa que, essas ações se devem a um processo mais intuitivo do que reflexivo. Então, indagamos: Será que, como professores, ainda não descobrimos como valorizar as possibilidades expressivas e criativas dos alunos, atuando superficialmente, com desconhecimento das implicações de cada atividade proposta?

Hoje, faz-se necessário considerar o corpo como fonte de reflexão para a formação humana na sua totalidade de sentidos. Faz-se necessário investir num sistema ou modo de pensar sobre o corpo. Não apenas como agente motor, mas também como agente social em atividade permanente. Essa perspectiva é a que nos inspira para

encontrar um sujeito e não um objeto que pratica exercícios, uma pedagogia que se abra verdadeiramente para a formação integral do educando? Quando trazemos o conceito de educação integral, o fazemos na mesma acepção dos Parâmetros Curriculares (1997) ao reconhecer que, a totalidade do ser humano se diferencia no transcurso da evolução humana e à medida que se desenvolve, o homem acentua suas predisposições e as influências do mundo circundante na estrutura holística do ser.

Nesse aspecto, a educação pensada como desenvolvimento integral é uma ideia correlata à noção de “holístico”, ou seja, ela deverá ter como objetivo, desenvolver e estimular o lado biológico, as aptidões cognitivas, corporais e sensoriais, concomitante com o lado emocional, oferecendo-lhe estímulos ao desenvolvimento em seu campo sociocultural de ação-interação (BRASIL,1996). Como formação holística, entendemos: total, global, ou seja, uma formação que leve em consideração os aspectos físicos, emocionais, mentais, sociais, ecológico, abarcando a totalidade do ser sem excluir evidentemente, o espiritual, transcendente.

Segundo Verderi (2003), na primeira metade do século XX, o bailarino Ted Shaw já manifestava a sua indignação em relação aos processos fragmentados da educação. Juntamente com a sua esposa, a bailarina Ruth Saint Dennis, eles fundaram uma importante escola, a *Jacob's Pillow's Community Dance*, cujo programa amplo, abrangia todos os tópicos que poderiam se relacionar com a prática, a coreografia e o ensino da dança, tais como Ciências, Matemática, História e Comunicação. Era um ambiente de cultura eclética, onde todas as artes se integravam. A filosofia de ensino/aprendizado desenvolvida por Ted Shawn na *Jacob's Pillow's Community Dance*, que postula o envolvimento dos estudantes em todos os níveis de experiência, desde a intelectual, à emocional e à física, se alinha a posturas contemporâneas que defendem, como nos faz refletir Morin (2001), a busca do conhecimento como uma forma integrada, interdisciplinar.

A comunicação refinada entre o gesto e a palavra, sobretudo, faz-nos acreditar que fazer exercícios não é apenas fazer uso dos músculos. Todo movimento humano é alento de uma percepção dos sentidos articulados, vividos, experimentados pela consciência como algo natural e vivo. Dessa forma, é possível compreender que o corpo não é mera reunião de órgãos justapostos, que a concepção de motricidade se refere à própria totalidade do ser humano. É por isso que diante de qualquer exercício físico, sentimos o corpo como estrutura global, como expressão do sujeito inteiro.

Portanto, não podemos estabelecer fronteiras entre o sujeito e o objeto quando a relação implica em enxergar corpo-motricidade como uma ação da consciência. A saber, seguindo a lógica das funções do corpo e seus órgãos, a atividade física permite que eu saiba a posição de cada um dos meus membros e todo o esquema corporal em que eles estão envolvidos. De acordo com Merleau-Ponty (1994), deveríamos ter aí uma nova maneira de compreender a estrutura do comportamento motor.

Refletindo com Marques (1996), acreditamos também que, nosso desafio contemporâneo, esteja atrelado à possibilidade de convivência entre os nossos corpos físicos e virtuais, tendo com isso, que reconhecer e aceitar este corpo, mundializado, sem limites, desenraizado e disperso trazido pelas novas tecnologias. O desafio para a educação é fazer com que as experiências virtuais – possibilitadas pela *internet* - não acabem com o corpo físico, mas sim, ampliem suas possibilidades de performance,

expressão, comunicação, percepção, criatividade, sensação, através das experiências concretas

Considerações Finais

Esse conjunto de reflexões nos possibilita supor que os princípios estabelecidos para o trabalho com o corpo, que perpassaram o século XIX e XX, ainda persistem nos dias de hoje, indicando a necessidade do desenvolvimento de propostas educacionais que considerem, para além dos discursos, a complexidade do indivíduo, de forma integral, respeitado no seu universo físico, sem omitir o mental, o emocional e o espiritual. Isso é, um indivíduo em formação e transformação constante, nunca acabado, dialogando com seu entorno, participando do processo de construção da sociedade e da cultura, e necessitando ser acolhido nas suas verdadeiras expressões. Como expressam os Parâmetros Curriculares para a disciplina de Educação Física (1997), desenvolver um trabalho que considere uma concepção de cultura corporal que contribua para o pleno exercício da cidadania, que busque desenvolver e afirmar valores e princípios democráticos, além de promover a autonomia, a cooperação, a participação social abrindo espaço para o debate de questões importantes e atuais sobre aspectos éticos e sociais. É por meio desses aspectos socioculturais que buscamos compreender, quais seriam os valores legitimados da linguagem corporal no cenário da dinâmica escolar atual.

Referências

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacional* – Educação Física, 1997.
- CAMINADA, E. *História da dança – Evolução cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
- CASSIRER, E. *La philosophie des formes symboliques*. Tome 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método. Regras para a Direção do Espírito*. Tradução: Pedro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1997.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, Pensar, Agir. Corporeidade e Educação*. Campinas SP: Papirus, 1994.
- GREINER, C. *O corpo: pistas para estudos indisciplinares*. SP: Annablume, 2005.
- HARRIS, J. *Jung e o loga/ A ligação Corpo-Mente*. SP: Editora Claridade, 2004.
- KULMANN JÚNIOR, I. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.5-17, 2000. Número especial: 500 anos de educação escolar.

LAPIERRE, A. AUCOUTURIER, B. LEWIS, M. ***Simbologia do Movimento: Psicomotricidade e Educação***. SP: Artes Médicas, 1988.

MANSUR, F. ***Dança e Educação. Sobre o movimento e dançar***. SP: Cortez, 2003.

MARQUES, Isabel. Corpo, dança e educação contemporânea. ***Pro-Posições***, v. 9, n. 2, 26 de Junho de 1998, p. 70-78

MERLEAU-PONTY, M. ***Fenomenologia da Percepção***. SP, Martins Fontes, 1994/2006.

MORIN, E. ***Os sete saberes necessários à educação do futuro***, SP: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, M. A. ***Educação, Saber e Produção em Marx e Engels***. SP: Cortez, 1990.

VERDERI, E. ***Dança na Escola – uma Proposta Pedagógica***. S P: Phorte Editora, 2009.

VIGOTISKY, Liev Semionovitch. ***A construção do pensamento e da linguagem***. S.P: Martins Fontes, 2003.

WALLON, Henry. ***A Evolução Psicológica da Criança***. SP: Martins Fontes, 1968.

WALLON, Henry. ***Do Ato ao Pensamento***. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, ***Padrão Referencial de Currículo***, 1996.

UM BREVE HISTÓRICO DO FUTEBOL EM MATO GROSSO

Igor Alexandre Silva Bueno¹

Francisco Xavier Freire Rodrigues²

Resumo: O artigo apresenta um breve histórico da trajetória do Futebol *Association* no Brasil e o seu desenvolvimento em Cuiabá capital do estado de Mato Grosso. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico baseado em livros, revistas especializadas e em sites relacionados ao tema. Foi possível encontrar similaridades no processo histórico entre os âmbitos nacional e local.

Palavras-chave: Sociologia do Esporte. Futebol *assocition*. Historia do Futebol.

Introdução

Este trabalho tem como tema a história do futebol em Mato Grosso, trata-se de uma breve incursão no processo histórico de implementação do futebol no estado.

No ano de 1882, Rui Barbosa, chefe da comissão estadual de ensino, destacou a necessidade de introduzir o exercício físico no currículo das escolas primárias. Porém, os resultados de tais ações obtiveram pouco efeito. No início, o desenvolvimento de atividades esportivas esteve ligado com o voluntariado dos imigrantes europeus e um reduzido número de brasileiros envolvidos com as atividades esportivas. Somente com influência estrangeira foi possível o desenvolvimento de atividades físicas mais ou menos organizadas no Brasil, fazendo com que surgissem os clubes de lazer (CALDAS, 1990).

Somente após sete anos do início do desenvolvimento de atividades esportivas organizadas, dentro dos clubes, que o Brasil sediou a primeira competição de natação na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1895. Com exce  o ao futebol, esse foi o perfil que o esporte brasileiro sempre apresentou, segundo o autor Waldenyr Caldas em seu livro "O Pontapé inicial, Memória do futebol Brasileiro (1990)", um desenvolvimento atrasado ou descompromissado no que tange a organiza  o de ligas esportivas. Porém, vale ressaltar, que o esporte no Brasil em sua gênese esteve ligado   elite das principais capitais do país, o que dificultava a populariza  o das atividades esportivas.

Todavia destaca-se que o foco deste artigo   apresentar a trajetória do futebol como esporte no Brasil e o seu desenvolvimento no estado do Mato Grosso, mais especificamente em Cuiabá, capital do estado.

A metodologia utilizada neste trabalho tem como bases o perfil de pesquisas exploratórias, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o assunto ainda pouco conhecido e explorado. A utiliza  o de tal metodologia se dá, pois, ao final de uma pesquisa exploratória, conhece-se mais sobre determinado assunto e torna-se apto a construir hipóteses. O artigo caracteriza-se em um levantamento bibliográfico de referências publicadas. As fontes usadas foram livros, documentos e sites que abordem o assunto sugerido. O proposto pretende apresentar um breve histórico do processo de desenvolvimento do futebol em âmbito nacional e local (GIL, 2008).

¹ Mestrando - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. E-mail: igorbueno_2@hotmail.com

² Doutor - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e-mail: fxsociologo@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo é proporcionar um paralelo com os fatos históricos do esporte tanto no estado como no Brasil. Dessa forma, será possível analisar as conjunturas favoráveis e desfavoráveis para o progresso do futebol. Assim, inicia-se pelo desenvolvimento do esporte no Brasil e posteriormente será apresentado a história do futebol na cidade de Cuiabá- MT. Cabe aqui analisar o início do desenvolvimento do esporte no Brasil entre anos de 1894 até o ano de 1930, quando se inicia o processo de desenvolvimento profissionalismo do futebol. E em Mato Grosso, do ano de 1905 ao início do processo de profissionalização do futebol no estado.

O futebol no Brasil

Ao buscar a gênese do futebol em nosso país torna-se quase unânime apresentar como o pai do futebol a figura de Charles W. Miller, um brasileiro de origem inglesa que com dez anos de idade foi para Inglaterra para estudar. Retornando ao Brasil, em 1894, trouxe em sua mala uma bola e algumas camisas para jogar futebol. Sua ideia original era difundir entre os ingleses que moravam em São Paulo a prática do futebol. Miller ensinou os sócios do São Paulo Athletic Club (SPAC) a praticarem tal jogo tão difundido na Bretanha. Charles Miller, além de introduzir o esporte no Brasil, era um excelente jogador e árbitro conhecia muito bem todas as regras e fundamentos do futebol (CALDAS, 1990).

Porém, há controvérsias sobre quem foi o primeiro a introduzir a prática do futebol no Brasil. Algumas fontes apontam que o *Football* chegou ao Brasil com marinheiros ingleses em 1872, no Rio de Janeiro. Outras fontes afirmam que foram os trabalhadores ingleses das fábricas de São Paulo que trouxeram o futebol para o país. Estudos recentes mostraram que o futebol já era praticado no Brasil em alguns colégios. “Em 1880 já se praticava o esporte no colégio São Luiz, em Itu; em 1886 se praticava no colégio Anchieta, no Rio de Janeiro; também no Rio, em 1892, se praticava o “esporte bretão” no colégio Pedro II” (LIMA, 2006).

Como Marcos Antunes de Lima (2006) aponta, não é interessante pensar qual foi à data que o futebol surgiu no país. O que realmente é valioso compreender é o caminho inicial percorrido pelo esporte no Brasil. Outro interessante apontamento desenvolvido pelo historiador Nicolau Sevcenko (1994) diz que o futebol apresentou dois caminhos, um ligado aos trabalhadores da estrada de ferro no Brasil, que deram origem ao futebol de várzea, e a outra foi através dos clubes esportivos ingleses que difundiram o esporte entre grupos da elite. Pode-se perceber que o futebol nas terras brasileiras encontrou dois caminhos, um mais elitizado e outro mais popular, que se cruzavam posteriormente, como aponta Lima:

Miller apresentou o futebol à elite paulista, e a sua aceitação foi rápida pelos clubes das diferentes comunidades. Ao mesmo tempo em que a elite começava a praticar esse esporte, o futebol se desenvolvia entre a classe operária, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. O futebol se expandiu rapidamente pelo Brasil. Os diversos times dos operários das fábricas iam surgindo na várzea paulista, e os clubes iam adotando o esporte em seus quadros (2006, p. 10).

Charles Miller juntamente com o alemão Hans Nobiling, que jogava pelo Clube Germânia, passaram a organizar competições de futebol no campo de rúgbi³ do São Paulo Athletic e no Velódromo. Desde então, uma série de jogos foram organizados nos quais reuniam altos funcionários das empresas inglesas e a elite econômica interessada nesse esporte. Nota-se que a origem do esporte no Brasil esteve ligada principalmente com um grupo de imigrantes com um capital econômico elevando ou grupos de interesse bem restritos. Em colégios, destinados para uma elite social, o esporte passou a ser praticado com frequência, principalmente a pedido dos próprios alunos que entendiam futebol como forma ideal de lazer (CALDAS, 1990).

As principais cidades que apresentavam atividades esportivas, especialmente o futebol, eram as capitais Rio de Janeiro e São Paulo. Por serem grandes centros econômicos do país ditavam as tendências para as demais cidades do Brasil. No Rio e na capital paulista inúmeros clubes foram formados, muitos deles ligados as classes operárias e outros as classe mais abastadas, porém poucos clubes de futebol permanecem ainda em atividade, devido, sobretudo, a pressões dos associados que não viam com entusiasmo o novo esporte (CALDAS, 1990).

Constata-se que a trajetória do desenvolvimento dos clubes de futebol no Brasil sempre apresentou times ligados a elite e também oriundos da periferia. Principalmente times ligados com os operários das fabricas, como foi exposto anteriormente. Contudo, isso não significava que os torcedores condiziam com a origem do time para o qual torciam. Um exemplo destacado por Waldenyr Caldas é o caso do time de futebol carioca, o Fluminense. O time foi criado por membros da elite carioca, mas cativou membros de todas as classes sociais:

(...) O Fluminense não gozava apenas da simpatia da elite carioca. O torcedor de baixo nível socioeconômico também tinha seus motivos para gostar do “Flu”. (...) Assim a opção do torcedor prendia-se a diversos outros aspectos mais importantes, como por exemplo, as cores da camisa, o bairro a popularidade, etc, ou mesmo por causa do elitismo. (...) assume certa ambigüidade quanto a formação da sua torcida junto aos segmentos mais carentes da sociedade carioca (CALDAS, 1990, pag. 26).

Outro aspecto importante apontado pelo autor diz respeito à imagem que os jogadores apresentavam. Por se vestirem bem e serem de níveis sociais mais altos despertavam nas classes mais baixas uma simpatia pelo time que estava unida ao um desejo de pertencem a tal elite econômica (CALDAS, 1990).

A não assimilação com os times do subúrbio do Rio de Janeiro se dava principalmente pela falta de resultados, ou seja, os times de origem socioeconômica inferior não conseguiam ganhar visibilidade e títulos devido à falta de recursos. A realidade da maioria dos jogadores não permitia somente se dedicar exclusivamente ao futebol. Dessa forma, os times que contavam com mais recursos eram compostos por jogadores que, em sua maioria, eram estudantes universitários de famílias ricas, sendo fácil conciliar estudo e treinos (CALDAS, 1990).

³Esporte de origem inglesa surgido em 1823, na cidade de Rugby, Inglaterra.

O caso do time Bangu Athletic merece ser destacado, pois evidencia o começo de uma mudança no perfil dos jogadores de futebol no Brasil até então. O *The Bangu Athletic Club* se diferenciava dos demais, já que em seu elenco não era composto somente por ingleses ou pessoas da elite carioca, era mesclado também por operários da fábrica Companhia Progresso Industrial. Tal situação somente foi possível devido ao desinteresse de outros ingleses em jogar no time da empresa, motivado pela localização do campo de treinamento ser de difícil acesso e distante do centro urbano. Segundo Caldas (1990), este fato é entendido com um marco para o início da democratização do futebol nos meios mais populares. De fato, havia jogadores com mais talento que os ingleses, derrubando o critério classista de outrora (CALDAS, 1990).

No ano de 1908, no Rio de Janeiro, criou-se a Liga Metropolitana de Sport Athléticos. E em 1913, a APEA – Associação Paulista de Esportes Athléticos foi criada no dia 22 de abril, com o objetivo organizar o futebol paulista e fazer a cobrança de ingressos. Esse foi o começo do processo de organização e profissionalização do futebol. Tudo isso, com o intuito de alguma renda, principalmente pela bilheteria, para custear o pagamento de gratificações aos jogadores. Na data de 25 de setembro de 1915, foi criada em São Paulo a Federação Brasileira de Futebol, e em 15 de novembro do mesmo ano foi fundada a Federação Brasileira de Esportes no Rio de Janeiro. A disputa entre Rio e São Paulo ficou polarizada por duas entidades, o que proporcionou efeito negativo no processo de fortalecimento de desenvolvimento do futebol no país. Devido à disputa de forças não era possível construir uma entidade nacional que representasse o futebol em âmbito nacional. Dessa forma, não conquistou o apoio internacional da FIFA-Federação Internacional de Futebol Associado (CALDAS, 1990).

Em junho de 1916 com o empenho do Chanceler Lauro Muller a disputa entre os estados terminou. Após reunião convocada com representantes de ambas as entidades, representativas do futebol tanto carioca quanto paulista criaram a Confederação Brasileira de Desporto – CBD, com o intuito de ser uma entidade forte e expressiva, representando o futebol brasileiro junto a FIFA. No ano de 1933, deu-se início a fase profissional do futebol no Brasil, marcada pelas lutas dos jogadores para se profissionalizarem como jogadores de futebol. Com isso, inicia-se outra fase da história do futebol no país. Mas a análise dessa nova fase do futebol ficará para estudos posteriores devido ao espaço exíguo disponível aqui.

O futebol em Cuiabá, Mato Grosso.

Ter a compreensão do desenvolvimento da prática do futebol no estado de Mato Grosso, mais especificamente na cidade de Cuiabá é um trabalho árduo a ser desenvolvido, pois há poucos registros históricos que possibilitam contar o percurso do futebol em Cuiabá. Ressalta-se que o foco deste artigo destina-se a capital do estado de Mato Grosso, isso não significa que em outras cidades do estado do Mato Grosso não houvesse a prática ou partidas de futebol.

Segundo relatos, a primeira partida de futebol aconteceu em 1905, por intermédio do Padre Antonio Maria Malan que adquiriu em São Paulo a primeira bola. Tal artefato deixou os jovens muito interessados em aprender as primeiras lições do

novo esporte. Outro entusiasta do futebol no estado foi o então presidente⁴ da província de Mato Grosso Antonio Paes de Barros, também responsável por trazer o esporte britânico para capital mato-grossense. Entre os anos de 1911 a 1915 surgiram em Cuiabá vários times de futebol como, por exemplo, o Americano, Paulistano, Royal, Internacional e Cuiabá Futebol Clube. Foram esses times que inauguraram a história do futebol no estado. No Bairro do Porto⁵, surgiu o time Internacional, formado por jovens residentes na área portuária da capital. Tinha como presidente do time o educador Gustavo Kulmann. O Cuiabá Futebol Clube apresentava um perfil mais elitizado, composto por jovens da sociedade cuiabana na época. O Cuiabá era presidido por Leowigildo Martins de Mello também professor amigo de Kulmann. O desenvolvimento do esporte no estado esteve ligado com uma classe econômica mais elevada e vinculada a ações pontuais de pessoas atreladas à elite políticas e aos colégios confessionais que incentivam a prática esportiva e muitas outras ações do governo estadual que estimulava a prática do futebol.

No dia 15 de novembro de 1913 foi inaugurada no Campo D'Ourique, a primeira praça esportiva como forma de incentivo ao crescimento do esporte na cidade. O campo esportivo era conhecido como Campo D'Ourique, que atualmente abriga o marco geodésico da América do Sul, na Praça Pascoal Moreira Cabral, e onde se localiza também a Câmara Municipal de Cuiabá. O espaço amplo do Campo D'Ourique era utilizado para diversos fins, dentre eles, para as touradas cuyabanas⁶, o esporte mais popular da época, que começou a perder espaço para o novo esporte, o futebol, como afirmam fontes oriundas da FMF – Federação de Mato-grossense de Futebol (SECOPA-MT, 2014).

O primeiro jogo de futebol realizado na cidade foi entre os times o Cuiabá e o Internacional do bairro do Porto. Desde então, o esporte começou a se desenvolver. As cidades que se simpatizavam com o novo esporte começavam a se organizar em ligas esportivas. Essas foram às bases para o desenvolvimento do esporte no Mato Grosso.

Até o ano de 1936, não existia uma entidade para organizar o novo esporte. No dia 11 de junho do mesmo foi fundada Liga Esportiva Cuiabana – LEC. A entidade era então presidida pelo desembargador José Vieira do Amaral e composta pelos clubes: Comércio Futebol Clube, Paulistano Futebol Clube, Americano Esporte Clube, Associação Atlética Tipográfica e Esporte Clube Destemido (já extintos), Mixto Esporte Clube e Clube Esportivo Dom Bosco, os únicos ainda em atividade (SECOPA-MT, 2014).

Por não haver um local próprio para a realização do esporte as disputas passaram do Campo D'Ourique para o campo do Bosque Municipal, local que mais tarde seria construído o “Estádio do Comércio” – o 1º Estádio de Futebol de Mato Grosso inaugurado em sete de setembro de 1936. Esse local hoje encontra-se o prédio do Colégio Estadual Liceu Cuiabano, localizado na Praça General Mallet, esquina com

⁴ Assim eram chamados dos governadores dos estados naquela época.

⁵ Bairro localizado nas proximidades do Rio Cuiabá.

⁶ A primeira “corrida de touro”, nome dado às touradas cuiabanas, aconteceu em 1805, a mando do Ouvidor Geral da província, Sebastião Pita de Castro. As touradas aconteciam geralmente por ocasião da Festa do Divino e eram realizadas durante três dias, sempre no período vespertino, mormente no domingo, segunda e terça-feira. Era um grande acontecimento social, pois a cidade comparecia em peso. A última tourada cuiabana ocorreu nas festas de São Benedito de 1936, no Campo d'Ourique, no período do governador Mário Corrêa da Costa. Acesso em 31 mai. 2014 <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=333&cid=22325>>

Avenida Getúlio Vargas região central de Cuiabá. O "Estádio do Comércio" criado pelo desportista Manoel Soares de Campos que era pai do ex-governador e ex-prefeito da cidade, Frederico Campos (SECOPA-MT, 2014).

Somente seis anos após a criação da Liga Esportiva Cuiabana –LEC foi fundada a Federação Mato-grossense de Desportos – FMD, no dia 26 de maio de 1942. A entidade foi criada com a finalidade de gerir o futebol no estado, organizando os clubes e as ligas municipais e promovendo campeonatos estaduais. Tal instituição congregava todos os esportes e por isso era considerada eclética. O primeiro Presidente Dr. Alexandre Arddor Filho, que elaborou seu Estatuto Oficial (SECOPA-MT, 2014).

No ano de 1943, portanto um ano após a criação da FMF, foi disputado o primeiro campeonato Mato-grossense de Futebol. O primeiro jogo oficial do futebol regional ocorreu no dia 31 de janeiro no Campo do Bosque Municipal, pertencente ao Comércio Esporte Clube. O Mixto Esporte Clube venceu o Clube Esportivo Dom Bosco. O Campeão do primeiro campeonato estadual foi time Paulistano Futebol Clube. Nos anos 1950, a maior rivalidade no futebol cuiabano era entre os clubes, Clube Atlético Mato-grossense e Mixto Esporte Clube conforme informações obtidas no Museu da Imagem e do Som de Cuiabá – MISC, 2014.

O local onde eram realizados os jogos de futebol em Cuiabá, o Campo do Bosque Municipal, passou a pertencer ao colégio Liceu Cuiabano, construído em 1944 tornando-se difícil a realização das disputas dos campeonatos. Devido a essas dificuldades começou-se a idealizar a construção do Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Mais uma vez o espaço de uso para a prática do futebol teve se mudar de local. No ano de 1952, foi inaugurado na cidade de Cuiabá o Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra com capacidade para sete mil lugares, o 2º construído em Mato Grosso. O estádio leva esse nome em homenagem ao então cuiabano e Presidente da República Gaspar Dutra.

Desde sua inauguração o Estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra mais conhecido como “Dutrinha” passou a ser a sede do futebol no estado de Mato Grosso, sendo o principal palco do futebol de Mato Grosso até a inauguração do Estádio Governador José Fragelli, conhecido como “Verdão”, em 1976. Até o ano de 2010, o “Verdão” era o principal espaço para as partidas futebolística do estado. No ano de 2010 o estádio foi implodido para dar lugar à Arena Pantanal para os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Por este motivo o “Dutrinha” volta ser o principal local para a disputa das partidas em Cuiabá⁷ (SECOPA-MT, 2014).

Considerações finais

⁷No ano de 1958, o time Operário Várzea-grandense se filia a Federação Mato-grossense Futebol, time esse oriundo de Várzea Grande cidade vizinha a capital Cuiabá. No dia 23 de julho no mesmo ano, o Operário realiza sua primeira partida e empata com o time, mais temido do campeonato, o Atlético Mato-grossense, em 1 a 1. O time do Operário então se torna o principal rival do Mixto Esporte Clube. O jogo entre Mixto e Operário ganhando o nome de o “Clássico dos Milhões”, devido sempre apresentar recorde de público devido a grande rivalidade entre os times. O profissionalismo do futebol ocorreu somente no ano de 1967, somente trinta e quatro anos após o início do processo de profissionalização no Brasil. Os primeiros entusiastas para a profissionalização do esporte foram os desportistas Rubens dos Santos, Ranulfo Paes de Barros, Macário Zanacape, João de Deus, Silva Freire, Francisco de Assis, e outros esportistas e o coronel Hélio de Jesus Fonseca.(SECOPA-MT, 2014).

Verifica-se que o processo histórico da entrada e consolidação do futebol no Brasil e em Mato Grosso apresentam muitos paralelos no que tange as conjecturas e envolvimento social de camadas sociais mais altas. Tanto no Brasil, de forma geral, como em Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, o futebol foi introduzido por uma camada social de maior nível econômico e principalmente por uma elite política detentora de influência na sociedade, como no caso do Padre Antonio Maria Malan, importante membro na tradicional sociedade católica da cidade Cuiabá responsável por difundir o esporte entre os filhos da elite.

O início do futebol em Cuiabá serviu como meio de distinção social de uma elite. A prática de esportes estrangeiros representava uma posição distinta entre os membros da sociedade cuiabana. Sendo o atrelamento com figuras do governo inevitável. Nota-se aí o paralelo com a história do futebol no Brasil. Em Cuiabá o esporte foi apresentado primeiro a uma elite econômica que poderia ter contato e desfrutar as novidades vindas dos grandes centros nacionais e da Europa. O mesmo ocorreu nas cidades do Rio e São Paulo.

O que se seguiu no processo histórico do desenvolvimento do futebol em Cuiabá foi o envolvimento cada vez maior das figuras de grande prestígio da sociedade nos quadros de administração de presidência das ligas de futebol. Pessoas influentes da cidade, grandes comerciantes, desembargadores e coronéis, todos eles estavam ligados ao futebol não na atuação em campo, mas na administração esportiva.

A estrutura física para o desenvolvimento do esporte local esteve diretamente dependente da participação das figuras do governo local. O primeiro estádio o "Estádio do Comércio" foi criado pelo desportista Manoel Soares de Campos que era pai do ex-governador e ex-prefeito de Cuiabá Frederico Campos. Posteriormente O estádio "Dutrinha" somente pode ser construído por intermédio do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Outro exemplo recente do envolvimento da elite política com o futebol é a Copa Governador de Mato Grosso, um torneio realizado no segundo semestre para decidir um dos representantes do estado no Copa do Brasil do ano seguinte. Este torneio foi idealizado durante a gestão do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi de 2003 a 2010.

A mesma lógica apresentada por Nicolau Sevcenko (1994) ao argumentar que o futebol apresentou dois caminhos, um ligado aos trabalhadores do Brasil, que deram origem ao futebol de várzea, e a outra foi através dos clubes esportivos mais elitizados que difundiram o esporte entre grupos da elite aplica-se no caso do futebol em Cuiabá. Porém, no Mato Grosso, o envolvimento da elite se deu principalmente na gestão do esporte. Times de classes mais baixas surgiram, mas por não terem recursos para se manter atuantes logo foram extintos.

Portanto, pode-se perceber que o futebol tanto mato-grossense como o brasileiro, encontrou dois caminhos, um mais elitizado e outro mais popular, que posteriormente se cruzavam como aponta Lima (2006). Fato esse somente aconteceu principalmente devido a popularização e profissionalização do esporte que ocorreu posteriormente. E com a popularização do esporte a elite que outrora pratica o esporte como forma de distinção social passa a atuar no esporte de forma diferente, ligando-se aos quadros administrativos e gerencias do esporte.

Referências:

1. CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro (1894-1933). São Paulo: Ibrasa, 1990.
2. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. Governo de Mato Grosso/SECOPA. **A História do Futebol em Mato Grosso, dos primórdios a atualidade**, Memória Viva. Disponível em: <http://www.mtnacopa.mt.gov.br/imprime.php?sid=358&cid=75717>>. Acesso em 29 mai. 2014.
4. LIMA, Marcos Antunes de. As Origens do Futebol na Inglaterra e no Brasil. **Esporte e história**. São Paulo, 2002.
5. SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. **Revista USP: Dossiê Futebol**, n.22, pp. 30-7, jun.-ago. São Paulo, 1994.

EDUCAÇÃO E CULTURA CORPORAL INFANTIL EM BRASÍLIA, NA DÉCADA DE 1960

Ingrid Dittrich Wiggers¹

Resumo: A pesquisa aborda atividades de escolas pioneiras de Brasília, na década de 1960. Objetivou-se produzir caracterização da cultura corporal infantil, considerando o plano educacional proposto por Anísio Teixeira. A pesquisa foi realizada por meio da análise de fontes iconográficas e documentos. As fontes evidenciam a valorização de atividades corporais no currículo escolar, em consonância ao pragmatismo educacional. Denotam ainda a integração entre a cidade, a escola e a infância.

Palavras-chave: Cultura corporal. Infância. Pragmatismo.

Introdução

No final da década de 1950, Brasília estava prestes a ser inaugurada e a nova cidade necessitava de um plano educacional. Anísio Teixeira foi convocado por Ernesto Silva, diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para propor um plano educacional para a nova capital com o intuito de formar um novo homem para a sociedade moderna, além de servir de exemplo para todo o país (SILVA, 1999). O plano formulado por Anísio teve caráter inovador e foi implantado no mesmo ano da inauguração da capital, em 1960. O sistema foi constituído por: a) Centros de Educação Elementar, formados por Jardins de Infância, Escolas-classe e Escolas-parque; b) Centros de Educação Média; c) Universidade de Brasília. O plano baseou-se na filosofia pragmatista e visava à educação integral, acrescentando ao ensino atividades de iniciação para o trabalho, atividades artísticas e de recreação (TEIXEIRA, 1961).

A vivência dos alunos no ambiente escolar democrático possibilitaria a formação de pessoas democráticas para constituírem uma sociedade democrática (PEREIRA *et al.*, 2011, p. 56). Para Teixeira (1963) a escola pública seria responsável por oferecer um sistema democrático, com oportunidades iguais aos indivíduos, fornecendo-lhe uma educação para eficiência social, onde o aluno teria o preparo para o exercício de funções sociais de cidadão e de trabalhador.

Diferentemente da escola tradicional, onde o professor é autoritário e a criança não tem voz, o novo sistema educacional visava uma escola moderna, onde os alunos teriam liberdade e autonomia. A educação como processo de modelagem destinada à preparação do futuro seria substituída pela escola renovada, na qual se valoriza autoridade interna da criança, levando em conta suas capacidades e diferenças. “Em vez da velha escola de ouvir, a nova escola de atividade e trabalho” (LESSA, 1960, p. 120).

Conforme o planejamento de Lúcio Costa, a nova capital foi organizada em superquadras, com espaços definidos para equipamentos de infraestrutura para atender às necessidades básicas dos moradores. Os principais equipamentos previstos para as superquadras foram blocos residenciais, escolas, comércio, igreja e clube. Na unidade de vizinhança, as crianças caminhariam o menor percurso possível entre a residência e a escola, sem interferência de tráfego de automóveis, o que gerava segurança e, por conseguinte, tranquilidade dos pais em relação ao dia-a-dia dos filhos.

¹ Doutora em Educação. Universidade de Brasília. ingridwiggers@gmail.com

O conjunto de quatro superquadras formam as chamadas unidades de vizinhança (COSTA, 1957).

A pesquisa de caráter histórico aborda atividades educativas de escolas pioneiras de Brasília, com foco na cultura corporal infantil, na década de 1960. A pesquisa foi realizada por meio da recuperação de fontes iconográficas e documentos, ao longo de nove meses. Objetivou-se produzir uma caracterização da cultura corporal infantil, considerando atividades de lazer e esporte, nos primeiros anos da história da nova capital brasileira, e sua relação com o plano educacional proposto por Anísio Teixeira.

Delineamento

A recuperação de fontes históricas proporciona uma viagem do presente ao passado, o que permitiu, no âmbito deste trabalho, uma reconstrução da memória educativa de Brasília. Por meio da reconstrução da memória, o indivíduo pode descobrir e identificar as relações que cada um estabelece consigo mesmo e com o conhecimento. Segundo Almeida (2003), a proposta de trabalho com a memória educativa tem como objetivo possibilitar um espaço em que a subjetividade do indivíduo, que muitas vezes não tem lugar na escola, seja explorada e, o mais importante, valorizada.

A recuperação de fontes foi realizada ao longo de nove meses, nos arquivos das escolas-classe 106 Sul, 107 Sul, 108 Sul e 308 Sul. Essas são pioneiras do sistema educacional de Brasília, tendo sido inauguradas no início da década de 1960 e se localizam na primeira “unidade de vizinhança” do Plano-Piloto. Complementarmente, foram consultados o Arquivo Público do Distrito Federal, bem como o Instituto Histórico e Geográfico de Brasília. Foram encontradas tanto fontes iconográficas quanto diversas fontes documentais. As fontes foram digitalizadas e classificadas, considerando o seu conteúdo principal.

De acordo com Bacellar (2006), a análise de fontes requer conhecimento da história da peça documental, ou seja, sob quais condições o documento foi produzido, com que propósito e por quem. Portanto, foi necessário um conhecimento do momento histórico no qual os documentos e fotografias recuperados se inserem. Igualmente, Kossoy (2001), ressalta que para se compreender o conteúdo de uma fotografia é necessária a análise dos aspectos históricos que contextualizam a representação da imagem.

Nessa direção, a fim de caracterizar a cultura corporal infantil, evidenciada em fontes de escolas pioneiras de Brasília, da década de 1960, fez-se referência à obra de Anísio Teixeira, bem como livros e artigos que enfocam a história de Brasília e sobretudo a história da educação e a história da educação física escolar em Brasília.

Resultados e discussão

Durante as visitas às escolas-classe foram encontradas noventa e duas fotografias e duzentos e treze documentos diversos. A maioria das fotografias representa eventos escolares e a menor parte retrata o cotidiano pedagógico. No contexto de eventos escolares destacam-se apresentações de dança, coral ou teatro em datas comemorativas, eventos religiosos, confraternizações entre alunos e professores, jogos esportivos, concursos da “rainha da primavera”, formaturas e visitas de

autoridades à escola. Embora em menor parte, as fotografias do cotidiano também representam acontecimentos variados, como cenas da construção da unidade de vizinhança, edificação das escolas, deslocamento a pé de grupos de crianças uniformizadas entre a escola e a residência, crianças brincando no parquinho infantil e brincando no intervalo das aulas.

Tanto as fotografias de eventos como as de cotidiano evidenciam aspectos significativos do pragmatismo, a filosofia educacional que embasou originalmente o sistema educacional de Brasília. Entre eles salienta-se a valorização das atividades corporais no currículo escolar, como o esporte, a dança e o teatro (WIGGERS, 2011). Além disso, o planejamento de Brasília, permitia não apenas o acesso e usufruto da família moderna a equipamentos urbanos que favoreciam a rotina de seu cotidiano, mas sobretudo uma autonomia das crianças em sua vivência na cidade. Essa autonomia pode ser ilustrada, por exemplo, pelo trajeto entre a residência e a escola que poderia ser feito a pé, sem riscos à segurança dos alunos (COSTA, 1957). Sobretudo, as fotografias ilustram uma integração entre a cidade, a escola e a criança.

Além disso, a vivência infantil no cotidiano da cidade foi representada por um rico repertório de atividades e brincadeiras. As “fichas de referência para matrícula” arquivadas nas escolas continham, além de dados pessoais dos alunos, informações sobre as atividades corporais experimentadas pelas crianças no contexto da unidade de vizinhança.

Em primeiro plano, o conteúdo das fichas de referência de matrícula, sugere a importância do lazer e das atividades corporais para a vida infantil no início da capital. Entretanto, entre as duzentas fichas encontradas, oitenta e sete registraram que as crianças não praticavam esporte e apenas trinta e seis responderam afirmativamente. Identificamos setenta e sete fichas sem resposta a essa questão.

Para a pergunta “tem local para brincar?”, 155 responderam “sim”, 26 disseram “não” e 19 não responderam. Os locais que apareceram mais vezes foi “superquadra”, com 39 respostas, “embaixo do bloco de edifício” com 32 respostas e o “parque infantil da superquadra” com 34 respostas. Outros espaços citados foram jardins, clube, quarto, quintal, pátio e casa. Em 45 fichas não houve respostas.

Nas fichas de referência para matrícula para a pergunta “recreação preferida?” das crianças, “boneca” esteve presente em 38 respostas, “bola” em 33 respostas, “bicicleta” em 21 respostas, “natação” em 16 respostas, “televisão” em 14 respostas, “carrinho” em 13 respostas e “futebol” em 13 respostas. Outras atividades citadas nas fichas foram: brinquedos, jogos de mesa, dona de casa, brinquedos, pipa, corda, avião, jogos de mesa, música, correr, leitura, desenho, brincadeiras de roda, cinema, jogos infantis, pintura, “ping-pong”, recortar revistas, “descer” com as colegas, bambolê, historinhas, tiro, pique e mímica de filmes. As atividades eram vivenciadas pelas crianças no próprio ambiente da unidade de vizinhança, com a autonomia para circular entre as quadras e blocos residenciais. Nos espaços destinados ao lazer as crianças brincavam livremente, sem depender da presença dos pais.

Essas evidências se assemelham às memórias da época de criança de SINOTI (2005, p. 18).

Embaixo do bloco eu fiz muita coisa: brinquei de pique-bandeirinha, pique- pega, carniça, subi nos postes de luz e nas

árvores, esfolei meus dedos com bola de gude, treinei quadrilha para as festas juninas, rezei novena para nossa senhora, com vela e procissão de quadra. Também namorei, joguei vôlei, curti muita chuva dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro [...]. A quadra de esportes era para tudo e todos: festa junina, futebol de salão, vôlei, basquete, crianças, adolescentes, senhoras e senhores.

Ao analisar as atividades corporais infantis vivenciadas por crianças da primeira unidade de vizinhança de Brasília, na década de 1960, constatou-se a importância cultural de tais atividades, o que revela identidade da população, ou seja, o cotidiano e a cultura corporal infantil daquela época. As fontes marcam a história e proporcionam uma viagem ao passado, onde as crianças, conforme os registros, teriam tempo e espaço para brincar.

Referências

ALMEIDA, Inês Maria. *Os docentes, a memória educativa e as (im) possíveis conexões com a psicanálise*. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/3e_piresA_130161003_post.pdf, 2003.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006

COSTA, Lúcio. *Relatório do plano-piloto de Brasília*. Encarte da Revista Módulo. nº 8, Rio de Janeiro, 1957.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan./mar. 2012, p.283-302.

LESSA, Gustavo. O pensamento liberal na obra de Anísio Teixeira. In: *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 116-130.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens* 2 ed., 120p. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, Eva Waisros *et al.* *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília: UnB, 2010.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Linha Gráfica, 1999.



SINOTI, Marta Litwinczik. *Quem me quer, não me quer*: Brasília, metrópole- matrimônio. São Paulo: Annablume, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

_____. Estado atual da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 89, jan./mar. 1963, p. 8-16.

WIGGERS, Ingrid Ditrich. Educação física escolar em Brasília, na década de 1960. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, jan./ mar., 2011, p. 137-157.

Agradecimentos: Às estudantes Thaís Reis e Mariana Menezes Piedade, da Faculdade de Educação Física da UnB, que colaboraram no desenvolvimento da pesquisa, por meio da atuação em projeto financiado pelo Programa de Iniciação Científica (ProIC) CNPq/UnB.

HISTÓRIA DO HANDEBOL NO RIO GRANDE DO SUL: PRIMEIROS PASSOS

Jamile Mezzomo Klanovicz
Suélen de Souza Andres
Silvana Vilodre Goellner

Por memória, compreende-se uma produção do passado sob a luz da experiência vivida, das emoções, da subjetividade e parcialidade explícitas, que é constantemente reelaborada e transformada de acordo com questões do presente. Já a história é uma construção crítica sobre o passado, um relato produzido a partir de métodos definidos. (MELO, 2013, pg. 161).

Ao lançarmos nosso olhar para o Handebol percebemos que a história que o representa é cercada de inúmeras influências. Depois de nos debruçarmos em livros que abordam o contexto histórico do Handebol mundial, procuramos por registros da presença desta modalidade no Rio Grande do Sul. Ao fazermos tal recorte, percebemos que tanto a memória quanto a história do Handebol no RS foram deixadas à margem por estudiosos/as e pesquisadores/as. Diante disso, procuramos por pessoas que fizeram parte da introdução e desenvolvimento da modalidade no RS com o objetivo de reconstruir a história deste esporte dentro do estado buscando, a partir da história oral o referencial teórico e metodológico para o embasamento desta pesquisa.

Handebol mundial e brasileiro: o que os livros nos dizem

Para iniciar essa pesquisa, um dos primeiros passos foi fazer um levantamento de fontes que falassem sobre Handebol em uma perspectiva sociocultural e histórica. Para tanto fizemos pesquisas em bancos de dados na internet e em livros disponibilizados na biblioteca setorial da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na pesquisa feita na biblioteca encontramos 174 itens entre livros e artigos que tivessem em sua temática o Handebol, do qual somente nove¹ trouxeram elementos históricos do Handebol mundial e brasileiro. Vejamos o que dizem os livros:

HANDEBOL MUNDIAL

¹¹ TENROLLER, Carlos Alberto. **Handebol: teoria e prática**, 2004.

VINHAS, Atila Machado. **Handebol**, 1988.

NAGY-KUNGAGI, Paulo. **Handebol**, 1983.

SILVA, Marco Antonio F. da. **Handebol: regras ilustradas, técnicas e táticas**, 1983.

FERREIRA, Pedro. **Handebol de salão: histórico mundial, regras ilustradas, educativos a nível escolar de 1º e 2º grau**, 1980.

CAMARGO, Francisco Netto. **Handebol**, 1ª, 2ª e 4ª edição, 1970, 1972, 1982.

FERRARESE, Juan Francisco. **El Balonmano**, 1976.

GRAEL, Eraldo Mario. **Estágio de aperfeiçoamento para professores**, 1970.

SILVA, Mauro C. Sá da. **Regras oficiais de Handebol**, 1992-93/1995-97.

O handebol nos tempos modernos partiu da prática de diversos países da Europa, sendo assim, foi jogado pela primeira vez em 1897, em Nyborg, Dinamarca. Na década de 1910, o Handebol começou a se destacar como esporte na Dinamarca, Alemanha e Suécia, e a partir de então, surge o Handebol de 11 no final do século XIX (ATLAS, s/d; ARANTES, 2010). Podemos dizer que os fundadores do Handebol foram os alemães, dois professores de Educação Física Karl Schelenz e Max Heiser. Criaram o novo esporte a partir do Raffballspiel e do Königsbergerball (Konrad Koch²).

Em 1917, surge o Handebol de Campo, desenvolvido pelo professor Karl Schelenz, também conhecido como um dos pais do Handebol. O ápice do Handebol se dá após o fim da Primeira Guerra Mundial, durante os Jogos Olímpicos em Berlim.

Escola Normal de Educação Física de Berlim, durante a primeira guerra mundial. No início, o Handebol era praticado apenas por moças e as primeiras partidas foram realizadas nos arredores de Berlim. Os campos tinham 40x20m. Pouco depois em campos de dimensões maiores, o esporte passou a ser praticado por homens e logo se espalhou por toda a Europa. Em 1927 foi criada a Federação Internacional de Handebol Amador, F.I.H.A. Mas, em 1946, durante o congresso de Copenhague (10 a 13 de julho), os Suecos oficializaram seu Handebol de Salão para apenas 7 jogadores por equipe, passando a F.I.H.A. a denominar-se Federação Internacional de Handebol, F.I.H., e o jogo de 11 jogadores em segundo plano. Em 1933 foi criada a federação alemã que, três anos depois, introduzia o Handebol nos Jogos Olímpicos de Berlim. (NETTO, 1970, p. 17)

O Handebol, com o tempo foi sendo cada vez mais aperfeiçoado, e alguns países, como a Tchecoslováquia, Suécia, Alemanha e a Dinamarca acabaram se distinguindo dos demais países europeus, obtendo um melhor desempenho nos campeonatos. No entanto, o Handebol popularizou-se, principalmente no meio estudantil, onde foi adotado por suas características de velocidade, habilidade e o seu valor educativo (NETTO, 1970).

Podemos perceber as diversas mudanças que houve no Handebol desde seu surgimento e o aperfeiçoamento da sua prática, devido as inúmeras influências que recebeu até se constituir como esporte.

HANDEBOL NO BRASIL

No Brasil, o Handebol surgiu no seio dos grupos étnicos germânicos que habitavam o país e por intermédio de Emil Schemehlin, que trouxe o esporte após a Primeira Guerra Mundial, na sua versão praticada em campo. Em 1928, já se registravam jogos amistosos de Handebol de Campo entre clubes da Colônia Alemã do sudeste e sul do país (ATLAS, s/d; ARANTES, 2010). O Handebol é hoje jogado em todos os estados

² Professor alemão, criador do Raffballspiel, em 1890, esporte popular entre os estudantes (NAGY-KUNSAGI, 1983).

brasileiros, tendo um maior desempenho nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná.

O estado de São Paulo foi o primeiro a fundar sua Federação nesse esporte, em 1940, mantendo a hegemonia do Handebol do Brasil até 1973 (FERREIRA, 1980). No entanto, com o tempo outros estados foram se aperfeiçoando e começaram a ter melhor desempenho em campeonatos como o JEBS³ e o JUBS⁴. Já em relação ao Rio Grande do Sul, o Handebol não teve sua origem no estado, mas os professores especializados trabalharam no sentido de proporcionar uma sólida fundamentação técnica à criança, criando situações materiais e regras de jogo adequadas a sua idade. (NETTO, 1982)

Dessa forma, considerando estes pontos de partida, o Handebol brasileiro obtém ainda uma hegemonia na América, tanto com os homens como com as mulheres, principalmente, após a vitória do Mundial de Handebol Feminino conquistado em 2013.

Caminhos metodológicos: História Oral em campo

Na tentativa de compreender como se constituiu a história do Handebol no RS, optamos por fazer uma busca bibliográfica e bem como investir na produção de fontes orais a partir de entrevistas com pessoas que estiveram presente na introdução e desenvolvimento da modalidade no estado. A investigação dessas fontes ajudou a definir o eixo teórico-metodológico que possibilitará chegar as questões pertinentes a este estudo. Nesse sentido nos utilizamos da História Oral, tendo em vista que esta apresenta como fonte básica de consulta os depoimentos orais de pessoas que tiveram e têm significativa contribuição e conhecimento acerca dos objetivos dessa investigação.

Thompson (1992) define História Oral como uma maneira de interpretação da história, sociedade e cultura, escrita através do recurso da escuta das pessoas e registros de suas lembranças e experiências com a finalidade de criar fontes históricas. Desta forma, com as entrevistas e as anotações dos fatos observados é possível analisar, compreender e interpretar a vida individual relacionada com as relações sociais e assim construir a história.

A História Oral deve levar em conta que a memória opera uma revisão do passado em função das exigências do presente, memória individual/memória coletiva; lembrança/esquecimento; oral/escrito. O relato oral é transcrito, além de que, como lembra (Portelli apud PEREIRA, 1996), muitas fontes escritas são transmissões incontroladas de fontes orais perdidas” (PEREIRA, 1996, p.70)

Assim, a História Oral pode ser considerada um método de pesquisa, um tipo de fonte ou até mesmo uma técnica de pesquisa (Goellner, 2005). É responsável por rememorar a vida cotidiana e preencher as lacunas deixadas na escrita da história pelas fontes, todavia ao se utilizar de fontes orais a mesma é vista como uma narrativa, na qual não busca correspondência com uma verdade, mas sim uma versão desta, a partir

³ Jogos Escolares Brasileiros.

⁴ Jogos Universitários Brasileiros.

do simbólico e suas representações (PESAVENTO, 2005), visto que a pessoa entrevistada irá relatar os acontecimentos a partir de sua visão, suas experiências.

Tendo em vistas estas considerações e seguindo os caminhos metodológicos necessários à construção desta pesquisa e também do acervo de memórias a ser disponibilizado no Centro de Memória do Esporte, estes são os seus procedimentos metodológicos:

1. Identificação das pessoas a serem contatadas para as entrevistas.
2. Elaboração de roteiros para cada entrevista – este procedimento é realizado depois de já termos acesso à algumas informações sobre o entrevistado e sua relação com o tema da entrevista, o que requer pesquisa prévia. As entrevistas serão temáticas valorizando, sobretudo, o envolvimento do entrevistado no campo das práticas corporais e esportivas.
3. Realização da entrevista – esta poderá ser temática ou sobre a história de vida do entrevistado. A entrevista será gravada para facilitar o processo de transcrição;
4. Processamento da entrevista – refere-se ao processo envolvido na passagem do depoimento da forma oral para a escrita, incluindo as etapas de transcrição, copidesque e leitura final;
5. Devolução da entrevista na linguagem escrita para conferência do entrevistado;
6. Assinatura, por parte do entrevistado, de um documento concedendo ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física a propriedade e os direitos de divulgação do depoimento de caráter histórico e documental;
7. Catalogação da entrevista conforme orientações específicas visando a organização do acervo de memórias;
8. Disponibilização da entrevista, de fotografias e de documentos para consulta através do Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte <http://www.repositorioceme.ufrgs.br/>

A partir do levantamento das fontes e do cuidado com os procedimentos metodológicos, alguns critérios foram estabelecidos para a escolha dos/as entrevistados/as dessa pesquisa. Para formar a rede de depoentes consideramos a relação que este/a possui com o Handebol, em específico o praticado no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa geral sobre os possíveis depoentes e o que cada um poderia contribuir de acordo com sua história dentro da modalidade. Pessoas essas que colaboraram para construir essa história e para que ela prosperasse. A partir desses contatos criamos uma rede de depoentes, dentre os quais destacamos:

1. Francisco Camargo Netto: foi um dos introdutores do Handebol no Rio Grande do Sul, e um dos fundadores da Federação Gaúcha de Handebol, já foi professor da ESEF – Escola de Educação Física/UFRGS, lecionando várias disciplinas, dentre elas o Handebol. Chegou a ser preparador físico da Seleção Brasileira de Handebol de Salão em 1960, sendo também o primeiro preparador físico do Sport Clube Internacional.

2. Luis Celso Giacomini: foi técnico de handebol durante 32 anos, incluindo da Seleção Brasileira de Handebol júnior, juvenil e adulto masculino, exerceu cargo diretivo acadêmico na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E foi um dos fundadores da Associação Desportiva da UFSM- ADUFSM. Chegou a ser presidente da Federação Gaúcha de Handebol. E atualmente Presidente da Projesporte- Empresa de Assessoria Esportiva e Vice-presidente da Federação Gaúcha de Handebol.

3. Irail Antonello: formado em 1976 pelo Centro de Educação Física da UFSM, faz parte do grupo de professores de Educação Física/técnicos que iniciaram o handebol e deram a contribuição para o seu desenvolvimento. Irail, praticamente, trabalhou com equipes femininas. Foi técnico, por muitos anos, do Colégio Sant 'Anna. Foi técnico de equipes de várias categorias do Corinthians Atlético Clube e foi campeão brasileiro dirigindo a equipe feminina juvenil da ADUFSM na década de 80.

Em um primeiro momento foi feito o contato com as pessoas selecionadas com a finalidade de conferir a disponibilidade de cada um para colaborar com a pesquisa. No momento da entrevista foi entregue uma carta de cessão de direitos autorais sobre o depoimento oral, e apresentado todo o procedimento que é feito com a entrevista, como: objetivo da pesquisa, e o formato da transcrição seguindo com os procedimentos éticos e metodológicos, estando os mesmos vinculados ao projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte/UFRGS.

Para cada entrevista foi seguido um roteiro, sobre trajetórias de vida, a inserção do Handebol, suas relações com este esporte, período de maior visibilidade, cidades com maior projeção do esporte Handebol.

A HISTÓRIA DO HANDEBOL NO RIO GRANDE DO SUL: o que as fontes nos dizem nesses primeiros passos da pesquisa

Na falta de documentos que nos explicitem a história do Handebol no Rio Grande do Sul as fontes orais tem sido o melhor caminho para registrar e remontar essa história. No entanto precisar os primórdios do Handebol no RS é uma tarefa complicada já que cada sujeito possui a sua versão sobre essa história.

Contudo com as primeiras entrevistas é possível perceber alguns pontos convergentes, entre eles, aquele que seria o precursor da modalidade no RS. Como aponta Celso Giacomini em seu depoimento “[...] quem trouxe o Handebol no Rio Grande do Sul, foi o professor Francisco Camargo Netto, que foi professor desta Universidade e que trouxe na década de 1960, ele é o pai do Handebol no Rio Grande do Sul.” (GIACOMINI, 2014, p. 06)

Diante desse fato, o próprio professor Francisco Camargo Netto já havia relatado em seu depoimento como trouxe, a partir de um curso, o Handebol para o Rio Grande do Sul, vejamos:

“[...] Em 1960 precisava de um professor para ministrar aulas em um curso em Porto Alegre, um curso de... Que eles chamavam de atualizações de professores. Onde juntavam os professores

titulados, quer dizer graduados, e os leigos, então, em julho de 1960 eu vim para introduzir o Handebol no Rio Grande do Sul. Bom, foram quinze dias de atividades e tinha mais ou menos umas quatrocentas pessoas no curso, essas pessoas vinham aqui da capital e do interior. (NETTO, 2014, p. 01)

O curso oportunizou a entrada do Handebol no RS, que em um primeiro momento como aponta Francisco Camargo Netto a inserção da modalidade foram as escolas. Outro ponto interessante que podemos visualizar nas primeiras entrevistas, é que a UFRGS foi à pioneira em oferecer a Disciplina de Handebol em sua grade curricular com a contratação do Professor Francisco Camargo Netto em 1963 como relata. Nas suas palavras:

[...] Bem, e a minha formação então, foi assim, primeiro eu me formei em Educação Física, fiz a especialização em Handebol, e vim pelo MEC dar esse curso, e aqui depois desse curso, antes de ir embora eu recebi uma proposta de vir trabalhar no Rio Grande do Sul. Perguntaram-me se eu não teria interesse, e eu disse que “sim”, que se houvesse a oportunidade, e fosse favorável financeiramente também, eu viria, um ano depois... é um ano depois, eu voltei para o Rio Grande do Sul, então, no dia dezesseis de agosto de 1961 eu vim para o Rio Grande do Sul trabalhar na Secretaria de Educação indo para algumas escolas, trabalhando com o Handebol e posteriormente me fixei aqui na Faculdade de Educação Física, isso foi em dezembro de 1963.” (NETTO, 2014, p. 01)

Na década de 1970 o Handebol já estava presente em outras Universidades, sendo uma delas, a Universidade Federal de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul e que nessa mesma época veio a ser o ponto de referencia do Handebol no RS em questões de rendimento. Mas em depoimento tanto o professor Celso Luiz Giacomini quanto o Professor Iradil Antonello afirmam a UFRGS como percussora na formação de profissionais na modalidade. Giacomini relata “[...] o foco do handebol, embora, a origem dos profissionais todos tenha sido aqui na UFRGS, o foco do handebol se transportou para Santa Maria.” Sobre esse tema Iradil complementa:

[...] O handebol no Rio Grande do Sul acho que foi mais ou menos em 1970. Eu acho que foi em 1972, 1971. Mas a gente já tinha, por exemplo, as equipes da UFRGS, que já jogava handebol e que surgiu antes de nós. Começamos, aqui em Santa Maria, em 1973, mas no Rio Grande do Sul faz mais tempo que começou. O período de nossa maior visibilidade foi quando saímos, no primeiro ano que participamos, campeão nos Jogos Escolares Brasileiros. O momento foi em 1976 e nós começamos a ir pra campeonatos brasileiros com a seleção gaúcha. Eu e o professor Luiz Celso Giacomini.(ANTONELLO, 2013, p. 02) [...]

Aqui em 1973 nós já tínhamos forte o handebol feminino; em Santa Maria era fortíssimo. (ANTONELLO, 2013, p. 05)

Nos primeiros passos dessa pesquisa já podemos visualizar questões pertinentes para se analisar sobre a chegada e disseminação do Handebol no Rio Grande do Sul. Pois com a chegada do Handebol ao Brasil em 1928, esse fica restrito ao estado de São Paulo até meados da década de 60, quando o professor Augusto Listello oportunizou um curso para professores de outros estados, dando ênfase ao ensino de um Handebol mais didático. (SILVA, 2006), (ARANTES, 2010)

No mesmo ano em que o Professor Francisco Camargo Netto disseminou o Handebol ao Rio Grande do Sul e que em menos de 20 anos se torna uma referência nacional do Handebol. Nesse sentido estamos caminhando no sentido de descortinar a História do Handebol no RS no intuito de deixar registrado o desenvolvimento da modalidade desde seu início.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Gabriela Villela. **A História do handebol em Minas Gerais**. Monografia de Graduação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

FERREIRA, Pedro. **Handebol de salão**. 2. ed. São Paulo: Cia. Brasil, 1982.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. História Oral: Desafios e Potencial na Produção do Conhecimento Histórico. In: IV **Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**, 1996. Anais do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Educação Física, 1996. v. 1. p. 62-70.

SILVA, Marco Antônio Ferreira da. **Handebol: regras ilustradas, técnicas e táticas**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1983.

SILVA, Paula; GOMES, Paula Botelho; QUEIRÓS, Paula; Género e desporto: a construção de feminilidades e masculinidades. **Revista digital**, Buenos Aires - Ano 11, nº 96, 2006

TENROLLER, Carlos Alberto. **Handebol: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VINHAS, Atila Machado. **Handebol**, 1988.

NAGY-KUNGAGI, Paulo. **Handebol**, 1983.

SILVA, Marco Antonio F. da. **Handebol: regras ilustradas, técnicas e táticas**, 1983.

FERREIRA, Pedro. **Handebol de salão: histórico mundial, regras ilustradas, educativos a nível escolar de 1º e 2º grau**, 1980.



CAMARGO, Francisco Netto. **Handebol**, 1ª, 2ª e 4ª edição, 1970, 1972, 1982.

FERRARESE, Juan Francisco. **El Balonmano**, 1976.

GRAEL, Eraldo Mario. **Estágio de aperfeiçoamento para professores**, 1970.

SILVA, Mauro C. Sá da. **Regras oficiais de Handebol**, 1992-93/1995-97.

OLIMPIADAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA: ESPORTISTAS SUL-RIO-GRANDENSES NOS JOGOS OLÍMPICOS (1920 a 1960)

Janice Zarpellon Mazo¹

Resumo: O texto apresenta os resultados de pesquisas históricas que reconstruíram as memórias da participação de esportistas sul-rio-grandenses em Jogos Olímpicos, no período de 1920 até 1960. Os estudos evidenciaram que os esportistas eram vinculados a clubes, nos quais se destacavam na prática esportiva. A faixa etária era variada e na sua maioria trabalhavam e treinavam à noite. Enfrentaram dificuldades financeiras para participar do evento e os conflitos entre as entidades esportivas brasileiras.

Palavras-chave: História do Esporte. Olimpíadas. Jogos Olímpicos.

Considerações Iniciais

No presente texto apresentamos os resultados de pesquisas históricas (Martini, 2013; Mazo, 2003; Mazo, Frosi, Maduro, 2012; Mazo et al, 2012; Mazo, Assmann, 2012; Mazo, 2013; Pereira, 2012; Pereira, Silva, Mazo, 2014; Rolim, 2008; Silva, 2011), que, de forma geral ou específica, reconstruíram as memórias sobre a participação dos esportistas sul-rio-grandenses em Jogos Olímpicos, no período de 1920 até 1960. Nestas pesquisas foram analisadas fontes impressas, orais e imagéticas, bem como foi realizada a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Na sequência descrevemos de forma sintética as informações obtidas nos estudos históricos².

Os esportistas sul-rio-grandenses nos Jogos Olímpicos

A participação de esportistas sul-rio-grandenses em JO ocorreu em 1920, edição que marca a estreia do Brasil no evento internacional realizado na cidade de Antuérpia (Bélgica). Antes de integrar o grupo de atletas que representaria o Brasil nos JO, os praticantes de tiro ao alvo oriundos dos tradicionais clubes de tiro do Rio Grande do Sul, Dario Barbosa e Sebastião Wolf, se submeteram as três competições seletivas para integrar a equipe de tiro ao alvo. A primeira delas foi realizada em algumas cidades do Brasil, incluindo Porto Alegre; a segunda simultaneamente no Clube de Tiro nº 4 em Porto Alegre e no Revólver Club do Fluminense *Football Club* no Rio de Janeiro; e a terceira e última foi realizada novamente no Revólver Club do Fluminense *Football Club* no Rio de Janeiro. Esta etapa trouxe mais transtornos aos esportistas, pois a viagem de Porto Alegre ao Rio de Janeiro nos anos 1920 era desgastante e dispendiosa.

¹ Professora Doutora, Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. janmazo@terra.com.br

² Faz-se a ressalva, que a temática dos Jogos Olímpicos é um dos eixos de um projeto de pesquisa mais amplo denominado “Cenários históricos e socioculturais dos Esportes e da Educação Física no Rio Grande do Sul – Brasil”, cujo objetivo geral é analisar e interpretar o processo sócio-histórico-cultural de construção dos campos do Esporte e da Educação Física no estado do Rio Grande do Sul, de meados do século XIX, até as primeiras décadas do século XXI. Os resultados das pesquisas e outras ações de ensino e extensão vinculadas a este projeto e desenvolvidas pelo “Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME)” são disponibilizados em: <http://www.facebook.com/nehme>.

A maioria dos atiradores que participaram das provas seletivas era militar, diferentemente dos sul-rio-grandenses, pois Dario Barbosa era médico e Sebastião Wolf fabricava biscoitos. Os atiradores sul-rio-grandenses eram frequentadores assíduos dos tradicionais clubes de tiro porto-alegrenses. O tiro ao alvo está entre as primeiras práticas fomentadas pelas sociedades de atiradores e sociedades de ginástica instaladas no Rio Grande do Sul a partir de meados do século XIX, pela iniciativa de imigrantes alemães.

Outro obstáculo enfrentado pelos atletas brasileiros foi o atraso no embarque para a Antuérpia, fato que forçou o desembarque em Lisboa (Portugal) e a continuidade da viagem de trem até Bruxelas (Bélgica) para que a delegação chegasse a tempo no evento. Na escala em Bruxelas, os atiradores foram roubados e ficaram sem parte da munição e dos alvos. Mesmo com munição e armas emprestadas pela equipe de tiro americana e instalados em ambiente com condições precárias, os atiradores sul-rio-grandenses participaram das disputas e, inclusive, conquistaram medalhas.

Na edição de 1924, em Paris (França), Willy Richard Franz Seewald foi o único esportista da região sul do Brasil chamado para integrar o pequeno grupo que formaria a equipe brasileira. Embora atleta destacado nacionalmente, as dificuldades financeiras emergiam como um grande desafio a ser superado na carreira do atleta, sobretudo no momento em que houve a retirada da verba governamental para a participação da delegação brasileira nos JO, devido a problemas administrativos relacionados à Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A participação de Willy Seewald foi possível devido ao apoio de sua família, mas principalmente pela ajuda financeira que recebeu de um teuto-brasileiro pertencente a elite econômica sul-rio-grandense, que subsidiou sua viagem. Esta atitude entre membros da comunidade teuto-brasileira não era tão incomum na época.

Diante da ausência de incentivos oficiais, surgiram campanhas para arrecadar fundos com a finalidade de enviar a delegação brasileira aos JO. A Federação Paulista de Atletismo percebeu que a delicada situação diante das deficiências administrativas da CBD, colocava em risco a participação do Brasil, e tomou a iniciativa de angariar fundos, por meio de subscrição pública patrocinada pelo jornal O Estado de São Paulo. Tratava-se de um apelo que tinha o caráter de extrema urgência, o que impediu qualquer nova solicitação ao governo federal e também aos governos estaduais e municipais. A lista de obtenção de fundos, fez com que dentro de algumas semanas se conseguisse o valor suficiente para as despesas de viagem e de estadia de uma pequena delegação. Os paulistas Antônio Prado Júnior e José Ferreira Santos empenharam-se, para que a inscrição do Brasil nos JO de Paris que havia sido cancelada fosse devidamente revalidada, o que foi conseguido plenamente, pois o Comitê Olímpico Internacional (COI) estava solidário com a iniciativa.

O Brasil não participou da edição de 1928 em Amsterdã (Holanda), alegando problemas financeiros para o envio da delegação. Mas, na edição seguinte dos JO, em 1932, na cidade de Los Angeles (Estados Unidos), a delegação brasileira contou com um número expressivo de atletas em relação as edições anteriores, porém nenhum era procedente do Rio Grande do Sul. Do total de 85 atletas, apenas 58 atletas conseguiram participar das competições, devido, novamente às insuficiências orçamentárias. Assim, cabe ressaltar um quadro de ausências de atletas sul-rio-grandenses que vinha sendo delineado na trajetória da delegação olímpica brasileira. Esta lacuna dos sul-rio-

grandenses merece mais estudos, pois cidades do Rio Grande do Sul possuem clubes de vários esportes desde meados do século XIX.

Nos JO de 1936 o cenário anuncia significativa modificação: 10 atletas pertencentes aos clubes de remo do Rio Grande do Sul fizeram parte da delegação da CBD. Mas, consta que competiram apenas na modalidade oito com timoneiro, sendo eliminados na segunda repescagem. Nesse evento, o Brasil enviou duas delegações para se representar: uma articulada pela CBD e a outra pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), instituído no ano anterior. Tal episódio gerou disputas internas e diferentes versões sobre os acontecimentos relativos à participação brasileira no referido evento.

Houve demora na partida dos representantes da CBD para Berlim porque o presidente do COB negou-se a entregar os passaportes olímpicos para os atletas vinculados à entidade, exigindo-os a transferência da partida para outra data. A delegação do COB, que embarcou para Berlim antes da delegação da CBD, na chegada hospedou-se na Vila Olímpica, enquanto os representantes da CBD passaram a noite em uma estação de trem, esperando que um acordo fosse firmado. Todavia, pouco antes do início dos JO as duas delegações foram unificadas, mesmo assim a delegação da CBD teve que se hospedar em pensões nos arredores de Berlim, pois não teve acesso a Vila Olímpica. Os atletas sul-rio-grandenses, que eram todos remadores pertencentes a delegação organizada pela CBD pouco conheceram da Vila Olímpica. O descontentamento com esta e outras situações em Berlim desapontou alguns remadores.

Para além do envio de duas delegações, outro fato marcou esta edição do evento, quando os grupos de atletas do COB e da CBD fizeram disputas em Berlim para definir quais os competidores que participariam dos JO. Um atleta da equipe da CBD, medalhista em diversos torneios anteriores, participou destas eliminatórias, mas não competiu nos JO, e foi justamente o remador que rendeu mais controvérsias. Fritz Richter gerou muitas polêmicas e esteve envolvido em diversos fatos controversos, antes, durante e depois dos JO, desde a saída de Porto Alegre até o seu retorno.

Fritz Richter era integrante da delegação da CBD, contudo partiu antes, junto com a equipe do COB. Porém, a atitude de Fritz Richter não ocorreu sem prejuízos, pois tanto ele quanto seu barco foram identificados durante a viagem. Nesta mesma embarcação estava Souza Ribeiro, acompanhando na condição de delegado especial, com a incumbência de relatar perante ao COI a situação criada internacionalmente para o esporte brasileiro em virtude do desavença entre a CBD e o COB. O caso de Fritz Richter também foi registrado e rendeu diferentes opiniões sobre o comportamento do atleta.

Em Berlim, Fritz Richter não participou dos treinos de sua equipe e em vários momentos solicitou dinheiro para os dirigentes brasileiros alegando não ter recursos para pagar o pensionato e a alimentação. O remador foi acusado de viajar para Berlim a fim de fazer turismo, visitar parentes e tratar de assuntos profissionais. Consta nas fontes que o remador sul-rio-grandense chegou a participar de uma eliminatória com o remador Celestino Palma do Rio de Janeiro, mas foi desclassificado. Sendo assim, não foi convocado para integrar a delegação brasileira. Curiosamente, Fritz Richter não consta na lista de atletas do COB que participaram dos JO de 1936.

As edições seguintes dos JO, que deveriam ocorrer em 1940 e 1944 não foram realizadas devido a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1948, o evento foi

retomado em Londres (Inglaterra). Nestes JO, o Brasil enviou uma delegação numerosa, composta de 81 atletas, sendo 70 homens e 11 mulheres. Há divergências sobre o número de atletas sul-rio-grandenses que competiram no remo: Arlindo da Cunha Cabral, Paulo Diebold e Pércio Zancani. Consta que o timoneiro Arlindo da Cunha Cabral não participou porque a dupla de remadores Paulo Diebold e Pércio Zancani optou por disputar apenas na categoria sem a presença de um timoneiro, focando apenas em uma prova. Mas também há registro que o barco de Paulo e Pércio com o timoneiro Arlindo Cabral foi desclassificado, pois Pércio teria passado mal durante uma das provas. Os remadores terminaram a sua participação nesta edição dos JO sem conquistar uma boa classificação.

Na edição dos JO de 1952 em Helsinque (Finlândia) somente um atleta sul-rio-grandense integrou a delegação brasileira: Alfredo Jorge Ebling Bercht. Foi um dos pioneiros no esporte vela em Porto Alegre e conseguiu a nona classificação geral nos JO. Esse velejador também participou da edição dos JO em 1956, em Melbourne (Austrália). Desta vez, fazendo dupla com seu irmão Rolf Fernando Ebling Bercht, conquistou o 10º lugar na classificação geral. Outro atleta do Rio Grande do Sul, Breno Vignoli, é citado em algumas fontes pela sua participação nas provas de pentatlo moderno, porém outras registraram somente sua participação na seletiva para os JO; seu nome não consta na relação de atletas do COB.

Nos JO de Roma, em 1960, novamente os remadores sul-rio-grandenses estiveram presentes, a saber: Ernesto Neugebauer Endter, Francisco Todesco, Harry Klein e Paulino Gonçalves Leite. Esses remadores foram muitas vezes campeões nas provas que disputaram no Brasil e em países sul-americanos, mas não obtiveram o mesmo êxito nos JO. Verifica-se outra vez a ausência de esportistas sul-rio-grandenses vinculados a outros esportes na delegação brasileira.

Segue no quadro abaixo, elaborado pelas pesquisadoras, informações sobre os esportistas que participaram dos JO no período de 1920 a 1960.

JO	Atleta	Modalidade	Clube	Idade	Profissão
1920	Dario Barbosa	Tiro ao alvo	Tiro Nacional Porto-Alegrense	38 anos	Médico
1920	Sebastião Wolf	Tiro ao alvo	Tiro n. 4	51 anos	Fabricante de biscoitos
1924	Willy Richard Franz Seewald	Lançamento de Dardo	Sociedade Ginástica São Leopoldo	24 anos	Marceneiro
1936	Ernesto Sauter	Remo	Clube de Regatas Guaíba	32 anos	Comerciante
1936	Henrique Kranen Filho	Remo	Clube de Regatas Guaíba	25 anos	Comerciante
1936	Rudolf Maria Rath	Remo	Clube de Regatas Guaíba	31 anos	Comerciante
1936	Alfredo de Bôer	Remo	Clube de Regatas Almirante Barroso	29 anos	Comerciante
1936	Arno Franzen	Remo	Clube de Regatas Almirante Barroso	20 anos	Comerciante

1936	Lauro Franzen	Remo	Clube de Regatas Almirante Barroso	25 anos	Comerciante
1936	Maximo Fava	Remo	Clube de Regatas Almirante Barroso	25 anos	Comerciante
1936	Nilo Anselmo Franzen	Remo	Clube de Regatas Almirante Barroso	34 anos	Comerciante
1936	Frederico Guilherme Tadewald	Remo	Clube de Regatas Vasco da Gama	28 anos	Comerciante
1936	Fritz Richter	Remo	Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré	INL	Comerciante (Oficina mecânica)
1948	Arlindo da Cunha Cabral	Remo	Clube de Regatas Guaíba-Porto Alegre	INL	INL
1948	Paulo Diebold	Remo	Clube de Regatas Guaíba-Porto Alegre	INL	Vendedor
1948	Pércio Zancano	Remo	Clube de Regatas Guaíba-Porto Alegre	INL	Bancário
1952	Alfredo Jorge Ebling Bercht	Vela	Clube Veleiros do Sul	30 anos	INL
1956	Alfredo Jorge Ebling Bercht	Vela	late Clube Guaíba	34 anos	INL
1956	Rolf Fernando Ebling Bercht	Vela	late Clube Guaíba	31 anos	Engenheiro Eletricista
1956	Breno Vignoli	Pentatlo Moderno	Grêmio Náutico União	INL	Militar
1960	Ernesto Neugebauer Endter	Remo	Grêmio Náutico União	18 anos	INL
1960	Francesco Todesco	Remo	Grêmio Náutico União	23 anos	INL
1960	Harry Edmundo Klein	Remo	Grêmio Náutico União	18 anos	INL
1960	Paulino Gonçalves Leite	Remo	Grêmio Náutico União	23 anos	INL

Os remadores, que se destacam no quadro acima, se declaravam amadores, pois trabalhavam e praticavam o esporte nas horas vagas. Assim como eles, os esportistas sul-rio-grandenses que participaram das edições anteriores dos JO não tinham o esporte como profissão, o que fazia com que os participantes desenvolvessem uma forma paralela de sustento. Entre eles havia médicos, marceneiros, comerciantes entre outros profissionais. Nesse contexto, participar de um evento na Europa, para onde o deslocamento necessitava de elevada quantia de dinheiro, não era uma decisão simples para estes homens que sustentavam famílias.

Sebastião Wolf, praticante de tiro ao alvo e também dirigente do Clube de Tiro nº 4, assim como o médico Dario Barbosa participaram também de algumas

competições nacionais e internacionais de tiro disputadas na América do Sul. Embora as competições não fossem tão frequentes como hoje, a participação envolvia muitos gastos financeiros pagos, geralmente pelo esportista. Após os JO da Antuérpia, Dario Barbosa encerrou sua participação em competições, diferentemente de Sebastião Wolf que competiu nos Jogos Olímpicos Latino-Americanos, nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, no Rio de Janeiro. Da mesma forma, Willy Seewald após a participação nos JO de 1924, continuou competindo até o seu precoce falecimento ocorrido no início do ano de 1929, aos 28 anos.

Dentre os atletas que estiveram nos JO de 1936, o controverso remador Fritz Richter anunciou que abandonaria o remo, pois a viagem à Alemanha só lhe trouxe dissabores morais e prejuízos para a sua vida comercial, além da saudade da família, pois teve que ficar cinco meses longe de casa. Entretanto, não foi o que ocorreu, pois foram localizadas informações sobre sua participação em eventos esportivos regionais após o retorno dos JO. Tal evidência indica que voltou a conciliar o esporte com a atividade de proprietário de uma oficina mecânica em Porto Alegre.

Os três competidores sul-rio-grandenses, que estiveram na edição de 1948, em Londres, o timoneiro, Arlindo da Cunha Cabral e dois remadores, Paulo Diebold e Pércio Zancani representam a transição do universo dos atletas amadores para os profissionais no remo sul-rio-grandense. Consta que estes remadores estavam em processo de profissionalização por meio de uma proposta feita pelo Clube de Regatas Vasco da Gama do Rio de Janeiro. Paulo Diebold era vendedor e Pércio Zancani era bancário, profissões que conflitavam com a possibilidade de realizar frequentes e intensos treinamentos, além de renda insuficiente para participar de competições no exterior. O profissionalismo ainda não era aceito pelas entidades organizacionais do remo no Brasil, assim, tal boato fez com que a Federação Aquática do Rio Grande do Sul cogitasse a desvinculação dos remadores da entidade.

Em Helsinque, nos JO de 1952, estava presente apenas um sul-rio-grandense, o velejador Alfredo Jorge Ebling Bercht, que tinha negócios variados, dentre eles um posto de gasolina em Porto Alegre. Alfredo Bercht participou novamente da edição seguinte dos JO, em 1956, na cidade de Melbourne, juntamente com seu irmão Rolf Bercht. Após esta competição verificou-se que Rolf Bercht formou-se em engenharia e tornou-se professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Já Alfredo Bercht continuou com seus negócios, mas também a prática da vela.

Os remadores, Ernesto Neugebauer Endter, Francesco Todesco, Harry Edmundo Klein, Paulino Gonçalves Leite, quando participaram dos JO de 1960 na Itália eram considerados jovens, pois tinham entre 18 e 23 anos, quando comparados aos remadores que participaram dos JO de 1936, que estavam com 20 e 34 anos. Os jovens remadores não eram chefes de família e não tinham obrigações profissionais, condições que possibilitaram a Ernesto Endter, Harry Klein e Paulino Leite, no mesmo ano dos JO, transferirem-se para clubes do Rio de Janeiro. Assim, se encaminhava o fim do amadorismo em alguns esportes no Rio Grande do Sul, o qual começou a emergir no fim da década de 1940, com exceção do futebol.

Considerações Finais

A participação de atletas sul-rio-grandenses nos Jogos Olímpicos teve início em 1920, com os atiradores Dario Barbosa e Sebastião Wolf, que fizeram parte da equipe que conquistou a medalha de bronze no tiro esportivo. Os atletas sul-rio-grandenses, assim como o restante da equipe de tiro, enfrentaram diversos problemas, desde a viagem para o continente europeu, passando pela estada na Bélgica e até mesmo depois da conquista das medalhas, pois os recursos para ficar no país eram quase inexistentes.

Nos JO de 1924 em Paris novamente as questões orçamentárias foram destaque, pois com a retirada da verba governamental para a participação da delegação brasileira nos JO, devido a problemas administrativos relacionados à CBD, outros recursos foram conseguidos com o apoio da população e de dois meios de comunicação da época. O Rio Grande do Sul foi representado pelo lançador de dardos Willy Seewald. O caminho percorrido pelo mestre de marcenaria, que se tornou atleta olímpico, é realmente notável, sobretudo por estarmos tratando da história de vida de um atleta brasileiro, no princípio do século XX. Willy, em sua curta carreira esportiva, ascendeu rapidamente conquistando recordes regionais, nacional e sul-americano, mas principalmente, conquistou o direito de participar dos Jogos Olímpicos de 1924. Em Paris, não subiu no pódio, mas sua trajetória fica registrada na memória esportiva, não só pela sua capacidade de superação, mas por representar a saga da realidade vivida por muitos atletas brasileiros, que ainda hoje permanecem no anonimato.

As dificuldades enfrentadas pelo esportista Fritz Richter nos JO de 1936 demonstram os problemas enfrentados por muitos atletas atuais. A condição financeira ainda limita a participação dos atletas em competições internacionais e, mesmo nacionais. Naquela época, Fritz Richter, assim como muitos atletas combinavam a carreira profissional com a esportiva e mesmo assim os recursos eram escassos. No caso, ele precisou se afastar do trabalho e arcar com os prejuízos, e a ajuda financeira do governo e entidades esportivas foi mínima, quando existiu.

A tendência para um profissionalismo esportivo começa a dar os primeiros sinais, quando os remadores sul-rio-grandenses que foram para os JO de 1948 receberam propostas para treinar em clubes do Rio de Janeiro. Ação que se solidificou mais tarde, quando os esportistas do remo, que atuavam no Rio Grande do Sul e foram para os JO de 1960, se transferiram para o Clube de Regatas Vasco da Gama, também do Rio de Janeiro, para atuarem como profissionais. As informações sugerem que no Rio Grande do Sul, o profissionalismo em vários esportes foi tardio em relação ao Rio de Janeiro.

Referências

MARTINI, S. R. B. Memórias dos atletas olímpicos dos clubes sul-rio-grandenses (1960-1972). **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MAZO, J. Z. A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural brasileira. **Tese** (Doutorado em Ciências do Desporto). Universidade do Porto, Portugal, 2003.

MAZO, J. Z.; FROSI, T. O.; MADURO, P. A. O atleta olímpico brasileiro Willy Seewald: memórias do primeiro recordista nacional do lançamento de dardo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 34, p. 537-555, 2012.

MAZO, J. Z.; ASSMANN, A. B. As Schützenvereine (Sociedades de Atiradores) de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Esporte e Sociedade**, n. 20, p.122-150, 2012.

MAZO, J. Z. *et al.* **Associações esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias**. Livro Digital. Novo Hamburgo, RS: Editora Feevale, 2012.

PEREIRA, E. L. As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo de esportivização. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PEREIRA, E. L.; SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em jogos olímpicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, USP, 2014. (NO PRELO).

RBS TV, Histórias Curtas, 2012. O admirável lançador de dardos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jypdiYhgG_0>. Acessado em: 15 jul. 2014.

ROLIM, L. H. A chama que arde em nossos clubes! A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, C. F. As associações de remo em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: jogos identitários ao longo do século XIX. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

40 ANOS DE HISTÓRIA DA PROVA RÚSTICA TIRADENTES

Jeferson Roberto Rojo¹

Fernando Augusto Starepravo²

Resumo: O objetivo do presente estudo foi realizar uma descrição da história da Prova Rústica Tiradentes. Para a realização do estudo utilizamos como fonte de dados documentos fornecidos pela Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Maringá – Pr. e entrevista com atletas. Como resultado, constatamos que a Prova Rústica Tiradentes surgiu no ano de 1975, criada pelo 4º Batalhão da Polícia Militar, e que durante os anos a prova ganhou adeptos e algumas melhorias, porém se verifica que é escasso o material que possa contribuir para uma preservação de sua história.

Palavras-chaves: Prova Rústica Tiradentes. História. Corrida de rua.

INTRODUÇÃO

Após a década de 1970, houve um aumento significativo no número de participantes e também no número de provas de corridas de rua, esse fato foi impulsionado por um advento chamado “Jogging Boom”, que foi inspirado nas teorias de Kenneth Cooper³ (SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006). Nesse período surge no Brasil, mais precisamente na cidade de Maringá-PR, a Prova Rústica Tiradentes, uma prova de corrida de rua, que hoje é tradicionalmente realizada no dia 21 de abril, ou em datas próximas. A prova é considerada uma das maiores corridas de rua do Estado, onde competem grandes nomes do atletismo nacional.

A Prova Rústica Tiradentes foi criada no ano de 1975, e no ano de 2014 chegou a sua 40ª edição, completando assim 40 anos de história, sendo um evento de grande evidência regional para a toda a população e de evidência nacional no subcampo das corridas de rua, prestigiada e reconhecida por grandes nomes desse esporte. Por tais características, entendemos que se faz necessário um estudo para conhecer e aprofundar a sua história.

Ao realizar um breve levantamento sobre trabalhos científico/acadêmico com temas relacionado à Prova Rústica Tiradentes constatamos que há escassez desse tipo de material, por isso nos propomos a realização do presente estudo como uma iniciativa de preservar e trazer a tona a história desse evento de tamanha importância para o atletismo nacional.

Esse trabalho faz parte de um estudo maior que vem discutindo o processo de transformação ocorrido na Prova Rústica Tiradentes⁴, e para a realização do presente ensaio utilizamos dados fornecidos pela Secretaria de Esporte e Lazer de Maringá - PR

¹ Graduando, Universidade Estadual de Maringá (UEM), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte e Lazer (GEPPOL) da Universidade Estadual de Maringá-Pr. (UEM) coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo. email: jeferson.rojo@hotmail.com

² Doutor, Universidade Estadual de Maringá (UEM) email: fernando.starepravo@hotmail.com

³ Kenneth Cooper, médico americano criador do teste Cooper, suas teorias que pregavam a corrida como forma de lazer e de melhora da saúde influenciou em grande escala o aumento da prática da corrida em todo o mundo. (DALLARI, 2009)

⁴ Este trabalho é um recorte de um estudo realizado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com bolsa financiada pela Fundação Araucária.

(SESP)⁵, além de relatos feitos por atletas que participam ou participaram de uma grande parte das edições da Prova Rústica Tiradentes. Este estudo se caracteriza como qualitativo e descritivo e tem como objetivo descrever parte da história da Prova Rústica Tiradentes.

UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA DA PROVA RÚSTICA TIRADENTES

No relato fornecido pela Secretaria de Esportes, temos o conhecimento de que a Prova Rústica Tiradentes foi criada no ano de 1975 pelo 4º Batalhão da Polícia Militar, locado na cidade de Maringá – PR, e teve como objetivo homenagear o patrono das polícias militares, Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes. Segundo os atletas entrevistados, o número de participantes nas duas primeiras edições era inferior a 200 atletas, “[...] *A na verdade a participação não era muita não, a primeira Tiradentes é, acredito que tenha participado em torno de 80 a 100 atletas né, depois ela foi crescendo [...]*” (sujeito 3).

A Prova Rústica Tiradentes foi criada e realizada sobre o controle do 4º Batalhão da Polícia Militar até o ano de 1990, quando a prefeitura de Maringá – PR, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer passou a ser a responsável pela organização do evento, contando com o apoio da Polícia Militar.

“[...] A Prova Rústica Tiradentes se iniciou em 1975, ela foi uma prova exclusiva do 4º Batalhão pra homenagear o patrono das polícias militares do Brasil que é o Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, aí foi feito aqui, saiu e largada em frente o batalhão, [...] e o primeiro campeão foi Vicente Pimentel Dias. [...]” (sujeito 2).

No início a prova era realizada num percurso de 4.800 metros, mais precisamente nas duas primeiras provas realizadas, logo após as primeiras edições, a prova passou por várias mudanças de distância, entre 6km, 10km e 12km, hoje a prova é realizada e oficializada em um percurso de 10km. Também se alterou o local onde a prova tinha de ser realizada, sendo ela realizada em vários pontos da cidade. Hoje a sua largada é em frente ao paço municipal, o que não se alterou foi a data da realização, que sempre é realizada no dia 21 ou em suas proximidades.

Desde sua criação a Prova Rústica Tiradentes contemplou atletas femininas, porém as provas tinham nomes diferentes, “em 1975 a prova feminina chamava-se Nadyr Maria Alegretti; em 1976 a prova feminina chamava-se Barbara Cecily Barros” (MARINGÁ, 2014).

Somente no ano de 1997 a Prova Rústica Tiradentes foi reconhecida e oficializada pela Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt)⁶, entrando definitivamente

⁵ A Secretaria de Esporte e Lazer de Maringá – PR. é o órgão público responsável por desenvolver e implementar as políticas públicas de esporte e lazer no município de Maringá –PR, dentre essas políticas encontra a Prova Rústica Tiradentes. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/esportes/>. Acesso em 12/04/2014.

⁶ Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), é o órgão que regulamenta e rege o atletismo em território nacional, disponível em: <http://www.cbata.org.br/> acesso em 12/04/2014.

para o cenário nacional das corridas de rua, passando a contar pontos para o ranking brasileiro de corredores de rua.

Outro fato de grande relevância na Prova Rústica Tiradentes é a participação de atletas das categorias menores - desde 1978 as provas são disputadas entre crianças e adolescentes. As competições dessa categoria na Prova Rústica Tiradentes tiveram números expressivos de participantes:

Outro fator de grande destaque é a extraordinária participação dos atletas mirins, infantis e infanto juvenis, não só de Maringá, como de várias cidades do Paraná e até outros estados brasileiros. Em 1999, a Prova Tiradentes chegou a ter 11.000 atletas menores, um número incomum para competições deste nível (MARINGÁ, 2014).

Nos tempos de grande expressão do nível técnico da Prova Rústica Tiradentes, correram nas ruas da cidade de Maringá grandes nomes do atletismo nacional, como: Elenilson Silva, medalhista Pan-americano, Ronaldo da Costa, recordista mundial de maratonas, e também Vanderlei Cordeiro de Lima, medalhista Olímpico. Segundo relatos encontrados nas entrevistas esses grandes nomes do atletismo nacional competiram na Prova Rústica Tiradentes, porém nos últimos anos há a ausência de nomes de expressão no atletismo nacional participando da Prova:

“[...] ela tem uma tradição histórica tipo assim os melhores atletas do Brasil já correram aqui antigamente Adalberto Garcia, Vanderlei quem não conhece muito atletismo não vai se lembrar deles, mais Elenilson Silva atletas que representaram o Brasil nas olimpíadas em pan-americanos quer dizer sempre vieram correr a Tiradentes [...]” (sujeito 8).

Algumas mudanças são encontradas nos relatos das entrevistas realizadas com os corredores, eles afirmam que houve um grande aumento na participação dos corredores na prova, porém com uma baixa no nível técnico, e também afirma que essa grande participação até atrapalha o andamento da competição, gerando assim uma demanda da organização para melhorar a prova nesse sentido. *“Eu vejo bastante gente agora, muita mesmo, até a saída tá bastante complicada né, se vê que não tá fácil a saída ali, muita gente. (sujeito 4)”*

“[...] é diferente cresceu muito a quantidade de pessoas participando né tipo 3500, 4000mil pessoas correndo a prova, só que decaiu como se fala assim o nível técnico dos atletas né, porque muitos desses que estão correndo hoje começaram a praticar corrida a um ano dois anos e praticam mais por lazer do que por competição aquele negócio de buscar resultado, buscar dinheiro é outro publico hoje em dia que participa.[...]” (sujeito 8).

Quando se fala na estrutura fornecida pela organização da prova, também é encontrada no relato dos entrevistados uma grande melhora nesse ponto da prova, há os que dizem que a Prova Rústica Tiradentes está virando uma “festa”: “[...] *A hoje é um reality show né? hoje virou festa né? hoje a, qualquer corrida que tem é um festival muito bonito [...]*” (sujeito 1).

A melhora da estrutura da Prova Rústica Tiradentes é algo que gera um conforto maior ao atleta durante a participação na prova, porém com há um excesso de estrutura, tornando a prova, como diz na fala do corredor, uma festa, e isso pode comprometer o objetivo de uma corrida de rua, que é a corrida em si, a busca por correr mais rápido.

A prova Rústica Tiradentes, que tem organização da prefeitura de Maringá-PR foi gratuita até o ano de 2012, quando começaram a cobrar taxas de inscrição para os atletas participarem da competição.

Quadro 1: valores cobrados pela inscrição da Prova Rústica Tiradentes. (fonte: autor)

ANO	VALOR
2011	Gratuita
2012	10,00
2013	20,00
2014	40,00

Observando o início da cobrança de taxas de inscrição para a participação na Prova Rústica Tiradentes, e vendo seu aumento significativo nos trás algumas preocupações, considerando que o valor cobrado na última edição da prova é um valor relativamente alto, ele pode gerar a exclusão de atletas com poder aquisitivo menor da participação da prova. E se pensarmos na prova como uma política pública de esporte e lazer, já que é organizada pela Secretaria de Esportes e Lazer de Maringá, é um direito para cidadão a prática esportiva e do lazer.

Fazendo um comparativo da história da Prova Rústica Tiradentes com a história das corridas encontradas em outros estudos (AUGUSTI; AGUIAR, 2011; DALLARI, 2009; GONÇALVES, 2011; OLIVEIRA, 2010; SALGADO; CHACON-MIKHAIL, 2006), podemos encontrar algumas semelhanças. A Prova Rústica Tiradentes foi uma prova que começou pequena, com pouca estrutura e poucos atletas, e hoje conta com a participação de milhares de pessoas, assim como a corrida de São Silvestre em São Paulo e tantas outras corridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande relevância da Prova Rústica Tiradentes para a região da cidade de Maringá e para o atletismo nacional nos criou o interesse por estudar a história desse evento. Para a realização desse ensaio utilizamos como fonte de dados documentos fornecidos pela Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Maringá-PR.

O estudo objetivou descrever a história da Prova Rústica Tiradentes, e a partir desse esforço podemos constatar que a Prova Rústica começou no ano de 1975, e nos seus primeiros anos a participação dos atletas era pequena, assim como a estrutura da prova era simples, porém vimos que com o passar dos anos, a prova foi ganhando adeptos e sua estrutura hoje é muito elogiada pelos atletas. Outro fato encontrado no

decorrer da história da Prova Rústica Tiradentes, é o início da cobrança de taxas de inscrição para a participação na prova, o que nos gera alguns receios em torno da participação de toda a população na prova.

Com a procura de referencial para a elaboração deste ensaio, podemos verificar a falta de material que contribua para preservar a sua história, talvez um esforço seja necessário por parte da Secretaria de Esportes e Lazer em conjunto com respectivos órgãos responsáveis pela cultura e história, bem como estudos científico/acadêmico para a criação de materiais e estudos para preservar a memória da Prova Rústica Tiradentes.

Os resultados nos mostram que o caminho percorrido pela Prova Rústica Tiradentes é semelhante ao realizado por outras corridas de rua, como a São Silvestre, e nos faz perceber a necessidade de um estudo sobre as transformações ocorridas na Prova Rústica Tiradentes desde sua criação até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

AUGUSTI, M.; AGUIAR, C.M. Corrida de rua e sociabilidade. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd159/corrida-de-rua-e-sociabilidade.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2013.

CBAAt. Cofederação Brasileira de Atletismo/corrida de rua. Disponível em: <<http://www.cbat.org.br/corrida/default.asp>>. Acesso em 08 de março 2013.

DALLARI, M.M. **Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo**. São Paulo: USP, 2009. 130p. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

GONÇALVES, G. H. T. **Corrida de rua: um estudo sobre os motivos de adesão e permanência de corredores amadores de porto alegre**. Monografia (Bacharel em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MARINGÁ-PR. Luis Henrique de Sá Perles. Estagiário de Jornalismo. **PROVA TIRADENTES**. Maringá: Secretaria de Esportes e Lazer, 2014. 2 p.

OLIVEIRA, S. N. **LAZER SÉRIO E ENVELHECIMENTO: loucos por corrida**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SALGADO, J.V.V.; CHACON-MIKAHIL, M.P.T. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. **Revista Conexões**, Campinas, v.4, n.1, p. 100-109, 2006.

(SESP). Secretaria De Esporte E Lazer De Maringá –Pr. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/esportes/>> . Acesso em: 01 de junho de 2014.

O FUTEBOL COMO PROPAGANDA POLÍTICA PELA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA COPA DE 1970

Jefferson da Silva Pereira¹

Resumo: Este trabalho se refere ao campeonato mundial de 1970 e toda a repercussão que tal feito teve em nossa sociedade, bem como analisar tal acontecimento tendo em vista um olhar sobre tal esporte como algo que se reflete as construções sociais na sociedade. Diante de um contexto de ditadura militar, a seleção brasileira de futebol ganhou o mundial de 1970. Entretanto, o contexto desse mundial está envolvido em uma série de polêmicas e incógnitas que até hoje ainda não foram totalmente esclarecidas.

Palavras chaves: Ditadura militar; seleção brasileira; Copa de 1970.

INTRODUÇÃO

O brasileiro tem uma forte relação com o esporte, mais especificamente com o futebol. E é uma relação de amor e ódio. Realmente uma paixão nacional. Aprendemos a gostar de futebol desde a infância, na mais tenra idade. Nossos pais ou tios, ou mesmo os amigos íntimos da família sempre vêm com aquela camisetinha ou aquele sapatinho do time do (seu) coração. Assim, somos apaixonados por futebol, mesmo que muitas vezes nos pareça medíocre e acéfalo. Adoramos o esporte coletivo. Vibramos e nos envolvemos, como se o time fizesse parte de nossa família, da nossa cultura, da nossa identidade.

Cinco décadas depois do dia que durou 20 anos, o último regime de exceção do Brasil ainda é cercado de mistério. Uma das maiores incógnitas se diz respeito aos limites de sua influência em uma das grandes paixões nacionais. O Golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Militar fez com que futebol legitimasse o regime perante a população. Assim, o presente artigo busca abordar as relações políticas da ditadura militar brasileira com a seleção nacional, durante a copa do mundo de 1970.

Em plena ditadura militar, o Brasil venceu a Copa do Mundo realizada no México em 1970, na qual a seleção canarinho tomou-se tricampeã mundial, um feito até então inédito na história do futebol. As relações entre esse esporte e a política sempre alimentaram muitas polêmicas. O êxito na economia e a conquista da Copa foram capitalizados pela ditadura. E como não podia haver crítica nem existia liberdade de opinião e expressão, alimentou-se o ufanismo. Com isso, defender o país e o governo era quase obrigatório, no passo do slogan mais repetido à época: "Brasil: ame ou deixe-o".

O PROCESSO DE INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

O início da segunda metade do século XX foi um período turbulento para as elites brasileiras, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e política. Ao retratar esse contexto, Fontes (2006) destaca que, essa crise significou a ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes e

¹ (Bolsista Fundação Araucária), graduando em História pela Universidade estadual de Maringá - jefinho_s.pereira@hotmail.com

fortaleceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro.

A partir da década de 60, o Brasil passou a ser governado por João Goulart, um presidente que tinha que como meta estabelecer reformas em nosso país. Porém, essas reformas não agradavam as classes dominantes. Assim, para evitar a revolta dos setores contrários a sua posse, Jango viu-se obrigado a aceitar uma medida alternativa de governo, que foi o Parlamentarismo e somente após consulta popular (plebiscito) é que pode retomar as funções para as quais fora eleito, que era a de governar o Brasil.

Seu governo foi marcado pelo nacionalismo. Com isso, ele logo acabou sendo destituído devido um golpe militar, iniciado no alvorecer do dia 1 de abril de 1964. Golpe este que posteriormente enveredou pelo caminho do fechamento político e do processo de instauração de uma ditadura militar, que de acordo com Germano (2005) foi uma intervenção duradoura, mediante a implantação de um regime político, de cunho ditatorial, num momento em que os militares (juntamente com a classe dominante e com apoio da igreja) estiveram diretamente a frente do aparelho de Estado.

O Golpe Militar de 1964, através das Forças Armadas estabeleceu um regime repressivo e violento que visava “eliminar” a subversão e o perigo comunista e atender aos anseios e interesses da burguesia, nacionais e interesses da burguesia nacional e internacional. Portanto, esse período em que os militares estiveram no poder (1964-1985) foi uma época de muitas prisões, repressão e que visava silenciar nos meios estudantis, intelectuais sindicais, artísticos entre outros. Segundo Angelo Priori:

“Destacam-se as músicas de protesto de Chico Buarque, Taiguara, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Torquato Neto, entre outros. Mas foi a voz de uma mulher que imortalizou a canção de João Bosco e Aldir Blanco, “O bêbado e o equilibrista”, consagrada como o hino da anistia aos banidos e exilados políticos do país. A voz emocionada de Elis Regina, entoava com beleza singular os versos de Aldir Blanco, sobre assassinatos nos porões da ditadura, de maridos pranteados por suas “Marias e Clarices” e sobre a luta pela anistia aos desaparecidos, presos e exilados políticos, ao pedir a volta do “irmão do Henfil e tanta gente que partiu num rabo de foguete”. (PRIORI, 2004, p.9).

Nesse contexto ditatorial tornou-se necessário adequar todas as instâncias nacionais aos interesses da nova classe no poder para que o Regime Militar pudesse ser legitimado e não correr o risco de ser deposta. Nesta perspectiva, foi criado um aparato governamental que restringia os direitos civis e políticos da população a fim de calar as possíveis vozes de contestação ao regime. Entretanto, essas peculiaridades não ficaram restritas às questões políticas, pois os militares também interferiam no esporte brasileiro, sobretudo no futebol, que historicamente é o esporte mais popular do país.

A DITADURA E A SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DE 1970

Há quatro décadas (1970) a seleção brasileira com seu “futebol arte” comandada por Pelé, Garrincha, Rivelino e Tostão conquistava o tri-campeonato de futebol mundial, no México. Sendo a primeira seleção a almejar o título três vezes, desde que o campeonato fora estabelecido em 1930, tendo o direito de trazer para o solo brasileiro a taça Jules Rimet (antiga taça da copa do mundo). Assim, por seu forte caráter mobilizador e por ser parte da cultura e da identidade nacional do brasileiro, o futebol não escapou de ser objeto de interesse da ditadura, do presidente Médici.

Ao retratar o presidente Médici, o cronista Carlos Heitor Cony, perseguido pelo regime militar, destaca:

Médici era fanático por futebol, e não foi armação do regime militar a divulgação de algumas de suas fotos mais famosas – ouvindo jogo no radinho de pilha, enrolado na bandeira nacional por ocasião do tricampeonato e fazendo embaixadas com alguma perícia, o que revelava intimidade com a bola.¹

Médici, entrou para a história como o mais severos do regime militar, assumia diante do povo a imagem do pai da nação, preocupado com o bem-estar moral da população e o progresso do país. Fazia parte do pacote a sua paixão pelo futebol, chegando a intervir na própria concepção da seleção brasileira. A rigidez do regime militar que governava o Brasil foi levada para a seleção brasileira. O comando da delegação foi entregue ao major-brigadeiro Jerônimo Bastos, que tinha um major do Exército como seu principal assistente. Na comissão técnica havia mais militares. O supervisor era o capitão do Exército Cláudio Coutinho e um dos preparadores físicos era o também capitão Carlos Alberto Parreira.

Nesta época a Confederação Brasileira de Desportos (C.B.D.), era uma entidade vinculada ao ministério da educação, funcionando como órgão do terceiro escalão do governo, fato que evidencia a ingerência do regime militar nas questões futebolísticas. Em 1969, após a crise enfrentada pela seleção brasileira com a péssima atuação na Copa da Inglaterra em 1966, João Saldanha, um jornalista, e ex membro do Partido Comunista Brasileiro assumiu o cargo de técnico da seleção brasileira de futebol. Somente no final da década de 70, em 24 de setembro de 1979 a C.B.D. foi extinta e criada a atual Confederação Brasileira de Futebol com o objetivo de cuidar exclusivamente do futebol.

Faltando 60 dias para o mundial do México, João Saldanha foi afastado da seleção e demitido, após um entreviro com o general presidente Garrastazu Médici e de problemas de relacionamento com Pelé. Foi, então, substituído pelo ex-jogador Mário Jorge Lobo Zagallo, que posteriormente levou a seleção brasileira ao Tri campeonato mundial de futebol. Há várias versões sobre essa demissão de Saldanha da seleção brasileira. A versão mais divulgada e que permanece em discussão atualmente é a que o próprio Saldanha afirmou na época: sua demissão ocorreu por questões políticas, e as demais acusações foram apenas desculpas para justificá-la. Anos depois, quando indagado, o ex técnico também justificou a chegada de Médici ao poder, com o suposto endurecimento do regime, para sua saída. Saldanha também citava sua suposta ação contra a ditadura, denunciando os crimes em suas viagens como técnico da seleção ao exterior:

Porque eu já tava há um ano e pouco naquilo. Aí um amigo muito influente me deu uma lista de presos, desaparecidos, torturados e o diabo a quatro. Eu peguei a lista e corri a lista. Dei no Observe, no Le Monde, falei no rádio, em televisão na Europa, fiz o diabo com aquela lista (Programa Cidinha Campos, TV Record, 1982).²

Os jogadores Gérson Nunes, Félix Mieli Venerando e Eduardo Gonçalves de Andrade, o Tostão, também destacam os conflitos existentes entre Saldanha e o regime e a CBD e retomam esta fala específica sobre a escalação do grupo. Porém, somente Tostão considera ue houve de fato uma questão política envolvendo a saída do técnico. Para Gérson, não houve interferência política no grupo, apesar das atitudes de Saldanha:

Ele teve uma fase que ele tinha que falar isso, falar o que ele falou, trombar todo mundo, porque o problema dele era também político, porque os caras corriam atrás dele, várias coisas do passado que a gente não interessava aquilo, interessava a amizade que ele tinha por nós e nós por ele (NUNES, Gérson, 2011).

Ao assumir o comando da seleção brasileiro, Zagallo decidiu fazer algumas alterações na escalação de Saldanha. Dispensou alguns jogadores e convocou Félix, Leônidas, Roberto, Arílson e o polêmico Dario, pois a inclusão deste ultimo era um pedido do então presidente Médice. Ao comentar essa convocação em seu livro Zagallo destaca:

Não é verdade que tenha convocado o Dario por influência da imprensa ou porque o Presidente da República o admirasse. Nada disso, tanto que ele não foi titular, nem figurou na regra três, o que aconteceria se eu tivesse querendo agradar a uma classe ou a uma altíssima autoridade, O certo é que o meu apreço pelo Dario vem de muito tempo (ZAGALO, 1971, p. 29).

Muitos ex jogadores da seleção também afirmam que não houve esse tipo de interferência. De acordo com Gérson em uma entrevista em 2011:

Não, não houve nada disso, e eu vou dizer aqui com a maior sinceridade: se houvesse essa pressão nós não jogaríamos. Não teve pressão nenhuma, não tivemos pressão nem dos militares, nem da comissão técnica, de nada. Nosso trabalho, nosso trabalho em 1970 foi justo. É isso que nós vamos fazer, foi isso que foi traçado, foi isso que nós fizemos. Não teve interferência nenhuma, política, política-partidária, política-militar, nada, nada, nada...(NUNES, 2011).

Enquanto o povo delirava com os gols da seleção no mundial de 1970, a economia brasileira alcançou níveis excepcionais, na qual muitos historiadores denominaram esse crescimento como “Milagre Econômico”, mostrando um país próspero e feliz. Entretanto, nesse contexto muitas pessoas eram torturadas, mortas ou estavam desaparecidos. Nas rádios o hino daquele mundial ecoava para os noventa milhões de brasileiros:

*Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, no meu coração/
Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!!!/ De
repente é aquela corrente pra frente,/ parece que todo o Brasil
deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção,/ tudo é um só
coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção!
(Miguel Gustavo apud AQUINO, 2002; GUTERMAN, 2009).*

A máquina de propaganda do regime militar nunca foi tão bem-sucedida como naquele ano, tendo como elemento principal a vitória da seleção, e a imagem heróica dos seus jogadores. Os militares pretendiam divulgar a ideia de um Brasil em pleno desenvolvimento, para a qual contribuía a construção da Transamazônica, as usinas hidrelétricas e outras obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1970 foi um dos mais tensos da nossa história. Sucedeu a edição do Ato Institucional número 5, o AI-5, que em dezembro de 1968 consolidou o autoritarismo do ciclo militar caracterizado por desmandos políticos e desrespeito aos direitos humanos. Os cinco primeiros anos da década de 1970, não sem razão, ficaram para sempre registrados na História brasileira como “anos de chumbo”. Mas a ditadura ainda teria vida longa, ou se nos mantivermos no campo futebolístico, ainda faltavam três Copas antes de os militares devolverem o poder aos civis.

¹ Folha de S. Paulo, 6 mar. 2002, p. A2.

² Tanto em fontes nacionais como internacionais, não foram encontradas tais listas ou os comentários aos quais Saldanha se refere. Porém, sabe-se que durante suas ações para o Partido Comunista ele soube manter a descrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Futebol – uma paixão nacional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

FONTES, Virgínia. *Capitalismo, exclusões e inclusão forçada*. Revista Tempo, vol. 2, n. 3. Rio, Relume-Dumará/Depto. História da Univ. Federal Fluminense. Junho de 2006. p. 58.

GERMANO, J.W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.



GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil. Uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

PRIORI, Ângelo . *Violência y Represión contra los movimientos sociales en Brasil, durante la dictadura militar*. In: Dalla Corte, G. Relaciones Sociales e ditadura en América: Barcelona: Publicacions i edicions, 2004.

ZAGALO, Mario Jorge Lobo. *As lições da Copa*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1971.

**O CORPO NAS PÁGINAS DO JORNAL “À TARDE”: UMA ANÁLISE DAS CEM PRIMEIRAS
EDIÇÕES DO ANO DE 1914**

Joalice Santos Batista¹

Jonathan Cezar Campos Rodrigues²

Juliane Machado da Silva³

Felipe Eduardo Ferreira Marta⁴

Resumo: Este estudo objetivou identificar relações entre corpo e modernidade buscando entender os múltiplos sentidos e significados que o mesmo assume em uma sociedade em transformação. Tendo como foco as páginas do Jornal “A TARDE”, especificamente as cem primeiras edições do ano 1914 em Salvador-Bahia. Para tal, utilizou-se como procedimento metodológico investigações teóricas e um estudo documental, afim de responder a problemática do estudo.

Palavras-chave: História. Corpo. Modernidade.

Introdução

No período colonial “as funções das cidades eram poucas e dependentes do comércio de exportação; e a massa da população estava localizada no campo, junto aos latifúndios, enquanto os centros urbanos eram pequenos, pobres e sujos”. (SAES 2008, p.2). Com a chegada do período republicano buscou-se modificar a aparência das cidades, influenciando diretamente os costumes e hábitos das pessoas ali residentes.

Conceição (2010, p.2), no artigo “*A Bahia e a civilização: a cidade do Salvador no Brasil republicano*” afirma que: “as cidades brasileiras vivenciaram, logo após a instalação da República, reformas modernizadoras”, graças a negociação entre os administradores de cada região e as instituições de crédito e financiamento estrangeiro, não sendo diferente com a cidade de Salvador.

Dentro deste contexto objetivou-se investigar as relações entre corpo e modernidade buscando entender os múltiplos sentidos e significados que o mesmo assumiu em Salvador tendo como foco as páginas do Jornal “A TARDE”, especificamente as cem primeiras edições do ano 1914. Para tal, utilizou-se como procedimento metodológico pesquisa bibliográfica e documental. A análise documental, segundo Gil (2008) constitui-se como fonte primária onde o “primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais” (p.51).

Vale ressaltar também, o papel da imprensa escrita como meio difusor de informação que tinha como leitores a camada mais elevada da população. Sobre esta característica dos jornais escreveu Cruz (2013, p.30):

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física - UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: joefuesb@gmail.com

² Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física - UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: capoeira Cezar@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física - UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: Julianemachado@outlook.com

⁴ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais (DCN) e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade -UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: fefmarta@gmail.com

[...] as tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado de expressão das elites, e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna.

Estas são questões importantes ao se discutir temáticas como corpo em uma sociedade em transformação e majoritariamente não letrada, onde as informações eram difundidas em sua maioria pelo jornal.

Nesse sentido, a presente comunicação apresenta uma breve discussão acerca de questões inerentes a corporeidade presentes nas páginas do jornal A TARDE em suas primeiras edições no ano de 1914.

Indícios do corpo nas páginas do Jornal “A Tarde”: Salvador (1914)

No início do século XIX, Salvador deixou de ser a maior e a mais rica cidade do Brasil ultrapassada pela nova capital, o Rio de Janeiro, iniciando um período de decadência.

Segundo Andrade e Brandão (2009, p.19) “a segunda metade do século XVIII e, principalmente, o transcurso do século XIX, foi um período de decadência política e econômica para Salvador”. Após sua decadência os representantes da cidade buscavam reerguê-la, mas é só a partir da segunda metade do século XX que Salvador consegue se reestruturar, especialmente com a descoberta do petróleo e da vinda de várias indústrias para a região (ANDRADE E BRANDÃO, 2009).

As tentativas de soerguimento tiveram sua maior expressão nas obras de remodelação da cidade realizadas no início do século XX. Ações que não escaparam ao olhar crítico do jornal “A TARDE”, conforme se observa na edição de 8 de Janeiro de 1914, (p. 1):

Bastará reflectir na facilidade com que se tem demolido magnificos prédios para dar passagem ás avenidas, com que se tem projectado palácios sumptuosos —quasi uma meia dúzia— e lá no Campo da Pólvora, que não e nenhum subúrbio deshabitado, um quarteirão de casebres muito baixos, em que a architectura detestável é um primor comparada com as suas condições hygienicas.

Ao constituir-se enquanto cidade as demandas sociais aumentam, surgindo a necessidade de um planejamento urbano, tendo em vista as novas demandas e as exigências da população que agora se encontra condensada em um espaço que precisa oferecer melhores condições de higiene, trabalho, educação, saúde e moradia. Cruz (2013, p.36) destaca que as alterações “econômicas, políticas e sociais (a abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, a ampliação acelerada do mercado interno, a imigração massiva) ” foram fatores que contribuíram para o rápido processo de urbanização. Com isto os corpos ali residentes aos poucos vão adquirindo novas habilidades, novos anseios, novas características.

A modernidade chega trazendo consigo grandes transformações em diversos aspectos da vida humana. Novos hábitos e novos comportamentos são adquiridos em decorrência das constantes mutações sociais. O homem desejoso por se enquadrar aos novos hábitos busca comprovar sua existência de diferentes maneiras.

A crise de significação e de valores que abala a modernidade, a procura tortuosa e incansável por novas legitimidades que ainda hoje continuam a se ocultar, a permanência do provisório transformando-se em tempo da vida, são, entre outros fatores, os que contribuíram logicamente para comprovar o enraizamento físico da condição de cada ator (LE BRETON 2007, p.10).

Nesta perspectiva Soares Júnior (2011, p.2) em sua dissertação de mestrado intitulada *“Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)”* observa que: “No início do século XX, a sujeira sedentarizada no corpo começa a ceder espaço à arte de se perfumar. Assim, não basta assear o corpo, é preciso desodorizar a casa, as ruas, as cidades”. O anúncio publicitário encontrado no Jornal “A TARDE”, ilustra bem esta tendência:

O Lança Perfume
Não se compara com as imitações nem
precisa de reclame, sendo preferido
pela Elite, devido a superioridade dos
Finos Perfumes. (A TARDE ,3 de Fevereiro de 1914, p.6)

Os discursos relacionados ao corpo presentes nas páginas do Jornal indicam uma valorização das questões que dizem respeito ao ser limpo, à beleza e ao estético identificados nas páginas de propagandas. Assim para Le Breton (2007 p.7).

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal

É através do corpo que o homem constrói suas relações como o outro e com o mundo, nele está incutido as estratégias de poder e de dominação. As ações, emoções e sentimentos passam pela corporeidade. Nesta perspectiva, Le Breton (2007) destaca que: “o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico”. No fragmento abaixo, os detalhes presentes em torno do corpo e das vestes são questões distintivas no que diz

respeito a beleza e ao comportamento em especial das mulheres. Aqui os significados são atribuídos aos detalhes presentes em torno do corpo.

Em volta de uma elegante

A elegância de uma senhora não consiste apenas somente no seu vestido, no seu chapéu e no seu manto de passeio: há mil outros detalhes que lhe dizem respeito e que compõe seu conjunto e lhe dão um diploma de elegância mais do que um vestido pago por alto preço e para o qual nada concorreu.

Os acessórios e os detalhes são resultados de sua própria personalidade.

Eis o motivo porque são interessantes e condizem bem com ella. Quando vemos a malinha de mão de uma dama mesmo sem ser psychologo, mas simples observador sabemos a que categoria mundana pertence, essa dama, os seus gostos e mesmo o seu carácter nos é revelado por esse detalhe. (A TARDE, 17 de Janeiro de 1914, p. 4)

Segundo o anúncio publicitário, a imagem do corpo é tida como referência considerando os detalhes dos acessórios usados pelas mulheres, acessórios que as distinguem das demais. Nas páginas de propagandas aparecem vários anúncios semelhantes a este, um deles que diz seguinte: “bellos cortes de vestidos com finas applicações e outros tecidos, novidades, confecções e muitos outros artigos apropriados aos festejos do – CARNAVAL” (A TARDE, 13 de Fevereiro de 1914, p.6)

Nesta perspectiva Le Breton (2007, p.47) afirma que.

Interações implicam em códigos, em sistemas de espera e de reciprocidade aos quais os atores se sujeitam. Não importam quais sejam as circunstâncias da vida social, uma etiqueta corporal é usada e o ator a adota espontaneamente em função das normas implícitas que o guiam.

No período analisado do jornal “A Tarde” as normas de etiqueta estão implícitas, o corpo aparece como instrumento a ser trabalhado e aperfeiçoado através das vestes e dos acessórios o quê contribui para aprimoramento da beleza dos indivíduos. Os tônicos para cabelos, acessórios, perfumaria, vestimentas para mulheres, homens e crianças são propagandeados em todas as edições do jornal “A TARDE” analisadas, como no exemplo abaixo:

Quereís achar casamento? Usae o tônico americano novo preparado para o cabelo o seu uso produz belleza e formosura as velhas ficam parecendo moças, as moças ficam encantadoras, as feias ficam bonitas

É muito recommendado pelos médicos

Este é o melhor tônico para fazer crescer o cabelo, refrescar a cabeça e evitar a caspa, tornando o cabelo macio, bonito e com

um brilho natural Belleza, Mocidade, etema Formosura, Bonita
apparencia, Attractivos, Encantos. Sympathia, Asseio, etc, etc.
Não há nada tão bom para fazer o cabelío viçoso e bonito. Um
cabello bonito é o melhor attractivo que uma mulher pode ter.
Nos homens tambem produz bonitos cabellos e barbas.
Quem usa uma vez Fica usando sempre N. B O Tónico Americano
tem uma particular virtude, que muitas das moças que têm feito
uso d'elle tem achado casamento. (A TARDE, 10 de janeiro de
2014, p. 4)

Enfatizando implicitamente que as qualidades da beleza do corpo são
socialmente construídas, as questões relacionadas a estética e as formas físicas se
diversificam e dessa forma, cada sociedade atribui a elas um valor e um significado. Para
Le Breton (2007 p.7).

[...] as ações que tecem a trama da vida quotidiana, das mais
fúteis ou das menos concretas até aquelas que ocorrem na cena
pública, envolvem a mediação da corporeidade; fosse tão-
somente pela atividade perceptiva que o homem desenvolve a
cada instante e que lhe permite ver, ouvir, saborear, sentir, tocar
e, assim, colocar significações precisas no mundo que o cerca.

As ações realizadas no cotidiano possuem relação direta com as questões
inerentes ao corpo. As propagandas relacionadas ao corpo apresentaram significados
intrínsecos visando um julgamento de valor a um dado produto objetivando,
estimulando assim o consumo baseado em valores sociais tidos como bons, neste caso
a valorização do belo, do forte, e do saudável.

Quereis ser forte!
Usae a farinha de banana, preparada pela
fabrica União, no Piauhy (A TARDE , 05 de março de 1914, p.4)

Como visto acima a propaganda sugere que questões relacionadas a beleza
estavam voltadas para a composição corporal do indivíduo. Entendendo-o enquanto
objeto de funcionamento material e de consumo corrente, o mesmo transforma-se em
um artifício de inquietação estética. De acordo com a citação abaixo o padrão
estabelecido tinha como base as estrelas de Hollywood, como se pode perceber no
fragmento que se segue:

Dissolva Gordura Antiestética Como as Estrelas de Cinema.
Comece a perder peso na mesma semana e muitos quilos no
mês.
Mulheres e homens gordos em todo os países estão recebendo
com entusiasmo a notícia de que há um novo método para
reduzir o peso e remoçar 10 anos. Um médico da Califórnia ao
atender inúmeras estrelas de hollywoord famosa em todo o

mundo pela perfeição de sua plástica descobriu um método seguro e rápido para dissolver a gordura excessiva . Muitos quilos por mês. (A TARDE, 01 de março de 1914, p.6)

A propaganda, traz indícios de que há um padrão de corpo estabelecido em meio as transformações sociais experimentadas por Salvador. São enfatizadas questões relacionadas a estética, destacando que a concentração de gordura torna o indivíduo menos atraente e também os malefícios do excesso de peso corporal, considerando-o como uma ameaça a saúde.

[...]você terá notado naturalmente que qualquer esforço violento, como subir correndo uma escada faz com que a respiração se acelere e muitas vezes chegue a faltar o ar. Este é um sintoma perigoso, e se você deseja recuperar o vigor da sua saúde e chegar até uma certa idade não deve perder tempo em livra-se do excesso de gordura que também exerce um peso enorme sobre os outros órgãos, como por exemplo os rins. (A TARDE, 01 de março de 1914, p.6)

Assim em cada sociedade a corporeidade é idealizada e exibida de forma diferente, assumido valores múltiplos, o belo e o magro aparecem como valor distintivo na reportagem acima. Os aspectos biológicos no que diz respeito aos cuidados com a saúde também aparecem de forma enfática em várias reportagens.

Neste sentido, nas páginas do jornal “A TARDE”, nos períodos estudados, foram encontradas um grande número de propagandas de produtos voltados para saúde e a beleza, um indício de que as questões relacionadas ao corpo eram algo marcante dentro daquela sociedade em transformação mesmo que implicitamente.

Sabatine e Magalhães (2011) no artigo “*A saúde como estilo e o corpo como objeto de intervenção*” trazem que:

No corpo incidem as estratégias de poder, tornando-o objeto dos investimentos sociais que dão passagem à produção das diferenças, espelhadas na contemporaneidade através da valorização dos símbolos da saúde, da beleza, da felicidade e da qualidade de vida, confundidos com os modelos físicos que fazem o espetáculo efêmero do corpo, modelos esses que servem para definir as exigências disciplinares de auto condução cotidiana dentro dos parâmetros normativos. (p. 134)

Os símbolos de beleza atribuídos ao corpo são construídos na interação com os indivíduos, à medida que as sociedades se desenvolvem, os corpos adquirem novas características tornando-se algo marcante na modernidade. Os indícios encontrados nas edições do jornal “A TARDE” reforçam o pensamento destacado por Le Breton (2007, p.9), para quem: “a expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo. Os outros contribuem para modular os contornos de seu universo e a dar ao corpo o relevo social que necessita”.

Entendendo o corpo como campo plural das ações humanas a experiência do processo de transformação da cidade não pode ser entendida sem uma referência ao seu imaginário e vice-versa, assim, segundo o pensamento de Vigarello (2007) no artigo "*Ciência do trabalho" e imaginário do corpo*" o corpo torna-se parte representativa neste processo através dos gestos e posições construindo um imaginário dentro do contexto histórico. Ele revela modelos precisos, sucessivos, ligados às visões plurais sobre o seu funcionamento.

Considerações finais

As questões relacionadas ao processo de modernidade na cidade de Salvador estão presentes nas páginas do jornal "A TARDE" de forma enfática e explícita no período estudado. As notícias de aquisição de empréstimos no exterior, pavimentação das ruas e ao melhoramento dos espaços, surgem em todas as edições do jornal. No entanto percebe-se que questões relacionadas ao corpo aparecem de forma implícita nas edições analisadas, mais especificamente nas páginas de propagandas de produtos de beleza e de medicamentos que tem como finalidade cuidar da saúde do corpo.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração os objetivos do mercado produtor em disseminar o produto propagandeado. Assim, ainda que os indícios encontrados nas páginas do jornal, sugiram a ideia de que as questões inerentes ao corpo eram algo em ascensão voltados para questões de beleza e saúde não se pode desconsiderar também o período pós-escravidão no qual a cidade estava imersa. Este porém, é um assunto para um próximo estudo. Nesta perspectiva, os dados encontrados estão longe de serem conclusivos, assim, se faz necessário um aprofundamento afim de realizar uma análise mais densa das questões aqui colocadas ampliando o estudo.

Referencias:

A TARDE ed. 374, 8 de Janeiro de 1914, p. 01

A TARDE ed. 376, 10 de janeiro de 2014, p. 4

A TARDE, ed. 382, 17 de Janeiro de 1914, p. 4

A TARDE ed. 395, 3 de Fevereiro de 1914, P.6

A TARDE ed. 404, 13 de Fevereiro de 1914, p.6

A TARDE ed. 416, 01 de março de 1914, p.6

A TARDE ed. 416, 01 de março de 1914, p.6

A TARDE ed. 420, 05 de março de 1914, p.4

ANDRADE A. B., BRANDÃO P. R. B. **Geografia de Salvador** - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2009.

CONCEIÇÃO A. C. L. da. **A Bahia e a “civilização”: a cidade do Salvador no Brasil Republicano.** Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto/2010.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

SABATINE, T. T. MAGALHÃES, B. R. de. A saúde como estilo e o corpo como objeto de intervenção in: **Michel Foucault, sexualidade, corpo e direito.** Marília. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LÊ BRETON, David. **A sociologia do corpo.** Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis-RJ: Vozes, 2. ed., 2007.

SAES, Alexandre Macchione. **Vida urbana e capitalismo na modernização de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo na transição para o século XX.** (Doutorando em História) Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SOARES JÚNIOR, A. S. dos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924),** Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa 2011.

VIGARELLO, Georges. **Ciência do Trabalho” e Imaginário do Corpo.** Tradução de Armando José Vieira Filho, Projeto História, São Paulo, n.34, p. 17-25, jun. 2007

O ESPORTE MODERNO E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO: ALGUMAS PERSPECTIVAS

João Paulo Melleiro Malagutti¹

Fernando Augusto Starepravo²

Resumo: O estudo procurou elaborar uma interlocução entre o esporte moderno e o desenvolvimento do esporte universitário. Procurou-se estabelecer uma relação entre as duas manifestações, destacando as fases de seu desenvolvimento. Para elaboração da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as temáticas. Concluiu-se que o desenvolvimento do esporte universitário relaciona-se com o esporte moderno e suas características, seguindo moldes de sua organização e intencionalidades.

Palavras-Chave: Esporte Moderno. Esporte Universitário. História do Esporte.

INTRODUÇÃO

O esporte universitário encontra-se institucionalizado e legalizado no Brasil e em muitos países. Assim como outras manifestações esportivas, o esporte universitário passou por processos históricos em seu desenvolvimento, acompanhando o processo evolutivo do esporte moderno.

O formato organizacional que conhecemos hoje das manifestações esportivas, é reflexo de um longo período de transformação ocorrido durante o século XIX. Atividades consideradas recreativas para a sociedade inglesa sofreram alterações em suas práticas, com a inclusão de regras comumente aceitas, ocorrendo sua institucionalização na Inglaterra e posteriormente em demais países

A prática esportiva entre universitários e sua transformação em competições esportivas, com regras definidas, origina-se neste mesmo período histórico, com a regata entre as universidades de Cambridge e Oxford (TOLEDO, 2006). Nesse sentido, o estudo procurou estabelecer uma aproximação entre as temáticas do esporte moderno e do esporte universitário. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas, tendo como plano de fundo a Inglaterra do século XIX, principal potencia econômica e cultural deste período histórico.

O INÍCIO DO ESPORTE MODERNO

O esporte, assim como as demais manifestações cotidianas da cultura humana, sofreu transformações e desenvolveu-se no decorrer da história. Seu percurso histórico é marcado por mudanças significativas, seja em sua forma de praticá-lo, seja nas regras e nos locais de prática. Modalidades esportivas e novas práticas são criadas até os dias atuais, em um contínuo processo de transformação.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Aluno de Mestrado do Programa De Pós-Graduação em Educação Física Associado UEM/UEL. joapaulomalagutti89@hotmail.com

² Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física Associado UEM/UEL. fernando.starepravo@hotmail.com

Atualmente, o esporte apresenta uma pluralidade de intenções em sua prática e em seu desenvolvimento. Analisando o esporte nacional e sua vigente legislação, a Lei Pelé – Lei nº 9.615/98, o esporte encontra-se dividido em três categorias: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento (BRASIL, 2000).

Podemos entender o esporte educacional como o esporte praticado em ambientes educacionais, visando o desenvolvimento do indivíduo, a formação do exercício da cidadania e a prática do lazer por meio do esporte. Já o esporte de participação é praticado de forma voluntária, como uma maneira de proporcionar aos seus praticantes a plenitude da vida social e a promoção da saúde. Por fim, o esporte de rendimento caracteriza-se de modo profissional e não-profissional, com ou sem, respectivamente, a remuneração para a prática esportiva (BRASIL, 2000).

Tais classificações evidenciam a pluralidade de manifestações designadas ao esporte, o qual assume diferentes papéis na sociedade, podendo ser utilizado funcionalmente para manutenção da qualidade de vida, como uma atividade recreativa ou uma profissão assalariada. Porém, embora apresente diferenciadas manifestações, estas seguem o mesmo modelo de prática, com regras universais e institucionalizadas.

Essa similaridade de regras e formatos é justificada pelo desenvolvimento do esporte moderno, por sua institucionalização e, conseqüentemente, por sua difusão mundial. Sobre o esporte moderno, pode-se encontrar uma vasta literatura de pesquisadores de diversas áreas (GUTTMANM; 1978; ELIAS; DUNNING, 1992; BOURDIEU, 1983; PRONI, 1998) que discutem tais transformações e seus posteriores desdobramentos. Os autores, anteriormente citados, evidenciam a Inglaterra do século XIX como precursora do esporte moderno.

A Inglaterra é considerada como a pátria do esporte moderno não apenas porque os ingleses inventaram ou regulamentaram boa parte das modalidades esportivas hoje praticadas; é assim considerada também por ter introduzido uma série de inovações que mudaram a feição dos jogos e competições atléticas (PRONI, 1998, p. 27).

Portanto, de acordo com Proni (1998), o que caracteriza o esporte moderno seria a criação e regulamentação de regras para as modalidades esportivas. Elias e Dunning (1992) mencionam a criação de regras em atividades até então consideradas como passatempos para a população inglesa.

Os antigos passatempos, ou de acordo com Elias e Dunning (1992, p. 223), “formas específicas de recreação”, transformaram-se em modalidades esportivas dotadas de suas próprias regras e particularidades. No entanto, a fim de compreender esse processo transição, é preciso questionar como se estabeleciam os passatempos e as atividades recreativas da época.

Elias e Dunning (1992) ilustram, por meio do exemplo da caça à raposa, a profunda e complexa transformação de um passatempo da época. Primeiramente, a raposa vermelha, como outros animais selvagens habitantes em abundância da região, era considerada uma ameaça aos cultivos e animais de fazendeiros da região, sendo assim sua caça necessária. Posteriormente, tal prática transformou-se em um esporte

para os cidadãos ingleses, com convenções e uma organização própria. E, ao final, os autores elucidam o espanto e desilusão de dois franceses a respeito de tal prática.

Nota-se o processo histórico e cultural na transformação de uma necessidade em esporte, e após em um ato considerado cruel. Para os ingleses era a sua herança cultural, já que a caça à raposa representava um esporte, mas para outros povos tal prática não passava de barbárie.

Ainda sobre a criação do esporte moderno e sobre suas transformações, Mandell (1984) faz menção à transformação de práticas realizadas para a sobrevivência, como a pesca, caça, arco e flecha e, até mesmo, a corrida de bigas, como algumas atividades cotidianas que sofreram transformações significativas em suas práticas.

Por um longo período da história européia, então, podemos concluir que as novas recreações e jogos eram adaptações harmoniosas de novas classes para o seu tempo de lazer e ambições, e o uso de técnicas à sua disposição. O esporte tradicional e novo apareceu algumas vezes em suas artes e foram mencionados em suas cartas e diários [...] (MANDELL, 1984, p. 72)³.

As mudanças das práticas esportivas em suas concepções originais e suas notáveis transformações perduram até dias atuais. Com o passar do tempo, funções são alteradas e novas são criadas, permitindo-se assim a caracterização do esporte como uma manifestação maleável, com mudanças voltadas ao gosto do telespectador e de seus praticantes.

O esporte além de sofrer alterações em sua prática, de região para região, sofria com outra maneira de diferenciação. O esporte praticado pela elite deveria apresentar-se de outra maneira nas classes populares, sendo ele reinventado ou adaptado para aquela outra cultura. O rugby praticado nas escolas da elite era diferente do rugby praticado nas classes populares, alterando assim sua significância para o praticante (BOURDIEU, 1983).

Assim, o então novo modelo esportivo difundiu-se pelo continente europeu. Neste período de disseminação das práticas esportivas, Elias e Dunning (1992, p. 187) destacam as proporções alcançadas por tais manifestações:

Muitos tipos de esportes que hoje são praticados, de maneira mais ou menos idêntica, por todo mundo tiveram origem na Inglaterra. Daqui propagaram-se para outros países, principalmente na metade do século XIX e primeira metade do século XX. [...] Corridas de cavalos, lutas, boxe, tênis, caça à raposa, remo, críquete e atletismo foram outras formas. Mas nenhuma foi adotada e absorvida pelos outros países com tanta intensidade e, em muitos casos, com tanta rapidez, como se

³ Tradução nossa: "For a long period of European history, then, we can conclude here that new recreations and games were harmonious adaptations of new classes to their leisure time and ambitions, and the techniques at their disposal. The traditional and new sports appeared sometimes in their arts and were mentioned in their letters and diaries [...]".

deles fizessem parte como o futebol. Nem gozaram de tanta popularidade. O termo inglês *sport* também foi largamente adotado por outros países como um termo genérico para este tipo de passatempos.

O modelo esportivo pautado em regras esportivas, acordadas e universalmente aceitas, difundiu-se pelos países europeus e por colônias e ex-colônias na África, Ásia e Américas. A exemplo da rápida disseminação e organização nos países europeus e nos Estados Unidos, Guttmann (1978) apresenta um quadro sobre a organização das modalidades esportivas em alguns países.

Quadro 1. A Difusão do Esporte Moderno

A Difusão do Esporte Moderno (Por ano de organização)					
	<i>Inglaterra</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>França</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Suécia</i>
Associação de Futebol	1863	1913	1919	1900	1904
Associação Amadora de Natação	1869	1878	1889	1886	1904
União dos Ciclistas	1878	1881	1881	1884	1900
Associação Metropolitana de Remo	1879	1872	1890	1883	1904
União Atlética Amadora	1880	1888	1887	1891	1895
Associação de Tênis	1888	1881	1889	1902	1906

(Fonte: Guttmann, 1978, p. 89)

O quadro permite analisar a rápida organização esportiva que tais modalidades atingiram nos países destacados. Os Estados Unidos, como uma ex-colônia Inglesa, sofreram influência direta de seus colonizadores, visto que após sua independência muitos costumes e tradições mantiveram-se fortes na sociedade americana, inclusive em suas raízes esportivas.

Portanto, o esporte moderno oriundo da Inglaterra do século XIX, após difundir-se mundialmente, instituiu-se legalmente em federações esportivas. Tal ação culminou na institucionalização do esporte, na qual o aglomerado de associações esportivas deu origem às primeiras federações esportivas, sendo estas responsáveis por regras e normas de suas respectivas modalidades.

DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Com o desenvolvimento do esporte moderno na Inglaterra do século XIX, houve a proliferação de modalidades e categorias das praticas esportivas. Devido a tal transformação, o esporte educacional, esporte universitário e o esporte profissional juntavam-se a categoria inicial, o esporte amador, com seus jogos e passatempos.

Bourdieu (1983) refere-se às escolas inglesas da época, como percussoras desta nova categoria de esporte, o esporte universitário. Na passagem do texto, nota-se uma

ênfase na formação do cidadão e da condição de controle, em que seus praticantes desferem suas raivas e frustrações durante a prática esportiva e não direcioná-las as estruturas oferecidas.

Na realidade, o próprio desenvolvimento da prática do esporte, mesmo entre os jovens das classes dominadas, sem dúvida resulta em parte do fato de que o esporte se predispunha a cumprir numa escala maior as próprias funções que estavam na origem de sua invenção, nas *public schools* inglesas, no final do século XIX (BOURDIEU, 1983, p. 194).

A princípio o esporte praticado no seio das Universidades inglesas apresentava-se na forma de ocupação do tempo dos jovens estudantes. A formação de caráter destacado por Bourdieu visava à manutenção da sociedade da época e seus costumes, tanto da classe dominante, quanto das classes dominadas.

Elias e Dunning (1992), em consonância com Bourdieu (1983), elencam o esporte na universidade como um método do processo civilizador da época. As regras estipuladas para as disputas esportivas surgiram como uma forma de amenizar a violência comum na época, assim como “domesticariam” os jovens e suas vontades. Destacam ainda, o crescimento de tal manifestação nas escolas britânicas.

E provável que semelhante movimento só pudesse ter nascido nas escolas da elite, na maioria das quais os alunos não dependiam de uma educação acadêmica para as suas carreiras futuras. Mas, para os nossos objetivos presentes, isso é menos relevante do que o fato de oculto dos jogos nas escolas públicas demonstrarem, de forma nítida, que a tendência para a crescente seriedade no desporto na Grã - Bretanha foi, nos seus estágios iniciais, um fenômeno relacionado como desporto amador e não como desporto profissional (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 314).

As praticas esportivas aparentavam-se inicialmente como uma forma de controle social, porém sua prática tornou-se comum nas escolas inglesas, elevando-se a outro patamar. O amadorismo das praticas esportivas da época deu presença a competições regulamentadas, o que representava uma simples disputa entre universitários, transformou-se em uma competição tradicional, destacando a regata entre as universidades de Oxford e Cambridge (TOLEDO, 2006).

O esporte universitário acompanhou o processo de institucionalização do esporte, constituindo-se então como uma entidade legal, responsável pelas primeiras competições entre universitários, com a criação da Confederação Internacional dos Estudantes⁴ (CIE) em 1919, sendo esta incorporada à Federação Internacional do Esporte Universitário⁵ (FISU), em 1924. A FISU corresponde à principal instituição do esporte universitário mundial e é organizadora da principal competição esportiva entre

⁴ *International Confederation of Student.*

⁵ *International University Sports Federation.*

universitários, a *Universíade*⁶ (TOLEDO, 2006). Assim como há a Confederação Internacional de Esporte Universitário, há também as Confederações Continentais e Nacionais de Esporte Universitário. No Brasil, a CBDU é a entidade responsável pela organização do esporte universitário nacional.

A CBDU é associada à Organização Esportiva Universitária Panamericana (ODUPA), evidenciando a institucionalização do esporte também no âmbito do esporte universitário. Analisando o desenvolvimento esportivo brasileiro e sua institucionalização, faz-se necessário a contextualização histórica do esporte no Brasil, destacando sua introdução e evolução.

O Brasil, após a independência da coroa de Portugal, buscou alianças com outros países. Nesse contexto a Inglaterra representou a maior aliança, em termos econômicos e culturais. Muitos de seus costumes foram inseridos na sociedade brasileira da época, inclusive o modelo esportivo inglês (LUCENA, 2001).

Sobre a prática esportiva no Brasil colônia, Del Priore (2009), destaca a equitação e a cavalaria como práticas comuns durante o período antecedente à independência brasileira. Adjunto à inclusão de costumes ingleses na sociedade, o turfe torna-se a modalidade esportiva principal do Brasil Imperial, posteriormente sendo substituído pelo remo e o futebol (LUCENA, 2001).

Posteriormente, outros esportes ganharam destaque no cenário nacional, como o remo e o futebol, ambos citados na passagem de Dunning e Elias (1992) como alguns dos principais esportes disseminados pelo mundo. Analisando tais circunstâncias, observou-se o esporte brasileiro desde seus primórdios, sob tutela de clubes da cidade do Rio de Janeiro, primeiramente nos clubes da elite da sociedade carioca, posteriormente em clubes populares como o Clube de Regatas Flamengo e o Clube de Regatas Vasco da Gama.

Semelhante à introdução do esporte nos clubes de elite brasileiros em meados do século XIX, o esporte universitário foi introduzido nos colégios e universidades da elite brasileira da época⁷ (TOLEDO, 2006). Durante o período do final de século XIX até metade da era Vargas, o esporte universitário viu sua organização de forma amadora, por parte das próprias IES e de seus acadêmicos.

No período do Estado Novo, o sistema esportivo nacional sofreu suas maiores transformações. Conforme já citado anteriormente, o esporte universitário assim como o esporte como um todo (aqui incluindo todas suas manifestações), passou a ser respaldado legalmente. Tal oficialização e reconhecimento legal permitiram ao Governo Estadonovista o controle das práticas esportivas (MANHÃES, 2002).

O esporte no Brasil seguiu modelos semelhantes a outros países, criando suas federações e confederações esportivas, instituindo o esporte nacionalmente. Com o esporte universitário não foi diferente, já que a CBDU foi criada e posteriormente institucionalizada e reconhecida por um Decreto-Lei específico, representando a instituição oficial do esporte universitário brasileiro (BRASIL, 1941b).

⁶ De acordo com Toledo (2006) a *Universíade* é organizada pela FISU – International University Sports Federation, realizada bienalmente, e é considerada o segundo maior evento esportivo do mundo, somente atrás dos Jogos Olímpicos.

⁷ De acordo com Toledo (2006) o *College Mackenzie* (São Paulo), Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, ressaltamos duas importantes leis da época, a 3.199/41 e a 3.617/41. O Decreto-lei nº 3.199/41⁸ estabeleceu as bases da organização do esporte nacional da época. Como ato principal, a Lei estabelecia a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), órgão responsável por todas as modalidades esportivas do Brasil e representante nacional em competições internacionais. Já o Decreto-Lei nº 3.617/41⁹ instituía a CBDU como órgão representante do esporte universitário brasileiro. Além da criação de espaços físicos esportivos nas universidades brasileiras, designava a criação de Atléticas, estas responsáveis pela prática esportiva.

O desenvolvimento do esporte universitário acompanhou o processo de evolução e institucionalização do esporte moderno. A institucionalização do esporte por meio das confederações e federações destaca o processo de transformação do esporte universitário, com regras estipuladas e competições esportivas a fim de promover tal prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação das manifestações recreativas em esporte, com regras pré-estipuladas e mundialmente reconhecidas, permitiu o desenvolvimento do esporte moderno, seguindo modelos de institucionalização do esporte por meio de federações e confederações esportivas.

O desenvolvimento do esporte universitário acompanhou processo semelhante das demais manifestações esportivas. Primeiramente como uma manifestação recreativa, o esporte universitário é utilizado em várias intencionalidades, desde a formação de caráter por meio do esporte, como em seu início nas escolas inglesas, até a formação de selecionados nacionais para o esporte de rendimento.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.615. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em: 02/04/2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. 1941a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em: 02/04/2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.167. **Estabelece as bases de organização dos desportos universitários**. 1941b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3617.htm. Acesso em: 02/04/2013.

⁸ Decreto-Lei nº 3.199/41 (BRASIL, 1941a).

⁹ Decreto-Lei nº 3.167/41 (BRASIL, 1941b).

DEL PRIORE, Mary. “Jogos de cavalheiros”: As atividades físicas antes do esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade (Orgs). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da Excitação**. Lisboa. Difel, 1992.

GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.

MANDELL, R. **Sport**: a cultural history. New York: Columbia University Press, 1984

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

TOLEDO, Roberto. **Gestão no Esporte Universitário**: uma importante estratégia de marketing para as universidades. São Paulo: Aleph, 2006.

**MODERNIDADE E CAPOEIRAGEM NA BAHIA NAS CEM PRIMEIRAS EDIÇÕES DO
JORNAL "A Tarde"**

Jonathan Cézar Campos Rodrigues¹

Joalice Santos Batista²

Juliane Machado da Silva³

Felipe Eduardo Ferreira Marta⁴

Resumo: A capoeira é considerada por muitos uma manifestação cultural afro-brasileira. No final do século XIX e início do século XX, sua prática era tida como arruaça, perturbação da ordem pública e um crime. Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar aspectos da capoeiragem, e sua relação com as iniciativas de modernização da cidade de Salvador, no início do século XX. Para tanto, foi realizada a análise das 100 primeiras edições do jornal ""A Tarde"", sendo este periódico a fonte principal do presente estudo. Um entrecruzamento de fontes foi realizado com a utilização de outros periódicos do mesmo período: "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro – RJ e "Jornal de Recife" de Recife - PE. Tal estratégia visou comparar a forma como a capoeiragem foi descrita em Salvador e em diferentes cidades do país. Como resultados parciais foram encontrados indícios de que essa prática estava à margem dos ideais de modernidade, sendo a sua existência marcada pelo constante embate com a ordem pública.

Palavra Chave: Capoeiragem. Modernidade. Jornal ""A Tarde"".

Introdução

O presente estudo investiga a relação entre capoeiragem e modernidade na cidade de Salvador, no início do século XX, baseando-se nas primeiras 100 edições do jornal ""A Tarde"", principal fonte de pesquisa deste estudo. Este trabalho tem por Os aspectos da capoeiragem e sua relação com as iniciativas de modernização da capital baiana foram comparados com outros periódicos da mesma época, "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro e o "Jornal de Recife" de Recife.

Dessa maneira, o presente artigo encontra-se dividido em dois momentos. O primeiro mostra um breve histórico na capoeiragem na cidade de Salvador desde o final do século XIX até o início do século XX. A capoeiragem, neste período, era de domínio de trabalhadores da estiva, vendedores de rua, ou seja, teve sua penetração na formação cultural da classe trabalhadora em diversas capitais do país, sendo presente nas ruas, cais dos portos, etc. (PIRES, 2004). De 1890 a 1937 capoeira é criminalizada (artigo 402 do código penal "dos vadios aos capoeiras") por isso pudemos perceber a

¹ Graduando do Curso de Educação Física – UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. kapoeiracezar@hotmail.com

² Graduando do Curso de Educação Física – UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. joefuesb@gmail.com

³ Graduando do Curso de Educação Física – UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. julianemachado@outlook.com

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Vitória da Conquista/BA. Email: fefmarta@gmail.com

presença do capoeira basicamente nas colunas policiais das primeiras edições do jornal “A Tarde”.

O segundo momento mostra um pouco do processo de modernização de Salvador no início do século XX. Nessa época a cidade passa por um processo de “limpeza urbana” seguindo um modelo de urbanização europeu. Esse tipo de modelo visava o deslocamento das camadas mais pobres para as periferias, entretanto em Salvador isso não foi cumprido, pois quem se desloca é a elite que procurando os litorais mais distantes. Já a população negra teria permanecido nos centros da capital baiana (PIRES, 2004).

Capoeiragem ou Desordem?

A capoeira no decorrer da história deixou sua marca e a historiografia brasileira possibilitou o entendimento de que “os capoeiras” foram sujeitos que com suas experiências culturais interagiram com o processo histórico da sociedade brasileira. No entanto, a capoeiragem também deixou sua marca no universo criminal tendo como sinônimos a vadiagem, malandragem, desordem, valentia, arruaça, agilidade, destreza corporal etc. Elementos esses que foram apontados pelas instituições jurídicas republicanas no artigo 402 do código penal de 1890.

Somando a essas características, Antônio Vianna (1979) afirma que a sociedade identificava “o capoeira” como valentão, brigão, pessoa popular e respeitada. O popular e o respeito apresentados por Vianna são qualidades referendadas também a grandes Mestres de capoeira que tinham o seu valor dentro da classes menos favorecidas.

“DOS VADIOS E CAPOEIRAS”

Artigo 402 – Fazer nas ruas e praças públicas exercício de destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta ou incutindo temor ou mal (Código penal de 1890).

Uma grande dificuldade do presente trabalho foi diferenciação entre as expressões “capoeira” ou “capoeiragem”, visto que estas não são diretamente apresentadas nos primeiros periódicos do jornal “A Tarde”, o que nos obrigou a recorrer a referências de capoeiragem citadas em outras pesquisas e ao artigo 402 do Código Penal de 1890.

As armas e instrumentos “do capoeira” eram facas, paus, pedras, revólveres e principalmente a navalha. Pires (2004) afirma em seu estudo, “*A capoeira na Bahia de todos os santos*”, que navalha aparece em 23,9%, dos processos analisados em seu trabalho, relacionados a conflitos de rua dentro da capoeiragem na capital baiana.

Vale ressaltar também que a capoeira fez parte da cultura das classes trabalhadoras, ou seja, grande parte dos capoeiras eram carregadores, vendedores, estivadores, trabalhadores do cais do porto, etc... (PIRES, 2004).

Tivemos a oportunidade de consultar centenas de registros de entrada de presos na Casa de Detenção, da cidade de Salvador e em delegacias distritais, mas não encontramos sequer um registro de presos tendo como causa a prática da capoeira. No entanto, encontramos os registros de presos por “desordens” (PIRES, 2004 p. 39).

O termo desordens, citado acima, provavelmente se enquadra no artigo 402 do Código Penal de 1890, ou seja, é um grande indicativo desses desordeiros serem capoeiristas.

Como também é apresentado pelo jornal "A Tarde":

PRISÕES

Pelo guarda 48 foram presos, ontem, às 5 horas d" A Tarde" os indivíduos Juvino de Arcanjo e Cicero Muniz Barreto, por promoverem desordens a ladeira da praça (Jornal "A Tarde", Ed. 45, p. 2).

Prisões

A praça dos veteranos, o guarda 67, prendeu Domingos José de Britto e Maria Custodia de Lima, por promoverem desordens ao mesmo largo (Jornal "A Tarde", Ed. 46 p.3).

Oliveira (2005), em seu livro *“No tempo dos valentes”*, também aponta a ausência do termo “capoeira” na maioria das fontes de pesquisa. Por isso, muitos registros do cotidiano “dos capoeiras” podem passar despercebidos aos olhos de um pesquisador desavisado.

A ausência do termo “capoeira” na grande maioria das fontes, e os raros registros de suas ações, no jogo da capoeiragem na documentação oficial (relatórios policiais, autos crimes e portarias das delegacias de polícia) dificultaram a identificação desses agentes culturais no universo social baiano (OLIVEIRA, 2005, p.33).

No entanto no jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, expressão capoeiragem se faz presente tendo também o sentido de desordem:

Os Desordeiros

<<JOÃO GRANDE>> CELEBRISA-SE

Proeza em D. Clara

“ João Grande” é o mulato João Gonçalves Marques, recentemente demitido da Light and Power.

Antes de empregar-se na canadense empresa, distrahia-se em passos de capoeiragem, ora na Saúde, ora na Gambôa, ou Favella, em cujos bairros chegou a se impor, não só pela sua destreza nos pés, como também pela sua monstruosa estatura.

Ultimamente “João Grande” principiou a se portar de modo prejudicial á empresa que trabalhava, e por isso foi demitido.

Essa demissão lhe deu motivo a revelar-se um desordeiro perigoso, tarado aos grandes crimes, pois no acto de ser posto fora da Light, tentou matar, á faca, um dos diretores daquela empresa.

E desde o dia que se viu desempregado, vem praticando uma série infinita de desordens. (Jornal Gazeta de Notícias Ed. 109 p.5).

Já em algumas notícias do Jornal de Recife o termo capoeiragem não é aplicado diretamente à prática da capoeira, mas à muitas atitudes de violência e de desordens como podemos observar em uma das notícias do jornal:

Summula – A capoeiragem na Câmara – Tracção electrica.

Já se estão tornando factos comuns as cenas de violência na Camara dos Deputados.

Desce o nível todos os dias aquelle ramo do poder legislativo.

A capoeiragem é a regra dominante.

Já não é somente a capoeiragem da palavra falada, já a do cacete e do revolver deu entrada naquelle recinto. ...

Elles se não atêm ás regras do bom senso, compostura e da dignidade (Jornal de Recife, Ed. 234, p. 01).

Os insultos verbais também são comparados a capoeiragem: “Ambos mostram qualidades excelles na capoeiragem da palavra. Por pouco não se revelaram eximios no jogo do murro” (Jornal de Recife Ed. 03, p. 01, 1913). Esse tipo de comparação apresentado no Jornal de Recife é consequência das características apontadas aos “capoeiras” no final do século XIX e início do século XX. Essas características eram, uma forma de repressão a capoeiragem, apresentadas pelo poder republicano e pela polícia.

Com citamos acima, o presente estudo teve a grande dificuldade de encontrar referências diretas “aos capoeiras” nas 100 primeiras edições do jornal “*A Tarde*”, diferente de jornais do Rio de Janeiro e Recife. No entanto, o que se encontrou foram indicativos de indivíduos em exercício da capoeiragem.

Ferimentos a Navalha

Hontem , ás 3 horas d" *A Tarde*", no Caes Deodoro da Fonseca, depois de forte discussão, Maria Josefha de Santanna deu uma navalhada em Hermelindo de tal. Maria foi presa e internada na Casa de Correção (Jornal " *A Tarde*", Ed. 50 p. 2).

Essa notícia apresentada pelo jornal “*A Tarde*” é um grande indicativo da cultura da capoeira e vem confirmar a presença de mulheres no mundo da capoeiragem, elas que também eram exímias habilidosas tanto no combate corporal quanto no manejo da navalha.

Os capoeiras não estavam sozinhos nas cenas do cotidiano violento da capital baiana. Este universo foi compartilhado com as mulheres, as quais também se destacavam como habilidosas nas contendidas corporais e exímias no manejo da navalha. Eram elas as “perigosas mulheres” de “cabelinho na venta” que, em situações de combate corporal, se assemelhavam aos homens capoeiras, por serem portadoras de muitas características que apontavam o *ser capoeira* na cidade do Salvador (OLIVEIRA, 2005, p. 54).

Nesse primeiro momento pode-se perceber que os primeiros 100 periódicos do jornal "A Tarde" traz indícios da presença da capoeiragem, chamado por alguns estudiosos de “cultura da capoeira”, em algumas de suas notícias. Com esses indicativos que a estratégia de investigação do presente estudo foi executada.

Salvador x Modernidade e capoeiragem em Salvado no início do século XX

Nesse período Salvador buscava modernizar-se, pois a elite soteropolitana sentia-se presa ao seu passado colonial e por isso exigiam mudanças. A cultura foi um dos focos das ações de modernização apoiando-se nas prováveis mudanças do cotidiano da capital, nesse caso seria como destruir e criar um novo povo, destruir e criar uma nova cultura.

Nessa tentativa de modernização, houve em Salvador, mas não só, uma desvalorização dos costumes tradicionais praticados até então com a valorização de elementos da cultura europeia, pois, para a elite, era na Europa que existia a cultura moderna. Ou seja, o que se queria, no Brasil, era uma reafirmação da cultura elitizada em detrimento da popular.

Mas a cultura popular mesmo estando às margens de uma configuração moderna continuou a existir culturalmente com seus gostos e hábito.

Podemos compreender que a modernidade vivida em Salvador tentou exatamente descentrar seu povo, levando-o a incorporar o que se via como de mais “civilizado” para a época, exatamente a cultura europeia. Queria-se com isso alterar as identidades locais, construídas nas bases de um país que até então lidara com influências diversas, mesclando-as num contexto associado às especificidades de cada cidade, o que se queria era sobrepujar uma pela outra. Todavia, a modernidade “implantada” acabou sendo reconstruída numa leitura peculiar, acontecendo a partir das formas com que se efetivaram e de sua assimilação ou não pela população (CORIOLANO JUNIOR, História(as) do Sport, 2010).

Na tentativa de “limpeza” dos centros urbanos, a modernização soteropolitana acabou se frustrando. Porque em vez da classe menos favorecida se deslocar para as

áreas periféricas, foi a elite que por sua vez foi para áreas mais litorâneas. Isso que aconteceu em Salvador ocorreu de forma inversa em outras capitais do país.

Nas primeiras décadas da república no Brasil os projetos modernizadores, seguindo o modelo europeu, visavam a infra-estrutura, o conjunto arquitetônico e os costumes urbanos. É nesses costumes urbanos que a capoeiragem entra como uma atividade a ser reprimida pelo processo civilizador.

Oliveira (2005), vem nos apresentar o seguinte:

Dever-se ia combater os males da civilização, a exemplo do jogo, embriagues, prostituição e desordens causadas pela vagabundagem perpetrante na cidade. Por essa razão, defendia-se a existência de uma polícia eficiente (leia-se moderna), respaldada na lei e responsável pelo trabalho de controle social da população desordenada (OLIVEIRA, 2005 p.47 e 48).

O principal tipo social da capital baiana são “os capoeiras” e seu universo se estabelecia nas ruas, com seus agentes sociais: homens e mulheres das camadas populares, por isso os mesmos estavam as margens de todo o processo modernizador de Salvador.

Algumas dinâmicas das ruas devem ser ressaltadas, durante o dia elas se configuravam pelo trabalho e durante a noite pelo lazer. Mas a noite exigia uma atenção especial das autoridades por ser o momento onde ocorriam mais desordens.

O cotidiano da rua na cidade do Salvador, inclusive nas obscuras e embriagadas noites, ungia atenção especial por parte das autoridades. Os editoriais dos principais jornais da época cobravam das autoridades policiais melhor segurança e ordenação pública, pois os ébrios, vagabundos, e toda sorte de desocupados (inclusive os próprios capoeiras) empestavam as ruas e durante as madrugadas causavam arruaças (OLIVEIRA, 2005 p. 45).

Para manter a ordem em uma “cidade civilizada” precisou-se dar mais ênfase a Guarda Civil e ao Policiamento.

No policiamento dos becos, dos botequins, das zonas de prostituição, das sombras das embriagadas noites se encontravam os valentes das ruas, habilidosos com seus facões, navalhas, e cabeçadas, mas também conhecidos pelas suas astúcias com o corpo e que levavam vantagens em suas contendidas policiais; entre eles estavam os capoeiras (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

A capoeira já chegou a estar em níveis aceitáveis graças a constante repressão policial. Nesse momento, que era nos primeiros anos da independência do Brasil, ela não gerava tantas preocupações para a elite (FONSECA, 2009). No entanto, a partir do oitavo ano de independência a capoeira já era considerada como um entrave para o

progresso do país, pois a repressão policial já não tinha força suficiente para manter a capoeiragem em níveis aceitáveis.

Considerações Finais

O policiamento, por ser um instrumento do processo modernizador na Cidade de Salvador, acabou por incluir a capoeiragem nesse processo modernizante pelo de a mesma ser caracterizada por lei como transgressora. A capoeiragem era vista pela elite como símbolo de atraso e que obstruía o progresso do país e por isso a repressão a “cultura da capoeira” se firmou.

Por um ideal de progresso a capoeiragem esteve à margem da modernidade causando desconforto aos que se achavam superiores por comungarem traços de uma cultura europeia.

Os indícios da capoeiragem são retratados somente nas colunas policiais das primeiras 100 edições do jornal "A Tarde". Isso indica que diante de um processo modernizante o mundo “dos capoeiras” no final do século XIX e início do século XX, era um grande problema a ser enfrentado pela ordem pública na cidade de Salvador.

Esse estudo traz fortes indícios de que a capoeiragem se relacionou com a modernidade nos primeiros anos do século XX sendo um dos alvos principais dos ataques promovidos pela ideologia republicana. O jornal "A Tarde", com seus indicativos, mostra uma capoeiragem diretamente relacionada à transgressões a ordem publica. Dessa maneira, supõe-se que essa cultura corporal municiava indivíduos das classes mais populares em um contra-ataque direto contra os agentes opressores. No entanto se faz necessário aprofundamento no estudo para uma melhor compreensão da realidade estudada.

Referências

A TARDE, 04 de dezembro de 1912 p. 2.

A TARDE, Bahia, 19 de dezembro de 1912 p. 2.

A TARDE, Bahia, 31 de dezembro de 1912 p. 3.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, p.47-51, 1994.

CAMPOS, Hélio (Mestre Xaréu). **Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FONSECA, Vivian Luiz. **Capoeira Sou Eu: memória, identidade, tradição e conflito**. (Dissertação de Mestrado) Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de abril de 1910 p. 5.



JORNAL DE RECIFE, 15 de setembro de 1910 p. 01.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **No Tempo dos Valentes: Os capoeiras na Cidade da Bahia.** Salvador: QUARTETO, 2005.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira identidade e gênero: Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2009.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos: Um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras.** Tocantins: GRFAFSET, 2004.

ROCHA JÚNIOR, Coriolano. **Histórias do Sport: Modernidade e esporte em Salvador.** Disponível em: <http://historiadoesporte.wordpress.com/2010/02/08/modernidade-e-esporte-em-salvador/>. Acesso em 14 de junho de 2014.

SANTOS, Isabele Pires. **Oficina de capoeira: escola em movimento.** Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2002.

A CRIAÇÃO DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL

Jorge Miguel Acosta Soares¹

Estefânia Knotz Canguçu

Resumo: Desde sua origem o futebol foi ordenado por regras, que definiam suas práticas, e punições às suas infrações. Essas regras eram estabelecidas livremente entre os clubes e suas entidades representativas. No Brasil, em meados dos 40, o Estado Novo, no processo de intervenção estatal nos esportes, criou um código disciplinar, com regras e penas para reprimir comportamentos antiesportivos cometidos em campo, além de aparato oficial punitivo, os Tribunais de Justiça Desportiva.

Palavras-chaves: Futebol. Regras. Justiça Desportiva.

A origem do futebol moderno, ou das práticas esportivas de um jogo com uma bola chutada com os pés que levariam à sua criação, dá-se em meados do século XIX, nas escolas inglesas que formavam os jovens filhos das famílias abastadas, futuros membros da classe dominante do país. Sua prática estava inserida em uma nova concepção educacional, que valorizava a atividade física desportiva como uma prática necessária para a formação de homens fortes, em físico e caráter; uma elite britânica, apta e destinada a governar longínquas regiões em continentes distantes (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.26). O jogo, que rapidamente disseminou-se pelo país, era disputado de variadas formas nas diversas escolas. A competitividade, e a necessidade de provar a superioridade de uma escola frente às outras, fez com que fossem organizados certames, o que obrigava o estabelecimento prévio de regras. As escolas, antes de entrar em campo, precisavam estabelecer um consenso sobre como seria a partida, sob risco de disputarem, no mesmo espaço, dois jogos diferentes.

Em 26 de outubro de 1863, representantes de 21 escolas de diferentes cidades criaram a Football Association. Em um primeiro momento o futebol era um só, reunindo os adeptos das duas formas de jogar – mãos e pés e apenas pés. Ao mesmo tempo foi criado um organismo, vinculado à Association, que deveria uniformizar as regras do jogo, cujas decisões seriam respeitadas por todos os filiados. Essas regras, ainda muito simples, foram aprovadas no final do mesmo ano. Pouco tempo depois, 1868, surgiu a figura do árbitro, um elemento equidistante dos dois grupos, capaz de decidir uma questão do jogo. O personagem era uma adaptação de uma lei inglesa de 1846, que determinava que tribunais locais podiam resolver pequenas demandas cíveis, buscando um arbitramento entre as partes. Nos anos seguintes, a propagação do esporte fez surgir novas regras, que foram incorporadas às anteriores, formando um conjunto de normas que passaram ser obrigatórias.

O esporte era violento, e as regras buscavam reduzir os contatos físicos durante as partidas. Assim, em 1871, a Football Association estabeleceu que os jogadores não mais poderiam conduzir a bola com as mãos, nem derrubar propositalmente os adversários, em uma jogada conhecida como “tackle”. A deliberação provocou descontentamento no clube Blackheath, um dos fundadores entidade, que juntamente com outros 21 associados criaram Rugby Football Union, dando origem a outro esporte.

¹ Doutorando do Programa de História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da Prof^a. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga; e-mail: jorge.mas@uol.com.br

Em junho de 1886, foi criada a International Football Association Board, entidade privada, reunindo as associações de futebol da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, para unificar as regras existentes, assim como elaborar regras complementares.

Regras unificadas, campo com metragem definida e demarcado, bola e apetrechos padronizados, permitiram que o jogo pudesse ser difundido pelas ilhas Britânicas, nas escolas, nas aldeias, nas redondezas das fábricas e ferrovias. A standardização também permitiu que o esporte, rapidamente, nos pés dos ingleses, migrasse para outros países, em todos os continentes. Em maio de 1904, foi criada a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), em Paris, reunindo representantes das associações nacionais da França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça. Os países aceitam as regras estabelecidas pela International Football Association Board, as quais já eram utilizadas por seus clubes. A Associação Inglesa, em um primeiro momento, resistiu à criação da FIFA, só se filiando no ano seguinte.

A inscrição do Brasil junto à FIFA

Alguns autores (MARTINO, 1997, p. 46-47) (GIULIANOTTI, 2010, p. 24) encontram vestígios de futebol no Brasil desde meados do século XIX. Afirmam que o futebol teria sido praticado durante décadas por jesuítas em colégios; que o esporte era popular entre os marinheiros britânicos no cais do porto do Rio de Janeiro, ou que o futebol era jogado por técnicos e engenheiros das companhias britânicas. As fontes citadas dão sustentação a todas essas afirmações. Contudo, para a grande maioria dos autores, a prática regular do futebol só se instaura em 1894. O jovem Charles William Miller trouxe o futebol junto com suas bagagens depois de uma temporada estudando na Inglaterra. Os jovens das elites urbanas, ao voltarem de seus estudos no exterior, traziam para o país o novo jogo que começava a virar febre na Europa. No início dos anos de 1910 o esporte já não estava restrito aos jovens das elites que o criaram. As empresas inglesas já tinham seus times de futebol, que se apresentavam nos dias de folga e nos intervalos do trabalho. Esses times em muito deferiram daqueles dos jovens moços dos clubes.

Novos clubes novas partidas, novos campeonatos. Em quase todas as grandes capitais havia clubes que sedentos por torneios e por certames, para, só assim, poder mostrar sua capacidade e habilidade. As regras aqui, salvo uma ou outra peculiaridade local, eram as mesmas daquelas adotadas pela Football Association Board, e pela FIFA, mas os clubes já sentiam falta de uma organização que permitisse não só a prática do esporte, mas também a disputa de campeonatos. Em 1901 foi criada a Liga Paulista de Futebol (LPF), e no ano seguinte a Liga Metropolitana Esportes Atléticos (LMEA), na cidade do Rio de Janeiro, congregando times cariocas.

Durante mais de uma década as duas entidades disputaram a hegemonia do esporte nacional. Isso se refletiu no processo de filiação do país junto à FIFA, que recebeu duas inscrições diferentes vindas do Brasil. Em março de 1915, a Liga paulista inscreveu junto à FIFA a Federação Brasileira de Futebol (FBF), contando com o apoio de times do Paraná e de alguns do Rio Grande do Sul. Em novembro de 1915, foi a vez de a liga carioca inscrever a Federação Brasileira dos Esportes (FBE), que também se dizia representante do futebol nacional. A FIFA não se manifestou sobre os pedidos, deixando

claro que não lhe competiria o julgamento do mérito dos pedidos. As instituições litigantes deveriam resolver internamente o conflito para, então, retomar o processo de filiação.

O impasse agravou-se quando da preparação, a formação e o envio de um selecionado nacional de futebol para participar do I Campeonato Sul-Americano, em Buenos Aires. O Brasil corria o risco de não participar uma vez que as duas entidades que se diziam representativas do futebol nacional não eram reconhecidas internacionalmente. A falta de organização para a montagem de um time único do país punha em risco a própria imagem da diplomacia brasileira. Os países platinos convidavam pela primeira vez o Brasil para fazer parte de um campeonato, e este não tinha condições de participar porque seus clubes não se entendiam. A imagem de um país atrasado política e culturalmente vinha à tona (SARMENTO, 2006, p.12). A preocupação com a imagem do país levou o problema para a esfera governamental. Em 18 de junho de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, em uma reunião na casa do ministro das Relações Exteriores do Presidente Wenceslau Braz, chanceler Lauro Müller, foram reunidos os representantes de todas as entidades representativas dos esportes. Tanto a FBE quanto a FBF aceitaram o encerramento de suas atividades e a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que, sob a presidência dirigente do Fluminense Arnaldo Guinle, seria a única representante do esporte nacional². Terminada a unificação do futebol brasileiro, foi encaminhado ofício à FIFA, no qual a CBD pedia sua inscrição. Dessa forma, no dia 28 de dezembro de 1916, a entidade mundial expediu o boletim de reconhecimento provisório da CBD.

A partir de sua criação, em 1916, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) organizou-se e funcionou livremente, aparentemente sem influência direta do Estado. Essa independência era apenas aparente, uma vez que desde sua criação, a CBD passou indiretamente a receber verbas públicas, seja para a estruturação de sua sede, seja para a realização de campeonatos e eventos desportivos. A opção pela sede da entidade no Rio de Janeiro, Distrito Federal, fazia parte de uma estratégia política de aproximar a entidade do Governo Federal, enfraquecendo os paulistas, que ainda buscavam a hegemonia do futebol nacional, e obter recursos públicos para viabilizar as finanças da entidade (SARMENTO, 2006, p. 25). A relação informal entre a CBD e o Poder Público continuará existindo durante as duas décadas seguintes. Essa aproximação irá se intensificar após a mudança do Regime imposta pela Revolução de 1930.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder colocou o futebol em perfeita sintonia com as mudanças que a Revolução buscava empreender no país. Vargas, ao assumir a Presidência da República em 3 de novembro de 1930, apresentou um documento com o “Programa de Reconstrução Nacional”, com 16 tópicos nos quais o novo governo centraria suas atenções. O número 15 dizia respeito ao futebol. Membros do novo governo, ainda provisório, logo em seus primeiros dias, passaram a atuar nos bastidores

2 Pouco antes da criação da CBD, fora criado o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), também ligado à liga carioca, visando preparar o país para a realização das Olimpíadas de 1916. A preparação para os jogos, segundo seus fundadores, exigia a construção de uma entidade nacional, que mobilizasse representasse de todas as modalidades desportivas do país. Suas atribuições não colidam com a CBD, uma vez que o COI visava unicamente a participação do país nos jogos. Os Jogos Olímpicos de 1916 nunca foram realizados, devido à Primeira Guerra Mundial. A sede fora escolhida anos antes, mas a eclosão da Guerra, em 1914, assim como sua longa duração, obrigou o cancelamento do evento.

no sentido de participar do processo de profissionalização do futebol, que somente iria acontecer pouco mais de dois anos depois (SILVA, 2004. p.69-70). A transferência de verbas oficiais para a realização de jogos e torneios, assim como para o saneamento das finanças da CBF, que já ocorriam nos governos anteriores, foi intensificada. A primeira intervenção direta do Estado nas questões desportivas foi o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu as bases de organização de todos os esportes no país. Por ele, foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, cuja finalidade seria orientar, fiscalizar e incentivar a prática de todos os esportes no Brasil³. Sua estrutura era composta por nove membros, todos nomeados pelo presidente da República. A Justiça Desportiva, que seria criada algum tempo depois, já estava vinculada à estrutura oficial do desporto.

Contudo, do ponto de vista histórico, o ponto mais relevante do Decreto-Lei nº 3.199/41 não foi a criação do CND, apesar de sua importância nas relações entre o desporto e o Estado nas próximas décadas. Mais significativa foi a criação da estrutura que seria obrigatória para todos os esportes. O documento legislativo montou uma pirâmide organizacional, tendo em sua base clubes de prática desportiva, ligas e entidades de base. Acima deles, no âmbito dos estados, agregando as entidades de prática por ramo desportivo, encontravam-se as federações. Mais acima, reunindo as federações de todo o país, estavam as confederações, as quais ligadas diretamente ao CND, eram as entidades máximas de direção dos desportos nacionais. O sistema desportivo nacional apenas teoricamente mantinha-se livre. Agora cabia ao CND o controle, a fiscalização e a emissão do alvará de funcionamento das entidades desportivas em todo o país. Toda e qualquer organização desportiva preexistente, para continuar funcionando, precisou submeter-se à nova estrutura, alterando seus estatutos, em adequação à regulamentação oficial.

A criação da justiça desportiva

Após a organização da entidade nacional de representação dos clubes de futebol, em 1916, e sua filiação à FIFA, houve uma unificação das regras do jogo, estabelecidas pela International Football Association Board. Dessa forma, por oposição, estabeleceu-se claramente o que era considerado jogo irregular, ilegal, faltoso ou indisciplinado. Essas práticas, para manter o cumprimento estrito das regras do jogo, passaram a ser punidas. Em todo o futebol nacional as regras eram as mesmas, mas punições variavam segundo os critérios dos árbitros, ou dos dirigentes das entidades, em decisões pautadas não só por critérios desportivos. A força política de um clube perante a entidade estadual poderia fazer com que seus atletas recebessem punições menos severas que aquelas impostas a jogadores de outros clubes. A unificação das punições e das penas aconteceria apenas após a criação do CND.

3 Na estrutura criada pelo Decreto-Lei nº 3.199/41, o CND era o órgão ao qual estariam subordinadas seis confederações esportivas nacionais: Confederação Brasileira de Desportos (CBD), Basquetebol (CBB), Pugilismo (CBP), Vela e Motor (CBVM), Esgrima (CBE) e Xadrez (CBX). A CBD representava apenas os interesses do futebol. Após 1941 passou a compreender também o tênis, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o pólo aquático, o voleibol, handebol e quaisquer outros desportos que não fossem dirigidos por uma confederação especializada.

Um dos primeiros atos normativos do Conselho Nacional de Desportos (CND) foi a determinação para as federações criassem um código disciplinar e de penalidades, que fosse aplicado, em âmbito estadual, por todas as entidades filiadas. A determinação também sugeria a adoção de um manual de direitos e deveres para os atletas profissionais. Nos dois casos, não havia um modelo “oficial” federal, que as federações seguissem. Tratava-se apenas de um comando sem qualquer orientação, ou sanção em caso de descumprimento. Salvo alguma movimentação em poucas federações, não se assistiu a criação dos códigos disciplinares. A resposta do CND veio em novembro de 1942, com uma nova ordem para a criação dos códigos disciplinares e fixação de sua obrigatoriedade a partir dos campeonatos de 1943. Da mesma forma, nada foi feito.

Três anos mais tarde, através de uma Deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Desportos (CND), de 30 de agosto de 1945, presidido por seu presidente João Lyra Filho, que também fora presidente do clube Botafogo de Futebol e Regatas, foi publicado o Código Brasileiro de Futebol (CBF). Para todos os outros esportes, tidos como amadores, foi publicado no Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportivas (CBJDD)⁴. Tornava-se obrigatória a criação de órgãos de decisão e julgamento de infrações e penalidades junto às federações estaduais. Essa estrutura foi chamada de justiça desportiva, e copiava a estrutura federativa da CBD. À entidade nacional pertencia o Superior Tribunal, que julgava as decisões em última instância. Abaixo, as entidades estaduais deveriam criar os Tribunais Desportivos e as Juntas Disciplinares. O objetivo era punir os membros do sistema, atletas, dirigentes, clubes, acusados de práticas antiesportivas (PERRY, 1973, p. 46).

Apesar do nome, a justiça desportiva não guardava qualquer vínculo com o Poder Judiciário e o aparato jurídico estatal. A Constituição do Estado Novo, de 1937, ainda vigente quando da criação da justiça desportiva estabelecia, em seu artigo 90, os órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal; os Juízes e Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e os Juízes e Tribunais militares. A Constituição de 1946, promulgada após a queda de Getúlio Vargas, no artigo 94, aumentou os órgãos do Poder Judiciário, acrescentando aos já existentes: o Tribunal Federal de Recursos; os Juízes e Tribunais eleitorais, e Juízes e Tribunais do trabalho.

O Código Brasileiro de Futebol reproduzia, nos julgamentos desportivos, o processo e os ritos do Poder Judiciário. Havia uma codificação com um rol de delitos e infrações desportivas e suas punições, além de um processo detalhado, totalmente inspirado no Código de Processo Penal. Para toda uma infração disciplinar, mesmo que já punida em campo, abria-se um inquérito, que era levado a uma sessão de julgamento. Um “juiz” desportivo, após ouvir os argumentos de um auditor, que exercia papel semelhante àquele do promotor da justiça oficial, e do procurador do acusado, decidia pela punição ou absolvição. A condenação, que podia ser questionada através de um recurso em uma instância superior, implicava o pagamento de multas em dinheiro, suspensões variadas, e até mesmo em expulsão definitiva do futebol. Poderia ser acusada, processada e julgada qualquer pessoa que, direta, ou indiretamente, estivesse inserido no sistema desportivo: atletas, árbitros, dirigentes de clubes, dirigentes das federações. Todo aquele que estivesse envolvido de alguma forma com uma

4 O CBJDD deveria ser aplicado a todos os outros esportes, que não o futebol. Tratava as questões da disciplina de forma genérica, indicando que as Federações e Confederações de cada modalidade desportiva específica deveriam criar códigos disciplinares que dissessem respeito às suas regras.

determinada competição esportiva poderia ser processado sempre que houve comportamento e atos considerados antiesportivos. Estes eram relacionados em uma extensa lista, semelhante a um código penal, que estabelecia quais eram os comportamentos reprimíveis, e as punições possíveis. Era uma justiça exercida por particulares, de exigibilidade restrita àqueles que estavam vinculados aos clubes, federações e confederações desportivas, cujo código de conduta punitivo emanava de um órgão público, a CBD, vinculada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde.

A criação das estruturas da justiça desportiva, assim como dos códigos de conduta, atendia às orientações da FIFA para que fossem criados órgãos disciplinares em cada um dos países membros. A entidade internacional orientava a criação desses órgãos, sem interferir diretamente. Cabia a cada país criar seu sistema disciplinar, dentro de suas especificidades e realidade desportiva e política. O sistema brasileiro que fora criado era uma máquina jurídica, que reproduzia de forma mimética os códigos, ritos e processos do Poder Judiciário. Tal solução não foi adotada em outros países. Como regra geral, os países membros adotaram sistemas simples, baseados exclusivamente na palavra do árbitro em campo, que determinava rapidamente, durante a partida, se o jogador era culpado ou não. A culpa implicava a punição imediata, apenas com a exclusão do faltoso da partida. O árbitro apenas verificava se o comportamento do jogador feia as regras do jogo e, assim, o punia (PERRY, 1973, p. 49).

O sistema disciplinar brasileiros era dúplice. Inicialmente o árbitro da partida reconhecia a falta cometida pelo jogador, violando as regras do jogo. Este podia ser expulso do jogo, ou apenas advertido, dependendo da gravidade do ato. Mas havia uma segunda esfera punitiva, a justiça desportiva. A falta, média ou grave, cometida durante a partida, gerava a abertura de um processo disciplinar no Tribunal Desportivo correspondente. Abria-se um inquérito, que era instruído com os documentos da partida, as súmulas dos árbitros, e todo tipo de prova possível: testemunhos, matérias de jornal, fotografias. Realizava-se um julgamento formal, onde ao acusado cabia defender-se, através de um procurador, e era proferida uma decisão, que poderia ser questionada através de um recurso a um tribunal de instancia federativa superior. No processo desportivo não mais se discutia se a regra do jogo fora violada ou não, mas sim, se o comportamento do agente, violando aquela regra, teria ou não também violado as normas dos Códigos Disciplinares. Desta forma, o que estava em questão não eram as regras esportivas, internacionalmente admitidas, mas sim as regras disciplinares impostas pelo Estado brasileiro para o esporte.

Referências bibliográficas

ANDRADE, André Gil Ribeiro de. Sobre a disciplina no Futebol brasileiro: Uma abordagem pela Justiça Desportiva brasileira. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). Disponível em: <<http://www.fifa.com/index.html?language=en>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

FRANCO JUNIOR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

MARTINO, Duílio Domingos. Nascimento de uma paixão universal: história do Futebol. São Paulo : [s. n.], 1997

MELO FILHO, Álvaro. Nova Lei do Desporto – Comentada. Rio de Janeiro : Forense, 1994.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A regra do jogo: uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SILVA, Eliazar João da. A Seleção Brasileira de Futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos de identidade nacional. 2004. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Assis.

PERRY, Valed. Futebol e legislação: nacional e internacional. Rio de Janeiro: Gráfica Vitória, 1973.

SILVA, Eduardo Augusto Viana da. O Autoritarismo, o Casuísmo e as Inconstitucionalidades na Legislação Desportiva Brasileira. Rio de Janeiro : Editora 4º Centenário, 1997.

LARDIES, Miguel. Coletânea de leis e regulamentos dos desportos. Porto Alegre : Livraria Sulina Editora, 1971.

GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

**CONGRESSO NORTE-PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA HISTÓRIA
DE 10 ANOS QUE COMEÇA A SER CONTADA**

José Augusto Victoria Palma¹

Cesar Aparecido Nunes²

Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma³

Resumo: O Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar – CONPEF, já foi desenvolvido em 6 edições, com média de 450 participantes e 164 trabalhos, todos publicados em anais, no formato de artigo ou resumo. O objetivo geral foi implementar uma forma preparação e desenvolvimento profissional inicial de contínuo de professores de Educação Física. Nossa hipótese de trabalho que o processo proporcionaria a aquisição de saberes relacionados diretamente com a prática docente.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Física. Eventos

INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZADORA

As universidades, como patrimônio social, caracterizam-se pela sua dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Encontra-se na sociedade brasileira, histórica e culturalmente estabelecido, como sendo da universidade a principal responsabilidade na formação e qualificação de profissionais acadêmicos, pois, além da produção e transformação do saber, atribui-se, também, a ela, a transmissão e difusão desse saber produzido e reelaborado.

O conceito formação/educação de professores, tanto a fase inicial como a continuada são dimensões do mesmo processo, que apresentam entre si uma continuidade orgânica. Essas dimensões da formação profissional devem ser entendidas como um processo contínuo e sistemático de aprendizagem no sentido da inovação e aperfeiçoamento de atitudes, saberes e saberes-fazer e da reflexão sobre valores que caracterizam o exercício das funções inerentes à profissão docente.

Quando se pretende desenvolver ações que contribuam tanto com a formação inicial e continua de professores evidenciamos que elas não devem ficar restritas e limitadas ao acúmulo de informações, mas permeadas pelo aprendizado do exercício individual e coletivo, da pesquisa, da reflexão crítica sobre a docência e seus problemas reais e o contexto nos quais estão inseridos, procedimentos estes que possibilitarão a construção e reconstrução da identidade profissional e pessoal (PALMA, 2001; PALMA e PALMA, 2012).

Os professores que atuam com o ensino da Educação Física em escolas de educação básica de nossa região, que compreende a região Norte do Estado do Paraná, solicitaram a realização de grupos de estudos e eventos sobre temáticas do cotidiano escolar. Alegaram, os professores, que necessitavam participar de processos que possibilitassem mais estudos sobre o processo ensino-aprendizagem da Educação Física no contexto educacional escolarizado. Surgiu assim, a proposta de se realizar um Evento

¹ Doutor - LaPEF-EMH-UEL/PAIDÉIA-UNICAMP javpalma@uel.br

² Doutor – PAIDÉIA-UNICAMP profcesarnunes@gmail.com

³ Doutora - LaPEF-EMH-Universidade Estadual de Londrina. angpalma@uel.br

que pudesse, de certo modo, atender as necessidades e interesses de um número importante de professores de Educação Física

Consideramos que em uma situação de complexidade, devem ser estimulados o debate teórico e o aprofundamento de estudos, pois, quando se pensa sobre o próprio pensamento são necessárias atitudes de reflexão, análise, abstração e de realização de pesquisas. Abrem-se possibilidades para posicionamentos críticos, o que no faz tomar uma direção: a do pensamento crítico, rumo à emancipação, em que se percebe o mundo como socialmente construído.

Nossos problemas, originalmente, antes da configuração e do desenho do Evento, que ficou denominado de Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar (CONPEF), foram: *como fazer um processo que envolva, significativamente, pessoas em situação de formação profissional inicial e contínua? Qual a possibilidade de integração extensão-pesquisa-ensino quando se busca a preparação e qualificação profissional?; Que abordagem de compreensão da realidade favorece, por superação, o modelo racional-tecnológico em processos de preparação e qualificação profissional?; Que pressupostos de aprendizagem possibilitarão a professores e estudantes se envolverem significativamente em um processo de preparação e qualificação profissional?*

MATERIAL E METODOLOGIA

Estabelecemos, como premissa geral e hipótese de trabalho, que o processo de preparação e qualificação de professores em formação inicial e contínua, quando integrados, proporcionará a aquisição, via construção ativa e crítica, de saberes relacionados diretamente com a prática profissional favorecendo nova compreensão do saber, fazer, saber-fazer, da relação pedagógica, do contexto educacional, seus efeitos e relações e coordenações.

Para atender a dimensão de complexidade e profundidade que se espera de um processo formativo emancipatório, pensamos em realizar um Evento cuja proposta fosse diferente das até então identificadas. Perspectivou-se uma situação na qual os próprios professores, atuantes na Educação Básica, apresentassem suas certezas e dúvidas. Para tanto um grupo de professores foi convidado a participar com a oferta de cursos e de palestras. Pensamos que tal procedimento refletisse, como processo de formação contínua, em momentos críticos-reflexivos e emancipatórios aos envolvidos. Uma formação inicial e contínua dos professores-parceiros envolvidos numa proposta com este objetivo traz algumas implicações, que consideramos como positivas: ao considerarmos que os envolvidos estão em situação de ensinantes/aprendentes, temos claro que ocorre um processo de aprendizagem significativa e que, cuja estrutura central, deixa de ser causa-efeito, ou seja, não é resultado do ensino unidirecional.

Com a ressignificação da concepção da área para componente curricular presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, e, consequentemente, nas Resoluções Conselho Nacional de Educação para a Educação Básica, a Educação Física passa a ser entendida, na escola, como uma área para ensino de conhecimentos, matéria escolar com fins de ensino-aprendizagem. Esse mesmo entendimento está presente nas Diretrizes Curriculares de Educação Física para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio propostas pela Secretaria de Estado

da Educação do Paraná, em 2008. Nessa perspectiva, torna-se necessário a discussão ampla e profunda sobre a formação docente e seu modo de ensinar visando seu compromisso social na construção da identidade cidadã dos estudantes.

Na tentativa de contribuir com as normativas oficiais e oferecer um evento que pudesse contribuir com a formação e qualificação profissional de professores de Educação Física, o Departamento de Estudos do Movimento Humano da Universidade Estadual de Londrina, responsável pelo Curso de Graduação em Educação Física-Licenciatura, organizou e implementou o Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar (CONPEF), que carinhosamente passou a ser apelidado de Congresso Pé-Vermelho, em referência à modo como é conhecido o morador da região e também pela cor predominante do solo. Os CONPEFs foram devidamente cadastrados na Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina, recebendo financiamento da Fundação Araucária.

O objetivo principal que se buscou atingir em todas as edições foi: implementar uma forma de preparação e desenvolvimento profissional, em que os envolvidos, professores e estudantes de Educação Física, por meio de seus constructos, encontrassem respostas para muitas de suas dúvidas e problemas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro CONPEF foi realizado em 2004, os seguintes aconteceram em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013. Apenas o primeiro (2004) não teve temática específica, os demais tiveram as seguintes temáticas, pela ordem:

- 2005- Docência em Educação Física – profissionalização e profissionalidade;
- 2007 - Docência em Educação Física: Saberes e Práticas;
- 2009 - Ensino de Educação Física – modos de ser professor;
- 2011 - Organização Curricular em Educação Física – Quais saberes? Quais práticas?
- 2013 - Formação e intervenção docente em Educação Física: construindo valores sociais.

Esta última edição (2013) foi paralela ao Congresso Nacional de Formação de Professores de Educação Física.

Em todas as edições as atividades programadas foram: Conferencias (abertura e encerramento), Palestras, Mesas Redondas, Sessões de Apresentação de Trabalhos (comunicações orais e cartazes), cursos e eventos culturais. Como resultados foram editados Anais em cd-rom com ISBN, além do Caderno de Resumos, também com ISBN. Foram constituídas Comissões de Avaliação em todas as edições, que contou com, no mínimo, um membro externo à UEL.

As edições do CONPEF e Congresso Nacional de Formação de Professores de Educação Física, foram promovidas pelo Laboratório de Pesquisa em Educação Física – LaPEF - e Depto. de Estudos do Movimento Humano (EMH) da Universidade Estadual de Londrina, em parceria com o Programa de Mestrado em Educação do Depto.de Educação/CECA.

O publico foi de 450 participantes, em média, em cada uma das edições e oriundos de cidades do Paraná, bem como de cidades do estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os trabalhos foram apresentados como Comunicação Oral ou Cartaz, sob a forma de Artigo ou apenas o Resumo. As inscrições de trabalhos para serem apresentados tiveram acréscimo gradativo. Em 2004, 50 trabalhos; em 2005 e 2007, 63 trabalhos; 2009 tivemos 97 trabalhos; 2011, com 85 trabalhos; 2013, tivemos 164 trabalhos apresentados.

Uma das publicações resultantes do CONPEF foi a construção da CARTA DE LONDRINA, que serve de orientação para muitas de nossas ações. Tivemos duas pesquisas de iniciação científica que objetivaram mapear os trabalhos apresentados no Evento.

CONCLUSÃO

Os relatórios das Comissões de Avaliações de todos os CONPEFs mostraram que nosso objetivo foi alcançado, considerando que pretendeu-se ir além dos debates acadêmicos e construir, fruto de práticas critico-reflexivas possibilidades de contribuição real e concreta às questões relativas a um projeto educacional relacionado à escolarização da Educação Física. Destacamos ainda que os CONPEFs valorizaram experiências de relações pedagógicas, individuais e coletivas, acontecidas no âmbito da Formação de Professores de Educação Física e de sua Atuação profissional promovendo situações que possibilitaram contribuir com a formação inicial e o desenvolvimento profissional contínuo, individual e coletivamente, de professores. Destacamos também a divulgação e socialização de experiências que foram significativamente vivenciadas pelos professores em seus cotidianos escolares, que seja na Educação Básica quer seja no Ensino Superior o que proporcionou o atendimento às necessidades de intercâmbios entre os profissionais formadores de professores de Educação Física.

Uma pesquisa está sendo implementada para verificar a trajetória institucional e legitimação epistemológica e política do CONPEF na formação de professores, na pesquisa e no ensino da educação física e escola.

REFERENCIAS

CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 6., CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1., 2013. Londrina. **Anais.** Formação e intervenção docente em Educação Física: construindo valores social. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013

PALMA, J. A. V.. **A educação continuada do professor de Educação Física: possibilitando práticas reflexivas.** 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas.

PALMA, J. A. V.. Formação inicial e desenvolvimento profissional contínuo de professores de Educação Física: integrando possibilidades de pesquisa, ensino e extensão. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CIFPEF) E



CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA

VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA (SEPEF). Florianópolis, **Anais...**2012.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E AS INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO HIGIENISTA

José Luís Simões¹

Introdução

Inicialmente, agradeço o convite e parabenizo toda comissão organizadora pelo importante desafio em promover o XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física.

Esta modesta contribuição que apresento tem a perspectiva de auxiliar e estimular o debate acerca do fenômeno Educação Física, mais especificamente aspectos que nortearam o surgimento desse campo de conhecimento no Brasil.

A pergunta que se coloca é seguinte: Quais as naturezas históricas da relação entre Educação Física, Estado e Sociedade?

Aqui tratamos de fenômenos/conceitos distintos, mas que se interpenetram e tem conexões entre si. Vamos pensar no conceito “sociedade”. Não existe uma sociedade fixa, imutável, única. Quando pensamos o universo humano somos impelidos a utilizar o termo “sociedades”.

Norbert Elias (1897-1990), sociólogo renomado e muito utilizado em recentes pesquisas no campo da Educação Física e Esportes serve como forte argumento de autoridade para emplacar a tese de que temos milhares de combinações de sociedades, configurações sociais em constante mudança, que se conectam, entram em conflitos, se unem, interpenetram. Enfim, as configurações humanas são dinâmicas. Assim, podemos falar da sociedade alemã, da francesa, da inglesa, da brasileira, da espanhola etc. Da mesma forma, aqui no Brasil, podemos refletir sobre a sociedade paranaense, a paulista, a carioca, a pernambucana, a cearense, a mineira, e assim por diante. Cada bairro de uma única cidade se caracteriza como sociedade. A simples constituição familiar pode se denominar como uma espécie de “micro sociedade”.

São muitas as possibilidades de definir e conceituar o termo “sociedade”. As combinações, articulações e conexões humanas são infindáveis.

Uma das ideias centrais de Norbert Elias é a seguinte: “*Configurações sociais específicas promovem comportamentos específicos*”. Então, entendemos que a sociedade humana é o complexo de várias sociedades interligadas entre si, seja na defesa de interesses comuns, na solução de conflitos, na economia, enfim, na luta pela sobrevivência dos indivíduos. Na obra “A Sociedade dos Indivíduos”, Norbert Elias aprofunda com propriedade essa reflexão.

E a questão do Estado? Na teoria elisiana a instituição Estado se caracteriza pela consolidação de um duplo monopólio: monopólio da arrecadação de tributos e da violência. Evidentemente, é inevitável a necessidade de conjugar esses duplo monopólio na caracterização de um Estado soberano. Todavia, outros intelectuais da ciência política como Norberto Bobbio e Guillermo O'Donnel corroboram com a apresentação de mais elementos que configuram a formação de um Estado soberano sem, contudo, discordar de Elias. O fato é que mesmo um Estado consolidado e soberano pode abarcar

¹ Professor Doutor, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco

mudanças e momentos de crise impostos pela organização de seus próprios indivíduos, ou pela intenção de outro Estado na disputa pelo território ou demais interesses econômicos.

O Estado é o ente de organização da vida coletiva, de proteção, de garantia dos direitos e deveres de determinadas sociedades, enfim, regula a vida dos indivíduos que vivem sob o manto de seu território e organização política de modo que as leis se sobreponham a vontades ou desejos dos indivíduos. É o princípio do padrão de comportamento coletivo se sobrepondo e determinando os comportamentos individuais.

Partindo dessas considerações iniciais vamos discutir, a seguir, o surgimento da Educação Física como área de conhecimento, campo de intervenção política, educacional, social e cultural.

Contexto para o surgimento da Educação Física

Inicialmente, o papel de “educar o físico” cabia a instrutores que frequentavam cursos especializados, a maioria deles em instituições militares. É recorrente na história da Educação Física no Brasil que a primeira escola de formação de professores nessa área foi a Escola de Educação Física do Exército, no início do século XX.

No livro “História da Educação Física no Brasil”² tivemos a oportunidade de estudar os primórdios da Educação Física enquanto campo de conhecimento científico e fenômeno social em construção. Pudemos refletir que, no século XVII, o intelectual inglês John Locke preocupava-se com as características exclusivamente intelectuais da Educação Inglesa. Mas John Locke passou a defender o que ele considerava educação integral: intelectual, moral e física.

O filósofo tinha visão higienista sobre a Educação Física. Para ele a prática de atividades físicas, inspirada nas concepções gregas de Educação, auxiliaria o processo de formação do homem “civilizado”. O “*gentleman*” inglês necessitaria da Educação Física no seu processo formativo.

Percebemos na origem do pensamento que baseou a profissão de Educação Física um nítido perfil ligado à Saúde envolvido no processo educacional. Nesse momento histórico não há ruptura entre as vertentes da Educação e da Saúde na Educação Física, elas estão juntas cumprindo seu papel social nas escolas.

No século XVIII, a Educação Física foi influenciada por educadores, médicos e militares. Cada segmento ofereceu um ideário que se mescla, dando origem às primeiras teorias de Educação Física. Nesse período surgem, a pedido de vários governos, planos e métodos de Educação Física e a profissão começa a ser sistematizada.

Para entendermos as demandas que possibilitaram essa institucionalização, devemos compreender as raízes dessa história, o contexto europeu dos séculos XVIII e XIX.

Revolução Francesa

² Cf. GÓIS JÚNIOR, Edivaldo & SIMÕES, José Luís. História da Educação Física no Brasil. Editora Universitária UFPE: Recife, 2011.

De forma resumida, podemos inferir que a Revolução Francesa foi uma insurgência militar patrocinada pelos interesses burgueses e guiada por líderes populares, que significou a tomada do poder por parte da burguesia, substituindo a nobreza nas rédeas do Estado Nacional Francês.

A ideologia burguesa era diversa da ideologia da nobreza, baseada na cultura agrícola e militar. Norbert Elias foi além dessa simples comparação. No livro “A Sociedade de Corte” o autor destaca que até comportamentos cotidianos da nobreza foram “aburguesados”, em função do processo de ascensão social da burguesia, que se impunha a incorporação dos novos hábitos, mais “refinados”, hábitos típicos da nobreza, tais como maneira de se vestir, comer ou decorar a casa.

Os burgueses eram homens do comércio, que ganharam muito espaço no campo político com o advento do Renascimento, com o desenvolvimento das cidades e crescimento da circulação de mercadorias.

A partir do século XVIII, os burgueses buscaram mais espaço e o que era poder econômico transformou-se em poder político. Na França, especificamente, os burgueses chegaram ao poder destituindo a Monarquia e dando início a uma guerra civil que assolou o país a partir de 1789, ano marcado pela queda da Bastilha.

A partir do advento da burguesia no poder era necessário criar uma nova forma de governo que iniciasse na prática cotidiana os ideais da revolução. Então, seria fundamental democratizar a educação e saúde enquanto metas da nova filosofia de governo, afinal, os caminhos da Revolução ensinaram o povo a protestar, fato que originou diversas insurgências populares durante a primeira metade do século XIX na Europa. Com isso a educação do povo tornou-se prioridade, promovendo oportunidades e caminhos para a organização da Educação Física.

Movimento higienista na Europa

Para entender a influência do “movimento higienista” no Brasil e na Educação Física é preciso começar descrevendo o contexto no qual suas ideias tiveram origem e ganharam repercussão. Pareceu pertinente consultar obras de historiadores europeus que revelassem os aspectos do movimento para, posteriormente, estabelecer suas relações com o movimento no Brasil, tentando aprender as semelhanças e diferenças.

Inicialmente percebemos que o movimento surgiu em um contexto de crescimento do capitalismo industrial, manufatura e grande indústria na Inglaterra, França e Alemanha. O quadro de constante crescimento da indústria e da pobreza constituiu um cenário propenso às reformas de vários setores da sociedade. Nesse mesmo contexto, Marx, em *O Capital*, elaborou sua famosa lei da “pauperização” crescente do proletariado.³

Mas este não é o único aspecto que caracteriza o contexto até o século XVIII. Inicia-se também um novo discurso de valorização da população, caracterizando uma mudança na filantropia, que começa a ser adotada por novos governos liberais na Inglaterra e França.

Posteriormente, analisando o século XIX, constataremos que o “movimento higienista” já se encontrava em alicerces sólidos. Vários profissionais de diversas áreas

³ Lembramos que a primeira edição do *Capital* é de 1868. Sobre a “manufatura” e a “grande indústria” e suas condições de operação e vida dos trabalhadores sua obra continua sendo uma excelente fonte.

começam a disseminar seu discurso de melhoria dos padrões de vida. O argumento de autoridade deste ideário era pesquisa científica, que comprovava a urgência na intervenção da sociedade nos problemas da população. Como resultado deste processo, o surgimento da ciência do trabalho colaborou na redução da jornada, intervalos e melhores condições de vida para o trabalhador (RABINBACH, 1992).

Outro aspecto relevante nesse contexto é o resultado da urbanização, que corroborou no processo de surgimento de novas doenças e epidemias. Uma demanda que não é ignorada pelos médicos, que defendem diferentes formas de prevenir e tratar as moléstias. Mas isso exige pesquisas, que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no campo da medicina e da Saúde Pública.

Nesse sentido, a ciência passa a determinar a melhor forma para cada um cuidar de seu corpo, em um projeto de mudanças de hábitos corporais. Todos estes aspectos colaboraram na efetivação da ideia de que a população era a grande riqueza da nação.

O idealismo do movimento higienista

No início do século XVII, as doenças ocupacionais se tornaram temas de obras médicas. O pesquisador Ramazzini⁴ publicou o primeiro tratado geral sobre doenças dos trabalhadores.

A classe trabalhadora da indústria crescia vertiginosamente na Europa. Nesse processo os trabalhadores foram os primeiros, juntamente com os mineiros e marinheiros, a terem seus ofícios investigados pela Medicina. Mas o clássico de Ramazzini foi "*De Morbis Artificum Diatriba*" (Discurso sobre as doenças dos artífices). Este autor dedicou-se a chamar a atenção para necessidade de prevenir as enfermidades dos trabalhadores, estudando mais de quarenta profissões.

As jornadas de trabalho eram intensas e tomavam quase todo o dia. O trabalhador esgotava-se em pouco tempo, ocasionando várias enfermidades, falta de disposição, que eram encarados como tendência à ociosidade, como falta de virtude para o trabalho e não uma doença.

Na Inglaterra a produção industrial era central para a atividade econômica, portanto, o trabalho ocupava posição de destaque nas preocupações da sociedade.

No século XVIII e XIX o trabalho industrial já representava o centro das preocupações sociais e econômicas. Era ele que iria garantir a riqueza da nação e qualquer infortúnio que fosse causado ao trabalho era fonte de discussões. Nesse quadro o trabalhador passa a ser importante, o gerador das riquezas, portanto, deveria ser cuidado.

Uma população grande e sadia estava no centro do interesse dos aritméticos políticos porque era um meio, essencial, para se aumentara riqueza e o poder da nação do Estado. Em consequência, estadistas, legisladores, administradores, médicos, homens de negócio reconheceram suas responsabilidades ante o povo. Responsabilidade, por exemplo,

⁴ George Rosen cita este autor por sua obra "A doença dos trabalhadores", São Paulo, Fundacentro, 1985.

pelos cuidados da saúde, pela prevenção das doenças, pela assistência médica aos necessitados. (ROSEN, 1994, p.95).

O século XIX colocou em pauta os cuidados com o corpo. Foi nesse período que o homem tentou identificar a importância e os limites do corpo. Foi a época de debate em defesa de uma melhoria das condições de vida do trabalhador industrial. Para retratarmos essa época explicaremos os ideais populacionistas e a ideia da fadiga. São todos tópicos que levam o homem a cuidar de seu corpo, buscando novas formas de preservá-lo.

No século XIX dois pensamentos colaboram com o discurso do corpo enquanto máquina: a ideia populacionista e a descoberta da fadiga. Estes dois eventos, apoiados pelas descobertas científicas no campo da fisiologia, sustentaram o discurso do “movimento higienista” na Europa.

Mas em que consistem estas representações que constituíram a base do pensamento higienista? Começamos pela a ideia populacionista.

Cada homem fazia parte da força social que, por sua vez, dependeria da qualidade e quantidade dos trabalhadores. Então, a riqueza de uma nação media-se pelo número de trabalhadores que ela poderia ter. A ideia populacionista defendia a livre procriação, que garantiria maior força social.

Portanto, cada mulher e homem seriam vistos como componentes do capital da nação. Imaginem uma máquina que por falta de cuidados quebra-se, representando prejuízo. Se o corpo do homem passa a ser visto como uma riqueza, qualquer adversidade que faça o homem adoecer ou falecer representa prejuízo irreparável para a força social da nação. Assim, surgem discursos que defendem o cuidado e a relevância de cada trabalhador para o país.

Se os seres humanos passam a ser vistos como o capital da nação, devem ser cuidados como se fossem uma espécie de patrimônio. É neste contexto que é descoberto o conceito de fadiga, que é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

A fadiga parece ser o termo do século XIX para expressar o que sentimos hoje quando dizemos que estamos com “estresse”. Se estamos esgotados, a vida conturbada nos deixa abatidos. Da mesma forma, o trabalhador industrial do século XIX sentia a fadiga, que parecia limitar a produção.

Na obra *“The Human motor”* Anson Rabinbach explica como se deu a descoberta dos limites do homem. Segundo o autor, os primeiros sinais de mudança na percepção de trabalho aparecem na literatura médica em 1887. Os médicos começaram a considerar o excesso de trabalho como causa de degenerações físicas. Essa literatura apontou a fadiga como o sinal principal da recusa do corpo em aceitar as disciplinas da sociedade industrial moderna. Se a fadiga existiu antes da sociedade moderna, ainda não havia aparecido como um termo médico, nem recebeu atenção significativa. Em 1870, porém, um discurso médico novo começou a desenhar a topografia de fadiga e colocar marcos em seu terreno previamente inexplorado (RABINBACH, 1992). Rabinbach cita médicos que começaram a publicar artigos tematizando a fadiga. A definição de fadiga do francês Carrieu defende que o uso exagerado dos elementos anatômicos causa problemas, muitas vezes irreversíveis ao organismo.

A imagem moderna da fadiga revela a crescente preocupação do homem com sua saúde e com a saúde do trabalhador. A doença, a invalidez ou a morte representam imediatamente uma perda para a economia do país. A fadiga era o grande mal, com ela não se produzia, os trabalhadores ficavam desanimados, e a consequência econômica eram os prejuízos.

A fadiga foi identificada com a própria modernidade. A desintegração caracteriza esse tempo e também a incerteza: nada está firmemente em seus pés ou em uma fé dura, um vive para o amanhã porque o dia após o amanhã é duvidoso. Tudo em nossa vida é escorregadio e perigoso, e o piso que nos suporta tornou-se finamente arriscado (RABINBACH, 1992).

A ideia de conservação da energia e da entropia acarretou grande preocupação com o esgotamento destas energias, que resultaria em uma situação apocalíptica. Por exemplo, Balzac planejou escrever “uma patologia da vida social” para mostrar como o estoque de forças dos homens é diminuído por demasiada despesa do esforço. A descoberta da entropia atestou uma visão pessimista da natureza em que a quantidade disponível de energia estava diminuindo continuamente.

A ideia de energia que deve ser preservada também foi apoiada pelas descobertas científicas da fisiologia. Anson Rabinbach explica que no século XIX, depois de controvérsias entre fisiologistas da época, aplicou-se o princípio de conservação de energia no corpo humano. Este princípio mostrou que através da respiração e ingestão de substâncias químicas (como gorduras e proteínas) os músculos absorviam calor do meio externo, transformando este combustível em energia, ou seja, transformando energia em energia a ser utilizada.

O músculo é uma ferramenta por meio da qual a transformação de força é efetuada. Mas não é a própria energia, que será absorvida do meio externo. Então, uma nutrição apropriada cuidaria da melhoria das forças e a capacidade de produzir aumentaria.

Da mesma forma que a máquina precisava de combustível para seu funcionamento, não seria diferente com a máquina humana. A mesma metáfora que tinha sido inaugurada no século XVI por Descartes, que dizia que o corpo do homem era como uma máquina. Vejamos a seguinte passagem:

O que não aparecerá de maneira alguma estranho a quem, sabendo quão diversos autômatos, ou máquinas móveis, a indústria dos homens pode produzir, sem aplicar nisso senão pouquíssimas peças, em comparação à grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias e todas as outras partes existentes no corpo de cada animal, considerará esse corpo uma máquina que, tendo sido feita pelas mãos de Deus, é incomparavelmente mais bem organizada e capaz de movimentos mais admiráveis do que qualquer uma das que possam ser criadas pelo homem. (DESCARTES, 1999, p.11).

As novas descobertas da física, especialmente a termodinâmica, e da fisiologia do século XIX legitimaram o discurso higienista, que adotou a estratégia da metáfora do motor humano para realizar seus objetivos.

Foram os higienistas que pregaram novidades sobre o cuidar do corpo. Novidades que prometiam alcançar melhor bem-estar para a vida cotidiana, que afastariam as epidemias, que tornariam os homens mais dispostos para o trabalho, que buscariam riquezas para o país.

A metáfora da máquina humana formou parte da estratégia de popularização dos novos hábitos higiênicos, que pretendiam responder certas questões: Como atingir os trabalhadores da indústria? Como melhorar as condições de vida da população em geral?

Um dos papéis centrais da metáfora do “homem-máquina” foi o de convencer os capitalistas a cuidar de seus recursos humanos.

Na Europa a questão da intervenção nas relações de trabalho por parte do Governo foi legitimada pelo discurso científico dos higienistas do trabalho. A pesquisa também avançou no sentido de controlar as doenças.

Mas como esse contexto se materializou no campo específico da Educação Física? Organizou-se na sistematização de métodos de ginástica militar e escolar.

Primórdios da Educação Física no Brasil

A partir da visão europeia de Educação Física, com suas características higienistas e utilitárias, esse campo de conhecimento chega ao Brasil mediante reapropriações e reinterpretações no contexto sul-americano. Todavia, sem uma política de Estado que incentivasse sua prática. A Educação Física começa no Brasil quase que de maneira acidental. O primeiro colégio público brasileiro a adotar sua prática foi o Colégio Imperial de Pedro Segundo, em 1841.

Cunha Júnior (2003) descreve que o Colégio Pedro II foi fundado em 1837 com o objetivo de oferecer uma formação diferenciada à elite carioca do século XIX. Como colégio oficial se diferenciou com uma formação moderna que incluía em seu currículo saberes desconhecidos dos outros colégios, tais como a música, o desenho e a ginástica. O aluno formado pelo colégio recebia o título de bacharel em Letras e poderia ingressar em qualquer curso superior do país.

Seu primeiro professor de ginástica foi o primeiro professor de ginástica contratado no país que se tem conhecimento. Em 1841, Guilherme Luiz de Taube foi contratado pelo reitor Joaquim Caetano da Silva, médico formado em Paris, que foi convencido pelos argumentos higienistas de Taube a introduzir a ginástica no colégio. Outro argumento foi o fato dos melhores colégios europeus já terem adotado a prática de exercícios ginásticos. O salário de Guilherme de Taube foi fixado em Quatrocentos mil réis, o menor salário do colégio, o que já denotava inferioridade da área em relação às outras disciplinas da escola. Além disso, Taube não possuía o título de professor, era nomeado como mestre, um título considerado inferior nessa época.

As aulas eram ministradas seis dias da semana, exceto aos domingos. Durante todo o século XIX a cadeira de ginástica era desprestigiada no colégio. Segundo Carmen Lúcia Soares (2001) e Victor Andrade Melo (1998), embora houvesse forte interesse do governo pela introdução da Educação Física, muitos obstáculos se contrapunham a sua efetiva institucionalização nas escolas públicas. O mais comum era a resistência da elite brasileira em permitir que seus filhos fizessem tarefas físicas, que entendiam como associadas ao trabalho manual. *“Em um país que considerava as atividades manuais*

como algo de menor importância (...), pois o importante era valorizar o intelectual, houve realmente muita dificuldade de implementação de atividades físicas nos currículos das escolas brasileiras” (MELO, 1998, p.54).

Os colégios pioneiros na Educação Física eram privados e de origem estrangeira. Dentre eles, os que merecem destaque foram os colégios ligados a instituições religiosas, tais como: Colégio Anchieta de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, fundado em 1886; Colégio São Luiz, em Itu, São Paulo; Colégio Koelle, Rio Claro, São Paulo; Instituto Granbery, Juiz de Fora, Minas Gerais, de 1889; Colégio Reis, Petrópolis, Rio de Janeiro, cadeira de ginástica de 1881; e por fim, Colégio de Artífices, de São Paulo, com aulas de ginástica desde 1874.

Mas a maior iniciativa oficial para a institucionalização da Educação Física nas escolas foi no campo das legislações, excetuando as iniciativas no âmbito do Colégio Pedro II. Em 1855, foi publicado o “Regulamento do Ensino primário e secundário no município da Corte”. Nesse documento a ginástica é incluída entre as disciplinas do ensino primário. Segundo Carmen Lúcia Soares, em 1879, o ensino da ginástica se torna obrigatório na capital brasileira, através do decreto nº 7247.

Em 1882, a Comissão Imperial de Instrução Pública, através de parecer do relator Ruy Barbosa, se coloca favorável à inclusão da Educação Física no sistema de ensino brasileiro. Esse parecer ficou conhecido como a maior defesa já feita sobre os benefícios da prática da Educação Física na escola brasileira. Ruy Barbosa, contaminado pelo ideário higienista, mostrou-se um entusiasta da Educação Física. Contudo, seus objetivos de democratização da Educação Física só foram alcançados a partir do século XX. O parecer de Ruy Barbosa é uma das fontes primárias mais citadas na historiografia brasileira da Educação Física. Seu parecer elucida as características higienistas da época, com suas ideias baseadas na reforma moral do povo brasileiro através do corpo.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, F. *Da educação physica: o que Ella é, o que tem sido,o que deveria ser*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

BARRETO, J. de B.. *Tratado de Higiene*. 2ª edição. 1º vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CUNHA JUNIOR, C.F. Os exercícios gymnasticos no Collegio Imperial de Pedro Segundo (1841-1870). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n.1, set. 2003.

DESCARTES, R. *O discurso sobre o método*. In: Descartes, Coleção Os pensadores, São Paulo: Abril Nova Cultural, 1999.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *O processo Civilizador (vol. 1) - uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. La Sociedad Cortesana. Fondo de Cultura Económica, 1993.

GÓIS JUNIOR Edivaldo & SIMÕES, José Luis (orgs). História da Educação Física no Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

MELO, V. A. A Educação Física nas Escolas Brasileiras do século XIX: Esporte ou Ginástica. In: FERREIRA NETO. *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vitória: Facha, 1998.

RABINBACH, Anson. *The Human Motor*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. Uma história da saúde pública. São Paulo: EDUNESP, 1994.

SIMÕES, José Luis (org.). *Educação Física, Esporte e Qualidade de Vida*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SOARES, C. L. Imagens do corpo educado: um olhar sobre a ginástica no século XIX. In: FERREIRA NETO. *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vitória, UFES, 1997.

_____. *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*. 2ªed. Campinas: Autores Associados, 2001.

**CAMPEONATO MUNDIAL DE ATLETISMO MASTER NO RIO GRANDE DO SUL (2013):
UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

Josiana Ayala Ledur¹

Tuany Defaveri Begossi²

Janice Zarpellon Mazo³

Resumo: O objetivo deste estudo é reconstruir como ocorreu o XX Campeonato Mundial de Atletismo Master em Porto Alegre/Rio Grande do Sul e interpretar os discursos gerados pelos jornais e revistas acerca do evento visto que a mídia possui importante papel na reprodução e construção de representações culturais. Para, além disto, as fontes consultadas nos permitiram reunir subsídios para avaliar as condições da capital do estado do Rio Grande do Sul para sediar megaeventos esportivos.

Palavras chave: História do esporte. Atletismo. Esporte master.

Introdução

A capital sul-rio-grandense, Porto Alegre, no ano de 2013 sediou o XX *World Masters Athletics Championships* (Campeonato Mundial de Atletismo Master). Esta edição do mundial teve particular relevância para o Brasil e estado do Rio Grande do Sul, pois marcou sua estreia em um país sul-americano. Este evento esportivo internacional é promovido desde 1975, tendo sua primeira edição em Toronto, no Canadá, ocorrendo desde então a cada dois anos.

O presente estudo tem como objetivo reconstruir como se sucedeu o XX Campeonato Mundial de Atletismo Master em Porto Alegre e interpretar os discursos produzidos pelos jornais acerca do evento. Os jornais selecionados para a consulta – O Globo, Zero Hora e Correio do Povo – publicaram informações, bem como, imagens do evento, desde o momento em que a cidade foi escolhida para sediá-lo até o seu encerramento, compreendendo o período de agosto de 2010 a outubro de 2013. As fontes coletadas foram submetidas à análise documental, adotando os princípios de Bardin (2000) que consistiram em identificar e classificar os diferentes significados encontrados nos documentos. Seguido da organização destes dados que constituíram os eixos norteadores da pesquisa.

A pesquisa sobre o XX Campeonato Mundial de Atletismo Master lança o desafio do estudo da História do Tempo Presente, que é compreendida como um olhar sobre o passado próximo, ou seja, “uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (AREND; MACEDO, 2009). O estudo inscreve-se nas dimensões da História Cultural (CHARTIER, 2000; BURKE, 2005; BARROS, 2004; PESAVENTO, 2008). As noções básicas que concebem o pensar histórico cultural, correspondem a ideia de que o indivíduo ao existir, automaticamente, está produzindo cultura. Essa cultura pertencente a determinado espaço social, em destaque neste estudo, os espaços esportivos,

¹ Pós-Graduada em Envelhecimento e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, josiled@hotmail.com

² Licenciada em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tuany_begossi@hotmail.com

³ Doutora em Ciências do Desporto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br

produzem por vezes, representações, ou seja, indivíduos que “representam” uma identidade social de forma coletiva ou individual. Seguindo essa lógica é possível inferir que os atletas das competições master, através de suas práticas, produzem representações e estas por sua vez, por estarem em evidência, muitas vezes trazidas pela mídia, se fortalecem ou se modificam perante os nossos olhos, aproximando-nos da forma como estes atores sociais se expressam como grupo social.

O Master de Atletismo em Porto Alegre

No dia 24 de agosto de 2010, em solenidade organizada no salão nobre da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a cidade recebeu o anúncio oficial que sediaria o maior evento de atletismo master do mundo, o *World Masters Athletics Championships*. A notícia envolveu a capital sul-rio-grandense em um clima de expectativa que pôde ser percebido por meio de reportagens, nas quais constam relatos de autoridades, como do prefeito José Fortunati, que ao posicionar-se sobre a realização de uma competição desta dimensão em Porto Alegre destacou que, este seria um importante teste para a Copa do Mundo de Futebol em 2014:

É mais uma oportunidade de mostrar a beleza da nossa cidade, projetando-a para o cenário internacional. Uma chance de mostrar nosso envolvimento com o esporte, que é uma questão de saúde, convivência, integração entre as pessoas e, principalmente, qualidade de vida (WMA, 2013).

É imprescindível destacarmos que Porto Alegre não recebia um evento de grandes projeções desde 1963, quando a cidade sediou os Jogos Mundiais Universitários (Universíade) o qual, no princípio da década de 1960, era considerado um grande evento esportivo cuja estrutura organizacional assemelhava-se nos Jogos Olímpicos da era moderna (SANTIAGO, 2009). O fato de citarmos a Universíade evidenciou-se como ponto de partida para compreendermos as transformações e os impactos que grandes eventos internacionais podem proporcionar ao cenário esportivo porto-alegrense (MAZO, 2007). Ou seja, há exatos 50 anos da realização da Universíade, quais são as repercussões encontradas sobre o master, entendido como o segundo maior evento ocorrido em nossa capital que contemplou o atletismo.

A Cerimônia oficial de abertura do XX Campeonato Mundial de Atletismo Master foi realizada no Centro Estadual de Treinamento esportivo em uma terça-feira, às 19 horas do dia 15 de outubro de 2013, e as provas propriamente ditas ocorreram entre os dias 16 e 27 de outubro, contando com a presença de 4.158 esportistas, dentre os quais figuraram grandes expressões mundiais do atletismo que com idades acima de 35 anos superaram recordes e deram exemplos de determinação. A delegação do Brasil estava representada por 582 atletas do sexo masculino e feminino, além dos brasileiros, as maiores delegações foram respectivamente a argentina com 540 atletas, seguidas da norte-americana com 240 e a indiana com 136 (PORTAL BRASIL, 15/10/2013).

O campeonato abrangeu provas de 27 modalidades, a saber: corridas como maratona e marcha atlética de 10 e 20 quilômetros, salto, arremesso e *Cross Country* e todas as provas olímpicas de pista, nas categorias masculina e feminina. A realização do

evento foi viabilizada pela prefeitura de Porto Alegre e do governo do Estado e a organização da competição foi regida pelos regulamentos da Associação Brasileira de Atletismo Master (ABRAM) juntamente com *International Association of Athletics Federations* (Associação Internacional de Federações de Atletismo), cuja sigla é IAAF, e pelo *World Masters Athletics* (WMA), entidade máxima que regulamenta o atletismo para esportistas acima dos 35 anos.

Os locais designados para a competição foram: o Centro Esportivo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Sociedade Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA), Escola de Educação Física (ESEF), Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), Parque Marinha do Brasil, Usina do Gasômetro e na área da Orla do Guaíba. Dada à diversidade dos locais, a programação das provas era publicada diariamente nos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, por meio de tabelas contendo o local, horário, modalidade e categoria por faixa etária, com o intuito de informar o público, pois era comum ocorrerem disputas concomitantes ao longo de um mesmo dia.

Vale salientar que, dentre as localidades acima referidas foi possível perceber a ocorrência de uma mesma modalidade, definidos pela infraestrutura da sede. A PUCRS, por exemplo, abrangeu provas como heptatlo e marcha atlética; na SOGIPA prova com barreiras, marcha atlética, arremesso de peso, disco e dardo e declato; na ESEF, arremesso de peso disco e matelo, a PUC comportou provas de marcha atlética, salto em distância e caminhada de 5.000m; no Parque Marinha do Brasil e na Orla do Guaíba ocorreram provas de maratona, cross country e marcha atlética. O CETE abarcou competições de salto em altura, salto em distância, arremesso de peso e martelo.

Quanto aos participantes, estes estavam distribuídos em 14 categorias representadas por atletas dos 35 aos 99 anos oriundos de várias nacionalidades, dentre eles os brasileiros. Em meio aos mais de quatro mil atletas destacamos a presença dos atletas sul-rio-grandenses que imprimiram suas marcas na história esportiva do evento. Cristine Neher, atleta da SOGIPA conquistou a primeira medalha, bronze, para o Rio Grande do Sul na prova de lançamento de martelo, na categoria 45 anos o que lhe rendeu lugar de destaque no jornal *Correio do Povo* de 24 de outubro, na reportagem intitulada: “A volta triunfal da recordista” que fazia referencia a “volta por cima” da ex-campeã gaúcha lançamento de disco após sucessivas lesões que por tempos a mantiveram fora das pistas (CORREIO DO POVO, 24/10/2013). Outro sul-rio-grandense que participou do evento foi Lutero Araújo, que juntamente com Gabriel Garcia da cidade de Imbituba (Santa Catarina) e o mineiro Iodece Rocha ganharam a medalha de prata nos 8 km de *Cross Country* na categoria de 65 a 69 anos (BANDEIRANTES, 2013). Estes e outros atletas brasileiros contribuíram para que o Brasil alcançasse o segundo lugar no quadro geral de medalhas do evento, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil encerrou sua participação com a conquista de 137 medalhas (49 de ouro, 50 de prata e 38 de bronze).

Para sediar um evento deste porte, a cidade de Porto Alegre passou por algumas transformações em seus arranjos estruturais como, a remodelação ocorrida em alguns dos espaços esportivos da cidade designados para as competições, como o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) que foi equipado para as modalidades do atletismo de pista e campo e foi considerado um dos principais legados do evento. A pista foi remodelada e novas áreas foram incluídas, como uma “gaiola” para arremesso de martelo e um espaço para arremesso de peso, entre outras obras. Segundo o

presidente da Associação Brasileira de Atletismo Master, Francisco Hypólito, o investimento, com valores liberados em parceria com a Caixa Econômica Federal, aproximou-se da quantia de R\$ 2 milhões (GLOBOESPORTE, 26/10/2013).

Essas modificações puderam ser acompanhadas nas fontes documentais utilizadas, que relataram também os problemas de infraestrutura, que marcaram as competições, mostrando-nos um desfecho que embora favorável fora também marcado por dificuldades. Dentre os reveses relatados, tanto pela mídia como pelos atletas participantes faziam referência a problemas com idioma e transporte.

Um exemplo dos problemas relacionados ao idioma pôde ser conferido na competição do declato, realizado no CETE, onde a voluntária anunciou a ordem dos competidores para o salto em altura em português. O ocorrido transpareceu nos rostos atônitos dos competidores estrangeiros, que foram “socorridos” pela intervenção do atleta Jefferson de Souza, que de família brasileira, releu a ordem em inglês. Muitos tiveram problemas para se locomover em Porto Alegre, esta informação se reforça em relatos como a da finlandesa Aila Ahonen que ao transmitir suas impressões para o jornal Zero Hora brincou: “A comunicação é ótima, desde que você fale português”. (ZERO HORA, 17/10/2013).

Esta mesma edição do jornal Zero Hora noticiou que entre alguns atletas a queixa mais frequente estava relacionada ao transporte entre as sedes. Pois, mesmo a organização tendo disponibilizado 15 ônibus para o deslocamento dos atletas, vários competidores relataram que tiveram que buscar outros meios de transporte. Alguns alegaram não terem encontrado os ônibus, e ao terem que buscar uma segunda opção se depararam com o problema da falta de táxis, ou a presença insensata de taxistas que cobraram valores exorbitantes para realizar uma corrida. A inflação dos preços cobrados deixou uma má impressão, e a intenção de se aproveitarem de estrangeiros foi evidenciada até mesmo pela EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) que flagrou carros com taxímetro desligado nas proximidades do CETE (CORREIO DO POVO, 26/10/2013).

E transgressões desta natureza infelizmente foram trazidas ao público mais de uma vez:

Embora nossas autoridades apregoem o contrario e digam que os percalços foram isolados. De todas as nossas falhas, a mais vergonhosa, é a que envolve taxistas picaretas, dispostos a levar vantagem enganando turistas (...). Dentre os casos que entrarão para a história como simbólicos da falta de preparo para receber os estrangeiros estão o de dois atletas japoneses pagaram R\$ 300 para ir do CETE, no Bairro Menino Deus, até o Shopping Praia de Belas, num trajeto que não daria mais do que R\$ 10. (Zero Hora, 28 de out, 2013).

Estas foram entre outras questões, as que veicularam como as que poderiam ser analisadas e revistas pela prefeitura e governo do estado, para adotar medidas que visassem um preparo melhor tanto dos prestadores de serviço como pelos cidadãos para receber visitantes não só para competições, mas para o turismo em geral.

Considerações Finais

A realização do XX Campeonato Mundial de Atletismo, como um evento internacional de grande relevância, ao ser investigado contribuiu para dar-nos uma breve dimensão acerca das condições de Porto Alegre para sediar grandes eventos esportivos, posto que o país esteja diante dos desafios da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ao revisitarmos alguns momentos do campeonato através das reportagens percebemos representações de ampla valorização dos atletas ligados ao movimento master em eventos competitivos. Dando-nos a dimensão do quanto as práticas esportivas quando trazidas pela mídia, possuem a força de gerar em nosso imaginário e de reforçar em alguns casos, representações sobre determinados grupos.

O fato de abordarmos esta edição do mundial master também se justifica pelo interesse em contribuir com a preservação da memória do esporte no Rio Grande do Sul, bem como anseia fomentar futuras investigações que contemplem a temática em questão.

Referências

AREND, Silva Maria Fávero; MACEDO, Fábio. **Sobre a História do Tempo Presente:** Entrevista com o historiador Henry Rousso. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, José. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORREIO DO POVO. **As caras do mundial parte IX: a volta triunfal da recordista.** Porto Alegre. 24 de outubro de 2013.

_____. **Taxitas são flagrados pela EPTC.** Porto Alegre, 26 de outubro de 2013.

MAZO, J.; REPPOLD, A. **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul:** atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RB- Radio Bandeirantes. **Gabriel Garcia começa...** 2013.

Disponível em: <<http://www.bandeirantes1010.com.br/artigo/gabriel-garcia-comeca-mundial-master-com-medalha-de-prata-por-equipes-e-se-prepara-para-o-bicampeonato-mundial>>. Acesso: 10 de mar. 2014.

SANTIAGO, Dina. **Jogos Mundiais Universitários de 1963:** a construção de representações no associativismo esportivo da cidade de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WMA. Athletics for life - **WORLD MASTERS ATHLETICS**. Disponível em: <<http://www.world-masters-athletics.org/>>. Acesso em: 02 de fev. 2014.

ZERO HORA. **Idioma e transporte são barreiras**. Porto Alegre, 17 de outubro 2013.

_____. **Desculpem pelos nossos taxistas**. Porto Alegre, 28 de outubro de 2013.

GLOBOESPORTE. **Atletismo Master: falta de glamour é compensada por 'boa recepção'**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/rs/noticia/2013/10/atletismo-master-falta-de-glamour-e-compensada-por-boa-recepcao.html>. Acesso em: 15 de mar.2014

PORTAL BRASIL. **Mundial Master reabre pista reformada em Porto Alegre**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/esporte/2013/10/mundial-master-reabre-pista-reformada-em-porto-alegre>. Acesso em: 19 de abr. 2014.

**ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL:
A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PRÓPRIO PARA A PRODUÇÃO DE SENTIDOS
COMUNS**

Josiana Ayala Ledur¹

Vanessa Bellani Lyra²

Janice Zarpellon Mazo³

Resumo: O objetivo do estudo foi o de percorrer a trajetória de criação da Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (re)construindo as principais etapas de materialização de sua sede própria. Partindo-se de uma perspectiva sócio-histórica de análise, as fontes consultadas revelaram que ao concentrar suas atividades em um único espaço educacional, a ESEF reforçava sua função uniformizadora das práticas e modos de ensinar Educação Física no ambiente escolar sul-rio-grandense.

Palavras-chave: História da Educação Física. História da Educação. Formação de professoras (es).

Introdução

A Escola Superior de Educação Física (ESEF) foi a primeira instituição criada no estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de especializar professoras(es) para a atuação profissional. Por ser a única a desempenhar tal função durante 30 anos (1940-1970), a referida instituição recebe lugar de destaque nesta pesquisa, na medida em que é compreendida como condição de possibilidade para a construção do campo da Educação Física no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o objetivo geral aqui privilegiado foi o de percorrer a trajetória histórica de sua criação, (re)construindo as principais etapas de materialização de sua sede própria. Partindo-se de uma perspectiva sócio-histórica de análise o estudo é conduzido no sentido de identificar as condições de emergência deste espaço, ao final da década de 1960, localizado no bairro Jardim Botânico, na cidade de Porto Alegre.

A investigação está assentada na análise de documentos escritos, iconográficos e orais, os quais foram concebidos enquanto materiais históricos, portadores de mensagens, sentidos e finalidades particulares ao seu contexto. Assim, em busca da compreensão da realidade histórica eleita, este estudo foi construído a partir da inspiração teórica de Bourdieu (1983; 1996) e seu conceito de “campo”, com o qual nos fez tensionar a realidade da ESEF no cenário sul-rio-grandense, na medida em que a posicionamos em meio a um contexto sócio-cultural do qual se fez, ao mesmo tempo, produtora e produto. As fontes privilegiadas compuseram três grupos distintos e complementares: documentos orais, interpretados a partir de obras particulares (BOSI, 1994; ALBERTI, 2004); documentos escritos, interpretados, a partir da técnica da análise

¹ Pós-Graduada em Envelhecimento e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, josiled@hotmail.com

² Doutora em Ciências do Movimento Humano (UFRGS), Universidade de Caxias do Sul, vblyra@ucs.br

³ Doutora em Ciências do Desporto (UP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br

documental (PIMENTEL, 2001; LÜDKE E ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006) e, os documentos imagéticos, interpretados, por sua vez, a partir da perspectiva sociológica trazida por Martins (2009).

Esta pesquisa localiza-se na tradição da historiografia da Educação, aqui entendida como um campo de estudo que objetiva analisar o que se refere ao tempo e ao espaço educacionais. Para além, em termos teórico-metodológicos utilizados no campo da História da Educação, esta pesquisa se aloca dentre aquelas que se propõem a investigar a história de instituições escolares. De acordo com Werle (2004, p. 14), a história das instituições escolares “é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e seu contexto”.

Interpretadas, as fontes históricas nos permitiram reunir as informações em três sub-ítem: “A ESEF e a cidade de Porto Alegre”, onde são abordados os aspectos iniciais da trajetória física da Escola, onde as aulas encontravam-se dispersas pelas mais diversas instalações esportivas da cidade; “A contribuição do Esporte Clube Cruzeiro”, onde é pontuada a importância desse clube para a solidificação da ESEF enquanto escola formadora e, “Um espaço próprio”, onde são pontuadas as tratativas que deram ensejo à instalação definitiva da sede da Escola.

A ESEF e a cidade de Porto Alegre

Consta que, nos primeiros 30 anos de funcionamento da ESEF, as aulas se davam totalmente dispersas pelas mais variadas instalações esportivas da cidade. Essa situação, tão lembrada nas falas das(os) ex-alunas(os) entrevistadas(os), exigia que fossem feitos deslocamentos em curtos espaços de tempo, considerando que muitas das instalações utilizadas foram cedidas por empréstimo para a realização das aulas.

Foi então que o diretor da ESEF conseguiu junto ao Diretor da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, que fosse posto à disposição da instituição o Estádio General Ramiro Souto. Como o referido Estádio servia de centro de treinamento da Brigada Militar, precisou passar por adaptações para abrigar as disciplinas curriculares de Educação Física Geral, Desportos Terrestres Individuais e Desportos Terrestres Coletivos. Sobre esse espaço, utilizado, ao que parece, apenas no primeiro ano de funcionamento da Escola, a Prof^a Anna Tereza (2010) traz algumas informações que retratam as dificuldades vivenciadas no momento, em termos de estrutura física:

[...] O que era pior era ter aulas ali no Ramiro Souto. A gente ia de calçãozinho, no inverno, não tinha abrigo, nada, era muito frio! Formava e o tenente ia com uma varinha vendo se estavam em forma. Tinha que ficar na posição correta, e depois aí distribuíam: uma turma ia para a sala, outra para a corrida, para vôlei, outra turma tinha basquete. E a natação era naquele lago que tem ali, a natação não, errei, a natação era na Tristeza, no Guaíba. (AMARAL, 2010, p. 1).

A “Tristeza” a que se refere a Prof.^a Anna eram as dependências do “Yatch Club” localizado às margens do Rio Guaíba e cedido para as aulas de Nataação do curso.

Contudo, nos anos seguintes puderam contar com a piscina do “Clube Náutico Gaúcho” para a Nataação, com o lago do Parque Farroupilha, para a Canoagem, e com as instalações do “Club de Regatas Duca Degli Abruzzi,⁴” para as aulas de Remo. É interessante pontuarmos que as aulas de nataação ocorriam somente nos três meses de verão. Assim, no que tange às aulas em meio aquático, a instituição fez uma verdadeira travessia: das águas geladas do Guaíba para as piscinas fechadas e aquecidas. Nesse caminho, ainda, para complementar e acentuar o quadro de desafios impostos às(aos) alunas(os), aparece a falta de intimidade destas(es) com as práticas de banho, sobretudo, no que diz respeito à sistematização dos movimentos.

As aulas de Canto Coral, por sua vez, ocorreram nas dependências do Grupo Escolar Paula Soares; e as aulas teóricas de todo o Curso no “Instituto de Química Industrial⁵”. Quanto à administração da Escola, tal função começou a ser desenvolvida em uma sala alugada especialmente para este fim, situada à Avenida João Pessoa, nº. 1003, no centro de Porto Alegre⁶. (SILVEIRA, 1943).

As aulas de Ginástica Rítmica, que concentravam as atividades mais ligadas à dança e às atividades rítmicas em geral, ocorreram em dois locais distintos: na sala de Ginástica do Ginásio “Bom Conselho”, também por doação do espaço, na ocasião feita pela direção desse educandário e no Teatro São Pedro. Se, neste, as aulas eram conduzidas pela prof^a Lia Bastian Meyer e versavam sobre uma leitura mais clássica dos movimentos ligados à dança; naquele, eram realizadas as aulas de dança mais voltadas às questões folclóricas e tradicionalistas, por sua vez conduzidas pela Prof. Tony Petzold. No entanto, é o Esporte Clube Cruzeiro que recorrentemente é lembrado nas entrevistas como o espaço em que passavam mais tempo da semana, ou seja, que era mais utilizado para as atividades propostas. Consta que, a partir de 1942, a ESEF passou a ser sediada nesse estádio que por se tratar de um grande campo gramado, rodeado por uma pista de atletismo e, alguns aparelhos em madeira, propiciava a prática de atividades ginásticas, esportes individuais e coletivos na formação oferecida pelos cursos da ESEF e, quando necessário, era complementada pela estrutura de outros espaços espalhados pela cidade.

A contribuição do Esporte Clube Cruzeiro

Localizado na chamada “Montanha Melancólica”, vizinho de uma área destinada a um dos cemitérios da cidade, o Estádio⁷ foi palco da formação de muitas(os) professoras(es) de Educação Física. “A gente fazia o hasteamento à bandeira e cantava o Hino Nacional olhando para o cemitério lá da Colina Melancólica” - lembra, com bom humor, a Prof.^a Nair Bertelli (2010, p. 12).

Além da estrutura para as atividades físicas, o espaço contava com prédios

⁴ Para obter mais informações sobre o remo em Porto Alegre, ver: SILVA, C. F. da, 2011.

⁵ O Instituto de Química Industrial da Escola de Engenharia de Porto Alegre foi inaugurado em 1925, para abrigar o curso de Química Industrial, criado em 17 de julho de 1920. Em 1970 passa a responder como Instituto de Química da UFRGS e, atualmente, a antiga sede serve a atividades administrativas da UFRGS, fazendo parte do conjunto de seus Prédios Históricos. (<<http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/predios/primeira-geracao/instituto-de-quimica>>.).

⁶ De acordo com Pimentel (1940), a secretaria permaneceu neste local durante a gestão dos três primeiros diretores: capitão Olavo Amaro da Silveira, Jaguaré Teixeira e Jacintho Francisco Targa.

⁷ Mais informações sobre o Esporte Clube Cruzeiro, ver: CRUZ, L.L da; MARQUES, B.S.V.; MAZO, J.Z, 2011.

“localizados ao fundo e à direita do pavilhão social do clube” (GUTIERREZ, 1972, p. 3) e, com uma “sala de aula”, ou seja, um pavilhão em madeira que, segundo a Prof.^a Julita (2011, p. 3), “abrigava tudo, porque não tinham condições”. Esse pavilhão ao qual a Prof.^a Julita se refere, abrigava cenas cotidianas na rotina de formação daquelas jovens alunas. É interessante salientarmos que, neste espaço, era perceptível a ausência dos alunos na aula de dança, situação curricular que exigia que a prática da dança fosse executada por um par de mulheres.

Destacamos que o Estádio do Esporte Clube Cruzeiro estava sendo inaugurado, no ano de 1941, e já despontava nos meios de comunicação como o mais bonito do sul do Brasil. Esta nova instalação esportiva, mesmo que limitada em questões de espaço e aparelhagem, anunciava ares de modernidade e beleza ao esporte gaúcho. Assim, a Escola se inseria nesse espaço de inovação, trazendo para si uma leitura atual e contemporânea ao movimento de esportivização que se acentuava no Estado.

Data, pois, da década de 1950 as primeiras iniciativas de se construir uma sede própria para concentrar as atividades da ESEF. De acordo com Mazo e Pereira (2005), embora não concretizadas por falta de recursos do Estado, três foram as possibilidades anunciadas: a construção de um Estádio Universitário na Cidade Universitária, junto ao Hospital de Clínicas da UFRGS; a aquisição das instalações do Esporte Clube Cruzeiro; e a instalação da sede da ESEF, no prédio de uma escola que estava sendo construída na Rua Botafogo, próxima do Estuário do Guaíba.

Diante do insucesso dessas tentativas, em 1956 a Escola se transferiu do Estádio do Cruzeiro para a Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul (GUTIERREZ, 1972), passando a fazer uso de suas instalações para as aulas. Novamente, uma única sede não era capaz de atender a toda demanda de espaços adequados às aulas práticas, exigindo dos alunos um deslocamento considerável pelos clubes e associações esportivas de Porto Alegre.

Na ocasião, o Prof. Mario Cassel (2005) era aluno da Escola e rememora as dificuldades encontradas por ele e suas(eus) colegas para conseguir assistir às aulas do curso Superior. Segundo ele, o excesso de tempo despendido nos trajetos traziam prejuízos à formação na medida em que:

[...] tínhamos um deslocamento muito ruim para fazer, porque, naquele tempo, poucos alunos dispunham de condução própria e, digamos assim, a distribuição dos ônibus em Porto Alegre era diferente de hoje. Não havia, por exemplo, ir daqui da ESEF até digamos a SOGIPA. Nós tínhamos que ir até o centro e do centro pegar um ônibus, um bonde para a SOGIPA, não havia como fazer ligação entre bairros, no caso. Bem, então nós tínhamos aula de atletismo na SOGIPA, aula de tênis na SOGIPA, às vezes o tênis era de frente à caixa d'água ali no Moinhos de Vento, o atletismo às vezes podia ser também no Parque Farroupilha, a natação era aqui no Petrópolis Tênis Clube ou na SOGIPA, o remo era no Parque Náutico. Então nós vivíamos como verdadeiros ciganos atrás das aulas da Escola e, muitas vezes, não éramos compreendidos pelos professores que estavam nos recebendo naquele lugar distante, porque nos cobravam o horário do início

das aulas (CASSEL, 2005, p. 4).

Um espaço próprio

O crescimento que a Educação Física vinha apresentando no cenário estadual exigia, um maior cuidado com a formação das(os) professoras(es). Uma das medidas governamentais tomadas nessa direção foi a doação de um terreno para que fosse construída uma sede única, capaz de reunir as atividades da ESEF. O referido terreno compreendia uma extensão de aproximadamente 10 hectares e ficava localizado no Bairro Jardim Botânico, lembrada pelo Prof. Mario (2005, p. 4), “era bem longe do centro da cidade [...] quase um arrabalde de Porto Alegre”.

Ao analisarmos as fontes históricas sobre a fundação da ESEF, podemos perceber que a construção de uma sede própria foi uma projeção feita desde a primeira gestão, não sendo levada a efeito, até então, principalmente por razões de insuficiência orçamentária. Assim, quando o processo efetivamente se concretizou, alguns nomes são citados como realizadores desse grande feito, a saber, os ex-diretores Frederico Guilherme Gaelzer, Arno Tschiedel e do então diretor, Ruy Gaspar Martins; o ex-Secretário da Educação, Liberato da Cunha (1955–1957) e os Governadores Ernesto Dornelles (1951-1955) e Ildo Meneghetti (1963-1966) (GUTIERREZ, 1972).

Nesse processo, iniciou-se ainda em 1962 a construção do primeiro bloco arquitetônico da nova sede, projetado para ser finalizado antes do mês de novembro. Esse primeiro “marco” do novo centro de Educação Física compreenderia o pavilhão com ginásio (31 x 45 metros), onde haveria um palco com 7 x 18 metros com camarins e depósitos. Separado deste por um grande pátio gramado, estaria o segundo pavilhão, no qual a parte térrea seria destinada aos vestiários masculino e feminino, aos depósitos e serviços de calefação e, no andar superior, estariam localizados os salões de Ginástica de Aparelhos, luta, box, esgrima e mais um grande salão, separado deste, destinado para as aulas de Ginástica Rítmica Feminina. Para além dos dois prédios, o Prof. Werner (2010) acrescenta que a Escola também contava com uma pista de carvão de 150 metros, com duas caixas de salto; quadras de tênis, vôlei, basquete e futebol, todas inicialmente em areia.

Juntamente com as influências políticas e administrativas citadas acima, o Prof. Cassel (2005) cita outro elemento que foi fundamental para o início efetivo das aulas na nova sede, em 1963: o Diretório Acadêmico. Ao que consta, as obras da nova sede ficaram prontas ainda no ano de 1962 e, permanecendo desocupadas, foram prejudicadas pelas ações do tempo e de pessoas que a invadiram e a depredaram. Como a área da Escola veio a ser demarcada e, efetivamente cercada, somente anos depois, o acesso às áreas da escolar era praticamente livre a qualquer pessoa. Nesse movimento, os membros do Diretório Acadêmico, dentre eles, o próprio Prof. Cassel (2005), fizeram uma mobilização entre os demais alunos para que juntos, pressionassem a direção da Escola em prol da transferência efetiva das aulas. Tal mobilização contou com a organização de passeatas e reuniões em frente à nova sede e também, em frente à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre (ACM), onde um grande número de alunos da Escola protestavam juntos pela mesma causa.

Assim, mesmo sem condições efetivas de uso, as aulas do segundo semestre do ano de 1963 foram as primeiras a serem ministradas nas novas instalações as quais, por

muitas vezes, precisaram ser adequadas à prática pelos próprios professores e alunos. Entretanto, algumas práticas curriculares ainda não cabiam na realidade física da nova sede, como lembra o Prof. Arno Black (2005, p. 15): “*tinham algumas atividades da ESEF que nem eram na ESEF*”. Esse era o caso, por exemplo, dos desportos aquáticos que, para que integrassem à formação, as aulas eram então ministradas na “Ilha do Pavão”⁸, às margens do Guaíba e, posteriormente, na piscina do Petrópole Tênis Clube⁹.

A primeira piscina construída na ESEF data dos anos finais da década de 1960 e consistia, em uma pequena estrutura de 12,5m x 10m, apelidada de “tanque”. Nesse momento, segundo o Prof. Werner (2010), as aulas de Natação concentravam-se mais práticas de demonstração dos conteúdos do que, propriamente, em técnica ou treinamento. Essa nova ênfase no ensino da Natação na ESEF foi privilegiada anos depois, com a construção do Centro Olímpico (atual Centro Natatório), sendo a piscina oficializada para uso no ano de 1976. Começava uma nova fase da ESEF, que cada vez mais abria suas portas para a comunidade em geral, por meio da oferta de atividades de extensão.

Considerações Finais

A nova sede complementava um processo identitário muito importante para a Educação Física do estado e, particularmente, para a ESEF. Mesmo que as atividades tenham permanecido ainda um pouco dispersas até meados da década de 1970, o estabelecimento de uma sede própria fazia da ESEF a materialização dos ideais sociais que se almejavam para o campo. Em outras palavras, através dela, a Educação Física “tomava forma” no Rio Grande do Sul, na medida em que ela se objetivava enquanto uma organização social.

Referências

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

AMARAL, Anna Teresa Moraes. **Entrevista**. Concedida a Vanessa Lyra. 21 jan. 2010. Transcrição: Paulo Vicari.

ASSMANN, A. B.; SILVA, C. F. da; MAZO, J. Z. **A Natação em piscinas nos clubes da cidade de Porto Alegre** (Décadas de 1930 E 1940). Revista Kinesis, ed. 31vol. 2, março de 2014, Santa Maria.

BERTELLI, N. M. **Entrevista**. Concedida à Vanessa Lyra. 1 ago. 2011. Transcrição: Eduardo Carmona.

⁸ A “Ilha do Pavão” é a sede do Clube Grêmio Náutico União destinada à prática de desportos náuticos. A sede foi construída e aflorada na segunda metade da década de 1950. <http://www.gnu.com.br/sedes_ilha_do_pavao.php>.

⁹ A respeito da história da modalidade Natação em Porto Alegre, conferir: ASSMANN, A. B.; SILVA, C. F. da; MAZO, J. Z. Revista Kinesis, ed. 31vol. 2, março de 2014, Santa Maria .

BLACK, A. **Depoimento de Arno Black**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte- UFRGS, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/50037>>. Acesso em: 2013.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: QUESTÕES de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.p.89-94.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASSEL, M. C. **Depoimento de Mário César Cassel**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte- UFRGS, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/50058>. Acesso em: 2013.

CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós- Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, São Leopoldo, v.1, n.1: 32-46, jan. 2006.

CRUZ, L.L da; MARQUES, B.S.V.; MAZO, J. Z. **Uma odisséia do futebol sul-rio-grandense na década de 1950**: o Esporte Clube Cruzeiro percorre a Europa e Ásia. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires- Ano 16 – nº 156 – Maio de 2011. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com>>.

GUTIERREZ, W. **Histórico da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 6 maio, 1972. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/471/RV00177.pdf>>. Acesso em: 2013. Folheto explicativo em homenagem à ESEF, pela passagem do seu 32º aniversário.

ILHA DO PAVÃO. **Portal Grêmio Náutico União**. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.gnu.com.br/sedes_ilha_do_pavao.php>.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2007.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZO, J. Z.; PEREIRA, P. G. Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: MAZO, J. Z.; REPPOLD FILHO, A.R (Org.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005. CD-ROM.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cad. Pesq. 2001 nov.; (114): 179-195.

PIMENTEL, F. **Álbum do bicentenário de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1940.

SILVA, C. F. da. O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVEIRA, O. A. **Escola de Educação Física**: termo de abertura. Porto Alegre: Escola de Educação Física, 1943. Livro escrito à mão, destinado ao registro do histórico da Escola.

PROJETO RESGATE DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS. **Instituto de Química**, Porto Alegre. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/predios/primeira-geracao/instituto-de-quimica>>.

REIS, J. W. **Depoimento de Jayme Werner dos Reis**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte-UFRGS, 2010. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/50070/000751091>>.

STALLIVIERI, J. **Entrevista**. Concedida à Vanessa Lyra. 27 jul. 2011. Transcrição: Josiane Ramos.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: de quem se fala? *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M.(Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

**A HISTÓRIA DA DANÇA NAS ESCOLAS DE BRASÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Laryssa Mota Guimarães Rocha¹

Resumo: A dança nas escolas de Brasília, encontra-se em um período de conquistas em relação ao espaço escolar, porém os professores de Educação Física têm perdido seu espaço. A pesquisa em andamento visa aprofundar-se na história da dança nas escolas de Brasília, para identificarmos quais professores vêm desenvolvendo a dança de forma a contribuir com a construção do corpo social e cultural do aluno e até que ponto ela pode ser considerada fundamental no conteúdo dos professores de Educação Física.

Palavras-chave: História.Dança.Educação Física

Buscar compreender um pouco mais sobre como se desenvolveu a dança nas escolas, é mais que poder contribuir com esta história que ainda muito carece de páginas a serem escritas, é poder me encontrar nestas entrelinhas enquanto sujeito histórico, é seguir para caminhos na tentativa de compreender como a dança no ambiente escolar vem sendo desenvolvida, e que cultura, refletida neste corpo presente na escola, esteve presente na sociedade do Distrito Federal, mais especificamente em Brasília.

Almejar uma escola pública ideal, não me parece tão distante a partir do momento que após tê-la vivenciado intensamente enquanto estudante durante toda vida escolar, tenho a oportunidade de reescrever esta história, retornando a este ambiente, enquanto professora. É claro que quando idealizamos um modelo de escola, precisamos ser prudentes e ativos, sabendo que a luta não se encerra por aqui, porém, o que estiver ao nosso alcance, precisa ser feito. Sendo assim, a proposta da pesquisa é partirmos desta história, da forma com que se constituiu, da cultura que a envolveu, para traçarmos os próximos passos em direção ao que queremos.

Estudar a escola é uma pesquisa de tamanha responsabilidade e esta responsabilidade se torna maior ainda, quando pensamos na escola de Brasília, que nasce a partir do projeto idealizado por Anísio Teixeira com a proposta de uma escola que constituísse um exemplo para o sistema educacional do País. O *Plano de construções escolares de Brasília*, apresentado por Anísio Teixeira, obteve o apoio do Presidente da República, que ao comentar sobre o plano educacional, foi pontual ao dizer que “Tratava-se de uma experiência educacional ousada, original e ajustada ao mundo que vivemos” (Kubitschek, 2000, p.143). Então em 1958, iniciaram as construções das primeiras escolas de Brasília, deste momento até hoje, muitas páginas foram escritas na história das escolas de Brasília, e conscientemente sabemos que somente esta pesquisa não será suficiente para nos elucidar sobre todos estes momentos, e não seria esta a intenção.

O que se pretende aqui, é mais do que um olhar para a escola como um todo, é apontar para um ponto específico da escola, a dança. Dança que sempre esteve presente no ambiente da escola - seja formalmente ou de forma mais descontraída.

¹ Graduada em Educação Física, Universidade de Brasília – laryssamota@hotmail.com

Existem indícios de que o homem dança desde os tempos mais remotos. Todos os povos, em todas as épocas e lugares dançaram. Dançaram para expressar revolta ou amor, reverenciar ou afastar deuses, mostrar força ou arrependimento, rezar, conquistar, distrair, enfim, viver! (TAVARES, 2005, p.93).

O ser humano, desde tempos remotos dança como diversas formas de expressão do viver. E no ambiente escolar, este “pulsar” não foi diferente, sempre que oportuno, individualmente ou em grupos, alunos se organizam para dançar, por vezes orientados por professores, mas muitas das vezes não é exatamente assim que acontece, como foi o meu caso.

Este outro ponto me moveu a realizar esta pesquisa, A História da Dança nas Escolas de Brasília, tentar compreender que dança é esta, tão fortemente presente na escola, que por muitas das vezes surge e desaparece, será que deixaram registros ou ficaram apenas na lembrança destes sujeitos que fizeram parte dessa história?

Pessoas têm construído a dança na escola, permeados por uma cultura, no entanto muitas vezes de forma intuitiva ou reprodutiva, onde mal se esforçam para se enxergarem como sujeitos participantes, produtores desta cultura. Sobre isso, Durham (2004), pode nos ajudar a entender quando diz que a cultura aparece como um *produto* e se abandona a forma pela qual ela foi *produzida*, dessa forma, perde a possibilidade de uma análise da relação de seu contexto histórico e possibilidades de transformação atuante por parte de seus sujeitos, o que ela denomina *dinâmica cultural*. Ou seja, precisamos desenvolver esta dança de forma responsável e comprometida, buscando situar estes sujeitos historicamente, assim como, afirma Marques (2010) ao refletir a dança e a pluralidade cultural na escola, que enfatiza que na dança estão contidas as possibilidades de compreendermos, desvelarmos, problematizarmos e transformarmos as relações que se estabelecem em nossa sociedade, entre etnias, gêneros, classes sociais e religiões.

Pois bem, os alunos sujeitos da dança na escola, necessariamente deveriam se aproximar do valor cultural e social da dança que praticam. Quando isto não acontece, muito se perde neste processo de construção de cultura, abandona-se a possibilidade que estes alunos têm de transformação atuante, como já citou Durham. E Durham contribui ainda, ao explicar que a cultura acaba por ser aceita de forma puramente passiva, de fora para dentro, onde os produtores de cultura ao retirá-la de seu contexto original, perdem necessariamente muito de seu significado o que a condiciona ao empobrecimento prévio de seu conteúdo. Então, cabe-nos refletir, quem são esses personagens produtores de cultura, como está sendo desenvolvida a dança enquanto conteúdo na escola, o que os motivam a se expressarem dançando, são conscientes deste processo?

Quando exponho meus anseios sobre a consciência deste processo, é a forma que tenho de externar o que vivenciei enquanto estudante de escola pública de Brasília, onde em todas as vezes as quais dancei - em todos os anos do período escolar, poucas delas foram orientadas e nenhuma delas foi refletida, consciente. É necessário que a dança ensinada na escola, seja contextualizada historicamente, pois, como vimos com Durham, significar a prática de produção de cultura, permitirá aos sujeitos (alunos)

possibilidades de transformação atuante, que eles possam agir no ambiente em que vivem, modificando-o e gerando novos significados.

A cultura constitui portanto um processo pelo qual os homens orientam e dão significado as suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana. (DURHAM, 2004, p.231)

Nessa perspectiva, senti falta da intervenção de um professor, que contribuísse com dança que estávamos praticando. Não sabia ao certo em que esta dança me acrescentaria, se de forma pedagógica, histórica ou simplesmente prática, apenas dançava.

Dança esta que encontra-se em fase de avanços em Brasília, onde desde 2010, abriu o primeiro curso de Licenciatura em Dança no IFB – Instituto Federal de Brasília. E que recentemente, dia 8 de dezembro de 2013, no último concurso da Secretaria de Educação do Distrito Federal, abriram as primeiras vagas para professores de Dança, 10 (dez) apenas, com possibilidade de convocarem até 5 vezes este número de vagas.

Vantagens para uns e desvantagens para outros. Poder imaginar que alunos das escolas públicas de Brasília, durante o ano letivo, poderão ter um aprofundamento prático, crítico/reflexivo na dança, é de fato um sonho concretizado. No período em que ingressei na faculdade, 2005, ainda não existia um curso de graduação específico para Dança em Brasília e por muito tempo, em muitas escolas, livros, currículos, a dança foi um conteúdo que permeava entre as disciplinas Artes e a Educação Física. Professores de ambas as áreas tinham autonomia para trabalharem efetivamente com a dança. Na verdade ainda têm. O ponto é que no concurso o qual citei, a habilitação exigida foi bem clara:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de licenciatura plena em Educação Artística com habilitação em Dança, ou licenciatura plena em Dança, ou bacharelado em Dança com complementação pedagógica em Programa Especial de Licenciatura (PEL) em área afim, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. EDITAL No 01-SEAP/SEE, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.

Esta exigência, restringe a disputa pelas vagas, impedindo professores de Educação Física, que como eu, optamos por este curso por acreditarmos no período em que iniciamos a faculdade, que este curso era o qual nos possibilitaria de forma mais segura o trabalho com a Dança. Será que futuramente esta área ficará restrita apenas aos professores formados em Licenciatura em Dança?

E os professores de Educação Física que têm afinidade com a dança escolar e que já realizam um trabalho neste sentido, também estão excluídos de outro projeto importante realizado pelo governo federal, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). O PIBID é desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), juntamente com Ministério da Educação (MEC), e visa o aperfeiçoamento da formação inicial de professores por meio

da inserção de estudantes de licenciatura, em escolas públicas da educação básica, através da supervisão pedagógica de professores que atuam na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), no caso dos professores de Brasília/DF. Ou seja, o professor supervisor da licenciatura participante do projeto, atuará de acordo com sua área, porém no caso da dança, ainda não temos professores específicos de dança atuando na SEEDF, então teoricamente teriam que recorrer aos professores de Educação Física e Artes, pois são os que mais se aproximam da temática. No entanto, a realidade me surpreende mais uma vez. Na escola em que eu trabalho (Centro de Ensino Médio Paulo Freire), existe um grupo atuando com a Dança, eu muito me interessei em ser a professora supervisora, porém a oportunidade estava restrita apenas à área de Artes.

Este é um outro ponto, que procuraremos entender melhor e constituir uma base forte para futuras discussões, a partir da compreensão da história da dança nas escolas - como está sendo inserida a dança no espaço escolar - e quem realmente pode ser considerado apto para este trabalho.

Inicialmente, tentaremos compreender um pouco melhor como esta dança foi *escrita*, ao tentar verificar se realmente, nas escolas as quais a dança esteve presente, o ensino da dança foi utilizado apenas como um “produto da cultura”, se existia uma intencionalidade na intervenção por parte dos professores e como aqueles corpos que dançavam estavam sendo percebidos. Além de buscar respostas sobre que professores estavam inseridos neste espaço? A disputa por este espaço entre professores de Artes e Educação Física é atual? Até que ponto esta disputa pode enriquecer ou empobrecer este conteúdo tão nobre de se trabalhar no ambiente escolar?

A proposta é nos aproximarmos dos conceitos de educação, corpo, cultura e dança na escola e a partir de referências práticas, como a pesquisa da história de determinada escola, utilizar relatos, fotografias e registros formais para nos inserir neste tempo e reescrever as intencionalidades daquele período e no que pode afetar na educação de hoje. A ideia é ir em busca de relatos de professores de Educação Física que fizeram história com a Dança no DF, além de alcançar contribuições neste sentido, integrar estes professores desta discussão, o espaço da dança na escola.

Ao recorrer a relatos, a memória de antigos professores que ali atuaram (ou que ainda atuam) e aos alunos que vivenciaram o período a ser estudado, começa-se a atribuir à memória uma função decisiva para a compreensão desta história, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado, e ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações, segundo BOSI (2003). “A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo”. BOSI, 2003, pg.37.

Sendo assim, muito do que estava sem um direcionamento, apenas na memória, vagando em um período ao qual foi vivenciado sem muitas interpretações registradas, toma forma, tornando possível sua compreensão e reforço para comportamentos que já haviam dado certo.

Porém, devemos lembrar que ao ouvir esta história a partir de relatos, se fará necessária muita cautela ao interpretá-la, sempre objetivando acarretar o mínimo de prejuízo possível. É o que acontece ao observarmos as fotografias, o olhar do pesquisador deve ser sensível ao tentar perceber nas imagens que ali nos deixaram registradas, as intencionalidades de um período que já não volta mais, onde seus sujeitos, na maioria das vezes, não terão a oportunidade de nos dizer no que afinal,

implicava tal momento. A fotografia em si, já produz o testemunho de um acontecimento, podendo serem consideradas registros da história do olhar, como afirma, Wiggers (2011). E que ainda considera que uma fotografia é mais do que uma imagem processada, diz que:

É necessário decifrar a “significação” que ela traz ocultada em si, lendo além do aparente, transformando-a em teoria, pela capacitação extrassensível das semelhanças. Ir além da sedução, da vivência estética e desvendar a história subjacente a uma imagem permite compreender os contextos humanos em que ela aparece, o espaço político que a legitimou, como foi produzida e que semelhanças evoca. (WIGGERS, 2011, p. 248)

São muitas as inferências que a imagem de uma fotografia pode nos trazer. Este material de pesquisa, é algo que me impressiona, que me desperta curiosidade e que muito me motiva a ideia de tentar a releitura de um tempo que não pode ser esquecido, porém que precisa ser compreendido com maior profundidade, para auxiliar-nos a novos rumos, não só na dança realizada na escola, como também na educação de forma mais abrangente.

Acredito que muitos serão os desafios a serem encontrados no caminho, mas que esta pesquisa será de fundamental importância para tentarmos reescrever esta história, objetivando compreender como a dança estava sendo desenvolvida na escola e de que forma esta dança contribuiu com a formação daqueles corpos que viveram no período a ser estudado. Implicando talvez, em novas representações, aperfeiçoadas.

Nesse sentido, se faz importante entender até que ponto a dança contribui com a construção do corpo social e cultural, se esteve de fato presente na escola, se em algum momento foi utilizada de maneira crítica e aprofundada pelos professores e até que ponto ela pode ser considerada fundamental no conteúdo dos professores de Educação Física.

A partir da revisão de literatura, onde poderei encontrar uma concepção mais específica sobre o corpo, dança e educação, pretendo seguir na tentativa de compreender como a dança no ambiente escolar vem sendo desenvolvida, e que cultura, refletida neste corpo presente na escola, esteve presente na sociedade do Distrito Federal, mais especificamente em Brasília.

Para realização de tal pesquisa, será necessário delimitar o olhar para apenas uma escola e para um período histórico. Sendo assim, pesquisarei a Escola Parque da 307/308 Sul e o período a ser estudado, será a década de 1990. Escolhi este período e esta escola, principalmente por ter tido a oportunidade de vivenciar ambos. Poderei então, contribuir com outras pesquisas da área, além de sanar muitos de meus anseios, enquanto pesquisadora e “atriz” desta história, como assegura David Le Breton,

Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida

traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade. (2006, p.7)

Pensaremos o corpo como instrumento que se expressa e se relaciona com o mundo para compreendermos a sociedade em que vivemos.

O objetivo geral do trabalho que se encontra em andamento, pretende tratar alguns pontos: conhecer a história da dança nas escolas do Distrito Federal, como ela vem se construindo pedagogicamente de acordo com a cultura do período a qual se insere; analisar qual cultura esteve codificada nas expressões corporais apresentadas nas imagens que representam a dança na escola; tentar reconhecer como ela vem sendo desenvolvida, se existe uma intervenção crítica no processo ensino-aprendizagem de dança e professores de quais disciplinas estão trabalhando este conteúdo.

Os objetivos específicos, intencionam resgatar a história da dança no universo da escola, como ela se desenvolveu no período de 1990. Identificar quais professores vem desenvolvendo a dança nas escolas, se a maioria deles são realmente professores de Educação Física e com qual abordagem a dança vem sendo trabalhada.

Podemos considerar esta pesquisa relevante, pois, ao tentar iniciar uma pesquisa com o objetivo de compreender a dança nas escolas do Distrito Federal, em Brasília, senti a falta de referências bibliográficas específicas. Encontrei algumas pesquisas que referenciavam as Escolas-Parque de Brasília, dentre elas obras de Pereira e Rocha, Wiggers e Martins, no livro *Nas asas de Brasília: Memórias de uma utopia educativa*, onde os principais tópicos são história, corpo, arte e educação. Encontrei outras fontes além dos autores clássicos, que discutem o tema central da pesquisa, que considero de fundamental auxílio para a produção científica, porém que ainda não tive a oportunidade de me aprofundar.

A evolução da compreensão da Dança na Escola buscará não só situar os professores sobre a dimensão do fenômeno que a dança pode ser aos seus alunos, como atender as novas demandas socioculturais ao possibilitar novas formas de pesquisa científicas, e se considerado necessário, tomar diferentes contornos contribuindo com a prática educativa atual.

Refletir como a dança pode ser um espelho do corpo na cultura em que se situa, e contextualizar historicamente a prática corporal destes alunos, pode ser uma excelente forma de trabalhar a dança na escola. Marques (2005), diz que a escola pode fornecer parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e, portanto da sociedade.

Metodologia: a pesquisa se constituirá por situar-nos historicamente sobre a história da dança nas escolas de Brasília na década de 90. A escola que será observada será a primeira Escola Parque de Brasília, localizada na 307/308 Sul em Brasília, que faz parte da Regional de Ensino do Plano Piloto/ Cruzeiro. Irei a campo para realizar a pesquisa, com o objetivo de encontrar relatos diretos de como esta dança veio se desenvolvendo, com alunos e professores, alguns já aposentados, que fizeram parte desta história.

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores

formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura. BOSI (2003, pg.13)

Também será necessário procurar materiais fotográficos e registros de momentos principais onde a dança esteve presente.

Como instrumento de coleta se utilizará um questionário com questões abertas e fechadas, no qual as perguntas versarão sobre os temas: a história da dança na escola, como esta dança foi (ou está sendo) desenvolvida, dança como conteúdo da Educação Física, estilos da dança (contextualização) e dança-educação. O questionário será respondido conjuntamente com a pesquisadora, por meio de entrevista direta. Para a análise dos dados será utilizado a análise de conteúdo.

Referências Bibliográficas

BOSI, Éclea. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DURHAM, Eunice R. *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2004.

EDITAL No 01-SEAP/SEE, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013 <http://www2.ibfc.org.br/arquivos/Edital_1_GDF.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014, 15:16:40.

HISTÓRIA DA DANÇA. <<http://www.ahistoria.com.br/danca/>> Acesso em: 12 mai. 2014, 16:30:45.

KUBITSCHKE, Juscelino, (2000). *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1039>> Acesso em: 12 mai. 2014, 14:30:30

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*: Tradução de Sonia M.S. Fuhrmann. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

MARQUES, Isabel A. *Ensino da dança hoje: Textos e contextos*. São Paulo: Cortez. 1999. _____ . *Dançando na escola*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Anísio (1961). *Plano de Construções Escolares de Brasília*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 35 (81): 195:199, jan./mar.

WIGGERS, Ingrid. Escola Parque de Brasília: Um olhar sobre a educação do corpo. In: PEREIRA WAIROS, E. (Org.) *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília, Universidade de Brasília, 2011. p. 253-275

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O FUTEBOL NO BRASIL

Leandro Aguiar Penedo¹

Ricardo Gonçalves²

Resumo: Este estudo tem como objetivo expor como aconteceu o desenvolvimento do futebol no Brasil, desde sua chegada quando o esporte era praticado apenas como entretenimento da elite até sua popularização no território nacional. Assim sendo serão apresentadas as mudanças que ocorreram ao longo das décadas e que levaram o Brasil a ser conhecido como o “país do futebol”, mesmo que este tenha sido inventado na Inglaterra.

Palavra-Chave: Futebol. Fase. Profissionalização. História

A história do futebol no Brasil pode ser dividida em cinco fases.

A primeira fase (1894-1904) é aquela marcada pela chegada do futebol ao país e pela criação de clubes urbanos por imigrantes europeus que aqui residiam. Importa frisar a relevância do São Paulo Athletic Club a quem Charles Miller se filiou, organizando a prática futebolística em São Paulo. Nesta fase, o futebol era praticado nos colégios da elite paulista e carioca Alfredo Gomes, Anglo-brasileiro (CALDAS, 1990, p. 23), além de outros estados.

A Segunda é chamada de fase amadora (1905-1933), caracterizada pelo elitismo na plateia e na composição dos times (LOPES e FAGUER, 1994, p. 70), além da ampla divulgação pela imprensa (LEVINE, 1982, p. 25). Havia forte racismo, eram proibidos negros na seleção brasileira e em vários outros times de elite. Este período coincide com o futebol de fábricas, no qual este era usado como mecanismo de diversão e disciplinamento para os trabalhadores, bem como veículo publicitário importante na divulgação da imagem e prestígio das empresas (ANTUNES, 1994, p. 106-107). Mas o que melhor define esta fase é o amadorismo “(...) herdado da concepção aristocrática de uma prática esportiva oriunda da classe dos lazes, vinda da Inglaterra e reservada a uma elite, e o esporte ‘paternalista’, representado pelas equipes de empresas” (LOPES e FAGUER, 1994, p. 66). Esta fase se caracteriza também pelo processo de internacionalização do futebol a partir da década de 1930: êxodo de jogadores brasileiros para o exterior antes da profissionalização no Brasil;

Brunoro e Afif (1997) contam que no início o futebol era totalmente amador, os jogadores não recebiam salários e por isso eram obrigados a ter outras profissões. Porém alguns times pagavam aos jogadores prêmios após partidas, principalmente se a equipe vencesse ou conquistasse algum campeonato. Os organizadores e políticos da época perceberam que o futebol precisaria ser profissionalizado e em 1933 foi criada a Liga Carioca de Futebol, que foi o primeiro passo para o profissionalismo dos jogadores. Com o passar dos anos o Futebol foi se desenvolvendo por todo o mundo, como conta Fernandes (2005) sobre um pouco da história do futebol mundial:

Em 1904, as federações da França, Espanha, Bélgica, Suíça, Holanda, Dinamarca e Suécia fundaram a Fédération

¹ Graduando da Universidade Estadual de Londrina (leandroaguiar93@hotmail.com)

² Professor Mestre da Universidade Estadual de Londrina (ricardo.arapongas@hotmail.com)

Internationale de Football Association, a FIFA, com sede provisória em Paris. No ano de 1908, o futebol passou a fazer parte das Olimpíadas. (...) Finalmente, em 1929 acontecia o fato mais marcante na história do futebol: a FIFA decidia realizar a primeira Copa do Mundo, disputada no Uruguai em 1930. Assim, o futebol afirmava-se como o esporte mais popular do mundo. A I Copa do Mundo acontece em 1930, no Uruguai, e sua realização só foi interrompida durante o período da II Guerra Mundial. A Copa do Mundo é, hoje, o evento que possui a maior audiência em todo o mundo.

A terceira fase seria a do início do profissionalismo (1933-1950), regulamentação do futebol como profissional pela legislação social e trabalhista do governo Vargas 1930-1936. O futebol torna-se um espetáculo de massa. É de 1941 o surgimento da primeira lei regulamentadora do esporte brasileiro (Decreto Lei nº 3.199/41, praticamente uma cópia da legislação italiana). Esse decreto teve a função de estruturar os principais organismos oficiais do futebol, criar confederações, federações e associações; disciplinando o seu relacionamento com os clubes e atletas. Em 1943, com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as relações entre os clubes e os atletas passam a ser reguladas.

A quarta fase, foi a fase do reconhecimento (1950-1970). Nesta o Brasil consolida seu jeito de jogar futebol tendo como arquitetos os negros e mulatos. O futebol arte, feito de “ginga” e improvisos, constrói a identidade nacional, tendo Leônidas, Domingos, Garrincha e Fausto como principais expressões (RODRIGUES FILHO, 2003). Essa fase se caracteriza pela crescente comercialização do futebol. Em termos de regulamentação, cabe ressaltar que em 1956 e 1962 foram criados o código brasileiro de futebol e o código brasileiro disciplinar de futebol. Nenhuma das duas regulamentações tratou da relação de emprego dos atletas com os clubes. Em 1964 (Decreto nº 53.820) surgem regras específicas para profissão do atleta.

A quinta e última fase é a da Modernização (Pós-1970), marcada pelo incremento significativo de recursos financeiros no futebol, televisionamento das partidas, crescimento do nível salarial dos jogadores e no êxodo de jogadores brasileiros, principalmente, para o futebol europeu. Sobre esta fase, ainda, pode-se acrescentar o programa de integração nacional e modernização: cria-se o Campeonato Brasileiro de Futebol e, em 1971, modernização, integração do mercado produtor e consumidor de futebol em escala nacional (modernização conservadora: cria-se o campeonato nacional, mas preservando os estaduais). Em 1973, o atleta de futebol profissional tem seu nome incluído como credor de benefícios da previdência social.

Com a profissionalização do futebol seria instituídas leis que tratassem da relação clube-jogador, delimitando as obrigações e direitos de cada parte envolvida.

- Lei do “passe” (lei nº 6.354/76): foi a primeira lei que tratou de forma mais direta a relação clube-jogador. Esta garantia aos clubes formadores de atletas a possibilidade de usufruir o direito econômico sobre estes, ou seja, o clube poderia transacionar um atleta mesmo após o término do contrato.

- Lei Zico (lei nº 8.672/93): O grande legado da Lei Zico consistiu na tentativa de atração de investimentos para o esporte, como ocorre em qualquer outro negócio e de criar, portanto, uma nova dimensão para o esporte - o esporte como negócio e, para os clubes, o clube-empresa. Observa-se nessa lei, a busca e a prática da administração empresarial (MELO NETO, 1998)
- A Lei nº 9.615/1998 - Lei Pelé - continuou o processo iniciado pela Lei Zico e, dentre outras coisas, retira a autonomia do Estado sobre a administração e organização esportiva nacional, reintera a figura do clube-empresa, que exige um nível de responsabilidade e profissionalismo semelhantes aos demais tipos de empresa. É uma tentativa de melhorar a organização do esporte brasileiro, com grandes mudanças que não agradaram a muitos clubes.

Muito tem se tentado fazer para que os clubes profissionalizem também suas gestões para assim combater a crise que os assola. A melhor maneira para isso é a transformação do clube em empresa. Segundo Rezende (2000) após as publicações das Leis 8.672/93 (Lei Zico) e 9.615/98 (Lei Pelé) as entidades de práticas desportivas com atividade profissional deveriam obrigatoriamente se transformar em empresas até março de 2000, porém com a Lei 10.672/03 que alterou a Lei Pelé, a transformação de clubes em empresas se tornou facultativo.

Com o fim do passe proposto pela Lei Pelé, reduziu de forma significativa o volume de receitas oriundas das negociações dos atletas pelos clubes brasileiros. Os chamados “direitos liberatórios” eliminam a figura do “passe” e dá maior liberdade ao jogador para negociar seu contrato. Com esta perda significativa nas receitas oriundas das transações de jogadores surge a necessidade de estudar mecanismos para maximizar os lucros e a gestão dos clubes

Esse trabalho trata-se de uma tese de conclusão de curso (TCC), assim sendo a pesquisa ainda está em andamento e será concluída ao final do ano letivo de 2014 quando será feita a apresentação na Universidade Estadual de Londrina para conclusão do curso de Ciências do Esporte.

REFERÊNCIAS

BRUNORO, J. C. & AFIF, A. Futebol 100% profissional. São Paulo, Ed. Gente, 1997.

Caldas, W. O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro. São Paulo: IBRASA, 1990.

Levine, R. O caso do futebol brasileiro. Witter, J. S. (Org.). Futebol e Cultura. São Paulo: Convênio Imesp/Daesp, 1982.

Lopes, J. S. L.; Faguer, J.-P. l'Invention du Style Brésilien: sport, journalism et politique au Brésil. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, nº 103, juin/1994, pp. 27-35.

LIVRO: Almanaque dos esportes, editora Europa, 2009

LIVRO: História dos esportes, Orlando Duarte, 4º Ed. Editora Senac, SP, 2004

LIVRO: O guia dos curioso, esportes 3º Ed. Marcelo Duarte, editora Panda Books.

RECORTES DE UMA HISTÓRIA: 10 ANOS DE FUTEBOL FEMININO NO NOVO MUNDO FUTEBOL CLUBE

Leila Salvini¹

Wanderley Marchi Júnior²

Resumo: A história do futebol feminino em nosso país assume características de constante luta para se inserir de fato no espaço do futebol, embora essa seja a realidade da modalidade de modo geral, buscamos uma história onde o futebol feminino representa um clube que foi fundado com origens no futebol dos homens. O nosso objetivo é contar a história dos primeiros 10 anos do futebol feminino no Novo Mundo Futebol Clube. Para tanto, foram realizadas entrevistas com um diretor e com o presidente do clube.

Palavras-chave: Futebol Feminino. Novo Mundo Futebol Clube. Curitiba/PR.

Introdução

A história do futebol feminino no Brasil é dotada de uma série de conturbações, proibições e pouco incentivo, como muito bem já delinearam autores como Goellner (2005), Franzini (2005), Knijnik (2006). Uma história permeada por relações generificadas de poder, de usos legítimos dos corpos, mas que há alguns anos busca se estabelecer no espaço dos esportes, com jogadoras cada vez mais qualificadas e resilientes, no sentido de lutar por melhorias no trato com o futebol feminino Brasileiro (SALVINI, 2012).

Mesmo vivenciando as adversidades – e o emaranhado de interesses políticos e financeiros – que a prática profissional impõe, uma história um pouco diferente se desenrolou no bairro Novo Mundo, na cidade de Curitiba/PR. E o nosso objetivo com esse escrito é contar a história dos primeiros 10 anos do futebol feminino no Novo Mundo Futebol Clube (NMFC)³. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o diretor do futebol feminino (C.L.C) e com o então presidente do clube no ano de 2011 (C.R.M), lembramos que seus nomes aparecem abreviados ao longo do texto.

As informações a seguir serão apresentadas inicialmente por meio de um panorama geral de como o NMFC foi criado e registrado junto à Federação Paranaense de Futebol, após, descreveremos como o futebol feminino passou a fazer parte do clube e de que forma veio a ocupar lugar de destaque e de interesse por parte dos envolvidos com o futebol do NMFC.

Paralelamente aos campeonatos da divisão de honra em Curitiba, inúmeras competições eram (e continuam sendo) disputadas. Essas equipes amadoras eram formadas por jogadores que atuavam com “verdadeiro amor à camisa” – no sentido de não receber para representar seus bairros – foram então, nomeadas de equipes

¹ Doutoranda em Educação Física. Universidade Federal do Paraná. e-mail: leila.salvini@hotmail.com

² Pós Doutorado em Sociologia do Esporte. Universidade Federal do Paraná. e-mail: marchijr@ufpr.br

³ Estamos considerando o início das atividades do futebol feminino no NMFC no ano 2000, por isso, nosso recorte temporal abarca os anos 2000 até 2010.

suburbanas. Dentre as equipes suburbanas que ainda estão em atividade, destacamos o NMFC, o Iguaçu e o Ipiranga (MULFORD, 2003).

De acordo com registros da Federação Paranaense de Futebol, a equipe do bairro Novo Mundo⁴ teve origem no dia 10 de julho de 1930 com o nome de NMFC. A agremiação, que adotou as cores vermelha e branca, ficou apenas participando de amistosos em festivais esportivos e fazia algumas excursões por cidades vizinhas no interior paranaense. A filiação junto à FPF aconteceu no dia 27 de abril de 1952 e o clube passou a disputar campeonatos oficiais na antiga 3.ª divisão de amadores (MULFORD, 2004).

As instalações eram precárias contando apenas com o campo, sem arquibancadas ou infraestrutura para os vestiários. Somente existiam times masculinos e as poucas mulheres que compareciam aos jogos eram espectadoras. Fato até certo ponto compreensível, tendo em vista que o Decreto-lei 3.199 que proibia as mulheres de práticas esportivas que não fossem condizentes com sua natureza, ainda estava em vigor.

Mais do que isso, em plena ditadura militar no ano de 1965, tal decreto-lei foi implementado pelo Conselho Nacional de Desportes, passando assim, a proibir a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, *rugby*, halterofilismo e *baseball*. Coincidentemente, no mesmo ano, o NMFC apresentou sua melhor campanha desde a fundação, o vice-campeonato na categoria amador.

Outro fato comum em se tratar do futebol feminino no Estado do Paraná é a existência de pessoas – e não clubes – que são “donas” de equipes. Ou seja, uma equipe pode representar em um ano um clube e no outro ano, um clube diferente. Como desenvolvemos na sequência, essa não é a realidade do NMFC, que mantém o mesmo nome e busca reforços para a equipe. Outro diferencial do clube é a estrutura física semi-profissional que disponibiliza para os treinamentos e competições, bem como, a presença de um representante do futebol feminino junto à diretoria, C.L.C.

Mulheres em campo: o início do futebol feminino no Novo Mundo Futebol Clube

De acordo com informações do presidente do NMFC, a equipe feminina de futebol começou suas atividades entre o ano de 1999 e 2000. Até esse momento C.L.C não sabia da existência do futebol feminino, somente soube quando um auxiliar técnico recém contratado lhe contou que havia um time que treinava em outro campo, mas que não tinha mais onde treinar, e perguntou “se podia vim jogar aqui, eu disse pode. Então fizeram um amistoso entre o time do Ipiranga, mas com as camisas do NMFC contra um time da Fazenda Rio Grande, o Novo Mundo venceu por 17x0”

Nessa época poucas pessoas prestigiavam o futebol feminino no início, C.L.C relembra que durante a semana ao encontrar com os demais diretores, ouvia perguntas do tipo: “Sabem jogar bola? Eu disse sabem. Jogo é bom? É bom.”. E comenta que com

⁴ O bairro Novo Mundo se localiza ao sul da cidade de Curitiba, no estado do Paraná. De acordo com dados do ano de 2010 fornecidos pela prefeitura municipal, a população do bairro é de 44.063 habitantes, com maioria do sexo feminino. Sua área corresponde a 1,39% da área da cidade (que é de 434,967 km²) e a principal atividade econômica é o comércio seguido pelos serviços

o passar do tempo um número cada vez maior de diretores, e também o público em geral, se encaminhava até a sede do clube para ver o jogo das mulheres.

A primeira equipe foi formada por mulheres jovens que não tinham ocupação profissional fora de casa e com idade média de 25 anos. Eram as jogadoras que buscavam o clube para treinar, C.L.C. diz que no início “[...] ninguém recebia nada, o treinador vinha porque gostava. Treinavam no sábado pra jogar no domingo, hoje elas querem ganhar para jogar”. Algumas jogadoras recebiam auxílio como vales-transporte que eram pagos com recursos dos próprios diretores do NMFC. Entretanto, C.L.C. destaca que “[...] quando iam disputar campeonatos em outras cidades, a gente procurava patrocínio, o que não era fácil de conseguir, quando conseguia”⁵.

A primeira competição oficial em que o NMFC participou foi o Campeonato Metropolitano de Futebol Feminino no ano de 2001. De acordo com os relatos do presidente e do diretor de futebol feminino do clube, foram campeões todas as vezes que disputaram esse campeonato, ou seja, até 2010 foram 10 títulos que somados aos 5 títulos do Campeonato Paranaense e as participações em competições Sul-Brasileiras (a qual foi duas vezes vice campeã e uma campeã) e nacionais como a Copa do Brasil, entre outras de menor nível técnico, colocam o NMFC em posição de destaque no estado do Paraná, como também no Brasil.

O destaque conquistado pela equipe feminina fez com que se tornasse “a principal preocupação da diretoria do NMFC”, C.R.M. menciona também que existem as equipes do adulto masculino, juniores masculino e também o sub-17 feminino, mas que “o grande interesse da diretoria e do clube em termos de crescimento e mídia, envolve o futebol feminino”.

Embora o clube tenha sido fundado com raízes no futebol masculino e o campeonato masculino seja obrigatório pela FPF, desde meados de 2000 o “carro chefe” é o futebol feminino. Sobre isso o presidente alega que “[...] a diretoria fica dividida, entre os que apoiam o futebol feminino e os que apoiam o masculino, eu como presidente tenho que atender os dois”, entretanto nos relata que “em um jogo masculino vai no máximo uns 4 diretores, e somos em 43. Se for do feminino todos vão”.

A dedicação ao futebol feminino se deve – na visão do presidente – ao comprometimento das atletas:

[...] eles [os diretores] acham que é mais fácil de trabalhar com as mulheres, porque elas são mais dedicadas, são mais competentes, com relação ao trabalho do futebol [...]. E o clube só cresceu em patrimônio e forma de mídia por causa do feminino, então tem que valorizar.

C.LC complementa essa ideia alegando que:

foi em função do crescimento do futebol feminino que houve o crescimento até do patrimônio do NMFC. [...] não tinha alambrado, não tinha vestiário descente, não tinha cabine para a imprensa, era vergonhoso de chegar lá, tinha

⁵ É importante ressaltar que todas as jogadoras do time até o ano da entrevista, 2011, não sobreviviam do que recebiam com o futebol, necessitando trabalhar em outros espaços para a manutenção financeira.

lixo, portões caídos [...] hoje temos uma das melhores estruturas dos clubes da 'suburbana', o Novo Mundo pensa em iluminar e ampliar a área do campo.

O diretor do futebol feminino da FPF nos informou que por diversos motivos (não declarados) no ano de 2009 não aconteceu o Campeonato Paranaense. Como a agenda de competições é escassa e ainda mais com a ausência desse campeonato, somado à dificuldade de patrocínio para manter as jogadoras e a estrutura, a direção do NMFC pensou em cessar suas atividades para o ano de 2010. Essa decisão teve repercussão no jornal Tribuna do Paraná de 20 de agosto de 2010 na página 20, onde o jornalista Jorge Luiz da Silva anuncia: "Novo Mundo fecha as portas", como podemos observar na imagem a seguir:



FONTE: Jornal A Tribuna do Paraná

Após mencionar publicamente que a equipe do NMFC poderia não mais existir, a equipe de diretores, representadas pelo presidente, alegam que vão trabalhar para que a cada ano a equipe esteja mais bem preparada tanto tecnicamente quanto em estrutura para que a participação na Copa do Brasil seja mais uma vez realidade, assim como foi em 2009, ano em que o NMFC teve grande visibilidade das mídias de modo geral e foi "vitrine" das jogadoras que depois disso foram convocadas para defenderem a Seleção Brasileira. Também foi graças ao jogo do NMFC contra o Santos F.C. (que na época era defendido pelas jogadoras Marta e Cristiane) no estádio Couto Pereira em Curitiba - PR, pela Copa do Brasil com público aproximado de 10 mil pessoas.

No ano de 2009 a equipe feminina ganhou um uniforme próprio, com proporções menores e mais ajustado ao corpo, nesse mesmo ano foi fundada a categoria de base do futebol feminino no NMFC. Essas são nuances de que o futebol feminino aos poucos se estabelecia de maneira organizada e também com vistas a manutenção da modalidade no futuro no clube. Tal iniciativa foi matéria do jornal Tribuna do Paraná, como mostra a imagem na sequência:



FONTE: Tribuna do Paraná

As equipes de base eram treinadas por jogadoras da equipe adulta, que cursavam Educação Física, mas, infelizmente a iniciativa durou somente dois anos (2009 e 2010), cessando por falta de condições financeiras e de campeonatos para as categorias que envolviam atletas mais novas. Frente a esse contexto, o foco da diretoria, novamente, foi o futebol feminino adulto, tendo como objetivo para o ano seguinte novas contratações, e consequentemente, o anseio por vitórias, tanto no campeonato metropolitano como no paranaense.

Algumas considerações

Ao retomarmos os 10 primeiros anos do futebol feminino no NMFC, alguns elementos ficaram evidentes, tais como: o desenvolvimento da modalidade pela dedicação das jogadoras e também pelo interesse do diretor de futebol feminino do clube, a qualidade técnica que as jogadoras apresentavam, que se refletiu nos títulos conquistados e também algumas convocações para defender a seleção brasileira de futebol feminino, o angariamento de pessoas que assistiam, e de certo modo consumiam e contribuía com a modalidade.

No entanto, o que fica mais evidente nos discursos proferidos e descritos acima são as melhorias estruturais e de visibilidade midiática proporcionadas ao clube por meio do futebol feminino, fato, que nos leva a acreditar que além de afinidade com o futebol feminino, o retorno dado por esse time fez com que o clube destinasse às jogadoras e ao time feminino um espaço legítimo e reconhecido da prática.

Outro fator importante são as oscilações que o futebol feminino vem ocupando no espaço e na organização esportiva tanto no estado quanto no país. Tendo como exemplo o sucesso vivenciado pelo NMFC no ano de 2009 e a “ameaça” de parar com as atividades no ano seguinte. Essa instabilidade interfere principalmente na carreira das jogadoras, ou melhor, na luta por ter o futebol como profissão.

Referências

FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, 2005.

KNIJNIK, J. D. **Femininos e masculinos no futebol brasileiro**. 475p. Tese (doutorado em psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SALVINI, L. **Novo Mundo Futebol Clube e o “velho mundo” do futebol: considerações sociológicas sobre o *habitus* esportivo de jogadoras de futebol**. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

MULFORD, L. **Evolução do Futebol Suburbano. Suburbana**. Paraná Online, 30/01/2003. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/13/4730/?postagem=EVOLUCAO+DO+FUTEBOL+SUBURBAN>> Acesso em 10/07/14.

_____. **O estádio do Novo Mundo. Suburbana**. Paraná Online, 30/01/2004. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/13/14465/?postagem=O+ESTADIO+DO+NOVO+MUNDO>>. Acesso em: 10/07/14.

HETEROTOPIAS: A EMERGÊNCIA DO *STREET SKATE*Leonardo Brandão¹

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo relacionar a noção de heterotopia, proposta por Michel Foucault, com o momento de emergência do *Street Skate* durante a segunda metade da década de 1980 no Brasil. Para tanto, utiliza-se como fonte três publicações do período, as revistas *Yeah!*, *Overall* e *Skatin'*. Trata-se de pensar a cidade revelando espaços de enunciações subjetivas que passaram a ser incorporados, interpretados e utilizados como elementos de diversão, desafio e subversão da ordem estabelecida.

Palavras-chave: Heterotopia. Skate. Cidade.

Michel Foucault, uma das maiores figuras intelectuais do século XX, foi um filósofo que se fez historiador e um dos primeiros a anunciar que “não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas” (BARROS, 2004, p. 141). Apesar de sua morte prematura no ano de 1984 (ele foi uma das primeiras vítimas famosas da AIDS), Foucault foi um pensador prolífico, escreveu muitos livros e ministrou várias conferências (inclusive no Brasil).

Em sua trajetória acadêmica, sua preocupação com o corpo – ou com uma “história do corpo”, como escreveu – apareceu nitidamente a partir da publicação de “Vigiar e Punir” no ano de 1975, livro que teve rápida circulação internacional e foi rapidamente traduzido para uma série de línguas. Foi a partir deste livro que as análises foucaultianas passaram a evidenciar a “dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber com o poder” (DEFERT, 2010, p. 50), levando-nos a compreensão de que tanto os sujeitos quanto seus corpos são construções históricas. De fato, a decifração do corpo constituiu-se como um eixo central na genealogia foucaultiana, e por isso os estudos sobre o corpo nas Ciências Humanas devem muito a esse momento de sua produção intelectual. Com Foucault o corpo ascendeu verdadeiramente ao estatuto de objeto de pleno direito, mergulhado no campo político, nas relações de poder, nas técnicas de dominação, no uso dos prazeres e nos cuidados de si (COURTINE, 2013, p. 17).

Antes, entretanto, dessa guinada corporal nos estudos de Foucault – ocorrida por volta de 1975 – o filósofo fez uso de uma noção muito rica, mas que não chegou a ser retomada em seus estudos posteriores sobre o corpo. Trata-se na noção de “heterotopia”, que apareceu pela primeira vez, de forma muito breve, no livro “As palavras e as coisas”, publicado inicialmente na França no ano de 1966. No entanto, foi somente a partir de uma conferência proferida por Foucault ao Círculo de Estudos Arquiteturais de Paris, em março de 1967 (e publicada posteriormente no Brasil com o título de “Outros Espaços”), que o filósofo forneceu a essa noção algum estofo teórico e operacionalidade.

Cremos que a noção de heterotopia, pensada inicialmente para fazer referência ao espaço, pode muito se valer das questões relativas à corporalidade. Pois ao analisar

¹ Doutor em História (PUC-SP). Universidade Regional de Blumenau – FURB. leobrandao@furb.br

a questão da heterotopia em Michel Foucault, Rodrigo Valverde, professor do Departamento de Geografia da USP, afirmou que um dos propósitos do filósofo fora o de trabalhar com uma forma de concepção espacial que valorizasse a “presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área” (VALVERDE, 2009, p. 10). De fato, Foucault afirma que “a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (FOUCAULT, 2009, p. 418). Nesse sentido, a virtude de tal noção estaria em nos induzir a uma compreensão mais complexa e heterogênea no espaço, permitindo-nos apontar a existência de percepções que fugiriam da racionalidade instrumental moderna. Para Foucault, portanto, existiriam certos espaços que, em função da movimentação de atores e de seus significados, poderiam ser pensados como espaços de inversão, suspensão ou neutralização da ordem oficial.

Neste texto, temos por objetivo aproximar a noção de heterotopia formulada por Michel Foucault dos estudos de história urbana, tomando como exemplo uma prática corporal mundialmente conhecida e que, nos últimos anos, vem ganhando a atenção dos estudos acadêmicos centrados na cidade e no esporte: o skate. Assim, com base em revistas publicadas na década de 1980 no Brasil, iremos abordar o desenvolvimento histórico dessa atividade, enfatizando o surgimento de uma modalidade urbana que passou a ser conhecida como *Street Skate* e como ela pode, em sua relação com a cidade, ser um exemplo típico de heterotopia.

A CIDADE E O STREET SKATE

O skate foi uma invenção norte-americana que se globalizou. No Brasil, ele foi introduzido na década de 1960. Nesta época ele era geralmente representado como uma derivação do surfe, sendo até mesmo conhecido pelo nome de “surfinho” ou “surfe de asfalto” (BRANDÃO, 2012, p. 26). No início os skatistas (ou “surfistas de asfalto”) apenas desciam ladeiras imitando algumas manobras que os surfistas realizavam nas ondas do mar. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a prática começou a sofrer um processo de esportivização, ganhando publicações especializadas (As revistas *Esquete*, *Brasil Skate* e o *Jornal do Skate*), pistas (*Wave Park*, *Alphaville* e outras), campeonatos, juízes etc. Esse movimento resultou no que hoje é conhecido como skate vertical, atividade constantemente noticiada pela mídia televisiva como “esporte radical” e que se vale de grandes rampas – as quais se parecem com uma grande letra “U” – para a realização dos treinos e competições.

Paralelamente a este skate esportivo, realizado em rampas ou demais pistas específicas para a modalidade, desenvolveu-se também uma outra forma de skate, praticado não em pistas, mas sim em ruas e praças. Esse tipo específico de skate passou a ser conhecido como *Street Skate*. Diferentemente do “surfinho” que somente deslizava pelas ladeiras, o *Street Skate* passou a ser uma prática de interação com os mais diversos aparelhos urbanos, como escadas, bancos, guias, muros, degraus, bordas etc. Como escreveu o antropólogo Giancarlo Machado, o *Street Skate*, como o próprio nome sugere, possui como objetivo principal a prática do skate nas ruas da cidade. No entanto, adverte Machado que essa prática não se deu com a simples circulação dos skatistas entre pedestres, motos ou outros veículos, mas sim como uma prática de interação “com a dinâmica urbana, tendo em vista a procura por ‘picos’, isto é,

equipamentos urbanos dotados de certas características que possibilitassem a prática do *Street Skate*” (MACHADO, 2011, p. 23).

Este novo uso do skate, que no Brasil tomou forma a partir da segunda metade da década de 1980, engendrava uma forma de ver e utilizar corporalmente o espaço que não era o previsto nem o aceitável institucionalmente. Pois fazer de um corrimão um obstáculo e não um instrumento de ajuda para apoiar o corpo, usar escadas para saltos e não como um auxílio para se passar de um nível ao outro do pavimento são exemplos concretos e localizáveis de heterotopias; isto é, de invenção de outros espaços dentro dos próprios espaços.

Com a emergência do *Street*, os discursos veiculados nas revistas de skate já não se faziam exclusivamente em prol de sua efetivação como um “esporte radical”. Para além dos vãos alçados nas pistas de concreto ou madeira, esse novo uso do skate nos espaços urbanos ativava formas de enunciações discursivas até então inexistentes (ou pouco relevantes) nessas publicações, incitando a questionamentos e sentidos que fugiam ao par “esporte” e “radicalidade”.

Neste contexto, e para pensarmos a questão das heterotopias, utilizaremos algumas revistas específicas sobre skate publicadas durante a segunda metade da década de 1980. Nosso objetivo aqui não será o de realizar um estudo exaustivo dessas mídias, mas sim identificar como elas retrataram o *Street Skate* no momento de sua emergência como prática corporal e urbana.

A DÉCADA DE 1980 E AS REVISTAS DE SKATE

A revista *Yeah!* começou a ser publicada no ano de 1986. Em sua segunda edição ela trouxe em sua capa uma foto de *Street Skate*, com a manchete “O skate invade as ruas”. Na fotografia, de autoria de Daniel Bourqui, um skatista – chamado César Portuga – saltava sobre uma escada localizada na cidade do Rio de Janeiro. “O skate invade as ruas” também foi o tema do pôster dessa edição, localizado em suas páginas centrais. Além do pôster, uma matéria intitulada “Pontos Indeterminados” apresentava, em dez fotografias, a prática do *Street Skate* em diversos “pontos” espalhados pelas cidades de São Paulo e alguns em Florianópolis. Acompanhando as imagens, uma série de legendas buscava explicar ao leitor que, diferentemente do skate vertical, que dependia de pistas, a prática do *Street Skate* podia ser exercida em qualquer lugar e a qualquer hora. Por isso, no meio das imagens que demonstravam skatistas em ação, deslizando e saltando sobre os mais inusitados pontos da arquitetura dessas cidades (como bancos, muros e paredes), havia inúmeras legendas que diziam, por exemplo, que “aproveitar o espaço é antes de tudo uma questão de criatividade”, pois “ir à procura de locais skatáveis é uma missão arriscada... é descobrir uma nova aventura a cada local encontrado”².

Além da revista *Yeah!*, também a revista *Overall*, neste mesmo ano de 1986, trouxe em sua capa uma foto de *Street Skate*. Além disso, em uma de suas principais matérias, ela apresentava skatistas “horrorizando os obstáculos das ruas de Sampa”³. No interior desta publicação, o *Street* era retratado a partir de um título bastante irônico: “Não acordem a cidade... *Street Skate*”. Possivelmente, este título fazia alusão a uma canção de *punk-rock* produzida no ano de 1985 na cidade de São Paulo e

² Revista *Yeah!*, n. 2, 1986, p. 37.

³ Revista *Overall*, n. 2, 1986, p. 5.

intitulada, justamente, “Não acordem a cidade”. Faixa do álbum “Garotos do Subúrbio” da banda *Inocentes*, a letra da canção, escrita pelo seu vocalista Clemente, começava da seguinte forma: “De noite quando a cidade dorme, anjos negros de asas sujas e escuras saem de suas tocas e tomam conta das ruas. São os reis da diversão (...)”⁴. A matéria da revista seguia o mesmo tom. Escrita por Fábio “Bolota”, ela se reportava ao *Street Skate* da seguinte maneira:

Eu quero mais é asfalto e concreto, para pegar meu skate e sair por aí, gastando minhas rodas, descendo e subindo ladeiras puxado por ônibus, dropar de muros, horrorizar o trânsito, achar transições para uma boa diversão, entrar na contramão, subir guias, etc. Por que? Porque nós amamos isto, vivemos disto!!! Imagine a infinidade de coisas que uma cidade pode ter em suas ruas, postes, carros, guias, shits, bêbados, bitches, transições, buracos, valas, velhas e muito asfalto. E o que isto significa? Obstáculos? Talvez sim, para aqueles que não possuem a ousadia de encarar ruas desconhecidas e terrenos inexplorados. Mas para outros, todos esses ‘obstáculos’ se transformam num verdadeiro campo de batalha, em que o objetivo é demonstrar o domínio sobre a arma de ataque: o skate. E o *ground* de ação: as ruas!⁵

Um outro exemplo nesse sentido também podemos encontrar na edição de junho/julho de 1989 da revista *Skatin’*. Nesta edição, a capa apresentava o skatista paulistano “Beto or Die” utilizando-se de um encosto de banco da praça Roosevelt, localizada próxima ao centro antigo da cidade de São Paulo. Uma das matérias principais chamava-se “Estritamente *Street*” e tinha como subtítulo: “um modo especial de ver um mundo bastante conhecido: as ruas”. Os textos a seguir são de autoria de Luiz Calado, sendo que cada fragmento reproduzido vinha publicado na revista junto a uma fotografia de um skatista explorando bancos, bordas ou alguma escada. Ao lê-los, eles nos ajudam a pensar a questão das heterotopias,

Não foi ele que planejou aquilo. E não planejaram pensando nele. Aquilo simplesmente está ali. E não poderia ser melhor / Seus olhos brilham vendo o que ninguém mais vê. Sua mente viaja no que ninguém mais imagina. Seu coração acredita no que ninguém mais crê. E seu corpo vibra com o que ninguém mais sente / Em busca de emoções verdadeiras, ele foge das regras convencionais, cria novos conceitos e vence seus próprios limites / Misturando dimensões de tempo e espaço, ele transforma a ilusão de muitos numa realidade para poucos / As ruas escondem perigos, abrigam incertezas e oferecem desafios. Nas

⁴ A transcrição dessa música encontra-se em: ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994, p. 102.

⁵ Revista *Overall*, n. 4, 1986, p. 16.

ruas ele mostra coragem, revela precisão e se torna um vencedor. / Entre formas frias e estáticas, ele se torna um ser colorido e móvel / Enquanto as pessoas se escondem em seus gigantes arranha-céus, ele encontra a liberdade a alguns centímetros do chão / Mesmo cercado por centenas de quilômetros quadrados de concreto, poucos metros são mais que suficientes para que ele concentre toda sua criatividade e energia⁶.

Nesta revista, assim como nas duas outras publicações, o skatista era apresentado aos leitores como alguém que “foge das regras convencionais” e, por isso mesmo, “encontra a liberdade”. Não é difícil deduzirmos que a prática do *Street Skate* era bastante diversa daquela praticada em rampas verticais, pistas construídas em espaços delimitados e organizada nos moldes de um esporte de competição. No *Street* até haveria um “vencedor”, como nos diz a citação acima, mas o derrotado não seria um oponente (um outro skatista), mas sim os limites do corpo e dos espaços.

O *Street Skate* fazia um uso irreverente e transgressor das ruas. Nesses espaços não existiam juízes ou o uso do tempo cronometrado. Neles, o que contava era a liberdade para criar, saltar sobre bancos, escadas, enfim, escorregar sobre as dobras da matéria. O skate de rua, neste sentido, manifestava-se de maneira informal e não através da formalidade esportiva (cronômetro, juízes, equipes etc). Tratava-se de novas experiências juvenis, heterotópicas, que buscavam singularizar as vivências do cotidiano ao explorarem “outros espaços”, inventando maneiras de ser onde o corpo tinha um lugar especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão é que as heterotopias geram inquietações: um corrimão não é mais um corrimão, nem uma escada é tão somente uma escada. Além disso, não podemos nos esquecer da grande heterotopia citada por Foucault: o navio, figura por excelência do século XIX, o navio inglês nos mares, por exemplo, o navio transatlântico... Pedaco grande de espaço que flutua no imenso mar. Mas em nosso caso particular, parece que a heterotopia também pode ser a própria prancha de skate, minúsculo pedaco – comparado com o navio – mais leve que ele, certamente, metáfora do que se passa no século XX e não mais no XIX.

Em Foucault há vários tipos de heterotopias: abertas, fechadas, menores, maiores, umas que parecem fascistas, outras não. Todas são espaços que incluem dentro deles vários espaços que seriam incompatíveis. Mas o *Street Skate* é interessante porque é um espaço que literalmente corre, sai do lugar, não tem lugar e é da sua essência não ter um. O skate corre sobre os espaços da cidade e é um objeto ao mesmo tempo próprio (do skatista) e exposto a todos. É um solo constantemente deslocalizado, um lugar sem lugar (porque se ele tiver um lugar já deixa de ser o que é). Diferente do navio, um espaço fechado dentro de outro, que oferece conforto, luxo e segurança, o skate seria uma heterotopia mesmo da insegurança, do mínimo necessário, da raridade

⁶ Revista *Skatin'*, n. 6, 1989, p. 30 – 39.

das coisas para se apoiar, do espaço rarefeito... O skate reenvia a imaginação ao tempo dos primeiros barqueiros, que não tinham nada a não ser uma pinguelinha de barco, prestes sempre a virar. Reenvia à figura do andarilho, despojado e exposto.

Ao observarmos a emergência do *Street Skate* durante a década de 1980 encontramos um exemplo concreto de heterotopia! Pois o que era deslizar sobre um skate senão conquistar algum estilo de vida que estivesse sempre mais próximo da diversão e da rebeldia? Tratava-se, fundamentalmente, de inventar novos modos de subjetividade, de leituras e de uso, intempestivo, do corpo no espaço. Evidentemente, isso implicava uma disponibilidade para o desejo, para um tempo de satisfação, de invenção de si e, sobretudo, de *re-criação*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Leonardo. *Por uma história dos "esportes californianos" no Brasil*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2012.

BRANDÃO, Leonardo. "O surfe de asfalto": a década de 1970 e os momentos iniciais do skate no Brasil. In BRANDÃO, Leonardo; HONORATO, Tony (orgs). *Skate & Skatistas: questões contemporâneas*. Londrina: Ed. UEL, 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2013.

DEFERT, Daniel. "Heterotopia": Tribulaciones de un concepto entre Venecia, Berlín y Los Ángeles. In FOUCAULT, Michel. *El cuerpo utópico: Heterotopias*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2010.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In *Ditos e Escritos* (v. III). Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De "carrinho" pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), USP, 2011.

VALVERDE, Rodrigo. Sobre espaço público e heterotopia. In: *Geosul*. Florianópolis, v. 24, n. 48, 2009.



A EDUCAÇÃO DO CORPO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO: O CASO DA SEMANA DE EDUCAÇÃO DE 1928.

Leonardo Mattos da Motta Silva¹

Edivaldo Góis Junior²

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, e tem como objetivo identificar o(s) propósito(s) da primeira Semana de Educação (1928) bem como seus idealizadores, procurando estabelecer paralelos com uma educação do corpo. Como fontes, utilizaremos: atas do Conselho diretor da ABE, programa de atividades da primeira Semana de Educação e jornais diários. A documentação será analisada na perspectiva de Antoine Prost que descreve os procedimentos de crítica interna e externa.

Palavras chave: educação do corpo. história da educação. semana de educação

Apresentação

O artigo em tela faz parte da pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como objetivo maior, identificar o processo de educação do corpo traçado pela Associação Brasileira de Educação³ (ABE), através do evento organizado por esta mesma associação e nomeado de: A Semana de Educação. Para alcançarmos nosso objetivo tentaremos explorar aqui, quais foram as origens do evento, objetivos, interesses e quem eram os intelectuais que em nome da ABE, pretendiam uma nova educação para a infância brasileira, neste caso, dos intelectuais, faremos uma prosopografia como o objetivo de elucidar o que de fato almejavam os integrantes da ABE. Na dissertação, trabalharemos com as cinco edições do evento (1928, 1928, 1930, 1931 e 1933). Como dados empíricos, utilizaremos diferentes fontes, como nos mostra Aróstegui, “o ideal para uma grande pesquisa é o uso das mais variadas fontes e a confrontação sistemática entre elas” (2006: 494), assim contaremos com: atas do conselho diretor da ABE, atas da Seção de Educação Physica e Hygiene, Boletim da ABE, programa de atividades do referido evento, relatórios de atividades da ABE e de escolas participantes, relatórios da Instrução Pública e por fim, jornais diários (impressos produzidos pela chamada grande imprensa).

Esta pesquisa torna-se justificável e relevante na medida em que procura expor de forma objetiva como foi trabalhada a questão da educação do corpo dentro de um espaço (ABE, Rio de Janeiro, Brasil) e tempo (início do século XX) específicos, investigando assim a história da relação do corpo com a pedagogia, escola, gênero, sexualidade e saúde. Embora outros trabalhos já tenham explorado a ABE como objeto de estudo (CARVALHO, 1998; LINHALES, 2009), eles não tinham o intuito de observar em específico as semanas de educação, organizadas pela ABE.

¹ Mestrando em Educação Física da Unicamp. Bolsista FAEPEX-UNICAMP, membro do Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC)/UFRJ. leomattosms28@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UNICAMP. egoisjunior@gmail.com

³ É uma **associação** privada, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal, com o objetivo de discutir e pensar a **educação** no Brasil. Retirado de <http://www.abe1924.org.br/>. Acessado em: 22 de agosto de 2013.

Para o presente trabalho temos como objetivo identificar o(s) propósito(s) da primeira Semana de Educação (1928) bem como seus idealizadores, procurando estabelecer paralelos com uma Educação do Corpo.

Os dados foram analisados a partir da perspectiva histórica de Antoine Prost, onde os documentos passam por uma crítica interna, que analisa a coerência do texto e questiona-se sobre sua compatibilidade sobre o que se conhece sobre documentos análogos. (PROST, 2008: 57), havendo a necessidade de confrontar o documento com o lugar e o momento em questão, o que se entende por uma compatibilidade entre data e fatos mencionados.

O método crítico visa responder de onde vem o documento? Quem é o autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero? Terá razões conscientes ou não, para deformar o testemunho? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas? Ou implicaria o uso de algum expediente?

Essas duas séries de questões são distintas: a crítica da sinceridade incide sobre as intenções, confessas ou não, do testemunho, enquanto a crítica da exatidão refere-se à sua situação objetiva. Um autor de memórias será suspeito de reservar para si o papel mais favorável e a crítica da sinceridade será particularmente exigente; se descreve uma ação, ou situação, ocorrida à sua frente, sem ser parte integrante, a crítica da exatidão irá lhe atribuir mais interesse que se tivesse sido o eco de terceiros. (PROST, 2008: 59)

Assim encaramos as atas, relatórios e os programas de atividades como fonte de depoimentos voluntários que “são constituídos para a informação de leitores, presentes ou futuros” (PROST, 2008: 59).

É importante ressaltar que na crítica do corpo documental, composto principalmente por atas e relatórios, havia um secretário com a função de anotar o que foi debatido em plenária, discutido e acordado durante as reuniões, muitas vezes o secretário era nomeado antes da reunião, ou seja, era um participante, isto nos leva a pensar que mesmo sendo um documento original passou por um filtro (interesses, desejos, vontades) na sua redação, o que talvez tenha mudado um pouco os discursos apresentados nas reuniões, mas vale lembrar que ao final de todas as reuniões os representantes assinavam as atas o que se supõe que estavam de acordo com o que foi escrito.

Para a utilização das fontes impressas, para este primeiro trabalho, elencamos os jornais que, segundo nossa pesquisa na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, apresentou maior quantidade de resultados. Para as futuras pesquisas utilizaremos mais jornais, afim de, entendermos e captarmos o maior número de informações possíveis. Ao olharmos para as fontes impressas procuramos entendê-las como formadoras de opinião que segundo Vieira,

A, rigor esses meios de comunicação de massa reivindicam a representação da denominada opinião pública, expressão que tem sua história associada à história da imprensa e que visa denotar as posições que – independentes de visões religiosas ou políticas, interesses de classe, etnia ou gênero – expressam os mais amplos, profundos e legítimos interesses públicos e comunitários. (2007: 14).

Ou seja, procuramos situar as fontes como feixes de relações entre o que nos dizem os documentos “abeanos” e o que a imprensa como “representante” do público nos mostra e assim podermos confrontar as informações, pois a imprensa permite uma proximidade com o acontecimento, uma ampla experiência cidadina que vai dos personagens ilustres aos anônimos, do cotidiano ao evento (VIERA, 2007). Assim, os documentos da ABE como os jornais não foram tratados como reveladores da realidade em si e sim como documentos que comungam da tendenciosidade expressando o olhar de quem o(s) produziu e assim buscamos entender a intenção de defender, criar ou acabar com estratégias discursivas de interesses pessoais ou coletivos visando determinado objetivo.

De fato, se observamos certa dificuldade em analisar as fontes jornalísticas, não será diferente ao analisarmos o que seria um processo de educação do corpo para os integrantes da ABE. Como já nos alertou Taborda,

A linguagem que manifesta a corporalidade não é passível de ser apreendida plenamente nas formas textuais, orais, iconográficas, monumentais. Fontes de naturezas tão diversas podem apenas nos aproximar do que teria sido as práticas corporais escolares. As narrativas sobre aquelas práticas só podem ser aproximativas, não só no que se refere ao seu conhecimento, como naquilo que se refere à sua inscrição como fato histórico. (2006: 8).

Ao internalizarmos este conhecimento, para tal tentaremos aqui construir uma “lente” que possa identificar tais processos de educação do corpo e assim tornar mais fácil nosso trabalho. No fim do século XX, Antoine Prost (2009) chamava a atenção dos historiadores europeus para um fenômeno, que ele descreveu como desabrochar do corpo. O corpo passa a ser o centro das ações de constantes intervenções de poder que vão dos usos das águas as vestimentas, dos modos de comer, exercitar-se e até mesmo nascer, morrer e de curar (SOARES, 2006), se antes o corpo era punido, agora investe-se nele no sentido de valorizar sua sensibilidade, “o corpo físico passava a ser talvez a principal possibilidade de reordenação do corpo político da sociedade”(Taborda, 2006: 17) . Logo, para uma perspectiva de educação do corpo, trabalharemos sob o viés de Carmen Lúcia Soares.

Os corpos são educados por toda a realidade que os circunda, por todas as coisas pelas quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de

conhecimento. Uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de um modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares gestos, coisas, pelo lugar onde vivem (SOARES, 2006: 110)

Visamos assim, através da educação do corpo, compreender e captar as rupturas que ocorreram na forma de tratar o corpo, bem como suas permanências e a elaboração de códigos, técnicas, pedagogias e instrumentos desenvolvidos para submeter o corpo às novas necessidades (SOARES, 2001: 111).

A Associação

A década de 20, década de nascimento da ABE (15 de maio de 1924), vem sendo muito estudada por vários historiadores de diferentes áreas tornando-se referência para a historiografia da educação. Neste período o Brasil passava por mudanças, principalmente no Rio de Janeiro, a então capital federal, na qual o modelo agroexportador migrava para uma desordenada industrialização, propiciando uma precária urbanização, e a escola neste contexto:

[era] risonha e fraca tinha também versões menos luminosas, nas quais ainda se praticavam os castigos físicos e morais; nas quais se exarcerbava a vigilância sobre o estado de limpeza do corpo, da roupa e dos modos dos alunos; nas quais professores driblavam as autoridades pedagógicas e suas medidas de controle e avaliação dos resultados pedagógicos e métodos oficiais de alfabetização. (NUNES, 2011: 371)

É em meio a este cenário que, intelectuais brasileiros após terem superado as teorias negativas da eugenia que, viam o povo brasileiro como um povo fadado ao fracasso onde “se o Brasil era evidentemente composto por raças então consideradas inferiores, seria necessário considerar que o país estaria irremediavelmente condenado a ser dominado por raças superiores” (LEITE, 1998: 183), passam a pensar os problemas sociais do Brasil, chegando a conclusão que, de fato, faltava ao povo brasileiro uma intervenção estatal. O governo parecia negligenciar o seu povo e é na fala do médico sanitário Belisário Penna, que depois vem a ser membro e presidente da Secção de Educação Physica e Hygiene da ABE, talvez uma das frases mais célebres, que passa a apontar o dedo para as autoridades governamentais

N’um país de doentes e analphabetos. Como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento physico, moral e intelectual dos seus habitantes. Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando á ignorância se juntam as moléstias e os vícios, o abatimento physico e intellectual, as lesões de órgãos essenciais. (PENNA, 1923: 25)

E assim, o povo brasileiro não era inferior, ele apenas estava doente e era preciso tratá-lo. Para o médico sanitarista, longe de ser o problema brasileiro a questão racial, eram os fatos sociais os determinantes da situação de debilidade do povo. Observamos que parte dos intelectuais da época começa a pensar em desenvolvimento social da população a partir da intervenção nos campos da educação e saúde. Neste cenário é que um grupo de intelectuais cariocas, Heitor Lyra da Silva, Everardo Backeuser, Edgar Sússekind de Medonça e Francisco Venâncio Filho, idealizam uma Federação de Associações de Ensino, mas por conta do sucesso da Revolução paulista optam por um partido político denominado Acção Nacional. Com o revés da revolução e a intensa repressão no Rio de Janeiro, o grupo decide pela Associação Brasileira de Educação (CARVALHO, 1998: 54). A ABE teria como objetivos pedagógicos: “Promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse assunto”⁴.

A ABE passa a funcionar como uma espécie de canal de expressão onde os intelectuais do período passam a difundir suas ideias, em meio a um governo ausente no que diz respeito a políticas públicas.

[...] a República provocou uma espécie de ameaça à unidade nacional, pela tensa combinação de dois fatores singulares: por um lado, a forte ação política das oligarquias regionais sempre a desconfiar/almejar o poder central; por outro, a baixa institucionalidade, ou seja, a fragilidade (quando não ausência) de canais de expressão e de participação capazes de agregar e fazer representar necessidades plurais conflitantes, presente na sociedade. Nesse cenário, diferentes grupos da elite intelectual e política, mobilizados por variados interesses e identidades, constituíram, então, seus lugares de produção e circulação cultural – seus lugares de sociabilidade. (LINHALES, 2009: 80)

E assim a ABE se legitima na cidade do Rio de Janeiro e vai ter como objetivos uma ação disciplinar realizando ações cívicas e comemorativas de forte conteúdo moral. “O propósito era dar visibilidade pública aos comportamentos e condutas consideradas moralmente exemplares no cotidiano urbano da cidade do Rio de Janeiro” (LINHALES, 2006: 94). A negligência por parte do Estado pode ter potencializado os ideais da ABE e de seu projeto de nação e assim, logo em 1928 é realizada a 1ª Semana de Educação da ABE, objeto de estudo deste projeto.

Semana da Educação

Em 4 de outubro de 1929, o Jornal do Brasil publicou matéria relativa à Semana da Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação, na época localizada na Rua Chile, n. 23, 1º andar. Esta matéria visava esclarecer como foi idealizada e quais os objetivos deste grande evento, que já estava na sua segunda edição. O então presidente, Dr Candido Mello Leitão, é quem concede a entrevista. Segundo ele, a

⁴ Estatuto ABE, aprovado em 16 de outubro de 1924. Acervo ABE.

Semana da Educação nasce nos Estados Unidos da América dois anos antes, com a finalidade de sensibilizar governo, pais, professores e alunos, a população em geral, visando a disseminação do ensino por todas as classes da sociedade. Esta cruzada obedeceria às novas diretrizes da pedagogia moderna que, segundo ele, visava ao mesmo tempo a divulgação do conhecimento e sua assimilação pelo sistema intuitivo. (Jornal do Brasil, 4 out.1929: 11).

Para Lourenço Filho (apud Carvalho 1998), esse tipo de evento tinha grande valor, pois “as festas forneciam às crianças oportunidade para gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas. Nelas a criança começaria a sentir o efeito da sanção social sobre seus atos.” (p. 178-179).

Cada dia da Semana da Educação destinava-se a um tema vital adaptável as necessidades da comunidade, tudo aplicado à aspiração de que cada rapaz e cada moça tivessem uma bela situação na vida, situação conquistada pela cultura e pela inteligência. A Semana da Educação seria um apelo ao conhecimento do valor da escola na vida da criança da comunidade. A inspiração veio mesmo da norte americana National Education Association, através do Sr. Glen Sewin Swigget enviado por esta instituição à ABE. Concluindo a entrevista Dr Candido Mello Leitão afirma:

Vai pela primeira vez e sobre os auspícios da Associação Brasileira de Educação , realizar-se no Brasil a Semana da Educação, cujo fim é chamar a atenção de todos para a necessidade da educação e para o dever imperioso que temos de colaborar nessa obra primacial do progresso da pátria. Essa comemoração deve ter por escopo tornar mais profunda a compreensão, por parte do povo, do papel da educação na vida de uma democracia , guiando a infância para um ideal de perfeição física, moral e intelectual (Jornal do Brasil, 4 out.1929: 11)

Guiado por estes objetivos fica assim configurada a 1º Semana de Educação da Associação Brasileira de Educação.

*A 1º Semana da Educação, realizada de 8 a 14 de outubro de 1928, ficou dividida pelos seguintes temas: segunda-feira dia 8, **Dia da Saúde** – Educação sanitária nos jardins de infância. Apresentação dos pelotões de saúde das diversas escolas primárias. Conferencias nos lyceus para maiores esclarecimentos, sobre os vícios e suas influencia nefasta. Apresentação de films de propaganda sanitária. Visitas as repartições sanitárias e a escola de mãezinhas. Fundação de escolas de mãezinhas. Terça-feira dia 9, **Dia do Lar** - O lar como primeira escola. Sessões solenes em todos os círculos de paes e*

*professores. Resenha dos trabalhos executados durante o anno. Visitas as escolas domésticas. Conferencias pelos mestres sobre a influencia educadora do lar. Conferencia nos lyceus de meninas sobre o pape da mãe de família. Quarta-feira dia 10, **Dia do Mestre** – Reuniões festivas em todas as escolas e collegios com a presença dos paes. Sessão solene em que na presença das altas autoridades, serão saudados o magistério, primário, secundário e superior, na pessoa de um “professor emérito” de cada um desses graus. Nas escolas collegios e academias, resumo da historia do ensino de respectivo grão no Brasil, com os nomes principaes desse ensino. Exposições escolares nas sedes dos districtos. Exposições de trabalhos manuaes e de desenhos de escolas do Districto Federal e do Estados na sede da A.B.E. Quinta – Feira dia 11, **Dia da Vocação** – Propaganda junto as escolas primárias e institutos secundários em favor da vocação profissional, estabelecidas sobre bases científicas. Estabelecimento de fichas de vocação profissional nas escolas primárias, a serem revistas no meio e no fim do ensino secundário. Visitas as escolas profissionaes. Escolas para operários. Sexta – Feira dia 12, **Dia da Creança** – Festas ao ar livre com o concurso de alumnos de todas as escolas. Promover visitas e despertar o interesse do povo pelas creches, gottas de leite e dispensários infantis com sua função educativa da mães e seu papel na eugenia. Promover a fundação da gotta de leite. Sábado – dia 13, **Dia da Natureza e da Arte** – Visitas ao Jardim Botanico, á Escola de Bellas Artes á Pinacotheca e ao Museu Naacional, despertando nas creanças o amor pelas coisas da Natureza á protecção das aves e das plantas. Nos Estados podem ser promovidos passeios a bosques públicos o u pontos pittorescos de interesse para fim educativo. Domingo dia 14, Sessão solenne de encerramento na sede da A.B.E⁵. (Jornal do Brasil, 4 out.1929: 11).*

Esta noticia de 1929 que ocupa 1/3 da pagina do jornal e vem acompanhada de uma figura aonde podemos identificar um casal com seu filho e logo abaixo o slogan: “Educar-se e Vencer”, ajuda-nos a pensar que de fato, a ABE pretendia agir na sociedade de forma mais incisiva. O jornal *Correio da Manhã*, em 18 de setembro de 1928, noticia que A ABE pretende durante o evento reunir: mestres, discípulos, pais e educadores, interessados pelo grande problema (educação) para que assim “*far-se-á um pouco de merecido ruído em torno de um thema, que a despeito de muito usado na boca dos pensadores, continua quase tão distante da realidade, entre nós, como os habitantes de Marte*” (CORREIO DA MANHÃ, 18 set. 1928: 4). Aqui, ao contrário do que vimos na noticia do Jornal do Brasil, percebemos certo pessimismo em relação ao evento. Comparando as duas notícias podemos levantar a hipótese que, por mais que sejam em

⁵ Arquivos da Associação Brasileira de Educação: Semana da Educação (1º SE – 01) Acervo ABE.

jornais distintos, a primeira edição do evento pode ter sido um sucesso o que estudaremos posteriormente.



O corpo na Semana de Educação e continuidades

Deve-se pensar a ABE como uma entidade que tomou para si, pelo menos nos seus primeiros anos, a educação do Rio de Janeiro e do Brasil. Composta por médicos, engenheiros, políticos e professores que segundo Carvalho (1998), ajudaram a pensar em um modelo escolar que pudesse colocar o Brasil nos trilhos da modernidade. A comissão destinada pela ABE para cuidar dos preparativos do evento ficou composta por: Carlota de Oliveira Lyra da Silva, Celina Padilha e Candido de Melo Leitão. O evento tinha como principal e único alvo a “meninice” o que esta bem explícito na fala de Candido Melo Leitão fazendo propaganda do evento

*A nação que melhor vele pela meninice dominará a todas as outras em saúde, inteligência, moralidade, eficiência e felicidade. Alcançará os mais altos annos de prosperidade nacional, tanto material como espiritual.*⁶(LEITÃO, 1928).

Talvez esta preferência em pensar políticas de intervenções educacionais apenas para a “meninice” se justifique pelo fato de que despende esforços para uma juventude já viciada e entregue aos desprazeres fosse perda de tempo e assim seria mais lucrativo e interessante centrar esforços na juventude que estava por vir assim,

Se até o final do século XVIII o corpo infantil era concebido secundariamente como potencialmente formativo, ao longo do século XIX e início do século XX, opera-se uma verdadeira inflexão ao corpo na sociedade em geral e, por conseguinte, na escola em particular. O corpo passa a ser, na modernidade que

⁶Boletim da Associação Brasileira de Educação Ano IV, nº 12, agosto de 1928.

se consolidava, motivo de preocupação constante. (TABORDA, 2006: 10)

Se pensarmos agora lupa que estamos construindo, pautada no que nos alertou Carmen Lúcia, podemos tentar traçar um paralelo entre o que se pretendia a Semana de Educação com o que pensamos serem processos de educação do corpo. Como vimos na programação: pelotões de saúde, filmes de educação sanitária, sessões solenes, exposições de trabalhos manuais, estabelecimento de fichas de vocação profissional nas escolas primárias, a serem revistas no meio e no fim do ensino secundário (interessante pois visava acompanhar o crescimento da meninice), função educativa da mães e seu papel na eugenia (aqui entendemos como uma eugenia positiva, aquela que visa a melhora das condições de vida). Enfim diversos mecanismos que visavam várias formas novas de educar este corpo.

Continuando, este trabalho que esta em andamento, nos permitirá pensar com mais concretude algumas lacunas que ficaram e talvez fiquem ainda abertas, ainda nos falta entender entre outras coisas o que de fato pretendiam os abeanos, que modernidade eles pretendiam alcançar? Como foi a transição de um evento norte americano para o solo brasileiro? Questões estas que precisam ainda de tempo e trabalho para serem futuramente entendidas.

Referências

SOARES, C. L. Corpo, Conhecimento e Educação: notas esparsas. In: Carmen Lúcia Soares. (Org.). **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2001, v. 1, p. 109-129.

SOARES, C. L. Prefácio. In: TABORDA, M.A. (Org.). **Educação do Corpo na Escola Brasileira**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006.

CARVALHO, M. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP. EDUSF, 1998.

LEITE, D. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

LINHALES, M. **A Escola e o Esporte, uma História de Práticas Culturais**. São Paulo: Cortez, 2009.

LINHALES, M. **A Produção de uma forma Escolar para o Esporte**. In: TABORDA, O. (Org.). **Educação do Corpo na Escola Brasileira**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006, p. 93-110

NUNES, C. **Escola Nova e Processo Educativo**. In: LOPES (Org.) 500 Anos de Educação no Brasil. 5 ed. BH. Autentica, 2011, p. 497-518.

PENNA, B. **Saneamento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos, 1923.



OLIVEIRA, M. A. T. Educação do Corpo na Escola Brasileira: Teoria e História. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). **Educação do Corpo na Escola Brasileira**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006, p. 1-34.

PROST, A. **Doze Lições sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROST, A. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A; VICENT, G. (Org.). **História da vida Privada: da primeira guerra a nossos dias**. São Paulo, Cia. Das Letras, 2009, p. 13-136.

VIEIRA, C. E. Jornal Diário como fonte e como Pesquisa em História da Educação. In: TABORDA, M.A. (Org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. BH: Autentica, 2007, p. 11-40.

O “CHAUSSON/SAVATE” INFLUENCIOU A CAPOEIRA?

Leopoldo Gil Dulcio Vaz¹

Resumo: Em uma série de artigos em que se busca a ancestralidade da Capoeira, comprovada africana não apenas pelo perfil étnico predominante dos capoeiras brasileiros do passado, mas, sobretudo, pela existência na África de práticas similares, como o Moringue, no Oceano Índico - nas Ilhas de São Lourenço (Madagascar), Reuniões e em Moçambique. Assim como encontramos uma influencia européia, configurada através da Chausson/Savate, praticado por marinheiros no porto do sul de Marselha, do século XVII. Segundo os historiadores, foram aprendidos pelos 'leões marinhos' em suas viagens aos países do Oceano Índico e o Mar da China. Houve intenso tráfico entre os portos brasileiros - Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luis e Belém - e Marselha.

Palavras-chaves: Capoeira. História. Chausson. Savate.

A capoeira do século XIX, no Rio, com as maltas de capoeira, e em Recife, com as gangues de Rua dos Brabos e Valentões, foram movimentos muito semelhantes aos das gangues de savate (boxe francês) em Paris e das maltas de fadistas de Lisboa do século XIX. Chama atenção é que os gestuais dessas lutas também são parecidos, ou seja, os golpes usados na aguerrida comunicação gestual eram análogos.

O 'savate' surgiu na França, praticado por alguns marinheiros no porto do sul de Marselha, do século XVII. Segundo os historiadores, foram aprendidos pelos “leões marinhos”, em suas viagens aos países do Oceano Índico e o Mar da China. Posteriormente, em cada rixa da barra em portos franceses era comum ver chutes infligidos em qualquer parte do corpo. Os marinheiros chamavam "Chausson" este tipo de combate, em referência à chinelos normalmente usados a bordo. Marinheiros gauleses e espanhóis eram instruídos com estas formas de ataques e defesas. Na época de Napoleão Bonaparte, os soldados do imperador exibiam publicamente suas "aptidões" chutando a bunda de seus prisioneiros. A punição era conhecida como “Savate”, que pode ser traduzido como "sapato velho".

O "Chausson" era do sul da França e usava somente os pés; já no Norte, usava-se a combinação de pés e mãos abertas - "savate". Enquanto os homens se reúnem em um duelo de tiro com espadas ou bastões, as classes mais populares lutavam com os pés e batendo com os punhos, de modo que o Savate, esgrima, pés e punhos, tornaram-se a prática de "Thugs" no momento, para citar apenas Vidocq, Chefe simbólico do fim do século XVIII.

O contato com essas formas de luta se dá, também, com a interação entre marinheiros, nas constantes viagens entre os dois lados do Atlântico, pois navios da marinha francesa entre 1820 e 1833 foram de Brest (cidade natal de Savate) para Portos do Brasil (Capoeira), Martinica (Ladja) e Bourbon (Moringa):

De luta de rua passa a esporte regulamentado quando o médico Michel Casseux, em 1825 abriu o primeiro centro de treinamento para o ensino e a prática regulamentada dessas habilidades. Ele tentou criar um sistema de combate menos

¹ IF-MA / IHGM / ALL

desajeitado, enfatizando o “*roundhouse kick*”, laterais e frente ao joelho, canela e peito do pé.

Em 1832, Charles Lecour combinou as técnicas do boxe clássico Inglês com os princípios formulados por Casseux. Esta mistura foi chamada de “*savate*” - boxe francês - e atraiu tanto a elite da sociedade como os jovens, o que beneficiou o esporte como a aptidão muscular e autodefesa.

Em 1850, a primeira luta de boxe francês com as regras estabelecidas por Casseux, para diferenciá-lo de uma rixa da rua. Louis Vignezon foi o primeiro campeão de Savate ao derrotar seu adversário com a batida de apenas quatro chutes.

Em 1852, a Academia Militar Ecole De Joinville incluiu o Savate no treinamento de recrutas. Em seguida, essas mesmas regras foram estendidas para outras partes do Velho Continente, África, Canadá e Estados Unidos.

O Box Savat também foi introduzido em nossa Escola pela missão militar francesa tanto no Colégio Pedro II no Rio e no exército e da polícia francesa através de diversas missões ao Brasil e em 1885 uma missão brasileira viajou para Paris para obter informações sobre o Sistema policial francês (Savate Vidocq).

Em 1928, a Missão Militar Francesa passou a contar entre seus integrantes com um oficial encarregado exclusivamente de dirigir a instrução de educação física. Escolhido entre os instrutores da escola de Joinville, o major Pierre Ségur ficou encarregado de ministrar educação física na Escola Militar do Realengo. O relatório do chefe da Missão Militar Francesa referente ao ano de 1928, ao comentar a situação da educação física nas escolas do Exército (Militar, de Sargentos, de Cavalaria e de Aviação), informava que, apesar de nelas ser desenvolvido um trabalho intenso e de muito boa vontade, faltavam os meios práticos e a aplicação de um método firme referência óbvia ao Método Francês.

Também na Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo, criada em 1910, o Savat é introduzido:

Para COSTA (2007), no Rio de Janeiro, no Recife e na Bahia, a capoeira seguia sua história, e seus praticantes faziam a sua própria. Originavam-se de várias partes das cidades, das áreas urbanas e rurais, das classes mais abastadas às mais humildes, de pessoas de origem africana, afro-brasileira, européia e brasileira, inserindo-se em vários setores e exercendo várias atividades de trabalho, profissões e ofícios. Alguns exemplos que fundamentam essa constatação: Manduca da Praia, empresário do comércio do ramo da peixaria, Ciríaco, um lutador e marinheiro (CAPOEIRA, 1998, p. 48); José Basson de Miranda Osório, chefe de polícia e conselheiro (REGO, 1968) ; mais recentemente, Pedro Porreta, peixeiro, Pedro Mineiro, marítimo, Daniel Coutinho, engraxate e trabalhador na estiva; Três Pedacos, que trabalhava como carregador (PIRES, 2004, p. 57, 61, 47 e 73); Samuel Querido de Deus, pescador, Maré, estivador e Aberrê, militar com o posto de capitão (CARNEIRO, 1977, p. 7 e 14). Todos eram capoeiristas.

Muitos dos mais influentes personagens da história do Brasil e da capoeira estudaram no Colégio Pedro II, existindo informações sobre a prática da Capoeira entre eles. O ano de 1841 é considerado como o marco inicial da história da gymnastica no Colégio Pedro Segundo. Exatamente no dia nove de setembro, Guilherme Luiz de Taube, ex-Capitão do Exército Imperial, entrou em exercício no cargo de mestre de gymnastica do Colégio.

No início do século XX, no Brasil começou a se tornar mais comum a prática da luta romana, notadamente desafios entre atletas cariocas e de São Paulo. José Floriano Peixoto foi um dos mais renomados dessa modalidade naquele momento.

O escrito maranhense Coelho Neto, tido como grande capoeirista é citado como um dos precursores da Capoeiragem, haja vista que no Artigo 17- do regulamento da FICA, quando trata da Nomenclatura de Movimentos de Capoeira estabelecida em sua parte “A- Nomenclatura Histórica”, colhida a partir da pesquisa nas obras dos primeiros autores a escreverem sobre a Capoeira, aparecem Plácido de Abreu, Coelho Neto e Annibal Burlamaqui (Zuma):

Parágrafo 1º- **Legado de Plácido de Abreu** - 1886: Trastejar, Caçador, Rabo de Arraia, Moquete, Banho de Fumaça, Passo de Sirycopé, Baiana, Chifrada, Bracear, Caveira no Espelho, Topete a Cheirar, Lamparina, Pantana, Negaça, Ponta-pé e Pancada de Cotovelo.

Parágrafo 2º- **Legado Apócrifo** - 1904: Pronto, Chato, Negaça de Inclinar, Negaça de Achatar-se, Negaça de Bambear para direita ou esquerda, Negaça de Crescer, Pancada de Tapa, Pancada com o Pé, Pancada de Punho, Pancada de Tocar, Rasteira Antiga, Rasteira Moderna e Defesas.

Parágrafo 3º- **Legado de Coelho Neto** - 1928: Cocada, Grampeamento, Joelhada, Rabo de Arraia, Rasteira, Rasteira de Arranque, Tesoura, Tesoura Baixa, Baiana, Canelada, Ponta-pé, Bolacha Tapa Olho, Bolacha Beijo Arriba, Refugo de Corpo, Negaça, Salto de Banda e Banho de Fumaça.

Parágrafo 4º- **Legado de Annibal Burlamaqui (Zuma)**, autor da primeira Codificação Desportiva - 1928: Guarda, Rasteira, Rabo de Arraia, Corta Capim, Cabeçada, Facão, Banda de Frente, Banda Amarrada, Banda Jogada, Banda Forçada, Rapa, Baú, Tesoura, Baiana, Dourado, Queixada, Passo de Cegonha, Encruzilhada, Escorão, Pentear ou Peneirar, Tombo da Ladeira ou Calço, Arrastão, Tranco, Chinha, Xulipa, Me Esquece, Vão do Morcego, Espada e

Para Pol Briand, dois termos da capoeira baiana têm origem certamente francesa, são o “au” que em português é “pantana” como escrito nos artigos de 1909 descritivos da luta de Ciríaco contra Sada Miako no Pavilhão Pascoal no Rio de Janeiro e “role”; é provável que os nomes usados na capoeira venham de instrutores militares de ginástica das Missões francesas.

A expressão francesa “faire la roue” designa um movimento similar ao “au” da capoeira, e o “roulé-boulé” é uma técnica para amortecer um choque (pulando de uma altura) rolando sobre si mesmo, com alguma semelhança ao “role” da capoeira:

“Suponho que a influência francesa se deu através do serviço militar obrigatório no Brasil a partir de 1908. Foi promovido pelos mesmos militares e intelectuais nacionalistas favoráveis à

educação física (e ao ensino da capoeira como esporte nacional. Antes da vinda dos franceses em 1908, a influência alemã predominava do exército brasileiro. Os franceses tiveram não somente atuação direta em S. Paulo, como também indireta, com difusão de um manual de educação física no Brasil inteiro. Ainda estou a recolher elementos sobre a sua presença na Bahia. Há de ressaltar, pista ainda não seguida, que a Marinha também praticava educação física e que os famosos mestres de capoeira Aberrê e Pastinha foram Aprendizes Marinheiros no início do sec. 20. Como indica Loudcher (op.cit), o exército e a marinha de guerra francesa fizeram ao inventar o esporte como preparação física para a guerra no final do século 19, interpretação muito particular do jogo de desordeiros que era a savate, transformando-la em largas proporções. É certo que a escola de polícia de Joinville, situada perto da École normale militaire de gymnastique de Joinville, tinha um uso mais prático para o combate sem armas ou com armas improvisadas. Entretanto, os instrutores militares sempre dominaram o ensino. Os instrutores de educação física da missão militar francesa foram pouquíssimos. Se influência tiveram, foi geralmente indireta, através de pessoas por eles [in]formados. Portanto, os ensinamentos franceses foram interpretados e adaptados pelos brasileiros, e, notadamente, pelos adeptos da capoeiragem e do jogo de capoeira, sempre interessados em novos “truques” (outra palavra francesa que substitui o português 'ardil' nos Ms. de mestre Pastinha). Os franceses, como os ingleses e alemães, participaram também da promoção da idéia esportista no Brasil. Passar, no conceito dos praticantes, de brinquedo e da vadiação a esporte de competição, transtornou a capoeira, como quem sabe ler pode constatar nos debates consecutivos à organização de campeonato no palanque do Parque Odeon em Salvador em 1936. Hoje se procura recuperar o sentido e a sabedoria associadas à atividade antes desta fase. Aparentemente, o esporte de competição não atende às necessidades de todo mundo. Como sempre com essa fonte, o artigo citado traz erros na grafia dos nomes (dos franceses) e uma incongruidade: "O Bailado Joinville Le Pont: dança folclórica, hoje extinta na França e só praticada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo." Não faz sentido. "La danse de Joinville Le Pont" não pode ser dança folclórica. É obviamente piada de militares para designar o seu treino, sendo que Joinville, situada perto no rio Marne próximo de Paris, era o subúrbio onde no espaço onde não se construía por causa das enchentes, vinha dançar o povo (e malandros) parisiense em barracões chamado “guinguettes” (o termo, de mesmo origem que 'ginga', evoca o ato de mexer as pernas “jambes” ou

popularmente 'gambettes'-- como também 'gigolette' e 'degingandé'. O que foi extinta é a École normale militaire de Gymnastique, chamada 'de Joinville' embora o terreno em que se situava, no Bois de Vincennes, tivesse sido anexado pelo município de Paris em 1929.

O pesquisador francês está a buscar evidências de que a Marinha “*também praticava educação física e que os famosos mestres de capoeira Aberrê e Pastinha foram Aprendizes Marinheiros no início do sec. 20*” haja vista que a “*influência francesa se deu através do serviço militar obrigatório no Brasil a partir de 1908*”, tendo sido “*promovido pelos mesmos militares e intelectuais nacionalistas favoráveis à educação física (e ao ensino da capoeira como esporte nacional*”.

Aproximadamente na mesma época em que Bimba criava na Bahia a Luta Regional, no Rio de Janeiro, se tem notícias de Agenor Moreira Sampaio, conhecido como Sinhozinho de Ipanema. Sinhozinho nasceu em 1891, em Santos, filho de um tenente-coronel e chefe político local, e descendente de Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro. Esses dados nos permitem perceber que Sinhozinho, como seu próprio apelido sugere, não provinha das classes baixas, fazendo parte das camadas mais favorecidas. Sua clientela também era composta por rapazes de classe média, em geral jovens de Ipanema e Copacabana (FONSECA, 2009). Segundo André Lacé Lopes (2005), ele aprendeu capoeira nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, para onde se mudara com sua família. Aprendeu boxe e luta greco-romana, e achando que a capoeira se mostrava pobre para a luta, principalmente a ‘agarrada’, resolveu aplicar alguns dos golpes aprendidos nas outras lutas à capoeira.

Agenor Sampaio – Sinhozinho - começa sua vida esportiva praticando a luta greco-romana:

“Comecei a minha vida sportiva – disse o Sinhôzinho, preliminarmente – em 1904, no Club Esperia de S. Paulo; como socio-alumno. Ahi me mantive até 1905, quando fui para o Club Athletico Paulistano, que foi o primeiro club do Brasil que teve piscina. [...] Houve um movimento dissidente no football de então, de modo que me transferi para a Associação Athletica das Palmeiras, que havia feito fusão com o Club de Regatas São Paulo. Ahi, em companhia de Itaborahy Lima, José Rubião, Hugo de Moraes e mais alguns amigos, comecei a praticar com entusiasmo a gymnastica, tendo, por exemplo, Cícero Marques e Albino Barbosa, que eram, naquelle tempo, os maiores athletas do Brasil.[...] Mais tarde ” prosseguiu o nosso entrevistado ” com a vinda de Edú Chaves da Europa, novos ensinamentos nos foram ministrados, dos quaes a luta greco-romana, box francez (savata) e a gymnastica em aparelhos foram os mais importantes. [...] Em 1907, ingressei no Club Força e Coragem, que obedecia à direcção do professor Pedro Pucceti. Continuei os exercícios que sabia e outros mais, que aprendera com o referido mestre. [...] em 1907, obtive os meus

primeiros sucessos nesta luta e tive ocasião de vencer o torneio da minha categoria. [...] Em 1908, mudei-me para esta capital, de onde jamais me afastei. O Rio é uma cidade encantadora pelos seus recursos naturais e captivante pela lhanza dos cariocas, que são extremamente hospitaleiros.[...] Fui um dos fundadores do Centro de Cultura Physica Enéas Campello, que teve o seu período de fastigio no sport carioca. Ali, ao lado de João Baldi, Heraclito Max, Jayme Ferreira e o saudoso Zenha, distingui-me em diversas provas em que tomei parte.” (in “Clube Nacional de Gymnastica: Uma grande Promessa” - Diário de Notícias, RIO, 1º de setembro de 1931) Grifos nossos

Segundo Jorge Amado (VASSALO, 2003) Mestre Bimba foi ao Rio de Janeiro mostrar aos cariocas da Lapa como é que se joga capoeira. E lá aprendeu golpes de catch-as-catch-can, de jiu-jitsu, de boxe. Misturou tudo isso à Capoeira de Angola, e voltou falando numa nova capoeira, a ‘Capoeira Regional’.

Em 1962 é criada a Federação Brasileira de Pugilismo

Referências

CARNEIRO, Edson. **Capoeira**. 2 ed. 1977 (Cadernos de Folclore).

CARVALHO, José Murilo De. BESTIALIZADOS OU BILONTRAS? (do Livro Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi”, Cia das Letras, págs. 140-164, ano 2001). On line, <http://www.cefetsp.br/edu/eso/lourdes/bestializados.html>

COSTA, Neuber Leite Capoeira, trabalho e educação. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2007.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da Organização e cotidiano escolar da “Gymnastica” uma história no Imperial Collegio de Pedro Segundo. In PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 163-195, jul./dez. 2004, on line, disponível em <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da História da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Colégio Pedro Segundo. IN <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 123 - Agosto de 2008

FONSECA, Vivian Luiz. Capoeira sou eu: memória, identidade, tradição e conflito. Rio de Janeiro: GFV/CPDOC, 2009.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla (Major), Serviço Militar Obrigatório no Brasil: Continuidade ou mudança? Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp / Security and Defense Studies, vol. 1, winter 2001, p.1.

LOPES, André Luiz Lacé. Capoeiragem no Rio de Janeiro, no Brasil e no Mundo. Literatura de Cordel, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2005.

NESTOR Capoeira: Pequeno Manual do Jogador. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 1998.

PIRES, Antonio Liberac A. Capoeira na Bahia de Todos os Santos: estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 - 1937). Tocantins: NEAB/ Grafset. 2004

RAMOS, Jayr Jordão. OS EXERCÍCIOS FÍSICOS NA HISTÓRIA E NA ARTE. Rio de Janeiro: IBRASA, 1983

REGO, Waldeloir. Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

SANTOS, Eduardo Alves (Mestre Fálcon) CAPOEIRA NACIONAL: A Luta por Liberdade IV IN Jornal do Capoeira - www.capoeira.jex.com.br Edição 61 - de 19 a 25/Fev de 2006 Sorocaba-SP,

SANTOS, Esdras Magalhães dos (Mestre Damião). A VERDADEIRA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA LUTA REGIONAL BAHIANA DO MESTRE BIMBA in http://www.capoeiradobrasil.com.br/liga_2.htm

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira. In *Análise Social*, vol. xxxi (142), 1997 (3.ª), 685-713 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122184194008hRJ0ah8Vq04UO7.pdf>

SODRÉ, Muniz. Mestre Bimba: corpo de mandinga. 2002. Citado por FONSECA, Vivian Luiz. Capoeira sou eu: memória, identidade, tradição e conflito. Rio de Janeiro: GFV/CPDOC, 2009.

SOUSA, Celso. , La mission militaire française au Brésil de 1906 à 1914 et son rôle dans la diffusion de techniques et méthodes d'éducation physique militaire et sportive. Thèse Histoire contemporaine, Université de Bourgogne, 2006 in [<http://www.esefex.ensino.eb.br/atuatrab/%40capI.PDF>]
http://www.sescsp.org.br/sesc/programa_new/mostra_detalhe.cfm?programacao_id=149568

VASSALO, Simone Ponde. "Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira autêntica". Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2003, v.2, n.32, p 106-124

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Jiu-Jitsu no Maranhão. In Jornal do Capoeira Edição 45: 29 de Agosto à 04 de Setembro de 2005, On line. Disponível em <http://www.capoeira.jex.com.br/>

VIEIRA, Luis Renato. Educação e autoritarismo no Estado Novo. In EDUC E FILOS. Uberlândia, 6 (12): 83-94, jan./dez. 1992, disponível em



CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA

<http://capoeira-utilitaria-capoeiragem.blogspot.com/2010/03/1921-adop-metodo-ed-fisica-ejercito-br.html>

TARRACÁ, ATARRACAR, ATARRACADO...

Leopoldo Gil Dulcio Vaz¹

[...] ladies and gentlemen, let me introduce you to...Tarracá. It was used by a Vale Tudo fighter who called himself "Rei Zulu" in the early 80's here in Brazil; he kicked (better yet, thrown around) quite a few asses before getting tapped out by Rickson in 1984.

www.bullshido.net

Resumo: Busca-se a origem do estilo de luta "Tarracá", supostamente criado pelo lutador de Vale-Tudo (MMA) maranhense Rei Zulu - **Casimiro de Nascimento Martins**. Rei Zulú, por não 'pertencer' a uma escola do então Vale Tudo, 'inventa' a tradição de luta aprendida dos índios, TARRACÁ – atarracar, ou atarracado – que vai se constituir em um estilo - maranhense – disseminado tanto por ele, Zulu, em suas investidas no mundo da luta livre pelo mundo afora, como por seu filho Zuluzinho, quando coloca que seu estilo fora criado por seu pai – quem o treinava - e se chamaria 'Tarracá', de tradição indígena e negra, maranhense.

Palavras-Chaves: MMA. TARRACÁ. REI ZULU

MMA (*Mixed martial arts* - artes marciais mistas), O REI ZULÚ E SEU ESTILO DE LUTA – O 'TARRACÁ'.

Buscar o que seja – ou qual a origem - do "Tarracá", e partindo da referência ao Rei Zulú, leva-nos ao moderno movimento das lutas corporais, hoje corporificadas na sigla MMA – as artes marciais misturadas modernas com suas raízes em dois acontecimentos: o vale-tudo no Brasil, e o "*shoot wrestling*" japonês.

Segundo essa mesma fonte, no Japão, década de 80, Antonio Inoki organizou uma série de lutas de artes marciais misturadas – o "*shootwrestling*", com a formação de uma das primeiras organizações japonesas de artes marciais misturadas conhecida como "*shooto*".

A partir de 1993, Rorion Gracie e outros sócios criaram o primeiro torneio de UFC, quando as artes marciais misturadas obtiveram grande popularidade nos Estados Unidos. Os japoneses, em 1994, criam o "*Free Style Japan Championship*" ou "*Open Free Style Japan*" em 1994. Rickson Gracie - um grande lutador de Vale Tudo do Brasil na década de 1970 e 1980, e que fazia lutas em MMA no Open Japan, vencendo as duas primeiras edições (1995 e 1995); luta também nas Primeiras edições do "*PRIDE Fighting Championships*". O UFC passou a ficar em baixa, perdendo valor e sendo proibido em vários estados dos Estados Unidos. Em 2001, os empresários Dana White, Lorenzo e Frank Fertitta compraam o UFC, fundando uma empresa chamada Zuffa. Após várias mudanças nas regras conseguiram legalizar o esporte em praticamente todos os estados americanos. Em 2007 o UFC compra o Pride, levando vários atletas do Japão para os EUA e tranformando o UFC na maior organização de MMA do planeta.

¹ IF-MA / IHGM / ALL

WingChun Lawyer se posiciona, em sítio dedicado ao MMA:

I am afraid I have no more hard data on Zulu. He fought basically relying on his impressive strength, and I was told he managed to throw Rickson out of the ring a couple of times before being submitted.[...] Mainly what I find online are posts on messageboards with no more useful or reliable information, either in english or in portuguese. I thought this was an interesting subject because, well, it DOES seem like Tarracá was created from scratch – Rei Zulu’s boxing skills are really weird, his moves are strange, and it does look rough - although some of his throws would make many a judoka envious. [...] I only know he claims to have created Tarracá from scratch because I found a very short interview on a blogspot, apparently he still fights and runs a gym where he teaches Tarracá.

Rei Zulú é a maior referencia do “Vale Tudo” no/do Maranhão. Nascido **Casimiro de Nascimento Martins**, em 09 de junho de 1947 é um lutador de Vale-Tudo. Ficou famoso por desafiar lutadores do Brasil e de outras partes do mundo. Após 17 anos de competição estava invicto após 150 lutas (década de 1980). Lançou um desafio à família Gracie para ver quem era o melhor lutador de Vale Tudo de toda a nação. Em entrevista - antes da primeira luta contra Rickson Gracie (1980) -, disse que “seria mais um freguês de pancada e que não se preocupava com a alimentação antes da luta, pois “comia até ferro derretido””.

O Rei Zulu tornou-se famoso também pelas caretas que faz enquanto luta. Ele diz que as caretas são para mostrar que está feliz por estar ali. Nunca freqüentou academias de musculação, mas desenvolveu um estilo de luta próprio, e realiza seu treinamento físico diariamente com pedras pesadas, pneus, marreta e diz não gostar de freqüentar academia, por isso treina no quintal de casa: empurrar paredes, lançar pedras com mais de 5 Kg a grandes distâncias, correr entre arbustos, levantar carroças com pedras e andar com uma corda no pescoço puxando dois pneus eram instrumentos utilizados em seu arcaico treinamento. Possuía uma força naturalmente descomunal.

É pai do também lutador Zuluzinho. Em entrevista (Budo International, Blackbelt) Zuluzinho enumera seu jiu-jítsu (faixa-roxa) e Vale Tudo, afirma ter aprendido Tarracá com seu pai, responsável pelo método de treinamento utilizado pelo lutador em todos esses anos.

Rei Zulu nunca praticou artes marciais, desenvolveu seu estilo próprio que se aproxima de brigas de ruas: *Eu só sei que ele afirma ter criado Tarracá a partir do zero, porque eu encontrei uma entrevista muito curta em um blogspot, aparentemente, ele ainda luta e corre uma academia onde ensina Tarracá.* (WingChun Lawyer)

Mauricio Kubrusly, em “Me leva Brasil” entrevistou Rei Zulu em São Luis do Maranhão, onde reside: *Quem primeiro me treinou foi meu pai. E tem a prática com zorras, os pneus... é que no interior chama zorras. E ele conhecia também o tarracá, a luta dos índios.*

Marc Magapi, em outra reportagem, descreve o ritual do Rei Zulú em suas lutas, como também informa ser seu pai o criador do estilo que “desenvolveu”:

Rei Zulú (Eu como até ferro derretido) – Nascido em São Luiz, Maranhão, este folclórico lutador, é protagonista de inúmeras histórias por conta das décadas em que praticou o vale tudo (um cartel com mais de 250 lutas). Zulú entrava no ginásio, seguindo um ritual, que tinha início com uma volta olímpica, na qual saudava o público presente, sempre com o braço esquerdo estendido. Ao subir no ringue, o maranhense jogava-se no chão, rolava para o lado, dava cambalhotas, movimentava os ombros para frente e para trás e fazia inúmeras caretas. Zulú tinha a característica de zombar de seus adversários, acreditando sempre em sua força descomunal para vencê-los no momento que bem quisesse. Um autodidata do mundo das lutas, que sempre se disse representante do “Tarracá”; estilo criado por seu pai, que consistia basicamente em se “atracar” com o adversário, nunca teve aulas de jiu-jitsu, capoeira ou luta livre em uma academia.

Esse mesmo autor informa ter havido em São Luís do Maranhão uma “arena de lutas”, denominada de “Terreiro Tarracá”, no Bairro do João Paulo, onde era disputado um campeonato semanal de Vale Tudo, conforme se vê em “O encontro de Magapi com Rei Zulú”:

1997 São Luis - MA - tem uma faixa lá no João Paulo (bairro) chamando as pessoas para assistir o (pásmem!!!) semanal campeonato de vale tudo do Tarracá e dizendo que o Rei Zulú vai lutar movimentadas com uma média de 3 minutos para cada uma [...] nesse local tinha luta todo final de semana mesmo [...] Era um sábado, o local era escuro, a entrada era R\$5,00 e no programa estavam confirmadas 6 lutas. O nome do local é Arena do Tarracá ou Baixada do Tarracá.

UMA TEORIA POSSÍVEL, UMA CLASSIFICAÇÃO, UMA IDENTIDADE...

Dentre as correntes esportivas contemporâneas (TUBINO, 2010, p. 54), encontramos, dentre outros, os Esportes Tradicionais, esportes consolidados pela prática durante muito tempo -; os Esportes das Artes Marciais – provenientes da Ásia, inicialmente praticadas militarmente pelos guerreiros feudais, e hoje práticas esportivas: jiu-jitsu, judô. Karatê, taekwondo; os Esportes de Identidade Cultural, que são aqueles com vinculação cultural: no Brasil, a Capoeira principalmente; são identificadas outras modalidades esportivas de criação nacional, de prática localizada nos seus “lôcus”, inclusive as indígenas: Uka-uka, Corrida de Toras, etc., sem preocupações de práticas por manifestação. (p. 56-57):

Recorramos à Wikipédia: “*Wrestling*” (lit. *luta*) é uma arte marcial que utiliza técnicas de agarramento como a luta em “clinch”, arremessos e derrubadas, chaves, pinos e outros golpes do “*grappling*”. Uma luta de “*wrestling*” é uma competição física entre dois (às vezes mais) competidores ou parceiros de “*sparring*”, que tentam ganhar e manter uma posição superior. Há uma grande variedade de estilos, com diferentes regras tanto nos estilos tradicionais históricos, quanto nos estilos modernos:

SENHORAS E SENHORES PERMITAM-ME APRESENTAR-LHE... TARRACÁ.

[...] ladies and gentlemen, let me introduce you to...Tarracá. It was used by a Vale Tudo fighter who called himself “Rei Zulu” in the early 80’s here in Brazil; he kicked (better yet, throwed around) quite a few asses before getting tapped out by Rickson in 1984

Mestre Baé – da Federação de Capoeira – responde e informa sobre o “ATARRACAR” em correspondência eletrônica,

*Com relação ao tema **ATARRACAR**; posso lhe adiantar o seguinte: desde criança tenho ouvido falar, assim como quase todos que também como eu sou da Baixada maranhense, grande parte da minha família é de Viana, Penalva, e Municípios vizinhos. Minha família sempre foi voltada para criação de gado e pescaria no interior, quando éramos crianças sempre a gente se atarracava um com o outro na beira do curral ou do rio e até no campo para ver quem era melhor de queda e isso porque a gente via os mais velhos fazerem também, meus avós e tios/avós falavam que isso sempre existiu o nome ATARRACAR e conhecido em vários interiores do Maranhão mas nunca ouvir dizer que era uma LUTA ou eu tenho lido algo afirmando ser luta, sempre foi o nome dado a forma de nos pegarmos para dar uma queda no outro em um corpo a corpo mais nunca foi denominado como luta até porque era baseada mais na força física e jeito de cada um pegar e arremessar o outro no chão através de uma queda. Luta pelo que eu tenho conhecimento possui técnica, bases, nomenclatura de movimentos, regras e etc..*

Então, é uma tradição na Baixada, uma forma de movimento agonístico, em forma de luta, conforme Baé guarda em suas memórias. Este Mestre Capoeira não considera aquela brincadeira como luta dado seu conhecimento da Capoeira, e sua sistematização.

Em outra correspondência, recebida de Mestre Marco Aurélio, em que indaguei sobre a busca da origem do “TARRACÁ”, estilo de luta livre (hoje seria MMA) adotado pelo lutador maranhense Zuluzinho, que aprendera com seu pai, o Rei Zulú; Zulu, criado em Pontal, no interior do Maranhão, onde aprendera uma luta cabocla praticada e ensinada por índios e negros da região: o **Tarracá**:

Quanto ao Atarracado, desconheço sua presença no centro-sul do Maranhão, apesar de poder haver, mas é uma prática muito comum no centro-norte, pelo menos na região do Pindaré e na Baixada, nesta última, pelo que já ouvi de alguns capoeiras originários daquela região das águas falarem-me a respeito.

No que diz respeito à sua presença na região do Pindaré é fato, pois eu mesmo a praticava bastante, tendo sido ao longo do tempo, na qualidade de menino, e aí vai até meus doze (12) anos, a base de tudo o que sabia nas minhas “brigas de rua”. Apesar de ter nascido em São Luís, me criei, desde bebê, até os sete (07) anos de idade, na cidade de Pindaré-Mirim, outrora, Engenho Central, e em sua origem, Vila São Pedro. Como toda criança ribeirinha, as brincadeiras eram em torno do rio, dos lagos e igarapés, ou então nas várzeas, e aí, não faltavam os embates. Lembro-me que a minha afinidade com a prática era bastante estreita, talvez, por desde pequenino ter sido corpulento, de maneira que não era muito afeito à briga “corpo fora”, como se dizia, mas, mais no “atarracado”, ou “corpo dentro”, o que se dava a partir de uma cabeçada. A ponto de quando ousava me aventurar pelo “corpo fora”, na maioria das vezes saía perdendo... Foi na Capoeira, que fui aprender o embate, digamos, “corpo fora”, a partir da ginga, de peneirar... – por favor, deixo claro que “corpo fora” e “corpo dentro”, não é nem um tipo de modalidade de luta, mas somente para fins, talvez, de didática, consoante dizíamos no interior.

Quanto à origem do Atarracado – Tarracá -, Mestre Marco Aurélio diz:

[...] não sei afirmar, se indígena ou africano, quicá, até mesmo européia, nesta senda, somente pesquisando-se para buscar referências. Posso afirmar, no entanto, o que não quer dizer que a priori seja africana, é que tive oportunidade de ver, em um evento internacional de lutas de origem africana, em Salvador/BA, em 2005, quando levamos daqui, a “Punga dos Homens” uma prática que existe rasteiras e desequilibrantes, no tambor de crioula, um pessoal de Angola/África, apresentar a Bassúla, uma luta, a despeito de alguns golpes diferentes, muito semelhante ao Atarracado, pois imediatamente, quando vi os angolanos praticando-a, eu achei bastante parecida com o Atarracado, impressão esta, também denunciada pelo Mestre Alberto Eusamor, que lá estava comigo, assim como tantos outros, representando o Maranhão. No que diz respeito a uma influência indígena direta, e que é uma brincadeira da região do Pindaré e, acho, da região Norte como um todo, é o

“Cangapé”, uma espécie de rabo de arraia e outros molejos que se pratica lançando-se para cima do contrário, na água.

Em outra mensagem eletrônica, Mestre Marco Aurélio acrescenta:

Falei de como o atarracado tem semelhança com a Bassúla, luta de um país africano (Angola) e, no entanto, não me lembrei, na oportunidade, de falar de uma luta de origem indígena, o que se faz necessário, para ponderarmos, trata-se do Uka-Uka, um embate indígena, que consiste em fazer com que o contrário ponha um dos ombros no chão, hoje, ocorrente durante o “Quarup” um grande evento-cerimonial existente entre os povos do Alto-Xingú. Mas poderiam perguntar o que uma prática existente entre povos indígenas do Alto-Xingú tem a ver com uma prática ocorrente no Maranhão? Segundo Roberto da Mata, desculpem-me não dispor da referência bibliográfica, os povos Krahô e Xavante saíram em uma corrente migratória, a partir do Maranhão, para onde se encontram hoje, respectivamente, Tocantins e Alto-Xingú. Daí há de notar-se que o Maranhão em razão de ser banhado por inúmeras e grandes bacias hidrográficas era e é um celeiro de alimentos, o que deve ter sido berço de inúmeros povos indígenas, entre atuais, extintos e migrantes. Talvez, esse berçário, para os que possuem uma visão míope, e consideram que o maranhense tenha uma cultura “preguiçosa” é por desconhecerem exatamente esse manancial de alimentos que é e, que outrora, tenha sido ainda mais.

Encontrei, ainda, descrição de luta-jogo semelhante, trazida por vaqueiros portugueses, durante o período colonial, a Galhofa - o “*wrestling tradicional transmontano*” - que se define como um desporto de combate. É tida como a única luta corpo a corpo com origens portuguesas. Tradicionalmente, este tipo de luta era parte de um ritual que marcava a passagem dos rapazes a adultos, tinha lugar durante as festas dos rapazes e as lutas tinham lugar à noite num curral coberto com palha.

Em depoimento de Álvaro (Vavá) Melo, de Osvaldo Pereira Rocha, e de Edomir Martins, jovens nos seus mais de 80 anos, que quando crianças e adolescentes, costumavam praticar o ‘atarracado’ e o ‘atarracar’, na região da Baixada, onde moravam; Osvaldo Rocha, ilustre pesquisador e historiador, disse-me que, embora franzino, costumava ganhar algumas das ‘brincadeiras’, pois o segredo era a agilidade em agarrar a perna do adversário e levá-lo ao chão; tão logo autorizado o combate, a rapidez com que se lançava ao adversário era fundamental. Já Álvaro Mello, Vavá, presidente da Federação das Academias de Letras do Maranhão, cronista do Arari e de São Bento, deu seu depoimento, ressaltando que os embates se davam na beira do rio, e os combatentes saíam cobertos de lama; O mesmo disse Aymoré Alvim – ilustre pesquisador hoje aposentado, da nossa UFMA/Medicina.

De Barreirinhas, em conversa com alguns professores de educação física de algumas comunidades do interior daquele município, falaram-me haver por ali, ainda, um jogo/luta semelhante ao descrito, mas que ali, denominavam de ‘queda’.

Maluta ou Queda

Característica. É uma forma de luta tradicional, conhecida em quase todo o distrito ⁽¹⁾ e praticada ainda em várias aldeias. É semelhante à luta greco-romana, embora tecnicamente mais rudimentar.

Espaço. É no feno e na palha, no Outono e no Inverno, que os homens das zonas rurais medem as suas forças tentando derrubar o opositor. Também no Verão, na época das malhas, surgem os desafios nas eiras.

Desenvolvimento. Na Maluta ou Queda, os dois lutadores agarram-se, passando um dos braços por cima do ombro do adversário e o outro por baixo, entrelaçando os dedos das mãos, assentes sobre as costas do adversário.

O único objectivo do jogo é fazer cair o opositor, por forma a que toque com as costas no solo.

Conforme o combinado, poderá fazer-se ou não uso da «travincas» (meter a perna para desequilibrar o outro lutador).

Trata-se, pois, de lutas saudáveis, em que os participantes continuam amigos depois de medirem forças, independentemente dos resultados e das pequenas mazelas que possam ser originadas pela entrega mútua ao jogo.

⁽¹⁾ Guarda.

UMA CONCLUSÃO POSSÍVEL

Rei Zulú, que praticava o que denominou de “tarracá” em sua infância, como atividade corriqueira, jogo/luta de sua infância, e dada suas características físicas, em um dado momento, ainda no quartel, vale-se de ambas – a forma de ‘luta’ e a força – para conquistar um espaço, que vem a se tornar uma profissão.

Para justificar seu estilo peculiar – força bruta – e por não ‘pertencer’ a uma escola do então Vale Tudo, ‘inventa’ a tradição de luta aprendida dos índios, TARRACÁ – atarracar, segundo Baé, ou atarracado, segundo Marco Aurélio – que vai se constituir em um estilo - maranhense – disseminado tanto por Zulu, em suas investidas no mundo da luta livre pelo mundo afora, como por seu filho Zuluzinho, quando coloca que seu estilo fora criado por seu pai – quem o treinava - e se chamaria ‘Tarracá’, de tradição indígena e negra, maranhense...

Foi encontrado que em diversas regiões do Maranhão, ainda hoje, se pratica uma luta, que recebe diversas denominações – tarracá, atarracado, atarracar, queda – de origem possível portuguesa, tradicional hoje nas brincadeiras de crianças.

FRAN PAXECO – UM DOS PROPUGNADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MARANHÃO

Leopoldo Gil Dulcio Vaz¹

Resumo: Ao estudar a introdução da Educação Física/Ginástica no Maranhão, encontra-se o português Fran Paxeco como um dos incentivadores. Miguel Hoherann, o primeiro Diretor da Divisão de Educação Física do Estado expediu um diploma ‘aos propugnadores da educação física’, estando o consul português entre os agraciados. Anos depois, quando da realização do I Congresso Pedagógico do Maranhão, 1922, Fran Paxeco inclui a Educação Física como uma área a ser estudada, buscando sua regulamentação nas escolas públicas.

Palavras-Chaves: EDUCAÇÃO FÍSICA. MARANHÃO. FRAN PAXECO

Manuel Fran Paxeco (nascido **Manuel Francisco Pacheco**), mais conhecido como **Fran Paxeco** (Setúbal, 9 de Março de 1874 — Lisboa, 17 de Setembro de 1952) foi um jornalista, escritor, diplomata e professor português; cônsul de Portugal no Maranhão, no Pará, em Cardiff e em Liverpool. Chegou a São Luís do Maranhão em 2 de Maio de 1900, sendo autor de diversas obras sobre temas de interesse para a região.

Primeiro ocupante da Cadeira 14 do IHGM, patroneada por Antonio Bernardino Pereira do Lago, o seu amor pelo Maranhão levou-o a recusar transferências para postos da carreira diplomática muito mais prestigiosos que o consulado de São Luís do Maranhão. Fica mais de 20 anos no Brasil, período durante o qual empenhou muitos esforços para desenvolver as relações literárias entre os dois países.

Em Setembro de 1902 é convidado para sub-secretário da Associação Comercial do Maranhão. Organizou, por exemplo, um congresso literário luso-brasileiro em 1903. A 21 de Agosto de 1911 é nomeado cônsul de Portugal no Maranhão por Teófilo Braga (Chefe do Governo Provisório da República Portuguesa). De Novembro de 1913 a Fevereiro de 1914 está no Rio chamado pelo primeiro Embaixador de Portugal no Brasil, Bernardino Machado para o secretariat; em 1916 publica "Angola e os Alemães" e segue para Lisboa onde chega a 27 de Maio para ocupar entre outros cargos o de secretário particular do Presidente da República, Bernardino Machado, mas continuando como cônsul de Portugal no Maranhão (tinha sido promovido a cônsul de 2ª classe em 4 de Julho de 1914). Exerce as funções de secretário da Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o inimigo e da Comissão de Fomento da Exportação Portuguesa. Em 1919 vai ao Pará resolver a “Questão dos Poveiros” o que conseguiu com êxito.

A 18 de Agosto de 1919, em reunião de professores da Faculdade de Direito do Maranhão, propõe a realização do Primeiro Congresso Pedagógico do Maranhão, o que veio a realizar-se no ano seguinte. Em 8, 28 e 31 de Janeiro de 1920, houve sessões preparatórias. A sessão inaugural teve lugar a 22 de Fevereiro.

Em São Luís, no mês de agosto de 1922 recebe Sacadura Cabral, festejando a travessia aérea do Atlântico Sul; em 1923 o encontramos em Belém do Pará como cônsul, lugar que deixa em Junho de 1925, quando volta para Lisboa; em 1927 vai para Cardiff, desempenhar idênticas funções diplomáticas. Escreve "Portugal não é Ibérico". Faz parte da "South Wales Branch" da *Ibero American Society*, contribuindo para que o

¹ IF-MA / IHGM / ALL. vazleopoldo@hotmail.com

nome fosse mudado para "*Hispanic and Portuguese Society*". Com o cônsul do Brasil consegue abrir e manter no *Technical College* uma cadeira de língua portuguesa;

No ano de 1933 está de volta a Lisboa ocupando a Direcção Geral dos Serviços Centrais do Ministério dos Estrangeiros. A 24 de Novembro já está em Liverpool a cumprir mais uma missão diplomática onde se mantém até 1935, quando regressa a Portugal, de onde nunca mais saíu.

É perseguido pelo Estado Novo, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros nunca mais lhe atribuiu nenhuma missão diplomática (graças ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira de Sampayo, monárquico convicto), o que muito o fez sofrer.

1939, um AVC com graves sequelas: fica sem fala, sem poder escrever e paralisado, as suas grandes formas de comunicação como grande orador e escritor que era.

A Biblioteca do Grémio Literário Português em Belém do Pará e a Praça do Comércio em São Luís do Maranhão têm o seu nome. O seu nome encontra-se presente nas toponímias de Setúbal, de São Luís do Maranhão e de São Paulo.

Foi fundador da Academia Maranhense de Letras, da Faculdade de Direito, da Universidade Popular, do Centro Republicano Português, do Instituto de Assistência à Infância, do Casino Maranhense, da Associação Cívica Maranhense, da Câmara Portuguesa do Comércio, da Oficina dos Novos, da Legião dos Atenienses, participou do revigoramento e reorganização da Associação Comercial do Maranhão, entre outros organismos, todas as iniciativas relevantes.

Profere palestras literárias, cortejos e homenagens cívico-culturais, luta por modernos meios de transporte, pelo incentivo à agropecuária, pela criação de um parque industrial, pela melhoria dos serviços de saúde, pela urbanização da cidade. E tudo isso de par com atividades no magistério público e particular, com diuturna atuação na imprensa, com viagens e trabalhos na Amazônia, com a publicação de livros, com idas ao Rio de Janeiro e a Portugal.

Na imprensa maranhense deixou uma colaboração tão diversificada e ao mesmo tempo copiosa, que ainda hoje aguarda e reclama a seleção temática da qual resultarão seguidos volumes de interesse para o estudo da vida maranhense. Tais volumes viriam somar-se às obras maranhenses desse autor de vasta bibliografia que compreende assuntos tão variados quanto foram os campos de interesse de seus estudos.

Casou com Isabel Eugénia de Almeida Fernandes, natural de São Luís do Maranhão, de quem teve uma filha, Elza Paxeco, primeira senhora doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PROPUGNADOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Djard MARTINS (1989) registra que com o nascimento das atividades esportivas no Maranhão, o hábito de repousar nos fins de semana é substituído pelas festas, corridas de cavalo, partidas de ténis, regatas, corso nas avenidas, matinês dançantes, e pelo futebol. A "gymnástica" era praticada pelas elites, que tomavam aulas particulares, conforme se depreende de anúncios publicados nos jornais. O Euterpe, fundado em 1904, também passou a difundir atividades esportivas, como o "tiro ao alvo", ténis, o ténis de mesa (ping-pong), etc.

Nessa primeira década do século XX, a juventude maranhense estava principiando a entender o quanto era importante praticar esportes e desenvolver a formação física. Miguel Hoerhan foi nosso primeiro professor de Educação Física, tendo prestado relevantes serviços à mocidade ludovicense, como professor na Escola Normal, Escola Modelo, Liceu Maranhense, Instituto Rosa Nina, nas escolas estaduais e até nas municipais, estimulando a prática da cultura física: *"E para coroar de êxito esse idealismo, esteve à frente da fundação do Club Ginástico Maranhense..."* (MARTINS, 1989).

Em 1911, Miguel Hoerhan ministrava *"exercícios de gymnastica sueca, de esgrima, de espada e florete"* no Colégio Militar – Rio de Janeiro. É listado junto com outros professores – *"dirigidos pelos instructores professor Miguel Hoerhan, tenente Migrel Ayres e capitão Valério Falcão"* – durante visita dos membros do Conselho Superior de Ensino. (Diário Oficial da União (DOU) de 12/08/1911), Pg. 14. Seção 1).

Para Karina Cancelli (2012) a prática esportiva em meio militar foi intensificada na virada do século XIX para o XX sob o argumento de que para a estruturação de Forças Armadas era fundamental o desenvolvimento físico do pessoal militar. Estas atividades eram consideradas importantes para a formação não somente de militares mais preparados, mas também de potenciais "soldados-cidadãos" e "cidadãos-marinheiros" entre os praticantes civis.

Identificado Fran Paxeco com o Maranhão, vemos que no referido diploma de mérito consta 'aos propugnadores da educação physica' e está assinada por Miguel Hoerhann, passado em 18 de maio de 1904.



O que nos chama atenção, são elementos icnográficos que aparecem no Diploma: na bandeira com as cores nacionais (verde e amarela) onde está impresso os "4Fs", traduzidos na parte de baixo, esquerda, do referido diploma como 'Firme, Forte, Franco, Fiel'.



Mazo e Gaya (2006), ao estudar as associações esportivas de Porto Alegre-RS trazem que nas bandeiras adotadas por essas associações sempre havia a inscrição dos quatro “efes” posicionados no formato quadrangular: *frish*, *fromm*, *frölink* e *frei*, que significavam, respectivamente: saudável, devoto, alegre e livre.

Os “efes” também eram encontrados em todas as bandeiras desportivas da Alemanha. Em Porto Alegre a bandeira da *Turnerbund* reproduziu o símbolo dos “efes”, além da simbologia da insígnia com as datas históricas do *turnen*. Afirmam que a adoção de símbolos e exaltação dos heróis alemães aparecia nos uniformes da *Turnerbund*, símbolos que identificavam a pátria de origem. (MAZO e GAYA, 2006).

Traz ainda imagens de ginástica sendo executadas em diversos aparelhos, em claras referências ao *turnen* – movimento criado por Friedrich Ludwig Jahn, pedagogo alemão, além de ativista político.

A utilização de discursos esportivos para a difusão de ideias e sentimentos nacionalistas tem um significado histórico:

Está relacionada com a identificação de um esporte com os interesses e desejos de um determinado grupo social que pode ser uma etnia, uma classe, etc., ou um conjunto mais heterogêneo representado numa nação. Compreendo a nação como sendo uma entidade que se insere no final de um processo de construção de símbolos e convenções de identificação nacional, ocorrido em diversos países da Europa e da América, iniciado a partir do final do século XVIII até fins do século XIX e início do século XX (HOBSBAWM, 1990). Nesse contexto o esporte tornou-se um dos mecanismos do nacionalismo que contribuíram para a construção da identidade nacional.

Fran Paxeco idealiza e organiza o Primeiro Congresso Pedagógico do Estado do Maranhão entre o final de 1919 e início de 1920:

Por estes dias, reunidos em sessão pedagógica da Faculdade de Direito, o diplomata português Fran Paxeco,

presidente administrativo do Instituto da Assistência à Infância, diretor-geral do jornal local “A Pacotilha”, professor da Faculdade de Direito no Estado do Maranhão e lente da Congregação do Lyceu Maranhense, propôs aos colegas bacharéis e docentes do Instituto Superior acima mencionado a realização de um Congresso Pedagógico para apresentar teses e reflexões sobre a instrução pública maranhense, suas limitações e possibilidades. (OLIVEIRA, 2012)⁵⁹.

O QUE DIZ O DIPLOMA DE FRAN PAXECO

“Não é sem grande risco da futura humilhação e grave comprometimento da nossa raça que poderá continuar a indiferença, o abandono e desprezo da educação física da infância do Brasil”.

Dr. Eduardo de Magalhães”.

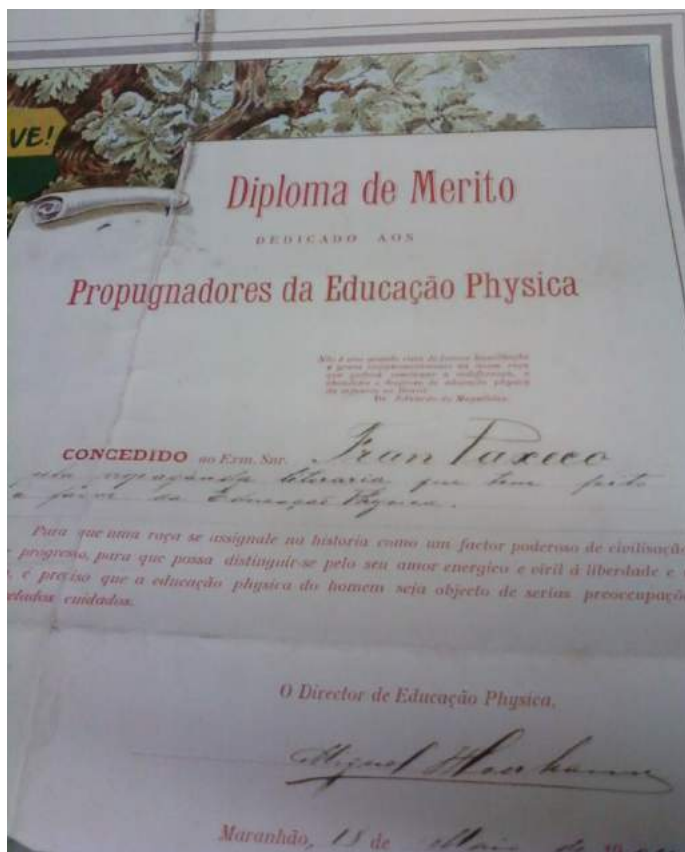
“Concedido ao Exmo. Sr. Fran Paxeco pela propaganda literária que tem feito a favor da Educação Física”.

“Para que uma raça se assinale na história como um fator poderoso de civilização e de progresso, para que possa distinguir-se pelo seu amor enérgico e viril à liberdade e à glória, é preciso que a educação física do homem seja objeto de serias preocupações e desvelado cuidado.

“O Diretor de Educação Física

“(MIGUEL HOERHANN)

“Maranhão, 18 de maio de 1904”.



Dos documentos que consultamos, não encontramos referencias de sua participação em atividades esportivas realizadas no período de 1902-19, quer como atleta, quer como organizador ou homenageado. Ainda...

Mas encontramos propostas referentes à Educação Física no I Congresso Pedagógico, por ele proposto (1919) e organizado (1920).

Temos um diploma de mérito concedido a Fran Paxeco, ainda em 1904, “*pela propaganda literária que tem feito a favor da Educação Física*”.

Quanto a Miguel Horhann, apenas aquela referencia de Dejard Martins:

“Miguel Hoerhan foi nosso primeiro professor de Educação Física, tendo prestado relevantes serviços à mocidade ludovicense, como professor na Escola Normal, Escola Modelo, Liceu Maranhense, Instituto Rosa Nina, nas escolas estaduais e até nas municipais, estimulando a prática da cultura física.”



MIGUEL HOERHANN - PIONEIRO DA EDUCAÇÃO PHYSICA NO MARANHÃO

Leopoldo Gil Dulcio Vaz¹

Resumo: Registra-se o nascimento das atividades esportivas no Maranhão e traz Miguel Hoerhann como o primeiro professor de Educação Física, atuando na Escola Normal, Escola Modelo, Liceu Maranhense, Instituto Rosa Nina, nas escolas estaduais e até nas municipais, estimulando a prática da cultura física.

Palavras-Chaves: EDUCAÇÃO FÍSICA; HISTÓRIA; MARANHÃO

Djard MARTINS (1989) registra em seu já clássico “Esporte, um mergulho no tempo” o nascimento das atividades esportivas no Maranhão e traz Miguel Hoerhann como o primeiro professor de Educação Física, atuando na Escola Normal, Escola Modelo, Liceu Maranhense, Instituto Rosa Nina, nas escolas estaduais e até nas municipais, estimulando a prática da cultura física: “*E para coroar de êxito esse idealismo, esteve à frente da fundação do Club Ginástico Maranhense...*” (MARTINS, 1989).



É o próprio Miguel quem confirma essa condição, em nota publicada no jornal “O Paiz” em 21 de novembro de 1909, no Rio de Janeiro:

**‘EDUCAÇÃO PHYSICA/CARTÃO COMEMORATIVO DE 20 ANOS
DE TRABALHO NO BRASIL/**

Mens sana in corpore sano;/ vita non este vivere;/sede vivere

¹ IF-MA / IHGM / ALL. vazleopoldo@hotmail.com

Miguel Hoerhann, capitão-tenente honorário da armada nacional, professor de educação física da Escola Naval, Colégio Militar, Externato Aquino, e professor de ginástica e esgrima do Automóvel Club do Brasil – Ex-professor dos colégios Brasileiro-Alemão, Abílio Rouanet, João de Deus, Instituto Benjamin Constant, e Instituto Nacional de Surdos Mudos, no Rio de Janeiro. Ex-professor dos colégios São Vicente de Paulo, Notre Dame de Sion, Ginásio Fluminense e Escola Normal Livre; sócio-fundador e 1º. Turnwart do Turnerein Petrópolis, em Petrópolis. Ex-professor da Escola Normal e grupos escolares Menezes Vieira e Barão de Macaúbas e do colégio Abílio, em Niterói. Ex-diretor do serviço de Educação Física; ex-professor da Escola Normal, escola modelo Benedito Leite; Instituto Rosa Nina, Liceu Maranhense, e escolas estaduais e municipais; fundador e 1º presidente e 1º diretor dos exercícios do Club Ginástico Maranhense; em S. Luis do Maranhão. Ex-professor do Ginásio São Bento e ex-secretário do I. e R. Consulado da Áustria e Hungria, em São Paulo. 20 anos de devotado trabalho no Brasil (de 24 até 44 anos de idade, desde 1889 a 1909). Ex-Instrutor da imperial e real marinha de guerra da Áustria, condecorado com a medalha militar de bronze, conferida por sua imperial e real majestade apostólica Francisco Jose I, Imperador da Áustria-Hungria (desde 15 até 23 anos de idade, 1880-1888).

A primeira referencia que se tem desse professor de educação física é de um diploma dado a diversas autoridades e intelectuais, dentre os quais a Fran Paxeco, Cônsul Honorário de Portugal no Maranhão; consta ‘*aos propugnadores da educação physica*’ e está assinada por Miguel Hoerhann, Diretor da Educação Physica, e foi passado em 18 de maio de 1904

Miguel Hoerhann foi instrutor de artilharia do império austro-húngaro, professor de esgrima e ginástica sueca nos estados do Maranhão e Rio de Janeiro. Nesta cidade, a ginástica era voltada para o treinamento militar dos novos cadetes e oficiais da Marinha Brasileira e do Colégio Militar. Miguel tem vasta produção de artigos em periódicos e é autor do livro **Esgrima de Baioneta**, publicado no Maranhão em 1904

Na construção da biografia desse professor encontramos uma carta de apresentação datada de 28 de maio de 1912, e escrita pelo Dr. Generino dos Santos, destinada a Manuel Tavares Miranda, Chefe da 2a Secção do Serviço de Proteção aos Índios – SPI; o jovem Eduardo era, na ocasião, filho único do Capitão-Tenente Miguel Hoerhann:

De acordo com Dagnoli (2008); e Gomes (2009):

“[...] Miguel Hörhann (Miguel Hoerhann) nasceu na Áustria e faleceu no Rio de Janeiro; foi instrutor de Artilharia na Imperial e Real Marinha de Guerra da Áustria até 1884, e Capitão-Tenente da Armada Nacional. Sua mãe, Carolina de Lima e Silva

Aveline, pertencia à aristocracia militar do Estado do Rio de Janeiro, neta do Duque de Caxias.”.

Rafael Hoerhann, em outra correspondência, esclarece essas dúvidas: Miguel veio da cidade de Sankt Pölten na Baixa Áustria. Francês era seu sogro, Guilherme Plaxton Aveline, também oficial da Marinha. Nasceu a 03 de abril de 1865; conforme mensagens de felicitações publicadas em 1900 (03/04) e 1901 (04/04) na Gazeta de Petrópolis.

Miguel foi casado em segundas núpcias, com [Adelina Figueira Cordeiro](#), com quem teve outros três filhos: [Arria Hoerhann](#), e [Hermani Paulo Figueira Cordeiro Hoerhann](#), e Miguelzinho que morreu aos dois anos de idade. Foi Capitão-Tenente Honorário da Armada.

Como consta de sua declaração, Miguel foi Instrutor da Imperial e Real Marinha de Guerra da Áustria de 1880 a 1888 - dos 15 até 23 anos de idade. Desde o ano de 1894 em Petrópolis, em 1898 estava exibindo-se como esgrimista, em “desafios”, conforme anúncios publicados no jornal “Gazeta de Petrópolis”. Observa-se que atuou como professor de esgrima, ginástica, e natação em Petrópolis, depois em Niterói, antes de vir para o Maranhão. Deu aulas particulares, e em escolas particulares, antes do ingresso em escolas públicas, naquelas duas cidades. Além de aulas de ginástica, ensinava também esgrima, como parte do currículo. Nas férias, aos alunos internos, se ofereciam essas atividades, inclusive o curso de esgrima era pago à parte, conforme se depreende de anúncio de início das aulas.

Na edição de 26 de março de 1896, e seguintes, aparece colaboração de Miguel Hoerhann, discutindo a importância da ginástica médica. Em 1898, volta a participar dos ‘desafios’ de esgrima, enfrentando diversos oponentes. Essas demonstrações – certamente para atrair alunos para sua escola – ocorriam no teatro da cidade.

Ainda nesse ano de 1898, na mesma Gazeta de Petrópolis aparece nova colaboração de nosso Miguel Hoerhann, mas desta feita na área da literatura, escrevendo um conto que teve por título “A Ressurreição”, publicado em capítulos, como era costume na época, na forma de folhetim.

Juntamente com outros cidadãos austríacos, alemães, húngaros, comparece à missa de Francisco José I, Imperador da Áustria, conforme registrado na Gazeta de Petrópolis; ali, informa-se ser ele cônsul em disponibilidade do Império.

No dia 03 de abril de 1900 aparece anúncio de felicitações ao Sr. Miguel Hoerhann, distinto professor de ginástica do Ginásio Fluminense, ao mesmo tempo em que aparecem anúncios do curso de ginástica pedagógica, e esgrima, que iniciava no Salão Floresta:

No ano de 1900, em dezembro, por decreto é nomeado para a Guarda Nacional, lotado no Rio de Janeiro, no posto de capitão:

No mesmo jornal, de janeiro de 1901 em que é publicado o Decreto de seu ingresso na Guarda Nacional com o posto de capitão, aparece sua eleição para a diretoria do Clube Alemão; E anúncio, do dia 24 de abril, de licença dada ao professor da Escola Normal de Niterói, por 20 dias; Em 1902, março, ainda estava em Niterói, conforme anúncio de uma subscrição a favor de um conterrâneo, que morreu de febre amarela; estava subscrevendo uma lista para ajuda à família; Novo anúncio, desta vez

informando sua nomeação em 1903, como professor de ginástica da Escola Normal de Niterói.

Na Gazeta de Petrópolis, edição de 15 de setembro de 1903, informa-se que Miguel Hoerhann estava em São Luís, nomeado que fora Diretor da Educação Física, conforme a edição 204 de “A Pacotilha”, da capital do Maranhão:

No dia 04 de junho de 1903 aparece anúncio n.º A Pacotilha em que Miguel Hoerhann, como já fizera em Petrópolis e Niterói, oferece seus serviços como professor particular de ginástica; Logo no dia 05/06, anuncia o início das aulas; A 30 de junho, outro aviso, convocando os alunos inscritos.

No mês de agosto novo anúncio em A Pacotilha, do dia 31, já assinado como Diretor da Divisão de Educação Física do Maranhão, sobre a realização de um concurso poético, tendo por tema a Ginástica. Verifica-se que se referia ao Turnen, haja vista a citação dos “4 Fs”, como a divisa da ginástica:

“Abre-se aos cultores das musas uma produção poética, em que entrem as palavras que constituem a divisa da gymnastica: FIRMA, FORTE, FRANCO, FIEL, e que tenha por tema a glorificação da abnegação, do trabalho perseverante e nobre, do vigor do espírito como consequência dos exercícios físicos [...]”

O anúncio se repete nos meses seguintes, sendo que a 26 de setembro aparece um poema exaltando a ginástica, de autor anônimo. Conforme a redação, não querendo participar do concurso, mesmo assim faz seu poema.

Em outubro de 1903, reabria as aulas de ginástica.

Em 1904, Fran Paxeco escreve artigo louvando a iniciativa de Miguel Hoerhann em promover o concurso poético, e divulgando a ginástica entre a juventude.

No mês de agosto de 1904, Miguel faz publicar anúncio em A Pacotilha (22 de agosto) em que pretende comprar armas de índios.

Em setembro, convocam-se os sócios do Clube Ginástico Maranhense. Nota-se o símbolo dos “4 Fs”.

Em anúncio sobre os exames que se realizariam com os alunos da Escola Normal, Miguel Hoerhann fez parte da banca examinadora da Disciplina de Desenho; será que além de Ginástica, ensinava naquele estabelecimento também desenho:

Ao que parece, em 1911 Miguel Hoerhann já estava no Rio de Janeiro. Fran Paxeco escreve novo artigo sobre “jinastica” (sic), ressaltando o trabalho de nosso professor de educação física:

Em 1911, Miguel Hoerhan ministrava “exercícios de gymnastica sueca, de esgrima, de espada e florete” no Colégio Militar – Rio de Janeiro. É listado junto com outros professores – “dirigidos pelos instructores professor Miguel Hoerhan, tenente Migrel Ayres e capitão Valério Falcão” – durante visita dos membros do Conselho Superior de Ensino. (Diário Oficial da União (DOU) de 12/08/1911), Pg. 14. Seção 1).



BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Dejard. *ESPORTE, um mergulho no tempo*. São Luís: SIOGE, 1989.

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/Main.php?MagID=37&MagNo=68>

MAZO, Janice Zarpellon; PEREIRA, Ester Liberato. PRIMORDIOS DO ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL: os imigrantes e o associativismo esportivo. IN GOELLNER, Silvana Vilodre; MÜHELEN, Joanna Coelho von. MEMORIA DO ESPORTE E LAZER NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2013. Vol. 1. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83615/000906885.pdf?sequence=1>

TESCH Leomar. *Turnen: transformações de uma cultura corporal europeia na América*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

INFLUENCIA MILITAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Leopoldo Gil Dulcio Vaz¹

Resumo: A historiografia no campo da educação física tem afirmado, em vários estudos, a prerrogativa dos militares na educação por meio da educação física. Desde o século XVIII, encontram-se propostas precursoras de um tipo de Educação Física que se tornaria em modelo pedagógico para os séculos seguintes: a *gymnastica*, constituída como um conjunto de exercícios organizados com o objetivo de cuidar do corpo.

Palavras-Chaves: EDUCAÇÃO FÍSICA. INFLUENCIA MILITAR. HISTÓRIA

A historiografia no campo da educação física tem afirmado, em vários estudos, a prerrogativa dos militares na educação por meio da educação física (FINOCCIO, 2013). Desde o século XVIII, encontram-se propostas precursoras de um tipo de Educação Física que se tornaria em modelo pedagógico para os séculos seguintes (Basedow; Guts Muths; Vieth; Nachteggall; e outras): a *gymnastica*, constituída como um conjunto de exercícios organizados com o objetivo de *cuidar do corpo* (FINOCCIO, 2013).

O pedagogo e ativista político Friedrich Ludwig Jahn, por volta de 1809, adotou um princípio educacional realista, à guerra nacional, e desenvolveu um tipo de ginástica com valorização da luta. Criou aparelhos que se constituíam em representações de obstáculos naturais (ROUYER, 1977, citado por FINOCCIO, 2013).

Além de criar aparelhos e novas formas gímnicas, fundou, em 1811, o primeiro ginásio ao ar livre de Hasenheide, Berlim. Daí nasceu o termo "Turnkunst" pelo qual ele substituiu a palavra "Gymnastik". A ginástica de Jahn, com um conteúdo mais social e patriótico, rapidamente superou as ideias pedagógicas de Guts-Muths, tendo por objetivo formar homens fortes para defender a pátria. Embora já houvesse várias formas de ginástica, acrescentou aos exercícios já conhecidos, as barras e a barra alta.

Para Coertjens, Guazzdelli e Wasserman (2004) a utilização dos 'turner' entre o discurso nacionalista e a prática esportiva nos pequenos estados que, anos mais tarde, formaram o Estado alemão. A ginástica (turnen) se transforma em uma escola de patriotismo, educação para se preparar para a guerra de libertação; seu curso visava o "despertar da identidade nacional" (construção de uma nação).

A ginástica é um conceito que engloba modalidades competitivas e não competitivas e envolve a prática de uma série de movimentos exigentes de força, flexibilidade e coordenação motora para fins únicos de aperfeiçoamento físico e mental. Tem sua origem no grego, *gymnastiké* - da palavra grega "gymnos" (nu) pelo fato de, na antiguidade clássica, os exercícios se praticarem com o corpo nu. É o conjunto dos exercícios corporais sistematizados, para esse fim, realizados no solo ou com auxílio de aparelhos e aplicados com objetivos educativos, competitivos, artísticos e terapêuticos, etc.

A prática só voltou a ser retomada - com ênfase desportiva e militar - no final do século XVIII, na Europa, com a influência de vários pensadores que se debruçaram sobre as vantagens da prática do exercício físico, destacando-se o contributo de Jean-Jacques Rousseau na obra pedagógica "Emílio", em que o autor se refere à necessidade da

¹ IF-MA / IHGM / ALL. vazleopoldo@hotmail.com

prática física como meio para atingir a razão. A partir daqui surgiram várias correntes, que encontraram eco na Alemanha com Johann Bernard Basedow, pedagogo e educador, que conseguiu assimilar e transformar os princípios orientadores de Rousseau e impulsionou a ginástica, tendo para isso criado em 1775 o pentatlo de Dassau, no seu "**Philanthropicum**", constituído por provas de corrida, saltos, transporte, de equilíbrio e de trepar. Foi o primeiro pedagogo, desde a Antiguidade, a defender que o exercício físico deveria fazer parte dos programas das escolas primárias.

Em 1784, Christian Gotthilf Salzmann, pedagogo e educador, abre outro "**Philanthropicum**", em **Schneppenthal**. Em 1785, Johann Christoph Friedrich Guts-Muths, professor e educador, inicia sua obra com um novo conceito de ginástica. As ideias filantrópicas e os conteúdos pedagógicos de Guts-Muths tiveram eco nos países da Europa, especialmente na Suécia, Dinamarca e França. No período de 1861 a 1871 verifica-se a presença de alunos de nacionalidade brasileira no Philanthropinum, sediado em Schneppenthal.

John Locke (1632-1704), um dos mais importantes teóricos do liberalismo, sintetiza suas concepções educacionais: formação do gentleman e dos "sem propriedades". A educação dos que possuem a propriedade privada e posses deveria ser feita por preceptores capacitados e cultos, em local aprazível e com boas condições higiênicas, com ênfase nos saberes clássicos e na preparação do jovem como bom administrador dos negócios da família, para assumir posições de comando no estamento estatal e na guerra.

Desde 1771 em Portugal, sob o balizamento da Universidade de Coimbra, se estabeleceu que as atividades físicas como conteúdo educacional, atendiam aos pressupostos da nova educação. As "Artes Liberais" nos Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e cidade de Lisboa eram a Cavalaria, Esgrima, e Dança. Apesar de contar ainda um sentido cavaleiresco (educação dos nobres), essa introdução se deu através das ideias burguesas.

Immanuel Kant (1724-1804) propôs o fortalecimento das escolas públicas, em relação às domésticas, sob a consideração de que são mais propícias ao ensino de várias habilidades, e formadoras do caráter. Recomendava ainda escolas experimentais, que dariam direcionamento às várias escolas elementares. Em síntese, tinha como plano educativo uma educação pela moralidade, o fortalecimento das escolas públicas e o desenvolvimento de uma experimentação educativa.

Para Finocchio (2013) em suas propostas de formação do ser humano, a burguesia pensava a educação como essencial à formação plena da personalidade do indivíduo, incluindo aí a educação do corpo como uma necessidade. A gymnastica consistia na metodização da educação do corpo, imprescindível à formação do homem, não só fortalecendo o corpo, mas enriquecendo o espírito e enobrecendo a alma.

Francisco de Amorós y Ondeano (1770-1848) é conhecido por ser um dos fundadores da Educação Física moderna. Em razão de suas ideias liberais e do apoio a José Bonaparte I, em 1814 exilou-se na França e aí desenvolveu a Escola Francesa de Ginástica. Seu método, de inspiração pestalozziana e fundamentado em Locke e Rousseau, defendia a "educação integral". Contudo, em sua ginástica prevalecia o lado militar sobre o educativo, tal como se pode notar em seu tratado *Nouveau Manuel d'Education Physique, Gymnastique et Morale*, no qual propõe um soldado da Pátria e um benfeitor da Humanidade.

Diferente da europeia, desenvolvida ao final do século XVIII e início do seguinte, de caráter nacionalista, e visando à disciplina e ao treinamento físico, bem como à defesa nacional, a Educação Física na Inglaterra tomou aspecto diverso de outras nações: seu destaque não se deu na ginástica, mas no Esporte, em estreita relação com as transformações socioeconômicas resultantes das alterações produzidas pela Revolução Industrial, iniciada em 1760. Ainda que adotasse a *gymnastica* nas escolas básicas, como meio da educação do físico, era no ensino secundário, destinado à aristocracia e à burguesia, que se aprimoravam o cuidado do físico e o cuidado da formação moral, empregando os esportes. No começo do século XIX, o clérigo Thomas Arnold se utilizou de uma forma de ócio da classe dirigente, os jogos populares, para criar um novo modo de educação. O desporto, naquele momento, teve por função propor às classes dirigentes enriquecidas, mas em estado de degradação física e moral, uma formação mais adequada, em relação à tradicional. Apesar de grande reação religiosa e dos meios intelectuais, o desporto foi adotado para responder às conveniências práticas do imperialismo britânico (ROUYER, 1977, citado por FINOCCHIO, 2013).

A partir da segunda metade do século XIX houve, ao seu final, uma biologização da educação física (PAIVA, 2003), ocorrendo a migração da preocupação com a abrangência da formação humana para o estabelecimento de sua especificidade, biológica.

Finocchio (2013) ao analisar o processo de constituição do pensamento burguês nas relações econômicas, políticas e sociais brasileiras e o papel, dito civilizador, da educação em suas propostas de adequação da nação ao modo de produção capitalista, enfoca as expressões do pensamento burguês na Europa e sua influência sobre a *gymnastica*/educação física, considerando-a como elemento constitutivo de seu projeto educacional. Num segundo momento, observa a inclusão da Educação Física/*Gymnastica* na educação burguesa e, finalmente, identifica como essa prática assume funções objetivas em atendimento às sociedades em que se manifestaram e como são organizadas em “métodos” de *Gymnastica*. Às condições políticas da Alemanha no século XIX, por exemplo, deve-se o desenvolvimento de uma ginástica com função militar nacionalista; no desenvolvimento industrial e científico da Suécia, sobressai uma função nacionalista, de cuidados com o cidadão de forma que pudesse preservar a paz, na formação do soldado e do operário. O método ginástico de Ling (1776-1839), fundamentado em estudos anatomo-fisiológicos, com um viés médico higiênico, é composto por uma série de movimentos segmentados, com uma série racional de movimentos.

De acordo com Cancelli (2012); Cancelli e Mataruna (2013); e Finocchio (2013) a prática esportiva em meio militar foi intensificada na virada do século XIX para o XX sob o argumento de que para a estruturação das Forças Armadas era fundamental o desenvolvimento físico do pessoal militar. Estas atividades eram consideradas importantes para a formação não somente de militares mais preparados, mas também de potenciais “soldados-cidadãos” e “cidadãos-marinheiros” entre os praticantes civis. Por isso, as atividades físicas e esportivas foram gradativamente incorporadas aos currículos de instituições de ensino do país, iniciando este processo pelas escolas militares.

Percebe-se a aproximação dos militares não somente das atividades ginásticas, mas também de práticas que possibilitassem o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício militar no período, práticas que posteriormente passariam a ser realizadas também em caráter esportivo como a natação, a esgrima e a equitação (CANCELLA, 2011).

Os projetos de modernização para o Exército Brasileiro espelhavam-se nos modelos de organização das Forças estrangeiras. Assim, na edição de 1906 da Revista Militar, o Capitão do Estado-Maior de Artilharia Liberato Bittencourt destacava no artigo “Princípios geraes de organização dos exércitos” 12 temas que deveriam ser levados em conta neste processo de modernização. Entre os princípios elencados pelo autor, destaca-se o de número 10 “[...] Principio de educação physica, intellectual e moral: organizar os exércitos de modo a serem elles grandes escolas de educação physica, intellectual e moral da mocidade [...]”.

A prática dos exercícios físico-militares nas escolas fazia parte de uma filosofia educacional geralmente desconhecida por regentes e pais. Alguns destes acreditavam que seus filhos corriam o risco de ter que entrar para a carreira militar por estarem participando dessas aulas nas escolas. Também havia aqueles que não viam nenhum sentido ou utilidade nos exercícios. Outros apontavam os riscos para a saúde de crianças e jovens, especialmente por inexistirem espaços físicos para a realização das atividades. (NASCIMENTO, 2012).

Prossegue Nascimento (2012), essas atividades ensinadas por professores e militares tinham como objetivo preparar os alunos, a fim de que pudessem ser chamados para defender a nação em conflitos armados no futuro. O funcionamento dos nossos batalhões formados por estudantes e a prática desses exercícios nas escolas daqui foram bem menos intensos do que na Europa, mas ocorreram em instituições educacionais de vários estados e geraram muita polêmica.

Melo e Peres (2013) e Peres (2013) trazem que a Junta Central de Hygiene Pública apresentava um relatório – a 15 de abril de 1885 -, cuja “espinhosa tarefa” era “levar ao conhecimento do Governo Imperial os factos mais culminantes occorridos no Império relativamente à saúde publica” (1885, p. A-F-1). A análise da estatística das mortes na cidade do Rio de Janeiro, um dos pontos centrais do relatório, dedicava especial atenção às causas da “notável” mortalidade infantil ocorrida no ano anterior.

As relações entre higiene, medicina e saúde estruturaram projetos públicos e privados de educação (sobretudo, escolar) da população brasileira no decorrer do Império. Assim, a relação entre educação física, exercícios corporais e saúde pública não era gratuita e nem óbvia. Tratava-se de uma construção que se deu de forma lenta, paulatina e muitas vezes pouca harmônica entre atores, práticas e ideias que configuravam o saber médico-científico do século XIX. (MELO, PERES, 2013; PERES, 2013).

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Liberato. Princípios geraes de organização dos exércitos. Revista Militar, ano VIII, p. 341, citado por CANCELLA, Karina. A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”. Anais do XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA

DA ANPUH-RIO, 2012. Disponível em
http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338498190_ARQUIVO_A_NPUH2012_KarinaBarbosaCancellla.pdf

BRASIL. Decreto nº 2.116, de 01 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do exercito e do curso de infantaria e cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1858-pronto/leis-1858/dec%20n%b02116-p1-01031858.pdf#page=1>.

BRASIL. Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871. Altera o Regulamento da Escola de Marinha, em virtude da autorização contida no § 18 art. 8º da Lei nº 1836 de 27 de Setembro de 1870. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf51.pdf#page=7>.

BRASIL. Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874. Aprova o Regulamento para as Escolas do Exercito. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1874-v1e2/pdf15.pdf#pag e=10>.

CANCELLA, Karina Barbosa O esporte e a Marinha do Brasil: primeiras aproximações e a institucionalização da prática esportiva através da criação da *Liga de Sports da Marinha*. In ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH • São Paulo, julho 2011, disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307817368_ARQUIVO_KARINABARBOSACANCELLA_ANPUH2011_corrigido.pdf

CANCELLA, Karina. A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”. Anais do XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2012. Disponível em http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338498190_ARQUIVO_A_NPUH2012_KarinaBarbosaCancellla.pdf

CANCELLA, Karina Barbosa; MATARUNA, Leonardo. Liga Militar de Football e a Liga de Sports da Marinha: uma análise comparativa do processo de fundação das primeiras entidades de organização esportiva militar do Brasil. In HOFMANN, Annette; VOTRE, Sebastião (organizadores). ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA AO REDOR DO MUNDO – PASSADO, PRESENTE E FUTURO. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2013, p. 119-132.

COERTJENS, Marcelo, GUAZZELLI, Cesar Barcellos; e WASSERMAN, Cláudia. Club de Regatas Guahyba-Porto Alegre: o nacionalismo em revistas esportivas de um clube teuto-brasileiro (1930 e 1938). In Rev. bras. Educ. Fís. Esp, São Paulo, v.18, n.3, p.249-62, jul./set. 2004, disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbefe/v18n3/v18n3a04.pdf>

FINOCCHIO, José Luiz. **A inserção da Educação Física/*gymnastica* na Escola Moderna – Imperial Collegio de Pedro II (1837-1889).** 2013. 258f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013

FREIRE, Domingos José. Relatório do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica. In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1884 apresentado a assemblea geral legislativa na 1ª sessão da 19ª legislatura (publicado em 1885)*. Rio de Janeiro: Ministério do Império. p.A-F-1 – A-F-9. 1885, citado por PERES, 2013.

FREIRE, Domingos José. Relatório apresentado ao governo imperial pelo Dr. Domingos José Freire, Presidente da Junta Central de Hygiene Publica. Epidemias na cidade e subúrbios. Endemias. Tuberculoses pulmonares. In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1883 apresentado a assemblea geral legislativa na 4ª sessão da 18ª legislatura (publicado em 1884)*. Rio de Janeiro: Ministério do Império. p.A-F2-1 – A-F2-39. 1884; citado por PERES, 2013, obra citada.

KANT, Immanuel (1724-1804). Sobre a Pedagogia. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.

MAZO, Janice Zarpellon; PEREIRA, Ester Liberato. PRIMORDIOS DO ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL: os imigrantes e o associativismo esportivo. IN GOELLNER, Silvana Vilodre; MÜHELEN, Joanna Coelho von. MEMORIA DO ESPORTE E LAZER NO RIL GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 2013. Vol. 1. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83615/000906885.pdf?sequence=1>

MELO, V. A., PERES, F. F. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2013, no prelo.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil. 2003. 475 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PERES, Fábio. Educação Física, Higiene e Saúde Pública na Corte – Parte 1. Blog História(s) do Sport, disponibilizado em dezembro de 2013, in <http://historiadoesporte.wordpress.com/2013/12/15/educacao-fisica-higiene-e-saude-publica-na-corte-parte-1/#like-4117> , acessado em 14 de dezembro de 2013.

TESCHE, Leomar. A Prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942. Ijuí: Ed. Unijuí, 1996.

TESCHE, L. *O TURNEN, a Educação e a Educação Física*. Ijuí: Unijui, 2002

TESCHE, Leomar.. *O Turnen, a Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852-1940*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

TESCH Leomar. *Turnen: transformações de uma cultura corporal europeia na América*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011

http://vamos_fazer_educacao_fisica.blogs.sapo.pt/10679.html

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1stica>

ARMANDO NOGUEIRA: O FUTEBOL BRASILEIRO – ARTE NO JOGO E NA ESCRITA

Luiz Henrique de Azevedo Borges¹

Resumo: O futebol é uma prática e um discurso que identifica e gera orgulho aos brasileiros, dando-lhes uma identidade e marcando seu lugar no mundo. Na busca epistemológica da construção representacional do Brasil como país do futebol, as crônicas de Armando Nogueira foram analisadas. Eles ajudaram a caracterizar o futebol brasileiro tendo como predicado a prática do futebol-arte. Esses discursos não se limitam ao espaço esportivo e se tornam polifônicos, formando imagens do que é ser brasileiro.

Palavras-chave: Futebol. Identidade. Armando Nogueira.

Em 30 de outubro de 2007, em uma terça-feira na cidade de Zurique, o Brasil ganhou o direito de sediar uma nova Copa do Mundo, 64 anos após o campeonato mundial de 1950, de tristes lembranças para a torcida brasileira. A euforia tomou conta do país, como se já tivéssemos levantando o “caneco”, demonstrando, mais uma vez, a nossa forte identificação com o futebol. Em 2013, na Copa das Confederações, o Brasil novamente provou sua competência e, em especial, a energia de sua torcida, sobretudo na final contra a então temida seleção espanhola. Uma vitória incontestável e mais um título conquistado. Uma nova afirmação do futebol brasileiro. Escrevo em plena Copa do Mundo de 2014, o Brasil acaba de passar para as quartas de finais e independente de ganhar ou não o título o evento demonstra, mais uma vez, a capacidade, sempre colocada em dúvida, do povo brasileiro.

O futebol, também denominado “esporte das multidões”, é capaz de levar milhões de torcedores brasileiros e bilhões em todo o mundo a assistirem as partidas nos estádios ou em frente aos televisores, capaz de parar as atividades cotidianas do país em períodos de Copa do Mundo. Talvez, por isso mesmo, o brasileiro tenha a impressão disseminada, e fruto de um processo bem sucedido de naturalização, de que o futebol é algo que lhe é inerente, quase se confundindo com ele próprio.

O futebol, esporte bretão, chegou ao Brasil em fins do dezenove e tornou-se, inicialmente, uma prática esportiva muito comum entre os membros da elite brasileira, servindo inclusive como elemento de diferenciação dela com outros grupos sociais.

Porém, esse exclusivismo não se perpetuou e de forma surpreendentemente rápida o futebol foi apropriado por todos os setores da sociedade brasileira, tornando-se não apenas uma das nossas riquezas como nação, mas também uma das nossas principais caixas de ressonância social. É preciso ressaltar que a prática do futebol se viu favorecida pela simplicidade de suas regras e pelo baixo custo dos instrumentos de jogo.

Pode-se claramente perceber que o Brasil como país do futebol não é um dado natural, mas uma construção discursiva que pode ser determinada temporalmente, na qual os cronistas esportivos tiveram um papel proeminente e, dentre os vários e renomados cronistas esportivos brasileiros, Armando Nogueira ocupa um lugar especial.

Armando Nogueira (1927-2010), um dos maiores e mais populares cronistas brasileiros, nasceu em Xapuri, no Acre, em 14 de janeiro de 1927. Com o intuito de

¹ Mestre em História Cultural – IPHAN – Universidade Estadual de Goiás e Faculdade Cambury – luiz.borges@iphan.gov.br

completar os seus estudos, dirigiu-se, no ano de 1944, para a cidade do Rio de Janeiro. Em 1950, ano em que o Brasil perdeu a final da Copa do Mundo para o Uruguai jogando no Maracanã, Armando Nogueira ingressou no jornalismo, no jornal *Diário Carioca*, onde ocupou o cargo de redator chefe de esportes e, com o pseudônimo Arno, assinava a coluna “Bola Pra Frente”. Daí em diante esteve sempre envolvido com a atividade jornalística, apesar de ter se formado em Direito em 1953.

No ano de 1959 ele ingressou no telejornalismo, na antiga TV-Rio, canal 13. Nessa emissora participou, a partir de 1963, nas noites de domingo, juntamente com Nelson Rodrigues e João Saldanha, entre outros, da “Grande Resenha Facit”, sendo ele o responsável por comandar a mesa. Walter Clark, além de convidá-lo, assim como aos outros membros do grupo, para apresentarem um programa do mesmo gênero na TV Globo, deu-lhe outra incumbência: ajudar a implantar o telejornalismo na citada emissora. Entre 1966 e 1990 foi diretor da Central Globo de Jornalismo, da Rede Globo de Televisão, emissora para a qual também dirigia a Divisão de Esportes.

Armando Nogueira é tido como um dos maiores cronistas esportivos brasileiro. Alguns chegam mesmo a aproximar a sua técnica de escrita à Machado de Assis, expressa na técnica da interrupção quando, ao narrar o que era aparentemente o motivo, visando a favorecer o desenvolvimento de aspectos considerados secundários.² Suas crônicas estão incluídas em antologias dos melhores cronistas brasileiros e alguns de seus livros são adotados nos cursos de Língua Portuguesa e de Literatura do Ensino Médio e até mesmo no circuito acadêmico.

O cronista acreano é um homem em sintonia com o seu tempo e demonstrava grande interesse pelas manifestações populares, percebendo-as como elementos identitários dos brasileiros e, nesse sentido, o futebol ocuparia um lugar muito especial.

É importante ressaltar que Nogueira não escrevia apenas sobre futebol, suas crônicas tratavam também de muitos outros esportes. Porém, independentemente do esporte, um ponto caracterizava e unia os temas abordados, a valorização da genialidade, da capacidade do atleta de superar as adversidades a partir do seu esforço e talento.

Se Armando Nogueira é um apreciador de todos os esportes, ainda sim parte significativa das suas crônicas está relacionada ao futebol, esporte entendido por ele como “lúdico e, ao mesmo tempo, poético, lírico e patético. Reúne todos os sentimentos com os quais os cronistas trabalham a sua sensibilidade.”³

Assim como Nelson Rodrigues, Armando Nogueira também acreditava que o futebol era extremamente propício para a intersecção entre a realidade e a fantasia, inclusive privilegiando a última

O futebol não convive bem com a realidade pura e simples. Prefere o delírio, a fantasia, a mentira vestida de verdade. Por exemplo: eu costumo dizer que o Gol de Placa, aquele de Pelé, driblando meio time do Fluminense, ilustra à perfeição, a

² PROENÇA, Ivan Cavalcanti. “Estudo introdutivo: procura obsessiva dos tempos perdidos ou a catarse pela bola”. In: NOGUEIRA, ARMANDO. *Bola na rede*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. XV.

³ MARQUES, José Reinaldo. “Crônica valoriza o jornalismo esportivo”. In: <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=1273>. Acessado em: 15/08/2013.

capacidade que tem o torcedor de recriar os fatos. Quanto mais o tempo passa, mais espetacular vem ficando aquele gol.⁴

Armando Nogueira percebe claramente o futebol-arte como uma identidade clara do futebol brasileiro. Para ele, o brasileiro não se contenta apenas com a vitória, mas, além de vencer, é obrigatório que se jogue bonito, que as vitórias sejam inquestionáveis e que a superioridade técnica dos brasileiros fique patente.

Essa é a imagem que o futebol brasileiro não apenas criou de si mesmo, mas que também ganhou o mundo. Sendo assim, para que a Seleção represente o brasileiro é preciso que o último se identifique com ela e esse processo só se completa quando o Brasil apresenta um futebol virtuoso. Nesse caminho, Nogueira realiza aproximações entre o futebol praticado no Brasil e a dança, ambas expressões criativas do brasileiro. No futebol tal aproximação se daria pelos floreios e pelo inusitado, elementos que também são encontrados na dança.

Acontece que, no futebol, não basta vencer. É fundamental que se vença convencendo. Quer dizer, jogando bem e bonito. E como foi que a seleção brasileira construiu sua imagem mundo a fora, tempos a fora? Quem despertou nas multidões a grata sensação de que o futebol é uma forma de arte tão rica de expressões quanto a dança: corpo, espírito e coração inventando gestos em perfeita harmonia?⁵

O cronista aqui analisado, assim como outros companheiros que teve, como João Saldanha, estabeleceu uma identidade, a partir da diferença, entre a forma de jogar dos brasileiros e dos europeus. Futebol Arte X Futebol Força. O primeiro caracterizando o futebol brasileiro e o segundo o futebol europeu.

Nesse ponto, Nogueira não concordava com comentaristas contemporâneos que afirmavam e ainda afirmam que os tempos mudaram e que não há mais espaço para a prática do futebol-arte tal como em décadas passadas. O craque, para o cronista, com seus passes, com seus dribles e com sua técnica, continua sendo capaz de gerar o encantamento em todos aqueles que o assistem, além, é claro, de desequilibrar e decidir uma partida. É exatamente essa capacidade técnica, a existência de jogadores realmente diferenciados, capazes de realizar jogadas inusitadas, que caracteriza a história do futebol brasileiro e o faz não só vencedor como extremamente respeitado.

Ele não negava que os tempos haviam mudado, porém, abrir mão do futebol-arte e copiar o futebol europeu era algo tido como inadmissível, completamente fora de propósito. Assim como outros cronistas esportivos, como José Lins do Rego, Nelson Rodrigues, entre outros, Nogueira identificava como um defeito do caráter do brasileiro a necessidade de imitar o estrangeiro.

Nesse sentido, culpa os técnicos que simplesmente buscam copiar os sistemas europeus e não se preocupam, ou não se preparam adequadamente, em criar sistemas

⁴ NOGUEIRA, Armando. "O olé a vaca...". In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das melhores crônicas* de Armando Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 139.

⁵ NOGUEIRA, Armando. "Infeliz futebol do Brasil". In: <http://www.an.com.br/2001/abr/06/0arm.html>. Acessado em: 20/05/2006.

táticos que permitam a prática do futebol-arte. Além dos técnicos, os cartolas também estariam contribuindo para o fim da “escola brasileira de futebol”, por só pensarem nos ganhos e lucros proporcionados pelas equipes que dirigem. Sendo assim, suas crônicas também denunciam a má organização e a administração do futebol brasileiro.

(...) E, hoje, por onde anda esse futebol-arte que já não se vê mais, nem nos clubes, nem na seleção? Dirão os pragmáticos de plantão que os tempos são outros.

O jogo mudou de cara. Admito, mas me permito perguntar: não será por que nos deixamos levar pela onda européia do estilo bate-estaca e dos cabeças-de-área que só degradam o futebol?; não será por obra dos técnicos cabeça-de-vento que nada criam e só copiam?; não será culpa dos cartolas velhacos que jamais se preocupam em preservar a escola brasileira de futebol e que só pensam em dinheiro – e dinheiro maldito?

Infeliz futebol brasileiro: a tantos enriquece, só ele empobrece.⁶

O craque é o elemento fundamental nas crônicas de Armando Nogueira: “ao castigar Zizinho, a CBD acabou castigando o próprio futebol brasileiro”.⁷ Ele o considera não só o elemento identificador do clube, mas também o líder da equipe e aquele que acaba por moldar o próprio comportamento da torcida. Nogueira afirma que a torcida assume o comportamento do seu grande craque. Ele é o elemento identitário fundamental entre o clube e o torcedor.

(...) as arquibancadas botafoguenses foram, como Heleno, ficando intolerantes, intoleráveis, amargas. E isso de projetar-se no público o espírito de um time é tão verdade que, passando de Heleno a Garrincha, já nos anos de 50, o Botafogo virou galhofeiro, a cantar nas arquibancadas o refrão do olé, sublinhando otimista, a impecável circulação da bola entre Didi, Garrincha, Nilton Santos e Zagalo.⁸

Em relação à liderança que o craque exerce sobre os seus companheiros de clube, Armando Nogueira destaca Pelé como um dos ícones dessa representação. Ele seria o cérebro da equipe, sobre a qual impõe, dada a sua alta categoria técnica, plena autoridade. O jogador do século seria o melhor exemplo da virtuosidade, um verdadeiro mito, o melhor exemplo do futebol-arte praticado pelos brasileiros.

O futebol é entendido por Armando Nogueira como um elemento de encontro de todos os brasileiros, para ele todas as classes estariam representadas por esse esporte. O amor por uma camisa, independente se o clube do coração ou do selecionado nacional, permite criar laços identitários e de reconhecimento dentro da multidão dos torcedores, formando assim uma consciência clara de separação entre nós e os outros,

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ NOGUEIRA, Armando. “A barração de Zizinho”. In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das melhores crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 158.

⁸ NOGUEIRA, Armando. “De corpo inteiro”. In: *Bola na rede*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 07.

fato que se expressa inclusive na linguagem. Afinal, os torcedores se utilizam, frequentemente, de palavras positivas e carinhosas para exprimir os seus sentimentos em relação ao clube do coração e para os adversários as palavras demonstram desprezo e até mesmo ódio. A vitória da equipe rival é entendida pelo torcedor adversário até mesmo como uma afronta pessoal.

O futebol é assim: desperta na pessoa um sentimento virtuoso que transcende a amizade, que vai além do amor e culmina no santo desvario da paixão. Tem de tudo um pouco, porém, é mais que tudo. Torcer por uma camisa é plena entrega. É mais que ser mãe, porque não desdobra fibra por fibra o coração. Destroça-o de uma vez no desespero de uma derrota. Em compensação, remoja-o no delírio de uma vitória.⁹

A partir das leituras de Armando Nogueira percebe-se que o futebol contribui para a construção da identidade nacional na medida em que às pessoas de diferentes classes sociais, etnias, religiões, etc., passam a ter alguma coisa em comum para partilhar, no caso, a Seleção Brasileira, especialmente em competições internacionais. Ela seria o elo de integração da sociedade como um todo. Porém, para o cronista, a identificação nacional não é a primeira a ser construída, ela é sucessora de uma primeira e fundamental identificação: a clubística. “O sentimento de clube é mais ardente que o sentimento da pátria. A criança descobre o clube do coração antes de descobrir a própria pátria”.¹⁰

Armando Nogueira sempre foi considerado um cronista imparcial, mas isso não significa que não assumisse publicamente sua identidade clubística, ele era torcedor declarado do Botafogo. Porém isso não significa que ele não elogiasse e reconhecesse as equipes e os jogadores adversários, em especial aqueles que praticaram um futebol virtuoso.

Se o futebol me quisesse dar um presente, bastava que me desse um domingo inteirinho só de gols de Ademir Menezes. O estádio embandeirado, a multidão ali, em peso, todo mundo cantando e pulando pela glória do artilheiro inesquecível do Vasco da Gama. Nesta tarde de lembranças, quero rever, sobretudo, certos gols que ele fazia contra o meu time e que eu, doido de paixão, jurava que eram feitos pessoalmente contra mim.
(...)

Se eu soubesse que um dia o futebol dele ia se acabar, eu teria pedido a Deus que me emprestasse um par de olhos de cruz-de-malta só para que eu pudesse ver, à luz do amor, todos os gols que Ademir fazia contra mim.¹¹

⁹ NOGUEIRA, Armando. “O Botafogo e eu...”. In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 50.

¹⁰ “A voz que lateja”. In: Idem, *ibidem*, p. 146-147.

¹¹ NOGUEIRA, Armando. “Um artilheiro no meu coração”. In: <http://www.netvasco.com.br/mauoprais/futbr/ademir.html>. Acessado em: 28/05/2006.

Dessa forma, Armando Nogueira, mesmo sendo torcedor, não assumia uma posição extremista, isto é, não se deixava inebriar totalmente pela paixão clubística ou do selecionado nacional ao ponto de não reconhecer os méritos dos adversários. Assim sendo, por maior que fosse sua paixão pelo Botafogo, como jornalista, jamais seria um simples torcedor e a sua posição profissional sempre se fez presente em seus julgamentos.

Porém, mesmo ressaltando a necessidade de o cronista buscar uma certa imparcialidade em seus comentários, não deixa de louvar, de se identificar e de expressar esse sentimento positivo em relação ao time do coração. Tal construção se torna clara em uma das mais belas crônicas de Armando Nogueira, intitulada: O Botafogo e eu...¹²

(...)

O Botafogo tem tudo a ver comigo: por fora, é claro-escuro, por dentro, é resplendor; o Botafogo é supersticioso, eu também sou.

(...)

O Botafogo é bem mais que um clube – é uma predestinação celestial. Seu símbolo é uma entidade divina. Feliz da criatura que tem por guia e emblema uma estrela. Por isso é que o Botafogo está sempre no caminho certo. O caminho da luz. Feliz do clube que tem pó escudo uma invenção de Deus.

Estrela solitária.

(...)

O torcedor do Botafogo tem um coração repleto de memoráveis cintilações: convivem, na mesma estrela, dribles insondáveis de Garrincha, passes impressentidos de Didi, antevisões de Nilton Santos, cismas de Carlito Rocha e gols, muitos gols, de Heleno de Freitas, cada um mais épico que o outro.

O Botafogo sou eu mesmo, sim senhor!¹³

Para o cronista, o futebol seria uma espaço de promoção da unidade nacional e, sendo assim, de superação dos regionalismos, de crenças, capaz de unir pessoas por uma linguagem comum. Nesse sentido, Armando Nogueira escreve sobre o efeito da Copa do Mundo e do futebol como elemento de superação das diferenças, logo de união, na Coréia em virtude dela ter se tornado uma das sedes da Copa do Mundo de 2002.

¹² Nesse momento, sinto-me na obrição de expressar o meu local de fala, demonstrando a subjetividade e, mais ainda, como são construídos e apropriados os laços identitários, vejam que considero essa crônica uma das mais belas escritas por Armando Nogueira, afinal ela fala do **nosso** time do coração. Não há como negar que, desde a primeira leitura, ela me emocionou e a identificação foi imediata.

¹³ NOGUEIRA, Armando. "O Botafogo e eu...". In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 117-120.

A Coréia professa três religiões: o taoísmo, o confucionismo e o budismo. Todas três trazidas pelos chineses. Além delas, a alma coreana cultua o xamanismo. Pelo visto, o mundial pode estar trazendo a este povo uma nova e explosiva crença religiosa que é o futebol.

Uma grande paixão no reino da contemplação.¹⁴

Para ele, havia uma identificação clara entre o povo e o futebol, a tal ponto de surgir um sentimento de vitória do próprio povo brasileiro quando das vitórias da Seleção. Em suma, quando a seleção vence, tem-se a impressão de que o próprio povo brasileiro está vencendo. Por meio do futebol o brasileiro exerce sua cidadania. Dessa forma, percebe-se que Armando Nogueira também é um crítico daqueles pensadores que entendem o esporte, em particular o futebol, como um elemento alienante.

Em suas crônicas, Armando Nogueira também abordou questões relativas ao caráter nacional, promovendo comparações entre os brasileiros e estrangeiros e percebendo a importância do futebol para a divulgação e reconhecimento do país no exterior. Nesse sentido, ele percebe um estilo próprio dos sul-americanos em praticar o futebol, demonstrando que apesar da sua matriz europeia, o futebol havia sido não só incorporado, mas também reelaborado na América do Sul¹⁵ e essa reelaboração é conhecida como futebol-arte, que encontra o seu ápice no futebol brasileiro e no argentino.

A Argentina reparte com o Brasil o privilégio de jogar o mais bonito futebol do mundo. Esse jogo apaixonante foi inventado pelos ingleses, mas ninguém negará que brasileiros e argentinos é que elevaram o futebol às culminâncias de uma arte bem próxima da dança, na riqueza de gestos, na vertigem de tantos corpos em movimento, nos instantes de crispação. Por isso, em boa hora, o futebol sul-americano acabaria batizado de futebol-arte.¹⁶

Mesmo criando essa aproximação entre o futebol praticado na América do Sul, o Brasil se singulariza em relação aos seus adversários, teria sua própria escola de futebol que valoriza o craque, a habilidade e a criatividade.

Armando Nogueira, assim como outros grandes cronistas brasileiros, percebia claramente a forte identificação entre o povo e o futebol: “Que seria de ti, de mim, que seria de nós, o domingo sem a comovente mentira de um gol?”¹⁷ No Brasil, como anteriormente afirmado, o futebol assume uma importância, uma dimensão tal que se

¹⁴ “É chegada da hora”. In: Idem, *ibidem*, p. 185.

¹⁵ Posição que Gilbert Freyre, ainda nos anos 40, defendia ao afirmar que apesar de sua raiz europeia, mais precisamente inglesa, o futebol foi reelaborado nos trópicos, tornando-se expressão da mestiçagem brasileira e, conseqüentemente, motivo de orgulho nacional e manifestação cultural reveladora da identidade nacional. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 421-423.

¹⁶ NOGUEIRA, Armando. “Está faltando um...”. In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 186.

¹⁷ NOGUEIRA, Armando. “A busca do tempo perdido”. In: *Bola na rede*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 67.

tem a impressão de que a vitória do selecionado nacional é a própria vitória do povo brasileiro. Ele também entendia que as vitórias esportivas ofereciam, e indubitavelmente ainda oferecem, o reconhecimento internacional que ajuda as nações menos desenvolvidas a se livrar de seus complexos de inferioridade.

A cena assusta, mas não ofende, pois o coral do futebol conseguiu o milagre de purificar até os sons de um palavrão.

Vive-se no Maracanã, à maneira moderna, o fenômeno da santificação coletiva que os gregos antigos iam buscar no teatro (...)

E a multidão põe-se a cantar que “ta chegando a hora”: hora de rir e de chorar, hora de viver a vitória que lá fora a vida negou-lhe a semana inteira.¹⁸

O tão famoso e divulgado jeitinho brasileiro, que se caracterizaria pela capacidade de encontrar saídas inusitadas, também se faria presente na forma do brasileiro jogar futebol, criando assim mais um elo identitário entre a população, os jogadores e a própria prática futebolística existente no Brasil. Tal associação se faz presente, por exemplo, quando Armando Nogueira escreve sobre o título mundial conquistado na Copa da Coréia e Japão em 2002, quando a Seleção Brasileira de Futebol se sagrou pentacampeã do mundo.

Felizmente, o que sempre acaba salvando a pátria é o jeitinho brasileiro, essa irresistível parábola da alma do nosso povo. A saga brasileira nos mundiais não fala de outra coisa a não ser do sopro divino que transforma em obra de arte o gesto singelo de chutar uma bola.¹⁹

Sem dúvida alguma Armando Nogueira estaria eufórico com a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, afinal ele percebeu claramente em seus escritos que no campo e na vida, na ginga e no jogo, no peito e na raça se fundem brasilidade e futebol. Torcer é pertencer. Entre atitudes corporais, discursivas e sociais se afirma um sujeito nacional, se inventa um brasileiro. O Brasil se colore de verde e amarelo da aquarela deste esporte das multidões. Somos brasileiros na confiança e na desconfiança, no otimismo e no pessimismo; do complexo de vira-latas ao homem genial estamos impregnados pela linguagem do mundo da bola. Especular sobre o futebol é especular sobre ser brasileiro. E sem temer certa dose de determinismo, enquanto existir uma partida existirá também um brasileiro. Suor e pulsação, romance e surpresa... É eterno, assim como as crônicas de Armando Nogueira.

REFERÊNCIAS

¹⁸ “Menino-que-chega”. In: Idem, ibidem, p. 72.

¹⁹ NOGUEIRA, Armando. “A jóia do penta”. In: *A ginga e o jogo: todas as emoções das melhores crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 191.

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro*. São Paulo: IBRASA, 1990.

DaMATTA, Roberto (et. al.). *Universo do futebol: esportes e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

COSTA, Márcia Regina da (et. al.). *Futebol: o espetáculo do século*. São Paulo: Musa Editora, 1999.

HEIZER, Teixeira. *O jogo bruto das copas do mundo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio José; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

NOGUEIRA, Armando. *A ginga e o jogo: todas as emoções das melhores crônicas de Armando Nogueira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. *Bola na rede*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. *Drama e glória dos bicampeões*. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1962.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Fottballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. "Futebol, metrópoles e desastinos". *Revista USP: dossiê futebol*. São Paulo, n. 22, jun-ago., 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

Internet

MARQUES, José Reinaldo. "Crônica valoriza o jornalismo esportivo". In: <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=1273>. Acessado em: 15/08/2013.

NOGUEIRA, Armando. "Infeliz futebol do Brasil". In: <http://www.an.com.br/2001/abr/06/0arm.html>. Acessado em: 20/05/2006.



NOGUEIRA, Armando. “Um artilheiro no meu coração”. In:
<http://www.netvasco.com.br/mauoprais/futbr/ademir.html>. Acessado
em:
28/05/2006.

HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E MEMÓRIA¹

Magda Sarat²

Resumo: A História Oral como metodologia tem sido utilizada muito recentemente, e nem sempre, esteve dentro da academia como recurso teórico metodológico, durante muito tempo ficou “a margem” da historiografia e das pesquisas históricas. Este trabalho pretende apresentá-la como metodologia, utilizada em uma pesquisa que produziu uma documentação na qual, foi possível analisar a infância e as brincadeiras de grupos de imigrantes que relataram suas memórias sobre determinado período histórico.

Palavras Chave: História Oral. Infância. Brincadeira. Imigração

História Oral: origens e constituição das fontes

O nascimento da História Oral se dá na metade do século XX como uma técnica de produção de documentação histórica, criada por Alan Nevis em 1948, historiador da Universidade de Columbia, que começou a gravar depoimentos de pessoas importantes na vida americana. Dessa forma modesta ela nasce. O intento da primeira geração, na década de 50, era somente compilar material para historiadores futuros. Porém foi a segunda geração, movida pelas mudanças ocorridas no contexto mundial da década de 60, que ambicionou um projeto maior e desenvolveu uma concepção de História Oral que extrapolava a simples compilação de documentos. Segundo P. Joutard (1996), o objetivo desses pesquisadores era fazer “uma outra história”, a fim de dar voz aos “povos sem história”, e valorizasse os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres, homossexuais, etc.

Nesse contexto, a História Oral nasce e se fortalece, a princípio, como uma possibilidade de dar voz àqueles e àquelas que haviam sido silenciados pela História factual e oficial. Cresce com um caráter político e militante e passa a ser feita por pessoas e também por áreas que estavam fora dos muros da academia, como sindicalistas, feministas, educadores, ativistas políticos, entre outros. Entretanto foi somente a partir da terceira geração, na década de 70, que se organizaram encontros internacionais e a discussão se tornou mais consistente, envolvendo países como a Inglaterra, França, Espanha, países da América Latina e o Brasil.

A História Oral começa, a partir daí, a transpor os muros da academia e vai se impondo como possibilidade de pesquisa, de metodologia, de fonte de documentação; não sem resistência, diga-se de passagem, vai ganhando espaço no ambiente acadêmico. Contudo, o consenso é que a História Oral, em qualquer época, não pode perder de vista a característica que está na sua gênese, ou seja, o compromisso em contar e incluir pessoas, grupos e povos que anteriormente estavam à margem dos registros que valorizavam muito mais a imagem de heróis e de acontecimentos:

Trabalhar com a história oral torna-se possibilidade de ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias,

¹ Esta comunicação é um recorte de uma pesquisa mais ampla e que teve parte publicada como capítulo do livro “Fontes e Métodos para a História da Educação” na bibliografia deste trabalho.

² Professora doutora, UFGD. magdaoliveira@ufgd.edu.br

histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos. Este é um dos desafios dos historiadores orais. Neste cenário, alguns pesquisadores se destacam, entre os quais citamos: Thompson (1998); Portelli (2010); Vilanova (2000); Vidigal (1996); Pollack (1992); Alberti (2004), Ferreira et.al (2000), Amado & Ferreira (1996), Freitas (2002), Meihy (1998), Montenegro (2001a).

A História Oral é vista por uma grande maioria de pesquisadores como uma metodologia ou método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista para registrar as narrativas das experiências das pessoas, histórias que há muito as pessoas sabiam e contavam, mas que estavam à margem da documentação produzida pela História oficial. Sobre a questão, Verena Alberti (1997, p. 218) aponta que:

A História Oral é um campo de trabalho e uma metodologia que tem uma história e algumas genealogias míticas; que ela se caracteriza pela interdisciplinaridade e pelas muitas possibilidades de emprego, desde a política, passando pela história dos movimentos sociais, pela história de trabalhadores, de instituições, até a história da memória, por exemplo, que ela se insere no campo da história presente; que está intimamente ligada às noções de biografia e história de vida; que a fonte oral tem especificidades que a diferenciam de outras fontes históricas, e assim por diante.

Nesse sentido, o campo é vastíssimo e muitos são os questionamentos. Porém, como a idéia é fazer somente um levantamento de questões gerais, vamos nos ater neste recorte do trabalho a um dos aspectos acerca dos dilemas do fazer pesquisa com a História Oral que é a questão da memória.

A memória e as questões que a envolvem são importante objeto de estudo da História. Na metodologia da História Oral, ela é fundamental, pois valer-se da memória para recuperar a história nas entrevistas, e produzir documentos que possam dar credibilidade à pesquisa é um dos seus campos mais desafiadores. Sobre a memória, Jacques Le Goff (1992, p. 423) afirma que, “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Assim, a memória coletiva, para o autor, se construiu ao longo da história humana e se constituiu de várias formas, desde as sociedades sem escrita até a invenção da prensa, como a possibilidade de produzir registros e documentos para guardar o passado da humanidade. Tal construção passa pela instituição das comemorações para lembrar a história e a memória dos antepassados, passa pela descoberta da fotografia, pela compilação de documentos em bibliotecas, pela criação de arquivos, museus, acervos e chega até o que temos na atualidade, com a tecnologia como uma forma de armazenar um grande volume de informações.

Todos esses aspectos se colam e se constituem na trajetória da humanidade, como uma maneira de manter a memória e o passado produzido por pessoas e instituições, que fizeram e continuam fazendo a história. Conforme o autor nos aponta,

“a memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1992, p. 477).

A memória que se constitui ao longo do tempo, que se alterna em diversas formas de registro, e que é essencialmente resultado da ação humana, está sendo investigada como possibilidade de contar uma parte da história. Dizemos isso, pois, trabalhando com a memória de pessoas que estão vivas, a História Oral só pode abarcar no máximo um século de história, história que pode ser contada no tempo presente, sendo trazida em fragmentos que foram guardados e valorizados pela memória de cada pessoa. Com relação à preservação da memória, as comunidades, grupos e pessoas montam estratégias para manter e preservar lugares, tradições e eventos, a partir de celebrações, comemorações, preservação de objetos, fotografias, memoriais, entre outros. Tais objetos funcionam como representação do passado e “ajudam” a lembrá-lo.

A experiência de lembrar a partir de objetos que façam a memória ser reavivada é interessante no trabalho de História Oral, pois, em muitos casos, ela amplia a capacidade de rememorar fatos ou acontecimentos vividos, conforme aponta Benjamin (1993, p.37): “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”. Os acontecimentos que se encerraram em determinado momento vivido podem ser lembrados e recontados a partir dos objetos, fragmentos trazidos pela memória à medida que as experiências são evocadas. A partir de agora trataremos da documentação produzida pela pesquisa empírica.

Memórias da infância: história oral como fonte

Naquele tempo não tinha carro... Era só carroça, então as ruas, embora estreitas, eram todas nossas, a rua era das crianças...
(Sr. Giuseppe)

A documentação da pesquisa aqui relatada foi composta por relatos de dez entrevistados, que passaram a infância em diferentes países. Porém todos, provenientes da Europa, e vieram para o Brasil depois da infância. No momento da pesquisa formavam um grupo de moradores do município de Guarapuava e distrito de Entre Rios. São cinco homens e cinco mulheres, na faixa de 60 a 80 anos. Todos imigraram depois da infância, a partir da adolescência, alguns na mocidade e outros na idade adulta. As pessoas são de nacionalidade italiana, portuguesa, polonesa, alemã e espanhola. Estão aposentados e se estabeleceram na região há muitas décadas, todos têm filhos, netos e alguns bisnetos.

Nessa pesquisa, o contexto familiar foi o lugar privilegiado e, dentre os aspectos mais enfatizados pelas lembranças de infância do grupo, tentei abordar questões como a relação entre adultos e crianças, pais, tios, parentes; a experiência dos jogos, brincadeiras e atividades de lazer; a presença na educação das crianças de tradições, costumes, valores e religiosidade da família e da comunidade; o tratamento dado a assuntos que se apresentavam como tabu; a utilização dos espaços físicos, os níveis de privacidade e separação entre atividades de adultos e crianças; as sanções e recompensas acerca de comportamentos esperados e impostos e finalmente a

percepção de cada um sobre a sua própria infância. A percepção sobre comportamentos, regras e códigos de etiqueta social foi analisada à luz das teorias de Norbert Elias (1994).

Para este trabalho especificamente vou destacar as memórias de brincadeiras, jogos e lazer vivido por estas pessoas em seus contextos diversos. Assim, a convivência com outras crianças na infância foi um aspecto significativo na vida das pessoas, e propiciava uma experiência vasta de jogos, brincadeiras, aprendizagens e interação permanente. Como contam os entrevistados:

Sr. Fernando (64 anos):

Tinha, bastante meninos e meninas, e nós brincávamos! Éramos os irmãos, mas juntava os meninos e...

Sr. Johann (81 anos)

Ah! Lá tinha inverno, às vezes era muito frio, e as crianças brincando com neve... Pra criança sempre estava bonito e alegre, sempre brincando, e lá tinha outros também...

Katharina (66 anos):

Tinha criança, tinha uma turma. Lá era que nem aqui, uma casa perto da outra.

D. Rita (63 anos):

Com os primos a gente se reunia quando tinha colheita, e o que a gente brincava, dançávamos...

Sr. Stefan (75 anos):

Quando os moleques iam lá brincar, podia ter certeza que eu estava lá, junto deles... Sempre depois da escola todo mundo já chegava e íamos lá na rua ou em qualquer lugar que... A molecada corria e ficava toda suada, os que estavam sabendo que nós morávamos na aldeia iam todos nas brincadeiras!

A rua era o espaço da brincadeira por excelência com atividades da comunidade, na escola, na igreja, nos encontros com parentes, com primos e amigos em diversos momentos. Em tais situações, muitas atividades tinham vez, e o espaço era dividido também pelas crianças, que faziam desses lugares um território onde a imaginação, a criatividade e a brincadeira dominavam. Na rememoração desse território de jogos e brincadeiras que envolviam as crianças é possível perceber indícios da forma como se conduzia a vivência cotidiana, da forma como se comportavam entre si, dos códigos que regulavam esse espaço não somente para as crianças mas também para os adultos.

A brincadeira fazia parte da vida da criança e tomava um tempo considerável, que era organizado e regulado pelos pais, professores ou adultos responsáveis por ela. As crianças sabiam que também existiam códigos que deveriam ser obedecidos, implicando horários, locais, companhias, brinquedos, etc. Algumas experiências de

convivência são marcadas pela presença e pela diversidade de meninos e meninas, e poucos tiveram uma vida mais restrita entre seus pares, pois conviviam com irmãos além de amigos, vizinhos, colegas de escola, primos, etc. Também a infância destas crianças foi marcada pela presença dos diferentes tipos de brinquedos, jogos e brincadeiras, como nos contam as vozes:

Sr. Giuseppe (69 anos):

Eu comecei a criar na época da infância minhas fantasias de capa e espada, na época de mocinho e bandido... A rua era das crianças. Nós pegávamos um aro redondo qualquer, nós fazíamos o nosso brinquedo. Nós corríamos com aquilo lá... Aquela brincadeira de amarelinha, ou a brincadeira de pega-pega. Então, todas as brincadeiras que podiam ser feitas, e não era brincadeira que você precisava comprar... Era brinquedo... Pedrinhas de gude, nós não tínhamos mas nós tínhamos sementes de nozes, semente de pêssago; então, nós usávamos aquilo lá para jogar, e fazia bolinha de gude. Algum brinquedo feito muito artesanalmente! Na minha cidade era uma cidade de cerâmica, a gente construía bastante coisa, passarinho que cantava soprando, carrinhos tipo carroça mas feita de barro... As meninas se contentavam com as bonecas, tinha aquelas de barro, de porcelana e tal, fazia roupinha e assim... Nós imitávamos aquele que andava a cavalo, pegávamos um pedaço de pau e montávamos em cima, era nosso cavalo! Era brinquedo coletivo...

Sr. Fernando (64 anos):

Éramos os irmãos, mas juntava os meninos e de vez em quando fazia um futebolzinho. Naquele tempo a gente não tinha bola e fazia uma bola de meia e brincava assim de todo jeito. Naquele tempo a gente não tinha muito brinquedo e a gente tinha que fazer! A gente fazia motos pra andar e aquele de bater com o dedo, bolinha de gude, era uma porção de brinquedos, e pião! Nas brincadeiras as meninas não saíam tanto pra rua, elas eram mais... Não sei qual era o papo que elas tinham, mas os meninos tinham mais liberdade, muito mais. As meninas sempre foram mais... Mas elas também brincavam, brincavam juntas, mas não era igual...

Sr. Johann (81 anos):

Criança sempre estava bonito e alegre, sempre brincando, lá tinha outros brinquedos. As meninas tinham essa boneca de pano, com pedaço de pau e cruza os pauzinhos e fazem roupinhas. Os meninos brincavam de fazer vacas de pepino, cavalos de pepino, de batata, e era melhor!

Sr. Stefan (75 anos):

Às vezes, arrumávamos uma bola por lá, arrumamos com uns panos e umas ramas e amarramos com barbante e jogamos um pouco. Ou nós arrumávamos uma bola, mas uma bola, de bola mesmo, não de pano e íamos jogar. Nós brincávamos de uma brincadeira chamada “bilizki³”. Tinha outra brincadeira como pega-pega. Quando estavam as moças junto, porque esse jogo era só de meninos... No inverno colocamos sempre o par dois em dois, uns eram obrigados a correr e ficar em frente da fila, e os próximos dois tinham que pegá-los antes que dessem as mãos um para o outro. Mas uma brincadeira divertida!

D. Katharina (66 anos):

Mesmo no campo, a gente achava... Sempre há alguma coisa, assim quando estava tudo quieto a gente brincava normal. Daí a gente corria já com aquele medo e, sabe, a gente não estava satisfeito porque a gente ganhava um pedacinho de pão, e fome dói...

D. Rita (63 anos):

Nós brincávamos daquele... Que faz casinha no chão, de amarelinha, tinha essa brincadeira lá... Eu já não passava assim muito tempo brincando, que a mãe não deixava sair na rua pra brincar! Eu lembro que eu tinha uma boneca de pano, que meu irmão tinha comprado para mim, ele fazia móveis para minha casinha de boneca, tinha guarda-roupa, tinha mesinha, tinha cadeirinha. (...)Ele (o irmão) trabalhava na marcenaria, então ele fazia e trazia pra mim, aquelas coisinhas bonitinhas, guarda-roupinha, cabidinho. Então eu tinha um cuidado com meus brinquedos, minhas coisas, porque ele fazia!

D. Rosina (67 anos):

A gente brincava com castanhas, eles fizeram carrinhos pequenos pra gente encher. Como as crianças brincam e brincamos com boneca de pano ou a avó ou a mãe faziam as bonecas de pano. Na época do milho nós fazíamos boneca com essa... Espiga de milho, fazíamos boneca, fazíamos calça, tanta coisa, todo mundo quem podia brincava junto... Eu me lembro uma vez, com cinco anos, (...)minha mãe me comprou uma boneca. Uma boneca muito bonita que girava e falava ah! E, quando chegou em casa, meu irmão muito... Queria ver quem

³ “Era um pedaço de madeira com duas pontas e cada um pegava um pau e batia nele para ele pular. Enquanto ele pulava e estava no ar, você era obrigado a bater e acertar nele para ele voar. Depois que ele foi uns metros pra cima e voou, cada grupo tinha uma pessoa responsável para pegar. Esse grupo se revezava, e cada vez um batia. Essa brincadeira a gente chamava ‘bilizki’” (Sr. Stefan).

falava dentro da boneca e me estragou a boneca, mais uma coisa!

D. Tereza (67 anos):

Brinquedos eu não tive. Se tinha, eu fazia a boneca de pano e essas bruxinhas. Os meus irmãos se queriam um carrinho eles faziam. Tiravam uma casca de um pinheiro e faziam uma roda e pegavam uma cana, uma taquara, faziam aqueles ferrinhos e içavam tão felizes com aquilo porque tinha criatividade e inventavam o brinquedo. Jogávamos capelinha, pedrinha. A pedrinha já é um jogo que se joga e pega no chão e assim vai... Dançávamos muito de roda, o melhor divertimento que eu tive tanto de criança, quanto de adolescente, e depois de moça era a dança, a gente dançava muito.

D. Stefania (81 anos):

Tinha brinquedos como tinha aqui no Brasil, mas só que, como era tempo de guerra e era tempo geralmente de inverno, eu não frequentei... Só tinha aqueles brinquedinhos de escola, de roda, é só quando era verão, pois no inverno era impossível brincar. Eu me lembro que nós íamos cantar em roda da igreja, os brinquedos como nós cantamos aqui em roda, de roda. No meu tempo, era tempo de guerra, e não tinha brinquedo quase de espécie nenhuma..

As experiências com a brincadeira são marcadas por aspectos como a falta de brinquedos, principalmente os industrializados; a extensão de espaço físico que propiciava a brincadeira em inúmeros lugares; a criatividade em construir brinquedos a partir dos materiais e objetos que as crianças tinham à mão; as diferenças entre brinquedos de meninos e meninas, indicando os papéis sociais de homens e mulheres; a lembrança de um brinquedo ganho em algum momento especial e também a perda desse brinquedo, trazendo tristeza e decepção, e a presença de atividades exigidas pelos pais, que restringiam a brincadeira e em muitos casos até a impediam. Além disso, há as experiências de crianças que viveram nos períodos de guerra habitando campos de refugiados ou áreas de bombardeios e que ainda assim brincavam quando percebiam que estava tudo calmo.

Também havia as brincadeiras e atividades infantis que, por transgredirem alguma norma, acabavam gerando consequências sérias, como punições e castigos. Mas é presente a lembrança dos momentos agradáveis e das situações em que adultos e crianças compartilhavam junto de atividades lúdicas, tais como contar histórias, confeccionar brinquedos ou roupas para bonecas, e dividiam o espaço. Tais experiências fazem lembrar que a infância foi um momento particular e único, marcado por uma linguagem que é própria da criança, ou seja, o jogo e a brincadeira como possibilidade de fazê-la compreender o mundo à sua volta.

Concluindo

Diante do exposto, indicamos que fazer História Oral é interessante, não somente como uma metodologia de investigação que tem um arcabouço teórico substancial e credenciado por pesquisadores, mas também por contar com uma investigação que exige técnica, dedicação e conhecimentos específicos, como qualquer alternativa de escolha que fazemos. Na nossa experiência tem sido importante unir forças para registrar a memória de indivíduos e instituições, ampliando a discussão em grupos de pesquisa, o acompanhamento de projetos em história da educação, além de permitir a investigação sob as mais diferentes temáticas.

Nosso intuito enquanto pesquisadores têm sido procurar dar visibilidade a história humana que - com a devida licença poética - nos permite concordar com o poeta Ferreira Goulart de que “a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz” (apud KHOURY, 1995:12) e a História oral como fonte tem procurado cumprir esse papel social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, J. & FERREIRA, M. (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: *Obras Escolhidas*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (orgs.) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz-Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

FREITAS, S. M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: Imesp, 2002.

JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 43-61.

KHOURY, Y.A et. al. *A pesquisa em História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LE GOF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MONTENEGRO, A. T. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da História).

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n.10, p. 200-12, 1992.

PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral a pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História: Revista do Programa de estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP* (Pontifícia Universidade Católica e São Paulo). São Paulo, nº 14, fev. 1997, p. 24-39.

PORTELLI, A. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SARAT, M e SANTOS, R dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: *Fontes e métodos em História da Educação*. COSTA, C. Et. All. (Orgs.) Ed. UFGD, MS, 2010

THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIDIGAL, L. *Os testemunhos orais na escola: História Oral e projectos pedagógicos*. Lisboa, Portugal: Asa, 1996.

VILANOVA, M. Significado do X congresso internacional de História Oral. In: FERREIRA, M., FERNANDES, T., ALBERTI, V. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - FGV, 2000, p. 19-21.

**UMA “ANÁLISE DE CONTEÚDO” NA MÍDIA IMPRESSA: MUNDIAL DE FUTEBOL
FEMININO COMO OBJETO DE ESTUDO**

Marcela Caroline Pereira¹

José Edenilson Montani²

Miguel Archanjo de Freitas Jr³

Resumo: Historicamente as mulheres enfrentam algumas contrariedades para adentrar em espaços sociais e assumir papéis ditos como propriedade masculina, dentre esses espaços, podemos observar o trabalhista, o político e o campo esportivo não foi diferente. E ainda como subcampo o futebol é o esporte que foi visto por muito tempo de prática apenas para homens. A modalidade que é culturalmente de reserva masculina trouxe para as mulheres grandes obstáculos, pois ao jogar o futebol elas enfrentam muitos preconceitos. Para compreender este processo foi necessário realizar uma busca na história. Nesta busca, observamos que, mesmo com esses entraves, atualmente as futebolistas tiveram conquistas diversas, que levou ao aumento de mulheres praticantes desta modalidade e podemos vê-las em vários locais da sociedade, como nas escolas, clubes, espaços públicos e um espaço que é de extrema importância para qualquer fenômeno ter visibilidade, “a mídia”. Sendo assim, este estudo busca compreender a forma com que a mídia impressa trata esta temática. Para atingir este objetivo foi analisado o Caderno de Esportes do Jornal Folha de São Paulo- JFSP, no ano em que foi realizada a Copa do Mundo de Futebol Feminino- CMFF ocorrida na Alemanha em 2011. Para isto, utilizou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), por ser um método quantitativo que objetiva detectar os elementos centrais da reportagem, com base em procedimentos metodológicos pré-estabelecidos. Os dados obtidos pelas análises foram tabulados, sendo expostos em forma de gráfico no devido trabalho para uma visualização clara dos leitores. Para uma melhor compreensão do tema deste estudo, buscou-se respaldo na literatura da área, na qual encontrou - se autores como: Santos; Medeiros, (2012), Coimbra (2001), Franzini (2005); Moura (2003); Gastaldo (2009); Pupim (2010), entre outros. No que se refere à frequência das reportagens durante os meses analisados, verificou-se o “efeito sanfona”, que segundo Mourão et. al, (2005) “... na mídia, hora o futebol feminino se expande, hora sofre uma retração”. Em relação aos indícios das reportagens identificadas pela Análise de Conteúdo, foi encontrada como elementos significativos na cobertura do JFSP em primeiro lugar a categoria, Seleção Brasileira (25,5%), em seguida as categorias Demais Seleções (19,1%), Marta (19,1%), posteriormente a categoria Jogadoras (17,1 %), e por fim as categorias Evento Copa do Mundo (6,4%), técnico (6,4%) e Jogos do Brasil (6,4%). Os resultados do trabalho demonstram que, o discurso deste periódico não foi preconceituoso, mas demonstraram em muitos momentos as inúmeras dificuldades desta modalidade no país.

¹ Acadêmica de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: marcela.91pereira@gmail.com

² Acadêmico de Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: jedenilsonmontani@hotmail.com

³ Professor Doutor do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: mfreitasjr@uepg.br

Palavras-Chaves: Futebol. Feminino. Mídia Impressa.

Introdução

Ao longo da história as mulheres encontraram muitos obstáculos para se inserir em alguns campos da sociedade como, por exemplo, no campo trabalhista, durante a Segunda Guerra as mulheres foram empregadas nas empresas, no entanto, no pós-guerra, muitas foram dispensadas. Ou seja, ao mesmo tempo em que ofertaram um espaço, impuseram mais um obstáculo, pois o trabalho foi temporário para algumas. Enfrentavam opositores, cujo discurso era, o lugar da mulher é em casa como cuidadora do lar e da família. Mesmo adentrando neste campo, sofreu com a dupla jornada de trabalho, salário inferior ao dos homens, obtenção da licença maternidade, etc. No campo político, enfrentaram resistências do direito ao voto, de candidatar-se em eleições e limitações para participar deste espaço, pois segundo Crizostomo (2011) esta esfera política, historicamente foi um reduto masculino. No campo esportivo não foi diferente, as mulheres sofreram inúmeros preconceitos ao tentarem adentrar ao subcampo futebolístico, considerado um espaço de reserva masculina. Como demonstraram Gabriel, Alexandre, Freitas Jr (2012) "... a modalidade esta arraigada como prática do gênero masculino".

Para compreensão deste trabalho é importante perceber o contexto histórico que este segmento passou. Moura, (2003) em sua busca na história do futebol feminino, mostra versões das primeiras partidas no Brasil; uma delas é em 1913 – um jogo disputado contra times de bairros da Cantareira e do Tremembé de São Paulo, outro relato é em 1921, as senhoritas Tremembenses enfrentam na capital paulista as Cantareirenses. Em um primeiro momento as mulheres serviam apenas de assistentes, (expectadoras), de maneira a incentivar os clubes, e no final dos anos 10 o futebol ficou disseminado entre uma quantidade significativa de mulheres para aquele período. Com o passar do tempo, observaram a importância desta apreciação nas partidas de futebol, e os periódicos da época realizaram um concurso para “espectadoras” dos seus protagonistas, ou seja, dos jogos que eram praticados pelos seus pais, namorados, irmãos primos etc., (MOURA, 2003). Assim a figura feminina nos estádios se tornou importantíssima, tanto que, interessou os jornais diários e revistas mensais da década de 20. Devido a esta repercussão da mulher como expectadoras, onde elas, indiretamente estavam ligadas ao futebol ficando intituladas como Torcedoras. Em algumas colunas de jornais dessa época, apresentava-se a mulher como apreciadora do "Sport fino Bretão", (MOURA, 2003).

Moura, (2003), relata que a prática do futebol era exclusiva dos homens até ser invadida pelas mulheres em um evento beneficente do ano de 1913, apareceu no periódico paulista A Gazeta, em 28 de junho de 1921, uma nota sobre uma partida de futebol jogada efetivamente por mulheres. E em alguns "festivais" operários, as mulheres praticavam ciclismo, corridas de média e longa distância e o basquete e o futebol seriam colocados como esporte feminino. Segundo Franzini, (2005), com as mulheres praticando o futebol e participando de campeonatos, iam contra o conservadorismo da mulher no Estado Novo. Esses Campeonatos repercutiram de tal forma que chamaram a atenção de alguns opositores, entre eles o Sr. José Fuzeira, preocupado com a “Saúde das mulheres e a reprodução feminina”, mandou uma carta

ao Presidente Getúlio Vargas pedindo a atenção à tamanha calamidade. A Medicina Eugenista, que era responsável pela Educação Física, em alguns momentos apoiava o futebol praticado pelas moças e em outros criticava as mulheres Futebolistas. Posteriormente, em abril de 1941 para um “enquadramento saudável” o Conselho Nacional de Desportos instituiu uma lei que proibia a mulher à prática de qualquer esporte que fossem incompatíveis a sua saúde, (MOURA, 2003), e em 1965 proibiu especificamente o Futebol, perdurando este decreto até 1979. (DARIDO; JUNIOR, 2002).

Foi devido a esses acontecimentos e paradigmas, enraizados culturalmente em nossa sociedade, que a mulher foi vista como secundarista neste espaço, o que consequentemente na retomada da modalidade, gerou preconceitos diversos a esta prática. Mesmo com estas barreiras o futebol feminino ganhou forças e o número de mulheres praticantes foi aumentando. Em 1991 com a participação da Copa do Mundo de Futebol Feminino- CMFF e nos Jogos Olímpicos - JO em 1996, ganham espaços importantes até mesmo na mídia. E as “conquistas” da Seleção resultaram no aumento do futebol feminino na sociedade. (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013). Esta ampliação no espaço midiático é de fato muito importante, pois os meios de comunicação levam informações a praticamente todo Território Brasileiro, o que possivelmente auxilia a modalidade, em uma expansão popular e consequentemente pode ter um aumento no número de expectadores e praticantes. Tendo em vista essa expansão, quando a mídia mostra o futebol feminino trás um questionamento, uma vez que, o mesmo tem um espaço limitado e acontece de maneira instável.

Há no FF um movimento “sanfona”, quando o contexto parece representar uma condição de estabilidade, permanência e manutenção na mídia e nos campos, observa-se de forma dinâmica uma retração desta prática. (MOURÃO; MOREL, 2005).

Ao observar o destaque das Brasileiras na CMFF e no JO, eventos considerados importantes, por serem competições de nível internacional, a mídia supostamente voltaria seus olhares para o futebol feminino. Diante deste processo de construção/desenvolvimento do futebol feminino e partindo do pressuposto que os meios de comunicação podem ajudar ampliar este campo, o estudo realiza uma “análise de conteúdo” das reportagens no caderno de Esportes do Jornal Folha de São Paulo – JFSP nos meses de março á agosto de 2011. Com intuito de observar três meses antes da CMFF, (março, abril e maio), mirando sobre a qualidade da disseminação do campeonato. Os outros três meses (junho, julho e agosto), pretende-se visualizar o comportamento do JFSP perante CMFF.

Mídia e Futebol

As Mídias produzem informações constantemente, e estamos ligados de alguma maneira com elas, ou seja, consciente ou inconsciente, estamos ouvindo seus sons, vendo suas imagens e usufruindo de conteúdos que a mesma aborda. Pode-se entender como mídia os meios de comunicação de massa, que veiculam seus produtos de modo massificado, neste sentido os exemplos de mídia são a televisão, o rádio, o jornal, os

outdoors, (GASTALDO, 2009) e vários outros que foram desenvolvidos ao longo do tempo em razão das necessidades e interesses da sociedade. A mídia cria modelos de vivências e formas de ser para as pessoas, e segundo Coimbra, (2001), é um dos mais importantes equipamentos sociais, que nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir. Os meios priorizam alguns temas, e faz pensar que é aquilo que devemos dar ênfase, segundo Coimbra (2001), ela hierarquiza os temas. Um desses fenômenos é o esporte espetáculo, sendo com maior destaque nos meios, o Futebol, isso se evidencia se observarmos as várias mídias, pois elas deixam espaços reservados para o mesmo, como exemplo desta colocação, podemos observar a Emissora de Televisão “Rede Globo” que na quarta - feira e no domingo durante sua programação tem espaço reservado para a modalidade.

A espetacularização do esporte é, pois, um dos desdobramentos de sua popularização, ao passo que, impulsionado pela veiculação nos meios de comunicação, tornou-se um fenômeno de massas de grande dimensão simbólica, que suscita problematizações importantes no contexto acadêmico-científico. (SANTOS; MEDEIROS, 2012).

Quando tratamos do futebol feminino, não vemos tal massificação, entretanto com a criação da Seleção Brasileira de futebol feminino em 1991, que participou da Copa do mundo e demais campeonatos, se deu um aumento da visibilidade midiática.

Metodologia

Foi realizada uma revisão de literatura de autores, cujo tratam de aspectos que circundam o futebol feminino, com o intuito de obter conhecimento sobre o tema. Nestes estudos, encontramos preconceitos existentes em uma história de muitas lutas, desta forma, foi vista a importância de estudar a prática futebolística feminina nos dias atuais, analisando a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2011. Posteriormente realizamos uma análise de conteúdo do JFSP no Mundial.

Neste estudo optou-se por utilizar como método, a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, (2004) na cobertura do caderno de esportes do jornal Folha de São Paulo, nos meses de março á agosto de 2011 (ano que aconteceu CMFF, na Alemanha), sendo que em todos os meses, analisamos de uma mesma maneira, tornando o procedimento da análise, sistemática. A escolha do caderno de Esportes do Jornal Folha de São Paulo, foi devido à disponibilidade de um acervo online, o que torna possível a coleta das amostras e principalmente pelo fato de que este jornal possui a maior tiragem e circulação dentre os jornais nacionais, sendo que em fevereiro de 2014 a circulação média foi de 341.553 edições.⁴

A Análise de Conteúdo para Pupim, (2010) o método visa atingir a verdade das mensagens emitidas pelos jornais, podendo colocar a prova os resultados obtidos. Trata-se de um método quantitativo e qualitativo que permite a justificativa das categorias calçadas em números. Outro aspecto importante que o método permite atingir é

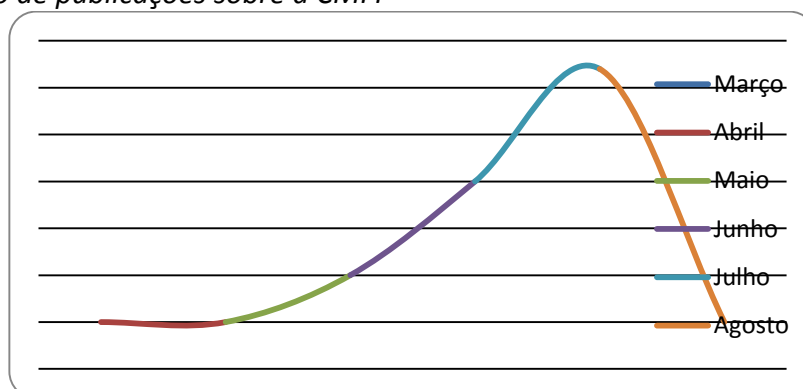
⁴<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/158930-maior-jornal-do-brasil-folha-e-lider-em-diferentes-plataformas.shtml>

descobrir mensagens implícitas nos textos analisados, porém, neste estudo não será abordado, devido ao objetivo da análise. Bardin (2004) salienta que na análise de conteúdo, extrai conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada, (PUPIM, 2010). As “Categorias” foram delimitadas a partir do indício central de cada reportagem analisada, ou seja, do que e de quem aquela notícia esta centralizando. Os resultados obtidos serão tabulados e colocados em gráficos para a observação.

Resultados e discussões

Na revisão de Literatura realizada, observamos as dificuldades das mulheres para adentrar no campo futebolístico. Alguns estudos demonstram o preconceito existente na sociedade que compuseram todo o cenário do futebol feminino. Teixeira e Caminha (2013), realizaram uma revisão sistemática que investiga as causas da existência de preconceito no futebol feminino Brasileiro e ao final da sua análise demonstrou que as principais barreiras eram a fragilidade feminina, o temor da masculinização feminina, a erotização da mulher, a incompetência na prática do futebol, e a ridicularização por serem inábeis.

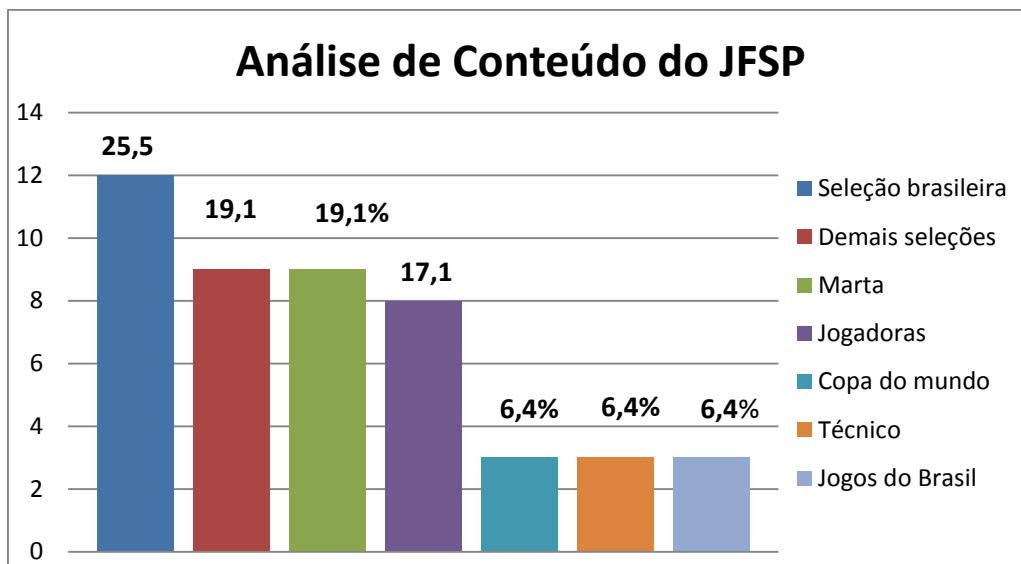
Gráfico de publicações sobre a CMFF⁵



O gráfico mostra que nos meses de março e abril (meses que antecedem a CMFF) não há nenhuma reportagem sobre o evento, deixando clara a pouca divulgação do campeonato. Já no mês de maio é percebido um pequeno aumento no gráfico, mostrando que um mês antes do início da Copa cinco reportagens sobre o assunto foram publicadas, o que não daria um efeito incisivo para uma disseminação do campeonato. No período de junho e julho, meses que aconteceu o evento, o número de reportagens teve um aumento significativo em relação aos meses anteriores, como mostra o gráfico. Contudo no mês de Agosto, após a CMFF, é notada uma grande baixa de reportagens, chegando novamente a nenhuma publicação de reportagens sobre o assunto. O presente estudo mostra o que Mourão (2005) chama de “efeito sanfona”, onde o tema parece ganhar mais espaço e visibilidade na mídia e nos campos, porém em outro momento, sofre retração.

Outros resultados obtidos, através da “análise de Conteúdo”, onde encontramos os indícios que o jornal deu ênfase nas reportagens, durante a CMFF.

⁵ Foi utilizado apenas a análise das reportagens que se aprofundam na CMFF, e não as reportagens que trazem informações sem aprofundamento do tema, como exemplo, as chaves dos jogos.



O índice que mais apareceu foi “Seleção Brasileira”, com 25,5%. Em seguida vêm à categoria “Demais Seleções”, “Marta” com 19,1%, “Jogadoras” 17,1%. Os índices “Copa do Mundo”, “Técnico” e “Jogos do Brasil” completam a tabela com 6,4%. Com esses dados notam-se as categorias com mais significância na cobertura do JFSP sobre a temática Seleção Brasileira e assim seguindo a subsequência dos demais elementos. As frases encontradas com os indícios serão mostradas a seguir, para uma possível visualização dos resultados obtidos nas tabelas. Neste sentido, optou-se por ser colocada uma frase de cada categoria em forma de uma citação, pelo fato da extensão, o que depende da delimitação do trabalho.

“A badalada seleção brasileira feminina está 100%, mas tem se limitado a jogar para o gasto”, “As japonesas vingaram o Brasil e derrotaram os EUA nos pênaltis”, “A melhor jogadora do mundo enfim se encontrou com o grupo que tentará o título mundial”, “As 25 jogadoras pré-convocadas (quatro serão cortadas) ontem pelo técnico Kleiton Lima para a Copa do Mundo da Alemanha, em julho, têm, em média, 1,69 m de altura e 26,2 anos”, “Começa hoje, na Alemanha, a 6ª Copa do Mundo de mulheres”, “O técnico Kleiton Lima falou sobre Marta e a responsabilidade da principal jogadora do país de levar o Brasil ao título mundial”, (Folha de São Paulo, 2011). “Dentro da arena, eram quase 36 mil expectadores.” “O estádio todo se entusiasma com um a chance de gol brasileira” (Folha de São Paulo, 2011).

Não observamos nas publicações do JFSP, preconceitos do futebol praticado pelas mulheres, apenas informações das dificuldades enfrentadas pela modalidade e como ela se encontra no território Nacional.

Considerações finais

A história traz os obstáculos enfrentados pelas mulheres de uma forma ampla, e também no que diz respeito ao esporte, especificamente ao futebol. Ao longo do tempo a modalidade foi ganhando mais praticantes e garantiu a participação em eventos importantes, como a Copa do Mundo, campeonato que trouxe conquistas para o futebol feminino, sendo uma dessas, o espaço midiático. A mídia, segundo alguns autores já supracitados neste estudo, exerce influência significativa na sociedade de maneira transmitir ao seu consumidor formas de pensar e agir. Como consequente a estes valores, quando o Futebol feminino aparece neste espaço ganha determinada visibilidade. No entanto, ficou claro com a realização da análise de conteúdo de matérias sobre o Mundial de futebol feminino (2011- Alemanha), do JFSP, que a mídia não disseminou significativamente um dos mais relevantes eventos do futebol feminino. Apesar de ter publicado constantemente e de maneira satisfatória em sua cobertura jornalística, durante o campeonato, observou-se a queda de publicações nos meses seguintes ao evento. Com o desinteresse por parte da mídia em tornar frequentes as publicações sobre o futebol feminino, e não apenas no período de grandes eventos, fica claro que o esporte caminha de maneira lenta para uma maior visibilidade. Nesta CMFF (2011), em uma reportagem realizada com Marta, relatado no JFSP, que um título desse Mundial aumentaria a visibilidade no Brasil e alavancaria a modalidade no país. Assim, possivelmente o futebol feminino expandiria ainda mais o número de praticantes, ganharia espaço satisfatório nos meios e nosso país trataria a modalidade praticada pelas mulheres com significância, como consequente adquiriria a visibilidade almejada.

Referências:

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **MÍDIA E PRODUÇÃO DE MODOS DE EXISTÊNCIA¹**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol.17 n. 1, pp. 001-004, Brasília, Jan- Abr. 2001.

CRIZOSTOMO, José Henrique Mendes. **O MASCULINO E O FEMININO NA POLÍTICA LOCAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**. Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, Agosto de 2011.

DARIDO, Suraya Cristina; JUNIOR, Osmar Moreira de Souza. **A prática do futebol feminino no ensino fundamental**. Revista Motriz, v. 8, n.1, p. 1-9, Jan.- Abr. 2002.

FRANZINI, Fábio. **FUTEBOL É “COISA PARA MACHO”? PEQUENO ESBOÇO PARA UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NO PAÍS DO FUTEBOL¹**. Revista Brasileira de história, v.25, nº 50, p.315- 328, São Paulo, 2005.

GABRIEL, Bruno José; ALEXANDRE, Felipe; FREITAS JR, Miguel Archanjo. **AS RELAÇÕES DE GÊNERO E FUTEBOL NO CONTEXTO ESCOLAR: ANALISANDO AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL GENERAL OSÓRIO**. 10º CONEX, 2012.

GASTALDO, Édison. **"O PAÍS DO FUTEBOL" MEDIATIZADO: MÍDIA E COPA DO MUNDO NO BRASIL**. Revista, Sociologias, ano 11, nº 22, p. 352-369, Porto Alegre, jul./dez. 2009.



MOURA, Eriberto José Lessa. **AS RELAÇÕES ENTRE LAZER, FUTEBOL E GÊNERO.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Dezembro, 2003.

MOURÃO, L.; MOREL, M. **AS NARRATIVAS SOBRE O FUTEBOL FEMININO: O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA EM CAMPO.** Revista Brasileira Ciência do Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

PUPIM, Paulo Cesar. **ANÁLISE DE CONTEÚDO DO PAPEL DA IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO MITO DA NECESSIDADE DAS PRIVATIZAÇÕES: O CASO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.** Dissertação de Mestrado ao Programa e Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Marília. Marília, 2010.

SANTOS, Doiara Silva; MEDEIROS, Ana Gabriela Alves. **O FUTEBOL FEMININO NO DISCURSO TELEVISIVO.** Revista Brasileira de Ciência do Esporte, v. 34, n. 1, p. 185- 1696, Florianópolis, jan./mar. 2012.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. **PRECONCEITO NO FUTEBOL FEMININO BRASILEIRO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.** Revista, movimento, v. 19, n. 01, p.265-287, Porto alegre, jan/mar de 2013.
Fontes: Folha de São Paulo/2011.

A INTRODUÇÃO DO KARATÊ SHOTOKAN EM CURITIBA: RELAÇÕES COM A DITADURA E IMIGRAÇÃO

Marcelo Alberto de Oliveira¹

Carlos Alberto Bueno dos Reis Júnior²

Resumo: Este trabalho visa compreender como ocorreu, em Curitiba/Paraná, o processo de introdução de uma das manifestações da cultura corporal japonesa, o Karatê. Buscamos, através do presente estudo, reconhecer no encontro cultural proveniente da difusão desta arte marcial com a Sociedade na década de 1960 os seus desdobramentos. Utilizamos como metodologia: os procedimentos da história oral e da pesquisa documental. Concluímos que naquela época houve agentes promovedores do Karatê junto à sociedade.

Palavras-chave: memórias. karatê. introdução.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de iniciação científica é norteado pelo Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS/UFPR), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Cujas problemáticas visa analisar como foi o processo de introdução e difusão do Karatê ocorrido, segundo fontes orais e documentais, na década de 1960 na cidade de Curitiba. Assim, analisaremos seus sentidos, processos, simplificações, consequências e desdobramentos. Nesse contexto, o termo “Karatê-Dô”, que designa essa arte originária da ilha de Okinawa, no Japão, significa “Caminho das mãos vazias” (kara=vazio tê=mãos dô=caminho). Segundo Tagnin (1975):

Vazias de armas, vazias de más intenções ao próximo. Dentro do Karatê-Do atual existem vários estilos, mas ele é, sobretudo, uma arte marcial que põe à prova o caráter, a personalidade, a alma e o organismo de quem o pratica, fazendo com que ‘a luta interna’ existente no adepto, leve-o a ‘desafiar-se’ e a ‘vencer a si mesmo’. (TAGNIN³, 1975, p. 114 *apud* Práticas Corporais, 2005).

Contudo, as hipóteses que rodeiam as memórias relacionadas com a introdução e difusão do karatê em Curitiba remetem a personagens que não, necessariamente, vieram para essa cidade exclusivamente para lecionar o karatê. Nesse pensamento, acompanhando um fluxo migratório do campo para a cidade ou de um país para outro, essas pessoas, não obrigatoriamente de origem japonesa, não tiveram oportunidades em suas localidades de origem que propiciassem melhores condições de vida. Contudo, vir para uma cidade onde a economia e os empregos estavam em alta, como era

¹ Graduando de Educação Física; Universidade Federal do Paraná; marcelo.alberto@ufpr.br

² Graduando de Educação Física; Universidade Federal do Paraná; carlosabrij@yahoo.com.br

³TAGNIN, G. **O verdadeiro caminho do Karatê**. São Paulo: Rodolivos, 1975.

encontrado em Curitiba, pode ter sido o mais recomendável para quem almejava uma vida mais afortunada.

Este estudo tem como objetivo de reconstituir a introdução e difusão do Karatê *Shotokan* em Curitiba no período de 1965 a 1972, bem como ressaltar personagens que colaboraram na difusão desse esporte na capital paranaense.

Para tanto, com o intuito de trazer a tona como foi a difusão do Karatê em Curitiba, a pesquisa também propiciará uma justificativa social ao mesmo tempo, expondo o quanto foi marcante o encontro cultural – ocidental e oriental – fazendo-nos perceber detalhes de uma época que fez e faz parte da construção humana da sociedade em Curitiba reconhecidos em documentos e história oral.

A compreensão de como foi o período de introdução do Karatê permite-nos, numa outra justificativa, agora acadêmica, engrandecer e quantificar estudos ou pesquisas com esta temática, haja vista que atualmente há poucos trabalhos na área de pesquisa com memória sobre esta arte marcial/cultural.

Nesse contexto, para Avelar (2010) a memória é “permeada pela narrativa de movimentos concatenados que despertam a curiosidade de buscar fatos reais interpretados e codificados por aqueles que vivenciaram um momento”. Portanto, este trabalho pode estar contribuindo no sentido científico.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, utilizamos duas propostas metodológicas que podem ser caracterizadas como: pesquisa documental e história oral. Com relação à primeira metodologia empregada, foi solicitada à permissão do contribuinte para com a pesquisa, apresentando-o uma carta de Cessão de Direitos Autorais Sobre Documentos e assinada pelo mesmo em seguida. Segundo Santos² (2000 *apud* Corsetti, 2006), a pesquisa documental é:

Realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – (pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos.

Já na história oral, foi solicitada à permissão do contribuinte para com a pesquisa, apresentando-o um Termo de Autorização de Uso de Imagem, Som e Voz – conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais); e assinada pelo mesmo em seguida. A história oral segundo Amado (2006):

²SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultados do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação (p. XIV).

Já para Luder (2012)

Nesta perspectiva, percebemos o valor democrático e humanístico da história oral, não só por tornar público experiências guardadas na memória dos depoentes, mas também por valorizar a contribuição de pessoas comuns na construção da história humana (LUDER, 2012, p. 14).

Neste sentido, para a presente pesquisa, foram coletadas fontes que vinculam a década de 1960 com relação ao Karatê em Curitiba, tais como: reportagens, fotografias, notas, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência comercial, documentos informativos da Federação Paranaense de Karatê e do acervo pessoal dos entrevistados.

Já para a coleta de fonte oral foi determinado um dia e local para a entrevista. Contudo, foram utilizados como equipamentos: um gravador de voz SONY modelo IC Recorder ICD-PX820; um celular LG para a gravação de voz modelo 660; e uma câmera filmadora SONY modelo DCR-SX20.

UM BREVE RELATO SOBRE A INTRODUÇÃO DO KARATÊ NO BRASIL

Atualmente existem poucos trabalhos científicos no Brasil abordando a introdução do Karatê no Brasil, entretanto é importante salientar que, mesmo sendo minoria, o trabalho incessante de alguns pesquisadores traz-nos um emaranhado de informações que contribuem para esclarecimentos e memória. Contudo:

A história da introdução do Karate no Brasil está diretamente ligada aos imigrantes japoneses que aqui se estabeleceram após a Segunda Guerra Mundial. Com a formação da colônia japonesa em São Paulo a partir de 1955 foi estabelecida a primeira academia de Karate naquela cidade, pelo sensei Mitsusuke Harada do estilo Shōtōkan (BARTOLO³, 2009; CBK⁴, 2009 *apud* FROSI, 2011). Em 1959, o sensei Seiichi Akamine fundou a primeira academia do estilo Gōjū-ryū e em 1960 fundou a Associação Brasileira de Karate, e que mais tarde daria origem à Confederação Brasileira responsável pela administração do

³BARTOLO, P. Karate-Do: história geral e do Brasil. Santos: Realejo, 2009.

⁴CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE (CBK). História do karate. São Paulo: 2004. Disponível em: <www.karatedobrasil.org.br>. Acesso em: 13 mai. 2009.

esporte (OLIVEIRA⁵, MILLEN NETO & JORDÃO, 2005 *apud* FROSI, 2011). Neste ano outros conhecidos mestres, oriundos também da colônia japonesa de São Paulo praticavam a arte em solo nacional, eram eles: Juichi Sagara, Yasutaka Tanaka, Tetsuma Higashino e Sadamu Uriu. (FROSI, 2011).

ALDO LUBES E SUA CHEGADA AO BRASIL

Emigrado da Itália para o Brasil em 1958, Aldo Lubes fez parte de um contingente de estrangeiros que foram à procura de melhores condições de vida. Lubes (2014) esclarece: “Lembro que estava sendo realizada a copa do mundo de futebol na Suécia. [...] surgindo nessa época um grande jogador de nome Pelé, que devia ter a minha idade na época”.

Para tanto, ao chegar ao Brasil, ele moraria na capital do estado do Rio de Janeiro com um primo. Passado seis meses viria a morar longe dele na capital paulista. Seu objetivo de imediato era vir e ajudar seu parente, dono de um restaurante italiano. Nesta época, 1958, Aldo se matricularia numa academia de Judô⁶, assim, treinando com o professor Sunji Hinata.

Na sequência, Aldo reencontraria seu primo, em São Paulo, no qual receberia dele uma proposta para voltar ao Rio e, somente, em meados de 1960 conheceria Curitiba, onde administraria um restaurante chamado Fontana Di Trevi no qual o primo tinha recém inaugurado. Na sequência, Lubes, se matricularia numa Academia de Judô, aonde sensei Kamada lecionava. De lá para cá fixou residência, onde está até os dias atuais.

A DÉCADA DE 1960 PARA CURITIBA E PARA O KARATÊ

Da década de 1960 para cá, Curitiba acompanhou a chegada de um crescente fluxo migratório de pessoas procurando melhores condições de vida, contudo os precursores do Karatê: Celso Charuri, Aldo Lubes e Julio Arai fizeram parte desse processo. Todavia, atualmente Curitiba possui cerca de 1.900.000⁷ habitantes, segundo Souza (2001):

É uma cidade acostumada aos movimentos de expansão populacional. Depois de um fluxo migratório de europeus no final do século XIX e início do século XX, a cidade vem recebendo, desde a década de 1950, um grande número de migrantes

⁵OLIVEIRA, E.F.; MILLEN NETO, A.; JORDÃO, T. Karatê. In: DACOSTA, L. (Org.). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

⁶Lubes só iniciaria sua prática com o Karatê em 1965, em Curitiba, sete anos depois de sua chegada ao Brasil, através do próprio vínculo com o Judô. Isso só pode acontecer a partir de uma visita e convite feito por ele mesmo a um jovem, vindo de São Paulo capital, chamado Celso Charuri, ao qual visitava sua recém-inaugurada Academia Kodokan de Judô. Memórias do karatê paranaense. Disponível em: http://kodokan.com.br/site/?page_id=20. Acesso: 12/06/2014.

⁷Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232OU>. Acesso em: 08/06/2014.

vindos do interior do Paraná e de outras regiões do Brasil, resultado da industrialização urbana e da modernização agrícola.

Curitiba naquela época vivia uma tensão política conturbada a partir de 1964. Houve o recém-implantado modelo político intitulado, a Ditadura Militar⁸. Apesar disso, para o *sensei* (mestre) Aldo Lubes, em entrevista feita no dia 4 de junho de 2014, a ditadura foi um período que exigia muito cuidado, ainda mais com a condição de imigrante.

Houve a ditadura, mas eu não vi a ditadura. Não vi porque não era estudante e tinha movimentos estudantis. Eu trabalhava e minha família morava na Itália e eu não poderia me meter em nenhum probleminha por ser estrangeiro. Então eu não vi (LUBES, 2014. Informação verbal)⁹.

Já para o professor Julio Takuo Arai, o período da ditadura em Curitiba, se comparado com a cidade pela qual veio, São Paulo, diz não ter sentido muita anormalidade. "Aqui em Curitiba eu não notei nada de anormal, né! Em relação a esse período porque em São Paulo foi meio conturbado com os estudantes universitários. Aqui em Curitiba não houve muita baderna, essas coisas" (ARAI, 2014. Informação verbal)¹⁰.

De certa forma, aquele período para o Karatê foi, concomitantemente, com a Ditadura, uma oportunidade de expandir-se, ganhando mais visibilidade e repercussão. Pois na medida em que avançava os investimentos militares, no sentido de modernizarem e aperfeiçoarem os treinamentos, as Artes Marciais adentram no cenário militar com grande possibilidade de efetivação. Segundo Paulo Leminski³ (1986), escritor e poeta curitibano, que foi aluno do professor Aldo Lubes:

Foi nessa época que as artes marciais do Oriente começaram a entrar na moda em Curitiba e, conseqüentemente, no mundo. Artes marciais, aqui, quer dizer judô, a primeira a se afirmar, seguida pelo florescimento dos vários estilos de karatê, aikidô, depois, tae-kwon-dô, tai-chi, hapki-dô, e todas essas maneiras elegantes de quebrar a cara do próximo que o Extremo Oriente desenvolveu. Na época, a gente não distinguia direito as coisas. Tudo o que se sabia é que o domínio de uma arte marcial asiática representava uma superioridade na luta dos machos pela

⁸A Ditadura Militar ou Regime Militar no Brasil foi instaurado no dia 1 de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo do presidente democraticamente eleito, João Goulart, e terminou quando José Sarney assumiu o cargo de presidente, dando início ao período conhecido como Nova República.

⁹LUBES, A. Entrevista feita para o Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS/UFPR), na Federação Paranaense de Karatê. Curitiba, 2014. Informação verbal.

¹⁰ARAI, J.T. Entrevista feita para o CEPELS/UFPR, na Academia Bodhidharma. Curitiba, 2014. Informação Verbal.

supremacia homem a homem (LEMINSKI¹¹, 1986 *apud* LUBES, 2014).

O próprio Lubes foi convidado, posteriormente, para lecionar aulas para a Aeronáutica, no interior de São Paulo, mas descartou a oportunidade por motivos pessoais na época.

CONCLUSÃO E JUSTIFICATIVA

No contexto curitibano, é notável a tensão entre as diferentes memórias a respeito da introdução e difusão da prática corporal em questão. Neste contexto, a partir da consulta a documentos e relatos de entrevistados oralmente, que supostamente seriam os primeiros promovedores do Karatê estilo *Shotokan* em Curitiba ainda vivos, Aldo Lubes e Julio Arai, constatou-se: que Celso Charuri (já falecido) teria ensinado técnicas de Karatê, aprendidas na capital paulista com o professor Harada.

Assim, posteriormente, repassou seu conhecimento marcial, em 1965, na capital paranaense, para o hoje *sensei* Aldo. *Sensei* Julio Takuo Arai viria depois, em 1969, emigrado de São Paulo, assim, na sequência, ajudaria *sensei* Aldo na disseminação e promoção do Karatê *Shotokan* em Curitiba. O local onde aconteceram as primeiras aulas, segundo as fontes, foi no Edifício Garcez, localizado na rua XV de Novembro em Curitiba.

Buscamos, através do presente estudo, reconhecer no encontro cultural proveniente da difusão do Karatê em Curitiba, os sentidos, os processos, as simplificações, as consequências e os desdobramentos relacionando com o período da Ditadura Militar e com o fluxo migratório em Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da investigação das fontes foi identificado memórias que vinculam a introdução desse sistema marcial na capital paranaense a precursores como os professores de Karatê Celso Charuri (já falecido), Aldo Lubes e Júlio Arai. Contudo, a difusão local da modalidade foi intensificada a partir da fundação da Academia Kodokan de Curitiba, em 1965, na cidade de Curitiba, Paraná.

Assim, até o momento presente, concluímos que a década de 1960 foi um período em que novos agentes e estruturas promoveram a propagação do Karatê *Shotokan* em Curitiba. O Estado e a Sociedade interagem com o Karatê curitibano, no sentido de, concomitantemente, estarem se ajustando a um período conturbado – a Ditadura Militar. De um lado o Karatê se expandia, trazendo mais pessoas para sua prática, já do outro lado, o Estado, assim como, a Sociedade se enriqueceu, no sentido de estar cristalizando um novo elemento da cultura corporal japonesa.

REFERÊNCIAS

¹¹LEMINSKI, P. O Mestre. *Academia Kodokan de Curitiba*. 1986. Disponível em: http://kodokan.com.br/site/?page_id=18. Acesso em: 12/06/2014.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões**, 2010. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2528/2024. Acesso em: 21 jan 2012

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. UNIrevista, vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006). Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/ART%2005%20BCorsetti.pdf. Acesso em: 07/02/2012.

FROSI, T. O. **Repensando a história do karate contada no Brasil**. p. 303. Trabalho científico para a Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, n.2, p.297-312, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n2/11.pdf>. Acesso em: 12/06/2014.

LUBES, A. **Biblioteca digital**: Academia Kodokan de Karatê. Memórias do karatê paranaense. Disponível em: http://kodokan.com.br/site/?page_id=20. Acesso em: 08/06/2014.

LEDUR, J. A. **KARATÊ NO RIO GRANDE DO SUL: as contribuições de Akira Taniguchi**. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56769/000861585.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/12/2013.

Práticas corporais / Ana Márcia Silva, Iara Regina Damiani, organizadoras. – Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, p. 138, 2005.

SOUZA, N. R. **Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade**. (Artigo). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a07n16.pdf>. Acesso em: 08/06/2014.

ANEXO



Figura 1 – imagens vinculadas a introdução do Karatê em Curitiba. Fonte: acervo do autor.

DEBATES E EXPERIÊNCIAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS)

Marcelo Gomes da Costa Guedes Pereira¹

Anna Rita Vieira de Freitas Machado²

Maria Helena Câmara Lira³

Resumo: Compreender a Educação Física a partir dos eventos históricos que marcaram o corpo e as práticas corporais são importantes na formação de professores(as) desta área. A releitura histórica contribui para entender o que é a Educação Física ou o que ela deve vir a ser. Este artigo trata do destaque de textos que contribuem para o entendimento da história da Educação Física, como também, evidencia um relato de experiência de atividades dentro da disciplina História da Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE.

Palavras-chave: História. Educação Física. Formação de Professores(as).

Introdução

Qual a importância do estudo da história na formação do(a) professor(a) de Educação Física? Quais subsídios os conhecimentos da história podem gerar na melhoria da prática pedagógica do(a) professor(a) de Educação Física? Como a disciplina *História da Educação Física* pode ser abordada, em uma graduação, a fim de que os conhecimentos históricos específicos da Educação Física ampliem o sentido e significado da formação de professores(as)? Questões como estas geram reflexões acerca da relação entre corpo, práticas corporais, Educação Física, educação e história dentro da formação de professores(as), incitando temáticas importantes na compreensão da forma como a Educação Física vem sendo concebida, no decorrer dos anos, e como ela pode ser recriada, ressignificada ou, simplesmente, transformada em uma prática pedagógica carregada de significados históricos.

Segundo Bracht (2007), os conhecimentos presentes no campo de atuação da Educação Física começaram a ganhar novos viéses, na história do Brasil, a partir da década de 1970, principalmente após a criação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), no final da década citada, e dos cursos de pós-graduação stricto-sensu nesta área. Entretanto, os principais pilares de sustentação da produção do conhecimento na área prestigiavam, principalmente, o universo dos esportes e da motricidade humana. Tendo as problemáticas voltadas para a Educação Física, como prática pedagógica, recebido maior atenção no que concerne à produção do conhecimento, no final dos anos da década de 1980, tendo ainda o CBCE enquanto referência.

¹ Graduando em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – celogomes92@hotmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – annavieira7@gmail.com

³ Doutora em educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – mhelenalira@gmail.com

Para autores como Oliveira (2006); Medina (2008); Daolio (2005) a década de 1990 é um marco na de crise de identidade para a Educação Física, não só sobre o campo de conhecimento no qual ela se justifica, mas também acerca de sua função social, de sua especificidade e responsabilidade na formação humana e em seu engajamento político. Não só no que ela é, no que a define e conceitua, mas no que ele deve vir a ser.

Conhecimentos voltados para as ciências humanas ganharam mais espaço nos currículos de formação de professores(as), campos de conhecimentos como a filosofia, sociologia, antropologia, história se colocaram como fundamentais para instrumentalizar uma prática adequada, exercida pelo profissional de Educação Física. A necessidade de compreender e problematizar o movimento para além de sua dimensão anatomofisiológica, técnica ou motora sublinhou olhares sobre o ser humano, a partir da Educação Física, através de lentes mais complexas e híbridas, no que tange à compreensão dos conhecimentos historicamente acumulados, sobre os gestos e movimentos esportivos, ginásticos, rítmicos, lúdicos, etc.

Dar condições para a Educação Física justificar-se enquanto educação, enquanto ferramenta de mudança de comportamentos capaz de (re)construir realidades sobre os esportes, as danças, os jogos, as ginásticas, as lutas, demanda que os sujeitos envolvidos nesta prática pedagógica consigam situar a Educação Física em seu caráter histórico. Logo, situar a Educação Física e seus sujeitos para seus sujeitos é muni-los de argumentos e compreensões sobre o tempo presente, tendo as rupturas e continuidades dos fatos/eventos do passado como principal campo de análise.

Sant'anna (2001) afirma que a história não salva a Educação Física de suas dificuldades, assim como esta não revela, através da história, apenas as suas coerências. Logo, o "situar-se historicamente" se refere a uma necessidade de compreender a Educação Física a partir das mudanças históricas que constituíram as mais variadas intencionalidades das práticas corporais; as variações sobre os discursos e práticas da atividade física em prol da saúde, da esportivização, da estética. Situar-se historicamente exige compreender a Educação Física enquanto uma prática pedagógica influenciada pelas mudanças históricas que marcaram o movimento humano em sua dimensão política, cultural e social.

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a importância da disciplina *História da Educação Física* dentro do curso de formação de professores(as), tendo como base as experiências vivenciadas nesta disciplina no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Dessa forma, no primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso das obras sugeridas nos planos de ensino desta disciplina. Em seguida, o artigo trata de um relato de experiência de uma atividade realizada na disciplina de *História da Educação Física* do referido curso, oferecendo subsídios para avaliar a sua relevância na formação dos(as) discentes.

A Educação Física e suas possibilidades de releituras históricas

Compreender a história da Educação Física leva a reflexões como a de Vani Costa (2011) sobre as concepções de corpo e práticas corporais no decorrer dos tempos, assim como, as intencionalidades do movimentar-se em períodos e locais históricos distintos. O corpo como interlocutor da história gera diálogos entre este e a própria Educação

Física, como desdobra Denise Sant'anna (2001) e Soares (2007) e suas especificidades na história da Educação Física brasileira.

Os olhares sobre o passado, acerca da história da Educação Física, são necessários para subsidiar argumentos a respeito da compreensão do próprio presente, instrumentalizando os sujeitos dessa área para transformarem a realidade. Logo, passear pelo passado da Educação Física remete a eventos do século XIX, a consolidação do Movimento Ginástico Europeu, sendo este marcante nas primeiras sistematizações sobre atividades físicas como promotoras de uma saúde física, mental e moral; alimentando a lógica eugênica de um possível aperfeiçoamento de arquétipos e biotipos, contribuindo com o disciplinamento e moralização do corpo submetido aos encantos dos discursos nacionalistas ou desenvolvendo valores estéticos em torno do movimento.

O corpo e as atividades físicas também podem sofrer releituras históricas no âmbito das mudanças socioeconômicas. Condicionar-se fisicamente geraria mais eficiência no trabalho executado por este corpo, conseqüentemente iria aumentar a produção nas indústrias e gerar mais capital, logo beneficiaria diretamente a classe burguesa detentora dos meios de produção. “O corpo dos indivíduos como mais um instrumento de produção passava a constituir uma preocupação da classe no poder.” (SOARES, 2007). A preocupação na formação do ser humano forte e viril perpassava principalmente por razões capitalistas. Soares (2007) também afirma que era preciso adestrar o corpo e discipliná-lo para sua função na produção e reprodução do capital, o que terminará por legitimar a Educação Física enquanto uma precursora da aptidão física.

Essa forma de realizar atividades físicas era denominada de ginástica calistênica e foi esse o primeiro conteúdo a ser abordado no ambiente escolar no âmbito da Educação Física. A ginástica, por sua vez, gerou novos paradigmas de estudos sobre o corpo. Na Europa, no fim do século XVIII e início do século XIX, exercícios físicos, desta vez na forma de jogos e danças, surgem também com o propósito de consolidar a sociedade capitalista. A Educação Física passa a ter um papel importante na sociedade e começa a ganhar destaque. “Desenvolver e fortalecer física e moralmente os indivíduos era, portanto, uma das funções a ser desempenhada pela Educação Física no sistema educacional” (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

As discussões sobre a institucionalização do jogo e a elaboração do esporte moderno também são temáticas caras para a História da Educação Física. Neste sentido é possível recorrer aos estudos com inspiração no processo civilizador e as ideias de Norbert Elias. Tendo como principal obra *A Busca da Excitação*, quando o assunto é esporte, Elias e Eric Dunning traçam diferenciações entre o esporte tradicional e o esporte moderno. Apesar de não ser um estudo historiográfico, *A Busca da Excitação* gera inúmeras contribuições ao traçar as rupturas e continuidades sobre a concepção de um esporte moderno.

No século XIX, a preocupação com o corpo e com a saúde recebeu prioridade na formação de cidadãos. “Crianças eram consideradas corpos em formação” (SANT'ANNA, 2001) e os avanços da área da medicina, na época, trouxe a valorização das práticas corporais. A Educação Física começava a receber um caráter mais teórico, porém continuava sendo lecionada por profissionais de outras áreas, em especial por médicos higienistas. Sua natureza era baseada nas ciências biológicas. A instituição militar fez

parte do processo de teorização da Educação Física no Brasil, principalmente no século XX, logo fica evidenciado que a Educação Física possuía um grande caráter mecanicista/militarista.

“A teorização da ginástica escolar era realizada a partir de um olhar pedagógico (médico-pedagógico, moral-pedagógico), ou seja, as práticas corporais eram construídas e vistas como instrumentos para a educação da saúde e para a educação moral” (BRACHT, 2007).

Após o fim da segunda guerra mundial, a Educação Física começa a receber uma grande influência do esporte. O discurso pedagógico da Educação Física, de apelo a sua inserção na educação, vai sendo substituído pelo cientificista, a partir da influência europeia, tendo o esporte como principal tema. As pesquisas na área começam a surgir a partir da medicina desportiva, desdobrando na hegemonia do esporte sobre a educação física.

É nesse viés que surge o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), no final da década de 1970. A produção acadêmica na área tem um aumento considerável e é voltado para o esporte. Na escola, o esporte também recebe uma atenção especial, principalmente pela influência do esporte de rendimento que motiva a formação de atletas dentro do ambiente escolar (BRACHT, 2007).

A partir da década de 1980, os profissionais de Educação Física começam a voltar suas pesquisas para temas no campo de conhecimentos das ciências humanas e para a prática pedagógica. Bracht (2007) afirma que é a partir do contato com o debate pedagógico brasileiro das décadas de 1970 e 1980 que profissionais de Educação Física passam a constituir um objeto de estudo a partir do viés pedagógico. A área começa a entrar em “crise de identidade” com a diversidade de teorias e teóricos que tentavam apontar qual o seu real especificidade de estudo.

Esse arcabouço de discussões históricas sobre a Educação Física é de real importância para o entendimento do que hoje é esta área de produção e aplicação do conhecimento, como também, para a formação de sujeitos históricos que poderão contribuir para o avanço desta. Além das discussões dos textos e autores(as) da área, a *História da Educação Física* pode ser problematizada na formação de professores(as) através de vivências práticas e reconstrução de alguns cenários do passado, a partir das experiências dos próprios movimentos, direcionando-os a intencionalidades de acordo com o tempo e o lugar que os caracterizam. Sobre estas possibilidades de vivências, o curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE realizou atividades as quais serão relatadas a seguir.

Experimentando a História da Educação Física

Dentro da perspectiva da formação de professores é importante levar em consideração a influência que uma disciplina voltada para o estudo da história da Educação Física possui para o indivíduo. A metodologia de ensino utilizada para lecionar a disciplina, os métodos avaliativos utilizados e a transmissão do conteúdo em si são determinantes para a garantia de um bom aprendizado pelos discentes. O(A)

professor(a) que carregar essa responsabilidade deverá ter um planejamento amplo e completo que garanta o acesso ao conhecimento. A partir disso, será feito aqui um relato de uma atividade realizada na disciplina de História da Educação Física no semestre 2013.1, para o primeiro período do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A organização da atividade se deu pela divisão de quatro momentos históricos marcantes para as atividades física e as diversas intenções que estas revelaram para o movimento humano. Cada grupo de estudantes ficou incumbido de pesquisar acerca da concepção de corpo no momento histórico que lhe foi designado. As fases foram: Primórdios, Grécia, Roma e Modernidade. Em cada contexto, os grupos deveriam realizar uma pesquisa buscando as principais atividades físicas e práticas corporais da época articulado com possíveis concepções de corpo. Feita a pesquisa, os discentes planejaram atividades nos mesmos moldes da época para qual foram selecionados.

O primeiro grupo ficou incumbido de falar sobre os primórdios. É importante ressaltar que o termo “pré-história” não foi utilizado pelo risco de poder ser interpretada com um teor preconceituoso, visto que o próprio termo indica que essa época se deu PRÉ historicamente, ou seja, antes da história, desconsiderando a importância e a relevância dessa época para a história da humanidade.

Pesquisando sobre o tema, o grupo identificou a forma de vida que tinham os habitantes da época: a alimentação com base na caça que iria requerer uma resistência física por conta dos caçadores e a comunicação através de pinturas rupestres. A equipe se caracterizou de acordo com a época e promoveu as seguintes atividades: 1) simulação da travessia de um rio simbolizando a necessidade de locomoção dos nômades da época. 2) Pintar na parede situações a serem ditas, mas que simbolizavam necessidades como a alimentação, para fazer alusão às pinturas rupestres. 3) rastejar em um cenário montado para simular a necessidade de locomoção. 4) acertar os alvos estabelecidos e responder a uma pergunta sobre o período. Chegou-se a conclusão que neste período o corpo era utilizado para realizar as necessidades básicas do homem: correr, saltar, locomover-se, alimentar-se e comunicar-se e sua interação com a natureza era salutar.

A Grécia foi um marco para o que hoje compreendemos por Educação Física, por dar início ao processo de valorização e ostentação do corpo. Nessa época, o corpo nu mostrava, através dos seus gestos, a beleza natural do ser humano. “Para os gregos, a perfeição só podia ser alcançada com a união da beleza e da virtude” (SOARES, 2006). A beleza era destaque e significava superioridade por ser associada a uma figura importante para aquele povo: Helena. “Contemplar Helena é uma forma de compensar tantos tormentos” (SOARES, 2006). Após compreender a concepção de corpo o grupo partiu para a atividade, que consistiu na vivência do Pentatlo, cuja gênese se deu na Grécia Antiga. Foram feitas atividades com adaptação para o arremesso de disco, arremesso de peso, salto em distância e a corrida de revezamento. Dividiram-se duas equipes, cada uma com o nome de uma cidade estado (Atenas e Esparta) e ambos competiram entre si.

Para o grupo responsável por falar sobre a Roma Antiga foi necessário fazer uma exposição sobre um dos eventos marcantes para aquele povo: as lutas no coliseu. Nessa época, as lutas entre gladiadores eram comuns e serviam de diversão para os moradores da cidade, satisfazendo-os. O corpo se torna, assim, um instrumento de diversão e um veículo de discurso político. Nessa lógica, o grupo se baseou nesses fatos e recriou o

ambiente do coliseu para compreender como se dava aquele momento. O quarto e último grupo ficou com a modernidade, idade esta onde o esporte e a ginástica se tornaram essenciais para o avanço de práticas higienistas. A melhora da aptidão física para as competições esportivas e maior rendimento nas indústrias, também são marcantes neste contexto. A atividade realizada foi voltada para o Turfe, prática comum na época. Ao final da atividade foi realizada uma avaliação junto aos alunos onde se colocaram as considerações acerca de cada apresentação e da importância destas no processo de aprendizado de cada um.

Ao separar os grupos, a professora trouxe a divisão dos períodos e o objetivo da atividade. Aos estudantes ficou a responsabilidade de se auto-organizarem para planejarem e sistematizarem uma atividade que levasse a compreensão de tais momentos. As atividades necessitaram de criatividade, reflexão, coletividade e estudos para serem executadas e plenamente atendidas. Tal metodologia gerou uma reação positiva nos discentes e se mostrou importante para o decorrer da graduação. O ensino da História da Educação Física quando feito de forma sistemática e planejada, se torna fundamental no processo de ensino-aprendizagem e atribuição de sentido e significado aos conhecimentos que transitam na Educação Física.

Considerações finais

Tendo em vista a experiência explanada anteriormente, percebe-se que existem diversas formas problematizar a história da Educação Física. O processo de desenvolvimento da área no Brasil mostra a dificuldade que se estabelece até hoje para o seu avanço, logo, se não houver o conhecimento desses fatos por aqueles que são diretamente atingidos, a realidade concreta dificilmente mudará.

Tratar a Educação Física a partir de sua história é dar sentido e significado à prática exercida pelo profissional, é ter ciência da importância da fase em que ela se encontra e partir sempre para a quebra de paradigmas historicamente desenvolvidos na sociedade, a fim de superá-los. Estudar a disciplina de História da Educação Física no ensino superior se torna fundamental no ponto de vista de ter uma formação qualificada, a qual permita ao profissional exercer as suas funções independente do ramo para qual escolheu seguir. Tomando por base este raciocínio, fica a cargo do(a) professor(a) escolher a melhor metodologia para contemplar os conteúdos e garantir um bom aprendizado.

Referências

BRACHT, Valter. *Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. 3. ed. – Ijuí, Rio Grande do Sul. Ed. Unijuí, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. São Paulo, Papirus, 1988.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Vani. Corpo e História. *Revista ECOS*. Edição nº 10 – julho 2011.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995.

GOELLNER, Silvana Vilodre; MELO, Vitor Andrade de: *Educação física e história: a literatura e a imagem como fontes*. In: Carvalho e Rubio. *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec. 2001.

MARTINS, Carlos; ALTMANN, Helena. Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning. *Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Campinas, abril, 2007.

MEDINA, João Paulo S. *A educação física cuida do corpo e mente: bases para a renovação e transformação da educação física*. 24ª Ed. Campinas: Papirus, 2008.

MELO, Vitor Andrade de. *Por que devemos estudar história da educação física/esportes nos cursos de graduação?* Revista Motriz. Volume 3, número 1. Junho, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Educação Física e História*. In: Carvalho e Rubio. *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec. 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. - 4ª ed - Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Corpo e História*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006 – 3. Ed.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O LEGADO ECONÔMICO DOS JOGOS OLÍMPICOS

Marcelo Weishaupt Proni¹

Resumo

A metamorfose dos Jogos Olímpicos em megaevento ocorreu a partir dos anos 1980 e se completou na década seguinte. O processo de reinvenção das Olimpíadas envolveu a construção de um novo discurso sobre seus princípios e sua importância para além do campo esportivo. Conforme foram aumentando os custos de sediar o megaevento e as exigências do COI, aprofundou-se o debate sobre o legado olímpico e os benefícios efetivamente deixados. O objetivo da exposição é esclarecer esse processo histórico desde uma perspectiva econômica, para ao final colocar em discussão o papel do Estado na realização dos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Olimpíadas. Legado olímpico. Impactos econômicos. Megaevento.

Como o tema central do Congresso de História do Esporte, Lazer e Educação Física é a relação entre o Estado e a Sociedade, penso que a discussão sobre o legado olímpico é bastante pertinente para contemplar a temática desta mesa, “Olimpíadas, história e memória”.

Como sou economista, não tenho a pretensão de falar sobre o legado esportivo dos Jogos Olímpicos, nem sobre aspectos sociais e culturais. Vou priorizar na minha exposição a explicação de como os Jogos se tornaram um megaevento esportivo organizado a partir de uma racionalidade empresarial e, em especial, examinar alguns discursos que têm sido reproduzidos a respeito dos impactos econômicos esperados das Olimpíadas (e criticar as projeções mais otimistas). Minha fala vai se concentrar em três questões: O que significa a transformação dos Jogos Olímpicos em megaevento? Como o debate sobre o legado olímpico penetrou a esfera econômica? Qual o papel do Estado na realização dos Jogos Olímpicos (em especial, no caso da próxima edição)?

Um esforço para legitimar a metamorfose dos Jogos Olímpicos

A primeira observação diz respeito ao discurso hegemônico sobre o que as Olimpíadas eram no passado, o que deveriam ser quando foram reinventadas e o que se tornaram nas últimas décadas. Na época de Coubertin, difundiu-se a crença de que os esportes modernos resgatavam nobres valores encontrados nos jogos atléticos da Grécia antiga e que os Jogos Olímpicos disputados a partir de 1896 eram um evento internacional singular, fundado em princípios puros do amadorismo, protegido contra a interferência de interesses econômicos e políticos, destinado a glorificar a elite do esporte mundial e a ser um grande festival para o conagração das nações civilizadas. Essa imagem idealizada do “espírito olímpico” foi inscrita na Carta Olímpica e reafirmada por intermédio das tradições criadas nas primeiras edições do torneio, tendo permanecido intocada até a década de 1980.

¹ Professor Doutor. Universidade Estadual de Campinas. mwproni@eco.unicamp.br

Quando Samaranch assumiu a presidência do COI, em 1980, o olimpismo estava em crise, por vários motivos: os Jogos haviam se tornado um evento muito caro, o que desestimulava candidaturas para sediá-lo; as disputas políticas da guerra fria causavam o boicote de delegações, esvaziando em parte as competições; o treinamento esportivo de atletas de alto rendimento exigia uma dedicação integral, tornando difícil a separação entre amadorismo e profissionalismo; a presença do marketing esportivo maculava a concepção original sobre a pureza do esporte. Para resolver a contradição entre a defesa do amadorismo e a busca incessante de recordes, assim como para valorizar o espetáculo e garantir novas fontes de financiamento, o COI promoveu revisões na Carta Olímpica (em 1981, 1986 e 1991), liberando a participação de atletas profissionais e suprimindo o impedimento de explorar comercialmente os símbolos olímpicos.

A metamorfose começou com os Jogos de Los Angeles em 1984 e se completou com os Jogos de Barcelona em 1992, produzindo uma nova imagem social, como demonstra uma matéria publicada na época:

Olimpíada consagra nova ordem esportiva

Sérgio Sá Leitão, *Folha de São Paulo*, 19.jul.1992.

Barcelona consagra a nova ordem esportiva do planeta. Não há espaço para a nostalgia do amadorismo, nem tempo para disputas ideológicas. A organização e a participação marcam a 25ª edição dos Jogos Olímpicos, que começa no próximo sábado e termina em 9 de agosto. Finalmente o esporte é apenas espetáculo. E negócio.

A palavra recorde acompanha os números de Barcelona: recorde de atletas, recorde de investimentos, recorde de países e companhias. Mas o impacto da Olimpíada catalã não se deve apenas a seus retumbantes números. Ela simplesmente celebra o novo esporte. Suas provas transpiram significativas vitórias da humanidade:

- *A vitória do capitalismo sobre o comunismo.* Com o fim da dualidade imperial da Guerra Fria, a nova ordem internacional molda um esporte livre e capitalista. Seus ícones são a fragmentada ex-União Soviética e uma poderosa Alemanha unificada.
- *A vitória do profissionalismo sobre o falso amadorismo.* Esta é a Olimpíada de Michael Jordan, líder do “Time dos Sonhos” – a seleção mais forte que um país jamais montou em qualquer esporte. Os jogadores do time norte-americano de basquete recebem fortunas. O Muro de Berlim do esporte cai em Barcelona nas cestas do espetacular e rico Jordan.
- *A vitória da tecnologia sobre a fantasia de um esporte pré-industrial.* Estes são os Jogos dos produtos high-tech, que influenciam as performances dos atletas tanto quanto seus músculos – como as malhas de natação com atrito inferior ao da pele. Barcelona é a vitrine de uma indústria hiperdesenvolvida.

- *A vitória da competição sobre a política.* Não há boicotes. Os melhores atletas estão frente a frente, competindo sem política. Inclusive os da África do Sul. Este é o novo esporte. Multimilionário e superproduzido. Seu Olimpo está armado em Barcelona. Nunca foi tão prazeroso e eletrizante assistir um evento esportivo. Deleite-se.

Embora não tenha tempo, aqui, para examinar em profundidade todos os aspectos do processo de metamorfose dos Jogos, quero ressaltar que foi construído um novo discurso hegemônico, procurando legitimar as novas diretrizes que passaram a nortear a organização e difusão do maior evento esportivo contemporâneo. Em complemento, desde então, o COI começou a ressaltar a contribuição fundamental do marketing olímpico e a enfatizar que os Jogos também devem divulgar a identidade cultural da cidade-sede e proporcionar um legado material, como declarou o próprio Samaranch na véspera da Olimpíada de Atlanta:

Profissionalismo nos Jogos é inevitável, vê Samaranch
André Fontenelle, *Folha de São Paulo*, 15.jul.1996.

“Os Jogos são o maior festival esportivo do mundo, que reúne os melhores atletas de cada esporte. São, igualmente, um evento social e cultural de primeiro plano, que suscita cada vez mais interesse junto às diversas cidades que se candidatam a organizá-los. Organizar os Jogos Olímpicos permite à cidade-sede desenvolver suas infraestruturas, promover o esporte em todo o país e oferecer ao mundo uma imagem e uma identidade cultural próprias. Por outro lado, graças aos rendimentos provenientes dos programas de marketing e da venda dos direitos de televisionamento, as cidades financiam com sobras a organização dos Jogos.”

Convém esclarecer que a metamorfose dos Jogos passou a ser considerada como um processo normal de mudança, que acompanha o avanço tecnológico e a evolução das sociedades contemporâneas. Além de ser uma mudança inevitável, assume o caráter de um progresso inerentemente positivo. Em 2006, na condição de ex-presidente do COI, Samaranch se expressou nos seguintes termos ao tratar desse tema:

“Conseguir los Juegos de Barcelona fue bastante fácil”
Juan-José Fernández, *El País*, jul.2006.

Pregunta. ¿Qué ha sido lo más importante en el deporte de estos últimos 30 años?

Respuesta. El deporte [olímpico] surgió a finales del siglo XIX y se desarrolló durante el XX. Y en éste hubo un punto de inflexión clave, la aparición de la televisión, que para mí fue algo impresionante y que es lo que más huella ha dejado.

P. Para beneficio y mayor gloria de los Juegos.

R. En México 68, el CIO [COI] no obtuvo ni un beneficio, porque el entonces presidente, Avery Brundage, que no era muy amigo de la televisión, dijo que renunciaba a todo. Que los Juegos Olímpicos habían vivido más de medio siglo sin ella y que podían vivir medio siglo más. Esto fue comparable a lo que dijo Coubertin sobre las mujeres, que estaban allí para aplaudir a los atletas, pero que no podían participar. En fin, son cosas de los tiempos, pero que ahora no se pueden ni comprender.

A transformação dos Jogos Olímpicos em megaevento

O uso da expressão “megaevento esportivo” está associado a cinco aspectos que distinguem o fenômeno: i) singularidade no calendário esportivo (principais astros disputam a supremacia em uma modalidade num torneio único); ii) repercussão (extensão e diversidade do público, cobertura da mídia internacional); iii) superprodução midiática (o espetáculo proporcionado é um produto altamente valorizado da indústria do entretenimento); iv) complexidade do planejamento e da organização (classificação dos atletas, preparação da infraestrutura, hospedagem de delegações, cerimônias); v) existência de um legado potencial (requer a participação de autoridades governamentais, causa efeitos duradouros).

Esta definição se baseia na constatação de que se trata de um fenômeno construído historicamente. O significado amplo do termo “megaevento esportivo”, que se consolida em simultâneo ao avanço da globalização, começa a ser esboçado nitidamente nos anos 1980 e se completa na década seguinte. O quinto aspecto mencionado – o legado potencial – foi ganhando evidência no final do século XX, e atualmente é impensável falar em megaevento sem associá-lo a uma série de impactos desejados. Os principais megaeventos geralmente exigem um elevado gasto público, o qual precisa ser legitimado pela percepção de que deixará benefícios importantes em termos econômicos, sociais, culturais e mesmo ambientais.

Não há dúvida de que as Olimpíadas se agigantaram e se transformaram num espetáculo magnífico, altamente valorizado, cuja superprodução exige uma organização sem improvisos e minimizando imprevistos, uma vez que deve maximizar as receitas do COI e das empresas de comunicação, assim como propiciar um retorno garantido para os patrocinadores. Finalmente, o privilégio de sediar o megaevento passou a ser disputado por dezenas de cidades interessadas nos legados prometidos.

Podemos afirmar que os Jogos Olímpicos não surgiram como um “megaevento”, pois o torneio que foi inventado na época de Coubertin não se parece em nada com a superprodução milionária desde Samaranch. Foi preciso reinventar os Jogos no último quarto do século XX, uma vez que tinham se tornado um evento gigantesco muito caro e que a pressão por resultados num contexto de guerra fria havia fomentado o “amadorismo marrom”, acarretando tensões crescentes no interior do Olimpismo.

Não é difícil entender o que ocasionou tal metamorfose: a combinação de necessidade com oportunidade. Por um lado, devo destacar o interesse das empresas de televisão em transformar o espetáculo esportivo em um ativo econômico ao

adquirirem os direitos de transmissão exclusiva, com a finalidade de ampliar mercados e alavancar receitas. Dessa forma, os espetáculos esportivos mais apreciados pelo grande público passaram a ser valorizados por serem fundamentais na estratégia de concorrência de grandes grupos da mídia. Ao mesmo tempo, houve um aprofundamento do marketing esportivo, o interesse das grandes empresas e conglomerados em utilizar o esporte como veículo de publicidade.

Por outro lado, essa valorização do espetáculo foi possível porque o COI reviu suas diretrizes e redirecionou sua gestão. Os Jogos tinham crescido a tal ponto que o modelo de organização das Olimpíadas estava esgotado, colocando em risco a sua continuidade. A partir dos anos 1980, houve uma inflexão dentro do movimento olímpico, e foi criado um projeto de marketing associado com a venda dos direitos de transmissão para financiar os gastos com a organização do megaevento. Mas, permanecia a dificuldade de cobrir os gastos com a preparação da infraestrutura necessária para oferecer as melhores condições às delegações e à mídia. Por isso, em países com regime político democrático, tornou-se necessário convencer a opinião pública de que alocar recursos públicos nos Jogos pode ser compensador.

Mesmo no caso recente da China, país com um regime político autoritário, a questão do legado ganhou evidência. Da mesma forma que a URSS havia feito em 1980, a China usou a Olimpíada de 2008 para mostrar ao mundo uma imagem positiva do país. Os chineses souberam explorar bem a oportunidade, seja para divulgar sua riqueza econômica e sua cultura milenar, seja para estabelecer um intercâmbio maior com outras nações. Mas, o megaevento assumiu uma dimensão econômica muito maior. Realizaram os Jogos Olímpicos sem se preocupar com os elevados custos, uma vez que estavam investindo nas principais cidades chinesas, que estavam em franco processo de modernização tecnológica e transfiguração urbana. Assim, além de uma organização quase impecável e de uma superprodução espetacular, o megaevento na China foi marcado por um legado urbano singular, que chamou a atenção da mídia:

A nova revolução cultural

Thais Oyama, *Veja*, 6.ago.2008.

A China gastou 40 bilhões de dólares para maquiar sua paisagem urbana e fazer estádios estupendos, mas a grande obra mesmo é a de engenharia social para reformar o coração e a mente da população.

Para realizar o que pretende ser a mais perfeita, a mais cara e a mais inesquecível Olimpíada de todos os tempos, a China, literalmente, moveu montanhas. Fábricas foram transferidas e bairros inteiros, derrubados. [...] É isso que a Olimpíada representa para os chineses: um bilhete de entrada na sociedade moderna e, sobretudo, o reconhecimento do desenvolvimento de uma nação que, a despeito de toda a sua grandeza histórica, permanecia invisível antes da guinada econômica de trinta anos atrás. [...]

Há outro motivo pelo qual os chineses, e não só os da capital, estão adorando sediar a Olimpíada: eles estão se beneficiando enormemente da festa – que, se não é responsável por todas as melhorias na infraestrutura na China, acelerou-as bastante. Privados que foram por tanto tempo dos confortos modernos, os chineses se encantam com cada novidade.

O debate sobre o legado olímpico e sobre os benefícios de sediar o megaevento

O legado olímpico começou a ficar em evidência depois dos Jogos Olímpicos de Seoul, em 1988: a Coreia do Sul usou as Olimpíadas para mostrar ao mundo que a economia sul-coreana estava se modernizando, que a capital tinha uma postura cosmopolita, e utilizou os Jogos para fazer publicidade dos produtos coreanos e atrair empresas que pudessem investir no país. Assim, a Coreia do Sul trouxe um conceito novo: na era da globalização, era inteligente usar os Jogos Olímpicos não apenas para afirmar o valor de um povo, de uma nação, de sua capacidade de realização no campo esportivo, mas também para alavancar negócios e reforçar sua inserção na economia mundial.

Nessa época havia uma crise econômica na Europa, na Espanha em particular. Acontece que os investimentos feitos para preparar Barcelona para receber os Jogos de 1992 foram fundamentais para a recuperação econômica da região da Catalunha. Ao longo do processo de preparação, a taxa de desemprego diminuiu e houve uma revitalização de parte da cidade. Ao mesmo tempo, os Jogos deram um grande impulso ao setor do turismo. Desde então, o COI começou a divulgar a ideia do legado econômico e da transfiguração urbana. Ao contrário dos Jogos de Montreal, em 1976, que deixou uma grande dívida pública assumida pela prefeitura e paga pela sociedade, agora era possível constatar um legado positivo para a cidade-sede.

Em meio à mudança de perspectiva, as exigências do COI aumentaram muito nas últimas décadas. Os governos (federal, estadual e municipal) precisam assinar um termo de compromisso, no qual são incluídas várias obrigações e facilidades. Há cláusulas sobre a garantia dos direitos de propriedade e isenção de impostos, sobre as características das instalações esportivas, sobre o tratamento destinado à imprensa e aos turistas. Além disso, o COI exige que o planejamento dos Jogos inclua o tema do legado, uma vez que os governos precisam legitimar sua participação e seus gastos, convencendo a população de que receberá benefícios importantes. E o legado não pode ser apenas um legado esportivo, ou na área da cultura e da educação. Tem de haver um estímulo econômico, melhorias na mobilidade urbana e na proteção do meio ambiente.

Mas, a literatura internacional tem mostrado com frequência que tais promessas não costumam se cumprir (os resultados efetivos ficam muito aquém das projeções iniciais) e que os benefícios trazidos por um megaevento como a Olimpíada não se distribuem de forma equilibrada (o impacto sobre o desenvolvimento urbano tende a favorecer os interesses de grupos privados). Para sintetizar o ponto de vista da economia política do esporte, podemos citar a opinião de uma especialista no assunto:

Kimberly Schimmel, Os grandes eventos esportivos, 2013, p. 105-6.

As cidades gastam quantias enormes de dinheiro para concorrer a eventos esportivos grandes e de alta visibilidade e recebê-los como maneira de promover a “imagem” da cidade para o resto do mundo. A construção do estádio e da infraestrutura esportiva está ligada aos planos de regeneração urbana por meio da crença que os times e eventos dos esportes de elite estimulam a economia local e geram empregos. No entanto, os acadêmicos que estudam o desenvolvimento urbano relativo ao esporte refutam a ideia que esse tipo de investimento cívico proporciona benefícios reais para a cidade como um todo. A evidência empírica revela que, embora alguns grupos de uma cidade possam lucrar, os outros são onerados.

Contra esse tipo de crítica ou ceticismo, o discurso das autoridades olímpicas continua reforçando os legados deixados pelos Jogos Olímpicos. Considero oportuno destacar um longo trecho de um artigo assinado por Jacques Rogge, então presidente do COI, publicado quatro dias antes da cerimônia de abertura da Olimpíada de Londres (tradução livre do inglês para o português):

These Olympics will leave a glorious legacy

Jacques Rogge, *The Telegraph*, 23.jul.2012.

Vision and planning mean London can enjoy the benefits of these Games for many years, argues Jacques Rogge.

[...]

Londres 2012 vai deixar muita coisa para os cidadãos da cidade e do país anfitrião. Falaram em inspirar uma geração, revalorizar áreas de Londres esquecidas durante muito tempo, oferecer aos londrinos uma infraestrutura melhorada, oportunidades de emprego, acesso a equipamentos desportivos. Graças a um apoio inabalável do Governo em todos os níveis, os organizadores já deram um enorme passo a frente para realizar estas promessas e muito mais.

Em cada libra gasta na infraestrutura, 75 centavos foram dedicados a objetivos relacionados com o legado. Esta iniciativa ajudou a financiar a transformação radical de uma vasta parte da Zona Leste de Londres, um aterro contaminado e negligenciado, em um novo e brilhante Parque Olímpico, que será convertido numa comunidade inovadora e sustentável oferecendo empregos, residências, escolas e atividades de lazer depois dos Jogos. Graças à Companhia do Legado do Parque Olímpico, seis dos oito locais permanentes dos Jogos já encontraram

ocupantes para depois dos Jogos – uma realização que por si só já é espantosa.

No entanto, o legado nem sempre ocupou o principal lugar na planificação dos Jogos Olímpicos. Há alguns anos, era mais uma reflexão tardia dos organizadores dos Jogos; uma ideia que muitas vezes era deixada ao acaso. Algumas sedes olímpicas saíram-se claramente melhor do que outras, neste campo.

O COI reconheceu que para que uma cidade possa realmente utilizar os Jogos Olímpicos como uma alavanca, um catalisador de renovação sustentável, o legado deve ser planejado desde o início. É por isto que passou a exigir que todas as cidades candidatas definam os seus objetivos e estratégias de longo prazo a partir do momento em que se candidatam. Isto para que os organizadores dos Jogos, se a sua candidatura for bem-sucedida, tenham uma visão clara do que implicam os sete anos de preparação para os Jogos Olímpicos e depois deles.

Faz parte do planejamento de marketing difundir a ideia de que a cidade-sede ganha novas instalações esportivas e um transporte de melhor qualidade, um aeroporto mais moderno, novos espaços de sociabilidade. E que os benefícios serão distribuídos para o conjunto da população. Aliás, é preferível que o legado não se restrinja à cidade-sede, podendo-se argumentar que outras regiões do país serão beneficiadas pelo megaevento. Esse discurso tenta provar que o megaevento tem a capacidade de agir como um catalisador de investimentos, os quais vão gerar crescimento e empregos, vão inclusive aumentar a arrecadação de impostos, o que é bastante controverso.

Contudo, boa parte da opinião pública na Inglaterra não foi convencida pelo discurso das autoridades e manteve uma posição cética em relação às promessas de legado olímpico. A ótima organização geral e a qualidade do espetáculo transmitido com tecnologia de vanguarda foram consideradas o ponto alto do megaevento. Contudo, análises econômicas mostraram que os resultados ficaram muito aquém do esperado, em particular no que se refere ao fluxo de turistas, e que os lucros prometidos não passavam de miragem. Vale a pena frisar o descontentamento de parcela expressiva da mídia britânica durante o megaevento:

Mensagem para o Brasil: Olimpíadas são um fracasso econômico
Bob Fernandes, *Terra Magazine*, 6.ago.2012.

Os gastos são gigantescos, os lucros milionários não passam de uma ilusão e irão apenas para os de sempre, para quem já é muito grande, e em eventos desse porte o prejuízo econômico coletivo tem sido, historicamente, inevitável. [...]

Em longa análise no Guardian sobre os tais “legados” olímpicos e a evidência do fracasso econômico-financeiro (para o todo das sociedades envolvidas em eventos como esse), Simon Jenkins termina com uma advertência para o Brasil: “Londres não vai recuperar o custo dos Jogos Olímpicos, podem esquecer isso.

Depois de ter gasto o dinheiro, devemos pelo menos descansar e nos divertirmos. Mas devemos parar de fingir...”

Não há consenso claro na literatura internacional sobre a definição de “legado esportivo”. Pode ser algo planejado ou não, tangível ou imaterial, positivo ou negativo. Do ponto de vista econômico, podemos estabelecer uma diferença entre impacto e legado: os legados têm duração, seus efeitos permanecem visíveis durante anos. O legado econômico pode ser material (como no caso da Vila Olímpica) ou intangível (por exemplo, a dívida assumida ou a demanda futura de turistas estrangeiros). Já os impactos têm duração passageira. Por exemplo, a geração de empregos na construção das instalações, a inflação durante o período dos Jogos, o aumento na demanda de alguns serviços e a diminuição no consumo de outros bens.

Há estudos que tentam mensurar o impacto desses gastos sobre o crescimento econômico, mas isso depende do tamanho da economia nacional ou regional. O impacto dos Jogos Olímpicos num país como os EUA ou a Inglaterra é muito pequeno, embora não seja desprezível para as cidades-sede (Atlanta e Londres). No caso da Grécia, que tem um PIB bem menor, o impacto sobre a economia grega foi mais significativo, em especial sobre as contas públicas, ao passo que o fluxo de turistas em Atenas diminuiu durante a realização das Olimpíadas.

Na verdade, considerando as últimas sete edições dos Jogos, podemos dizer que as diferenças em termos de resultados, quando tentamos comparar o legado olímpico, refletem condições econômicas específicas: a natureza relativamente dinâmica da economia nacional (nos casos de Seul/Coréia do Sul e Beijing/China) contrasta com o baixo dinamismo econômico durante a preparação (nos casos de Barcelona/Espanha, Atlanta/EUA, Sidney/Austrália, Atenas/Grécia e Londres/Reino Unido). Este último grupo é composto por metrópoles que utilizaram a candidatura como uma tentativa de “catalisar” a recuperação econômica por meio da expansão de serviços modernos. Notamos, ainda, que nem sempre é possível projetar a imagem de “cidade global”.

Em suma, tem se disseminado uma grande desconfiança quanto aos legados positivos deixados pelos Jogos Olímpicos. E esse debate no âmbito acadêmico tem repercutido em outros fóruns, servindo de alerta contra um discurso exageradamente otimista, como demonstra a seguinte matéria:

Legado olímpico: depois das medalhas, o maior desafio
Giancarlo Lepiani, *Veja*, 7.abr.2012.

Cada vez mais caras e complicadas, as Olimpíadas são, numa análise fria, uma péssima aposta e um risco gigantesco para qualquer cidade que se disponha a promovê-las. [...]

Para quem tem dúvida do tamanho da encrência financeira em que se metem as sedes olímpicas, basta dizer que uma das edições mais recentes dos Jogos teve poder destrutivo suficiente para ajudar a mergulhar na crise o continente mais desenvolvido do planeta. É consenso entre os economistas europeus que a gastança desenfreada promovida para a Olimpíada de Atenas, em 2004, foi uma das grandes culpadas pelo atoleiro de que a

Grécia tenta fugir hoje. Mais catastrófica ainda é a constatação de que a dinheirama consumida pelo evento foi simplesmente jogada no lixo – as milionárias instalações olímpicas de Atenas agora são inúteis e estão abandonadas. É por isso que o caso grego é o mais emblemático quando se discute a armadilha econômica de se realizar uma Olimpíada. O custo estratosférico do evento é inevitável. Resta aos defensores da realização dos Jogos insistir no valor do legado olímpico – ou seja, justificar a montanha de despesas sustentando que o dinheiro, na verdade, serve de investimento para melhorar a cidade no futuro. É um argumento legítimo, é claro – mas que precisa ser avaliado com extrema cautela e desconfiança. Isso porque a história recente dos Jogos mostra que não é nada simples fazer uma Olimpíada de sucesso e ainda deixar para trás uma cidade melhor para se viver. Até por uma questão de sobrevivência de seu maior patrimônio, o COI vem priorizando cada vez mais os projetos de legado urbano e esportivo na hora de selecionar uma futura sede olímpica. Se fracassar na tentativa de garantir transformações positivas nas cidades que recebem os Jogos, o comitê se arrisca até a ficar sem candidatas dispostas a receber as edições seguintes.

O papel do Estado na realização dos Jogos Olímpicos

Para finalizar, quero fazer uma breve ponderação sobre o papel desempenhado pelo Estado, em particular pelo poder executivo (nos três níveis de governo), buscando oferecer subsídios para pensarmos especificamente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

De acordo com consultores renomados, a estratégia de execução do projeto olímpico tem de ser definida e conduzida pelo governo federal, devido à possibilidade de “falhas de mercado”. Como os riscos econômicos são muito elevados, a condução do processo não pode ficar nas mãos do setor privado, nem do governo municipal. O custo de preparação dos Jogos não é muito dispendioso para um governo nacional (como seria para uma prefeitura) e o impacto econômico temporário não afeta significativamente o PIB do país. Assim, é possível evitar um endividamento público exagerado, ainda mais se os gastos são distribuídos ao longo de sete anos. Ao mesmo tempo, os impactos dos Jogos na economia nacional não devem ser superestimados, uma vez que os efeitos sobre se concentram na região da cidade-sede. E quanto ao legado, é preciso que seja bem planejado para maximizar a qualidade do que será deixado, sem tornar muito dispendiosos os projetos relacionados ao megaevento, e para abranger amplos setores da sociedade, garantindo assim legitimidade social.

Os economistas costumam usar a expressão “custo de oportunidade” para discutir se uma aplicação financeira está oferecendo uma rentabilidade maior do que uma aplicação alternativa, assim como para avaliar se o gasto público pode ser considerado eficiente. No caso dos megaeventos, o custo de oportunidade remete às

alternativas de alocação do dinheiro público. Quando um governo decide gastar na construção de uma instalação esportiva, pode acontecer de ficar impossibilitado de gastar na construção de um hospital, por exemplo. Qual dos dois gastos oferece a melhor perspectiva de retorno? A decisão de construir um estádio implica em gerar certo número de empregos diretos, e quando o estádio estiver em operação será necessário contratar certo número de empregados. Se fosse construído um hospital, também seriam gerados empregos na construção e depois seria necessário contratar médicos, enfermeiros, um conjunto grande de técnicos e funcionários. Provavelmente, o impacto em termos de geração de empregos seria maior no segundo caso. Por sua vez, o custo para manter um hospital em funcionamento também seria maior. O importante, aqui, é ressaltar que a existência de custos de oportunidade torna muito relevante a participação do setor privado nos investimentos programados, pois quanto maior o gasto oriundo de recursos privados, maior o impacto econômico positivo do megaevento.

Essa racionalidade econômica não leva em consideração se o serviço prestado é essencial para a população. Foca apenas a “eficiência” na execução de um projeto (entendida como a relação entre investimentos e resultados obtidos). Acontece que essa eficiência não pode ser definida de maneira simples, nem tratada com exatidão por meio de indicadores. Do ponto de vista do Estado, sediar um megaevento pode ser considerada uma realização mais ou menos eficiente, dependendo do jogo de interesses (políticos e econômicos) e das expectativas dos diferentes segmentos envolvidos (públicos e privados).

Ao apresentar o legado desejado dos Jogos de 2016, a Autoridade Pública Olímpica esclarece, no seu site, que os investimentos previstos estão centrados em quatro prioridades-chave claramente integradas ao planejamento de longo prazo do Rio: i) transformação da cidade; ii) inserção social; iii) juventude e educação; e iv) esportes. A promessa de que os Jogos contribuirão para “o início de uma nova era para o Rio” abrange vários avanços: melhoria da qualidade do ar, melhoria dos transportes públicos (criação do anel de transporte de alta capacidade), melhorias na segurança pública, preservação da maior floresta urbana do mundo (incluindo o plantio de 24 milhões de árvores até 2016) e projetos importantes de renovação (em especial, a transformação da zona portuária em um grande bairro residencial, de entretenimento e turismo, que renovará o elo entre o porto e o coração da cidade). Quanto à inserção social, a promessa é de avanços nas áreas de habitação (as vilas olímpicas deixarão prédios de apartamentos com 24 mil quartos), treinamento (48 mil adultos e jovens terão acesso a programas de desenvolvimento de habilidades) e emprego (50 mil empregos temporários e 15 mil empregos permanentes serão criados em empresas de eventos, gestão esportiva, turismo e nas instalações, além de um número considerável de empregos na construção civil). De fato, a perspectiva da APO expressa a preocupação de mostrar que os legados dos Jogos extrapolam o âmbito esportivo, mas não são motivados por ganhos econômicos, talvez para obter maior legitimidade junto à população.

O receio de que as Olimpíadas sirvam somente a interesses comerciais tem mobilizado aqueles que acreditam ser fundamental que a sociedade como um todo seja beneficiada pelo megaevento e, por isso, acompanham atentamente o processo de execução dos projetos. O comprometimento de um montante bastante expressivo de

verbas públicas foi acompanhado de várias promessas em termos de impactos e legados, que vão além da promoção da imagem da cidade (e do País) para atrair turistas e investimentos privados. Neste sentido, de acordo com dissertação de mestrado orientada por Maria Lúcia Werneck Teixeira Vianna (UFRJ), defendida em 2010, é preciso evitar que as obras de infraestrutura urbana previstas fiquem desconectadas de um planejamento estratégico de longo prazo, assim como é preciso providenciar programas sociais que permitam incluir segmentos desprivilegiados da população entre os beneficiados. Em suma, é necessário impedir que a participação do Estado seja pautada apenas no atendimento de interesses imediatos de grupos privados:

Vittorio Lo Bianco. O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede.

O choque latente entre o interesse comercial e a possibilidade de ações sociais efetivas fica explícito, conforme vimos, em algumas áreas do projeto carioca, como o modelo de transformação da Zona Portuária, o privilégio de ações públicas na região da Barra da Tijuca e a construção da Vila Olímpica por uma construtora privada – que possuirá direitos de comercialização dos edifícios após os Jogos.

Como vimos, os Jogos podem gerar um impacto positivo para a economia não somente local, mas, por vezes, nacional, desde que a premissa da coordenação entre Estado e mercado pautar a organização do evento, dado que assim os riscos de “captura” do Estado diminuam. (p. 114-115)

Parece haver certo consenso de que, para extrair o máximo de benefícios das oportunidades geradas pelas Olimpíadas é necessário não desperdiçar os potenciais impactos positivos provocados pela preparação e realização do megaevento, assim como garantir a obtenção de um legado duradouro, especialmente em infraestrutura. As lições de edições anteriores ajudam a entender o que é preciso para legitimar o projeto olímpico: administrar o orçamento com eficácia e transparência; envolver amplamente a comunidade; e oferecer um legado atraente que melhore a qualidade de vida do cidadão. As edições que foram consideradas bem-sucedidas e exemplos a serem seguidos são justamente aquelas que foram capazes de apresentar o megaevento como parte de uma agenda maior de desenvolvimento urbano, e não como um fim em si mesmo.

Entretanto, é importante registrar que o modelo de desenvolvimento urbano associado com a realização de megaeventos esportivos, geralmente, costuma estar dirigido por uma lógica empresarial, que prioriza o fortalecimento das condições de competitividade oferecidas pela metrópole, numa era de globalização econômica e cultural. Esta gestão corporativa de grandes cidades que competem entre si, evidentemente, não coaduna com uma gestão democrática voltada para atender os interesses coletivos. A realização das Olimpíadas expressa claramente como opera o discurso em prol da parceria entre o setor público e o setor privado, defendida como

condição inexorável do novo modelo de desenvolvimento, mas que acaba resultando numa distribuição desigual dos benefícios, com favorecimento de certos grupos econômicos e políticos e com prejuízo da maior parte da população.

Em consequência, alguns urbanistas temem que, além de reforçar uma nova concepção de cidade, pensada apenas a partir de uma racionalidade instrumental, os Jogos contribuam para distorcer os processos decisórios relativos ao planejamento urbano e aos rumos do desenvolvimento no Rio de Janeiro. Neste cenário mais pessimista, estariam perdendo força os mecanismos republicanos de representação de interesses à medida que são redefinidas as formas de poder, uma vez que a maior urgência nas decisões tem levado a uma flexibilização das normas legais e dos controles políticos. De acordo com Carlos Vainer (UFRJ), o resultado deste processo aponta para uma crescente interferência de interesses privados na definição das políticas públicas, conduzindo para a possível instauração de uma “cidade de exceção”, na qual prevalece a “democracia direta do capital”.

O debate sobre o papel do Estado na preparação dos Jogos do Rio-2016 tem envolvido, portanto, diferentes perspectivas. Por ser um ponto relevante da agenda política, é muito importante que a sociedade brasileira seja informada a respeito de perguntas muito simples: quanto custará ao País o privilégio de sediar os Jogos? Como serão divididos tais custos? Quem vai lucrar com a realização desse megaevento? Quais os legados desejados e quais os ônus indesejados?

É provável que os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016 tenham sido superestimados, mas isso não quer dizer que o saldo final será negativo. Certamente, a população do Rio de Janeiro será beneficiada em alguns aspectos, uma vez que estão ocorrendo investimentos relevantes. É verdade que os governos se comprometeram, os gastos estão estimulando alguns ramos econômicos, os custos elevados foram aprovados com antecedência e parece não haver descontrole orçamentário, as estratégias de divulgação da imagem estão sendo bem conduzidas. E por conta dos legados prometidos a população carioca tem legitimado o gasto público no megaevento.

Entretanto, também é certo que a realização dos Jogos produz ganhadores e perdedores: não há uma distribuição homogênea dos benefícios ou ganhos, algumas empresas são favorecidas e outras prejudicadas, assim como alguns segmentos sociais são beneficiados, enquanto a maioria da população fica marginalizada nesse processo. Por isso, o debate não pode se restringir a aspectos técnicos, é preciso politizar a discussão. As famílias que foram removidas em razão da desapropriação de áreas urbanas com o propósito de construir instalações esportivas ou abrir vias expressas sentem-se muito prejudicadas, ao passo que foram favorecidos alguns empreendimentos imobiliários em áreas privilegiadas com projetos de mobilidade urbana.

Embora as projeções oficiais divulgadas (estudos encomendados pelo Ministério do Esporte e pelo Comitê Olímpico Brasileiro) tentem transmitir a ideia de que a metodologia usada é neutra e bem fundamentada, sabemos que não são realistas. Tais estudos precisam projetar o potencial máximo de benefícios, mesmo sabendo que os impactos econômicos efetivos serão bem menores.

Os principais legados, mais duradouros, provavelmente não serão no campo econômico. A revitalização urbana, a principal das benesses prometidas, será muito

pontual. A despoluição de 80% da Baía de Guanabara não ficará pronta até 2016. Ou seja, a realização dos Jogos não vai resolver (nem poderia) os problemas mais graves que afetam a população do Rio.

De qualquer modo, o debate sobre o papel do Estado não pode considerar apenas os impactos econômicos e os legados materiais esperados da próxima edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. É preciso considerar benefícios intangíveis que permanecem após a realização de um megaevento esportivo, como o acúmulo de *know-how*, a divulgação da imagem do país (e da cidade) no plano internacional, o estímulo à prática esportiva e a melhoria da qualidade de vida. No caso específico da Paralimpíada, o principal legado esperado é bastante promissor: uma compreensão maior da capacidade de trabalho de pessoas com deficiência e uma aceitação maior dessas alteridades na sociedade brasileira como um todo. Portanto, penso que esse debate permanecerá em aberto nos próximos anos.

**REPRESENTAÇÕES SOBRE TEORIAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REVISTA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (1979-1986)**

Marcio Yasuhiko da Costa Adaniya¹

Thiago Pelegrini²

Resumo: As revistas científicas são consideradas pelos especialistas um importante objeto e fonte de pesquisa para a História da Educação Física. Podem ser entendidas como referências para uma área de conhecimento e para a formação de pesquisadores e professores. A partir desses apontamentos foi escolhido como objetivo principal identificar e analisar as representações sobre teorias pedagógicas da Educação Física veiculadas pela Revista Brasileira de Ciências do Esporte entre os anos de 1979 e 1986. Como metodologia optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental que irá utilizar como conceito chave a noção de representação de Roger Chartier. Sublinha-se que esse trabalho pretende contribuir para a pesquisa em História da Educação Física, mais especificamente, a função das revistas na construção de teorias pedagógicas. Foi encontrado em sua grande maioria textos com inspiração em teorias tecnicistas, esportivistas e biologicista, que focalizavam auferir medida, melhorar a aptidão física, incrementar o rendimento esportivo. Foram encontrados apenas 27 artigos sobre as Abordagens Pedagógicas. As abordagens tradicionais, com cunho autoritário e diretivo aparecem em sua maioria pela observação e constatação de pesquisa realizada pelos professores, também apareceram propostas e abordagens críticas que buscavam superá-las, com um viés de formação de estudantes ativos, críticos e autônomos ao invés de passivos, oprimidos e alienados. Enquanto o método tradicional busca a reprodução, a obediência hierárquica e privilegia o rendimento dos escolares, os métodos críticos, pelo contrario buscavam privilegiar a crítica, a criatividade, a transformação social e busca sempre dialogar com o estudante. As outras abordagens também em oposição à abordagem tradicional, mecanicista e esportivista, buscavam uma maior variabilidade além dos esportes, como os jogos, a dança e a ginástica, embora cada uma com um determinado objetivo e viés teórico, todas elas têm em comum a superação da Educação Física Escolar hegemônica do esporte/aptidão física praticada nas escolas, com a busca de uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano. As escolas tinham um forte viés militar, esportivista e higienicista, então se preocuparam com a ordem e a moral para o progresso, os esportes, principalmente os olímpicos, tendo a escola como celeiro para encontrar os melhores atletas para representar e mostrar a força da nação, e a saúde dos estudantes, futuros defensores da pátria e trabalhadores, portanto grande parte dos artigos pesquisados tinham essas características, não servindo de objeto de estudo para esse artigo. As Abordagem Pedagógicas encontradas nos artigos estavam no começo de seu desenvolvimento, de novas concepções da Educação Física Escolar, por isso a pouca produção de artigos científicos nessa área que estava começando a ser explorada.

Palavras-Chaves: Representações. Teorias Pedagógicas. Revista Brasileira de Ciência do Esporte.

¹ Discente – Bolsista de Iniciação Científica – Universidade Estadual de Londrina – marcinh1@hotmail.com

² Doutor em Educação (UFU) – Universidade Estadual de Londrina prof.thiago.uel@gmail.com

Introdução

Esse texto está dividido em 3 tópicos. No primeiro foi abordado as abordagens pedagógicas que foram encontradas na RBCE, no segundo os resultados e discussões das abordagens encontradas na RBCE e por ultimo as considerações finais.

As revistas acadêmico-científicas são consideradas pelos especialistas (SCHNEIDER, 2003; NÓVOA, 1997) fontes de informação, referenciais para a construção de uma área de conhecimento, guias para a formação de pesquisadores, professores e outros profissionais. Desse modo, a análise de revistas de grande importância e circulação permite investigar o processo de criação e recepção de teorias em um determinado campo de estudos, expondo saberes e práticas que foram considerados mais significativos.

Diante dessas considerações, esse projeto de pesquisa tem como propósito examinar as representações sobre teorias pedagógicas para a Educação Física manifestas nas páginas da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). Deve ser ressaltado que esse periódico é reconhecido e celebrado por agências de fomento, pesquisadores, professores e demais interessados em assuntos pedagógicos relacionados a Educação Física e aos esportes.

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) será tratada como fonte e objeto de pesquisa. Serão analisados artigos, editoriais e outras seções conexas identificadas com a temática por meio da sistematização e catalogação de títulos, resumos e indexadores. Os textos relevantes serão avaliados, especialmente, pela defesa de determinada linha ou abordagem pedagógico, demonstrando-se as escolhas científicas, morais e estéticas que procuraram fundamentar tais direcionamentos.

A RBCE foi criada em 1979 pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (considerado a principal entidade científica, não governamental, da área de Educação Física/Ciências do Esporte) com a tarefa de divulgar e produzir conhecimento relacionado a Educação Física e as Ciências do Esporte no Brasil. A revista contabiliza 34 anos de publicação ininterrupta e é considerada uma das mais tradicionais e importantes da área. A RBCE tem tido sua relevância reconhecida por importantes agências de fomento e instituições acadêmicas nacionais e internacionais. Características que autorizam sua escolha como objeto e fonte.

Justifica-se a escolha do trabalho com revistas com a defesa de António Nóvoa (1997, p. 14) que as considera “[...] um corpus essencial para a história da educação” e também para a história de qualquer disciplina escolar como o caso da Educação Física. Sustenta-se como hipótese que esse periódico apresentou modos de entender e organizar saberes e práticas pedagógicas para a área de Educação Física voltados à formação de professores e sua atuação na escola. O recorte temporal foi formatado a partir da fundação da revista em 1979 até o ano de 1986, ano que estudiosos consideram ter começado uma nova fase da revista com outra proposta editorial (PAIVA, 1994).

A RBCE e as Abordagens Pedagógicas da Educação Física Escolar:

Na RBCE examinada entre os anos de 1979-1986 foram encontradas várias pesquisas localizadas na área de esporte, com mensuração de medidas de atletas para otimizar o rendimento que utilizaram as escolas como laboratório para averiguar as características físicas dos estudantes. A maioria dessas pesquisas tinha um viés biológico, voltado a temas da saúde e do esporte.

Nesses anos iniciais encontrou-se, proporcionalmente, um volume reduzido de pesquisas no campo da Educação Física Escolar, especialmente as voltadas especificamente para a defesa de alguma abordagem pedagógica. Foram encontrados o total de 27 artigos relacionados às Abordagens Pedagógicas. Nesse tópico procurou-se apresentar uma breve síntese de cada uma das propostas pedagógicas encontradas na RBCE, identificar e classificar os textos correspondentes.

Abordagem Construtivista-Interacionista

Esta abordagem é baseada principalmente nos trabalhos de Jean Piaget, que tem como principal representante, João Batista Freire, que é autor do livro Educação de Corpo Inteiro que divulga as idéias construtivistas da Educação Física.

Em oposição às metodologias anteriores, principalmente a mecanicista, esta, leva em consideração o que a criança sabe e valoriza a cultura de jogos e brincadeiras, pois entende que a criança aprende enquanto brinca, que ela constrói o seu conhecimento a partir da interação com o meio, resolvendo problemas.

O que não está claro é qual o conhecimento a ser construído na prática da Educação Física, tendo o eixo do corpo/movimento como objeto, se estaria apenas utilizando-o como um auxílio/instrumento para aprender os outros conteúdos como ler, escrever e somar.

Na RBCE, nos anos 1983 no Volume 5, número 1, foi encontrado 1 artigo com o título: Fazer e compreender, dos autores: João Batista Freire da Silva e Dr. Lino de Macedo, que escreveram se baseando na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget. E em 1985 no volume 7, número 1, foi identificado mais 1 artigos com essa concepção com o título: Alternativas pedagógicas no domínio psicomotor, de autoria de Paulo Rubem Santiago Ferreira, que se utilizou da taxionomia do domínio psicomotor de HARROW, da Educação Psicomotriz de La GRANGE e do desenvolvimento intelectual da criança de Jean PIAGET.

Abordagem Crítico-Superadora

Com um discurso de justiça social, a proposta é baseada no marxismo e no neomarxismo, tendo como grandes influências os educadores José Libâneo e Demerval Saviani. Dentre os vários representantes, os principais são Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Celi Nelza Zulke Taffarel e Carmen Lucia Soares. O trabalho mais marcante desta abordagem, é o livro Metodologia do Ensino da Educação Física, escrito por um Coletivo de Autores.

Esta proposta valoriza o contexto dos fatos e o resgate histórico, que seriam essenciais para que o aluno compreenda que a produção da humanidade expressa uma determinada fase e que houve mudanças ao longo do tempo. Ela ainda, pretende ler os dados da realidade, interpretá-los e emitir juízo de valor.

“Esta reflexão pedagógica é compreendida como sendo um projeto político-pedagógico. Político porque encaminha propostas de intervenção em determinada direção e pedagógico no sentido de que possibilita uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade, explicitando suas determinações.”

O objeto do conhecimento da área é a cultura corporal do movimento, que tem como temas o jogo, a ginástica, o esporte e a capoeira.

A crítica que Tani (1991) faz é a falta de proposta e nos discursos genéricos e demagógicos de cunho ideológicos e político partidários, preocupando com questões sociais e se esquecendo da Educação Física em si.

Na RBCE, foi encontrado no ano de 1983 no Volume 4, numero 3, 1 artigo, com o título: A (des)caracterização profissional filosófica da educação física, de autoria de Lino Castellani Filho, em que o autor critica o método autoritário e reprodutista nas aulas de Educação Física. No ano de 1983 no volume 5, numero 1, foram encontrados 4 artigos, o primeiro artigo, com o título: Reflexões para o entendimento do processo de socialização através do desporto escolar, de autoria de Valter Bracht, em que o autor aborda criticamente a socialização do desporto a partir de teorias sócias como a teoria funcional-estruturalista de Parsons, a teoria do conflito de Dahrendorf e nos princípios de uma teoria crítica desenvolvida por Habermas. No segundo, com o título: A linguagem corporal como instrumento de transformação, de autoria de José Ricardo Martins e Equipe de educadores da escola Guilherme Dumont Villares de São Paulo, possuem uma visão de interdisciplinaridade para formar um sujeito capaz de criar e transformar a realidade. No terceiro, com o título: Método de ensino para o 1º grau, da autora Celi Nelza Zulke Taffarel, em que se pretende formar um cidadão crítico, reponsavel e autônomo. No quarto, com o título: Método Dança Educação Física do autor Edson Claro, quer formar um sujeito crítico consciente ao invé de oprimido e alienado. No ano de 1985 no volume 7, numero 1, 1 artigo, de título: A Educação Física Escolar como campo de vivencia social, do autor: Valter Bracht, com uma metodologia voltada para um compromisso político com a transformação social. Em 1986 no volume 7, numero 2, 1 artigo, com o título: A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista, em que busca uma superação da teoria critico-reprodutista. E em 1986 no volume 7, numero 3, mais 1 artigo, com o título: A Educação Física no ensino de 1º grau: do acessório ao essencial da autora Carmem Lucia Soares, com uma concepção dialética do movimento que busca superar a visão tradicional.

Abordagem da Psicomotricidade

A abordagem teve influência dos trabalhos de Jean Piaget, J. Ajuriaguerra. H. Wallon, Winnicott, entre outros, tem como seu principal autor o Francês Jean Le Bouch, que escreveu o livro de maior relevância dessa concepção a *Educação pelo Movimento*.

A psicomotricidade buscava uma formação integral dos alunos, e levava em consideração o desenvolvimento, o ato de aprender, os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores.

Na RBCE, foi encontrado em 1983 no volume 5, numero 1, 1 artigo, com o título: Esporte: como você esta longe da Educação Física, do autor Ricardo Enrique Rivet, em que o autor critica o treinamento-adestramento esportivo.

Abordagem Cultural

A Abordagem Cultural tem como principal autor Jocimar Daólio, com referências nos trabalhos de Marcel Mauss e Clifford Geertz, escreveu a obra base “Da Cultura do Corpo”.

O autor baseia-se numa perspectiva antropológica em contraposição a perspectiva biológica. Ele defende que todo movimento corporal produzido, é considerado uma técnica, e só é possível atribuir valor dentro de um contexto, e como todos se expressam de diferentes formas não existe uma técnica melhor ou mais correta. E cabe ao professor que está inserido em um determinado contexto cultural repleto de representações sobre o mundo, o corpo e a escola, a partir dessas compreensões ter uma prática transformadora.

Na RBCE, foi encontrado no ano de 1986 no volume 8, número 1, 1 artigo, com o título: A importância da Educação Física para o adolescente que trabalha – uma abordagem psicológica, do autor Jocimar Daolio, em que defende atividades recreativas, com dispêndio de energia, a convivência em grupo, o desenvolvimento corporal e aprendizagem integral para o benefício do aluno trabalhador.

Abordagem da Saúde Renovada

A abordagem com uma perspectiva biologicista, busca a superação dos modelos higiênicos e eugênicos, tão presente na construção da área, que levantaram muitas críticas pela visão homogeneizadora e acrítica.

Dentre os vários autores, Nahas (1997), Guedes & Guedes (1996), defendem uma Educação Física escolar tenha uma preocupação com a melhoria da saúde de todos os alunos, principalmente os que mais necessitam como os sedentários, os de baixa aptidão física, os obesos e os portadores de deficiência, assim na tentativa de reverter o quadro de doenças devido à falta de atividade física.

Guedes & Guedes (1996), assim como Nahas (1997), ressaltam a importância das informações e conceitos relacionados a aptidão física e saúde. A adoção destas estratégias de ensino contemplam não apenas os aspectos práticos, mas também a abordagem de conceitos e princípios teóricos que proporcionem subsídios aos escolares, no sentido de tomarem decisões quanto à adoção de hábitos saudáveis de atividade física ao longo da vida. (DARIDO, 2008, p.19)

Na RBCE, foram encontrados no ano de 1979 no volume 1, número 1, 2 artigos com essa concepção, o primeiro com o título: Dança com educação de autoria de Edson Cesar Ferreira Claro, em que há uma preocupação com a saúde, nas questões de melhoramento da postura corporal e qualidades como flexibilidade, força, ritmo, equilíbrio, velocidade, habilidade motora, relaxamento e capacidade respiratórias. No segundo com o título: Exercícios respiratórios: uma metodologia prática para aplicação na escola, dos autores Oliveira, OPS, Oliveira C.P.S e Daminiani Jr. O, em que

os autores fazem exercícios respiratórios afim de prevenir os alunos para que estejam artos a iniciar a pratica do esporte.

Resultados e Discussões:

Foram encontrados na RBCE, nos anos de 1979 à 1986, 27 artigos que discorrem sobre as Teorias Pedagógicas nas Escolas.

Foram classificados 5 artigos como se utilizando da Abordagem Tradicional. Sendo que em apenas 1, as autoras defendem sua concepção com o titulo: A Educação Física como fator de integração social, das autoras Vera Lucia de Lucena Bussinger e Maria Virgilina Ramos, nos outros 4, os autores fizeram apenas uma constatação de que a aula ministrada pelo professor era utilizada métodos diretivos, o primeiro encontrado foi com o titulo: O desenvolvimento da atenção em crianças: Implicações Teóricas e Práticas da autora Ana Maria Pellegrini, o segundo com titulo: A participação dos educandos na avaliação da aprendizagem em Educação Física do autor Alfredo Gomes de Faria Junior, o terceiro com o titulo: Diagnostico do funcionamento da pratica da Educação Física de 1ª a 4ª série do 1º grau, em escolas da rede oficial de ensino, da zona urbana de Maringá – Pr do autor Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira, o quarto com o titulo: Estilos de ensino dos professores de Educação Física de 1ª a 4ª série do 1º grau, na 9ª de cruz alta – Rs, dos autores KRUG, ARNO e KRUG, DICERMA H. FRANCESCHETTO.

Foram encontrados 14 artigos que tiveram um olhar crítico sobre as aulas de Educação Física. Desses 14, 8 foram classificados como sendo da Abordagem Crítico-Superadora. Sendo que 3 de autoria de Valter Bracht, 1 da autora Celi Nelza Zulke Taffarel e 1 da autora Carmen Lucia Soares, representantes dessa abordagem.

Valter Bracht no artigo de título “A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista” teceu uma crítica incisiva sobre as relações entre esporte e educação. Para o autor a educação pelo esporte significaria

Levar o individuo a internalizar valores, normas de comportamento, que lhe possibilitarão se adaptar à sociedade capitalista. Em suma, é uma educação que leva ao acomodamento e não ao questionamento. Uma educação que ofusca, ou lança uma cortina de fumaça sobre as contradições da sociedade capitalista. Uma educação a serviço da classe dominante. Uma educação que não leva à formação do indivíduo consciente, crítico, sensível à realidade que o envolve (BRACHT, 1983, p.62).

Assim, pelo simples fato da criança praticar o esporte pelo esporte, estará obedecendo as regras do jogo de forma automatizada. Sem uma reflexão a criança não saberá o porque de alguma regras, e não pensara de como elas modificam o jogo, e as possibilidades de criarem outras regras para questionarem as já existentes, e transferir esse conhecimento para as leis da nossa sociedade.

Nessa mesma linha, Carmem Lucia Soares no artigo “A Educação Física no ensino de 1º grau: do acessório ao essencial” fez uma crítica severa a Educação Física presente

nas escolas naquele momento histórico. Para a autora a disciplina ficaria presa a um biologicismo reducionista, ao invés de:

contribuir para o crescimento de todas as dimensões humanas, é decorrente de uma concepção de homem e mundo que traduz a realidade como algo contraditório e que entende a escola como um espaço aberto a uma ação transformadora (SOARES, 1986, p. 90).

Pois, é na escola o espaço para aprender e de testar as varias possibilidades possíveis para que esse aluno saia de la questionando o porquê de certas coisas serem de tal forma e ter uma atitude transformadora em sua realidade.

Os outros 6 artigos apenas fazem uma crítica, mas não deixam claro qual a concepção da Abordagem. Eles criticam a Educação Física tradicional, com alto grau de diretividade, autoritária e defendem uma Educação Física de modo consciente, critico e criativo.

Foram classificados 3 artigos da Abordagem Saúde Renovada. Com o enfoque na preocupação da melhoria da saúde.

Foram classificados 2 artigos, com a Abordagem Construtivista, sendo que 1 é com o autor João Batista Freire.

Foi classificado 1 artigo na Abordagem da Psicomotricidade, do autor Ricardo Enrique Rivet, com o título: “Esporte: como você está longe da escola”, em que ele fez uma crítica ao treinamento-adestramento desportivo, e discorre sobre uma sistematização do ensino que aborde as três áreas de conduta do ser humano: 1-psicomotriz; 2-afetivo-volitivo-social; e 3-cognitivo.

Foi classificado 1 artigo na Abordagem Cultural, com a autoria de Jocimar Daolio, representante dessa Abordagem, com o título: “A Importância da Educação Física para o adolescente que trabalha – uma abordagem psicológica”. Nesse texto o autor discorre sobre a relevância da aula de Educação Física para o do adolescente que trabalha. Nas palavras do autor:

“A Educação Física Escolar deve, apenas e tão somente, atender ao seu compromisso humano, auxiliando na educação e na formação dos jovens. A nossa tentativa nesse trabalho foi a de evidenciar que a prática da Educação Física é plenamente fundamentada e justificável para todos os adolescentes. E aqueles que, por um motivo ou outro, trabalham, não só não devem se privar dessa prática, como podem beneficiar-se intensamente dela.” (DAOLIO, 1986, p 138)

Dessa forma justificando as aulas de Educação Física também para o adolescente trabalhador.

Foi classificado 1 artigo na Abordagem da Motricidade Humana, da autora Anna Maria A. Feitosa, com o titulo: *A educação Física precisa de filosofia*, a autora diz que:

“A Ciência da Motricidade Humana questiona a Educação Física e o Desporto, na forma como acontecem esses fenômenos atualmente. É imprescindível que nós, profissionais da Educação Física, reflitamos criticamente a nossa prática científico – pedagógica, afim de teorizá-la e, assim, reformulá-la. “Quem não teoriza, repete” diz constantemente o Prof. Doutor Manuel Sérgio em suas conversas e palestras aos alunos e colegas. É para valorizar e legitimar a nossa profissão que precisamos reconhecê-la como um verdadeiro conhecimento, do qual precisamos nos apossar. Para isso, urge o reconhecimento humilde de nossas deficiências e limitações, a nossa permanente necessidade de estudo e aprofundamento das questões não apenas específicas, a nossa insuficiência de informações, considerando toda esta problemática não como impossibilidade de ação, mas como consciência da necessidade de compreender e acompanhar o processo evolutivo do nosso tempo, de forma comprometida, humana e humanizante.” (FEITOSA, 1986, p.141)

Dessa maneira a autora discorre que a Educação Física vai além da fazeção, é preciso pensar na ação e do porque fazemos, qual o sentido e o significado dos nossos movimentos.

Assim, com a leitura dos 27 artigos conseguimos identificar e classificá-los em determinadas abordagens pedagógicas que se aproximavam, seja pelo método, pela inferência, ou pelas características que apresentavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise empreendida verificou-se que após um período inicial voltado a uma vertente mais tecnicista, esportivista e biologicista, começaram a surgir novos movimentos na Educação Física Escolar. Evidentemente que a evolução da ciência, as novas descobertas, e os novos conhecimentos adquiridos, provocaram mudanças para satisfazer as novas necessidades educativas criadas. A RBCE acompanhou este movimento.

Essas proposições foram em busca da superação daquelas aulas de Educação Física que buscava ensinar movimentos padronizados com bases em estudos científicos positivistas, procurar e desenvolver futuros atletas e promover a saúde com base no discurso médico-higienista que trariam hábitos saudáveis.

Nesse sentido, as abordagens pedagógicas surgidas compartilharam a oposição a essa abordagem tradicional e apesar de todas terem suas características específicas e concepções diferentes sobre o que ensinar, e de como ensinar, todas tem em comum um desejo de superação da antiga concepção de homem e educação subentendida nas tendências conservadoras. Essa manifestação ficou evidente no conteúdo da revista pesquisada.

REFERÊNCIAS:

SOARES, Carmen Lucia. A educação Física no ensino de 1º grau: do acessório ao essencial. **RBCE** v.7, n.3, 1986.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **RBCE**, v.7, n.2, 1986.

DAOLIO, Jocimar. A importância da Educação Física para o adolescente que trabalha – uma abordagem psicológica. **RBCE**, v.8, n.1, 1986.

FEITOSA, Anna Maria A. A Educação Física precisa de Filosofia. **RBCE**, v.8, n.1, 1986.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cad. CEDES**. Campinas, v. 19, n. 48, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Cardoso. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Vitória, ES: CEFD/UFES, 1994.

SCHNEIDER, Omar. **A revista Educação Physica (1930-1940): estratégias editoriais e prescrições educacionais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

AS REFLEXÕES SOBRE O ESPORTE E O LAZER: VIA ESFERA PÚBLICA

Marco Antonio Bettine de Almeida¹

Resumo: Este texto procura debater o contexto de destruição de um modelo pautado na dualidade conceitual da sociologia, para depois apresentar uma leitura do campo de ação do sociólogo a partir do conceito de esfera pública de Habermas. As reflexões sobre esporte e lazer partirão de como se dá o diálogo com o seu público, e como essa esfera pública foi cooptada por discursos deterministas, que foram colonizados pelas políticas públicas e, hoje, justificam suas ações sem uma preocupação maior com os sujeitos sociais. A tese defendida aqui é que falta aos estrategistas do Estado e das políticas estatais um pouco do olhar da sociologia pública, no que concerne ao seu debate com a opinião pública, principalmente no sentido de não ser deterministas nas suas ações. Entendemos que o desenvolvimento do conhecimento frequentemente se produz por meio de uma colaboração multidisciplinar, neste sentido apontamos que a sociologia do esporte e do lazer podem trazer novos olhares à sociologia, por justamente nascer longe do paradigma anterior.

Palavras-chave: sociologia pública. esfera pública. esporte, lazer.

Introdução

Qualquer reflexão ou pesquisa sobre o esporte ou o lazer vai depender, em grande parte, da compreensão do momento atual.

Partimos da ideia que a sociologia tradicional ruiu com o Muro de Berlim. Os paradigmas Liberal e Marxista deixaram de ser opostos na realidade concreta, porque o marxismo, na sua esfera de socialismo real, “morreu”. Desde a decadência dos meta-relatos, diagnosticada por Lyotard, as ciências humanas, mais particularmente a sociologia, vêm buscando um espaço neste cenário. Como entender o social agora que a utopia comunista caiu com a Perestroika?

Os teóricos da sociologia sentiram esta falta de paradigmas para sustentar suas discussões desde a I Internacional até Nikita Khrushchev com a “desistalinização” da URSS. Porém, esta situação foi menos sentida pelos teóricos do esporte e do lazer, pois seus objetos, sempre relegados ao segundo plano porque não pareciam tão relevantes assim, nunca tiveram grande envergadura na história da sociologia do Brasil. Numa situação em que o fundamental era fazer a revolução, ou contê-la, textos como os de Waldemir Caldas – sobre uma sociologia do futebol, ou mesmo os de Jofre Dumazedier – sociologia do lazer, nunca foram considerados clássicos no sentido forte do termo, ou essenciais para compreender os fundamentos da sociologia, ficando num relativo ostracismo nos cursos de ciências sociais no Brasil. Aliás, estes textos, diferentemente dos clássicos da sociologia, carregam em suas introduções sentimentos de culpa ao justificar seu objeto e o campo de pesquisa. O que não ocorre nas análises focadas, por exemplo, na escola, fábrica ou sindicato.

Neste sentido, este texto procura debater o contexto de destruição de um modelo pautado na dualidade conceitual da sociologia, para depois apresentar uma

¹ Prof. Dr. Livre Docente da Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. marcobettine@usp.br

leitura do campo de ação do sociólogo a partir do conceito de esfera pública de Habermas, que é citado por Burawoy como um referencial importante para transcender o debate atual da sociologia, trazendo a comunicação e o entendimento como elementos relevantes de uma sociologia engajada. Por último, traremos algumas reflexões sobre esporte e lazer, a partir de seu diálogo com o público, e como essa esfera foi cooptada por discursos deterministas que foram colonizadas pelas políticas públicas e, hoje, justificam suas ações sem uma preocupação maior com os sujeitos sociais. Por exemplo, como o esporte serviria para conter a violência, ou o lazer importante para descansar.

A Sociologia Pública

Segundo Burawoy (2005), as realidades: social, política e econômica que vivemos hoje começam a ser definidas a partir da crise de paradigmas que se instaura no campo crítico, com a queda do Muro de Berlim e o desmonte da experiência do socialismo real, a partir de 1989, tendo sempre presente a expansão e aprofundamento da forma de governo baseada na democracia liberal representativa.

Para lembrarmos os fatos, nos anos sessenta e setenta do século XX a sociedade está claramente dividida entre dois projetos políticos e econômicos mutuamente excludentes. Esta realidade subordinava todo o debate. Qualquer ação política vai ter que se alinhar com um ou outro lado, caso contrário estará condenada ao ostracismo, frente ao debate mais amplo. Não há espaço para tons de cinza, ou se está comprometido com o projeto do capitalismo liberal ocidental, ou se trabalha para a vitória do projeto marxista e seu modelo de planejamento econômico centralizado.

Apontamos aqui uma convergência no debate, pois segundo Braga (2009, p.223), no caderno especial sobre a Sociologia Pública no Brasil, a Sociologia Pública poderia ser uma saída desta dualidade em que a sociologia se encontra. Ela precisa servir menos a uma política, ou a uma ideologia, e ser mais uma sociologia “engajada” e que não confunde a indispensável busca da objetividade científica, “trata-se de um estilo de se fazer sociologia que procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos”.

Em seu discurso presidencial, Burawoy (2005, p.12) ofereceu alguns indícios dessa suposta elevação do interesse pela sociologia pública, e este labirinto do fazer sociológico foi um deles. Para Burawoy, “a sociologia pública busca garantir um diálogo entre os sociólogos e seus públicos, capaz de superar a usual falta de conexão entre o *habitus* sociológico e a estrutura global do campo disciplinar.” Nos limites deste artigo, entendemos que o desenvolvimento do conhecimento frequentemente se produz por meio de uma colaboração multidisciplinar, neste sentido apontamos que a sociologia do esporte e do lazer pode trazer novos olhares à sociologia, por justamente nascer longe do paradigma anterior.

As teses de Burawoy passam pela pergunta sobre qual é o interesse da sociologia pública? A resposta para ele é, em parte, uma reação à privatização de tudo. Sua vitalidade depende de ressuscitar a essência da ideia de “público”. A construção de um pensamento não focado na disciplina, refletindo as multiplicidades de sociologias públicas, que reflete não apenas os diferentes públicos, mas também os diferentes compromissos de valor dos sociólogos. “A sociologia pública não tem nenhuma valência

normativa intrínseca, a não ser o compromisso com o diálogo em torno de questões levantadas na e pela sociologia” (BURAWOY, 2005, p.25).

Esfera Pública

O conceito de esfera pública ficou no ostracismo, negada pelos marxistas, pois a esfera pública escondia o verdadeiro interesse de classe da burguesia. Deste modo, a discussão marxista na economia política atingia diretamente o conceito de esfera pública, afirmando que a valorização desta fortaleceria a exploração de classe. Logo, a ideia de uma emancipação da esfera civil burguesa em relação à regulamentação governamental administrativa não levaria a algo como a neutralização do poder na interação das pessoas entre si: ao invés disso, nas formas de liberdade contratual burguesa constituem-se novas relações de poder, a começar pelas relações entre proprietários e assalariados.

Do outro lado, Stuart Mill, no livro o “Governo Representativo”, afirmava que as questões políticas não deveriam ser decididas por uma multidão inculta, uma esfera pública, mas só através de pontos específicos discutidos por pequenos grupos. Alex Tocqueville no “A Democracia na América” afirmava que a esfera pública, determinada pelas paixões da massa, necessita ser purificada pelos cidadãos independentes – por meio de uma hierarquia social. A esfera pública foi assim deixada à deriva por ambos os setores, no entanto novos acontecimentos políticos e sociais, que apontaremos a seguir, trouxeram maior visibilidade a essa esfera pública e suas necessidades, que iriam além da forma de governo, ou mesmo de lutas interestelares.

O surgimento de novas necessidades é percebido pela geração do pós-guerra. Uma geração extremamente crítica, reivindicativa e dotada de comportamentos e costumes que chocam fortemente os padrões estabelecidos. Os hippies e seu slogan *flower power* mobilizaram amplos setores sociais com uma proposta pacifista e contrária, especificamente, ao envolvimento dos EUA na guerra do Vietnã. As mulheres também ocuparam um espaço político importante com o *women libs*, a segunda onda do movimento feminista, depois das lutas e conquistas do final do século dezenove, trazendo agora questões como direito ao próprio corpo, liberdade sexual, reivindicações trabalhistas e o combate às desigualdades sociais e culturais. Ao mesmo tempo, alastrou-se o uso de drogas alucinógenas, cujos efeitos devastadores tanto do ponto de vista fisiológico, como social frente ao desenvolvimento do tráfico e do crime organizado, eram pouco conhecidos, ou simplesmente ignorados. É um momento de grandes transformações políticas, culturais e até mesmo estéticas, tendo o ano de 1968 como o marco simbólico por excelência.

A esfera pública começa a ser um espaço que reivindica suas prioridades. Entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público, a esfera pública mesmo regulamentada pela autoridade busca construir discursos diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir as leis gerais das relações sociais na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, como as filhas e filhos que discutem sobre o uso de métodos contraceptivos, o apoio de pais ao aborto, entre outras questões que estavam no subsolo das relações sociais. Segundo Habermas, os meios dessas discussões políticas e sociais não têm de modo peculiar e histórico, um modelo anterior (1990, p.42).

Exatamente estes aspectos, inclusive maior acesso ao lazer e políticas públicas de participação social e cultural, não eram contemplados neste cenário, pois os pesquisadores estavam em suas mesas debruçados na dualidade da guerra fria e nas estratégias para conter o inimigo.

As demandas políticas no Brasil refletem o debate característico dos países mais ricos, em função das raízes populacionais e do diálogo histórico, que vão situar os países europeus e os Estados Unidos como referências culturais. Somam-se aqui, às demandas e movimentos já citados, a busca pela restauração das liberdades e garantias democráticas e a luta contra a miséria, a fome e as formas extremas de exploração da população. Neste contexto há uma expansão do esporte, com a participação do país em torneios internacionais e a sua consequente instrumentalização política, tendo o futebol como melhor exemplo. Mas, além das práticas esportivas, encontramos uma preocupação com a atividade física da população, como ilustra ao fato da obrigatoriedade de aulas de educação física nas escolas.

O debate da esfera pública não ficou restrito entre o certo e o correto a partir da legislação, como pensavam Alexis de Tocqueville e Stuart Mill, nem mesmo restrito aos direitos burgueses como pensavam os marxistas. A esfera pública se transformou em espaços de discussão para construção do melhor argumento e solução de conflitos. A diferença fundamental está no objeto de preocupação do sociólogo. Antes se discutia o sistema econômico, mas pouco se discutia sobre a corrupção. Falava-se de liberdades, mas pouco sobre os direitos dos homossexuais. A justiça e não a legislação acabou se transformando, pelo menos no Brasil, no maior representante desta esfera pública.

O ambiente pós-queda do Muro pode ser classificado também como sendo o da globalização (ou mundialização como preferem alguns europeus). Neste caso a ênfase recai sobre os avanços tecnológicos, principalmente nos campos das comunicações e informática e seus efeitos no sistema produtivo e na vida das pessoas. Tem um forte viés mecanicista e pouco ajuda para compreender a diversidade atual.

Esta percepção da globalização centrada nas esferas tecnológicas e econômicas, com destaque para o surgimento e funcionamento de um mercado financeiro global foi, gradativamente, dando espaço para a percepção de que também começam a surgir espaços de articulação de grupos com reivindicações que podem ser de natureza mais geral, como no caso do feminismo, ou de grupos mais específicos ou regionais. O fato é que, na prática da luta política, ocorreu uma significativa diminuição do tempo e do espaço para a interação entre as pessoas. Ao mesmo tempo, os organismos internacionais, como a ONU, passaram a dispor de uma visibilidade maior que pode ser usada politicamente.

Neste sentido, os espaços sociais para decisões são prejudicados por fatores objetivos, como o poder de compra e a participação em grupos, no entanto, estes espaços podem ser tanto mais influenciados quanto mais a relação original entre esfera íntima e esfera pública se inverteu, possibilitando um esvaziamento da publicidade da esfera privada. Assim, então, o consumo de cultura, lazer e esporte também entram a serviço da propaganda econômica e política.

Esporte e Lazer

O direito ao lazer e ao esporte passou a ser ocupação do público consumidor de cultura no tempo livre de lazer, e da cultura do espetáculo esportivo (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010). Estes mecanismos ocorrem, no entanto, num clima social em que não existe assimilação entre os direitos e o público com acesso a estes direitos. Nestes casos a esfera pública perdeu o sentido do que é direito ao Esporte e direito ao Lazer, isto é, o que de fato é direito fruído. O direito ao esporte e ao lazer com o sentido social perdeu a sua correlação dialética, foi nivelada como sendo lazer e esporte espetacularizados.

Hoje em dia, no Brasil, para fazer valer os seus direitos de participação política a massa da população tem que integrar-se num fluxo informal de comunicação pública, que brota de uma cultura política e tenta influir nela, através dos modelos de passeata, ocupação e internet. Ao mesmo tempo, as deliberações, no âmbito das corporações e parlamentares, não são permeáveis a temas, valores, contribuições e programas que nascem em esferas públicas não encampadas pelo poder.

Quando Michael Burawoy afirma que a esfera pública está sob ameaça, provavelmente o esporte e o lazer acabam sendo atacados por estas ações, já que a escolha de esporte e lazer é algo secundário frente a outras ações com maior visibilidade, entre as políticas sociais adotadas. Em tempos de crise e ausência do Estado, estes espaços em que teoricamente não há políticas públicas de longo prazo, são deixados à míngua (AMARAL; COSTA, 2012).

O espaço que o esporte adaptado, a inclusão do deficiente e os Jogos Paralímpicos dispõem, tanto nas políticas públicas, como em exposição nos meios de comunicação de massas no sentido de intervenções específicas na sociedade, através de mecanismos legais e econômicos, mostram um avanço das políticas, aproximando-os a uma situação de igualdade com o resto da sociedade (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011).

Trata-se, contudo, de um grupo, entre vários outros, que incorpora as características que o modelo de poder contemporâneo elegeu como mais viável para a realização de intervenções. Ou seja, não se trata de um olhar específico da política para o esporte ou a atividade física, mas, exatamente o contrário, uma dimensão do esporte e das atividades físicas que coincide como uma lógica política ampla e que, precisamente por isso, pode vir a se tornar um elemento de atenção e investimento.

O desenvolvimento e a expansão atual da pesquisa em esporte também podem ser percebidos em função do cenário antes construído. A verdade é que tanto o esporte, como o lazer em sentido amplo, nunca foram elementos privilegiados de pesquisa no campo das humanidades. Neste sentido, terminam por não trazer uma forte herança, nem de produções teóricas, nem de embates a partir de diferentes escolas de pensamento. A grande vantagem desta situação é que quando a geração de pesquisadores pós-crise de paradigmas, na área de esporte e lazer, oriundos de diferentes centros de pesquisa, foi dar continuidade aos seus estudos, na verdade expandindo-os para espaços bem maiores, puderam abraçar qualquer teórico que por ventura pudesse ser útil para pensar o objeto, sem ter que nem reconciliá-lo com seus detratores no campo, e nem tampouco pessoalmente com seus orientadores e mestres.

A sociologia do esporte e do lazer, por sua vez, não cobra do seu pesquisador, pelo menos não com tanta intensidade, um compromisso com seu desenvolvimento anterior, permitindo que avance e incorpore novos autores e novos objetos de pesquisa com mais facilidade. Porém, estes pesquisadores, por não herdarem um *habitus* sociológico tão rico e controverso, não conseguem se colocar à frente das

transformações nestas esferas, e os políticos destas áreas não possuem a formação necessária para trazer do campo de pesquisa as prioridades para as transformações políticas que vão ao encontro das necessidades da esfera pública.

Em termos bem simples, apesar da sociologia do lazer e do esporte não estar totalmente presa à lógica da sociologia tradicional, os seus interlocutores não possuem legitimidade frente ao público e frente ao Estado, pois estes pesquisadores, ou os pesquisadores com formação em sociologia do esporte e do lazer, não são chamados para deliberar nem nos espaços de sociedade civil organizada, como também eles não estão nos locais de decisão de política.

Mesmo não tendo que enfrentar o problema da crise de paradigmas na mesma intensidade que outras áreas, os pesquisadores da sociologia do esporte e do lazer, como de outras áreas da sociologia, não possuem forte legitimidade prática no campo das ações concretas e nem nos movimentos sociais, ficando assim relegados ao campo acadêmico, com discussões que repercutem pouco nas decisões de um lado, ou de outro.

O esporte e o lazer servem para minimizar os riscos sociais, fundamentado na concepção de que as ações ilícitas são provocadas por escolhas do indivíduo e não por problemas sociais mais gerais. O lazer e o esporte são vistos pela fisiologia como integrante de um plano geral que vai eliminar a delinquência. A expectativa do controle de verbas para serem distribuídas, mais a necessidade de lotear as diferentes secretarias entre os grupos que irão compor uma base parlamentar de apoio, leva à execução de ações administrativas de uma forma não coordenada e independentes umas das outras, em função dos interesses específicos de cada grupo instalado na estrutura de poder.

A Sociologia Pública, neste contexto, pode oferecer um caminho do fazer do sociólogo, ligado às esferas públicas para poder compreender os desejos dos grupos sociais organizados. Nesta sociedade desfragmentada, desencaixada, como diria Guidens em “As Consequências da Modernidade”, a sociologia do esporte e do lazer poderia se inserir nos estudos destes temas, qual o papel do esporte e do lazer nas políticas públicas; quais são os interesses dos grupos organizados na utilização do esporte; quais formas de se analisar a sociedade a partir de um referencial das potencialidades de transformação dos sujeitos, e, como o esporte e o lazer, podem ser estopins destas transformações.

Referencial

ALMEIDA, Bárbara; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). Movimento, Porto alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./dez. 2010.

ALMEIDA, Marco; GUTIERREZ, Gustavo. Lazer no Brasil. São Paulo: Phorte, 2011.

AMARAL, Sílvia; COSTA, Eduardo. Possibilidades da matricialidade na administração pública do lazer. Movimento, Porto alegre, v. 18, n. 1, p. 205-220, jan./mar. 2012.

BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco. Sociologia Pública: engajamento e crítica social em debate. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 223-232, Maio/Ago. 2009

BURAWOY, Michael. For public sociology. *American Sociological Review*, v. 70, fev., p. 4-28, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOMENS, NATUREZA E PRÁTICA CORPORAL: UM TODO INDISSOCIÁVEL

Marco Antonio Lima Rizzo¹

Resumo: O presente ensaio reflete sobre a antinomia homem-natureza, a qual é através das práticas corporais que os homens intervêm no mundo. A ideia que o homem nasce com uma essência humana é posta em xeque, sendo que a verdadeira essência humana é tida aqui como um constructo sócio-histórico e condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Assim, entende-se que é no corpo, nas relações sociais e na produção humana constituem os pilares da segunda natureza humana.

Palavras-Chaves: Homem. Natureza. Práticas Corporais.

A Unidade Homem-Natureza

As práticas desportivas, atléticas ou artísticas atualmente são muitas vezes recomendadas por médicos, psicopedagogos e psicólogos para transtornos de ordem física, psíquicas e educacionais para crianças. Os pais, não ocasionalmente e nem casualmente, optam por inscreverem seus filhos em determinadas práticas por julgarem dar suporte na formação moral, profissional e pessoal dos próprios filhos. Além desses fatores, podemos notar que, as práticas corporais possuem um espaço significativo na mídia e na opção de lazer de diversos seres sociais das mais distintas classes sociais ou econômicas. Portanto, é possível compreender que as práticas corporais, são parte constituinte da cultura humana e podem contribuir de alguma maneira na formação humana de homens e mulheres que optam por apropriarem-se desse saber.

Para entender um pouco melhor esse *status* que as práticas corporais possuem na sociedade, julga-se importante compreender a relação homem-natureza e os seus desdobramentos no mundo humano. Leontiev (2004) demonstra que a diferença essencial entre os homens para os demais animais, encontra-se justamente pela forma que estes se relacionam com a natureza. Pode-se concluir nisso na seguinte afirmação:

O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade. Resultando estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporadas nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana. Só apropriando-se delas no decurso da sua vida que ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas. Esse processo coloca-o, por assim dizer, aos ombros das gerações anteriores e eleva-o muito acima do mundo animal. (LEONTIEV, 2004)

O autor ainda explica que as diferenças morfológicas entre as etnias e indivíduos não se constituem em um elemento justificador para as diferenças sócio-econômicas

¹ Doutorando em Educação Física pelo Programa Associado UEM-UEL, docente do Instituto Federal do Paraná campus Ivaiporã (IFPR-Ivaiporã) e membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (GPCCL), email: marco.rizzo@ifpr.edu.br

entre as culturas. É neste mundo que o homem cria e recria a sua própria existência, fazendo com que as necessidades constituam-se de forma diferente das necessidades puramente naturais, isto é, necessidades propriamente humanas². As necessidades humanas são entendidas aqui como parte que constitui uma segunda natureza desse ser, sendo estas que fundamentam o gênero humano e passa a guiar o modo como a vida humana se reproduz ou produz. Esse processo de produção e reprodução da vida humana, segundo Leontiev (2004), fez com que as questões, tanto corporais (biológicas) quanto mentais (psique) do homem, sejam mudadas e constituídas não apenas subordinada às leis naturais do desenvolvimento da vida. As leis que passam a guiar o desenvolvimento humano possuem essencialmente um caráter sócio-histórico.

Não se quer dizer que as leis naturais são banidas ou eximidas da existência do homem, mas esta não se constitui como fator único. O homem passa desta maneira a se constituir de forma teleológica e subordinada às leis criadas pelos homens. Em outras palavras, antes ele era um ser natural e de caráter não teleológico, por isso não produtor de sua própria história, agora passa a ter um caráter sócio-histórico e teleológico ao agir no mundo. A expressão dessa mudança é manifestada na cultura, a qual o desenvolvimento da mesma constitui-se em um meio para que os novos indivíduos, que nela nasçam, construam a sua segunda natureza.

Conforme a premissa de Marx (2003) entende-se que essa segunda natureza humana tem suas raízes pautadas no desenvolvimento das forças produtivas humanas, dentro de um âmbito material e espiritual, e no modo que a vida humana produz sua existência social dos homens no mundo. A base do mundo dos homens é tida pelo seu modo de produção e relações sociais, o qual o conjunto de ambas determina as relações produção. O ser humano (ou o desenvolvimento de sua segunda natureza) tem seus pilares sustentados nesses dois elementos das relações de produção, pois a vida humana depende do legado das gerações anteriores. Isto é, a nossa constituição enquanto humanos não é dado apenas pelo caráter hereditário-genético. A herança genética, fator condicional que nos fazem pertencer a espécie *homo sapiens sapiens*, é o que nos garante a condição biológica para apropriarmos das “coisas” do mundo humano produzidos por outrem. A constituição humana, e de tudo o que o homem produz independente do período mencionado, tem por base a herança das revoluções econômicas, produtivas, culturais, etc. anteriores.

As práticas corporais, entendidas aqui como meios operacionais construídos sócio-historicamente para um determinado fim, encontram-se materializada nas ações dos homens e nas mais diversas atividades humanas da sociedade, isto é, vão desde a constituição de um padrão ou comportamento social em um determinado ambiente e momento histórico, até a uma habilidade motora específica para a produção de uma mercadoria ou serviço. Refletir sobre os seus mais diversos motivos existenciais de ser, função/legitimação social, técnica/execução, relação corpo-instrumento e etc. torna-se uma das tarefas do professor de Educação Física. Dentre as mais diversas concepções de Educação Física, é tido que a Cultura Corporal (SOARES *et al*, 1992), o Movimento

² Quando é referenciado como necessidade propriamente humana é entendido no sentido de ruptura do processo natural, isto é, não é mais visto o seu desenvolvimento de maneira instintiva, pressupõe, neste caso, uma ruptura. A ruptura, por sua vez, não significa uma abdicação ou uma supressão da necessidade do corpo biológico do homem, mas sim a sua superação a um patamar mais elevado, ou seja, um patamar histórico e social do ser.

(SÉRGIO *apud* BRACHT, 2003), Habilidade Motora (TANI *et al*, 1988) entre outros, constituem-se como possíveis objetos de estudo da Educação Física. Independe de qual adotado, neste presente ensaio, o objeto de estudo da área não é visto enquanto um conhecimento exclusivo da Educação Física, pois é entendido que outras áreas do conhecimento estudam e contribuem para sua melhor compreensão, como é o caso da Arte, no que diz respeito ao estudo dos simbolismos e formas das danças e expressão corporal; a Medicina e Fisiologia, que devem compreender o corpo e seu funcionamento relacionado com o meio em que vive; ou da Filosofia e Psicologia que buscam compreender o universo dos homens, o pensamento humano e a relação destes com a realidade, com o corpo ou sociedade.

Por mais que existam diversas concepções de Educação Física, tendo cada uma, uma fundamentação filosófica, científica, estética ou pedagógica distintas entre si, elas buscam, por meio de seus objetos de estudo construídos historicamente, dar explicações e legitimar a intervenção da área no mundo humano. Atualmente existem diversos estudos que trazem a relação do homem com a natureza, focando no homem em si, na valorização do seu corpo, na cultura produzida, na sociedade em que vive e etc. Entretanto, quando buscamos a compreensão da antinomia do homem com a natureza e a sua relação com a Educação Física, encontramos um setor pouco explorado pela área. Entende-se que tal questão posta não é vista com demasiada relevância pelas diversas concepções da área, por não constituir-se em um obstáculo para a estruturação conceptual e legitimação social da Educação Física, já que cada concepção encontrou o seu meio de interpretar o mundo e posicionou sua função social na realidade humana.

O Constituir-se em Ser Humano.

Pensar na criação da “Cultura” pelos homens, e neste caso específico da Cultura Corporal, é um passo importante para compreendermos o mundo humano contemporâneo, pois o mesmo se constituiu por meio de um processo histórico. A humanidade, em seu estado inicial, certamente possuía uma complexidade menor do que a sociedade atual, por conta da quantidade de signos sociais que o ser humano havia produzido até então, nos quais são esses signos que constituem o universo simbólico no qual os homens vivem. Com base nos fundamentos anteriormente apresentados é entendido que a relação homem-natureza e os produtos oriundos dessa relação, foram criados e desenvolvidos conforme as necessidades dos homens no seu respectivo momento histórico. A Cultura Corporal, tratada pela Educação Física, contribui com a compreensão de como era e como relacionavam essa cultura do corpo com a existência humana. Entendendo alguns desses pontos, em seus primórdios, é possível compreender como a Cultura Corporal evoluiu, como por exemplo, o uso de uma lança para atividade de caça, a qual possuía o labor de confeccionar o seu próprio instrumento para a tarefa, até a transformação do instrumento e das técnicas de lançamento, tornando-se uma modalidade atlética praticada em eventos internacionais e assistida por diversas pessoas, sendo denominada como atletismo.

Se olharmos para a humanidade em sua história pode-se notar que em sua existência muita coisa mudou, ou seja, o seu conceito e padrão de beleza, as profissões e instrumentos de trabalho, a estrutura econômica e política transformou-se e assim por diante. Para ter essa ideia um pouco mais clara, basta pensarmos em como era a

comunicação dos homens no século passado antes dos mais diversos avanços tecnológicos criados e usados hoje.

Se entendido que o ser humano é um ser que não nasce pronto e nem predestinado, isto é, se levar em conta que nos modificamos do início ao fim de nossas vidas e que nosso comportamento varia de acordo com o ambiente e contexto, não pensaríamos as mesmas coisas que pensamos agora e nem saberíamos exatamente as mesmas coisas que aprendemos. Enfim, tornamo-nos o que somos por conta de nossas experiências, relações sociais, características biológicas natas e contexto histórico vivido.

Por possuímos um corpo, condicionado pelos fatores anteriormente relatados, e sendo neste que encontramos uma forma de “gravar” nossa própria essência em nós mesmo, fazemo-lo conforme sanamos as nossas necessidades sociais (ou necessidades humanas). Com isso, cada homem cria em si uma essência que lhe é única e sob os condicionantes legados até o presente momento, assim como a sua existência já lhe é única por conta dos fatores naturais herdados em sua morfobiologia.

Aquilo que o homem se apropria para garantir sua existência e constituir a sua essência, ou vice e versa, não o faz de forma aleatória, teve uma necessidade que o impulsionou a priori. Não importa se a necessidade veio de um estímulo interno ou externo, isto é, se a necessidade pode ter sido uma situação forçosa do meio ambiente para com o homem ou partido de uma carência histórico ou biológica do próprio ser para sanar uma necessidade. O homem em seu estado bruto ou natural, isto é, sem nenhum rudimento humano, é tido como parte do ambiente natural, não se diferenciando substancialmente dos demais seres vivos e nem própria da natureza. A sua semelhança é sentido de que ambos se modificam, porém não mudam de maneira teleológica (com intenção e interesse). O que diferencia o homem bruto dentre as demais espécies são apenas suas potencialidades naturais, porém, para além dessas questões, o que permitiu o seu desenvolvimento em “ser social” (ou ser humano) foi o seu enfrentamento com o meio natural e as condições dadas por ele.

O homem não vive sem a natureza, pois é dela que ele surgiu e nela que encontra os elementos necessários para a sua vida, tanto se considerar a vida em sua dimensão natural quanto na histórica. O produto desse enfrentamento tem por fim sanar uma necessidade, porém, o produto, afirma Marx (2006), é apenas a síntese do processo que o produziu. Se a todo o momento o processo que produziu o produto foi de forma instantânea – ou seja, imediata e/ou espontânea – não havendo necessidade de elencar ou desenvolver as potencialidades propriamente humanas, logo a intervenção ocorreu de maneira natural. Mas se de algum modo, durante o processo de produção do produto, necessitou ser mediado – ou seja, mediato e premeditado – desenvolvendo potencialidades propriamente humanas, logo a intervenção ocorreu de maneira histórico-cultural. Somente no segundo caso é que o processo foi tido como verdadeiramente humano, pois o produto do homem não satisfaz apenas uma necessidade imediata, mas a necessidade universal e histórica de todo o gênero humano, mesmo que esta universalidade esteja materializada em apenas dois indivíduos de toda uma espécie.

Para Marx (1982),

A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (p. 151)

Com base nessa premissa é entendido que há uma ruptura da história natural do homem para uma histórico-cultural (ou sócio-histórica). Em outras palavras, outros seres vivos apesar de poderem ser gregários não constituem uma sociedade; apesar de **transmitir** hábitos para suas ninhadas não se constituem historicizados; apesar de possuírem hábitos em comum, similares e relacionados não produzem cultura³. Tais fatores, característico nos homens também, serviram de alicerce para que os mesmos criassem o trabalho e com esse a cultura humana, ou então, a cultura do trabalho. Nas demais espécies não há a criação de instrumentos para a sua subsistência, o qual é por meio destes que o homem satisfaz sua necessidade, é por meio deste que o homem trabalha, podendo este ser usado por outrem qualquer ou novamente por ele para se produzir abundância⁴.

O fundamento da ruptura do homem natural ao histórico-cultural é dado a partir do primeiro ato histórico da humanidade, que neste estudo é visto como sendo a organização social dos homens intermediada por um instrumento (ou ferramenta) com fins de sanar a necessidade comum ao grupo. Pode-se dizer que antes da criação de instrumentos de trabalho o homem era apenas natural, após isto cultural (ou histórico ou social). Neste sentido afirma-se que ele desperta na natureza as possibilidades antes adormecidas, que só apareciam no mundo casualmente. Assim, por meio de análise dos instrumentos de trabalho em conjunto com os resquícios históricos do meio em que ele vivia, pode-se medir o grau de desenvolvimento da força-produtiva do determinado período. Anterior a isto, a divisão dos períodos do *homo sapiens* é feita conforme o corpo biológico da espécie mudava, ou seja, conforme apenas as exigências da seleção natural⁵.

REFERENCIAL

BRACHT, Valter. **Educação Física & Ciência: Cenas de Um Casamento** (In)Feliz. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2003.

³ Cultura aqui é visto como sendo algo originário de determinadas relações socioeconômicas e tida como gratuita a todo o gênero humano, isto é, passível de apropriação de qualquer membro da mesma espécie.

⁴ Notifica-se que há estudos arqueológicos que comprovam o uso de instrumentos de trabalho por outros animais (extintos), porém o foco da discussão no presente ensaio não abrangerá tal reflexão.

⁵ O conceito de "seleção natural" foi amplamente debatido e defendido por Darwin (2009), o qual o seu emprego é feito de maneira metafórica em sua obra. Os seus estudos constata a inexistência de intencionalidade na natureza e nos processos que nela ocorrem, o uso do termo apenas cumpre uma expressão breve do processo de variabilidade das formas de vida no planeta, sendo fruto de sua adaptação ao meio.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Tomos I, II e III. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.

LEONTIEV, Alexis. **Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo, SP: Editora Centauro, 2004.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia-Política**. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2006.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E., CASTELLANI, L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. – São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992.

TANI G.; KOKUBUN, E.; MANUEL, E. J.; PRENÇA, J. E. **Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo, SP: Editora da USP, 1988.

QUANDO O CAMPO ESPORTIVO “CRUZA” COM O CAMPO POLÍTICO: A DISPUTA DO CONFAO E O COB PELO BENEFÍCIO DA LEI PIVA NA ALTERAÇÃO DA LEI PIVA

Marcos Ruiz da Silva¹

Laura Alice Rinaldi Camargo²

Resumo: Este estudo apresenta o cenário de disputa entre duas entidades esportivas (CBC – Confederação Brasileira de Clubes e COB – Comitê Olímpico Brasileiro) pela alteração/manutenção do artigo que trata da destinação de percentual da receita das loterias federais para o COB, regulamentada pela Lei Piva (10.264/01). A conquista da CBC é o resultado de articulação no campo político, a partir da mobilização de vereadores, deputados e senadores, estabelecendo as tensões na disputa com o COB.

Palavras chaves: Lei Pelé, política, esporte.

INTRODUÇÃO

Uma discussão que movimentou o cenário nacional esportivo e político no ano de 2011, e que vinha sendo tema de pauta há quase 4 anos na Câmara Federal no Congresso Nacional, envolvendo diversos agentes e instituições esportivas, estava relacionada com as propostas de alteração da Lei Pelé (9.618/98) que culminou com a aprovação da Lei nº 12.395, em 16 de março do mesmo ano, alterando a lei geral do esporte.

Nesse panorama, entidades representativas, como o CONFEF³, as confederações esportivas, o COB⁴, a CBC⁵, o Clube dos Treze⁶, dentre outras, apresentaram suas propostas ao Ministério do Esporte e ao Senado, participando de debates e reuniões na expectativa de ser, cada qual, contemplado com as decisões vinculadas com as propostas relacionadas com alteração/manutenção da lei 9.618/98.

Alguns desses interesses, reflexos de disputas entre os diferentes agentes envolvidos, contou com matérias como a regulação da atuação dos empresários, agentes e procuradores de atletas no futebol; com reivindicações pela criação do monitor de esportes, permitindo a ex-atletas com mais de três anos de atuação ser monitor de esportes; com a solicitação do repasse de percentual destinado ao COB pela Lei Piva para o CONFAO⁷, dentre outras.

Entre os diversos artigos que foram submetidos à apreciação do Congresso Nacional, a disputa da CBC por 0.5% do valor da Lei Piva (10.264/01) que é destinado ao COB, mesmo não sendo considerado aspecto de primeira relevância pelo próprio relator da Lei, Senador Álvaro Dias (PMDB), apresentou alguns sinais de tensão entre essas duas instituições, demonstrando momentos de destacada articulação política nessa disputa.

¹ UEM – mruiz4@hotmail.com

² UFPR – aurarinaldi@hotmail.com

³ Conselho Federal de Educação Física.

⁴ Comitê Olímpico Brasileiro.

⁵ Confederação Brasileira de Clubes.

⁶ Pessoa jurídica, cujo nome oficial é União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro.

⁷ Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos.

No bojo dessa contestação ficou bem marcada a presença de dois campos⁸, o campo esportivo e o campo político, estabelecendo forças na constituição do choque dos interesses de cada entidade, mobilizando-as a estabelecer articulações tanto no plano esportivo, envolvendo outros agentes deste campo, quanto no político, recorrendo a políticos que pudessem se sensibilizar com o apelo de cada um e direcionar esforços para atender à solicitação de determinada entidade.

Desta forma, o presente estudo tratou especificamente descrever os agentes centrais envolvidos nessa disputa entre a CBC e o COB, e apresentar seu envolvimento e tensões criadas, nas definições da nova lei (12.395/11), culminando na alteração do artigo que trata da alteração da Lei Piva. Mais especificamente ao que se refere o inciso II do art. 6º da lei 9.615/98.

AGENTES, DISPUTAS E TENSÕES

Considerando a delimitação do tema, procurou-se restringir a identificação dos agentes envolvidos com o intuito de dar conta de responder a inquietação sobre o assunto. Assim, limitou-se a apontar os agentes que o autor considerou como centrais na discussão, sendo a CBC, representada também pelo CONFAO, e o COB.

Considerando o Ministério do Esporte como organismo maior da representatividade política esportiva no país, resolveu-se descrevê-lo, exatamente por qualificá-lo como legitimador desse processo.

A constituição do CONFAO partiu de uma estratégia da CBC com uma finalidade bem específica: reivindicar um percentual dos recursos das loterias federais que são destinados, conforme estabelecido pela Lei Piva, para o COB para fomentar o esporte olímpico.

Sua fundação, 03 de fevereiro de 2011, foi realizada na sede do Esporte Clube Pinheiros com o senhor Sergio Bruno Zech Coelho, presidente do Minas Tênis Clube, como seu primeiro presidente, contou com a participação dos clubes sociorrecreativos⁹, ou sociais esportivos, que contam com a participação de atletas em competições olímpicas, como o Minas Tênis Clube, de Minas Gerais, o Esporte Clube Pinheiros, a Sociedade de Ginástica de Porto Alegre-SOGIPA e outros. Também estiveram representantes autoridades do Ministério do Esporte, personalidades políticas presentes, atletas com participação em Olimpíadas, como Daiane dos Santos, dentre outras pessoas do cenário esportivo e político.

A justificativa dessa entidade está fundada no argumento de que as mesmas investem na formação dos atletas que representam o Brasil nos Jogos Olímpicos e outras competições oficiais e não possuem apoio financeiro para manter tais estruturas, como espaços físicos, compra de materiais, custo com viagens, contratação de equipe técnica, dentre outros. A mesma acredita que havendo mais recursos financeiros destinados à

⁸ Para fins deste estudo campos será adotado a compreensão de Bourdieu (1983, p. 89), acerca dos campos na qual são considerados "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)".

⁹ Neste estudo será adotado a compreensão que Silva (2007) apresenta, sendo instituições com finalidade jurídica sem fins lucrativos com objetivo de proporcionar aos seus associados oportunidades diversificadas de lazer, podendo também ser identificados como clubes sociais desportivos ou sociais esportivos.

formação desses atletas será possível aumentar a base de atletas e ainda melhorar as condições oferecidas, favorecendo à permanência dos mesmos na prática esportiva.¹⁰

A própria instituição desenvolveu uma pesquisa e a tem utilizado para demonstrar à sociedade o quantitativo de atletas oriundos dos clubes que participaram da Olimpíada em Pequim, na China, em 2006. Nesta pesquisa é acusado que dos 270 atletas medalhistas, 217 são representantes dos clubes sociais esportivos.

Apesar do CONFAO, oficialmente, ser o organismo que tem como objetivo a mobilização para o pleito, é necessário destacar que ele possui relativa autonomia nas suas ações, pois está diretamente vinculado à CBC com funções também bem definidas. Dentre elas, promover, incentivar, interceder, informar sobre ações (cursos, intercâmbios, integração entre atletas, e outras) relacionada aos interesses do órgão¹¹ e aos clubes filiados à mesma.

A CBC, atualmente órgão representativo no SND, foi fundada em 1990 com o propósito de representar os interesses dos clubes sociais esportivos junto ao Congresso Nacional, deixando claro com a gestão do então presidente, Arialdo Boscolo, sua (pre)disposição para a articulação política:

A CBC inicia articulação junto à Câmara e Senado, defendendo os interesses do segmento clubístico nas propostas legislativas.¹²

Na outra ponta da contestação encontrava-se o COB, na tentativa de manter seu direito conquistado no ano de 2001, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Piva, atribuindo o direito à entidade de receber um percentual da arrecadação das loterias federais, com a proposta de que esses valores fossem investidos no desenvolvimento do esporte:

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.¹³

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) que congrega também o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) tem como seu Presidente, o advogado Carlos Arthur Nuzman que, desde 1995, assumiu esse cargo. A instituição é a representante nacional do Comitê Olímpico Internacional (COI), desde 1914. Sua constituição jurídica vinculá-se a uma entidade de caráter privado, sem fins lucrativos, de caráter esportivo e tem como uma de suas propostas principais desenvolver/difundir os preceitos olímpicos estabelecidos pelo

¹⁰ Disponível em www.cbc.com.br

¹¹ Disponível em <http://www.cbc-clubes.com.br/novo/arquivos/files/regconfao.pdf>. Acesso em 2011.

¹² Disponível em: <http://www.cbc-clubes.com.br/novo/somos/20anos.php?sec=20anos&col=2>. Acesso em 2011.

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10264.htm

COI.¹⁴ Nessa condição, a administração da entidade possui relativa autonomia em sua forma de conduzi-la.

São consideradas entidades agregadas, enquanto filiadas ao COB, federações e confederações que se submeterem ao regimento da mesma, sob a condição de formalizarem filiação, desde que suas modalidades sejam reconhecidas pelo COI, como olímpicas. Caso o contrário, podem se associar na condição de vinculadas. Entretanto, esta qualidade está atrelada à filiação da entidade internacional, cuja mesma esteja associada, ao COI.

O COB é reconhecido pelo Ministério do Esporte como um órgão do SND e participa de ações relacionadas à política do esporte, conforme normatizado por lei:

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e as entidades nacionais de administração do desporto, que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.¹⁵

Apesar das entidades de administração do esporte dispor de autonomia para decidirem sobre sua vinculação ao COB, existem alguns fatores que podem ser considerados como determinantes para que as mesmas sintam-se sensibilizadas a o fazerem. Um dos aspectos está associado ao reconhecimento e autorização para participar dos eventos subordinados ao Comitê, como os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos.¹⁶

Outra instituição que suscitou destaque neste estudo é o próprio Ministério do Esporte que apesar de não ser o responsável pela aprovação da Lei Pelé, seu discurso enquanto representante do organismo nacional legitima a posição da reivindicação.

Apesar da pasta do Ministério do Esporte não ser algo recente, para fins deste trabalho será considerado o ano de 2003 como marco inicial, por considerar-se que não se trata de uma análise do referido órgão, mas delinear sua forma para melhor compreensão das relações estabelecidas entre os agentes durante o desdobramento da referida pauta, tema desta pesquisa. Esta data dá-se pelo motivo de ser o marco, no qual o referido Ministério assume uma Pasta específica, tendo como ministro o Deputado Federal Agnelo Queiroz do PC do B¹⁷, e assim dispor de maior autonomia nas ações do Estado na definição de uma política nacional de esporte. No período das discussões Orlando Silva, também do PC do B era o Ministro do Esporte, cargo que assumiu em 2006.

Para contemplar as três manifestações do fenômeno esportivo, conforme reconhecido pela Lei Pelé, o Ministério do Esporte contava com as Secretarias Nacionais de: Esporte Educacional, Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e Esporte de Alto Rendimento.¹⁸

¹⁴ Disponível em: http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2011/estatuto_cob.pdf

¹⁵ Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei12395_2011.htm

¹⁶ Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei12395_2011.htm

¹⁷ Partido Comunista do Brasil.

¹⁸ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/institucional/organograma/organograma.jsp>

Apesar de este Ministério na época ter uma fala pautada no tema inclusão social, fica explícita sua vocação para o esporte de rendimento. O que aparentemente, num primeiro olhar, demonstra uma postura contraditória, tendo em vista a característica excludente em que este fenômeno esportivo está pautado.¹⁹

O Ministério do Esporte procurou manter uma posição de neutralidade sobre o assunto, entretanto é relevante destacar que seu discurso confirmou uma posição oficial perante a sociedade, e que isto tem condição de sensibilizar a opinião pública, podendo provocar uma tensão junto aos políticos envolvidos no processo de definição das alterações da referida lei, ao se considerar a ideia de configuração sugerida por Elias (1994) quando o autor estabelece que existem teias de interdependência entre as pessoas que forma uma conexão, na qual elas são mutuamente orientadas e dependentes. Desta forma, é válido imaginar que a postura adotada pelos políticos, orientados pelos seus partidos, podem ter sido influenciados pelo reflexo que o discurso do Ministério provocou na comunidade que acompanhou o desenrolar da questão:

"Entendemos ser legítimo e necessário o apoio aos clubes responsáveis pela formação dos nossos atletas olímpicos do país. O COB é parte fundamental nesse processo, pela direção que ocupa nos destinos do esporte brasileiro, e participará das discussões sobre o novo decreto", defendeu o ministro Orlando Silva.²⁰

De um lado, a CBC tornou mais explícita sua mobilização junto ao Ministério do Esporte e à reivindicação de apoio a diversos políticos para alcançar êxito na sua empreitada, ao passo que não foi possível observar na mídia que discutiu o tema na época, a mesma proporção de atuação por parte do COB.

A CBC procurando ampliar sua pressão junto a políticos que possam representar no Congresso sua reivindicação, tentava mobilizar a comunidade clubística para que ela envolvesse políticos afetos às mesmas.

Pedimos o apoio de todos os clubes esportivos sociais, para contatarem os Deputados Federais que sejam de suas relações, com a finalidade de conseguirmos mobilizar a todos para mais essa conquista. (Boletim Virtual Nº 1128 - 16 de fevereiro de 2011).

Essa articulação contou com envolvimento e o apoio de diversas entidades clubística, inclusive do Estado do Paraná, como o Santa Mônica Clube de Campo e o Morgenau, de Colombo e Curitiba, conforme relata os presidentes de ambas instituições, respectivamente:

"O Santa Mônica tem se destacado também pelas suas ações junto à Confederação Brasileira de Clubes – CBC – em ações políticas importantes através do Conselho Superior de

¹⁹ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>

²⁰ Disponível em: <http://www.cidadeverde.com/ministerio-de-esporte-vai-tentar-alterar-lei-piva-32722>

Clubes,...Mês passado, juntamente com representantes de outros importantes clubes esportivos sociais, estivemos em Brasília percorrendo os gabinetes dos Senadores para aprovarem a Medida Provisória (MP 502/10), sem alteração..."²¹

Apesar da nota apresentada pelo Presidente do Clube Morgenau ser muito próximo à da apresentada pelo Santa Mônica Clube de Campo, vale destacar a relevância atribuída ao fato:

"A Sociedade Morgenau, a exemplo de alguns outros clubes, tem se destacado pelas suas ações junto à Confederação Brasileira de Clubes – CBC que com seus representantes estiveram em Brasília percorrendo os gabinetes dos senadores com vistas a conseguir a aprovação da Medida Provisória MP 502/10, sem alteração do inciso VIII e parágrafo 10º do artigo 56 alterado na Câmara dos Deputados..."²²

Na postura do COB, não se observou explicitamente sua articulação junto aos organismos representativos e também a políticos que pudessem incorporar a defesa pela manutenção do artigo na Lei Pelé, preservando sua receita a partir da arrecadação da receita das loterias federais, permitido pela Lei Piva.

Da mesma forma, não foi observado muita movimentação da entidade junto à mídia. Dentre as poucas notas sobre o assunto, encontradas na imprensa escrita, cita-se um pronunciamento apontando, de forma genérica, como os valores são investidos:

Ao saber do lançamento do Confao, o COB, por meio de nota oficial, divulgou alguns dos investimentos que faz com esse dinheiro da Lei Agnelo/Piva, como contratação de técnicos estrangeiros, comissão técnica multidisciplinar, aquisição de equipamentos importados, treinamentos no exterior, entre outros.²³

Após várias discussões no conjunto de alterações sofridas pela lei Pelé com a instituição de novas normas para o funcionamento do esporte no país é contemplada, no dia 16 de março de 2011, pelo Senado, na medida provisória(MP)²⁴ 502/11, a proposta feita pela CBC, sem alterações.

²¹ Disponível na Revista do Santa Mônica Clube de Campo, março de 2011.

²² Disponível no Informativo da Sociedade Morgenau, maio a junho de 2011.

²³ Disponível em: http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Mais_Esportes/0,,MUL984796-16317,00.html

²⁴ Segundo o jurista Bandeira de Mello, de acordo com a nova redação do artigo 62 dada pela Emenda Constitucional 32/2001, medidas provisórias são "*providências (como o próprio nome diz, provisórias) que o Presidente da República poderá expedir, com ressalva de certas matérias nas quais não são admitidas, em caso de relevância e urgência, e que terão força de lei, cuja eficácia, entretanto, será eliminada desde o início se o Congresso Nacional, a quem serão imediatamente submetidas, não as converter em lei dentro do prazo - que não correrá durante o recesso parlamentar - de 120 dias contados a partir de sua*

Considerações finais

Um primeiro aspecto a se destacar foi as tensões estabelecidas durante o processo que decorreu, culminando na aprovação de MR 502/10, mais especificamente no que tange o artigo que trata da forma de distribuição da receita arrecadada pelas loterias federais, até então destinada ao COB, conforme regulamentava a Lei Piva.

É possível afirmar que surgiu uma necessidade do campo esportivo “visitar” o campo político. Não pela característica lógica do processo de aprovação perpassando por este campo, mas pela intensa articulação que a CBC demonstrou ao longo do percurso de pleito, inclusive revertendo a retirada de seu pleito poucos dias antes da aprovação da referida MP no Congresso.

Outro aspecto que se evidencia nessa constituição de forças e especificamente na constituição do CONFAO como um órgão representativo dos clubes formadores de atletas olímpicos está no fato de ele estar subordinado à própria CBC, limitando sua forma de atuação aos interesses desta instituição. E, apesar do discurso da entidade ser de melhor distribuição dos recursos da Lei Piva para a formação dos atletas, fica clara a constituição de mais um grupo restrito que se beneficiará desses recursos, devido os diversos critérios estabelecidos para se cadastrar como clube formador. Isto, provoca um afastamento dos diversos clubes que desenvolvem trabalhos de formação de base, aos recursos disponíveis.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. [Questões de Sociologia](#). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

ELIAS, Norbert. **Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. 2v.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

SANTA MONICA CLUBE DE CAMPO. **Editorial**. Revista Mensal. Colombo, SMCC, março, 2011.

SILVA, Marcos Ruiz. **Lazer nos clubes sociorrecreativos**. Editora Factach. SP, 2009.

SOCIEDADE MORGENAU. **Editorial**. Curitiba. Informativo Mensal, maio-junho

publicação". Jus Navegandi. [Medidas provisórias e matéria tributária](#), por Luciana Furtado de Moraes, dezembro de 2004.] http://pt.wikipedia.org/wiki/Medida_provis%C3%B3ria

“NATUREZAS” HISTÓRICAS DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER E O CENTRALISMO ESTATAL NO BRASIL

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira¹

Resumo: Localizo algumas das ações que configuraram o que se anuncia como o centralismo intervencionista estatal no âmbito das práticas de educação física, esporte e lazer no Brasil. Característico de formas políticas de tutela, normalmente autoritárias, o intervencionismo estatal é visível na história brasileira mesmo naqueles períodos considerados de normalidade democrática, e independe de colorações ideológicas, como é possível observar nas políticas contemporâneas. Devedora de uma constituição política da nação calcada na negação da participação ativa da sociedade nos processos decisórios o que se observa é o embaralhamento entre o público e o privado.

Palavras chave: Esporte e política; história a educação física e do esporte; Estado e educação física.

As preocupações com a constituição do Estado Nacional, pelo menos desde a criação do IHGB em 1838, representam um dos grandes dilemas brasileiros, ainda hoje. O que se viu, e o que continuamos a ver em termos históricos, é o desenvolvimento e a consolidação de um aparato estatal no qual a sociedade, em seu sentido mais amplo, pouco teve participação. Um vínculo colonial oriundo do “parasitismo da Metrópole”, segundo o argumento de Manoel Bonfim; uma tradição escravista que deixou marcas de violência ainda hoje observáveis; uma elite não afeita ao trabalho e aos problemas nacionais; a apropriação do ideário liberal com particularidades que fizeram o crítico Robert Schwartz teorizar sobre as “ideias fora de lugar”; uma representação política que tratava o povo como incompleto, logo, incapaz de construir plenamente uma sociedade democrática, que estaria sempre inconclusa. Todos esses elementos combinados produziram um entendimento que Estado e sociedade são coisas muito distintas, quase independentes e incompatíveis, negando a possibilidade de o Estado ser configurado como o amálgama do Governo com a Sociedade Civil, conforme a teoria de Estado propugnada pelo pensador sardo Antonio Gramsci. Mais do que isso, o Estado brasileiro foi gradativamente se constituindo como um lugar de partilha de poder entre grupos dominantes, caracterizando uma prática política de tutela e exclusão da maior parte da sociedade. Não deveria estranhar, portanto, que alguns dos grandes grupos empresariais nacionais que continuam a parasitar o Estado brasileiro, sejam formados por herdeiros de famílias tradicionais que há quase duzentos anos dão o tom do que deve ser a política – e o Estado – neste país.

Logo, aqui, o Estado se constituiu longe de realizar minimamente o contrato social imaginado por Rousseau ou a gestão do interesse e do bem comum, idealizado por Hegel. Antes, deste a sua fundação o Estado Nacional brasileiro se constituiu como um lugar distante dos interesses e das necessidades ordinários da sociedade, até porque a ideia que se desenvolveu foi, com muita frequência, a de que a sociedade é constituída por alguns, não pela maioria e muito menos por todos. O ideário político dos partidos Liberal e Conservador durante o século XIX, quase inteiramente incorporado pelos

¹ Universidade Federal de Minas Gerais. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. marcustaborda@pq.cnpq.br

diferentes Partidos Republicanos, apenas atesta o fato que, na retórica da chamada “elite” política nacional, o lugar do povo é um *não lugar* na política. Poucas vezes se viu na história dos países que caminharam rumo à democracia um Estado e uma sociedade que se constituíssem sem um povo, ainda que essa noção deva ser rigorosamente escrutinada pelo historiador. Mas o que quero demarcar aqui é o fato de o Estado Brasileiro ter se desenvolvido à margem dos interesses mais amplos da sociedade, ainda que em alguns momentos específicos os anseios vindos da base tenham movimentado os donos do poder.

Nos limites desta comunicação, então, cabe destacar que, sendo a educação física, o esporte e o lazer um conjunto de práticas historicamente constituídas, inventariar o papel do Estado na sua constituição é de vital importância, até porque a sua ingerência nesses âmbitos é quase absoluta, seja em um *movimento centrífugo*, quando o Estado define a sua organização a partir dos seus interesses e das suas diretrizes políticas, como se viu no Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar, seja em *movimento centrípeto*, quando grandes grupos econômicos e corporações profissionais reivindicam uma maior participação do Estado na gestão daquelas práticas, fenômeno que se observou no ciclo de nacionalização das três primeiras décadas do séc. XX, e que continuamos a observar hoje, com a disseminação de políticas que atendem aos estritos interesses de clubes, confederações e corporações.²

Se lembrarmos da origem moderna dos esportes, não podemos deixar de reconhecer que o seu surgimento se deu a partir das práticas culturais de diferentes sociedades. Embora cada uma com um nascedouro distinto – alguns em escolas de elite, em feiras e festas populares ou associações como a Associação Cristã de Moços, de Socorro Mútuo, Sociedade Ginásticas – parece incontestável que inicialmente o Estado pouco interferiu sobre o desenvolvimento das chamadas práticas corporais. Trabalhos brasileiros de referência obrigatória como os de Vitor Melo, Ricardo Lucena, Meily Linhares, Luciana Marcassa, mostram como práticas corporais em geral – esporte, lazer, educação física – em muito foram produzidas, pensadas e organizadas para além dos

² No momento que eu finalizava estas notas, a mídia noticiava que o ministro dos esportes defendia uma maior intervenção estatal no âmbito esportivo. Mais do que uma mera reação ao fiasco do time brasileiro de futebol na Copa do Mundo, o episódio só parece confirmar a minha hipótese de que o liberalismo, e sua materialização econômica, o capitalismo, no Brasil, tem uma clara vocação para assaltar o Estado. Óbvio que este não é um fenômeno restrito ao esporte e à educação física, mas atesta a construção de uma representação histórica do Estado como demiurgo. Pouco importa se o esporte se tornou uma grande e milionária indústria, às vezes, de índole bastante questionável, se clubes e confederações são entidades privadas que movimentam fortunas às vezes de origem duvidosa, baseiam-se em práticas clientelistas de compadrio absolutamente antidemocráticas, e se essa indústria, esses clubes e essas confederações não sofrem qualquer tipo de gerenciamento público. Cabe ao governo – leia-se, ao Estado – intervir para “salvar” o futebol ou o vôlei brasileiros, com se viu recentemente. Curiosamente nem o Estado nem seus usuários se incomodam com o fato da maior parte das verbas do ministério se destinar ao altíssimo rendimento, de não haver uma política séria de expansão dos equipamentos comunitários de lazer ou mesmo de ter sido varrido dos principais estádios de futebol brasileiros aquele lugar que um dia foi ocupado pelo torcedor pobre.

Ver: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/10/ministro-defende-estado-mais-forte-no-controle-da-gestao-do-futebol.htm> e <http://blogdojuca.uol.com.br/2014/07/efeitos-do-7-a-1/>. Aliás, o simples fato de ter sido criado no Brasil um absurdo Ministério dos Esportes já parece confirmar a tese aqui defendida.

estritos muros do aparelho de Estado, ainda que este acabasse incorporando aquelas práticas no seu seio.

Assim, a formação de um Estado Nacional de clara e forte conotação centralizadora e autoritária definiu, por exemplo, que sociedades recreativas, ginásticas ou esportivas surgidas por aqui desde o séc. XIX, sofressem intervenções estatais que em muitos casos alteraram definitivamente a sua organização, muitas vezes baseadas no mutualismo. O menor efeito dessa política de estado foi, em alguns casos, a simples mudança de nome das associações, como é o caso de muitos clubes brasileiros anteriores à Segunda Guerra Mundial. Em outros casos, clubes e associações foram proibidos de funcionar se não atendessem ao imperativo da nacionalização forçada, que teve sua culminância com o conjunto de leis de nacionalização, levadas à cabo pela ditadura de Getúlio Vargas, em 1938. Ora, em um país marcado pela imigração, e por grande e rica diversidade cultural, essa não é apenas uma prática de extrema violência, como é um claro processo de exclusão de enormes grupos sociais e de suas práticas tradicionais. Do mesmo modo, a capoeira, forte expressão identitária de determinados grupos étnicos, foi tratada como crime, como todo sabemos, e o Estado legislava contra a sua difusão. Nos dois casos, se pensarmos em “sociedade” como a convivência de diferentes subgrupos sociais, parece que o Estado estava a postos para fazer valer os interesses exclusivos de um grupo sobre a pluralidade representada por todos os demais.

Os anos de 1930 são emblemáticos nesse sentido. As iniciativas de criação de centros de formação de professores de educação física, técnicos e médicos esportivos e recreacionistas, muitas vezes foram levadas à cabo por iniciativa particular de entidades, grupos ou indivíduos, como é o caso de Francisco Mateus Albizzu, no Paraná, a partir dos anos finais da década. No entanto, por motivos que ainda esperam estudos aprofundados, mas que certamente foram reforçados pelo autoritarismo do Estado Varguista, muitas daquelas iniciativas foram estatizadas, tornando-se o Estado, se não o único, o principal fomentador da formação de profissionais ligados ao desenvolvimento das práticas corporais. Com exceção de algumas poucas iniciativas, essa prática perduraria até o período da ditadura brasileira, quando a iniciativa privada é estimulada a investir na formação superior, sob a chancela do Estado. Não deve ser mero acaso o fato de se disseminarem pelo país Inspetorias de Educação Física como órgãos independentes dentro do aparelho estatal. Aquelas iniciativas teriam seu ápice na criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e da Cultura, em 1937 (Lei 378 de 13/03,1937). Sob a batuta da Ditadura Militar a Divisão tornou-se Departamento de Educação Física e Desportos – DED, em 1970. Observe-se que ali o esporte e a educação física foram concebidos como independentes da educação ou da cultura, mas tinha um lugar de poder próprio, o qual pretendia abarcar todas as práticas afeitas ao universo da Educação Física, do Esporte e do Lazer, como bem sinalizou Lamartine Pereira DaCosta.

Assim, todo o período que enfeixa os anos finais da década de 1930 e da década de 1970 parece atestar que as práticas corporais, no Brasil, orbitavam sob a batuta do Estado. Obviamente, quando a isso me refiro penso na sua gestão e organização, não naquele riquíssimo conjunto e iniciativas originárias da população brasileira de um país tão diverso e rico como o Brasil. Mesmo aquelas iniciativas que podem ser consideradas críticas aos modelos de gestão então mobilizados, tais como o CPC da UNE, recorriam a

uma retórica na qual o Estado ocupava lugar de destaque. O nacional por subtração, o nacional-popular, a cultura popular são todas expressões – de resistência, algumas – que não abriam mão da intervenção estatal na organização da cultura.

A ditadura, como é da sua nefasta vocação, radicalizou o lugar o Estado na gestão dessas práticas. Por um lado, em sua face modernizadora, estava aliada a organismos internacionais como a UNESCO para disseminar o Manifesto Mundial da Educação Física (1971), o Manifesto sobre o Desporto (1973), o Manifesto sobre o Fair Play (1977), além de disseminar movimentos como o *Mexa-se, Esporte para Todos* e a *Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo*. A própria produção do *Diagnóstico* do período entre 1969 e 1971, com sua retórica de modernização, deixa clara uma faceta cara aos governos autoritários, aquele da gestão tecnocrática da vida, a qual pretende se espriar por todas as dimensões da sociedade. Observe-se que a Loteria Esportiva, inclusive, foi criada com o argumento de fomento do esporte comunitário brasileiro... No entanto, não comungo da interpretação que aquele seria um momento especial, pela instauração do estado de exceção, de uso do esporte e da educação física para fins ideológicos. Assim seria se não assistíssemos, a partir da década de 1980, de redemocratização, outro período de forte intervenção estatal no plano das práticas corporais, ao qual eu logo me dedicarei.

A ditadura brasileira produziu o I PNEFD, de 1975/76, e o II PNEFD, em 1980/81. Nos dois casos, sua pretensão era controlar desde a formação de quadros para a Educação Física, o esporte e o lazer, até formar equipes de alto nível olímpico. Vem daí, inclusive, a consolidação do modelo piramidal que ainda hoje atormenta muitos professores e estudantes nas escolas brasileiras, reféns da “educação física por temporadas”. Vem daí a implantação da pós-graduação em Educação Física no Brasil, com modelos baseados em laboratórios de fisiologia, de comportamento motor e na psicologia do comportamento, tão em voga nos Estados Unidos e em outros países tomados como modelos. Aliás, muitos professores de educação física e técnicos esportivos, que viriam a ser tornar professores universitários no Brasil, foram financiados pelo Estado brasileiro para viver e estudar em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e até mesmo a União Soviética! A CBD – Confederação Brasileira de Desportos, extinta em 1979 sob o comando de um almirante, Heleno Nunes, esteve por 17 anos sob a direção e João Havelange, que seria mandatário da FIFA e criaria as condições de uma entidade privada exemplar no que se refere à promiscuidade entre a dimensão pública e a privada, a CBF.

Assim, se o estado autoritário buscava organizar o “campo”, não o fazia sem a chancela de dirigentes esportivos e universitários, como os diretores das Escolas de Educação Física do Brasil, ou mesmo das corporações de professores, incluídas as APEFs, que em mais de uma ocasião exigiram do Estado intervenção no plano da cultura corporal. Ou seja, a relação *Estado/sociedade*, neste caso como em outros, passou longe de ser uma relação unilateral, uma vez que alguns grupos souberam reivindicar a intervenção estatal na direção de interesses que estavam longe de serem universais, no sentido de atender ao conjunto da sociedade.

Os anos finais da ditadura, na primeira metade da década de 1980, assim como os primeiros anos da redemocratização, colocaram na cena um conjunto de análises críticas que não cabem ser discutidas aqui. No entanto, pouco mudou o tom intervencionista. A ênfase se desloca do Estado “liberal” autoritário (sic!), para um

Estado que deveria prover, baseado nas ideias de justiça e igualdade, as práticas corporais da população. Mudou a ênfase, refinaram-se as práticas, mas permaneceu o apelo intervencionista... Naqueles anos são reformados os currículos de formação de professores de Educação Física (1987), se desenvolve ampla campanha para estabelecer, pela via jurídica, um Conselho que criasse uma reserva de mercado para um mal definido “profissional de educação física”, são reivindicadas leis de incentivo ao esporte, as quais se materializariam em 2006, empresas estatais tornam-se patrocinadoras de clubes privados que não têm trabalhos de caráter social, a educação física e o esporte são tratados como direitos na constituição, como se fossem domínios distintos da cultura e da educação.

Penso, no entanto, que o maior exemplo do que venho aqui tentando argumentar é a criação do Ministério do Esporte, em 1995 como ministério extraordinário, fixando-se na estrutura burocrática brasileira em 2003. Enquanto em outros países a ideia de um ministério se relaciona a algumas poucas áreas estratégicas da gestão da coisa pública, no Brasil vimos proliferar de forma inconsequente as pastas que dão suporte ao Executivo. O esporte, em especial, beneficiado dessa prática clientelista, ganhou a sua pasta, deixando de fazer parte das preocupações de pastas tais como Educação ou Cultura, ou mesmo, como em alguns países, de um Ministério da Juventude, por exemplo. O esporte foi erigido, coroando uma trajetória intervencionista, a uma área estratégica para a intervenção estatal, reafirmando com mais força em um período de democracia, a vocação autoritária e centralizadora do Estado brasileiro, que pareceu a alguns estudiosos prerrogativas das ditaduras do Estado Novo e pós-1964.

Enfim, uma série de indícios históricos, que reclama estudos consistentes, permite sustentar a hipótese da promiscuidade entre alguns grupos e o Estado na gestão das práticas corporais, no Brasil, ao longo da sua história. Nessa aventura políticos profissionais que pulam de cargo em cargo, militares, ex-atletas, empresários se arvoraram em defensores do esporte e da educação física como se fossem “causas nacionais” agindo por dentro das estruturas de poder do Estado sem se preocupar com as efetivas demandas do conjunto da população.

Os resultados desta forma de gestão estatal todos nós bem conhecemos: transferência de vultosos recursos públicos para a iniciativa privada; privilégio de poucos esportes de autorrendimento em detrimento das práticas populares de lazer ou dos esportes pouco desenvolvidos; aparelhamento do Estado por grupos ligados à burocracia partidária alheios aos interesses da população; sonegação de clubes que movimentam bilhões de reais em transações espúrias com o beneplácito do poder público; programas de fachada que não permitem o pleno desenvolvimento do esporte e do lazer dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira; a produção de mega eventos esportivos, de resultados duvidosos para os interesses de todos sem, nem mesmo, o instrumento político da consulta popular. Isso tudo, em alguns momentos, temperados com o fortalecimento de retóricas nacionalistas calhordas e oportunistas, para as quais o Brasil só estará completo quando for uma potência esportiva.

Ao historiador deve inquietar como retóricas claramente desenvolvidas por governos autoritários em regimes de exceção se transmutam em apelos questionáveis em nome dos “interesses da sociedade” em períodos democráticos. Pois parece que desde a perseguição das sociedades étnicas do fim do séc. XIX e começo do séc. XX, até

a rediviva retórica desenvolvimentista do Brasil Grande dos militares e dos últimos governos civis brasileiros, as práticas corporais que gozam de representatividade no cotidiano do conjunto da sociedade brasileira são as únicas que permitem pensarmos que o esporte e o lazer no Brasil podem ser domínio público, efetivamente democrático. É difícil sustentar o mesmo argumento para aquelas práticas através das quais grupos privados – empresariais, políticos, acadêmicos, profissionais – se locupletam para ter o seu lugar na partilha do poder dentro do Estado. Daí que não deve nos surpreender que em um país que está longe de resolver problemas prementes do conjunto da sua população, ainda haja espaço na grande mídia para que um ministro de estado defenda de maneira patética e oportunista, maior “estatização” do esporte!

Por outro lado, talvez sejam o esporte, o lazer e a Educação Física fenômenos suficientemente densos para, pelo seu estudo histórico, entendermos o que fez do Brasil um país de forte tradição centralizadora, estatal, autoritária, no qual a sociedade é um indesejável complemento de práticas de poder e de gestão que abdicaram da dimensão pública. Talvez, pelo estudo histórico da educação física, do lazer e do esporte, possamos compreender melhor diferentes projetos para o Brasil. Nesse sentido, o que tem sinalizado a historiografia recente da educação física, do esporte e da educação?

Primeiramente, sem abdicar do argumento central desta comunicação, é preciso reconhecer que, apesar das formas autoritárias de gestão da coisa pública, a sociedade se move, resiste, reage, produz. Historiograficamente poderíamos lembrar noções como usos, práticas, experiências, artes de fazer, como ferramentas importantes que têm sido mobilizadas para compreender como diferentes grupos sociais tem se posicionado diante dos imperativos político-estatais autoritários. Por exemplo, a capoeira, de prática marginalizada, depois enaltecida por Inezil Penna Marinho, se transformou em conteúdo das aulas de Educação Física no país. A despeito do seu caráter às vezes caricato, inúmeras danças folclóricas, brincadeiras tradicionais, também continuam a povoar o universo das práticas corporais, não apenas escolares. As formas de praticas as diferentes ginásticas são diversas na nossa história. Recentemente, ainda como exemplo, a seleção alemã campeã mundial de futebol comemorou o seu feito representando uma dança pataxó aprendida com os próprios índios, na Bahia. Isso contraria certamente o protocolo oficial, seja do Estado ou da FIFA...

Os estudos históricos têm mostrado que, mesmo em uma tradição centralista e autoritária como a brasileira, a sociedade cria, sobrevive, reage, inventa e reinventa as formas de existir. Parafraseando Edward Thompson, isso representa que, mesmo que os poderosos constantemente vençam, lutas e resistência houve, e cabe compreender como isso se deu. Nosso desafio, como historiadores da educação física, do lazer e do esporte parece, então, duplo.

Primeiro, é preciso aprofundar a compreensão tanto dos motivos quanto das formas de manutenção de práticas que permitiram e permitem que certos grupos sociais, com interesses particularistas, assalem o Estado e façam dele o seu quintal, ainda que contra os interesses da maioria. Por outro lado, devemos incrementar os estudos históricos daquelas práticas que constantemente colocam em xeque a permanência daquela maneira de pensar a política e o Estado. Assim, na contramão do que propõe o amplo panorama que apresento nesta rápida comunicação, o estudo centrado em práticas específicas – esportes, ginásticas, danças, aulas de educação física. currículos, sempre no plural – podem nos oferecer surpresas sobre a capacidade de

invenção e reação de indivíduos e grupos sociais. Também os estudos de caso locais – ou regionais – são outra importante dimensão para compreendermos a realidade complexa de um país multifacetado como o Brasil. Seria, por exemplo, o futebol proclamado pela FIFA e pelos meios de comunicação a única maneira de conceber e praticar aquele esporte nesse imenso país? Uma história do esporte que focalize o futebol, não pode também localizar aquilo que foi além de um velho protocolo inglês ou dos parâmetros da grande mídia? O que os historiadores podem dizer sobre isso?

Assim, e por fim, o mapeamento e a exploração de documentação que permita captar ecos da vida ordinária, para além dos centros de definição do poder, podem projetar luzes que permitam entender como os grupos sociais se fazem constantemente, a despeito das promíscuas relações aqui referidas. Isso pressupõe, certamente, o reconhecimento que as relações entre Estado e sociedade, seja no âmbito da Educação Física ou de qualquer outra dimensão da cultural, sempre estão cortadas por relações tensas de conflito, nos quais a pluralidade de interesses, necessidades e expectativas se cruzam com diferentes tentativas de ordenação social, no caso brasileiro, historicamente autoritárias.

Além disso, contra a tradição de pensar o Brasil a partir de alguns poucos centros de referência – a Corte, São Paulo, o Sudeste – a redução de escala de análise, seja espacial ou temporal – pode auxiliar a compreender como o Brasil é o que é, e se poderia ter sido de outra maneira. Mais do que uma mera ocupação acadêmica, ou diletantismo jornalístico, incrementar o estudo histórico rigoroso das práticas corporais, sejam aquelas de educação física nas escolas, de lazer, ginástica, dança ou esporte, cumpre um papel político importante na tentativa de compreender a sociedade e o Estado, e suas relações, no Brasil.

**SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS SEXISTAS: LEMBRANÇAS DE ATIVIDADES
FÍSICAS EM ESCOLAS CATÓLICAS (RECIFE-PE, 1970)**

Maria Helena Câmara Lira¹

Ana Paula Souza²

Resumo: O presente artigo é parte de uma pesquisa de doutorado sobre as relações de gênero em escolas católicas de Pernambuco, da década de 1970, tendo as práticas corporais como interlocutoras do passado. Neste texto está destacado o lugar da Educação Física escolar entre as concepções de escola mista e coeducação, a partir de um olhar historiográfico, tendo a História Oral como inspiração metodológica. Através da construção das memórias dos sujeitos que viveram a transição de escolas separadas por sexo para escolas mistas, foi possível localizar a Educação Física como um cenário de resistência a atividades coeducativas, no momento em que estas escolas iniciavam um perfil estrutural de coexistência de meninos e meninas, em seu cotidiano.

Palavras-Chave: Relações de Gênero; Escolas Católicas: educação Física

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado³, já finalizada, sobre as relações de gênero em escolas católicas, quando estas deixaram de ter um perfil sexista e tornaram-se mistas, na cidade de Recife-PE, na década de 1970. A pesquisa utilizou a História Oral como ferramenta para elaboração das fontes, tendo como sujeitos ex-alunos e ex-alunas, professores(as), padres e freiras de duas instituições tradicionais da rede de escolas católicas de Pernambuco. O primeiro foi o Colégio Nossa Senhora do Carmo, assumido pelas freiras beneditinas missionárias, em 1943, e conduzido apenas para meninas até o ano de 1974. O Colégio Salesiano também fez parte dos estudos. Em Recife, o Colégio Salesiano conduzido pelos padres salesianos, foi fundado em 1895, onde as primeiras meninas começaram a transitar apenas por volta de 1973.

As lembranças desse público sobre o período de transição de suas escolas separadas por sexos para escolas misturadas, subsidiaram uma reconstrução do passado onde o foco de análise se pautou na compreensão de práticas educacionais mistas, mas não necessariamente coeducativas. Dentre as lembranças sobre a vida escolar dos anos da década de 1970, nestas escolas católicas, as situações nas quais envolviam as aulas de Educação Física ou, simplesmente, as práticas de esportes, ginásticas e danças são aquelas onde as experiências para meninos e meninas mantiveram distinções e experiências educacionais particulares.

É sobre este viés da pesquisa que este artigo se dispõe. Quando meninos e meninas passaram a estudar nas mesmas escolas, neste caso em instituições católicas dos anos setenta, as experiências em suas vivências cotidianas foram as mesmas para

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco. mhelenalira@gmail.com

² Governo do Estado de Pernambuco. anapaulasouza1501@gmail.com

³ LIRA, Maria Helena Câmara. SOBRE UMA EDUCAÇÃO DO CORPO: MEMÓRIAS DO SURGIMENTO DE ESCOLAS MISTAS CATÓLICAS NO RECIFE DOS ANOS 1970. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2014.

ambos, ou havia alguma prática na escola que ainda polarizava conhecimentos e experiências para meninos e outra para meninas?

A memória construída através de 20 sujeitos entrevistados, demonstrou a polarização de algumas atividades na rotina da escola, principalmente no que concerne às linguagens corporais de movimentos. A prática de esportes, ginásticas, danças ou a própria Educação Física são taxativas nessas lembranças, como experiências próprias para meninos ou próprias para meninas, mesmo a escola assumindo a mistura dos sexos.

Convencionalmente, esses tipos de práticas sublinham diferenças entre os sexos, sendo evidenciadas pela exposição corporal. Sobre isso, Louro (1997) destaca que, mesmo as escolas tentando se aproximar de um regime de coeducação, a Educação Física parece ser uma área onde as resistências ao trabalho integrado persistem, ou melhor, onde as resistências provavelmente são reproduzidas e se renovam.

Portanto, tendo as práticas de atividades físicas recebido destaque nas recordações do grupo, no que concerne às experiências distintas, mesmo estando em turmas mistas, este artigo versará sobre esta linguagem como exemplo ou instrumento para o debate, em torno do surgimento de escolas com coexistência dos sexos, mas não necessariamente com práticas coeducativas. Descrever e analisar essa realidade contribui na compreensão, hoje posta como familiar, dos processos educacionais que, ao invés de gerarem emancipação e mudanças, realizam a redistribuição das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres.

A identificação do que seria coeducação e educação mista pautará este texto, desdobrando-se nos registros a Educação Física enquanto situação onde conhecimentos são tratados a partir da separação e não da coexperiência, tendo como base as lembranças e percepções do grupo entrevistado.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE A ESCOLA MISTA E A COEDUCAÇÃO

Os estudos de Daniela Auad são pioneiros no Brasil, ao apontarem diferenças de concepções entre educação mista e coeducação. Em suma, esta autora defende que para existir coeducação é preciso haver escolas mistas, mas nem sempre nas escolas mistas há um modo de gerenciar, problematizar e reconstruir as relações de gênero, questões significativas para um processo coeducativo. Há, mais facilmente, uma *Aprendizagem de Separação* nas escolas, uma apresentação do mundo de forma binária. Brinquedos, brincadeiras, funções sociais são associadas a significados femininos e masculinos, hierarquizando conhecimentos, atribuindo significados excludentes ao que é de menina ou o que é de menino.⁴

Para Auad (2006), a *Aprendizagem de Separação* torna-se marcante quando as diferenças de comportamentos entre meninos e meninas são associadas a dados essenciais, naturais, tendo isso como critério para a organização das turmas e realização de atividades. As investigações desta autora demonstram uma maior intolerância por parte da escola à indisciplina das meninas, por exemplo, apontando uma percepção de que os meninos indisciplinados em grupo estariam exercendo “seu papel”, mesmo sendo repreendidos pela instituição. Consequentemente professores(as) são mais

⁴ AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

tolerantes com meninos e mais severos(as) com meninas, no quesito indisciplina, gerando interações pedagógicas menos estimulantes para as garotas.

Elas, por participarem de uma dinâmica relacional dominada pelos meninos, poderiam aprender que suas contribuições têm pouco valor e que a melhor solução consiste em se retrair. As meninas pareciam pensar, portanto, que sua melhor contribuição seria auxiliar a professora na manutenção da ordem da classe, ao executarem todas as demandas da mestra. Os meninos, ao contrário, seriam impelidos a “se exibirem” de diferentes maneiras, o que pode se mostrar contraditório com a tradicional imagem do quieto e tranquilo bom aluno. (AUAD, 2004)

Aos meninos disciplinados, calados, retraídos pode ser atribuída alguma anormalidade. Ao passo que às meninas é cobrado o papel das boas alunas, ajudantes dos colegas com seus cadernos exemplarmente organizados.

Outro dado interessante, levantado por Auad (2004), é a ocupação dos espaços por parte dos meninos, geralmente garantindo os maiores espaços nos pátios e quadras, durante os recreios, para jogarem futebol, por exemplo. Para as meninas restam os cantos laterais do pátio, para pularem elástico, corda e conversarem. A separação dos grupos de meninas e meninos durante a realização de jogos e brincadeiras dentro da escola reforça, na opinião de Auad, a *Aprendizagem da Separação*, como se os próprios jogos trouxessem uma predeterminação daqueles que são barulhentos e agitados para os meninos, tendo, em contrapartida, os discretos e limitados no espaço para as meninas.

Os apontamentos traçados por esta autora são de investigações contemporâneas, no âmbito da educação formal e na área da Sociologia da Educação; problemas rotineiros nas práticas pedagógicas, os quais sublinham que as escolas, mesmo sendo mistas, não são neutras na distinção e reprodução de comportamentos e experiências distintas, participando, mesmo que sutilmente, da construção da identidade de gênero.

As diferenças entre educação mista e coeducação são sustentadas por argumentos como os de Maria Victoria Benevides (1996), aos temas em torno da Educação e Democracia. Para esta autora, a *educação democrática* seria aquela permeada por regras democráticas e igualdade diante das normas, do uso das palavras e dos espaços, já a *educação para a democracia* pautaria a formação dos sujeitos para a vivência de valores democráticos, tornando-os não só executores, como também conscientes das igualdades, dignidades e de seus semelhantes, consequentemente, gerando solidariedade, cidadania, etc.

Daniela Auad, inspirada nas ideias de Benevides, classifica a educação mista como uma educação democrática e a coeducação como uma educação para a democracia, sendo, para esta última, necessário objetivos definidos e reflexões pedagógicas sobre as relações de gênero, caso contrário, restará apenas a escola mista com reforço das relações desiguais. A coeducação atribui igual valor ao masculino e ao

feminino, considerando-os não como opostos ou essenciais, mas sim como categorias multifacetadas, interdependentes e não fixas em um lugar imutável.

Os embates sobre a coeducação e a educação mista também pautaram as escolas católicas estudadas, onde, mesmo mudando seu cenário e aderindo a lógica da coexistência de meninos e meninas, demonstrou polaridades a partir das lembranças dos(as) interlocutores(as) desta pesquisa, principalmente no que concerne aos conhecimentos advindos das atividades físicas.

Vale a ressalva de que os tipos de atividades físicas citadas nas lembranças tem relação com o acúmulo de saberes sobre os movimentos corporais, tendo esses conhecimentos vieses culturais e históricos, destacados por diversas expressões, a exemplo das danças, jogos, ginásticas, lutas. Esses conhecimentos, quando são tratados na escola de forma convencional, além de seguirem uma perspectiva mecanicista, comum aos anos setenta, podem fazer dessas experiências oportunidades de polarizar as relações entre meninos e meninas. Ou seja, as aulas de Educação Física, disciplina responsável por trabalhar tais saberes na escola, é forte cenário dessa separação, como fica evidente nas lembranças dos(as) entrevistados(as).

Tinha uma professora para as meninas e um professor para os meninos. A ginástica não era para a gente (os meninos) não... Eu acho que é questão de que às vezes os exercícios que eles aplicavam para os meninos, as meninas não tinham condições de fazer. Eles queriam dividir. Ficavam divididos. (DAVI DORNELAS, 58 anos)

Davi Dornelas (58 anos), ex-aluno do Salesiano, lembra não ter gostado de suas experiências com a Educação Física, descreve como elas se davam e diz ter se aproximado do professor, como uma espécie de monitor, para auxiliá-lo e não realizar os exercícios exigidos nas aulas. *“As aulas de Educação física eram separadas, um professor para os meninos e uma professora para as meninas”*, destaca Davi, justificando ser assim em virtude dos tipos de atividades propostas para meninos e meninas.

Não só Davi tem essa clareza sobre a separação das turmas, os(as) demais entrevistados(as) sublinham relatos semelhantes, algumas ex-alunas do Salesiano não conseguem ser tão precisas a esse respeito quando, ao mesmo tempo, justificam lembrarem pouco das aulas em si, e mais dos treinos esportivos. Entretanto, os(as) ex-professores(as) da escola afirmam ter sido separado, durante vários anos, esse tipo de aula.

As próprias recomendações de atividades físicas dentro da escola, de uma forma geral, já surgiram carregadas das devidas distinções do que seria apropriado para meninos e meninas. Tendo os médicos higienistas como principais propositores de uma vida saudável regada por atividades físicas, movimento que se consolidou cientificamente e sistematicamente na Europa do século XIX e no Brasil na transição do século XIX para o XX, os exercícios físicos conquistaram um espaço operacional dentro da escola, investindo na formação física e moral dos sujeitos.⁵

⁵ Sobre isso ver: SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física Raízes Europeias e Brasil**. 4ªed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

Arelados aos tipos de exercícios que deveriam entrar na escola, a princípio chamados de Ginástica, estavam aqueles apropriados para mulheres e para homens, tendo como importantes interlocutores sobre esse assunto Rui Barbosa (1849-1923) e Fernando de Azevedo (1894-1974). Rui Barbosa, através de seus pareceres inspirados na lógica higienista da segunda metade do século XIX é exaustivamente citado na historiografia da Educação Física, por ser este considerado um entusiasta em defesa da ginástica na escola, elencando as especificidades de exercícios para meninos e meninas. Fernando de Azevedo, também foi um nome importante em defesa da prática da ginástica na escola com o mesmo perfil de especificidades para homens e mulheres, tendo intitulado o capítulo de uma de suas obras como “Educação Física da Mulher”.

Distinções comuns para a época, ao considerar a prática de exercícios como uma ferramenta de manutenção do papel social exercido por homens e mulheres saudáveis. Às mulheres caberia a saúde física para não gerarem sujeitos improdutivos, deficientes, limitados, para tanto, os exercícios femininos teriam que prezar pelo seu sistema reprodutor, evitando impactos, atividades físicas com conflitos e choques corporais, por exemplo.⁶

Soares (2007) destaca que a separação por sexo e por idade era uma regra básica para o desenvolvimento de uma educação física, logo todas as prescrições deveriam seguir essa prerrogativa. A ginástica foi um poderoso canal de medicalização para a sociedade brasileira do século XIX, devendo ser realizada em uma intensidade e complexidade de acordo com o sexo, era considerado um trabalho de base para a aplicação de outras especificidades “canto, declamação e piano para as meninas; salto, carreira, natação, equitação e esgrima para meninos; e dança, para meninos e meninas” (SOARES, 2007, p. 80)

Segundo Victor Melo (1998), as escolas particulares de origem estrangeira foram as mais susceptíveis a inserirem a ginástica em seu currículo, muito mais enquanto uma atividade do que como uma disciplina, ainda no final do século XIX. Neste período, o fato de haver escolas só para mulheres e outras para homens era familiar na sociedade brasileira, na qual apenas as classes mais favorecidas economicamente tinham condições de terem seus filhos e suas filhas matriculados(as) e concluindo toda a educação básica.

Nos anos da década de 1970, o formato de escolas separadas por sexo já era insustentável na maioria das instituições de ensino e tendo, as escolas confessionais, resistido à mistura dos sexos mostrou-se, nos anos setenta, também flexível a este assunto. Todavia, nem todas as práticas se misturaram. A Educação Física é uma dessas práticas sublinhadas por poucas rupturas em seu formato, no que concerne à convivência entre meninos e meninas, demonstrando a linguagem corporal enquanto uma ferramenta de *Aprendizado da Separação*, como cita Auad (2006), resistente às mudanças marcantes. As práticas de atividades físicas na escola não abriram mão de continuidades, demarcando o que pode o corpo feminino e o que pode o corpo masculino.

“Eu lembro que aula de educação física sempre foi separada. Desde o tempo que começou a entrar menina sempre foi separada”, destaca Jovina Araújo (71 anos),

⁶ Sobre essas recomendações ver SOUSA, Eustáquia Salvadora. **Meninos, à marcha! Meninas à sombra! História do Ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897 -1994)**. Tese (Doutorado em Educação) _ Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1994.

orientadora pedagógica do Salesiano, ao falar sobre a organização da escola para esta disciplina, contratando professora para as meninas, juntando as alunas de várias turmas para montarem as turmas femininas da Educação Física e os contornos dados na carga-horária para atender a essa característica.

...como eram poucas alunas, naquela época, a gente não tinha esse rigor de duzentas horas/aulas. Você poderia fazer um horário, tirar duas quintas séries, três quintas séries só de meninas e fazer uma aula, entendeu como é? Montava o horário de um jeito e aquelas duas turmas... Pra também não ficar tão dispendioso. Dava pra fazer esse esquema sempre. Agora eu acho que o que não tinha ainda era esporte pra todas as meninas. Eu não garanto isso, não. Porque é muito tempo e é difícil lembrar, porque na época os esportes eram os mais conhecidos, vôlei, basquete, futebol para meninos.

Jovina se refere ao período após 1975, ano em que ela se tornou funcionária da escola, no qual as meninas começaram a ser matriculadas no Salesiano para além do 2º grau. Referente à Educação Física, as lembranças demonstram o quanto era normalizada a realização desta disciplina separadamente, apontando, inclusive, uma “modalidade” de separação citada pelos estudos de Dornelles e Fraga (2009), enquanto uma separação *Formal*.

A separação *Formal* nas aulas de Educação Física seria, para Dornelles e Fraga (2009), aquela constituída e conformada pelo aparato escolar, as turmas seriam organizadas separadamente. Haveria também uma separação *Extraoficial*, na qual as turmas de Educação Física constam como mistas, mas são separadas no decorrer da aula pelo(a) próprio(a) professor(a), na ocupação de espaços diferentes ou dividindo o tempo da aula, metade para a prática dos meninos e a outra metade para as meninas.

No Salesiano, os momentos das aulas de Educação Física eram formalmente separados, com as turmas devidamente organizadas pela coordenação, todavia, há um aparato legal que pode contribuir na compreensão desse cenário. Em 1971, houve a lei nº 5692, fixando ao currículo do ensino fundamental e médio um núcleo comum obrigatório, em âmbito nacional, com um grupo de disciplinas, dentre elas a Educação Física.

Houve, ainda, em novembro de 1971 um decreto nº 69.450, tratando da regulamentação e sistemática da área Educação Física, destacando-a como uma “atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”, uma visão que demonstra a relação desta disciplina com o contexto político do regime militar e seus discursos tanto nacionalista quanto de segurança nacional, mostrando a necessidade de formar uma juventude forte e saudável em defesa da pátria. O Decreto Federal nº 69.450, também contemplou a recomendação de condutas diferenciadas para ambos os sexos, no seu capítulo I, artigo 5º, ressaltando que “quanto à composição das turmas, cinquenta alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão”, separação nas aulas, separação na finalidade dos exercícios físicos e separação nas funções sociais.

Decreto Lei, o qual demonstra a continuidade de um discurso sobre uma Educação Física, pautada em ideias higienistas, sobre o que seria apropriado ao corpo da mulher e ao corpo do homem, com desdobramentos aparentemente inquestionáveis nos anos setenta, como demonstram as percepções do grupo entrevistado, ao se mostrar familiarizado com o fato de essas aulas serem separadas.

Quando, durante a entrevista, o assunto era o que as meninas e os meninos faziam em comum na escola, as lembranças convergiam para uma uniformização das práticas: “*fazíamos tudo juntos*”, dizem os(as) ex-alunos(as) sobre as práticas escolares, mas, ao serem abordados sobre a Educação Física, a certeza de uma convivência igual em todos os momentos e espaços se confunde com poucas lembranças acerca das aulas dessa disciplina ou a certeza de não desfrutarem dessa experiência com o sexo oposto. Entre o grupo há ex-atletas da escola, estes(as) eram dispensados(as) das aulas de Educação Física, o que torna as lembranças sobre experiências da linguagem dos movimentos corporais, dentro de uma parceria entre meninos e meninas, ainda mais escassa. Ou seja, lembram-se das atividades físicas, mas não se remetem a interações entre os sexos nesses momentos.

CONCLUSÃO

O exemplo da Educação Física, nas escolas católicas dos anos 1970, demonstra a necessidade de problematizar ao menos duas questões. A primeira é a pseudo intencionalidade em abrir escolas mistas a fim de democratizar e equiparar as oportunidades e os conhecimentos entre meninos e meninas. Para isso acontecer, a escola precisaria organizar toda sua dinâmica pedagógica sem investir em distinções de aulas e professores(as). A não realização deste movimento, exclusivamente na Educação Física, demonstra o segundo aspecto a ser problematizado, que é a forma como esta disciplina era considerada neste momento, forma esta que demonstra continuidades até os dias de hoje. A Educação Física e seus conhecimentos são delegados a um contexto mais próximo das *atividades escolares* do que propriamente de um conhecimento caro ao currículo, como são as *disciplinas escolares*.

Os anos setenta demarcaram particularidades à Educação Física as quais ajudam na compreensão dessa identidade, semelhante a um mundo paralelo transitando pela escola e acionado quando lhe é conveniente. O Decreto Lei nº 69.450/1971 é um indício importante para a análise desse contexto, assim como a representação que o esporte tinha neste período, inclusive a forma como ele era reproduzido na escola.

Em suma, a Educação Física sempre foi um palco de resistência para a coexistência dos sexos de forma igualitária, desde suas recomendações. Até quando a educação mista deixou de ser “condenável” pela igreja católica, as aulas de Educação Física permaneceram como o território do sexismo, da separação, da disputa, da polaridade, tratando o corpo em uma lógica essencialista, com as diferenças anátomofisiológicas sendo mais caras do que as histórias de vida, condições socioeconômicas, experiências motoras, acervo cultural e interesses distintos. Desconsiderando a diversidade de modos de “ser menino” e “ser menina”, as quais não podem ser reduzidas às diferenças biológicas entre gêneros, como pautou e ainda pauta a organização de práticas escolares.

As escolas abriram suas portas para a convivência entre os sexos, tendo sido este um momento importante de transição, onde poucos anos antes a mistura de meninos e meninas era algo irrecomendável pelas orientações pedagógicas. Contudo, a nossa compreensão de coeducação está em comum acordo com Daniela Auad (2006), ao dizer que a coexistência não gera automaticamente a igualdade de oportunidades, de acesso aos mesmos conhecimentos e vivência das mesmas experiências. Para isso as instituições devem perpassar suas ações didáticas, pedagógicas e políticas sobre a superação dos binarismos e polaridades que cercam as representações entre feminino e masculino, sendo estas marcadas por preconceitos, arquétipos, estereótipos, desigualdades incompatíveis aos princípios básicos de uma sociedade democrática.

Neste arcabouço, a Educação Física e a prática de outras atividades físicas, fora da disciplina, são um terreno fértil para a propagação das polaridades entre meninos e meninas, tendo esta realidade sido citada nas entrevistas como o momento de separação daquilo que era anunciado como misturado. A normalização de aulas de Educação Física separadas são comuns até os dias atuais, em um viés *Extraoficial* ou *Formal*, professores(as), gestores(as) e alunos(as) naturalizam essa prática e poucos(as) são capazes de suspender as “verdades” que justificam tais ações, ou seja, de problematizá-las, de estranhá-las.

É possível tentar compreender a construção dessa realidade olhando para o passado e para os sujeitos protagonistas de um momento de transição, no qual a Educação Física é posta em destaque como área de resistência não só para a coeducação, como também para a educação mista.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares**: da escola mista ao ideal de coeducação. Tese (doutorado em educação, área de sociologia da educação), São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Educar meninas e meninos**: Relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a Democracia**. São Paulo, Lua Nova, n.º 38, 1996.

BRASIL. Decreto nº 69.450 – 1 de novembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm. Acesso em, 03 de janeiro de 2014.

BRASIL. Lei nº 5.692 – 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em, 03 de janeiro de 2014.

DORNELLES, Priscila Gomes; FRAGA, Alex Branco. Aula Mista versus Aula Separada? Uma questão recorrente na educação física escolar. In: **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**. Vol.1, n.1, agosto/2009, p. 141-156.

LIRA, Maria Helena Câmara. SOBRE UMA EDUCAÇÃO DO CORPO: MEMÓRIAS DO SURGIMENTO DE ESCOLAS MISTAS CATÓLICAS NO RECIFE DOS ANOS 1970. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2014.

MELO, Victor de Andrade. Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: Esporte ou Ginástica. In: FERREIRA NETO. **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vitória, Facha, 1998.

SOARES, carmen Lúcia. **Educação Física Raízes Européias e Brasil**. 4ªed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. Ensino da educação física escolar para turmas mistas: muito difícil! Difícil demais!?! In: **Dois Pontos: teoria & prática em educação**. Vol. 4, n.31, p.78-82, mar./abr., 1997.

ENTREVISTAS:

ARAÚJO, Jovina. Entrevista concedida à Maria Helena Lira. Recife, 16 de outubro de 2013. Gravação em áudio.

DORENELAS, Davi. Entrevista concedida à Maria Helena Lira. Recife, 14 de outubro de 2013. Gravação em áudio.

VISIBILIDADES FEMININAS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA DA MULHER NO ESPORTE

Marizabel Kowalski¹

Resumo: A mulher como figura pertencente à sociedade, perpassa por um processo de “civilização” da própria história “masculina” do homem, ou seja, desde a Antiguidade até o final do século XVII, a mulher era considerada imperfeita por natureza, entretanto “puritana” em todos os sentidos. Um “ser” que deveria ser defendido, protegido dos “outros”, guardado no interior da casa, com atitude servil, incapaz de auto-sustentar, com voz, contudo, sem opinião. Na mudança dos cânones sociais de Elias remete a visão dos inegáveis efeitos perversos na cultura das discriminações de gênero, etnicidade e orientação sexual e a idéia “nova” – o feminino. O século XX marca a entrada da mulher no esporte.

Palavras Chaves: Visibilidades, Elias, Mulher. Esporte.

Introdução

As mulheres que hoje trabalham somente dentro de suas casas são mais resistentes às mudanças sociais. O conhecimento e a complexidade do mundo ao redor mantêm presas ao sistema patriarcal e ao lar na dependência do companheiro. Para as mulheres urbanas não é mais necessário tecer, plantar, criar animais, ordenhar, mas, precisam de capital para obter o que a fábrica e a indústria dispõem para ser consumido. Muitas galgaram a independência econômica e se dispuseram ao trabalho fora e dentro de casa. Outras se libertaram intelectualmente e todas se liberaram sexualmente.

A liberdade da mulher não está somente na liberação sexual, na legalização do aborto ou na queima de sutiãs, tão pouco nas atitudes masculinizadas que as igualam na opressão de se mostrar como os homens. (STUDART, 2001:23). Perrot, (2004) afirma que;

Não é primeiramente nessa fonte que bebe no novo anti-feminismo do início do século XX, mas. Se alimenta antes da conquista das mulheres, do esboço, ainda tímido, de uma inversão de papéis pela mulher emancipada que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso as profissões intelectuais e recusar, justamente, confinar-se a vocação maternal. (PERROT, 2004:183)

A liberdade da mulher está dentro dela própria. Nos países em que é dada a mulher igualdade de direitos civis, ela tem condições de exercer seu potencial. A liberdade se dá pela ação e não pela situação. Hoje as mulheres são responsáveis por sua história de luta pela opressão e discriminação e não podem mais ser vítimas da história dos homens e do sujeito histórico. Não podem ser vítimas delas mesmas. A profissionalização da mulher é real e presente, assim como a capacidade mental,

¹ Professora Doutora, Universidade Federal de Viçosa. belkowalski@ufv.br

intelectual, física e psicológica. Temos a realidade dos contraceptivos, da liberdade da escolha da profissão e a opção sexual.

Com o apoio dos sindicatos, da organização das associações, do amor e o respeito na aceitação das creches e escolas infantis que com o aparato de pedagogos e especialistas somam na tarefa e encargo de educar os filhos. Os alimentos prontos e industrializados onde o marido e os filhos já pilotam o fogão com a mesma naturalidade que as mulheres saem para trabalhar dirigindo o próprio carro. Hoje ela faz sexo por prazer com quem deseja e pode escolher quando e com quem casar e, se quiser casar. Descobriu seu corpo e as vontades estéticas de usar o tempo e espaço para práticas de atividades físicas e descobriu o esporte.

Sport - Mega Urbes em Ação

A nova geração emergiu no final do século XIX, jovens portadores da “*idéia nova*”, gente vinda do meio metropolitano, inquieta e formada nele. No início de década de 10 do novo século desapareceriam com o antigo hábito de repousar nos finais de semana. O repouso é destituído pelas festas e corridas de cavalo no Jockey Club. Partidas de tênis, regatas, canoagem e corso na Avenida. Nas Praças matinês dançantes. O carnaval nas ruas e futebol nos terrenos baldios e nos campos gramados dos Clubes Aristocratas. As atividades divulgadas pelos jornais e panfletos elaborados pelos jornalistas da Gazeta de Notícias e, igualmente com os versos de Olavo Bilac e B. Lopes, além de Ferreira de Araújo, assinavam as crônicas como Lulu Senior. Os jornais estimulavam a publicação com anúncios de todo tipo²:

*Venham todos tomar parte
Neste baile sem igual;
Haja pilhéria que farte
Neste grande festival
Haja lérias e dichotes;
Beliscões e piparotes;
Indo o mais que for folia.
Deixai o boato a mágoa.
Daí aos bombeiros água;
E o vinho à nossa alegria.
(ALENCAR, 1970:14)*

Na segunda metade do século XIX, as atividades esportivas se restringiam quase que exclusivamente às competições turfísticas. O *turf* gerou o aparecimento de inúmeros periódicos como “*A Vida Sportiva*” e o “*Sport*”, indicavam ser até então, as corridas de cavalo a própria definição do esporte. Os motivos desta difusão, apesar das negativas de seus defensores, pareciam, no entanto, estar mais ligados às apostas que ele propiciava do que supostos benefícios que a modalidade trouxesse a seus praticantes; distanciando-se do suor das refregas para acomodar-se em meio a elegantes platéias que das arquibancadas, limitavam-se a torcer pelo seu próprio

² Alencar, E. *Flamengo Alegria do Povo*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1970. Pg.14.

dinheiro. Mesmo os poucos clubes ginásticos existentes, como o Clube Atlético Sul Americano, pareciam constituir-se, muitas vezes de meras fachadas que encobertavam casas de jogos proibidos pela polícia (MIRANDA, 1998:45-60)³.

Esta situação começaria a apresentar seus primeiros sinais de mudança ainda nas últimas décadas do século XIX, com o surgimento e fortalecimento gradual dos esportes como a pelota (frontões/paredão), as regatas e as corridas a pé. É nessa conjuntura que adquirem um efeito sinérgico, que compõem uma rede interativa de experiências centrais no contexto social e cultural, como fonte de uma nova identidade e de um novo estilo de vida. Os “Clubs” que centralizam essas atividades surgem como modelos da elite no final do século XIX, e já no final da década de 10 e início de 20; são difundidos pelos bairros, periferias, várzeas e se tornam um desdobramento natural das próprias reuniões sociais. Parecia enfim, que se iniciava o movimento nacional esportivo tão ardorosamente defendido pelos higienistas, e por não menos que o poeta. Para Olavo Bilac, o fenômeno era bem mais do que uma bem vinda fatalidade, contrariando a crítica ao esporte de Carmem Dolores (1906)⁴. O crescente entusiasmo dos esportes era uma prova de que o povo brasileiro tomava consciência da necessidade do exercício físico, o qual, como uma religião “retardava a inevitável catástrofe da degeneração física da humanidade, cristalizando as vantagens vistas na atividade” (Bilac, 1907)⁵.

Sua temperança foi destoadada após a I Guerra Mundial. Estabelece uma sintonia entre a quebra da identidade colonial e a construção da identidade nacional, coletiva, cultural brasileira no surgimento dos rituais comunitários; responsáveis pela transformação de sensações encadeadas por impulsos amplos; que vêm de fora: do Remo e do Futebol, as corridas de carro, o carnaval, o espetáculo da emoção e o delírio das multidões. O novo século, nascido no pós Guerra, impõem de modo drástico o mundo do indivíduo, da razão ou da palavra, das sensações fragmentadas, da ação ritualizada e da cidadania das emoções conturbadas, parece ser uma situação opaca das linguagens codificadas no rompimento das tradições num mundo em transformação (SEVCENKO, 1992:31-36)⁶.

O fato de adquirirem ou buscarem uma nova identidade capaz de exaltar e libertá-los do jogo de uma força interna, graças a uma fonte externa e artificial de incitamento, é que faz dessa passagem dos rituais tradicionais e típicos para o novo ambiente metropolitano. Sevcenko atribui duas reações da sociedade da época, precisamente entre a década de 10 e 20. Uma diz respeito a uma reação defensiva, a qual se manifesta na busca de uma supra-identidade de base emocional e a segunda, implica no encontro de um supra-estranhamento capaz de desencadear sobressaltos intuitivos (SEVCENKO, 1992:31-36).

³ Miranda cita que os estatutos do clube em 1884 seria promover “jogos atléticos, exercícios ginásticos e outros divertimentos que a diretoria julgar convenientes” – explicitando um tipo de visão no qual as atividades físicas, sendo meros divertimentos, estavam longe de ter a função transformadora procurada pelos médicos. Enfrentando o menosprezo geral, os exercícios ginásticos pareciam não ser, para os habitantes da cidade, uma questão importante. Pgs.45-60.

⁴ Carmem Dolores. “A Semana/O Paiz”. 13/10/1906. In: Kowalski, Marizabel. *Por que Flamengo*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2001

⁵ Olavo Bilac. Crônica. Gazeta de Notícias. 24 de fevereiro de 1907. In: Kowalski, Marizabel. *Por que Flamengo*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2001

⁶ Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Mas quais os elos pelos quais se estabelecia a cadeia de comunicações identitárias?

O mundo novo, representado por São Paulo e Rio de Janeiro, onde o branco se fundira com o índio, depois os descendentes destes com o negro, e agora as novas gerações se consorciavam com os fugitivos da Europa convulcionada, a nova terra da promessa, onde vão erguer sólidas torres e as novas arquiteturas da sociedade futura; levada à exaltação, à consumação da missão mística que a geração antecessora frustrara. Esse mito erótico e holístico de criação de uma nova raça assinala Sevcenko;

(...) como um destino manifesto de envergadura cósmica, o qual se desdobraria em inúmeras variantes e sucedâneos ao longo da década de 20. O início de uma tomada de consciência, tanto de sentido de identidade, quanto de uma manifestação de destino da cidade, cortada do passado pelo seu modo de desenvolvimento abrupto, São Paulo e Rio, tal como figuradas, apareciam insistentemente refletidas num improvável espelho do futuro, de modo que, ou esses observadores o viam daqui, refletindo as metrópoles européias e americanas, ou alternativamente, projetavam a silhueta disforme das metrópoles brasileiras contra àquelas cidades, procurando encontrar os sinais da sua identidade em cada uma delas e no conjunto das marcas do contraste. (SEVCENKO, 1992. Pg 31-36).

Afinal, São Paulo e Rio de Janeiro, não eram cidades nem mais de negros, nem de brancos e nem de mestiços. Nem de estrangeiros e nem de brasileiros. Nem americanas, nem européias, nem nativas. Não eram industriais, apesar do volume crescente das fábricas, nem entrepostos agrícolas, apesar da importância do café em São Paulo; uma não era tropical nem subtropical, a outra tropical; não eram ainda modernas, mas ambas, já não tinham mais passado. Na emergência das grandes metrópoles e seus efeitos desorientados, suas múltiplas faces incongruentes, seus ritmos desconexos, sua escala extra - humana, seu tempo e espaço fragmentários, sua concentração de tensões, dissiparam as bases de uma cultura de referências estáveis e contínuas. Sob o ímpeto genérico de diversões e esportes, toda uma nova série de hábitos físicos, sensoriais e mentais; são arduamente exercitados. As latências do jovem “o novo homem” e da “idéia nova” se avolumam num contágio crescente e irreversível. “Todos para a rua: é lá que a ação está (BILAC, 1906)”.

É amoral, deveras!

A incontinência dos modos e irreverência de pensamentos, o diagnóstico não podia ser mais preciso. A plástica impecável, a vitória da forma e da exterioridade, o ideal clássico, a evocação afirmativa do físico sobre o espiritual nas palavras expressas nos poemas de Bilac. Mas a situação era, em definitivo, exponencialmente favorável aos mais jovens. Estes não tinham que aprender com o passado ou com a cultura herdada, se atirando sem reservas ao turbilhão da metrópole; incorporando diretamente dele, as novas potencialidades, sentidos e condutas infundidas pelos modernos sistemas e tecnologias metropolitanas, que além da sua heterogeneidade nacional, étnica, social, conviviam simultaneamente na cidade, temporalidades múltiplas e diversas. Em alguns

casos, incomunicáveis na sua estranheza recíproca, em outros, mutuamente hostis, mas na sua maior parte, ajustando-se e se ajuizando equivocadamente umas sobre as outras.

Nestas condições era natural o aumento da aflição coletiva. O mito ajuda a organizar os fatos dispersos. A ação ritualizada claramente precedeu e organizou, derivando o produto, cristalizando à ação. Congruentemente, os autores da época, situam seus discursos nos pensamentos biologizantes. Isto leva a crer que se trata aqui de uma formulação mais acintosa do corriqueiro darwinismo social do século XIX. Mas se trata de fato; de coisa diversa e nova. Ao contrário daquela doutrina do individualismo extremado, que coloria de um dramático acento à ideologia liberal, tem-se agora uma concepção do sentido social coletivo, da ação desempenhada como dispêndio da “verdadeira energia”, aquela que coliga, coordena, compõe, conforma: a energia física, o desenvolvimento orgânico, que só poderá ser medido e provado pela luta, pela competição. Outro valor não tem o esporte, senão o de preparar o homem pela luta e para a luta, nas batalhas de *Salamina* e da própria guerra que acabava de findar (BILAC, 1907)⁷.

Vestir uniformes roupas com cortes, cores ou acessórios militares, se torna um dos cumes da moda, tanto para adultos quanto para crianças. Aliás, neste período, era muito difícil distinguir onde ficavam as fronteiras entre o treinamento militar e uma atividade esportiva. Estes surgiram na conjuntura da I Guerra, uma mania esportiva, reverenciada sob a forma dos “*tiros de guerra*”, raiz do nacionalismo militante. Temos como exemplo, Mário de Andrade, apesar de suas manifestações de paixões pacifistas, condensadas num livro escrito durante o conflito “*Poesias Completas*”, e embora sem expressar grandes sentimentos pelas atividades atléticas, alistou-se e atuou como militante do “*tiro-de-guerra*”, cuja experiência resultou em literatura. Impulso original que não poderia deixar de se tornar um assunto de interesse geral dos cronistas, jornalistas, poetas e literários, os quais apercebendo da curiosidade coletiva passaram a especular (ANDRADE, 1970)⁸.

Com o surgimento do esporte, os grandes espetáculos começam a centralizar multidões e a filosofia de vida enfrenta novos estilos – modos que a sociedade começa a assimilar e a contradizer-se, como por exemplo – as mulheres trocam as saias e vestidos pelos jeans – calças e sapatos, num molde esportivo e de livre movimento. Os novos modos do comportamento são mais abertos e, no entanto – comuns. O tempo do trabalho é contado regularmente, em virtude do tempo livre. O tempo livre, do novo homem – da juventude é super valorizado, em detrimento do tempo de trabalho. Valoriza-se o tempo do lazer, onde enfim, no auge da década de 50, dividia-se em “*rock and roll*” e locais esportivos. O “*rythm and blues*” dos negros americanos e do universo do esporte – a dança e o futebol ocupavam um lugar privilegiado. Estas concentrações públicas geraram os fãs clubes das estrelas e os torcedores do futebol (Kowalski, 2001).

Estes lugares lhes dão a ilusão, por um momento, de poderem ser umas dessas beldades, que começavam a surgir na classe operária ou na classe média baixa, como *Mick Jagger*, *Peter Towshend*, *The Who* ou ainda, *John Stephen*, onde operários se tornavam heróis desta juventude da noite para o dia. Jogadores de futebol como

⁷ Olavo Bilac. Crônica. Gazeta de Notícias. 24 de fevereiro de 1907. In: Kowalski, Marizabel. *Por que Flamengo*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2001.

⁸ Andrade, Mário. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro. Edições 70, 1970. In: Kowalski, Marizabel. *Por que Flamengo*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2001.

Leônidas da Silva, Didi, Garrincha, Pelé, os gurus nacionais da geração moderna, jovem, ativa e romântica, arrebatando um estilo de vida de “verdadeiro escapismo”. Eram otimistas da transformação urbana, que acreditavam numa espécie de elevação social e cultural, tomando partido de tudo que era novo. Estas décadas de 50 e 60, foram tomadas por um verdadeiro movimento da juventude: os movimentos esportivos comunitários como *MEXA-SE*, *EPT*, *PRA FRENTE BRASIL*, até 1970 quando o Brasil é Tri-Campeão Mundial de Futebol, além de muita repressão em - *BRASIL...AME OU DEIXE-O* ... (KOWALSKI, 2001).

A materialização de uma aspiração de toda uma geração a outros valores culturais, os quais eram, na realidade, os da classe média, alta e culta. O discurso social era o debate entre os modernistas que se adaptavam e os integralistas que procuravam refúgio numa crispação sobre valores tradicionais. Bolas de futebol, camisetas e jeans, seriam estes que no futuro, a cada feriado, desembarcariam nas praias para relaxar, encher os hotéis, os bares, os cinemas, os estádios de futebol. Com algumas modificações superficiais, isto era o que a década de 20 poderia prever. Esta juventude se tornaria em breve, apreciadores e transformadores do futebol em esporte nacional, pela afirmação dos valores operários de virilidade e masculinidade⁹, muito menos, que a solidariedade e com mais um pequeno toque – o prazer da emoção pelo futebol. A ideologia desta juventude das décadas de 30 a 70 está contida numa gama de nuances de modas, de desejos, comportamentos e condutas que imperaram em definir cada estilo que se expressava na linguagem. Essa expressão contribuiria para reforçar as identidades e os modos de vida de muitas gerações futuras, fãs de “*rock and roll*”, e determinar a liberdade de escolha de seu próprio estilo de vida, seu esporte e sua tribo (KOWALSKI, 2002).

Entretanto, neste período os aficionados pelo futebol, jovens e também não tão jovens assim, se tornariam mais uma *tribo* do que um verdadeiro movimento cultural e social, diferenciando os torcedores organizados e os torcedores comuns. Estas tribos se caracterizariam por uma ética e estética que ultrapassava o estreito quadro de uma fração da população: ela se uniria à grande revolução cultural e social dos anos 60 dos ingleses. Faria parte do *Swing London* que mudaria e renovaria de alto para baixo a cultura e a própria concepção tradicional das elites, espalhando seu comportamento e atitudes pelo mundo, sendo reconhecidos mais por suas extravagâncias e conduta violenta do que pelas ideologias e idéias. Vistos como inimigos das mudanças, eles seriam, o que é mais duro de suportar – os desiludidos. Sempre teriam a impressão de haverem sido “sacaneados” por uma evolução na qual tinham acreditado. Eles guardariam disso uma desconfiança para com todos os *ensinadores de lição* e esta frustração indelével explicaria sua superviolência nos estádios ou nos concertos: eles permaneceriam sempre moralistas, meio fracassados, nem claramente de um lado nem do outro (SEVCENKO, 1992).

A democratização da moda não significa uniformização ou igualação do aparecer. Novos signos mais sutis e mais nuançados, especialmente de *griffes*, de cortes, de tecidos, continuaram a assegurar as funções de distinção e de excelência social. Ela

⁹ O termo “masculinidade”, não está enfocado com teor de dominância, entretanto aparece com a hipótese de que as maneiras femininas também tomaram este rumo, devido as vestimentas (calças jeans, blusões e camisas masculinas eram usadas pelas mulheres). Assim como as maneiras “delicadas”, deram lugar à atitudes mais objetivas, acompanhando a lógica dos homens.

significa redução das marcas da distância social, amortecimento do princípio aristocrático do *conspicuous consumption* de Thorstein Veblen (1992), paralelamente a esses novos critérios que são *a esbeltez*, a juventude, *o sex-appeal*, a comodidade, a descrição. A moda de cem anos não eliminou os signos da posição social; atenuou-os, promovendo pontos de referência que valorizam mais os atributos pessoais: magreza, juventude, sex-appeal, etc. O estilo democrático sóbrio também não se impôs uniformemente. Paralelamente aos trajes de dia simples e ligeiros, a *Alta Costura* não deixou de criar vestidos de noite suntuosos, sofisticados, hiper-femininos. A moda de cem anos aprofundou a distância entre os diferentes tipos de vestuários femininos.

De um lado, uma moda de dia (cidade e esporte), sob a égide da discrição, do confortável, do funcional. Do outro, uma moda de noite feérica, realçando a sedução do feminino. A democratização da moda caminhou junto com a desunificação da aparência feminina – esta se tornou muito mais proteiforme, menos homogênea; pôde atuar sobre mais registros da mulher voluptuosa à mulher descontraída, da *school boy* à mulher profissional, da mulher esportiva à mulher sexy. A desqualificação dos signos faustosos fez o feminino entrar no ciclo do jogo das metamorfoses completas, da coabitação de suas imagens díspares, por vezes antagônicas (KOWALSKI, 2002).

O esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de ajudar a modelar o caráter e estimular a vontade de vencer. Mas a vontade de vencer que se conforma às regras, que adota uma atitude exemplar: *o fair play*, jogo justo e honesto, comportamento “*cavalheiresco*”. Por outro lado, as exigências econômicas e culturais para praticar as novas modalidades esportivas, fora do âmbito escolar, reforçariam ainda mais a conotação de que esta prática cultural se afirmava como um signo de distinção social. É neste sentido específico que certos esportes aparecem como elemento de diferenciação do estilo de vida. Esta diferenciação do estilo de vida, Hobsbawm¹⁰ esclarece; como a prática esportiva tornara-se um indicativo de pertencimento social, tendo em vista que a prática de certas modalidades (*o rugby e o tênis*) estava condicionada ao acesso do sistema de ensino (*as public schools*) ou a participação em associações esportivas (*os clubs*), enquanto outras (*o soccer e o boxe*) vinham alcançando uma maior difusão social, sendo mais populares. Ao mesmo tempo, os jovens da tradicional aristocracia britânica mantinham-se fiéis aos “esportes aristocráticos”, associados à vida rural e à destreza com armas. Mas não obstante, a relevância desses esportes, o sucesso das novas competições esportivas, dos esportes populares, é uma clara demonstração de que a evolução do universo esportivo refletia agora uma nova estruturação social (KOWALSKI, 2001).

Considerações Nada Finalizadas

A este ponto do enredo que creditamos relevância é a temática da “Invenção do Esporte” e a “Mulher no Esporte”. Mary Del Priori escreve *Os Excluídos da História – negros; mulheres e prisioneiros*. Miriam K. Raiffer faz uma análise correlata utilizando-se de Del Priori direcionando aos livros didáticos no Ensino Fundamental e Médio no Estado do Paraná e constata dizendo “A mulher não está somente excluída da história do homem (...)ela foi/está fora da educação dele” e acrescenta “(...) eu encontrei um

¹⁰ Hobsbawm. E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, cap.07, pg. 255-6.

máximo da mulher estar em uma ou outra nota de rodapé nos livros didáticos que eu mesmo escolhi para a escola. Eu como mulher, mãe e professora” (RAIFFER, 2005:89-105)¹¹.

O cenário é olímpico, grego, romano e as prédicas são de Pierre Di Freddy – Barão de Coubertin “que o lugar da mulher no esporte é a assistência”. Outras ranhuras escritas nas escolas são de Rui Barbosa como Ministro da Educação que “A atividade física esportiva seria somente para os *varões* para forjar o caráter do homem e cuidar da sua saúde moral” (RAIFFER, 2005:211-213).

Os ensinamentos escolares agora pertencem às mulheres corporificando ainda os atributos maternos e a paciência. Carmem Lúcia Soares¹² atrela ao corpo à sua História, tudo muda o quanto? Se elas, as mulheres, estão à frente da sala de aula - 100% no Ensino Infantil, 97% no Ensino Fundamental e 89% no Ensino Médio¹³, por que não mudamos as condições dos pensamentos, atitudes, comportamentos e condutas culturais entre os sexos (iguais humanos – se ver homem e ser mulher) quando a nossa acessibilidade para a formação das primeiras molduras do caráter é colossal? Relevando as falas das autoras questiono! - A mulher pode ter sido excluída do esporte se ela não foi convidada?

Suor excessivo, esforço físico e emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a beleza – a transparência e ajuste das roupas torneiam e mostram/destacam os volumes e proeminências corpóreas. Nelson Rodrigues já falava que abaixo o espartilho, o corpo não somente soltou-se, mas mostrou que a forma presa por amarras, amarrou a mente e a boca das mulheres. Que não precisava mais passar lateralmente com suas vestimentas espetaculosas e europeinizadas, que não tinham mais nada haver com o tropicalismo, pois as portas estavam mais estreitas sem os espartilhos femininos. A mulher respirou e abriu os ouvidos e expressou sua voz no encurtamento de suas saias, na semi-nudez das roupas atléticas e despertou olhares discriminatórios de outros e de outras (GOELNNER, 2007)¹⁴.

Acreditamos que muito foi feito outro tanto realizado. A mulher no esporte – sua imagem vem carregada com as explorações já expostas ao mundo do masculino e pronunciadas sob a égide da liberação do sexo e libertação sexual. A hierarquia de gênero nos acomete a julgamentos e preconceitos discriminatórios e cheios de vitimização. Entretanto, o percurso realizado, o caminho ainda mostra-se procedente. Temos que a questão de gênero é evidente não somente na discriminação das modalidades, mas de profissões no mundo esportivo – as administrações clubísticas, o

¹¹ Raiffer, Miriam Kowalski. *A Presença da Mulher no Livro Didático de História no Ensino Médio e Fundamental no Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Curitiba:SEED/PR, 2005.

¹² Soares, Carmem Lúcia. *Corpo e História*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

¹³ INEP – Instituto Anísio Teixeira. Brasília: MEC (Ministério da Educação e Cultura), 2007.

¹⁴ Gertrud Pfizer in “Olympic Games – the woman witch player” (Miragaia, 2002) relata das mudanças das condutas femininas nas provas atléticas e esportes coletivos. Trata de assuntos como feminilidade e treinamento – a ameaça a diminuição da prole. Fala abertamente da erotização do corpo feminino e abuso de esforços violentos, sessões para adaptação às modalidades esportivas masculinas como judô, Box, karatê, maratona, steeple chase, triatlo, salto com vara, lançamento do martelo, salto triplo, futebol, ciclismo, golfe, automobilismo quando deixa o tanque e vai aos gramados, sai da garupa da carona e senta-se ao volante. In. Soares, Carmem Lúcia. *Corpo e História*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

próprio jornalismo esportivo televisivo e radiofônico – quando uma mulher narrou um jogo esportivo?

Não estou falando do futebol. Mas sim, de outras modalidades. O envolvimento da mulher faz vitórias, mas o seu distanciamento das funções se faz presente e preocupante. Os cursos formadores de árbitras, juízes, dirigentes esportivos, administração podem até parecer com número aceitável de mulheres, mas nem sempre compactuam com as mesmas oportunidades. Não há de se questionar “o esporte é domínio masculino”. Isto incita a querer elevar ao cume a relevância do tratamento científico – os homens chegaram primeiro e inventaram o esporte sem a participação da mulher – assim – desta feita – não fomos excluídas – talvez faltou-nos um convite que não fosse à platéia.

O homem criou o esporte para ele e não nos convidou para a sua prática, nós invadimos o outro lado da cerca. Acredito que não queremos romper grades, muros ou alambrados de ginásios, estádios e pistas. Quem sabe! Ou já sabemos, que o papel discriminatório não parte dos homens, mas talvez de nós mesmas!

Referências Bibliográficas

Bobbio, Roberto. *Os intelectuais e o Poder*. Ed. Martins Fontes, 2001.

Decarries, Francine. Feminismo – *Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas*. Revista Sociologia Ciência & Vida. Editora Escala: ano III; número 22-2009. ISSN 1980-8747.

Elias, N. *Estabelecidos e Outsiders*. México: Fónido del Cultura Económica, 1997.

Elias, N. *Processo Civilizador II. Formação do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

Elias, Norbert. *A Peregrinação de Watteau a Ilha do Amor*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2005.

Hobsbawm. E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, cap.07, pg. 255-6.

INEP – Instituto Anísio Teixeira. Brasília: MEC (Ministério da Educação e Cultura), 2007.

Kowalski, Marizabel. Estilo de vida e futebol. In: *Coletânea do VI Encontro de História da Educação Física, Lazer e Dança*. Gramado: UFRS, 2002.

Kowalski, Marizabel. *Por que Flamengo*. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2001.

Marini, Marcele. O Lugar das Mulheres na Produção Cultural: o exemplo da França. In: Thébaud, Françoise (Director)/Duby.G.&Perrot, Michele. *História das Mulheres no Ocidente*. Volume 5: O século XX. Edições Afrontamento: Porto/Portugal, 1995. Tradução: Alda Maria Durães/Alice Teles/Alberto Couto/Egito Gonçalves/João Gaspar

Neves/José S. Ribeiro/Maria João Lourenço e Maria Manuela Marques da Silva. Ilustrações e Legendas: Mulheres e Imagens: Altea/Taurus/Alfaguara S.A.Madrid/ES, (1995)

Miranda Pereira, Leonardo Afonso de. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902 – 1938)*. Tese de Doutorado, 1998.pg.40.

Moretzsohn Rocha, Carmen Sílvia. *Feminismo – Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas*. Revista Sociologia Ciência & Vida. Editora Escala: ano III; número 22-2009. Pags.16-23. ISSN 1980-8747.

Raiffer, Miriam Kowalski. *A Presença da Mulher no Livro Didático de História no Ensino Médio e Fundamental no Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Curitiba:SEED/PR, 2005.

Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Soares, Carmem Lúcia. *Corpo e História*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

Veblen, Thorstein. *Teoria de la Classe Ociosa*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

Walby, Sylvia. *Feminismo – Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas*. Revista Sociologia Ciência & Vida. Editora Escala: ano III; número 22-2009. ISSN 1980-8747.

Young, Iris. *Feminismo – Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas*. Revista Sociologia Ciência & Vida. Editora Escala: ano III; número 22-2009. ISSN 1980-8747.

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO NOTICIÁRIO ESPORTIVO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPORTE GAÚCHO

Marli Hatje¹

Resumo: O esporte e as atividades esportivas gaúchas devem às primeiras gerações de jornalistas parte do seu desenvolvimento, inclusive, em relação às práticas e a organização de eventos. Polivalentes autodidatas ou graduados, a maioria nutriu e nutre gosto pelo esporte, inclusive, a prática. Corridas rústicas, provas de atletismo e de carrinho de lomba e Jogos da Primavera eram promovidos para *criar* notícias e aglutinar a sociedade. Hoje, os valores e características dos profissionais são outros.

Palavras-chave: práticas esportivas. noticiário esportivo. educação física.

Educação Física/Esporte e mídia: que relação é essa?

Qual o papel da imprensa esportiva no desenvolvimento e incentivo de atividades físicas e esportivas no RS ao longo das décadas? Como foi e como está sendo construída a relação entre a mídia e a área da educação física/esporte, frente ao contexto esportivo que vive o País, com a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016)? Como o presente artigo tem a pretensão de contribuir com informações para formular respostas aos questionamentos, minha exposição, portanto, é apenas uma peça do mosaico para entender a relação do esporte e da educação física sob a perspectiva de lugares onde aconteceram e das memórias que se guardam como história através da imprensa, sobretudo, a esportiva.

Os dados utilizados neste texto são oriundos da dissertação intitulada "O jornalismo esportivo impresso do RS de 1945 a 1995: a história contada por alguns de seus protagonistas" (HATJE, 1996) e do banco de dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação e Mídia na Educação Física e no Esporte, do CEF/UFSM (2007-2014)². Assim, sempre que possível ou necessário são realizadas comparações e reflexões de modo que o leitor possa compreender como a mídia esportiva influencia a área da educação física/esporte no Brasil, especialmente, a gaúcha.

A prática sistematizada da atividade física no Rio Grande do Sul está diretamente ligada ao ano de 1867, mais precisamente a 10 de agosto de 1867, quando foi implantada no Rio Grande do Sul a prática da educação física, através da fundação do "Deutscher Turnverein"^{3 4}. Na entidade, praticava-se a ginástica, modalidade muito difundida na Alemanha e aqui introduzida pelo germânico Alfredo Schütt, que instalou os primeiros aparelhos para a sua prática, numa sala da rua 24 de Maio, antigo Beco do Rosário. Naquele local, a 10 de agosto de 1867, o "Deutscher Turnverein" começou a funcionar com 25 sócios.

¹ Universidade Federal de Santa Maria – e-mail: hatjehammes@yahoo.com.br

² www.ufsm.br/comefe

³ - Clube Esportivo Alemão.

⁴ - As informações foram encontradas na obra denominada "Sogipa: 1867 - 1967 - 1º Centenário", publicada no ano de 1967, p. 2. A mesma encontra-se à disposição na Biblioteca Pública Municipal, Seção Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Esse contexto tem especial valor para a imprensa esportiva gaúcha, porque o primeiro jornalista que escreveu notícias esportivas de que se tem notícias no Rio Grande do Sul, Archymedes Fortini, foi simpatizante do "Turnerbund"⁵ no início do século, depois de chegar a Porto Alegre. Mais tarde quando ingressou na imprensa (em 1905 no extinto Jornal do Comércio), passou, dentro do curto espaço dado no jornal de 4 páginas da época, a divulgar notícias sobre os seus torneios realizados no campo do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, bairro Moinhos de Vento, situado na frente do "Schützverein"⁶ e depois sede da Associação Rio Grandense dos Viajantes.

A imprensa esportiva do RS, de modo especial, a difusão das atividades físicas e dos esportes profissionais e amadores deve muito aos primeiros jornalistas esportivos de que se tem notícias no Estado. Foram profissionais que assumiram a causa em nome do amor pelo esporte, fosse ele profissional ou amador. O RS deve a eles, sem dúvida, boa parte do crescimento e do desenvolvimento do esporte e da própria sociedade que se beneficiou da garra e da determinação desses jornalistas. Segundo Giusti (apud Hatje, 1996), "a maioria das competições que se realizaram até a década de 70 em Porto Alegre eram promovidas pela Companhia Jornalística Caldas Júnior, sob o comando dos repórteres esportivos Túlio de Rose e Amaro Júnior".

Os primeiros jornalistas esportivos foram pessoas aficcionadas e apaixonadas pelo fenômeno esportivo, que em pouco tempo alcançou grandes proporções, transformando-se, definitivamente, num gênero atrativo e solicitado pelo público. Vários se destacaram na imprensa esportiva gaúcha, entre eles Ercy Madeira, Acélio Daut, Aparício Viana e Silva, Hugo Smith, Carlos Engelke, Adail Borges Fortes da Silva, Archymedes Fortini, Túlio de Rose, Edson Pires, Cid Pinheiro Cabral e Amaro Júnior também destacaram-se na cobertura esportiva. Amaro Júnior e Túlio de Rose além de escreverem sobre o esporte no RS, também organizavam competições, envolvendo toda a sociedade porto-alegrense.

Em relação a Túlio de Rose (jornalista símbolo do esporte amador), Galvani (apud Hatje, 1996) destaca que ele "era um profissional que cobria 15 a 20 esportes na área amadorística, percorrendo durante todo dia estádios e clubes que se dedicavam ao cultivo do esporte amador no RS". Cunha Filho (idem) acrescenta que "Túlio de Rose era um excelente redator de esporte amador. Era uma máquina, fazia praticamente todo o esporte amador sozinho. Era um homem que conhecia a fundo todos os esportes. Só não gostava de futebol que era a preferência da maioria". Destaca ainda que Túlio de Rose "discutia qualquer esporte com qualquer pessoa e com qualquer praticante; discutia esporte e sabia, inclusive, mais que outros. Foi dirigente de federação e criou as Federações de Atletismo, Basquete e Voleibol".

Em relação a Amaro Júnior (que também recebeu o título de jornalista símbolo do esporte amador do RS), matéria publicado no jornal Correio do Povo em 31/12/1982, p.19, diz o seguinte sobre suas atividades no basquete: "o referido esporte no Estado deve muito à abnegação de Amaro. Foi ele quem organizou o primeiro time no RS, pela Associação Cristã de Moços, em 1924".

Além do incentivo ao basquete, Amaro Júnior também criou campeonatos populares, torneios em que só participavam atletas e agremiações que não fossem registrados em federações. Amaro Júnior assim se manifestou no Correio do Povo em 31/12/1982, p. 19;

⁵ - Sociedade Esportiva.

⁶ - Sociedade de Tiro Alemão.

“Era uma loucura, tinha atleta desde o futebol até o pingue-pongue, carrinho de lomba. Ao todo, sempre se reuniram mais de 100 clubes para as diferentes disputas. E nesses torneios revelaram-se grandes atletas como o inesquecível Tesourinha, que acabou na seleção brasileira de futebol em 1950. Ele começou a despontar nos campeonatos populares”.

Segundo Galvani (apud Hatje, 1996), “ele tinha um poder fantástico de aglutinar a sociedade e realizar promoções na área do esporte. Ele foi um grande sucesso nesta área, sendo, inclusive, o criador da Associação Cristã de Moços do RS”. Giusti (idem) confirma o empenho de Amaro Júnior em favor do esporte gaúcho ao destacar que “Amaro Júnior era um grande animador, pois animava Porto Alegre com as corridas rústicas e as grandes competições”. Cunha Filho (idem) acrescenta que ele “era uma pessoa que conhecia o esporte em todos os níveis, do olímpico ao amador ao fundo de quintal. Era uma pessoa que tinha um texto excelente. Também dominava toda a arte de fazer regulamento e elaborava provas. Foi um embrião deste setor que eu dirigi”.

Nos finais de semana, os eventos reuniam a sociedade em torno das disputas de provas de atletismo, carrinho de lomba e corridas rústicas. Estimulavam e promoviam a integração comunitária porque as famílias inteiras reuniam-se em torno do evento. “O filho ia participar, mas toda a família ia acompanhá-lo para torcer e muitas vezes também participar” Giusti (apud Hatje, 1996).

As coberturas esportivas eram bastante sistematizadas porque o esporte amador não promovia competições simultâneas com o futebol aos finais de semana. Com a substituição gradativa das primeiras gerações de jornalísticas, os esportes amadores perderam espaço junto aos jornais, ao contrário do futebol. Com a suspensão dos jornais Folha da Tarde Esportiva (1973) e Folha da Manhã (1980), o esporte perdeu espaço na imprensa e também na comunidade enquanto atividade prática.

As atividades esportivas e suas entidades beneficiaram-se com a própria estrutura do jornalismo que persistiu até fins da década de 60, que tinha foco na iniciativa do repórter. O repórter tinha a responsabilidade de ir a um determinado local, onde decidia a respeito dos fatos mais importantes a serem publicadas no dia seguinte. Lage e Brazil (apud Hatje, 1996) afirmam que o esporte era educação à sociedade, porque além da competição também ensinava a pessoa a portar-se no próprio espaço de sua vida. Como o jornalismo trabalha com o esporte, sem dúvida, ele estimula este aspecto, estimula as pessoas a buscarem as atividades - seja para a competição, seja para a solidariedade entre elas.

Larronda (apud Hatje, 1996) enfatiza que a imprensa tem papel fundamental na promoção e difusão do esporte e que estará efetivamente cumprindo seu papel quando estimular novos adeptos seja para a prática ou para a discussão dos fatos. “Era motivo de comemoração quando conseguíamos o patrocínio de um atleta pelo jornal”, recorda. O compromisso do jornalismo esportivo também está atrelado ao incentivo da prática esportiva para evitar o abandono das praças desportivas, e, conseqüentemente, evitar a violência e o uso de drogas.

Para Ferreira (idem), o jornalista não consegue realizar a missão sozinho. É preciso um empenho conjunto de clubes e agremiações. É preciso incentivar a volta do esporte popular, aquele das pracinhas, e completa: “Porto Alegre tem que voltar ao campeonato da praçinha, nas vilas proletárias, nas fábricas para incentivar a prática esportiva. Tem que criar locais

próprios, pois muitos campos de várzea desaparecerem em função da evolução urbana, da explosão imobiliária".

Mudança no perfil da mídia e da educação física/esporte

A partir da década de 50, com o surgimento dos Cursos de Jornalismo no Estado (o da PUC/RS em 1951 e o da UFRGS em 1953), as redações esportivas passaram, aos poucos, a serem ocupadas não mais por semi-alfabetizados ou pessoas iletradas, mas por estudantes de jornalismo e de outras áreas. Estes imprimiram um novo momento ao jornalismo esportivo impresso do RS. As redações tornaram-se mais profissionalizadas e muitas características começaram a desaparecer.

O desenvolvimento das atividades esportivas no RS e a evolução do jornalismo esportivo, sobretudo a partir de 1970, exigem que o profissional também passe a considerar aspectos sociais, sociológicos, psicológicos e econômicos. Aos poucos, a imprensa começou a analisar melhor os fatos, considerando, inclusive, os valores humanos que permeiam o fenômeno esportivo. Antigamente se dava por certo que as pessoas gostavam de turfe, atletismo, natação, remo e futebol e o jornal contendo isto atendia a demanda.

A mudança comercial e empresarial nos jornais, no entanto, fez com que os veículos menores lutassem para sobreviver e os grandes mudassem a sistemática e o enfoque da cobertura. Os esportes antes prestigiados e que recebiam uma cobertura efetiva perderam espaço para os esportes patrocinados, sendo esse determinado pelas ligações comerciais internas e não pela importância. Os valores da imprensa mudaram assim como o padrão administrativo das empresas. A filosofia hoje está basicamente atrelada ao retorno financeiro.

Quem atua com a cobertura esportiva deve ter muitos outros conhecimentos, como de geografia, de história e de matemática, por exemplo, na medida que o mundo está em constante mutação. Os profissionais do esporte devem ter ampla visão, sobretudo, pelo número de modalidades esportivas existentes. O profissional deve conhecer os esportes porque trabalha com a sensibilidade dos praticantes ou aficionados. Por isso, um bom jornalista é capaz de educar uma sociedade inteira, sempre que tiver uma formação cultural elevada e suas matérias estejam cercadas por um perfeito conhecimento do tema a partir de diferentes ângulos.

Considerando que os profissionais da Educação Física são conhecedores das atividades esportivas em todas as suas dimensões, em 1994, Porto (apud Hatje, 1996) defendeu também a formação em Educação Física para quem vai trabalhar com o jornalismo esportivo para melhor satisfazer as exigências dos leitores, que aumentam continuamente: "Muitas vezes, por não termos conhecimento aprofundado no fato, agimos por intuição e mais por experiência pessoal de quem já jogou futebol ou outro esporte". O jornalismo do RS, desde as primeiras gerações, contavam com profissionais formados em educação física: Amaro Júnior e Godoy Bezerra são exemplos. Amaro Júnior, inclusive, ministrava aulas de ginástica pela Rádio Difusora.

O conhecimento, sem dúvida, permite uma matéria mais aprofundada. Se antigamente os jornalistas eram atletas ou adeptos de atividades físicas, cuja experiência era fundamental para adentrar a profissão, hoje com raras exceções, os profissionais não têm e não possuem vínculo com a prática esportiva. À formação profissional atual está atrelada exclusivamente

à teoria. Os acadêmicos que sonham com a carreira na mídia esportiva, com raras exceções, quando muito realizam seu trabalho de conclusão de curso na modalidade de futebol.

Com a mudança dos paradigmas na formação profissional brasileira nas últimas décadas, inclusive, na educação física (com as novas diretrizes curriculares nacionais), muitos parâmetros mudaram, tanto na formação quanto na atuação profissional. Hoje, grande parte dos docentes dos cursos superiores de educação física são muito jovens e egressos da academia, com a titulação de mestres e doutores e sem experiências práticas, seja em nível escolar ou mesmo como atletas de alguma modalidade esportiva. Com isso, se estabelece pouca relação entre teoria e prática (vivências passadas), o que acaba prejudicando a relação e a própria qualidade da formação e informação.

Já a inexistência de disciplinas específicas voltadas ao jornalismo especializado na área esportiva nos cursos de comunicação social, alterações nas regras, bem como o surgimento contínuo de novas modalidades esportivas também dificultam a formação e atuação profissional atual na área do jornalismo. Em décadas passadas, por exemplo, o futebol era mais arte, mais bonito e encantava o mundo. Hoje é diferente, é mais preparação física do que propriamente tática, e isto exige maior especialização para quem vai cobrir a modalidade. O conhecimento científico e as regras das modalidades esportivas é fundamental.

Os profissionais especializados em diferentes modalidades esportivas na mídia são poucos, exceto, no futebol e Fórmula 1. O pequeno número de profissionais, inclusive, os especializados no setor esportivo, principalmente na imprensa do interior, impede uma cobertura seqüencial e/ou factual de eventos esportivos, o que contribui para que clubes e entidades reconhecidas desapareçam. Mas, é a mídia audiovisual, principalmente, a televisão que mais mexe com a realidade do jornalismo esportivo e, conseqüentemente, com a área da educação física/esporte.

A chamada grande mídia, especialmente a TV, tem estimulado o desenvolvimento do esporte de rendimento, em detrimento dos esportes educacional e de participação. Os programas esportivos são, em parte, responsáveis por essa realidade. Os dados da pesquisa realizada no curso de educação física bacharelado do CEFD/UFSM (Sichonany, 2011), mostram que os esportes participação e educacional praticamente não foram veiculados nos 34 programas analisados, ao passo que o esporte de rendimento teve 93% da programação do Esporte Espetacular (Rede Globo) e 91% do Esporte Fantástico (da Record). Foram analisados 34 programas que totalizaram 43h15min de duração.

Outra conclusão da pesquisa realizada entre fevereiro e maio de 2011, é que o futebol mantém-se como o fenômeno da monocultura esportiva no Brasil, inclusive, na programação esportiva televisiva. Esta modalidade ocupa 62% da programação total (25h43s) analisada.

Em relação a contribuição dos programas esportivos à formação e atuação em educação física/esporte, o estudo concluiu que ela é muito tímida e pobre em relação aos conteúdos, principalmente, nos canais abertos. Eles basicamente reforçam o senso comum junto aos profissionais da área e da comunidade em geral, o que "é um entrave ao trabalhos dos profissionais de educação física", destaca o professor Alberto Repold Filho (Sichonany, 2011). No entanto, ele destaca ainda que existem canais de televisão (Sport TV e ESPN, por exemplo) que examinam de maneira séria aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, históricos e educacionais do esporte.

Mídia e educação física/esporte: relação que a história preserva

Ao concluir esta reflexão histórica, podemos afirmar que as práticas da sociedade sul-riograndense, especialmente, via práticas corporais, estão atreladas a história da imprensa gaúcha e brasileira, sobretudo, a esportiva. Mídia e esporte, desde as primeiras décadas do século passado, mantém relação recíproca de crescimento e desenvolvimento, e isso tem refletido na oferta e na divulgação das práticas esportivas.

Se até a década de 1950, os profissionais da imprensa criavam e organizavam competições e atividades esportivas para envolver e reunir a sociedade, para depois divulgar os eventos pela mídia, hoje essas iniciativas desapareceram. O surgimento de entidades e agremiações esportivas à época estava muito atrelado a iniciativas dos próprios jornalistas que atuavam na “página esportiva”.

Atualmente são as empresas de comunicação que organizam eventos esportivos (Guri Bom de Bola - RBS, por exemplo) e garantem sua divulgação. Mas, as atividades em nada se assemelham, pois antigamente eram promovidas atividades que envolviam o esporte educacional e participação (modalidades coletivas e individuais), ao passo que hoje o foco principal é o rendimento envolvendo principalmente os esportes coletivos (futebol, futsal e voleibol). Hoje, assim como surgem entidades esportivas, por iniciativas de alguns aficionados, elas desaparecem, principalmente por falta de estímulo financeiro e de divulgação da mídia (que é uma forma, inclusive, de conseguir patrocínios). No entanto, é essa mesma mídia que muitas vezes estimula o surgimento de agremiações em função dos conteúdos que veicula e dos esportes que estão em evidência no momento em função de resultados obtidos por atletas.

O avanço tecnológico da mídia contemporânea está influenciando cada vez mais a realidade social no que tange a prática de atividades físicas e esportivas, sejam elas educacionais, de participação ou rendimento. Os esportes de rendimento, os mais divulgados pela mídia, são espetáculos dentro de casa, apreciados sem esforço. Esse fato é um dos grandes responsáveis pelos milhões de brasileiros sedentários e obesos, inclusive, no RS. Se antes a mídia estimulava e motivava à prática esportiva da sociedade de modo geral, atualmente, está muito mais focada no “esportista telespectador”.

Diante do exposto, entendemos que os professores de educação física escolar têm uma grande missão pela frente, de modo que não se percam as práticas da sociedade sul-riograndense e brasileira, via práticas corporais, cada vez mais influenciadas pela mídia.

REFERÊNCIAS

HATJE, Marli. O jornalismo esportivo impresso do Rio Grande do Sul de 1945 a 1995: a história contada por alguns de seus protagonistas. **Dissertação**: CEFD-UFSM, 1996.

SICHONANY, Laís e HATJE, Marli. A contribuição dos programas esportivos da televisão brasileira à formação e atuação profissional em educação física. **Trabalho de Conclusão de Curso**: CEFD-UFSM, 2011.

HATJE, Marli, RODRIGUES, Marília Valvassori; CASAROTTO, Verônica, FRIZZO, Luciano, SICHONANY, Laís. A presença das mídias (tics) na formação inicial em Educação Física no Rio Grande do Sul - Brasil. **Praxia** - Revista on line de Educação Física da UEG. Goiás, 2013.



NOTAS DE UMA HISTÓRIA ORAL DO TÊNIS EM LONDRINA

Michel Pompolini Paiva¹

Tony Honorato²

Resumo: Com foco na história do tênis em Londrina esta pesquisa teve como objetivo reconstruir via história oral uma memória do tênis, interpretando de que forma esta modalidade esteve presente na vida dos londrinenses e na constituição da cidade. Foram realizadas entrevistas com praticantes de tênis das décadas de 1950 a 1980 em Londrina. Após as análises das entrevistas pode-se constatar que o tênis chega a Londrina, na década de 30 por intermédio dos ingleses, mas é partir da década de 1950 que se estrutura e desenvolve rumo à consolidação da modalidade.

Palavras-chaves: Tênis. Memória. História Oral. Londrina/PR.

INTRODUÇÃO

O tênis chega ao Brasil através dos ingleses no fim do século XIX e início do século XX. Nosso país passava por um momento em que a cultura europeia influenciava os costumes da elite brasileira. Considerando que o tênis na Europa já seguia normas propagadas pela elite de seu povo, logo no Brasil o esporte foi aderido pelas pessoas de maior status econômico e social (BRUSTOLIN, 1995).

Em nosso país o tênis era tido como passatempo de poucas pessoas que o praticavam. Conforme Brustolin (1995), os praticantes eram geralmente ingleses e descendentes de ingleses que tinham sua própria quadra. Tal modalidade esportiva era pouco conhecida pela população de menor poder socioeconômico.

O processo de evolução em que o Brasil passava teve ligação com a criação de instituições esportivas e diversos esportes se beneficiaram sendo inseridos nos clubes espalhados pelas cidades brasileiras (BRUSTOLIN, 1995). O tênis foi um dos esportes potencializados com a aparição de clubes, isto evidencia que mesmo sendo praticado no país não estava aberto para todas as classes sociais, pois o acesso a clubes, geralmente, é restrito aos sócios.

Considerando ainda a dificuldade de acesso a prática do tênis, tal modalidade tem aspectos que merecem destaques. Entre eles, comportamentos que podem explicar o gosto criado pela classe alta numa época; a prática esportiva envolvendo homens e mulheres, sendo aí visto um aspecto social de integração de pessoas de mesmo status. Ainda, segundo Giffoni (1989), o fato de no tênis não existir contato físico entre os participantes e o traje inteiro branco ser exigido na época, demonstra que a elite se apropriava de uma manifestação esportiva para vivenciar sensações criadas ao rebater uma “bolinha” numa partida de tênis como forma de passatempo (GIFFONI, 1989).

Mesmo sabendo que o tênis no Brasil era praticado mais como passatempo, já eram vistas manifestações de rendimento. Torneios criados por clubes proporcionavam a aparição de jogadores visando algum resultado esportivo (BRUSTOLIN, 1995). Mas

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina. Professor de Tênis do Londrina Country Club. paivamichel@ymail.com

² Doutor em Educação pela FCL/UNESP. Professor do Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Londrina. tony@uel.br

eram poucas as pessoas que tinham apenas o tênis como fonte de renda, geralmente o esportista tinha alguma outra profissão ou ocupação, predominando os princípios do amadorismo. Muitos tenistas que treinavam visando o rendimento entendiam que o tênis tinha maior influência no desenvolvimento de suas vidas do que na carreira, e argumentavam as dificuldades de sobreviver apenas com a carreira já que a maioria dos tenistas brasileiros não chegava às primeiras colocações do ranking mundial (KIST & LONGO, 2009).

Depreende-se, a partir da literatura consultada, que a prática do tênis chega ao Brasil e se inicia principalmente no Rio de Janeiro que na época era a capital do país. Mas nem por isso, como destaca Lucena (2001), as práticas esportivas, em nosso caso o tênis, deixam de chegar a outras cidades. Deste modo, pode-se considerar que em cada município houve diferentes manifestações do tênis que afetaram de alguma maneira o modo de vida das pessoas. Essas diferentes manifestações devem-se a cultura e ao processo de colonização de cada cidade.

No caso de Londrina, cidade localizada no norte paranaense e foco deste estudo que é resultado de nosso TCC apresentado em 2012 na Universidade Estadual de Londrina, Boni (2010) apresenta alguns momentos históricos do período entre 1940-1960 e argumenta que as práticas esportivas tiveram papel de destaque na formação do radiojornalismo local, denominado de esportivo. Os acontecimentos na esfera do esporte têm valor histórico numa cidade, pois através deles podemos interpretar caminhos tomados e modificações nas questões socioculturais dos cidadãos ao longo dos anos. Como lembra Lucena (2001), o esporte cria lugares e dá sentido a espaços urbanos.

Sendo assim, a prática do tênis em Londrina, cidade que recebeu imigrantes ingleses no final da década de 1920, pode colaborar com a compreensão da formação social e cultural do homem londrinense, bem como de alguns avanços da organização urbana. Para tanto, a pergunta de pesquisa proposta foi: como se deu a implantação e a estruturação do tênis na sociedade londrinense?

Assim, o objetivo consistiu em reconstruir via história oral uma memória do tênis, interpretando de que forma esta modalidade esteve presente na vida dos londrinenses e na constituição da cidade.

Destaca-se ainda que a literatura encontrada (BALBINOTTI, 2009; BRUSTOLIN, 1998; GILLMEISTER, 2008; KIST & LONGO, 2009; GIFFONI, 1988; NOVENA & SILVA, 1990; MELIGENI, 2008; NAVRATILOVA, 1985, MARCHER & CARTA,) atenta-se, sobretudo, às questões do ensino do tênis no Brasil e quando versa sobre o passado as questões remetem a episódios, evolução das regras, tabelas de campeões, relatos memorialistas de ex-atletas. Por sua vez, o estudo, ora apresentado, teve caráter qualitativo e de análise histórica não factual, e sim social do tênis em Londrina, propondo um conhecimento na trama do tênis, dos indivíduos e da cidade.

MÉTODO

Esta pesquisa foi de natureza qualitativa e foi realizada por meio da história oral de tenistas londrinenses. A opção pela história oral se deu pelas suas potencialidades de tratamento de histórias contemporâneas que não se restringem apenas a fatos e evidências. Por meio da história oral tem a intenção de identificar identidades, grupos

de pessoas, que se relacionam e criam seus costumes. A pesquisa guiou-se pela ideia de história oral temática de Meihy & Holanda (2007).

Para determinar o(s) entrevistado(s) foi feita a busca “boca a boca” por pessoas que se lembram de alguns nomes de participantes da história do tênis em Londrina. Os entrevistados foram pessoas que praticaram o tênis entre as décadas de 1950 a 1980. Coincidência ou não, os dois entrevistados ainda praticam tênis.

O primeiro entrevistado foi o Dr. Romeu Saccani, ele começou a praticar tênis no início dos anos 1960 no Londrina Country Club, quando tinha aproximadamente 22 anos. Ao passar dos anos também jogou na AREL (Associação Recreativa Esportiva Londrinense) e no Canadá Country Club³. Através do tênis, participou de diversos torneios e viajou para outros estados brasileiros, disputando Campeonatos Brasileiros de Veteranos. Nos dias de hoje, pratica tênis na AREL e atua como Advogado.

O segundo entrevistado foi Orlando Conte. Entre dezessete e dezoito anos Orlando Conte se interessou pelo tênis, um esporte pouco conhecido a época para as pessoas que residiam na cidade de Rolândia/PR, onde morava. Quando chegou à Londrina em 1974, logo estava jogando no Canadá, participou de algumas competições e até hoje pratica o esporte neste Clube. Em Londrina, Orlando Conte trabalhou como comerciante, tinha um “armazém” que segundo ele era como se fosse um supermercado nos dias de hoje. Uma vez por ano é realizado um torneio de duplas no Canadá que recebeu o nome de “Orlando Conte”, em homenagem a ele.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cada colaborador. Os temas explorados nas entrevistas foram: Origem/caracterização do colaborador; iniciação no tênis; práticas de tênis; o tênis para além da quadra; materiais, trajes utilizados e a quadra; treinamento e competições; Federação Paranaense de Tênis.

MEMÓRIAS DO TÊNIS EM LONDRINA:

Primeiras organizações do tênis em Londrina

Para iniciar esta reflexão sobre o tênis londrinense, o jornal Folha de Londrina (1993, p. 8) aponta a década de trinta como o momento em que este esporte chega a Londrina por intermédio dos ingleses. Esses primeiros indícios da prática do tênis estão relacionados à construção de uma quadra em meio a esforços de ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) que colonizou Londrina. A quadra era localizada onde hoje é a Biblioteca Municipal de Londrina.

Quem nos explica sobre estas primeiras manifestações é Romeu Saccani:

A verdade é o seguinte, a história de Londrina está ligada com o tênis. Porque quando veio pra cá a Companhia de Terras Norte do Paraná, os ingleses, a primeira coisa que eles fizeram foi uma quadra de tênis no centro da cidade, aonde é a Biblioteca, ao lado do Bosque. (SACCANI, 2012, p. 53).

³ Neste estudo os clubes serão denominados a partir de seus nomes reconhecidos socialmente, isto é, Country, AREL, Canadá e ACEL (Associação Cultural e Esportiva de Londrina).

Segundo o Jornal Folha de Londrina (1992, p. 9), alguns brasileiros também se envolvem com a prática tênis em Londrina e isto motivará a criação de uma quadra de tênis no Country em 1947, através de uma doação de terras pelo Governo do Paraná. Já no início da década de 1960 é evidente a evolução do tênis no clube, conforme a memória de Romeu Saccani:

Tinham quatro quadras abertas, não eram cobertas. E tinha um paredão em uma das quadras, tinha também um paredão fora [...]. [...] Mas lá no Clube era dividido por quadra, tinha quadra da turma A, turma B, turma C, tinha mais uma quadra que lá jogava quem não era iniciante (SACCANI, 2012, p.45-46).

É possível por meio desta fala perceber uma organização na estrutura tenística do Clube já que o número de quadras indica uma necessidade relacionada ao número de praticantes. Levando em conta as particularidades do Country. A questão de acesso aos clubes vai determinar quais as pessoas tinham o contato com o tênis. Vejamos isso no Country:

[...] por que o tênis era muito restrito e era muito elitista. Eu achava! Porque o Country Clube era um Clube fechado, pra entrar lá nem era fácil naquele tempo, precisava ser escolhido, não bastava querer ser sócio não, para entrar precisava ser aprovado [...] (SACCANI, 2012, p.58).

Portanto, uma elite se apropriava do tênis londrinense. A divisão de classes no Country demonstra que os jogadores de maior nível (classe A) tinham suas particularidades. Romeu Saccani relembra da década de 1960, que conseguiu jogar contra pessoas da classe “A” quando surgiu no clube uma forma de disputa, que é conhecida no tênis pelo nome de “barragem”⁴:

Mas, era muito difícil porque o pessoal da turma A era muito unido, e mesmo você colocando a sua raquete lá, era difícil pra jogar. Mas quando eles fizeram as barragens, eu comecei então disputando com o último da A, ai ele não podia fugir do jogo [...] (SACCANI, 2012 p. 46).

Com o passar do tempo foram surgindo outros clubes que ofereciam a prática de tênis em Londrina. “[...] Foi até que a AREL, um clube do lado do Country Club, comprou o terreno perto do Igapó, e fez as quadras para aquela região. Naquele tempo, depois de passado alguns anos, tinha a ACEL e o Canadá”. (SACCANI, 2012 p.47).

Orlando Conte, que jogava no Canadá relembra o número expressivo de tenistas no Clube, e ressalta as intrigas geradas pelas disputas de quadras:

⁴ Não foi encontrada uma definição para o termo “barragem”, porém, entende-se a “barragem” como uma forma de disputa de ranking, os jogadores marcam confrontos e através disso forma-se uma tabela de classificação. Geralmente essas disputas são feitas entre jogadores de um mesmo clube ou de uma academia de tênis.

Naquele tempo, em setenta e quatro, oitenta, noventa, nós éramos quase uns 150 tenistas, tinha muita briga. Tinham duas quadras e depois formaram mais duas, então ficou por ordem de chegada. Se você passar um dia lá, vai ver uma parede com uns cinquenta preguinhos, porque a hora que o povo chegava, pendurava a raquete, era essa ordem. Ai tinha que entrar na sua hora, se não perdia a vez. Era aquela discussão que eles faziam porque queriam entrar, e tinha algumas pessoas com pouca paciência, só queriam saber de chegar e jogar, e tinha que obedecer se não ficava bravo, era de dar rizada, e até hoje é (CONTE, 2012, p. 65).

O tênis londrinense como esporte amador

Foi possível perceber que a prática do tênis se relacionava com o amadorismo no período histórico em estudo. Isto porque o tênis estava em seu processo de formação, *“nessa época as pessoas já jogavam tênis há algum tempo, não tinha muitos garotos não”* (SACCANI, 2012, p. 49).

No Country os praticantes de tênis também tinham alguma profissão. Romeu Saccani relembra de algumas destas pessoas:

[...] se não me engano eu joguei com Tácito Mascarenhas, era do Banco do Brasil (SACCANI, 2012, p. 46).

[...] o Gilnei Carneiro Leal que era um advogado da cidade e Chefe da Casa Civil do Governo [...] (SACCANI, 2012 p. 47).

[...] o Waldemir Peres da Silva – ele era um executivo da Coca-Cola de Londrina. [...] Era muito comum. Por exemplo, o Edvar Bonalume acho que aprendeu a jogar tênis em Curitiba, porque ele estudou lá, era dentista e jogava basquete, vôlei, tênis. Sinceramente não sei se ele aprendeu em Curitiba ou foi aqui (SACCANI, 2012 p. 53).

Cria-se um perfil para esses jogadores que disputavam jogos de tênis, tinham profissão, e até praticavam outros esportes.

Além das práticas nos clubes, o tênis proporcionara disputas e torneios, incentivando o tênis Londrinense. Na década de 1960 e 1970 era comum o intercâmbio entre clubes. Em uma viagem ao Estado de São Paulo, Orlando Conte, conta com detalhes, que o amigo Dr. Pedroso marcou uma disputa na cidade de Ourinhos/SP e que saíram de lá derrotados:

À Ourinhos fomos uma vez, e todo mundo apanhou lá. O Dr. Pedroso que marcava as disputas, e um dia a nossa turminha foi pra Cornélio Procópio/PR e eu não pude ir. Foi a nossa turma e uma turma de Ourinhos/SP, era um torneio. Mas ai ele (Dr. Pedroso) encrencou com um dos diretores de Ourinhos, discutiu

bastante, ele falou (diretor de Ourinhos), “pois olha aqui, então vamos jogar em Ourinhos e você vai ver. Ai ele, pois não, marca você e nós vamos. Logo em seguida ele (Dr. Pedroso) já me telefonou”: “Orlando, vamos pra Ourinhos, á você tá louco, não, você vai, as quatro hora, as cinco horas da manhã eu estou pegando você ai, pego os outros dois, e formamos quatro”. Chegamos lá e não tinha ninguém esperando, estava um vento rapaz! Eu falei “como é que eu vou jogar com um vento desses. À tarde chegaram alguns jogadores de Ourinhos, e o Dr. Pedroso perdeu para o cara que ele tinha discutido (CONTE, 2012, p. 65).

De boleiros a professores

Comentando sobre os boleiros, Orlando Conte recorda que logo na década de 1950 em Rôlandia/PR, local de sua iniciação no tênis, já existiam boleiros, e logo que veio para Londrina, mais ou menos em 1974, o Canadá já contava com um número expressivo de boleiros que tiravam alguns trocados:

Não, depois de três, quatro anos que eu comecei a jogar começaram a surgir os catadores de bola, a gente pagava por um cruzeiro, dois cruzeiros por set. Quando cheguei a Londrina, no Canadá, ali tinha sempre uns sete, oito catadores de bola, porque uns estudavam de manhã, outros vinham de tarde, outros estudavam de tarde ai vinham de manhã. E ai já com quatro quadras tinha serviço pra todos os meninos, tinha mês que ganhavam trezentos, quatrocentos cruzeiros, o que catava bola pra todo mundo: ele saia de uma quadra, pegava na outra, o dia inteiro, dava até dó, mas ele dava duro. Tinha um menino que falava pra mim, “o seu Orlando, felizmente eu ganhei bastante esse mês, eu vou levar o dinheiro pra minha mãe”. E hoje ele é professor, foi professor aqui em Londrina, e acho que foi pra Guarapuava, mas como já como professor ou rebatedor (CONTE, 2012, p. 67).

Nos anos de 1970 os boleiros estavam se professorando no terreno prático e/ou no campo universitário. Pois, paralelamente, nos anos 70 Londrina passa a ter dois cursos de Educação Física formando professores, o da Faculdade de Educação Física, atualmente, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, e o da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Há uma evolução na questão do aprendizado do tênis, Romeu Sacconi cita a chegada do curso de Educação Física e cursos de tênis, além do incentivo dos clubes na capacitação dos professores:

Depois que vieram os cursos pra Londrina, tinha Educação Física e outros cursos, muita gente já era treinador. Com o curso superior ou se especializando, então cresceu muito o nível dos

tenistas, dos professores de Londrina, aumentou muito. Mesmo os boleiros faziam cursos, e a partir de uma certa época eles faziam cursos fora daqui, ou as vezes vinham treinadores de fora que tinham muita experiência para dar aulas para esse pessoal. Esse pessoal talvez seja o grupo de treinadores que você deve conhecer, esse pessoal que hoje já está mais adulto, que está nos seus quarenta, cinquenta anos. Eles estão jogando ainda ou dando aula, eles sabem quem que vinha pra Londrina, acho que os próprios clubes ajudavam a trazer pessoas pra ensinar, pra fazer aulas, aprimorar o sistema de dar aula (SACCANI, 2012, p. 57).

Deste modo, o envolvimento dos professores com a questão do ensino do tênis em Londrina proporciona o desenvolvimento da modalidade, já que a preocupação em ensinar remetia à formação de jogadores.

Nova geração do tênis londrinense

A chegada de universidades, a maior preocupação dos clubes para com professores e especialização destes, marcam a década de 1980 no que se refere ao tênis londrinense. Trata-se da geração de jovens de tenistas que pouco tinha influenciado os anos de 1950 a 1970. Romeu Saccani comenta sobre essa nova investida:

Isso começou a surgir, acho, depois de setenta e cinco, depois de oitenta incentivou mais o tênis para juventude. Talvez o Tebet, e o Zé Guilherme, eles sabem, porque quando eles vieram pra Londrina inauguraram outro jeito de ensinar o tênis (SACCANI, 2012, p. 49).

[...] o Tebet e o Danelon criaram e fizeram os primeiros tenistas de Londrina sair daqui. [...] O filho do Afonso Infante Rosa, foi um dos primeiros. O Tebet e o Danelon o encaminharam para os Estados Unidos. [...] e muitos foram (SACCANI, 2012, p. 55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o objetivo proposto foi possível entender que a prática de tênis em Londrina entre as décadas de 1950 a 1970 estava em processo de estruturação. Predominavam as práticas amadoras, o gosto pelo tênis movia as práticas, as disputas e as confraternizações. Mesmo o tênis tendo sido introduzido em Londrina na década de 1930 por intermédio dos ingleses, muito pouco se conhecia sobre a prática dessa modalidade nas décadas iniciais da cidade em foco.

O tênis londrinense se organiza no contexto dos clubes. A década de 1960 marca o desenvolvimento de clubes, que estiveram relacionados com a crescente urbanização da cidade. O fato é que as características esportivas foram de forma recíproca se adequando as questões do homem urbano. Sendo assim, o tênis formava um passatempo dos frequentadores dos clubes e a estrutura tenística da cidade vai

evoluindo ao passo em que são criadas disputas, o número de praticantes aumentava e grupos de tenistas se relacionavam com grupos de outras cidades.

A necessidade do desenvolvimento do tênis em Londrina fica evidente no momento em que os boleiros tornaram-se professores e os cursos de Educação Física são ofertados em universidades locais. Assim, em meio a maior preocupação do “como ensinar” o tênis, a década de 1980 retrata a formação de base dos jogadores pouco vista nas décadas anteriores. Os jovens, principalmente filhos de tenistas, estavam treinando e se interessando por competições. Foi uma nova geração de tenistas impulsionando o tênis na cidade.

REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Carlos. **O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 267-281.

BONI, Paulo C.; KOMARCHESQUI, Bruna M.; RODRIGUES, Natália de Fátima. **O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o Esporte nas ondas da rádio: duas experiências históricas da imprensa londrinense**. Londrina – Paraná, 2010, p. 151-194.

BRUSTOLIN, Milton. **Tênis no Brasil: História, Ensino e Idéias**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

CARTA, Gianni; MARCHER, Roberto. **O tênis no Brasil, de Maria Esther Bueno a Gustavo Kuerten**. São Paulo: Códex, 2004.

CONTE, Orlando. Entrevista em anexo. In. PAIVA, Michel Pompolini. **Notas para uma história oral do tênis londrinense**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado em Educação Física) - Universidade Estadual de Londrina. GIFFONI, Edmundo. **Tênis Catarse Moderna**. Porto Alegre: FEPLAM, 1989.

GILLMEISTER, Heiner. **Tennis History**. ITF coaching and Sport Science Review, v. 46, n.15, p. 16-18, dez. 2008.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELIGENI, Fernando; KFOURI, André. **Aqui Tem**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

NAVRATILOVA, Martina. **Martina**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

PAIVA, Michel Pompolini. **Notas para uma história oral do tênis londrinense**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado em Educação Física) - Universidade Estadual de Londrina.



SACCANI, Romeu. Entrevista em anexo. In. PAIVA, Michel Pompolini. **Notas para uma história oral do tênis londrinense**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado em Educação Física) - Universidade Estadual de Londrina.

**FUTEBOL, HISTÓRIA, ESTADO E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DA
COPA DO MUNDO DE 1950**

Miguel Archanjo de Freitas Jr.¹

Alfredo Cesar Antunes²

Resumo

O objetivo do presente estudo foi analisar o papel atribuído e exercido pelo futebol na sociedade brasileira durante o processo de expansão do capitalismo internacional, da tentativa forçada de modernização do país e da busca por uma cultura essencialmente nacional. Este processo tenso envolveu a intelligentsia local, que com base em um discurso racionalista de base fundamentalmente marxista menosprezava o futebol, que era visto como elemento alienante e do outro lado, estavam os literatos esportivos que também buscavam a modernidade para o país, mas que viam na realização da Copa do Mundo uma possibilidade de provar para o mundo a capacidade do povo brasileiro. A partir de uma análise qualitativa do discurso político emitido por instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e do discurso romanceado apresentado pelos literatos do Jornal dos Sports, constatou-se que as dificuldades presentes no processo de organização do mundial, somado ao fracasso ocorrido dentro de campo foi descrito como a evidência de um povo despreparado.

Introdução

A temática proposta para esta mesa é bastante instigante e desafiadora, pois contempla temas complexos e de inúmeras possibilidades de análise. Diante disto, minha primeira atitude foi a de pensar nos meus leitores, no público que participa deste evento, não nos pesquisadores consagrados, mas naqueles que estão começando assim como eu fizera há anos atrás.

Por isso, cabe inicialmente destacar que estas categorias analíticas são tributárias de determinadas conjunturas históricas e desta maneira não devem ser tratadas de forma generalizada, pois ao fazer isto, o pesquisador corre o risco de cair no anacronismo histórico, utilizando indevidamente sentidos e significados de elementos do passado para analisar uma realidade temporal diferente.

São com estas preocupações que buscamos analisar a tensão presente na relação estabelecida entre parte da intelligentsia brasileira e os cronistas de um dos maiores periódicos esportivos do país, durante o processo de organização da Copa do Mundo de 1950. Para realizar esta análise foram utilizadas como fontes o Jornal dos Sports, o Relatório da Confederação Brasileira de Desportos sobre o IV Mundial de Futebol (1950), bem como obras que tratam do pensamento social, econômico e político do momento analisado. O recorte das fontes teve um caráter temático e cronológico, por meio do qual foram selecionadas as crônicas que tratavam especificamente da Organização da Copa do Mundo de 1950 expresso por meio de um veículo de massa, localizado no Rio de Janeiro e também utilizou-se um documento oficial, que apresentava a visão da instituição máxima do desporto nacional.

¹ Professor Doutor, Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: mfreitasjr@uepg.br

² Professor Doutor, Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: alfredo.cesar@hotmail.com

Inicialmente é importante destacar que uma das características centrais do pensamento intelectual brasileiro, do momento em questão, foi o esforço reiterado, e por vezes contraditório, em criar as condições necessárias para que o Brasil pudesse vencer o subdesenvolvimento e entrar no ritmo das nações desenvolvidas.³ No limite, é possível dizer que fora criada uma agenda de modernização para o país, estabelecida de forma não sistematizada, entretanto, desveladora de esforços de planejamento para muitas das transformações ocorridas no interior da sociedade, na qual organizar a IV Copa do Mundo foi um dos desafios vivenciados naquele momento, principalmente pelo fato de que havia por parte da nossa intelectualidade uma questão que os incomodava, como demonstrou Mario Filho:

[...] o nosso caso era com a Europa, talvez nos irritasse a indiferença da Europa. Não propriamente pouco caso, mas ignorância do Brasil. Qualquer coisa que parecesse chamar a atenção da Europa, que parecesse obrigar a Europa a nos olhar, provocava em todos nós um prazer quase pecaminoso. No fundo admirávamos a Europa. E porque a admirávamos e ela nem nos olhava, tomávamos as nossas vinganças. Tínhamos poucas oportunidades de mostrar força. Mas se aparecia uma não deixávamos fugir.⁴

Esta passagem sintetiza a ideia do recalque brasileiro, principalmente em relação aos países desenvolvidos, algo que não era exclusividade do campo esportivo, pois havia sido manifestado nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira, sendo retomada nos intensos debates ocorridos com a presença do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do CPC (Centro Popular de Cultura), que podem ser considerados exemplos significativos de instituições nas quais os seus intelectuais acusavam o país de cada vez mais assumir uma cultura alienada, que era resultado de nossa situação de dependência colonial.

Por outro lado, existia uma grande indignação por parte dos cronistas esportivos, que não entendiam como os europeus podiam ignorar um país que apresentava o melhor futebol do planeta. Diante disto, estabeleceu-se para o imaginário coletivo a necessidade de demonstrar a identidade brasileira que deveria ser pautada pelos valores determinados pela elite nacional. Sendo assim, para sediarmos a copa do mundo deveríamos apresentar organização, seriedade, competência, eficiência e grandeza, pois desta maneira os estrangeiros passariam a reconhecer o Brasil.

Analisando as crônicas esportivas daquele momento e o discurso progressista apresentado, é possível acreditar que os agentes esportivos participaram do movimento intelectual e ideológico na construção de imaginários sobre o Brasil moderno. Tais

³ Entre os grupos intelectuais que centraram a sua análise na necessidade de industrializar o país como uma das formas mais eficazes para superar o subdesenvolvimento destacam-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) e a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Cf. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005. p. 201-232.

⁴ RODRIGUES FILHO, Mario. O que falta ao sistema Zezé Moreira. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1954. p. 5.

construções dialogavam com as imagens contidas no debate de caráter nacional, que circulou pela inteligência brasileira, a qual vivia o dilema da invasão do capital e da cultura internacional.

Este dilema resultou em processos de tensão envolvendo os hábitos do velho Brasil rural, que passou a conviver com um projeto modernizador. Este, por sua vez, seguia industrializando o país, graças a investimentos externos, e trazia consigo a influência da cultura norte-americana, transmitida para um novo público urbano, ávido por mudanças e consumo:

[...] O sonho americano penetrava no Brasil, dando suporte às iniciativas culturais que visavam atualizar o país com relação à modernidade dos centros industrializados. O cosmopolitismo, o romance psicológico, a renovação da linguagem da imprensa, a profissionalização do teatro preocupado com a arte pela arte, o cinema industrializado e o surgimento da televisão são elementos novos do panorama cultural.⁵

A incorporação de um novo *ethos* está diretamente relacionado com a transformação do panorama sócio-econômico do país. Nesse aspecto, destaca-se o aumento do poder aquisitivo das camadas populares, que migraram do campo para a cidade em busca de novas oportunidades industriais que se instalavam no Brasil.⁶ Uma das principais consequências dessa modernização forçada, ocorrida em setores como a cultura e a economia brasileira, foi a desorganização da estrutura local, o que acelerou as rupturas já existentes e promoveu a exclusão social de uma parcela significativa da população.

Com a modernização de parte da sociedade, os grupos excluídos puderam observar a fragilidade das suas tradicionais e precárias formas de representação política, o que estabelecia um clima ambíguo entre um Brasil arcaico e um Brasil moderno – este restrito a uma minoria de incluídos. Possuíamos um país caracterizado por uma política de representação difusa, marcada por uma classe operária com limitada capacidade de organização e reivindicação; um Estado desinteressado em atendê-los; e a classe dirigente em crise de hegemonia por não conseguir encontrar um líder que fosse capaz de conduzi-los com segurança. Tal foi o cenário propício para o surgimento de um governo do tipo carismático, reconhecido na sociologia política como Populismo, cuja força se encontrava na capacidade instável de transcender as fronteiras sociais e de manter um bom relacionamento com os diferentes grupos sociais, ora concedendo favores, ora fazendo promessas.⁷

Sociedade Brasileira na Década de 1950

As crônicas esportivas apresentaram uma nova possibilidade de interpretação social, na qual o discurso racionalista foi mediado por um discurso apaixonado, eivado de sentimentos, o que acabou por colocar em xeque a forma tradicional de se observar

⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.51-52.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.p.12-13.

⁷ FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. *passim*.

os fenômenos culturais. Mesmo havendo discursos que tentavam impor os valores presentes na cultura racionalista, o futebol não respondeu passivamente a estas exigências. Sendo um campo marcado por uma autonomia relativa, não era possível fazer determinações racionais nem apriorísticas para esta configuração, pois ela era/é marcada por incertezas e sentimentos.

Diante dos discursos e acontecimentos políticos, culturais e sociais, é possível afirmar que naquele momento o termo “moderno” foi utilizado para qualificar aquilo que era expressão de novidade, de progresso, de ruptura com os valores tradicionais.⁸ Situação que pode ser confirmada, ao observar as denominações da época, tais como: o Cinema-Novo, a Nova Cap, a Bossa Nova, entre outros elementos que receberam esse adjetivo, a fim de indicar algo que havia sido modificado, a partir de uma preocupação com o futuro.

Na organização da Copa do Mundo esta preocupação se manifestou na necessidade de se construir um novo estádio, para a realização dos jogos decisivos.⁹ Naquele momento, o caderno de encargos da FIFA não apresentava as 420 páginas que possui atualmente e as principais exigências eram: arquibancadas para no mínimo 20 mil torcedores, alambrados em volta do campo, cabines para a imprensa e autoridades, uma certa garantia em dinheiro para auxiliar na cobertura das despesas e túneis interligando os vestiários ao gramado. Mas, na proposta entregue pelos dirigentes brasileiros a FIFA demonstrou-se que o Brasil possuía vários estádios de médio porte¹⁰ e que iria construir um grande estádio para realização dos jogos decisivos.

Como no Brasil o esporte sempre teve uma forte ligação com o campo político¹¹, o que não deve ser entendido como uma mera utilização daquele para obtenção de votos ou promoção da imagem de determinado candidato, pois esta é uma situação mais complexa, que normalmente envolve relações de poder presentes em uma imbricada rede de interdependência. Por isso, ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal no dia 6 de Junho de 1947, o General Ângelo Mendes de Moraes procurou resolver as pendências existentes para que pudesse iniciar os trabalhos de construção do novo estádio.¹² João Máximo mostra que:

⁸ Ianni mostra que a busca da modernidade é algo bastante antigo no Brasil, que desde a sua independência o país busca acompanhar o ritmo da história ditada pelos países desenvolvidos e que desde aquele momento existem estudiosos que se preocupam em analisar este tema. Cf. IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

⁹ Estas justificativas estão presentes nos vários autores indicados e também podem ser localizadas no JORNAL DOS SPORTS, em matérias sobre a Copa do Mundo de Futebol, publicadas entre os meses de fevereiro a julho de 1948.

¹⁰ Nesta edição da Copa do Mundo utilizou-se os estádios de **Belo Horizonte**: Estádio Raimundo Sampaio (Independência), capacidade para 30 mil pessoas e recebeu 3 partidas ; **Curitiba**: Estádio Durival Britto e Silva (Vila Capanema). capacidade para 10 mil pessoas e recebeu 2 jogos; **Porto Alegre**: Estádio dos Eucaliptos, capacidade para 20 mil pessoas e recebeu 2 jogos; **Recife**: Estádio Adelmar da Costa Carvalho (Ilha do Retiro), capacidade de 20 mil pessoas, recebeu somente uma partida; **São Paulo**: Estádio Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu) foi o segundo maior estádio da Copa com capacidade, na época, de 60 mil pessoas. Recebeu 6 jogos.

¹¹ Um bom exemplo desta situação é a interferência do Governo Vargas para resolver o problema da entidade que iria representar oficialmente o Brasil em competições internacionais. Como São Paulo e Rio de Janeiro, não entravam em um acordo houve interferência do governo que criou a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para resolver o problema. Cf. CALDAS, Waldenyr. **Pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo: IBRASA, 1990. p.38-40.

¹² PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota**. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: LPM. 1986.p.29.

Mesmo antes, durante o Estado Novo, Mendes de Moraes sempre estivera com o poder. Apesar de se ter afiliado a ação integralista de Plínio Salgado, ficaria do lado de Vargas por ocasião do *putsch* de 11 de maio de 1938. [...] Amigo de Dutra, para quem trabalhara quando este fora ministro da Guerra, foi por ele nomeado prefeito. Sua primeira medida foi abraçar a causa do estádio.¹³

No dia 8 de agosto de 1947 o prefeito encaminhou uma proposta para a câmara de vereadores, solicitando que fosse feita uma votação para aprovação da construção do estádio.¹⁴ Por divergências políticas, Carlos Lacerda, representante da UDN, acabou por contrariar a opinião da maioria dos vereadores, inclusive do seu colega de partido Ary Barroso, que também era favorável à construção. Esse debate não ficou restrito apenas às tribunas da câmara, pois Ary Barroso passou a utilizar as páginas do *Jornal dos Sports* para relatar o que se passava, enquanto Carlos Lacerda utilizava as páginas do seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, para atacar os seus desafetos.

Após um longo período de debates travados na Câmara Municipal e também nos periódicos da cidade, uma resposta positiva foi elaborada pela Câmara dos Vereadores ao prefeito da cidade, mostrando que eles consideravam o esporte mais do que uma diversão para a população. Segundo os vereadores, este significava “uma escola de democracia e fonte de saúde para as massas”.¹⁵ O entendimento de democracia, atribuído ao esporte, indica que por meio dele diferentes pessoas podem se encontrar e realizar atividades sociais em condição de igualdade, o que se torna uma grande vantagem do esporte em sociedades hierarquizadas, como a brasileira.

Contudo, a construção do novo estádio não era algo consensual na sociedade e nem mesmo dentro do *Jornal dos Sports*. Este foi o caso do médico Maurício Medeiros, para quem: “... um estádio não era a maior necessidade do povo carioca, que estava carente de hospitais e escolas”.¹⁶ Mário Filho posicionou-se da seguinte forma:

Querer combater a construção do estádio do povo porque não se constroem hospitais é fazer demagogia barata. A construção do estádio do povo não impede que se construam hospitais. Não é com o dinheiro dos hospitais que se vai construir o estádio. E o estádio também significa conforto e saúde para o povo que não tem hospitais.¹⁷

¹³ MÁXIMO, João. **Maracanã: meio século de paixão**. São Paulo: DBA, 2.000. p. 30.

¹⁴ JORNAL DO BRASIL. **Prefeito encaminha proposta para a câmara dos vereadores**. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1947. p.6.

¹⁵ JORNAL DOS SPORTS. **Aprovada a construção do Estádio Municipal**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1947. p.1. Entretanto o projeto de aprovação para a construção do Estádio só ocorreu em 29 de outubro de 1947.

¹⁶ MEDEIROS, Maurício. Prioridades do Rio de Janeiro. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1947. p.4.

¹⁷ RODRIGUES FILHO, Mario. **Assim como a saúde Estádio é investimento**. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1947, p.4.

Na mesma linha de defesa, Vargas Netto, passou a utilizar a sua coluna diária intitulada “A Crônica de Vargas Netto”, para contrapor os argumentos apresentados por seu colega que questionava a construção do estádio.

[...] o conforto que o estádio vai proporcionar ao torcedor vai diminuir a necessidade da construção de tantos hospitais. [...] Não vamos voltar ao velho slogan de que o Brasil é um vasto hospital. O Brasil não é só isso, pessimistas perniciosos! O Brasil também é graça da juventude, da força dos atletas, da musculatura do trabalho, da malícia de um povo que sabe sorrir dos falsos apóstolos!¹⁸

Todos os tipos de argumentos foram utilizados para convencer os brasileiros sobre a importância do novo estádio, inclusive teses como a de que o estádio poderia substituir ou levar à redução da necessidade de hospitais, o que, do ponto de vista racional pode ser considerado inconsistente, mas de uma força simbólica muito grande, expressando o sentimento e a passionalidade desses indivíduos, ao tratarem deste tema.

Outro elemento presente no periódico foi uma significativa preocupação com o ritmo das construções. Como demonstra o engenheiro francês Pierre Barasi:

[...] parece que o Brasil não compreendeu a importância da realização de Coup du Monde. Acreditamos que boa vontade não falte para que seja dada justo valor ao certame, mas a distância entre projeto e realidade ainda não foi superada [...] vamos deixando para última hora, quase que para provar a capacidade de improvisação tão ao gosto da terra. [...] vamos ter o maior estádio do mundo e parece que será o consolo para um desastre que não deve estar fora de cogitações.¹⁹

Este posicionamento aponta uma das características do brasileiro, que já havia sido expressa por Gilberto Freyre na década de 30, ao mostrar que o improviso era um dos elementos essenciais da identidade nacional.²⁰ Se, no campo esportivo, improvisar significa utilizar a criatividade para resolver uma situação adversa, no campo social esta atitude muitas vezes é vista como falta de organização, sendo, por isso, considerada uma atitude que deveria ser superada.

Observando a história do estádio foi possível constatar que, na data de inauguração, o Maracanã estava em perfeitas condições de jogo, sendo considerado o maior e mais moderno estádio de futebol do mundo, como demonstra José Lins do Rego em uma de suas crônicas, na qual ele relata uma conversa com um dos dirigentes do futebol carioca:

[...] os ingleses não ficaram de queixo caído, mas ficaram de boca aberta ao visitar a construção do Maracanã.

¹⁸ VARGAS NETO, Manuel do Nascimento. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1947. p.4.

¹⁹ SERRAN, Ricardo. Sonho e realidade na formação do Scratch. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949, p. 6.

²⁰ FREYRE, Gilberto. Diário de Pernambuco, 8 de junho de 1938. In: FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. p.421-425.

Carlito Rocha disse: Seu José Lins, diante disto eu me sinto mais brasileiro. Esta obra orgulha-nos, faz-nos acreditar no Brasil. As obras do Estádio demonstram de verdade, a capacidade de nossos engenheiros e administradores ... E quando um inglês abre a boca de admiração é porque a coisa é mesmo para abafar.²¹

Esta passagem é bastante significativa, porque toma como referência para a análise, o povo inglês que, além de todo o capital simbólico apresentado como inventor do futebol, é referido como um povo de hábitos refinados, berço do mundo civilizado. Dessa maneira o autor segue o projeto estabelecido pelos cronistas do *Jornal dos Sports*, por meio do qual, o estádio havia sido escolhido como um dos símbolos do Brasil moderno, o que é justificado pelo primeiro ao relatar que, se os ingleses se impressionaram com a grandeza do estádio, é porque este realmente era um monumento da modernidade. Isso foi utilizado como uma grande oportunidade para o fortalecimento da nação. Os cronistas defendiam que, apenas com união e trabalho de todos os brasileiros, seria possível mostrar ao restante do mundo como era a nossa realidade e o que se poderia esperar deste país para o futuro, ou seja, os europeus descobririam e se surpreenderiam com a capacidade do povo brasileiro.²²

A significância do Maracanã para a cultura política daquele momento pode ser percebida através das indicações apresentadas por Proni²³, quando este mostra que o Governo Federal foi o maior financiador da construção desse estádio, que levou dois anos para ser construído e se tornar o maior estádio de futebol do mundo. Essa construção monumental, além de mostrar a importância do futebol na sociedade brasileira, apresentou uma conotação simbólica, por meio da qual o governo apresentou para as outras nações a potencialidade brasileira que estava aflorando, ou seja, buscava-se representar através de lugares e atitudes, que o Brasil era um país emergente. Como indica Mario Filho: “O Estádio Municipal crescia. Estaria pronto para o campeonato do mundo de 50. Ia ser, longe, o maior estádio que já se construía na face da Terra. Para exaltar o amor do brasileiro pelo futebol. A paixão de um povo”.²⁴

O tempo estava ficando escasso para que a CBD conseguisse dar conta de todas as exigências estruturais. Enquanto isso, a FIFA seguia cumprindo o seu cronograma administrativo e, no dia 17 de janeiro de 1949, em Genebra, a comissão organizadora da IV Copa do Mundo de Futebol, realizou o sorteio dos grupos para as eliminatórias. O Brasil, como país sede, e a Itália, como detentora do título da última Copa, estavam automaticamente classificados.²⁵

Havia uma preocupação com a organização brasileira e isto era manifestado, principalmente, pelos cronistas do *Jornal dos Sports*. Estes trabalhavam constantemente

²¹ REGO, José Lins. O Estádio e os ingleses. Rio de Janeiro: **Jornal dos Sports**, 2 de junho de 1949, p.5.

²² A partir do ano de 1947, os cronistas do *Jornal dos Sports* dão um grande destaque para a realização da Copa do Mundo, uma leitura deste periódico vai mostrar que os cronistas se revezavam para tratar deste tema, evitando que ele caísse no esquecimento, ao mesmo tempo em que eles destacavam os valores nacionais.

²³ PRONI, Marcelo W. **A metamorfose do futebol**. Campinas/SP: UNICAMP, 2000, p.39.

²⁴ RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.280.

²⁵ MAZZONI, Thomaz. Definido o calendário das eliminatórias da Copa do Mundo. São Paulo: **Gazeta Esportiva**: 19 de janeiro de 1949. p.3.

com a tensão criada entre a esperança e a possibilidade de frustração, estimulando o torcedor brasileiro a se envolver com o evento, principalmente ao publicar matérias que demonstravam a possibilidade de não realização da Copa do Mundo no Brasil:

Notícia telegráficas vindas de Londres revelam que o Dayli Telegraph publicou uma notícia sensacional, dizendo que é possível que o Campeonato do Mundo não seja disputado no Brasil neste ano. [...] o motivo apresentado justificando esta afirmação focaliza as dificuldades do Brasil em matérias cambiais estrangeira. [...] Quando o Brasil assumiu o compromisso de promover a disputa do maior certame internacional de football, sabia das obrigações e deveres que contraia para garantir todos os requisitos regulamentares. [...] em novembro houve um pedido ao CND, a fim de fazer face as obrigações da Confederação Brasileira como promotora do campeonato, para com as entidades participantes, o prazo encerra-se hoje.²⁶

Sobre este episódio, o *Jornal dos Sports* relata que o presidente da CBD já estava providenciando a resolução dessa pendência, a qual, até o final da tarde, estaria resolvida. Na ocasião ocorreu uma valorização do Estado e também do presidente da entidade, que são apresentados como pessoas de grande competência: “o presidente Dutra atendeu as solicitações da CBD, autorizando o pagamento da quota dos 16 finalistas da Copa, informação que foi prontamente enviada para a FIFA”.²⁷

Diante das diferentes polêmicas e problemas fazia-se necessário provar que os brasileiros eram capazes de organizar o campeonato, caso contrário, só restaria confessar a falta de capacidade do povo brasileiro e transferir para outro país a responsabilidade e a honra de sediá-lo.²⁸ Os brasileiros estavam se dedicando e buscando cumprir todas as exigências estabelecidas pela FIFA, mas acabavam não desenvolvendo a contento algumas situações. Como por exemplo, o processo de divulgação externo dos preparativos para a Copa do Mundo. É o que indica um repórter francês do *Jornal L'Equipe*, considerado o maior jornal esportivo do mundo, na época:

A não ser no setor de propaganda, creio que os trabalhos vão indo em um ritmo normal. A CBD poderia perfeitamente fazer um convite a cinco ou seis jornalistas europeus para que viessem ao Brasil assistir aos preparativos do selecionado, a fim de constatar o progresso e isto seria uma propaganda imensa para o campeonato do mundo. Para o jornalista, isto é muito mais proveitoso que os gastos com cartazes. Isto despertaria na Europa interesse não só pela Copa

²⁶ JORNAL DOS SPORTS. **Nenhum perigo a Copa será no Brasil**. Rio de Janeiro, 1 de abril de 1950. p. 1 e 6. Para Moura este fato era decorrente da falta de informações na Europa sobre a competição, esta autora indica que o valor a ser enviado era de CR\$ 4 milhões. Cf. MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.56.

²⁷ JORNAL DOS SPORTS. **Nenhum perigo a Copa será no Brasil**. Rio de Janeiro, 1 de abril de 1950. p. 1 e 6.

²⁸ JORNAL DOS SPORTS. **A melhor propaganda do País**. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1947. p. 6.

mais pelo país, cujo progresso merece ser reconhecido no resto do mundo.²⁹

Este jornalista ficou surpreso com o progresso encontrado no Brasil, o que reforça a tese de desconhecimento do país por parte dos europeus. Para o jornalista francês, os brasileiros não tinham a dimensão correta da importância de sediar uma Copa do Mundo, realizando, internamente, grande propaganda sobre a construção do maior estádio de futebol do mundo, quando esta imagem precisava e devia ser levada para o exterior, tendo em vista que um dos principais objetivos dos organizadores do Mundial era fazer com que houvesse uma descoberta do Brasil por parte do europeu.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em um período de expansão e reconhecimento mundial, uma parte *intelligentsia nacional* ainda desprezava o futebol. Na visão de tais teóricos, ao se preocupar com esse tipo de atividade passional, o povo perdia a capacidade da tomada de consciência do seu papel na construção da nação. Assim como havia acontecido no período *estadonovista*, e agora com os intelectuais isebianos, “fazer cultura se transforma em fazer política. A cultura é identificada à conscientização, jamais à diversão”.³¹ Nesse caso, o conceito abstrato de “cultura popular” foi ideologicamente utilizado como sinônimo de conscientização nacional, em oposição ao que se começava a chamar de “cultura de massas”. Amparados pela teoria marxista, os intelectuais elegem de forma arbitrária quais seriam os valores de autenticidade cultural.

O paradoxo é que, à revelia desses intelectuais (a sua maioria de formação marxista), o futebol torna-se, cada vez mais, um fenômeno da cultura nacional. Influenciando e sendo influenciado pelas transformações sociais que acontecem nesse momento, em que parte da sociedade brasileira busca novas formas de expressões artísticas, desde que fossem capazes de integrar a cultura, a modernidade e o desenvolvimento. O lazer espetacularizado das grandes massas, que assistem ao futebol, e a sociedade do consumo passam a ser influenciados por novos espaços urbanos, símbolos da modernidade. Entre tais espaços, destaca-se a construção do Maracanã, representando um dos principais signos dos novos tempos do país.

O desenvolvimento do futebol expressou o contraditório processo – aberto pela expansão capitalista – de inscrição da sociedade brasileira na modernidade. Alguns cronistas, por vezes, edificaram uma imagem dramatizada da angústia nacional em superar o atraso; em organizar e vencer a Copa do Mundo como prova de civilização e progresso. Assim, esse esporte se apresenta como possibilidade de leitura do “caráter nacional brasileiro”, em que as dificuldades no processo de organização e o fracasso de 1950 foi descrito como a evidência de um povo despreparado. Qualquer semelhança com o tempo presente, pode ser considerada mera coincidência!!!

REFERÊNCIAS

²⁹ KEIMAN, Levy. Falta de propaganda. Rio de Janeiro: **Revista Esporte Ilustrada**, 2 de março de 1950. p. 11.

³⁰ Ibidem.

³¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.183.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

CALDAS, Waldenyr. **Pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: IBRASA, 1990.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. Diário de Pernambuco, 8 de junho de 1938. In: FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JORNAL DO BRASIL. **Prefeito encaminha proposta para a câmara dos vereadores**. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1947. p.6.

JORNAL DOS SPORTS. **Aprovada a construção do Estádio Municipal**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1947. p.1.

JORNAL DOS SPORTS. **Nenhum perigo a Copa será no Brasil**. Rio de Janeiro, 1 de abril de 1950. p. 1 e 6.

JORNAL DOS SPORTS. **A melhor propaganda do País**. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1947. p. 6.

KEIMAN, Levy. Falta de propaganda. Rio de Janeiro: **Revista Esporte Ilustrada**, 2 de março de 1950. p. 11.

MÁXIMO, João. **Maracanã: meio século de paixão**. São Paulo: DBA, 2.000. p. 30.

MAZZONI, Thomaz. Definido o calendário das eliminatórias da Copa do Mundo. São Paulo: **Gazeta Esportiva**: 19 de janeiro de 1949. p.3.

MEDEIROS, Maurício. Prioridades do Rio de Janeiro. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1947. p.4.

MOURA, Gisele de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota**. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: LPM. 1986.

PRONI, Marcelo W. **A metamorfose do futebol**. Campinas/SP: UNICAMP, 2000.

REGO, José Lins. O Estádio e os ingleses. Rio de Janeiro: **Jornal dos Sports**, 2 de junho de 1949, p.5.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RODIGUES FILHO, Mario. O que falta ao sistema Zezé Moreira. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1954.

SERRAN, Ricardo. Sonho e realidade na formação do Scratch. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949, p. 6.

VARGAS NETO, Manuel do Nascimento. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1947. p.4.

**A MEMÓRIA DO COTIDIANO NO LAZER CONQUISTENSE: O CASO DO PARQUE
AMBIENTAL DA LAGOA DAS BATEIAS**

Milton Leandro Santos Leituga¹

Felipe Eduardo Ferreira Marta²

Resumo: O presente artigo é parte de um projeto mais amplo que tem o objetivo de analisar a memória do cotidiano do lazer em Vitória da Conquista/BA, em específico o parque Lagoa das Bateias. Nesse sentido, o presente texto teve como fonte uma entrevista realizada com uma das moradoras mais antigas do local. A metodologia pautou-se na História Oral e nas teorias da memória. Como resultado nos foi possível perceber os indícios que apontam as contradições inerentes à produção do espaço urbano.

Palavras Chave: Lagoa das Bateias. Lazer. Memória.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a memória do cotidiano no lazer, da cidade de Vitória da Conquista/BA. Entendemos que é no local de desenvolvimento da vida cotidiana dos habitantes, seja no lazer, trabalho, nas relações estabelecidas entre vizinhos e nos lugares de significância das atividades das mais variadas possíveis, que surge o urbano inerente a cidade.

Com a intensificação do processo de urbanização e suas transformações abruptas no espaço geográfico, em específico como no caso estudado, no que se refere ao cotidiano do lazer nas cidades médias, urge a necessidade de um amplo entendimento teórico-metodológico para uma melhor compreensão das transformações que esse fenômeno impõe ao espaço citadino.

Vitória da Conquista, hoje, passa por um intenso processo de mudanças em sua urbanização, e isso é percebido de forma contundente face às alterações que vêm ocorrendo na cidade. Localizada no Território de Identidade de Vitória da Conquista, o município é um grande influenciador e captador de recursos e investimentos. No modelo de urbanização que está sendo adotado no Estado da Bahia, exerce forte papel regional sobre as demais cidades vizinhas, com uma população total de 306.374 habitantes, dados segundo o IBGE, no Censo Demográfico de 2010.

Dessa maneira, a compreensão das mudanças ocorridas nos Bairro Santa Cruz e Santa Helena com a construção do Parque Ambiental da Lagoa das Bateias levam a algumas apreensões: de como as transformações feitas com a construção do parque, alterou de forma profunda não só o espaço geográfico; como também a vida cotidiana no bairro.

Destarte, a interpretação do lazer no cotidiano do urbano tem forte ligação com as relações capitalistas, nas quais, com a intensificação das formas globalizantes, que inserem no espaço urbano um cotidiano voltado para uma sociedade consumista e

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Vitória da Conquista/BA. E-mail: leitugageo@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Vitória da Conquista/BA. Email: fefmarta@gmail.com.

classista, segregam e excluem quem historicamente esteve subjugado as relações de poder que se estabelecem no dia a dia urbano.

Urbanização e as transformações no cotidiano citadino: relatos da memória de uma moradora do Parque Ambiental Lagoa das Bateias.

Para o entendimento da urbanização suas causas e consequências, e a diversidade inserida na produção do espaço urbano, deve-se partir do pressuposto de sua compreensão enquanto processo e de longa duração, de acordo Sposito (2004). Dessa maneira, não recai na ideia que a mesma só está ligada ao capitalismo, mas que é de interesse da referente pesquisa é de compreendê-la ligada a sociedade moderna.

Segundo Seabra, a urbanização para a sua instauração vai ter um suporte do Estado para sua efetivação, pois “O Estado entrou em cena para criar e manter condições gerais e sociais de reprodução das empresas e com isso socializar os custos de reprodução do capital” (SEABRA, 2000. p, 74). Dessa forma, é percebido como as superestruturas se articulam, não só para efetivar o poder e controle, como também para reafirmá-los. Nesse sentido, os impactos percebidos e visíveis dão a tônica de como essa instauração de uma dita sociedade contemporânea e tecnológica, em que a acessibilidade está ligada ao poder aquisitivo, limitam o acesso da massa trabalhadora ao direito a uma vida digna, sobretudo, nas cidades, mesmo sabendo que essa massa é o cerne da produção do espaço.

Como a cidade é definida, segundo Carlos (2007), como obra humana, o seu entendimento está ligado à evolução das relações de trabalho e transformação da natureza pelo homem, e a um determinado tempo histórico. Assim, a cidade, na presente pesquisa, será entendida e estudada na sua conformação capitalista.

Os estudos apontam para uma série de características para a definição do que vem a ser uma cidade média. Essa variedade de caracteres forma um grande coletivo de fatores que contribuem para definição da cidade média, porque, segundo o IBGE (1996), as cidades médias no Brasil, no que se refere à quantidade populacional, estão entre 100.000 e 500.000 habitantes; já, para a ONU – Organização das Nações Unidas, o parâmetro fica entre 100 mil e um milhão (SOARES, 2005).

Segundo Soares (2005), outro fator que contribui para o entendimento dessas cidades é seu papel regional sobre as demais, porque, com sua expansão, as pequenas cidades, que estão em seu entorno, ficam dependentes tanto de consumo como dos serviços que as cidades médias começam a concentrar.

Para entendimento desse fenômeno pelo qual passa a cidade, é necessário se fazer uma discussão histórica abordando sua formação e as transformações ocorridas ao longo do tempo, e sua articulação com a urbanização brasileira.

Ao se fazer um levantamento do processo histórico de formação da cidade de Vitória da Conquista, é percebido como o desenvolvimento e as expansões da colônia para a hinterlândia definiram a ocupação da região, que inferiu em conflitos com indígenas que habitavam a área. Segundo Ferreira:

Vitória da Conquista surgiu em consequência do esforço da administração colonial no sentido de estabelecer comunicação entre o litoral e o sertão. Ao contrário do que sucedeu ao norte,

a faixa costeira, que corre ao sul da baía de Todos os Santos, permaneceu, até o século XVII, completamente isolada do interior. (IBGE, 1958. p, 414)

O resultado dessa investida da Colônia em expandir as atividades econômicas inferiu no extermínio da população indígena, que habitava a região situada na bacia do rio Pardo. Dessa maneira, a instauração pela Lei provincial de nº 124, de 19 de maio de 1840, instituiu o arraial com o nome Imperial Vila de Vitória (FERREIRA, 1958). Um fato a ser ressaltado é que o nome do arraial e da igreja matriz foram em homenagem a Nossa Senhora das Vitórias, pela conquista e dizimação das etnias indígenas, fator esse que demonstra o quanto o princípio de formação da cidade foi de derramamento de sangue de inocentes de forma covarde.

Dando continuidade ao processo histórico que envolve a cidade de Vitória da Conquista e a sua respectiva organização municipal, percebe-se que na década de 1920 o município é basicamente rural. Com o desmembramento de alguns distritos, de forma paulatina, fica explícito como se configuraram essas transformações:

Na divisão administrativa de 1911, Conquista é formada por três distritos: Conquista, Coquinhos e Encruzilhada. No recenseamento Geral de 1920, já se compõe de Conquista, Verruga, Encruzilhada, Porto de Santa Cruz, Belo Campo, São João da Vila Nova, Nova Laje do Gavião, Coquinhos e José Gonçalves. Em 1921, o distrito de Encruzilhada foi desmembrado para constituir o município, pela Lei nº 1483, de 17 de junho; o mesmo ocorreu com o distrito de Verruga que, pela Lei nº 2042, de 12 de agosto de 1927, passou a constituir o município de Itambé. (IBGE, 1958. p, 415)

Dessa maneira, é percebido que não havia ainda um amadurecimento das relações capitalistas no município, que sua atividade econômica era basicamente rural.

Avançando para a década de 1990, que é o início de nosso ponto de partida de análise das transformações ocorridas na cidade, percebe-se que, no processo de urbanização da cidade de Vitória da Conquista/BA, já nas décadas de 1970 para a de 2010, a Taxa de Urbanização passou para mais de 89% da população, demonstrando como a urbanização da cidade foi intensifica nesse momento histórico, que tem forte ligação com o desenvolvimento do capitalismo nacional com forte reflexo nas cidades brasileiras. Isso é demonstrado na tabela 1:

Tabela 1: Taxa de urbanização, por década – Vitória da Conquista – Bahia – 1940 – 2010.

ANOS	%
1940	16,0
1950	24,4
1960	37,2
1970	66,9
1980	74,7
1991	83,7

2000

85,9

2010

89,0

Fonte: IBGE

Estudos e levantamento de dados feitos na pesquisa indicam que no final da década de 1960 e início da década de 1970 têm início a primeira transformação do lócus de nossa pesquisa, a região conhecida como Lagoa das Bateias. Em entrevista realizada com uma moradora do local obtivemos o seguinte relato:

[...] na década de 1968 e 1970 que cresceu a lagoa, porque só existia uma nascentezinha do Rio Santa Rita. Na segunda vez que Pedral foi prefeito de Vitória da Conquista, que teve a obra no local. Aqui só tinha dois carreirinho para passagem um do lado alto e outro do lado baixo, que colocamos o apelido de cidade alta e cidade baixa, tinha a parte da ladeira que era alto. Só existiam três casas e a do povo de Venceslau que concentrava em umas cinco a seis casas. Tinha cisterna que tirávamos água de sari. Quando Pedral fez essa obra à lagoa encheu e pai fez um desvio da água tinha até o canal que pai abriu, braçal para a água descer e quando enchia de mais a gente tinha que mudar, quando morávamos na casa mais embaixo perto da lagoa, que tinha 23 m de comprimento com 10 de largura e a casa fica metade dentro da água e outra metade fora da água. Quando começou encher de mais mudamos para aqui. Aqui também foi bom, meu pai trabalhava com horta, trabalhava de pedreiro e foi melhorando a vida aqui também, nós foi estudando e formando para a gente conseguir nem que for a profissão de professor para nós viver. Isso aqui era uma fazenda e o dono era Pedro Moraes, tem o Aloísio que era dono dessa parte aqui toda que hoje é o CSU.³

Dessa forma, o depoimento da moradora demonstra que no passado, o modo de vida na localidade estudada era rural, somente com as primeiras iniciativas por parte do setor público, iniciam-se, de forma paulatina, as mudanças. A partir daí, o espaço passa a ter conformação de bairro.

Já na década de 1980, as modificações são relatadas coadunando com a intensificação da urbanização na cidade. Um processo desordenado que como resultado acaba aprofundando as desigualdades sociais, conforme nos relatou a entrevistada:

Foi quando eu tive meu primeiro filho, teve essa invasão aqui do Santa Cruz começou no dia 1º de Abril de 1987. Quando eu fui ter meu primeiro filho eu vim pra que para casa de minha mãe mais meu pai, ai teve a invasão, um grupo de pessoas e começou

³

Sra. Helena, moradora do Bairro Bateias.

a invadir. Já tinha começado a urbis 2 e 3, só ficou esse pedaço que é o Santa Cruz.⁴

O momento histórico relatado pela moradora elucida como a ocupação do bairro começa de forma desenfreada com o processo de “invasão”, como a mesma chama, reforçando a ideia de falta de planejamento na ocupação do entorno da lagoa.

Já a construção do parque ambiental representou uma grande transformação não só espacial, mas também para a vida dos habitantes do local.

O Parque Lagoa das Bateias mobilizou uma série de fatores e agentes sociais na sua elaboração e construção. Segundo Passos (2009), o projeto foi realizado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB e o Ministério do Meio Ambiente, pois a Lagoa das Bateias faz parte da micro bacia do Rio Santa Rita.

Assim, a partir do levantamento de um relatório técnico, foi feito um diagnóstico dos problemas de ordem socioambiental relacionados à ocupação desordenada no entorno da lagoa. O relato da moradora a este respeito traz o seguinte:

Tem oito anos que eu retornei para aqui, ai já tinha começado essa lagoa desse jeito ai. Ai beneficiou a vida da gente também, aqui era uma lixaiada, aqui quando eu voltei para aqui que fazia até medo, boca de fumo estava assim doendo de tanta boca de fumo nessa lagoa e virou assim aquele infernã ai modificou. Quando abriu essa lagoa que fez essa pista ai, modificou a vida da gente, melhorou a vida da gente.⁵

A memória desta depoente nos traz indícios importantes acerca de como foi radical a transformação ocorrida naquele espaço. Traz ainda, elementos que permitem vislumbrar o cotidiano do local no auge da ocupação, na década de 1990. Uma região da cidade onde existiam vários problemas de ordem socioespacial, e que com a intervenção do poder público e a realização da obra, se tem uma mudança substancial na vida cotidiana dos moradores.

Em outro momento da entrevista, a moradora traz a tona mais elementos a respeito da importância da obra para o bairro:

No começo antes dessa reforma da lagoa não tinha segurança nenhuma para a gente, ai estava uma época perigosa, depois que teve essa reforma todinha com a lagoa que teve essa pista e tudo melhorou. Tem bastante policial fazer igual ao outro, rodando a área, a segurança, melhorou fazer igual ao outro, transporte que não tinha transporte, para a gente pegar ônibus a gente tinha que ir para seu Gilson lá em cima depois do posto policial ali, o ônibus já passa aqui perto. Não tinha saída nem pelo aeroporto nem por outra zona nenhuma, tudo isso ai era fechado, isso ai era fazenda, só tinha um corredorzinho aqui

⁴ Sra. Helena, moradora do Bairro Bateias.

⁵ Sra. Helena, moradora do bairro Bateias.

passa ia por sinal. Hoje tem saída para todos os cantos, tem saída para o lado do aeroporto, como para Brumado e a outra para lá.⁶

As mudanças radicais ocorridas com a implementação do parque ambiental Lagoa das Bateias, traz para a discussão o impacto que as melhorias estruturais em áreas pobres geram em uma determinada cidade. As mudanças, no caso da Lagoa das Bateias, foram significativas a ponto de modificar a realidade de um bairro de reduto do crime para espaço de lazer, provendo a melhoria no convívio social e estrutural dos cidadãos.

Entretanto, um fato interessante ressaltado pela Sra. Helena referiu-se à especulação imobiliária que surgiu junto com a transformação da área:

Aqui valia R\$ 500, R\$ 600 o lotezinho de terra, depois dessa lagoa ninguém vende mais se não for de R\$ 80.000, R\$ 50.000, R\$ 60.000. Então, teve ou não teve valorização? Cresceu, veio asfalto, veio esgoto e veio energia. Porque o Santa Cruz não tinha energia, Santa Helena não tinha, olha a modificação teve, veio energia, veio asfalto e esgoto.⁷

O relato acima nos leva a questionar: até que ponto essas mudanças no espaço urbano, na perspectiva da cidade mercadoria, ou invés de democratizar o acesso à moradia, não está reafirmando o processo de exclusão da mesma? Os valores exorbitantes vindos com as transformações ocorridas no local excluem cada vez mais a população de baixa renda do acesso à moradia. Dessa maneira, é questionável a proposta de melhoria da vida dos habitantes do local, uma vez que, o valor de troca se sobrepõe ao valor do uso.

Como o trabalho se pauta também na compreensão da memória do cotidiano do lazer conquistense, tem-se a necessidade de uma discussão criteriosa dessas categorias.

Para Carlos (2007), o entendimento do lugar passa a ser foco de uma linha de pensamento, que envolve o conteúdo do imaginário urbano e sua fundamentação. O trabalho, lazer e habitação, no plano do dia a dia, se fragmentam inseridos no capital e reproduzidos como foco de aprisionamento do homem moderno. Sendo assim, alienado em sua produção espacial, esse ser social se transforma em mero objeto para usufruto das ideologias capitalistas e não percebe “as grades” que o prendem em seu cotidiano.

No que se refere ao conceito de memória, o que se aproxima dessa pesquisa é o de “memória coletiva” de Halbwachs (1990). Dessa maneira, a mesma se insere na relação com a proximidade do lugar e sua interação com os indivíduos.

Também tendo o lugar como categoria de análise da memória, Nora (1993) aponta:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela

⁶ Sra. Helena, moradora do bairro Bateias.

⁷ Sra. Helena, moradora do bairro Bateias.

vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. (NORA, 1993. p, 12)

Dessa maneira, o lugar deixa suas marcas de um passado que já não existe mais, como testemunha do momento histórico, cujas interpretações e análise de processos ligados à época são de suma importância para seu entendimento. Sendo assim, como o lugar é a ponte que liga os processos da memória e cotidiano do lazer, na presente pesquisa, é de extrema necessidade compreende-la ligada a essa categoria.

Para Pires (2008), se define da seguinte forma:

[...] o lazer, nas suas relações interdisciplinares na sociedade, contribuir para o descanso, o divertimento e o desenvolvimento humano e social, estamos reconhecendo que, diferentemente de uma função, o desenvolvimento humano por meio do lazer deve ser percebido como uma dimensão cultural da vida humana, isto é, uma dimensão da dinâmica cultural, que faz dialogar o campo das possibilidades e dos limites, do querer e do poder, do potencial e do realizável. (DUMAZEDIER, 1980 apud PIRES, 2008, p.3)

Ou seja, a ideia que concretiza o lazer se configura no tempo marcado do descanso e do não trabalho. A sociabilidade dos homens modernos se encontra inserida em uma cultura que, segundo o autor, deve ser definida enquanto dimensão da reprodução da vida e não enquanto um funcionalismo que, por parte do sistema produtivo, se volta para uma atividade de consumo.

Considerações Finais

Por fim, em análises preliminares, da memória do cotidiano do lazer em Vitória da Conquista/BA, percebem-se como as transformações abruptas no espaço geográfico vêm intensificando cada vez mais os ditames do modo de produções vigente não só na produção espacial, como também, alterando de forma brusca o cotidiano citadino.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. 74p.

FERRAZ, Ana Emilia de Quadros. **O urbano em construção**. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tr. de Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos tribunais, São Paulo: 1990

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950

_____. **Censo Demográfico**: Estado da Bahia, 1950. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**: Brasil. 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico Bahia: recenseamento geral**, 1970, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980**: dados distritais-Bahia, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983,

_____. **Censo Demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n.17-Bahia Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Sidra**: Bando de dados sobre Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 05 mai. 2012.

_____. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso: 05 mai. 2012.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Revista do programa de Estudos Pós graduados em História, do Departamento de História da PUC, São Paulo: São Paulo, SP, 1993.

PASSOS, Julia Gabriela Fernandes. **Produção do espaço urbano e requalificação de áreas degradadas**: o caso do bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, Bahia. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009

PIRES, G. L. Lazer e Formação Cultural. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE IX. **Anais**. São Paulo: USP/Leste - SENAC/SP, 2008. v. Unico.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ADILSON Francelino Alves; Luiz Carlos Flávio; Roseli Alves dos Santos. (Org.). **Espaço e território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. 1 ed. Francisco Beltrão -Paraná: Unioste, 2005, v. , p. 273-286.



SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, UFES, Vitória/ES, v. 1, n. 1, p. 73-78, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência)-UNESP, Presidente Prudente, 2004.

RELAÇÕES DE GÊNERO NAS BRINCADEIRAS DE MENINAS E MENINOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mira Izabel Campos¹

Resumo: O artigo traz estudo sobre as relações de gênero nas brincadeiras de crianças de 3 anos. Elas foram observadas em atividades dirigidas e livres, com registro em diário de campo. As evidências apontaram que meninas e meninos constroem e reconstroem maneiras de sociabilidade ao conviver com diferentes grupos. Presenciamos momentos de convívio com separações e cobranças por parte dos/as professores/as e também entre as próprias crianças, demonstrando que elas reproduzem o aprendido.

Palavras-chave: Crianças. Adultos. Gênero.

Introdução

As crianças não têm comportamentos pré-determinados para cada um dos gêneros, não se relacionam à priori de forma sexista e nem possuem concepções naturais do que é ser homem e ser mulher, essas são construções oriundas das relações desenvolvidas nos seus diversos espaços de convivência. Comportamentos referentes a gênero são construídos pelas crianças através do convívio com outras pessoas, em diversas instâncias, dentre elas as instituições escolares.

No contexto dessa discussão, neste artigo trazemos recorte de pesquisa², realizada em 2012 com crianças de 3 anos de idade em um Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. A turma, Pré I Matutino, tinha 20 crianças matriculadas, sendo 14 meninas e 6 meninos (nomes fictícios Ailton, Alice, Ana, André, Andressa, Anny, Bruna, Carol, Everton, Fábio, João, Laisa, Lucia, Malu, Nadir, Pedro, Rita, Sara, Vanessa, Victor) e como professora regente (nome fictício Ana) uma pedagoga com Pós-Graduação em Educação Infantil. As crianças também desenvolviam atividades com outros profissionais, dentre os quais destacamos a presença de uma professora de Educação Física.

O *locus* da investigação, instituição que nomeamos Alfa, se encontra em uma região periférica do município. Permanecemos por dois meses observando a turma em brincadeiras orientadas pelos/as professores/as e aquelas desenvolvidas de maneira livre pelas crianças, as quais foram registradas em diário de campo. As evidências nos apontaram que meninas e meninos constroem e reconstroem maneiras de sociabilidade ao conviver com diferentes grupos. Em suas brincadeiras as crianças apresentaram formas de convívio com separações e cobranças entre elas e também por parte dos/as professores/as, bem como de outros adultos que as educavam e cuidavam. Meninas e meninos eram separados em algumas atividades e suas brincadeiras eram classificadas,

¹ Mestre em Educação. Professora da Universidade Federal da Grande Dourados. miriacampos@ufgd.edu.br

² Trabalho de Graduação intitulado "Brincadeiras nas instituições de Educação Infantil: uma reflexão acerca das relações de gênero e sexualidade - Dourados/MS", desenvolvido pela acadêmica Glaucete Hoffmeister dos Santos no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob minha orientação.

mas aconteceram outros momentos nos quais brincavam e se relacionavam sem nenhuma distinção.

Educação Infantil: brincadeiras e relações de gênero

Nas instituições infantis, desde muito pequenas, as crianças vivem momentos diferentes daqueles passados com os seus familiares. Elas têm a possibilidade de contato com crianças da mesma idade, de idades diferentes e, também, de conviverem com muitos adultos e essas experiências possibilitam que conheçam diversas culturas, interajam, compartilhem, façam trocas.

Kishimoto (2010, p. 1) ao escrever sobre a formação da criança em relação ao brincar destaca que “enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver”. Nessa perspectiva, a escola pode/necessita ajudar, incentivar, orientar e não impedir e/ou restringir a brincadeira.

Segundo Brougère (2010, p. 104), “a brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem”. Portanto, estamos entendendo que as crianças repetem atitudes e copiam as pessoas próximas em suas brincadeiras, reproduzindo o conhecido. Mas importante destacar que as crianças são produtoras de cultura (SARMENTO, 2008), e em diversas situações desconstroem/reconstroem o aprendido.

Nos estudos de Louro (1997) sobre aspectos relacionados à escola, a autora discute como a mesma marca as crianças, sendo algo que poderá ser levado para a vida toda. Marcas muitas vezes difíceis de serem retiradas:

O simples acesso, a permanência ou a exclusão da escola, [...] tem efeitos sobre a vida dos indivíduos e grupos dos quais estes fazem parte, uma vez que entrar ou não na escola, e o tempo de permanência nela, se constituem como distinções sociais e muitas delas estão inscritas no corpo: modos de sentar e conseguir manter-se sentado por longos períodos de tempo, modulações e tom de voz, ouvir e falar, [...] (LOURO, 1997, p. 8).

No nosso estudo o corpo é concebido e entendido na cultura, e não apenas como a biologia que o representa como um objeto a ser estudado por pesquisadores. Meyer e Soares (2008, p. 9) discutem a temática escrevendo:

[...] o corpo a que nos referimos, aqui, além de ser produzido e ressignificado no centro de variadas redes de poder e controle é, também, percebido e vivido de forma conflituosa e ambígua, de tal forma que esses modos de viver o corpo envolvem, ao mesmo tempo, disciplinamento, coerção, subordinação, saúde, libertação, gozo e prazer.

Seria um corpo que, além de ser controlado pela sociedade, tem que ter um autocuidado e autorregulação, ter atitudes e realizar atividades que deem prazer e que

satisfaçam as necessidades esperadas tanto pela própria pessoa, quanto pelo que a sociedade impõe.

Quanto ao conceito de gênero, para Meyer (2008, p. 25):

[...] nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, e pelo trabalho, etc.

Salientamos que dos meninos é cobrado para serem durões, a não chorarem, não demonstrarem sentimentos. Das meninas para serem meigas, delicadas, cordatas, ou seja, tanto os meninos quanto as meninas aprendem responder a uma demanda social e cultural, a se comportarem de acordo com atitudes específicas. E, desde a Educação Infantil, formas de viver o masculino e o feminino muitas vezes seguem estereótipos criados pela sociedade e reafirmam o que é certo e errado, quase sempre não problematizando conceitos/preconceitos.

O dia a dia das crianças: brincadeiras dirigidas e brincadeiras livres

Ao adentrarmos no cotidiano da turma Pré I Matutino, pudemos observar a postura da Professora Ana com as crianças, quando esta separava as meninas dos meninos e, em algumas situações, vigiava as atitudes dos pequenos. As filas de meninas e meninos estavam presentes no dia a dia e em diversos momentos surgiu a questão de que menino não chora e a menina tem que ser dócil e não pode bagunçar.

No desenrolar de algumas brincadeiras notamos que também as crianças, às vezes, separavam as atividades de meninos e meninas. Mas em outros momentos brincavam juntas sem qualquer distinção. Também apresentavam falas sobre o que os meninos e as meninas podem fazer ou não, como essa situação por nós presenciada:

A professora deu para as crianças massa de modelar, quando brincaram todas juntas sem restrição. Vitor fez uma “cobra” e saiu mostrando para as meninas e todas elas gritaram:

-Aii, uma cobra... Ai, ai!

Vitor: - Olha eu pego ela na mão, eu posso! (Diário de Campo, 06/03/12).

No transcorrer da atividade percebemos que Victor brinca com as meninas sem separação, mas no momento que ele faz a cobra de massa de modelar, assusta as meninas e ainda diz que ele pode pegar, mostrando superioridade e fazendo um discurso, provavelmente aprendido, no qual diferencia ações de meninas e de meninos. Ele fala, com ar superior, que elas não poderiam pegar o animal, mas que ele como homem poderia tomar tal atitude.

Outros casos ocorreram com a brincadeira livre, como as de fazer comidas, brincar de casinha, papai e mamãe, que seguindo os padrões esperados e naturalizados

seria uma ação de meninas, mas que no dia a dia da nossa observação se apresentaram de forma diferente:

As crianças foram ao parque de areia depois que todos arrumaram a sala. Everton e Malu fizeram bolo de areia e brincaram de comidinha. Pedro: - Deixa eu trazer um peixe para brincar também?

Ele trouxe uma folha de árvore bem grande dizendo que era o peixe e começou a brincadeira de fazer comidas e bolos (Diário de Campo, 06/03/12).

As crianças brincam em um espaço do CEIM, no qual foi organizado um local com vários brinquedos, uma mini cozinha, ursos, tapetes e o cantinho da leitura. Alice, Ailton, Anny, Sara, Nadir e Pedro brincam no fogão, fazem comidinha. Ailton busca água para fazer um “suco”, dão um pouco a cada criança, Sara diz:

-Toma um pouquinho do suco, tá gostoso.

As meninas e os meninos brincam juntos de fazer comida e servir aos colegas (Diário de Campo, 09/04/2012).

O próximo trecho do diário de campo vai trazer o caso da força esperada dos meninos, de como resolvem os problemas, e de uma suposta necessidade por parte das meninas de depender de um homem para resolver os conflitos para elas:

Laisa brinca no escorregador com Nadir, André pega um balde com areia e joga em Laisa, ela chora e reclama para a professora:

- Ele jogou areia em mim, eu vou ficar suja agora!

A professora não fala nada, Laisa vai até Victor:

- Victor o André “bateu” em mim, vai lá brigar com ele?

Victor: - Ta! Pega meu chinelo lá.

Quando a professora interrompe e diz que não é para brigarem (Diário de Campo, 20/03/2012).

Alguns comportamentos da Professora Ana também nos mostraram uma divisão entre os gêneros. Percebemos que por mais que ela se atentava, principalmente devido a nossa presença, acabava determinando o comportamento para meninas e meninos:

A professora Ana leva uns brinquedos de seus filhos para as crianças brincarem na sala, a maioria dos brinquedos era carrinhos, bolas e super-heróis, Victor diz:

- Olha brinquedos de meninos, e as meninas tia, vão brincar com o que?

Professora: - Se os meninos deixarem elas também podem brincar com esses brinquedos, eu não tinha nada de menina na minha casa, mas semana que vem vou trazer umas maquiagens minhas (Diário de Campo, 27/04/2012).

Como vemos a Professora Ana separou e classificou a brincadeira das crianças, quando disse que as meninas não podiam brincar com as bolas e carrinhos e que ela iria trazer umas maquiagens para elas.

Reforçando um conceito de que as meninas são frágeis e delicadas temos a seguir o registro de outra situação observada no cotidiano das crianças:

Elas brincam no pátio antes do almoço, sobem na grade, correm, quando Victor senta em cima de um balde e diz para todos obedecê-lo. Ana, João, Ailton ficam ao redor dele, quando a professora interfere: - Ana sai daí, olha só você de menina daqui a pouco alguém te bate e você fica chorando, vem brincar com as meninas aqui que estão quietas! (Diário de Campo, 17/04/2012).

Em outra situação ficou evidente, pela atuação da Professora Ana, um aspecto importante sobre as habilidades das crianças. Foi vivenciada na sala a máxima de que as meninas fazem desenhos e pintam melhor do que os meninos. A Professora teve a seguinte atitude em relação ao comportamento de duas crianças:

Na atividade de registro a professora separou as crianças em mesas de meninos e meninas, para fazerem uma pintura de um coelho de páscoa. A maioria das crianças já havia terminado a pintura e estava brincando com peças de montar, quando Flávio chama Ana e pede para que ela pinte o seu desenho. A professora vê e não fala nada, quando a menina termina e entrega para a professora ela diz: - Que lindo Fábio! Foi você que pintou?

Fabio: - É, É Foi ela tia. Eu não sei pintar e as meninas pintam mais bonito.

Professora: - Há tá, verdade! (Diário de Campo, 16/04/2012).

Em outros momentos de brincadeiras livres as crianças revelaram alguns comportamentos nos quais aconteceu a distinção entre os gêneros. A turma observada possuía poucos meninos, mas os que estavam presentes representaram com alguns gestos e atitudes essa separação, por nós entendidas como construídas fora e também dentro da instituição:

Rita pegou uma flecha e estava tentando descobrir como brincava. Everton pega o brinquedo dela e diz:

- Esse aqui "é de menino", você não pode brincar! Me dá aqui!

Rita chora e vai reclamar para a professora, que briga com Everton e o faz devolver a flecha. Dizendo que os brinquedos são para todos (Diário de Campo, 19/03/2012).

As falas e atitudes das crianças durante as brincadeiras demonstraram, em diversos momentos, que assim como a Professora as vigiava elas também apresentavam atitudes de vigilância, de cobrança entre o grupo, comportamentos construídos, no nosso entendimento, não apenas na instituição escolar, mas também modelos vistos em diferentes instâncias sociais:

Na ida ao parque de areia, a professora distribui os baldes entre as crianças, Alice vai para a gangorra e chama Aline, Carol chama Bruna e também vão brincar. Anny chora porque ficou sozinha, vai até a gangorra e chama Suzi que não aceita brincar com ela, chama Everton que também não aceita, Anny diz: - Porque ninguém quer brincar comigo? Eu quero brincar! Porque ninguém quer brincar comigo?. Alice responde: - Porque você sempre chora e fala muito alto (Diário de Campo, 28/03/2012).

No excerto apresentado acima podemos ver a questão da mulher como sexo frágil, quando as meninas não podem ter comportamentos exagerados, sempre seguindo o padrão de meiguice e delicadeza. Também observamos uma atitude de uma das crianças da turma cobrando de outra criança comportamentos a serem seguidos como certos:

Durante a atividade livre na sala de aula, as meninas se juntam em um canto e brincam de escolinha, Vivian sai de perto das meninas, pega um pouco de massa de modelar e joga algumas no chão, quando Alice vê e a repreende: - Para com isso menina, vai sujar toda a sala, que coisa feia uma menina de 4 anos fazendo essas coisas, não pode! (Diário de Campo, 26/03/2012).

Em uma atividade livre no pátio da instituição um dos meninos brinca com objetos de cozinha distraidamente quando um colega se aproxima e o repreende por aquela brincadeira e o chama para realizar outra atividade:

João brincava no pátio com um fogão. Pegou algumas panelinhas, colocou areia dentro e ficou “cozinhando” sozinho durante um bom tempo, quando Victor chega perto e diz: - João você está cozinhando? Isso é coisa de menina, vamos lá jogar bola? (Diário de Campo, 19/03/2012).

Percebemos que Victor apresenta um gosto maior pela atividade de bola e faz com que o colega também pratique esse esporte, influenciando e dizendo que a brincadeira que estava realizando não era própria para os meninos.

As crianças, em determinados momentos, apresentaram também fazeres distintos para masculinidade e feminilidade. Poderemos ver nas brincadeiras a seguir, além do poder do homem em relação à mulher, mais um exemplo de que desde muito novas as crianças representam a diferenciação dos trabalhos dos diferentes sexos e, também, a questão de subordinação das meninas em relação aos meninos:

Victor e Rita brincam juntos no parque de areia, sentados no mesmo balanço, quando Victor diz: -Você vai ser minha namorada, é que eu preciso cuidar de você. Ailton vai até lá e empurra Rita, Victor fica muito bravo e bate no colega e diz: - Para! Não pode bater nela, ela é “minha”! (Diário de Campo, 20/03/2012).

As crianças saem para o pátio para brincarem, juntos fazem uma casinha e brincam de fazer comidinha. Victor se coloca como o pai: - Eu sou o pai e mando aqui!,

Alicia: -E eu sou a mãe, e vou limpar a casa!

Victor: - Ana e João são os filhos e se fizerem bagunça vão apanhar! (Diário de Campo, 23/03/2012).

As meninas são ensinadas e preparadas para ser obedientes, calmas, a ter mais cuidado com as coisas e percebemos que quando esse aspecto não é seguido elas são repreendidas. Em uma manhã, na instituição Alfa, a Professora demonstra no momento da brincadeira que as meninas deveriam realizar uma atividade mais calma, pois o jogo de futebol dos meninos não seria apropriado para as mesmas:

As crianças brincam no pátio da instituição, a professora disponibiliza apenas uma bola para os meninos, Victor fala que é para chutarem a bola para ele e que ele vai decidir para quem chutar. As meninas nem falam nada sobre a bola. A professora diz:

- Meninas sentam ali no canto e ficam torcendo pelos meninos, ou vão correr lá do outro lado!

Algumas meninas saem e as outras ficam sentadas quietas (Diário de Campo, 27/03/2012).

Em algumas atitudes e falas da Professora da turma, percebemos que ela discrimina as meninas, as rebaixando. Os meninos sempre possuem um melhor rendimento em todos os aspectos e quando eles não alcançam esse patamar, as críticas são feitas em comparação com as meninas, como se a mulher fosse pior.

Com o término das atividades realizadas pelas crianças, a maioria já havia terminado e Everton ainda estava desenhando, quando a professora o repreende:

- Todo dia Everton você fica por último, nunca faz nada, olha “até” as meninas já terminaram (Diário de Campo, 13/04/2012).

No momento da Educação Física foi possível observarmos que a Professora não separou as meninas e os meninos, buscou interação entre os mesmos, apoiando as meninas com a atividade de bola e os meninos na brincadeira de pular corda.

Na aula de Educação Física as crianças vão para o pátio e brincam de corre cutia com a Professora. Sentam no chão, correm, brincam juntos. Na hora de entrar para o almoço a Professora diz: - Hora do almoço, vamos lavar as mãos e sentar lá na mesa, não precisam fazer filas, só não podem correr (Diário de Campo, 26/04/2012).

Evidenciamos, também, que em outros momentos a Professora de Educação Física teve uma atitude diferente da Professora Ana, pois não interferiu em como as crianças iriam para a mesa, separados ou não por filas distintas e interagiu com todos durante as atividades, incentivando meninas e meninos a participarem, indistintamente, de todas as brincadeiras.

A partir dessa observação analisamos que cada profissional tem seu modo de trabalhar e faz com que as diferenças ocorram ou não no dia a dia, e que a instituição pode contribuir para desconstruir preconceitos ou reproduzi-los.

Algumas considerações

Em nossa pesquisa foi possível perceber que as crianças, desde muito pequenas, já trazem consigo estereótipos do que é mais adequado para cada gênero, apontando que tais conceitos são aprendidos desde a mais tenra idade. Verificamos na rotina da instituição modos de ser e agir das crianças e profissionais que reproduzem relações hierárquicas, mas outras em que estas são contestadas.

Como apontamos no início do artigo, ser menino e ser menina não é apenas uma construção biológica. As crianças são seres sociais, culturais, históricos e cidadãos de direitos. Importante salientar, portanto, que ações, falas e silêncios produzem relações de gênero. Então, os adultos envolvidos no trabalho com meninas meninos na Educação Infantil necessitam promover debates e discussões, problematizando com as crianças a temática do nosso estudo, propiciando a elas significar/ressignificar conceitos e concepções

Referências

BRUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e Cultura*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, v. 20).

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Universidade de São Paulo (USP). *Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero, Sexualidade e Currículo. Gênero e sexualidade na educação escolar. In: *Salto para o Futuro: Educação para igualdade de gênero*. Brasil-MEC. Ano XVIII, Boletim 26, novembro de 2008.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. *Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão*. In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SARMENTO, Manuel. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEMÓRIA, ESPORTE, FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

Natanael Vaz Sampaio Junior¹

Felipe Eduardo Ferreira Marta²

Resumo: O presente texto objetiva estabelecer reflexões sobre o esporte, enquanto elemento que norteia à formação profissional em Educação Física, tendo como lócus de pesquisa o município de Jequié-BA a partir década de 1990. Nesse sentido, utilizaremos neste estudo a História Oral enquanto procedimento, onde acessaremos à oralidade e a memória dos atores sociais. Todavia, tal estudo trata-se de um primeiro ensaio de pesquisa, quando pretendemos nos aproximar de outros profissionais de Educação Física.

Palavras-chave: Memória. Educação Física. Esporte.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo estabelecer reflexões acerca do objeto esporte, enquanto elemento que norteia à formação profissional e o currículo em Educação Física. Nesse sentido, acreditamos ser oportuno discutir alguns aspectos que nos permitirão entender de maneira lacônica como foi constituída a trajetória do esporte enquanto elemento da cultura corporal de professores de Educação Física. Buscamos compreender através da memória destes profissionais, a influência que o esporte exerceu sobre suas escolhas.

Que memória traz o professor de Educação Física sobre o esporte? De que maneira o esporte moderno influenciou sua formação profissional?

Na tentativa de responder tais questionamentos, trabalhamos com a hipótese de que o esporte tem cumprido o papel de elemento norteador para a formação profissional e para o currículo em Educação Física.

Dessa maneira, destacamos que este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, pautado na História Oral. Utilizamos a História Oral, por entender que ela possibilitará o acesso à oralidade e a memória de diferentes atores sociais. Para esta comunicação, estabelecemos como lócus de pesquisa a DIREC 13³, mais especificamente o município de Jequié-BA a partir década de 1990. A escolha deste período está relacionada com o momento em que se começa a assistir a um aumento no número de professores de Educação Física com nível superior atuando nas escolas públicas estaduais do município.

Partimos do ponto de vista de um depoente, professor de Educação Física, lotado em um colégio da rede pública estadual, que narrou sua história de vida, permitindo-

¹ Mestrando em do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: sampaiod@ig.com.br

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais (DCN) e docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: fefmarta@gmail.com

³ DIREC 13– refere-se à sigla dada a Diretoria Regional de Educação, tendo como sede da 13ª regional o município de Jequié/Bahia.

nos pontuar de forma empírica algumas categorias de análise no decorrer da entrevista. Categorias que nortearam o desenvolvimento deste estudo.

Todavia, vale ressaltar, que este é um primeiro ensaio de uma pesquisa mais ampla onde realizaremos a aproximação junto a um universo maior de profissionais de Educação Física. Consequentemente, as experiências e memórias individuais desse depoente, nos traz valiosos indícios a respeito do impacto que o esporte exerceu em sua formação e atuação profissional, contudo, não obstante, a riqueza de tais informações, estamos atentos ao fato de que as considerações deste primeiro ensaio não podem ser generalizadas.

Esporte: um fenômeno em discussão

As discussões a respeito do esporte moderno perpassam por uma compreensão do período em que se originou este fenômeno. É oportuno compreender o esporte enquanto um elemento da cultura corporal surgido em meio à efervescência dos movimentos europeus que demarcaram a modernidade, em meados do século XVIII e XIX. Trata-se, portanto, de um fenômeno que assumiu características competitivas, próprias dos movimentos que marcaram este período (BRACHT, 2005,13).

Significa dizer que o esporte praticado naquele período começa a apresentar uma série de características que possibilitaram identificar e diferenciá-lo das práticas encontradas em civilizações tradicionais, com destaque para o ritmo das mudanças - que na condição moderna ocorreram com uma rapidez extrema. Assim, o esporte moderno surge consonância com as ideias que moveram esse período que foram à velocidade e a comunicação, algo que proporcionou transformações globais gerando a necessidade de refletir sobre o sistema político, ou seja, o repensar em relação à transformação de produtos e serviços em mercadorias. (HIRATA & PILATTI, 2007,1).

Dito de outra maneira, a sociedade moderna passa, a exigir certa racionalidade no modo de vida, e nessa racionalização surge o capitalismo industrial, trazendo no seu bojo o crescimento da economia através do desenvolvimento tecnológico, que influenciou e influencia no modelo de esporte contemporâneo.

Sobre este assunto, Bracht (2005,13) afirma que:

o esporte moderno resultou de um processo de modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares, cujos exemplos mais citados são os inúmeros jogos com bola, e também, de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa [...] E se intensifica no final do século XIX e início do XX.

Este modelo de esporte que se desenvolvera no Continente Europeu, inicialmente não encontrou campo fértil e propício para o seu desenvolvimento na sociedade. Contudo, a partir de sua inserção no âmbito escolar público inglês, ainda na forma de jogos populares sua disseminação aumenta. Isto devido ao fato de que nesses espaços os esportes não eram percebidos como ameaça à ordem pública.

Ou seja, é no espaço das escolas públicas que os jogos populares vão se regulamentar, assumindo aos poucos características do esporte moderno. Portanto, a cultura corporal de movimento esportivizou-se, atrelando a este, princípios que regem a sociedade capitalista industrial, como o princípio do rendimento (ibid, p. 14).

A partir disto, o esporte difundiu-se para outros países, acompanhando assim o modo de produção capitalista, que se instalou no continente europeu e na América do Norte.

No Brasil, esse modelo de esporte ganha corpo e ocupa os diferentes espaços sociais, encontrando campo fértil com a abertura dos portos na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, quando o País começou a desfrutar das novidades produzidas pelos países europeus, posteriormente pela América do Norte. Através dos portos a sociedade brasileira passa a ter contato com o mundo exterior, sofrendo assim, influências não apenas de Portugal, mais de outros países da Europa. Estas influências foram marcantes no setor econômico, com o início da industrialização, mas também, no setor educacional, através da instalação de escolas de origem europeia, oferecidas aos filhos da aristocracia. (MELO, 2001,23)

E é no campo educacional, sobretudo na escola, que as atividades esportivas foram compreendidas como excelente estratégia de controle e de adequação aos novos ritmos de vida necessários e impostos pela modernidade.

Na atualidade o esporte assume um caráter competitivo no ambiente escolar, enfatizado pelos meios de comunicação de massa, tornando-se elemento chave na conceituação e transformação deste fenômeno em um elemento da cultura popular.

A influência do esporte espetáculo é percebida claramente, quando nos aproximamos de atores sociais que vivenciaram a efervescência desse modelo de esporte nas escolas brasileiras na segunda metade do século XX. Encontramos um exemplo disto no depoimento de Luciano Meira Del Sarto⁴, ao se referir ao modelo de esporte praticado na escola: “Quando eu treinava, e ia participar dos jogos, eh..., era caráter competitivo mesmo, nós treinávamos para chegar lá no torneio, na competição que fosse e ganhar, ou seja, nós treinávamos muito com objetivo de ser o primeiro, ser o primeiro colocado, ganhar”.

Percebe-se então, que o esporte praticado no âmbito da Instituição Educacional, pode na verdade, vincular-se a uma das duas perspectivas de esporte, a do esporte de alto rendimento ou espetáculo, como foi enfatizado pelo depoente, e o esporte enquanto atividade de lazer, apesar de em sua grande maioria, a manifestação do esporte que ainda fornece o modelo para o esporte escolar é o de alto rendimento. (BRACHT, 2005, 16)

Outro aspecto interessante observado no relato do depoente, e que retrata a ênfase dada ao esporte no âmbito escolar e o caráter competitivo atribuído ao mesmo, quando se refere aos eventos em que as escolas participavam, vejamos:

Era os Jogos e Recreações. Ele., tinha o caráter competitivo, o, o, as escolas participavam, eh..., treinavam durante o ano todo pra ganhar ali, aqueles jogos era, era os jogos que ficou famo..., famoso na região, então assim, todos os alunos das escolas

⁴ Professor do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto no município de Jequié, que concedeu depoimento em 06 de abril de 2014.

queriam tá participando dele, então treinava muito pra poder participar desse, desse jogos.

Portanto, percebe-se que esse modelo de esporte foi influenciado socialmente, incorporando valores da sociedade capitalista, sobretudo, nos aspectos da produção e do rendimento. E estes valores adentraram o espaço escolar influenciando a formação profissional de nosso depoente, conforme veremos a seguir.

Formação Profissional em Educação Física: influência de um modelo de esportivização?

A busca de uma aproximação entre os currículos dos cursos que formam os docentes e a realidade social, em especial a escola, implica em uma nova postura diante do conhecimento discutido nas universidades, o que nos leva a crer que novos elementos deveriam ser fornecidos para que haja uma práxis pedagógica que permita a produção de conhecimento e sua intervenção na prática social, vinculada a uma sólida fundamentação teórica que lhes permita revelar-se na prática pedagógica e profissional.

Partindo dessas premissas, percebe-se que a formação profissional necessita ser refletida, sobretudo do ponto de vista da produção e transmissão de conhecimentos. Estes conhecimentos e as atitudes profissionais se efetuem em um longo e complexo processo educativo, onde “as demandas urgidas do chamado mundo globalizado têm refletido, no processo de formação profissional, uma série de mudanças no que tange à compreensão dos conhecimentos apropriados para a inserção do cidadão na cadeia produtiva” (FIGUEIRÊDO PRIMO, 2012, p.49)

Seguindo esta lógica, necessário se faz pensarmos na reestruturação social em face de uma estratégia de alinhamento ou enfrentamento a esse modelo social posto, em meio aos desequilíbrios que possam provocar tais mudanças, e que não se restringem a um mero processo nos modos de produzir, mas sim, apontam para reflexões sobre a produção de conhecimento científico, produzido academicamente e a realidade social.

Ao pensar no processo de formação do indivíduo, na transição entre o que se conhece e o que se pode vir a conhecer, se faz necessário refletir sobre uma série de questões que redefinem o processo de trabalho de quem, como, para quem, onde, quando e o que produzir. É neste contexto de mudanças estruturais e conjunturais que se exprimem as demandas profissionais da Educação Física e a forma como a intervenção deste profissional se dará, subsidiada pelo mercado de trabalho. Nisso:

Postula-se, assim, uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho; isto é, considera-se que a educação potencializa o trabalho. Essa perspectiva está presente também nos críticos da “teoria do capital humano”, uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, como qualificadora da mão de obra, forma de trabalho. (FIGUEIRÊDO PRIMO apud SAVIANI, 2012, p.51)

Desta maneira, a dinâmica do processo educativo em uma sociedade em transição tem influência direta nas relações que o indivíduo estabelece com seu processo de formação. No caso específico da área de Educação Física, este processo ocorreu de forma marcante por diversas influências, principalmente no início do século XX, mas não só na Educação Física, e sim, “em quase todas as áreas do conhecimento que foram objetos de políticas governamentais nessa etapa do modo de produção capitalista, é o vínculo estreito que a escola estabeleceu com o Estado ao assumir papéis relativos à normatização das relações sociais”(ibid, p.60), influenciando, sobretudo a formação do indivíduo para o mercado de trabalho, seja no campo formal, voltado para o âmbito escolar ou no campo informal, onde o profissional passa a atuar em outros espaços, possibilitando a abertura de um campo de investigação favorável a novas descobertas, e é nesse constante processo de busca que enfatizaremos a partir de então, o ato educativo de pesquisar tendo como pano de fundo o processo de formação profissional.

No depoimento cedido pelo professor Luciano Meira Del Sarto, quando nos referimos às influências que o modelo de esporte de rendimento teve na escolha de seu processo de formação profissional em Educação Física, ele diz:

Bom! Eh..., como eu falei o fato de ter sido atleta, não influenciou na minha escolha, de fazer, prestar vestibular pra o curso de Educação Física, [...] mas, a partir do momento que eu passei eh..., a minha vivência no esporte, juntou com toda questão teórica metodológica que eu aprendi na, na universidade, eu acho que a minha vivência acrescentou no, nos conhecimentos que eu passei a ter durante o curso de Educação Física.

Percebe-se que o processo histórico esportivo vivido pelo depoente não se constituiu como norte à sua escolha acadêmica e profissional, porém, possibilitou uma apreensão de conhecimento tratado academicamente de maneira crítica. É importante esclarecer que o currículo de formação do depoente, retrata um período de grande efervescência teórica na área de Educação Física no Brasil, traduzindo na formação de um currículo com um teor crítico incidindo num processo de formação descolada de política de governo ou de mercado, apesar de acreditar que a procura pela formação em Educação Física esteja atrelado ao interesse físico esportivo.

É interessante entender que ao acessar a memória do depoente, através de conversas, nos foi desvelar as experiências desse ator, bem como, o impacto que essas experiências tiveram na vida do mesmo. Fato que foi percebido quando falamos da relevância da formação acadêmica na vida profissional, nos permitindo observar pontos e contrapontos em sua narrativa, quando ele diz:

Claro! Eh..., na verdade a gente filtra, tem coisa que é interessante fazer e tem coisa que eu acho que não cabe, que fica muito na teoria e eu acho que não cabe dentro na escola, tem coisa que a gente não consegue eh..., o próprio termo, não seria efetivar, não conseguir [...], a partir das metodologias que

são aplicadas, a metodologia do esporte, metodologias do..., basquete, voleibol, handebol, natação, todas essas, nós temos ela como parâmetro, buscamos..., subsídios nessa, nessa, nessas metodologias, e a partir do que nós acreditamos, nós tentamos fazer um elo, entre o que foi visto na universidade com o que eu acredito, o que eu quero possibilitar ao meu aluno, mas a, a universidade tem papel fundamental, no caso da minha formação.

A análise deste depoimento sugere a necessidade de se repensar no processo de formação profissional dos professores de Educação Física, permitindo-nos refletir sobre o currículo de formação, que muitas vezes apontam para uma formação acrítica de tais profissionais, refletindo no despreparo para atuar no mercado de trabalho, muitas vezes, fruto de currículos fragmentados e desvinculados da realidade social.

Considerações finais

Este breve ensaio nos possibilitou refletir sobre o processo de formação profissional, os atores sociais envolvidos neste processo, onde acreditamos ser necessária uma aproximação entre o currículo e a realidade social, na tentativa de qualificar melhor tais profissionais, a partir de uma abordagem teórica que permita que o ato educativo de pesquisar seja constante, qualificando dessa forma, o profissional para atender as demandas sociais.

E por fim, acreditamos que o esporte se constitui com elemento importantíssimo do processo de formação profissional em Educação Física, corroborando com a hipótese ora levantada, a partir de uma abordagem do esporte numa perspectiva de superação das contradições sócio histórico que possibilite novas alternativas para transformação educacional.

Fonte Oral

Luciano Meira Del Sarto, entrevistado em 04 de abril de 2014, na cidade de Jequié-BA

Referências

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª ed. Ijuí- Rio Grande do Sul, RS: Ed. Unijuí, 2005. 136p. (Coleção educação física).

FIGUEIRÊDO PRIMO, César Pimentel. **Formação profissional em Educação Física: notas introdutórias sobre o papel docente na constituição de um currículo marginal**. In. ESPIRITO SANTO, Fernando Reis do (Org.). Educação Física: Currículo, formação e inclusão. Salvador: EDUFBA, 2012, 164p.

HIRATA, Edson; PILATTI, Luiz Alberto. **Modernidade e a Indústria do Entretenimento: O Produto Esporte Moderno**. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 104 - Enero de 2007.



MELLO, Victor de Andrade. **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.**/Maria Cecília de Souza Minayo. – 12.ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** Projeto História – São Paulo, 1997.

A DANÇA CLÁSSICA EM LONDRINA NA DÉCADA DE 1980: AS CONQUISTAS DE UMA GERAÇÃO

Patrícia Alzira Proscêncio¹

Sílvia Pavesi Sborquia²

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar e mapear a história da dança clássica na cidade de Londrina. Partiu-se da problemática sobre: quais foram as bases e fatores determinantes para o desenvolvimento da dança clássica no município? E suas influências/implicações no contexto atual? Trata-se de análise documental baseando-se em matérias jornalísticas que se reportavam à existência e o surgimento das escolas de dança clássica na cidade durante a década de 1980.

Palavras-chave: Cultura local. Manifestações populares. Dança.

Introdução

Este estudo é uma parte do Projeto de Pesquisa: “Análise sociocultural dos grupos de dança de Londrina-Pr.” Aprovado pelo Comitê de Ética: 08058. Dentre as diversas manifestações de dança identificadas no projeto, inferiu-se que o município de Londrina apresenta tradição no ensino de danças clássicas representadas por diversos grupos da cidade.

Percebeu-se que o cenário atual configuram diversas escolas de *ballet*, dentre elas a Escola de Dança do município: Fundação Cultural Artística de Londrina (FUNCART). Esta escola municipal desenvolve um trabalho com perspectivas à profissionalização, mantém ainda a Companhia Ballet de Londrina e projetos em desenvolvimento nas escolas públicas do município. Tais projetos são decorrência do processo histórico, das conquistas políticas e econômicas em que surgiram as primeiras escolas de dança na cidade.

Por conseguinte, essa pesquisa parte da seguinte problemática: quais foram as bases e fatores determinantes para o desenvolvimento da dança clássica no município de Londrina? E suas influências/implicações no contexto atual? Nosso objetivo principal foi investigar e mapear a história da dança clássica na cidade de Londrina, e ainda, compreender como surgiram as primeiras escolas de dança em nosso município e como essas se organizavam como instituições no espaço político e cultural da cidade.

A matriz teórica sobre a dança subsidiou as análises do estudo: Portinari (1989), Faro (1986), Benvesgnu (2007), Ribeiro (2010) e Xavier (2009).

Para tanto realizamos um recorte em que enfatiza a década de (1981-1990), por ser esse o período em que aqui surgiram escolas as quais se percebeu uma fomentação política, no sentido de organizar-se em busca de espaço para o desenvolvimento artístico e cultural da cidade.

¹ Mestre em Educação. Docente no Curso de Pedagogia da Faculdade Norte Paranaense – Uninorte. pproscencio@gmail.com

² Doutora em Educação Física. Docente no Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina – UEL. silviapavesi@uel.br

Esta é uma pesquisa qualitativa de análise documental. “A análise documental é um tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

O procedimento de coleta de dados foi realizado pelo Grupo de Pesquisa Gestualidade, Ludicidade e Cultura – GESLUC, constituído por nove alunos e duas professoras. A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual de Londrina, no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

O grupo fotografou as imagens sobre as manifestações de dança em Londrina-Pr dos jornais da Folha de Londrina publicados entre 1980 a 2012, totalizando mil cento e sessenta exemplares de jornais. Posteriormente, todas as imagens foram digitalizadas e tratadas. Da grande coleta dos jornais foram categorizadas as diferentes manifestações das danças. Resultando daí a constituição desta investigação sobre a coleta das manifestações da dança clássica na década de 80 do século XX. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo e as técnicas da análise temática (BARDIN, 1977). O tratamento dos dados objetivou a inferência e a interpretação dos resultados.

Discussão dos Resultados

Na década de 80 do século XX o Jornal Folha de Londrina, na maioria das edições, não apresenta o autor responsável pelas reportagens. No início da década o balé foi divulgado na programação cultural da cidade nas ocasiões de espetáculos e eventos sociais. Na segunda metade da década de 80 do século XX verificou-se que as escolas de balé da cidade ganhavam cada vez mais espaço nas edições dos jornais. Além das divulgações sobre os espetáculos, havia também, entrevistas com os profissionais que lutavam por incentivos à cultura da cidade.

Os registros jornalísticos da Folha de Londrina desse período reportam que na década de 1970, período anterior ao nosso recorte para pesquisa havia apenas três escolas de dança na cidade: Clube Alemão com Madalena Donato, o Ballet do Country Club com Pascual Benitez e o Colégio Canadá com a professora Yeda Marques Russo. Ao longo da década de 1980 outros profissionais e escolas foram surgindo. Aqueles que encontramos mencionados nos jornais foram: Ballet Country Club, Ballet Nella Hasner, Ballon Ballet, Escola Oficina de dança, Escola de Dança Adanac e a Associação de dança dos amadores e profissionais do Paraná (ADAPP), junto a estes aparece também participação de bailarinos e profissionais da área de dança do Ballet do Teatro Guaíra de Curitiba que muito contribuíram para o desenvolvimento dessa linguagem artística na cidade.

Na sequência iremos comentar a atuação dessas escolas de dança baseando-se nos dados coletados e compilados, enfatizando a figura de seus fundadores.

Escola do Ballet Londrina Country Club dirigido por Pascual Benitez, ele, nascido em Loreto, no Paraguai, estudou na Bolívia e na Alemanha. Veio para Londrina em 1969 e criou a Escola do Ballet Londrina Country Club (MILANEZ, 16 dez. 1986. Programa). Durante a década de 1980 foram vários espetáculos realizados pelo Ballet Country Club, em Londrina e principalmente no Paraguai. Levou aos palcos: bailarinos de seu corpo de baile acompanhados por parcerias realizadas com bailarinos do Guaíra (Curitiba) e outros profissionais da dança. (MILANEZ, 8 mai. 1981. Arte e Comunicação; MILANEZ, 6

mai 1982. Programa; MILANEZ, 4 out. 1984; TOLEDO, 25 ago. 1988. Caderno 2; MILANEZ, 31 ago. 1988).

Ballet Nella Hasner, professora e coreógrafa formada em Santiago do Chile chegou ao Brasil em 1972 e em Londrina em 1973, onde com a bailarina Madalena Donato diretora do corpo de balé Jovem do Clube Alemão aprendeu o método *Royal Academy of Dancing of London*. Em 1976 criou o Ballet Nella Hasner (SANTOS, 7 nov. 1986).

Em 1981 uniu-se ao Centro de Danças Adanac que já contava com 390 alunas no *ballet* clássico, *jazz* e ginástica. O objetivo era oferecer a variação e rotatividade de professores, pois a professora Yeda Marques Russo desenvolvia a técnica clássica, Nella Hasner a técnica *Royal* e a professora Inês Marques, o *jazz*. Em 1984, a nova tendência da cidade de Londrina era dançar e as academias investiam em trazer professores de fora para ministrar cursos. (NOVAES, 3 fev. 1981. Arte e Comunicação; MILANEZ, 13 set. 1984).

Foi criado em fevereiro de 1986 o grupo de Dança Londrina que iniciou os trabalhos em março e fez seu primeiro espetáculo em 10 e 11 de maio deste ano no Teatro Filadélfia. O espetáculo teve como intuito sensibilizar os órgãos culturais da cidade a reconhecerem o grupo como representante efetivo da dança londrinense, visto que a dificuldade em conseguir patrocínio existia porque a dança era considerada por muitos como supérflua e desnecessária, além da falta de empatia do público em relação à dança (*ballet*), por isso a preocupação em trazer um repertório mais popular. Convidaram para a estreia o crítico Marcos Bragatto, da Revista Dançar, que não foi totalmente favorável ao espetáculo, mas deixou seus criadores motivados para dar continuidade ao trabalho. (MILANEZ, 9 mai. 1986; MILANEZ, 9 de jul. 1986).

A Escola de Dança Centro de Artes Adanac com as irmãs: Yeda e Inês Marques que foram formadas pela escola municipal de Bailados de São Paulo. Vieram para o Paraná na década de 70, consideravam importante ter professores especializados. A profissionalização das bailarinas estudantes ainda era vista como utopia, por conta da dificuldade em empregar-se nessa função principalmente porque a Companhia mais próxima de Londrina era o Ballet do Teatro Guaíra em Curitiba. (NOVAES, 3 fev. 1981; MILANEZ, 3 jun. 1989. Caderno 2).

Foram vários os registros de espetáculos do Corpo de Baile Adanac em Londrina, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1984, a escola de dança já com 15 anos de existência foi reconhecida como oficial no Paraná pela Secretaria de Estado da Educação, que permitia formar bailarinos profissionais em dança clássica. Esteve presente na inauguração do Teatro Zaqueu de Melo em 12 de abril de 1985. Em 1988, a coreografia Taiê (criada para homenagear os 80 anos da imigração japonesa) foi premiada no Festival de Joinville como revelação criativa na categoria contemporânea e profissional. Nesse mesmo ano, o corpo de baile também se apresentou em Porto Alegre e Florianópolis (MILANEZ, 16 dez. 1981. Arte e Comunicação; MILANEZ, 6 de out. 1982; MILANEZ, 28 mar. 1982; MILANEZ, 27 jan. 1984; MILANEZ, 5 abr. 1985. Caderno 2; MILANEZ, 2 ago. 1988).

Um ano mais tarde, 1989, comemoraram 20 anos de existência, foi fundada em 1968 com o nome de Escola de Ballet Canadá, pois, funcionava em salas cedidas pelo clube Canadá. Sua história começou com uma única aluna, mas que ao final do primeiro ano já totaliza 40 alunos e em três anos, aumentou o número para 200, chegando a ter 700 alunos. Foi a primeira escola do Paraná a ter seu corpo de baile, que ficou afastado

dos palcos mais de três anos por falta de recursos, patrocinadores e público interessado. (MILANEZ, 3 jun. 1989. Caderno 2; MILANEZ, 4 ago. 1989).

Ballon Ballet e Carlos Agüero, ele, bailarino e coreógrafo argentino, graduado pelo Teatro Colon e pela Escola Belas Artes de Buenos Aires, chegou ao Brasil em 1971 e em Londrina em 1977. Atuou como bailarino e realizou adaptações coreográficas em montagens de espetáculos como “Lago dos Cisnes” e “Gisele”, transitando pelas academias da cidade. Em 1982 passou a integrar e dirigir o Ballon Estúdio de Artes de Londrina juntamente com Luiz Di Paula. Teve como uma das suas idealizações montar o Ballet de Câmara de Londrina e poder dirigi-lo, mas, não foi possível, um dos possíveis motivos era a falta de poder aquisitivo e a busca em vão de patrocinadores da iniciativa privada (MILANEZ, 11 set.1991).

Oficina de dança com os irmãos: Fátima Victor e Leonardo Victor Ramos, em 1983, fundada em Londrina a Escola de Danças Clássicas Guaíra Norte com aulas de *ballet* clássico e *jazz*, dirigida por Fátima Victor e Leonardo Victor Ramos. Mais tarde essa escola viria a se chamar Escola Oficina de Dança e, também, formaram o Grupo de mesmo nome em maio de 1984, composto por alunos em estágio avançado e professores da Escola Guaíra-Norte, um trabalho amador com vistas à profissionalização (MILANEZ, 28 jun. 1985. Caderno 2).

Nas reportagens encontradas, junto à divulgação dos espetáculos realizados há sempre menção às dificuldades de se conseguir patrocínio para os grupos de dança e também quanto a falta de espaços culturais na cidade. (MILANEZ, 31 out. 1986; MILANEZ, 20 jul. 1988; MILANEZ, 13 dez. 1988. Caderno 2).

Associação de dança dos amadores e profissionais do Paraná (ADAPP) teve seus registros aparentes na imprensa nos anos de 1985 e 1986. Foi criada em 1985, com sede em Londrina, reunia profissionais da dança de todo o Estado do Paraná. Durante os anos de sua existência esteve ligada à busca de reconhecimento e valorização do profissional que atuava na área de dança no Estado. Reuniam-se diretores de grupos de dança da região para discutir a falta de apoio, espaços para apresentações e investimentos culturais por parte dos governos para a dança no Paraná, na tentativa de buscar soluções para esses problemas. Os principais registros abordam a sua ação em trazer profissionais da área da dança para Londrina para ministrar cursos e integrar grupos e escolas de dança da região (MILANEZ, 2 ago.1985. Caderno 2; MILANEZ, 15 out. 1986. Programa).

Considerações finais

De acordo com a reconstrução histórica realizada por meio das reportagens verificamos que na década de 1970, período anterior ao nosso recorte para pesquisa havia apenas três escolas de dança clássica em Londrina. Na década de 1980 outros profissionais foram surgindo e consequentemente outras escolas, a maioria, advindas dessas escolas matrizes que foram atraindo outros profissionais de dança para a região.

Percebemos ainda que em vários momentos esses profissionais uniram-se em prol da divulgação e ampliação da dança na cidade. Durante esse período embora a dança fosse muito procurada, as escolas e grupos enfrentaram muitas dificuldades em relação à necessidade de espaços para realizar apresentações, por exemplo, a implantação de um centro cultural para a cidade e maior utilização do Teatro Ouro Verde, além da falta de patrocinadores para os eventos culturais. Outro fator também

observado foi quanto à população londrinense não estar muito acostumada a assistir espetáculos de dança, o que por sua vez, tornava ainda mais urgente: propostas que contribuíssem para a formação de plateia e enriquecimento cultural da população.

Com esses propósitos, os profissionais da área de dança da cidade começaram a unir-se e buscar alternativas que pudessem viabilizar recursos para movimentar a vida cultural local. Inclusive, com intuito de que a mesma tivesse também perspectivas de profissionalização e não fosse realizada apenas em nível amador. Verificou-se uma participação ativa de profissionais do Ballet Teatro Guaíra durante toda a década, nesse movimento, pois estavam sempre presentes na cidade de Londrina, atuando como bailarinos, coreógrafos e professores, ofertando assim renomada contribuição à dança londrinense.

Finalizamos, inferindo que a realidade atual vivenciada pela cidade de Londrina, em aspectos culturais e especificamente na questão da dança, teve suas raízes, nas décadas de 1970 e 1980. Podemos dizer que hoje há uma gama de profissionais na cidade que fazem com que a cultura local se movimente, embora ainda enfrentemos o grande problema da falta de espaços adequados para as apresentações e espetáculos. Principalmente após a perda do Teatro Ouro Verde, em que a situação veio a se agravar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENVESGNU, M. **Reflexões sobre uma crítica de dança**: O Balé da Cidade de São Paulo na visão dos cadernos culturais da Folha de S. Paulo e de O Estado de São Paulo. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

FARO, A. J. **Pequena história da dança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

PORTINARI, M. **História da dança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

RIBEIRO, L. G. **Breves danças à margem**: A constituição de uma história artística da dança em Goiânia (1982-1986). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, R. F. **O (não) lugar da dança na imprensa e nos acervos públicos da cidade de São Paulo**: um estudo sobre as ambivalências da memória e da documentação. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009

REFERÊNCIAS DOS JORNAIS

MILANEZ, J. Espetáculo do Balé Country Club. **Folha de Londrina**. Londrina, 8 de mai de 1981. Arte e comunicação. p.13.

_____. Coppélia no Ouro Verde. **Folha de Londrina**. Londrina, 16 de dez de 1981. Arte e Comunicação. p.13.

_____. Adanac dança em SP. **Folha de Londrina**. Londrina, 28 de mar de 1982. p.15.

_____. Balé do Country no Filadélfia. **Folha de Londrina**. Londrina, 6 de mai. de 1982. Programa. p.14.

_____. Só Brasil. **Folha de Londrina**. Londrina, 6 de out de 1982. Programa. p. 14.

_____. Dança. **Folha de Londrina**. Londrina, 27 de jan de 1984. Programa. p. 15.

_____. A explosão da dança. **Folha de Londrina**. Londrina, 13 de set. de 1984.

_____. Nossa dança no Japão. **Folha de Londrina**. Londrina, 4 de out. de 1984. p. 16.

_____. Festa: a cidade ganha um novo teatro. **Folha de Londrina**. Londrina, 5 de abr de 1985. Caderno 2. p. 14.

_____. Oficina de dança mostra seu trabalho de hoje a domingo no Zaqueu de Melo. **Folha de Londrina**. Londrina, 28 de jun de 1985. Caderno 2. p. 11.

_____. Dança clássica: Adapp traz Jair Moraes para ministrar curso em Londrina. **Folha de Londrina**. Londrina, 02 de ago de 1985. Caderno 2. p. 14.

_____. Novos passos. **Folha de Londrina**. Variedades. Londrina, 9 de mai de 1986. Caderno 2. p. 18.

_____. Dança Londrina. **Folha de Londrina**. Londrina, 9 de jul de 1986. Programa. p. 13.

_____. Encontro de dança: dois dias de muito balé norte paranaense no Ouro Verde. **Folha de Londrina**. Londrina, 15 de out de 1986. Programa.

_____. Parece que é assim. **Folha de Londrina**. Londrina, 31 de out de 1986. p. 16.

_____. Natal de ontem e hoje. **Folha de Londrina**. Londrina, 16 de dez de 1986 p.15.

_____. Adanac: prêmio no Festival. **Folha de Londrina**. Londrina, 2 de ago de 1988. p. 17.

_____. Dançando de porta em porta. **Folha de Londrina**. Londrina, 20 de jul de 1988. p. 15.

_____. Gisele. **Folha de Londrina**. Londrina, 31 de ago de 1988. p.13.

_____. Em ação as sapatilhas do Oficina. **Folha de Londrina**. Londrina, 13 de dez de 1988. Caderno 2. p. 17.

_____. Adanac, 20 anos na dança. **Folha de Londrina**. Londrina, 3 de jun de 1989. Caderno 2. p. 19.

_____. Inéditos do Adanac no Ouro Verde. **Folha de Londrina**. Londrina, 4 de ago de 1989. Caderno 2. p.21.

_____. Carlos Agüero. **Folha de Londrina**. Londrina, 11 de set de 1991. Caderno 2. p. 5.

NOVAES, D. O pas-de-deux de duas escolas. **Folha de Londrina**. Londrina, 3 de fev de 1981. Arte e Comunicação. p. 13.

SANTOS, Z. Acertando o passo. **Folha de Londrina**. Londrina, 7 de nov de 1986.

TOLEDO, M. C.A união faz Giselle. **Folha de Londrina**. Londrina, 25 de ago de 1988. Caderno 2. p.13.

UM CORPO PERFEITO CARREGADO DE HONRA E NOBREZA: O CAVALEIRO IDEAL SOB A ÓTICA DE RAIMUNDO LÚLIO EM O LIVRO DA ORDEM DE CAVALARIA.

Paula Carolina Teixeira Marroni¹
Terezinha Oliveira²

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar o cavaleiro ideal sob a ótica do monge medieval Raimundo Lúlio (1232 – 1316) no *Livro da Ordem de Cavalaria*. Sua perspectiva de análise agrega características importantes no plano físico e no plano moral, somadas ao amor e temor a Deus. Partindo do referencial da História Social, elegemos o século XIII e o espaço convencionado como Europa Ocidental para a análise, que revela que o monge não isola as características de habilidades físicas de todas as outras.

Palavras-chave: Raimundo Lúlio, cavalaria, corpo.

Este estudo objetiva apresentar o cavaleiro ideal sob a ótica do monge medieval Raimundo Lúlio (1232 – 1316), autor da obra *O Livro da Ordem de Cavalaria*³ (1279 – 1283). De acordo com o autor, o cavaleiro ideal deveria possuir duas características importantes: a) no plano físico, um corpo adequado para a função; b) no plano moral, as virtudes importantes para o convívio em sociedade, entendendo-o como um modelo de conduta social. Destacamos uma terceira característica também importante, que é o amor e temor à Deus, para que este atue na defesa da fé cristã.

Tomamos como referencial teórico a História Social. Para isso, definimos o recorte temporal do século XIII e, nesse sentido, o contexto da época é relevante para a compreensão da obra em questão. Nesse período, segundo Oliveira (2007), o renascimento das cidades, a intensificação do comércio, as navegações, entre outros acontecimentos, auxiliaram para que novas relações se apresentassem na sociedade. Acerca da História Social, Castro (1997) aponta que a historiografia e história da educação convencional limitavam-se, antes da década de 1960, a descrever os fatos. Em meados dos anos 60, em meio a tentativas de rupturas, novas perspectivas para a história e historiografia da educação emergiram. Estas perspectivas ocorreram de forma a mudar a concepção positivista de história e sugerir o que conhecemos hoje por História Social. Este percurso advém da revolução documental pela qual a constituição da história, enquanto disciplina, passou desde o fim do século XIX e início do século XX. Uma destas expressões de ruptura com a perspectiva tradicional é o movimento dos *Annales* (1929) conduzido por Bloch e Febvre, que se abria às demais ciências humanas e possibilitaria um aperfeiçoamento metodológico que ao mesmo tempo alargava as possibilidades de objetos de estudo e interesses históricos.

¹ Aluna de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação – PPE/UEM – GETSEAM – CAPES - paulamarroni@gmail.com

² Professora do Programa de Pós Graduação em Educação – PPE/UEM – GETSEAM – CNPQ – teleoliv@gmail.com

³ A obra usada para este texto refere-se à tradução brasileira do Livro da Ordem de Cavalaria, realizada em 2000 por Ricardo da Costa, em edição bilíngue (catalão arcaico e português brasileiro), sob supervisão do Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio e por este motivo, as citações do Livro da Ordem de Cavalaria serão aqui consideradas com a data da tradução, bem como a página da edição brasileira

Ao tratar da importância de qualidades como a nobreza e a honra para além das capacidades físicas necessárias para a função da cavalaria, destacamos a proposta de Lúlio para a educação pelo exemplo de conduta. Entendemos a educação como um processo contínuo da vida e que se realiza por meio das relações estabelecidas na sociedade. Ao considerar a educação por esse viés e não somente no seu aspecto formal, é possível compreender que uma das formas de educação pode se dar por meio de modelos de conduta.

Acreditamos, portanto, que modelos de conduta podem educar de diversas formas, evidenciando, por exemplo, características comportamentais importantes em uma sociedade em uma determinada época. Por esse motivo, esse estudo considera o cavaleiro medieval como um modelo de conduta para a sociedade do século XIII. Arias (2010) assinala que, em geral, a imagem da cavalaria medieval apresentada é composta por um grupo de elevada conduta moral e ética, que protege os fracos e oprimidos e fiéis ao seu rei.

O cavaleiro medieval e suas características foram objeto de reflexão de Raimundo Lúlio, que, para Zierer (1998), elaborou sua teoria para a educação do cavaleiro medieval por meio de um manual.

Raimundo Lúlio viveu de 1232 a 1316 e foi pagem e senescal do filho de Jaime I, rei de Aragão. Segundo informações biográficas, publicadas na *Vida Coetânea* (1311)⁴, Lúlio pertenceu à corte de Maiorca e era de família cristã e, segundo Eco (2001), convivia com muçulmanos e judeus. A influência que sofreu da convivência com diferentes culturas foi, para Silva (1997), responsável pela universalidade de sua obra. Este aspecto tornou-se mais evidente quando, aos 32 anos, converteu-se ao catolicismo de uma forma mais profunda.

Segundo narra em *Vida Coetânea*, sua conversão deu-se após receber cinco visões de Cristo crucificado quando escrevia canções em língua vulgar para uma amante. A partir daí, Raimundo Lúlio seguiu sua vida como monge, missionário e pensador da sua época. O autor escreveu mais de 240 obras sobre diferentes temas, mas todos permeados pela importância da fé católica, a compreensão das dignidades oferecidas aos homens e a virtude.

O *Livro da Ordem de Cavalaria* é uma destas obras. Ela possui um *Prólogo*, escrito em forma de narrativa e, em seguida, sob a forma de manual, sete capítulos contendo regras a respeito da educação cavaleiresca. O *Prólogo* constrói uma história que justifica toda a obra. Nela, um ex-cavaleiro, já idoso, e um jovem escudeiro, aspirante à cavaleiro, conversam a respeito do ofício do cavaleiro. Durante a conversa, o jovem demonstra não conhecer o que o velho considerava a real função da cavalaria, bem como as características que um cavaleiro deve possuir. Para explicar estas regras ao jovem escudeiro, o velho entrega um livro, que é o próprio livro da ordem de cavalaria, revelando indícios de intertextualidade.

⁴ *Vida Coetânea* é uma obra de 1311, escrita pelos monges da Ordem Cartuxa de Valverde, que teria sido ditada pelo próprio Raimundo Lúlio. Para Reboiras (1987), independentemente do discurso refletir normas cultas do latim que não se repetem em outras obras de Lúlio, fato que poderia tornar questionável a autoria de Lúlio para a obra, detalhes de sua vida são descritos de forma que a obra só pode ter sido ditada e encomendada pelo próprio Lúlio a um monge, cinco anos antes de sua morte. Reboiras (1987) aponta ainda que Lúlio, ao escrever esta obra, demonstra justificar suas ações como parte de um projeto de vida missionária. A obra é comumente utilizada como fonte a respeito de detalhes da vida de Raimundo Lúlio após sua conversão.

A obra segue, nos capítulos seguintes, explicando a origem e função da cavalaria. Ao apresentar, no primeiro capítulo, o início da cavalaria, Lúlio (2000) afirma que, em razão do menosprezo à justiça e da escassez de caridade na sociedade da época, era necessário um modelo a ser seguido:

De todo o povo foram divididos em grupos de mil, e de cada mil foi eleito e escolhido um homem, mais amável, mais sábio e leal e mais forte, e com mais nobre coragem, com mais ensinamentos e bons modos que todos os outros. (LÚLIO, 2000, p.13).

A passagem demonstra a importância da cavalaria na sociedade do século XIII. A Ordem devia ser composta pelos melhores, tanto que seus membros eram os escolhidos entre mil homens, ou seja, um a cada mil homens tornava-se cavaleiro, escolhido por sua nobreza e coragem, unido ao melhor dentre todos os animais, o cavalo. Entre as atribuições que Lúlio (2000) apresenta, com mais ênfase, no segundo capítulo, destaca-se a importância de levar a fé de Deus aos infiéis – a religião cristã – e proteger os mais fracos, além de servir de inspiração para a sociedade.

No terceiro capítulo, Lúlio (2000) passa a tecer considerações a respeito de como deve ser o exame a que é submetido o escudeiro que pretende entrar para a cavalaria⁵. Pelo destaque que Lúlio (2000) aponta à reflexão sobre suas responsabilidades, mesmo que se trate do processo de avaliação do escudeiro, entendemos aqui que as características a serem avaliadas são importantes para a compreensão da característica de unir o corpo ideal com as virtudes. O capítulo intitula-se *Do exame do escudeiro que deseja entrar na Ordem de Cavalaria*.

Para discorrer sobre o processo, o autor considera a importância de um bom examinador. Este é definido por ele como um cavaleiro que se preocupa com a qualidade dos futuros cavaleiros. Para Lúlio (2000), o examinador tem que amar a Ordem de Cavalaria, pois alguns preferem a quantidade e não a qualidade dos cavaleiros. Em seguida, o examinador deve perguntar por que o escudeiro deseja ser cavaleiro e se este ama e teme a Deus. Para Lúlio (2000), esta é a fase mais importante, cuja resposta pode ser determinante para todo o processo, pois, se o cavaleiro não ama e teme a Deus, não há motivo para entrar na cavalaria, uma vez que a função destes homens, para o autor, era defender a fé católica e lutar por Deus.

No plano material, Lúlio discorre sobre a importância de possuir os equipamentos (cavalo e armas) necessários para o ofício. Em geral, para possuí-los era necessário fazer parte de uma família aristocrata, uma vez que se tratava de materiais bastante custosos para a época.

Ao tratar sobre questões relacionadas ao corpo, Lúlio destaca a importância de uma idade conveniente, nem jovem demais que não possa ter experiência de vida e

⁵ Uma análise sobre o capítulo referente ao ingresso do escudeiro que pretende ordenar-se cavaleiro foi desenvolvido no trabalho “A formação do cavaleiro pelo Livro da Ordem de Cavalaria, de Raimundo Lúlio”, por Paula Marroni e Terezinha Oliveira no III Encontro da Abrem Centro-Oeste e I Seminário Internacional de História Medieval (UEG/UFG/PUC – GO) – História, Política e Poder, de 9 a 11 de abril de 2014, em Goiás (GO). Algumas discussões são aqui retomadas por tratarem, especificamente, da atenção que Lúlio oferece aos aspectos relacionados ao corpo e idade do aspirante a cavaleiro.

aprendizado, nem velho demais que não tenha força física para o exercício de suas funções:

Assim como no meio está a medida da virtude e seu contrário está nos dois extremos, que são vício, assim a Cavalaria está na idade que convém ao cavaleiro, porque se assim não fosse, seguir-se-ia que a contrariedade haveria entre meio e Cavalaria, e se assim fosse, virtude e cavalaria seriam contrárias. (LÚLIO, 2000, p. 55).

Além da idade, o corpo deveria responder à necessidade de vigor físico que a Ordem requeria. Portanto, qualidades corporais relacionadas ao vigor parecem ser características importantes para o cavaleiro sob a ótica de Raimundo Lúlio:

Homem aleijado ou gordo e grande, ou que possua outro defeito em seu corpo pelo qual não possa fazer uso do ofício de cavaleiro não deve estar na Ordem de Cavalaria; porque vileza é da Ordem de Cavalaria receber homem que seja debilitado, corrompido e incapaz de portar arnês (LÚLIO, 2000, p.63)

Lúlio (2000) salienta, ainda, que a questão do corpo é tão importante à Ordem de Cavalaria que nem mesmo a riqueza, nem a nobreza de coração, nem a linhagem são suficientes se o pretendente a cavaleiro não for fisicamente capaz dos trabalhos da Ordem. Por outro lado, de nada adianta um corpo preparado para as funções de cavalaria, com força e agilidade suficientes, sem a fé e a consciência de sua função de exemplo perante os homens com quem convive. Menos ainda interessa a Lúlio (2000) que o cavaleiro busque na Ordem exaltar seu corpo ou preocupar-se somente com sua boa aparência. Para ele, o ofício convém mais à virtude da alma do que à natureza do corpo. Observamos, portanto, a necessidade de que estas características complementem-se.

Após as considerações sobre as habilidades físicas do cavaleiro, Lúlio passa a considerar a necessidade da nobreza e da coragem. Afinal, a função do cavaleiro é muito importante para que este tenha escolhido ser cavaleiro somente pelo *status* que esta posição lhe conferiria na sociedade:

Deveis saber por qual intenção o escudeiro tem vontade de ser cavaleiro; porque se quer Cavalaria para ser rico ou para senhorear ou para ser honrado, sem fazer honra à Cavalaria, nem honra os honrados que a Cavalaria dá honorificência e honra, amando a Cavalaria ama sua desonra, pela qual desonra é indigno que pela Cavalaria haja riqueza, nem bem-estar nem honorificência. (LÚLIO, 2000, p.59).

Além disso, faz parte do processo saber quais os conhecimentos tem o escudeiro, aspirante a cavaleiro, a respeito do manejo de armas e de todas as atribuições do cavaleiro, tendo a defesa da fé de Cristo como a principal função.

Observamos, portanto, que o cavaleiro ideal de Raimundo Lúlio, apresentado na obra *O Livro da Ordem de Cavalaria*, possui características bastante específicas. Nas considerações a respeito das habilidades físicas, Lúlio enfatiza a importância da idade, uma vez que ela deva revelar capacidade de executar as ações, sem o impulso da juventude e sem as dificuldades da idade avançada. Destaca também considerações a respeito da capacidade de armar-se, com vigor físico e sem dificuldades de locomoção, excluindo da cavalaria o que chama, no século XIII, de gordos e aleijados. Entretanto, enfatiza que estas características não devem ser isoladas; devem complementar-se com qualidades morais, tais como a nobreza e a honra, além das virtudes, uma vez que o cavaleiro, em sua origem, era o melhor entre mil homens, mais virtuoso e mais admirado.

As formulações de Raimundo Lúlio nos permitem refletir sobre como os homens do século XIII observavam o curso da história e a registravam. No caso do monge medieval, as reflexões a respeito do ideal de cavaleiro, tanto no que se refere às habilidades corporais quanto à conduta, foram apresentadas em forma de manual de comportamento em *O Livro da Ordem de Cavalaria*. Estas reflexões nos permitem, também, compreender como elementos relativos ao corpo eram considerados na época, em uma função que normalmente é trazida para a discussão quando a história das práticas corporais na idade média é aprofundada. Percebemos, destarte, que este monge medieval observava as questões relativas ao corpo mescladas à questões morais e espirituais, o que nos leva a concluir que para este homem, do século XIII, não deveria existir separação entre habilidades corporais e outros aspectos pertencentes ao homem medieval.

Referências

ARIAS, Ademir Aparecido de Moraes. A Rapina como meio de vida da aristocracia cavaleiresca: o exemplo da “Gesta dos Lorenos”. n: ZIERER, Adriana (org), SOUZA, Neila, GOMES, Flavia Santos (colab). **Uma viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares**. São Luis: Editora UEMA, p.11 – 18, 2010.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro.Flammarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Ricardo da. **O Livro da Ordem de Cavalaria**. Tradução, notas, prefácio, autor e obra, cronologia de obras. São Paulo: Giordano, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2000

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita**. Tradução de Antonio. Angonese. Bauru: Edusc, 2001, 458 pp.

LÚLIO, Raimundo. **O livro da Ordem de Cavalaria**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2000.



LÚLIO, Raimundo. **Vida Coetania**. Tradução: Prof. Ricardo da Costa Revisão: Prof. Dr. Alexander Fidora (Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main) Supervisão: Prof. Dr. Fernando Domínguez Reboiras (Raimundus-Lullus-Institut, Albert-Ludwigs-Universität). Freiburg im Breisgau, 1999.

OLIVEIRA, Terezinha. Os mendicantes e o ensino na universidade medieval: Boaventura e Tomás de Aquino **Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional De História**, 2007.

REBOIRAS, F. Dominguez. Idea y estructura de La *Vita Raymundi Lulii*. **Revista de Estudios Lulianos**, Revista cuatrimestral de Investigación Luliana y Medievalística. Palma de Mallorca: Maioricencis Schola Lulística n. 27, p. 1-20, 1987.

ZIERER, Adriana. O modelo Pedagógico de Cavaleiro segundo Ramon Llull. In: OLIVEIRA, T. e MACHADO, M. C. G.(org). **Educação na Historia**. São Luiz, MA. Editora UEMA, 2008

PRIMÓRDIOS DO FUTEBOL DE SALÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Renato Vicari¹

Eduardo Minossi de Oliveira²

Ronaldo Dreissig de Moraes³

Janice Zarpellon Mazo⁴

Resumo: No Rio Grande do Sul é marcante a prática do futebol de salão desde os anos de 1950. Já o futsal, originário dessa modalidade, iniciou em 1989. O objetivo do estudo é compreender como sucedeu o desenvolvimento do futebol de salão nos clubes do Rio Grande do Sul nas décadas de 1950-1960. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica e análise de documentos. A pesquisa revelou uma rápida difusão e consolidação da modalidade, começando por Porto Alegre e expandindo-se pelo interior do estado.

Palavras-chave: Futebol de Salão. História do Esporte. Clubes.

Introdução

O Brasil é conhecido por ser o país do futebol, porém também já é reconhecido mundialmente por sua tradição em outros esportes. Dentre estes, estão alguns com dinâmica semelhante ao próprio futebol, como: o futebol sete, o futebol de areia, o futebol de salão e o futsal. Esse último, entre os três, está mais difundido no cenário brasileiro, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos à situação dos esportes nos municípios brasileiros no ano de 2003 (IBGE, 2006). Registrou que em 2003 existia cerca de 10 milhões de praticantes de futsal no país, assim o IBGE (2006) certificou que essa modalidade foi a mais praticada no país. O levantamento também revelou que o futsal foi o segundo esporte mais promovido em eventos no Brasil, atrás apenas do futebol, sendo a maioria das competições sediadas nas regiões centro-oeste e sul do país.

Na região sul do Brasil, destaca-se o Rio Grande do Sul, como o estado que promoveu importantes eventos esportivos tanto de futsal, quanto de futebol de salão. No futebol de salão, o Rio Grande do Sul obteve conquistas significativas tanto através dos clubes quanto da sua seleção. Inclusive, já em 1956, organizou-se a entidade representativa dos clubes que promoviam a prática do futebol de salão no estado, com sede na cidade de Porto Alegre: a Federação Gaúcha de Futebol de Salão em 1956. Ambas as práticas esportivas alcançaram representatividade e o futsal conquistou o *status* de segundo esporte no Rio Grande do Sul, conforme reportagens de jornais (BRITO e BRUSCATO, 1995).

¹ Graduando de Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, paulorenvicari@hotmail.com

² Graduando de Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, edminossi@bol.com.br.

³ Doutorando em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ronaldodreissig@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Ciências do Desporto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br.

O objetivo do estudo é compreender como sucedeu o desenvolvimento da prática futebol de salão e do futsal nos clubes do Rio Grande do Sul na década de 1950.

Justifica-se a escolha do assunto, pois a revisão de literatura em bases de periódicos, de trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, além da consulta em livros advertiu a escassez de pesquisas acerca da história do futebol de salão e do futsal, tanto em nível regional quanto nacional. Constatou-se que a maioria dos livros privilegia quase que exclusivamente as questões técnico-táticas, pedagógicas, e regras dos respectivos esportes.

Esse retrato foi o mesmo observado nos artigos e trabalhos acadêmicos. Mais precisamente, foram encontrados apenas dois estudos contemplando a temática do futebol de salão ou do futsal do Rio Grande do Sul pelo viés histórico. O primeiro é a dissertação de mestrado do professor Gerard Fonseca (2000), intitulada: “A história do futebol de salão em Caxias do Sul (1962-1996)”, a qual aborda o futebol de salão na cidade de Caxias do Sul nesse período demarcado no título da dissertação. O segundo trabalho de autoria de Sérgio Carvalho e Gilson Piber (2004) é um resumo aborda a história do futsal de Santa Maria no período entre 1956 e 1970, publicado nos anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Outro ponto que merece ser destacado para a realização da investigação é quanto à utilização de fontes documentais e, conseqüentemente preservação da memória esportiva do Rio Grande do Sul e do Brasil. A pesquisa também possibilitará estudos comparativos do desenvolvimento das práticas em nível regional e nacional, e até mesmo com outros esportes.

Método

Esta investigação se caracteriza como histórico-documental. O primeiro passo na construção do estudo foi realizar uma revisão de literatura em livros, artigos, dissertações e teses sobre as práticas esportivas no Rio Grande do Sul, que principalmente abordavam ou relacionavam ao futebol de salão e futsal. Após a revisão de literatura, foi feita a coleta de fontes através de jornais porto-alegrenses do período estudado, sendo esses: Diário de Notícias, Folha da Tarde Esportiva, Folha da Manhã, Correio do Povo. Escolhidos esses por serem os principais jornais ao longo desse período demarcado e destinarem algum espaço ao futebol de salão. Para a coleta e posterior análise dessas fontes, foram seguidos os procedimentos recomendados por Bacellar (2010) para a análise documental. Estas recomendações consistiram em três etapas, sendo elas: fichamento das fontes, análise das fontes e cruzamento das informações. Na sequência apresentamos os resultados dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

Os primeiros indícios da prática do Futebol de Salão no Rio Grande do Sul

Para entender a chegada do futebol de salão no Rio Grande do Sul é importante compreendermos um pouco do cenário esportivo da época. Lembramos que nas primeiras décadas do século XX principalmente o remo, o turfe e o futebol eram práticas que faziam parte do cotidiano dos porto-alegrenses. Nesse período, a maioria dos clubes

da capital Porto Alegre pela forte influência teuto-brasileira, usualmente estavam mais fechados às práticas que não fossem de sua origem cultural.

No entanto, nas décadas de 1930 e 1940 a sociedade porto-alegrense passou por significativas modificações culturais, influenciada pelos modelos de comportamento da França e dos Estados Unidos. Assim, práticas como o voleibol e basquetebol, de origem americana, começaram a ganhar mais espaço com o apoio da Associação Cristã de Moços (ACM). A ACM de Porto Alegre além de introduzir na cidade o basquetebol, o voleibol, as corridas de ruas, também foi pioneira na prática do futebol de salão (MAZO e col., 2012).

O advento do futebol de salão no Rio Grande do Sul aconteceu por meio de professores da ACM de Porto Alegre, que visitaram a ACM de Montevideú, no Uruguai. Faz-se a ressalva, que esse esporte era praticado desde 1933 na ACM de Montevideo, tendo como precursor o professor Juan Carlos Ceriani Gravier. O intercâmbio entre os professores das duas ACMs favoreceu a introdução da prática do futebol de salão em Porto Alegre por volta de 1953 (Boletim Técnico da Federação Gaúcha de Futebol de Salão – FGFS, 1956).

Nos registros da ACM de Montevideú consta que dois professores da instituição vieram para Porto Alegre e colaboraram na difusão do esporte: Afonso Lopes Pinto e Ernesto Oppliger. Além disso, está registrado o nome de Daniel Alves de Oliveira na listagem de professores brasileiros que participaram do intercâmbio. Contudo, este professor antes de permanecer um período em Porto Alegre atuando na ACM local organização do futebol de salão, esteve na ACM de Sorocaba, em São Paulo.

Os indícios evidenciam que a entrada do futebol de salão no Rio Grande do Sul, ocorreu através da ACM de Porto Alegre. Ao iniciar a prática desse novo esporte em suas instalações, logo começou a difundir-la para outros clubes por meio de jogos internos, no princípio da década de 1950.

Conforme o Boletim da FGFS (1956), ao notar o maior interesse quanto ao futebol de salão em Porto Alegre, alguns interessados na difusão deste esporte, convocaram os clubes para que enviassem seus representantes a reunião que seria realizada no dia quatro de junho de 1956. Na reunião, realizada na sede da ACM em Porto Alegre, estiveram presentes os seguintes clubes: Americano Atlético Clube; Associação Cristã de Moços de Porto Alegre; Esporte Clube Piratas; Florida Atlético Clube; Grêmio Esportivo Sulbanko; Grêmio Náutico Gaúcho; Nacional Atlético Clube; Petrópole Tênis Clube; Sociedade Ginástica Porto Alegre (SOGIPA); este último, por solicitação.

Os clubes presentes na reunião foram considerados sócios fundadores da entidade que passaria a se denominar “Federação Gaúcha de Futebol de Salão”, e isto a título precário, até quando se organizassem seus estatutos e se filiasse à Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Posteriormente, foi eleita sua primeira diretoria que ficou assim constituída: Presidente, professor Daniel Alves de Oliveira; Vice-Presidente, Walnyr G. Jacques; primeiro secretário, Oswaldo J. Caputo; segundo secretário, Silvio J. Souza; primeiro tesoureiro, Renato Z. Torino; segundo tesoureiro, Fadil Fadél; Diretor da Comissão de Justiça Desportiva, Walnyr G. Jacques; Diretor do Departamento Técnico, Abranhão Bruno Pinheiro. Além dos diretores, Gerson Krebs, Armando Esbróglia, Heron de Lorenzi e Aniceto Mirales. Percebe-se que o professor Daniel Alves de Oliveira, já referido anteriormente em razão do intercâmbio com a ACM de

Montevideo, assumiu a presidência da federação. Talvez a iniciativa da organização da entidade também tenha sido dele, pois inclusive passou uma temporada na cidade de Sorocaba, sediado na ACM desta cidade do interior de São Paulo, onde o futebol de salão já estava mais difundido.

A fundação da FGFS foi precedida no ano de 1956 pela realização do primeiro torneio da modalidade, Futebol de Salão, em Porto Alegre, sendo campeã a equipe “A” do Petrópole Tênis Clube (Brito e Bruscato (1995). Os atletas que formaram o time campeão do Petrópole Tênis Clube foram: Natálio, Dario, Vilmar, Lobato, Iran, Celestino, Paulo e Amilton. Nesse torneio participaram seis equipes sendo elas: ACM “A”; ACM “B”; Grêmio Náutico Gaúcho “A”; Grêmio Náutico Gaúcho “B”; Petrópole Tênis Clube “A” e Petrópole Tênis Clube “B”. O goleador foi Túlio Casapiccola do clube Grêmio Náutico Gaúcho, com sete gols.

Contudo, antes deste campeonato houve outros, os quais eram disputados em uma quadra da cidade durante um único dia. Estes contavam com equipes oriundas das praças como foi o caso da Praça Florida e do Americano Atlético Clube. O primeiro campeonato oficial teve como campeão o Grêmio Náutico Gaúcho que venceu as duas partidas que jogou: 4x1 na quadra aberta da Praça Florida e 9x4 na quadra fechada do ginásio do Petrópole Tênis Clube. Os atletas que integraram a equipe do Grêmio Náutico Gaúcho foram: Siriri, Armando, Walter, Wilson, Tulio, Hormar, Aymoré e Chicão. A partir dessas primeiras competições de futebol de salão, a modalidade foi se difundindo por todo o Rio Grande do Sul e cada vez conquistando um espaço maior no campo esportivo sul-rio-grandense.

A Difusão do Futebol de Salão no Rio Grande do Sul

Após as primeiras disputas na capital, o futebol de salão foi crescendo e reunindo mais clubes interessados e de diferentes cidades do estado. Fonseca (2000) refere a fala de um de seus entrevistados, o qual afirma que a difusão do futebol de salão no interior do Rio Grande do Sul iniciou com a ajuda dos jornais de Porto Alegre, que faziam cobertura dos jogos e campeonatos da capital. De tal modo que equipes do interior começaram a enviar cartas para a capital, buscando informações para se filiarem a FGFS. Um exemplo foi o caso do Pinheiros Atlético Clube da cidade de Estrela que solicitou sua filiação a FGFS em sete de agosto de 1956 por meio de uma carta endereçada ao Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre (Brito; Bruscato, 1995). O Pinheiros de Estrela foi o primeiro clube do interior a se filiar a FGFS.

A partir da realização do primeiro campeonato estadual em 1957, o futebol de salão se espalhou rapidamente pelo Rio Grande do Sul. Destaca-se com base em Carvalho e Piber (2004), que já em 1956 existe registros da prática do futebol de salão em Santa Maria, sendo no ano de 1957 fundada a Liga Santamariense de Futebol de Salão (LSFS). Segundo Fonseca (2000), no ano de 1962 foi fundada a Liga Caxiense de Futebol de Salão (LCFS). O mesmo autor indica que com a realização do primeiro campeonato estadual em 1957 e o reconhecimento do futebol de salão como esporte em 1958, pela extinta Confederação Brasileira de Desportos (CBD), órgão máximo de legislação e administração do esporte brasileiro no período, o futebol de salão foi cada vez ganhando mais força.

Ainda com base em Fonseca (2000), destaca-se que no início da década de 1960, o futebol de salão já estava consolidado na região sul do Rio Grande do Sul. Em cidades como Alegrete, Uruguaiana e, principalmente, Pelotas. No campeonato estadual de 1957, a equipe Corinthians, da cidade de Santa Cruz do Sul sagrou-se campeã. Nos anos de 1958 e 1959 o clube Cruzeiro de Porto Alegre venceu o campeonato, sendo que o segundo lugar, nesses três primeiros campeonatos estaduais foi da equipe Sete de Setembro do município de Alegrete. No campeonato estadual de 1960, a equipe de Alegrete conquistou o título de campeã e em segundo lugar ficou o Petrópole Tênis Clube de Porto Alegre.

Na década de 1960, a cada ano aumentava mais o número de clubes filiados na FGFS. Além disso, eram realizados campeonatos o ano inteiro para diferentes idades, o que certamente contribuiu para a rápida aceitação do futebol de salão. Assim, percebe-se que FGFS desempenhou um papel fundamental nesse processo de desenvolvimento da prática do futebol de salão. Os presidentes da Federação ao longo desses primeiros anos foram: no ano de 1956, Daniel Alves de Oliveira, de 1957 a 1958, Walnir Goulart Jacques e no biênio 1959 e 1960 foi Osvaldo J. Caputo.

A consolidação do futebol de salão no Rio Grande do Sul, certamente facilitou a aceitação para uma prática similar ao futebol de salão que surgiu em 1989, o futsal. Existe um senso comum de que futebol de salão seria o mesmo esporte que o futsal, o que é um grande erro. Eles são práticas esportivas com dinâmica bastante parecida, no entanto possuem regras diferentes, sendo o futebol de salão gerenciado pela Associação Mundial de Futsal (AMF) antiga Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA) e o futsal pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). O futsal surgiu a partir do futebol de salão, logo suas histórias se “cruzam”. Nesse estudo concentramos as atenções na história do futebol de salão.

Considerações Finais

A partir destes resultados, percebemos a chegada do futebol de salão no Rio Grande do Sul através da Associação Cristã de Moços (ACM) de Porto Alegre. Além disso, pôde-se conhecer as primeiras ações de desenvolvimento desta prática no estado. O estudo também possibilitou identificar os responsáveis pelas primeiras iniciativas para a difusão e consolidação do esporte. Nesse processo observamos a fundação da Federação Gaúcha de Futebol de Salão (FGFS) no ano de 1956, seus clubes fundadores e seus primeiros presidentes. Outros aspectos contemplados pelo estudo foram à identificação dos primeiros campeões estaduais de futebol de salão, onde se conseguiu constatar a rápida difusão desta prática esportiva para o interior do estado do Rio Grande do Sul.

O estudo também proporcionou um esclarecimento quanto ao futebol de salão e o futsal serem práticas distintas, mesmo que com dinâmicas similares. Observou-se que são entidades diferentes que gerenciam essas modalidades, no entanto por o futsal se originar do futebol de salão, seus caminhos históricos se cruzam. Dessa forma, nessa pesquisa o foco foram os primórdios do futebol de salão no Rio Grande do Sul, contudo foram apresentados elementos que ajudam a compreender a história do futsal também.

Ainda como considerações finais, salienta-se a importância de pesquisas como esta para o resgate histórico de acontecimentos, instituições e personagens relevantes

ao longo do desenvolvimento das práticas esportivas. Para assim, preservar fontes primárias e a memória esportiva do Brasil e como neste estudo particularmente a do Rio Grande do Sul.

Referências

AMARO JÚNIOR, J. (org.). **Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul**. 5º ano. Porto Alegre: Tipografia Esperança, 1945.

BACELLAR, C. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

BRITO, P.; BRUSCATO, R. **Futsal Gaúcho**. Porto Alegre: Independente, 1995.

CARVALHO, S.; PIBER, G. **A História do Futsal de Santa Maria, RS: 1956 a 1970**. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, 2004. Disponível em:

www.portcom.intercom.org.br/pdfs/115615215319228537555838167523851487064.pdf. Acesso em: 13 de março de 2014.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL DE SALÃO. **Régra Oficial do Futebol de Salão**. Primeiro Boletim Técnico da Federação Gaúcha de Futebol de Salão. Porto Alegre: editado por CASA SPORT, 1956.

FIGUEIRÊDO, V. **A história do futebol de salão: origem, evolução e estatísticas**. Fortaleza: IOCE, 1996.

FONSECA, G. **Futsal- Metodologia de Ensino**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

FONSECA, G. **A história do futebol de salão em Caxias do Sul (1962-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano). Programa Interinstitucional UFRGS e UCS, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: esporte 2003**. Rio de Janeiro, 2006.

LUCENA, R. **Futsal e a iniciação**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

MAZO, J. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto). Universidade do Porto, Portugal, 2003.

MAZO, Janice; SILVA, Carolina da; FROSI, Tiago. **A Associação Cristã de Moços e a propagação dos esportes em Porto Alegre**. Kinesis (Santa Maria), v. 30, p.158-173, 2012.



MELO, V; FORTES, R. **HISTÓRIA DO ESPORTE: PANORAMA E PERSPECTIVAS**. Revista Fronteiras. Dourados, MS. V. 12, n. 22, p. 11-35, jul/dez 2010.

PRINA, F. **ACBF É BICAMPEÃ MUNDIAL DE FUTSAL**. Disponível em: www.acbf.com.br/pt/mundialdeclubes/noticias/acbf_bicampeue_mundial_de_futsal
Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

SÁNCHEZ, J. **Fútbol Sala: técnica y táctica**. Barcelona: Hispano Europea. Ed. 2, 1985.

TEIXEIRA, J. **Futebol de Salão** - uma nova visão pedagógica. Porto Alegre: Sagra, 1990.

TEIXEIRA, J. **Futsal 2000** - o esporte do novo milênio". Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole. Ed.1, 1996

TOLUSI, F. **Futebol de Salão: Tática, Regra e História**. São Paulo: Brasipal, 1982.

VOSER, R. **Futsal: Princípios técnicos e Táticos**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

FUTEBOL EM BELÉM DO PARÁ: PONTAPÉ INICIAL

Pedro Paulo Souza Brandão¹

Carmen Lília da Cunha Faro²

Resumo: O artigo é uma pesquisa documental, tem como objeto de estudo o futebol, com o objetivo de historiar as primeiras formas de organização do futebol em Belém, a metodologia usada é o pensamento crítico-dialético, utiliza a análise de conteúdo como método, teve como resultados a identificação do contexto em que o futebol estava inserido em Belém, assim como a classe social ao qual os sujeitos envolvidos pertenciam e a forma de organização do futebol na capital paraense e suas fases.

Palavras-Chave: História. Futebol. Belém.

Início da Partida

Este trabalho é uma pesquisa documental realizada para elaboração de trabalho de conclusão de curso do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará e, tem como objeto de pesquisa o futebol e, como objetivo: historiar as primeiras formas de organização do futebol na cidade de Belém do Pará e, apesar de existirem algumas fontes sobre o início do futebol de forma organizada, em Belém do Pará, ainda tem muitas lacunas em relação ao fato, como a ausência de uma produção científica que afirme com veemência a ocorrência deste acontecimento, a identidade dos sujeitos responsáveis pela chegada do futebol em Belém, assim como a forma e o contexto na qual o esporte foi inserido, havendo apenas indicações jornalísticas do fato ocorrido.

Em Belém do Pará, não é possível afirmar, com precisão, a data em que o futebol foi introduzido, já que, segundo Costa (2007), o futebol “pode ter sido” introduzido provavelmente por volta de 1896. O autor baseia-se em relatos de recortes de jornais da época que registram partidas de futebol na praça Batista Campos, em que escalações de equipes foram identificadas.

No campo específico de nossa região é importante questionar 1. Em que contexto se deu a sistematização do futebol na cidade de Belém? 2. Qual a primeira entidade a organizar de fato o futebol belenense? 3. Quais os primeiros clubes? 4. Quais foram os primeiros campeonatos? 5. Quais foram as primeiras praças esportivas a receber estes eventos? 6. Que classe social foi a responsável pela difusão deste esporte na cidade? 7. Quais foram os grandes meios de massificação da modalidade?

Para responder á esses questionamentos foi necessário: descrever o contexto socioeconômico da época; caracterizar os principais sujeitos envolvidos nesse processo; apresentar os primeiros locais onde aconteceram os jogos; e verificar os primeiros clubes fundados para tal modalidade e aqueles que a absorveram como atividade principal.

A escolha pelo futebol, como objeto de estudo, teve como pressuposto a necessidade de uma maior produção científica a respeito da origem da organização futebolística no panorama paraense, mais especificamente em Belém do Pará, devido à escassez de trabalhos e até mesmo de fontes como referência.

¹ Graduado em Educação Física, Prefeitura Municipal de Castanhal-PA, pedropaulo_151@hotmail.com

² Mestra em Motricidade Humana, Grupo de pesquisa em História da Educação na Amazônia-GHEDA/Universidade do Estado do Pará, Lili.cf@terra.com.br

Em levantamento realizado nos principais bancos de teses e dissertações do país, foi possível identificar a inexistência de dissertação ou tese sobre o assunto, justificando a relevância científica deste trabalho pelo seu ineditismo, em que foram consultados: a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; b) domínio público; c) Banco de Teses da Capes; d) Banco de Teses da USP; e) Biblioteca Digital de Educação Física, Esporte e Lazer; e f) Biblioteca digital de teses e dissertações – Nuteses,

Este trabalho tem como metodologia o pensamento crítico-dialético, ou seja, se apropria do materialismo histórico como teoria metodológica. O uso desta teoria se justifica nos objetivos da pesquisa, e um deles foi apontar as contradições existentes no contexto futebolístico local, entretanto relacionando com a conjuntura sócio-político-econômica da época, do recorte histórico da pesquisa, tanto no cenário local (município de Belém e Estado do Pará), quanto nos cenários nacional e internacional por compreendermos que não se pode dissociar o específico da totalidade (FRIGOTTO, 2006).

A pesquisa é de caráter documental que, segundo Gil (2010), é uma pesquisa que utiliza diversos tipos de documentos nas suas mais diversas modalidades e nas suas diferentes finalidades. No caso específico pesquisado, o fenômeno estudado é o futebol e as relações humanas em seu contexto pesquisando em meio a documentos como atas, ofícios, jornais de bibliotecas públicas, constituição federal da época e outros documentos que descrevem o contexto social e político da sociedade paraense em relação ao seu futebol.

As instituições visitadas foram clubes e associações recreativas já existentes no recorte temporal da pesquisa (Clube do Remo, Tuna luso Brasileira e Pará Club), assim como a Federação Paraense de Futebol, e a biblioteca “Artur Viana”, CENTUR, para averiguação do jornal “a Folha do Norte”. As etapas utilizadas para delineamento da pesquisa documental foram: a localização das fontes, obtenção do material e a análise e interpretação dos dados que se deram através de análise de conteúdo (FRANCO, 2008).

1º tempo: O Pará na transição do século XIX para o século XX

No período do final do século XIX e início do século XX o Brasil vivia os seus primeiros anos de república, esta instaurada no Brasil no ano de 1889. Após o que foi chamado de “república da espada” (governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) o Brasil iniciou um período chamado de “república das oligarquias” que recebeu esse nome pelo fato de os governantes do período fazerem parte de pequenos e poderosos grupos da elite que firmavam acordos para sua manutenção no poder (GARONE, 1974).

Nesse cenário o Brasil era um país ainda em transição de um modelo agrícola para um modelo industrial, ainda em período “embrionário”, pois mesmo depois de passados vários anos da proclamação da república o país ainda possuía 80% da população vivendo no meio rural (BELLO, 1983). No mundo os meios de transporte e informação avançaram após a revolução industrial, mas o Brasil continuava sendo um país na qual sua economia era essencialmente agrícola, sendo o café o principal produto da economia Brasileira, tendo destaques em seu cultivo, os estados de São Paulo e Minas Gerais, aos quais seus representantes formavam a “república do café com

leite”, iniciada oficialmente no governo Campos Salles (1898-1902), na qual paulistas e mineiros se revezavam no poder garantindo sua hegemonia, sustentada pela “política dos governadores” e, esta sustentada pelo “coronelismo” (LAPA, 1990).

Apesar do café impulsionar a economia do país e ajudar a enriquecer grandes proprietários de terra, a maior parte da população passava por dificuldades, em uma sociedade que já apresentava grande desigualdade social, fato esse que o governo e as elites procuravam esconder, pois enxergavam esses problemas como fruto de um atraso do período monárquico no país e, queriam mostrar um país com ares de modernidade (BORGES, 1983).

Inserido nesse contexto, o estado do Pará era um dos dois principais estados na Amazônia exportadores da matéria prima da borracha (1879-1912), na época, segundo maior produto da economia brasileira, logo atrás do café (MONTEIRO, 2005).

Com isso, a infraestrutura de Belém, capital do Pará, cresceu para atender as demandas do ciclo da borracha, que dominava a região, mesmo o crescimento dos outros setores da economia paraense era consequência do crescimento da exportação da matéria prima da borracha, na agricultura, por exemplo, o grande aumento na produção de alimentos se deu devido o inchaço populacional na cidade e no estado, recorrente do grande número de trabalhadores, em sua maioria nordestinos que fugiam da seca, que vieram para o Pará trabalhar na extração do látex (PROST, 1998).

A exploração da borracha era financiada por investidores do sul do país e também pelo capital estrangeiro (ROCQUE, 2001), logo companhias e pessoas do sul do país e da Europa se instalaram na capital paraense, como companhias de navegação inglesas, com modernas embarcações a vapor para escoar a matéria prima da borracha para a Europa saindo dos portos de Belém, estes ampliados para atender o avanço da economia da borracha (PROST, 1998). Essas companhias Inglesas são citadas por Costa (2007) ao atribuir a elas a vinda de Ingleses responsáveis pela difusão da prática do futebol em Belém, assim como as companhias de gás encarregadas de abastecer a cidade de energia elétrica, como a *Pará Electric Railways and Lighting Company*, encarregada tanto pela iluminação pública quanto pela instalação dos bondes elétricos que passaram a circular pela cidade em 1907 (ROCQUE, 2001), após a grande reforma urbana ocorrida durante a intendência de Antônio Lemos (1897-1911).

Lemos realizou uma grande reforma urbana em toda a cidade, seu projeto era construir uma verdadeira *paris n’américa*, com a construção de largas avenidas, praças, prédios com arquitetura francesa e ainda a instalação de bondes elétricos (ROCQUE, 2001), entretanto, todas essas obras monumentais visavam atender principalmente os grandes donos do capital, pois eram estes que moravam nos casarões no centro da cidade e frequentavam as praças e diversos pontos construídos por Lemos (LAPA, 1990).

Uma das praças reformadas na época e frequentadas pelas elites foi a praça Batista Campos, onde segundo Costa (2007) foi, junto com a praça Floriano Peixoto em São Brás um dos primeiros locais da prática futebolística em Belém, por jovens de famílias abastadas da cidade, os acontecimentos da época nos ajudam a compreender o porque dos membros desta classe serem os principais praticantes da modalidade como afirma Costa (2007).

2º tempo: Os Primeiros passos do futebol em Belém

Nos dois primeiro anos de pesquisa, 1896 e 1897, não foram encontrados documentos que relatassem práticas de jogos de futebol ou atividades similares na capital paraense, no entanto, foram encontradas notas no jornal “Folha do Norte” com relação a prática esportiva de maneira geral na cidade de Belém. O jornal possuía uma coluna exclusiva para as notícias das práticas esportivas, denominada “Notas sportivas”, o que retratava o crescimento do fenômeno esportivo no mundo, o qual se expandia pelos continentes recorrente do movimento desportivo inglês nascente na Inglaterra (BETTI, 1991).

Nesses primeiros anos, as atividades esportivas mais frequentes na cidade de Belém eram as “velocipédias” (corridas e passeios de bicicleta) e as “funções tauromáquicas” (touradas), que levavam um grande número de expectadores às praças esportivas da época. As próprias corridas ciclísticas se desenvolvem bastante durante a última década do século XIX e, já no início do século XX possuía uma boa estrutura para a realização dos torneios da modalidade, contando inclusive com um velódromo chamado de “velódromo paraense”, eram ainda realizados torneios de tiro ao alvo em um estande no marco da légua, onde hoje está situada a avenida Almirante Barroso no perímetro próximo ao Bosque Rodrigues Alves (ROCQUE, 2001).

As pessoas que praticavam os esportes, os homens, pois a época era de uma sociedade extremamente machista, cabendo às mulheres apenas o papel de expectadoras como constatadas nas notas do jornal “Folha do Norte” (1896-1974) durante muitos anos, citando apenas a presença de rapazes na prática esportiva. Nogueira (2006) afirma que durante a *belle époque* muitos detentores de grande capital dão força ao esporte com muitos incentivos financeiros à prática esportiva, o esporte era uma maneira de ser louvado, para consolidação de seus status e hegemonia da classe dominante, na época os grandes “barões da borracha” (PROST, 1998).

Sendo assim, não só o financiamento, a prática esportiva em si, era uma forma de conquista de status, por isso muitos homens da classe mais favorecida, que tinham condições e tempo, investiam seu tempo disponível na prática esportiva, e quanto mais modalidades estes praticavam, mais admirados e exaltados eram tanto pela sociedade quanto pela imprensa da época, recebendo a denominação de *sportsmen* (FOLHA DO NORTE, 1898), o que nos dias de hoje poderíamos chamar de desportistas.

O primeiro registro sobre a modalidade foi encontrado no jornal “Folha do Norte”, no sábado, 30 de julho de 1898, na coluna exclusiva para os esportes e relata um jogo a ser realizado no dia 31 de julho de 1898, organizado pela diretoria do Sport Club Pará, portanto já demonstra uma prática esportiva minimamente organizada. Não foram encontrados registros sobre a chegada do futebol em Belém, muito menos sobre quem o trouxe a nossas terras, mesmo Costa (2012) citando Jean La Rocque como detentor do feito.

Santos Neto (2002), ao discutir a “paternidade” do futebol brasileiro por Charles Miller, afirma que algo da grandeza da introdução de um esporte no país jamais ocorreria por iniciativas individuais, mas por iniciativas coletivas como o próprio alega ao retratar os membros das escolas religiosas de São Paulo, portanto não se pode afirmar com veemência que foi De La Rocque o introdutor do futebol no Pará, Costa (2012) pode até ter suas fontes, entretanto estas não foram divulgadas em suas publicações, o que torna a afirmação carente de comprovação.

Apito Final

A data precisa de quando o futebol chegou a Belém também não pode ser afirmada, entretanto pode-se afirmar que os primeiros registros foram os supracitados na nota do jornal “Folha do Norte”, no ano de 1898, onde os jogos eram realizados no largo de São Brás e, organizados pelo Sport Club Pará, um clube social de Belém considerado pela imprensa da época o primeiro clube a difundir a prática do esporte e da Educação Física em Belém (FOLHA DO NORTE, 1903).

Os locais onde se realizavam as partidas são evidências da elitização do futebol em Belém, pois a Praça Batista Campos e o largo de São Brás eram, e até hoje são pontos dos bairros centrais da cidade, locais que sofreram a intervenção de Antônio Lemos em sua reforma urbana (ROCQUE, 2001). O Brasil durante esse período queria copiar os padrões europeus, e a reforma urbana foi uma de suas tentativas de fazê-la, outra maneira de copiar os padrões do velho mundo era adotar os hábitos e costumes dos cidadãos europeus, como as roupas e as suas atividades diárias, entretanto isso era um privilégio das elites (PROST, 1998).

Entre as atividades diárias, se destacavam as práticas esportivas, que estavam em alta na Europa, principalmente o futebol, os jogadores eram vistos como grandes heróis e eram admirados, surgia uma nova forma de se obter e/ou consolidar o status (BETTI, 1990) e a elite Brasileira também adota esses padrões como explica Mills (2005) ao relatar a exaltação dos jogadores do clube Paulistano na conquista do título de campeão paulista de 1905, quando estes são aplaudidos de pé em um teatro pelo público expectador, o que entrava em contradição com a marginalização dos jogadores dos clubes da classe operária que, não faziam parte da liga Paulista por não pertencerem a mesma classe como relata Santos Neto (2002).

Em Belém, tal situação não poderia ser diferente, o futebol era um privilégio das elites, pelo menos em sua forma organizada, nas notas do jornal “Folha do Norte”, nas notícias referentes ao futebol aparecem apenas o futebol sendo praticado se não nos clubes sociais, mas organizados ou ligados de alguma maneira a eles, inclusive em uma das primeiras notas sobre o futebol em Belém, na qual o redator do jornal denomina como “primeira partida de *football* entre amadores do Pará”, esta foi fiscalizada por dirigentes do Sport Club Pará, Jayme Abreu e Alberto Moore.

Outro fator ligado às classes era o fato de seus praticantes serem em sua maioria Ingleses ou descendentes de ingleses e outros europeus, pois eram jovens estudantes que partiam para estudar na Europa e retornavam trazendo conhecimentos sobre futebol, eram pessoas que detinham recursos financeiros para estudar na Europa e, eram enviados por seus pais, o que um filho de um membro da classe trabalhadora não teria recurso para tal fim.

Os próprios ingleses que vieram para Belém nas companhias de navegação e gás, traziam os conhecimentos sobre o futebol, o fato da maioria desses praticantes serem de origem ou descendência europeia foram identificados em muitas notas futebolísticas onde as escalações apresentavam os nomes e sobrenomes dos jogadores, na qual esses nomes em sua maioria possuíam uma grafia que evidentemente não eram da língua portuguesa. Muitos dos nomes que aparecem nas notas também foram encontrados nas notas de outros esportes como as “velocipédias” e competições de tiro ao alvo, e com isso eram admirados pela sociedade e eram chamados de *sportsmen*, mais uma

evidência de que o esporte era utilizado como manutenção de status, tanto pela sua prática como pelo seu financiamento(NOGUEIRA,2006).

Os Paraenses vão aos poucos tomar gosto pelo futebol, pois durante os anos os nomes de rapazes brasileiros vão aparecendo com mais frequência nas escalações das equipes, entretanto, esses paraenses continuavam sendo membros da elite, não só os que absorviam a prática do futebol em terras paraenses como os paraenses filhos de famílias ricas que estudaram na Europa e traziam consigo o gosto pelo esporte e, os hábitos ingleses que chegam ao Brasil ligados ao futebol, esses estrangeirismo está presente nas notas jornalística por meio dos muitos termos em inglês referentes ao futebol como os próprios nomes *Sport* e *Football*, entre outros como *goal*(meta), *match*(partida;jogo), *goalkeeper*(goleiro) este ultimo presente nas escalações para definir as posições dos jogadores aparecem pela primeira vez no ano de 1899 e, não no ano de 1905 como alega Costa(2007). Havia um grande numero de estudantes paraenses na Europa e, estes estavam ligados á prática esportiva e, eram de famílias da elite paraense, como podemos observar dentre os estudantes citados na nota de jornal estava o filho do ex-governador do estado do Pará, Paes de Carvalho, o ratifica o fato de o futebol era dominado pelos membros da elite.

Essas pessoas organizaram o futebol em Belém que começou apenas como prática de lazer e diversão, organizado pelo Sport Club Pará e, em seguida foi apropriado por outros clubes sociais da cidade que absorveram o futebol como uma de suas prática principais, o futebol passou a ganhar característica competitiva em Belém no ano de 1899 onde os desafios entre brasileiros e ingleses começam a ficar mais frequentes, a partir do ano de 1903, depois dos anos de 1901 e 1902 sem registros da prática futebolística, outro grupo de jovens alheios ao Sport Club começam a reorganizar uma equipe destinada a prática do futebol, esta também formada por jovens que chegavam da Europa, curiosamente o grupo contava com 11 jovens, o numero de jogadores de um time de futebol.

Podemos dizer que essa foi a segunda fase da organização do futebol em Belém, a primeira entre os anos de 1898 e 1900 foi a fase de reconhecimento da modalidade na capital paraense e, nesta segunda ocorreria uma organização maior por parte dos envolvidos, esta fase mais voltada para a prática competitiva, visando a realização de torneios e campeonatos. Essa organização se deu por meio de diversas reuniões realizadas pelos jovens amadores do futebol e, nestas reuniões eram definidas comissões para divisão das tarefas, além disso, cargos de direção começavam a ser criados como tesoureiro e comissário geral, seria a formação de um grupo não só para a prática do futebol, mas um grupo que faria a divulgação do esporte bretão pela cidade.

No final do ano de 1903 os registros sobre a prática do futebol no jornal “Folha do Norte” foram desaparecendo, o que culminou com um ano de 1904 sem qualquer registro futebolístico, estes retornando em 1905 relatando uma presença maior de jogadores brasileiros, o que nos leva a acreditar que os moradores desta capital já estavam se apropriando mais do esporte, como reitera Mills(2005) ao dizer que os brasileiros demoraram um tempo para se inserir completamente no futebol. No mesmo ano de 1905, um novo local é citado como área de treinando e realização das partidas de futebol: a praça Paes de Carvalho, na Vila do Pinheiro, atual distrito de Icoaraci(ROCQUE,2001), a praça citada era onde ficava localizada a estação de trem da vila do pinheiro, por onde passava a estrada de ferro que escoava a produção agrícola.

Com isso, conclui-se que o futebol em Belém foi organizado e praticado em sua predominância pela elite paraense e se deu dividida em três fases: a primeira em 1898 por iniciativas do Sport Club Pará, a segunda no ano de 1905 com uma propagação maior entre os membros daquela classe e que acabou sem sucesso com a dissolução da liga fundada por eles.

A terceira fase foi a que finalmente consolidou o futebol em Belém no ano de 1908 com a realização do primeiro campeonato paraense de futebol realizado por outra liga, a Liga Paraense de Football, esta fase contou com membros que fizeram parte das outras duas fases e, por fim apontamos a grande contradição existente no cenário futebolístico de Belém do Pará, que nos foi possível compreender dos dias atuais através do passado, que no início foi predominantemente da elite e, nos dias de hoje predomina a participação popular dentro dos clubes de futebol, em um cenário que o povo, vestido na figura do torcedor sustenta os principais clubes da cidade na atualidade com a exploração da paixão desse torcedor pela mercantilização e espetacularização do esporte.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ricardo. **O Pará republicano**. Coleção história do Pará. Belém-PA: Conselho estadual de cultura, 1983.

COSTA, Ferreira da. **A Enciclopédia do futebol paraense**. São Paulo: Halley, 2007.

FRANCO, Maria L.P.B. **Análise de conteúdo**. 3 Ed. Brasília: Líber livro, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História política da república**: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da república. Campinas-SP: Papirus, 1990.

MILLS, John R. **Charles Miller**: O pai do futebol brasileiro. São Paulo: Panda Books, 2005.

MONTEIRO, Benedito. **História do Pará**. Belém-PA: ed. Amazônica, 2005.

NOGUEIRA, Claudio. **Futebol Brasil memória**: de Oscar Cox a Leônidas da Silva (1897-1937). Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2006.

PROST, Gerrard. **História do Pará**: do período da borracha aos dias atuais. v.2. Belém-PA: SEDUC, 1998.

SANTOS NETO, José M. **Visão do jogo**: primórdios do futebol no Brasil. Campinas: Cosac e Naify, 2002.

EDUCAR O CORPO NA NATUREZA, CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMÍLIO DE ROUSSEAU

Rachel Ramos de Souza¹

Resumo: As teorias pedagógicas a partir do séc. XVIII trazem à luz um novo aspecto, uma educação do corpo a partir da natureza. Neste sentido, “O Emílio, ou da Educação”, escrito por Jean-Jacques Rousseau confere ao corpo e suas relações com a natureza um destaque no processo de formação do homem enquanto cidadão. Este autor expõe uma educação através de exercícios ao ar livre. Este trabalho visa expor algumas considerações acerca do corpo e da natureza na teoria pedagógica de Rousseau.

Palavras-chave: Educação do corpo. Natureza. Rousseau.

Introdução

*Emílio, ou da Educação*², obra escrita por Jean-Jacques Rousseau, fomenta uma discussão acerca da educação que ganhará espaço a partir do século XVIII, a saber, uma pedagogia que conceba tanto o corpo como a mente a partir da natureza. Neste tratado de educação, como enunciado pelo próprio autor, é apresentada uma série de discussões que passam a permear o âmbito pedagógico em que a natureza configura-se como um lugar para educação e não mais um local selvagem, sombrio, perigoso.³ Em consequência disso, a exposição aos elementos naturais e interação com o ambiente aparece como um eixo que direcionam o processo educativo no *Emílio*.

Rousseau expõe uma teoria de educação pautada pela relação direta com o campo, os diferentes elementos da natureza através do corpo e das sensações. De acordo com o autor, educar consistiria “não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro” (ROUSSEAU, 2004, p.97)⁴ e, nesse sentido, somente um corpo forte, robusto, é capaz de controlar suas pulsões e, assim, contribuir para o pleno desenvolvimento moral e intelectual do homem. O corpo, no *Emílio*, é posto como o instrumento pelo qual se configura a aprendizagem, o primeiro meio de interação da criança com o mundo externo. Conforme a criança cresce, a necessidade de um corpo forte, capaz de suportar as provas impostas pela natureza, se torna cada vez mais latente.

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas considerações a respeito da educação do corpo e natureza em Rousseau, a partir do *Emílio*, ao expor como os exercícios corporais são explorados em contato direto com a natureza e como tanto o corpo como a natureza assumem um papel de destaque nesta obra também em outras propostas pedagógicas a partir do século XVIII.

Emílio: educação, corpo e natureza

¹ Mestranda em Educação na UNICAMP – bolsista CAPES email: rachel.ramos@gmail.com

² Doravante: *Emílio*

³ Sobre as concepções acerca da natureza e sua relação com os homens, ver Thomas (2010). Cap.VI – O campo e a cidade.

⁴ Para este trabalho foram consultadas diversas edições da obra de Rousseau, contudo todas as referências utilizadas dizem respeito à 3ª edição da tradução em português de *Emílio, ou da Educação* editada pela Martins Fontes em 2004.

Desde o início de sua obra, Rousseau delimita seu texto como uma coletânea de suas reflexões sobre educação e, em consequência disso, não forneceria apenas exercícios a serem repetidos, mas também apontaria como uma educação em meio à natureza poderia contribuir para a formação de um homem apto à vida em sociedade. Esta formação ocorreria inteiramente afastada do ambiente urbano e permitiria ao infante, desde a mais tenra idade, a livre descoberta e o livre movimentar-se em meio aos elementos naturais.

A educação no *Emílio* é mostrada inicialmente a partir do corpo, por ser este o vínculo de comunicação da criança com o mundo antes da aquisição da linguagem. Tendo isso em vista, faz-se necessária uma educação voltada para o corpo que irá influenciar conjuntamente o desenvolvimento intelectual e pleno do homem.

O corpo, para Rousseau, é mais do que um simples invólucro, ele é o instrumento pelo qual a aprendizagem se configura, desde o nascimento a criança aprende pelo corpo e só futuramente que ela conseguirá interagir com o mundo por meio da linguagem associada a gestos. O autor já afirma que se “quereis, então, cultivar a inteligência de vosso aluno; cultivai as forças que ele deve governar; exercitai de contínuo seu corpo; tornai-o robusto e sadio, para torná-lo sábio e razoável; que ele trabalhe, aja, corra e grite, esteja sempre em movimento, que seja homem pelo vigor, e logo será pela razão.” (ROUSSEAU, 2004, p.137).

A educação, principalmente nos primeiros anos de vida, deve acontecer então, através dos sentidos, do contato com a natureza, da apreciação de seus elementos e da vivência no mundo natural. O corpo seria, pois, educado por meio de exercícios e práticas ao ar livre com o intuito de fortalecer e desenvolver plenamente as capacidades já que “quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte ele é, mais obedece. [...] O corpo fraco debilita a alma” (ROUSSEAU, 2004, p.34). O fortalecimento torna-se necessário para que se possa conquistar o pleno desenvolvimento do espírito e, para alcançá-lo, é preciso dar ao indivíduo em formação a oportunidade de exercitá-lo ao ar livre.

Contanto que não se ultrapassem as medidas de suas forças, arrisca-se menos ao fazê-las agir do que ao poupá-las. Exercitai-a, pois, para os golpes que um dia terão que suportar. Enrijecei seus corpos para as intempéries das estações, dos climas, dos elementos, para a fome, para a sede, a fadiga; [...]. Uma criança suportará mudanças que um homem não suportaria; as fibras da primeira, moles e flexíveis, tomam facilmente a forma que lhes damos; as do homem, mais duras, só com violência mudam a forma que receberam. Podemos, portanto, tornar uma criança robusta sem expor sua vida e sua saúde; (ROUSSEAU, 2004, p.23).

A educação do corpo consiste em manter uma proximidade e relação com a *natureza*. Rousseau expõe a necessidade de um corpo sadio e com vigor, capaz de suportar as provações da natureza que teriam como finalidade o fortalecimento e desenvolvimento do homem a fim de favorecer a conservação da vida a partir da

interação com os elementos da natureza. Rousseau apresenta no *Emílio* a importância do corpo e da realização de exercícios para um processo pedagógico, o autor apoia-se em outros teóricos, contudo explicita suas concepções sobre uma educação pautada em exercícios e práticas corporais:

Todos os que refletiram sobre a maneira de viver dos antigos atribuem aos exercícios da ginástica esse vigor do corpo e da alma que os distingue mais claramente dos modernos. [...] Falando em educação de uma criança, diz ele [Montaigne] que, para lhe enrijecer a alma, é preciso endurecer seus músculos; acostamá-la ao trabalho, acostumamo-la à dor; é preciso treiná-la na aspereza dos exercícios para educa-la para a aspereza das luxações, da cólica e de todos os males. O Sábio Locke, o bom Rollin, o douto Fleury, o pedante Crouzas, tão diferentes entre si em tudo mais, concordam todos neste único ponto: exercitar bastante o corpo das crianças. (ROUSSEAU, 2004, p.149-150)

Os exercícios corporais aparecem no *Emílio* desde na fase de bebê com menor complexidade, mas na medida em que a criança se desenvolve também a dificuldade é ampliada. Ainda no berço o discípulo já deve ser estimulado a se movimentar e interagir com elementos da natureza, além disso, suas vestes também devem ser adequadas ao movimento:

No momento em que a criança respira ao sair de seus invólucros, não deveis deixar que seja metida em outros que apertem ainda mais. Nada de testeiras e nada de faixas; fraldas soltas e largas que deixem todos os seus membros em liberdade e não sejam nem muito pesadas para atrapalhar seus movimentos, nem quentes demais para impedir que sinta as impressões do ar. Colocai-a num grande berço acolchoado, onde ela possa movimentar-se à vontade e sem perigo. Quando começar a ficar mais forte, deixa-a engatinhar pelo quarto; deixai que a criança se desenvolva e estique as perninhas e os bracinhos e vereis que ela se fortalecerá a cada dia. (ROUSSEAU, 2004, p.45)

Após a criança ter adquirido a capacidade de andar e se movimentar Rousseau mostra como os exercícios na natureza são importantes para a continuidade desta educação de um corpo natural e para a manutenção da vida em acréscimo ele explica como optar pelos exercícios comuns e não priorizar os exercícios comumente explorados:

Uma educação exclusiva, que tende apenas a destacar dos povos os que a receberam, sempre prefere as lições mais caras às mais comuns e, pela mesma razão, às mais úteis. Assim os jovens educados com esmero aprendem todos a montar cavalo, porque isso lhes custa muito caro; mas quase nenhum aprende a nadar,

porque isso não custa nada [...] Enfim, não somos obrigados a montar cavalo sob o risco de vida, ao passo que ninguém está certo de evitar um perigo ao qual estamos tantas vezes expostos. Emílio estará na água e na terra. Possa ele viver em todos os elementos! [...] Tememos que uma criança se afogue ao aprender a nadar; que se afogue ao aprender ou por não ter aprendido, será sempre vossa culpa. (ROUSSEAU, 2004, p.159)

O autor centra-se em uma educação eficaz e que seria capaz de abarcar com as deficiências no processo educacional vigente na época e formar um homem apto à sociedade iluminista, para isso apresenta uma formação a partir da natureza e seus elementos. A prevalência do ensino do nado, em detrimento à montaria, reside na utilidade para a conservação da vida. Rousseau não detalha como ensinar o nadar, contudo aponta a importância e relevância deste tipo de conhecimento. Seu discípulo deve ser instruído a interagir com a natureza e isso também envolve a água seja pelo hábito do banho durante o período de recém-nascido, ou pelo nado num rio. Outro exemplo de exercício do corpo em meio à natureza é a descrição de como o autor ensinaria dança:

Se eu fosse professor de dança, não faria todas as macaquices de Marcel⁵, boas para o país onde ele as faz, mas, em vez de ocupar eternamente meu aluno com cambalhotas, eu o levaria para o pé de um rochedo; lá eu lhe mostraria que atitude é preciso assumir, como se deve manter o corpo a cabeça, que movimento é necessário fazer, de que modo se deve pôr ora o pé, ora a mão, para seguir com ligeireza os caminhos escarpados, ásperos e rudes, e lançar-se de pico em pico tanto subindo como descendo. Faria dele o rival de um cabrito, mais que um dançarino de Ópera. (ROUSSEAU, 2004, p.171-172)

A dança, tal como os demais exercícios, consiste mais em movimentar-se pelo espaço assumindo posturas distintas e do que em elaborar construções coreográficas com alta complexidade. A execução dos movimentos é feita em meio à natureza justamente para que o discípulo possa superar quaisquer obstáculos. Rousseau anseia que seu aluno saiba interagir com a natureza e sobreviver às adversidades. O corpo é instruído a se movimentar de todas as maneiras possíveis.

A corrida também é apresentada no *Emílio* como parte do processo pedagógico, contudo o autor expõe através de exemplo de treinamento para corrida, algumas estratégias para motivar seu discípulo a percorrer distâncias no menor tempo possível

⁵Nota do autor: “Célebre professor de Dança em Paris, que, conhecendo bem a sociedade, fazia-se de extravagante por astúcia e dava à sua arte uma importância que se fingia achar ridícula, mas pela qual se tinha, no fundo o maior respeito. Numa arte não menos frívola, vemos ainda hoje, um artista comediante fazer-se da mesma forma de importante e de louco, e não se sair menos bem. Tal método é sempre certo na França. Lá, o verdadeiro talento, mais simples e menos charlatão, não faz fortuna. Lá a modéstia é a virtude dos tolos”(ROUSSEAU, 2004, p.171).

e apresenta os passeios e corridas ao ar livre como instrumentos para aprender sobre distâncias, valores morais além de fortalecer o corpo.

Considerações Finais

A natureza, para Rousseau, é a fonte de conhecimento mais confiável e o erro das outras educações encontra-se em separar o homem da natureza e priorizar apenas o saber da razão. Neste sentido, o corpo em conjunto à razão deve ser educado e Rousseau apresenta no *Emílio* um tratado acerca desta formação plena, assim o autor coloca o corpo como um elemento importante e anseia que discípulo aprenda a relacionar-se com o mundo natural que o rodeia, para futuramente saber discernir o que lhe for imposto pela sociedade. Segundo Rousseau (2004, p.147):

Esses exercícios continuados, entregues assim à direção apenas da natureza, ao fortalecerem o corpo, não somente não embrutecem o espírito como, pelo contrário, formam em nós uma espécie de razão que a primeira idade é capaz, e mais necessária a todas as idades. Eles nos ensinam a conhecer bem o emprego de nossas forças, as relações entre nossos corpos e os corpos circunstantes, o emprego dos instrumentos naturais que estão ao nosso alcance e que se adaptam aos nossos membros.

A teoria de educação que apreze na obra de Rousseau configura-se como inspiração para a elaboração de diversos manuais voltados para a educação do corpo, além de teorias pedagógicas que se apropriam dos ensinamentos da natureza. O *Emílio* evidencia a importância da educação do corpo através de exercícios e da interação com os elementos da natureza, em contrapartida com a crescente urbanização, Rousseau coloca seu discípulo no campo e ensina-o a viver em meio à natureza, em consequência instrui inclusive o corpo para fortalecer e conservar a vida através de práticas ao ar livre.

Referências bibliográficas

BOTO, Carlota. Rousseau preceptor: orientações pedagógicas para a instrução de crianças verdadeiras. *Cadernos de Pesquisa*. 2012, vol.42, n.145, pp. 226-247. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000100013&lng=es&nrm=iso&tlng=es Acesso em: 14/06/2014

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre:** natureza e educação física em São Paulo (1930-1945). 2009. 170 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000443213>. Acesso em: 14/06/2014

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1 e 2.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2009. 535 p.

LARRÈRE, Catherine. Jean-Jacques Rousseau: o retorno da natureza. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n.21, p.13-30, 2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56546>. Acesso em: 14/06/2014

LEONARD, Fred Eugene. *Guide to the History of Physical Education*. Filadélfia e Nova Iorque: Lea & Febiger, 1923

MARTINS, Maurício Rebelo; DALBOSCO, Claudio A. Rousseau e a primeira infância. *Filosofia e Educação*, v. 4, p. 82-99, 2012. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/3188>. Acesso em: 14/06/2014

OLIVEIRA, F. DE. O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia? *Filosofia e Educação*, v. 4, p. 7-33, 2012. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/3701>. Acesso em: 14/06/2014

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, natureza e educação. *Projeto História*, v.25, 2002, p.69-79. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10581>. Acesso em: 14/06/2014

_____. *CORPO e história*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 180 p.

_____. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da Ginástica no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary e MELO, Victor Andrade de. (Org.). *História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 133-178.

_____. *L'Education du corps, le mouvements et leurs défis*, Conference Plenièrre, Colloque International: Le Corps en Mouvements 2, Montpellier, France, 3-6 juin 2009.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de, Sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991. 423p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação a plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. 454p.

VIGARELLO, Georges (org.) *História do corpo. v.1. Da Renascença as luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008. 663p.

APROXIMAÇÃO ENTRE O OLIMPISMO E OS “ESPORTES DE AVENTURA”

Raoni Perrucci Toledo Machado¹

Resumo: Para uma modalidade esportiva fazer parte do programa Olímpico, muitas discussões são feitas. Estamos vendo uma crescente aparição dos esportes de aventura nos Jogos Olímpicos, porém, o quadro parece ser inverso, onde o COI busca nelas um aliado para sua sobrevivência. Este trabalho buscou elementos para fundamentar esta situação, buscando na história do movimento Olímpico como que foi formando a armadilha em que se colocou, e a forma como está usando os esportes de aventura como sua sustentação.

Palavras chave: Esporte de aventura; Jogos Olímpicos; Olimpismo.

Introdução

Entre os anos de 1875 e 1881, uma equipe de arqueólogos alemães realizaram uma escavação completa no santuário de Olímpia, cujas primeiras tentativas haviam sido iniciadas um século antes, e devolveram ao mundo ruínas que passaram quase dois mil anos enterradas entre 5 e 6 metros abaixo do solo. Esse momento coincidiu com uma fase em que Coubertin, pedagogo de formação, fazia estudos sobre a relação das práticas de atividades físicas e dos jogos na educação dentro das escolas, influenciado principalmente pelo trabalho de Thomas Arnold na escola de Rugby.

Já no final do século XIX, Pierre de Coubertin pode observar que o esporte, apesar de incipiente, estava se organizando para que os atletas pudessem quebrar um recorde, ou que pudessem oferecer o melhor espetáculo possível. Ciente de que este processo de especialização também ocorreu na Grécia antiga, sendo inclusive alvo de crítica por pensadores daquela época, o barão durante seu movimento para a recriação dos Jogos, antes mesmo da realização de sua primeira edição, insistiu em seu caráter amador, promoveu debates e instituiu normas para assegurar que isso fosse seguido.

Associado a isso, seguindo a linha da educação grega, onde os melhores atletas procuravam realizar a prática com mais dificuldade, a fim de aumentar seu mérito pela vitória, ele dizia que vencer não era o único objetivo, e por muitas vezes sequer era um objetivo, mas sim mostrar seu valor. Ele acreditava que a desonra não estava em ser batido, mas sim em não lutar. Fazer renascer os Jogos não era o único objetivo de Coubertin, mas também de criar um sistema institucionalizado que envolveria atitudes morais dos indivíduos e por consequência, de toda a humanidade, esse era o início dos ideais do Olimpismo (COI, 2000).

Contudo, o que levou quase um milênio para acontecer na antiguidade não levou nem um século para ocorrer na atualidade. O fenômeno esportivo moderno foi trilhando o caminho que seu idealizador temia. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e da grandeza do espetáculo, o resultado das disputas e seu apelo popular foram chamando a atenção de governantes e patrocinadores para exporem seus “produtos”. A consequente supervalorização da vitória levou os atletas a se especializarem, a se profissionalizarem, e a buscarem métodos, lícitos e ilícitos, cada vez

¹ Doutor, Universidade Federal de Lavras, raoni@def.ufla.br

mais desenvolvidos para se chegar ao triunfo, deixando de lado os ideais de seu criador. Os Jogos então, salvo as distintas peculiaridades de seus momentos históricos, foram caminhando pela mesma trajetória que percorreram dois mil anos antes.

O esporte competitivo como um todo foi caindo nessa armadilha criada pela contemporaneidade, ele precisa se tornar um espetáculo interessante de ser assistido, cuja audiência atrairá os patrocinadores que sustentarão sua própria existência (MACHADO e RUBIO, 2014).

Estaria então o Olimpismo fadado a viver em um mundo ideal imaginário, separado da real expressão do fenômeno esportivo?

Bom, a saída foi surgindo espontaneamente. Vem sendo curiosamente construída como resultado de um processo originado pela principal consequência da modernidade, que é o seu impacto ambiental. Bento (2013) diz que “o esporte é parte integrante da sociedade e por isso, subordinado a um sistema de normas e valores nela predominante, ou seja, aparentemente não há valores específicos do desporto diferente dos vigentes no contexto social” (pag. 116). Se por um lado a contemporaneidade foi minando os princípios educativos no esporte pretendidos em sua origem, por outro nos apresentou o caminho pelo qual deveríamos seguir. A situação é menos paradoxal do que de início possa parecer.

Quando o homem se deu conta dos impactos de sua própria existência, e que aquilo que existia poderia não mais existir, um movimento de “apropriação” do ambiente natural foi acontecendo, e com isso, foi surgindo uma série de novas modalidades esportivas com características próprias diferentes do modelo tradicional, indo novamente de encontro aos ideais do Olimpismo.

A relação com o Movimento Olímpico

Podemos dizer que, em geral, os megaeventos esportivos são eventos de curto prazo, com duração variável de duas semanas a um mês, mas com consequências de longo prazo para a localidade que o abrigou. Vemos melhoras duradouras na infraestrutura local, um impacto significativo na economia e na vida social, além de conseguir uma exibição da cidade através da mídia, de forma que jamais conseguiriam de outra maneira (MACHADO, 2007). Esta exposição não se dá apenas da cidade, mas também de muitas modalidades esportivas das quais o público em geral não está acostumado a ver pela televisão, podendo despertar um interesse que não se daria de outra forma.

A apropriação desta situação vai ao encontro do que Sahlin (1990) diz, que “*um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação*” (pag. 16). Será justamente por meio desta exposição das modalidades pela mídia, que as interpretaremos sob a ótica preconizada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI, 2010) por meio da *Carta Olímpica*, que entre suas missões, destacamos a procura por “*encorajar e apoiar uma atitude responsável pelos problemas do ambiente, promover o desenvolvimento sustentável no desporto e exigir que os Jogos Olímpicos sejam organizados em conformidade*”, de “*promover junto das cidades e países anfitriões o legado positivo dos Jogos Olímpicos*”, e “*encorajar e apoiar as iniciativas que integrem o desporto na cultura e na educação*” (pag. 11). Contudo, apesar de bem pautado neste documento, Veerman (2008) diz que desde a criação da Comissão de Esporte e Meio Ambiente em 1995 até os Jogos Olímpicos de Inverno de Torino em 2006, período em

que cobriu seu estudo, nenhum projeto de Educação Olímpica Ambiental foi criado, mesmo com a crescente presença das modalidades esportivas realizadas na natureza no programa Olímpico.

A primeira aproximação entre os dois se deu basicamente junto com a recriação dos Jogos Olímpicos na era moderna. Em 1894, dois anos antes da realização de sua primeira edição, Coubertin disse que queria dar uma espécie de premiação para a melhor caça e para a melhor e mais impressionante escalada que ocorresse durante o período entre o final de uma edição dos Jogos e o início da outra, devendo o competidor apresentar evidências de seu feito a um júri, e gostaria de acrescentar uma terceira, na categoria de aviação, porém, como nos mostra Kluge e Lippert (2013), na 12ª reunião do COI realizada em 1911, na cidade de Budapeste, foram apresentadas as dificuldades de realizar o julgamento do grau de dificuldade da escalada, assim como os riscos que escaladores não profissionais gerariam contra a própria vida, e para não existir contradição com o princípio Olímpico do amadorismo, não foi permitido a participação de escaladores profissionais e nem mesmo guias pagos na disputa. Ele por fim se deu por vencido e resolveu não dar continuidade a essas premiações. Contudo, sabe-se que nos Jogos de 1924 foi dado um prêmio na categoria de montanhismo para o Dr. Jacot-Guillarmod, por sua expedição ao Monte Everest (COI, 2000), para os irmãos alemães Franz e Toni Schmid na edição de 1932, e para os suíços Ehepaar e Hettie Dyhrenfurths (Kluge e Lippert, 2013).

Se essa era a realidade no final do século XIX e início do XX, o que pudemos observar no centenário seguinte é bem diferente. As práticas de atividades físicas na natureza foram surgindo e se consolidando, e aos poucos foram ganhando espaço no disputado programa Olímpico.

Durante a realização dos Jogos Olímpicos de verão em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o site do COI², 13 modalidades esportivas classificadas como “de aventura” ou “na natureza” serão disputadas, distribuindo um total de 79 medalhas. Este número representa aproximadamente 25% do total de eventos disputados, se levarmos como base os 302 realizados em Londres – 2012, o que torna significativa a influência que estes podem ter na população em geral. Quando nos referirmos aos Jogos Olímpicos de inverno esse número aumenta ainda mais devido às próprias características de suas modalidades. Das 15 modalidades esportivas presentes no programa de Sochi - 2014, 6 possuem características “de aventura” ou “na natureza”, e distribuíram a maior parte das medalhas em disputa. Dos 98 eventos realizados, estas modalidades foram responsáveis por 56 delas.

A “geração X”

O sinal de alerta para o Movimento Olímpico acendeu no início do século XXI. Um estudo citado por Thorpe e Wheaton (2011), apontou que nos jogos de Sidney – 2000, houve uma redução de 50% na audiência pelo público jovem, de homens entre 18 e 34 anos de idade. Parecia que o modelo tradicional de esporte ia perdendo espaço, e novas estratégias para atrair este público se tornava necessária. Destaca-se a criação dos Jogos Olímpicos da juventude, cuja primeira edição se deu em Singapura - 2010, e a

² www.olympic.org

inserção das modalidades esportivas “de aventura”, que estavam ganhando popularidade em número de praticantes e de audiência, principalmente nos X-Games.

Vimos no início deste texto que apesar de as manifestações das atividades físicas na natureza sob forma esportiva terem tido seu início durante a década de 70, foi somente vinte anos mais tarde que elas começaram a ser ressignificadas, deixando de lado seu caráter formal, com regras tradicionais, e passaram a se desenvolver com regras mais flexíveis, abrindo espaço para a criatividade dos praticantes, criando um ambiente praticamente informal e não institucionalizado das práticas de estilo livre. Logo no início da década de 90 o esqui de estilo livre passou a fazer parte do programa Olímpico de Inverno, estreando em Albertville – 1992, e no ano de 1998³ em Nagano foi a vez do Snowboard ganhar seu espaço. A inserção destas modalidades trouxe maior imprevisibilidade no resultado final de muitas provas, assim como estimulou a imaginação pelo risco nos espectadores, o que despertou bastante interesse, melhorando os níveis de audiência. Nos Jogos de Verão, a primeira tentativa se deu com o windsurfe em 1984, porém não da forma como os fãs queriam, como veremos mais a frente, e somente em Atlanta – 1996 que houve uma nova tentativa de aproximação das modalidades na natureza com a inserção do Mountain Bike e da Canoagem Slalon, e o BMX apareceu valendo medalha somente a partir de 2008.

Além da inserção no programa Olímpico, este movimento foi visto pela rede de televisão norte-americana ESPN como uma oportunidade mercadológica, e em 1995 lançou em Rhode Island (EUA) o por ela denominado de “The Extreme Games”, ou simplesmente, “X-Games”. As características de muitas modalidades que fazem parte do seu programa são redefinidas após cada edição, fazendo com que este evento assuma um papel central na difusão e globalização dos “esportes radicais”.

Inicialmente este processo de aproximação parece que foi se dando naturalmente, contudo, as características destas modalidades esportivas, assim como as dos atletas, praticantes e entusiastas são desde seu princípio um pouco diferentes daquelas que podemos atribuir ao “padrão dominante”, e este grupo é o que estou aqui denominando de a “Geração X”.

Ao fugir das quadras e campos padronizados e ir de encontro ao ambiente natural, longe das regras institucionalizadas, uma série de atividades já existentes passaram a ser ressignificadas, realizando-as em harmonia com a natureza, sem se preocupar em fazer de acordo com a técnica correta, em obediência ao padrão tático pré-estabelecido, enfim, podem realizar atividades cada qual de acordo com seu nível de desenvolvimento, utilizando-se muito mais de sua criatividade do que de suas capacidades motoras determinadas fisiologicamente.

Assim nasceram as atividades físicas na natureza. Diferentemente das modalidades esportivas tradicionais, não possuem limitação de tempo e espaço e os praticantes podem se confrontar com eles próprios em busca de superar limites impostos pela natureza, ou intrínsecos a eles mesmos. Logicamente para se adaptar aos eventos competitivos, algumas mudanças tiveram que ser feitas, tal como, por exemplo, a determinação de um tempo limite para apresentação, de percursos pré-definidos, e

³ Até 1992 os Jogos Olímpicos de Inverno eram disputados no mesmo ano que sua versão de verão. A partir desta edição, passaram a ser realizados de forma intercalada a cada dois anos. Para tanto, foi realizada uma nova edição dos Jogos de Inverno em 1994, retornando sua periodicidade quadrienal a partir de 1998.

de códigos de pontuação para manobras realizadas. E foi assim que elas foram gradualmente sendo absorvidas pelos programas de diversas competições esportivas.

Um estudo realizado por Thorpe e Wheaton (2011) buscou fazer a análise deste movimento de aproximação, através das características de três modalidades esportivas – o windsurf, o snowboard e o BMX.

Pela análise dos autores, a primeira delas, o windsurfe, como dissemos atrás, apesar de ter sido a precursora das atividades físicas na natureza a fazerem parte do programa Olímpico, elas não tiveram fácil aceitação de todas as partes. O maior público desta modalidade era em sua manifestação *freestyle*, contudo, nos Jogos Olímpicos foram inserida juntamente com as provas de iatismo sob o formato de regata, porém, o estilo destes novos atletas não causou boa impressão com a comunidade mais conservadora dos iatistas, e nem atraiu os fãs do windsurfe para esta “corrida”, dado que queriam ver as manobras do estilo livre. Já o snowboard, depois do enorme sucesso que teve durante a primeira edição dos X-Games de inverno em 1997, o Comitê Olímpico Internacional (COI) decidiu já no ano seguinte incluí-lo nos Jogos, porém, sob os cuidados da Federação Internacional de Esqui, e não a de Snowboard, o que deixou muitos atletas e fãs descontentes sobre essa arbitrariedade do COI e sobre os rumos que a modalidade teria a partir disso, gerando inclusive alguns boicotes por parte de alguns atletas, contudo, sem a mesma força do que o dos skatistas que foram contrário sobre tornar a modalidade “olímpica”, acreditando que o “espírito” do skate não tem nada a ver com o conservadorismo olímpico. Por fim, o BMX, uma modalidade oriunda da criatividade de crianças e adolescentes que adaptaram suas bicicletas e o terreno para se parecerem com as provas de motocross, foi incorporada pela União Ciclista Internacional UCI como modalidade esportiva oficial em 1993, e em apenas três anos já ocupavam grande parte do programa dos X-Games, mas estreou nos Jogos Olímpicos apenas em 2008. O grande sucesso fez com que se iniciasse um movimento para usar o BMX freestyle como nova modalidade nos jogos, mas encontrou grande resistência dentro dos próprios atletas, como ilustra uma frase citada pelos autores do estudo, dizendo que *“We created BMX freestyle to do our own thing, express our own definition of sport, and to have the freedom to express this how we please; not to have our opinions sanctioned by a higher power”* (pag. 841).⁴

Considerações finais

Vimos que o Movimento Olímpico encontrava dificuldades ao final do século passado em relação a sua renovação de audiência entre o público jovem, e que encontrou nas atividades físicas na natureza uma possível saída para esse problema, apostando em suas características na adequação para as mudanças da própria sociedade.

Apesar disso, Thorpe e Wheaton (2011) mostraram que atletas e entusiastas pertencentes a “geração X” ainda sofrem certos preconceitos pela diferença de ideologia frente ao fenômeno esportivo, mas que paradoxalmente, sua essência está fortemente vinculada aos princípios presentes na Carta Olímpica desde seu princípio.

⁴ Nós criamos o BMX e estilo livre para fazer nossas próprias coisas, para expressar nossa própria definição de esporte, e para ter liberdade para isso como quisermos, e não para ter nossas opiniões sancionadas por um poder superior.

Muitas vezes precisamos de programas especializados em Educação Olímpica para passar valores a praticantes de outras modalidades, mas que já está inerente aos praticantes das modalidades esportivas na natureza. Ou seja, dado a popularidade do skate no Brasil, principalmente entre as camadas de maior vulnerabilidade socioeconômica, da existência de um ídolo para as crianças se espelharem, do potencial educativo desta modalidade e da presença no programa Olímpico, acredito que seja tenhamos um ambiente muito bom para desenvolvermos programas educacionais, mas ainda não explorado. De acordo com a Federação Internacional de Esqui, existe apenas um único programa educacional relacionado ao esqui na América do Sul, realizado na cidade de Bariloche, na Argentina⁵.

Frente a este quadro, portanto, observamos que desde o final do século passado, o Comitê Olímpico Internacional vem apresentando ações com o intuito de integrar os objetivos do Movimento Olímpico com as questões ambientais. Apesar disso, poucos estudos tem se dedicado à apropriação deste legado por profissionais do esporte e suas potenciais utilizações como ferramenta educativa através da Educação Olímpica. A tendência das pesquisas nesta área procuram prioritariamente avaliar o impacto das instalações esportivas no meio ambiente e as influências que os megaeventos terão no turismo, deixando esta lacuna no campo educacional e sociocultural.

O preenchimento desta lacuna através de futuras pesquisas poderá ter efeitos positivos ao meio ambiente, dado que praticantes de atividades físicas na natureza assim como os ecoturistas tendem a possuir uma melhor consciência ecológica, além do fato de o contato direto com o meio ambiente ser extremamente favorável à construção de valores educativos neste sentido, como demonstrou Certeau (2014). Então, além de procurar formas de aproximação destas atividades de forma voluntária e livre para a população em geral pensando nos seus benefícios educativos, ao potencializar a utilização destas práticas enquanto modalidades esportivas, poderemos fazer com que um numero maior de praticantes poderão se tornar atletas competitivos nestas modalidades, aumentando as chances de bons resultados esportivos em médio prazo.

Referências bibliográficas

BENTO, J. O. **Desporto: Discurso e substancia**. Belo Horizonte, Instituto Casa da Educação Física, 2013.

BETRÁN, J. O. Dossier las Actividades Físicas de Aventura em la Naturaleza: Análisis sociocultural. **Apunts**. N. 41, 1995.

BETRÁN, A. O.; BETRÁN, J. O. Propuesta de una clasificación taxonômica de lãs actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. **Apunts**. Nº 41, p. 108-123, 1995.

CAMPS, A.; CARRETERO, J. L.; PERICH, M. J. Aspectos normativos que incidem en lãs actividades físico-deportivas en la naturaleza. **Apunts**. Nº 41, p. 44-52, 1995.

⁵ http://wiki.fis-ski.com/index.php/Esqui_Escolar/skiing_for_school_kids%28Argentina%29, acesso em 25/05/2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Carta Olímpica**. Lisboa, Comitê Olímpico de Portugal, 2010.

COI. **Pierre de Coubertin - Olympism**: selected writings. International Olympic Committee, Lousanne, 2000.

KLUGE, V.; LIPPERT, T. The Olympic alpinism prize and a promise redeemed. **Journal of Olympic History**. V. 21, n. 3, p. 32-43, 2013.

MACHADO, R. P. T. **O Atleta como maior legado Olímpico**. In: RUBIO, K (Org.). **Megaeventos esportivos: ética e responsabilidade social**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

MACHADO, R. P. T.; RUBIO, K. **Legados do Esporte**: atleta, cultura e educação. In: São Paulo, Casa do Psicólogo, 2014.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

THORPE, H.; WHEATON, B. 'Generation X-Games', action sports and the Olympic Movement: understanding the cultural politics of incorporation. **Sociology**. V. 45, n. 5, p. 830-847, 2011.

VEERMAN, C. C. **Educação Olímpica com base na proteção do meio ambiente – experiência de megaeventos Olímpicos**. In: DaCOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legado dos Megaeventos esportivos**. Brasília, Ministério do Esporte, 2008.

USOS DO TEMPO LIVRE, OSTENTAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XIX -
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO DE PELOTAS/RSRenata Brauner Ferreira¹

Resumo: O objetivo deste estudo é o de mapear as práticas realizadas pelas diferentes classes sociais no que se refere aos usos do tempo livre no último quartel do século XIX em Pelotas, procurando dar ênfase àquelas práticas associadas à elite e às classes sociais menos favorecidas. Utilizar-se-á o conceito de “ócio conspícuo” de Thorstein Veblen para analisar as práticas realizadas pela elite pelotense, as quais hoje estariam associadas ao campo do lazer. No entanto, esta mesma elite controlaria rigorosamente o tempo ocioso de escravos, libertos e populares preocupando-se com a ameaça que estar representariam ao ocupar o seu tempo fora da vista de seus donos, no caso escravos, ou fora da vista de seus patrões, no caso, libertos e trabalhadores. A metodologia utilizada consistiu na coleta, leitura e análise de fontes primárias, tais como os periódicos pelotenses do século XIX, e na revisão bibliográfica de obras teóricas, assim como, das principais obras escritas sobre este período da história de Pelotas.

Palavras-chave: Lazer. Tempo livre. Thorstein Veblen.

O objetivo deste estudo é o de mapear as práticas realizadas pelas diferentes classes sociais no que se refere aos usos do tempo livre no último quartel do século XIX em Pelotas, procurando dar ênfase àquelas práticas associadas à elite e, em oposição, às classes sociais menos favorecidas. A metodologia utilizada consistiu na coleta, leitura e análise de fontes primárias, tais como os periódicos pelotenses do século XIX, e na revisão bibliográfica de obras teóricas, assim como, das principais obras escritas sobre este período da história de Pelotas.

A origem da palavra lazer (do latim *licere*, “ser permitido”) remete à civilização greco-romana, com o sentido de ser o oposto ao trabalho: “*O ideal do cidadão livre, tanto em Atenas como em Roma, até a consolidação do cristianismo, era a plena expressão de si mesmo nos planos físico, artístico e intelectual*” (CAMARGO, s/d, p. 27). O que levou vários autores² a considerar o mundo do trabalho como sendo composto por uma série de obrigações, horários, regras, tarefas, restrições, enfim, enquanto o mundo do lazer constituir-se-ia por momentos de criatividade, liberdade, emancipação. Discordar-se-á destes, pois, analisar-se-á o lazer neste estudo não como uma esfera isolada e autônoma na qual o homem poderia realizar-se de forma plena, sem amarras ou pressões sociais, ou ainda como um momento libertador, de escolha individual, de emancipação, a ideia que se pretende abordar aqui é a do lazer na perspectiva de Thorstein Veblen, destacando o seu conceito de ócio conspícuo, ou seja, em uma sociedade em que o trabalho é considerado uma tarefa humilhante reservada às classes

¹ Mestre em História, UFRGS; Dra. em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. Docente na Universidade Regional de Blumenau, FURB. renatabrauner@yahoo.com.br

² Por exemplo, Russel é um dos autores clássicos a fazer o ‘Elogio do Ócio’, citando as maravilhas que os gregos puderam fazer graças a liberação dos trabalhos propiciadas pelos escravos, e – pensava o autor – quantas mais maravilhas não poderiam ser criadas com a democratização do tempo ocioso, ou como bem enfatizava ele com a sua justa distribuição.

inferiores, o ócio se apresenta como um meio para obter o respeito dos outros, a desnecessidade de trabalhar passa a ser um requisito de decência’.

Assim, nos estudos sobre o lazer uma questão central é o fato de que os estudiosos são unânimes em dizer que ele ocorreria no tempo livre do trabalho e das demais obrigações sociais³, o que parece inviabilizar o uso do termo para compreender as práticas da elite pelotense que, neste momento, procura abster-se de qualquer tipo de trabalho – principalmente, o manual – assim, é a partir do conceito de “ócio conspícuo” de Thorstein Veblen que se encontrou um conceito mais apropriado para analisar estas práticas.

Daí a importância do ócio, considerado como o tempo gasto em atividade não produtiva, ou seja, sem retorno financeiro, o que fazia com que a classe superior se abstinhasse de qualquer trabalho manual, primeiro pela indignidade do trabalho produtivo e segundo para demonstrar a sua capacidade financeira de viver uma vida inativa. Afinal não bastaria ter riqueza e poder é preciso demonstrar que se tem. Assim os gostos refinados, as boas maneiras e os hábitos requintados de vida constituem-se em sinal útil de bom nascimento porque a boa educação requer tempo, esforço e dinheiro, estando fora do alcance dos que têm todo o seu tempo e energia ocupados com o trabalho (2001).

Logo, no século XIX a elite pelotense dispunha, pelo seu alto poder aquisitivo, de inúmeras atividades artístico-culturais. O Teatro Sete de Abril era símbolo de prestígio, nele se encontravam as mais famosas companhias teatrais da época e sempre dispoñdo de grande público. *“Escritores de expressão local e regional, às vezes em primeira mão, tiveram seus trabalhos apresentados no palco do Sete de Abril”* (GUTIERREZ, 2004, p. 157).

Mas não bastava à elite a existência pura e simples do tempo do não trabalho, não era suficiente ter riqueza e poder era preciso demonstrar que se tinha. Então, senhores e senhoras desta classe não se furtavam da realização de atividades que demonstrassem o seu desprendimento do trabalho desenvolvendo habilidades e “talentos” sem fins lucrativos como, por exemplo, musicais, esportivos, filantrópicos, etc

Quanto maior a eficiência do indivíduo em tais talentos e quanto mais patente a observância de atividades sem fins lucrativos ou diretamente úteis tanto mais tempo e dinheiro são gastos na sua aquisição maior a respeitabilidade resultante (VEBLEN, 2001, p. 101-2).

A prova do ócio toma a forma de bens imateriais: a moça que tocava piano ou algum outro instrumento, a observância das regras de etiqueta, a realização de filantropia, a desenvoltura no idioma francês que se falava nos saraus, o aprendizado das prendas domésticas, como, croche, tricôs bordados, rendas e, algumas vezes a prática de algum esporte.

Sobre as atividades femininas o recebimento do periódico chamado “Jornal das Famílias” é bastante esclarecedor:

³ Ver principalmente as obras clássicas de Jofre Dumazedier sobre lazer.

Acabamos de receber o último número d'esta importante publicação ilustrada, artística, recreativa, etc ornada de figurinos, vinhetas, gravuras sobre aço, aquarelas, sépias, peças de música, desenhos de trabalhos sobre talagarças, croche, tricô, lã e bordados, moldes de vestidos, capas e em geral tudo o que é concernente a trabalhos de senhoras (Correio Mercantil, 12/08/1877, p. 2).

Quanto aos rapazes, filhos de charqueadores (...) despreocupados com a sobrevivência, puderam se dedicar largamente aos estudos, às letras, às ciências e às artes (MAGALHÃES, 1993, p. 122).

A realização dos saraus para as famílias da aristocracia pelotense também era uma prática comum, podendo estes, serem em casas familiares ou eventos públicos, no primeiro caso eram para um grupo restrito e algumas pessoas mais chegadas, no segundo caso podendo ser cobrada um ingresso dos homens.

os homens se apresentavam de fraque e cartola e as senhoras de finas roupas. (...) A casa era sempre decorada à luz de velas, através de lanternas japonesas e todos os móveis reluziam à limpeza. (...) A animação do Sarau ocorria por conta de um quarteto de cordas (Souza, 2000, p. 8-10).

Os saraus começaram por volta de 1812 e praticamente teriam acabado em 1889, com a formação dos clubes sociais. Os bailes representavam uma grande oportunidade para se demonstrar a elegância e poder aquisitivo diante da sociedade, eram ocasiões perfeitas para “ver e ser visto”, assim como o passeio público: “(...) o público em geral e especialmente o ilustre madamismo [sic] mostra-se em festivas galas nos passeios, da ponte e das ruas da cidade” (Correio Mercantil, 14/08/1877, p. 2).

Havia também outras formas de divertimento, como o Parque Souza Soares, o Ringue de Patinação, os teatros e com uma certa regularidade espetáculos circenses mas todos eram direcionadas a um público específico, aqueles que tinham poder aquisitivo suficiente para pagar por eles (LONER, s\ d).

Alguns apreciavam momentos de lazer ao ar livre como passeios campestres e fluviais, além de apreciar a prática de vários esportes. Um cronista comenta

Diversos cavalheiros distintos capitalistas e comerciantes d'esta praça, com suas Exmas. famílias pretendem realizar amanhã uma viagem de recreio a Santa Izabel, a bordo do vapor S. Pedro, que, fretado para este fim , saíra deste porto às 5 horas da manhã e regressará as 6 da tarde.

É realmente um passeio importante e aprazível, tão útil quanto agradável e recreativo, [...] sendo a reunião composta de muitas das principais famílias da nossa sociedade (Correio Mercantil, 05/01/1876, p. 1).

Percebe-se que a própria disposição da cidade fornece pistas sobre a sociedade que ali habita, assim, reforça-se a idéia de que um centro urbano, ao constituir-se *“reproduz na apropriação do solo a assimetria social que a cidade comporta”* (PESAVENTO, 2001, p. 22). Gastão d’Orleans (futuro Conde D’Eu) em sua visita a cidade em 1865 afirma que *“as diferentes classes de população estão [...] bem separadas: em certas ruas as residências ricas; noutras as lojas”* (MAGALHÃES, 1993, p.88).

Havia uma preocupação também com a criação de espaços ao ar livre, lugares no espaço urbano em que as classes sociais mais altas pudessem desfrutar, onde elas pudessem ver e ser vistas, lugares chamados pelas elites de *“espaços públicos”*, mas, cujo conceito era bem mais restrito não correspondendo a definição de um espaço de e para todos. A restrição do significado do termo público evidencia-se, por exemplo, no episódio sobre a praça central de Pelotas.

Assim, o Jornal Correio Mercantil (1876) comenta sobre a praça principal da cidade reforçando a ideia de que o acesso a ela deveria ser restrito, por isto, a insistência no gradeamento já que, segundo o próprio jornal, a população estaria completamente privada de *‘locais agradáveis e pitorescos’*, havendo falta de espetáculos e de outros divertimentos para passeio e distração. Ou seja, há uma preocupação com o tipo de público que vinha frequentando o local. Em segundo lugar, o jornal dizia que não era com arborização que se iria melhorar o estado deplorável do lugar e que esta idéia de arborização seria mais aproveitável se fosse antecedida pela colocação do gradil (GUTIERREZ, 2004).

Se para os escravos a praça central tinha outro significado, era nela que no início do século XIX ficava o pelourinho, onde aconteciam os castigos públicos impostos pelos senhores, já em fins do século XIX a preocupação da elite com os usos do espaço público não se restringia aos escravos, mas também aos libertos e as classes populares em geral, para cercar o espaço *“público”* foi preciso gradear a praça para selecionar a entrada nela:

Um ano antes da Abolição, a praça estava equipada e segura em relação aos escravos e aos futuros libertos. Primeiramente no Campo, ocorreu a ereção do pelourinho, símbolo de autonomia municipal do Império e local de castigos dos trabalhadores escravizados. Depois, a natureza, as árvores, as plantas, o lago, acompanhados pelos elegantes chafariz, grades e portões de ferros formavam um ambiente pitoresco, que podia ser desfrutado com privacidade, tranquilidade e segurança pelos senhores, senhoras, senhoritas e senhorinhos” (GUTIERREZ, 2004, pp. 251-2).

A pesquisa das práticas de lazer a partir dos periódicos do final do século XIX tem suas limitações, principalmente no que se refere a um recorte de classe social, afinal é apenas o lazer de uma parcela da população, da elite, que se destaca nas páginas dos jornais, pelo menos nas crônicas sociais: bailes grandiosos, festas religiosas, apresentação de espetáculos musicais e teatrais, *“Praças de touros”*, *soirrées*, passeios fluviais, apresentação de artistas internacionais, enfim, uma série de atividades recreativas-culturais. Sobre o restante da sociedade pairava um silêncio. Diz Pesavento

(2001, p. 12-3) que os chamados indesejáveis, perigosos, marginais podiam se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silenciava e negava a presença. Esses excluídos, os não-cidadãos *“podem ser também, numa certa dimensão, silêncio e ausência, pois nomear é ascender à humanidade, elevando-o à categoria de ator social. São ausentes da história, ausentes da memória, os invisíveis do espaço urbano”*:

Enquanto a elite branca refastelava-se aos domingos em viagens náuticas de recreio entre Pelotas e Rio Grande, com direito de acompanhamento, à bordo, de banda musical, seus escravos articulavam silenciosamente táticas pra driblar uma vidinha sofrida que, de resto, pouco oferecia além da parca sobrevivência física (MELLO, 1994,p. 123).

O tempo ocioso não aparece como um direito de todos, então, a elite se preocupava também com a forma que as classes desprivilegiadas ocupavam o seu tempo fora da vista de seus donos, no caso escravos, ou fora da vista de seus patrões, no caso libertos e trabalhadores. Para a elite o tempo ocioso das classe subalternas constituía uma ameaça, porque estas últimas não saberiam aproveitar o tempo de maneira produtiva e se lançariam em botequins e tabernas, vadiando, bebendo, jogando e brigando e, nestes espaços, também planejando fugas de escravos e todo tipo de desordens.

A presença de cativos, libertos, pobres, vadios, só era tolerada no espaço urbano se o escravo se fizesse acompanhar por uma justificativa, uma ordem dada pelo seu senhor e esta tarefa deveria ser executada o mais rápido possível, pois, a presença destes viriam a “prejudicar o visual da cidade”, afinal, dizia-se que era preciso “nivelar as belezas da cidade com seu progresso” (GUTIERREZ, 2004, p. 250).

Sobre o tempo ocioso dos escravos e, mais tarde, libertos, sabe-se que era muitas vezes empregado no que a elite chamava com uma certa aversão de “batuques” e “feitiçarias”. A historiografia aponta que esta mistura de festa e de religião representava também uma forma de resistência ao cativo e uma maneira de intimidar a elite através do medo:

as religiões populares, e o batuque pode ser aí incluído, na busca de justiça, se constituem não só como paliativos para as desgraças reais de um cotidiano percebido como sem saída, mas também como elaboração realista e consciente das adversidades do cotidiano funcionando como pólo de resistência numa sociedade onde a cidadania foi recusada para maioria e onde a opressão é a regra de existência social das camadas populares (MELLO, 1994, p.53).

Dalla Vechia (1993) salienta que às vezes, os escravos se reuniam no meio do mato para suas danças e batuques e que quando os patrões viajavam eles iam a cavalo para os bailes mais distantes da fazenda, outros aproveitavam a oportunidade para a fuga

as casas de uma grande área de construção permitiam que os escravos tivessem suas diversões. Segundo depoimento, o rufar dos tambores ajudaria a intimidar os senhores. Isso abriria espaço para o senhor 'tolerar' os divertimentos dos escravos. O aspecto conflitivo se manifesta na presença de um vigia que alerta qualquer aproximação do senhor ou dos seus guardas. Os terreiros de batuque e umbanda mantiveram o costume do vigia até que os cultos afro-brasileiros foram permitidos e os centros organizados em federações oficializadas (DALLA VECHIA, 1993, p. 146).

Segundo Loner (1997) é a partir de 1880 que os negros começam a formar associações na cidade, muitas delas possuíram grande longevidade. Entre os anos de 1880 e 1888, contam-se três entidades beneficentes: S.B. Fraternidade Artística, S.B. Feliz Esperança (1880) e S.B. Harmonia dos Artistas (1881); duas entidades recreativas: S.Bailante Recreio dos Operários e Club Carnavalesco Nagô (1882) e uma entidade representativa chamada Centro Ethiópico. Havia também entidades religiosas Irmandades católicas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito e a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade. A autora ainda salienta que estas entidades visavam também a elevação econômica e social do negro e tinham um caráter abolicionista.

A respeito do Clube Nagô há uma divergência entre dois historiadores, para Marco Mello este clube seria formado exclusivamente por negros já para Beatriz Loner participaria também dele homens brancos o que justificaria a deferência com a qual ele era tratado na imprensa. As atividades que estes clubes se envolviam em momentos não carnavalescos não diferiam dos clubes de brancos, eles realizavam, por exemplo, saraus e passeios.

As associações tinham códigos de conduta internos e regras próprias do que era ou não permitido. Mas todas procuravam seguir, de uma forma ou de outra, o modelo das camadas mais altas da sociedade. Obviamente, muitos destes códigos e normas, eram feitos de forma a tornar impossível que outros setores os seguissem integralmente, tal como os relativos à toalete das damas, ou ao luxo da ornamentação do ambiente, exatamente para marcar a diferença entre a plebe e a elite. Portanto, tornava-se necessário fazer adaptações para que setores com menos recursos pudessem participar de atividades sociais próprias de forma satisfatória..

Afinal, se era difícil, para associações compostas dos setores menos privilegiados da sociedade, a rígida observância de regras sofisticadas, tal como a Terpsichore, que no Carnaval de 1897 disciplinou a cor das roupas das moças que não usassem fantasia, sempre era possível tentar mostrar distinção, como a Filhos do Trabalho, que só permitiu confetes de cor vermelha e azul e jogados separadamente em sua festa de carnaval do mesmo ano. Os redatores de jornais, eles próprios procedentes

de setores médios da sociedade, referiam-se às festividades de associações de setores étnicos ou de trabalhadores, com uma postura que aliava o desejo evidente de mostrar que estes setores sabiam se comportar como os demais, a uma certa dose de condescendência explícita, por exemplo, quando descrevem o recinto da festa como um “salão modestamente adornado”, ao que logo acrescentam que as festas ocorreram de forma harmônica, conduzidos pelos “honestos e honrados cidadãos” ou “operosos e dignos obreiros”. Isso fazia parte também da estratégia de valorização do trabalho e seu agente, readequação ideológica e social necessária numa sociedade que apenas transitava para o trabalho assalariado, convivendo ainda com o trabalhador cativo (LONER, s/d).

Além de estar muito preocupada com os seus próprios divertimentos a elite não descuidava dos possíveis espaços de divertimento ou mesmo do que chamava a “vadiagem” de escravos e libertos. Para o sistema escravista era inadmissível a existências destes locais onde negros, tanto na condição de escravos como de libertos, pudessem fazer reuniões festivas para o desfrute dos “reviras” ou “prazeres da dança” fossem confrarias abolicionistas ou terreiros de batuque, nestes lugares a repressão se abatia em geral com grande violência. (MELLO, 1994). Um cronista comenta que na cidade vizinha chamada Bagé publica-se punições para quem não tem uma “ocupação honesta” e sugere que se faça o mesmo em Pelotas:

(...) bem se precisa também n’esta cidade igual providência para maior sossego da polícia, segurança individual e garantia de propriedade.

Há por aí, infelizmente, muito vadio que passa as noites aos jogos e os dias na ociosidade (Correio Mercantil, 14/08/1877, p. 1).

Esta preocupação não era nova já estava presente no Primeiro Código de Posturas da cidade de 1834 onde pode-se ler “ao toque de silêncio se fecharão todos os bilhares, botequins, tabernas e casas de pastos (...)”

Através das posturas policiais também pode-se perceber um cerceamento do espaço urbano para escravos, pois, não se devia:

Consentir em casas públicas de negócio, pessoas escravas sentadas ou paradas, por mais tempo, do que for necessário para a compra dos gêneros, que forem buscar, ou comendo, ou conversando, tocando qualquer instrumento, bailando ou jogando (GUTIERREZ, 2004, p. 186-7).

Mello (1994) afirma que a prisão de escravos pela contravenção de vadiar era prática costumeira, pois, acreditava-se que “muita” liberdade instigava a propensão ao ócio e ao desenvolvimento de atitudes criminosas.

Para os segmentos menos favorecidos o tempo livre representava uma forma de se desligarem da dura realidade na qual viviam. Era nos chamados “reviras” e “batuques” que tinham a oportunidade de interagir, mesmo que por breves instantes, com seus semelhantes para dançar, beber, planejar fugas, enfim, extravasar sentimentos duramente reprimidos por uma sociedade intensamente estratificada.

É importante ressaltar que todo o luxo e ostentação da elite pelotense do século XIX só foi possível graças à instituição da escravidão, era esta que permitia tanto tempo ocioso aos senhores e senhoras da “aristocracia” pelotense. A elite aproveitava os prazeres urbanos, segundo as palavras de um cronista, “*deliciava-se de passeios pelas ruas d’esta Pérola do sul (...) vão a tarde ao boulevard e à noite ao teatro*” (Correio Mercantil, 14/08/1877, p. 1).

O lazer da elite era bastante destacado, pois, considerava-se o trabalho braçal indigno, devendo então ser realizado pelas classes menos favorecidas. Os segmentos mais pobres dispunham de escassas opções para seu entretenimento como apresentações públicas das bandas de música, passeios na praça, tabernas e botequins, ou seja, divertimentos gratuitos ou a preços populares. Os negros, especialmente, tiveram que dispor de coragem e criatividade para realizar suas manifestações, sofrendo duramente com a repressão das autoridades.

Assim, procurou-se falar do que hoje define-se como lazer, mas de uma forma que abarcasse a realidade de uma cidade do século XIX, onde o trabalho era considerado indigno e o ócio uma forma de ostentação e de enobrecimento, ao mesmo tempo, que marcava as desigualdades sociais e tratava as atividades realizadas no tempo ocioso dos escravos, libertos e pobres em geral como uma ameaça a paz e a ordem desta sociedade.

Fontes primárias, periódicos de Pelotas:

Correio Mercantil, 1875-1878

O paiz, 1876

Jornal do Comércio, 1876

Diário de Pelotas, 1877

Referências

CAMARGO, L. O. de L. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.

DALLA VECCHIA, Agostinho M. Os filhos da escravidão: Memória de descendentes de escravos da região meridional do RS. Pelotas: Universitária, UFPEL, 1994.

GUTIERREZ, Ester J. B. Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888. Pelotas: Universitária, UFPEL, 2004.

LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In História em Revista. UFPel, vol. 3, 1997.

LONER, Beatriz Ana. Pelotas Se Diverte: Clubes Recreativos e Culturais do Século XIX. In História em Revista. UFPel, vol. 8, 2000.

LONER, Beatriz Ana. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande 1888-1930. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

MAGALHÃES, Mário O. Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas, (1860-1890). Pelotas, EdUFPEL: coedição Livraria Mundial, 1993.

MELLO, Marco Antônio Lirio de. Reviras, Batuques e Carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: ed. da UFPel, 1994.

PAULA, Débora Clasen de. Praça Pedro II: a construção de um espaço de sociabilidade (1861-1889). Pelotas, monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas. Janeiro, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. SP: Companhia Editora Nacional, 2001.

RUSSEL, Bertrand. O elogio do lazer. In DE MASI, Domenico (org) A economia do ócio. RJ: Sextante, 2001.

SOUZA, Silvana das Neves. "Sarau: espaço de sociabilidade noturno na cidade de Pelotas. (1880-1900)". Pelotas, monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas. Janeiro, 2000.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. SP: ed. SESC e Studio Nobel, 1999.

VEBLEN, Thorstein. Emulação pecuniária In OLIVEIRA, Paulo de Salles. O lúdico na cultura solidária. SP: Hucitec, 2001

VEBLEN, Thorstein. Ócio conspícuo In OLIVEIRA, Paulo de Salles. O lúdico na cultura solidária. SP: Hucitec, 2001.

LITERATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

Ricardo de Figueiredo Lucena¹

Resumo: O presente estudo retoma a questão da relação entre literatura e esporte na sociedade brasileira. Em especial as crônicas de jornais que tanto se voltaram para os novos divertimentos do final do século XIX e início do século XX, com destaque para os sports e mais especialmente o futebol. Atentar para o que caracteriza essa relação e apontar a atenção também de poetas e romancistas ao envolvimento da sociedade com os esportes é aqui mais um fator de observação, visto que não se resumiu aos jornais o debate sobre os esportes, tendo merecido a caracterização de personagens nos romances e vários poemas, onde se destacam autores como Lima Barreto, Carlos D. de Andrade, José Lins do Rêgo, entre outros. Entender que, através do que foi e é produzido nos diferentes gêneros literários, poderemos construir uma narrativa sobre o esporte, a dança e a educação física no Brasil.

Palavras-chave: Esporte. História do Esporte. Literatura como fonte.

A relação entre fontes literárias e o esporte sempre foi, por mim, um motivo de estímulo e envolvimento. Acredito que a literatura é uma fonte riquíssima para os que se dedicam a história do esporte, dos jogos, da dança e até da educação Física. Mas por que isso é verdade? Ora, durante muitos anos essas práticas foram tidas como práticas menores para os que fazem a “ciência”, e como tal não mereceram por parte desses estudiosos muita atenção.

Porém, um aspecto a considerar é o contexto do fazer literário e seus “compromissos” especialmente ao longo do século XX no Brasil. A noção de nacionalismo presente no fazer literário do final do século XIX e início do século XX trata basicamente de *“uma longa tradição (vinda de outros lugares decerto) de reflexão sobre o ser nacional e, junto com isso, sobre o ser da literatura enquanto constituinte da nacionalidade.”* (FISCHIR, P.100) Esse, para mim, uma das principais características da literatura no Brasil do início do século XX e onde mais se acosta a questão das práticas de divertimento como as danças, os jogos e, em especial, os *sports*.

Numa pesquisa realizada no início dos anos 2000² tratei de discutir a inserção do esporte entre nós tendo como fonte privilegiada as crônicas dos jornais de final do século XIX e início do século XX. Mas por quê, naquele momento, me pareceu que as crônicas eram uma entrada privilegiada para entender a introdução dos esportes entre nós? Primeiro porque o divertimento no formato de *sports* tinha virado coqueluche no Brasil da segunda metade do século XIX. Era o que havia de moderno entre os costumes que vinham sendo introduzidos nas nossas grandes cidades, especialmente na capital da República, o Rio de Janeiro. Mas também em outras cidades como São Paulo, Recife, Salvador e Belém³, podíamos enxergar o envolvimento como esse divertimento vindo

¹ Professor doutor, PPGE/CE/UFPB. caicolucena@gmail.com

² Essa pesquisa resultou no meu trabalho de doutorado intitulado o Esporte na Cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000. Posteriormente foi publicada pela Autores Associados, Campinas, SP, 2001

³ A esse respeito vale a pena ler “Os *sports* e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX. Victor MELLO (org.) Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

da Europa, especialmente, da Inglaterra. Os sports e o sportman, portanto, eram signos de modernidade e avanço, também uma maneira de se distinguir enquanto indivíduo e enquanto grupo.

Segundo porque a crônica era uma forma de expressar uma visão sobre a cidade e nada melhor do que opinar sobre uma prática nova que cativava especialmente as elites, mas que ganhava dia a dia mais adeptos entre os diferentes grupos que viviam a vida das cidades em constantes mudanças urbanísticas com o advento dos automóveis, da energia elétrica, do cinematógrafo, etc. Uma maior interação e uma maior diversidade também. A crônica, porque a crônica está diretamente ligada ao imediato, ao dia-a-dia, ao efêmero cotidiano que retrata a cidade. Conforme Cândido (apud MORENO, 1997, p. 1293-1294), “... humaniza o cotidiano, tira o pensamento da retidão, redimensiona coisas e pessoas. Sobretudo, mostra a grandeza, quem sabe a beleza, dos pequenos acontecimentos”. A própria palavra *crônica* está vinculada ao termo grego *chronos*, que vem a significar tempo e é a relação com o tempo (e o lugar?) – o tempo do autor ou o seu tempo – que muito a caracteriza.

E foram vários os nossos cronistas que se debruçaram sobre a cidade e, na cidade, dedicaram algumas linhas sobre os sports ainda no século XIX. José de Alencar foi um deles. Em 1854, em uma de suas crônicas já dizia:

Domingo passado o caminho de São Cristóvão rivalizava com os aristocráticos passeios da Glória, do Botafogo e São Clemente, no luxo e na concorrência, na animação e até na poeira. O Jockey Clube anunciara a sua primeira corrida e, apesar dos bilhetes amarelos, dos erros tipográficos e do silêncio dos jornais a sociedade elegante se esforçou em responder à amabilidade do convite (ALENCAR, apud BANDEIRA, 1965, p. 209).

Alencar já anotava o início das corridas de cavalo no elegante Jockey Clube e gosto “da sociedade elegante” no sentido de comparecer ao evento respondendo “à amabilidade do convite”.

No limiar do século XX, outro literato e cronista que não poupou esforços para retratar a prática dos esportes entre nós foi Olavo Bilac. Quando Bilac (1904, p. 105) descreve, a seu modo, a regata do campeonato de remo de 1900, comparando os remadores aos guerreiros da batalha de Salamina (*Meninos! Foram músculos como esses que ganharam a batalha de Salamina...*) é ao esporte que está devotando atenção e, querendo ou não, conferindo-lhe algum prestígio. Bilac, em uma crônica intitulada “Mamas: café – cantante”, tem muito a nos dizer sobre o envolvimento com os esportes e, tecendo recordações sobre alguns anos passados, anota:

Era uma coisa assombrosa! Todo o mundo falava a gíria do esporte. Todos os homens usavam na gravata o alfinete clássico da ferradura. As fazendas, em que as senhoras cortavam os seus vestidos, tinham estampagens de chicotes, de loros, de casquetes de jockey [...].

Depois, veio a mania do jogo de pela. Um frontão em cada bairro. As duas horas da tarde, o povo desertava a Rua do Ouvidor, e ia apinhar-se junto das canchas amplas, em cujo cimento batiam as pelotas leves, e por onde, em saltos felinos, desnudando ao sol os braços peludos, de bíceps inchados, os pelotários iam e vinham, na azáfama da quiniela, surdamente ferindo o solo com os chinelos de trança.

Depois, surgiu o jogo de bola. E a gente ia pasmar diante da larga tábua em declive, por onde, impelidas por marmanjos em camisa de meia, as bolas vinham rolando, no meio de um silêncio comovido, rolando, rolando até que destroçavam o batalhão de marcos de pau...” (BILAC apud BANDEIRA, 1965, p. 275-276).

Porem, se essa relação da literatura com o esporte teve início ainda no século XIX, é ao longo do século XX que ela vai se consolidar definitivamente. Talvez o seu maior expoente nesse sentido seja o escritor José Lins do Rego. Flamengo doente manteve por quase 20 anos a coluna “Esporte e vida”, no Jornal dos Sports, do Rio de Janeiro. Aí chegou a escrever e publicar 1571 crônicas, muitas declarações de amor pelo futebol e especialmente pelo seu Flamengo, como gostava de dizer. Segundo Edilberto Coutinho (1984), numa de seus escritos Zé Lins diz o seguinte sobre o futebol:

...liga os homens no amor e no ódio, faz que gritem as mesmas palavras e admirem e exaltem os mesmos heróis. Quando me jogo numa arquibancada, nos porões de um estádio cheio, ponho-me a observar, a ver, a escutar. E vejo e escuto muita coisa viva. Vejo e escuto o povo em plena criação. (COUTINHO, E. Zé Lins, Flamengo até morrer!, p. 38)

Mas Zé Lins é mais um entre tantos literatos e com tantos textos tematizando o esporte e ou o futebol. Podemos elencar figuras de tamanha grandeza literária como Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Amado, Monteiro Lobato e outros.

Se é assim na crônica e no romance, também o é na poesia. Oswald de Andrade já escrevera:

*Bondes gols
Aleguais
Noctâmbulos de matches campeões
E poeira
Com vesperais
Desenvoltas tennis girls
No Paulistano
Paso doble. (In: Memórias sentimentais de João Miramar citado por LUCENA, R. O Esporte na cidade, p. 103.)*

E Carlos Drummond em um de seus poemas assim se refere ao clima da copa de 70:

*Meu coração não joga nem conhece
As artes de jogar. Bate distante
Da bola nos estádios, que alucina
O torcedor, escravo de seu clube.
Vive comigo, e em mim, os meus cuidados.*

*Hoje, porém, acordo, e eis que me estranho:
Qu é de meu coração? Está no México,
Voou certo, sem me consultar,
Instalou-se, discreto, num cantinho
Qualquer, entre bandeiras tremulantes,
Microfones, charangas, ovações,
E de repente, sem que eu mesmo saiba
Como ficiy assim, ele se exalta
E vira coração de torcedor,
Torce, retorce e se destorce todo,
Grita: Brasil! Com fúria e com amor. (Copa do Mundo 70. I- Meu
coração no México)*

Ou seja, por mais que não entenda ou não queira entender sobre o esporte, no caso, o futebol, o poeta sente o que está na rua e “com fúria e com amor” responde ao que percebe vir das ruas e da emoção do povo nas ruas.

Se o tema dos esportes era, e é, importante nos grande centros, também se fez sentir nos lugares distantes do sertão nordestino. Até na chamada literatura de cordel ganha destaque e num cordel intitulado “Futebol no Sertão” é assim que o poeta Gilmar Gonçalves se expressa:

*Eu conheci futebol
Há bastante tempo atrás
Década de sessenta
Talvez um pouco mais
Foi lá na minha terra
Sítio Lagoa da Serra
Ainda me lembro demais.*

*A bola meio quadrada
No pito tinha cordão
O campo era um roçado
Cheio de mato e cambão
E não tinha essa besteira
De se jogar de chuteira
Era tudo de pé no chão. (...)*

Portanto, é na literatura, antes que “nas ciências”, que o esporte primeiro vai merecer algum prestígio, ao menos aqui no Brasil. Isso se deve, provavelmente, pela atenção e o envolvimento de nossos cronistas, romancistas e poetas com as questões cruciais que afetam o povo brasileiro. Sensíveis aos fatos que atingem o homem comum, nas ruas e nos espaços públicos a literatura acaba por chamar atenção para fenômeno do esporte como fator de relação diversa e de vivência de emoções. E mesmo quando se coloca criticamente ou em oposição às práticas esportivas, como foi o caso de Lima

Barreto⁴, ela – a literatura – acaba chamando a atenção para um fator que já não está mais relegada a um segundo plano. Ou seja, confirmam a máxima de um dos maiores críticos literários do século XX; Ezra Pound, quando diz: “os artistas são as antenas da raça!”

Referências:

ANDRADE, Carlos D. de. O poder jovem e mais 79 textos em prosa e verso. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1975.

BILAC, Olavo. Crítica e fantasia. Lisboa: Livraria Clássica. Ed. Lisboa, 1904.

BANDEIRA, M. & ANDRADE, C. D. Rio de Janeiro em prosa e verso. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1975.

COUTINHO, Edilberto. Zelins, Flamengo até morrer! Rio de Janeiro, sd.

FISCHER, Luis Augusto. Para uma descrição da literatura brasileira no século XX. In: VÉSCIO, L. E. e SANTOS, P.B. Literatura & História: Perspectivas e Convergências. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 97 – 142.

GONÇALVES, Gilmar. O futebol no sertão. Literatura de Cordel. PB.

LUCENA, Ricardo de F. O Esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MELO, Victor Andrade de. Os *sports* e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX.

⁴ Lima Barreto nas primeiras décadas do século XX, foi um dos principais críticos dos sports em especial do futebol. Publicou várias crônicas que maldiziam o futebol e em uma delas reclama de um colega que lhe escrevera falando de um jogo de futebol entre paulistas e cariocas: “*Diabo! A cousa é assim tão séria? Pois um puro divertimento é capaz de inspirar um período tão gravemente apaixonado a um escritor?*” (BARRETO, L. Sobre o foot-ball, 1961, p. 147. In: LUCENA, op. cit. Pag. 92)

ARENAS ESPORTIVAS: UMA REVISÃO

Rodrigo Aníbal Ardengue¹

Ricardo Gonçalves²

Resumo: Projeto apresenta a discussão sobre a história das arenas desde o seu início no Coliseu até os momentos atuais, no caso as novas arenas construídas no Brasil para a Copa do Mundo de 2014. Houve uma evolução ao longo da história para permitir uma grande diversidade de atrações e mais conforto ao público. Há também a multifuncionalidade das arenas. O projeto está em andamento e deve ser concluído em breve.

Palavras-chave: Gestão. Arenas. Esporte.

Segundo RUFINO (2010), Estádio, Arena, Arena esportiva, Arena Multifuncional, todos remetem a um mesmo lugar, mas o curioso é notar o desenvolvimento da primeira para a última. Podemos iniciar a história 20 séculos atrás, no coliseu. Tal construção foi equipada e planejada para permitir uma grande diversidade de atrações. Com capacidade para 50 mil pessoas sentadas e inclinação especial das arquibancadas para proporcionar uma boa visão do espetáculo para todos. Não possuía banheiros e tão pouco restaurantes. É um espaço reconhecido por todos, muito pela sede do pão e circo, que permanece independente do passar dos anos.

RUFINO (2010), afirma que no século XIX, a revolução industrial e os avanços tecnológicos transformaram a sociedade e uma mudança importante é a inclusão dos Jogos Olímpicos no calendário: com isso veio o aumento da popularidade de algumas modalidades. O futebol, o críquete e o rúgbi conquistaram muitos adeptos e assim exigiram a construção de estádios para apreciá-los. Assim, aproximadamente em 1920 começou uma evolução nos estádios.

Ademais, consoante ao referido autor, o fortalecimento do sistema bancário, a expansão de créditos e a recuperação pós I Guerra Mundial resultaram em um número grande de construções, conseqüentemente a criação de grandes estádios. Arenas como Wembley Stadium, na Inglaterra e o Yankee Stadium, nos EUA, tornaram-se referências. Nessa época nem torcedores nem administradores se preocupavam com itens como comodidade dentro do estádio e beleza estética. (RUFINO, 2010)

Segundo RUFINO (2010), interesse na ida ao estádio era sempre presenciar uma boa partida, ver de perto os ídolos, com estádios cheios e com o time vencendo sempre era um mar de gente fervorosa gritando para incentivar, mas quando o time da casa estava perdendo esses mesmo estádios cheios se tornavam um lugar de brigas, violência, intolerância. Logo, começou a se pensar que um grande público exigia, além de espaço e divisões claras de torcidas, mais segurança.

RUFINO (2010,) exemplifica que algumas tragédias ajudaram a compreender que os estádios deveriam sofrer uma nova transformação. Um pequeno exemplo, 29 de maio de 1985, Estádio de Heysel - Bélgica: A venda de ingressos saiu do controle, o público era grande e a segurança era insuficiente. Com isso houve agressão entre as torcidas e o pânico tomou conta do local. Para completar não havia saídas suficientes,

¹ Graduando - Universidade Estadual de Londrina - rodrigoardengue@yahoo.com.br

² Professor Mestre - Universidade Estadual de Londrina - ricardo.arapongas@hotmail.com

com isso houve um pisoteamento de pessoas e violência, terminando com 39 mortos e centenas de feridos. No Brasil, um episódio que ficou marcado a cena do jogo entre Vasco - RJ versus São Caetano - SP, em 2000, onde o alambrado do estádio São Januario cedeu acarretando em 150 pessoas feridas. Houve outros cenários como esses espalhados pelo mundo.

Segundo RUFINO (2010), administradores e autoridades trabalharam juntos para evitar cenários de violência como os descritos acima. Assim, passou a gerenciar a venda de ingressos, priorizar a segurança e disponibilizar atendimento médico adequado. Os estádios desenvolveram um novo padrão: segurança e infra-estrutura, junto veio a preocupação de agradar o torcedor. Por fora, a arquitetura ficou encarregada de apresentar um design moderno. Por dentro, assentos confortáveis, sanitários higienizados e espaçosos, camarotes, lanchonetes, restaurantes e entre outros serviços.

RUFINO (2010) pontua que o conceito de arena multiuso no mundo dos negócios possui duas visões simples. A primeira visão, o torcedor vai a um estádio para assistir a uma partida do esporte favorito. Porém necessita de alimentação, gasta com transporte, compra adereços do time e outros serviços. Deste modo o ambiente esportivo serve para proporcionar mais serviços e ampliar o entretenimento do torcedor. A segunda visão, um ano tem 365 dias. Um time de primeira divisão pode aproximadamente utilizar seu estádio por 70 dias. Com isso, ainda muitos dias disponíveis para jogo e outros eventos.

Então, o que se pode fazer com esse espaço e essa disponibilidade? RUFINO (2010), coloca que a palavra-chave para questão é *multifuncionalidade*.

Segundo RUFINO (2010), pode-se considerar que o produto esportivo é diferente cada vez que é consumido, a incerteza e a espontaneidade tornam esse produto atraente.

RUFINO cita KOTLER (1995), onde ele define produto/serviço como tudo aquilo capaz de satisfazer a um desejo.

Um estádio oferece produto/serviços que satisfazem o cliente/torcedor. Troca-se diversão e lazer por um valor monetário, cujo local é palco para partidas esportivas. Nesse cenário ainda pode se enquadrar mais um conceito: a oportunidade de Marketing.

Segundo BRUNORO (2008), o consumidor é atingido em maior índice em seus momentos de lazer, por exemplo, durante uma partida de futebol, ele aceita as idéias e mensagens. Os consumidores que se identificam com o esporte, valorizam e respeitam o que está envolvido com ele. Por isso muito anunciam nesse ambiente por ser mais receptivo e ainda serem lembrados de forma positiva pelos clientes. Eis então duas vantagens diferenciais do produto esportivo estádio.

Segundo RUFINO (2010), concentrar os serviços em um mesmo local traz praticidade e soluciona a vida de muitos clientes, por isso fazer isso nas arenas seria uma boa solução, pois não pode se esquecer que elas sofrem com a falta de atividades quando não há partidas.

Outro ponto interessante é que hoje em dia as arenas e estádios são considerados pontos turísticos imperdíveis. A arquitetura faz do local um cartão postal para a cidade atraindo assim mais do que fãs de futebol. Um exemplo de arena é a Allianz, em Monique, onde tem a alternância das cores vermelho, azul e branca.

Segundo FAUST (2009), o estádio ideal deve reunir algumas características principais: *Arquitetura multiuso* - onde possui layouts práticos e facilmente adaptáveis; *Arquibancadas* - sem pontos cegos, com assento individual; *Cobertura* - cobrindo total ou parcialmente o público, com aproveitamento de luz; *Estrutura removíveis* - facilitam a adaptação do local para outros eventos; *Iluminação* - homogeneia; *Segurança* - Centro de Controle Operacional equipado com mais moderna tecnologia; *Bilhetagem* - ingressos com sensores e selos que previnem a falsificação e agilizam a entrada no evento; *Tecnologia* - telões, painéis, internet; *Gramado* - adequado ao clima, com sistema de manutenção moderno; *Negócios* - possuir um diversidade de serviços para complementar as receitas em dias de jogos e se possível nos outros seis dias da semana; *Sustentabilidade* - sistemas hidráulicos e elétricos que garantam economia, reciclagem de água e demais materias.

RUFINO (2010) sugere que o planejamento de atividades seja anual, que é um tempo considerável para observar o retorno e ainda preparar para as mudanças constantes de mercado.

O autor toma como exemplo de boa gestão de uma arena, na Madison Square Garden, em Nova York - EUA, onde possui a maior rotatividade de eventos do mundo. Ela possui uma ocupação média de 250 datas por ano e com diversos eventos como, modalidades esportivas, peças teatrais, shows, circos, festivais, feiras, seja de caráter cultural, empresarial ou político.

Segundo OLIVEIRA (2012), não se tem muitas diferenças entre arenas e estádio, o autor diz que as arenas funcionam como uma ideia de inovação, transformando um estádio comum em espaços para os diversos espetáculos.

O autor completa dizendo que as arenas multiuso podem ser definidas como instalações onde além dos eventos esportivos podem se realizar outros eventos, como, shows, eventos culturais, exposições comerciais e etc.

As arenas possuem uma particularidade, pois de diferentes pontos das arquibancadas pode se visualizar totalmente o campo, além da sua adaptabilidade a diferentes eventos. Além disso, é interessante que as arenas possuem uma área mista, onde pode-se encontrar, restaurantes, área comercial, sala de reuniões, proporcionando uma maior diversificação de serviço e se mantendo sustentável mesmo sem jogos de futebol. Segundo COUTINHO(2012), "instalações multiuso estão se tornando cada vez mais populares, à medida que os estádios podem desfrutar de uma ampla utilização quando não há jogos."

Podemos ainda apontar características específicas a respeito das arenas, como a capacidade de público que é dirigida de acordo com o evento; em alguns casos podem ocorrer eventos simultaneamente em diferentes espaços ou em alguns casos divididos no palco principal; as arenas também possuem um intuito social, pois integram a sociedade com seus espaços, tanto sendo aproveitadas para eventos esportivos, como as lojas, restaurantes e bares dos espaços secundários. (RUFINO, 2010)

A prestação de serviço para a sociedade pode e deve ser grande, pois através de uma boa gestão dessas arenas, a população pode possuir mais empregos direta e indiretamente, além dos eventos realizados podendo gerar mais lucros ao município.

Segundo RUFINO (2010), o espaço pode ser utilizado sete dias por semana, proporcionando o desenvolvimento urbano e aquecimento da economia total. Em principio, a indústria da música vem atrás do esporte em procura dos espaços das

arenas. Um exemplo no Brasil seria o estádio do Morumbi, localizado em São Paulo, onde a procura é maior.

Segundo MORGAN (2008), a mudança no estilo de vida da população interferiu no desenvolvimento de novas instalações esportivas, uma vez que suas necessidades mudaram ao longo dos anos. A visão da sociedade no que diz respeito à saúde, segurança e entretenimento fez com que suas preferências recreativas se voltassem para espetáculos onde o conforto e a comodidade fossem assegurados.

Para que proporcione vários tipos de eventos dentro das arenas, até mesmo os jogos de futebol que é o principal intuito, essas arenas e eventos devem seguir uma série de regulamentos. Segundo BASTOS e AMARAL (2011), as arenas devem respeitar primeiramente as normas da Federation Internationale de Football Association (FIFA) entidade máxima do futebol, onde há um caderno que prevê as determinações para construção, segurança, regulamentação da área de jogo, conforto, acessibilidade e o local para imprensa.

No Brasil, de acordo com a divulgação da 4ª edição do Registro Nacional dos Estádios de Futebol, realizado pela Diretoria de Competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 23/08/2013, o país possui 739 estádios em todo território utilizados em todas as competições da CBF. Mas desse total apenas 35 estádios atendem pelo menos uma das exigências da FIFA para receber jogos internacionais, que seria ter capacidade igual ou superior a 30 mil lugares.

Nessa perspectiva, para a melhora e enquadramento nos quadros da FIFA a reforma de estádios e a construção de novas arenas, sejam públicas ou privadas, devem ser vistas como imprescindíveis, uma vez que também fazem parte do espetáculo. Com isso cada vez mais a modernização se torna importante, pois hoje em dia são uma grande fonte de renda para os clubes que sabem explorá-las, tanto com jogos de futebol, como shows, publicidade e espaços de lazer, respeitando cada vez mais o espectador.

RUFINO (2010) nos mostra um exemplo do aumento da procura dos espaços das arenas, que seria o Wembley Stadium, em Londres, onde no começo recebia shows de artistas locais, após sua modernização em 2007, começou a receber artistas musicais de renome internacional. A arena de Wembley tem capacidade para 90 mil pessoas (15 mil no gramado), 688 pontos de serviço alimentício, 2.500 banheiros, 3 áreas indoor entre outras áreas.

Para serem internacionais as arenas devem respeitar o livro de normas da FIFA, além de se enquadrar nas normas e leis tanto da CBF quanto do governo brasileiro.

Nas competições organizadas pela CBF as seguintes diretrizes normativas devem ser consideradas: 1) regras do jogo, definidas pela FIFA; 2) normas da FIFA; 3) normas da CBF; 4) Código Brasileiro Disciplinar de Futebol e 5) Estatuto de Defesa do Torcedor. As arenas como parte do espetáculo devem respeitar algumas normativas, principalmente as de número 1, 4 e 5 citadas acima.

De acordo com AMARAL e BASTOS (2011), os gestores das arenas no Brasil devem ter consciência das leis, normas e decretos que devem seguir, para que possam assim manter estas arenas sempre ativas e nas melhores condições possíveis para receber quaisquer eventos esportivo e não esportivo. Deve seguir-se a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre os direitos do torcedor, o Decreto nº 6.795 de 16 de março de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos, a Lei nº

12.299, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a violência por ocasião de competições esportivas.

O projeto ainda está em andamento e será finalizado muito em breve, com a abordagem de mais variáveis que serão apresentadas no trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIA

AMARAL, Cacilda Mendes dos Santos; BASTOS, Flavia da Cunha; Processo de modernização dos estádios de futebol; **EFDeportes.com Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 15, n. 154, Mar 2011;

AMARAL, Cacilda Mendes dos Santos; BASTOS, Flavia da Cunha; Regulamentação e gestão de estádios de futebol no Brasil; **Revista Pensar a prática**, Goiânia, v.14, n.3, p. 1-17, set/dez. 2011;

BRUNORO, José Carlos; Ambiente Esportivo; **Palestra proferida a turma sete de Gestão e Marketing da Trevisan Escola Superior de Negócios**; São Paulo, 16 jun 2008.

COUTINHO, André; Futebol: Paixão & Negócios; **KPMG Business Magazine**; São Paulo, n. 26, p.4-9, 2012.

FAUST, André; O estádio do século 21; **Revista Exame**; Edição 958, São Paulo: Abril, n. 24, 16 dez 2009.

MORGAN, M. J. **Marketing Esportivo**. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

OLIVEIRA, Lilian de; **A grande diferença entre arena e estádio**; 2012; Universidade do Futebol; site: www.universidadedofutebol.com.br;

RUFINO, Andressa; **Arena Multiuso, Um novo campo de negócios**; 1ª edição, São Paulo: Trevisan Editora, 2010.

O CICLISMO E SUA DIVULGAÇÃO NOS JORNAIS DE PORTO ALEGRE (1895-1898)

Ronaldo Dreissig de Moraes¹

Eduardo Minossi de Oliveira²

Paulo Renato Vicari³

Janice Zarpellon Mazo⁴

Resumo: O ciclismo obteve grande destaque em Porto Alegre no final do século XIX, tendo nos jornais um importante meio de divulgação. Objetivou-se identificar as relações entre a prática do ciclismo em Porto Alegre e o jornalismo, no período entre os anos de 1895 a 1898. Para sua realização foram analisadas reportagens sobre ciclismo publicadas em jornais de Porto Alegre neste período. Conclui-se que o ciclismo não teria se desenvolvido de forma tão rápida se não fosse divulgado nas páginas dos jornais.

Palavras-chave: ciclismo. história do esporte. clubes.

Introdução

O ciclismo foi uma prática esportiva que obteve grande destaque no cenário porto-alegrense no final do século XIX e início do século XX. Os jornais noticiavam o ciclismo promovido pelos clubes da cidade. O presente estudo tem como objetivo identificar quais as relações entre a prática do ciclismo em Porto Alegre e o jornalismo, compreendendo o período entre os anos de 1895 a 1898. O recorte temporal escolhido abrange a fundação do primeiro clube de ciclismo em Porto Alegre no ano de 1895, até a inauguração do velódromo da segunda equipe da cidade, no ano de 1898. Este período é caracterizado como o início da prática institucionalizada do ciclismo em Porto Alegre (FROSI, et al., 2011; MAZO et al., 2012).

Na realização deste estudo foram analisadas reportagens sobre ciclismo publicadas em jornais de Porto Alegre, as quais se encontram catalogadas e publicadas no livro “Ciclismo no Rio Grande do Sul: 1869-1905”, de autoria de Henrique Licht (2002). As informações obtidas foram submetidas à análise documental, que, segundo Bardin (2000), consiste em realizar operações de desmembramento do texto em unidades de significado, buscando desvendar seus diferentes sentidos e, posteriormente, a partir da análise dos dados reagrupá-los e construir os eixos norteadores da pesquisa. Na sequência apresentamos os resultados da análise.

Porto Alegre se aproxima da modernidade com o ciclismo

Porto Alegre está entre as cidades que atravessaram o processo de modernização no século XIX, passando tanto por uma reforma urbana quanto por uma tentativa de introduzir novos costumes, afastando a representação da cidade rural,

¹ Doutorando em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ronaldodreissig@yahoo.com.br.

² Graduando em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, edminossi@bol.com.br.

³ Graduando em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, paulorenvicari@hotmail.com.

⁴ Doutora em Ciências do Desporto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br.

produzida desde as suas origens em função do modelo agrário dominante. Esta nova noção de civilização colocaria a cidade no caminho das grandes capitais da Europa. As transformações das estruturas sociais, políticas e econômicas no Brasil e no Rio Grande do Sul exigiam a reestruturação nas formas de planejar e pensar a organização do espaço urbano (MONTEIRO, 1995).

Giddens (1991) identifica algumas características existentes na modernidade e que eram ausentes nas civilizações tradicionais. A primeira delas diz respeito ao ritmo das mudanças, que na condição moderna ocorrem com uma rapidez extrema. As ideias que movem esse período são a velocidade e a comunicação que geram as transformações globais.

Algo que também marca esse momento de transição e de intensas mudanças é o surgimento de novos objetos sociais, que se tornaram, em pouco tempo, sinônimos de inovação, progresso e desenvolvimento para a época. A bicicleta, enquanto um novo veículo de locomoção torna-se, por exemplo, neste período um artefato de expressão da modernidade. Ela, a bicicleta, é considerada “uma invenção moderna, ainda que seja, em certa medida, um aperfeiçoamento de experimentos anteriores” (MELO; SCHETINO, 2009, p. 112).

Na década de 1860, que dois irmãos franceses construíram os primeiros velocípedes, antecedentes das bicicletas (MELO; SCHETINO, 2009), os quais contaram com adaptações nas rodas dianteiras, utilizando os pedais como o propulsor, sem o contato dos pés com o solo. No entanto, somente em 1880 os pedais são transferidos para a linha do assento do condutor e a roda traseira tem a tração através de uma corrente (SCHETINO, 2008).

Nos anos subsequentes, a bicicleta se disseminou rapidamente por diversos países. Em 1865, já existiam na Inglaterra alguns grupos de entusiastas do esporte, e 20 anos depois, com sua difusão pela Europa, foi fundada na França, a União Ciclística Internacional. No Brasil, o ciclismo competitivo começou a ser praticado em 1892, quando foi construído o Velódromo Nacional na cidade do Rio de Janeiro (JESUS, 1999; ARAÚJO, 1995). Em 1895, foi construído um velódromo no Parque do Ibirapuera em São Paulo, contudo um equipamento um tanto precário. A prova de inauguração do velódromo é considerada um marco na difusão do esporte para os demais centros do país (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Bicicletas novas e mais leves chegam da Europa no ano de 1895, contribuindo com a expansão do ciclismo na capital sul-rio-grandense (LICHT, 2002). No mesmo ano, foi criado o primeiro clube direcionado para a prática do ciclismo em Porto Alegre, a União Velocipédica de Amadores, clube predominantemente composto por teuto-brasileiros. Um ano após, foi criado outro clube de ciclismo, o *Rodforvier Verein Blitz*, sociedade exclusiva de teuto-brasileiros (MAZO et al., 2012). Todavia, faz-se a ressalva, que no Rio Grande do Sul, o primeiro registro relacionado ao ciclismo data do ano de 1869, quando o ciclista Alfredo Dillon, filho de um comerciante e importador de objetos americanos, traz uma bicicleta na bagagem de uma de suas viagens. Alfredo Dillon a partir daí começou a fazer demonstrações com a bicicleta em São Leopoldo e seu pai começou a importa-las para revender em Porto Alegre. Adolpho Mabilde se encantou com o veículo, mas como o valor dos equipamentos importados era muito caro, em parceria com Pedro Petersen, criou uma oficina para fabricar bicicletas nacionais, as quais de princípio eram rudimentares (LICHT, 2002; ESPÍRITO-SANTO, 2006).

O jornalismo faz o ciclismo acelerar

Os jornais foram o principal meio para a divulgação de informações, notícias e de eventos da sociedade porto-alegrense, e foi através deles que o ciclismo conseguiu despertar o interesse dos habitantes da cidade. Essa moderna prática esportiva foi divulgada de diversas formas pelos jornais, tais como, reportagens sobre competições, anúncios de convocações para atividades oficiais e eleitorais, convites para participação em festejos sociais, publicação dos resultados das provas, os benefícios da prática do ciclismo para a saúde, o incentivo à presença de mulheres, entre outros.

A cidade de Porto Alegre vivia uma época de transformações sociais e urbanas muito intensas e rápidas. Nesse contexto nasce a União Velocipédica de Amadores, conforme reportagem do Jornal do Comércio de seis de março de 1895:

Alguns cyclistas desta capital, tendo deliberado crear uma sociedade em que, com mais cohesão e methodo, fosse cultivado o modernissimo genero de sport, que tão largo de importante papel está desempenhando na Europa – o cyclismo, reuniram-se domingo e fundaram um club, com o nome União Velocipedica de Amadores (LICHT, 2002, p. 17-18).

Nesse pequeno trecho é possível perceber a associação do ciclismo com os anseios da comunidade local que estava preocupada em reproduzir costumes da sociedade europeia, os quais eram considerados modernos. Desde o surgimento das associações ciclísticas, os jornais eram utilizados como meio de convocação das atividades esportivas. Essa forma de divulgação pode ser encontrada no trecho que segue, extraído do Jornal A Federação de 16 de março de 1895:

Club Velocipedico. De ordem da directoria convida-se a todos os sócios e também a todos os amantes d'esse divertimento, que tenham velocipede, para a inauguração d'este club que terá lugar com um passeio a Belém Velho, domingo, 17 do corrente, ás 5 horas da manhã, devendo a reunião se effectuar no Campo de Redempção [atual Parque da Redenção], junto ao chafariz (LICHT, 2002, p. 19).

Os jornais também eram utilizados para a divulgação de atividades eletivas. Tanto para a convocação das eleições quanto para o anúncio dos diretores eleitos. Sobre as convocações temos uma publicação, que refere a decisão do secretário Borges Fortes, anunciada no dia 24 de dezembro de 1895, mas publicada após cinco dias no Jornal do Comércio de 29 de dezembro de 1895:

União Velocipedica. Domingo proximo, 29 do corrente, reunião no Prado Rio-Grandense, ás 8 horas da manhã, para effectuar-se a eleição de nosso directorio. Após a eleição tirar-se-á a photographia em grupo de todos os sócios (LICHT, 2002, p. 20).

Embora os jornais tenham contribuído para a divulgação dos compromissos ciclísticos, essa relação ainda era feita de forma precária. Percebe-se que a convocação que datava do dia 24 de dezembro só foi publicada no jornal do dia 29 de dezembro, mesmo dia que ocorreriam as eleições, sendo que o pleito estava marcado para começar às 8h da manhã no Prado Prado Rio-Grandense. É provável que muitas pessoas não tenham sido informadas em tempo hábil para participar das eleições.

No ano de 1896, funda-se a *Rodforvier Verein Blitz*, a segunda associação para a prática do ciclismo na cidade de Porto Alegre, exclusivamente composta por teuto-brasileiros. Diferentemente da União Velocipédica, a Sociedade *Blitz*, assim como era conhecida, de início, não aparecia nas páginas dos jornais da capital sul-rio-grandense. O anúncio da sua fundação ocupou apenas uma frase do Jornal Correio do Povo de 19 de maio de 1896, inclusa em uma nota sobre a União Velocipedica: “Diversas. Realizou-se ante homtem o projectado passeio da União Velocipedica a Belém Velho. Fundação da Radfahrer-Verein Blitz” (LICHT, 2002, p. 22).

Criados os dois clubes ciclísticos, a União Velocipédica e a Sociedade *Blitz*, logo começaram as disputas entre os ciclistas desses clubes. Tais competições foram marcadas pela rivalidade, muito em função das regras e condutas referentes à identidade de cada uma das associações. Por exemplo, a Sociedade *Blitz* primava pela manutenção de práticas e representações culturais da cultura alemã em seus registros, enquanto que a União Velocipédica, apesar de sua origem também ser teuto-brasileira, mostrou-se menos rígida e abriu espaço para ciclistas de outras etnias, principalmente ítalo-brasileiros, que se destacavam no ciclismo. Em 12 de janeiro de 1897, o Correio do Povo publicou as informações sobre o Torneio Velocipédico do Caminho do Meio, que ocorreu dois dias antes:

Como estava anunciado, effectuou-se domingo (10), pela manhã a corrida do desafio entre membros da União Velocipedica e do Radfahrer Blitz. Corriam por parte da União os srs. João Alves, Luiz Rist e Antonio Mariante, e por parte da Blitz os srs. Oscar Schaitza, Theodoro Schaitza e Theodoro Weinheber. [...] ao avisinharem-se da casa do sr. Ângelo Ignácio de Barcellos, no fim do Caminho Novo, ponto escolhido para a volta, Luiz Rist tomou a frente, seguido de perto por João Alves. Executada a manobra de regresso, vinham os contendores na mesma ordem, quando, à distancia de uns quinhentos metros, Theodoro Schaitza obrigou Luiz Rist a saltar sobre dois trilhos da linha de bonds, dando-lhe quase uma quéda. [...] assim como grande numero de curiosos, que mais avultavam no ponto de chegada, onde havia compacta massa de espectadores. [...] O interessante torneio correu na melhor ordem e com extraordinária animação, de modo a fazer crer que agora mais a miudo se reproduzirão as agradaveis diversões desse gênero (LICHT, 2002, p. 27-29).

Podemos identificar algumas unidades de significado existentes nesse fragmento de reportagem. Uma delas diz respeito ao ambiente acirrado de disputa entre os competidores, principalmente entre os ciclistas da União Velocipédica e da *Blitz*, evidenciado no incidente que quase provocou a queda dos ciclistas. Verifica-se que todos os sobrenomes dos ciclistas da *Blitz*, Schaitza e Weinheber são identificados como teuto-brasileiros diferentemente da União Velocipédica, a saber, Alves, Rist e, Mariante. O estudo de Mazo (2003) elucidou a marcante identidade teuto-brasileira no campo esportivo porto-alegrense. Com a análise da reportagem, também é possível perceber que já de início o ciclismo movimentava diversos espectadores e que, ainda, se tinha à expectativa de que as futuras disputas pudessem mobilizar novos adeptos para a prática e para a torcida. Expectativa que foi confirmada nos eventos seguintes.

No mês de dezembro de 1897, o *Correio do Povo* publicou em três partes, uma carta elaborada e enviada pelo Dr. Carlos Seidl da cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, o ciclismo carioca era mais desenvolvido que o de Porto Alegre. Isso se dava, principalmente, porque a cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época e com um Porto em ativo funcionamento recebia as novas informações sobre o ciclismo europeu. Nessa carta, o Dr. Carlos Seidl traz muitos dados sobre o desenvolvimento desse esporte em outros países, abordando, sobretudo, aspectos relacionados à modernidade e a saúde. Logo de início no texto abaixo, se percebe o desejo de tornar os costumes cariocas parecidos com os europeus. Sendo assim, podemos interpretar o motivo da publicação dessa correspondência pelo jornal como uma forma de difundir estes costumes aos portalegrenses e acelerar a expansão da prática ciclística na capital do Estado:

A plena aceitação no Rio de Janeiro deste novo instrumento sportivo e de velocipedia é de recente data e muito posterior á sua introdução na Europa, onde constitue já um meio de locomoção aceita indistinctamente por todas as classes sociaes. Lá, não se arreceia o medico de visitar sua clientela civil ou hospitalar, o padre de exercer seu ministério parochial, montados em bicycléta no campo e na cidade. Aqui não attingimos ainda um tal apuro (LICHT, 2002, p. 31).

Para o Dr. Carlos Seidl, a ideia de utilizar a bicicleta como meio de transporte ainda era vista com preconceito pelos cariocas. Isso, provavelmente, tenha ocorrido pela rapidez com que esse novo equipamento foi introduzido no cotidiano da sociedade do Rio de Janeiro, causando estranhamento aos moradores locais. Tal ideia pode ser percebida no trecho que segue, no qual o Dr. Carlos Seidl expressa seu descontentamento com o preconceito de alguns cariocas pelo uso da bicicleta como meio de transporte:

Não sabemos realmente porque motivos possa haver compromisso, do decoro e da compostura sociaes do medico, do padre, do magistrado, do advogado, do lettrado, ou jornalista pelo simples facto de atravessarem as vias publicas celeremente, sobre duas rodas, combinadas de modo a

constituir um engenhoso aparelho de rápida locomoção. Decididamente é preciso derrocar o preconceito (LICHT, 2002, p. 31).

Cabe ainda destacar que a carta do Dr. Carlos Seidl também aborda o ciclismo sobre a perspectiva da saúde. Nela ele reproduz algumas das discussões que ocorriam entre os médicos europeus, formando um discurso no qual a bicicleta é reconhecida como uma forma de promoção da saúde, desde que seu uso fosse feito de forma moderada, conforme trecho que segue:

A sagacidade de alguns médicos europeus chegou a ponto de enxergar na bicycleta um novo poder therapeutico, desconhecido até então, recommedando-o como panacéia á varias molestias. O pesimismo de outros relegou o novo systema de locomoção para o index de coisas nocivas e condemnada pela hygiene e pela medicina. A verdade porém é que a bicycléta tem vantagens e desvantagens; o seu uso moderado e bem regulado é grandemente aceitável, e casos há mesmo em que se pode prestar concurso benefício em certos e determinados casos mórbidos. De outro lado é condemnavel o abuso somo em tudo, alias procedente de mãos humanas (LICHT, 2002, p. 33).

Diferentemente das outras modalidades que faziam parte do cenário esportivo de Porto Alegre, a prática do ciclismo pelas mulheres foi documentada e valorizada pelos jornais. Segundo o estudo de Frosi, Moraes e Mazo (2010), a participação das mulheres foi expressiva no cenário esportivo porto-alegrense, tendo em vista que a cultura esportiva da cidade foi marcada pela forte presença dos imigrantes alemães e seus descendentes, os quais não impunham muitos obstáculos à participação feminina nas práticas esportivas. Entretanto, este mesmo estudo sugere que as mulheres ficaram ausentes do mapa esportivo da cidade, não porque eles não se faziam presentes nos espaços sociais e esportivos, mas porque os registros geralmente escritos pelos homens, às tornaram invisíveis.

As mulheres pedalavam nos passeios ciclísticos que aconteciam pelas ruas da cidade, no entanto, sua participação era pouco expressiva em relação aos homens. No trecho a seguir podemos exemplificar este fato: “Apezar da chuva que cahiu quasi á hora de começar a diversão, partiram da praça da Caridade setenta e tantos bicyclistas, entre os quaes duas moças. A concurrencia ao velódromo foi grande, estando as archibancadas repletas de exmas. familias” (LICHT, 2002, p. 42). Nesse pequeno fragmento é possível perceber que a presença das mulheres ainda causava estranhamento para a época, a ponto da participação delas ser relatada como uma situação à parte. No mesmo fragmento, podemos encontrar um possível motivo que contribuiu para a participação de mulheres no ciclismo: as provas e passeios eram considerados uma atividade familiar. Portanto, a presença das mulheres estava respaldada pela forte instituição da época: a família.

No próximo fragmento, percebemos que o discurso sobre a presença de mulheres no ciclismo da época está associado aos ideais de modernidade. Identificamos que a bicicleta, símbolo da modernidade, é mais bem aceita como artefato feminino do que um Palafrém (espécie de cavalo nobre):

Elle já o foi para o gentilissimo sexo máo grado a masculinisação do vestuário e da posição, sem offensas todavia da elegancia e graça femininas. Uma senhora, montada em luzente machina é incomparavelmente mais graciosa do que empunhando as bridas do mais puro palafrem, sobre o que assenta-se desairosamente, em contradicção manifesta a todas as leis do equilíbrio (LICHT, 2002, p. 31).

Nesse período, a presença de mulheres no ciclismo de Porto Alegre ainda era pequena. No entanto, se compararmos com sua participação em outros esportes, veremos que no ciclismo sua presença foi registrada, ocasionando, posteriormente, a criação de provas específicas para mulheres.

Considerações finais

O ciclismo contou com a ajuda dos jornais para divulgar seus eventos e tal fato contribuiu para o seu desenvolvimento rápido na cidade. O discurso jornalístico presente nas reportagens foi de fato importante para incentivar a prática do ciclismo por parte dos porto-alegrenses. Geralmente, as disputas entre os ciclistas eram narradas de forma a valorizar a emoção presente nas competições ciclísticas. Muito se falou dos benefícios da utilização da bicicleta como um objeto de auxílio na promoção da saúde. Além desse discurso, o emprego da bicicleta como símbolo de modernidade, enaltecido nas páginas dos jornais, favoreceu a sua aceitação em Porto Alegre, já que nesse momento histórico a cidade estava passando por diversas transformações sociais e urbanas, baseadas nos princípios de modernidade da Europa.

Durante o recorte temporal desta pesquisa, percebe-se que a presença das mulheres no ciclismo ainda era pequena, mas, em relação aos outros esportes, pode ser considerada expressiva. A divulgação nos jornais durante os eventos ciclísticos logo no início de sua inserção em Porto Alegre, fez com que mais mulheres comesçassem a pedalar. O discurso das provas de ciclismo como um evento familiar, também, foi fundamental para que isso ocorresse.

Referências

ARAÚJO, R. **A vocação do prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70 LDA, 2000.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Ciclismo**. Portal do Comitê Olímpico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/esportes/esporte.asp?id=27>> Acesso em: 30 mai. 2014.

ESPÍRITO-SANTO, G. Ciclismo. In: DaCOSTA; L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**: Atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p.881-884.

FROSI, T. O. et al. A prática do ciclismo em clubes de Porto Alegre / RS. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 3, 2011, p.1-18.

FROSI, T. O.; MORAES, R. D.; MAZO, J. Z. As mulheres não estão no mapa!: um estudo sobre a presença das mulheres no cenário esportivo de Porto Alegre (1863-1941). **Lecturas, Educación Física Y Deportes**, Buenos Aires, v. 15, n. 144, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd144/presenca-das-mulheres-no-cenario-esportivo-de-porto-alegre.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

JESUS, G. Do espaço colonial ao espaço da modernidade: os esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.7, n. 45, 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-7.htm>> Acesso em: 20 mai. 2014.

LICHT, H. **Ciclismo no Rio Grande do Sul 1869-1905**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

MAZO, J. Z. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945)**: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto). Universidade do Porto, Portugal, 2003.

MAZO, J. Z. et al. **Associações esportivas no Rio Grande do Sul**: lugares e memórias. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

MELO, V. A.; SCHETINO, A. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.17, v.1, jan./abr., 2009, p.111-134.

MONTEIRO, C. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade**: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

SCHETINO, A. A história da bicicleta e do ciclismo no Rio de Janeiro na transição dos séculos XIX e XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 169, n. 439, 2008, p.113-130.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é Ciclismo**: História, Regras e Curiosidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. COB, 2007.

**#SOMOSTODOSMACACOS: ANALISANDO AS RELAÇÕES AMALGAMADAS ENTRE
MARKETING E RACISMO NO FUTEBOL GLOBALIZADO**Sabrina Coelho dos Santos¹Laís Cristyne Alexandre dos Santos²Riqueldi Straub Lise³André Mendes Capraro⁴

Resumo: Esta pesquisa objetivou analisar a repercussão da campanha “#somostodosmacacos”. Para tal, utilizou-se o referencial de Pierre Lévy, acerca do conceito de cibercultura, considerando que toda a campanha se deu via *internet*, em *sites* de relacionamento como *twitter* e *facebook*. Assim, infere-se que não há uma preocupação nesse ativismo cordial, pois, apesar de bem intencionado, ele se origina e oportuniza estratégias de marketing viral, priorizando a venda de produtos relacionados.

Palavras-chave: #somostodosmacacos; redes sociais; marketing visual.

Introdução

No domingo, dia 27 de abril de 2014, em uma partida futebol, entre o Futbol Club Barcelona e o Villarreal Club de Fútbol, pelo Campeonato Espanhol, no estádio do Madrigal, Espanha, em que o Barcelona vinha ganhando de virada por 3 a 2, aos 30 minutos do segundo tempo, um torcedor do Villarreal arremessou uma banana em um ato simbólico de racismo, contra Daniel Alves, brasileiro, jogador do time catalão.

Em protesto, antes de cobrar o escanteio, o atleta, dirige-se até a banana, recolhe a mesma do gramado e a ingere. Diante desse simples - e supostamente espontâneo - ato do jogador, decorre uma série de ações em apoio ao mesmo, além de repúdio ao arremessador do objeto.

Uma das repercussões, que levou ao desencadeamento maior, é que no mesmo dia Neymar Júnior, também do Bracelona, que estava lesionado e não participara da partida, postou na internet, em uma de suas contas das redes sociais⁵ (Instagram, Twitter) uma foto com seu filho segurando uma banana, constando a seguinte frase: “Somos todos iguais, somos todos macacos. Racismo não!!!!”.

Tal frase lançaria a campanha #somostodosmacacos, nas redes sociais, instigando os brasileiros a postarem fotos com banana ou *posts* contendo a “#”, em protesto contra racismo. A partir disso, a grande repercussão da manifestação se deu

¹ Graduanda de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Paraná. (Paraná – Brasil) Email: sabrinaed.fisicax@gmail.com

² Graduanda de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Paraná. (Paraná – Brasil) Email: laistyne@gmail.com

³ Mestre em Educação Física. Universidade Federal do Paraná (Paraná – Brasil) Email: ricklise@ig.com.br

⁴ Professor da disciplina de História da Educação Física na Universidade Federal do Paraná (Paraná – Brasil) Email: andrecapraro@onda.com.br

⁵ Estruturas sociais virtuais, formadas por pessoas e/ou organizações, integrando-se por interesses e objetivos comuns na internet. A definição de redes sociais apresentada por Marteleto (2001) contempla a ideia de compartilhamento de valores e interesses que, para promover o fortalecimento da rede, dependem do compartilhamento da informação e do conhecimento.

pela aderência de muitas celebridades nacionais ao movimento, em especial globais (atores e apresentadores da Rede Globo de Televisão), tais como Luciano Huck, Luana Piovani, Fátima Bernardes e Ivete Sangalo.

Tendo em vista que a campanha se deu por meio da rede, recorre-se aos preceitos da cibercultura. Esta⁶ “especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (também chamado de rede por Pierre Lévy)”⁷. Rocha e Montardo (2005, p. 2) reforçam ainda que a cibercultura “pauta e é pautada por temas da sociedade, porque se imiscui nas práticas cotidianas.”

Com este crescimento de práticas, Pierre Lévy relata o crescimento da informação decorrente da cibercultura:

O crescimento da informação baseado na informática foi iniciado por um movimento de jovens metropolitanos cultos que veio à tona no final dos anos 80. Os atores deste movimento exploraram e construíram um espaço de encontro, de compartilhamento e de invenção coletiva (LÉVY, 2010, p. 128).

É importante ressaltar que uma *hashtag* (#), caractere semelhante à estrutura de um jogo da velha, é um instrumento crescente nas redes sociais atualmente, pois o símbolo, precedido de *tags* (palavras-chave ou termos relacionados a informações específicas), gera um comando, tornando a publicação em si um *hiperlink*⁸, e, desse modo, possível de ser localizada por mecanismos de busca, consequentemente, todas as demais publicações relacionadas aparecerão na mesma página. Portanto, a cibercultura retrata os fatos decorridos de polêmicas, como o caso de Daniel Alves que vão para a internet e viram informações e notícias.

Em termos metodológicos, este estudo pode ser caracterizado como qualitativo, de caráter histórico tendo em vista que foram utilizadas fontes diversas, como comentários, notícias, imagens em redes sociais e matérias relacionadas. Objetivando a descrição desta sequência de fatos relacionados ao caso de racismo e as reações dos atletas Daniel Alves e Neymar Júnior. Também se analisou a repercussão em algumas redes sociais tanto do caso em si, como do posicionamento dos indivíduos que frequentam as redes sociais em relação ao marketing envolvido.

A iniciativa lançada na rede, porém, já havia sido criada previamente por uma empresa de publicidade (Loducca⁹) a pedido do atleta-celebridade Neymar. Em entrevista cedida ao repórter Marcos Uchoa, da equipe do Fantástico, exibido aos domingos à noite na Rede Globo, Daniel Alves (o protagonista do fato) comenta sobre uma conversa que teve com Neymar, acerca de lançar uma campanha contra o racismo,

⁶ Ler a obra Cibercultura de Pierre Lévy, p. 94.

⁷ Definição encontrada na obra Cibercultura de Pierre Lévy, p. 17.

⁸ Pontos de partida para links, chamados assim, pois destinam o usuário de uma página ou arquivo da internet para outro(a).

⁹ Empresa de publicidade brasileira, originária de São Paulo (SP), fundada em 1995 por Celso Loducca, com o objetivo de criar relações das marcas com os consumidores. Hoje é uma das maiores agências de publicidade do país, com uma carteira de mais de vinte clientes, entre os quais, as empresas Bayer e Nextel.

uma vez que o atleta da seleção brasileira já havia presenciado atos de racismo, assim como Daniel Alves.

Assim, hipotetiza-se que o fatídico ato do torcedor do Villarreal contra Daniel Alves, foi apenas o início programado para a disseminação da campanha que repercutiu e gerou polêmica nas redes sociais. Ressaltando-se que, atualmente, campanhas em redes sociais são praticamente “virais”¹⁰ e se espalham rapidamente. São os casos, por exemplo, da “Primavera Árabe”¹¹, dos movimentos sociais durante a Copa das Confederações em 2013, o movimento “#naomereçoserestuprada” (em reação às pesquisas que apontavam que mulheres que eram agredidas e violentadas provocariam tal situação por meio de seus comportamentos).

A súbita campanha “#somostodosmacacos”

A crescente ascensão das redes sociais possibilitou que cada vez mais pessoas aderissem às mesmas e que praticamente muitos detalhes cotidianos passassem a ser divulgados, comentados e compartilhados mais assiduamente. Esse é o caso da campanha #somostodosmacacos, recentemente lançada e rapidamente propagada na rede.

A origem da *hashtag* se deu no dia 27 de abril de 2014, quando, após o caso já supracitado, ocorre uma série de repercussões na mídia globalizada, principalmente nas redes sociais, após, Neymar Júnior, que estava lesionado e não jogava esta partida, lançar no mesmo momento a seguinte publicação em suas páginas das redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), “Deitou Daniel Alves... Toma bando de racistas. Somos todos macacos e daí?” (JÚNIOR, mai. 2014)¹².

Mais tarde, no mesmo dia, Neymar Júnior voltou às redes sociais para conclamar apoio ao colega Daniel Alves e iniciar uma campanha contra o racismo, na qual pedia aos seus seguidores para que postassem fotos comendo bananas:

“É uma vergonha que em 2014 exista o preconceito. Tá na hora da gente dizer um chega pra isso! A forma de me expressar para ajudar que um dia isso acabe de uma vez por todas é fazer como o @danid2ois [Daniel Alves] fez hj!! Se vc pensa assim também,

¹⁰O *marketing viral* utiliza determinados tipos de campanhas de marketing baseadas na internet, como por exemplo, o uso de blogs ou então de sites aparentemente amadores, para criar o rumor de um novo material. O termo “publicidade viral” se refere à ideia de que as pessoas compartilharão. Esta técnica muitas vezes está patrocinada por uma marca, que busca construir conhecimento de um produto ou serviço. Geralmente essas “campanhas virais” se apresentam por meio de vídeos, imagens e inclusive textos, como nesse caso.

¹¹Série de manifestações e protestos, que está em andamento no Oriente Médio e no norte do continente africano, desde dezembro de 2010, sendo que tais acontecimentos – greves, protestos, manifestações e comícios – estão alicerçados na organização e união social promovidas via redes sociais, entre as quais Facebook e Twitter, com o intuito de fortalecer, divulgar e sensibilizar a população mundial sobre as repressões massivas que ocorriam nesses países.

¹²Instagram Neymar Jr. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nTvbl8Rth0/?modal=true>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

tire uma foto comendo uma banana e vamos usar o que eles têm contra a gente a nosso favor [sic]" (JÚNIOR, mai. 2014). ¹³

"A melhor maneira de acabar com o preconceito é tirar seu peso. Uma ofensa só pega quando irrita você" (JÚNIOR, mai. 2014). ¹⁴

Acompanhada dessa última declaração, que compunha o vídeo publicado em sua conta, o atacante postou uma foto ao lado de seu filho, segurando uma banana, com a legenda "#somostodosmacacos". Rapidamente o seu pedido foi acatado pelos seguidores, ou seja, muitas fotografias com pessoas segurando o alimento em questão foram publicadas nas redes sociais, em apoio ao movimento.

O maior destaque da campanha e que contribuiu ainda mais para a rápida disseminação da *hashtag*, além da sua intenção social contra o racismo, foi a grande aderência de celebridades nacionais ao projeto, entre os quais: Ivete Sangalo e Claudia Leite, Luana Piovani, Xuxa, Michel Teló, Luciano Huck e Angélica; os jogadores convocados para atuar na seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014: Hulk, Oscar, Davi Luiz e Willian; a jogadora de futebol Marta; além de famosos internacionais como o atacante Sergio Aguero, da seleção argentina de futebol, Matteo Renzi primeiro ministro da Itália, Cesare Prandelli técnico da seleção italiana, entre outros.

Não obstante, a campanha recebeu declarações de incentivo da Presidente do Brasil Dilma Rousseff, por meio de sua conta na rede social Twitter¹⁵:

"O jogador @DaniAlvesD2[Daniel Alves] deu uma resposta ousada e forte ao racismo no esporte. Diante de uma atitude que infelizmente tem se tornado comum nos estádios, @DaniAlvesD2 teve atitude".

"Em seu apoio, @neymarjr[Neymar] lançou a campanha #SomosTodosMacacos para mostrar que temos todos a mesma origem e que nada nos difere, a não ser nossa tolerância com o outro".

"O Brasil na #CopaDasCopas levanta a bandeira do combate à discriminação racial #CopaContraORacismo. Vamos mostrar que nossa força, no futebol e na vida, vem da nossa diversidade étnica e dela nos orgulhamos. #CopaSemRacismo" (JÚNIOR, mai. 2014). ¹⁶

Tais declarações ressaltam a preocupação em apoiar a supracitada campanha que estava em destaque em todas as mídias¹⁷ nacionais e internacionais, além de

¹³ Instagram Neymar Jr. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nT115JRtul/?modal=true>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

¹⁴ Instagram Neymar Jr. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nT1mL6xtty/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

¹⁵ Rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como "*tweets*"), por meio do *website* do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.

¹⁶ Twitter de Neymar. Disponível em: <<https://twitter.com/neymarjr/status/460545794647797760>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

¹⁷ Mídia impressa, mídia sonora e mídia audiovisual.

promover o evento cuja sede seria o próprio Brasil, no qual 7,6% da população se declaram negra, segundo fontes do censo do IBGE 2010.

Por outro lado, o atirador da banana também teve seu momento de destaque. David Campayo Lleo, torcedor do Villarreal, após o episódio foi detido, interrogado e solto sob fiança pela polícia Nacional da Espanha. O rapaz de vinte e seis anos era funcionário voluntário do clube espanhol, onde auxiliava no treinamento das categorias de base e, após o ocorrido, seus serviços foram dispensados pelo clube, além de receber a punição de não poder mais adentrar os limites do estádio El Madrigal (sede das partidas do Villarreal na cidade) e perder sua carteira de sócio do time.

Em declaração e também na tentativa de desvincular seu nome dos atos de racismo, o Villarreal Club de Fútbol afirmou:

"Como esportistas, um dos valores que mais nos preocupamos em cuidar e promover é o respeito à equipe adversária, ao árbitro e à torcida rival. É uma pena ver que um ignorante é capaz de fazer algo tão lamentável. Não cabe no mundo do esporte e ainda menos dentro de nossa casa #NoAlRacismo" (UOL.COM, 28 abr. 2014).

Em contrapartida às punições que o rapaz recebeu, o jogador Daniel Alves, até então alvo de David Lleo, declarou:

"Tem que haver uma punição. Mas eu não acredito que tenha que pagar o mal com o mal. A gente tem que educar. Você não pode combater assim. Banindo do futebol, tirando o emprego. Porque de repente é um pai de família e tem que sustentar a família de alguma forma. São os fortes que perdoam" (ALVES, 04 mai. 2014).¹⁸

Tais depoimentos, apenas reforçam o alcance e a divulgação em massa que a campanha teve, permitindo verificar a influência das redes sociais nos acontecimentos cotidianos e especialmente, na repercussão de acontecimentos relacionados ao esporte. Por outro lado, também, pode-se notar que tão rápido quanto seu começo e seu ápice, foi a sua decadência e seu fim, pois, por mais que algumas pessoas ainda comentem sobre o assunto em questão, o número de compartilhamentos e publicações relacionadas, decresceu subitamente. Tal característica também está presente na campanha #somostodosmacacos.

A segunda parte do depoimento acima, se refere ao apresentador da rede Globo de Televisão, Luciano Huck¹⁹, que lançou em sua grife 'Use Huck', oportunamente, uma camiseta em "apoio" a campanha, no valor de R\$69 reais. Após repercussões negativas nas redes sociais, a camiseta saiu de circulação.

¹⁸ Entrevista de Daniel Alves ao Fantástico. 04 de maio de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/os-fortes-que-perdoam-diz-daniel-alves-sobre-ato-racista-de-torcedor.html>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

¹⁹ Apresentador de televisão no Brasil, comandando o programa "Caldeirão do Huck", transmitidos todos os sábados pela Rede Globo de Televisão.

As campanhas e protestos geradas e propagadas por meio das redes sociais apresentam essa característica, sendo esquecidas tão rápido quanto surgem. A decadência da #somostodosmacacos, foi marcada por fortes críticas à iniciativa do jogador Neymar, com o surgimento de novas *hashtags* (#), como, por exemplo, a “#somostodoshumanos”, além de críticas advindas dos mais variados setores da sociedade. Em entrevista ao jornal O Globo, José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares (SP), declara:

“Não somos macacos, somos seres humanos e cidadãos de direito. Não concordo em passar a régua por baixo, vamos comer banana que está tudo resolvido. O repúdio e a reação das pessoas têm que ser aplaudidos. Mas a leitura da campanha está enviesada. A forma de combate não deve ser episódica, mas estar no centro de debate de todos os órgãos da sociedade, e das agências de comunicação” (VICENTE In O GLOBO, 30 abr. 2014).

Nota-se assim, o mesmo que acontece com os outros movimentos, como os protestos durante a Copa das Confederações²⁰, em 2013, no Brasil, articulados via redes sociais. Um ativismo que é moda, pontual e fortemente caracterizado por volatilidade e assim foi com a #somostodosmacacos.

Considerações Finais

Desse modo, pode-se concluir que a figura de Neymar foi essencial para que a campanha seguisse em frente e tivesse a aderência dos seus seguidores nas redes sociais, ampliando reações e tornando a questão tão polêmica e atual quanto o próprio racismo no futebol.

Ora, a contradição não repousa apenas na criação de uma campanha contra o racismo, já que o próprio atleta sugere que o racismo coloca apenas o negro na condição de vítima. Afinal, o motivo inicial para elaboração da campanha e que levou o jogador a procurar a agência Loducca para dar início a toda essa polêmica, havia sido as atitudes preconceituosas que o mesmo havia sofrido em uma partida anterior, entre o Barcelona e o Real Club Deporte Espanyol de Barcelona (Espanyol), em 29 de março de 2014, na qual torcedores atiraram bananas em campo.

Katia Rubio (2001, p.101) afirma que “Os produtos da mídia emergem a partir de um elaborado processo que envolve economia e cultura. O público é atraído por mensagens e valores que refletem as expectativas contemporâneas, porém não de maneira direta e objetiva, mas quase sempre metafóricas”. Precisamente muitas vezes é o compartilhamento em massa e por variados motivos, porém não suficientemente embasados, que fornece o status para a campanha, tal como ocorreu com a #somostodosmacacos.

²⁰ A população brasileira promoveu uma série de protestos em todo o país, organizados por meio das redes sociais, por causa das tarifas do transporte público e pelo alto custo das sedes da Copa das Confederações, que envolvem dinheiro público. Os protestos ocorreram nos meses de junho e julho de 2013.

Não há, portanto, uma real preocupação social envolvida nesse ativismo cordial, uma vez que, apesar de bem intencionado, ele se origina e oportuniza estratégias de marketing viral, deixando o cunho social de lado e priorizando a venda de produtos relacionados, bem como a conquista de prêmios internacionais. O esporte é um meio abundante para essas atitudes comerciais, ainda mais em período de Copa do Mundo, agravada pelo fato de a sede ser o próprio Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel. **Entrevista de Daniel Alves ao Fantástico**. 04 de maio de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/os-fortes-que-perdoam-diz-daniel-alves-sobre-ato-racista-de-torcedor.html>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

O GLOBO. **Publicidade desencadeada após atitude de Daniel Alves contra racismo gera discussão**. 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/publicidade-desencadeada-apos-atitude-de-daniel-alves-contra-racismo-gera-discussao-12337490>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

JÚNIOR, Neymar. **Instagram Neymar Jr**. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nT1mL6xtty/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

JÚNIOR, Neymar. **Instagram Neymar Jr**. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nTvbl8Rth0/?modal=true>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

JÚNIOR, Neymar. **Instagram Neymar Jr**. Disponível em: <<http://instagram.com/p/nT115JRtul/?modal=true>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

JÚNIOR, Neymar. **Twitter de Neymar**. Disponível em: <<https://twitter.com/neymarjr/status/460545794647797760>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

IBGE. **Censo Populacional 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2010. (Coleção TRANS). pag. 17.

_____. O ciberespaço ou a virtualização da comunicação: O que é ciberespaço? In: **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: 34, 2010. Cap. 5, pag. 94-95.

_____. O movimento social da cibercultura: Ciberespaço e movimento In: **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: 34, 2010. Cap. 7, pag. 127-129.

MARTELETO, R. M. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, jan./abr. 2001.



ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. Netnografia: incurções mercadológicas na cibercultura. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/55/55>>. Acesso em 25 de junho de 2014.

RUBIO, K. **O Atleta e o Mito do Herói**: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

UOL.COM. **Villarreal usa Twitter para divulgar nota condenando racismo contra Dani Alves**. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/esporte/futebol/villarreal-usa-twitter-para-divulgar-nota-condenando-racismo-contr-dani-alves>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ESPAÇO E LUGAR DO ESPORTE: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES

Sebastião Votre¹

Ana Beatriz Correia de Oliveira Tavares²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar avanços e recuos na história das representações sociais sobre espaço e lugar do esporte. Utilizaremos como suporte teórico Ginzburg (1990) e sua ideia de esforço por estranhamento, análise de rastro e indícios. O corpus do artigo será composto por material impresso e depoimentos de torcedores sobre o estádio do Maracanã. Nossa hipótese é que mais do que representações estáveis, o campo vivencia percepções, que se manifestam em múltiplas configurações e podem ir se alterando durante o percurso do próprio estudo. Os principais achados da pesquisa mostram que o estádio do Maracanã passa de espaço a lugar, deixando de ser um club de turfe para se tornar um estádio de futebol. Essa passagem traz perdas e ganhos, dependendo da perspectiva de quem está narrando o fato e de quem está analisando o discurso.

Palavras-chave: espaço do esporte; lugar do esporte; história; indícios; Maracanã.

Introdução

O estudo analisa a construção de representações a partir do campo de estudo de uma pesquisa empírica. Durante o processo de coleta de dados constatamos que as percepções vão sendo construídas e reconstruídas, tanto pelos sujeitos da pesquisa quanto pelos próprios pesquisadores, acompanhando as configurações de cada momento histórico. Interpretamos essa teia que vai se formando com o início de uma pesquisa gerando avanços e recuos na história das representações sobre um espaço, no caso, o estádio Mário Filho, Maracanã.

O estudo das representações sobre o lugar está relacionado às configurações sociais. Dependendo do momento histórico, uma construção/edificação é pensada para atender a determinada finalidade, que pode ser alterada de acordo com a época e os interesses político-econômicos e sociais que predominam em cada momento da história.

Esse contexto de interações, quando alterado, influencia as práticas dos indivíduos, que podem construir/reconstruir representações, caso a mudança seja significativa. Segundo Wachelke (2012), embora haja um entrelaçamento forte entre representações e práticas, essas medeiam as representações e o ambiente, logo, alterações estruturais que impliquem novas práticas podem gerar novas representações, incompatíveis com as construídas anteriormente.

Portanto, podemos postular que as representações sobre um determinado objeto possuem uma história, que acompanha o ambiente e as configurações, atravessando anos e gerações e séculos. É sobre essa temática que nosso estudo se desenvolve.

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

² IFIRJ

Metodologia

Para análise deste estudo, de caráter qualitativo, seguimos o aporte teórico e metodológico de Ginzburg, com a ideia de esforço por estranhamento, para propiciar análise relevante de rastros, indícios e semipistas. O corpus utilizado contou com material impresso de dois periódicos (Jornal dos Sports e O Globo), no período de 1947 a 1950, época da construção do estádio do Maracanã; discursos de quarenta torcedores, dez de cada time carioca (Vasco, Flamengo, Fluminense e Botafogo) que vivenciaram o estádio de 1950 a 2010, e dos funcionários que trabalharam na reforma de 2010. A partir desses dados analisamos como foi o processo de construção das representações sobre o estádio do Maracanã, suas alterações, avanços e recuos dentro desse segmento da história do futebol no Rio de Janeiro.

Discussão - Memorial

Ao buscarmos trabalhar com um determinado ambiente – estádio de futebol – bastante simbólico para os brasileiros e, sobretudo para os cariocas, que em 2010 estava em processo de reestruturação em função da Copa do Mundo de 2014, percebemos a necessidade de voltarmos no tempo para identificarmos como o projeto inicial de construção do estádio do Maracanã havia sido concebido.

A principal fonte que tínhamos como acessar era o material impresso por periódicos da época. Na Biblioteca Nacional, resolvemos examinar um periódico específico da área esportiva (Jornal dos Sports) e um segundo, de caráter geral, ambos de circulação nacional. Posteriormente, procuramos limitar o espaço temporal, definido entre os anos em que apareceram as primeiras notícias sobre o projeto e o ano de inauguração do estádio (de 1947 a 1950).

Selecionamos as manchetes da capa de jornal e, como complemento, as notícias das páginas internas, vasculhadas pela técnica da análise do conteúdo (BARDIN, 2011). Postulamos que a mídia exerce influência na construção de representações, dessa forma, acompanhamos as palavras que apareciam nas manchetes, não em relação à frequência de aparição e sim ao sentido vinculado. Esse exercício foi proporcionando uma percepção singular do pesquisador sobre os frequentadores do estádio, descrito no estudo como representações sobre o Maracanã dessa época histórica.

Expressões referentes a grandiosidade da obra, empenho da nação brasileira, estádio do povo, bem como colosso, belo, brilhante foram atreladas ao estádio nessa época de construção e em seus primeiros anos após a inauguração. Tais expressões apontavam para a passagem de um espaço, até então ocupado para corridas de cavalos, a um lugar, o maior estádio do mundo.

Segundo Tuan (1983), um espaço, ao adquirir significado, passa à condição de lugar, proporcionando aconchego, passando a ser conhecido, trazendo familiaridade para os indivíduos que nele se reúnem.

Após essas primeiras análises, ao sermos questionados por pareceristas sobre a escolha dos jornais em função das representações dos editores e seus papéis na sociedade, buscamos outro periódico. Analisamos então o Jornal do Brasil, também de circulação nacional.

Neste novo corpus, não foi possível identificar expressões emblemáticas nas manchetes na capa, pois o Jornal do Brasil praticamente não trazia notícias sobre a

construção do estádio. Apenas em páginas internas eram veiculados informes que em nada se pareciam com a maneira enfática e deslumbrada dos outros dois jornais.

Embora analisado sob a mesma ótica, o JB sugeria outras interpretações/comparações, que se afastavam do nosso objetivo principal. Por esse motivo, não podíamos dizer que o Jornal do Brasil contribuiu para as representações construídas por Jornal dos Sports e Jornal O Globo.

Um tanto desiludidos partimos para outra missão: identificar e analisar as representações dos torcedores que frequentaram o estádio do Maracanã, por 60 anos de existência (1950-2010) ou por no mínimo 15 anos. O critério do tempo foi estabelecido, pois somente os torcedores que efetivamente frequentaram o estádio por um longo período tiveram a oportunidade de vivenciá-lo antes das primeiras reformas estruturais (ocorridas em 2000 para o Campeonato Mundial Interclubes e em 2005/2007 para o Pan-Americano).

Esses torcedores, que podiam ser de torcidas organizadas ou não, responderam às perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada. Os locais de entrevista foram variados, desde a sede, ou do churrasco de confraternização de torcidas organizadas, até locais públicos, que facilitavam o encontro com os informantes.

Após a transcrição, leitura e análise crítica dos dados, dividimos as representações em três categorias. A primeira foi relacionada ao próprio lugar, ao ambiente-estádio; a segunda reunia as representações que estavam atreladas ao dia do jogo no estádio e a terceira categoria indiciava as ressonâncias que o estádio proporcionava na vida desses sujeitos.

A arquitetura, a edificação propriamente dita despertava expressão de emoções que percorriam a história do estádio. As mesmas representações verificadas nos jornais eram pontuadas pelos torcedores. Ser uma construção extraordinária, grandiosa, um templo para muitos, nos mostrava a permanência histórica das representações iniciais.

Além disso, os fatos propiciados pelo ambiente, como a subida pelas rampas, a acústica do interior, o tremer do concreto, marcaram os torcedores. Há representações associadas também ao partilhar o estádio, onde cada torcida possuía um espaço para guardar materiais, espaço determinado nas arquibancadas, hinos cantados, que traziam marcas de pertencimento para os torcedores.

Em relação ao dia do jogo, fomos analisando as representações a partir de falas carregadas de emoção. Desde a preparação para a ida ao estádio, onde um ritual era cumprido, até a memória dos torcedores sobre os fatos vivenciados no interior do estádio, eram muitos os sentimentos que os levavam da extrema euforia à profunda decepção. Os significados atrelados ao Maracanã demonstravam o tamanho do simbolismo do estádio para os torcedores.

Entretanto, as expressões pontuais, construídas pela memória e auxiliares no processo de construção das representações estão ao lado das expressões que ecoam durante toda a história de vida desses torcedores. Muitos fatos vivenciados dentro do estádio por um longo período fazem com que os torcedores estabeleçam representações de familiaridade, de pertencimento e afeição pelo Maracanã.

Essas análises, por terem sido feitas em um período em que o estádio estava fechado para os jogos e praticamente em ruínas, despertaram significados saudosistas, principalmente porque não se sabia como o estádio ficaria após essa reestruturação e

nem quem continuaria tendo acesso em função de especulações sobre valores dos ingressos.

Logo, as representações foram sendo estabelecidas ao longo da história, atravessando diferentes gerações que utilizavam o mesmo espaço e realizavam as mesmas práticas.

Em 2010, em função da reforma para a Copa do Mundo de 2014, atendendo aos critérios internacionais impostos pela FIFA, o Maracanã começou a propagar novos significados, através da mídia e dos funcionários envolvidos com a reforma, e que eram acompanhados pelos torcedores.

Para esse outro grupo de sujeitos (funcionários), inserido em outra configuração social, os significados já se construía alterados. A partir do momento em que quatro categorias chave apareciam constantemente no discurso desses informantes, novos significados iam sendo construídos.

Conforto, segurança, sustentabilidade ambiental e autofinanciamento se tornaram pilares desse novo momento histórico que está marcando o Maracanã desde a abertura dos portões em 2013, em que os torcedores se deparam com outro cenário, que impõe novas práticas, que atrai um público também novo e que por enquanto afasta muitos dos antigos torcedores em função do valor. Possivelmente, acompanhando a nossa história, as representações sobre o estádio do Maracanã podem ir se alterando, mas estas dependem também da perspectiva de quem fala.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

GINZBURG, C. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" IN **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

WACHELKE, J. (2012). **Social Representations: a Review of Theory and Research from the Structural Approach**. Universitas Psychologica, 11, 711-729.

**A CATEGORIA ANALÍTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA
SOBRE ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA¹**

Silvana Vilodre Goellner²

Resumo: Este texto analisa a categoria gênero como uma ferramenta analítica cuja utilização possibilitou a ampliação de temas, objetos e problemas na produção acadêmica do campo da historiografia do esporte, do lazer e da educação física. Desenvolve um breve balanço desta produção, bem como aponta para a existência de temáticas e de ferramentas analíticas ainda pouco investigadas, sobretudo, nos estudos desenvolvidos no Brasil.

Palavras-Chave: Gênero. Esporte. História.

A historiografia do esporte, lazer e da educação física tem focalizado temáticas afetas à categoria analítica gênero desde os anos 1980, mais especificamente por meio de pesquisadoras vinculadas à programas e pós-graduação na área da educação. Tal investimento se notabilizou pela forte influência que o ensaio *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1996) provocou no cenário nacional. Nele, a autora propôs a utilização do *gênero* como uma ferramenta analítica, deslocando, desse modo, a centralidade na categoria identitária *mulher* para o caráter relacional entre os sexos, enfatizando as conotações sociais do gênero em contraste com as conotações físicas do sexo.

Dado esse passo inicial, várias correntes epistemológicas emergiram em vários campos disciplinares, em sua maioria advinda dos feminismos, promovendo o surgimento de objetos de investigação outrora interditos. No entanto, no campo específico da pesquisa historiográfica produzida no Brasil sobre esporte, lazer e educação física tal diversidade não se fez visualizar com tanta potência e ainda é ínfima a atenção conferida aos feminismos dificultando, inclusive, a compreensão da generificação que estrutura essas práticas culturais.

Ainda assim é necessário ressaltar que vários objetos hoje investigados no campo da historiografia do esporte, do lazer e da educação física só foram possíveis em função da contribuição advinda dos feminismos, de suas proposições políticas e acadêmicas. Afinal, os estudos feministas e os estudos de gênero em suas diferentes vertentes epistemológicas, foram determinantes para desconstruir a representação naturalizada de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo. A emergência destes campos teóricos permitiu, por exemplo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza e performance são construções históricas que, em diferentes tempos e culturas, foram associadas aos homens e/ou às mulheres.

No campo da pesquisa historiográfica brasileira, o primeiro enfoque investigativo recaiu sobre as mulheres. Tal produção, revestida de um caráter político, colocou em

¹ Grande parte das discussões aqui contidas foi publicada no texto "Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidade" (2013).

² Professora Doutora da UFRGS, vilodre@gmail.com

suspeição a representação da fragilidade feminina, tornando visível que, desde os primórdios de diferentes práticas corporais e esportivas, elas se fizeram presentes em que pese a ausência de registro na oficialidade dos discursos.

Decorrentes desse foco e complementares a ele, despontaram investigações sobre feminilidades e, em quantidade infinitamente menor, sobre masculinidades. Duas vertentes podem ser identificadas nessa direção: uma cujos estudos reafirmam as categorias identitárias homem e mulher, anulando as diferenças presentes em cada polo dessa representação; outra que, na contramão dessa representação, enfatiza as diferenças inerentes a cada uma dessas categorias binárias, evidenciando, portanto, a impossibilidade de se generalizar *a mulher* ou *o homem*.

A primeira vertente, ao universalizar as representações de mulher e de homem, atribuindo-lhes características distintas, inatas e imutáveis, sugere que é a partir dessas características que são determinados os traços de caráter e comportamento, funções sociais, espaços de pertencimento e possibilidades de socialização para eles e para elas. Operam com o conceito de estereótipo a partir do qual modelos de masculinidade e feminilidade são construídos tendo como base o sexo biológico. Nessa direção, as pesquisas empreendidas pouco problematizaram a diferente inserção, adesão e permanência de homens e mulheres no universo cultural das práticas corporais e esportivas, reafirmando, de certo modo, a representação de que para eles destina-se a aventura, a potência, o desafio, a força; para elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada, o desafio ameno (GOELLNER, 2006, p. 7).

Já a segunda vertente aponta que marcadores sociais – por exemplo, raça/etnia, geração, sexualidade, religião, classe social etc. – provocam distinções entre as próprias mulheres e entre os próprios homens, o que implica aceitar a diversidade dos modos de ser de um e de outro polo dessa relação. Essa assunção se presentifica em pesquisas que focalizam a participação de mulheres em práticas de esporte e de lazer representadas como masculinas e na participação de homens práticas representadas como femininas, apontando que nesses espaços se constroem modos plurais de viver e produzir feminilidades e masculinidades.

Ainda que seja possível visualizar uma produção acadêmica orientada nessa direção, os estudos sobre gênero com recorte historiográfico carecem ainda de uma maior potencialização, se comparados com a produção internacional da área. Os estudos sobre masculinidades, por exemplo, ainda são incipientes no Brasil, e os existentes, grosso modo, estão direcionados para uma dada masculinidade, a referente, na qual atributos viris são reconhecidos e incentivados. Estão ausentes estudos que apontem para práticas corporais e esportivas cujo acontecer produzem outros modos de ser masculino, a exemplo, da ginástica rítmica ou aeróbica e da patinação artística, modalidades nas quais o corpo do homem parece ser incapaz de protagonizar uma estética corporal tradicionalmente associada a uma exclusiva prática feminina.

Do mesmo modo, estudos que tematizem questões relacionadas às homossexualidades ainda são pouco visíveis. Impera, no campo da pesquisa historiográfica sobre o esporte, o lazer e a educação física o princípio da heteronormatividade (ALMEIDA, 2010), praticamente invisibilizando os sujeitos que dele escapam.

Nessa direção, aponto que uma grande potencialidade para os estudos historiográficos sobre o esporte, lazer e educação física reside na incorporação de

análises que rompem com o binarismo homem-mulher, feminilidade-masculinidade, heterossexualidade-homossexualidade, uma vez que, mesmo que esses termos sejam usados no plural, ainda não visibilizam os “paradoxos da diferença” (SCOTT, 2005, 14).

Nessa perspectiva a teorização *queer* (DAUWELL, 2006; CAMARGO, 2008) tem revelado uma fecunda possibilidade de ancoragem teórica, na medida em que opera com a desconstrução dos binarismos, inclusive os presentes nos estudos de gênero. Ao eliminarem do horizonte analítico o determinismo biológico e os binarismos, estes estudos favorecem a aceitação da profusão de feminilidades e de masculinidades, da permeabilidade entre as fronteiras corporais e a não fixidez das identidades. Segundo Judith Butler,

As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e, como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo ‘mulheres’ não deva ser usado, ou que devamos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. (2003, p. 22).

Como possibilidade temática, ainda são incipientes estudos que analisem as questões de gênero no esporte na inter-relação com classe social, religião, raça/etnia, sexualidade e geração, o que, de certo modo, indica que as categorias *homem* e *mulher* ainda estão prevalentemente circunscritas ao contexto urbano, cristão, branco, heterossexual e jovem.

Investir em tais temáticas implica não apenas uma aproximação acadêmica com a literatura internacional, mas, sobretudo, um posicionamento político, na medida em que estudos nessa direção tirarão das zonas de sombra corpos e sujeitos que escapam a qualquer tentativa de categorização.

Nesse sentido, a abordagem teórico-metodológica da História Oral pode se constituir em uma ferramenta útil, visto que muitos dos corpos e sujeitos que residem nas zonas de sombra da historiografia do esporte, do lazer e da educação física lá estão porque deles não há registros. Entendida como uma técnica de produção e tratamento de entrevistas, um método de investigação e uma fonte de pesquisa (FERREIRA e AMADO, 1996), ao longo das últimas décadas do século XX a História Oral se tornou um dos métodos prediletos de pesquisadoras feministas, que a utilizaram por entender que

[...] nos permite ouvir histórias de indivíduos e grupos que de outra forma seriam ignorados; permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula o questionamento de nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e dos pontos de vista de outras pessoas e culturas. (PATHAI, 2010, p. 124).

Tal entusiasmo, no entanto, não encontrou correspondência na historiografia brasileira do esporte, do lazer e da educação física mesmo naqueles estudos em que a categoria *gênero* figura como central.

Enfim, gostaria de ressaltar a necessidade de maiores investimento nos aportes teóricos advindos dos feminismos dada sua inegável contribuição para compreender a estruturação do esporte, do lazer e da educação física visto aqui como espaços generificados e generificadores não porque refletem as desigualdades e diferenciações da sociedade em geral, mas, fundamentalmente, porque as produzem e reproduzem.

Referências:

ALMEIDA, Miguel Vale de. **A chave do armário: homossexualidade, casamento e família**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Sexualidades, esportes e Teoria Queer: inter-relações. **Revista Estudos Feministas**. Vol.13, nº. 3, Florianópolis, 2008, p. 1130-1133.

DAUWELL, Jayne. **Sport, Sexuality and Queer Theory**. London/New York, Routledge, 2006.

FERREIRA Marieta de M. e AMADO Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOELLNER, Silvana V. Entre o sexo, a beleza e a saúde: o esporte e a cultura fitness. **Labrys. Estudos Feministas**, Vol. 10, Brasília, 2006, p. 6-15.

_____. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, Vol. 14. nº 34, Niterói, 2013, p. 45-52.

PATHAI Daphne. **História Oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 13, nº. 1, Florianópolis, 2005, p. 11-30

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Vol. 20, nº. 2, Porto Alegre, 1995, p. 71-99.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ESPORTIVIZAÇÃO: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA

Suzane Santos Fonseca¹

Andréia Paula Basei²

Resumo: Desde sua origem o esporte exerce influência nos diferentes âmbitos sociais, transformando-se em instrumento político do Estado, que contribuiu por meio de várias iniciativas para que ele fosse incorporado na Educação Física. Isso tem gerado desafios para os professores o utilizarem pedagogicamente. O objetivo deste estudo foi compreender como a esportivização adentrou as aulas de Educação Física baseado no resgate de aspectos históricos do esporte, da Educação Física e esportivização das aulas.

Palavras-chave: Histórica da Educação Física. Educação Física Escolar. Esportivização.

INTRODUÇÃO

O esporte, conforme a sociologia, é um “fato social total” (MAUSS, 2003) por se tratar de um fenômeno de grande força e impacto sobre questões sociais, culturais, econômicas e políticas da vida das pessoas. Ele é capaz de proporcionar o fascínio e deixar as pessoas extasiadas pelo prazer tanto em praticá-lo quanto em prestigiá-lo, ocupando lugar de destaque na cultura dos povos de diferentes partes do mundo.

Dada sua importância, observa-se a dificuldade e ambiguidades na tentativa de definição do termo esporte, ou mesmo quando procura-se a sua essência, o seu sentido e significado (STIGGER, 2002). Contudo, concordamos com o autor quando afirma que o esporte é um fenômeno humano que constitui um conjunto social e cultural, marcado por um conjunto de normas, valores e representações orientadas por aspectos macrosociais, que, para sua compreensão necessitam de uma análise mais ampla em suas diversas dimensões.

Nesse sentido, o esporte também ocupa um lugar privilegiado nas aulas de Educação Física, sendo por vezes considerado como sinônimo da mesma (BARROSO; DARIDO, 2006). Em estudo realizado recentemente sobre a presença dos esportes individuais nas aulas de Educação Física no município de Ivaiporã, PR (FONSECA, 2014), foi identificado que tanto os esportes individuais como os demais conteúdos da cultura de movimento estão sendo negligenciados nas escolas públicas e privadas onde predominam os esportes coletivos como conteúdo das aulas, especificamente nas modalidades de voleibol, basquetebol, futsal e handebol. Também constatou-se uma forte influência da esportivização, do tecnicismo e a tentativa de reprodução do esporte de rendimento nas aulas de Educação Física.

A partir destes resultados e de inúmeros outros estudos que tem apontado os esportes como conteúdo principal, por vezes o único, das aulas de Educação Física, buscou-se na literatura resgatar o processo histórico pelo qual o esporte passou a ser incorporado como conteúdo da Educação Física. Este processo é importante na

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - Universidade Estadual de Maringá. E-mail: suzhysantos@hotmail.com

² Docente do Curso de Educação Física - Universidade Estadual de Maringá. E-mail: andreibasei@yahoo.com.br

tentativa de compreender os motivos que fazem com que o esporte esteja tão presente nas aulas fazendo com que outros conteúdos sejam negligenciados, assim como compreender o fenômeno da esportivização nas aulas, ou seja, o “processo de absorção por outras práticas corporais inicialmente não-esportivas, dos códigos e princípios que caracterizam o esporte” (BRACHT, 2003, p. 24).

No âmbito escolar, isso aparece configurado por meio do desenvolvimento nas aulas do “esporte *na* escola e não o esporte *da* escola” (SOARES et al, 1992) que tenta reproduzir as características do esporte institucionalizado e de rendimento. Contudo há que se considerar que a escola é parte do sistema mais amplo, logo, influencia e é influenciada pelas ideologias vigentes. Dessa forma, é preciso considerar que a ideia de heterogeneidade e complexidade do fenômeno esportivo demonstra que ele pode possuir significados diferenciados para cada uma das instâncias sociais, e com isso ser usado com diferentes intencionalidades.

OS USOS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E ESPORTIVIZAÇÃO

Embora o esporte sempre estivesse presente na sociedade, nem sempre ele foi conteúdo da Educação Física. Quando esta surgiu dentro do ambiente escolar influenciada pelos princípios higienistas e militaristas, os métodos utilizados para a formação do sujeito eram os métodos ginásticos vindos da ginástica praticada na Europa, com fins disciplinares, formadores da conduta e de hábitos saudáveis (DARIDO, 2003; BARROSO; DARIDO, 2006).

Contudo, o esporte ainda fora do âmbito escolar ganhava cada vez mais espaço e se fortalecia principalmente com o advento do capitalismo. Na Inglaterra, o esporte oriundo dos jogos e brincadeiras ganha uma nova roupagem, se tornando uma prática sistematizada, organizada e com fins no resultado, da mesma forma como se organizava a nova sociedade capitalista que acaba contribuindo inclusive para a definição do termo esporte. Conforme Bracht (2003, p. 13) ele “resultou de um processo de modificação [...] de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, e também de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa”. Assim, o esporte também é utilizado pelos burgueses com vistas a desenvolver na classe trabalhadora a disciplina, hierarquia e rendimento (SIGOLI; JUNIOR, 2004).

Ele passa a ser utilizado por todas as esferas da sociedade assumindo algumas formas de organização como o surgimento de ligas, campeonatos, surge também o espectador, são construídos estádios, ginásios e complexos esportivos a altura da grandiosidade que o fenômeno começa a adquirir socialmente (SIGOLI; JUNIOR, 2004). O esporte passa a ser um meio de alienação dos operários que trabalhavam horas nas fábricas e aos sábados iam assistir aos jogos ou então iam jogar pelo time da própria fábrica, surgindo então certo patriotismo por essa fábrica que apenas os explorava.

A partir do século XIX, o esporte já arrastava multidões para os estádios, os jornais e os meios de comunicação começam a se interessar por ele, surgem então as reportagens cada vez com mais espaços nos jornais e as transmissões dos jogos. O Estado percebe o poder que o esporte exerce nas pessoas e que ele pode ser instrumento para inspirar o patriotismo e a lealdade ao governo, “o Estado usurpou do

esporte valores como prestígio político e econômico internacional” (SIGOLI; JUNIOR, 2004, p. 115).

Com a instauração dos jogos olímpicos o esporte se difunde pelo mundo, e as nações que antes guerreavam agora travam suas batalhas em estádios, o esporte passou a ter uma função política e econômica (SIGOLI; JUNIOR, 2004; BETTI, 2009). “De fim em si mesmo, tornou-se uma razão de Estado, é usado com declarados fins políticos, e corre-se risco de as nações alocarem todos os seus esforços e recursos para ele, em detrimento dos interesses e necessidades dos indivíduos face à atividade física” (BETTI, 2009, p. 65). O esporte de rendimento começa a se consolidar como forma hegemônica da cultura do movimento nas sociedades complexas. E é nesse contexto que o valor educacional do esporte começa a ser reconhecido e então passa a ser incorporado como conteúdo central das aulas de Educação Física nas escolas brasileiras.

Sendo a educação uma prática socialmente determinada e uma necessidade para a vida em sociedade, cujos objetivos e conteúdos são determinados por exigências sociais, políticas e ideológicas é inegável que está refletido nessa prática um contexto macrosocial de diferentes períodos históricos. Sendo assim, as proporções tomadas pelo esporte na sociedade reflete a sua incorporação pela educação com a finalidade de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a agir no meio social e a transformá-lo de acordo com suas necessidades. Logo, a Educação Física enquanto disciplina escolar responsável por tratar pedagogicamente das práticas da cultura do movimento humano declara a importância e necessidade de abranger este fenômeno como conteúdo da suas aulas.

Nesse contexto, a educação brasileira passou por várias mudanças durante o Estado Novo, mudanças essas que afetaram de alguma forma a Educação Física, mas foi entre 1946 e 1968 que “iniciou-se uma extensa reorganização de conceitos e a ascensão do fenômeno esportivo, que levariam, no período seguinte, à formulação de um novo modelo para a Educação Física no país” (BETTI, 2009, p. 104).

Entre outras mudanças, conforme o autor supracitado, a mais significativa desse período foi a inclusão da obrigatoriedade da Educação Física na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, para os cursos primário e médio até a idade de 18 anos. Já a portaria n.º 148, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, de 27 de abril de 1967, definiu a Educação Física como "um conjunto de ginástica, jogos, desportos, danças e recreação". Nessa mesma portaria, as competições esportivas foram admitidas como atividades regulares da Educação Física, "quando dirigidas ou organizadas por professor habilitado" (idem, p. 48).

Anterior a isso, já na década de 1950, como aponta Betti (2009), as revistas da Educação Física deixaram de tratar de questões ideológicas e políticas e passaram então a publicar inúmeros artigos referentes ao esporte e ao treinamento esportivo. Em seguida começam a serem formuladas iniciativas para melhorar o desempenho do Brasil em competições esportistas. E o próprio MEC, por meio das portarias 168 de 1956 e 148 de 1967, indicam a aproximação do conceito de Educação Física com o de Esporte, admitindo as competições esportivas como substitutivas das sessões de Educação Física.

Nesse período, a Educação Física brasileira sofreu forte influência do método criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França, denominado "Educação Física Desportiva

Generalizada". O método foi difundido no Brasil pelo professor Augusto Listello, ficando conhecido como "Método Desportivo Generalizado". Resumidamente, procurou incorporar o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física, com ênfase no aspecto lúdico (BETTI, 2009, p. 113).

Diante desse cenário, para o MEC o esporte era o conteúdo mais apropriado para a formação do sujeito, e por ser uma manifestação expressiva e com muitos adeptos na sociedade, proporcionaria uma atividade educativa e lúdica. Essa postura também confrontava o antigo método ginástico e ressaltava que a Educação Física não deveria ser apenas ginástica, ou apenas esporte, mas um conjunto. Este método "foi uma tentativa de manter o Esporte, já uma instituição social autônoma, sob o domínio pedagógico da Educação Física, e de impedir sua completa esportivização" (BETTI, 2009, p. 115).

Entretanto, o motivo pelo qual o esporte foi tão incentivado para estar na escola não estava inteiramente ligado a formação do aluno, mas sim a grande importância política que o esporte atinge na sociedade no período de 1969 a 1979, como afirma Betti (2009, p. 115):

O período assinalou a ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo. Ocorreram também profundas mudanças na política educacional e na Educação Física Escolar, que se subordinou ao sistema esportivo, e a expansão e sedimentação do sistema formador de recursos humanos para a Educação Física e o Esporte.

E assim por meio do esporte a Educação Física passa a ser subordinada aos interesses do Estado, representado nessa época pelo governo militar de 1964, que investe intensivamente no esporte "na tentativa de fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, na medida em que ela participaria na promoção do país através do êxito em competições de alto nível" (DARIDO, 2003, p. 2).

Corroborando com este entendimento, Bracht (2000, p. 15) afirma que,

[...] o esporte, enquanto fenômeno cultural, foi assimilado pela EF, inicialmente, sem que isto modificasse a visão hegemônica de sua (da EF) função social (desenvolvimento da aptidão física e do 'caráter'), mas, paulatinamente, o esporte se impõe à EF, ou seja, instrumentaliza a EF para o atingimento de objetivos que são definidos e próprios do sistema esportivo. Este processo não vai se acompanhar de uma reação crítica da Educação Física, muito ao contrário, ele foi saudado como elemento de valorização da EF, que passa a ser sinônimo do esporte na escola. A reação se dá tardiamente, como observado na década de 80.

Dessa maneira, começa a instalar-se e ganhar força o chamado fenômeno da esportivização na Educação Física escolar. Fenômeno este que, conforme Gonzalez (2006) afeta tanto a cultura corporal quanto a subjetividade e aparece evidenciado quando se observa que a lógica do esporte de rendimento – espetáculo, competição e rendimento – se faz presente nos diferentes espaços e, desse modo, permeia as relações sociais modificando a visão de mundo dos indivíduos. Isso pode ser observado na Educação Física na escola quando o esporte aparece como o único conteúdo a ser “ensinado”, o professor passa a ser treinador e o aluno o atleta, e a aula o local de selecionamento/treinamento para formar os times campeões.

Nesse contexto histórico, vários são os decretos formulados pelo Ministério da Educação e órgãos governamentais que colocam o esporte em lugar de destaque na Educação Física, assim como novas diretrizes em favor do esporte no âmbito escolar. Dentre estes é possível citar o decreto n. 69.450, de 1º de novembro de 1971, que inclui a iniciação esportiva na programação das atividades a partir da quinta série do primeiro grau; a realização do Diagnóstico da Educação Física/Desportos em 1971, que estabelece o modelo piramidal da Educação Física; a Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, que definiu os objetivos da Política Nacional de Educação Física e Desportos, e encarregou o MEC de elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED); a Política Nacional de Educação Física e Desportos que aponta o esporte como um importante meio de formação do homem; o decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977, que regulamentou a Lei n. 6.251, definiu esporte como a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas, e os estabelecimentos de primeiro e segundo graus como entidades básicas do desporto escolar, constituem os centros em que este é ensinado e praticado. O mesmo decreto admitiu como frequência escolar as competições esportivas estudantis constantes do calendário esportivo nacional, incluindo suas fases preparatórias (BETTI, 2009).

Todas essas leis, decretos e resoluções, entre outras que não são citadas aqui, garantiram que o esporte fosse incorporado nas aulas de Educação Física, estando a serviço do Estado no sentido de gerar atletas que ganhariam além de medalhas prestígio político e econômico para seu país. Todavia, estes fins sempre estiveram mascarados pelo caráter educativo do esporte e pelo seu impacto na formação do homem. Caráter este, sucumbido pela repetição mecânica dos movimentos e pelo treinamento esportivo em que tentou-se transformar as aulas de Educação Física.

A concepção é a de que o aluno e a escola devem servir ao esporte, e portanto aqueles devem adaptar-se a este, e não o esporte estar a serviço dos interesses educacionais, caso em que ele é que deveria adaptar-se às características e interesses do aluno e da escola (BETTI, 2009, p. 133).

A partir do exposto é possível ter uma compreensão sobre o porquê e como o esporte de rendimento entrou e dominou as aulas de Educação Física na escola brasileira. O esporte em suas especificidades atrai as pessoas de uma forma inexplicável, e o Estado, assim como as outras instâncias - social, econômica, cultural, educacional - o usaram em seu benefício. Isso pode ser verificado também no fato de que a própria formação dos professores de Educação Física era no intuito de formar treinadores nessa

época (BETTI, 2003), e mesmo com o advento das novas abordagens da Educação Física, e as críticas surgidas à reprodução do esporte rendimento no ambiente escolar, a esportivização ainda hoje tem presença marcante na escola, devido aos constantes incentivos do Estado para que o esporte permaneça na escola o favorecendo politicamente.

Como exemplo disso é possível citar a realização das olimpíadas e jogos escolares, que sofreram alterações em suas regras e em sua constituição teórica, mas que na prática ainda reproduz o esporte de rendimento e busca a formação de atletas, além de proporcionar prestígio social para as escolas participantes. Isso contribuir para que os professores de Educação Física trabalhem em suas aulas apenas a modalidade esportiva em que acreditam terem chances de obterem bons resultados, restringindo os conteúdos ensinados na Educação Física escolar (COSTA, 2008).

Nesta mesma perspectiva, percebe-se que os projetos financiados pelo governo seja a nível estadual ou federal, também possuem em suas diretrizes a função de utilizar o esporte como meio educador, social, possibilitando auxiliar o desenvolvimento dos alunos, impedindo que esses alunos se encaminhem para as drogas, entre outros motivos, mas que, servem apenas para explicar a existência desses projetos na escola, que também estão a serviço do uso político do esporte pelo Estado (BRACHT; ALMEIDA, 2013).

Em um contexto mais amplo, e de acordo com as reflexões expostas, o uso político do esporte é reforçado por tratar-se de um fenômeno que abrange as características de: a) ser uma atividade com regras de fácil compreensão, sendo utilizado como elemento de comunicação de massa portador de uma linguagem simples que o Estado utiliza como forma de veicular os seus objetivos e ideologias; b) oferecer à população a possibilidade de identificação com o coletivo e com as aspirações patrióticas dando sentido de união nacional; c) ser um elemento alienador que permite ao espectador a compensação para as tensões e aflições da vida cotidiana; d) proporcionar ao atleta como representante do sistema, os sucessos esportivos fornecendo prestígio político e; e) refletir as concepções de valores existentes na sociedade na qual está inserido (SIGOLI; JÚNIOR, 2004).

Contudo, torna-se evidente que a Educação Física na escola e a incorporação do esporte enquanto objeto de ensino, assim como o fenômeno da esportivização coloca a disciplina em uma posição que, nas palavras de Medina (apud CASTELLANI FILHO, 1998, p. 11), “[...] tem servido de poderoso instrumento ideológico e de manipulação para que as pessoas continuem alienadas e impotentes diante da necessidade de verdadeiras transformações no seio da sociedade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte configura-se como uma prática de origem sociocultural, que traz inscritos códigos, sentidos e significados que expressam concepções e ideologias sociais e que precisam ser analisados criticamente, quando se fala do seu valor pedagógico e do sentido deste conteúdo estar presente nas aulas de Educação Física.

Considerando o contexto histórico de como a esportivização chegou a escola e como ela ainda é fomentada pelo Estado de formas disfarçadas, que se utiliza dessa poderosa ferramenta para obter o apoio da população, o esporte, pode ser considerado

um importante elemento para o reconhecimento da sociedade moderna, já que, segue os padrões do sistema econômico vigente - o capitalismo - preconizando a competição, o rendimento, o objetivismo e a sobrepujança.

Conhecendo este percurso histórico, é possível compreender o quanto é difícil para se romper com a esportivização e ensinar um esporte que proporcione uma aprendizagem significativa, que promova a autonomia, a criticidade e a emancipação dos seus praticantes.

Entretanto, é necessário criar possibilidades para o ensino dos esportes e para que a escola exerça seu papel de contribuir com a transformação social, e não de reprodução das injustiças sociais, que é o que ocorre quando nos tornamos alienados e reféns do sistema. Apesar da influência sofrida pela utilização política e econômica do esporte no cenário nacional e mundial as suas características garantem a legitimidade deste fenômeno. Contudo, o que é preciso agora é garantir a legitimidade da Educação Física na escola utilizando-se dos instrumentos que a área dispõe. Por fim, aponta-se a necessidade de aprofundar estas reflexões para ampliar a compreensão desta temática e encontrar meios para responder, como disse Ricardo Lucena (1999), “Como lidar com um fenômeno tão poderoso como o esporte e não sucumbir a ele?”

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Revista Movimento**, Porto Alegre, n. 12, jul. 2000.

_____. **Sociologia Crítica do Esporte**: uma introdução. 2. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. de. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar. **Revista Em Aberto**. Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

BARROSO, A. L. R.; DARIDO, S. C. Escola, educação física e esporte: possibilidades pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, v. 1, n. 4, p. 101-114, dez. 2006.

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

_____. **Educação Física e sociedade**: a educação física na escola brasileira. 2 ed. São Paulo: Hucitec. 2009.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1998.

COSTA, J. M. da. **Olimpíadas escolares**: por onde caminha o esporte escolar brasileiro. In: III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte, 2008. Disponível em: <http://www.imve.org.br/concoce/trabalhos/comunicacoes/olimpiadas_escolares_por_onde_caminha_o_esporte_escolar.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola**: Questões e Reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.

FONSECA, S. S. **Educação Física escolar e os esportes individuais**: entre a realidade e as possibilidades. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

GONZÁLEZ, F. J. Projeto curricular e educação física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, R. (org.). **O Fenômeno esportivo**: ensaios crítico-reflexivos. Chapecó: Argos, 2006.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003

SIGOLI, M. A.; JUNIOR, D de R. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, jun. 2004. Disponível em: <http://www.fug.edu.br/adm/site_professor/arq_download/arq_289.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SILVA, A. M. **Esporte espetáculo**: a mercadorização do movimento corporal humano. Novembro, 1991. 152 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vidas**: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, 2002.

**INTERFACES ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA, A HISTÓRIA E A LINGUAGEM:
POSSIBILIDADES DIALÓGICAS A PARTIR DA BIOGRAFIA**

Talita Ferreira¹

Evando Carlos Moreira²

Resumo: Com vistas a ampliar os estudos do gênero biográfico em Educação Física, objetiva-se apresentar uma dentre as possíveis trajetórias percorridas pelo curso de Educação Física da UFMT. Para isso, optou-se em biografar um professor, cuja representatividade culminou em aspectos que muito contribuíram para o atual estágio de desenvolvimento do cenário esportivo mato-grossense. Espera-se construir um documento legítimo a partir da combinação entre história, linguagem e Educação Física.

Palavras-chave: Biografia. História. Educação Física.

INTRODUÇÃO

Não se pode negar que a biografia é gênero conhecido da História, porém, essa vem se aproximando sutilmente da Educação Física por meio de narrativas produzidas na área que buscam enfatizar positivamente o trabalho de alguns professores e/ ou atletas pelos seus feitos e glórias esportivas.

Assim, com vistas a ampliar os estudos do gênero biográfico em Educação Física, objetiva-se, a partir deste trabalho, apresentar e analisar uma dentre as muitas possíveis trajetórias históricas percorridas pelo curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) até configurar-se como Faculdade de Educação Física (FEF), em 1992, tendo como objeto de estudo a biografia de um indivíduo, sendo ele um dos grandes representantes da criação do curso de Educação Física da UFMT, o professor João Batista Jaudy, falecido em 2009.

Não se tem a pretensão de transformá-lo em herói, tampouco creditar todas as benfeitorias e realizações da Educação Física no estado de Mato Grosso a ele, mas, a escolha se deve a sua representatividade junto ao esporte e à Educação Física na UFMT independentemente de opções teóricas, políticas e visões de mundo diferenciadas.

Espera-se que, a partir da combinação entre estudos histórico-biográficos, narrativas emergentes de vozes outrora silenciadas e elementos/ acontecimentos específicos da Educação Física, possamos dar lugar aos aspectos que muito contribuíram para o nosso atual estágio de desenvolvimento, sejam referentes às relações sociais, políticas, esportivas e educacionais; ao panorama da comunidade cuiabana contextualizada; além de incontáveis aspirações e movimentações dentro do próprio curso de Educação Física.

Arriscar-nos-emos a estudar uma trajetória ou destino individual a partir do olhar e do “contar” de um grupo de sujeitos, objetivando assim, ampliar os estudos do gênero biográfico, com vistas a compreender a complexa rede de relações na qual se inscrevem os indivíduos que constituem o objeto de estudo deste projeto: a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso.

¹ Graduação - FEF/UFMT, tali-gabi@hotmail.com

² Doutor – FEF/UFMT, ecmmoreira@uol.com.br

MÉTODOS

“Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das “vozes” que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais” (BORGES, 2011, p. 212).

Metodologicamente, na oralidade, a entrevista atua como recurso básico, sem a qual não é viável tecer um trabalho. Contudo, considerando o caráter biográfico deste, definiu-se como híbrida tal empreitada, já que recorreremos tanto às fontes orais oriundas das narrativas geradas pelas entrevistas com colaboradores que perpassaram em algum ponto pela vida do professor João Batista Jaudy, quanto aos documentos oficiais, audiovisuais, iconográficos, literários, dentre outros que fizerem menção a ele e seu envolvimento com o curso de Educação Física da UFMT e o esporte em Mato Grosso também.

Uma das características da história oral é o passo que determina a passagem da fase falada para a escrita, ou dizendo de outro modo, do código falado, estéreo, para o escrito ou comprometido com o que se considera documento no sentido tradicional. Isto, contudo, não esgota o pensar. É tempo de supor as funções remotas do pensar a memória. (EVANGELISTA, 2010, p. 169-182).

Inicialmente, o projeto prevê a escolha dos sujeitos da pesquisa. Há, primeiramente, uma *Comunidade de Destino*, que são as pessoas que partilham da mesma identidade ou como expressa Halbwachs (2004) pelo elo do afeto unido em um conjunto social. Feito isso, ainda teríamos um grupo muito grande para a realização de entrevistas, então, selecionamos dentre a *Comunidade de Destino* um grupo menor, marcado por relações de gênero, classe, gerações, cultura, interesses comuns, dentre outros, denominado *Colônia*; e, por fim, selecionam-se as *Redes*, que serão os sujeitos da pesquisa: uma subdivisão formada pelas pessoas que serão entrevistadas, por critérios de pertencimento ou diferenças de discursos. (HOLANDA, 2007).

Não há dúvidas de que trabalhar com a história oral somente se completa ao compreendermos as narrativas produzidas como produto das entrevistas sob a ótica qualitativa. Assim, esta pesquisa perfaz uma abordagem qualitativa, ou seja, tem por base essencialmente os contextos, assim como as significações individuais que as pessoas imprimem às suas experiências (BOGDAN, BIKLEN, 1994).

Especificamente neste tipo de trabalho, a abordagem qualitativa oferece à pesquisa uma oportunidade diferenciada para a compreensão de questões intrínsecas, subjetivamente ligadas, ao objeto de investigação atual – a trajetória individual, a biografia – uma vez que tratam de questões particulares inseridas dentro de um universo de representação permeado por significados, crenças, valores e atitudes, os quais não podem ser reduzidos a um número ou a uma quantificação (MINAYO, 2003).

Outro passo metodológico que exige um detalhamento específico é a materialidade da narrativa, quando a concebemos como texto e a compreendemos como um gênero discursivo com enredo, situações literárias e interpretações engendradas pelo narrador no momento da composição (PORTELLI, 2001). Num

primeiro momento, o destaque recai no próprio ato de narrar, que pode ser considerado como a entrevista propriamente dita, que ocorre quando o colaborador/ entrevistado adquire consciência de que está deixando um testemunho, este será realizado por meio das entrevistas. Logo em seguida, tem-se o segundo momento, que acontece com a interferência direta do pesquisador, quando se dá a confecção do documento escrito.

Após essa fase de elaboração e estabelecimento de documentos derivados dos relatos dos colaboradores e fontes geradas por estes, pretende-se analisar outras fontes documentais que possam conter temas correlatos aos abordados nas entrevistas.

Serão ouvidas as histórias de vida de familiares, amigos, reitores, servidores docentes e técnicos, dirigentes e árbitros de futebol, alunos, atletas/ jogadores, jornalistas, artistas, políticos, dentre tantos outros cidadãos comuns no cenário mato-grossense. Assim, a partir da subjetividade que perpassa o trabalho de campo de qualquer pesquisador da oralidade, espera-se que este estudo contribua para o estabelecimento de uma história individual que se reflita no coletivo e que será construída a partir de múltiplos olhares e interesses, de pontos de vistas diversos, opiniões divergentes e saudades convergentes que poderão surgir em meio à memória, de uma história excluída da história oficial e, que por meio deste projeto biográfico, poderá ser incluída como documento legítimo no acervo institucional da FEF/ UFMT.

DO BERÇO AO TÚMULO

Muito se discute sobre regras e métodos para se escrever a história de uma vida, para se produzir uma biografia. Todavia, em meio a qualquer discussão, pode-se afirmar que o caminho a ser percorrido é o mesmo de qualquer trabalho em pesquisa histórica, tendo em vista que ambos são representações sobre o passado; construções resultantes de quem escreve, de um tempo e espaço específicos, marcados por relações entre instituições e grupos (BORGES, 2011).

Para que se compreendam essas relações é preciso buscar os fatos e, muitos destes fatos, só podem ser recuperados por meio de pequenos acontecimentos que surgem na configuração das conexões entre memória ou trajetórias individuais:

Entre outros, na era da globalização três alvos correlatos se portam como objetivo na mira de pensadores comprometidos com o papel do conhecimento na transformação social: identidade, comunidade e memória. Então, nova agenda se coloca como desafio coligando o saber às contingências das mudanças. No mundo contemporâneo, isso se torna mais do que evidência, pleito intelectual. [...] mas é importante dizer que a História, como tal – disciplina decorrente de fatores ligados aos documentos escritos e, portanto espaço de letrados -, não é alternativa única ou hegemônica. Constata-se a insuficiência da “mestra da vida”. Fala-se, pois, de “novas fontes”. (MEIHY, 2010, p. 179).

Optou-se em biografar o professor João Batista Jaudy sem a pretensão – pois injusto seria com outros professores e colaboradores – de prestar devidas homenagens

ou transformá-lo em herói, mas, pressupomos inicialmente a sua importância devido ao fato de termos encontrado em relatos de colegas de profissão, amigos pessoais e familiares, além dos registros documentais já utilizados em trabalhos anteriores, evidências que o tornam um sujeito de grande representatividade para a formação do curso de Educação Física na UFMT e desenvolvimento do cenário esportivo mato-grossense:

Um dos maiores incentivadores das práticas esportivas de Mato Grosso, o professor João Batista Jaudy, da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), faleceu ontem – 14/08/2009. Professor Titular da UFMT, Jaudy foi um dos que lutou para a implantação da Supervisão de Desportos e Recreação e do curso de Educação Física da UFMT. Fundou federações amadoras no Estado de Mato Grosso e a Escola de Samba Mocidade Independente Universitária, abriu as portas da UFMT para uma socialização entre a comunidade interna e a comunidade externa [...] (DIÁRIO DE CUIABÁ - MT, 2009, s/p.).

A biografia do professor João Batista Jaudy pode nos ajudar a ampliar a compreensão de determinados aspectos da trajetória do curso de Educação Física da UFMT em determinado período, tanto para ampliar as informações que existem sobre tal momento em fontes nunca antes estudadas, quanto pela possibilidade de um novo olhar, uma nova concepção, já que a trajetória de vida do biografado funcionará como receptáculo de entrevistas que deixará mais tangível a significação histórica geral da FEF, tendo em vista que, sem dúvida, uma vida pode contar outras tantas.

Contudo, devido ao fato de que o sujeito que protagoniza o fio condutor da temática faleceu antes de ter a sua trajetória contada, precisam ser ouvidas as histórias de vida de familiares, amigos, reitores, professores, servidores, técnicos desportivos e administrativos, dirigentes e árbitros de futebol, alunos, atletas/jogadores, jornalistas, artistas, políticos, socialites, dentre tantos outros cidadãos comuns no cenário mato-grossense. Assim, percebe-se a necessidade do fazer documental sob a perspectiva da história oral, não apenas como suporte, mas parte da missão intelectual. (MEIHY, 2010).

Ainda que tenhamos livros para consultas, documentos que supostamente comprovem fatos, imagens, objetos, aparelhos, instrumentos, testes e recursos dos mais modernos para realizar estudos, é necessário compreender que “os homens são os únicos objetos da história [...] sempre capturados no quadro das sociedades a que pertencem.” (FEBVRE, 1985, p. 16).

Apesar da falsa aparência de que o que se está em foco é a recuperação individualista de dados biográficos do sujeito escolhido como protagonista do estudo, isso não se assume como verdade, o resultado que se pretende, ao final, a partir dos relatos, é a reconstrução da trajetória histórica e cultural de um determinado grupo ou instituição que constitui um campo social nesta pesquisa. Assim, os objetivos específicos, por ora, encontram-se flutuantes e dependem da determinação dos sujeitos previamente para que se escolham os eixos temáticos de conduta narrativa.

A TENSÃO BIOGRÁFICA

A biografia, mais uma vez na história, tem recebido atenção especial, mas agora, devido às polêmicas atribuídas a ela por homens célebres, a moda biográfica livrou-se do estigma de gênero velhusco imposto até a metade do século XX (DEL PRIORE, 2009).

Entretanto, não se pode negar que a biografia é gênero conhecido da história e muito distante da Educação Física, aproximando-se apenas, salvo engano e – respeitando o número ainda tímido de trabalhos produzidos na área e concentrado em regiões e instituições de ensino superior específicas – quando se pretende enfatizar positivamente o trabalho de algum professor e/ ou algum atleta pelos seus feitos e glórias esportivas.

Portanto, contrariando o simbólico herói medieval, até então digno das mais belas biografias, pretende-se com este trabalho biografar “apenas” um dos *grands hommes* do qual Voltaire falava, pois, contrariamente ao herói, aqueles tinham que ser proveitosos à sociedade: “São aqueles que se destacaram no útil ou no agradável.”. E uma das formas possíveis de contar seus feitos e compreender seus motivos era estudá-los, ou seja, era a biografia. (DEL PRIORE, 2009).

Sabe-se que no trabalho biográfico recorre-se às pistas, obras específicas às temáticas que permeiam a vida do biografado, relatos orais de terceiros (que será o cerne de nossa construção) e entrevistas, literatura, da sociedade em que se viveu; jornais e documentos que registraram sobre a vida do indivíduo e sobre o espaço e tempo que o sujeito biografado pertenceu. Inúmeros são os caminhos possíveis para se chegar à reconstrução de uma boa trajetória pessoal. Contudo, há os que insistem naquilo que não se deve fazer: “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”. (LEVI, 1996, p. 169).

Levaremos em consideração o fato de que se reconstruir a vida de um sujeito é algo complexo, quando este sujeito é falecido isso se torna ainda mais agravante. Assim, se a base metodológica do trabalho será composta pelas narrativas geradas pela colaboração de entrevista de terceiros, talvez isso nos incite a refletir sobre o seguinte aspecto:

[...] produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1986, p. 185)

Desde a década de 1970 o universo educacional vem se utilizando de métodos biográficos, inclusive, para investigar as relações que permeiam a vida pessoal e profissional de professores inseridos em determinado contexto e época. (NÓVOA, 1995a). No campo específico da Educação Física, o movimento biográfico vem surgindo aos poucos, de maneira tímida. Contudo, percebe-se um aumento do interesse pela temática e, ainda que não seja um “grande aumento”, os trabalhos que têm sido publicados apresentam-se satisfatoriamente qualificados no cenário específico.

Recentemente, Nunes e Godoi (2013), ambos professores/ pesquisadores da Rede Municipal de Educação de Cuiabá – MT, publicaram um artigo nos moldes biográficos, intitulado “História de Vida, Formação e Desenvolvimento Profissional de um Professor de Educação Física das Redes Públicas de Educação”, tendo ainda contribuído com as referências citadas no corpo do trabalho de grandes nomes da Educação Física que já descortinaram as veredas biográficas da área. Por exemplo, consta no estudo dos autores (NUNES; GODOI, 2013, p. 157) os seguintes:

Almeida e Fensterseifer (2007) investigaram as trajetórias de duas professoras de Educação Física formadas em diferentes momentos históricos, mas com uma prática pedagógica semelhante baseada em atividades esportivas como um fim em si mesmas; Santos, Bracht e Almeida (2009) analisaram as experiências escolares, formação e trajetória profissional de três professoras com mais de 20 anos de carreira e um professor aposentado [...]

Com a colaboração de Goodson (1995) podemos complementar esta revisão inferindo que os estudos referentes à vida dos professores e outros profissionais ligados à Educação Física podem ajudar-nos a ver o indivíduo em/ com relação à história do seu tempo, assim, pode-se afrontar a interseção da história de vida com a história da sociedade, esclarecendo quaisquer escolhas, contingências e opções que se deparam ao indivíduo biografado.

Assim, a partir da subjetividade que perpassa o trabalho de campo de qualquer pesquisador/ oralista, ofereço meu esforço, neste trabalho, para o estabelecimento de uma história de vida “alheia”, uma história de vida que será construída a partir de múltiplos olhares e interesses, de pontos de vistas diversos, opiniões divergentes e saudades convergentes, de uma história excluída da história oficial e que por meio deste projeto biográfico pode ser incluída como documento legítimo no acervo institucional da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, uma das principais preocupações em relação a este projeto é aferir o valor histórico e científico à biografia do professor João Batista Jaudy, vendo neste, o grande incentivador de um projeto que se realizou: a criação do curso de Educação Física da UFMT.

Para além do prazer em se “fazer” história, ouvindo as narrativas dos sujeitos colaboradores, existe a tensão biográfica que nos responsabiliza pelo “bem contar” a vida de alguém. E esse “bem contar” equivale a um projeto de reconstituição de uma existência, cujas experiências trouxeram-nos possibilidades concretas de desenvolver não só um curso de graduação, como também disseminar o esporte e outras práticas corporais no cenário mato-grossense.

Tentando nos afastar da “ilusão biográfica” sugerida por Bourdieu em meados da década de 1980, cuidaremos para que a pesquisa nos apresente os cruzamentos históricos entre o tempo passado e o presente, a fim de que os resultados revelem os

condicionantes sociais do biografado, ou seja, os grupos a ele ligados, bem como as relações pessoais que constituíam seu dia a dia, explicando assim, sua representatividade e importância na história dos esportes e da Educação Física em Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. Paris: 1986. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topóï**, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.

EVANGELISTA, M. B. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, NEHO-USP, n. 7, p. 169-182, jan./jun. 2010.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

GOODSON, I. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, LDA, 1995, p. 63-78.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto: 2007.

LEVI, G. Usos da biografia. 1989. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. Provocações - Memória, história oral e história. In: **Oralidades** (USP), v. 8, p. 179-191, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias de vida. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, LDA, 1995a, p. 13-33.



NUNES, R. M.; GODOI, M. R. História de vida, formação e desenvolvimento profissional de um professor de educação física das redes públicas de educação. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – v. 12, n. 1, 2013, p. 156-172.

PORTELLI, A. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.22, jun.2001.

O ESPORTE COMO OBJETO HISTÓRICO: CONSIDERAÇÕES AS CONTROVÉRSIAS SOBRE SUA GÊNESE

Thiago Pelegrini¹

Resumo: O esporte é um importante fenômeno social que tem se destacado como objeto legítimo de análise histórica. Os estudos históricos têm colaborado para a revisão de conceitos, entre eles os questionamentos sobre sua origem. Assim, o objetivo foi demonstrar as contribuições da adoção do esporte como objeto histórico a partir da discussão de sua gênese. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica. Defende-se que o seu surgimento deu-se na modernidade. Conclui-se que esse debate é um exemplo do enriquecimento da análise do esporte.

Palavras-chave: Esporte. História. Gênese.

Introdução

O esporte é um importante fenômeno social mundial que tem recebido atenção de uma gama diversificada de estudiosos das mais diversas áreas. No campo da história no Brasil o tema tem recebido escassa atenção, sendo encontrados poucos estudos realizados por historiadores que o enfoquem especificamente.

Em outros países o Esporte tem se destacado como objeto legítimo de análise histórica. Exemplo dessa constatação é a atenção dispensada pelas correntes historiográficas da História Social Inglesa e da História Cultural Francesa para essa temática. Sua relevância como manifestação social e cultural têm sido discutida por intelectuais respeitados como Eric Hobsbawn, (importante historiador inglês, ex-professor da Universidade de Londres e atualmente professor da *New School for Social Research* de Nova Iorque) e Thierry Terret (renomado historiador francês, professor da Universidade de Lyon).

Os novos domínios de pesquisa abertos pela História Cultural têm concebido a “história do esporte” como subcampo da história, porém sua sistematização ainda é recente (década de 1970) (BURKE, 2005). Os historiadores parecem ter se voltado para o esporte como objeto de estudo e reflexão a partir da renovação historiográfica e a aproximação com outros campos das Ciências Humanas, sobretudo a Sociologia. Nesse sentido, as discussões de maior profundidade e alcance intelectual sobre o tema podem ser encontradas nas obras de pensadores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Jean Marie Brohm, entre outros.

A partir da inserção do instrumental do campo da história para a leitura do fenômeno do esporte foi possível à revisão de uma série de argumentos e narrativas. A partir dessas considerações o objetivo desse trabalho foi demonstrar as contribuições da adoção do esporte como objeto histórico a partir do enriquecimento da discussão, pela ótica da história, de sua gênese. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica focada nas obras de especialistas nessa temática.

A gênese do esporte

¹ Doutor em Educação, Professor da Universidade Estadual de Londrina, prof.thiago.uel@gmail.com

Sobre a origem histórica dessa manifestação, ainda que pequenos grupos defendam a tese que a prática esportiva já existia na Antiguidade, identificando contornos semelhantes em jogos gregos, romanos, egípcios, etc., parece ser majoritário entre aqueles que analisam o esporte com uma perspectiva histórica, o seu entendimento como um fenômeno, “que, mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas manifestações culturais, possui sentidos e significados bastante diferenciados” (MELO, 2010b, p. 51).

Nessa mesma linha de argumentação Peter Burke (1995) defende que as investigações históricas e sociológicas atuais que tem as práticas corporais de lazer como objeto alimentam-se da concepção de que existe uma descontinuidade entre as sociedades pré-industrial e industrial, que delimitam inúmeras manifestações culturais e atribuem diferentes significações, entre elas o esporte.

A esse respeito Terret (2007) considera que os jogos gregos antigos, realizados de 776 a. C. até 393 d.C, representavam ansiedades e inquietações religiosas, ritualísticas e bélicas ao passo que o esporte construiu sua identidade cultuando valores oriundos do ideário da modernidade como secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocracia, quantificação e recordes.

O esporte no seu formato contemporâneo tem sua origem na Inglaterra no século XVIII. O esporte moderno foi criado a partir da reformulação de jogos populares e aristocráticos pela introdução de novos valores e comportamentos. No final do século XVIII na Inglaterra a Revolução Industrial promoveu uma série de modificações culturais que constituíram novas sociabilidades e modificaram a ocupação do tempo e do espaço.

Assim, ocorreram conjuntamente um intenso movimento de êxodo rural e crescimento urbano, acentuação do trabalho industrial, racionalização dos modos de pensar e agir. A criação de novas possibilidades de interação social, influenciada pela conformação do espaço urbano, pelas transformações no trabalho, pela busca de instrução e conhecimento alterou diversas práticas e jogos corporais. Essa reformulação de costumes avançou sobre as formas de ocupação do tempo livre modelando o que se convencionou chamar de esporte moderno (HOBBSAWN, 1988).

As aceleradas industrialização e urbanização foram acompanhadas de preocupações com o saneamento das cidades e com a saúde das populações. Estratégias de controle corporal passaram a ser gestadas associadas ao desenvolvimento científico e a ampliação do entendimento sobre a fisiologia humana. Assim, criaram-se métodos ginásticos e formas de educação corporal que visavam o estabelecimento de práticas e comportamentos saudáveis (SOARES, 2001).

A criação do esporte moderno foi influenciada por essa nova compreensão e se inseriu nesse movimento. De acordo com Vitor Andrade de melo (2010d, p. 111)

O esporte, assim, passa a ser concebido como estratégia de formação corpórea; uma boa ferramenta para a preparação de corpos musculosos (que passaram a ser considerados padrões de saúde), bem como para a difusão desse modelo como um ideal a ser perseguido. Um novo “*modus vivendi*” (um novo conjunto de símbolos e comportamentos, uma nova cultura) estava sendo gestado e a prática esportiva nele se inseria.

O esporte inglês originou-se de um processo complexo de hibridização de jogos e recreações populares com atividades corporais de lazer praticadas pela nobreza britânica. Mesclaram-se jogos populares criados a partir do convívio urbano com passatempos nobres de origem rural (ELIAS, 1992).

As práticas populares, especialmente, começaram a ser discriminadas e proibidas por incitarem comportamentos inadequados. Tornou-se necessário uma reordenação dos seus sentidos e significados que passaram a atender a uma nova dinâmica do espaço urbano requerida pela cidade industrial proposta pelos avanços do capitalismo (PRIORI; MELO, 2009).

Nesse contexto, começaram a ser redigidas uma série de regulamentos e alterações para moralizar essas práticas e possibilitar sua propagação nas escolas aristocráticas inglesas, intituladas “*Public Schools*”. Aliada a uma educação austera fez-se necessário controlar o tempo livre dos estudantes com atividades recreativas que cultivassem posturas e comportamentos favoráveis a nobreza inglesa como cordialidade, controle dos impulsos, racionalização das vontades e diminuição da violência.

Pioneiramente, a reformulação dessas práticas foram experienciadas no Colégio de *Rugby* pelo pedagogo e sacerdote Thomas Arnold, diretor da instituição desde 1828. Arnold implantou regras rígidas para disciplinar as atividades e jogos com o intuito de refrear sua agressividade e agregar valores educacionais ao tempo livre dos estudantes.

Esse formato pedagógico serviu de inspiração para as outras escolas inglesas, que passaram a introduzir o esporte como componente curricular obrigatório, justificadamente pela disciplinarização e formação de lideranças que eram creditadas a essa atividade (SIGOLI; DE ROSE JR, 2004).

A sistematização do esporte moderno, portanto, foi inspirada pela acepção de “cristianismo muscular” que mesclava a formação de um corpo atlético com o desenvolvimento do “espírito esportivo” para educar os jovens das elites destinados a cargos de liderança no Império Britânico (ELIAS, 1992; MELO, 2010d).

A partir da sua implantação nas escolas o esporte passou a ser disseminado em outros espaços importantes sendo idealizado como alternativa aos jogos populares acusados de incitar a violência e ocasionar faltas ao trabalho, afetando a produção fabril.

Para Vitor Andrade de Melo, pesquisador do Doutorado em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de História do Esporte e do Lazer dessa instituição, a aceitação do esporte como uma diversão apropriada as classes populares ocorre a partir de um complexo processo de enfrentamentos e tensões sociais decorrentes da “construção do ideário e imaginário da modernidade”. Desse modo, as camadas da população que tiveram seus jogos condenados passaram “a ter o ‘direito’ de acesso ao novo espetáculo, idealmente concebido enquanto consumo passivo”, e posteriormente foram incentivadas à sua prática (2010d, p. 111).

O esporte frente às outras práticas teria a vantagem de ser uma manifestação corporal higienizadora, moralizante que ajudaria a combater os supostos vícios que impregnavam as classes trabalhadoras. Evidentemente, os princípios disciplinadores do esporte poderiam ajudar a desenvolver nas classes trabalhadoras o respeito à hierarquia

e a preocupação com a competitividade e o rendimento considerados necessários ao trabalho industrial.

Deve ser lembrado que essa reorientação de sentido não ocorreu sem conflitos, que as classes trabalhadoras resistiram a extinção de suas formas de divertimento tradicionais, que as intenções ambicionadas não foram absorvidas sem alterações e relutâncias e, talvez mais importante, que essa parte da população colaborou ativamente com reformulações.

O esporte na Inglaterra recebeu apoio de outra importante instituição social: a Igreja. Os templos religiosos vislumbraram na adesão a essa prática uma possível atração de novos fiéis. Nessa esfera, construíram junto aos templos campos de futebol nos quais eram disputadas partidas após as celebrações religiosas. Sem dúvida as escolas, as fábricas e os templos religiosos foram propagadores fundamentais da prática esportiva contribuindo para sua massificação em todo território inglês (SIGOLI; DE ROSE JR, 2004).

A partir de 1775 a organização esportiva na sociedade inglesa possibilitou a criação de ligas e campeonatos envolvendo equipes formadas pelos operários das fábricas. Essa nova forma de arranjo demandou a construção de estádios, espaços construídos e destinados para a prática esportiva. Os trabalhadores aos sábados, após o expediente, passaram a eleger a apreciação dos jogos das equipes de suas fábricas como passatempo principal. Com o aumento no número de interessados não só na prática esportiva, mas na sua observação, foram constituídas as figuras do espectador e do torcedor.

As tensões representadas pelas disputas esportivas estabeleciam por um lado laços de pertencimento e fidelidade as equipes e por extensão as empresas que representavam e por outro acentuavam a competitividade e o estranhamento entre os espectadores que torciam por equipes diferentes. Deve-se frisar que os operários que representavam suas fábricas nos campeonatos esportivos gozavam de benefícios como disponibilização de horários para treinar, dias de folga após os jogos e bonificações pelo desempenho (PRIORI; MELO, 2009).

No final do século XIX era significativo o contingente de espectadores que ocupavam os estádios acompanhando os campeonatos esportivos. Atenta a essa forma de lazer de massa que crescia exponencialmente, a mídia jornalística passou a cobrir os eventos esportivos. Inicialmente apenas os resultados dos jogos eram noticiados, mas em um curto espaço de tempo, foram criadas seções esportivas comandadas por jornalistas e cronistas especializados. Nesse sentido, foi sendo gestada uma nova linguagem jornalística que colaborou para disseminar o esporte no cotidiano dos cidadãos ingleses.

O desenvolvimento esportivo inglês se expandiu para outros territórios. O poderio econômico atrelado a soberania militar da sua marinha tornou a Inglaterra potência imperial no século XIX, agregando colônias e áreas de influência e intercâmbio em todo o mundo. Manifestadamente, junto a exportação de tecnologias, como o processo de produção fabril, a Inglaterra difundiu formatos e modelos culturais, entre eles o esporte (RUBIO, 2001).

Com esse alcance cultural o esporte pode ser delimitado a partir de algumas características gerais que o compuseram. De acordo com Melo (2010a), o esporte é demarcado pela organização em entidades representativas (a partir do século XVIII)

fundamentais ao seu desenvolvimento e estruturação. Passou a ser regido por um calendário próprio, diferente de outros tempos e rituais sociais. Começou a contar com um corpo técnico especializado. Gerou e administra um mercado que comercializa a prática esportiva e explora suas potencialidades mercadológicas.

O esporte moderno sintetiza intenções, valores e anseios que representam a modernidade como a superação de limites, a valorização da tecnologia, a padronização de gestos, a uniformização de modelos de beleza, o controle das emoções, a competitividade, o desempenho, a produção. Para Hobsbawn (1996, p. 341) essas características fizeram com que o esporte se tornasse a forma de ocupação do tempo livre mais incentivada pela burguesia liberal por sua compatibilidade com a crença “no capitalismo, na empresa privada competitiva, na tecnologia, na ciência e na razão”.

Eugen Weber, professor de História Moderna na Universidade da Califórnia, considera que o esporte deve sua criação e adoção como forma ideal de divertimento pelo processo de racionalização da vida cotidiana, potencialidade para exploração política e afirmação das identidades nacionais. O autor resume as propriedades do fenômeno esportivo que contribuíram para sua idealização como representação ideal da modernidade. Para Weber

Os esportes adotavam e aperfeiçoavam a proeza realizada dentro de padrões precisos e mensuráveis, forneciam a prova do progresso com recordes que sem cessar superavam recordes anteriores: desempenhos em que homens (e, no seu devido tempo, mulheres) mediam suas forças não só um contra o outro, mas também contra a escala impessoal do tempo. Numa era de entretenimento, propunham diversões espetaculares, primeiro para uns poucos, depois para a maioria (1988, p. 281).

Utilizando-se de outro modelo de interpretação Nobert Elias (1992) analisa a gênese do esporte moderno pela ótica dos processos civilizatórios que permitiram o controle dos impulsos e da violência associado ao gerenciamento do prazer e da excitação provocados pelas práticas corporais. Para Elias o prazer e a excitação no esporte moderno foram alargados pela inclusão de regras e formas de jogar derivadas de restrições civilizadoras que enfatizaram a diminuição da brutalidade dos confrontos, a tensão anterior aos desafios, o deleite da disputa e os conflitos no seu desenvolvimento como formas de êxtase e estimulação.

Os esportes representam para o autor um “impulso civilizador”, a forma de confrontos envolvendo esforços musculares que alcançou o maior nível de organização e disciplina na modernidade. Nesse sentido, o conjunto de regras esportivas “asseguram um equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão” e uma “razoável proteção contra os ferimentos físicos” (ELIAS, 1992, p. 224).

Dessa forma, o autor define sinteticamente o esporte moderno como uma atividade organizada que

Exige um certo tipo de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode

ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova (ELIAS, 1992, p. 230).

O esporte para Elias se consolidou como uma forma de equilibrar formas de obtenção de prazer com restrições sociais. Essa atividade permite realizar a “progressiva limitação de controles reguladores sobre o comportamento” e “a interiorização de regras”, com a vantagem de provocar doses controláveis de excitação, espontaneísmo e satisfação (ELIAS, 1992, p. 244).

Outra possibilidade de tratamento teórico-metodológico da história do esporte e suas manifestações referem-se a um grupo de pesquisadores que se convencionou intitular Teoria Crítica do Esporte. Essa linha de análise insere o esporte e suas manifestações nas discussões das ciências sociais, sob um crivo crítico de inspiração marxista e frankfurtiana, tomando como referência os caminhos epistemológicos definidos por Theodor Adorno e Herbet Marcuse.

Jean-Marie Brohm, expoente dessa linha investigativa, iniciada no fim dos anos de 1960, redigiu obras de destaque como *Corp set politique* (1975) e *Sociologie politique du sport*, capazes de provocar um grande impacto “num mundo totalmente convencido dos efeitos positivos da atividade esportiva” (GLEYSE, 2007, p. 148).

Deve ser ressaltado que, a despeito dos críticos do projeto intelectual construído por Jean Marie Brohm, suas obras não rejeitam a atividade física ou o esporte com finalidades lúdicas. O foco da análise do autor recai sobre o “esporte institucionalizado, codificado, regulamentado e, mais genericamente, a instituição esportiva, nascida da colonização anglo-saxônica do mundo” (GLEYSE, 2007, p. 148).

O pesquisador que deseja abordar a história do fenômeno esportivo moderno a partir dessa perspectiva deve centrar sua análise na problemática da organização, formação e difusão das práticas esportivas, vinculada a crítica à lógica e estrutura do sistema capitalista. Dessa maneira, procura considerar o esporte como produto e mecanismo auxiliar de conservação das relações capitalistas, essencialmente, no tangente à reificação da cultura.

Essa linha argumentativa credita ao desenvolvimento e intensificação do sistema produtivo industrial capitalista (século XVIII) a origem e perpetuação do esporte, possibilitando sua organização como manifestação e sistema mundial. Seu aparecimento e expansão foram fomentados por circunstâncias originadas na industrialização, principalmente, o acréscimo do tempo livre, a mundialização dos intercâmbios pelos transportes e meios de comunicação de massa, a revolução científica e técnica, e ainda, o confronto constante entre as nações pela expansão de mercados.

Sob esse prisma, o esporte é conceituado como um sistema institucionalizado de práticas competitivas, delimitadas, reguladas, codificadas e regulamentadas pelo uso de provas, marcas, demonstrações e performances físicas, com o objetivo de assinalar o melhor concorrente e registrar a melhor atuação (BROHM, 1989). Para Jean-Marie Brohm (1982, p. 42),

O esporte é, pois, em definitivo, o sistema cultural que registra o progresso corporal humano objetivo, é o positivismo institucionalizado do corpo, o museu das atuações, o arquivo dos

êxitos através da história. É a instituição que a humanidade descobriu para tomar nota de sua progressão física contínua; o conservatório do recorde, onde ficam registradas suas façanhas.

Assim, a análise histórica do esporte o identifica, para esse grupo de teóricos, como uma espécie de “mitologia ininterrupta” de superação de desempenhos atléticos tendo a concorrência individual como força motriz. Aspecto análogo à moralidade do Liberalismo industrial e as exigências do modo de produção capitalista capazes de elevar o princípio do rendimento ao seu máximo limite. Nesse âmbito, Brohm, considera que

O esporte é o modelo típico ideal da sociedade industrial, fundada no rendimento produtivo e competitivo. A técnica e o treinamento esportivo adotam estruturalmente o princípio da produção capitalista – a racionalização através do cálculo sistemático (1982, p. 46).

Percebe-se, então, o treinamento esportivo como um sistema de dominação que tem como veículo a reificação do corpo, dotando a instituição esportiva da função ideológica de inculcar a ideologia do rendimento físico. Portanto, para Brohm (1989), o esporte é encarado como atividade corporal na qual o acento está colocado precisamente sobre o domínio, a vitalidade e a eficácia máxima do corpo humano.

Considerações Finais

Reitera a identificação com os autores da história que defendem que o esporte tem sua origem na Inglaterra no século XVIII a partir da reformulação de jogos populares e aristocráticos. Considera-se, também, que a exposição desse debate historiográfico pode ser considerada um exemplo evidente do enriquecimento e solidez acrescida à análise do esporte, antes restrito a comparações e teses superficiais que careciam do rigor e da compreensão alargada dos estudos históricos.

O esporte é considerado, portanto, como uma manifestação corporal típica da modernidade conforme demonstrado pela análise histórica e sociológica desse fenômeno. Sem dúvida o exame desses estudos deve suscitar em futuros historiadores o desejo de investigar essa temática, examinar outras temporalidades e espaços, sugerir novas formas de abordagem. Enfim, buscar a construção de sínteses históricas aprofundadas, que tenham o esporte como objeto e os aportes da história como método.

Referências

BROHM, J. Sport: **A Prison of Measured Time**. Worcester: Pluto, 1989.

_____. Sociologie politique du sport. In: BERTHAUDE, G. E col. **Sport, culture et répression**. Paris: FM, 1976, p. 16-31.

_____. **Sociología política del deporte**. México: FCE, 1982.

BURKE, Peter. The invention of leisure in early modern Europe. **Past Present**, v. 146, n. 1, p. 136-150, fev. 1995.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GLEYSE, J. O diálogo das Ciências Humanas e das Ciências da Vida na Educação Física na França: análise e perspectivas. In: SOARES, C. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: Ciências Humanas e educação. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **A era do capital**: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO, Victor Andrade. **Esporte e Lazer**: conceitos. Rio de Janeiro: Apicuri, FAPERJ, 2010a.

_____. Por uma história do conceito de esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 41-57, setembro 2010b.

_____. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Est. Hist.** Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010c.

_____. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Rev. Bras. Educ. Fís.** Esp. v.24 n.1 São Paulo, mar. 2010d.

RUBIO, K. **O Atleta e o mito do herói**: O imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. **R. Bras. Cie Mov.** 2004; 12(2): 111-119.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: raízes Europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PRIORE, M.; MELO, V.A. (Orgs.). **História do esporte**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

TERRET, Thierry. **Histoire du Sport**. Paris: Presse Universitaire de France, 2007.

WEBER, E. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

**FOLHA DE LONDRINA (1952-1953): NOTÍCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE
DE PESQUISA HISTÓRICA DO ESPORTE E DO LAZER EM LONDRINA-PR**Tiago Giovani Fonseca¹Tony Honorato²

Resumo: Com a ampliação do campo em pesquisa histórica, os jornais ganham força como fonte de pesquisa, pois colaboram com a intervenção na vida social e retratam a história através das suas páginas. A partir do fenômeno, foi criada uma estratégia de preservação do impresso, na qual, esta ação resultou na digitalização e na preservação na íntegra da série documental *“Folha de Londrina (1952-1960) na BML”*, gerando aproximadamente 27.800 imagens catalogadas e registradas. Devido ao grande volume de material gerado por esta iniciativa, deu-se o objetivo de mapear e coletar as notícias de esporte e de Lazer no Jornal Folha de Londrina (período de Maio de 1952 a Março de 1953). A partir da identificação e catalogação das notícias, deu início a construção de um índice de pesquisa histórica do Esporte e do Lazer em Londrina/PR. O conceito de esporte e o de lazer propostos por Elias e Dunning (1992) e o conceito de história e de imprensa sistematizados por Luca (2005) e Cruz e Peixoto (2007), foram fundamentos teóricos para o desenvolvimento e criação do índice de pesquisa histórica. Os métodos se constituíram em quatro momentos: 1º) A digitalização na íntegra do Folha de Londrina 2º) coleta das notícias a partir do periódico já digitalizado; 3º) registro dos dados; 4º) organização do índice de pesquisa histórica de esporte e de lazer. A pesquisa acarretou em 203 edições pesquisadas do jornal na íntegra, sendo encontradas um total de 1483 notícias, dentre elas 1059 de esporte e 424 de lazer, que posteriormente foram subdivididas em subcategorias, para a maior facilidade de identificação das notícias nas sessões desejadas. Perante ao trabalho realizado, foi possível se inteirar da história de Londrina através das páginas do Jornal Folha de Londrina, que é considerado patrimônio da cidade e até mesmo do Estado do Paraná, segundo TRIGUEIROS FILHO e TRIGUEIROS NETO (1991 p. 41), e está mergulhado em fragmentos da memória cidadina de Londrina, região e até mesmo do Brasil. Outro ponto, não menos importante, é da possibilidade de nos aproximarmos um pouco de como se desenvolveram as prática âmbito esportivo e do lazer. Ainda, como parte da criação de estratégias para a preservação e divulgação do periódico, surge à criação da proposta do índice de pesquisa histórica, reunindo diversas notícias sobre o esporte e o lazer da época, permitindo e facilitando uma maior interação a aqueles que têm interesse em desvendar e contar a história de Londrina através destas práticas esportivas.

Palavras Chave: Esporte e Lazer. Índice de Pesquisa histórica. Preservação.

Destaca-se que com a ampliação do campo de pesquisa histórica, mediante ao surgimento de novas temáticas e devido à alteração da concepção de documento histórico, os periódicos, em especial os jornais impressos, ganham força como fundamentação teórica e metodológica para pesquisa acadêmica. Pois, os jornais proporcionam um olhar pela perspectiva do cotidiano citadino, trazendo a cena uma

¹ Bacharel em Educação Física – Universidade Estadual de Londrina. tiagogfddd@hotmail.com

² Professor Doutor do departamento de Educação Física – Universidade Estadual de Londrina. tony@uel.br

experiência de diferentes grupos e camadas sociais, inspirando abordagens inovadoras. A imprensa periódica como fonte provocou no campo historiográfico questões até então ausentes no território da história (LUCA, 2005).

Além de manter informados os cidadãos, os jornais cumprem, muitas vezes, a função ideológica, cultural, política e de relação de poder entre os homens letrados. Os jornais colaboram com a intervenção na vida social. (CHARTIER, 1990; LE GOFF, 2003). Como fonte de pesquisa, eles apresentam os acontecimentos históricos no seu cotidiano e situam, ao mesmo tempo, os objetos de estudo num contexto micro e macro.

Dada a sua potencialidade de pesquisa os jornais necessitam receber tratamento de preservação e de divulgação. A preservação pode se dar a partir de acondicionamento adequado, higienização do material, cuidados no manuseio do impresso, na digitalização, entre outros. Por sua vez, a divulgação pode se dar por meio de catálogos de pesquisa, sites, livros, artigos de revistas, índices de referência para pesquisa histórica, entre outros meios. Portanto, preservar e divulgar os jornais enquanto fonte de pesquisa passa ser questão de defesa do patrimônio cultural e da memória material de determinadas localidades e a possibilidades de futuras pesquisas.

A partir do contato com a coleção do Jornal Folha de Londrina acondicionada no acervo da Biblioteca Municipal de Londrina (BML), foram criadas estratégias de preservação do impresso, resultando na digitalização na íntegra da série documental *“Folha de Londrina (1952-1960) na BML”*, gerando aproximadamente 27.800 imagens catalogadas e registradas durante dez meses de trabalho de uma equipe de pesquisadores e estudantes. O fato é que a digitalização do impresso representou a sua conservação e a indicação de diferentes temas a serem pesquisados sobre a memória de Londrina – entre eles o do esporte e o do lazer, se tornando parte importante do processo da construção do trabalho.

O Jornal Folha de Londrina representa uma memória material participante da cultura londrinense e está se perdendo no tempo e na forma que vem sendo tratado seu suporte material. Isso talvez fruto do crescimento de uma globalização cultural desenfreada da era digital/internet, sem que haja muito cuidado e incentivo para a preservação de material do tipo. Representou e colocou em circulação elementos do crescimento e desenvolvimento de Londrina e região, ainda na década de 1950 se mostrou rapidamente como um dos principais jornais diários da cidade (TRIGUEIROS FILHO e TRIGUEIROS NETO, 1991). Por se desenvolver de forma veloz e consistente como porta voz dos grupos locais, é expressivo o volume de notícias e registros que compuseram as suas páginas. No que tange ao esporte e ao lazer o Jornal dispõe de notícias não só da cidade, mas da região como um todo. Neste sentido, o Jornal indica experiências significativas na formação de grupos e identidades locais conectados a movimentos regionais e nacionais. Trata-se, sobretudo, de um patrimônio a ser preservado e divulgado.

Em concomitância a preocupação de preservar e divulgar o Jornal Folha de Londrina, surgiu também à preocupação de disponibilizar a sociedade londrinense conhecimentos e informações sobre a sua memória esportiva/lazer produzida a partir dos jornais locais. Isso porque o esporte e o lazer são considerados como manifestações reveladoras de modo de vida sociocultural que se localiza em um lugar e tempo. Considerando tais preocupações emergiu uma questão norteadora para este estudo: *quais notícias sobre esporte e lazer foram divulgadas no Jornal Folha de Londrina (Maio*

1952 a Março 1953), que formarão uma série documental para o índice de pesquisa histórica do esporte e do lazer em Londrina/PR?

Neste sentido propôs-se a construção de um índice de pesquisa histórica de esporte e de lazer em Londrina, possível por meio das notícias veiculadas no Jornal Folha de Londrina. O índice será um mecanismo de preservação e divulgação do Jornal, que poderá estimular um crescente interesse pela consulta e pesquisa no periódico facilitando a interação entre o pesquisador e o objeto.

Torna-se pertinente desenvolver um índice de pesquisa histórica para que materialize, apresente e agrupe notícias que sejam relacionadas ao esporte e ao lazer na cidade de Londrina. Assim outros pesquisadores interessados na temática poderão ter acesso a esta série documental organizada, não necessitando de uma busca da “estaca zero”. Tal instrumento de pesquisa encurtará o caminho, evitará longas leituras de buscas e reduzirá o manuseio excessivo do material impresso, fazendo com o que o mesmo mantenha-se por mais tempo com as características originais.

Para a orientação temática do índice, esporte e lazer, inicialmente, elegemos as categorias propostas por Elias e Dunning (1992). Para os autores, esporte e lazer são representações humanas específicas e interdependentes ao estágio civilizador de uma sociedade. Nas práticas de esporte e de lazer, os indivíduos assumem para si e estendem aos demais o comportamento de um ser “civilizado” na forma de costumes a serem transmitidos às próximas gerações, assim os indivíduos se diferenciam em relação aos outros, fazendo parte de um determinado grupo social historicamente construído e distinto.

Segundo Elias e Dunning (1992), o conceito de esporte surge no século XVIII na tentativa inglesa de distinguir práticas antigas de passatempo caracterizadas pelo excesso de violência, que difere dos níveis contidos dentro do esporte na modernidade por conta do avanço civilizatório da sociedade. Dessa forma, o esporte é caracterizado, sobretudo, pelo ideal de justiça, a diminuição dos graus de violência; a autonomização; a secularização e a ética da lealdade.

O esporte na modernidade representa atividades específicas que se diferenciam de brincadeiras e atividades recreativas que objetivam essencialmente divertimento. Para Elias e Dunning o esporte:

[...] seja ele qual for, é uma actividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos duas partes. Exige esforços físicos de certo tipo e é disputado de acordo com regras conhecidas, incluindo, onde se revelar apropriado, regras que definem os limites autorizados de força física. O grupo de participante é organizado de tal maneira que em cada encontro ocorre um padrão específico de dinâmica de grupo – um padrão que é flexível, umas vezes mais, outras vezes menos, e, por isso, variável e, de preferência, não inteiramente previsível no seu curso e nos seus resultados (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 232).

O esporte varia conforme seus grupos de jogadores, suas regras, suas formas de praticar, em outras palavras, suas diferentes configurações de indivíduos envolvidos.

Quanto ao conceito de lazer, Elias e Dunning (1992, p. 107) consideram que nas sociedades mais diferenciadas e urbanizadas, onde o tempo é rigorosamente regulado, o homem vive práticas de lazer fora das rotinas sociais. Por exemplo, fora do trabalho o homem tem o tempo livre, somente uma porção desse tempo livre pode ser voltada ao lazer, no sentido de ocupação escolhida livremente e não remunerada, escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo.

As atividades de lazer são mais associadas à quebra de rotinas, portam comportamentos miméticos. Esses comportamentos significam que as apresentações/atividades de jogos, teatros, festas, comemorações, dentre outras, com vivência de emoções intensas, estarão livres de restrições de uma forma controlada em nome da vida ordinária, apresentando tensões prazerosas e podendo criar os seus próprios controles.

Para Elias e Dunning (1992, p. 112), sob a forma de fatos de lazer, em particular os da classe mimética, a nossa sociedade satisfaz a necessidade de experimentar em público a explosão de fortes emoções, um tipo de excitação que não perturba nem coloca em risco a relativa ordem social e que pode ter um efeito catártico³.

Nas atividades miméticas nota-se a existência de autocontrole, ou melhor, “os descontroles emocionais controlados”. Isso não reflete a compensação das tensões do cotidiano, e sim, o que realmente deve produzir/buscar no lazer, melhor dizendo, o “desenvolvimento de tensão-excitação” é a peça fundamental de satisfação no lazer.

Portanto, os conceitos elaborados por Elias e Dunning (1992) foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Consideramos os conceitos como categorias orientadoras para o mapeamento e identificação das notícias sobre esporte e lazer no Jornal Folha de Londrina e na elaboração do início do índice de pesquisa histórica do esporte e do lazer em Londrina/PR.

Desta maneira, os objetivos fundantes da pesquisa foram de digitalizar o periódico impresso Folha de Londrina, afim da sua preservação quanto memória histórica, por seguinte, a identificação das notícias do esporte e do lazer, até onde fosse possível, devido ao tempo hábil e por fim, a construção do índice de pesquisa histórica, como meio facilitador e aproximador aos pesquisadores do campo historiográfico e novamente para a preservação do periódico.

A periodização histórica (1952-1960) foi delimitada, primeiro, em razão de ser o início da coleção do Jornal Folha de Londrina disponível na BML, já o tempo de fechamento ocorreu em consonância com a pesquisa intitulada “História do esporte e do lazer em Londrina/PR (1934–1960)”, que estabelece 1960 como ano de forte efervescência esportiva na cidade.

No processo de pesquisa e coleta, a imprensa periódica foi tratada como elemento da modernidade, como fonte primária de pesquisa histórica, como força ativa de um dado período e como materialidade que carrega limites e possibilidades pela sua produção social e cultural. Isso significa não reduzir a função dos jornais a meros suportes materiais e veículos de informação (LUCA, 2005; CRUZ & PEIXOTO, 2007).

Quando iniciado o processo de digitalização, deparou-se com o material mal acondicionado, em lugar irregular, acarretando em prejuízos de conservação do jornal.

³ O termo catártico vem da teoria de Aristóteles, que sobre o efeito da música e do drama, tem como peça central, o conceito de *catarse*, que representa “expulsar substância nocivas do corpo, com a limpeza do corpo por meio de uma purga”. (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 122)

Por muitas vezes, no decorrer do trabalho, encontrou-se folhas deterioradas, os livros nos quais o Folha de Londrina encontra-se encadernado estão empilhados em estantes de madeira localizadas no porão da BML onde a umidade e a ventilação são impróprias.

O fato é que há dificuldades de se utilizar documentos históricos dispostos em arquivos públicos, isso por que:

[...] *eles* enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. [...] Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados. Portanto, o historiador tem sempre pela frente o desafio de permanecer por meses, quando não por anos, nesses ambientes pouco acolhedores em termos de conforto e de condições de trabalho, mas em um esforço que quase sempre levará a alcançar resultados muito gratificantes. (BACELLAR *apud* PRADO, 2010, p. 127).

Os exemplares do jornal Folha de Londrina estão encadernados no formato de livro capa dura. Cada livro reuniu três meses de publicação.

A digitalização seguiu os seguintes passos:

- a) transferência dos jornais do acervo para a sala de digitalização com mesas e cadeiras;
- b) cada livro digitalizado foi colocado em uma bancada com um estativo que serviu de suporte para a câmera fotográfica;
- c) utilizando luvas látex, um pesquisador manuseava cuidadosamente as folhas do exemplar enquanto o outro pesquisador produzia as imagens por meio de uma Câmera Digital Canon Eos Rebel de 9 mega pixels;
- d) a cada mês digitalizado, as imagens eram armazenadas em notebooks e HD;
- e) em um computador, o pesquisador verificava a qualidade de cada imagem, e caso necessário era reproduzida a imagem fora de foco;
- f) as imagens foram organizadas e catalogadas em pastas eletrônicas respeitando a ordem de paginação e número de edição, dia e mês de publicação. Ainda, foram registradas as edições faltantes e as páginas deterioradas sem condições de serem fotografadas.

A digitalização do Jornal Folha de Londrina (1952-1960), resultou na preservação de 2.151 edições do periódico, proporcionando um acervo digital de 27.800 imagens, gerando 87,5 gigabytes em arquivos.

Com o trabalho de digitalização, uma parte da memória material e cultural londrinense, particularmente a do esporte e do lazer que estão transcritas nos impressos, ficarão asseguradas as gerações seguintes, as quais poderão fazer uso desse material para consultas e pesquisas, pois o periódico exprime a natureza de um documento histórico.

Uma vez o impresso digitalizado, a acessibilidade torna-se maior por estar compactado em mídias ou até mesmo disposto na rede mundial de computadores conectada à internet.

Em um segundo momento, depois de feito a digitalização do impresso, deu-se início no processo de leitura e coleta das notícias do esporte e do lazer contidas no jornal. As notícias coletadas na pesquisa foram organizadas em fichas digitadas no computador e organizadas conforme os itens procedimentais de análise de jornais.

Seguimos os procedimentos propostos pelas historiadoras, especialistas em periodismo, Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), e foi elaborada uma ficha para coleta e preenchimento de cada notícia encontrada.

A catalogação ocorreu a partir do primeiro exemplar disponível do jornal na Biblioteca Pública Municipal, de Maio de 1952 a Março de 1953, devido ao tempo hábil para as coletas. Foram sistematizadas categorias que colaborarão na organização do conteúdo do índice. O conteúdo inicial do índice foi organizado por meio de categorias e data de publicação das notícias.

A princípio, as categorias foram subdivididas da seguinte maneira:

- A) Esporte – Equipes de futebol amador e não-amador (Filiados a órgãos municipais e estaduais); Competições esportivas locais e notícias; Convocatórios de reuniões, convocatórios de clubes londrinenses e reuniões em geral; Campanhas em prol do esporte da cidade; Bola ao cesto, basquetebol; Volley-Ball, Vôlei; Turfe; Esportes diversos (Tênis, Xadrez...); Outros (notícias diversas); Liga Regional de Futebol de Londrina, Liga Londrinense de Esportes Atlético; Notícias esportivas sobre a região; Competições a nível paranaense, nacional e internacional.
- B) Lazer – Cinema; Banquetes, bailes, reuniões festivas e inaugurações; Carnaval; Circos e parque de diversões; Atrações musicais e teatrais; Exposições artísticas e desfiles; Notícias do rádio; Boates; Outros (Concursos, convocações, jogos de azar).

Foram analisadas e coletadas notícias de 203 edições do Jornal Folha de Londrina (Maio de 1952 a Março de 1953), totalizando o número de 1526 imagens abertas para que fosse feita a leitura na íntegra do periódico. Para as notícias de esporte, encontrou-se um montante de 1059 notícias, e para as notícias de lazer, foram encontradas 424 notícias.

Perante o trabalho realizado, a digitalização do acervo da Biblioteca Municipal de Londrina, mais especificamente do jornal Folha de Londrina (1952 – 1960), o objetivo quanto a encontrar maneiras de preservar o periódico, foi cumprido, haja vista que parte da memória estampada e fragmentada nas páginas do jornal, estão agora de certa maneira preservadas, para que a matriz original do Folha de Londrina se perca por mais anos, e de certa maneira, a preservação deste patrimônio histórico material de Londrina não pode ser esquecida.

Com o jornal digitalizado, passou a ser possível o desenvolvimento de uma pesquisa sobre as práticas e representações de esporte e de lazer na cidade londrinense e fica evidente desenvolver trabalhos entorno do mesmo, e o Índice de Pesquisa Histórica do Esporte e do Lazer aparece como um interessante trabalho. Além da história

por trás das páginas do jornal, o índice aparece como um mediador entre o pesquisador e o jornal.

É importante ressaltar que o trabalho de coleta para a construção do índice através das notícias do jornal continuam, até que seja finalizado a última edição digitalizada ou até onde o tempo permitir.

Tratar os jornais digitalizados como documentos históricos, implica debruçar sobre o passado imerso em suas páginas, é mergulhar na memória cultural e social identificando manifestações na cidade.

Entender a história de Londrina é se aventurar em um passado empolgante e entender como esta cidade se desenvolveu tão velozmente e chegou ao que é hoje. Sem a história fica quase impossível se contar ou se entender o que é Londrina atualmente.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História. São Paulo, N.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo; Ed. Contexto, 2005. p. 111-153.

PRADO, Eliane Mimesse. **A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação**. Revista IterMeio, v. 16, n. 31, p. 124-133, jan./jun. 2010.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio e TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina, Universidade Estadual de Londrina. 1991.

**O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL:
PERCORRENDO A TRAJETÓRIA DE SUA OBRIGATORIEDADE (1840-1940)**

Tuany Defaveri Begossi¹

Vanessa Bellani Lyra²

Janice Zarpellon Mazo³

Resumo: O objetivo do estudo foi o de analisar a trajetória da escolarização da Educação Física, em termos de sua obrigatoriedade enquanto disciplina curricular. Partindo-se de uma perspectiva sócio-histórica de análise, as fontes legais revelaram que, embora o ensino de Educação Física fosse anunciado nos currículos escolares desde 1877, foi apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1937 que o termo “obrigatório” foi, de fato, contemplado nos textos legais e na prática curricular.

Palavras-chave: História da Educação Física. História da Educação. Disciplina curricular.

Introdução

À aurora do Brasil República, os interesses educacionais em prol da chamada “educação integral” vislumbravam as práticas de Educação Física escolar como elemento potencializador da eficácia e eficiência corporal das recém-chegadas gerações. Entre tantos aspectos que concorreram para tal fim, a educação e, num sentido mais restrito, a escola, operaram como elementos fundamentais nesse processo de (re) construção social que atravessava o Brasil no final do século XIX.

Nesse contexto, o objetivo do estudo foi o de percorrer a trajetória da disciplina Educação Física nos cursos destinados à formação de professoras(es) no Estado do Rio Grande do Sul, desde os primeiros registros curriculares da Escola Normal de Porto Alegre, datados de 1877, até a promulgação da Constituição Federal, em 1937. Para o alcance desse objetivo, percebemos a necessidade de entrar em contato com os documentos legais de orientação, buscando conhecê-los em suas potencialidades, enquanto documentos “oficiais” norteadores de um pensamento educacional particular, mas também, em suas limitações, enquanto instrumentos pedagógicos de poder. Se diversos estudos no Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2005; PAIVA, 2003; VAGO, 2002) e, em particular, no Rio Grande do Sul (PICOLLI, 1994; LYRA; MAZO, 2010) revelaram que a mencionada obrigatoriedade não era cumprida, muitas vezes, por força dos limites impostos pelas realidades escolares⁴, um passeio pela escrita dos textos legais nos inquietava na busca do adjetivo “obrigatório”, registrado (ou não) junto ao substantivo “Educação Física”. Para além, mais do que um mero sentido de busca de uma expressão vocabular, nossa empreitada dizia respeito a uma necessidade de

¹ Licenciada em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tuany_begossi@hotmail.com.

² Doutora em Ciências do Movimento Humano (UFRGS), Universidade de Caxias do Sul, vblyra@ucs.br.

³ Doutora em Ciências do Desporto (UP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br.

⁴ Falta de instalações para as aulas práticas, ausência de professores formados nas especificidades da disciplina e, num quadro mais amplo, a falta de incentivos às práticas corporais no ambiente escolar.

compreensão dos significados que tal expressão poderia trazer à nova área que se instalava no campo educacional do Estado⁵.

A investigação está assentada na análise de documentos escritos (sobretudo, leis), os quais foram concebidos enquanto materiais e textos históricos, portadores de mensagens, sentidos e finalidades particulares ao seu contexto. Cabe ressaltar que a análise dos referidos documentos foi realizada tendo por base as leituras acerca das técnicas da análise documental (PIMENTEL, 2001; CORSETTI, 2006). Assim, em busca da compreensão da realidade histórica eleita, este estudo foi construído a partir da inspiração teórica de Bourdieu (1983; 1996) e seu conceito de “campo”, com o qual nos fez tensionar a realidade da Educação Física no cenário sul-rio-grandense, na medida em que a posicionamos em meio a um contexto sócio-cultural do qual se fez, ao mesmo tempo, produtora e produto.

Interpretadas, as fontes históricas nos permitiram reunir as informações coletadas em dois sub-ítem: “Os primeiros registros – A Escola Normal de Porto Alegre” e “A Constituição de 1937 – a obrigatoriedade”.

Os primeiros registros: a Escola Normal de Porto Alegre

O registro legal mais antigo que localizamos em nossas buscas, data de 19 de agosto de 1840. O manuscrito, intitulado “Projecto de Regulamento Interno para as Escolas de Instrução Primária”, representa um dos primeiros documentos legais destinados à organização da educação em terras sul-rio-grandenses, sobretudo, no que diz respeito à organização do campo da formação de professoras(es) no Estado. Escrito pelo então diretor da Instrução Primária da Província, João Rodrigues Fagundes, o referido manuscrito fora elaborado para idealizar a primeira Escola Normal na capital e a ela imprimir seus preceitos de funcionamentos, tanto administrativos quanto pedagógicos.

Por certo, a inauguração da Escola Normal se concretizou apenas no ano de 1869. No entanto, o que nos chama a atenção na esfera das projeções e idealizações, é o fato de que, já em 1840, havia no Estado as intenções de se criar uma escola formadora de mestras(es), atentando com essa formação para as questões relativas ao movimento corporal sistematizado. Na grade curricular trazida como proposta pelo referido documento, havia, no rol de disciplinas curriculares, a cadeira de “Mimhica, Dansa, Exercícios Corporaes e Jogo de Armas” (FAGUNDES, 1840, [n.p.]), entretanto, a questão da obrigatoriedade dos referidos saberes não é enfatizada em suas linhas.

⁵ Em momento recente, vimos o mesmo impasse ocorrer no campo da Educação Física: a necessidade de incluir a expressão “obrigatória” junto à “Educação Física”, nos textos legais. Dois são os principais documentos que conduzem essa reflexão: A Portaria Interministerial 73, de 23 de Junho de 2001, que instituiu pela primeira vez com texto adicionado à LDB, a Educação Física como componente curricular **obrigatório** a ser incorporado à proposta pedagógica de cada escola; e a Lei nº 10.793 de 01 de dezembro de 2003, que altera a redação do § 3º do artigo 26 da Lei nº 9.394 do ano de 1996. A nova escrita quanto à obrigatoriedade da Educação Física na escola é encontrada no seguinte texto: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole” (BRASIL, 1996).

Nesse processo de construção da Instrução Pública do Estado, na sequência do “Projecto” de 1840, localizamos a Lei Provincial n. 1046, datada de 20 de maio de 1876. Decretada pela Assembleia Legislativa Provincial, redigida e autorizada pelo conselheiro Tristão De Alencar Araripe, então presidente da província, a referida Lei estabelecia o novo “Regulamento da Instrução Pública” para todo o território sul-rio-grandense. Seguindo nossa intenção inicial de busca pela obrigatoriedade legal do ensino da Educação Física, nenhum aspecto novo ou revelador da prática vem à tona no texto original.

O sexto artigo do referido documento, intitulado “Da verificação da capacidade para o Magistério”, particularmente, nos traz alguns aspectos curiosos sobre as exigências que faziam parte dos processos de seleção das(os) futuras(os) professoras(es). Para além de questões como a maioria legal, as exigências de moralidade, saúde física e mental figuravam entre os requisitos docentes, aqueles relativos aos títulos de formação de cada candidato⁶.

Ao que nos parece, o Regulamento de 1876 impulsionou uma reforma regimental na Escola Normal, levada a efeito pela Lei Provincial n. 32, de 7 de março de 1877⁷. Se no Regimento anterior (1872), os saberes que circulavam na referida Escola não tangenciavam o ensino da Educação Física, o artigo número 3 do novo Regimento previa a inserção da disciplina “Gymnastica, esgrima e exercícios militares”, que correspondia à cadeira de número 9, da estrutura curricular. Novamente, a inclusão oficial da disciplina é feita no currículo da Escola Normal de Porto Alegre, no ano de 1877, no entanto, menções relativas à sua obrigatoriedade de ensino não se fazem presentes nas linhas que conduziam seu regulamento interno.

A Lei Provincial n. 1.340, de 27 de maio de 1881 aprova o terceiro regulamento da Escola Normal, sob a denominação de “Regulamento para a Reorganização da Escola Normal”. Um elemento interessante que surge com esse regulamento é o fato da obrigatoriedade imposta às disciplinas de línguas estrangeiras. De acordo com o artigo número 12 desse regulamento, os alunos seriam “obrigados” a frequentar uma das duas cadeiras destinadas ao ensino das línguas estrangeiras, alemão ou francês, ficando ao aluno a livre opção de escolha. No entanto, nesse momento em questão, o ensino do alemão ficava imposto aos alunos que pretendessem assumir o cargo de professor nas regiões habitadas por imigrantes alemães.

Ao que nos parece, no momento inicial de construção da instrução pública no Estado do Rio Grande do Sul, havia uma preocupação em atender às necessidades culturais que provinham das demandas de imigrantes ao sul do país. No mesmo passo, podemos pensar que havia a intenção de oferecer a instrução escolar a esses novos habitantes sem privá-los, no entanto, da possibilidade de compreender os novos saberes a partir de seus próprios símbolos de leitura e escrita do mundo. No que tange ao ensino da Educação Física, não custa reiterar, que a ausência na grade curricular o relegava a mais um período de silêncios e desobrigações.

No ano de 1897, o então presidente do Estado, Julio Prates de Castilhos, institui o Decreto Estadual n. 89 com a principal finalidade de reorganização da instrução

⁶ Nesse momento, é interessante pontuarmos que os professores públicos eram nomeados a seus cargos e funções pelo Presidente da Província. (RIO GRANDE DO SUL, 1876, artigo 30).

⁷ Em documento manuscrito, encontramos a data de 8 de março de 1877, como sendo a data oficial de aprovação do segundo regulamento da Escola Normal de Porto Alegre.

primária do Rio Grande do Sul. Nesse primeiro documento educacional republicano de extensão Estadual, previa-se e defendia-se um ensino primário livre, leigo e gratuito a ser ministrado pelo próprio Estado, no interior de duas novas organizações escolares: os colégios distritais e as escolas elementares. Ambos os currículos passaram a apresentar no rol de seus saberes a disciplina de “Gymnastica”. No entanto, no que concerne à obrigatoriedade legal do ensino de Educação Física, mais uma vez o documento legal não retrata, de forma alguma, a imposição da presença e aplicação dos saberes na prática pedagógica.

No texto trazido pelo Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899, em que foram aprovados os programas do ensino Elementar e Complementar, assim como todos os anteriores, também não faz menção à presença obrigatória da Educação Física e, ao mesmo tempo, o artigo de número 15 parece reforçar o seu papel utilitário e servil aos demais saberes do currículo: “Art. 15.º - O ensino da Gymnastica terá mais o caracter de exercício para o descanso e retempero do espírito, do que o de uma disciplina especial”. Era, portanto, para os momentos de trégua e alívio das obrigações escolares que o referido programa de ensino previa a inserção de exercícios de ginástica, corridas e jogos infantis. Esses últimos, por sua vez, deveriam “obrigar ao movimento do corpo”, tão engessados e imóveis durante todas as demais lições do dia letivo.

Foi então, em 1901, que a nova política de formação do professorado primário foi realmente efetivada com a substituição da Escola Normal pelo primeiro Colégio Distrital do Estado (Decreto n. 373, de 14 de março de 1901). Neste, novamente, conseguimos pontuar a presença curricular da disciplina de “Gymnastica”, compreendida aqui como uma pequena obrigação curricular, tão reduzida em categorias como tempo, espaço e preparação dos professores que se faz, quase natural, chegarmos bem próximo ao campo das desobrigações.

Seguindo a cronologia do tempo, no ano de 1906 o Decreto n. 874, de 28 de fevereiro, tratou da diferenciação entre a “Educação Physica” e a “Gymnastica”. Nesse espectro, não somente a expressão “obrigatória” não era encontrada nos currículos de formação docente, como também a própria designação da disciplina estava ausente. Assim, é no interior da disciplina de “Pedagogia” que a denominação direta dos conteúdos relativos à “Gymnastica Sueca” aparece, estando listados no Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909. Entretanto, este documento também não traz a idéia da obrigatoriedade dos referidos conteúdos no espaço escolar. O mesmo ocorre em 1916, por meio do Decreto n. 2.224, quando a disciplina (re) adquire os contornos designados pela denominação “Gymnastica”. Ainda assim, não encontramos sequer uma menção que a caracterizasse como um saber curricular de presença obrigatória.

Se as Reformas Educacionais levadas a efeito posteriormente, nos anos de 1927 e 1929⁸, foram de substancial importância para o engendramento do campo em terras sul-rio-grandenses; nem mesmo elas foram capazes de trazer à tona a presença da “Gymnastica” e da “Educação Physica”, respectivamente, de forma obrigatória nas escolas de formação. Assim a legislação educacional, da maneira sutil e inconstante como até então tratava os saberes ligados à Educação Física, pareceu contribuir para o fomento desse quadro de ausências que marcava o início da formação do campo.

⁸ Decreto n. 3903, de 14 de outubro de 1927 e Decreto n. 4258, de 21 de janeiro de 1929.

A Constituição de 1937: a obrigatoriedade

Os textos legais educacionais que citavam as disciplinas de “Gymnastica” e de “Educação Physica” nas grades curriculares dos cursos de formação não deflagravam uma situação de obrigatoriedade desses saberes no contexto educacional em questão. Assim, se - ao estarem mencionados na redação oficial já deflagravam uma intenção que se construía na direção de tornar legítimos tais saberes e, assim, inseri-los no arranjo educacional - tal oficialização, do modo como fora redigida, não pressupunha suas presenças efetivas na realidade e nas rotinas dos cursos.

De outro modo, é importante considerarmos que, até o presente momento, as menções aos saberes relativos à Educação Física eram registradas apenas nos documentos legais do campo educacional, cuja abrangência restringia-se à instância estadual, quando não, local. Houve casos, ainda mais particulares, onde a lei ou decreto justificou-se em organizar o funcionamento de uma determinada realidade escolar pontual, como foi o caso da Escola Normal de Porto Alegre, na qual as disciplinas foram apressadamente elencadas no formato sistematizado de grade curricular.

O que os anos posteriores nos mostraram, especialmente o ano de 1937, é que seria necessária uma atuação mais forte e intensa por parte do Governo Central no sentido de legitimar os saberes relativos à Educação Física e o ensino da mesma nas escolas brasileiras, de todos os níveis. Se essa ação também não foi forte o suficiente para evitar que nas décadas posteriores voltasse a ocorrer um desaquecimento do ensino da disciplina nas escolas primárias e secundárias, no momento de sua implementação, tal investida pedagógica representou um considerável avanço ao campo da Educação Física brasileira na medida em que lhe conformou novos espaços, traçou-lhe novos rumos e, sobretudo, acrescentou-lhe o status de saber “obrigatório” a ser veiculado por um dos principais elementos de (con)formação do novo Brasil: a escola.

Em 10 de novembro de 1937, o então presidente dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, promulga a quarta Constituição Federal, sob os ares do chamado “Estado de Sítio”. Embalado pelas ondas da influência nacionalista que se fazia fortemente presente na política educacional implantada pela Era Vargas, sobretudo, no período do Estado Novo (1937-1945), o ensino de Educação Física recebe uma posição de destaque neste documento legal, que a realoca nos espaços dos currículos escolares de todos os níveis e graus de ensino:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão **obrigatórios** em **todas as escolas** primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência. (BRASIL, 1937, artigo 131, grifos nossos).

No âmbito legal, ao deflagrar a Educação Física como elemento obrigatório em todas as escolas e níveis de ensino, a Constituição Federal de 1937 se destacou como lei maior que deu voz a uma gama de outras leis menores que, até então, tentavam tornar o ensino obrigatório da disciplina no Estado. No entanto, apesar do ânimo imprimido

pela nova constituição, a obrigatoriedade da Educação Física na escola não obteve a proeminência esperada pelos seus defensores.

Considerações Finais

A análise das fontes legais que apregoavam a Educação Física nos currículos escolares do Rio Grande do Sul evidenciou que o tempo decorrido para sua consolidação foi longo. A trajetória da escolarização da Educação Física, começou em final do século XIX e passaram-se 60 anos para a conquista de legitimidade no campo legal. Após esta superação, ainda muitas décadas se passaram até que sua obrigatoriedade fosse corroborada na prática curricular.

Referências

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: QUESTÕES de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zaro, 1983, p. 89-94.

BRASIL. (Constituição, 1937). **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 2013.

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CASTILHOS, Julio Prates. **Mensagem que acompanhou a proposta do orçamento para o exercício de 1897 apresentada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia de Cesar Reinhardt, 1896. Documento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 1: 32-46, jan. 2006.

FAGUNDES, João Rodrigues. **Regulamento da Diretoria da Instrução Primária do Rio Grande do Sul**. Passiva: Instrução Pública. Porto Alegre, 1840. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

LYRA, V. B.; MAZO, J. Z. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. esp., p. 37-60, 2010.

PAIVA, F.S.L. de. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidades para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PICOLLI, J.C. J. **Educação Física na escola pública do Rio Grande do Sul**: antecedentes históricos (1857-1984). Pelotas: Editora da UFPEL, 1994.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 114, p.179-195, nov. 2001. Portaria Interministerial 73, de 23 de Junho de 2001

RIO GRANDE DO SUL. **Acto Provincial de 19 de fevereiro de 1872**. Aprova os regulamentos do Atheneu Rio-Grandense e da Escola Normal de Porto Alegre. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Jeronimo Martiniano Figueira de Mello.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 239**, de 5 de junho de 1899. Aprova o programa do ensino elementar e complementar. Instrução Pública. Sancionado por Manoel Pacheco Prates, então presidente do Estado do RS. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 373 de 14 de março de 1901**. Institui na capital do Estado um Colegio Distrital. Porto Alegre: Officina Typographica do Jornal do Commercio, 1901^a. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 874 de 28 de fevereiro de 1906**. Reorganiza o serviço de instrução publica do Estado. Porto Alegre: Officina Typographica do Jornal do Commercio, 1909. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 3903, de 14 de outubro de 1927**. Aprova o Regimento Interno dos estabelecimentos públicos do Estado. *In*: LEGISLAÇÃO: leis, actos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.], 1927a. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 4258 de 21 de janeiro de 1929**. Aprova o Regulamento da Diretoria Geral da Instrução Pública. *In*: LEGISLAÇÃO: leis, actos e decretos do governo do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.], 1929.

RIO GRANDE DO SUL, 1876, artigo 30). Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto-Lei n. 2224 de 29 de novembro de 1916**. Provê sobre o ensino elementar e complementar ministrado no Estado. Porto Alegre: Officina Typographica do Jornal do Commercio, 1916. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 1340 de 2 de maio de 1881**. Aprova o Regulamento para Reorganização da Escola Normal de Porto Alegre. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Fransisco de Carvalho Soares



Brandão. *In*: COLECÇÃO de Leis e Resoluções. Porto Alegre: [s.n.], 1881. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 1046 de 20 de maio de 1876.** Aprova o Regulamento relativo à administração do ensino na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sancionada pelo então presidente da província de São Pedro do RS, Tristão de Alencar Araripe.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial n. 32 de 7 de março de 1877.** Aprova o Regulamento da Escola Normal de Porto Alegre. Coleção de Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província em 1877. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1881. Instrução Publica. Documento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

SILVA, T.T. **O que se produz e o que reproduz em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, T.T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In*: SILVA, T.T. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. P. 7-37.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Currículo e educação do corpo: história do currículo da instrução pública primária do Paraná (1882-1926). *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Reunião 28.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>>. Acesso em 2013.

VAGO, T. M. **Cultura Escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensin público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

LEMBRANÇAS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA DA CIDADE DE
NOVA PRATA/RS (1937-1949)

Tuany Defaveri Begossi¹

Josiana Ayala Ledur²

Janice Zarpellon Mazo³

Resumo: O Colégio Nossa Senhora Aparecida fundado em 1937 na cidade de Nova Prata/RS, desde o princípio oferecia aulas de Educação Física. O objetivo do estudo é descrever como se constituíram as aulas de Educação Física nesta instituição no período de 1937 a 1949. A análise de documentos escritos e orais revelou que o Colégio proporcionou um novo conceito de Educação e de Educação Física para o município.

Palavras-chave: História da Educação Física. Escola. Ginástica.

Introdução

O Colégio Nossa Senhora Aparecida é uma instituição de ensino localizada no município de Nova Prata, fundada em 24 de fevereiro de 1937. Em razão dos valores propagados pelas instituições educacionais católicas, havia o anseio de um grupo de pessoas da comunidade pela instalação de uma escola dirigida por religiosas. Assim, o colégio, vinculado à Congregação do Imaculado Coração de Maria, foi instalado, inicialmente, em uma casa de madeira, doada por membros da comunidade do município (Relatório de Atividades [s.d.]).

A trajetória desta instituição educativa gerou um significativo *corpus* documental composto, em sua grande maioria, por documentos administrativos que nos forneceram vestígios das práticas escolares. Nesse espectro, a busca por tais registros, principalmente os relacionados com a configuração das aulas de Educação Física, foi bastante instigante. Considera-se que o referido Colégio apresentou-se ao cenário educacional prateense como uma instituição que possuía certas particularidades, ainda não vistas anteriormente no campo, como o oferecimento do sistema de internato destinado apenas às alunas.

De outro modo, investigar a Educação Física em meio à trajetória do Colégio Nossa Senhora Aparecida se fez igualmente, interessante, uma vez que este foi fundado em uma época na qual a Educação Física estava passando por um processo de transição entre os conteúdos baseados no militarismo – jogo, dança, esgrima, equitação, canto – para se firmar, a partir de 1940, como um movimento hegemonicamente esportivo (SOARES, 1996). Além disso, estudos históricos contribuem para a preservação da memória social do processo de escolarização da Educação Física no estado do Rio Grande do Sul, bem como, do município de Nova Prata.

¹ Licenciada em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tuany_begossi@hotmail.com.

² Pós-Graduada em Envelhecimento e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, josiled@hotmail.com

³ Doutora em Ciências do Desporto (UP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janmazo@terra.com.br.

Na direção de buscar uma versão ou mesmo uma narrativa (ALBERTI, 2012) acerca das primeiras aulas de Educação Física, no Colégio Nossa Senhora Aparecida, este estudo buscou apoio teórico na tradição historiográfica da Nova História Cultural, com a qual compartilha uma série de afinidades teórico-metodológicas. Neste sentido, a pluralidade de discursos sobre nosso objeto de análise foi percebida e interpretada a partir de fontes documentais compostas por Registros de Matrícula do ano de 1937 ao ano de 1949; Relatório de Atividades [s.d.]; Lista da primeira turma de concluintes do Curso Ginásial e Histórico do Colégio [s.d.]. Para além destas, fizemos uso de fontes orais construídas com a colaboração de 10 alunas da primeira turma desta instituição.

Cabe ressaltar que as fontes privilegiadas compuseram dois grupos distintos e complementares de análise: os documentos orais, submetidos, por sua vez, à análise metodológica da História Oral (BOSI, 1994; MEIHY, 1996; ALBERTI, 2005); e os documentos escritos, interpretados, a partir da técnica da análise documental (PIMENTEL, 2001; LÜDKE E ANDRÉ, 2007; CORSETTI, 2006). Interpretadas, as fontes históricas nos permitiram reunir as informações coletadas em três sub-ítems que assim foram organizados: “Colégio Nossa Senhora Aparecida: um novo conceito de educação em Nova Prata”; “As aulas de Educação Física no Colégio Nossa Senhora Aparecida” e, por fim, “As aulas de Educação Física e a preparação para a Semana da Pátria”.

Colégio Nossa Senhora Aparecida: um novo conceito de educação

A presença dos católicos nos meios escolares é fato marcante para a história da educação no Brasil. Inicialmente, a atuação da igreja católica na educação se deu com os jesuítas e após, a partir do século XX, com as ordens e congregações religiosas estrangeiras. A vinda de tais congregações religiosas européias proporcionou a instalação de vários colégios, que se espalharam por todo o Brasil (AMARAL, 2003). Diante desta realidade, chegaram ao município de Nova Prata, em 24 de fevereiro de 1937, as primeiras correligionárias da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria com o intuito de assumir questões administrativas e educacionais da nova instituição de ensino (Histórico do Colégio, [s.d.]).

Desde o primeiro ano de funcionamento do Colégio, aceitava-se o ingresso de meninos e meninas. Além disso, oferecia-se também a opção de ingresso para alunas internas, uma vez que era grande o coeficiente de meninas que residiam em outras cidades e que se deslocavam à Nova Prata somente para estudar. Assim, em decorrência do crescente número de alunos matriculados a cada ano, as instalações do Colégio já não eram mais suficientes. Diante disso, a construção do novo prédio de dois andares, passou a refletir também em sua estrutura, um sistema de valores reguladores, tais como ordem, disciplina, controle e vigilância. O Colégio estava localizado, estrategicamente, ao lado da igreja matriz do município, constituindo, desta forma, um importante núcleo religioso e educacional. Destarte, as novas instalações sinalizaram outra fase escolar no Colégio que se consolidou com a oficialização do Curso Ginásial.

As aulas de Educação Física no Colégio Nossa Senhora Aparecida

As aulas de Educação Física ocorriam inicialmente no pátio da igreja matriz de Nova Prata. Esta realidade perdurou até meados de 1944, quando o Colégio passou a

contar com uma nova estrutura de salas e de um espaço amplo destinado às aulas de Educação Física. Nas aulas práticas de Educação Física o uniforme utilizado pelos alunos era o mesmo para as demais atividades práticas no Colégio. Os meninos usavam calça e camiseta e as meninas vestiam blusa branca e uma saia azul marinho, sendo este o mesmo uniforme adotado para as demais atividades educacionais.

Com relação ao rigor com que era tratada a organização da Educação Física no Colégio destaca-se, por exemplo, a obrigatoriedade da formação dos alunos em filas para se dirigirem ao espaço destinado as aulas, bem como o minucioso registro de frequência. Um impasse enfrentado nos primeiros anos letivos do Colégio, dizia respeito ao reduzido número de irmãs e ao elevado número de alunos. Assim, conforme relatado pelas entrevistadas, chegavam a se concentrar entre 30 e 50 alunos, em um mesmo espaço para as aulas de Educação Física.

Com relação aos conteúdos das aulas, a primeira lembrança que surgia no imaginário das entrevistadas era expressa através de gestos: “[...] era aquela ginástica para cá, para lá [movimentando os braços] sabe?” (ELIAS, 2013). De fato, nenhuma das alunas mencionou a palavra Calistenia, entretanto, ao observarmos os movimentos ou mesmo a descrição dos gestos, foi notória a presença desta prática durante as aulas. Além disso, destacaram a presença de alguns jogos desenvolvidos após as lições calistênicas, como pega-pega, ovo-choco, esconde-esconde, caçador e atividades com corda, destacando que, nesse momento da aula, elas poderiam brincar.

Diante de tais evidências, o que se percebeu foi que as primeiras aulas de Educação Física do Colégio já contavam com um plano de aula significativamente estruturado, tendo assim dois momentos distintos e com diferentes formas de abordagem pela professora. O primeiro momento da aula era quando se realizavam os exercícios calistênicos, de uma maneira mais formal e o segundo momento, mais recreativo, compunha-se de jogos e brincadeiras.

Vale ser lembrado que nos primeiros anos de funcionamento do Colégio, a Educação Física estava passando por um processo de transição relacionado a seus conteúdos, vindo a se firmar, em meados da década de 1940, como um movimento esportivo. Tal mudança, também se fez presente, mesmo que de maneira inicial, no Colégio. Por meio das fontes orais foi possível perceber que um pouco antes das alunas entrevistadas deixarem a instituição de ensino, em meados da década de 1940, o esporte já estava começando a se inserir nas aulas.

A partir de tais apontamentos, o que se pode perceber é que, de certa maneira, o Colégio acompanhou algumas das modificações educacionais ocorridas a âmbito nacional. A presença de militares, por sua vez, foi lembrada durante a preparação para as comemorações da Semana da Pátria, no que tangia ao momento dos ensaios da marcha, para o desfile comemorativo. Estes ensaios iniciavam muito antes do mês de setembro e em decorrência disso, os objetivos das aulas de Educação Física eram modificados.

As aulas de Educação Física e a preparação para a Semana da Pátria

O período do Estado-Novo (1937-1945) marcou o cenário político, social e educacional do país, por meio da busca de um ideário nacionalista, que visava a formação de um cidadão civilizado e direcionado ao trabalho. As escolas, por sua vez,

desempenharam papel fundamental, pois serviram de modelo a seus alunos, ensinando-os o valor do amor e do respeito à Pátria. Aliada a esta perspectiva, a Educação Física possuía uma ação disciplinadora do homem “novo” (VAZ, 2006). Tais comemorações eram tidas como uma oportunidade de se externar o que, de fato, estava sendo transmitido aos alunos pelas instituições de ensino.

No Colégio, os preparativos para as comemorações do Dia da Pátria modificavam a rotina das atividades educacionais, principalmente das aulas de Educação Física, as quais se voltavam, exclusivamente, para o ensaio da marcha. A organização dos alunos para tal atividade se baseava na idade e estatura, sendo assim divididos em pelotões. Além disso, as alunas entrevistadas destacaram o comparecimento de militares ao município especialmente para os ensaios no período que antecedia as comemorações da Semana da Pátria:

Tinha um soldado, um milico, ele que nos ensinava marchar e tinha que ir “muito bem, obrigado”. Bem arrumadinha. Eu me lembro que teve um ano que no dia sete de setembro, nós fomos desfilar e tinha geada e nós com roupa de manguinha curta (TOMEDI, 2012).

Ao mesmo tempo em que relataram o empenho dos alunos nos ensaios, as alunas admitiam que esta comemoração era ansiosamente aguardada durante o ano letivo percebendo, desta forma, um movimento em prol da organização, por toda a comunidade escolar. Nessas comemorações, valores eram disseminados entre a população e reforçados juntamente ao público escolar. Elementos religiosos e políticos eram retratados por meio de práticas educativas, especialmente através das apresentações artísticas e/ou esportivas, as quais detinham sempre um discurso voltado ao respeito à Pátria. Tais festividades foram úteis também na aproximação entre a escola e a comunidade em meio ao culto patriótico e difusão de noções de civismo.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou descrever como se constituíram as aulas de Educação Física no Colégio Nossa Senhora Aparecida, desde sua instalação em 1937 pela Congregação do Imaculado Coração de Maria, até o ano de 1949, quando ocorreu a solenidade de formatura da primeira turma do curso Ginásial. Com o intuito de contemplar tal objetivo, percorreu-se o contexto sociocultural e político-econômico da época visando apresentar um panorama da realidade na qual o colégio estava inserido e pôde desenvolver suas atividades educacionais.

De acordo com as fontes consultadas, percebeu-se que, as irmãs, nos primeiros anos de funcionamento do Colégio assumiram diferentes funções na instituição educativa. Desta forma, além das questões administrativas e organizacionais, era de responsabilidade delas também, as disciplinas escolares, incluindo-se as aulas de Educação Física. Segundo as fontes documentais esta realidade se fez presente até o ano de 1945, quando o colégio passou a oferecer o curso Ginásial e, em detrimento disso, registrou-se um novo corpo docente.

Em relação à seleção de conteúdos ministrados nas aulas de Educação Física,

tornou-se possível assegurar que as referidas aulas, no período de 1937 até 1949, acompanharam de certa forma, as mudanças de conteúdos e de abordagens ocorridas no cenário mais amplo do país. De fato, passou-se dos conteúdos baseados, exclusivamente, nos métodos ginásticos, como a marcha e calistenia, para a progressiva inserção de jogos e posterior incorporação do esporte nas aulas. As práticas esportivas, por sua vez, inseriram-se nas aulas de educação física gradualmente a partir de meados da década de 1940.

As alunas entrevistadas destacaram que os objetivos e os conteúdos das aulas de Educação Física, modificavam-se à medida com que se aproximava o mês de setembro e, conseqüentemente, as comemorações da Semana da Pátria. Os ensaios e o desfile pelas ruas da cidade nas festividades do mês de setembro foi uma das principais lembranças pontuadas pelas entrevistadas. Vale destacar que o período histórico estudado era fortemente marcado pelo nacionalismo no Brasil.

Destarte, investigar as aulas de Educação Física em uma instituição educacional católica configurou-se como importante na medida em que permitiu-nos penetrar num espaço escolar mergulhado em um universo de valores católicos em relação à família, à moral e aos valores cívicos. Ao retratar nesse texto as memórias do Colégio Nossa Senhora Aparecida de Nova Prata/RS no período de 1937 até 1949, a pesquisa tornou-se relevante para compreender o trabalho educacional desenvolvido em um espaço escolar, em determinado período, por uma congregação religiosa. No que diz respeito ao processo de escolarização da Educação Física no Colégio Nossa Senhora Aparecida de Nova Prata/RS, acredita-se que o presente estudo expõe vestígios para futuras pesquisas no âmbito da História da Educação Física.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas. Décadas de 1930 a 1960**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2003.

BEGOSSI, T.D. **As aulas de Educação Física no Colégio Nossa Senhora Aparecida de Nova Prata/RS (1937-1949)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

BOSI, E. 1994. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ªed., São Paulo:Companhia das Letras.

COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA. **Histórico do Colégio**. Nova Prata, [s.d.].

COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA. **Relatório de Atividades**. Nova Prata, [s.d.].

CORSETTI, B. 2006. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, v. 1, n. 1: 32-46.

ELIAS, A.S.E. 2012. **Entrevista**. Concedida à Tuany Defaveri Begossi.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz; RAMOS, Glauco Nunes Souto. A educação física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal. **EDUFSCar**, São Carlos: 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. 2007. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4ª Edição – Revista e Ampliada. Edições Loyola, São Paulo – SP, 1996.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 114, p.179-195, nov. 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física escolar: Conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, supl. 2, p. 6 a 12, 1996. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo1.pdf>> Acesso em 07 jul. 2012.

TOMEDI, Ady Izabel. **Entrevista**. Concedida à Tuany Defaveri Begossi. Julho/2012.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado-Novo (1937-1945)**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

**TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL – ESTUDO DE CASO DA TORCIDA
INDEPENDENTE SUBSEDE CUIABÁ/MT**

Túlio Inácio Garrido¹

Resumo: O presente artigo uma análise das relações de sociabilidade entre as Torcidas Organizadas de Futebol, fazendo relação com o fenômeno da violência dentro das praças esportivas, provocada especificamente por torcedores membros de grupos organizados. Foi feita uma pesquisa de campo, orientada por observações participantes e estudos de teóricos da Sociologia do Esporte que apontam as contradições que levam as torcidas a praticarem atos violentos.

Palavras-Chaves: Torcida Organizada. Sociabilidade. Violência.

O futebol, desde que desembarcou no Brasil trazido por Charles Miller no ano de 1894, angariou inúmeros adeptos em todo o país ao ponto de tornar-se o esporte mais popular e mais praticado por essas terras. O que antes foi um esporte notadamente elitista tornou-se extremamente popular nas classes menos favorecidas, que não tinham acesso a essa prática. Foram estes os cidadãos responsáveis pela democratização do futebol e os grandes introdutores da malemolência, do jeitinho brasileiro de se jogar. Vem daí o nosso estilo de jogo e o motivo pelo qual o futebol pode ser considerado uma das primeiras instituições realmente democráticas desse país, onde todos, sem exceções, podem participar ativamente.

Com o surgimento dos clubes e dos campeonatos, o futebol passou a atrair um grande número de espectadores, e estes tinham suas preferências. A partir da interação desses torcedores surgiram as Torcidas Organizadas, as quais são objeto do presente estudo; as relações sociais nela inseridas, toda a dinâmica institucional que controla essas que hoje são instituições devidamente estabelecidas e têm sua influência dentro dos clubes, das federações, na imprensa, no governo e perante os torcedores comuns.

Também é alvo deste trabalho descrever as práticas violentas provocadas por essas agremiações de torcedores, que, em um passado não muito distante, eram vistas como uma grande alegoria que abrilhantava o espetáculo do futebol, cujo objetivo era incentivar o time durante os jogos, além de não usarem de agressividade, o que contrasta com as ações exercidas pelas torcidas atualmente. Busquei ainda opções de controle a fim de amenizar este que se tornou um grande problema social. Para tanto, adentrei na subseleção cuiabana da Torcida Tricolor Independente, representada por torcedores do São Paulo Futebol Clube, e usei do artifício da observação participante a fim de revelar o dia a dia da mesma e as relações de sociabilidade, as contradições, o que motivam os atos de violência, enfim, para entender o que se passa na cabeça do torcedor-membro de uma organizada.

O futebol, desde que desembarcou no Brasil trazido por Charles Miller no ano de 1894, angariou inúmeros adeptos em todo o país ao ponto de tornar-se o esporte mais popular e mais praticado por essas terras. O que antes foi um esporte notadamente elitista tornou-se extremamente popular nas classes menos favorecidas, que não tinham acesso a essa prática. Foram estes os cidadãos responsáveis pela democratização do

¹ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais – GEPECS/UFMT – tuliogarrido8@gmail.com

futebol e os grandes introdutores da malemolência, do jeitinho brasileiro de se jogar. Vem daí o nosso estilo de jogo e o motivo pelo qual o futebol pode ser considerado uma das primeiras instituições realmente democráticas desse país, onde todos, sem exceções, podem participar ativamente.

Com o surgimento dos clubes e dos campeonatos, o futebol passou a atrair um grande número de espectadores, e estes tinham suas preferências. A partir da interação desses torcedores surgiram as Torcidas Organizadas, as quais são objeto do presente estudo; as relações sociais nela inseridas, toda a dinâmica institucional que controla essas que hoje são instituições devidamente estabelecidas e têm sua influência dentro dos clubes, das federações, na imprensa, no governo e perante os torcedores comuns.

Também é alvo deste trabalho descrever as práticas violentas provocadas por essas agremiações de torcedores, que, em um passado não muito distante, eram vistas como uma grande alegoria que abrilhantava o espetáculo do futebol, cujo objetivo era incentivar o time durante os jogos, além de não usarem de agressividade, o que contrasta com as ações exercidas pelas torcidas atualmente. Busquei ainda opções de controle a fim de amenizar este que se tornou um grande problema social. Para tanto, adentrei na subseleção cuiabana da Torcida Tricolor Independente, representada por torcedores do São Paulo Futebol Clube, e usei do artifício da observação participante a fim de revelar o dia a dia da mesma e as relações de sociabilidade, as contradições, o que motivam os atos de violência, enfim, para entender o que se passa na cabeça do torcedor-membro de uma organizada.

Autores como Toledo (1996) e Pimenta (1997), datam o surgimento das primeiras torcidas uniformizadas em meados dos anos 1940. A data exata é uma incógnita. Sob o comando de um chefe denominado torcedor-símbolo e com pouco aparato burocrático, as torcidas tinham vínculos com os clubes e com os torcedores-símbolos, como eram chamados os hoje dirigentes. Estes imprimiam sobre os membros da torcida uma disciplina extremamente rígida, com o objetivo de apenas apoiar o próprio time sem se preocupar com o torcedor rival. Não havia, e nem era permitido, usar a força física para superar uma torcida rival; a guerra era travada no campo das batucadas, nos cantos e na alegria das torcidas. A única ordem do chefe era cantar mais alto e mais bonito para superar o adversário. A identificação de seus membros era apenas com o clube, diferente de hoje em que essa identificação também ocorre com os membros do agrupamento.

Pouco se sabe, mas muito se diz sobre qual foi a primeira torcida organizada do Brasil. Há relatos inclusive que a primeira torcida uniformizada foi composta de mulheres, nas primeiras das atuações do Clube Atlético Mineiro, no início da década de 1910. As mulheres dos atletas iam aos estádios portando bandeirinhas e roupas iguais para apoiar os seus maridos, posicionando-se juntas e sempre nos mesmos assentos. A primeira torcida uniformizada, composta em sua maioria por homens, foi criada pelo Cardeal Manoel Raymundo Paes de Almeida com o nome de Grêmio São Paulino, com a sigla TUSP. Tinha sua sede no bairro da Mooca e é datada de 1939, era tida como muito animada em suas comemorações inusitadas com confetes e serpentinas. No ano de 1940, fundada por Vicente Rao, foi criada a primeira torcida organizada do Rio Grande do Sul, a Camisa 12 do Sport Club Internacional. Em 1942, Jaime de Carvalho se reuniu com alguns amigos e, portando instrumentos musicais na final do Campeonato Carioca daquele ano, fundou uma das mais famosas torcidas uniformizadas do país, a Charanga

Rubro Negra, a primeira do Clube de Regatas do Flamengo. O fenômeno do surgimento das torcidas uniformizadas no Brasil espalhou-se de forma que a grande maioria dos clubes de futebol passou a ter a sua torcida para incentivar seu time. (MURAD, 2012).

A copa do mundo do ano de 1970, vencida pela seleção brasileira, foi um grande divisor de águas no mundo do futebol. Naquele período, o esporte globalizou-se. Naquele ano, os brasileiros puderam assistir aos jogos pela primeira vez em cores com uma pequena defasagem temporal. Em consequência, houve um aumento do fluxo de transferências internacionais de jogadores, o que estimulou a concorrência entre os clubes e o decorrente aumento dos salários dos atletas. O futebol tornou-se uma atividade de altíssimo rendimento e uma bela fonte de lucro. Com isso, investimentos passaram a vir de todos os lados, inclusive do Estado e inúmeros estádios foram erguidos. Ainda naquela década foi criada a Loteria Esportiva e o Campeonato Brasileiro de Futebol. Diante desses acontecimentos, o futebol tornou-se um novo e promissor segmento da economia mundial, em especial a brasileira.

A reestruturação sofrida pelo futebol nos anos 1970 refletiu-se nas Torcidas Uniformizadas. Com o aumento do número de simpatizantes dos clubes de futebol foi necessária uma melhor organização dos torcedores, com isso, as uniformizadas passaram a ser chamadas Torcidas Organizadas. A figura do torcedor-símbolo foi extinta e deu lugar a um complexo rearranjo na maneira de dar continuidade e garantir o crescimento da organização em que a figura principal é a do presidente. Desde então, a grande mídia passou a observar e divulgar durante as transmissões, principalmente televisivas, as torcidas com os seus cânticos, faixas e bandeiras. (HANSEN, 2007).

Assim, nos moldes mais recentes, torcida organizada é definida como um grupo de torcedores que acompanham constantemente os times durante suas partidas no estádio, vestem-se e se comportam de maneira coletiva. É bastante óbvio que, inserido em um universo capitalista e comportando um grande número de torcedores, os times e as associações responsáveis pelas torcidas organizadas passaram a comercializar produtos referentes aos times a um alto custo, fato que as torna um mercado altamente lucrativo.

A demanda de expansão das organizadas fez com que as mesmas atuassem como verdadeiras empresas, possuindo um organograma extremamente complexo a fim de dar conta do tamanho crescimento dessas verdadeiras instituições. Este fato foi verificado *in loco* durante pesquisas realizadas na subsede da Torcida Independente, na cidade de Cuiabá-MT, durante o primeiro semestre do ano de 2012, sendo a torcida em questão objeto dos questionamentos deste trabalho.

A sede cuiabana da Independente foi fundada em 10 de junho de 2006 pelas mesmas pessoas que hoje fazem parte do seu corpo diretivo: Danilo, Luiz (Tomate), Rafael Rocha e Torú. O primeiro é o atual diretor e o responsável pelo espaço físico, atualmente ocupado pela torcida organizada. O segundo é diretor da Torcida Dragões da Real. Os dois últimos respondem pelo setor financeiro, pela carteira de sócios e pelo o controle de entrada de não sócios na sede em dias de eventos e jogos.

A subsede da cidade de Cuiabá foi fundada em 10 de Junho de 2006, e está localizada ao lado da Stamp, próxima ao Shopping Popular, na Avenida Tenente Coronel Duarte, 2180, Centro Sul.

Comecei as minhas primeiras visitas durante a Copa do Brasil 2012. Acompanhei todos os jogos da competição para me habituar com os costumes, ritos da torcida e,

principalmente, para conhecer os seus membros, conversando informalmente com cada um deles até conseguir certa confiança e liberdade para aproximar-me dos membros da diretoria.

O contato com os associados, membros da bateria foi muito amistoso, o acolhimento foi agradável, principalmente pelo fato de ser a torcida do meu time do coração. Entretanto, o meu objetivo não era me tornar um membro da torcida, mas, sim, pesquisar, com o intuito de compreender a estrutura organizacional, o comportamento da torcida como um todo, dos seus membros e a sua atuação na cidade de Cuiabá, uma vez que a sede principal fica na cidade de São Paulo-SP. A nossa capital nunca foi um grande celeiro futebolístico, principalmente pela inexistência de grandes clubes de futebol competitivos em nível nacional. No entanto, essa ideia de organizar subsedes de torcidas organizadas em diferentes cidades do Brasil, parece muito interessante do ponto de vista do pertencimento clubístico, pois é uma estratégia de manutenção e reforço das identidades de torcedores, criando o que podemos denominar de “identidades futebolísticas desterritorializadas”.

A torcida Independente, em Cuiabá/MT, tem uma rotina relativamente complexa, em que alguns membros têm funções fixas e específicas. Em dias de jogos, outros integrantes da torcida, geralmente cinco, chegam ao barracão às 14 horas, em jogos noturnos, e às 12h em jogos diurnos. Primeiramente, é feita a limpeza do local, em seguida são hasteadas e penduradas as flâmulas e os bandeirões. Posteriormente, as cadeiras são posicionadas, sempre à esquerda do telão e uma hora antes do jogo, um membro chega para a montagem do telão e do Datashow.

A bateria é formada por membros com certo tempo de filiação na torcida, e composta basicamente por instrumentos de percussão e dois puxadores, um responsável pela harmonia dos instrumentos, e o outro por puxar os cantos durante os jogos. Os cânticos são entoados durante todas as partidas com pausas durante os intervalos. Estão presentes em todos os jogos do São Paulo FC com pouquíssimas ausências dos músicos. A bateria se posiciona sempre à direita do telão.

A mensalidade é de R\$ 20,00, com o intuito de suprir as despesas com aluguel do barracão e confecção de uniformes temáticos. Há também um repasse mensal para a sede principal, em São Paulo-SP, que garante o caráter oficial da torcida. O pagamento em dia da mensalidade garante aos sócios, em excursões, o lugar no ônibus e o ingresso mais acessíveis em jogos com mando de campo do São Paulo FC. Os não sócios que frequentam esporadicamente a subsede, pagam R\$ 5,00 para entrar e pagam mais caro pelas bebidas. Se não pagar, não entra; se sair, para voltar, tem que pagar de novo, sempre em espécie.

Os problemas da pesquisa apareceram, inicialmente, quando comecei a ter contato com os membros do alto escalão da Torcida Independente de Cuiabá. Fui apresentado pelo diretor da torcida Dragões da Real, que no momento dividia a sede com a Independente, ao tesoureiro daquela instituição, conhecido internamente como “Japão”, o qual intermediou o meu contato com o diretor da Independente, que nunca permitiu a divulgação do seu nome ou mesmo um codinome.

Em mais uma noite de trabalhos no barracão, foi revelada a faceta mais temida de uma torcida organizada: o seu lado violento. Alguns membros ficaram sabendo que parte da torcida força Jovem do Vasco da Gama estava reunida num bar próximo à sede da Independente. Depois de uma breve reunião, ficou decidido que iria “rolar o ataque”,

na gíria dos associados. Entoando cânticos ofensivos, grande parte dos que estavam assistindo ao jogo foram ao encontro dos vascaínos. Acompanhando o bando, presenciei cenas de barbárie. Armados com rojões e barras de ferro, o P.A.S “Pelotão de Ataque Surpresa”, da Independente, agrediu e depredou o estabelecimento frequentado pelos vascaínos. O lema da Torcida Independente deixa claro seu verdadeiro modo de agir: “O respeito que impomos define o que somos”. No retorno, após a briga, foram exibidos os troféus da batalha: bandeiras e camisas dos torcedores da Força Jovem foram rasgadas e incendiadas para evidenciar a liderança na região.

Depois deste incidente, começaram os problemas para a realização deste trabalho. Em um primeiro momento, sem um motivo aparente, o diretor recuou e não mais permitiu que eu realizasse a minha pesquisa. Entretanto, devido às pressões principalmente por parte do diretor da Dragões e do tesoureiro da própria Independente, o diretor acabou cedendo e permitindo a minha pesquisa, desde que eu apresentasse os dados coletados para uma avaliação no sentido de fiscalizar as minhas ações.

Tudo transcorria normalmente, até que no dia do jogo, de ida, entre São Paulo e Coritiba, válido pela fase Semifinal da Copa do Brasil 2012, um fato inesperado ocorreu: o diretor observava uma conversa entre mim e um membro da torcida e repentinamente tirou o caderno de entrevistas das minhas mãos, tentando me agredir. Felizmente, ele foi contido por outros membros da torcida. Ele não queria permitir que eu continuasse a pesquisa, alegando que eu poderia denegrir a imagem da Independente com a exposição de alguns fatos ilícitos que ocorriam dentro da sede, por exemplo: o consumo e o tráfico de drogas; o porte indiscriminado de armas por alguns membros e o consumo de bebidas alcóolicas por menores de 18 anos.

Outro fato a relatar é a rivalidade entre as torcidas, Independente e Dragões de Real, os quais são denominados “tomates” pelos torcedores da Independente, em razão da cor vermelha do uniforme. A independente afirma que a Dragões é uma ameaça aos bens simbólicos, ao prestígio e ao reconhecimento da torcida Independente como a que melhor representa a alma e todos os torcedores são-paulinos. Maurício Murad tem outra explicação para tais desavenças entre torcidas rivais do mesmo time.

“a conexão entre setores violentos das torcidas organizadas com facções do tráfico e do crime organizado no Brasil ajuda a compreender os conflitos entre torcedores do mesmo time, embora de torcidas diferentes, e até mesmo embates violentos entre grupos rivais da mesma (!) torcida (...)” (MURAD, 2002: 34).

Apesar das observações negativas, os associados têm sua importância na comunidade do Bairro Dom Aquino, onde está localizada a sua sede. Todos os anos, desde a sua fundação, a torcida independente realiza promoções em datas comemorativas, como: páscoa; dia das mães; dia das crianças e Natal. Promove campanhas do agasalho para os períodos de temperaturas baixas e até mesmo festas beneficentes. Na região, os moradores têm respeito e carinho pelos associados, que sempre ajudam a comunidade. Tive a oportunidade de acompanhar a entrega de 50

cestas básicas à famílias carentes. Atitude louvável, mas que, e de certa forma, destoa da rebeldia comum em uma torcida organizada de futebol.

Embora consciente dos relatos de Da Matta (2006), que observa o futebol e as práticas das torcidas organizadas como ações ritualísticas, evidenciando que o antagonismo entre torcidas, e a violência entre elas, faz parte de todo esse contexto, foi um grande choque, para mim, vivenciar essa experiência, principalmente pelo fato de não ser aceito pela torcida do meu time de coração.

Há de se destacar a iniciação do novo membro: não ser torcedor e pagar a mensalidade para fazer parte de uma torcida organizada, mas deve-se compactuar com os rituais² no qual o novo sócio tem por obrigação, como rito, fazer parte de uma emboscada contra uma torcida rival e trazer uma camisa do oponente para provar a lealdade perante a Tricolor Independente. Precisa, ainda, envolver-se em ações ilícitas que porventura ocorram.

Pierre Bourdieu (1980), em sua concepção de capital social a qual podemos destacar que:

“As relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo não advêm apenas do compartilhamento de relações objetivas ou do mesmo espaço econômico e social, mas se fundem, também, nas trocas materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. São estas redes sociais (família, clube, escola, etc.) as que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.” (BOURDIEU, 1980: 67).

Nas torcidas, os conflitos são programados pelas normas que ali são postas, assim as relações equilibram-se tensamente entre a competição ritualizada e o confronto direto e sua ação.

Depois de muito analisar e estudar o fato ocorrido comigo, refleti sobre a ação daquele diretor. Não foi uma ação ofensiva em relação a minha pessoa, mas sim uma consequência dos meus atos de pesquisador, uma resposta a uma provocação sofrida, não é admitido em hipótese alguma atos de violências partindo da Torcida Independente, o comportamento agressivo somente é válido e compreensivo em resposta a alguma provocação ou para mostrar quem realmente manda em determinadas situações, como disse um associado membro da bateria quando no ano de 2011 estive no estádio Couto Pereira em Curitiba-PR: “Somos homens, não levamos desaforo para casa, se bater, bate todo mundo, se apanhar, apanha todo mundo” Pode-se evitar um conflito, mas não se pode fugir dele, esta é uma máxima entre a grande maioria das torcidas organizadas do Brasil, parece raso, vago, todavia reflete boa parte da formação da sociedade brasileira desagregada de valores humanos e cada vez mais

² O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressas por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjos caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). (PERIANO, 2003: 11).

competitivos e individualistas a ponto de vislumbrarmos todos os dias com o extremo da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69 (3. ed., 2001).

HANSEN, Viviane. Torcida Organizada Os Fanáticos: Relacionamento e Sociabilidade. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2007.

MURAD, Mauricio. A Violência no futebol. São Paulo: Savaiva, 2012. (Coleção Para Entender).

PEIRANO, Mariza. Rituais: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PIMENTA, C. A. M. Torcidas Organizadas de Futebol. Violência e Auto-afirmação. Aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal, 1997.

SITE: TORCIDA TRICOLOR INDEPENDENTE. www.independentenet.com.br

SITE: <http://spfcpedia.blogspot.com.br/2008/10/tusp-primeira-torcida-organizada-do.html>

SITE: <http://organizadasrj.webs.com/historias.htm>

TOLEDO, Luiz Henrique. Torcidas organizadas de futebol. Campinas - SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.

**ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE: PRIMÓRDIOS DE UMA RELAÇÃO NO BRASIL DO
SÉCULO XIX**

Victor Andrade de Melo¹

Resumo: A relação entre esporte, Estado e sociedade é um tema já há alguns anos bastante abordado, no Brasil e no mundo, tendo em conta os mais diversos marcos temporais, sob as mais diferentes perspectivas teóricas, a partir do olhar das mais distintas áreas de conhecimento. O intuito dessa comunicação é discutir os primórdios desse relacionamento num tempo e espaço específico, o Rio de Janeiro de meados do século XIX, momento primordial da constituição do campo esportivo em terras brasileiras.

Palavras-chave: História do Esporte. História Política. Nação.

A relação entre esporte, Estado e sociedade é um tema já há alguns anos bastante abordado, no Brasil e no mundo, tendo em conta os mais diversos marcos temporais, sob as mais diferentes perspectivas teóricas, a partir do olhar das mais distintas áreas de conhecimento. As próprias ocorrências cotidianas desencadeiam reavaliações constantes, inclusive os maus resultados nas contendas esportivas e a promoção de grandes eventos, como podemos ver bem recentemente por ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Preocupações e inquietações com o papel que desempenharam o governo e a população na organização do maior festival esportivo do planeta, bem como a considerada má performance do selecionado nacional, uma vez mais trouxeram à tona os debates sobre as relações entre os brasileiros e o esporte, bem como cobranças de um posicionamento mais ativo do Estado.

Frente a esse intenso interesse, para tratar do tema desde uma perspectiva histórica, haveria algumas opções: centrar a análise/interpretação no Brasil ou arriscar fazer uma abordagem mais internacional? Fazer uma abordagem temporal mais panorâmica ou centrar em um período mais restrito? Serei mais prudente. Meu intuito é discutir os primórdios da relação esporte, Estado e sociedade num tempo e espaço específico, o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, momento inicial da constituição do campo esportivo em terras brasileiras.

A capital do país à época não só acolheu parte significativa das primeiras experiências esportivas nacionais, como também, durante décadas, foi uma importante caixa de ressonância de modas e costumes (SCHWARCZ, 2011). Isso é, ainda que o esporte tenha se espalhado pelo Brasil a partir de diferentes matrizes, sempre dialogando com as peculiaridades locais, o Rio de Janeiro foi um importante polo de difusão, um processo que se tornou mais visível a partir de meados do século XIX. Como sugere Schwarcz (1998):

é na capital, durante os anos de 1840 e 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. victor.a.melo@uol.com.br

de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses (p. 111).

Esse momento é marcado por avanços na estruturação do Estado, pela implementação de reformas nos mais distintos âmbitos e pela mais clara adesão a discursos civilizatórios (CARVALHO, 2011). Percebe-se tanto o já citado aumento de relação com o continente europeu quanto o delineamento de uma vida pública mais ativa, que tem como uma de suas marcas a valorização dos entretenimentos e a melhor configuração de um mercado ao seu redor (MARZANO, MELO, 2010).

A primeira atividade esportiva melhor organizada na cidade ocorre em 1825, uma corrida de cavalos na Praia de Botafogo, registrada por Graham Eden Hamond que nesse ano esteve pela primeira vez na cidade, comandando a nau que transportou o embaixador britânico responsável por negociar o reconhecimento de Portugal à independência brasileira (Charles Stuart). Ele observou que ao evento compareceu muita gente de “todas as classes de povo” (HAMOND, 1984, p. 14).

Informações semelhantes encontramos em um periódico: “A praia apresentava uma interessante vista, o grande numero de cavaleiros, de seges, e de embarcações faziam um todo aparatoso”². Mesmo que Botafogo se localizasse relativamente distante do centro, as corridas de cavalos entusiasmaram a população.

Os ingleses compareceram em peso, entre os quais o embaixador Charles Stuart e o cônsul Henry Chamberlain. Autoridades brasileiras também prestigiaram a ocasião, como Francisco de Assis Mascarenhas (Conde de Palma), Luis José de Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira, ministro das relações exteriores), e Clemente Ferreira França (Visconde de Nazaré, ministro da Justiça). George Eyre, na ocasião contra-almirante e comandante em chefe da marinha britânica na América do Sul, desempenhou papel protagonista na organização das provas, inclusive acolhendo as autoridades em sua residência, localizada na Praia de Botafogo.

Entre os convidados, provavelmente graças à amizade com George Eyre, estava Marta Graham. Segundo sua apreensão, os ingleses decidiram organizar o evento para reunir a colônia em homenagem à chegada de Charles Stuart (GRAHAM, 2010). Ela destaca a presença de D. Pedro I, que “nunca falhava nessas ocasiões” (p. 181) e era amante dos cavalos e da equitação, e de D. Leopoldina, que, além de apreciar o contato com os estrangeiros, podia momentaneamente fugir dos conflitos que a cercavam no Paço, em função das ações de Domitila de C. Canto e Melo (Marquesa de Santos) junto à Casa Real. Algo dessas tensões transparece nas suas palavras sobre o evento:

Quando o carro do Imperador fazia a curva para se colocarem em posição, suas Majestades cumprimentaram o grupo do Almirante, e, depois, Dom Pedro, com sua voz poderosa, ordenou-me que me aproximasse e falasse à Imperatriz, já que ela iria se colocar demasiado longe para que se pudesse ouvir a sua voz. Não era uma ordem que pudesse ser desobedecida. Fui, e após seu habitual aperto de mão e o “How d’ye” (em inglês), fui forçada a acercar-me da Imperatriz, lado a lado no carro,

² Império do Brasil: Diário Fluminense, 2 ago. 1825, p. 106.

onde tive com ela uma curta conversa, tal como o tempo e o lugar me permitiam (2010, p. 181).

Para a britânica, esse fato serviu como sinal de reabilitação social, pois sua demissão da função de governanta, após cerca de somente um mês de trabalho, repercutirá mal nos círculos que frequentava, tanto mais seus comportamentos eram por alguns considerados como exóticos para uma mulher:

Voltei ao meu grupo, onde encontrei o Almirante não pouco espantado, alguns de seus oficiais encantados, e Sir Charles Stuart, divertido pela delicadeza demonstrada para com a ex-governanta. Sir Charles disse-me alguma coisa para me significar que não era preciso que eu afirmasse não ter deixado o Paço por causa de nenhum desentendimento pessoal ou aborrecimento, pois que Suas Majestades haviam determinado declarar cabalmente isto para mim (GRAHAM, 2010, p. 182).

Vejamos que, já nesses momentos iniciais, as corridas de cavalos desempenhavam uma função que vai marcar sua trajetória na cidade: a de arena pública, no qual se dramatizavam os papéis sociais, onde a Corte desfilava. A população identificava os mais poderosos, inclusive a família real. As elites se encontravam e teciam suas alianças e acordos. Estrangeiros e nacionais viviam um simulacro de “civilização”. Os governos não passariam incólumes frente a esse quadro.

O Império do Brasil: Diário Fluminense assim resumiu o evento, adendando outra dimensão que sempre estará relacionada à modalidade, uma indicação da sua possível contribuição para o país:

Este divertimento, que já não é novo entre nós, pode ter um bom resultado para o Brasil, (...) se nossos compatriotas com ele se entusiasmarem, como fazem os Ingleses, haverá mais cuidado que até agora sobre as raças de cavalos, objeto que nos tem sido até hoje indiferente³.

Interessante é a posição de *O Spectador Brasileiro*, conclamando o governo a estimular tais atividades. O argumento central é o já citado benefício que as corridas poderiam trazer para o aperfeiçoamento da raça dos cavalos nacionais, livrando o país da dependência da importação de bons animais. Além disso, lembra a matéria, como se esgrimissem um argumento definitivo, a Inglaterra e a França já teriam percebido as potencialidades do turfe⁴.

O mesmo periódico voltou a tocar no tema algumas edições depois, com uma nota da lavra do editor, o francês Pierre René François Plancher de la Noé:

O Rei da França e S. A. R., o sr. Duque de Angouleme, manifestou em todas as circunstâncias o vivo interesse que tomavam as

³ Império do Brasil: Diário Fluminense, 2 ago. 1825, p. 3.

⁴ O Spectador Brasileiro, 15 jun. 1825, p. 1

carreiras públicas de cavalos, (...), e acaba de dar uma prova da sua proteção, instituindo em favor delas dois prêmios⁵.

Para o jornalista, que tinha posições mais moderadas no complexo quadro político do pós-independência:

Não há dúvida que se o Governo Brasileiro empregasse os mesmos meios que se usam em França e Inglaterra, em pouco tempo poderiam nossos cavalos rivalizar com os melhores da Europa, pela bondade, pela força e pela elegância das formas. Esta consideração e o benefício que resultaria para o Governo e os indivíduos deste novo gênero de indústria, é digna de atenção de um Governo tão ativo e benfazejo como aquele, debaixo do qual temos a fortuna de existir⁶.

Utile dulce: essa será uma expressão constantemente utilizada na trajetória do turfe em terras nacionais. Sem deixar de ser um divertimento, a prática era compreendida como um contributo para as necessidades da nação, tanto as ligadas à economia quanto às relacionadas à formação societária (MELO, 2013).

É, assim, que se celebra, em março de 1847, uma nova sessão de corridas de cavalos, dessa vez organizada na praia Vermelha. A percepção de que a cidade aguardava com ansiedade o evento estimulou os promotores a comunicarem o desejo de consolidar a modalidade na sociedade da Corte, decisão celebrada por certos setores como indicação de que avançavam os costumes na capital.

No comunicado publicado no Jornal do Comércio⁷, usou-se como argumento principal para justificar a iniciativa a “decadência gradual da raça dos cavalos”. A ideia era instituir as corridas, entre os meses de maio e agosto, em um lugar a ser adquirido por um conjunto de “sócios”. Isso é, havia explicitamente a intenção de criar uma agremiação, cujos estatutos seriam inspirados no Clube de Newmarket, da Inglaterra⁸.

Há indícios de que o futuro Duque de Caxias teria se tornado um dos primeiros dinamizadores do Club de Corridas (GIORGIS, 2012), primeira agremiação de turfe e esportiva do país. Em maio de 1848, identificamos que João Pereira Darrigue Faro - Visconde do Rio Bonito, fazendeiro e importante político -, convocou uma assembleia dos acionistas, a ser realizada no já prestigioso Cassino Fluminense, tendo como pauta “a compra do terreno e discussão dos estatutos”⁹.

Uma diretoria é eleita em 1849, com Faro na presidência. Leopoldo Augusto da Câmara Lima (Barão de São Nicolau), Mariano Procópio Ferreira Lage (importante engenheiro e político), Henrique Harper (conhecido comerciante), entre outros, um misto de nacionais e estrangeiros, integravam a direção, que tomou ações mais concretas no sentido de viabilizar o funcionamento da agremiação.

⁵ O Spectador Brasileiro, 5 set. 1825, p. 1.

⁶ O Spectador Brasileiro, 5 set. 1825, p. 2.

⁷ Jornal do Comércio, 6 mar. 1847, p. 3.

⁸ Newmarket acolhia corridas desde as décadas iniciais do século XVII. Em 1750, por lá se instalou o Jockey Club inglês, a primeira agremiação de turfe do mundo.

⁹ Correio Mercantil, 26 mai. 1848, p. 3.

O terreno no qual o hipódromo do Club foi instalado se localizava entre o Engenho Novo e Benfica. A construção foi acompanhada com expectativa pela população e pelos acionistas, entre os quais se encontravam João Guilherme Suckow, que viera ao Brasil para atuar no Exército e era dono de empresas de transportes (com o uso de cavalos), e Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, o Visconde de Santa Teresa, notório militar do Império (carvalho, 1998).

Tardaria ainda um ano para que se anunciasse, para 1 de novembro de 1850, as atividades inaugurais do Club de Corridas, a serem realizadas no seu hipódromo, o Prado Fluminense. Sendo um evento dirigido por membros das elites, vale perceber como se perspectivou a presença de populares, que já tinham demonstrado interesse nas ocasiões anteriores e eram mesmo importantes nessa nova dinâmica “empresarial”. Não era simples manter as corridas em função dos custos, até mesmo porque havia ainda uma notável inexperiência dos promotores. Futuramente, isso chegaria a por em xeque a continuidade da modalidade (MELO, 2001).

Os ingressos não eram mais caros do que os de outros entretenimentos que existiam na ocasião (como circos e touradas). A entrada mais barata custava 1\$000, enquanto veículos de duas rodas pagavam o dobro (e os de quatro rodas, o quadruplo). Todavia, se observou: “Pessoas descalças serão proibidas de entrar dentro do Prado (...)”¹⁰. Havia, portanto, alguma forma de restrição.

O evento inaugural não logrou tanto sucesso quanto esperado, inclusive em função de certa desorganização. Esse resultado inesperado acabou por acentuar as dificuldades que o clube encontrava para se manter, até mesmo porque custara mais do que esperado a construção do Prado, que, aliás, foi inaugurado ainda inconcluso. As corridas somente voltariam a ocorrer em 1851, já sob a responsabilidade exclusiva de Suckow, que se tornou o principal responsável pela modalidade na década (MELO, 2013).

O processo de conformação do remo teve muitas similaridades ao do turfe. Em 1851, fundou-se a Sociedade Recreio Marítimo. No final desse ano, Francisco Leão Cohn, filho de negociante francês, militar de destacada carreira, funcionário da Alfândega, secretário do clube, informou que já se contava com 200 sócios e se começava a preparar a primeira regata. Os interessados em competir deveriam se inscrever com o já citado João Manuel Corte Real. Há um diferencial se compararmos com as corridas de cavalos: se estabelecia que amadores deveriam tripular os escaleres¹¹.

Os preparativos da regata inaugural passaram a ser acompanhados com expectativa, sendo a data estabelecida a partir da confirmação da presença do Imperador. Além disso, teve-se em conta o perfil dos associados para definir o dia 1 de novembro de 1851. Embora houvesse trânsito e coincidências entre os grupos, percebe-se outra diferença entre os envolvidos com o turfe e com o remo:

A escolha do sábado foi determinada por duas razões: a maior parte dos sócios e amadores que têm de entrar nos diferentes páreos pertence à classe do comércio e muitos deles, por princípios religiosos, aos domingos não podem entrar em

¹⁰ Correio Mercantil, 18 out. 1850, p. 3

¹¹ Diário do Rio de Janeiro, 20 out. 1851, p. 2.

trabalhos dessa ordem; assim como em dias úteis perde a sociedade a cooperação dessas pessoas que não podiam ser distraídas das operações comerciais¹².

Os jornais, aliás, lembravam que os europeus já organizavam regatas com um fim específico: “Nos outros países refutam-se tais funções como incentivos para a construção naval e para a marinha nacional, e os monarcas lhes prestam sua presença e proteção”¹³.

Uma vez mais vemos a mobilização da ideia de *utile dulce*: tratava-se de um divertimento sim, mas que supostamente tinha muitas utilidades para a nação. Uma delas, argumento bem semelhante ao de desenvolvimento da raça de cavalos, seria o aperfeiçoamento da Armada. Seu valor parecia irrefutável: era uma diversão séria.

Isso ajuda a entender que um traço do desenvolvimento esportivo nacional seja a constante presença de militares, os do Exército mais ligados ao turfe, enquanto os da Armada mais ao remo, um quadro que vai se complexificar às vésperas da proclamação da República, quando os civis republicanos relacionavam-se mais ao segundo, preferido daquela Força Armada que se mantivera mais monarquista, na mesma medida em que os civis monarquistas preferiam o primeiro, mais ligados à Força na qual o pensamento republicano floresceu.

No que tange à organização do evento, havia uma notável preocupação: em função das peculiaridades da modalidade, como oferecer condições de confortos aos influentes que comparecessem? A solução encontrada foi: alguns proprietários de casas na praia de Botafogo as ofereceram para recepção; foram cedidas, para acolher alguns convidados, salas do Hospício Pedro II (hoje campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro); uma parte do público se distribuiu por navios a vapor e embarcações a vela, que também demarcavam a raia. Refrescos, boa comida, músicas e danças eram oferecidos como atrativos à parte.

A regata inaugural entusiasmou mesmo um setor da cidade. Às vésperas, a matéria de capa de *A Marmota na Corte* (que se apresentava como “jornal de modas e variedades”) é uma expressão dessa expectativa. De início, se elogia um dos dinamizadores do Recreio Marítimo, Angelo Muniz da Silva Ferraz, inspetor da Alfândega e importante político do Império (foi ministro e agraciado com o título de Barão de Uruguaiana), por liderar uma iniciativa que poderia contribuir para solucionar um sério problema da cidade: “A falta de divertimentos públicos e gratuitos”¹⁴.

Sendo uma expressão dos “novos tempos”, para o periodista não surpreendeu que a iniciativa contasse com o apoio do Imperador e da família real, que honrariam: “com suas presenças o divertimento da fogosa mocidade nacional e estrangeira”. Para ele: “Assim o Magnânimo Príncipe se mostra o primeiro a interessar-se pelo seu povo, tanto no que lhe é útil, como no que lhe pode ser agradável. Deus o ajude e lhe conserve os dias para que seja o penhor da paz e da integridade do Império”.

Se a expectativa era grande, o resultado não deixou a desejar. O *Correio Mercantil* dedicou quatro colunas para comentar o evento. Para o cronista, a cidade já tinha “bailes mascarados”, “óperas italianas”, “corridas de cavalos”, “só nos faltavam

¹² Correio Mercantil, 27 out. 1851, p. 3.

¹³ Correio Mercantil, 27 out. 1851, p. 3.

¹⁴ Marmota na Corte, 31 out. 1851, p. 1.

na verdade as regatas, que, para ser francos, devemos dizer, consideramos mais úteis (...)"¹⁵. O momento era mesmo de otimismo:

Somos hoje na verdade o povo mais feliz do mundo! Tudo anda neste belo Rio de Janeiro às mil maravilhas! Divertimentos e mais divertimentos! As sociedades bailantes multiplicam-se, as de música crescem progressivamente, os *soirées* e saraus dão-se de continuo, as corridas de cavalos ao Prado Fluminense, a Regata recreio marítimo!! E até o Pão de Açúcar já serve para um *tour de promenade*; e isto sem falarmos nos nossos dois teatros que com suas portas abertas dão ingresso quase todos os dias aos espectadores destes divertimentos. E que viva o país que nos viu nascer, que vai todo em folia¹⁶.

A ideia de *utile dulce* a todo momento veio à tona. Para um jornalista, era urgente desenvolver o espírito marítimo no Brasil, em função de sua imensa costa. Nesse sentido, “nada pode contribuir tanto para esse resultado do que as regatas, que fazem tomar para objeto de divertimento aquilo que em outras ocasiões é considerado pesadíssima tarefa”¹⁷. Os exemplos da Inglaterra, França e Estados Unidos são mobilizados como comprovações dessa utilidade.

Haveria ainda outra grande potencialidade. Como supostamente nossa “raça” seria “naturalmente fraca e indolente”, o remo seria o estímulo necessário para reverter tal situação: “o exercício de remar é um dos mais violentos, porém ao mesmo tempo é um dos que mais desenvolve a força física”. Para ele, com o apoio do governo, a modalidade traria benefícios inegáveis para a população.

O aspecto da enseada também chamou sua atenção: eram embarcações diversas ancoradas e muito público espalhado na areia e nas casas da praia de Botafogo. De uma delas, de propriedade do na época Visconde de Abrantes, D. Pedro II e a família real assistiram às competições.

Entre as provas, parece ter chamado a atenção um páreo em que se enfrentaram equipes de alemães, ingleses, americanos e brasileiros, sagrando-se vencedora, para entusiasmo do público, a guarnição do escaler *Nympha*, que competia com a bandeira do Brasil na proa e na proa. O clima de grande festividade se misturava ao de patriotismo, que chegou a seu auge por ocasião da cerimônia de premiação, quando o hino nacional foi executado em homenagem ao Imperador.

Segundo os comentários de vários cronistas, foi das maiores celebrações já vistas na capital. Estima-se que mais de 10 mil pessoas tenham comparecido ao evento, elogiado pela organização e animação. Os principais diretores do Recreio Marítimo, os já citados Ferraz e Cohn, bem como Leopoldo Augusto da Camara Lima (Barão de São Nicolau, Guarda-Mor da Alfândega) e Joaquim Marques Lisboa (o futuro Almirante Tamandaré), foram exaltados pelo contributo dado à nação. Para um jornalista, o Brasil finalmente “adquiriu o direito a poder marcar uma época de civilização, de confraternidade, de magnificência”.

¹⁵ Correio Mercantil, 3 nov. 1851, p. 1.

¹⁶ Periódico dos Pobres, 4 nov. 1851, p. 1.

¹⁷ Correio Mercantil, 3 nov. 1851, p. 1.

A diferença do entusiasmo na narração dos eventos inaugurais dos dois primeiros clubes esportivos que surgiram na cidade não deve ser entendida como preferência da população pelo remo. É antes um indicador de como rapidamente mudou a forma de enfocar o esporte.

Na verdade, ainda demoraria alguns anos para o remo definitivamente se consolidar, assim como ocorreu com o turfe. De toda forma, parece possível afirmar que, naqueles meados de século, o esporte já era apreciado pela população, articulando-se com as mudanças pelas quais passava a sociedade da Corte e com alguns importantes temas da nação. O campo esportivo já tinha, ainda que embrionariamente, seus elementos constituintes delineados.

Mais do que similaridades, percebe-se que já se delineavam diferenças entre o turfe e o remo, expressões do envolvimento de distintos grupos, ligados aos diferentes circuitos políticos e econômicos que conviviam (e se enfrentavam) em um momento importante do forjar da nação brasileira. Comerciantes, industriais e empresários do ramo agrícola; aristocratas e burgueses; militares do Exército e da Armada; nacionais e estrangeiros: de forma heterogênea e não excludente, as elites se distribuíam pelos clubes.

Perceber-se-á que desde os primeiros momentos foi inextricável a presença do Estado intermediando as relações entre esporte e sociedade, alterando-se no decorrer do tempo a natureza desse envolvimento. A princípio, deu-se tanto pelo interesse mais ou menos preciso em um processo de modernização quanto porque os eventos esportivos eram ocasiões em que a elite buscava autoidentificação, marcava suas diferenças, manifestava as tensões que cercavam o poder.

Posteriormente essa vinculação se tornou mais intensa pelas necessidades que havia no processo de consolidação da independência, o que se fortaleceu pelo próprio discurso dos agentes do campo, que apresentavam a prática como uma diversão útil. Só posteriormente o Estado passou a ser solicitado e passou a investir diretamente nas agremiações, tendo em vista seus interesses e as expectativas da população, notadamente das elites dirigentes. Esse último processo foi se delineando no decorrer do século XIX e se tornou explícito na primeira década do século XX, notadamente com as ações de Pereira Passos, tema que já tratei em outra ocasião (MELO, 2006).

De toda forma, essas três naturezas de relação do Estado parecem seguir se manifestando no decorrer do tempo até os dias de hoje, ainda que novas dimensões tenham surgido, como a reivindicação e a preocupação de atender mais diretamente certas demandas populares, algo sempre mais anunciado do que efetivamente alcançado.

Referências

CARVALHO, José Murilo, A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* – volume 2 – A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-130.

CARVALHO, Ney O. R. (editor). *Jockey Club Brasileiro - 130 anos*. Rio de Janeiro: um século e meio de turfe. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 1998.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *O Duque de Caxias: dia a dia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GRAHAM, Maria. *Escoço biográfico de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

HAMOND, Graham Eden. *Os diários do Almirante Graham Eden Hamond*. Rio de Janeiro, Editora JB, 1984.

MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830 - 1930)*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.

MELO, Victor Andrade de. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, Niterói, n. 3, jul.-out. 2006.

MELO, Victor Andrade de. “Temos apaixonados para o mar e para a terra”: representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-1855). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 553-566, dez. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 1 – Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 205-248.

**O CONCEITO DE CULTURA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ARGENTINA:
PERSPECTIVAS DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR**

Vitor Hugo Marani¹

Sandra Aparecida Zotovici²

Vânia de Fátima Matias de Souza³

Larissa Michelle Lara⁴

Resumo: Objetivou-se com a pesquisa, investigar os conhecimentos tratados no universo da educação física escolar na Argentina, buscando entender como o trato junto à cultura nesse tempo-espço. A compreensão e análise dessa relação ocorreu por meio da participação de dois professores de universidades nacionais argentinas distintas, tendo como subsídios a aplicação de questionário *on-line*. Contatou-se que o trato junto à cultura é feito de forma marginal, mas que sua interlocução rompe com a linearidade dos saberes sistematizados provocando um crescente interesse na investigação por essa temática.

Palavras-chave: Educação física escolar. Cultura. Argentina

Introdução

Entender as relações e aproximações com a temática da educação física escolar na América Latina, em particular, com a Argentina tem sido uma prática adotada para auxiliar na compreensão do envolvimento e desenvolvimento da área nos países circunvizinhos com a realidade brasileira. Com ênfase, a publicação da obra organizada *A educação física no Brasil e na Argentina*, de Bracht e Crisorio (2003), decorrente de um seminário que reuniu pesquisadores brasileiros e argentinos da educação física, com eleição do tema “identidade da educação física”, representa os esforços de pesquisadores na tentativa de entender a área a partir de problemáticas comuns presentes em contextos culturais distintos e aprofundar ações de cooperação entre os dois países. As informações presentes no livro apontaram para discussões que aproximaram a educação física nos dois países e, com isso, possibilitaram a abertura de novas investigações, construídas a partir da posição teórica daqueles que analisam o objeto investigativo.

Posto isso, o texto em questão atenta-se para a investigação acerca da educação física escolar na Argentina, buscando entender como o trato junto à cultura ocorre nesse tempo-espço. Tal objetivo estruturou-se, principalmente, a partir da memória e depoimentos escritos de professores que constituem o campo e atuam na formação inicial dos professores de educação física do país. Essa orientação levou-nos a selecionar as universidades e, após, a enviar o convite institucional para que a própria instituição indicasse o professor mais habilitado para essa participação. A participação ocorreu junto às universidades nacionais, que oferecem os cursos de forma gratuita. Partindo do entendimento de que as instituições públicas cumprem com papel significativo na

¹ Mestrando em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá – vitormarani@hotmail.com

² Doutoranda em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá – zotovici@hotmail.com

³ Doutora em Educação – Universidade Estadual de Maringá – vfmatis@gmail.com

⁴ Doutora em Educação – Universidade Estadual de Maringá – lmara@uem.br

formação universitária, sobretudo pela responsabilidade do Estado (Ministério da Educação) para com a educação da população, cabendo a ele realizar avaliações periódicas por parte da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU).

Mediante mapeamento inicial dessas instituições, quarenta e sete universidades nacionais foram identificadas, das quais, doze instituições oferecem o curso de Educação Física. Dentre essas, optou-se pelos cursos que contemplassem, no mínimo, quatro anos de duração, com ênfase no processo de formação para atuação no campo da docência para intervir no universo escolar, não restringindo apenas a uma formação de cunho técnico. Delineados os critérios, a investigação ocorreu em quatro universidades. Tendo a propositiva inicial de investigar apenas três instituições, o que culminou no estabelecimento de outro critério de seleção: o tempo de existência da Instituição e do curso de Educação Física. Com base no exposto, a seguintes universidades foram selecionadas: *Universidad Nacional del Comahue*, fundada em 1905; *Universidad Nacional de La Plata*, fundada em 1971; e, *Universidad Nacional de Tucuman*, fundada em 1914. Encaminhou-se convite às três instituições. Dessas, somente duas retornaram respondendo a solicitação à pesquisa, quais sejam, a Universidade Nacional de La Plata e Universidad Nacional del Comahue. Os professores convidados procederam aos trâmites de aceite ao convite por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do Parecer de nº 372.983 (COPEP/UEM) e do questionário da pesquisa aplicado *on-line*.

O mapeamento da realidade argentina, a partir dos interlocutores possibilitou refletir acerca da tematização da cultura nas aulas de educação física, a qual configura-se como delineamento norteador dessa pesquisa. Entretanto, para proceder a análise da coleta em campo, incursionou-se pelo tema da formação argentina, as quais incluíram apontamentos acerca da legislação, formação superior, escola e educação física escolar.

A tematização da cultura na educação física escolar na Argentina

Para estabelecer um diálogo com os conhecimentos da cultura no país tratada no universo da educação física escolar, entendeu-se ser preciso compreender como esse conceito é apropriado pelos professores de educação física na Argentina, fato que gera implicações nas ações pedagógicas circunscritas por aqueles que desenvolvem suas atividades no campo escolar. As informações abordadas não são, necessariamente, advindas diretamente do campo escolar, mas, demarcam o olhar de pesquisadores que tem se debruçado em investigações em que a educação encontra-se como objeto profícuo de análises.

Os questionamentos junto aos professores diziam respeito à presença do tema cultura em aulas de educação física escolar em seu país; aos principais referenciais teóricos que fazem a discussão de cultura; ao tratamento dado à cultura no processo de ensino aprendizagem; à produção de conhecimento em educação física e a presença do conceito “cultura”. Com o objetivo de contribuir com o debate sobre a tematização da cultura nas aulas de educação física na Argentina, buscou-se, delinear como esse conceito emergiu no Brasil, principalmente, no que toca à educação física, o que

possibilita a interlocução dos autores junto aos pesquisados para a análise do campo estabelecido para a pesquisa.

No Brasil, a apreensão da “cultura” na Educação Física brasileira emergiu, segundo Betti (2007), nas décadas de 1980 e 1990, como uma réplica apropriada para os dilemas de cunho teórico e para a crise vivenciada na área à época, o que demarcou a extrusão entre natureza e cultura, movimento teórico assinalado pelas ciências sociais e humanas junto à Educação Física. Tal movimento fez com que, a partir de diversas denominações instaurassem-se – “cultura corporal”, “cultura corporal de movimento”, “cultura corporal de movimento humano” – cada qual com uma concepção de sujeito e sociedade.

Daólio (2010) explica que o termo “cultura” tem sido o conceito basilar para a Educação Física, uma vez que visualiza as manifestações corporais humanas como resultado da dinâmica cultural, o que nos permite entendê-las a partir de diversas expressões e significados gerados em diferentes contextos. Tal entendimento, segundo Daólio (2010), se dá a partir da apropriação de dois autores Marcel Mauss e Clifford Geertz. O primeiro, responsável por cunhar o termo “fato social total” que, ligeiramente, tem por proposta compreender o ser humano a partir de sua totalidade, ao levar em consideração aspectos fisiológicos, psicológicos e sociológicos. O segundo, utilizado por sua definição de cultura, percebendo-a simbolicamente, como uma teia de significados, e é eleita enquanto condição própria das vivências e relações humanas, nas quais as pessoas atribuem significado às ações.

O entendimento acerca da cultura, para Bracht (2003), é de fundamental importância para a Educação Física uma vez que ela, enquanto área do conhecimento ligada à educação, lida com traços específicos das práticas produzidas pela cultura humana. Pensar dessa forma, como discorre o autor, implica em conceber a educação de forma abrangente, ou seja, para além de concepções que liguem o saber apenas ao campo do conhecimento. Diferentes símbolos, linguagens e formas sociais construídas historicamente são permitidos, o que transcende a ideia lógico-racional que permeia o conhecimento científico. Nos dizeres de Bracht (2003):

Operar com a noção de cultura nos incita e nos permite pensar para além de uma perspectiva pragmático-economicista de educação que privilegia o saber instrumental com vistas ao trabalho no sentido produtivo (BRACHT, 2003, p. 148).

Ao considerar a Educação Física escolar enquanto constituinte do campo educativo, não se pode negar a cultura enquanto referência básica. E por isso, a importância em se pensar a responsabilidade da área em sistematizar e transmitir os saberes construídos historicamente pelos homens, o que por sua vez, possa produzir, superações em torno dos reducionismos presentes na Educação Física. Para tanto, Bracht (2003) aponta à necessidade de compreender a educação de uma nova maneira, de forma a pensa-la como prática que tenha a cultura como eixo vivido, produzido e criado por todos, e não apenas assumida e assimilada.

Nesse sentido, a pesquisa atenta-se ao trato junto à cultura nas aulas de educação física na Argentina. Entendendo que, por meio desse viés, os estudantes passam a ser compreendidos a partir de suas diferenças, ou, como afirma Daólio (2003),

são considerados para além de seu estrato biológico, o que gera práticas educativas consideradas como fruto cultural. Uma educação física, na visão do autor, pautada pelo viés cultural, intervém a partir das diferenças que permeiam os estudantes, criando-se espaços que contribuem para a estimulação da alteridade.

Para proceder com a pesquisa foi preciso, primeiramente, reconhecer o tempo-espaço investigado. Seria possível afirmar que a cultura recebe seu tratamento nas aulas de educação física escolar na Argentina? Tal questionamento fora realizado aos professores que contribuíram junto à pesquisa, o que revelou, segundo as concepções e entendimentos dos envolvidos, como a cultura aparece nas aulas de educação física, recebendo trato central ou marginal.

Segundo a resposta do professor da *Universidad Nacional de La Plata*, é possível afirmar que o tema da cultura não recebe tratamento extenuante nas aulas de educação física escolar no país, como afirma o trecho: “*Em líneas generales no se observa un tratamiento exhaustivo respecto del tema de la cultura en los ámbitos de la educación física escolar*”. Entretanto, o tema é tratado, segundo o professor, em alguns casos específicos, a exemplo de conteúdos que dizem respeito aos jogos tradicionais ligados às regiões da Argentina, como elucida sua resposta:

en algunos casos he observado algunos proyectos de trabajo específico respecto de los juegos tradicionales en cuanto portadores de una cultura particular de una región del país. En los jardines de infantes a veces se trabaja el tema del juego tradicional intentando recuperar la cultura de los juegos que jugaban los abuelos.

Na mesma direção, o professor correspondente à *Universidad Nacional del Comahue* afirma que, na Argentina, não é comum a cultura ser reconhecida durante as aulas de educação física, o que gera, segundo ele, a prevalência de discursos hegemônicos, fazendo com que a minoria deva se adaptar à maioria. Ainda, o professor discorre acerca da escassez no atendimento à diversidade cultural, às necessidades e às motivações, como é destacado no recorte que segue:

No es habitual trabajar la temática cultural en las clases de educación física. El discurso que observa impera en general es hegemónico. Esacasamente se atiende a la diversidad de culturas y de necesidades y motivaciones. Las minorías deben adaptarse a las mayorías.

Mesmo não sendo evidenciado no depoimento dos participantes o trato junto à cultura nas aulas de educação física, observou-se, a partir das leituras correntes que no país investigado - a Argentina, o termo aparece junto aos estudos da corporalidade, discutida por Oliveira e Villa (2003). Em seus estudos esse aspecto encontra-se, há algum tempo, ausente das vivências escolares de educação física, principalmente, quando tocamos a questão da intenção dos professores que, por vezes, desenvolvem conteúdos voltados apenas a uma dimensão: a motricidade. Tal entendimento, segundo os autores, dá-se pelo fato de que, no imaginário dos professores, práticas que não dizem respeito

à dimensão cinestésica não estão ao alcance da educação física escolar. Daí, a necessidade de inserção desse conteúdo junto às aulas, compreendendo-o como fundamental no ambiente de escolarização.

As práticas de transmissão dos bens culturais emergem como balizadoras, segundo os autores, no trato da educação física argentina. Atentar-se a esse fato implica perceber que a educação física tem por responsabilidade selecionar possíveis saberes a serem definidos junto aos conteúdos escolares, que na Argentina, em especial, diz respeito à ginástica, aos jogos motores, aos esportes e à vida na natureza. Tais conteúdos, nos dizeres de Oliveira; Villa (2003) expressam diferentes desenvolvimentos históricos, caso comparado Brasil e Argentina, uma vez que, no primeiro, a vida na natureza não é eleito como conteúdo escolar, e no segundo, as danças e as lutas não são considerados como substanciais na educação física.

O entendimento dos autores para o que seria a corporalidade, baseia-se na “tensão entre sujeitos, sociedade e cultura” (OLIVEIRA; VILLA, 2003, p. 149), o que gera novas perspectivas para a formação humana. Identificam como necessárias abordagens que partam dos bens culturais, ora como fim do processo, ora como meio formativo ampliado. A cultura é tomada como produtora de conhecimentos traduzidos em diversas formas de formação humana por meio do embate com a dominação. Ao restringir a corporalidade na educação física, Oliveira; Villa (2003) apontam para a redução das vivências de formação humana, bem como a decadência do potencial criativo dos sujeitos.

A partir de pesquisas realizadas por Villa (2003), identificou-se diversos enfoques dado ao corpo nas aulas de educação física, principalmente, por meio da análise de cada nível escolar. Percebeu-se que, na educação física de nível básico e nos primeiros ciclos da Escola Geral Básica (EGB) o corpo é entendido por um viés psicomotriz, estruturada no esquema-corporal, lateralidade, espaço e tempo, entre outros. No nível polimodal e no terceiro ciclo da EGB, o corpo encontra-se inserido num discurso pautado no rendimento, centralmente voltado a questões fisiológicas ligadas ao treinamento e busca pela perfeição técnica. Frente às informações a pesquisadora indaga-se: Qual a concepção de corpo é absorvida pela educação física? E, logo responde: o corpo, nas aulas de educação física, é tão presente quanto oculto. Assim, Villa (2003) propõe uma educação física que tenha por finalidade criar condições dos sujeitos construírem relações com o próprio corpo, permitindo-lhe “integrar-se crítica e transformadoramente a uma cultura onde a escola possa ser esse grande espaço para desenvolvê-la” (VILLA, 2003, p. 187).

A partir das considerações explanadas acerca da importância da cultura no meio escolar, percebeu-se que o professor representante da *Universidad Nacional de La Plata* traz apontamentos relevantes para se pensar o desencadeamento da temática junto a investigações, bem como, entender a forma como a cultura é tratada na produção de conhecimento em educação física na Argentina, como vista na resposta a seguir que evidencia o crescimento do interesse junto ao debate acerca da “cultura corporal” e de outros aspectos vinculados à cultura:

En los últimos años se há incrementado el interés por los deates em torno a la cultura corporal en Argentina, como así también los análisis en torno a la cultura escolar. Distintos proyectos de

investigación en la UNLP abordan la problemática de la cultura desde diversas perspectivas: cultura escolar, cultura corporal, cultura académica, perspectivas interculturales, cultura popular, educación y cultura, etc.

Ao abordar o tratamento do termo cultura aos estudos desenvolvidos na Argentina, o professor representante da *Universidad Nacional del Comahue* discorre acerca de sua incorporação junto à formação e à produção de conhecimento da Educação Física. Relata que as visões históricas, antropológicas e sociais auxiliam na inclusão desse conceito à área, como destaca o trecho a seguir:

El conocimiento sobre la interculturalidad y la diversidad, el análisis de los contextos socio culturales y educativos han sido fructíferos en ese sentido. Pensar a los sujetos como productores de sentidos y procesos culturales (entre ellos las diferentes prácticas corporales que tienen su génesis en la cultura en la que se producen) ha sido significativo para esta producción.

O contexto apresentado pelos professores das universidades argentinas demonstra possibilidades encontradas no meio acadêmico em se discutir questões culturais, o que pode fazer emergir espaços férteis ao campo da educação física no país. A cultura escolar remete à educação como um todo e, não especificamente, à educação física. Entretanto deve se pensar tal discussão como mola propulsora aos debates da área, entendendo que, a educação física, enquanto componente curricular escolar, deve estar inserida nas discussões que permeiam a área educacional.

A partir desse entendimento, Cachorro (2003) destaca a importância em ver a educação física como ferramenta para “perceber e incluir nas análises aquelas práticas de tratamento corporal não padronizadas que incidem na formação corporal dos sujeitos nelas envolvidas” (CACHORRO, 2003, p. 224). Sob essa análise, o autor propõe a investigação das relações que configuram os processos sociais vigentes nos corpos dos estudantes, corpos repletos de sentidos e significados, por vezes, não tão aparentes.

Por fim, a pesquisa nos trouxe a compreensão de que, a cultura, no contexto da educação física escolar argentina é tratada de forma marginal, sem que os aspectos vinculados a elas sejam levados em consideração pelos professores. Por vezes, o tema aparece de forma recorrente como ligado a conteúdos tradicionais da cultura local. Nota-se, que as diferenças culturais não são versadas nas aulas, prevalecendo discursos que busquem homogeneizar as classes e as práticas corporais dos estudantes. Todavia, o interesse pela discussão junto à temática aparece nas respostas de ambos os professores, atentando-se que o fato se dá por conta, principalmente, pela inserção das ciências humanas e sociais no debate da educação física no país, bem como discussões realizadas em pesquisas de uma das universidades que compõe a investigação.

Considerações finais

A pesquisa em questão teve por investigação acerca da educação física escolar na Argentina, buscando entender como o trato junto à cultura ocorre nesse tempo-espaço. Tal objetivo estruturou-se, principalmente, a partir da memória de professores que constituem o campo e atuam na formação inicial dos professores de educação física do país. A partir daí, desdobramentos tornaram-se possíveis, evidenciando-se um campo fértil para se pensar como a cultura é tratada no contexto da educação física escolar argentina, principalmente no contexto público do país.

O desenvolvimento da pesquisa apresentou como principais limitações a falta de disponibilidade das IES argentinas em promover a interlocução com a pesquisa, ou seja, o não retorno aos contatos estabelecidos dificultaram análises assertivas acerca das temáticas investigadas. Destaca-se que as respostas obtidas via questionário *online*, de apenas duas pesquisadoras, acrescidas das leituras realizadas que envolvem a temática, nos permitiram tecer considerações.

Por fim, no que concerne à centralidade da cultura, nas aulas de educação física, seu trato é feito de forma marginal, abordada, muitas vezes, somente junto a projetos que tratam de jogos tradicionais representativos de dada região do país; todavia, há interesse crescente em debates que discutam o termo *Cultura Corporal*, principalmente, a partir de projetos desenvolvidos em uma das universidades selecionadas. Ainda, o hábito de trabalhar com a temática cultura nas aulas de educação física escolar argentina encontra-se escasso, prevalecendo um discurso hegemônico, fazendo com que as minorias devam adaptar-se às majorias.

Referências

BETTI, M. Educação física e cultura corporal de movimento: uma perspectiva fenomenológica e semiótica. **Revista da Educação Física/UEM Maringá**, v. 18, n. 2, p. 207-217, 2. sem. 2007.

BRACHT, V. **Educação Física escolar e lazer**. In: Christiane Luce Gomes Werneck; Hélder Ferreira Isayama. (Orgs.). Lazer, Recreação e Educação Física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 147-172.

BRACHT, V.; CRISÓRIO, R. (Orgs.). **A educação física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. 2003. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

CACHORRO, G. Cultura escolar e educação física: uma abordagem etnográfica. In Valter Bracht; Ricardo Crisório. (Org.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas.. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2003.

DAOLIO, J. A Cultura da Educação Física Escolar. **Motriz** (Rio Claro), Instituto de Biociências/UNESP, v. 9, n.1, p. S33-S37, 2003.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2010.



OLIVEIRA, M. A. T.; VILLA, M. E. Educação Física, corporalidade e escola. In: Valter Bracht; Ricardo Crisório. (Org.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2003.

VILLA, M. E. O corpo na educação física escolar. In: Valter Bracht; Ricardo Crisório. (Org.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2003.

JOGOS E BRINCADEIRAS NAS MEMÓRIAS DE ESCRITORES BRASILEIROS

Vivian Iwamoto¹Renato Nésio Suttana²

Resumo: O presente trabalho apresenta jogos e brincadeiras nas memórias de três autores da literatura brasileira: Graciliano Ramos (1986), Rubem Alves (2005) e Manuel Pacheco Júnior (2011). Para compreender os conceitos de jogo apoiamos-nos em Caillois (1990), Vigotski (2007; 2009) e Kishimoto (1993; 2008), e sobre a relação entre literatura e memória, amparamo-nos em Candido (1985) e Bosi (1994). Percebeu-se que as brincadeiras são reproduzidas ou reinventadas socialmente.

Palavra-chave: Jogos e brincadeiras. Literatura memorialística. Literatura brasileira.

Introdução

Jogar ou brincar se manifestam como características fundamentais e inerentes do ser humano, e este fato é comumente retratado pelas memórias de quem já passou do momento de infância. Do ponto de vista social, o jogo, para além do momento lúdico (Vigotski, 2009), permite que a criança fuja de sua realidade e satisfaça suas necessidades imediatas, internalizando as regras morais e ascendendo a um nível de conhecimento acima daquele em que se encontrava. A partir disso, para entender a infância, conforme a configuração do relato autobiográfico, faz-se necessária também a compreensão do contexto de vida e suas relações nas falas dos sujeitos.

Desse modo, propomos, como objetivo do presente estudo, identificar e compreender as características, as categorias ou simplesmente a vivência dos jogos e brincadeiras no âmbito das narrativas memorialísticas, bem como suas contribuições para a formação do sujeito. Recorreremos para isso ao estudo das obras memorialísticas *Infância* (1986), de Graciliano Ramos, *O velho que acordou menino* (2005), de Rubem Alves, e *Moleque: memórias de um menino de 80 anos* (2011), de Manuel Pacheco Júnior.

Acreditando que os jogos e as brincadeiras se constituem a partir de certas características e categorias, baseamo-nos principalmente nas teorias de Caillois (1990), Vigotski (2007; 2009) e Kishimoto (1993; 2008) para estabelecer alguns parâmetros do estudo. A fim de entender melhor a relação entre a literatura e memória, apoiamos-nos nos estudos de Candido (1985) e Bosi (1994). De modo geral, esta pesquisa tem o intuito de contribuir para o entendimento de algumas concepções acerca do jogar e do brincar, discutindo suas complexidades e enfatizando sua importância na sociedade moderna, conforme refletida pelos autores nas obras.

Jogos e brincadeiras

Como ponto de partida, admitimos com Elkonin (1998, p. 13) que “a palavra ‘jogo’ não é um conceito científico *stricto sensu*: [...] não temos, até hoje, uma delimitação

¹ Mestranda no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. viviantiaki@hotmail.com

² Profº. Dr. da Faculdade de comunicação, artes e letras - FACLE da UFGD. renatosuttana@ufgd.edu.br

satisfatória, das diferentes formas de jogos”. Nessa consideração, percebemos que a concepção de jogo pode receber diferentes interpretações e ser descrita de formas diversas. De qualquer modo, acreditamos, em princípio, que está intimamente ligado à infância, isto é, histórico-culturalmente determinado pelas manifestações sociais.

Assim, na concepção de Caillois (1990), entende-se que a noção de jogo pode ser apresentada em seis características. A primeira diz que o jogo se faz *livre* por oportunizar a decisão em participar pela própria vontade do indivíduo. Além disso, o jogo pode ser *delimitado*, realizando-se num tempo – o iniciar e o terminar do próprio jogo – e num espaço determinados – tabuleiro, estádio, pista, ringue, palco, etc. Outra característica, *incerta*, dado o improvável resultado que se quer conquistar, ganhando ou perdendo, ou até pela probabilidade de haver ou não o prazer em decorrência deste.

Igualmente, caracteriza-se como *improdutivo*, pois não gera bens, nem riqueza, mesmo nos jogos que envolvem apostas, uma vez que o jogo é ocasião de gasto total, de tempo, de energia, de destreza e, muitas vezes, de dinheiro. No mesmo sentido, o jogo é *regulamentado*, por ser normatizado e obedecer a convenções que devem ser seguidas. Por fim, para o autor, o jogo é uma atividade *fictícia*, devido à situação criada, em que acontece algo fora da realidade.

Ainda, Caillois (1990) aponta quatro categorias diferenciadas, sendo elas: *Agôn*, que é o jogo de competição, num concurso incessante para demonstrar e medir habilidades sem causar sérios danos ao antagonista. Em *Alea*, o jogo é passivo e implica vencer o destino mais do que o adversário. Por sua vez, em *Mimicry*, sob os aspectos imaginários, adota-se o comportamento de um personagem ilusório, fazendo crer que se é outra pessoa, utilizando-se de mímicas e disfarces. Já em *Ilinx* os jogos são associados à busca da vertigem, em uma tentativa de desequilibrar a percepção corporal, provocando mal-estar e espasmos de um pânico momentâneo.

Para Vigotski (2007), por sua vez, a característica definidora do brincar não é o prazer, já que este pode vir acompanhado por contradições, isto é, haverá momentos que não serão prazerosos de vivenciar, como algum resultado desinteressante para a criança ou porque existirão outras atividades mais prazerosas. Segundo este autor, “no brinquedo a criança cria uma situação imaginária” (p.109), que aparece de modo explícito como no caso do jogo de faz-de-conta, ou implícito como no jogo de regras. Assim, afirma o autor que em todo tipo de brincadeira existem regras, até mesmo no jogo de faz-de-conta, uma vez que há convenções que regem o comportamento, e estas têm relação com as regras morais e culturais da sociedade.

Dessa forma a criança, ao brincar, é influenciada pelas atividades humanas e pelas relações interpessoais. Isso é expresso quando uma situação imaginária é criada por ela para a satisfação de suas necessidades não possível na realidade. Assim, “para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos de brinquedo” (VIGOTSKI, 2007, p.108-109).

Isso possibilita que a criança atinja níveis mais altos de desenvolvimento, implicando a aquisição dos processos psicológicos superiores (atenção voluntária, memória, abstração, comportamento intencional). Como conceitua Vigotski (2007), a criança pode se ascender do Nível de Desenvolvimento Real, solucionando problemas de forma independente, ao Nível de Desenvolvimento Potencial, momento dependente de pessoas mais capazes. O espaço entre eles, a Zona de Desenvolvimento Proximal, na

qual um brinquedo, um adulto ou outra criança atua como mediador do processo de aprendizagem, faz com que a criança se comporte de maneira superior ao de costume.

Dessa maneira, abarcamos os *jogos tradicionais infantis*, identificados por Kishimoto (1993). Sabe-se que a procedência desses jogos se baseia na origem do povo brasileiro, isto é, na miscigenação de três etnias: indígena, branca e negra. Sendo parte da cultura popular, não se conhece sua origem exata por serem transmitidos pela oralidade de geração em geração. Por não serem cristalizados, tornam-se um elemento folclórico, que pode tanto preservar sua estrutura inicial, quanto modificar-se, recebendo novos conteúdos, a depender da convivência social.

Sendo assim, a etnia Branca, enquanto povo colonizador, estabeleceu relações de dominação com os outros povos, expressos nos jogos que submetem as crianças ao medo, tais como bruxas, bicho-papão, amarelinha, pião, bolinha de gude, etc. Já a Indígena, pela tendência de preparar-se para as atividades da vida adulta, como lidar com a natureza e harmonizar-se a ela, enfatiza a cooperação para a sobrevivência. São brincadeiras de caça, pesca, nado, cama de gato, entre outros. No que diz respeito à etnia Negra, indiciando os maus tratos relativos à escravidão, o contexto das brincadeiras se resume em perseguições e “judiarias”, tais como beliscar, pega-pega, tentar destruir a pipa do outro, etc. Assim concorda Kishimoto (2008, p.17) em dizer que “dessa forma, enquanto fato social, o jogo assume a imagem, o sentido que cada sociedade lhe atribui. É este aspecto que nos mostra por que, dependendo do lugar e da época, os jogos assumem significações distintas”.

Literatura e memória

A memória aponta para a possibilidade do registro das vivências, no qual se torna relevante o resgate das lembranças. Essas lembranças inevitavelmente se conservam por força da imaginação contaminada pelos desejos da emoção e da vivência atual. Com a pretensão de representar o real, a literatura memorialística pode impetrar um pensamento que se põe em constante dúvida, isto é, que admite múltiplas verdades, dado o seu estatuto ficcional.

Segundo Rodrigues (2014, p. 839), “o memorialismo é, sobretudo, experiência vivida e revivida no território da temporalidade, onde se apresenta principalmente como discurso de retrospecto.” Esse tempo da narrativa se explicita a partir de três enfoques: o cronológico, o psicológico e o histórico, nos quais tal discurso abrange todas essas possibilidades, uma vez que a configuração memorial se processa como tema e técnica narrativa: “A sistemática retroativa provoca um efeito, o efeito memorial, ou memorialístico” (p. 839).

Em todo caso, o artista, sob o impulso criador, orienta-se pelos padrões de sua época, escolhendo certos temas e formas, a depender das condições que se encontra. E, na medida em que sua arte é explicitada, afirma-se a relação entre obra, autor e público, indispensável à literatura, na opinião de Candido (1985). O público, por sua vez, atribui sentido e realidade à obra, vinculando o autor a ela, uma vez que a possibilidade do ser humano poder criar num dado tempo e lugar é a expectativa de conseguir reagir com outro em outro tempo e lugar. Essa tríade constitui um sistema simbólico de comunicação inter-humana e talvez isso explique a essência da manifestação artística, ajudando a compreender a formação e destino das obras (CANDIDO, 1985).

Representar o mundo pelas percepções vividas e repassar ao outro estas impressões através da literatura memorialística, ajuda a conservar e a comunicar a lembrança de eventos que irão suscitar no leitor reflexões acerca de sua própria história. Quanto a isso, reflete Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. [...] Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1994, p.55)

Mediante o estudo de obras memorialísticas, podemos perceber que sua expressão se baseia não apenas nas impressões, marcadas pelas lembranças de uma época e de uma localidade, mas também na materialização de uma inventividade que demonstra uma concepção de vida e linguagem que anseia atingir o outro. Foi dessa maneira que interpretamos o item a seguir.

Os jogos nas memórias literárias

Para prosseguir fizemos uma análise interpretativa dos dados, buscando estabelecer aproximações a partir das características e categorias apresentadas anteriormente. Uma brincadeira que os livros de memória de Graciliano Ramos, Rubem Alves e Pacheco Jr, tratam em comum é o *futebol*, configurado na forma popular da “pelada”. Essa modalidade que os autores admitiram ter jogado com a vizinhança, pode ser compreendida aqui sob a categoria *Agon* de Caillois (1990), devido à sua conformação competitiva e a sua dependência às regras.

Isso se aplica também ao ato de brincar de *bola de gude* (ALVES, 2005, p. 183), à *cabra-cega* (RAMOS, 1986, p. 139-140) e ao *acusado* (PACHECO JR, 2011, p. 38). Em *Agon*, temos ainda o *gamão* e o *solo*, de que fala Graciliano (1986, p. 52): “Os mesmo jogos de gamão e solo transmitiam-se de geração a geração”. Já Alves (2005, p. 184) ressalta a o jogo de *dama*. Além deles, havia o *bocha*, presente na infância de Pacheco Jr. (2011, p.43): “Na parte da tarde a gente brincou um pouco jogando bochas”. A *sinuquinha* (ALVES, 2005) e o *pique-esconde* (PACHECO JR, 2011), além de serem *Agon*, fazem parte das brincadeiras tradicionais infantis que Kishimoto (1993) conceitua.

Outra brincadeira tradicional da infância são as *rodeiras* ou o *carrinho de rolimã* que Alves (2005, p.184) conta sobre sua produção diferenciada: “para os nossos carrinhos de rolimã, que não eram de rolimã, eram de rodeira, porque se fossem de rolimã ficariam atolados na terra fofa ou no barro.” Conforme Kishimoto (2008, p.21), o brinquedo “enquanto objeto, é sempre suporte da brincadeira. É o estimulante material para fazer fluir o imaginário infantil.” Por isso, descer a ladeira com o *carrinho de rolimã* só se faz possível se houver o carrinho. Além disso, essa brincadeira proporciona espasmos momentâneos, no sentido de desequilibrar a percepção corporal em busca da vertigem, por isso, categoriza-se em *Ilinx*. Com essas características, podemos alegar

igualmente que o *balanço*, o *equilibrar o cabo* (ALVES, 2005), ou o simples fato de *rodar rapidamente em volta de si mesmo* (RAMOS, 1986) fazem parte desta categoria.

Ainda em Ilinx, havia a ação de *subir em árvores*, seja para colher ou roubar frutos, ou para brincar de casinha. Os três autores memorialistas apreciavam esse momento: “Nunca tive uma casinha no alto de uma árvore. Mas tive muitos ‘altos de árvore’ que era a minha casinha” (ALVES, 2005, p.193); Ao passo que Pacheco Jr (2011, p. 49) registrou: “Todos estão trepados nas árvores chupando frutas ou simplesmente brincando.” Hoje em dia não é muito comum as crianças subirem em árvores para brincar. Isso talvez decorra da diminuição dos espaços arborizados nas cidades e da consequente modificação na arquitetura das casas que perderam os grandes quintais, além do aumento da violência e da insegurança nos bairros. Com tal ideia concorda Marcellino (2002), quando alega que há um “furto” do componente lúdico da criança, na restrição de seu tempo e espaço, e, consequentemente, uma dominação cultural exercida pelo adulto sobre os mais novos.

Já em Alea, em que o jogo é passivo e se orienta em vencer mais o destino do que um inimigo, contando com a sorte, citamos o *jogo do bicho*, que Pacheco Jr tentou jogar escondido dos pais e conseguiu vencer, ganhando vinte e dois cruzeiros. Brincava também de adivinhar o número da locomotiva que chagava à estação de trem: “Como quase todos os dias a gente fica esperando o rápido para alisar as tampinhas, apostamos quem adivinha o número da locomotiva, pelo apito” (PACHECO, 2011, p.36).

Barquinhos de papel, carrinhos de latas, bonecos de barro ressurgem nas memórias de Ramos (1986, p.199): “Eu vestia roupas ordinárias, usava tamancos, enlameava-me no quintal, engenhando bonecos de barro, falava pouco.” No mesmo sentido, *tenda de lençol, caminhõezinhos, bonequinhos e chapéu de papel, bonecas e ursinhos* são mencionados por Alves (2005, p.136). No caso de Pacheco Jr, *vaquinhas de manga e pauzinhos, caminhãozinho de caixa de fósforos e cavalinho de cabo de vassoura* são lembrados e na passagem diz que gostava de “brincar à sombra da mangueira de manga-coco fazendo vaquinhas com mangas verdes caídas, pés e chifres de palitos ou pauzinhos” (2011, p.25). Estes são alguns exemplos da categoria Mimicry.

Além dessas brincadeiras, o *pião* se consolida como uma brincadeira tradicional infantil (KISHIMOTO, 1993, p.25). Tal brincadeira é mencionada pelos três autores. Ramos (1986, p.123) admirava o jogo: “Os garotos soltavam os livros, fechavam com rumor as caixinhas, ganhavam a rua numa algazarra, iam jogar pião nas calçadas.” Pacheco Jr (2012) afirma na entrevista: “O jogo do pião até hoje existe né... [...] Não era muito fácil não, né...”. Já Rubem Alves o aprendera pela mediação de alguém mais experiente: “Eu olhava os craques, observava como eles faziam, o jeito de enrolar a fieira, o jeito de segurar o pião, o movimento do braço para lança-lo. Tentava fazer do jeito que eles faziam. Mas não acontecia. O pião não rodava. Até que um dia, por puro acidente, o pião rodou” (ALVES, 2005, p. 243).

Alves retrata também sobre o *papagaio*, uma brincadeira que possui diversas nomeações, tais como curica, pipa, cafifa, pandorga, arraia, quadrado e raia (KISHIMOTO, 1993). Ramos (1986, p. 125) chegou a vivenciá-la: “Ofereceram-me um carretel de linha, mandaram-me comprar uma folha de papel vermelho, grude, pedaços de tábua, e fabriquei no alpendre um papagaio que não voou”. Igualmente tradicional, a *peteca* de palha, com penas de galinha, Alves (2005) fazia com sua mãe.

As brincadeiras de *perseguição* ou de *esconderijo*, que encontramos em Pacheco Jr (2011), consideram-se igualmente como tradicionais infantis, decorrentes das práticas geradas no âmbito da escravidão com a fuga dos negros e que hoje em dia possui outras variantes. No contexto das “judiarias” do branco em relação ao negro, há também *sela parada* e *sela corrente*.

Pelas práticas da caça e pesca, tradicionais entre os indígenas, temos os *estilingues* e as *arapucas*. Assim explicita Alves: “Caça é desafio. [...] Tudo a caça é isso: artifícios técnicos para pegar o que não quer ser pego. Redes, anzóis, covos, visgos, flechas, fundas, zarabatanas, estilingues, espingardas. Pois eu estava com o meu primeiro estilingue” (ALVES, 2005, p. 218-219). No entanto, além de caça, o uso de *estilingue* pode ser usado para treinar a pontaria ou fazer outras travessuras, como admite Pacheco Jr em suas memórias:

O estilingue faz parte das coisas de uso obrigatório de um moleque. Nem sempre é usado como arma para atirar em passarinhos. A gente se diverte atirando em frutas maduras como mangas e laranjas, chegando até a derrubá-las acertando nos pendões entre elas e os galhos, não as machucando. Também treinando pontaria em isoladores de louça nos postes de linhas telefônicas ou elétricas (PACHECO JR, 2011, p. 68).

Considerações finais

Apreende-se que, entre os jogos e as brincadeiras, a possibilidade de determinar com precisão as categorias e as origens históricas torna-se um tanto desafiador, já que as misturas de características, etnias, tradições, costumes e culturas também não estão delimitados em fronteiras rígidas. Percebe-se que os jogos e as brincadeiras, embora de épocas, lugares e de contextos diferentes, se aproximam e são reproduzidos ou reinventados socialmente. Vão se modificando à medida que as condições reais também se modificam, e a partir disso o contexto igualmente se faz compreensível. Conforme afirma Vigotski (2009, p. 79), “é fácil vermos em que medida a inventividade infantil se alimenta de impressões originadas na realidade, as reelabora e conduz as crianças a uma compreensão mais profunda na percepção da mesma realidade”.

Por fim, entende-se que os jogos são importantes na realidade infantil, para além da busca do prazer ou da mera descarga dos sentimentos e ansiedades que a ocupam. Eles fazem com que a criança aja de modo superior ao de costume, permitindo-lhe exercitar suas habilidades criadoras e dominar a realidade social. Com isso, auxiliam no desenvolvimento da aprendizagem, ficando evidente que não apenas contribuem para a formação do indivíduo, como também enriquecem a cultura e a memória dos povos. Desprezá-los ou tomá-los como uma atividade menor dos seres humanos implica negar uma das características da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. *O velho que acordou menino*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.



BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. Trad. Marcus Vinícius Mazzari. v.17, São Paulo: Summus, 1984.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

ELKONIN, D. B. *Psicologia do jogo*. Tradução: Álvaro Cabral. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KISHIMOTO, T. (org). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 11 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, T. *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PACHECO JUNIOR, M. *Moleque: memórias de um menino de 80 anos*. Campo Grande: Editora Brasília Ltda, 2011.

PACHECO JUNIOR, M. Entrevista concedida a Vivian Iwamoto. Campo Grande, 2012.

RAMOS, G. *Infância*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

RODRIGUES, M. H. Ficção memorialística e estruturação cronológica. <<http://sgcd.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/miltonhermes.pdf>> (Acesso em Jun/2014).

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. Org. Michael Cole et al. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. *A Imaginação e a Arte na Infância*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

FUTEBOL DE VÁRZEA: CONSTRUÇÃO DO CAMPO EM PONTA GROSSA

Wendell Luiz Linhares¹

Edilson de Oliveira²

Miguel Archanjo de Freitas Jr³

Resumo: O objetivo do presente trabalho é mostrar como se dá a configuração do subcampo do futebol de várzea da cidade de Ponta Grossa. Realizamos uma revisão bibliográfica com trabalhos que abordam a temática, como aporte teórico utilizamos Bourdieu, foi realizada uma visita à sede da LFPG para coleta de alguns documentos. Sobre o subcampo concluímos que o título é o objeto de disputa e os agentes são os clubes de futebol, dentre eles uns possuem um maior capital pelo fato de já ter conquistado a liga.

Palavras-Chave: Futebol. Subcampo. Várzea.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de um trabalho maior que vem sendo desenvolvido pelo Programa de Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC, de Educação Física, vinculado a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, sobre futebol de várzea na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná. O PROVIC tem como objetivos: Realizar um levantamento e mapeamento através dos campos de várzea e competições esportivas de futebol existentes na cidade de Ponta Grossa e específicos; Identificar através de pesquisa documental como se deu o processo de formação do Campo Esportivo/Futebol na Cidade de Ponta Grossa; Criar um arquivo/catálogo dos campos de várzea que existem hoje na cidade de Ponta Grossa; Levantar a história de como surgiu o campo naquela comunidade, quais atividades ocorrem nesse ambiente (ex: torneios), como é realizada sua administração;

Recorrendo a literatura que trata sobre a temática, encontramos diversos trabalhos (artigos, teses e dissertações), embora os trabalhos tenham sua especificidade, a partir da leitura dos mesmos, fica claro que o futebol de várzea transcende as quatro linhas. A partir disso temos como objetivo mostrar como se dá a configuração do subcampo do futebol de várzea da cidade de Ponta Grossa.

FUTEBOL DE VÁRZEA: MUITO MAIS ALÉM DAS QUATRO LINHAS

¹ Acadêmico de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Integrante do Grupo de Estudos Esporte Lazer e Sociedade – GEELASO, do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID wendell.luiz@hotmail.com.

² Acadêmico de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Integrante do Grupo de Estudos Esporte Lazer e Sociedade – GEELASO, do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID edilsonpgd@hotmail.com.

³ Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Orientador do Programa Voluntário a Iniciação Científica – PROVIC, Coordenador do subprojeto PIBID Educação Física (UEPG), mfreitasjr@uepg.br.

O objetivo de abrir o presente tópico vem no sentido de mostrar através do que vem sendo publicado e discutido no meio científico e acadêmico sobre o futebol de várzea, e que muito mais do que mostrar um espaço o qual ocorre o jogo em si, é mostrar a construção de outros significados, os quais acabam transcendendo as linhas do campo.

Desde privilégios concedidos ao indivíduo pelo fato de pertencer a um time de futebol de várzea pelo fato do time representar certa categoria, modos de organizações diferentes que se aproximam do futebol profissional, outros que acabam se distanciando do mesmo ou pelo fato do ambiente formar um lugar de lazer, sociabilidade entre os indivíduos que passam a compartilhar sentimentos, a criar uma identidade e pertencer a determinado grupo formando de certa maneira uma “família”.

De acordo com a literatura encontrada sobre futebol de várzea, alguns estudos como Rigo et al (2010) pretendem verificou como se encontra a situação do futebol de várzea em Pelotas – Rio Grande do Sul, tendo como base a tradição futebolística da cidade e sua situação atual no país. Para isso autor utiliza a etnografia interpretativa, (observações, registros escritos e fotografias), entrevistas semi-estruturadas e da análise de documentos, o estudo foi realizado no Campeonato Praiano e no Campeonato Citadino, competições organizadas pela Liga Pelotense de Futebol Amador (LPFA). O autor conclui que em Pelotas o futebol de várzea está longe de acabar e continua a ser uma das principais práticas de lazer esportivo das classes trabalhadoras da cidade.

Miskyw e Stigger (2014) buscam analisar a organização do futebol de “várzea”, uma vez que a expressão “várzea” quase sempre é usada como sinônimo de desorganização. Resulta em dois modelos de categorias, a primeira é a “mais próximo do profissional” isso quer dizer que sua configuração se dá de forma semelhante, através de uma liga, documentos e procedimentos burocráticos, o segundo é “aqui é várzea”, “denota de um universo simbólico em que as imbricações com aquilo que ‘não seria do futebol’ deixam de figurar como heresias e. ao contrário, tornam-se fundamentais na própria sustentação do círculo futebolístico investigado, [...]”. (MISKYW E STIGGER, 2014).

Em outro trabalho Stigger (2014) analisa dois grupos que jogam futebol na várzea o Ararigbóia e a Redenção. Em sua análise, Stigger mostra que embora tenham contextos parecidos e grupos parecidos, eles acabam se diferenciando em vários aspectos. O grupo de Ararigbóia, por exemplo, praticam o futebol de uma forma muito próxima ao futebol oficial, isto é, visando o rendimento e a performance. Já o grupo Redenção visa à participação de todos, o importante para jogar é estar no dia e horário dos jogos, independente do desempenho esportivo dos indivíduos.

Miskyw (2012) realizou uma pesquisa etnográfica em Porto Alegre no circuito municipal da várzea, o qual estuda os significados na trajetória da socialização e circulação dos indivíduos ou grupos e a circulação desses dentro do circuito. Através do estudo emergiram quatro categorias para análise: “aqui é a várzea, não é o profissional”; “o clube de hoje é um jogo de camisas”; “o que incomoda é a pressão que vem de fora”; e “hoje eles foram só para jogar bola”. O autor conclui o trabalho em que percebeu duas correntes que se apresentam de forma antagônicas. Uma corrente vai tentar purificar no sentido que o circuito funcione enquanto uma arena relativamente fechada,

enquanto outra corrente trata de algo misturado em que tramas e as trajetórias da vida não podem e nem dever ser deixadas de lado.

Dos Anjos et al. (2012), analisou a navegabilidade social de ex-jogadores de futebol em um clube de associados, formado por policiais militares e civis. O clube se organiza estruturalmente como uma instituição moderna com seu estatuto e instancias burocrática, entretanto se move tradicionalmente. Também, observou-se que os indivíduos que fazem parte do time de futebol de certa forma acabam por receber tipos de “privilégios” Campos analisa como se dá a sociabilidade no futebol amador no Amazonas. O autor identificou algumas formas de organização entre elas: Futebol relacionado aos festejos; Campeonatos amadores vinculados a Federação Amazonense; e Campeonatos que não possui vínculos com a Federação.

A partir do que tem sido publicado observou-se que os estudos apontam o futebol de várzea como uma “modalidade” que está longe de acabar, apresentando-se times em sua grande maioria de maneira organizada, tanto dentro como fora de campo com documentos (estatutos, regulamentos) e pertencentes a uma liga. Além da prática do futebol em si, o futebol de várzea se torna um ambiente de convivência e socialização e que em alguns casos pode proporcionar certos “privilégios” aos indivíduos.

Indo além de “apenas” praticar o futebol na várzea, a partir de uma perspectiva que vai muito mais além se faz necessário observar e compreender a lógica que se apresenta o determinado campo.

Assim, para a compreensão do campo vamos usar como aporte teórico o conceito de campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu e para isto, se faz necessário abrir um tópico.

AS CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DE DISPUTA

Quando vamos falar de campo, se faz necessário ficar atento para algumas características que são essenciais para a formação do mesmo, caso contrário o que teremos é apenas um espaço social.

Para a existência de um campo precisamos ter um objeto de disputa, o qual os agentes devem ter o interesse em disputá-lo. Para Bourdieu (1983, p. 89) “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo [...]”.

Dentro do campo vamos ter os agentes que serão dotados de um maior capital e por essa razão fazem parte do grupo dominante, logo, também vamos ter os agentes que irão possuir um menor capital e esses formarão o grupo que chamamos de dominados, estes, porém vão se opor aos dominantes travando uma luta de poder buscando obter um maior capital, com objetivo de dominar o campo. Bourdieu (1983 p.90), “A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”.

Sobre o termo capital usado por Bourdieu, Freitas Jr. (2006) mostra que o sociólogo francês buscando “compreender a atuação dos agentes dentro de um determinado campo, Bourdieu busca subsídios teóricos na economia, da qual ele empresta o conceito “Capital” e lhe atribui uma perspectiva social.”.

A posição dos agentes no campo está de acordo com o capital que o mesmo acumula, assim, é possível identificar quatro tipos de capitais: 1) capital econômico está relacionado a quantidade de bens materiais que o indivíduo possui; 2) capital cultural esse está pautado pela qualificação escolar ou possuir algum bem cultural; 3) capital social está relacionado ao conjunto de relações sociais que o indivíduo pode estabelecer e capital simbólico que está ligado ao reconhecimento que o indivíduo pode ter perante os outros.

O campo possui certa autonomia, isto é, esta autonomia é relativa, pois pode receber influência de outros campos, nesse sentido “Como exemplo podemos citar o campo esportivo, que cada vez mais tem uma dependência do campo político, econômico e midiático.” (SANFELICE, 2010, p.138).

Assim, sendo essas as características para constituir um campo, podemos agora mostrar a lógica do campo do futebol de várzea na cidade de Ponta Grossa estado do Paraná.

METODOLOGIA

Para realizar a montagem do campo do futebol de várzea da cidade de Ponta Grossa e mostrar a lógica de disputa do mesmo em um primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica a qual nos possibilitou, através dos estudos publicados (artigos, dissertações e teses), compreender que o futebol de várzea transcende o jogo.

Num segundo momento, foi realizada uma visita à sede da Liga de Futebol de Ponta Grossa, visita essa nos resultou como produto, a coleta de alguns documentos, através dos quais nos possibilitaram realizar a leitura e nos deram os elementos para montagem do campo esportivo do futebol de várzea da cidade de Ponta Grossa e assim mostrar sua lógica e atingir o objetivo proposto do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na cidade de Ponta Grossa, local onde a pesquisa está sendo realizada, e o campo esportivo de futebol amador se configura da seguinte forma: Organizado e institucionalizado pela da Liga de Futebol de Ponta Grossa (LFPG), a qual é filiada a Federação Paranaense de Futebol. A LFPG foi fundada em 12 de março de 1928, e em 2014 completou 86 anos, tem sua sede situada na rua Balduino Taques, nº 1170 – Centro, possui cerca de quinze clubes filiados. A LFPG jamais deixou de promover esta competição e que é a única entidade que não ficou sob tutela do poder público, pois todas as outras ligas de Ponta Grossa em algum momento da sua história foram para as mãos da secretaria de esportes do município e acabaram deixando de promover os campeonatos. A LFPG tem como presidente o Sr. Cesar Roberto Pitela, o qual esteve e está a frente da referida instituição nas gestões dos anos 2006/2008, 2009/2011 e 2012-2014.

O campeonato organizado pela LFPG segue as regras estabelecidas pela FIFA e possui um regulamento interno do próprio campeonato em que estabelece sobre os times as inscrições e homologações do mesmo, fórmula do campeonato, critério de desempate, legislação desportiva, adiamento e suspensão da rodada, validade da partida, registro e condições dos atletas, segurança nas partidas, campos de jogos, do

jogo em si, uniforme, equipes de arbitragens, medidas para falta ou abandono do time em partidas ou no campeonato.

A galeria dos Campeões desde mil novecentos e vinte e oito é composta por: Operário S. C. – 1928-1929-1930-1932-1934-1936; Operário F. E. C. – 1937-1938-1940-1941-1943-1945-1946-1947-1949-1952-1953-1955; Guarani E. C. – 1931-1944-1948-1950; Nova Rússia E. C. – 1933; Olinda E. C. – 1935-1978-1983-1994; Pinheiral E. C. 1939; União C. Alegre – 1942-1951; Caramuru E. C. – 1954; Palmeiras E. C. – 1956-1957-1958-1960-1964-1989; Wilson E. C. – 1959-1962; América P. F. C. – 1963-1966-1967-1968-1969-1974-1976-1979-1984-1985-1986-1987-1988-1990-1991-1992-1993-1997-1998-2000-2004-2007-2012; Ponta Grossa E. C. – 1965; Cerâmica 12 de Outubro – 1970; Monofil E. C. – 1971-1972-1975-1977-1980-1981-1982; A. A. Blue Star – 1973; Scheifer E. C. – 1994; A. Excondedinho – 1996-1999; Valada F. C. – 2001-2002; Itaiacoca E. C. – 2003-2005; U. Ipiranguense – 2006; ARCAMP – 2008; Santa Paula E. C. – 2009; Comercial F. C. – 2010; A. Esportiva W-3 – 2011; SERP-Carambeí – 2013.

O clube que mais ganhou títulos foi o América P. F. C.(23) se apresenta como hegemônico no campo em disputa e mesmo não ganhando desde 2004, se mantém sendo como o maior vencedor de todos os tempos da LFPG.

Quinze clubes disputam o campeonato no na temporada de 2014 e desses quinze os oito primeiros já conquistaram o campeonato ao menos uma vez, sendo assim podemos dizer que esses times acumularam capital simbólico, bem como capital cultural, são eles: 1) SERP – Carambeí; 2) Palmeiras E. C.; 3) A. A. Ipiranguense; 4) ARCAMP; 5) Assoc. E. W-3; 6) América P. F. C.; 7) STA. Paula E. C.; 8) Olinda E. C.; 9) Clube Princesa dos Campos; 10) A. M. Pq. Do Café; 11) União C. Alegre E. C.; 12) G. E. Vila Velha; 13) Bordeaux Tel. Borba; 14) A. F. A. STA. Cruz; 15) Metalurgente E. C.. Desses clubes dois deles fazem parte de outras cidades Carambeí representada pelo SERP - Carambeí e Telêmaco Borba, representada pelo Boudeaux Tel. Borba respectivamente.

O modelo atual de disputa do campeonato estabelecido pela LFPG é com divisão das equipes em dois grupos, essa divisão se dá através de um ranking já definidos em arbitral. Os times jogam entre si dentro do grupo sorteado, em turno único, tendo como produto a classificação de quatro equipes. As equipes classificadas se enfrentarão em cruzamento olímpico em duas partidas de ida e volta as melhores equipes tem a vantagem de decidir o confronto no seu estádio. Nas semifinais os times melhores classificados tem o segundo jogo como mandante e jogam por dois resultados iguais, nas finais as equipes vencedoras também disputam duas partidas, o time de melhor campanha joga a segunda partida em seu estádio e em caso de empate ou resultados iguais nas somas do placar agregado (Time “A” 1x0 Time “B”; Time “A” 0x1 Time “B” – ida e volta placar agregado 1x1), a disputa será definida em cobranças de penalidades máximas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em contexto diferentes algumas situações se apresentam de forma muito parecidas com o que encontramos na literatura. Em Ponta Grossa, o futebol de várzea é institucionalizado, possui um órgão (LFPG) que é responsável pelo desenvolvimento do campeonato como um todo, possui uma diretoria e estabelecem

juntamente com os representantes de cada time fórmula de disputa do campeonato entre outros aspectos.

O clube para participar do campeonato amador de Ponta Grossa necessita estar filiado junto a liga a qual é filiada junto a Federação Paranaense de Futebol. O que fica claro é que mesmo o campeonato não sendo profissional, mantém da mesma forma toda uma organização através das regras e regulamentos previstos e estabelecidos em arbitrais.

O título é o objeto de disputa do presente campo, sendo assim, os agentes são os clubes de futebol, dentre eles uns possuem um maior capital seja, econômico, cultural, social ou simbólico pelo fato de já ter conquistado a liga.

Ainda não sabemos dizer de que forma o acúmulo de capital, influencia no presente campo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. ALGUMAS PROPRIEDADES DO CAMPO, In: **QUESTÕES DE SOCIOLOGIA**. p. 89 – 94. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

DOS ANJOS, José Luiz. et al. **Futebol e sociabilidade: faces tradicionais e modernas de um clube de futebol**. Revista Movimento, Porto Alegre, v.18, n. 02, p. 102 -127, Abr/jun. 2012.

FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo. **CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU PARA O ESTUDO DO ESPORTE** . The FIEP Bulletin. Foz de Iguaçu/PR. p.225 - 228, 2006.

MISKYW, Mauro. **NAS CONTROVÉRSIAS DA VÁRZEA**: Trajetórias e retratos etnográficos em um circulo de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012, 415 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MISKYW, Mauro. STIGGER, Marco Paulo. **O futebol “de várzea” é “uma várzea”!? Etnografia da organização o circuito municipal de Porto Alegre**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 445-469, abr/jun. 2014.

RIGO, Carlos Luiz. et al. **Notas etnográficas sobre o futebol de várzea**. Revista Movimento, Porto Alegre, v.16, n.3, p.155-179, jul/set. 2010.

SANFELICE, Gustavo Roese. **Campo Midiático e Campo Esportivo**: suas relações e construções simbólicas. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Campinas, v. 31, n. 2 p. 137- 153, jan. 2010.

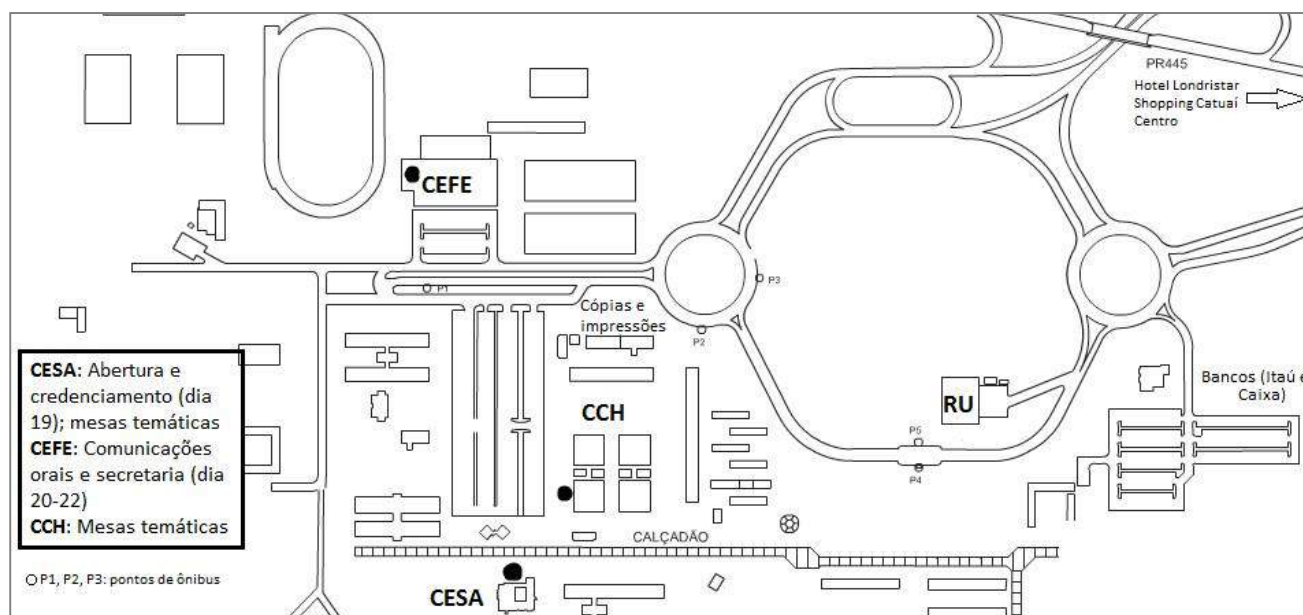
STIGGER, Mauro Paulo. **Futebol de Veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano**. Revista Movimento. Ano: IV. n.7. 1997.

PROGRAMAÇÃO GERAL

QUADRO DE HORÁRIOS/ATIVIDADES

HORÁRIO	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
08:00 – 12:00	-----	-----	Visitação ao centro de Londrina	-----
14:00 – 16:00	-----	Comunicações Credenciamento Salas do CEFE	Mesa 5 Anfiteatro do CESA	Comunicações Salas do CEFE
16:30 – 18:30	Credenciamento Anfiteatro do CESA	Mesa 2 Sala de eventos CCH Mesa 3 Anfiteatro do CESA	Mesa 6 Anfiteatro do CESA	Mesa 8 Anfiteatro do CESA Mesa 9 Sala de eventos CCH
18:30 – 19:00	-----	Coffee-break Anfiteatro do CESA	Coffee-break Anfiteatro do CESA	Coffee-break Anfiteatro do CESA
19:15 – 21:30	Abertura - Mesa 1 Anfiteatro do CESA	Mesa 4 Anfiteatro do CESA	Mesa 7 Anfiteatro do CESA	Mesa 10 Anfiteatro do CESA
	Ponto de Encontro <i>Sr. Zanoni</i>	Ponto de Encontro <i>Casa da Cachaça</i>	Confraternização <i>Valentino Bar</i>	Avaliação Encerramento

MAPA DOS LOCAIS DAS SESSÕES



PROGRAMAÇÃO MESAS TEMÁTICAS

19/08/14 (TERÇA-FEIRA)

16h30 – 18h00: Credenciamento (Local: Anfiteatro do Centro de Estudos Sociais Aplicados-CESA)

19h00 – 19h30: Solenidade de abertura (Local: Anfiteatro do CESA)

19h45 – 22h00: Mesa 1 - Abertura: “Esporte: naturezas históricas na relação entre Estado e Sociedade” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ) e Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr. (UFPR). Coord.(a) Profa. Dra. Larissa Michelle Lara (UEM).

20/08/14 (QUARTA-FEIRA)

14h00 – 16h00: Sessão de comunicação (Local: Salas do Centro de Educação Física e Esporte-CEFE)

16h30 – 18h30:

Mesa 2 – “Fontes e métodos em história da Educação Física, Esporte e Lazer” (Local: Sala de eventos do Centro de Letras e Ciências Humanas-CCH)

Prof. Dr. Célio da Costa Juvenal (UEM), Prof. Dra. Magda Sarat (UFGD), Prof. Dr. Thiago Pelegrine (UEL) e Prof. Dr. Ricardo Lucena (UFPB). Coord.(a) Prof. Drdo. Anísio Calciolari Jr. (UEL).

Mesa 3 – “Práticas e prescrições sobre o corpo: a dimensão educativa dos métodos ginásticos” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dra. Andrea Moreno (UFMG), Prof. Dra. Carmen Lúcia Soares (UNICAMP), Prof. Dr. Edivaldo Góis Jr (UNICAMP) e Prof. Dra. Evelise Quitzao (UNICAMP). Coord.(a) Profa. Dra. Marilene Cesário (UEL).

18h30 – 19h00: Intervalo / *Coffee-break* (Anfiteatro do CESA).

19h15 – 21h15: Mesa 04 – “Copa do mundo de futebol no Brasil: naturezas históricas na relação entre Estado e Sociedade” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dr. Antonio Jorge Gonçalves Soares (UFRJ), Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro (UFPR) e Prof. Dr. Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires (UEL). Coord.(a) Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo (UEM).

21/08/14 (QUINTA-FEIRA)

09h00 – 12h00: Visitação ao Museu e ao Centro da Cidade de Londrina. (saída Hotel Crystal Palace)

14h00 – 16h00: Mesa 5 – “Esporte nas cidades brasileiras: fontes e práticas de pesquisas” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dr. Carlos Fernando Cunha Jr. (UFJF), Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior (UFBA) e Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias (UFMG). Coord.(a) Prof. Dr. Ricardo Lucena (UFPB).

16h30 – 18h30: Mesa 6 – “Esporte e Educação Física: história, representações e gênero” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dra. Marizabel Kowalski (UFV), Prof. Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS) e Prof. Dr. Sebastião Josué Votre (UGF). Coord.(a) Profa. Dra. Maria Helena Câmara Lira (UFRPE).

18h30 – 19h00: Intervalo / *Coffee-break* (Anfiteatro do CESA).

19h15 – 21h15: Mesa 7 – “Lazer: naturezas históricas na relação entre Estado e Sociedade” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dr. Ademir Gebara (UNICAMP), Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida (USP) e Prof. Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel (UEM). Coord.(a) Prof. Dr. Jorge Both (UEL)

21h30 – Confraternização – Valentino Bar (Show “Tonho da Costa e Meire Rodrigues”)

Rua: Faria Lima, n. 486, Londrina. R\$ 7,00 (ingresso no local). <http://www.barvalentino.com.br/>

22/08/14 (SEXTA-FEIRA)

14h00 – 16h00: Sessão de comunicação (Local: Salas do CEFE)

16h30 – 18h30:

Mesa 8 – “Educação Física: naturezas históricas na relação entre Estado e Sociedade” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dr. Carlos Herold Junior (UEM), Prof. Dr. José Luis Simões (UFPE), Prof. Dr. Marcus Aurélio de Oliveira Taborda (UFMG) e Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG). Coord.(a) Dra. Ângela Pereira Teixeira Victória Palma (UEL).

Mesa 9 – “Futebol: história, Estado e sociedade” (Local: Sala de eventos do CCH)

Prof. Dr. André Mendes Capraro (UFPR) e Prof. Dr. Flávio de Campos (USP). Coord.(a) Prof. Dr. Coriolano Pereira Rocha Jr (UFBA).

18h30 – 19h00: Intervalo / *Coffee-break* (Anfiteatro do CESA).

19h15 – 21h15: Mesa 10 – “Olimpíadas, história e memória” (Local: Anfiteatro do CESA)

Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo (UFRGS), Prof. Dra. Katia Rubio (USP) e Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni (UNICAMP). Coord.(a) Profa. Drda. Bárbara Schaustek de Almeida (UEL).

21h15 – Avaliação

Coord.(a) Profa. Dra. Vânia de Fátima Matias de Souza (UEM) / Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo (UEM)

Encerramento

PROGRAMAÇÃO COMUNICAÇÕES ORAIS

20 e 22 de agosto de 2014

Local: CEFE/UEL

Horário: 14h às 16h

(A programação poderá sofrer alterações conforme necessidade da Comissão Organizadora)

20/08/2014 – QUARTA-FEIRA

Eixo temático: Educação do Corpo

LOCAL: CEFE, sala 914

Coord.(a): Profa. Dra. Vânia de Fátima Matias de Souza (UEM)/ Prof. Dr. Edivaldo Góis Jr (UNICAMP).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Leonardo M. M. Silva Edivaldo Góis Junior	Unicamp-SP	A educação do corpo na Associação Brasileira de Educação: o caso da semana de educação de 1928
2	Carlos Herold Junior	UEM-PR	A educação corporal nas primeiras décadas do século XX: duas possibilidades analíticas e temáticas a partir do movimento escoteiro
3	Ingrid D. Wiggers	UNB-DF	Educação e cultura corporal infantil em Brasília, na década de 1960
4	Miria Izabel Campos	UFGD-MS	Relações de gênero nas brincadeiras de meninas e meninos na educação infantil
5	Maria H. C. Lira Ana Paula Souza	UFRPE-PE	Sobre a Educação Física e práticas sexistas: lembranças de atividades físicas em escolas católicas (Recife-PE, 1970)
6	Daniele C. C. de Medeiros Carmen Lúcia Soares	Unicamp-SP	Práticas de cura, regeneração e educação do corpo nas estâncias hidrominerais paulistas (1930 – 1940)

Eixo temático: Educação Física, Cultura Escolar e Intelectuais

LOCAL: CEFE, sala 913

Coord.(a): Profa. Dra. Magda Sarat (UFGD)/ Prof. Dr. Ernani Xavier Filho (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Tuany D. Begossi Josiana Ayala Ledur Janice Z. Mazo	UFRGS-RS	Lembranças das aulas de Educação Física em uma escola da cidade de Nova Prata/RS (1937-1949)
2	Diego Ferreira Lima Edivaldo Góis Junior	Unicamp-SP	Primeiras evidências de práticas corporais no Colégio Salesiano Santa Rosa
3	Clailton Lira Perin Elizabeth Figueiredo de Sá	UFMT-MT	A prática da Educação Física e a cultura escolar a partir da análise de imagem na Escola Vitória Furlani da Riva em Alta Floresta-MT
4	Paula C. T. Marroni Terezinha Oliveira	UEM-PR	Um corpo perfeito carregado de honra e nobreza: o cavaleiro ideal sob a ótica de Raimundo Lúlio em o livro da ordem de cavalaria

5	Rachel R. de Souza	Unicamp-SP	Educar o corpo na natureza, considerações sobre o Emílio de Rousseau
6	Vivian Iwamoto Renato N. Suttana	UFGD-MS	Jogos e brincadeiras nas memórias de escritores brasileiros

Eixo temático: Corpo, Dança e Escola

LOCAL: CEFÉ, sala 912

Coord.(a): Profa. Dra. Kátia S. Martins Mortari (UEL)/ Profa. Drda. Silvana Santos Silva (UEM).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Dariani C. Afonso Paula C. T. Marroni	FAMMA-PR	Dança e história: a relação dança de salão com a sociedade
2	Patrícia A. Proscêncio Sílvia P. Sborquia	UNINORTE UEL-PR	A dança clássica em Londrina na década de 1980: as conquistas de uma geração
3	Laryssa Mota Guimarães Rocha	UNB-DF	A história da dança nas escolas de Brasília e sua relação com a Educação Física escolar
4	Joalice S. Batista Jonathan C. C. Rodrigues Juliane M. da Silva	UESB-BA	O corpo nas páginas do jornal "À Tarde": uma análise das cem primeiras edições do ano de 1914
5	Cecília Nunes da Silva	UFES-ES	Moda, esporte e mulher na década de 1920 nas imagens publicadas no periódico Vida Capichaba, Vitória/ES
6	Tuany D. Begossi Vanessa B. Lyra Janice Z. Mazo	UFRGS-RS	O ensino da Educação Física nas escolas do Rio Grande do Sul: percorrendo a trajetória de sua obrigatoriedade (1840-1940)

Eixo temático: História das Lutas

LOCAL: CEFÉ, sala 911

Coord.(a): Prof. Dr. Deoclécio Rocco Gruppi (UNICENTRO)/ Prof. Dr. Leopoldo Gil Dulcio Vaz (IHGM/ALL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Leopoldo Gil Dulcio Vaz	IHGM / ALL-MA	O "chausson/savate" influenciou a capoeira?
2	Jonathan C. C. Rodrigues Joalice S. Batista Juliane M. da Silva	UESB-BA	Modernidade e capoeiragem na Bahia nas cem primeiras edições do jornal "A Tarde"
3	Fernando D.C. Ferreira Ricardo Sonoda-Nunes Wanderley Marchi Júnior	UFPR-PR	China no Brasil: pensando a cultura chinesa a partir da disseminação do kung fu em solo brasileiro
4	Marcelo A. de Oliveira Carlos A. B. dos Reis Júnior	UFPR-PR	A introdução do karatê shotokan em Curitiba: relações com a ditadura e imigração
5	Erik Yudi Horiye Ana Maria Pereira	UEL-PR	A história do karatê-dô: um saber da arte marcial a ser ensinado nas aulas de Educação Física
6	Leopoldo Gil Dulcio Vaz	IHGM / ALL - MA	Tarracá, atarracar, atarracado...

Eixo temático: Educação Física, Esporte e Impressos

LOCAL: CEFE, sala 917

Coord.(a): Prof. Dr. Leonardo Brandão (FURB-SC)/ Prof. Ms. Felipe Nakamura (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Ana Carolina Silva Bozz Thiago Pelegrini	UEL-PR	Representações sobre a teoria da motricidade humana na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1986)
2	Marli Hatje	UFMS-RS	Reflexões sobre a influência do noticiário esportivo na história da Educação Física/esporte gaúcho
3	Tiago Giovani Fonseca Tony Honorato	UEL-PR	Folha de Londrina (1952-1953): notícias para a construção de um índice de pesquisa histórica do esporte e do lazer em Londrina-PR
4	João Paulo M. Malagutti Fernando Starepravo	UEM-PR	O esporte moderno e o esporte universitário: algumas perspectivas
5	Ronaldo D. de Moraes Eduardo M. de Oliveira Paulo R. Vicari	UFRGS-RS	O ciclismo e sua divulgação nos jornais de Porto Alegre (1895-1898)

Eixo temático: História do Futebol

LOCAL: CEFE, sala 916

Coord.(a): Prof. Dr. André Mendes Capraro (UFPR)/ Prof. Drdo. Juliano Souza (UNICENTRO).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Eduardo M. de Oliveira Paulo R. Vicari Ronaldo D. de Moraes	UFRGS-RS	A transformação dos espaços esportivos dos clubes de futebol em Porto Alegre na primeira metade do século XX
2	Pedro P.S. Brandão Carmen L. da C. Faro	PM de Castanhal-PA UEPA-PA	Futebol em Belém do Pará: pontapé inicial
3	Paulo R. Vicari Eduardo M. de Oliveira Ronaldo D. de Moraes	UFRGS-RS	Primórdios do futebol de salão no Rio Grande do Sul
4	Edilson de Oliveira Miguel Archanjo de Freitas Jr.	UEPG-PR	Futebol de várzea: identidade e memória pontagrossense
5	Ana Paula de F. Altoé Marizabel Kowalski Dolores M. G. Pereira	UFV-MG	Biguá - de Irati a cidadão Flamengo!
6	Jefferson da Silva Pereira	UEM-PR	O futebol como propaganda política pela ditadura militar brasileira na Copa de 1970

Eixo temático: História, Lazer e Grupos de Futebol

LOCAL: CEFE, sala 915

Coord.(a): Prof. Dr. José Luis Simões (UFPE)/ Prof. Dr. Jorge Both (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Alexandre P. Loro	UFFS-SC UEM-PR	O lazer nas fronteiras do Mercosul

	Giuliano Gomes de Assis Pimentel		
2	Renata Brauner Ferreira	FURB-SC	Usos do tempo livre, ostentação e estratificação social no século XIX - considerações a partir do caso de Pelotas/RS
3	Alexandre P. Loro Ademir Gebara	UFFS-SC UFGD-MS	OS jogos infantis na região fronteiriça
4	Gabriel Modenuti Tony Honorato	UEL-PR	Notícias de lazer na cidade de Londrina: Jornal Paraná-Norte (1934-1953)
5	Sabrina C. Santos Laís C. A. Santos Riqueldi Straub Lise	UFPR	#SOMOSTODOSMACACOS: analisando as relações amalgamadas entre marketing e racismo no futebol globalizado
6	Wendell L. Linhares Edilson de Oliveira Miguel Archanjo de Freitas Jr.	UEPG-PR	Futebol de várzea: construção do campo em Ponta Grossa

Eixo temático: História das Modalidades Esportivas

LOCAL: CEFE, sala 908

Coord.(a): Prof. Ms. Ricardo Gonçalves (UEL)/ Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes (UEPG).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Aline Melnyk Miguel Archanjo de Freitas Jr	UEPG-PR	Rugby uma história a ser contada para os brasileiros
2	Jamile M. Klanovicz Suélen S. Andres Silvana Goellner	UFRGS	História do handebol no Rio Grande do Sul: primeiros passos
3	Michel P. Paiva Tony Honorato	UEL-PR	Notas de uma história oral do tênis em Londrina
4	Jeferson R. Rojo Fernando Starepravo	UEM-PR	40 anos de história da prova rústica Tiradentes
5	Heidi Jancer Ferreira Marizabel Kowalski José Geraldo Do Carmo Salles	UFV-MG	Atletismo universitário em Viçosa
6	Josiana Ayala Ledur Tuany D. Begossi Janice Z. Mazo	UFRGS	Campeonato mundial de atletismo master no Rio Grande do Sul (2013): uma história do tempo presente

Eixo temático: Memória, Educação Física e Formação de Professores

LOCAL: CEFE, sala 909

Coord.(a): Profa. Drda. Morgana Claudia Silva (Fac. Integrado Campo Mourão; UEL) / Prof. Dr. José A. Victória Palma (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	José A. V. Palma Cesar A. Nunes Ângela P. T. V. Palma	UEL-PR	Congresso norte-paranaense de Educação Física escolar: uma história de 10 anos que começa a ser contada

2	Natanael Vaz Sampaio Junior Felipe E. F. Marta	UESB-BA	Memória, esporte, formação profissional em Educação Física: primeiras aproximações
3	Marco Antonio Lima Rizzo	UEM-PR	Homens, natureza e prática corporal: um todo indissociável
4	Marcelo G. C. G. Pereira Anna Rita V. F. Machado Maria H. C. Lira	UFRPE	Debates e experiências sobre a história da Educação Física na formação de professores(as)
5	Vitor Hugo Marani Sandra Aparecida Zotovici Vânia de Fátima Matias de Souza	UEM-PR	O conceito de cultura na Educação Física escolar argentina: perspectivas de docentes do ensino superior

PROGRAMAÇÃO COMUNICAÇÕES ORAIS

22/08/2014 – SEXTA-FEIRA

Eixo temático: História do Futebol

LOCAL: CEFE, sala 910

Coord.(a): Prof. Drdo. Juliano Souza (UNICENTRO)/ Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro (UFPR).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Miguel Archanjo de Freitas Jr Alfredo Cesar Antunes	UEPG-PR	Futebol, história, estado e sociedade: uma análise da organização da Copa do Mundo de 1950
2	Túlio Inácio Garrido	UFMT	Torcidas organizadas de futebol – estudo de caso da torcida Independente subsele Cuiabá/MT
3	Ernesto S. Marczal	UFPR	Argentina 1978: o futebol entre o boicote e a campanha anti-argentina
4	Luiz Henrique de Azevedo Borges	UEG-GO Faculdade Cambury	Armando Nogueira: o futebol brasileiro – arte no jogo e na escrita
5	Igor A. S. Bueno Francisco X. F. Rodrigues	UFMT	Um breve histórico do futebol em Mato Grosso
6	André Xavier da Silva Tony Honorato	UEL-PR	História do futebol, imprensa e a produção de identidade regional: uma revisão de literatura

Eixo temático: Olimpíadas, Esporte e Políticas

LOCAL: CEFE, sala 909

Coord.(a): Profa. Dra. Larissa Michelle Lara (UEM)/ Prof. Dr. Ernani Xavier Filho (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Dolores M. G. Pereira Marizabel Kowalski Ana Paula de F. Altoé	UFV-MG	Manifestações bioantropológicas nos Jogos Olímpicos de Berlim – 1936
2	Dolores M. G. Pereira Marizabel Kowalski Ana Paula de F. Altoé	UFV-MG	Manifestações étnicas na historiografia do esporte: os Jogos Olímpicos de Berlim 1936
3	Bárbara S. de Almeida Wanderley Marchi Júnior	UEL-PR UFPR	Melbourne 1956: os Jogos Olímpicos pela primeira vez no hemisfério sul
4	Raoni Perrucci Toledo Machado	UFLA-MG	Aproximação entre o olimpismo e os “esportes de aventura”
5	Marcos Ruiz da Silva Laura Alice Rinaldi Camargo	UEM-PR	Quando o campo esportivo “cruza” com o campo político: a disputa do CONFAO e o COB pelo benefício da lei Piva na alteração da lei Piva
6	Felipe Canan Rhaylla G. L. Martins Fernando Starepravo	UEM-PR	A possível existência de função pública delegada às confederações esportivas

Eixo temático: Memória e esporte

LOCAL: CEFE, sala 908

Coord.(a): Prof. Dr. Coriolano P. da Rocha Junior (UFBA)/ Prof. Drdo. Alexandre P. Loro (UEM).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Christiane G. Macedo Silvana V. Goellner	UFRGS	Centros de memória da Educação Física e esportes: o início de uma pesquisa
2	Thiago Pellegrini	UEL-PR	O esporte como objeto histórico: considerações as controvérsias sobre sua gênese
3	Jorge Miguel A. Soares Estefânia K. C. Fraga	PUC-SP	A criação da justiça desportiva no Brasil
4	Fernando Starepravo Luciana L. S. R. Santos	UEM-PR	Esporte como direito social? O esporte na Constituição de 1988
5	Deoclecio Rocco Gruppi Maria Beatriz Rocha Ferreira	Unicentro-PR Unicamp-SP	Iniciativas indígenas: jogos escolares brasileiros e comitê intertribal - memória e ciência indígena
6	Leonardo Brandão	FURB-SC	Heterotopias: a emergência do street skate

Eixo temático: Mulheres no Esporte

LOCAL: CEFE, sala 907

Coord.(a): Profa. Dra. Marizabel Kowalski (UFV)/ Profa. Msda. Marta Soares Araujo (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Carla Lisboa Grespan	UFRGS	As mulheres nas artes marciais mistas: uma história de mixagens e invisibilidades
2	Adriana Brum	UFPR	Keiko, Sarah e Rena: três ícones do judô mundial
3	Bruno José Gabriel Miguel Archanjo de Freitas Jr.	UEPG-PR	A cobertura da Folha de São Paulo acerca da seleção brasileira feminina durante o ano de realização da Copa do Mundo da Alemanha (2011)
4	Leila Salvini Wanderley Marchi Júnior	UFPR-PR	Recortes de uma história: 10 anos de futebol feminino no Novo Mundo Futebol Clube
5	Marcela Caroline Pereira José Edenilson Montani Miguel A. de Freitas Jr	UEPG-PR	Uma “análise de conteúdo” na mídia impressa: mundial de futebol feminino como objeto de estudo

Eixo temático: História da Educação Física, Sujeitos e Práticas

LOCAL: CEFE, sala 915

Coord.(a): Profa. Dra. Silvia Pavesi Sborquia (UEL)/ Prof. Ms. Fernando Pereira Cândido (UEL).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Leopoldo Gil D. Vaz	IHGM / ALL - MA	Influência militar na Educação Física escolar
2	Antonio C. M. Miranda Carlos Herold Junior Larissa Michelle Lara	UEM-PR	Hedonismo x militarismo: tensões na história da Educação Física francesa durante a década de 1940
3	Carolina Nascimento Jubé	Unicamp-SP	O Guide Pratique D'éducation Physique e o método natural de Georges Hébert

4	Leopoldo Gil Dulcio Vaz	IHGM / ALL - MA	Miguel Hoerhann - pioneiro da Educação Física no Maranhão
5	Leopoldo Gil Dulcio Vaz	IHGM / ALL - MA	Fran Paxeco – um dos propugnadores da Educação Física no Maranhão
6	Talita Ferreira Evando Carlos Moreira	UFMT	Interfaces entre a Educação Física, a história e a linguagem: possibilidades dialógicas a partir da biografia

Eixo temático: História - Escola de Educação Física e Conhecimento Acadêmico

LOCAL: CEFE, sala 916

Coord.(a): Profa. Dra. Ana Maria Pereira (UEL)/ Profa. Drda. Sandra Aparecida Zotovici (UEM).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Josiana Ayala Ledur Vanessa Bellani Lyra Janice Zarpellon Mazzo	UFRGS	Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: a construção de um espaço próprio para a produção de sentidos comuns
2	Felipe Nakamura Jeane Barcelos Soriano Tony Honorato	UEL-PR	Publicações da revista JOHPER de 1958 e as proposições de Franklin Henry (1964)
3	Marcio Yasuhiko da Costa Adaniya Thiago Pelegrini	UEL-PR	Representações sobre teorias pedagógicas de Educação Física na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1986)
4	Alantiara Peixoto Cabral Felipe E. F. Marta	UESB-BA	Memórias de um professor de Educação Física: formação profissional e formação continuada em uma cidade do interior da Bahia (1984-2012)
5	Suzane Santos Fonseca Andréia Paula Basei	UEM-PR	Educação Física escolar e esportivização: em busca de uma compreensão histórica
6	Felipe Benassi Martins José A. Victoria Palma	UEL-PR	História do esporte e da Educação Física: uma crítica ao modelo esportivista

Eixo temático: Escola, Práticas Educativas e Esporte

LOCAL: CEFE, sala 917

Coord.(a): Prof. Drdo. Marco Antonio Lima Rizzo (UEM).

	Autor(es)	Instituição	Título
1	Carolina R. Volpini Paula Marçal Natali Verônica Muller	UEM-PR	Projeto brincadeiras com meninos e meninas de/e na rua: a educação social e sua relação com as práticas educativas escolares
2	Heloisa M. Corradi Vera Lúcia Nogueira	UEMG	Reflexões sobre as concepções de corpo e as dinâmicas corporais na escola atual
3	Carlos V. de J. Borelli Ana Maria Pereira	UEL-PR	A história do futebol: um saber a ser ensinado nas aulas de Educação Física
4	Leandro Aguiar Penedo Ricardo Gonçalves	UEL-PR	Breves apontamentos sobre o futebol no Brasil
5	Érica Fernanda de Paula Miguel A. de Freitas Jr.	UEPG-PR	Análise sobre o conceito de fair play, desde sua origem até sua visão atual
6	Rodrigo A. Ardengue Ricardo Gonçalves	UEL-PR	Arenas esportivas: uma revisão

ÍNDICE DE AUTORES

- Ademir Gebara, 1
Ademir Gebara (c), 22
Adriana Brum, 6
Alantiara Peixoto Cabral, 14
Alexandre Paulo Loro, 22, 30
Alfredo Cesar Antunes (c), 634
Aline Melnyk, 36
Ana Beatriz Correia de Oliveira Tavares, 745
Ana Carolina Silva Bozz, 43
Ana Maria Pereira (c), 141, 267
Ana Paula de Freitas Altoé, 48
Ana Paula de Freitas Altoé (c), 235, 243, 323
Ana Paula Souza (c), 599
André Mendes Capraro, 56
André Mendes Capraro (c), 737
André Xavier da Silva, 62
Andréia Paula Basei (c), 753
Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma (c), 411
Anna Rita Vieira de Freitas Machado (c), 542
Antonio Carlos Monteiro de Miranda, 70
Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires, 76
Antonio Jorge Gonçalves Soares, 84
Bárbara Schausteck de Almeida, 93
Bruno José Gabriel, 100
Carla Lisboa Grespan, 108
Carlos Alberto Bueno dos Reis Júnior (c), 534
Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, 115
Carlos Herold Junior, 129, 135
Carlos Herold Junior (c), 70
Carlos Vinícius de Jesus Borelli, 141
Carlus Augustus Jourand Correia (c), 84
Carmen Lilia da Cunha Faro (c), 690
Carmen Lúcia Soares (c), 203
Carolina Nascimento Jubé, 149
Carolina Rossato Volpini, 156
Cecília Nunes da Silva, 162
Célio Juvenal Costa, 169
Cesar Aparecido Nunes (c), 411
Christiane Garcia Macedo, 177
Clailton Lira Perin, 183
Cleber Dias, 190
Coriolano P. da Rocha Junior, 197
Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, 203
Dariani Cristine Afonso, 211
Deoclecio Rocco Gruppi, 218
Diego Ferreira Lima, 226
Dolores Marina Garcia Pereira, 235, 243
Dolores Marina Garcia Pereira (c), 48
Edilson de Oliveira, 251
Edilson de Oliveira (c), 829
Edivaldo Góis Junior (c), 226, 463
Eduardo Minossi de Oliveira, 257
Eduardo Minossi de Oliveira (c), 683, 729
Elizabeth Figueiredo de Sá (c), 183
Érica Fernanda de Paula, 261
Erik Yudi Horiye, 267
Ernesto Sobocinski Marczal, 275
Estefânia Knotz Canguçu (c), 404
Evando Carlos Moreira (c), 761
Felipe Benassi Martins, 283
Felipe Canan, 291
Felipe Eduardo Ferreira Marta (c), 14, 380, 396, 645, 663
Felipe Nakamura, 297
Fernando Augusto Starepravo, 304
Fernando Augusto Starepravo (c), 291, 369, 388
Fernando D.C. Ferreira, 312
Filipe Silveira Rebelo (c), 48
Francisco Xavier Freire Rodrigues (c), 340
Gabriel da Costa Modenuti, 318
Giuliano Gomes de Assis Pimentel (c), 30
Heidi Jancer Ferreira, 323
Heloisa Machado Corradi, 332
Igor Alexandre Silva Bueno, 340
Ingrid Dittrich Wiggers, 348
Jamile Mezzomo Klanovicz, 353
Janice Zarpellon Mazo, 361
Janice Zarpellon Mazo (c), 257, 425, 431, 683, 729, 784, 792
Jeane Barcelos Soriano (c), 297
Jeferson Roberto Rojo, 369
Jefferson da Silva Pereira, 374
Joalice Santos Batista, 380

- Joalice Santos Batista (c), 396
 João Paulo Melleiro Malagutti, 388
 Jonathan César Campos Rodrigues, 396
 Jonathan Cezar Campos Rodrigues (c), 380
 Jorge Miguel Acosta Soares, 404
 José Augusto Victoria Palma, 411
 José Augusto Victoria Palma (c), 283
 José Edenilson Montani (c), 526
 José Geraldo Do Carmo Salles (c), 323
 José Luís Simões, 416
 Josiana Ayala Ledur, 425, 431
 Josiana Ayala Ledur (c), 792
 Juliane Machado da Silva (c), 380, 396
 Laís Cristyne Alexandre dos Santos (c), 737
 Larissa Michelle Lara (c), 70, 814
 Laryssa Mota Guimarães Rocha, 439
 Laura Alice Rinaldi Camargo (c), 585
 Leandro Aguiar Penedo, 446
 Leila Salvini, 450
 Leonardo Brandão, 456
 Leonardo Mattos da Motta Silva, 463
 Leopoldo Gil Dulcio Vaz, 473, 481, 488,
 495, 500
 Luciana Letícia Sperini R. dos Santos (c),
 304
 Luiz Eduardo Benini (c), 235, 243
 Luiz Henrique de Azevedo Borges, 507
 Magda Sarat, 517
 Marcela Caroline Pereira, 526
 Marcelo Alberto de Oliveira, 534
 Marcelo Gomes da Costa Guedes Pereira,
 542
 Marcelo Weishaupt Proni, 549
 Marcio Yasuhiko da Costa Adaniya, 563
 Marco Antonio Bettine de Almeida, 572
 Marco Antonio Lima Rizzo, 579
 Marcos Ruiz da Silva, 585
 Marcus Aurelio Taborda de Oliveira, 592
 Maria Beatriz Rocha Ferreira (c), 218
 Maria Helena Câmara Lira, 599
 Maria Helena Câmara Lira (c), 542
 Marizabel Kowalski, 608
 Marizabel Kowalski (c), 48, 235, 243, 323
 Marli Hatje, 618
 Michel Pompolini Paiva, 625
 Miguel Archanjo de Freitas Jr, 634
 Miguel Archanjo de Freitas Jr (c), 36, 100,
 251, 261, 526, 829
 Milton Leandro Santos Leituga, 645
 Mira Izabel Campos, 654
 Natanael Vaz Sampaio Junior, 663
 Patrícia Alzira Proscêncio, 670
 Paula Carolina Teixeira Marroni, 677
 Paula Carolina Teixeira Marroni (c), 211
 Paula Marçal Natali (c), 156
 Paulo Renato Vicari, 683
 Paulo Renato Vicari (c), 257, 729
 Pedro Paulo Souza Brandão, 690
 Rachel Ramos de Souza, 697
 Raoni Perrucci Toledo Machado, 703
 Renata Brauner Ferreira, 710
 Renato Nésio Suttana (c), 822
 Rhaylla Gimenes de Lima Martins (c), 291
 Ricardo de Figueiredo Lucena, 719
 Ricardo Gonçalves (c), 446, 724
 Ricardo João Sonoda-Nunes (c), 312
 Riqueldi Straub Lise (c), 737
 Rodrigo Aníbal Ardengue, 724
 Ronaldo Dreissig de Moraes, 729
 Ronaldo Dreissig de Moraes (c), 257, 683
 Sabrina Coelho dos Santos, 737
 Sandra Aparecida Zotovici (c), 814
 Sebastião Votre, 745
 Silvana Vilodre Goellner, 749
 Silvana Vilodre Goellner (c), 177, 353
 Silvia Pavesi Sborquia (c), 670
 Suélen de Souza Andres (c), 353
 Suzane Santos Fonseca, 753
 Talita Ferreira, 761
 Terezinha Oliveira (c), 677
 Thiago Pelegrini, 769
 Thiago Pelegrini (c), 43, 563
 Tiago Giovani Fonseca, 777
 Tony Honorato (c), 62, 297, 318, 625, 777
 Tuany Defaveri Begossi, 784, 792
 Tuany Defaveri Begossi (c), 425
 Túlio Inácio Garrido, 798
 Vanessa Bellani Lyra (c), 431, 784
 Vânia de Fátima Matias de Souza (c), 814
 Vera Lúcia Nogueira (c), 332
 Verônica Muller (c), 156
 Victor Andrade de Melo, 805
 Vitor Hugo Marani, 814

Vivian Iwamoto, 822

Wanderley Marchi Júnior (c), 93, 312, 450

Wendell Luiz Linhares, 829

Wendell Luiz Linhares (c), 251



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**XIII
CHELEF**

**CONGRESSO BRASILEIRO DE
HISTÓRIA DO ESPORTE,
LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA**

19 a 22 de agosto de 2014

ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA: NATUREZAS HISTÓRICAS
NA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

www.uel.br/eventos/chelef

ORGANIZAÇÃO

APOIO

Centro de Memória, Informação e Documentação sobre
Educação Física, Esporte e Lazer - CEMIDFEL
Universidade Estadual de Londrina



Grupo Corpo, Cultura e Ludicidade
Universidade Estadual de Maringá

Departamentos de Educação Física e de Estudos do Movimento Humano-UEL
Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL
Centro de Educação Física e Esporte-UEL